REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 58 TERÇA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de abril de 2016 4
1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2016 38
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2016 71
1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de março de 2016..... 98
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de março de 2016 126
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de março de 2016 161
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de março de 2016 179
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de abril de 2016 219
1.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DIREITO DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2016..... 242
1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 2016 262
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2016 294
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de março de 2016..... 320
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de março de 2016 346
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de março de 2016 378
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de março de 2016 394
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de abril de 2016 425
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de abril de 2016..... 450
1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2016 473
1.7 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2016..... 486

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia cinco de abril do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra, Eduardo Amorim, Elmano Férrer e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os senadores Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Omar Aziz, Ricardo Franco, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª, 6ª e 7ª reuniões, que são aprovadas. A presidenta comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 16 de 2016 (Aviso nº 100/GMF/MF-DF), de 28 de março de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de fevereiro de 2016, e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Aviso nº 17 de 2016 (Aviso nº 30/2016-BCB), de 29 de março de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de fevereiro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Ofício nº 229/2016, de 7 de março de 2016, da Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais, estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio ao "Compromisso pelo Desenvolvimento", documento entregue à presidenta da República, contendo diretrizes para assegurar a retomada da produção industrial brasileira; Ofício nº 250/2016, de 7 de março de 2016, da Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais, estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo à presidenta da República visando a correção das faixas de cobrança da tabela do Imposto de Renda; Ofício PR/DL 97/2016, de 8 de março de 2016, da Câmara Municipal de Jundiaí, estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio ao projeto de lei apresentado pelo senador Magno Malta, que altera a Lei das Licitações para instituir o Sistema Unificado de Licitações; Correspondência 0140, de 9 de março de 2016, da Câmara Municipal de Sorocaba, estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio à nota pública que repudia os percentuais dos cortes orçamentários na Lei Orçamentária Anual 2016 do Judiciário Trabalhista Nacional; e Ofício circular 5/2016, de 15 de março de 2016, da Câmara Municipal de Araçatuba, estado de São Paulo, encaminhando cópia de requerimento em que consta manifestação de apoio ao Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, que busca a recomposição orçamentária da Justiça do Trabalho diante dos percentuais dos cortes orçamentários contidos na Lei Orçamentária Anual de 2016. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1 -** Mensagem (SF) nº 19 de 2016, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 59,050,000.00 (cinquenta e nove milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos), de principal, entre o município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - Bid, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde de São Bernardo do Campo", tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Anunciada a matéria, usaram da palavra os senadores Ricardo Ferraço, José Pimentel, Alvaro Dias e Fernando Bezerra Coelho. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Vota vencido o senador Ricardo Ferraço. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 2 -** Projeto de Resolução do Senado nº

13 de 2016, não terminativo, de autoria do senador Alvaro Dias, que "reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 22, de 8 de agosto de 2014, do Senado Federal, a fim de que o estado do Paraná contrate a operação de crédito externo nela prevista", tendo como relator o senador Dalirio Beber, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores José Pimentel, Ricardo Ferraço e Alvaro Dias. A presidenta da Comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista ao senador Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. **Item 3 -** Mensagem (SF) nº 29 de 2016, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o governo do estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do projeto 'Piauí: pilares de crescimento e inclusão social'", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. A presidenta designa o senador Humberto Costa relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Ataídes Oliveira e Ricardo Ferraço. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 4 -** Mensagem (SF) nº 30 de 2016, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até € 57.638.500,00 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e trinta e oito mil e quinhentos euros), entre o governo do estado do Ceará e a MLW Internet Handels, para o financiamento do 'Projeto de modernização tecnológica do estado do Ceará - Promotec II'", tendo como relator o senador Donizeti Nogueira, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usaram da palavra os senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira, Tasso Jereissati, José Pimentel, Ronaldo Caiado e Ricardo Ferraço. A presidenta da Comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 5 -** Mensagem (SF) nº 31 de 2016, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de USD 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o governo do estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Piauí: crescimento sustentável e inclusivo'", tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, a presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 6 -** Mensagem (SF) nº 32 de 2016, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 88,000,000.00 (oitenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o prefeitura municipal de Teresina, estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de melhoria da qualidade de vida e da gestão municipal de Teresina - Programa lagoas do norte - Etapa II'", tendo como relator o senador Tasso Jereissati, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, a presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Hélio José, que "dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, recepciona o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - Prodeem e redireciona o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, cria novas fontes de financiamento da Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE, dá novas redações às leis de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e de nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências", tendo como relator o senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que

apresenta. A presidenta designa o senador Elmano Férrer relator "ad hoc" da matéria. Anunciada a matéria, usa da palavra o senador Hélio José. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. **Item 10 -** Projeto de Lei da Câmara nº 88 de 2014, não terminativo, de autoria do deputado Junji Abe, que "altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC", tendo como relator o senador Ronaldo Caiado, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Item 19 -** Projeto de Lei do Senado nº 444 de 2007, terminativo, de autoria do senador Marcelo Crivella, que "altera o artigo nº 27 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para modificar a multa por atraso na declaração de ajuste do Imposto de Renda", tendo como relator o senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 20 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 5 de 2016, de autoria do senador Raimundo Lira, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a proposta de revisão das Condições Gerais de Transporte - CGT e das regras de aprovação de voos pela Agência Nacional de Aviação Civil, com a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac, Marcelo Pacheco dos Guaranys; da coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste, Maria Inês Dolci; do presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, Eduardo Sanovicz; além de representantes das empresas aéreas Gol, Tam, Avianca e Azul". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 5 de 2016-CAE. **Item 21 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 6 de 2016, de autoria do senador Roberto Rocha e outros, que "requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania -CCJ e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93 de 2014". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 6 de 2016-CAE. **Item 22 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7 de 2016, de autoria do senador Tasso Jereissati, que "requer, nos termos dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a presidenta da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, para que compareça em audiência pública a fim de discorrer sobre as estratégias da Caixa para o desenvolvimento regional e econômico do nosso país". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 7 de 2016-CAE. **São adiados os demais itens da pauta, a saber: Item 8 -** Projeto de Lei do Senado nº 195 de 2012; **Item 9 -** Projeto de Lei do Senado nº 326 de 2013; **Item 11 -** Projeto de Lei do Senado nº 229 de 2009; **Item 12 -** Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014; **Item 13 -** Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009; **Item 14 -** Projeto de Lei do Senado nº 390 de 2015; **Item 15 -** Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2015; **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2011; **Item 17 -** Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; e **Item 18 -** Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: Item 23 - Minuta de requerimento, de autoria do senador José Pimentel, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2016, advindo da Mensagem (SF) nº 19 de 2016 , que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 59,050,000.00 (cinquenta e nove milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos), de principal, entre o município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - Bid, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de fortalecimento do Sistema Único de Saúde de São Bernardo do Campo'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. **Item 24 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 8 de 2016, que "requer, nos termos dos arts. 96-B, 99-A e 393-A a 393-F do Regimento Interno do Senado Federal, do

inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, que atribui ao Senado Federal competência privativa para avaliar periodicamente o Sistema Tributário Nacional, e da Resolução nº 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, no exercício de 2016, seja a política de equidade e progressividade do sistema tributário nacional". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 8 de 2016-CAE. Foram lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: Requerimento n° 9 de 2016, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer a desistência do pedido de realização de audiência pública (RQE nº 41/2015) no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos" e Requerimento n° 10 de 2016, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para avaliar as perdas financeiras do resultado da Petrobrás em 2015, discutir as denúncias envolvendo a gestão da área de recursos humanos da empresa que podem ainda trazer perdas bilionárias e verificar quais medidas estão sendo tomadas para o reequilíbrio financeiro da empresa, com a presença dos seguintes convidados: o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine; o diretor de Governança, Risco e Conformidade, João Adalberto Elek Junior; e o diretor da Área Financeira e de Relacionamento com Investidores, Ivan de Souza Monteiro". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom dia todos e a todas!

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 5ª, 6ª e 7ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para seu conhecimento.

1) Ministério da Fazenda. Aviso nº 16/2016 (Aviso nº 100, de 28 de março de 2016), do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de fevereiro de 2016, e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2) Banco Central do Brasil. Aviso nº 17, de 2016 (Aviso nº 30/2016-BCB, de 29 de março de 2016), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de fevereiro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

3) Correspondências.

– Ofício nº 229/2016, de 7 de março de 2016, da Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio ao Compromisso pelo Desenvolvimento, documento entregue à Presidenta da República, contendo as diretrizes para assegurar a retomada da produção industrial brasileira.

– Ofício nº 250/2016, de 7 de março de 2016, da Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo à Presidenta da República visando a correção das faixas de cobrança da tabela do Imposto de Renda.

– Ofício PRDL nº 97/2016, de 8 de março, da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio ao Projeto de Lei apresentado pelo Senador Magno Malta que altera a Lei das Licitações para instituir o sistema unificado de licitações.

– Correspondência 0140, de 9 de março de 2016, da Câmara Municipal de Sorocaba, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio à nota pública que repudia os percentuais dos cortes orçamentários na Lei Orçamentária Anual 2016, do Judiciário Trabalhista Nacional.

– Ofício Circular 5/2016, de 15 de março de 2016, da Câmara Municipal de Araçatuba, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de requerimento em que consta manifestação de apoio ao Colégio de Presidentes e

Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, que busca a recomposição orçamentária da Justiça do Trabalho diante dos percentuais dos cortes orçamentários contidos na Lei Orçamentária Anual de 2016.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vamos à pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 59,050,000.00 (cinquenta e nove milhões e cinquenta mil dólares norte americanos), de principal, entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde de São Bernardo do Campo".

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador José Pimentel.
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.
Observações:
1. Em 15/3/2016, foi concedida vista coletiva.

De acordo com a Resolução nº 43, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar apreciação da matéria o Sr. Leandro Espino, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, e, representando o Município de São Bernardo do Campo, a Srª Odete Carmem Gialdi, Secretária Municipal de Saúde.

O relatório já foi lido pelo Senador José Pimentel na 5ª Reunião, realizada em 15 de março, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Então, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, a senhora não deu sequer condição de nós aqui podermos discutir. Tenho alguns termos que eu gostaria de considerar em relação a esse projeto. Peço vênia a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador, eu estou lendo aqui. Já pus em votação a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas é que há, com relação a esse projeto, algumas questões de ordem formal e material para as quais eu gostaria de chamar a atenção de V. Exª e do Relator para pedir um esclarecimento apenas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu consulto o Relator. (*Pausa.*)

Pois não, então, Senador, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sempre considero que a pressa costuma ser inimiga da perfeição.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Já são quatro as reuniões em que esse projeto está em pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas nós precisamos estudar adequadamente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Tudo bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu acho que é o nosso papel e a nossa responsabilidade.

Eu agradeço a vênia de V. Exª, assim como a vênia do Líder Pimentel para que eu possa solicitar um esclarecimento em relação a este item da matéria. Digo isso, Srª Presidente, inclusive, em princípio, porque nós estamos, nesta reunião, deliberando mais operações de crédito, nesta reunião, na pauta, do que ao longo do ano de 2015. Numa reunião, nós vamos deliberar sobre operações de crédito mais do que no ano passado inteiro.

ro. Então é preciso um pouco de atenção em relação a alguns desses projetos, sobretudo quando diz respeito à necessária precondição e obediência a essas resoluções que determinam a nossa deliberação.

Mas é a seguinte a questão, Srª Presidente e Sr. Relator: de acordo com os documentos apresentados, a operação pleiteada teve avaliação pelo Tesouro Nacional e, com base nos resultados fiscais obtidos na análise, verificou-se que o Município de São Bernardo possui capacidade de pagamento demais, suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida, considerando, inclusive, os da operação de crédito pleiteada. Possui ainda, de acordo com o Tesouro Nacional, situação fiscal forte e risco de crédito baixo e não é necessário, e não foi necessário que o Ministro da Fazenda tivesse que apor qualquer tipo de excepcionalidade, quando, nos últimos anos, essa exceção se transformou em regra.

Quanto à exigência de adimplência, fica destacado no processado que o Município de São Bernardo do Campo não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Dessa forma, o Município estaria apto a fazer esse tipo de operação e de contratação. Resta, porém, a análise do Tesouro com relação ao cumprimento dos limites de endividamento da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que foi feita por meio do Parecer nº 381205, de 29 de maio de 2015. Portanto, essa é base em que essa análise foi feita, base de 12 meses atrás.

De acordo com o citado parecer, o Município cumpria os requisitos prévios à contratação de crédito naquela data, mas a sua análise possuía um prazo até o dia 22 de fevereiro de 2016. É o que determina essa resolução como critério e como premissa para avaliação nessa data. Salvo melhor juízo – este é o esclarecimento que eu queria solicitar ao nosso eminente e cuidadoso Relator, Senador Pimentel –, considerando essas duas preliminares, ou seja, o Parecer nº 381, emitido em 29 de maio de 2015, há desacordo com a Resolução do Senado Federal que regula esse tipo de procedimento. Quer dizer, o prazo teria sido encerrado em 22 de fevereiro.

Vale notar que a imposição de prazo de validade para verificação dos limites de endividamento decorre do reconhecimento de que a situação financeira dos entes envolvidos, Estados ou Municípios, nas operações é dinâmica e pode alterar-se significativamente ao longo do tempo, sobretudo numa quadra e numa conjuntura como essa em que os Estados e Municípios, assim como a União, estão vivendo um ambiente de absoluta deterioração dos indicadores não apenas econômicos, mas também financeiros.

Tal prazo de 270 dias fixado pela própria Secretaria do Tesouro Nacional por meio da Portaria STN nº 694, de 2010. De acordo com a Resolução nº 43, do Senado Federal, em seu art. 28, parágrafo único, o Senado Federal devolverá ao Ministério da Fazenda para providências cabíveis o pedido de autorização para contratação de operação de crédito cuja documentação esteja em desacordo com o que dispõe essa resolução.

Nesse sentido, consideramos que a decisão correta, neste momento, seria a de devolver a presente proposta ao Ministério da Fazenda para que seja procedida nova análise, considerando que esse processo não obedece a totalidade daquilo que determina a Resolução nº 43, do Senado Federal, por estar fora do prazo.

Então, essa questão que estou levantando é para que o Senador Pimentel, Relator desta matéria, possa abordá-la para que não estejamos incorrendo em decisão que contraria uma resolução que nós próprios definimos sobre o estabelecimento de premissas para autorização de operações de crédito para Estados e Municípios.

Essa é a questão que eu gostaria de levantar para que o nobre Relator trouxesse uma nova versão e eu me convencesse de que a minha premissa está equivocada. Mito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não. Vou passar a palavra ao Senador Pimentel. Antes, esclareço que estamos com uma pauta de vários créditos, até por solicitação desta Comissão, no sentido de que fizéssemos gestão junto ao Ministério da Fazenda e Casa Civil para que mandassem as operações para cá. Inclusive, V. Exª também o havia solicitado. E acho que é importante até porque terminamos o processo de negociação do Executivo com os Estados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas não podemos passar por cima das questões de ordem formal e material como premissa e obrigação. É apenas isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E não estamos passando, Senador, temos observado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, não, estou apenas levantando uma questão e vou ouvir o Relator para que ele possa me convencer de que minha premissa está equivocada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, nobre Senador Ricardo Ferraço, a Resolução nº 43 fixa o prazo em 540 dias. Portanto, esse é o prazo máximo que a Resolução nº 43 determina para a validade desses documentos. É verdade. Há uma portaria dentro da Secretaria do Tesouro Nacional que reduz esse prazo para 90 dias – isso é verdade.

No dia 19 de janeiro de 2016, a Coordenadoria-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios editou o Parecer nº 14/2016-Copem, que trata exatamente dessa capacidade de pagamento. E, ali, a Secretaria do Tesouro referenda o seu estudo de maio de 2015 – esse a que o nobre Senador Ricardo Ferraço faz referência –, reafirmando que a capacidade de endividamento, em moeda externa, do Município de São Bernardo do Campo era de US$80 milhões, sendo que essa operação é de apenas US$59 milhões. E diz ainda que há uma margem de 26% a mais.

É verdade também que, nesse Parecer nº 14, de 2016, não se prorrogou o prazo de 22 de fevereiro, prazo este fixado na de maio de 2015. Isso é verdade, Senador Ricardo Ferraço; mas, nesse Parecer nº 14, de 2016, a mesma Coordenadoria-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios assim se reporta.

Eu tive o cuidado de pedir um parecer, com data de ontem, da Consultoria do Senado Federal, para superar qualquer dúvida. E, a propósito, quero adiantar, Srª Presidente, que nós estamos tendo uma dificuldade muito grande de trabalhar com a nossa Consultoria. Eu recebi o parecer favorável da Consultoria – e não uso, a exemplo da grande maioria dos Senadores, nada que não seja da Consultoria do Senado Federal –, dizendo que o processo estava todo pronto.

Na reunião em que nós lemos o parecer, foi arguido que a certidão positiva com efeito negativo havia perdido a sua validade – e, aqui, a contratação, quando o Senado autoriza, já determina que cabe ao Tesouro Nacional observar essas questões –, porém, mesmo assim, tive o cuidado de pedir uma nova certidão, que já chegou.

Em seguida, o Consultor Ronaldo Ferreira Peres me envia um relatório, ou melhor, uma nota informativa dizendo que estava tudo o.k. Estranhamente, esse mesmo Consultor, na data de 21 de março, emite outro parecer sem nos informar – repito, o Sr, Ronaldo Ferreira Peres –, a pedido de um assessor de um Senador – e é legítimo que o solicite –, arguindo essa questão a que o Senador Ricardo Ferraço aqui faz referência. E, aí, esse Consultor, que havia me dado uma nota técnica dizendo que estava tudo o.k., diz que já não está mais – e isso em 48 horas, de uma quinta para uma segunda-feira – e nada me informa, Srª Presidente, o que é mais grave. Em seguida, a pedido do Chefe da Consultoria do Senado, é emitida essa nova Nota Informativa de nº 845, de 2016, dizendo que está tudo o.k. e que nós podemos aprovar.

Portanto, nós estamos tendo aqui, Srª Presidente, lamentavelmente, consultores do Senado fazendo pareceres errados para levar a erro a nossa CAE. Portanto, Srª Presidente, eu peço a V. Exª que nos ajude, porque, se faz isso porque a prefeitura é do Partido dos Trabalhadores, não é correto que um assessor use desses expedientes para prejudicar os trabalhos da CAE e, particularmente, induzir "n" Senadores a erro, haja vista que nós temos quatro pareceres sobre a mesma matéria, três deles dizendo que está tudo pronto, inclusive o último a pedido do Chefe da Consultoria, para superar, mas esse nobre Consultor, o Sr. Ronaldo Ferreira Peres, que emitiu um parecer anterior dizendo que estava tudo o.k., e, em seguida, emite um outro a pedido de um assessor dizendo que não está.

Portanto, nobre Senador Ricardo Ferraço, o cuidado com que V. Exª trabalha, nós temos muito respeito pelo seu trabalho, é correto, mas, nesta matéria, a Consultoria diz que não há qualquer dificuldade. Se quiser, eu posso ler na íntegra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª me permite?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não é necessário. Eu agradeço...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Senador Pimentel, apenas um aparte...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só um minutinho, Senador Alvaro Dias, para encaminhar.

Eu agradeço os esclarecimentos do Senador Pimentel. E peço que a Secretaria da Mesa registre isso para que a gente possa fazer um expediente à Presidência da Casa para que não se repita, porque nós costumamos nos basear nos pareceres que recebemos da Consultoria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente, eu peço para juntar os quatro pareceres, três favoráveis e um, lamentavelmente, a pedido de um assessor, contrário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PV - PR) – Apenas uma informação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Fernando Bezerra e, depois o Senador Alvaro Dias e o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Era só um aparte ao Senador Pimentel, rápido.

Uma informação, Senador, se V. Exª recebeu os esclarecimentos que foram solicitados ao Tesouro? O Tesouro encaminhou a V. Exª os esclarecimentos?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu tive o cuidado de pedir e requerer novo parecer ao Consultor-Geral e o ele diz que esse consultor que emitiu esse parecer está errado. Se V. Exª quiser...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Mas do Tesouro não veio nenhum esclarecimento?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – A Consultoria do Senado Federal informa que o prazo é de 540 dias e aquele prazo de 90 dias a que a lei faz referência é uma portaria interna do Tesouro Nacional. Para o Senado são 540 dias. Se V. Exª desejar, eu leio a Nota Técnica.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – A questão é que o Tesouro, realmente, não respondeu à última solicitação de informações. Essa é a questão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Gostaria de passar a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, eu gostaria de trazer aqui deliberações anteriores desta Comissão, em relação a processos de financiamento da capital do Maranhão, São Luís, e do Distrito Federal, Brasília. Esta Comissão e o Plenário do Senado Federal autorizaram a prorrogação para efeito de contratação. Então, eu acho que nós temos que usar da isonomia no tratamento. A grave crise fiscal que se abate sobre a Federação brasileira repercute de forma mais aguda nos Estados e Municípios e esta Comissão tem revelado a sua sensibilidade e a sua preocupação. Tanto assim que, este ano, prorrogamos os prazos para que São Luís pudesse ter sido contemplada, para que o Distrito Federal pudesse ter sido contemplado....

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Um aparte, nobre Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E não é justo que, no caso específico de São Bernardo, venha querer inovar em relação a determinadas tecnicidades, formalidades, que esta Comissão tem poder suficiente para deliberar. E chamo a atenção que, na pauta, há projetos de financiamento de interesse de Estados do Nordeste. O Piauí – o Governador Wellington Dias está aqui –, é um dos mais pobres Estados da Federação brasileira e é um Estado que deve muito pouco, quase nada à União e precisa desses recursos para promover o seu desenvolvimento.

Então, a maioria dos financiamentos que vão ser autorizados – que eu espero sejam autorizados – é para o Piauí. São mais de US$400 milhões para o Piauí; US$50 milhões para o Ceará! Então, eu acho que estamos fazendo essa análise e essa reflexão pedindo a compreensão do Senador Ricardo Ferraço, que é do Espírito Santo, Estado que tem parte no Nordeste brasileiro, para que deveríamos ter essa sensibilidade de não discriminar a Prefeitura de São Bernardo, que é uma prefeitura rica, que é uma prefeitura organizada do ponto de vista financeira. Os pareceres da Secretaria do Tesouro estão aí. Ela tem capacidade de contratar o financiamento. Está respeitando os limites de endividamento.

Portanto, acho que, prestados esses esclarecimentos, fora essa divergência da Consultoria, nós poderíamos encaminhar para deliberação e contar, como sempre contamos aqui, com a sensibilidade e a compreensão do Senador Ricardo Ferraço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador Fernando Bezerra Coelho, a minha sensibilidade é absoluta. A questão central e objetiva é que nós próprios criamos um regramento, um conjunto de pré-condições que estão expostas na Resolução nº 46.

Nós podemos até mudar a Resolução 46, mas enquanto não mudarmos a Resolução 46, que estabelece os critérios para a avaliação de operações de crédito... Se nós formos por esse caminho, em que pese a minha sensibilidade diante de sua manifestação, nós vamos nos transformar numa Casa sem critérios, e acho que tudo que não tem critério não é razoável, porque não tem previsibilidade.

É sempre bom considerar que, por conta dessas excepcionalidades, o Governo Federal, no ano de 2014, autorizou R$30 bilhões de empréstimos para Estados e Municípios fora dos critérios estabelecidos pela resolução. Isso tudo tem forte impacto na deterioração da conjuntura econômica e fiscal que o nosso País está vivendo. Não é possível que não observemos essas questões.

Eu não estou aqui, Srª Presidente, lançando dúvida em relação a este ou àquele consultor. Não me cabe fazer isso. O que me cabe é colocar uma questão objetiva, que é a seguinte. Nós temos uma portaria do Tesouro Nacional – vou dar nome –, que é a Portaria 694, que define o prazo de 270 dias para a análise – 540 é para contratação, é outra coisa, é outro objeto. São 540 dias para a contratação, 270 são para a análise.

Estou aqui apenas a emitir o meu juízo de valor. Cada um dos senhores Senadores, naturalmente, emite o seu e age em conformidade com ele. Eu não vou votar favoravelmente porque não vou abrir mão do meu ponto de vista pessoal, do compromisso que tenho, precedente. Nós estamos numa quadra dificílima da economia brasileira, do quadro fiscal brasileiro, e não é possível que façamos vista grossa para essas questões.

Inclusive, ato seguinte, vai haver uma questão de um governador que é do meu Partido do Estado de V. Exª, do Paraná. Eu vou levantar um questionamento aqui em relação a isso, na mesma direção. E vou fazer isso

mesmo sabendo que é um governador do meu Partido. Então, eu não estou a fazer esta análise, creiam, em razão de partido A ou de partido B. Este debate precisa ter outra conotação. Nós não estamos aqui diante do velho debate de situação e oposição. Nós estamos aqui diante de um fato objetivo. O fato objetivo é que, se nós seguirmos adiante – podem seguir, mas não com o meu voto – nós estaremos ultrajando uma regra que nós próprios estabelecemos – para além da minha sensibilidade, que eu acolho aqui no meu coração, da manifestação carinhosa do meu querido e estimado Senador e Ministro Fernando Bezerra Coelho.

Eu acho que esta proposta não preenche esses pré-requisitos constantes da Resolução 46. Eu acho que, se nós formos por esse caminho, no futuro teremos contas a prestar daquilo que nós podíamos ter feito aqui e não fizemos, sobretudo nesta quadra fiscal brasileira.

Muito obrigado, Srª Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente, só para concluir...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Lembro que já estamos em processo de votação. Nós encerramos a discussão.

Por favor, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a mesma matéria, tendo o prazo de 540 dias, esta Comissão e o Senado Federal aprovaram a RSF nº 9, de 2012; a RSF nº 1, de 2016; a RSF nº 2, de 2016; a RSF nº 3, de 2016. Portanto, há um conjunto delas sendo aprovado com o prazo extrapolando o fixado na portaria do Ministério da Fazenda. E mais: o parecer e a mensagem mandada pelo Tesouro determinam que a contratação será reavaliada no ato da assinatura do contrato, mesmo aprovado pelo Senado Federal.

Portanto, todas as prorrogações que esta Casa tem feito, particularmente com as mensagens aprovadas no Tesouro em 2015, que não vieram para a CAE, após as diligências da CAE, aqui estão chegando todas. Há menos de 540 dias, mas há mais de 90 dias no parecer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço o esclarecimento.

Vamos continuar o processo de votação.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Srª Presidente, fiz esse questionamento sobre a devolução do Tesouro porque soube que V. Exª havia remetido ao Tesouro para esclarecimentos. Ao que sei, não houve uma resposta do Tesouro. A minha preocupação é com a crescente dívida pública, que é a matriz da crise econômica brutal que assola o País.

Eu não sei qual o critério que o Governo vem adotando para favorecer esses empréstimos. A dívida pública está explodindo o Brasil. Nesse ano que passou, mais de R$900 bilhões para pagamento de juros e serviços da dívida. Neste ano, teremos mais R$1,2 trilhão previsto para pagamento de juros e serviços da dívida. Mais de 50% do total da receita pública do País estão sendo aplicados no pagamento de juros e serviço da dívida. Portanto, isso é insuportável. Não há como solucionar os demais problemas econômicos do País sem encontrarmos uma administração financeira mais competente para a dívida pública, que vai alcançar, em 2018, 85% do PIB. E nós estamos concedendo autorização para novos empréstimos a países como a Alemanha, por exemplo, que gastam menos da metade que nós gastamos proporcionalmente para a rolagem da sua dívida pública. É o que está acontecendo com o Governo brasileiro, que não busca alternativas para uma melhor alimentação da dívida pública.

É claro que não cabe aqui, à Comissão de Assuntos Econômicos, rejeitar projetos quando o Poder Executivo autoriza, porque quem tem as condições, os mecanismos, as informações todas, a avaliação técnica, a avaliação econômica da capacidade de endividamento de Estados e de Municípios é o Poder Executivo, é o Tesouro Nacional.

Nós estamos verificando, aqui está a solicitação de V. Exª, que encaminhou ao Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, Secretário do Tesouro Nacional, um pedido para atualização de parecer, e não houve essa resposta. Portanto, nós estamos decidindo sobre essa matéria sem informações definitivas do Tesouro Nacional. V. Exª solicitou o encaminhamento, a esta Comissão, das informações acerca da operação de crédito a que se refere esse parecer que estamos votando agora, tendo em vista que no referido documento é estabelecido o prazo de 270 dias para análise da operação de crédito, encerrado no último dia 22 de fevereiro.

O assunto que nós vamos tratar em seguida diz respeito exatamente à abertura de prazo. Nós não vamos deliberar na questão seguinte, item 2 da pauta, sobre a concessão do empréstimo. Nós vamos deliberar sobre a reabertura de prazo, para que o Tesouro se manifeste a respeito. Portanto, é diferente.

Srª Presidente, eu confesso que eu tenho dificuldades de, por exemplo, rejeitar um pedido do meu querido amigo Wellington Dias para o Piauí. Mas eu repito que nós aqui podemos votar com a consciência tranquila porque cabe ao Tesouro, cabe ao Ministério da Fazenda, cabe ao Poder Executivo adotar critérios para a

concessão desses empréstimos. Se chega até aqui, evidentemente é porque o Poder Executivo analisou e, evidentemente, concluiu que há condições e que há necessidade da liberação dessa concessão de empréstimo.

Eu discordo frontalmente. Eu acho que, dessa forma, o Brasil não sai da crise. Nós não vamos retomar crescimento econômico com uma dívida brutal que se agiganta a cada dia mais. Mas, de qualquer maneira, é uma questão para o Executivo e não para nós. Nós estamos aqui, infelizmente, sem os instrumentos adequados para definir políticas acerca do endividamento público no País.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Alvaro Dias.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

Voto contra, Srª Presidente, com a declaração de voto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Aprovado, com o voto contrário do Senador Ricardo Ferraço.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, para justificação de voto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Apenas para reiterar e retificar. Veja que não estou nessa manifestação. Essa minha manifestação conta com o concurso de V. Exª, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, e com o próprio Senador Relator. V. Exª, em 29 de março, solicitou ao Sr. Otávio Ladeira de Medeiros que seja encaminhado a esta Comissão de assuntos Econômicos parecer atualizado acerca da operação de crédito a que se refere o Parecer nº 381. Na própria manifestação, V. Exª fala em relação ao prazo de 270 dias.

Portanto, nós acabamos de votar uma operação de crédito fora do prazo, para ficar registrado esse precedente, porque me parece que esse é um precedente que não contribui e não caminha na direção de nós darmos nosso esforço para a necessária disciplina fiscal brasileira, haja vista que, de 2011 a 2014, nós saímos de um endividamento público em relação ao PIB de 50% para 70%. E, como assinalou o Senador Alvaro Dias, se as coisas continuarem como estão, nós vamos chegar ao final de 2017 com 80% da dívida pública em relação ao PIB, jogando o nosso País num ambiente de absoluta insolvência e produzindo um ambiente de bastante incerteza em relação à conjuntura e à economia brasileira.

Eu agradeço a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu agradeço, Senador Ricardo Ferraço. Acho que é importante sempre a manifestação de V. Exª nas questões formais e procedimentais. O que eu queria apenas esclarecer, Senador Ricardo Ferraço, é que até a assinatura dos contratos pode haver alteração de limite de endividamento e de prazo. E não é a primeira vez que esta Comissão faz isso. Por exemplo, para o Distrito Federal, sequer passou pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, foi direto para o Plenário. E também fico bastante confortável porque temos o parecer do chefe da Consultoria do Senado Federal a respeito dessa operação de crédito, que diz que os documentos e prazos estão totalmente corretos. Então, agradeço.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Requeiro a urgência, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador José Pimentel.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da CAE que requer urgência para a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente, só para registrar: nos itens da reclamação, há a Nota Informativa nº 845/16, de autoria do Consultor José Luiz Lobo Paiva, que é a nota conclusiva, determinando que está perfeitamente correta essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Há a Nota Informativa nº 718/2016, da lavra do Consultor Ronaldo Ferreira Peres, a pedido de um assessor de Parlamentar, a Nota Informativa S/N, de 2016, de autoria do Consultor Ronaldo Ferreira Peres, a pedido deste Relator, em que informava que estava tudo perfeito para aprovação, e o parecer deste Relator, que foi objeto de aprovação, totalmente feito pela Consultoria do Senado Federal.

Peço, Srª Presidente, para anexar essas matérias à reclamação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com certeza, Senador Pimentel. Encaminharemos ao Presidente da Casa.

ITEM 2
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2016
- Não terminativo -

Reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 22, de 8 de agosto de 2014, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Paraná contrate a operação de crédito externo nela prevista.

Autoria: Senador Alvaro Dias.
Relatoria: Senador Dalirio Beber.
Relatório: Favorável ao projeto.
Com a palavra o Relator, Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Tenho a impressão de que, com a discussão do item anterior, praticamente está discutida a questão da reabertura de prazo por mais 540 dias do projeto de resolução do Senado que autorizou o Estado do Paraná à contratação de um empréstimo junto ao BID da ordem de US$67,2 milhões.

Tendo em vista que esse processo está em tramitação junto à Secretaria do Tesouro Nacional e não obteve sua conclusão de tramitação durante os 540 dias da resolução anterior, houve, por bem, o Estado do Paraná fazer uma solicitação à Mesa do Senado no sentido de que houvesse uma nova resolução prorrogando esse prazo. Coube ao Senador Alvaro Dias a autoria de propor o projeto de resolução do Senado no sentido de viabilizar essa reabertura do prazo por 540 dias, cabendo à minha pessoa fazer o relatório.

Trata-se de recursos que serão contratados pelo Estado do Paraná para serem aplicados em segurança, tanto na capital do Estado e região metropolitana como também no eixo Maringá-Londrina e na divisa do País com o Paraguai.

Portanto, acho que é meritório.

A capacidade de endividamento do Estado do Paraná foi já avaliada pelos técnicos do Ministério da Fazenda e, com certeza, vai ter, espero, a aprovação de todos os demais Senadores e Senadoras para que o Estado do Paraná possa continuar levando à frente o projeto de investimento nessa área tão importante para a segurança pública.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Dalirio Beber, do nosso vizinho Estado de Santa Catarina.

A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para discutir, Srª Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador José Pimentel e Senador Ricardo Ferraço.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, esta matéria é idêntica à que nós acabamos de discutir e aprovar. O prazo de 90 a 270 dias também está vencido. Os 540 dias que o Senado concedeu estão vencidos e nós vamos prorrogar por mais 540 dias.

O meu voto é favorável, porque esta matéria será objeto de análise prévia da Secretaria do Tesouro Nacional no ato da contratação. Faço isso... E tive o cuidado, Srª Presidente, de pedir a Nota Informativa nº 857, de 2016, também da Consultoria do Senado Federal, em que traz os seguintes precedentes que eu já havia lido: a RSF nº 9, de 2012; a RSF nº 1, de 2016; a RSF nº 2, de 2016; a RSF nº 3, de 2016. Portanto, são todas matérias idênticas a essa, em que o prazo inicialmente concedido pelo Tesouro Nacional, de 90 a 270 dias, venceu; o prazo concedido pelo Senado Federal, de 570 dias, está vencendo; e estamos prorrogando por mais 540 dias sem analisar os dados do Tesouro Nacional, mas, como para a contratação é necessária análise prévia, e é nesses termos que está no parecer que nós acabamos de votar e neste aqui também, por isso eu recomendo o voto sim, para não trazer nenhum prejuízo ao Estado do Paraná.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador José Pimentel.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, independentemente de ser do meu Partido ou não, eu vou manter a minha coerência e vou discordar do meu amigo Senador Pimentel.

Este caso aqui é pior do que o anterior, porque no caso anterior nós tratávamos de autorização para contratar. Agora nós estamos, na prática, prorrogando, ou seja, o Estado obteve autorização desta Casa, obteve autorização do Ministério da Fazenda, essa operação foi fechada em 8 de agosto de 2014, nós estamos em abril de 2016, trata-se de operação, de proposta para reabrir o prazo de 540 dias – 540 dias para contratação da operação de crédito e não para avaliação da operação – para que o Estado do Paraná possa contratar ope-

ração de crédito externo, no valor, como dito aqui, de US$67,200 milhões, autorizado por essa resolução em 8 de agosto de 2014.

A Resolução 22 previa um prazo também de 540 dias, que se encerrou em fevereiro sem que o Estado contratasse a operação.

Não foram apresentados os motivos pelos quais o Estado do Paraná recebeu, da parte do Senado, essa autorização para que ele contratasse. Não consta a razão, o porquê de mais 540 dias se ele teve todo o prazo suficiente para contratar e não o fez.

Ainda assim, Srª Presidente, na época em que esta operação de crédito foi contratada, quanto à capacidade de pagamento do Estado dessas obrigações financeiras contratadas, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Portaria 306, de 2012, o Estado recebeu classificação C+, o que é um indicativo de que o Estado não teria condições de honrar com esse compromisso. É o que consta do parecer da Secretaria do Tesouro Nacional da época.

No entanto, devido à excepcionalidade dada pelo Ministro da Fazenda de então, Ministro Guido Mantega, em sua avaliação, o Tesouro Nacional se manifestou favorável à operação e a solicitação, portanto, prosperou.

Chamo a atenção e repito, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que era para ser exceção, durante a gestão do Ministro Guido Mantega, se transformou em regra. Efetivamente, o Ministro tem essa prerrogativa.

Há, inclusive, um projeto de minha autoria para subtrair essa prerrogativa do Ministro da Fazenda, porque, além das notas de crédito que o Ministério da Fazenda emite, não importa se A, B, C ou D, ele pode excepcionalizar. E foi o que ele fez: de 2011 a 2014, ele excepcionalizou R$30 bilhões em operações de crédito para Estados e Municípios que não estavam em condições de contrair essas operações de crédito.

Portanto, Srª Presidente, estamos aqui, quero crer, com uma situação um pouco mais delicada. Vou, então, solicitar vista para fazer uma análise desse projeto mais adequada e verificar o que houve para que o Estado do Paraná pedisse mais prazo além dos 540 dias e além dessa nota de crédito que, à época, foi dada pelo Ministério da Fazenda.

Peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

Embora concedida a vista ao Senador Ricardo Ferraço, eu passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Srª Presidente, apenas para dizer que mantenho uma postura de coerência. Cabe ao Tesouro Nacional avaliar as condições para o empréstimo requerido e, evidentemente, aprovado.

O que estamos aprovando aqui, evidentemente se aprovarmos, é abertura de prazo para que o Tesouro se manifeste novamente. O Tesouro terá oportunidade de avaliar as condições econômicas e financeiras do Estados do Paraná e decidir sobre a aprovação ou não, a convalidação ou não desse empréstimo.

O Paraná, provavelmente, perdeu tempo por problemas administrativos que já conhecemos de sobra, mas cabe do Tesouro Nacional essa definição. E, por isso, o nosso voto é favorável. Apresentamos, a pedido da Mesa Diretora do Senado Federal, esse projeto de resolução para que esta Comissão analise e delibere sobre ele.

Portanto, mantenho uma posição de coerência: cabe ao Executivo deliberar sobre esta matéria. Depois, a Comissão agirá.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concordando com o Senador Alvaro Dias, aproveito a oportunidade para esclarecer os posicionamentos reiterados que estamos tendo em relação ás operações de crédito do Paraná. Injustamente, fui acusada, por quase um ano e meio, de ser a pessoa que não deixava o Paraná ter acesso a operações de crédito. Acho que, tanto na fala do Senador Ricardo Ferraço como do próprio Senador Alvaro Dias, estamos vendo os motivos dos atrasos e dos problemas em relação às operações de crédito do Estado do Paraná. Mas quero aqui concordar com o Senador Alvaro Dias: o que estamos votando aqui é, na realidade, um prazo para que o Tesouro Nacional possa decidir se mantém ou não a operação de crédito.

Como tem o Senador Ricardo Ferraço prerrogativa constitucional de pedir vista, a vista está concedida, e na próxima reunião voltaremos a discutir a matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sou um apoiador zero de todos esses projetos relativos à questão do Piauí e do Ceará. Mas tenho uma gravação do programa do PMDB agora, às 11h. Como autor do projeto constante do item 7 e dado que o Relator não pôde estar aqui, o Senador Walter Pinheiro, preciso solicitar a V. Exª, com a concordância do Plenário, se seria possível encaminharmos o item 7, excepcionalmente, porque tenho que me retirar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos votar o Piauí, os pedidos de empréstimos...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O Walter pediu que eu fosse o Relator *ad hoc* dessa questão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Consulto o Plenário. Só podemos inverter a pauta, Senador Hélio José, se houver concordância.

Consulto o Plenário...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Qual é a proposta, Srª Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos terminar de votar os pedidos de empréstimos do Estado do Piauí, que estão na ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Sr ª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por favor, pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Fernando Bezerra, tenho uma gravação agendada, você conhece bem isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sou Presidente da Comissão da Medida Provisória nº 707, que começou agora às 11h.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu sei, eu sei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quero deliberar, primeiro, em relação ao Estado do Piauí. Depois, vamos aos demais.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tudo bem. Concordo em deliberar os que são do Piauí até porque tem meu apoio integral essa questão.

Vamos, Excelência, pode encaminhar; não tem problema não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vamos passar ao item 3 da pauta.

Antes, porém, faço uma saudação muito especial ao nosso sempre Senador, Governador do Piauí, Wellington Dias, que está nos acompanhando desde o início desta reunião.

Agora, teremos pelo menos três itens relativos ao Estado de V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Diga, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu gostaria de fazer um breve comentário sobre os itens 2, 3, 4, 5 e 6, que têm o mesmo objetivo, qual seja, o de endividar os Estados.

Com licença, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador, eu gostaria só de perguntar.... Como nós ainda vamos abrir para a discussão, pois os relatórios ainda não foram lidos – e tenho certeza de que V. Exª vai falar sobre o conteúdo das matérias –, eu gostaria só de ler o processado, encaminhar e, depois, V. Exª teria a palavra para fazer o debate. Pode ser?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Portanto, eu me inscrevo, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto "Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social".

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Lindbergh Farias.
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.
Como o Senador Lindbergh Farias não se encontra presente, eu designo o Senador Humberto Costa para fazer a leitura do relatório.
Portanto, com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, a Mensagem nº 29, de 2016, da Presidente da República (nº 110, de 30 de março de 2016, na origem), solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República

Federativa do Brasil, no valor de até US$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto "Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social".

Conforme o referido parecer da STN, a operação de crédito externo será contratada na modalidade SWAp (Programa com Enfoque Setorial Amplo), cuja principal característica é o desembolso dos recursos, com previsão entre 2016 a 2019, para utilização a critério do mutuário, com base na execução de programas de governo já existentes, acompanhados ou não de indicadores de desempenho. E esses recursos serão aplicados na área de infraestrutura, especialmente educação e saúde.

Ainda de acordo com a STN, o Projeto "Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social" está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2016-19 (Lei nº 6.751, de 29 de dezembro de 2015) e conta com dotações necessárias e suficientes na lei orçamentária estadual para o exercício de 2016 (Lei nº 6.752, de 29 de dezembro de 2015), quanto ao ingresso dos recursos e pagamento dos encargos.

A Lei Estadual nº 6.460, de 19 de dezembro de 2013, autoriza a presente contratação de operação de crédito externo e a vinculação da parcela estadual da arrecadação de impostos federais.

A STN, por meio da Nota nº 133/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de julho de 2015, classifica a capacidade de pagamento do Estado do Piauí por meio da pontuação "C*3", o que indica que o cronograma de desembolso de recursos e o cronograma de pagamento do serviço da dívida da operação de crédito pretendida não atendem, respectivamente, ao indicador de endividamento e ao indicador de serviço da dívida, dispostos nos arts. 6º e 7º da Portaria MF nº 306, de 2012. No entanto, o Secretário do Tesouro Nacional, com base nos art. 9º e 10, inciso I, da referida Portaria, manifestou-se favoravelmente ao pleito do Estado do Piauí com vistas a considerá-lo elegível para a concessão da garantia da União.

Em relação à adimplência, a STN afirma estar o Estado do Piauí adimplente com as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional e relativamente aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

A STN atesta também que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada e cita, ainda, documentos do Poder Executivo estadual e do Tribunal de Contas que atestam a observância, pelo Estado do Piauí, dos gastos mínimos com saúde e educação e o pleno exercício da sua competência tributária.

Além disso, a STN analisou e considerou que as despesas de pessoal, até o 3º quadrimestre de 2015, obedecem ao disposto no art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo os dados da certidão do Tribunal de Contas e a última declaração do Chefe do Poder Executivo.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja assegurado o cumprimento das condições necessárias para a efetividade do contrato, verificada a adimplência do Estado em face da União e formalizado o contrato de contragarantia.

Voto:

Em suma, o pleito encaminhado pelo Estado do Piauí encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do Projeto de Resolução que segue adiante.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Para discutir, com a palavra o Senador Ataídes, e, na sequência, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a responsabilidade desta Casa é muito grande. A responsabilidade de um Senador da República é muito grande. Eu percebo que, hoje, nós estamos vivendo uma crise política, moral, social, mas a mais grave delas é a crise econômica. Essa crise política e moral está muito próxima do seu fim. Eu acredito que, com o *impeachment* da Presidente Dilma, o País, então, restabelecerá a sua credibilidade e a crise política, imagino eu, será atenuada.

Portanto, a crise econômica é a que tem mais me preocupado e preocupado todo o povo brasileiro e mundo afora.

O Brasil, hoje, deve mais de R$4 trilhões! Pouco se fala a respeito da dívida do nosso País. Pouco se fala! Em janeiro de 2003, o Brasil devia menos de R$1 trilhão. Hoje o Brasil, Senador Tasso, deve mais de R$4 trilhões!

No ano passado, pagamos R$501 bilhões somente de juros dessa dívida de R$4 trilhões. Para uma receita corrente de 2015 de R$1,221 trilhão. Ou seja, praticamente 50% de toda a nossa arrecadação do ano passado foi tão somente para pagar juros da dívida interna e externa bruta. Olhem só como esse número é catastrófico!

Aí não sobra dinheiro para a saúde, educação, segurança e muito menos para investimentos. E mais, os entes federados, os nossos 27 Estados, incluindo o Distrito Federal, devem aproximadamente meio trilhão de

reais. E nós estamos aqui, hoje, a liberar n empréstimos a vários Estados. E aqui a meu lado o nosso querido Senador e atual Governador do nosso vizinho e querido Piauí, Senador Wellington Dias, por quem tenho imensa admiração e respeito.

Nós temos, Srª Presidente e Srs. Senadores, que estabelecer um novo método de gestão pública neste País. Eu sou empresário há 30 anos. Nós precisamos estabelecer um novo método de gestão neste País!

Nós não vamos resolver o problema dos nossos Estados aumentando endividamento. Não! Não vamos aumentar! Nós não vamos resolver o problema dos nossos Estados! Nós estamos aqui, uma vez aprovados essas autorizações de empréstimos, aumentando o problema de cada Estado do nosso País.

Eu vejo, por exemplo, o meu querido Estado do Tocantins, com 26 anos de existência. Nós já batemos a casa dos R$5 bilhões de dívida! Mais de 30% de toda a nossa arrecadação, hoje, é tão somente para pagar os juros dessa dívida!

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, ratifico: a responsabilidade desta Casa, a responsabilidade de todos nós, Senadores da República, é muito grande. Se nós continuarmos concedendo, aprovando, assinando embaixo dessa contração de dívidas, nós só vamos agravar, cada dia mais, a situação da economia de cada Estado.

Eu só quero saber o seguinte. Como é que vai ser amanhã? Onde é que vamos chegar daqui a 10 anos, 15 anos, 20 anos, 50 anos? Onde é que vamos chegar? Alguém vai ter que pagar essa conta um dia, Srª Presidente. Um dia alguém vai ter que pagar essa conta. E quem é que vai pagar essa conta? Nós vamos dar conta de pagar essa conta? Nós vamos ter que pegar o Estado de Tocantins e dá-lo sob a forma de dação em pagamento aos credores? Cadê a nossa responsabilidade como Senadores da República? Isso é muito sério! Isso é muito grave!

E esse novo método de gestão que temos que adotar no País passa por um projeto de governo e não por um projeto de poder. Com todo respeito aos nossos governadores, a maioria está preocupada em se manter no poder, não cortando despesas e dando aumentos sucessivos a funcionários públicos. Nós temos que mudar essa gestão. Nós temos que ter projeto de governo e não projeto de poder.

Srª Presidente, o que os nossos governadores têm que fazer neste momento de crise, de dificuldade, é cortar despesas, é equilibrar as contas públicas. É isso que têm de fazer, e não aumentar seu endividamento. Só no Tocantins, um Estado com 1,4 milhão de habitantes, nós temos mais de 20 mil cargos comissionados e contratados, tão somente no Estado de Tocantins, Srª Presidente!

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E o mesmo acontece em todos os Estados. O que esses governos precisam fazer – e volto novamente a apelar para a responsabilidade desta Casa, principalmente para a responsabilidade desta douta Comissão, que aprova *a priori* – é cortar despesas, é equilibrar as contas públicas.

Portanto, Srª Presidente, sou literalmente contra esse endividamento dos nossos entes federados. Esta Casa tem que ter a responsabilidade de pensar menos no hoje e mais no futuro. Cada um de nós vai ter que pagar por seus atos.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigado, Senador Ataídes.

Senador Ricardo Ferraço com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, estamos aqui diante de mais um tema que não deixa de ser uma espécie de escolha de Sofia, sobretudo quando temos a honra e a satisfação de receber aqui o nosso querido e estimado Governador do Piauí, meu querido amigo com quem tenho uma excepcional relação pessoal e política, o ex-Senador e atual Governador Wellington Dias. De novo, nós estamos aqui diante de uma escolha de Sofia.

O crédito, em si, não é um mal. Ao contrário, o crédito é uma ferramenta com enorme capacidade de alavancar a promoção econômica, a promoção social, o desenvolvimento, como quero crer que efetivamente esteja no programa e no planejamento do Governador Wellington Dias, que, de fato, governa um dos Estados com maior nível de indicadores sociais do nosso País. Ocorre, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que de novo estamos aqui diante de uma proposta de autorização, e essa é uma das mais importantes prerrogativas da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República. Essa é uma prerrogativa exclusiva da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República, essa não é uma prerrogativa do Congresso brasileiro. A autorização de crédito, com aval da União, depende objetivamente do aval da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós estamos, portanto, obrigados, determinados a cumprir com a nossa obrigação.

É importante explicar de maneira detalhada, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, de acordo com o art. 23 da Resolução do Senado nº 43, de 2001, sempre que um pedido de autorização para contratar operação

de crédito para Estado ou Município envolve a concessão de garantia da União... Porque nem toda operação de crédito exige garantia da União.

O item seguinte que vamos aqui analisar, do Estado do Ceará, essa operação de crédito não tem como garantia a União. O Estado do Paraná está dando outros ativos e outras garantias a essa agência multilateral que está desenvolvendo esse projeto no Ceará. Não é o caso desta matéria. Esta matéria exige aval da União. Envolve, portanto, a garantia da União, e o Ministério da Fazenda precisa fazer uma classificação da nota de crédito dessa operação de crédito pleiteada. Para tanto, o Tesouro Nacional estabeleceu, desde os anos 90 do século passado, uma norma de avaliação da capacidade de pagamento dos entes subnacionais, dos Estados e Municípios. Essas notas vão de A a D, sendo que as categorias A e D denotam boa capacidade de pagamento, enquanto as categorias C e D apontam baixa capacidade de pagar essa dívida.

Não fomos nós que estabelecemos esse critério. Foi a estrutura da meritocracia da Secretaria do Tesouro Nacional que estabeleceu esse critério. Portanto, o critério posto é critério que precisa ser obedecido, evidentemente. Assim, os Estados e Municípios com categoria C e D, por mais que pese, deveriam ter autorização negada pela Comissão de Assuntos Econômicos. É o caso dessa operação de crédito.

Em relação à análise e pagamento do Estado, uma vez que pleiteou garantias da União, o Estado recebeu nota B menos, a última nota de crédito que toma o Estado ainda capaz de receber novos empréstimos, sem o critério de excepcionalidade do Ministério da Fazenda. Ou seja, B menos é o último degrau de aprovação sem uma autorização especial, no caso, aqui, da Secretaria do Tesouro Nacional. No entanto, quanto à avaliação do enquadramento da nova operação de crédito, a segunda etapa dessa avaliação, o Estado obteve uma nota C*3, que significa que o Estado, segundo os critérios dessa resolução da Secretaria do Tesouro Nacional, não atende aos indicadores de endividamento e ao indicador do serviço da dívida definido pela ainda Portaria 306/2012. Dessa forma, precisaria de um pronunciamento favorável da Secretaria do Tesouro Nacional. Manifestação e pronunciamento que houve, mas é uma autorização especial. De novo, nós estamos aqui burlando a regra e transformando exceção em regra geral.

O crédito, como eu ia dizendo, Sª Presidente, é um instrumento importante. Há o crédito bom e o crédito ruim, como há o colesterol bom e o colesterol ruim. No caso específico, o que nós estamos fazendo aqui, nesta reunião de hoje, é aprovar mais operações de crédito no mesmo dia do que aprovamos em 2015, sem olhar para a realidade brasileira, sem analisar o conjunto das operações de crédito que estão em análise e que virão.

De fato, o que é que estamos fazendo? Nós estamos escancarando a porteira da expansão do endividamento do Estado brasileiro, porque quando o Estado e o Município se endividam, isso vai para o primário. Nunca deixando de registrar que, este ano, o Estado brasileiro deverá gastar a mais do que arrecada R$150 bilhões e no ano que vem, R$180 bilhões. Se eu gasto mais do que arrecado na minha vida pessoal, eu tenho que ir para o cheque especial. A mesma coisa uma empresa. A União não. A União, historicamente, faz o quê? Transfere isso para o pobre do contribuinte, castigado com a elevada carga tributária e com absoluta desorganização das contas públicas.

Então, em que pese o mérito da proposta, o alcance da proposta, de novo, essa é uma proposta que, na minha modesta avaliação, trabalha na direção contrária dos critérios que devem ser estabelecidos, da régua que deve ser estabelecida como premissa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu dizia, agora há pouco, ao meu estimado amigo Senador Alvaro Dias: nós não somos um anexo do Ministério da Fazenda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não; "estimado". Eu não disse "finado". (*Risos.*)

Eu disse "estimado" Senador Alvaro Dias, a quem eu muito admiro e respeito pela sua longa jornada política meritória, não apenas aqui, no Senado, mas como bom governador que foi do Estado do Paraná.

Mas, na prática, objetivamente, nós não somos um anexo do Ministério da Fazenda; nós não somos obrigados a concordar com a ausência de critérios, com a lassidão fiscal que o Governo da Presidente Dilma está impondo ao nosso País. Essa é a escolha que nós precisamos fazer.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Por isso mesmo, Srª Presidente, eu vou manifestar o meu voto contrário; não vou pedir vista, até porque eu acho que uma coisa é você manifestar a sua consciência e a sua convicção, outra coisa é você atrapalhar, procrastinar. Cada um de nós aqui faz o seu juízo de valor e responde por ele. Eu vou responder pelo meu e serei coerente com todas as operações de crédito que trabalham – trabalham por assim dizer – no sentido de dobrar a aposta na desorganização fiscal do Estado brasileiro, que, para muitos, é uma bobagem, é um detalhe, Para mim, não; para mim, é precondição. Sem dis-

ciplina fiscal, não há capacidade de investimento; e, sem capacidade de investimento, não há como se colocar de pé ações de governo que possam atender, sobretudo, as políticas sociais de alto relevo para a sociedade, inclusive para parte da população que mais necessita dessas ações.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente. Eu pedi vista.

Perdoe-me; eu concluí a minha fala e me esqueci de dizer que desejo pedir vista deste e dos demais.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Em cumprimento ao Ato nº 1, de 2013-CAE, concedo vista coletiva da presente matéria.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É sobre o próximo item, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ah; está bem.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quem pediu a palavra? Eu não identifiquei. (*Pausa.*)

Senador Donizeti e, depois, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, não; era sobre o item 4.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim; eu já concedi a vista coletiva.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, como foi feito o pedido de vista coletiva, a pergunta que faço é se a matéria ainda está em discussão ou se já passamos para um novo item da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Já estamos passando para o item 4, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Item 4?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até € 57.638.500,00 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e trinta e oito mil e quinhentos euros), entre o Governo do Estado do Ceará e a MLW Internet Handels, para o financiamento do "Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará (PROMOTEC II)".

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira.
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.
Com a palavra o Relator, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu vou direto à análise do pedido de financiamento anunciado pela nossa Presidenta.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nos 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com o Parecer nº 687, de 23 de setembro de 2015, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Estado do Ceará atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação,

do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida (RCL) com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

No referido parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Estado do Ceará apresenta reduzido nível de endividamento consolidado, equivalente a 0,84 vezes a sua Receita Corrente Líquida, comprometendo, portanto, apenas 41,88% do limite de duas vezes a Receita Corrente Líquida fixada pela Resolução nº 40, de 2001.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da Receita Corrente Líquida, é decrescente até 2019, último ano da projeção realizada e que prevê liberações de parcelas do financiamento, quando atingirá valor de 0,32%.

Já o comprometimento anual da Receita Corrente Líquida do Estado com o serviço de sua dívida será de 7,94% em 2016 e 8,36% em 2017, com tendência declinante até 2023 a partir de 2018. Nesse período, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 7,31%, inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal (63,55% do referido limite).

Destaque-se que essa operação de crédito deverá ser contratada sem garantia da União. Dessa forma, as garantias prestadas são do próprio Tesouro do Estado do Ceará.

A Secretaria do Tesouro Nacional informa-nos ainda que o Estado se encontra adimplente com as metas e os compromissos assumidos nos programas de financiamento e refinanciamento contratados com a União e que a operação pretendida não implica violação de suas cláusulas.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do Ceará nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Ceará apresenta capacidade financeira para contratar a operação de crédito externo em exame, pois estão cumpridos e observados os limites e as condições estabelecidas pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências contidas no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Ceará para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte:

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sim.

O projeto de resolução eu vou me abster de ler aqui porque já foi publicado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Donizeti.

A matéria está em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Srª Presidente, solicito vista, também, do item 4 da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, em cumprimento ao Ato nº 1, de 2013, CAE, concedo vista coletiva da presente matéria.

Item nº 5.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só um... Eu entendo, reconheço o direito regimental de pedir vista; mas, mesmo reconhecendo, esse pedido, no meu ponto de vista, é desnecessário. Não há garantia da União: é o Tesouro do Estado que vai garantir. Então, acho que a gente poderia...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muda o Regimento, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vou pedir ao Senador Ataídes para ajudar o Ceará e retirar o pedido de vista dele. Do meu ponto de vista, é desnecessário.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Ataídes, eu também gostaria de fazer...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador, eu passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu gostaria de argumentar junto ao Senador Ataídes, com todo o respeito e admiração que tenho por ele, que trata-se de uma condição diferente de empréstimo.

Primeiro, de todos esses analisados aqui, é o único empréstimo que não tem garantia da União. Ele tem garantia do Tesouro estadual, a ser pago pelo Tesouro estadual. E segundo, eu queria dizer que concordo com 100% das palavras do Senador Ferraço sobre a questão do endividamento, do risco que estamos correndo em relação ao endividamento dos Estados. Mas no caso específico desse empréstimo, além de não ter garantia da

União, ele também é o Estado que tem o seu limite de endividamento abaixo, muito abaixo do limite estabelecido pelo Tesouro Nacional. Por exemplo: hoje, o limite de endividamento do Estado, contando esse empréstimo, vai estar em 80% da receita corrente líquida...

Portanto, entendendo a posição de V. Exª, não é justo a gente tratar desiguais igualmente. Aqueles que têm endividamento altíssimo são uma questão, e com certeza teremos problemas no futuro; já os Estados que fizeram, em algum momento, o seu dever de casa, têm o seu endividamento baixo e, além do mais, não vão levar risco para a União, são uma situação completamente diferente.

É isso que eu queria deixar colocado, com o respeito ao seu direito de fazer o pedido de vista no momento que quiser.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, no mesmo sentido...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... que o Senador Tasso e o Senador Donizeti, o pedido é regimental. No entanto, nós estamos fazendo um apelo nessa matéria pelos motivos já expostos e, principalmente, porque esse empréstimo tem como finalidade o projeto de modernização tecnológica do Estado do Ceará.

O Estado do Ceará, desde os anos 1990, tem feito um esforço muito forte para investir em novas tecnologias. Nós criamos o cinturão digital do Estado do Ceará, que se iniciou no governo do Senador Tasso Jereissati, nos anos 1990, e teve continuidade. E a finalidade aqui são áreas prioritárias e estratégicas do planejamento estadual, em setores como educação superior, segurança pública – que é um problema nacional –, finanças públicas e meio ambiente.

Portanto, nobre Senador Ataídes, com a amizade que a gente tem, com o cuidado que V. Exª sempre teve no exercício do seu mandato, como isso aqui não envolve recursos da União, se V. Exª pudesse nos ajudar nós ficaríamos muito gratos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Consulto o Senador Ataídes... Pois não, Senador Ronaldo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Presidente, nós temos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bem, Presidente, a situação especificamente em relação ao Estado do Ceará... Mesmo ele tendo as condições, a discussão que nós temos aqui é que ou nós vamos cumprir as regras ou essas regras não vão mais prevalecer para os demais outros Estados. Essa é a situação.

Ou se tem uma regra ou essa regra não pode mais ser amanhã levantada por qualquer Parlamentar, não para dificultar: para exigir que seja autorizado o empréstimo. Está bem claro aqui que a análise do Tesouro em relação a limite de endividamento tem um prazo que venceu no dia 21 de março de 2016.

Então, o que se pede aqui é que este processo seja devolvido ao Ministério da Fazenda e que uma nova análise seja feita em relação a esse período que realmente ultrapassou o limite do parecer do Tesouro.

Esta é a discussão aqui. Não se trata de dificultar a vida do Estado ou não dificultar, aqui não estamos jogando o jogo do ponto de vista partidário e nem de gestão de quem está à frente.

Agora, essa regra, amanhã, se for para os Estados em que a oposição tem lá o comando do Estado, será contemplada pela anuência da Base do Governo? Ou ela será usada para derrubar o empréstimo? É uma pergunta.

Segundo ponto, Srª. Presidente, voltando à situação do Piauí: eu já pedi a minha assessoria que entrasse com um projeto de decreto legislativo, porque o Ministro da Fazenda não tem prerrogativa de superar normas constitucionais. A prerrogativa é do Senado Federal em autorizar ou não empréstimos. Não é o Secretário do Tesouro dizer que vai avalizar aquele Estado que já extrapolou o limite de endividamento. Essa prerrogativa, pelo art. 52 da Constituição, é nossa, do Senado Federal. Não é do Tesouro e muito menos do Ministro da Fazenda.

Então, acho que estamos criando situações anômalas, desrespeitando a Constituição, desrespeitando regras que aqui preestabelecemos pela Lei de Responsabilidade fiscal, de que o Tesouro é obrigado a se pronunciar, em relação ao endividamento de cada Estado e, de repente, nós falamos: "Olha, mas é porque é para tratar de um outro assunto, da parte de informatização do Estado, isso ou aquilo".

Srª Presidente, então precisamos ter um critério único. Ou a Comissão tem um critério ou a partir de agora nós vamos ter que revogar, então, a Lei de Responsabilidade Fiscal nesta parte que diz que o Tesouro tem que apresentar e que o seu parecer só vale por 180 dias. O parecer foi apresentado em setembro de 2015 e ele exauriu em 21 de maio de 2016. É esse o ponto que eu quero colocar para os demais pares, não é uma concessão e nem é uma perseguição a quem quer que seja, é uma regra. Essa regra vale? Ou não vale?

É importante que a Base do Governo saiba que, a todo momento em que eles são descumpridores das regras, eles vêm com essa alegação de que existe uma posição contrária ao Estado A ou ao Estado B. Não! Não é esta a posição.

Quando...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... nós estamos na situação de solicitar para que haja uma ampliação desse prazo, eles são os primeiros a dizer: "Ah, querem descumprir a lei".

Então, como tal, Srª Presidente, com a tese do Senador Ataídes, em pedir vista, para que as coisas sejam esclarecidas, também me solidarizo e vou, exatamente, na posição do pedido de vista desse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado.

Temos o Senador Ricardo Ferraço. Consulto porque, com esse posicionamento do Senador Ronaldo Caiado, vamos conceder vista coletiva, então a discussão da matéria ficaria para a próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É para uma questão de ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para uma questão de ordem com base nas Resolução nº 43, em seu art. 28, parágrafo único, e é muito importante a atenção de V. Exªs para o encaminhamento desta questão, porque acho que, se assim proceder V. Exª, na condição de nossa Presidente, e eu quero cumprimentá-la, em que pese as divergências políticas que temos, porque tem sido absolutamente imparcial na condução da Comissão de Assuntos Econômicos na companhia do sempre agregador, Senador Raimundo Lira.

Quero cumprimentar V. Exª, pois V. Exª tem conduzido a Comissão de Assuntos Econômicos com um espírito democrático, em que pesem as divergências, que são naturais e até satisfatórias que existam, é importante fazer esse registro por parte de V. Exª.

E acho que V. Exª poderia evitar esse tipo de debate. Por quê? Porque a Resolução nº 43, de 2001, no seu art. 28, parágrafo único, estabelece que:

> O Senado Federal devolverá ao Ministério da Fazenda, para as providências cabíveis, o pedido de autorização para contratação de operação de crédito cuja documentação esteja em desacordo com o disposto nesta Resolução.

Ora, anexado a essa manifestação, estou de posse do documento oficial do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional, que estabeleceu as condições para a análise dessa verificação de limites e condições.

Vou ler, Srª Presidente, *ipsis litteris,* o que está escrito no documento de análise do Ministério da Fazenda. O próprio Ministério da Fazenda, a própria Secretaria do Tesouro Nacional, estabelece, no item 20, Srª Presidente, nas conclusões:

> Considerando o disposto na Portaria STN 694, de 2010, o prazo de validade da verificação dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, é de 180 dias, uma vez que o cálculo do limite a que se refere o inciso I do art. 7º da Resolução 43 resultou em percentual de comprometimento de 80 e 90%.

Ora, Srª Presidente, o próprio Ministério da Fazenda faz uma consideração como essa, estabelecendo um prazo. Então, eu acho que V. Exª, na condição de Presidente, boa Presidente que tem sido, ao receber esse documento, podia, de maneira diligente, devolver. Eu não estou me baseando, Senador Pimentel, em documento de minha lavra, mas em documento da lavra do Ministério da Fazenda, que analisou a operação de crédito. O próprio documento diz que são 180 dias. Esse prazo findou. Se esse prazo findou, em qualquer tipo de votação que fizermos aqui, estaremos violando uma regra que nós próprios estabelecemos, porque nada melhor do que a regra. Regra é sinônimo de previsibilidade, de critério, de igualdade de oportunidade. A previsibilidade é algo fundamental para todos, para que não fiquemos neste debate que, eventualmente, pode parecer um debate de situação ou de oposição.

Então, a minha questão de ordem vai na direção, considerando que hoje houve um pedido de vista coletiva do Senador Ataídes, do Senador Ronaldo Caiado, de que V. Exª pudesse se valer desse prazo para fazer uma avaliação, se essa questão de ordem que estou encaminhando a V. Exª não faz sentido. Aí, esse processo chegaria aqui todo organizado, de acordo e nivelado com a lei. O Ministério da Fazenda se encarrega de atualizar as informações. É claro que as avaliações do Ministério da Fazenda são fundamentais, mas esta Comissão e este Poder, vou repetir, não são anexos do Ministério da Fazenda. Perdoe-me, mas, nos últimos anos, a Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda, fizeram o que fizeram.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Fizeram o que fizeram, tendo como fundamento a chamada nova matriz econômica, que mergulhou o nosso País numa desorganização sem precedentes na história da República brasileira. Então, acho que essa seria uma boa orientação, se V. Exª entender que tem sentido essa questão de ordem de que estou me valendo. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu recebo, Senador Ricardo Ferraço, a sua questão de ordem. Como temos vista coletiva, queria solicitar a V. Exª que pudéssemos resolver a questão de ordem durante esta semana e, na próxima semana, trouxéssemos um parecer a V. Exª e o encaminhamento.

Eu gostaria, para que não tratássemos de forma diferente situações semelhantes, que pudéssemos ler o relatório das demais operações de crédito que estão aqui, que são os Itens 5 e 6, e, da mesma forma, proceder como V. Exª pediu, dando vista coletiva, trazendo solução à questão de ordem feita por V. Exª na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Um critério só, um padrão só, porque esses precedentes estão se transformando em regra geral, e isso, na prática, desmoraliza o papel da Comissão de Assuntos Econômicos, na medida em que estamos atuando aqui com pesos e medidas absolutamente diferentes.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço. Então, se V. Exª e o Plenário concordarem, passaremos à leitura dos relatórios dos Itens 5 e 6, encaminhando ambos os itens com o mesmo encaminhamento sugerido aqui. Eles cabem vista coletiva e nós colocaríamos também na avaliação da questão de ordem do Senador Ricardo Ferraço.

Pois não, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sou relator do item seguinte.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem. Item 5..

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Piauí: Crescimento Sustentável e Inclusivo".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.
Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Análise.

Nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal compete ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional estabelecem que também compete a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações. Tais normas constam das Resoluções do Senado Federal nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 2000, também normatiza o tema, notadamente em seus arts. 32 e 33.

Sobre a normatização das operações de crédito externo e concessão de garantias pela União, destaca-se o art. 29 da Resolução nº 43, de 2001, que estabelece que os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

O referido empréstimo será concedido na modalidade Development Policy Loan – DPL (empréstimo para política de desenvolvimento, em tradução livre). Ao contrário de empréstimos usuais, que se destinam a projetos específicos, no DPL os recursos são disponibilizados para apoiar políticas públicas consideradas relevantes para o desenvolvimento econômico sustentável. Os fundos são desembolsados à medida que o mutuário se ajusta às condições estipuladas de liberação.

Nesse contexto, o "Projeto Piauí: Crescimento Sustentável e Inclusivo" possui três componentes:

I) Promoção do crescimento sustentável no meio rural, que envolve ações de regularização fundiária, aumento do emprego e renda no meio rural, estabelecimento da gestão integrada e gestão de recursos hídricos;

II) Promoção do crescimento inclusivo, que compreende ações de melhoria na educação e geração de oportunidades para os jovens e melhoria das condições de saúde das populações expostas a doenças relacionadas à pobreza; e

III) Eficiência da gestão pública, que envolve ações para ampliar a gestão por resultados e monitoramento.

Trata-se, assim, de políticas públicas fundamentais para reduzir a pobreza no Estado do Piauí, especialmente na área rural, onde está concentrada.

O valor total do financiamento será de US$ 200 milhões (duzentos milhões de dólares norte-americanos). O desembolso ocorrerá de uma única vez, já em 2016, e a prazo total do empréstimo será de 240 meses, sendo 36 meses de carência e 204 meses para amortização. Os juros serão correspondentes à taxa Libor de seis meses para o dólar norte-americano, acrescida de *spread* variável. Além da taxa de juros, incidirão a comissão de compromisso equivalente a 0,25% ao ano sobre o saldo não desembolsado, a comissão de financiamento de 0,25% do total do financiamento e sobretaxa de 0,5% ao ano sobre o montante em excesso a exposição alocada durante o período em que o Brasil permanecer acima do teto de exposição junto ao Bird.

O cálculo estimado do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação, está situado em 3,39% ao ano.

De acordo com o Parecer nº 81, de 2016, do Ministério da Fazenda, o pleito atende às exigências do §1º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como do inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. A relação custo-benefício ficou demonstrada na Nota nº 436, de 2013. A comprovação do cumprimento do inciso I do §1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio do parecer jurídico e da declaração do Chefe do Poder Executivo atestando a inclusão, no orçamento vigente, dos recursos provenientes da operação pleiteada. Em atendimento ao disposto nas Resoluções do Senado nºs 40 e 43, ambas de 2001, o Estado apresentou os limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação.

O projeto a ser financiado está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 – Lei Estadual nº 6.751, de 2015 – e conta com dotação na lei orçamentária estadual, Lei nº 6.752, também de 2015, que estima e fixa a despesa do ente para o exercício de 2016. Mais especificamente, a lei prevê as dotações necessárias e suficientes para a execução do programa em tela quanto ao ingresso dos recursos, pagamento dos encargos e aporte de contrapartida.

Há também a Lei nº 6.459, de 19 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo estadual a contratar a operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito. A STN considerou que as garantias oferecidas pelo Estado do Piauí são suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

De acordo com a análise da capacidade de pagamento, elaborada em conformidade com parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, a operação de crédito em exame obteve pontuação C-3, de forma que a concessão da garantia da União deve ficar condicionada a pronunciamento favorável do Secretário do Tesouro Nacional. Na Nota Técnica nº 113, de 2015, o Secretário do Tesouro Nacional manifestou-se favoravelmente ao enquadramento das operações de crédito do ente, com o objetivo de considerá-las elegíveis para a concessão da garantia da União, conforme o art. 9º e inciso I do art. 10 da Portaria do Ministério da Fazenda nº 306, de 2012.

Sobre a adimplência, a STN informa que o Estado do Piauí encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como em relação aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou às garantias por ela honradas. Em relação aos precatórios, não foi possível verificar diretamente a situação do Estado, tendo em vista decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União de suspender consultas e emissões de certidões até a conclusão do processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 5.633, de 2010. Diante disso, a STN enviou *e-mail* ao Estado do Piauí, orientando-o a encaminhar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional documentação que comprove sua adimplência com o pagamento de precatórios. Em resposta, o ente encaminhou certidão do Poder Judiciário do Estado do Piauí informando que está adimplente.

Entretanto, consulta realizada ao sítio do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, mantido pela STN, em 9 de março de 2016, indica que o Estado do Piauí encontra-se em situação irregular em relação à prestação de contas de recursos federais recebidos anteriormente (item 2.1). Foi também emitida Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade até 9 de março de 2016.

A STN atestou também que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada, dentro do limite estabelecido pelo art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Tribunal de Contas competente atestou o pleno exercício da competência tributária do Estado do Piauí, bem como o cumprimento dos gastos mínimos com saúde e educação previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição. Relativamente às despesas com Pessoal, a STN analisou e deu como atendidas as referidas despesas até o 3º quadrimestre de 2015.

Sobre a exigência de comprovação do limite de Restos a Pagar, nos termos dos arts. 40, §2º, e 25, inciso IV, alínea "c", ambos da LRF, combinado com o disposto na alínea "c" do inciso II do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, concluiu-se que ele não é exigível para o caso em tela, tendo em vista não estarmos nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

Em relação aos limites com gastos com Parcerias Público-Privada (PPP), o ente atestou, por meio de Declaração do Chefe do Poder Executivo, que as despesas com essas parcerias situam-se dentro do limite estabelecido pela Lei nº 11.079, de 2004, com posteriores alterações.

Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional frisou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Dessa forma, tanto a STN como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não apresentaram óbices para a autorização do presente pleito, condicionando a assinatura do contrato à: i) verificação do cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso do empréstimo; ii) comprovação da adimplência do Estado do Piauí para com a União e suas entidades controladas; iii) formalização do contrato de contragarantia entre o ente e a União.

Voto.

Em suma, o pleito encaminhado pelo Estado do Piauí encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução já publicado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Pimentel.

Então, em cumprimento ao Ato nº 1/2013 da CAE, concedo vista coletiva da presente matéria.

ITEM 6
MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 88,000,000.00 (oitenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Gestão Municipal de Teresina - Programa Lagoas do Norte - Etapa II".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Tasso Jereissati
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.
Com a palavra o Relator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Rapidinho, com a licença do Senador Tasso Jereissati.

O item 19 se trata de um projeto de autoria do Senador Crivella, e eu sou o Relator da matéria. É um projeto antigo de 2007, o parecer foi dado em 2013. Ele está desatualizado pelas condições da economia do momento.

O Senador Crivella conversou comigo e pediu prazo para reexame dos termos do projeto que S. Exª apresentou há oito anos. Eu acho plausível o argumento de S. Exª e peço a V. Exª que retire de pauta. É o item 19. Retirar de pauta para reexame, a partir da solicitação que me chegou do Senador Crivella, que é autor do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – V. Exª será atendido, Senador. O item 19 será retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2007
- Terminativo -

Altera o artigo nº 27 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para modificar a multa por atraso na declaração de ajuste do Imposto de Renda.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:)
Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o principal objetivo do projeto a ser financiado é elevar os índices de qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa Lagoas do Norte, em termos de acesso aos serviços de saneamento básico, saúde, educação, mobilidade urbana, segurança, lazer cultura, e de aumento de renda familiar.

Serão investidos cerca de US$176 milhões, sendo a metade vinda dos recursos do BIRD e a outra na forma de contrapartida do mutuário. Os desembolsos se darão entre 2016 e 2020, nos seguintes valores, respectivamente: 10 milhões, 22 milhões, 34 milhões, 15 milhões e US$6,6 milhões. O cálculo estimado dos serviços da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação está situado em 3,47% ao ano.

De acordo com a STN, o pleito atende às exigências do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Resoluções do Senado Federal, notadamente os enquadramentos previstos no art. 6º, 7º e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

O projeto financiado está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 e conta com dotação na Lei Orçamentária do Município relativa ao exercício de 2016.

Já as Leis nº 4.656, de 2014, e nº 4.750, de 2015, autorizam a presente contratação de operação de crédito e a vinculação como contragarantia das cotas de repartição constitucional prevista nos arts. 158 e 159, complementada ainda pelas receitas previstas no art. 156 da Constituição Federal.

A STN considera as garantias oferecidas pelo Município de Teresina suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

Quanto à capacidade de pagamento da Prefeitura de Teresina, a STN classifica essa informação como relevante com pontuação B, sendo a operação, portanto, elegível relativamente aos riscos do Tesouro Nacional para o recebimento da garantia da União.

Em relação à adimplência, a STN afirma estar o Município adimplente com as instituições financeiras e relativamente aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantia por ela honrada.

Quanto aos precatórios, as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (Cedin) estão suspensos até decisão final do mérito do Processo em Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0005633-70. Entretanto, o mutuário encaminhou para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional documento que comprova a regularidade nesse quesito.

A STN atesta também que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada dentro do limite estabelecido pelo art. 9º da Resolução nº 48, de 2007. Ademais, com base na análise das cláusulas contratuais, constata-se que as obrigações são passíveis de cumprimento e não geram ao Tesouro Nacional riscos superiores aos normalmente assumidos nesse tipo de operação.

A STN cita ainda documentos do Poder Executivo municipal e do Tribunal de Contas do Piauí que atestam a observância, pelo Município, dos gastos mínimos com saúde e educação, o cumprimento dos limites máximos para despesas com pessoal, o pleno exercício da sua competência tributária e a ausência de despesas com parcerias público-privadas, dispensando qualquer cotejamento com os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a seu tempo, frisou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País.

Assim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja atualizada a verificação de adimplência da Prefeitura de Teresina em face da União, formalizando o contrato de contragarantia e verificado o cumprimento das condições necessárias para a efetividade do contrato.

O voto, Srª Presidente, é que, em conclusão, o pleito encaminhado pela Prefeitura de Teresina encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, notadamente as legislações do Senado Federal nº 43/2001 e 48/2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida.

É esse o nosso voto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Tasso Jereissati. Da mesma maneira essa mensagem, em cumprimento ao Ato nº1/2013 da CAE, fica em vista coletiva para que possamos fazer a discussão na próxima reunião.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, recepciona o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem) e redireciona o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), cria novas fontes de financiamento da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), dá novas redações às leis de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e de nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Autoria: Senador Hélio José
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa;

O relatório já foi lido pelo Senador Walter Pinheiro na 5ª Reunião realizada em 15 de março, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Eu pergunto se o Relator *ad hoc,* Senador Elmano Férrer, gostaria de fazer uso da palavra.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu só gostaria, nobre Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Esse projeto, nobres Senadores, Senadoras desta reunião, é um projeto muito importante. Desde que assumi minhas funções neste Parlamento, tenho defendido a utilização prioritária das fontes alternativas renováveis de energia elétrica, e assim continuarei.

É necessário que a participação das fontes renováveis seja cada vez maior na nossa matriz elétrica. Ao mesmo tempo, não podemos mais permitir o uso de usinas termelétricas a combustíveis fósseis. Usinas termelétricas que utilizam esse combustível são predominantemente poluentes e podem ser substituídas por outras tecnologias, como, por exemplo, termelétricas a gás natural ou a gás liquefeito de petróleo.

Todavia, depois de muitas discussões técnicas, estamos chegando a uma proposta para o PLS 201/2015, de minha autoria, porém longe daquilo que defendo veementemente e que entendo seja o melhor para o Brasil.

Quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro por, no momento, ter concatenado, ter se debruçado sobre as possibilidades e ter apresentado esse substitutivo tão importante para um início de trabalho de aprofundamento da energia solar fotovoltaica em nosso País.

Nesse contexto, Srª Presidente, estou apresentando dois outros projetos de lei no Senado Federal: a criação do Pró-Solar, que propõe a inserção da energia solar fotovoltaica na matriz elétrica nacional, de modo que possamos atingir uma contribuição de 15% dessa fonte em aproximadamente quinze anos, sem que o nosso País fique a reboque dos países mais desenvolvidos nessa área.

O nosso índice de radiação solar é um dos mais altos do mundo a irradiação solar do nosso País. Para se ter uma ideia, lembro-me dos cinco países que mais ampliaram sua capacidade instalada de energia solar nos últimos anos. Esses países representaram quase dois terços do mercado global de energia solar no ano passado.

Portanto, Srª Presidente, é muito importante a aprovação desse projeto. Ainda podemos aprimorá-lo na Comissão de Infraestrutura, e eu conto com V. Exªs, Srs. Senadores, para colaborar, para a gente dar sequência a esse importante projeto.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Hélio José.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Walter Pinheiro, relatado *ad hoc* pelo Senador Elmano Férrer.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE, substitutivo.

Item nº 8.

O item nº 8 é de relatoria do Senador Ciro Nogueira, que não se encontra.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório o uso de sistema antitravamento das rodas (ABS) nos veículos automotores.

Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CI;
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Então passaremos ao item nº 9.

O item nº 9 é de autoria do Senador Eduardo Amorim e relatoria do Senador Roberto Requião. Ambos não se encontram.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta ao Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o Capítulo VIII-A para dispor sobre o trabalho exercido a distância.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

Passaremos ao item nº 10. Do item nº 10, o Relator é o Senador Ronaldo Caiado, que se encontra.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC.

Autoria: Deputado Junji Abe
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Com a palavra o Relator, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Presidente e aos demais pares.

Antes de entrar diretamente na análise do projeto, Presidente, gostaria de saber de V. Exª se há algum problema na refrigeração aqui da sala, porque, com essa epidemia de H1N1, sem circulação e sem uma venti-

lação perfeita, as coisas ficam cada dia mais arriscadas, não é, Presidente? E sem sequer vacinação para todos nós aqui. Mas vamos lá, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só uma pergunta, Senador Caiado, V. Exª está achando que está muito frio ou muito quente?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não, muito quente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito quente. Nós vamos providenciar então...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ninguém está suportando este calor aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vamos providenciar para que se amplie a refrigeração.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Realmente é... Obrigado, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ah, de todos? Estava muito cheia a Comissão, a sala da Comissão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Análise, Presidente, do projeto.

A análise do Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 88, de 2014, nesta Comissão se dá em virtude da previsão contida no art. 99, I do Regimento Interno da Casa, que estabelece competir à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

A proposição em exame tem nosso reconhecimento de mérito, conforme as razões que passamos a dissertar.

A Lei nº 10.711, de 2003, em seu art. 11, § 6º já contempla cláusula de exceção da obrigatoriedade de inscrição no RNC de cultivar local, tradicional ou crioula, utilizada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, medida de boa monta para a preservação do patrimônio genético nacional e da população com mais dificuldade de acesso aos produtos obtidos do melhoramento genético.

A medida ora proposta vai em sentido semelhante.

A atividade do cultivo de flores e plantas ornamentais está diretamente relacionada aos riscos elevados envolvidos na produção de novas cultivares mediante melhoramento genético. A rigor, o processo de seleção se caracteriza pela elevada aleatoriedade dos fatores, que se estendem desde os atributos estéticos desejados e valores agronômicos do produto obtido, aspectos que podem variar de uma estação para outra, ao sabor das tendências da moda.

É absolutamente compreensível que a imposição do cadastro de cada cultivar ornamental – que sob vários aspectos se encontra no estado da arte e na completa incerteza de sua viabilidade comercial – no RNC apenas elevam-se os custos e a burocracia de um segmento que está normalmente sujeito a margens estreitas de lucros, mas se demanda e emprega-se intensivamente mão de obra, distribuindo renda e beleza.

Fortalece a iniciativa, finalmente, a preocupação original com a isenção do cadastro no RNC tão somente das cultivares e flores ornamentais que não se encontram sob o regime de proteção do direito de uso instituído pela Lei de Proteção de Cultivares, na Lei n° 9.456, de 1997 –, ou seja, que já estão em domínio público. Assim, resta mantida a obrigatoriedade de inserção para as cultivares protegidas.

É de se ressaltar que a forma com que se está usando o RNC faz com que o registro seja meramente uma exigência burocrática, não trazendo nenhum benefício direto, mas apenas gerando custos desnecessários e freando o desenvolvimento do setor, vez que o registro é limitante ao comércio de cultivares e a demora na sua efetivação tem causado grandes prejuízos aos produtores de plantas e flores ornamentais.

Importante ressaltar que o mercado de flores e plantas ornamentais vem crescendo em ritmo superior ao da economia. Ademais, a aproximação de importantes eventos esportivos coloca o Brasil em importante evidência no disputado comércio internacional.

Sugerimos, no entanto, uma emenda para aprimorar a técnica legislativa, introduzindo a mudança legal no § 6º do art. 11 da Lei n.º 10.711, de 2013, vez que o mesmo já trata de hipótese de não obrigatoriedade de inscrição no RNC.

Ante ao exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara n° 88, de 2014, com a emenda de redação a seguir:

Art. 1º O § 6º do art. 11 da Lei n.º 10.711, de 5 de agosto de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11

.....

§ 6º Não é obrigatória a inscrição no RNC de:

a) cultivar local, tradicional ou crioula, utilizada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas;

b) cultivar de flores e plantas ornamentais, exceto aquelas objeto de concessão ou de solicitação de Certificado de Proteção de Cultivar instituído pela Lei n.º 9.456, de 25 de abril de 1997.

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Srª Presidente, isso tem exatamente o objetivo de simplificarmos e excluirmos da inscrição no Registro Nacional de Cultivares essas plantas ornamentais, inscrição que tanta burocracia têm causado e dificultado, principalmente àqueles que se dedicam e são pequenos produtores, agricultores que têm pequenos espaços de terra, e como tal, precisam ter uma viabilidade econômica para essa atividade. É uma burocracia que não contribui em nada.

A única causa de esse projeto ter circulado rápido e tramitado rapidamente na Câmara dos Deputados é o fato de que todos nós conhecemos – já votamos a Lei da Transgenia, já votamos; o Código Florestal – e temos um conhecimento amplo sobre todas as patentes que são exigidas. Respeitando todas elas, esse caso específico não faz parte de nenhuma e deve ser exatamente excluído da obrigatoriedade desse registro no cadastro que vem dificultando, encarecendo e inviabilizando economicamente esse segmento da agricultura brasileira.

Eu agradeço e peço aos demais Pares a votação favorável, para que possamos aprovar e dar um rito mais célere a esse projeto.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Ronaldo Caiado, a matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ronaldo Caiado.

As Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com a Emenda nº1 – CAE. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Item 11.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2009
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo);
2. Em 13/4/2010 e 23/9/2015, foram realizadas audiências públicas para discutir a matéria;
3. Em 8/3/2016, foi concedida vista coletiva.

O item nº 11, de autoria do Senador Tasso Jereissati e Relatoria do Senador Ricardo Ferraço, teve o relatório já lido aqui neste plenário e me parece que tem um calendário de discussões e negociações de um tema com o Poder Executivo.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É exatamente isso, Srª Presidente. Trata-se de uma lei muito complexa, mas absolutamente necessária, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que propõe uma nova arquitetura para a Lei de Finanças Públicas em nosso País, com enorme desdobramento na capacidade de organizar melhor não só a proposta orçamentária como a execução orçamentária.

Pela complexidade, nós estamos com as nossas equipes discutindo com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Planejamento. O prazo é o dia 15 de abril para que as nossas equipes possam concluir seus estudos. Portanto, a partir do dia 15, quero crer que já devamos ter uma proposta minimamente consensual para trazer à deliberação da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Ricardo Ferraço.

Os demais itens, os itens nºs 11 a 19, são todos projetos terminativos. Infelizmente, não temos quórum para deliberar.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2009
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo);
2. Em 13/4/2010 e 23/9/2015, foram realizadas audiências públicas para discutir a matéria;
3. Em 8/3/2016, foi concedida vista coletiva.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2014
- Terminativo -

Dispõe sobre incentivos para fomentar a reutilização de recursos hídricos no âmbito da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação do projeto, acolhida a Emenda nº 1-CMA e rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3-CMA, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CMA.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2009
- Terminativo -

Institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica - REINFA e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa.

Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CI, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CI;
2. Em 15/3/2016, foi concedida vista coletiva.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para permitir que valores referentes à compensação financeira possam ser abatidos da dívida dos entes com a União, nos termos que especifica.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
1. Em 1º/3/2016, foi concedida vista coletiva.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre as Sociedades por Ações."

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. Em 15/3/2016, foi concedida vista coletiva.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, de 2011
- Terminativo -

Altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer que independe de autorização a distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio realizado por pessoa jurídica de direito público, diretamente ou com o auxílio de entidades ou associações sem fins econômicos na sua organização ou gerenciamento, como meio auxiliar de fiscalização ou arrecadação de tributos de sua competência.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação do projeto.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2007
- Terminativo -

Estabelece instrumentos para evitar que as loterias da Caixa Econômica Federal possam vir a ser utilizadas para ações de "lavagem" de dinheiro.

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 2 (substitutivo) e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos nos termos da Emenda n° 1-CCJ (substitutivo);
2. Em 17/11/2014, foi apresentada a emenda nº 2 (substitutivo), de autoria do senador Pedro Taques.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2008
- Terminativo -

Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CCT;
2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CCT-CMA.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2007
- Terminativo -

Altera o artigo nº 27 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para modificar a multa por atraso na declaração de ajuste do Imposto de Renda.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.)

Passamos, então, ao item nº 20, que é deliberação de requerimento já lido em reunião anterior.

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a proposta de revisão das Condições Gerais de Transporte (CGT) e das regras de aprovação de voos pela Agência Nacional de Aviação Civil. Para tanto, sugere-se que sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes: Marcelo Pacheco dos Guaranys, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e Maria Inês Dolci, coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Proteste.

Autoria: Senador Raimundo Lira
Observações:
1. O requerimento foi lido em 15/3/2016.
Consulto o autor se quer fazer uso da palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Eu consultaria os Srs. Senadores presentes, até por sugestão aqui da nossa Presidente, sobre a conveniência de trazermos aqui também os Presidentes das três grandes companhias de aviação. Inclusive, adicionaríamos também no requerimento não só o Presidente, mas o Diretor da Anac que fosse ligado a essa área, porque há várias áreas na Anac: área jurídica, área disso, área daquilo. Então, a área específica, além do Presidente da Anac. Gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Senadores para que a Presidente pudesse providenciar o convite a essas autoridades.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Se me permite, Senador Raimundo Lira – eu tinha feito essa sugestão –, acho que até são quatro companhias que detêm a maior fatia do mercado: TAM, Avianca, GOL e Azul. Se pudéssemos trazer as quatro para a discussão, acho que seria bom para que entendêssemos um pouco a formação de preço, o que está acontecendo com essas companhias, a regionalização de voos. É claro que há outras companhias também. Para que as demais companhias não ficassem sem representatividade, poderíamos, talvez, chamar uma representação da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) para que viesse também aqui. Então, gostaria de fazer esse adendo.

Se não houver oposição desta Comissão, nós aprovaríamos assim o requerimento, também com a sugestão do Senador Raimundo Lira de vir o diretor responsável da Anac.

Então, vamos colocar em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 5, de 2016, CAE, com as alterações propostas. Logo marcaremos a realização da audiência pública.

O item 21 é um requerimento.

Eu consulto se votamos este requerimento mesmo sem a presença do Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, há um projeto de minha autoria que consta na pauta de hoje.

Trata-se do PLS 286, relatado pelo Senador Walter Pinheiro, que, no entanto, foi excluído. Eu não tenho informação do porquê. Houve pedido de vista, que foi concedido. O projeto está com parecer favorável pela aprovação. E o Relator é o Senador Walter Pinheiro.

Será que a assessoria poderia me informar o porquê da não...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador, eu informei. É que todos esses itens, a partir do item nº 12 até o item 19, são projetos terminativos. Eles requerem quórum qualificado, ou seja, a presença dos Senadores na Comissão para serem votados. Com relação àqueles não terminativos, cujo quórum é simbólico, não há problema. Nós podemos pô-los em votação. Então, não tenho como colocar em votação esse seu projeto. Nós podemos, na próxima reunião da Comissão, conversar sobre a pauta antes e tentar votar os terminativos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Item 21.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014.

Autoria: Senador Roberto Rocha e outros

Observações:

1. O requerimento foi lido em 15/3/2016.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 6, de 2016.

Item nº 22.

ITEM 22
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90 e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a senhora Miriam Belchior, presidente da Caixa Econômica Federal, para que compareça em audiência pública a fim de discorrer sobre as estratégias da Caixa para o desenvolvimento regional e econômico do nosso país.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Observações:

1. O requerimento foi lido em 22/3/2016.

Consulto o Senador Tasso Jereissati se quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 7, de 2016.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª para vermos a possibilidade de envidarmos nossos esforços para a construção de uma audiência pública, que já foi aprovada nesta Comissão, que trata do interesse objetivo de avaliarmos a situação fiscal dos Estados brasileiros.

Nós aprovamos aqui um requerimento de presença de autoridades do Ministério da Fazenda, de representantes do Confaz. O nível de deterioração, de corrosão da crise fiscal nos Estados brasileiros é muito grande. E não estamos vendo uma reversão desse quadro. Isso nos preocupa. E seria uma oportunidade para que inclusive nos antecipássemos a um debate sobre o projeto encaminhado ao Congresso Nacional que visa autorizar a renegociação da dívida dos Estados e dos Municípios com a União. Há, inclusive uma preocupação adicional, porque o Governo encaminhou uma proposta, que, a meu juízo, flexibiliza em demasia, que banaliza em demasia a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas nada é tão ruim que não possa piorar.

O PT fechou uma proposta na Câmara – é isso que dizem os jornais – subtraindo alguns deveres de casa, algum tipo de contrapartida que os Estados deveriam perseguir no ajuste das suas contas, para essa renegociação. Isso tudo eleva a preocupação e eleva a incerteza e a fragilidade da economia brasileira.

Então, eu queria apelar a V. Exª, agradecendo sempre o esforço de V. Exª, da equipe, para ver se conseguimos acelerar essa audiência pública, considerando a oportunidade de debatermos isso aqui na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, porque a coisa está de "vaca não conhecer bezerro, num curral pequeno". Essa é a verdade. E a Comissão de Assuntos Econômicos, me parece, tem um peso ou uma responsabilidade nesse debate.

Então, o apelo que faço a V. Exª é para que nós possamos discutir a crise avassaladora que vivem os nossos Estados à luz, inclusive, dos novos fatos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

Eu queria fazer uma sugestão, então. Se me permitir, trago, na próxima semana, uma proposta das audiências públicas para nós realizarmos. Nós temos vários pedidos. Como nós tivemos duas reuniões de audiência tanto com o Presidente do Banco Central como com o Ministro da Fazenda, eu achei por bem que esta reunião de hoje teria que ser para deliberação.

Penso que, na próxima, ainda temos alguma matéria para deliberar. Nós poderíamos deliberar essas matérias, eu apresentaria à Comissão uma sugestão das audiências públicas e a Comissão deliberaria a ordem dessas audiências, ou chegaríamos a um acordo. Há essa reunião do Senador Raimundo Lira, que é muito importante também e de alto interesse da sociedade, que é a questão da aviação; há essa que V. Exª coloca; eu acho que há debates para a retomada da economia e do crescimento; e também há requerimentos que foram aprovados.

Eu poderia juntar os requerimentos de aprovação e fazermos uma proposta que pudesse talvez uma audiência pública contemplar até mais de um ou dois requerimentos, porque, se nós formos fazer todos, não vamos parar de fazer audiência pública. E, na outra reunião, já começaríamos a reunião da CAE com uma audiência pública.

Se V. Exªs concordarem, eu traria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Estou de acordo com V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem, então.

Conforme anunciado na sétima reunião da CAE, vamos colocar em votação, em atendimento ao art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento sobre a política pública a ser avaliada pela Comissão, no ano de 2016, apresentado pelo Senador Lindbergh Farias.

ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 96-B, 99-A e 393-A a 393-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, que atribui ao Senado Federal competência privativa para avaliar periodicamente o Sistema Tributário Nacional, e da Resolução nº 44, de 2013, que estabele-

ce procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no exercício de 2016, seja a política de equidade e progressividade do sistema tributário nacional.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 8, de 2016, CAE.

Temos aqui, ainda, a leitura de dois requerimentos para que possam entrar na pauta da próxima semana.

Requerimento, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que, na realidade, requer a desistência do pedido de realização de audiência pública (Requerimento nº 41, de 2015) no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, projeto de lei do próprio Senador Ricardo Ferraço, que se refere à questão dos serviços de Uber.

Em votação o requerimento.

Ah não, é só para leitura, desculpem, é apenas para constar da próxima.

Aqui também é do Senador Ricardo Ferraço.

Apenas leitura:

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, para avaliar as perdas financeiras do resultado da Petrobras em 2015, discutir as denúncias envolvendo a gestão da área de recursos humanos da empresa, que podem ainda trazer perdas bilionárias, e verificar quais medidas estão sendo tomadas para o reequilíbrio financeiro da empresa.

Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados: Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras; João Adalberto Elek Júnior, Diretor de Governança, Risco e Conformidade; e Ivan de Souza Monteiro, Diretor da Área Financeira e de Relacionamento com os Investidores.

O requerimento foi lido e constará da pauta da próxima reunião da CAE para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE MARÇO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos, do dia dois de março de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Ricardo Franco, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Walter Pinheiro, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento de dois Avisos: Aviso nº 97/2016 sobre Acórdão do Tribunal de Constas da União que retifica inexatidão material nos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 2888/2015 de Auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar aspectos de governança da pactuação intergovernamental no Sistema Único de Saúde; e Aviso nº 99/2016 sobre Acórdão do Tribunal de Constas da União que contém Relatório de Auditoria consolidando Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), realizada na forma de Auditoria de Conformidade, que teve como objetivo avaliar a regularidade dos ajustes firmados com governos municipais com entidades privadas para a disponibilização de profissionais de saúde para atuarem em unidades públicas. E informa que ambos os documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2010 - Terminativo - Autoria: Senador Gilberto Goellner. Modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, e da Emenda que apresenta. Resultado: A Presidência concede Vista ao Senador Paulo Paim nos termos regimentais. Relatoria: Senador Roberto Rocha (Substituído por "ad hoc"). Relatoria "ad hoc": Senador Waldemir Moka. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Eunício Oliveira. Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: A Presidência concede Vista ao Senador Humberto Costa nos termos regimentais. Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituída por "ad hoc") Relatoria "ad hoc": Senadora Marta Suplicy. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada. Relatório: Pela apresentação de Requerimento de oitiva preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013, com base nos artigos 133, inciso V, alínea b e 138, inciso I, combinados com o artigo 99, inciso I, todos do RISF. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Resultado: Aprovado Parecer pela oitiva preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013, nos termos do Requerimento nº 3, de 2016-CAS. A matéria retornará em seguida à Comissão de Assuntos Sociais para apreciação em caráter terminativo. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Davim. Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013, e da Emenda nº 1-CE-CDH. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013, e a Emenda nº 1- CE-CDH-CAS. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Ruben Figueiró. Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. Relatório: Pela rejeição Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador José Medeiros. Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015. Resultado: Lido o Voto em Separado pela Senadora Lídice da Mata. A Comissão de Assuntos Sociais rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2015. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2015. Relatoria: Senador Ricardo Franco. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Altera a

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a antecipação de 50% do abono salarial anual devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2015. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador Dalirio Beber. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 644, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Walter Pinheiro. Dispõe sobre o exercício da profissão da dança. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2015, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2015, e a Emenda nº 1-CAS. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador Romário. Dispõe sobre a prática de Atividades Físicas e Esportivas em Clubes, Academias, Estabelecimentos Similares, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2015, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. Lido o Relatório, é concedido Vista ao Senador Waldemir Moka nos termos regimentais. Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por "ad hoc") Relatoria "ad hoc": Senador Otto Alencar. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 550, de 2015 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para dispor sobre o término da cobrança de contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado, sem justa causa. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2015 - Complementar. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2015 - Complementar. A matéria vai ao Plenário para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador José Serra. Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro SantasCasas) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Retirado de Pauta a pedido da Relatora. EXTRAPAUTA - ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, de 2016. Autoria: Senador Eduardo Amorim e outros: Requeiro, com base nos artigos 133, inciso V, alínea b e 138, Inciso I, combinados com o artigo 99, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciação do PLS nº 212, de 2013, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Resultado: Aprovado. ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2016. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros: Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, nos termos do Requerimento nº 04/2016, daquele Colegiado, de autoria do Senador Ivo Cassol, para tratar dos resultados obtidos, até então, pelo Grupo de Trabalho instituido pela Portaria GM/MS nº 1767/2015, destinado a apoiar as etapas necessárias ao desenvolvimento clínico da Fosfoetanolamina; o atual estágio destas pesquisas nas esferas federal e estaduais, bem como as proximas etapas a seguir; os necessários testes clínicos, além da estimativa oficial de prazos para a produção em escala no País deste importante medicamento. Serão ouvidos os Senhores: Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP; Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantã na cidade de São Paulo/SP; Renato Meneguelo, mestre de Bioengenharia pela Universidade de São Paulo – USP; Eduardo de Azeredo Costa – Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS; Jailson Bittencourt de Andrade – Secretário de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED/MCTI; Marisa Maria Dreyer Breitenbach – Coordenadora de Pesquisa do Inca/MS; e Renato Alencar Porto – Diretor de Autorização e Registro Sanitário – DIARE/Anvisa. Peço aos meus ilustres pares da Comissão de Assunto Sociais do Senado Federal - CAS que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes. Resultado: Aprovado. A Presidência submete à apreciação do Colegiado a dispensa do representante da indústria farmacêutica, Doutor Reginaldo Arcuri, Presidente-Executivo do Grupo FarmaBrasil, constante no Requerimento nº 2, de 2016 da Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Ricardo Franco, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro, Ronaldo Caiado, e as Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler:

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 97, de 2016, sobre acórdão do Tribunal de Contas da União, que retifica inexatidão material nos subitens 9.1 e 9.2, do Acórdão 2.888, de 2015, de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar aspectos de governança da pactuação intergovernamental no Sistema Único de Saúde.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência recebeu, ainda, o Aviso nº 99, de 2016, sobre acórdão do Tribunal de Contas da União, que contém Relatório de Auditoria consolidando Fiscalização de Orientação Centralizada, realizada na forma de Auditoria de Conformidade, que teve como objetivo avaliar a regularidade dos ajustes firmados com os governos municipais com entidades privadas, para disponibilização de profissionais de saúde para atuar em unidades públicas.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica também que o item 11 da pauta recebeu ofício da Presidência do Senado Federal solicitando o encaminhamento da matéria à Mesa, para aguardar deliberação de requerimento da Senadora Regina Sousa, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos, pelo fato de o projeto encontrar-se pautado e instruído.

E, conforme preceitua o art. 412, inciso IX do Regimento Interno do Senado, esta Presidência consulta os Srs. Senadores quanto a darmos continuidade à deliberação desta matéria antes de encaminhá-la à Mesa.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com essa providência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de oito itens terminativos e quatro itens não terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A maior parte dos nossos projetos são terminativos, nós não temos quórum para deliberar sobre os terminativos. Há três projetos não terminativos que estão por último. Sugeriria que votássemos os que não dependem de quórum. Conforme fosse chegando o quórum, passaríamos aos terminativos, se V. Exª e os colegas assim entenderem. Apenas para agilidade processual.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª será atendida, de acordo as prescrições regimentais. Havíamos acertado na reunião anterior uma providência dessa natureza.

Começaremos pelo item 11, exatamente aquele a respeito do qual acabo de me manifestar.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 550, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para dispor sobre o término da cobrança de contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado, sem justa causa.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2015 - Complementar.
Observações:
- Em 24.02.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.
- Votação simbólica.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero apenas lembrar que é uma matéria já lida...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... colegas Senadores, é uma matéria recorrente de iniciativas parlamentares pela relevância que tem .

Ela representa um ônus para o setor produtivo, porque essa multa, Senador Moka – dos 10% sobre o Fundo de Garantia nos casos de demissão sem justa causa –, foi criada para cobrir os expurgos inflacionários do FGTS.

Em agosto de 2012, esses expurgos forma quitados, o FGTS teve a quitação dos expurgos inflacionários que justificaram a criação da multa de 10%.

Ora, se a razão era a multa para cobrir esse rombo do FGTS e ele foi coberto, não há mais razão para continuar cobrando uma multa de 10%, já que a razão deixou de existir.

Então, penso que é uma penalização ao setor. Não há nenhuma retirada de direito trabalhista, pelo contrário, trata apenas da contribuição do empregador. O trabalhador que é demitido sem justa causa recebe a sua indenização, tudo como está. Então, se isso fosse inclusive um benefício para o trabalhador, certamente, o Senador Cássio Cunha Lima, autor, não estaria propondo. Mas, ao contrário, é um prejuízo ao setor produtivo, um encargo ao setor produtivo.

Sei que já houve uma iniciativa, como V. Exª alertou, de um pedido para passar também na CAE. Não há nenhuma dúvida, quero apenas exaltar a oportunidade deste projeto do Senador Cássio Cunha Lima. Meu voto é favorável à aprovação. Como ele passará numa outra Comissão, eu gostaria de obter dos colegas Senadores o apoio a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2015, complementar.

A matéria vai ao plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

Voltamos agora ao item 10.

O item 10 tem por Relator o Senador Marcelo Crivella, que ainda não se encontra presente, que está a caminho da Comissão, e o item 12 tem como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que também não se encontra presente.

O item 7, terminativo, ainda não teve seu parecer lido e tem como Relator o Senador Ricardo Franco, que se encontra presente.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, de 2015
- Terminativo -

Institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Ricardo Franco
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2015.
Observações:
- Votação nominal.

A votação será nominal, mas, enquanto não tivermos quórum, pelo menos o relatório poderá ser lido pelo Senador Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Bom dia, Presidente!

Bom dia, Srs. Senadores e Srªs Senadoras!

Vou seguir direto para a análise.

Nos termos do art. 22, I e XXIII, da Constituição Federal, compete à União legislar, privativamente, sobre direito do trabalho e sobre seguridade social, motivo pelo qual a regulamentação da criação do Disque-Denúncia do Trabalhador encontra-se na esfera normativa do mencionado ente federado.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Quanto à atribuição da CAS para o exame terminativo de tão importante proposição, os arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a ela conferem tal prerrogativa.

Note-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária revela-se o instrumento adequado à sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

Por fim, não há qualquer reparo a ser feito no tocante à técnica legislativa da proposição.

No mérito, o PLS nº 30, de 2015, abre canal para a sociedade denunciar as fraudes perpetradas contra os direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Ao fazê-lo, permite que condutas nocivas aos interesses daqueles que encontram na sua força laboral o único instrumento para prover a sua fonte de sustento cheguem ao conhecimento da autoridade apta a combatê-las.

Colabora-se, assim, com a tão almejada eficácia que se busca conferir às normas que tutelam o trabalhador brasileiro, em franca valorização do labor humano, fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, IV, da Carta Magna de 1988.

A aprovação do PLS nº 30, de 2015, é medida que se impõe, por se constituir em mecanismo de melhora nas relações travadas entre o capital e o trabalho no País.

Do exposto, opina-se pela aprovação do PLS nº 30, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lido o relatório, ficam a discussão e a votação adiadas até que se obtenha o quórum necessário à votação em caráter terminativo.

Vamos passar, então, ao item 10.

Peço ao Senador Otto Alencar que leia o parecer do Senador Crivella e, portanto, opere como Relator *ad hoc*.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a prática de Atividades Físicas e Esportivas em Clubes, Academias, Estabelecimentos Similares, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2015, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o item 10 é o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2015, que dispõe sobre a prática de atividades físicas e esportivas em clubes, academias, estabelecimentos similares, e dá outras providências, de autoria do nobre Senador Romário, que submete à Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2015, do Senador Romário, que dispõe sobre a prática de atividades esportivas em clubes, academias e estabelecimentos similares.

O art. 1º, Sr. Presidente, estabelece a obrigatoriedade do preenchimento do Questionário de Prontidão para Atividade Física, constante do Anexo I, e do Termo de Responsabilidade para a Prática de Atividade Física, constante do Anexo II, para a prática de qualquer atividade física ou esportiva, inclusive na mudança de nível ou acréscimo de carga, em clubes, academias e estabelecimentos similares. O parágrafo único desse artigo determina que os documentos devem ser preenchidos e assinados pelo responsável legal, no caso de o interessado ser menor de idade.

O art. 2º dispensa da necessidade de apresentação de atestado médico para a prática de atividade física o interessado que responder negativamente a todas as perguntas do Questionário de Prontidão para Atividade Física. Já o parágrafo único assevera que, caso alguma pergunta do questionário seja respondida afirma-

tivamente, será exigida do interessado a apresentação de atestado médico de aptidão física, que deverá ser arquivado junto ao seu prontuário.

O art. 3º estabelece a vigência da lei em que o projeto vier a se transformar, que será a data de sua publicação. O Anexo I do projeto traz o Questionário de Prontidão para Atividade Física, com de dez perguntas, e o Anexo II consiste no Termo de Responsabilidade para a Prática de Atividade Física, a serem preenchidos pelo interessado.

Na justificação, o autor alega que a responsabilidade para com a saúde é primordial, mas não deve ser exclusiva dos estabelecimentos voltados à prática desportiva, havendo corresponsabilidade do praticante de atividades físicas, que deve ter plena ciência da recomendação ou não de acompanhamento médico.

Alega, ainda, que a exigência de atestado médico para todo e qualquer praticante de atividade física pode se tornar empecilho à prática, que, bem orientada, é segura e benéfica, oportunizando ao usuário melhor qualidade de vida.

A matéria foi distribuída à CAS e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde é terminativa. Não foram oferecidas emendas ao texto do PLS.

Análise.

Nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar acerca de proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde, tema afeto ao PLS nº 242, de 2015, do Senador Romário.

A prática de exercícios físicos é atividade de extrema importância para a saúde das pessoas, devendo ser incentivada. A exigência de atestado médico para essa finalidade pode, muitas vezes, tornar-se um empecilho ao usuário, sobretudo para aquele que tem interesse em praticar algum tipo de atividade física, mas ainda não o fez por inércia.

A necessidade de consultar um médico antes de praticar exercícios físicos em clubes, academias ou estabelecimentos similares pode ser mais um fator de desestímulo.

Porém, a dispensa de apresentação de exame médico de aptidão física deve se dar somente nos casos em que o praticante de atividade física goze de boa saúde e não tenha histórico médico que lhe recomende um exame mais aprofundado para o início das atividades.

O Questionário de Prontidão para Atividade Física, constante do Anexo I do PLS nº 242, de 2015, tem o condão de fazer a triagem entre aqueles que devem se submeter a exames médicos adicionais e aqueles que podem praticar atividades físicas sem maiores riscos. Em todos os casos, será necessário o preenchimento, pelo usuário, do Termo de Responsabilidade para a Prática de Atividade Física.

A adoção do questionário teve origem no Canadá, sendo utilizado para dispensar da apresentação de atestado médico os participantes nas corridas de rua. No Brasil, o Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 15.681, de 2013, passou a utilizar-se do questionário para desobrigar da apresentação de atestado médico os praticantes de atividade física que responderem negativamente a todas as questões apresentadas nesse questionário, que é um questionário bem conclusivo e bem elaborado do ponto de vista das informações necessárias.

O Estado do Rio de Janeiro adotou postura semelhante, instituindo o questionário por meio da Lei nº 6.765, de 5 de maio de 2014.

Concordamos com o mérito do projeto, por acreditar tratar-se de um incentivo para a prática de atividades físicas em nosso País. No entanto, sugerimos emendas a fim de aperfeiçoar a proposição. A primeira tem o objetivo de alterar o parágrafo único do art. 2º, para possibilitar o arquivamento eletrônico do atestado médico apresentado, nas hipóteses em que este for necessário.

A segunda visa incluir no Questionário do Anexo I pergunta sobre eventuais complicações dermatológicas de que o interessado seja portador.

Há a necessidade de se proceder a ajustes redacionais no texto. Porém, a análise da técnica legislativa e dos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade será feita pela Comissão de Educação, que se pronunciará em decisão terminativa.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 242, de 2015, com as emendas que se seguem.

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 242, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Aos que responderem positivamente a qualquer uma das perguntas do Questionário será exigida a apresentação de atestado médico de aptidão física, que deverá ser anotado e arquivado junto ao prontuário do interessado, sendo facultado o arquivamento em meio eletrônico.

E a segunda emenda:

Acrescente-se ao Questionário de Prontidão para Atividade Física, constante do Anexo I do PLS nº 242, de 2015, pergunta com a seguinte redação:

Você possui algum tipo de alergia, lesão ou outro problema de natureza dermatológica?

Essa Emenda nº 2, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que faz a pergunta sobre algum tipo de alergia, lesão ou outro problema de natureza dermatológica, eu acredito que seja importante acrescentar ao Questionário, porque é muito comum a automedicação em clube de futebol, em academias. E às vezes, os pacientes têm alergia a algum fármaco, como no meu caso, por exemplo, não posso tomar nem aspirina e nem dipirona. Se tomar, tenho edema de glote. E se não houver um antialérgico ou cortisona, fernegam, posso ter problemas graves.

Então, acho isso muito importante, informar à academia e àqueles responsáveis pelo clube de futebol se aquele atleta tem algum tipo de alergia.

Portanto, nós votamos pela aprovação, com as emendas que citei aqui, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir.

Eu tenho comigo aqui um posicionamento do Conselho Federal de Medicina contrariamente ao projeto relatado pelo Senador Otto Alencar.

Gostaria de ter mais tempo. Assim quero pedir vista, porque essa questão de dispensar o exame médico para pessoas que vão fazer atividade física em academia é temerária. Sei que existe o questionário, conheço bem o projeto. Porém, não estou convencido de que a não exigência do atestado médico vai por si... O sujeito, por querer fazer o exercício, pode responder aquele questionário de forma irresponsável. É claro que se está tratando de vida.

Portanto, gostaria, pedindo licença ao Relator, de pedir vista do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se V. Exª me permite, gostaria de dizer que eu fui indicado Relator *ad hoc* de um relatório, que é pela aprovação, e foi feito pelo nobre Senador Marcelo Crivella.

No § 2º, daqueles que responderem positivamente a qualquer uma das perguntas do questionário, será exigida a apresentação do atestado médico. Ou seja, aquele que se propõe a participar de qualquer clube de futebol ou de qualquer atividade física em academia, disser que possui alguma coisa, no questionário... o Senador Moka é médico, assim como eu; então, na anamnese, na história do paciente, após perguntado se tem algum problema de ordem física, clínica ou o que for, será exigido o atestado médico de aptidão. Então, para aqueles que têm... Eu não acredito que nenhum atleta, nenhuma pessoa que vá a uma academia vá sonegar informações a respeito de sua saúde. Então, o espírito da lei é esse aqui.

Por exemplo, se eu for a alguma academia, vou dizer ao sujeito que operei o joelho esquerdo duas vezes, que ele não me coloque muito para andar pois que não vou suportar, mas se me colocar na piscina, vou tranquilamente fazer a minha hidroginástica.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O joelho já melhorou?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu joguei capoeira lá em Riachão do Jacuípe, mas foi só uma sequência; depois, no outro dia, o joelho estava inchado, não deu mais para praticar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Deu lá um martelo na capoeira, por isso você ficou com o joelho doendo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria dizer que, na verdade, o Relator teve essa preocupação – entendeu, Senador Waldemir Moka? – de dizer que se aquele que vai para a academia preencher o questionário e dizer: "olha, eu tenho um problema de saúde..."

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas ele pode desconhecer.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele pode desconhecer. Então, V. Exª, neste caso, tem razão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu sou cardiologista e acho que às vezes o cara tem uma arritmia que se manifesta quando a frequência cardíaca dele chega a um...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. Tem um bloqueio de ramo, tem alguma coisa dessa natureza. A preocupação é pertinente. Eu não discordo, mas como fui designado relator *ad hoc*, para não ser antiético com o Senador Crivella, que deu parecer para a aprovação... mas, de alguma forma eu concordo com o Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu agradeço a gentileza do Senador Otto Alencar e concedo a vista solicitada pelo Senador Moka, na forma do art. 132 do Regimento Interno.

Passaremos agora ao Item nº 1, que tem caráter terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2010
- Terminativo -

Modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito.

Autoria: Senador Gilberto Goellner
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- Em 03.02.2016, a Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Waldemir Moka em substituição ao Senador Roberto Rocha. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
- Votação nominal.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, em função...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...de nós estarmos com o quórum necessário para a aprovação de projeto terminativo, e preocupada que ele não se mantenha, eu queria propor a inversão de pauta para que nós pudéssemos apreciar o PLS nº 644, de 2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que dispõe sobre o exercício de profissão da dança.

Esse é um projeto que traduz a luta dos profissionais de dança do País inteiro. Já está há algum tempo aqui na nossa Comissão, e, por razões as mais diversas, não tivemos oportunidade de votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Trata-se do item 9 da pauta. Se os Srs. Senadores nada tiverem a opor, então fica antecipada a votação.

Porém, vamos seguir com a votação do item nº 1.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, no item 1 há uma discordância quanto a dois anos estar ou não na Categoria D, e, mediante...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...isso, eu, particularmente, faço aqui um pedido que me fizeram, para que pedíssemos vista, nem que fosse por uma semana, para ver se é possível construir ainda um entendimento. Então, eu estou fazendo esse pedido de vista a pedido da categoria, que está aqui acompanhando o debate.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É regimental o pedido de V. Exª, porém é uma pena que ele ocorra no instante em que temos quórum suficiente para votação. Mas, vista concedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É como o caso anterior, Sr. Presidente, que, inclusive, eu acompanhei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Item nº 9.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Peço aos convidados que se mantenham em silêncio.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu já relatei, já tivemos aqui duas... Já tivemos voto em separado e audiência pública do item 6 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015. Eu pediria a V. Exª também a inversão da pauta, para que nós possamos apreciar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, para o item 9.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Depois desse, Sr. Presidente, poderíamos votar o item 7? Eu também faço uma solicitação. O item 7, depois dos dois que já foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação o pedido da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 9.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª não respondeu a minha questão de ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Já respondeu e votou.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Houve a inversão? Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Houve inversão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai votar o item 6 da pauta?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Diga a ele que, sem atestado médico, V. Exª atendeu o pedido dele. Não precisa dar atestado médico para ele.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O item 6 e o item 9.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O seu projeto das danças deveria ter atestado médico também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por isso que V. Exª e o Senador Moka estão aqui.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 644, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão da dança.

Autoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2015, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- Votação nominal.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, eu só não estou entendendo... Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, desculpe, eu não entendi o encaminhamento que V. Exª deu. Eu havia solicitado o item 9 e houve uma solicitação depois. Então, eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª foi atendida. Nós estamos votando agora o item 9.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Certamente uma atenção dos senhores ilustres Senadores...

O item 9 dispõe sobre o exercício da profissão da dança. Pela ordem, V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu sou Relatora do item 12, que trata das Santas Casas. Eu queria saber se V. Exª poderia, depois dessa inversão que já foi votada, colocá-lo logo em seguida, porque eu teria que sair. Ele não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nós temos já uma inversão de pauta para o item 9, para o item 6...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, e o item 8?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A cada instante pede-se uma inversão de pauta, o que é regimental. Mas se nós nos dedicarmos apenas à inversão de pauta, nós não vamos seguir a pauta nunca.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vamos votar o item 9 e, em seguida, o item 7 e o item 6.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dispõe sobre o exercício da profissão da dança.

O Senador Walter Pinheiro é o autor e a Senadora Lídice da Mata é a Relatora. A votação será nominal.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, o projeto de lei... Eu vou tentar ler o mais rápido possível, passando para a análise.

Mas não posso deixar, Senador Moka, em função dos anos de luta que os profissionais de dança têm travado em nosso País, principalmente após a deliberação de alguns conselhos, no caso, o Conselho Profissional de Educação Física, de exigir de um dançarino formado, com nível superior, o diploma de educação física para lecionar, exercer sua profissão em diversas áreas. Essa é uma conquista histórica.

Eu quero, além de saudar e homenagear o Senador Walter Pinheiro pela iniciativa, agradecer a oportunidade de relatar e homenagear mais três pessoas. A primeira delas é a Profª Dulce Aquino, diretora, por muitos anos, da Escola de Dança da Bahia, e uma das principais líderes desse movimento em defesa da dança no Brasil.

Contemporânea sua e também uma grande destacada dançarina e professora de dança da Bahia, a Profª Lúcia Mascarenhas – junto com Dulce – escreveu a história da dança no nosso Estado.

Quero dizer que isso se faz necessário, Sr. Presidente, por ser a Universidade Federal da Bahia a primeira a ter um curso de dança de nível superior não só no Brasil, mas na América do Sul, sob o reitorado de Edgard Santos.

Portanto, a Bahia tem uma história profundamente ligada à história da dança no Brasil. E é importante que se destaque isto: o professor Edgard Santos, Reitor da Universidade Federal da Bahia, pensou aquela universidade, que teve a primeira escola de medicina do Brasil, mas pensou essa universidade de uma maneira diferente, muito à frente do seu tempo, introduzindo nessa universidade os principais cursos de arte, que naquele tempo não existiam em outros Estados brasileiros.

Assim foram criadas a Escola de Dança da Bahia, a Escola de Teatro da Bahia, a Escola de Música da Bahia, e não é à toa que a Bahia é esse celeiro artístico e de criação no Brasil: porque a sua raiz, o seu pé, a sua identidade está também cravada na história da Universidade Federal da Bahia.

Passo, portanto, Sr. Presidente, à análise direta desse projeto, que dispõe sobre o exercício da profissão da dança e estabelece condições para o seu exercício.

O art. 1º do projeto assegura o exercício do ofício de Profissional da Dança aos:

1. possuidores de diploma de curso superior de dança, reconhecido na forma da lei;

2. possuidores de diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais em curso técnico de dança reconhecido na forma da lei;

3. possuidores de diploma de curso superior de dança, expedido por instituição de ensino superior estrangeira e revalidado na forma da legislação em vigor;

4. possuidores de atestado de capacitação profissional fornecido pelos órgãos competentes, conforme regulamento;

5. trabalhadores que, à data de publicação desta Lei, exerçam a atividade de Profissional da Dança, em qualquer de suas modalidades.

Da análise do projeto. Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade – como houve uma confusão na publicação do nosso relatório e foi expedido um segundo relatório, eu vou subtrair a leitura de alguns trechos, para que nós possamos adiantar o nosso relatório.

Na contemporaneidade, as expressões populares que surgem das manifestações da juventude se efetivam por meio das danças urbanas em um mosaico de *performances* de grande complexidade rítmica e precisão coreográfica.

No âmbito das produções profissionais as companhias oficiais, grupos e coletivos de danças, criadores, intérpretes se destacam no cenário nacional e internacional. O grande número de dançarinos, e outros profissionais de dança espalhados em vários centros artísticos no exterior demonstra o alto nível dos artistas desta linguagem.

No campo da economia da cultura, de uma maneira geral, o País carece de indicadores mais precisos que demonstrem o impacto das produções artísticas e do mercado das artes para o seu desenvolvimento – aí trata-se da discussão da economia criativa, onde a dança se insere também.

Sabe-se, porém, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2006, sobre a cultura nos Municípios brasileiros, que a dança é a segunda atividade mais praticada no Brasil, sendo o artesanato a primeira. De acordo com a mesma pesquisa, 63% dos Municípios têm grupos de dança.

No âmbito acadêmico, há no Brasil, atualmente, 44 cursos de nível superior em Dança, 34 licenciaturas e dez bacharelados, oferecidos em 32 instituições: sendo 19 federais, seis estaduais, sete privadas, um programa de pós-graduação em dança na Universidade Federal da Bahia e vários outros programas de pós-graduação que têm a dança como linha de pesquisa.

Não resta, portanto, qualquer dúvida sobre a relevância social, econômica e cultural da matéria que agora estamos analisando.

Sobre o mérito da proposição, observa-se que o art. 1º do PLS apenas elenca a qualificação profissional exigida para o exercício do ofício da dança, quer seja em nível superior ou em nível técnico, que habilite ou capacite o respectivo profissional. A regulamentação de qualquer atividade profissional segue esses mesmos termos ao exigir capacitação e habilitação específica para o exercício da respectiva profissão, estando atendidos, pois, os requisitos legais que ensejam a regulamentação da matéria.

O universo da dança – passando à penúltima página – e, por conseguinte, o universo artístico no Brasil, é formado, em grande parte, por pequenas produções. Assim, a lei não pode se dirigir apenas ao segmento mais profissionalizado e organizado. Se assim fizer, haverá clara e evidente concentração econômica, com prejuízos aos profissionais que pretendem crescer e desenvolver suas atividades profissionais na área da dança. Isso gerará perdas para esta manifestação cultural em detrimento de outras não regulamentadas, razão pela qual sugerimos a sua supressão – a supressão do art. 5º que trata dessa questão.

Já a regra contida no art. 9º do PLS é razoável, pois estabelece que, se necessário, o trabalho executado em Município distinto daquele determinado no contrato de trabalho correrá à conta do empregador as despesas de transporte, de alimentação e de hospedagem incorridas até o momento.

O art. 10º do PLS visa preservar o profissional da dança. Tal disposição legal apenas ajudará na eventual discussão sobre direitos autorais, dando argumento jurídico ao profissional da dança, o que não afasta o cumprimento de outra disposição legais acerca de direitos autorais, de imagens, marcas e patentes, etc.

O art. 11 traduz o que a própria CLT já consagra, pois não há questionamento sobre a regra conquanto caracterizada a relação de emprego. Assim, mesmo em casos especiais, pode ser que o profissional se utilize de algum recurso próprio, personalizado, o que pode ser objeto então de indenização pela sua utilização como, por exemplo, uma sapatilha, um assessório especial, desde que previsto em contrato de trabalho.

O art. 12 visa assegurar ao profissional da dança o direito à sua integridade física ou moral. Haverá direito de objeção do empregado e o direito do empregador de exigir a contraprestação do serviço. Se há risco, compete ao empregador oferecer as necessárias medidas de segurança, destacando-se o equipamento de proteção individual.

O simples exercício da atividade profissional já é alcançado automaticamente pela legislação trabalhista. E, se este profissional for empregado, evidente que estará regido pelas normas da CLT e demais disposições trabalhistas e também previdenciárias.

Por todos os argumentos aqui apresentados, a proposição é meritória. É claro, Sr. Presidente, que não li o relatório todo, suprimi diversas partes e páginas do relatório, por se tratar de um relatório longo em que destaco ponto a ponto das mudanças sugeridas e também daqueles artigos que garantem a segurança ao exercício da profissão.

Pelo exposto, portanto Sr. Presidente, como todos têm o relatório em mãos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2015, com a seguinte emenda: suprima-se o art. 8º do PLS nº 644, de 2015, renumerando-se os artigos posteriores.

Peço o apoio dos nobres Senadores e Senadoras que estão tendo a possibilidade de ter já à sua disposição para leitura e em mãos para posterior consulta o relatório integral, e peço, portanto, o apoio para que possamos votar esse projeto que dispõe sobre o exercício da profissão de dança que, sem dúvida nenhuma, marca um momento histórico na luta dos profissionais de dança em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Preocupada com a economia processual, a Senadora Lídice da Mata leu resumidamente o seu relatório, sem que com isso houvesse qualquer prejuízo para o conteúdo e a essência do projeto, pelo fato de que não apenas podemos discuti-lo agora, como ainda de ter sido distribuído um relatório integral a todos os Srs. Senadores. Portanto, eu até exalto a decisão da Senadora Lídice da Mata por ter resumidamente chegado à conclusão do seu relatório.

Em discussão a matéria.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu quero discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero preliminarmente cumprimentar o autor da proposta, o Senador Walter Pinheiro, e também cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, que fez um relatório extraordinário e sobretudo teve a capacidade de suprimir alguns itens, e conseguiu expor com exatidão a importância que esse projeto sintetiza, sobretudo para a atividade profissional e para a cultura brasileira.

Resta evidente a intenção meritória do projeto por sua relevância social e cultural. A atividade profissional da dança merece evidentemente uma regulamentação específica, o que o presente projeto de lei pretende reconhecer. Além do mais, Sr. Presidente, a grande discussão dessa matéria, pelo que eu pude perceber, como bem aponta, diga-se de passagem, a Senadora Lídice da Mata, está no art. 3º que determina ser livre o exercício da atividade de dança, sendo vedada evidentemente a exigência de inscrição do profissional da dança em conselho de fiscalização do exercício profissional de outras categorias, o que me parece muito justo.

Eu, de fato, nem imaginava que essa atividade pudesse estar sofrendo esse tipo de intervenção equivocada, na minha opinião. Pois então, a prerrogativa do professor de educação física, como bem relata aqui pra mim o Senador Moka.

Portanto, a minha opinião é de que esse projeto merece prosperar e o meu voto não poderia ser diferente senão evidentemente favorável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, eu quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, a Senadora Lídice da Mata...

Sr. Presidente, eu falo com a maior tranquilidade. Eu ajudei muito a regulamentar a profissão de professor de Educação Física. Muito! Na Câmara dos Deputados ainda. A dança, Sr. Presidente, é um exercício diferenciado, ele está na alma, está no corpo, está na mente, está no coração dos namorados. E nós, neste momento, deixarmos de fazer uma homenagem aos profissionais dessa área seria um grande equívoco. Por isso, eu voto de coração e de alma nesse projeto, com maior tranquilidade. O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discuti-lo, vou proceder à votação.

Votação nominal.

Senador Humberto Costa, como vota?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a Relatora. Vota "sim".

Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a Relatora e o autor, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, voto com a Relatora, que fez um grande trabalho, e com o autor que, para minha surpresa, entre tantas virtudes, não sabia que era bailarino.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu gostaria...

Senadora Lídice da Mata, gostaria de sugerir a V. Exª que é Relatora, e relatou muito bem, que concluísse o projeto com a frase do hino, que é o hino da Bahia hoje no carnaval: Você vai ver que o baiano é um povo a mais de mil, que ele tem Deus no seu coração e o diabo no quadril.

É a música hino do carnaval da Bahia.

Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dario Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Dalirio Beber, o Berger está aqui do meu lado.

Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Flexa Ribeiro.

Flexa Ribeiro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Edison Lobão, parabenizando o autor, Senador Walter Pinheiro, e a Relatora, voto favorável, apesar de não ser baiano e não ter o diabo no quadril.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a Relatora, cumprimentando-a pelo relatório e cumprimentando, também, o autor do projeto, Senador Walter Pinheiro, e, principalmente, o espírito baiano do nosso querido Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Walter Pinheiro, autor.

Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, porque estava perguntando para ele de onde veio essa ideia tão boa. E ele disse que acompanha há muito tempo na Bahia vários grupos de dança que ele ajudou, inclusive, a formar, e olha, parabéns mesmo, ótimo projeto, e a Relatoria da Senadora Lídice, parabéns também pelo cuidado que teve.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vota "sim".

Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, o voto é favorável. Cumprimento não só o autor como a Relatora, afinal de contas é um segmento que, hoje, é reconhecido nacionalmente e que foi a partir da iniciativa do Senador Walter Pinheiro e a Relatoria da Senadora Lídice da Mata, regulamentado, e, a partir de hoje, reconhecido como uma profissão.

Este voto é em homenagem não só aos baianos, mas também a toda a classe de profissionais dessa área que tanto se dedicam, e o Brasil consegue transmitir pela dança esse espírito alegre, descontraído, receptivo que é exatamente a nossa cultura e é tão bem influenciada por essa miscigenação de que todos nos orgulhamos.

Então, Sr. Presidente, o voto é "sim", e aplausos aos colegas pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Após os votos, o projeto foi aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu perguntaria a V. Exª se há algum problema com o ar aqui, algum pedido que não pode ter o ar condicionado, alguém com problema de pneumonia, alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não, não há nenhuma solicitação, pode haver defeito.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Está um calor aqui insuportável.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Já foi aprovado aí, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado o projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, como V. Exª não colheu meu voto por ser autor, só quero em duas palavrinhas, primeiro, agradecer a todos os Senadores e Senadoras pelo apoio, à Senadora Lídice exatamente pelo brilhante relatório, e aos profissionais da Bahia, principalmente, com quem tenho muito contato, e uma delas, inclusive, a Dulce, como assim a chamo, uma pessoa com quem tenho uma relação pessoal e política há muitos anos, aqui homenageada pela Senadora Lídice da Mata, é um dos símbolos importantes da nossa escola de dança.

Mas é importante registrar, Senador Otto, que a Escola de Dança da Bahia, Senadora Marta, de forma muito, eu diria, revolucionária para a época, foi criada em 1956, pelo visionário Edgard Santos, e só três anos depois é que eu nasci. Portanto, chegou muito antes de mim. E não sou nem bailarino, nem dançarino, eu poderia até dizer que sou um sujeito que tem uma cintura um pouco dura e não carrego o diabo no quadril, como o Otto assim afirma, prefiro levar Deus no coração, e a dança, inclusive, com capacidade de utilizar isso para atender exatamente a uma demanda.

E, aí, a Senadora Lídice colocou uma questão fundamental, a chamada economia criativa. A dança não é só um instrumento utilizado aqui, ali e acolá. Na Bahia, inclusive, temos um processo de pesquisa hoje, em pós-graduação nessa área, o que tem possibilitado a atividade econômica de um povo que sabe usar exatamente a sua ginga de corpo para conseguir, de forma muito enfática, atrair turistas e, ao mesmo tempo, vender uma das coisas mais importantes que os baianos acumularam, Senador Otto, ao longo dos anos, que é, exatamente, a criatividade.

Poderia citar aqui, Lídice, diversas pessoas que passaram pela escola de dança, mas uma, inclusive, das mais famosas, hoje cantora conhecida no Brasil inteiro, é Daniela Mercury, que foi aluna do curso de dança da Universidade Federal da Bahia.

Portanto, folgo em ser autor desse projeto. Na realidade, foi uma honra. Mas foi um projeto construído principalmente com os profissionais de dança de todo o País.

Então, agradeço mais uma vez aos meus pares pelo apoio dado a essa boa iniciativa com a qual a gente dá uma contribuição decisiva para ampliar, cada vez mais, o espaço da dança no País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, além do projeto há uma emenda. Atenção, Srs. Senadores, há uma emenda da Relatora Lídice que terá de ser votada também.

Aprovado o projeto, consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre se podemos repetir o resultado da votação anterior para a emenda da Relatora.

As Srªs e os Sr. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei e a Emenda nº1 da CAS. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado da República.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios do consumo abusivo dessas bebidas.

Autoria: Senador José Medeiros
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela rejeição
Observações:
- Em 29.04.2015, lido o relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e votação da matéria.
- Em 19.05.2015, a Senadora Lídice da Mata, em decorrência do seu Pedido de Vista formulado em 13.05.2015, apresentou Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
- Em 16.12.2015, a Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência pública para instruir o projeto, em debate sobre a questão da obesidade infantil.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proceder à leitura de seu voto em separado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, a Bahia se divide muito poucas vezes aqui no Senado, no voto. O Senador Otto Alencar sabe que eu sou ainda – e estou deixando esta semana a liderança do Bloco – Líder do Bloco que a Senadora Vanessa Grazziotin também compõe. Este projeto é do Senador José Medeiros, que é integrante do nosso Bloco, do PPS, e me pediu uma especial atenção.

O Senador Otto Alencar fez uma audiência pública, debateu o projeto, tem argumentado que o projeto encontra um obstáculo por estar limitado pelas regras do Mercosul. Sendo assim, eu mantenho o voto em separado pela aprovação, em função do mérito do projeto. Defendo que a Bancada do Senado Federal e da Câmara, que compõem o Parlamento do Mercosul, possam buscar a mudança dessa regra.

Também sintetizo aqui, Sr. Presidente, que de antemão cabe enfatizar a pertinência do projeto de lei, em comento, de iniciativa do Senador José Medeiros, que objetiva o controle da obesidade, importante fator de risco de doenças crônicas não transmissíveis.

Esse é o objetivo do projeto e o projeto busca colocar no rótulo das bebidas, dos refrigerantes que há adição de açúcar. De acordo com a pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas, por inquérito telefônico, do Ministério da Saúde, nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal, 52,5% da população adulta pesquisada apresentam excesso de peso e 17,9% obesidade.

A intenção do projeto, portanto, Sr. Presidente, é essa. A rotulagem nutricional é uma questão que está, cada dia mais, se tornando necessária, até pelo direito do consumidor exigida e, dessa forma, eu mantenho o voto que tive, desde o início da discussão desse projeto, e opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, pela aprovação do projeto de lei do Senado, com as seguintes emendas:

> Deem-se à emenda do projeto de lei do Senado nº 8, de 2015, a seguinte redação: Altera a Lei nº 8.918, de 14 de Julho 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os riscos decorrentes do consumo excessivo dessas bebidas.

Dê-se ao art.7º, da mesma lei, a seguinte redação:

> Art. 7º-A – As embalagens das bebidas açucaradas deverão conter advertência sobre os riscos decorrentes do consumo excessivo dessas bebidas, segundo frases estabelecidas em regulamento, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, acompanhada de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

Pedindo as minhas desculpas a esse grande companheiro, colega e baiano, o Senador Otto Alencar, Senador a quem muito respeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu quero esclarecer aos Senadores e às Senadoras que a intenção do Senador José Medeiros é a melhor possível.

No entanto, a colocação desses alertas – digamos assim – nos refrigerantes não deve ser através de norma legal, de uma legislação, tem que ser de norma infralegal e compete ao Ministério da Saúde – na nossa análise –, à Anvisa e também ao Conselho Arbitral do Mercosul.

Então, deveríamos fazer... A Senadora Lídice, inclusive, falou isso. A análise é muito técnica e obedecendo a legislação do Mercosul, o Brasil tem esse compromisso com o Conselho Arbitral do Mercosul. Por isso, nós optamos por rejeitar o projeto, até levar isso a uma instância de análise do Conselho Arbitral do Mercosul.

A posição nossa foi essa, pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Coloco em discussão. (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vamos votar. Não havendo mais quem pretenda discutir o projeto, está em votação.

Quem votar com o Relator Otto Alencar votará "não" ao projeto. Procede-se, então, à votação nominal.

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, entendendo que os dois tenham o mesmo objetivo, só que um entende por norma legal e outro por norma que pode ser regulamentada pelo setor competente, inclusive, no Mercosul.

Devido a isso, cumprimentando os dois Relatores e o Autor, eu fico com o relatório do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não".

Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Eu voto com o Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu sei o quanto é prejudicial essa questão dos refrigerantes, sobretudo, para as crianças, tenho consciência disso, mas temo que colocar isso no rótulo não vai alterar. Eu acho que é uma questão de conscientização mesmo.

E, como disse o Senador Otto Alencar, nós estamos na contramão de uma legislação com que o Brasil tem compromisso.

Lamentando não poder votar numa coisa que eu sei que seria importante – imaginar que, numa família, os pais e as mães conseguissem que os filhos não tomassem refrigerante seria importante, pois é um xarope com uma quantidade de açúcar muito grande –, eu fico com o relatório do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não".

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não".

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, na verdade, eu considero esse assunto extremamente importante. Eu acho que é até mais que isso: é um assunto que merece uma grande reflexão.

A minha dúvida é quanto à forma de estabelecer uma nova consciência quanto ao consumo excessivo de refrigerante, que é extremamente prejudicial à saúde.

Diz-me aqui a ilustre Senadora Marta Suplicy que os netos dela não consomem refrigerante.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Graças à mãe.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Graças à mãe. Parabéns. Mas isso não é a regra, é a exceção.

Esse assunto divide opiniões. Eu quero discordar – talvez uma das primeiras vezes – para votar "sim" a esta matéria, pois acho que nós precisamos continuar discutindo sobre os seus efeitos e suas consequências.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Votou "sim".

Senador Otto Alencar, Relator.

Senador Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o relatório do Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não".

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Senadora Lídice da Mata, que se dedicou ao tema e chamou a atenção para números estatísticos bastante apavorantes. No entanto, acredito eu que nós possamos alcançar esse nível de conscientização sobre o controlado consumo de bebidas açucaradas através de campanhas do próprio Governo e, sobretudo, de uma atuação forte nas escolas de todas as redes, tanto a rede pública quanto a rede privada.

O meu voto acompanha o Relator Otto Alencar. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Não", com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com o Relator.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Otto pelo cuidado que ele teve, fazendo aqui uma audiência pública, em que ficou bem clara para todos nós a importância de uma negociação do Brasil junto ao Mercosul.

Para que a Anvisa e o Governo entendam a nossa posição favorável ao rótulo, eu vou votar "sim", mas homenageando aqui o Senador Otto pelo seu cuidado. Eu voto "sim" para que o Governo saiba que o pensamento nosso, pelo menos de grande parte dos brasileiros, é favorável a que haja uma negociação no Mercosul no sentido de rotular os refrigerantes e outros elementos que contenham excesso de açúcar para evitar obesidade infantil.

Portanto, o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O meu voto não é diferente do que agora a Senadora Lúcia Vânia falou sobre os compromissos no âmbito do Mercosul. Muito relevantes.

Nós temos que levar em conta também uma questão básica: o Estado brasileiro está regulando tudo na vida dos cidadãos; até na educação dos filhos o Estado se mete. Então, nessa questão da liberdade de escolha, você sabe o que faz mal. Até água faz mal – água em excesso faz mal. Então, é preciso haver uma regulamentação? É, mas não precisamos chegar a um limite desse, ainda mais considerando que, no Mercosul, há um regramento que não é igual ao que nós temos.

Então, o caminho encontrado pelo Senador Otto foi o melhor possível.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ana Amélia, "não".

Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Atenção, Plenário! Atenção!

Senadora Vanessa, muito obrigado.

Srªs e Srs. Senadores, a intenção do projeto é meritória; agora, de certa forma, inatingível. Por quê? Porque nós temos acordos internacionais e, às vezes, tentando ajudar, nós atrapalhamos.

Esta Casa é a Casa da conciliação, do encontro, das soluções pacíficas para as controvérsias, Vanessa! E nós estamos hoje com o relatório do Senador Otto buscando isso. Vou homenagear esse Senador baiano, cuja índole, cuja vocação é exatamente esta: fazer o possível, encontrar a solução pacífica para a controvérsia.

Voto com S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Voto "não".

Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, vou votar com o Relator.

Quero chamar a atenção do Senador Otto para uma coisa sobre a qual eu conversava aqui com a Senadora Marta e com o Senador Flexa. Concordo em gênero, número e grau que nós temos que trabalhar essa questão em relação a essas bebidas, mas quero chamar a atenção, Otto, para dizer que, no caso da água mineral que nós consumimos, eu duvido muito que todo mundo que toma muita água mineral tenha lido o rótulo para ver o que compõe essa água mineral.

A água mineral tem muito sódio, a água mineral envasada. Eu, inclusive, Otto, a partir de um tratamento médico com o Dr. Jolival, em Feira de Santana, no grande laboratório dele, passei a adotar só água alcalina em minha casa para consumo, a fim de me livrar dessa quantidade de sódio que nós jogamos no organismo, fazendo de conta que estamos tomando água mineral, água boa!

Portanto, é uma coisa importante sobre a qual precisamos nos debruçar, principalmente os médicos aqui, que são antenados com essa questão da saúde.

Vou votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Voto com o Relator.

Mas eu queria lembrar que, além dos refrigerantes, eu só recentemente percebi que os sucos que nós tomamos, aqueles que vêm nas latinhas ou nas caixinhas, são açucarados e são terríveis para a saúde também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Cheios de sódio também.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Cheios de sódio também. E as pessoas não se dão conta disso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, acho que é meritória essa iniciativa. Agora, é importante ressaltar que não são apenas essas imagens ou essas rotulagens que vão inibir o consumo.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É muito mais um trabalho no sentido de esclarecer as pessoas e, ao mesmo tempo, de dar a elas outras opções.

Veja, por exemplo, Sr. Presidente: hoje se fala aqui exatamente do aumento de peso do brasileiro; o aumento de peso do brasileiro é exatamente por causa desses *fast-foods;* pergunto: o que deveríamos colocar na rotulagem de um *cheeseburger,* de uma batata frita?

O paciente é um cardiopata; ele tem predisposição, amanhã, a ter outro tipo de doença que está sendo acelerada pela alimentação dele no seu dia a dia hoje? Essa alimentação rápida que é quase uma cultura que chega às grandes cidades?

Então, acho que é muito mais uma obrigatoriedade do Estado de promover campanhas orientadoras do que, realmente, ficar apenas desenhando essas imagens nos rótulos das bebidas ou até mesmo das refeições a que as pessoas buscam ter acesso. Acho que tem que ser um quadro muito mais de responsabilidade do Governo, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, para que haja uma reorientação.

Por exemplo, existe o tal do produto *diet;* sobre esse produto *diet*, é exatamente aquilo que colocou aqui o Senador Walter Pinheiro: existe ali naquele produto a incidência de sódio, embora ele seja colocado como se ele fosse a solução do problema.

Então, quanto a essas coisas, acho que deve haver muito mais esclarecimento, e não a utilização de imagem no rótulo. Daqui a pouco, não saberei como haverá o rótulo de um produto que você vai ingerir ou de uma alimentação com a qual você vai fazer a refeição.

Esse é o quadro que estamos vendo. A alimentação do brasileiro, hoje, principalmente nas grandes cidades, dá-se nessa estrutura de *fast-food*, o que é algo que realmente agride as condições mínimas tanto de controle sanitário, como também de controle do material que é ali consumido ou usado para que o cidadão possa ingerir e obter amanhã uma boa taxa de colesterol, de triglicerídeos ou mesmo de glicose no sangue, Sr. Presidente.

Então, como tal, acho que é muito mais uma campanha generalizada.

Meu voto é com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O voto com o Relator é "não".

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para a ciência do Plenário e para a publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, se poderíamos fazer uma inversão de pauta para irmos ao item 12, que é um projeto da maior importância do Senador José Serra, que tem como Relatora a Senadora Lúcia Vânia e que trata do financiamento preferencial às Santas Casas, com o PRO-SANTACASAS. O projeto não é terminativo, mas precisa ir adiante, pela importância que ele tem e pela dificuldade que as Santas Casas do Brasil inteiro passam neste momento.

Eu pediria a V. Exª que pudesse fazer essa inversão, para que, rapidamente – acho que todos os Senadores e Senadoras são a favor do projeto –, possamos, com um breve relato da competente Senadora Lúcia Vânia, avançar nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro, esse projeto é não terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Há alguns projetos inscritos cuja votação foi antecipada. Tão logo esta lista se conclua, nós, então, votaremos o item 12, como requer, como depreca V. Exª.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2015
- Terminativo -

Institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatoria: Senador Ricardo Franco.
Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2015.
Observações: - *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Relator, para fazer alguma consideração, pelo fato de que já foi lido o relatório.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a Senadora Vanessa pelo projeto de lei, que, tenho certeza, irá contribuir para o aprimoramento das relações do capital e do trabalho e para a proteção das garantias dos trabalhadores.

Parabéns, Senadora!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, quero cumprimentar o Relator da matéria, Senador Ricardo Franco, e agradecer pelo empenho que ele teve em estudar a questão e em apresentar um relatório que considero irreparável.

Apenas quero reforçar que a ideia da apresentação desse projeto surgiu exatamente no momento em que o Governo Federal editou as primeiras medidas provisórias, no caso específico a medida provisória que endurecia as regras para o recebimento do seguro-desemprego.

Nós percebemos que não havia nenhum canal, Senadora Ana Amélia, para que o próprio trabalhador pudesse fazer denúncias sem que estivesse exposto ao patrão, para que ele não corresse o risco de perder o emprego ou de sofrer qualquer sanção no seu local de trabalho. Acho que esse é o caminho mais correto. Hoje, muito se fala que há muita fraude, por exemplo, no seguro-desemprego, mas não existe um canal perante o Ministério do Trabalho e as delegacias regionais para que o próprio trabalhador faça a denúncia. Então, o projeto tem apenas esse objetivo.

Assim como há o Disque 800 na área de segurança e na área de violência contra a mulher, penso que, no mundo do trabalho, disponibilizar aos trabalhadores um conjunto para que as denúncias possam ser canalizadas sem que haja necessariamente a identificação é muito importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo mais quem queria discuti-la, encerramos a discussão.
Em votação o projeto.
Procede-se à votação nominal.
Quem votar com o Senador Ricardo Franco, que é pela aprovação do projeto, dirá "sim".
Senador Humberto Costa.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Com o Relator, "sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a relatoria também, "sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Regina Sousa.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Waldemir Moka.
O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dário Berger.
O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Otto Alencar.
O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ricardo Franco é o Relator.
Dalirio Beber.
O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lúcia Vânia.
A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Walter Pinheiro.
O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Marta Suplicy. (*Pausa.*)
Vanessa não vota.
Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2015.
Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva.

Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013, e da Emenda nº 1-CE-CDH.
Observações:
- Em 1º.09.2015, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE.
- Em 11.11.2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CDH.
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.
A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente, só para uma informação. Eu sou Relatora *ad hoc* do item 2. Eu queria saber se V. Exª está pensando em votá-lo hoje. Ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pretendo votar o item 2 e todos os demais itens, Senadora Marta Suplicy.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, esse projeto é de autoria do ex-Senador e médico Paulo Davim. Eu fiz a análise entendendo que o projeto dele é um instrumento também de defesa da saúde. Então, eu vou direto à análise, que é bem curta.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAS deve opinar sobre essa matéria que diz respeito à proteção e defesa da saúde, o que torna regimental o exame do PLS nº 344, de 2013, por esta Comissão.

Não se deixam observar óbices de constitucionalidade ou de juridicidade, especialmente nos termos do parecer aprovado pela CE.

Quanto ao mérito, há que se louvar o PLS nº 344, de 2013, que avança na defesa da saúde pública. É particularmente importante a intenção de evitar a formação do hábito desde a mais tenra idade, de modo a evitar a entrada de comportamento tão nocivo na vida do cidadão ou da cidadã.

A emenda aprovada pela CE melhorou o projeto, ampliando seu impacto, ao estender sua lógica para outros espaços, mas também ao estabelecer a variação da incidência da norma de acordo com a diversidade dos espaços regulados.

Sr. Presidente, em razão do exposto, o meu voto é pela aprovação do projeto do ex-Senador Paulo Davim, que quer, na verdade, ampliar a proibição do uso do fumo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda que apresenta.

A votação será nominal.

Quem votar com o relatório do Relator dirá "sim".

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente, alertando que essa questão do fumo, sem dúvida nenhuma, é uma das maiores causas de doenças pulmonares. Então, muito mérito ao autor, Paulo Davim, e ao Relator, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Voto com o Relator. Reconheço a gravidade do problema do uso do fumo em excesso, tantas doenças, inclusive, doenças que acometem os pulmões, no caso, o carcinoma broncogênico, que é um tumor que praticamente não tem cura, nem com diagnóstico inicial. Acho que é um projeto de grande validade e voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado o projeto, consulto os Srs. Senadores se podemos repetir o resultado da votação anterior para a Emenda nº 1.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei nº 344, de 2013, e a Emenda nº 1.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para conhecimento do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, na sequência é o item 5. Já falei com a Senadora Vanessa Grazziotin – até numa homenagem ao nosso querido ex-Senador Ruben Figueiró, todos nós tínhamos um carinho muito grande por ele –, esse projeto é dele. O Movimento Criança Segura Brasil falou com a Senadora e falou comigo se poderíamos retirá-lo de pauta – não é pedido de vista – para ver se há possibilidade de fazermos algum ajuste que permita que o projeto seja mudado e talvez até aprovado.

Eu falei com a Senadora, a Senadora disse que aceitará esse pedido, que a gente retire de pauta na tentativa de construir uma alternativa. Como eu tenho sete projetos para relatar na CCJ, estou fazendo o pedido agora e tentando ir para lá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª, como todos os demais Senadores, tem fé pública. Embora a Senadora Vanessa não se encontre presente, por ela fala V. Exª, com toda a autoridade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Submeto ao Plenário a retirada do projeto.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Retirado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2014
- Terminativo -

Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

Autoria: Senador Ruben Figueiró
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela rejeição Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014.
Observações:
- Em 07.10.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
- Votação nominal.)

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011
- Terminativo -

Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad hoc***: Senadora Marta Suplicy**
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta.
Observações:
- Em 03.02.2016, a Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Marta Suplicy em substituição à Senadora Lídice da Mata. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
- Votação nominal.

Consulto a Senadora Marta Suplicy, relatora *ad hoc*, se gostaria de fazer alguma consideração a respeito do relatório lido anteriormente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria, sem prejuízo do trabalho da Senadora Marta, de pedir vista em relação a esse projeto. Vou apresentar também um requerimento para que nós possamos fazer uma audiência pública, se for possível.

Aliás, eu queria até perguntar a V. Exª se já há data marcada para aquela audiência pública sobre o projeto do Senador Serra que trata de prazos para registro de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª pede a palavra pela ordem, e pela ordem eu respondo. Em primeiro lugar, vista concedida, na forma do art. 132 do Regimento Interno. Segundo, marcamos para o dia 9 deste mês a realização daquela audiência pública.

Eu aproveito para perguntar aos Srs. Senadores se nós não poderíamos dispensar um representante da indústria farmacêutica para essa audiência pública, pelo fato de que o Dr. Antônio Britto, convidado, já é o presidente de uma indústria farmacêutica, e portanto falará em nome de todos.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a antecipação de 50% do abono salarial anual devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2015.
Observações:
- Votação nominal.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Dalirio. Porém antes, pela ordem, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, eu solicitei a inversão de pauta. Houve várias inversões de pauta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Houve.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O assunto Santa Casa é extremamente importante. Eu não permiti que o projeto fosse para a Agenda Brasil para ser discutido aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Eu estou aguardando porque eu tenho um compromisso com o Governador do Estado, e eu não posso ficar até mais tarde. Eu solicitaria a V. Exª um pouco de paciência em relação a isso.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem toda a razão. Apenas, por decisão do Plenário, nós estávamos dando preferência aos projetos terminativos, pelo fato de que eles exigem um quórum qualificado. Em seguida, votaremos este, que não está em caráter terminativo. Se V. Exª estiver de acordo, votaremos o item 8 e, em seguida, o item 12.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Solicito ao Presidente a possibilidade de, de fato, dada a urgência dessa questão das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos... No ano passado, foram fechados 218 hospitais, mais de 11 mil leitos. Eu acho que é um problema extremamente urgente, e o assunto do item 8 pode ficar sobrestado para que seja analisada essa questão que, com certeza, o Brasil todo está acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não. Atenderemos V. Exª.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2015
- Não terminativo -

Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015.
Observações:
- Em 24.02.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não sei se eu teria que ler novamente o projeto, mas eu faria um pequeno resumo do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Só considerações, porque o relatório foi lido.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sim.

O projeto trata de duas questões fundamentais: uma linha de crédito com juros baixos para investimento e uma linha de crédito para custeio. São duas linhas de crédito.

Esse recurso vem da Fonte 100 do Tesouro Nacional.

Eu tive o cuidado de procurar a Bancada da Saúde da Câmara dos Deputados e alguns Senadores que trabalham com a área da Saúde, e pensamos em já definir um percentual das emendas individuais da saúde para cobrir o valor de equalização do juro.

O projeto estabelece que, pelo fato de os juros não serem os de mercado, por serem juros baixos, o Tesouro Nacional teria que aportar cerca de R$2 bilhões.

Portanto, eu imaginei que seria mais fácil, diante da dificuldade do Orçamento, a gente estabelecer esse valor das emendas da Saúde para equalizar os juros que seriam compensados nas instituições financeiras.

Esse projeto, basicamente, se deve ao fato de os programas que o Governo criou para reestruturar as santas casas terem se tornado totalmente ineficientes. Quero apenas citar um dado: de 2.100 hospitais filantrópicos, apenas 200 foram considerados habilitados.

Outra vantagem do projeto é que ele estabelece um programa de reestruturação das santas casas para obter esses recursos. É um programa simples, objetivo, para objetivo resolver definitivamente o projeto.

Não há aqui qualquer intenção de concorrer com os projetos do Governo. Isso se deu principalmente em função de uma audiência pública que nós fizemos aqui em que os dirigentes de santas casas colocaram claramente que tanto o empréstimo da Caixa quanto o do BNDES se tornavam inteiramente inviáveis em função da burocracia e das exigências daquelas instituições financeiras.

Portanto, o objetivo é solucionar definitivamente um problema que aflige a população brasileira, principalmente a população mais pobre, pois todos sabemos que grande parte dos pacientes do SUS é atendida pelas santas casas.

Eu acredito que todos os Parlamentares que estão intimamente ligados a esses hospitais poderão enriquecer esse debate mostrando, cada um pelo seu Estado, as dificuldades que esses hospitais passam em seus Estados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Para discutir, Senadora Ana Amélia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Depois, Senador Humberto Costa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas acrescentar.

Nós estivemos, com o Senador Humberto Costa, o Senador Moka, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Otto Alencar, o Senador Caiado, o Senador Aloysio, em algumas demandas junto com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Foram obtidos alguns avanços em relação ao financiamento para as santas casas, como uma dilatação do prazo de carência e algumas outras medidas pontuais. Elas foram, claro, mesmo com a boa vontade do BNDES, insuficientes para resolver o problema das santas casas do País. Eu falo pela Santa Casa do Rio Grande do Sul, que tem de 60% a 80% de seu atendimento pelo SUS e se equilibra com 25% a 30% de atendimento por planos de saúde. Mas ela, ainda assim, sofre restrições no atendimento, porque o próprio Estado do Rio Grande do Sul não repassa para a santa casa e aí agrava o problema nesses atendimentos.

No governo FHC, foi criado um Proer para o sistema financeiro. "Ah, não! Mas isso foi FHC", podem dizer. No Governo do Presidente Lula, para estancar a crise econômica, as fábricas de automóveis tiveram desoneração do IPI – ora, um setor altamente poderoso economicamente –, e também a linha branca de geladeira, máquina de lavar teve o benefício.

Será que o sistema público de saúde, as santas casas, não merecem de nós um atendimento para uma medida que possamos construir? Hoje temos limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a própria limitação da emenda que aprovamos recentemente, de relatoria do Senador Humberto Costa, no sentido de que não se pode criar um programa sem ter a correspondente receita. Portanto, pela criatividade da Senadora Lúcia Vânia, Relatora deste projeto, nós estamos encontrando, através de emendas parlamentares, a fonte de receita

para compor esse programa de equalização dos juros, que seriam, no caso das santas casas, reduzidos. Então, eu acho que nós estamos caminhando dessa forma. Além do mais, não é terminativa a matéria. Ela vai para a CAE e, eventualmente, para outra comissão, dependendo da disposição do Governo, que sei tem algumas objeções a esse respeito. O exame na CAE também é enriquecedor para encontrarmos, talvez, uma alternativa. Não estamos recebendo agora dinheiro repatriado de ganhos lá fora? Não poderia uma parcela pequena, ou, eventualmente, da legalização de jogos, entrar para a saúde, para a área das santas casas? Quer dizer, formas existem, basta aquilo que a gente sabe: vontade política para fazer.

Penso que o relatório da Senadora é louvável, no sentido do esforço para encontrar e reconhecer as dificuldades das santas casas em nosso País, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, que é uma instituição histórica e que tem alta complexidade, com ganhos maravilhosos na área de cardiologia. Na área da pneumologia, é a primeira que fez transplantes de pulmão, que é uma área com conhecimento internacional.

Faço questão de dar esse depoimento porque a Santa Casa do Rio Grande do Sul tem, digamos, essa visibilidade, essa importância. Então, eu queria cumprimentar a Senadora pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, sou também conhecedor da situação de dificuldades que as santas casas vivem há muito tempo, não apenas no período em que tive oportunidade de ser Ministro da Saúde, mas posteriormente, nos dias atuais, tenho procurado ajudar a contribuir para que se busque uma solução definitiva.

Ao longo desses últimos anos, várias ações foram feitas, foram desenvolvidas. Acho que o projeto é meritório, pelo objetivo que ele tem, mas acho que não podemos vender, inclusive para as santas casas, tão sofridas, uma ilusão. Na verdade, todos nós sabemos que a legislação, a Constituição brasileira, impede que possamos criar programas a partir da iniciativa do Poder Legislativo. Na verdade, o projeto termina sendo uma autorização para que o Governo possa fazer. Então, ele pode virar uma coisa inócua. Vamos depositar todo o nosso esforço para aprovar aqui, para levar para a Câmara dos Deputados, para trazer, e, no final, um projeto como esse poderá não viger, não vigorar e não ter uma efetividade.

Primeiro, acho que precisamos encontrar uma solução definitiva para o problema das santas casas. Em minha opinião– e está longe desse assunto de corrigir tabela, não é por aí –, nós temos que garantir, primeiro, que para cada tipo de unidade hospitalar haja uma solução. Por exemplo, existe um programa para hospitais de pequeno porte, várias santas casas se filiaram a ele. Recebe-se um recurso, uma orçamentação, e a própria instituição pode se organizar para cortar onde ela acha que é essencial e garantir aqueles recursos.

Isso tem feito com que elas exercem um papel fundamental, principalmente nos pequenos Municípios, o atendimento de urgência.

Outros programas foram criados, como o Pró-Santa Casa, com recursos do BNDES. Existem linhas da Caixa Econômica Federal, existem programas que garantem que, de acordo com o percentual que aquela santa casa tem de pacientes do SUS, que tenha uma complementação de recursos. Então, há muitas coisas já que estão em andamento, mas nós precisamos que elas se intensifiquem e novas alternativas surjam.

Eu acho que é um problema muito mais de ordem política do que de uma legislação. Por exemplo, uma grande saída para as santas casas seria a implementação do Mais Especialidades. Boa parte dessas instituições oferecem exames especializados, consultas especializadas, cirurgias especializadas. Esses recursos que viriam com o Mais Especialidades iriam, sem dúvida, aportar, numa dimensão importante, recursos para a área. O problema é que estamos vivendo hoje uma limitação dos recursos do Ministério da Saúde.

Sempre que pensamos em criar algum tipo de programa que vai implicar gasto, nós precisamos também nos deparar com a discussão de buscarmos fontes alternativas para a saúde também, mas as pessoas têm verdadeiras alergias quando se fala em CPMF, sem a qual nós não vamos poder avançar. Então, eu acho que aquele esforço da Frente Parlamentar da Saúde, da Frente em Defesa da Filantropia, de Senadores que existem aqui, precisa continuar. Nós precisamos trabalhar nessa linha, até levar uma proposta como essa para o Governo, tentar ver se é viável.

Existem coisas que nós não podemos extrapolar. Por exemplo, não se pode dar um tratamento igual a todas as santas casas. Algumas têm uma situação de insolvência que não vai resolver com empréstimo. Você vai ter que descobrir outra maneira, outra forma. Os bancos não podem conceder empréstimos sem atenderem, por exemplo, à questão da análise do crédito.

Vejam, existem CPIs aqui, a CPI do BNDES, para julgar se o Governo desrespeitou a análise de crédito para conceder financiamentos a empresas que estão trabalhando no exterior. Então, não é assim, não é só a nossa vontade que vai viabilizar isso. A dificuldade de muitas santas casas terem acesso aos recursos oferecidos atualmente é exatamente porque existem níveis diferentes de solvência, de capacidade de pagamento. Então, nós precisamos buscar uma solução que possa ser adequada para os perfis que cada uma delas tem.

Então, reafirmando que eu acho que é meritório o projeto, é importante, é bom, mas nós não temos a prerrogativa constitucional de poder, por intermédio de um projeto de lei, implantar um programa. Imagine se isso pudesse acontecer, não para este Governo, mas para qualquer governo.

Vou ser obrigado a votar contrariamente. Estou pedindo, inclusive, uma audiência, para que ele seja analisado na CCJ, para que se veja mesmo essa questão do vício de iniciativa, para que não percamos tempo fazendo tramitar aqui, fazendo tramitar na Câmara, vendendo uma ideia de que vai encontrar uma solução definitiva, e não é isso que se faz.

Quero aqui empenhar a minha palavra, na condição de Líder do Governo, de trabalharmos para buscarmos outras soluções além das que existem, para enfrentar esse problema. Mas acho que não é o bom caminho aquele de contrariarmos a Constituição e vendermos a ideia de algo que não vamos poder fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Estão inscritos...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... os Senadores Moka, Walter Pinheiro, Eduardo Amorim, Otto Alencar e Ronaldo Caiado.

Eu concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu quero me inscrever também, Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, no final, eu quero responder aos questionamentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, quero iniciar, dizendo que, na verdade, a linha de crédito – aí seriam os 2 bilhões –, discutindo com o pessoal da Frente Parlamentar da Saúde, meu caro Líder,... Porque, na verdade, são R$2 bilhões daquele montante que sempre vai para a saúde. Já somos obrigados a colocar metade da verba na saúde.

Então, fazendo uma conta de padaria, aproximadamente 600 Parlamentares, entre 513 Deputados e 81 Senadores, estamos falando aí de R$400 mil. Acho que cada Parlamentar daria isso, como forma de equalizar os juros, porque, aí, esse dinheiro seria usado para equalizar os juros que não vão ser diminuídos pelo BNDES. Este vai uns juros, e este dinheiro das emendas parlamentares serviriam para equalizar os mesmos.

Pelo menos, no meu Estado do Mato Grosso do Sul, pode até haver nos hospitais do interior, mas todos os casos, vamos dizer, por exemplo, de traumatismo craniano, os grandes problemas acabam indo para as Santas Casas. São os hospitais que têm grande resolutividade.

Faço um apelo a V. Exª. Que aprovemos, nesta Comissão de Assuntos Sociais, e, se for à CCJ, e houver algum problema de constitucionalidade – o que acredito não existir –, evidentemente nós vamos render a uma questão de vício de iniciativa, mas, do ponto de vista de que é factível, tenho certeza de que os Deputados e Senadores não se vão negar a, de um valor de mais de R$6 milhões, a que cada um de nós tem direito, colocar R$400 mil para a santa casa do seu Estado.

Penso que isso seria uma solução que atenderia às santas casas do Brasil como um todo. É claro que há santas casas que precisam; e outras, não. Entretanto, pelo menos, haverá uma linha de crédito, equalizando-se os juros, com os recursos de Parlamentares.

Queria ajudar na argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, até mais do que discutir o mérito, pois este tema já está ultradebatido e todo mundo convencido de que isso é de extrema importância, ou seja, isso tem de ser feito, o grande drama agora é saber como encontramos o instrumento jurídico e legal para promover essa ação.

Quero chamar a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para o fato que, no ano de 2010, fizemos uma alteração na LDO e na legislação, Senador Moka, que inclusive nos permitiu a pegar parte das emendas da saúde e poder aplicar em custeio. Inclusive, tive a oportunidade de trabalhar nessa alteração de redação na Comissão de Orçamento. De certa forma, todo mundo concordou.

Na verdade, lembro-me até que havia uma discordância de um Deputado da Bahia – não quero dizer o seu nome aqui –, pois ele queria colocar o seu dinheiro para obras e não para custeio. Tentamos argumentar que era para a da saúde, para ajudar hospitais, com custeio. Flexibilizamos isso e colocamos no local correto.

Qual o problema que vejo aqui? A gente vai fazer uma alteração na destinação de emendas, através de um projeto. Já conquistamos a questão de 50% das emendas para a saúde.

Portanto, isto que o Senador Moka coloca é factível: podermos fixar, da parcela destinada à saúde, uma destinação de x por cento para as santas casas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso. Você não impõe. Nesse caso, você está sugerindo, o que é diferente do projeto aprovado, de 50%, que é impositivo. É regra. Obrigatoriamente, deve-se colocar 50% para a saúde.

Aqui, estou fazendo algo que é o seguinte: se você quiser ou não, você bota tantos por cento para a saúde.

Então, quais são os problemas existentes? Sugeriria debruçarmo-nos neste relatório da Senadora, que encontrou uma solução razoável, mas ainda esbarra em dois problemas.

O primeiro seria a criação de um programa.

Portanto, teríamos dificuldades na criação de um programa, estabelecido por lei, por iniciativa de Parlamentar. O segundo seria a destinação de recurso. Não posso fazer isso de forma indicativa, a partir daqui, ou autorizativa, sem ter, inclusive, no instrumento legal, onde os Parlamentares vão aportar as suas emendas, isso, de certa forma, como um item de regra.

Proporia sentarmos, Senadora Lúcia Vânia – e até disponho-me a ajudar, e obviamente os membros da assessoria do Senado são capacitados para isso e eu não – e tentarmos encontrar uma alternativa.

Podemos até chegar à conclusão, Senador Moka, de que talvez seja mais importante até interferirmos na aprovação da outra lei, ou na sua mudança, do que efetivamente num outro instrumento, que vai incidir sobre a destinação de recursos para essa finalidade, depois caindo num processo inócuo, porque, inclusive, vai prevalecer a destinação maior: 50% para a saúde, sem sequer, como citou muito bem o Senador Petecão, a menção de que o sujeito teria a oportunidade de fazê-lo se quiser.

Então, acho que, se nos debruçarmos nisso, acho que seria mais importante até do que remetermos à CCJ, porque, se fizermos isso, antes de arrumar o texto, a Comissão vai ser cartesiana, dentro da sua tarefa – é constitucional ou não, ponto final.

À CAS cabe exatamente encontrar alternativa de mérito; a CCJ vai efetivamente localizar-se no termo que lhe cabe. Na minha opinião, em sendo remetido diretamente à CCJ, a análise desse projeto será fria, calculista, incisiva e direta pela inconstitucionalidade, como assim deveria ser. Na maioria das vezes, a CCJ está discutindo muitos méritos e tirando, inclusive, a tarefa de outra Comissão.

Então, proporia à Senadora Lúcia Vânia compormos com mais dois ou três Senadores, juntamente com a consultoria, tentarmos encontrar uma alternativa que nos levasse a atender a essa demanda, que é de suma importância. Concordo plenamente.

Senador Moka, dos 50% da minha emenda para a saúde, coloquei, inclusive, uma parcela expressiva para a Santa Casa da Bahia, até por entender que a nossa Santa Casa de Misericórdia é um dos melhores centros de cardiologia do Brasil. Usei uma verba expressiva, 70% das minhas emendas para a saúde, e a minha emenda de Senador coloquei integralmente para a saúde.

Portanto, além do percentual da emenda individual, da emenda de bancada a que cada Senador tem direito, cumpri 100% e não 50%.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, estão inscritos ainda os Senadores Eduardo Amorim, Otto Alencar, Ronaldo Caiado e Dalirio Beber.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Antes de conceder a palavra a V. Exª, devo explicar o andamento regimental do pedido de audiência a outra Comissão.

O Senador Humberto Costa levanta a hipótese ou questão de constitucionalidade, à qual, é claro, deveremos estar atentos, embora não submetidos efetivamente a essa questão.

O que diz o Regimento? A solicitação deve ser feita no plenário do Senado; e o plenário do Senado deliberará, por proposta do Presidente da Casa. Todavia, encontramos um dispositivo regimental outro que autoriza a Comissão a proceder de igual modo, desde que haja uma inclusão no parecer do Relator dessa proposta.

A Relatora poderá propor audiência na Comissão de Justiça; se ela não a propuser, não temos como deliberar sobre isso, mas, sim, o Plenário do Senado.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bem, é só para esclarecimento, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao Senador Humberto Costa. Sei que ele tem a melhor das intenções. Uma vez que passou pelo Ministério, sabe naturalmente os obstáculos que precisamos atravessar para buscarmos uma solução para este problema.

Queria dizer que, primeiro, o projeto trata da reestruturação das santas casas. Para a entidade obter o crédito, ela precisa estar reestruturada.

Segundo, essa questão de se especificar cada categoria de santa casa – as menores, as maiores, as que estão totalmente inviabilizadas –, tudo isso está no processo de reestruturação. Agora, quando ele diz que poderia ser resolvido com um programa mais de especialização, como vamos solicitar mais especialização, se ela está totalmente desestruturada? É humanamente impossível a especialização ser inserida num programa dessa natureza.

Os bancos não podem atender sem análise de crédito. Concordo inteiramente com isso. Daí por que o programa de estruturação.

Prerrogativa do Executivo. Penso que, havendo um acordo entre os Senadores... E já tivemos precedentes aqui nesta Comissão: aprovamos um projeto que trata das microempresas de combustível, de etanol, que também foi iniciativa desta Comissão. Ele foi aprovado, e a lei foi sancionada.

Também o art. 48 da Constituição versa da seguinte forma:

> Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:
>
> .....
>
> IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento; (...)

Então, não é a primeira vez que se faz um programa dessa natureza aqui. Concordo plenamente com as sugestões. Estou aberta para discutir esse programa com o Governo, com os outros Parlamentares que queiram participar. Não abrimos isso ainda, em função da urgência que temos, pelo menos, de colocar esse projeto em pauta, para que possamos discutir e buscar um caminho.

Acato perfeitamente a sugestão do Senador Walter Pinheiro. O nosso objetivo, ao procurar a Frente Parlamentar da Saúde, foi no sentido de avançar, porque isso tem de ser elaborado via um projeto, mas queríamos apenas o sinal verde dos Parlamentares de que eles estariam abertos para discutir essa situação.

Quero dizer aos Srs. Parlamentares que não fizemos isso de forma açodada, ou isoladamente. Pedimos urgência para que o Presidente colocasse o projeto em pauta, com a finalidade de ele ser discutido amplamente, e possamos melhorar o projeto, ampliá-lo e inclusive discuti-lo com o próprio Governo.

Aceito perfeitamente a posição do Líder do Governo, que se coloca à disposição para negociar e achar caminhos. Podem existir caminhos talvez melhores do que este. Quero pedir aos Senadores que tenhamos pressa. Temos de resolver esse problema. Ele é urgente. Que tenhamos desprendimento e não tenhamos preconceito de avaliar que os projetos, criados entre 2007 e 2008, entre a Caixa e o BNDES, não estão funcionando, não responderam ao que queremos.

Agora, compete a nós, no Congresso Nacional, abrir essa discussão e achar o caminho. Essa é a proposta desse projeto.

Estou perfeitamente aberta, o Senador Humberto Costa me conhece e sabe que eu jamais faria algo atropelado, mas acredito que precisamos de urgência.

Era o que tinha a dizer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sou o próximo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, creio que sou o próximo, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Podemos ouvir V. Exª, porém a Senadora concorda em, como Relatora, incluir no seu parecer a audiência na Comissão de Constituição e Justiça.

Foi isso o que entendi.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não. Não concordo em ir para a Comissão de Justiça, mas que possamos sentar aqui, resolver o problema, dirimir as dúvidas e levar isso adiante, como foi feito com o outro projeto em relação ao etanol.

Diante da urgência do projeto, acho que não há necessidade de passar para a Comissão de Justiça, uma vez que temos consultores aqui capazes de achar caminhos. Se houver acordo entre o Governo e o Legislativo, não há por que essa tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª pede a palavra pela ordem ou pela inscrição?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Estou inscrito pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª pode arguir.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Serei breve, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, concordo quando se diz que, de fato, tudo isso é uma questão política. Bastaria uma decisão política. Concordo plenamente com esse argumento. Nada disso seria preciso. Isso é só um analgésico, um remendo, ou seja, não vai resolver, Senador Moka, a situação das santas casas, mas apenas amenizar. E isso é preciso, porque, senão, as santas casas morrem, fecham de forma antecipada.

Nada disso seria preciso, se o Governo pagasse o que é justo por cada procedimento, o que é correto, o custo real de cada procedimento médico ali realizado. Mas, infelizmente, vivemos num País, onde, há anos, não se reajustam inúmeros procedimentos.

Ainda ontem, da tribuna do Senado, falei sobre o caso dos renais crônicos. Muitos brasileiros irão morrer, porque a tabela SUS, defasada há muitos anos, não paga o procedimento, fazendo com que muitas dessas clínicas de hemodiálise reutilizem equipamentos, condenado esse procedimento em muitas instâncias.

Se o Governo pagasse o custo real, nada disso seria necessário. Não estaríamos aqui discutindo, mas fazendo o que é justo e correto. Infelizmente, não chegamos ainda a esse patamar.

Assim, vemos as santas casas, quebrando, falindo, fechando as suas portas, como se a responsabilidade fosse somente delas, para sustentar o Sistema Único de Saúde.

Então, Sr. Presidente, diante da falta de alternativa, diante da falta de sensibilidade do Governo, votarei a favor, porque isso é um analgésico, um paliativo, e ameniza uma situação como esta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Bem, o Senador Otto Alencar teve de sair, assim como o Senador Ronaldo Caiado.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, sou conhecedor e admirador da seriedade com que a nossa querida Senadora Lúcia Vânia trabalha todos os projetos nesta Casa. Já tive oportunidade inclusive de dizer que ela e o Senador Valadares são dois Senadores que têm projetos absolutamente importantes, que têm toda a minha admiração.

Acho que a solução proposta é engenhosa, interessante. Não acho que ela seja desinteressante. De alguma maneira, ter um subsídio maior, por parte do Tesouro, para que se possa fazer um programa de financiamento, ao qual, efetivamente, todas as santas casas possam ter acesso.

Não estou entrando no mérito da justeza. A questão que levantei é do ponto de vista da constitucionalidade, até para não ser algo inócuo. Não quero aqui propor um grupo de trabalho, pois já estamos cansados disso. Acho que precisaríamos, com o respaldo dos Senadores e dos Deputados, sentar com o Governo e mostrar essa alternativa, como uma tentativa para se resolver um problema emergencial. Precisamos trabalhar um pouco mais.

Há casos em que não adianta empréstimo. É melhor construir uma saída via um recurso a fundo perdido com exigência de reestruturação.

É preciso viabilizar a autossustentabilidade, a sobrevivência nessas condições.

Acho que, se conseguirmos uma forma de aprovar que não venha a ser questionada pela constitucionalidade, é uma maneira de pressionar. Eu acho que o mérito do projeto é exatamente fazer uma pressão sobre o Governo. Agora, essa pressão tem de ser efetiva, não pode ser uma pressão em relação à qual o Governo possa dizer de lá que não está obrigado a ceder.

Vamos sentar. Eu me disponho a procurar um caminho, a quebrar a cabeça. E me disponho também, independentemente da aprovação do projeto, a irmos lá cobrar: "Nós temos aqui uma solução. O que vocês dizem dessa solução? O Tesouro não subsidia os empréstimos a juros mais baixos para as empresas? Por que não poderia..." Vamos pensar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Diante da argumentação do Senador Humberto, eu pediria a retirada de pauta para discutirmos e, na próxima reunião, colocaríamos a matéria em pauta novamente. Eu não gostaria que ela fosse para a Comissão de Assuntos Econômicos antes de dirimirmos essa dúvida em relação a essas questões levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lúcia Vânia, eu entendo e louvo a posição de V. Exª. Acho que ela está ancorada no bom senso, na prudência e na ponderação feita pelo Senador Humberto Costa.

Em relação ao Senador Humberto Costa, eu só discordo de uma coisa, e discordo profundamente. É quando V. Exª se propõe a quebrar a cabeça: nós ficaríamos privados de uma inteligência brilhante aqui nesta Comissão e no Senado! (*Risos.*)

O Senador Ronaldo Caiado deseja ainda falar algumas palavras antes de encerrarmos esta reunião. Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pela ordem.

Presidente, eu gostaria que o item 8 ficasse ainda na pauta de hoje para podermos ler pelo menos o relatório e, se for o caso, votá-lo na reunião seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, em relação a essa matéria: ela envolve todo o Senado Federal, que tem noção da gravidade da situação de todas as santas casas e de todas as entidades filantrópicas em relação ao atendimento à saúde hoje.

É importante que se aborde aqui um primeiro ponto. O projeto atual propõe tratar o que aconteceu até hoje. Esse é um assunto que precisamos resolver dentro desse quadro deficitário que as santas casas acumularam até agora. É um corte. Ou se faz esse corte, e vamos resolver todo esse passivo que têm as santas casas... Esse é um assunto.

Agora, para continuar a ter perspectivas de poder resolver, é lógico, é preciso promover a correção da tabela, não há outra maneira, não existe outra maneira. Então, nós temos que dividir essa discussão em dois tempos: o que é o passivo das santas casas... Esse é o projeto e esse é o objetivo do projeto do Senador José Serra pelo debate que fizemos numa sessão de plenário do Senado Federal, onde as santas casas mostraram que hoje elas são responsáveis por 70% das cirurgias no País da linha SUS.

Então, a necessidade de nós as atendermos é fundamental, para que elas possam se manter vivas. A partir daí, é a tabela. Caso contrário, elas irão acumular... O ex-Ministro sabe muito bem que, com a tabela atual, é impossível submeter as pessoas a um tratamento de diálise, a um transplante cardíaco, a cirurgias mais sofisticadas.

Não existe nenhuma instituição capaz de sobreviver se não tiver incentivo, se não tiver dotação especial para poder fazer principalmente a medicina que resolve, ou seja, a medicina terminativa no sentido de poder dar diagnóstico e tratamento.

Tratamento, então, é a cirurgia, é a UTI, é a prótese, e, nessa parte toda, as santas casas são fundamentais para que possamos fazer uma medicina de qualidade. Esse é o ponto.

O que o Senador Serra propõe? Exatamente isto: vamos pegar esse passivo e resolver. Como é que seria isso? É a proposta apresentada. Tanto é que já foi citado aqui pela Senadora Lúcia Vânia um projeto, o Promicro, que foi criado aqui, não passou pela Comissão de Constituição e Justiça e está hoje na Câmara.

Também é atribuição do Congresso Nacional – está aqui no art. 48 – definir planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento. Então, essa é uma prerrogativa nossa, nós não estamos agredindo em nada o Executivo. Ora, se o Executivo entende amanhã que tem a prerrogativa de encaminhar medidas para a Casa para dizer que elege algumas prioridades e resolve anistiar dívidas ou fazer empréstimos diferenciados para algumas empresas... O que nós estamos colocando é que o Senado Federal e o Congresso Nacional podem também encaminhar à Presidência da República uma proposta dizendo que este projeto apresentado pelo Senador José Serra contribui para que haja, aí sim, uma capacidade mínima de respiração para as santas casas, para que, a partir daí, elas possam ter o que é fundamental na prática de Governo, que é não trabalhar com uma tabela que não tem condições de ser aplicada na realidade.

O ex-Ministro sabe, e nós, que somos médicos, atuamos nessa área, operamos doentes, sabemos muito bem que aquilo que está ali hoje... Para um cirurgião receber por uma cirurgia complexa numa área como a nossa, de cirurgia de coluna vertebral, com altíssimo risco, na qual o material aplicado custa em torno de R$20 mil a R$30 mil... Numa cirurgia como essa hoje, a equipe toda vai receber em torno de R$2 mil. Quer dizer, é algo que expõe o médico a um processo... É um valor totalmente insignificante diante de um custo altíssimo, de um material altamente sofisticado.

E quem é que faz isso hoje, Moka? As santas casas. Essa medicina de qualidade é feita pelas santas casas, pelos hospitais escola. É ali que estão as melhores cabeças e a formação da melhor medicina do Brasil. E essas estruturas estão sendo destruídas. Ou seja, a Medicina hoje no Brasil enfrenta um processo que deve ser motivo também de discussão nesta Casa.

Nesses últimos 12 anos, foram criadas quase 150 novas faculdades de Medicina no Brasil, faculdades de Medicina que extorquem os pais, que são obrigados a pagar mensalidades de quase R$7 mil, sendo que esses jovens não têm onde se preparar para saber o que fazer no momento em que receberem o título de médicos. Não são preparados para as suas especialidades, não têm uma formação ambulatorial, de centro cirúrgico nem de atendimento de paciente. É algo teórico, 100% teórico.

E nós estamos matando exatamente o quê? As santas casas. Eu me formei em santa casa, eu me formei em hospital público. A minha especialização foi feita ali dentro. Então, é fundamental que priorizemos, por uma questão de educação e saúde, essas estruturas que formaram os alicerces para que nós tivéssemos a Medicina que nós temos hoje. A defesa da santa casa aqui é prioritária na área da saúde e na área da educação. Senão, vamos formar no Brasil médicos cubanos, que nunca tocaram num doente, nunca tiveram qualificação e, de repente, vêm como generalistas. Não é essa a verdade.

Nós temos que ter aqui a clínica geral com especialidades, mas com qualificação. Vou dizer a V. Exª, Sr. Presidente: as santas casas – lógico, nem todas – praticam uma medicina de altíssimo nível. A qualificação, a área de pesquisa, a implantação do que existe de mais moderno hoje no mundo acontece exatamente nas santas casas.

Nós temos um exemplo: o Prof. Camargo, no Rio Grande do Sul, tem a maior estatística do mundo de transplante de pulmão – do mundo, ele bate os americanos – e é dentro da santa casa.

Então, nós temos pessoas, tanto na área cardiológica, como na área gastrointestinal, em todos esses setores... Na minha área, a ortopedia, é a mesma coisa: vemos que ali está o leito, a origem, a formação do médico capaz de promover uma saúde de qualidade para o Brasil.

Então, eu peço o apoio a esse projeto. Acho que o ex-Ministro e atual Senador José Serra conhece a fundo a matéria. O que nós precisamos é acabar com o passivo, zerar o passivo e, a partir daí, trabalhar com a tabela. Essa é a realidade. Não adianta fazer outra coisa. Caso contrário, estaremos procrastinando uma situação que jamais será resolvida. Elas não têm outra fonte de renda, elas não têm condições alternativas para exercerem suas atividades. Então, o pedido que faço, Sr. Presidente, a todos os colegas, é que possamos aprovar essa matéria. Não há necessidade de essa matéria ir para a Comissão de Constituição e Justiça, até porque situações semelhantes anteriormente foram votadas aqui e foram diretamente para a Câmara dos Deputados. Acredito que a matéria de que tratamos deve passar pela mesma análise que foi feita pela Mesa, inclusive pela identificação das comissões pelas quais deve tramitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, acato, então, a sugestão do Senador Humberto no sentido de discutirmos.

Eu só queria pedir ao Senador Humberto que abrisse essa discussão o mais rapidamente possível e que pudéssemos, na próxima reunião, colocar o projeto em pauta como primeiro ou segundo item para que os outros Parlamentares possam aqui se expressar, para que o Congresso Nacional possa mostrar a necessidade de se dar uma solução para esse problema de forma urgente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Excelência.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2015
- Não terminativo -

Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015.
Observações:
- Em 24.02.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
- Votação simbólica.)

O item 3: embora seja de votação terminativa, há uma preliminar de votação simbólica.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatório: Pela apresentação de Requerimento de oitiva preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013, com base nos artigos 133, inciso V, alínea b e 138, inciso I, combinados com o artigo 99, inciso I, todos do RISF.

Observações:
- Após a instrução pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria retornará à Comissão de Assuntos Sociais para apreciação em caráter terminativo.
- Em 02.09.2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH.
- Votação simbólica.

Portanto, a votação proposta pelo Senador Eduardo Amorim será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois bem, Sr. Presidente e colegas Senadores, aqui nós estamos pedindo para ouvir outra comissão, que é a CAE, porque o projeto é extremamente meritório, mas não se sabe se haverá recursos para pagar o incremento que se propõe. Com certeza, a ideia conta com o meu voto, com o meu apoio. O projeto do Senador Paim é extremamente justo, correto, mas não basta isso. É preciso saber se ele poderá se tornar realidade nos dias atuais, especialmente em meio a tantas crises, principalmente a econômica e a financeira. Então, é o que pedimos.

O projeto eleva o limite da renda familiar que enseja o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A proposta está em consonância com o que dispõe o art. 23, II, da Constituição Federal, que garante cuidados à saúde, proteção e garantias à pessoa com deficiência. No aspecto social, como já disse, a matéria é extremamente meritória e vem ao encontro do comando constitucional de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a erradicação da pobreza, redução de desigualdades sociais e promoção do bem-estar de todos.

O que se procura é garantir a um número maior de brasileiros um salário mínimo, Senador Moka, um salário mínimo de benefício mensal às pessoas idosas e com deficiência, incapazes de, por si mesmas ou por meio de suas famílias, proverem sua manutenção.

Para tanto, a proposta propõe passar a exigência da atual renda mensal *per capita* igual ou menor a um quarto de salário mínimo vigente para uma renda mensal *per capita* igual ou inferior a três quartos do salário mínimo em vigor. Ou seja, há um aumento considerável.

Embora o nosso entendimento seja de que o PLS nº 212, de 2013, deva prosperar nos termos em que está, como já disse, suas implicações orçamentárias, ainda que façam sentido do ponto de vista da Constituição, precisam também ser analisadas à luz do difícil quadro que enfrenta o País, notadamente o déficit da Previdência – o Governo tem até proposto o retorno da CPMF; essa é uma questão atuarial.

Portanto, Sr. Presidente e colegas Senadores, o que nós estamos propondo aqui é o encaminhamento da proposição à análise e à manifestação preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos por meio do requerimento em anexo. É diferente do que estávamos discutindo anteriormente, se iria ou não para outra Comissão. Desta vez buscamos esse requisito regimental para que possamos analisar com mais cautela, ouvindo a CAE.

Como já disse, no mérito, é inquestionável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A oitiva preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos se dará nos termos do Requerimento nº 3.

A matéria irá, portanto, àquela Comissão e, depois, retornará a esta Comissão.

Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a antecipação de 50% do abono salarial anual devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.
Relatoria: Senador Dalirio Beber.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2015.
Observações:
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – É um prazer poder relatar este projeto de lei de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Em exame, para decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 546, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a antecipação do abono salarial anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social que receberam auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

O autor afirma que, a cada ano, para que essa antecipação seja paga, "é necessária a edição de um decreto do Poder Executivo, o que sempre gera incertezas e apreensão entre os beneficiários da Previdência Social, que contam com esse pagamento para fazer frente a suas despesas".

Na argumentação, o proponente destaca, ainda, o valor elevado dos créditos que são injetados na economia, com a antecipação, o que torna necessária a existência de regras claras e permanentes, que permitam o planejamento, tanto para a economia familiar dos beneficiários, quanto para a administração previdenciária.

Até a presente data não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

Análise do mérito.

A proposição em exame promove alteração na legislação que rege o Plano de Benefícios da Previdência Social. Esse tema pertence ao âmbito do Direito Previdenciário. Normas com esse conteúdo são de iniciativa comum, conforme previsão do art. 61 constitucional, e de competência privativa da União, nos termos do inciso XXIII do art. 22 da Carta Magna.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Dada a observância desses pressupostos, não vislumbramos impedimentos constitucionais a regular tramitação da matéria.

De acordo com inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS manifestar-se quanto às proposições legislativas submetidas a sua apreciação que tratam de assuntos previdenciários.

Na análise do mérito, firmamos posição favorável à aprovação da matéria, em concordância com os argumentos expostos pelo autor da proposta.

Queremos destacar também que, embora os créditos individuais não pareçam ser relevantes, eles representam muito para os beneficiários e dependentes da Previdência Social. No âmbito das famílias de baixa renda, o retardo no pagamento do abono implica perdas inflacionárias e possivelmente o pagamento de juros, eis que os empréstimos consignados e outras dívidas de aposentados e pensionistas impactam profundamente na renda familiar.

Em suma, uma verba tão esperada não pode ficar à mercê das decisões burocráticas. A previsibilidade aumenta o uso eficaz dos recursos disponíveis e é melhor para todos. É notório que a concentração dos créditos de trabalhadores e aposentados, no final do ano, resulta no aumento especulativo dos preços, corroendo a renda total percebida. Se o abono for antecipado, em agosto, até algumas compras de fim de ano podem ser realizadas, com preços mais acessíveis.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2015, do nobre Senador Cássio Cunha Lima.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Como se trata de matéria cuja votação tem caráter terminativo, fica adiada a sua votação para a próxima reunião ordinária desta Comissão.

Item extrapauta.

ITEM EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2016

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, nos termos do Requerimento nº 04/2016, daquele Colegiado, de autoria do Senador Ivo Cassol, para tratar dos resultados obtidos, até então, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GM/MS nº 1767/2015, destinado a apoiar as etapas necessárias ao desenvolvimento clínico da Fosfoetanolamina; o atual estágio destas pesquisas nas esferas federal e estaduais, bem como as próximas etapas a seguir; os necessários testes clínicos, além da estimativa oficial de prazos para a produção em escala no País deste importante medicamento.

Serão ouvidos os Senhores:

• Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP;

• Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantã na cidade de São Paulo/SP;

• Renato Meneguelo, Mestre de Bioengenharia pela Universidade de São Paulo – USP;

• Eduardo de Azeredo Costa – Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS;

• Jailson Bittencourt de Andrade – Secretário de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED/MCTI;

• Marisa Maria Dreyer Breitenbach – Coordenadora de Pesquisa do Inca/MS; e

• Renato Alencar Porto – Diretor de Autorização e Registro Sanitário – DIARE/Anvisa.

Peço aos meus ilustres pares da Comissão de Assunto Sociais do Senado Federal - CAS que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Concedo a palavra ao Senador Moka para encaminhar a votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, esse assunto foi debatido nesta Comissão em audiência pública, mas, em função desse desastre que é a questão do *Aedes aegypti*, parece-me que foi esquecido. Aí, a Senadora Ana Amélia me pediu que subscrevesse com ela esse requerimento para que pudéssemos ter informações, porque foi prometido aqui pelo próprio Ministro e também, me parece, em outras instâncias, que se desenvolveria a fase 3 desse medicamento, que é a pesquisa clínica em humanos. Trata-se daquela pílula que as pessoas se acostumaram a chamar de "pílula do câncer". É preciso dar uma resposta à imensa população, porque hoje esse produto não é produzido em escala, é uma luta para conseguir essa pílula. Na verdade, trata-se de uma audiência para ter informações sobre a situação em que se encontra essa pesquisa e dar uma resposta à população que veio a esta Comissão.

É a justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passa-se à votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE MARÇO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos, do dia nove de março de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Sérgio Petecão, Dário Berger, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves, Walter Pinheiro e das Senadoras Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Registraram a presença os Senadores José Serra e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento número 01 de 2016-CAS, de iniciativa do Senadores Humberto Costa e Waldemir Moka e Requerimento número 02 de 2016-CAS, de iniciativa das Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy e dos Senadores Dalírio Beber e Waldemir Moka, com o objetivo de instruir o PLS n° 727, de 2015, que "altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e nº 9.782, de 23 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro.", com a participação dos seguintes oradores: Senador José Serra, autor da proposição; Jarbas Barbosa da Silva Junior, Diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Clarice Petramale, Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde; Antônio Britto, Presidente Executivo da Associação de Indústrias Farmacêuticas e Pesquisa – Interfarma. Justifica a ausência o Doutor Gesner Oliveira, Professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas e Sócio da GO Associados. Usam da palavra os Senadores Dário Berger, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, e as Senadoras Ana Amélia, Lúcia Vânia e Marta Suplicy. A Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da presente Ata, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Declaro aberta a 6º Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2º Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2016, de inciativa dos Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka, Dalírio Beber e das Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy, com o objetivo de instruir o PLS nº 727, de 2015, que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências; e o nº 9.782, de 23 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores Dr. Jarbas Barbosa da Silva Junior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Seja bem-vindo, Dr. Jarbas. Obrigado pela presença.

Drª Clarice Petramale, Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde. Seja bem-vinda, Drª Clarice.

Dr. Antônio Britto, Presidente-Executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa.

Justifica a ausência Gesner de Oliveira, Professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas e sócio da AGO Associados.

Eu quero, inicialmente, dizer que há uma prática desta Comissão de algumas audiências públicas servirem exatamente para instruir os projetos.

O nosso Presidente, Senador Edison Lobão, pediu-me... Eu sou o Relator da matéria, então não há prejuízo, porque a minha função é mais ouvi-los, mesmo. Eu já fiz contato, aguardo o quarto orador, que é o autor do projeto, o ilustre Senador José Serra, de São Paulo, que falou comigo ao telefone e me disse que já está a caminho do Senado.

Então, para efeito de economia, eu quero explicar isto. Falam todos os oradores, inicialmente. Eu vou determinar um tempo de dez minutos. No nono minuto, não sou eu quem vai tocar, é algo programado, vai soar uma campainha dizendo que os senhores têm um minuto para concluir a fala. Então, no nono minuto, quando tocar... É que as pessoas ficam olhando para mim e dá a impressão de que eu que estou tocando a campainha aqui. Então é assim a programação: falam os oradores, eu concedo a palavra, inicialmente, aos oradores proponentes da audiência pública, que farão questionamentos aos oradores; depois, eu faço uma segunda rodada. Nesta segunda rodada, eu inverto a ordem em que os senhores falam nesta primeira rodada.

Propositadamente, eu vou deixar o Senador José Serra por último, até porque os questionamentos virão muito em função do autor do projeto, e eu fiz um relatório com base no projeto do autor. Mas é claro que eu estarei aqui também e farei uso da palavra. Talvez eu faça também alguns questionamentos que eu julgar necessários. Mas é assim que funciona.

Eu espero que todos estejam esclarecidos. Se vocês concordarem, eu passo a palavra inicialmente ao Dr. Jarbas, como Presidente da Anvisa; logo em seguida, à Drª Clarice, ao Dr. Antônio Britto e, finalmente, ao Senador José Serra.

Eu consulto a Senadora Ana Amélia, uma das autoras do requerimento, se ela, como autora proponente, deseja fazer alguma colocação inicial, porque é o seu direito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente, mas eu prefiro ouvir as exposições, porque tenho questionamentos a respeito dessa matéria que serão feitos posteriormente à exposição dos nossos convidados, aos quais eu agradeço antecipadamente pela prestigiosa presença nesta Comissão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Conforme já estabelecido, o tempo é de dez minutos.

Eu concedo a palavra então ao Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, que é o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Bom dia. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todos o convite nas pessoas do Senador Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria de parabenizar o Senador José Serra. Eu acredito que é um papel nobre do nosso Legislativo exatamente este, de buscar aprimorar o ambiente legal onde ocorrem as atividades regulatórias. Eu não poderia deixar de fazer uma menção e dizer que eu creio que este é o grande papel.

Eu acredito que, ao contrário, quando o Legislativo trata de casos muito específicos e, na verdade, descumpre o próprio ambiente regulatório, aí, sim, vamos criando um ambiente de incerteza no País, que não é desejado. Mas esta é, sem dúvida alguma, uma contribuição importante, uma reflexão que o Senado faz com um projeto de lei, para aperfeiçoar o ambiente regulatório.

Eu vou fazer uma apresentação muito curta, até para termos tempo de debate, sobre algumas ações da Anvisa em relação a este tema.

Nós temos uma lei que é de 1976, já com um prazo máximo de 90 dias. É uma lei datada... Na verdade, nos anos 70, a complexidade tecnológica era completamente diferente de hoje. Eu diria que hoje 90 dias é um prazo excessivo para alguns processos e é um prazo absolutamente inexequível para outros processos. Por exemplo, não há lugar do mundo em que um medicamento novo, uma molécula absolutamente inovadora seja registrada antes de 90 dias. Por outro lado, há procedimentos, alterações pequenas, de baixo risco, que podem, sim, ser implementadas até num período de tempo pequeno. Então, essa lei efetivamente caducou, era de outra época.

Nós temos uma resolução de pós-registro que foi de 2009 e que dava implementação imediata para determinadas ações para registro. O pós-registro, sinteticamente, são todas aquelas alterações que um produto sofre depois que já está registrado. Podem ser desde pequenas alterações, vamos dizer assim, de formulação diferente, de embalagem diferente, até grandes alterações, como a alteração do produtor do insumo básico, por exemplo, ou do local de fabrico, etc.

Nós temos a Instrução Normativa nº 11, de 2009, que colocou já uma medida, vamos dizer assim, de agilizar processos, de alteração de local de fabrico. Se a Anvisa não o reprova em 60 dias, ele é de implementação imediata. E temos uma RDC (Resolução de Diretoria Colegiada) de 2014 que dá os critérios de priorização. Essa

resolução foi muito importante e foi utilizada para todos os processos da Anvisa. E ela estabelece que critérios devem ser utilizados para uma solicitação de um protocolo de ensaio clínico até um pedido de registro ter a análise prioritária.

Esta resolução dá o prazo de manifestação de 75 dias quando se trata de registro e de 90 dias quando se trata de pós-registro, a contar do processo de priorização. Ou seja, seguindo uma tendência regulatória mundial, de agências regulatórias do Canadá, dos Estados Unidos, do Japão, da Europa, fixa um prazo para que a Agência dê a primeira manifestação, nestes casos prioritários: se é o primeiro genérico; se é um produto a ser usado no Programa Nacional de Imunização; se é uma doença rara, negligenciada ou emergente; se é um processo para o desenvolvimento produtivo; se é uma situação de desabastecimento ou se é uma inovação radical fabricada no País. Uma droga desenvolvida em nosso País automaticamente entra nesse caso.

Só para dar um exemplo recente, se a fosfoetanolamina tivesse feito todos os testes de estabilidade, segurança, eficácia, ao pedir o registro, por esse critério, ela passaria automaticamente a ter da Anvisa a manifestação já nos primeiros 75 dias. Então, não precisaria nenhuma coisa especial, porque esse arcabouço já está previsto. Isso tem funcionado. Está aqui, ao lado, a Clarice Petramale, da Conitec.

Por exemplo, as novas drogas para hepatite C foram aprovadas na Anvisa em um período um pouco inferior a quatro meses, de todo o processo. Esse tempo foi similar ou inferior ao que levou tanto nos Estados Unidos como na Europa. Mas temos problemas.

Essas são algumas das ações que vêm sendo efetivadas. Mas efetivamente há, ainda, muito a ser feito, e todas as áreas técnicas da Anvisa têm trabalhado constantemente para aperfeiçoarmos os processos.

Eu aqui trago um ano a ano, desde 2010. Na coluna azul, o número de registros protocolados naquele ano; em vermelho, o número de registros publicados. Isso é para registro, ou seja, novos produtos que estão sendo registrados.

Percebemos que temos feito um esforço grande. Em 2015, por exemplo, nós conseguimos, com esse esforço, publicar um pouco mais do que recebemos, inclusive não deixando uma fila significativa para o próximo ano.

No pós-registro, esse quadro ainda não é o ideal. Nós estamos – eu vou falar um pouquinho depois – nas vésperas de uma aprovação de uma nova resolução de diretoria colegiada que vai dar uma velocidade muito maior para esse problema do pós-registro, que é uma das grandes filas que ainda temos na Anvisa, com mais de 3.600 pedidos esperando. Sem dúvida, sempre que há uma fila de grandes proporções, nós temos que, obrigatoriamente, rever o processo. Isso está sendo feito. A Anvisa está fazendo um processo, a nossa Diretoria de Registro...

Vou fazer uma pausa para receber o Senador José Serra, autor do projeto. (*Pausa.*)

A nossa Diretoria de Registro – inclusive o nosso Diretor está aqui presente – tem feito um esforço constante, que reflete essas melhorias recentes, de reavaliar os processos, exatamente para que possamos ter mais agilidade, garantindo a segurança e a eficácia. A Anvisa, assim como qualquer agência regulatória do mundo, tem que buscar esse equilíbrio entre processos os mais eficazes possíveis no sentido da velocidade, mas que, ao mesmo tempo, não deixem dúvida de que o que está sendo concedido para a utilização tem efetivamente a sua segurança e a sua eficácia estabelecidas.

Nós tivemos, em 2013, esse edital de publicação, que fez com que alguns dos gráficos que vou mostrar à frente tivessem alterada a sua ordem, porque, num acordo, atendendo a uma solicitação do setor produtivo, essa notificação feita em 2013 possibilitou que as empresas priorizassem, elas mesmas, na fila, os produtos que gostariam de mover para uma posição adiante. Isso fez com que alguns produtos de entrada mais recente desconsiderados por aquela empresa passassem para uma posição anterior na fila.

A partir desse edital, alguns dos gráficos que nós vamos ver adiante sofrem com esse mecanismo, porque, nessa priorização, muitas vezes coisas mais novas foram priorizadas e coisas antigas foram colocadas atrás. Então, processos antigos com indicativo de menor prioridade impactam nesse prazo.

Ali abaixo, no gráfico, vemos qual é o percentual de processos que permanecem na fila. É o caso de medicamentos genéricos e similares no final de 2015. No final de 2015, nós tínhamos pouco mais de 15% dos pedidos de registro que entraram para medicamentos genéricos e similares que permaneciam na fila.

Aqui está a série histórica do prazo para a conclusão de análise. Ali estão petições de registro para biológicos, genéricos, novos e similares, que são tratados pelo projeto de lei.

Houve uma tendência de crescimento em 2014, produzida por aquele efeito de que falei anteriormente: as empresas, ao fazerem a sua priorização, podem ter escolhido produtos com mais interesse comercial. Com isso, processos que já estavam na fila para serem avaliados foram para uma posição anterior. Mas há uma tendência, em 2015, de retomada dessa tendência decrescente em relação à série histórica do prazo.

Ali é pós-registro. Nós temos também uma situação semelhante. Em pós-registro, como eu disse, nós estamos à véspera de uma alteração importante das regras para que tenhamos uma maior velocidade na análise.

Chamo a atenção para a última linha, em que nós temos procedimentos simplificados no prazo de análise para genéricos e similares. Como nós temos conseguido cumprir, o gráfico está sendo cortado no seu final, mas eu tenho um dado aqui. Por exemplo: em 2015, nós usamos somente 39 dias para fazer análise de genéricos, novos e similares que se incluíam nessa Instrução Normativa nº 11, de 2009, a que eu fiz referência no início, que prevê determinados processos simplificados.

Eu chamo a atenção para esse procedimento, exatamente reforçando a ideia de que, com base numa avaliação de risco, é possível e necessário estabelecer prazos diferentes. Processos que não têm risco relevante podem e devem ser tratados com uma velocidade maior do que processos que tenham maior risco e que por isso exigem uma análise mais complexa.

Aqui a gente tem uma comparação que é feita por um instituto internacional que trabalha com a atividade regulatória. Eu chamo a atenção dos senhores. Não sei se todos conseguem ver, mas é a média dos dias que uma agência leva para registrar um novo produto. Esse não é um trabalho extensivo. Eles fazem essa pesquisa com um quantitativo de empresas de vários países. Os países que têm uma média menor, no canto esquerdo, não fazem processo e avaliação de registro. Ali está a Argentina, por exemplo, com 200 dias de média para a análise. Mas o que a Argentina faz é validar um registro que foi feito por outra agência. Eles não têm ainda uma Anvisa ou um FDA na Argentina. Depois vêm os países que fazem...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nem têm genéricos. A Argentina não tem genéricos. Então o fluxo de medicamentos para validar é muito pequeno.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – No segundo bloco estão os países que fazem uma avaliação simplificada. No terceiro e no quarto blocos estão aqueles países que têm agência regulatória e fazem essa análise. O Brasil está ali, é o primeiro daquela coluna amarela, com prazo em torno de 400 dias. A China vem depois, com mais de 500 dias, e assim por diante. Na última coluna estão os que fazem uma avaliação, digamos assim, ainda mais complexa, porque são os que primeiro recebem aquele pedido de registro. Mesmo ali, quando se observa Canadá, Estados Unidos e Europa, eles demoram algo em torno de 300 dias.

Por isso eu digo que é preciso separar dentre os processos, como a Anvisa tem feito, os processos de baixo risco, que têm, vamos dizer assim, um potencial muito menor de criar problemas para a saúde pública, de processos mais complexos, que necessariamente vão exigir uma análise mais detalhada.

Algumas medidas de transparência são outra preocupação importante do projeto de lei.

Eu já o parabenizei na sua ausência, Senador, e eu o parabenizo agora, na sua presença, pela iniciativa.

A Anvisa tem tomado medidas nesse sentido. É fundamental que o setor regulado, o cidadão e as universidades saibam o que acontece na Agência.

Atualmente, todas as filas de análise da Anvisa estão disponíveis num sítio eletrônico. Então ninguém pode mexer na fila, como um diretor dizer: "Eu quero que esse produto saia da posição 100 para a posição 2." Essa fila segue rigorosamente o critério de ordem de chegada e só é alterada por aqueles critérios de prioridade, ou seja, a análise do protocolo da vacina de dengue, do protocolo clínico da vacina de dengue do Butantan. Como é um produto para se usar no PNI, ele foi automaticamente alçado à primeira posição da fila para ser analisado.

Segundo, todas as cartas de aprovação e reprovação, desde julho de 2015, também estão disponíveis no sítio eletrônico da Anvisa, assim como há a divulgação de um relatório trimestral. É a nossa gerência de medicamentos quem faz todo esse procedimento, de forma que o setor regulado pode acompanhar a cada trimestre os trabalhos que estão sendo realizados.

Aí está o nosso sítio eletrônico. Ficam ali os *links* dessas medidas de que falei, de transparência. O setor interessado, o setor regulado, a pessoa pode verificar imediatamente.

Aqui estão as medidas adotadas para a redução do tempo de análise. Há várias ações de redução do número de solicitações de esclarecimento técnico. São as exigências.

O tempo de fila. Isso é importante para o conhecimento dos Senadores. O relógio não para em momento algum. Se o pedido de registro está tecnicamente, completamente acertado, cumpridos todos os requisitos e com todas as informações necessárias, ele entra e sai da Anvisa com o resultado final. Quando ele não tem todas as informações, a Anvisa precisa fazer exigências e solicitar que a empresa informe, corrija ou complemente informações que estão dentro do processo. É como chamamos no nosso jargão de exigências feitas pela Anvisa. Como o relógio não para, quando analisamos os gráficos... Depois que o processo começa a ser analisado, o tempo é praticamente dividido meio a meio entre a análise na Anvisa e no laboratório produtor que pediu o registro.

Um dos esforços que a Anvisa tem feito, almejando a exigência zero, é instruir os produtores, principalmente os produtores nacionais, os médios e pequenos produtores, para que os pedidos, quando chegarem à Anvisa, sejam tecnicamente consistentes, de maneira que não seja necessária a solicitação das exigências. Isso encurtará muito o tempo.

Tivemos um *workshop* em junho, com todo o setor produtivo, para explicar o registro. A Anvisa tem publicado regularmente guias técnicos para orientar os produtores sobre esses procedimentos. Temos, no sítio da Anvisa, também as perguntas e respostas frequentes e atendimentos a empresas no parlatório. Temos feito cerca de 100 reuniões por mês, num clima de transparência, dentro do parlatório, para tirar dúvidas.

A Anvisa tem consciência de que o seu papel não é receber o processo e dizer que ele está inadequado. A Anvisa também ganha tempo se orientar anteriormente a empresa para receber o processo cuja avaliação será feita de maneira acelerada.

Temos a priorização de que já falei, feita pela RDC nº 37, com critérios claros sobre priorização. E houve uma medida em 2014 para a simplificação de petições clones. Esse é um bom exemplo de que tratar diferentemente procedimentos de riscos diferentes consegue dar velocidade.

Nós temos ali, em vermelho, a análise completa, que era feita para genéricos e similares clones. A mesma empresa... E hoje em dia não é incomum ter empresas com duas, três, quatro companhias produtoras, digamos assim, que pedem registro ao mesmo tempo de um genérico e de dois similares daquele mesmo ou de um genérico ou dois genéricos de um mesmo medicamento. Nos casos em que isso entra como medicamento clone, hoje em dia nós fazemos uma avaliação simplificada. Em 2015, praticamente 80% desses pedidos foram tratados de forma simplificada, porque o risco é baixo e permite uma análise simplificada, que é muito mais rápida do que a análise completa.

Outras medidas.

A norma de pós-registro está em fase final. Ela está na agenda da nossa diretoria colegiada para o dia 22 de março. Portanto, daqui a poucos dias nós aprovaremos essa resolução que possibilita a implementação imediata de alterações pós-registro de menor complexidade. Trabalhando com a ideia de que procedimentos de baixo risco não necessitam de análise mais complexa, essas alterações pós-registro serão tratadas com implementação imediata.

Em segundo lugar, ela consolida um conceito importante, que é o conceito da corresponsabilidade. O fabricante tem interesse de produzir mais, de dinamizar o seu mercado, mas tem interesse fundamental também de garantir a qualidade do seu produto. Então, quando o fabricante entra com um pedido de pós-registro, ele dá várias informações técnicas à Anvisa que possibilitam essa análise. Se não há risco, esse produto passa a ser implementado de maneira imediata.

A Anvisa, é claro, tem que monitorar o mercado, a avaliação pós-registro, realizar a farmacovigilância para identificar possíveis problemas e alterações. A nossa expectativa, para os senhores Senadores terem uma ideia, é de que hoje nós temos 3.636 petições de pós-registro aguardando na fila da Anvisa. Dessas, 2.996 passariam a ser de implementação imediata, ou seja, o fabricante, com a informação prestada à Anvisa, já implementa aquela modificação, restando à Anvisa apenas cerca de 700 análises em que há alterações de grande monta, alterações que exigem efetivamente que nós tenhamos segurança de que um novo produto ou o produto modificado é exatamente igual, em termos de segurança e de eficácia, ao produto original.

São esses dados que eu queria trazer.

Eu disse, quando o Senador não estava presente, que é importante esse projeto de lei. Sei que na CAS, com a Senadora Ana Amélia, a Senadora Marta Suplicy, o Senador Moka e vários outros Senadores que têm um interesse especial pelo sistema de saúde, sem dúvida poderá ser debatido, aperfeiçoado, mas eu creio que traz para a lei não um caso específico. De novo eu digo: eu creio que é um tratamento inadequado, mas traz as regras gerais. E dentro das regras gerais, sim, eu creio que se dá segurança jurídica. Várias ações que a própria Anvisa tem desenvolvido nos últimos tempos terão, com essas modificações no projeto de lei, a possibilidade de aperfeiçoamento.

É claro que estamos à disposição para mandar sugestões, como fazemos sempre que há um projeto de lei que interessa, de aperfeiçoamento que consideramos que podem ser realizados.

Muito obrigado.

Estou à disposição para responder a questionamentos e perguntas depois.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradecendo ao Dr. Jarbas Barbosa da Silva Junior, que é o Presidente da Anvisa, eu passo a palavra de imediato à Drª Clarice Petramale, Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde.

A SRª CLARICE PETRAMALE – Olá, bom dia.

É muito interessante para nós participar desse projeto que é de interesse para a saúde pública.

Eu vou falar só do ponto de vista da saúde pública.

O Jarbas já colocou bem a situação da Anvisa e como eles fazem o gerenciamento desse enorme trabalho de receber registros, alterações e tudo o mais.

Do ponto de vista da saúde pública, o Ministério da Saúde está preocupado com que haja garantia da qualidade dessas análises da Anvisa. Então nós temos que ter segurança de que os genéricos realmente foram testados, de que os similares importantes foram testados e têm qualidade, eficácia e segurança, para ficarmos tranquilos no nosso papel ao produzir os programas de saúde e implementar as medidas e políticas. E podemos ficar tranquilos porque essas análises foram feitas previamente à entrada do produto no mercado.

Do ponto de vista também da saúde pública, nos interessam alguns grupos de medicamentos e não nos interessam outros. Então, quanto aos grupos que nos interessam, como o Jarbas mencionou, a RDC nº 37, de 2014, já traz os grupos de prioridades para a saúde pública.

Então o registro de novos produtos para doenças raras é prioridade para nós, assim como registros relacionados a medicamentos que estão sendo desabastecidos do mercado. São grupos de medicamentos bem explícitos. E já vem acontecendo esse trabalho entre o Ministério da Saúde e a Anvisa.

Também nos interessa que esses produtos estabelecidos voltem ao mercado. Então é importante um trabalho da Anvisa junto ao Ministério para fazer com que retornem ao mercado produtos como a Penicilina e alguns medicamentos oncológicos de primeira geração, os oncológicos sintéticos que saíram ou quase saíram do mercado. Isso é muito importante, principalmente para o tratamento de câncer de crianças. O câncer pediátrico ainda usa muito os medicamentos antigos. Então, para nós, isso é importante.

A transparência que o projeto propõe é fundamental para nós, pois usamos esses dados no Ministério o tempo todo. E nos interessa muito acompanhar o momento da análise, saber como está. Interessa muito saber se um produto está em exigência ou não, porque há muitas ações judiciais sobre isso. Muitas vezes temos que responder a um juiz por que um medicamento que diz a empresa que deu entrada na Anvisa ainda não saiu. E nós sabemos que existe esse período das exigências e que o número de exigências vai determinar, como disse o Jarbas, se o processo de registro vai correr liso ou se ele vai parar. Se ele for mal instruído na entrada, as chances de parar e não conseguir cumprir os prazos é muito grande. Então é muito interessante esse projeto para trabalhar previamente o que será exigido, todos os requisitos, para que ele entre de forma bastante correta, de modo a não parar nas instâncias.

Há algumas exigências que são impossíveis de se cumprir no curto espaço de tempo, porque falta fazer um estudo novo ou uma avaliação de empresa que não foi feita. Então são coisas que podem demorar muito e atrasar esse registro demais.

Portanto, ter transparência para saber quando ele entrou e em que hora a exigência passou, o prazo a correr para a empresa, isso é importante para que a imagem da Anvisa não seja poluída por essas perdas. O que se escuta falar é que a Anvisa não quer dar o registro. E isso muitas vezes não corresponde à verdade. Ou o processo parou por falta de algum insumo da própria empresa ou, às vezes, o pedido de preço não é feito e não se consegue comercializar o produto.

Esse período pós-registro de eficácia e segurança e a autorização do preço, esse conjunto de coisas é necessário que esteja completo para que o produto possa ser vendido, possa ser comprado, possa ser incluído no programa do Ministério da Saúde. Se a empresa pedir o registro de eficácia e segurança, mas não pedir o registro de preço, significa, na prática, que esse produto não pode ser comercializado no País, e nós temos um problema sério com ele. A empresa diz que ele está registrado, mas ele não é passível de ser comercializado e está sendo fortemente judicializado muitas vezes.

Então, eu acho que vale a pena nós pensarmos em formas de poder dar transparência a todos esses ciclos, para que todos, nesse conjunto, tenham responsabilidade no processo, tanto as agências reguladoras como o Ministério da Saúde e também os produtores de medicamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradecendo à Drª Clarice Petramale, eu, de imediato, passo a palavra ao Dr. Antônio Britto, Presidente-Executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa.

O SR. ANTÔNIO BRITTO – Sr. Presidente, Sr. Senador José Serra, Srªs Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia, agradeço, em nome da Interfarma, o convite, a oportunidade deste debate, que é extremamente fortalecido pela presença de figuras da seriedade e da honestidade intelectual do Dr. Jarbas e da Drª Clarice.

Os fatos de ontem à noite talvez pudessem indicar a desnecessidade deste debate, porque este é um debate sobre o funcionamento da Anvisa, e a Câmara dos Deputados, ontem à noite, aprovou um projeto que talvez torne desnecessário existir a Anvisa, já que ontem à noite foi aprovado que pode ser fornecida uma substância que não é medicamento. Portanto, não haverá mais pedido de registro, não haverá mais fila e não haverá mais a necessidade de a CAS discutir esse problema.

Eu tomo a liberdade de começar por aí, porque considero que o Senado da República terá a extraordinária tarefa de promover uma reflexão que, se de um lado precisa contemplar o caráter emotivo, e solidário,

e fraterno, e humano – e quem fala já teve dois diagnósticos de câncer –, por outro lado, precisa considerar o rigor científico e ético, sem o qual tudo é medicamento ou nada é medicamento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – É para todos os medicamentos ou só para aquele do câncer?

O SR. ANTÔNIO BRITTO – Por enquanto, aquele.

Bem, passando então ao que era o assunto original, eu gostaria de registrar que a Interfarma tem 56 empresas associadas. Elas representam 52% do total do mercado farmacêutico, com presença nos diversos segmentos de produtos. Isso significa que temos presença e experiência nos diversos tipos – Dr. Aloísio, ajude-me – de produtos, o que nos permite fazer comentários não necessariamente acertados sobre as nossas experiências com a Anvisa nesses diversos tipos de produtos.

O que é que nós temos como balanço na questão dos prazos para registros? E aqui quero fazer uma preliminar: apesar do clima de Fla-Flu que se instalou no País, eu gostaria de perguntar se nós somos obrigados a absolver ou condenar aqui a Anvisa, ou se se pode fazer um exame, preocupado em sugerir melhoras, que parta do pressuposto de que há coisas boas e coisas não boas. Presumo que seja a segunda alternativa. Sendo a segunda, há que se considerar, em primeiro lugar, uma comparação de 12 meses contra 12 meses, nos últimos 24: houve uma "despiora" no registro de biológicos novos. Eram 600 dias, passou a 444; eram 692 nos novos, passou a 466. Quanto aos similares, de 1.344, passou a 1.278; e os genéricos, de 1.033 aumentou mais 60, para 1.093. Então, ponto um: os prazos são insuportavelmente longos; ponto dois: eles "despioraram" nos últimos meses.

Quando se examina agora o mês de fevereiro – e esses dados são de ontem –, no mês de fevereiro, aí estão os registros concedidos. Nos últimos 12 meses, considerando fevereiro, o prazo de: biológicos, 444 dias; biológicos por uma via, 1.176 dias; PDP, 125; sintéticos novos, 466; similares, 1.278; e genéricos, 1.089, o que estabelece aí uma situação curiosa, porque os genéricos e os similares são os que demandam uma análise mais simplificada e que, em princípio, envolvem menos risco. Menos risco e mais simples, mais tempo. Os mais complexos – até porque são menos –, menos tempo. Como se diria na nossa terra, Senadora Ana Amélia, "algo ai". E isso cria alguns casos emblemáticos. Não há aceitação do produto, por razões de ordem ética, mas se a Comissão, de forma confidencial, desejar, eu os tenho disponíveis.

Um produto para doença rara aguarda sete meses até entrar em análise. Questão: a Anvisa considera os prazos do dia em que o processo chega ao técnico. Nós consideramos o prazo do dia em que o pedido – como em qualquer repartição pública –entra no protocolo. É assim no Judiciário, é assim no Executivo, é assim no Legislativo. Então, aguardou sete meses até entrar em análise e está há vinte meses em análise. Parênteses: parte da análise, sim, decorre da necessidade de exigência, mas não é justo jogar as exigências à integralidade do tempo de análise. Não seria honesto intelectualmente. Como também não é justo deixar de lembrar que os técnicos usam – não intencionalmente, talvez – uma tradição de fazer as exigências em prestação. Ele recebe o projeto, ele identifica falhas, mas ele não faz o pedido de todas as exigências no mesmo momento. Ele faz uma exigência, volta o projeto, ele faz outra... E essa outra não é necessariamente decorrente da primeira.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por quê, Britto?

O SR. ANTÔNIO BRITTO – Porque se deu conta, depois, de que havia necessidade de uma segunda, e essa segunda para o relógio. E aí, quando vem a segunda, pode vir uma terceira. Não eximimos indústrias de falhas em projetos. Somos parceiros de todos os *workshops* e temos uma conduta extremamente rígida com os associados. Dever de empresa é entregar projeto bom e completo. Agora, quando ele não é bom ou não é completo, nós entendemos que a exigência poderia ser feita de uma só vez, a menos que, em função da resposta à primeira exigência, decorresse uma segunda exigência, porque aí é uma decorrência, obviamente, da lógica.

Segundo exemplo: aguarda 9 meses até subir da portaria ao técnico. Está em análise há 12 meses. O primeiro medicamento para câncer aguarda 44 meses para entrar em análise e está em análise há 14; o segundo medicamento para câncer aguarda 6 meses e está em análise há 11; o terceiro de câncer aguarda 28 meses, e a análise ainda não começou; o quarto de câncer aguarda por 3 meses e está em análise há 12; o quinto de câncer aguarda por 12 meses e está em análise há 1. Essa é a primeira metade do problema. A segunda metade, Senadora Marta, é que, uma vez obtido o registro, é preciso obter o preço, para que o medicamento possa ser comercializado, inclusive, com o Governo. E nós estamos com uma nova e brutal fila no registro de preços. Tem havido casos, em média, de um ano, e já há exemplos de dois anos. O Governo, através da CMED, tem o direito de fixar o preço que a legislação permite que se fixe. Nós não conseguimos entender por que a demora. Não se trata de pedir que se fixe o preço que a indústria quer; o que está se discutindo é: por que está demorando tanto. Está demorando tanto, porque a CMED foi desmontada. Ela não tem pessoas.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A CMED o que é?

O SR. ANTÔNIO BRITTO – A CMED é a Câmara Interministerial, com representantes de cinco Ministérios: Saúde, Justiça, Casa Civil, Desenvolvimento Econômico e... Fazenda. Como é que nós nos esquecemos o mais importante? Isso é um ato falho terrível, Senadora. Mas enfim... Esses cinco é que devem definir a questão de preços.

Eles agora começam a classificar todo pedido de preço ou quase todo como "caso omisso". E, sendo caso omisso, tem que ir ao grupo de cinco. Três exemplos: no exemplo A, a empresa está esperando há dois anos e um mês; no exemplo B, junho, até agora não obteve; e assim por diante.

Quais são as consequências da demora? O paciente demora a ter acesso; isso ajuda, de alguma forma, na maldita judicialização; e a competitividade, que ajuda o paciente, acaba sendo comprometida.

É preciso lembrar, até por justiça, que a Anvisa tem 17 anos e que, nesse período, ela se tornou uma das agências mais conceituadas do mundo, porque tem um corpo técnico extremamente qualificado, mas o desafio dela é transformar boas leis, boas regulamentações que a Anvisa escreveu, com muita competência, em boas realidades. Isso depende de algumas condições, e nós elencamos aqui quatro.

A primeira – eu vou me valer aqui, se me permite o relator do precedente, Jarbas, para estourar um pouquinho –, a primeira condição é institucional. Eu estou numa fase da vida, numa idade, Senador, em que já me permito ser muito franco: a Anvisa tem sido vítima de sucessivas e prejudiciais interferências políticas, e isso tem prejudicado o funcionamento da Anvisa e de outras agências reguladoras.

A Anvisa tem uma enorme carência tecnológica. Na semana passada, durante cinco dias, a Anvisa não podia mandar nem receber *e-mails*. E o conserto levou cinco dias.

Problema de equipe. A Anvisa cuida de tabacos, alimentos, medicamentos, insumos, dispositivos, agrodefensivos, cosméticos, etc., e tem 2 mil técnicos. O FDA, com um escopo bem menor, tem 14 mil.

E gerenciais. A Anvisa, no melhor estilo brasileiro, ama o detalhe. Se nós podemos fazer uma regulação com cinco mil detalhes, por que fazer só dos essenciais? E não tem, obviamente, condições de cuidar de tudo. Então, é preciso uma mudança também cultural na Anvisa.

Quais são as nossas sugestões em relação ao oportuno e importante projeto – digo isso porque provoca este debate e porque traz algumas ideias muito interessantes – do Senador Serra? Primeiro, discutir a partir de que ponto deve ser considerada a contagem de tempo: se do ponto onde o projeto dá entrada na Anvisa ou quando começa a análise pelo técnico.

Segundo: a questão de a exigência ser feita de uma só vez, a menos que seja uma exigência sobre a exigência.

Terceiro – e aí é um pedido de esclarecimento por debates que têm havido –: se nessa etapa será apenas, como está escrito, sobre medicamentos.

Quarto: eventualmente, soluções para a Anvisa podem passar, e não necessariamente apenas em medicamentos, por uma tentativa de utilizar melhor a federação em termos de Anvisa. As relações da Anvisa com as vigilâncias estaduais e municipais são extremamente complexas, difíceis e não funcionam no sentido da descentralização, de uma otimização de recursos. Há experiências muito ruins na tentativa dessa integração. Não se consegue avançar na utilização de consultores externos ou de credenciamento de entidades pela própria Anvisa para poder realizar tarefas que a Anvisa continua concentrando e que, a nosso juízo, não são tarefas essenciais à atividade da Agência.

Por último, em relação à priorização dos medicamentos, nos ocorre fazer duas observações, Senador Serra: de que essa responsabilidade da classificação deveria ser do colegiado da Anvisa, dada a sua importância.

Nós, como associação, não gostamos muito dessa coisa de priorização, com base no que eu costumo chamar de "a experiência Congonhas". Naquele saguão, quando está muito lotado, entrar na fila das prioridades também não adianta. O problema é do saguão.

Portanto, enquanto houver esse volume de processos, até a prioridade acaba não funcionando muito, mas, enfim, a priorização é importante e, a nosso juízo, salvo melhor juízo, caberia que fosse a classificação definida pela diretoria da Anvisa. E ainda mais: que, eventualmente, houvesse o comando legal, apontando critérios para a priorização, que indicassem a preferência para medicamentos ou que aumentem a competição no mercado e medicamentos inovadores que permitam novas terapias, especialmente para doenças graves e raras não tratadas com a medicação já existente e em linha com algumas orientações hoje já existentes e aqui referidas pela nossa simpática Drª Clarice.

Para encerrar, gostaria de nos colocar como entidade e como setor, já que aqui não estou falando pelo setor, mas como único do setor, para que se consiga avançar nessa discussão, que se consiga aprofundar essa discussão. Repito, não se pode deixar a Anvisa nem na condição de obra divina, que não se possa discutir, nem na condição de Geni, a quem caiba imputar todos os defeitos do que está ocorrendo. A Anvisa completa 17

anos com avanços importantes e problemas importantes, e só vamos avançar se conseguirmos respeitar o que houve de avanço e discutir, com muita humildade e franqueza, o que ainda há a avançar.

E, por favor, não vamos esquecer que talvez a Anvisa não seja mais necessária se a moda pegar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero agradecer o Antônio Britto, que eu achava que representava a indústria farmacêutica, porque é o Presidente-Executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, e ele diz que não. Pensei que representasse todo o setor. Só quero fazer o registro do que aqui foi dito, pelo menos para mim, que, na condição de Presidente, você representaria todo o setor.

Passo a palavra ao autor do projeto, Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, aos nossos convidados minhas boas-vindas.

Agradeço, até como autor do projeto, as exposições, todas elas, sem a menor dúvida, muito pertinentes e muito reveladoras do estado de situação atual da questão dos prazos para registro de medicamentos no Brasil.

Queria dizer também, na verdade, mexendo nesse assunto dos prazos, que há um duplo propósito: primeiro, o atendimento à população, fazer chegar o medicamento às pessoas que necessitam, melhorar o acesso aos medicamentos no País, inclusive na área pública, porque o Poder Público, se não me falha a memória, compra cerca de 20% dos medicamentos no Brasil e essas compras também estão sujeitas aos mesmos prazos, atrasos e tudo mais.

Um lado é o acesso, outro lado é o preço. E o preço tem a ver com a concorrência e com a disponibilidade que exista no mercado. Quando implantávamos os medicamentos genéricos, esse também era o propósito que, muitas vezes, é perdido de vista, eu lembro que, durante o governo Itamar Franco, foi criado, por um decreto, uma portaria – não lembro –, o medicamento genérico. Só que não era genérico, era apenas autorização para que os nomes dos medicamentos fossem os nomes dos princípios ativos de cada um. Isso não andou, não teve nada a ver, porque os médicos não aceitam receitar o medicamento só porque tem o mesmo princípio ativo do outro.

O genérico, na verdade, envolve um processo de bioequivalência, biodisponibilidade, de mostrar que o medicamento é exatamente igual ao originalmente patenteado; os medicamentos similares não são. Essa é, inclusive, a diferença que existe entre um similar e um genérico: o similar tem marca, nome de fantasia e não obrigatoriamente é submetido a testes que o levem à equivalência total com produto recomendado. Por isso, não necessariamente os médicos receitam. Isto é muito importante se ter presente: para prevalecer genérico tem que ter médico receitando o medicamento, confiando no medicamento. E acho que essa confiança se ganhou no Brasil até certo ponto.

Nesse sentido, uma empresa, para produzir genérico, é sujeita à supervisão de processo de boa fabricação, além dos requisitos de bioequivalência e disponibilidade. Isso tem a ver muito com a questão de hoje, por quê? Porque o objetivo é o mesmo e os números são realmente assombrosos. Como disse aqui o Britto, um medicamento genérico, na média, nos últimos tempos, leva 997 dias para ser aprovado; um similar, 850; um produto novo, que inclui produtos não importantes, mas também produtos essenciais, 512 dias; e os biológicos, que têm muito a ver com o câncer, 528 dias. Se encurtamos esses prazos, aumentamos o atendimento de um lado e, do outro, ampliamos a concorrência, ou seja, preço e acesso. Esse é o propósito essencial do projeto. Ele não é feito de uma forma antagonista em relação ao trabalho da Anvisa.

Criamos a Anvisa quando eu era Ministro, no propósito de repetir, no Brasil, um FDA, esse era o meu objetivo, ou seja, uma agência que realmente pudesse atuar na questão da análise, do registro, da autorização dos medicamentos, e de boa qualidade, independente. Eu me lembro de que, para a primeira diretoria da Anvisa, simplesmente escolhemos o que seria apresentado ao Senado como candidato a presidente e ele propôs o resto à diretoria. Não recebi nenhuma visita de nenhum parlamentar, de nenhum partido, sugerindo nome nenhum, mas, infelizmente, esse processo se alterou posteriormente, com surtos de loteamento na Anvisa. Quero dizer que não incluo os aqui presentes. O Dr. Jarbas, inclusive, a meu ver, foi uma excelente escolha para Anvisa, foi uma das pessoas mais importantes do Ministério durante a minha gestão e sei que vai se empenhar muito no sentido de reformar e melhorar a ação da agência.

Esse projeto, na verdade, é visto como um projeto que reforçará a Anvisa, vai reforçar aquilo que ela teve, tem e terá de melhor. E nós vamos, a partir daí, acompanhar a evolução da agência com prazos, com audiências, enfim, vamos ficar em cima desse assunto.

Agora, quero dizer também que há questões novas. Por exemplo, o Antônio Britto, que, da mesma forma que eu não sabia até há pouco a diferença entre vírus e bactéria, fez aqui uma excelente exposição sobre o assunto – tenho certeza de que ele já sabe a diferença, eu ainda não sei, aprendi, mas, depois, esqueci –, lembrou um aspecto importante que é o da fixação de preço. Demorar um ou dois anos para fixar preço?

Essa ideia de ter um órgão com cinco Ministérios é trabalhada carinhosamente para atrasar, para não funcionar. Sei bem como funcionam os diferentes Ministérios no nosso País. Isso tem que ser alterado, nem que seja, Senador Moka, pelo nosso projeto, porque essa questão dos preços de entrada é básica.

Tivemos um recuo brutal, durante a era petista, na questão da relação Anvisa e preços de medicamentos, porque, na época da criação da Anvisa, estabelecemos que ela tinha também atribuições – é um procedimento heterodoxo, Britto – no que se refere ao reconhecimento da patente do produto no Brasil. Por que se fazia isso? Para negociar com o laboratório o preço de entrada de um medicamento no Brasil, era um instrumento político de negociação de preço. Chegava lá o Glivec, que, num certo momento, era um produto importante para portadores de leucemia, e eles chutavam o preço para cima. Para o SUS entrar comprando, há uma implicação fiscal direta. Então negociava-se. A patente era um instrumento de pressão para termos preços menores. Curiosamente foi durante os governos do PT que se renunciou a esse procedimento que endurecia a aplicação da Lei de Patente, de certo modo, com propósitos de abastecimento.

Creio que vamos ter aqui um processo de avanços relevantes a partir do projeto, especialmente porque a Anvisa vai colaborar. O fato é o seguinte: ela foi criada para ser um FDA e o FDA tem três vezes, se não me engano é esse o número, mais funcionários do que a Anvisa para tratar dessas questões. Por exemplo, no caso de genéricos, Britto, há só 30 técnicos; a FDA tem 150. Por quê? Porque, na verdade, quando fizemos a agência, a Vigilância Sanitária pegou técnicos que foram se aposentando e não foram sendo renovados, na perspectiva de que houvesse concurso para a nova carreira, mas não se fizeram esses concursos, não se fizeram, e realmente hoje há um desabastecimento dramático de pessoal. E isso é crucial, fundamental. O que reflete também uma incapacidade de fixar prioridades da parte do Governo, porque esse é um órgão essencial; não é fazer empreguismo, pelo contrário, tem que ser concurso, pessoas tecnicamente bem preparadas.

Portanto, espero que o projeto, ao estabelecer prazos, o teto de três meses, mudando uma lei que é 1976 – se não me engano agora completa 40 anos, estamos atualizando isso... Juntamente vem também o processo de reformulação, de ampliação, de fortalecimento da Anvisa, que está com a diretoria propícia a esse tipo de mudança nesse momento. A nossa esperança é que possa representar um salto tão grande...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... quanto aquele que realizávamos na nossa gestão, na direção de ter uma política nacional de medicamentos, coisa que o Brasil não tinha até aquela época, e que passou a ter.

Implico especialmente com um item, no caso de medicamentos, que é o dos produtos derivados, os chamados remédios biológicos, medicamentos biológicos, porque a maioria se refere a câncer e, de fato, não temos genéricos para câncer. Produto de natureza biológica é diferente daquele que é só químico, mas, mesmo os similares, os biossimilares, são escassos, e um bom genérico, um bom biossimilar pode custar a metade do tratamento de valor para cada unidade de medicamento, para cada medicamento especial. Isso é caríssimo! Creio que temos que ter uma política para isso no Brasil, ou seja, forçar a produção de genéricos ou biossimilares de qualidade para poder baratear os custos da saúde que, no caso do câncer hoje, são siderais.

Uma última observação, Presidente Moka, que não tem muito a ver com o nosso artigo, com o nosso projeto, se refere a uma diferença muito importante com os Estados Unidos no seguinte sentido: aqui no Brasil, os medicamentos, na maior parte dos casos, não estão incluídos nos planos de saúde; nos Estados Unidos estão. Isso leva a quê, Senadora Ana Amélia? Que os planos batalhem para reduzir preço de medicamento. Eles estão lá, batalhando pela redução de preço, porque diminui o custo deles. No Brasil, não há essa interação virtuosa, os planos de saúde não dão bola para os preços de medicamentos. É incrível! É uma coisa contra os interesses deles. Da mesma maneira que não há planilhas de custos para saber a mudança desse procedimento, quanto custa ou não custa. Essa é uma diferença importante que encarece medicamentos no Brasil, que dilata no tempo a sua aprovação e tudo mais, mas mexe com outro setor que, no futuro, trataremos através de projetos aqui, dentro do próprio Senado.

No mais, meu agradecimento ao Relator, Senador Moka, pelos aperfeiçoamentos e melhoras que fez, tem feito e ainda fará no projeto e aos palestrantes todos, com exposições muito esclarecedoras.

Parabéns ao Dr. Jarbas, porque, de alguma maneira, apresentou resultados que, como se diria em economia, mostra uma melhora na margem. Na média, ainda há muito o que baixar, mas é uma luta que vamos travar conjuntamente. Quando falo em baixar, me refiro aos prazos de registro e tudo mais.

Agora, impliquei muito especialmente com essa questão da fixação de preço.

Britto e Jarbas, gostaria de ter mais elementos para que possamos fazer uma interferência a partir do Senado, porque levar para cinco ministérios aprovarem, ou departamentos, novos preços é realmente pedir que o produto não chegue nunca ao mercado e, muitas vezes, com soluções ruins, sem falar que cria aquele

velho mecanismo, que não estou dizendo que está atuando agora com plenitude, que é o de criar dificuldade para vender facilidade, especialmente no caso dos preços.

É isso, meu caro Relator, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador José Serra.

Eu vou conceder a palavra à primeira inscrita e, de antemão, aviso que os autores de requerimento têm precedência, mas, no caso aqui, vou fazer... Só temos a Senadora Ana Amélia, dos autores, e eu, que falarei por último na condição de Relator, mas vou conceder a palavra por ordem de chegada.

Então, Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Waldemir Moka, caro Dr. Jarbas Barbosa, Drª Clarice, Dr. Antônio Britto e Senador José Serra, eu quero começar respondendo a um questionamento do Senador José Serra, porque tenho a honra de ter sido a autora de uma lei aprovada em tempo recorde também. Nós também demoramos, não é só a Anvisa que demora para registro. Nós também demoramos para aprovar um projeto, às vezes quatro, às vezes seis, às vezes 12 anos. E isso é complicado.

Eu sou autora de uma lei, que foi sancionada pela Presidente da República em 2013, a Lei 12.880, que determina que os planos de saúde devem fornecer o remédio de quimioterapia oral para os seus pacientes portadores de câncer. Essa lei já está em vigor e isso reduziu enormemente a judicialização e reduziu também o custo que o SUS tinha com o pagamento e o fornecimento desses medicamentos aos pacientes de câncer. Então eu modestamente fiz uma contribuição que teve repercussão enorme, Senador Serra.

Outro dia, eu encontrei um comissário de bordo, Rodrigo Santana, da Gol, que me disse que a mãe dele não precisou mais contratar advogado, o que ficava mais caro, porque graças a essa lei estava o plano de saúde entregando o medicamento mensalmente para a mãe dele, que estava com câncer. Isso mereceu até do Comandante desse voo, Brasília-Belo Horizonte, Comandante Vladimir, o registro público para todos os passageiros. Eu só queria fazer essa referência dado que, às vezes, a gente não tem noção do alcance. Quando fiz isso, eu o fiz aqui numa audiência pública que nós tivemos com o Senador Moka na Presidência da Casa e o Senador Jayme Campos – eu primeiro e depois ele –, nascida de uma audiência pública como essa.

Então, eu primeiro lhe dou essa satisfação, Senador Serra.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, sim.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nos casos de câncer, o que me espana é que os planos de saúde não estão empenhados como deveriam em reduzir os preços desses medicamentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque ele está pagando, ele deveria ser interessado...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está pagando. É um mecanismo curioso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, são maus gestores.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É curioso. Não estão empenhados. Eu entrevistei o diretor do Instituto do Câncer – V. Exª esteve lá visitando –, que eu tinha criado quando Governador, mas não vejo essa preocupação em matéria de redução de custos e em turbinarem a produção de novos biossimilares ou genéricos da área. Mas isso é parte...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até porque, pela massificação da produção e do consumo, a lógica recomenda a redução do preço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu vou cumprir a dolorosa missão de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpa, Presidente.

Vou direto à pergunta ao Dr. Jarbas Barbosa. Primeiro, houve aqui uma questão levantada: por que os tempos e, foi colocado, os tempos para genéricos e similares são maiores do que o tempo para o medicamento novo, para o setor. Foi muito questionado e eu também tenho essa curiosidade.

Há outra questão relacionada à possibilidade... Hoje nós estamos vivendo, Dr. Jarbas, numa relação de transparência total e eu queria saber porque a Anvisa não faz... No Poder Judiciário, por exemplo, se há uma demanda jurídica, você vai lá, dá o número do processo e sabe todo o andamento do processo. Por que não se pode estabelecer *on-line* um controle por parte dos interessados sobre o andamento como está e, inclusive, ali, o que está faltando? Faltou o documento, está ali expresso para ser um facilitador. Eu penso que essa transparência dá uma segurança e uma agilidade nos procedimentos.

Há uma outra questão no projeto do Senador Serra, a questão de uma penalização. Hoje a lei responsabiliza apenas o presidente pelo não cumprimento das metas da agência reguladora. Pelo que está aqui, em caso de descumprimento injustificado das metas e obrigações pactuadas pela agência por dois anos consecutivos,

os membros da diretoria colegiada serão exonerados mediante solicitação do Ministério da Saúde. O texto atual da lei prevê a exoneração apenas dos diretor-presidente. Então só sobra para o senhor, Dr. Jarbas, mas o senhor está fazendo o dever de casa como pode. Então, como é que a Anvisa, como agência reguladora, verifica isso?

E quais as chances que temos de ampliar o quadro da Anvisa? Já debati aqui com o Dr. Bucareste, quando houve um concurso da Anvisa, e foi suspenso, o que foi um ato muito correto da Anvisa, por suspeitas de fraude naquele concurso. Então, como é que se pode, num momento de dificuldade financeira do País, fazer uma implementação, um reforço do corpo técnico da Anvisa, uma vez que isso é determinante para agilização dos processos?

Gostei muito também, Drª Clarice, de tudo o que a senhora falou, porque endossa as preocupações em relação ao avanço da ciência e da tecnologia na área da incorporação de novos medicamentos, novas práticas e procedimentos.

Eu queria também, do Senador Serra, saber o que o seu projeto de lei, na forma como está escrito, inclui aí, no caso do registro de medicamento, se inclui produtos que são diferentes, medicamentos. Porque me parece até o que foi aprovado na Câmara ontem, digamos, um excesso, porque não é competência, não seria competência do Congresso. Há a demonstração de que medicamentos e produtos de limpeza, por exemplo, saneantes, cosméticos e alimentos, na vigilância sanitária, deveriam ter um tratamento diferenciado? Porque cosmético é diferente de remédio, embora, claro, um cosmético numa formulação possa dar uma alergia, então tem de haver esses cuidados. Agora, de modo geral, esses produtos têm uma característica diferente. Então, como é que se pode fazer uma separação para não misturar situações de produtos diferentes de medicamentos? Seria muito claro que isso ficasse, digamos, determinado no projeto, para não haver na lei um complicador, e não um facilitador. Então, eu acho que isso é muito importante do ponto de vista da clareza, que é o objetivo de V. Exª quando estabelece...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É que a lei de 1976 falava de tudo. Nós mexemos na lei de 1976 e, portanto, afeta tudo. Acho que a sua observação é importante para o Relator poder examinar isso e talvez fazer essa diferenciação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço.

E queria um comentário do Dr. Antônio Britto sobre a decisão de ontem da Câmara a respeito desse *fast-track* que foi aprovado ontem, como é que o setor vê.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A autora também do requerimento, Senadora Marta Suplicy, com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu quero parabenizar o Senador Serra pelo pedido de audiência...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou ouvir todos os Senadores e depois eu ouço os expositores. Acho que é mais prático.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – É um bom encaminhamento, porque muitas perguntas são ampliação, meio repetitivas.

Quero parabenizar pelo pedido de audiência e parabenizar cada um: Drª Clarice, Dr. Jarbas, Dr. Antônio Britto e o Senador Moka, que está presidindo com muita eficiência, pela clareza. Acho que...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas eu acabei de parabenizar, Flexa. V. Exª fica aí conversando, não presta atenção e fica... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O cara com uma certa idade tem alguma dificuldade auditiva, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Aí fica demais, podem achar que é suspeito. É melhor ficar assim.

Bom, algumas perguntas foram começadas já pela Senadora Ana Amélia. Eu queria saber da carga de pedidos dos genéricos, que me parece muito maior do que a dos outros pedidos. E também, se for assim, eu acho que isso o Senador Serra comentou, que aqui temos 30 técnicos e nos Estados Unidos eles têm 150 para tratar de genéricos, então, fica óbvio que faltam pessoas e fica óbvio que nós temos que ampliar o quadro funcional da Anvisa e vamos ter, nós, como Senadores, nem que seja para... A gente sabe que não pode fazer esse tipo de proposta, que não é constitucional, porque não é nossa a iniciativa...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... mas nós podemos fazer uma visita ao Ministro da Saúde dizendo que o apoiaremos fortemente aqui no Congresso Nacional esse pedido.

A outra questão mais ou menos foi ficando clara, mas é correto contar o tempo desde que entra? Me parece que é correto contar desde que entra e que isso é uma forma de burlar o tempo. Agora, eu gostaria que respondesse o Dr. Jarbas por que é feito dessa forma. Eu imagino que é feito dessa forma, mas é uma suspeita só, para diminuir o tempo, é óbvio, o que seria mais escandaloso do que o que já é. Isso o projeto do Senador corrige e achei correto.

A outra questão: o CMED, que avaliava com cinco ministérios a definição de preço, foi desmontado e parece que não foi montado também nada tão bom. O Senador Serra, essa eu gostaria que me respondesse, criticou esse CMED, dizendo que aquilo é uma confusão, com mais burocracia e tal. Pode ser e pode não ser, não sei. Eu queria saber, depois V. Exª poderá responder, sobre o CMED, que vê o preço dos medicamentos. Segundo o Antônio Britto, foi desbaratinado e eram cinco ministérios. V. Exª disse que, provavelmente, isso só serve para burocratizar e que não é uma boa ideia. Então, queria saber qual é a sua sugestão para chegar a uma agilidade nos preços. Eu gostaria de saber, eu acho importantíssima essa questão, porque não adianta ter uma rapidez maior num processo, se, quando chega ao preço, fica lá um tempão.

Agora, nessa história do preço, eu tenho uma desconfiança. Porque foi muito bem colocado pelos expositores que uma agilidade nisso criaria uma competitividade interessante no mercado, porque, se aparece um medicamento mais barato no mercado, eu vou naquele medicamento. Então, me parece que talvez não seja à toa que isso ocorra. Eu gostaria de saber dos que estão aí, dos expositores, a opinião.

Agora, eu também sugeriria aqui que nós talvez criássemos uma investigação sobre isso, porque nós não vamos ter como saber. Por que nós não vamos ter como saber? Porque só uma investigação vai mostrar. Se eu tenho dois ou três remédios muito fortes numa área e tenho mais três pedidos que ficam lá quarenta meses, cinquenta meses, e eles poderiam ter um preço melhor, tem algo estranho. Esses laboratórios são sempre os mesmos? Então, se faz uma investigação. Eu não estaria indo tão longe de sugerir uma CPI, mas podemos chegar a isso, porque eu acho que é extremamente grave e nós deveríamos, talvez, propor uma CPI para investigar essa questão da competitividade dos remédios, porque só uma investigação a fundo de quem pleiteia e quem está lá de rei é que vai nos dar a clareza de por que alguns medicamentos vão mais devagar que outros.

A outra questão, aí é um depoimento: na gestão do ex-Ministro Chioro, eu cansei, nesta Comissão, de me colocar indignada com o tempo que a Anvisa estava demorando para fazer os procedimentos para a questão da dengue. O Butantan acusava a Anvisa, a Anvisa acusava o Butatan. A consequência é que, durante dois anos, a gente ficou aqui esbravejando e nada ocorreu. E agora nós temos essa tragédia. Não vou pôr toda a responsabilidade na Anvisa obviamente, porque a questão do mosquito é uma questão basicamente também municipal, de limpeza, de Cata-Bagulho, de fumegação, de um sistema da Saúde da Família competente, o que, na minha cidade, eu vejo que não existe.

Quando eu saí há 12 anos... Quando eu entrei na prefeitura tinha epidemia, quando eu saí tinha dez casos, porque a gente fez o trabalho de casa. Isso falando em São Paulo, que eu conheço melhor. Agora, o restante do Brasil é como se o mosquito só existisse no verão. Só que agora o mosquito existe também no inverno, e a tragédia está anunciada.

Eu também quero retomar... Prestei atenção em que nós temos uma coisa muito misturada, que é produto de limpeza... Eu pensei nos cosméticos, pensei nas máquinas de emagrecimento, nas máquinas embelezadoras, algumas muito boas, mas isso tudo demora meses, meses e meses. E vai ser julgado e entrar na fila junto com tratamento para câncer, isso não procede.

Então, eu gostaria mesmo que tivesse alguma coisa diferenciada. Não é que elas não possam ser perigosas. Elas podem ser perigosíssimas, a gente sabe. Podem criar queimaduras, podem fazer mil coisas ruins, mas elas têm que ser aprovadas. E não tem sentido elas demorarem tanto tempo, porque não deve ser tão complicado assim, essas máquinas geralmente são internacionais, elas chegam aqui já tendo passado por muitos países, quer dizer, então eu não veria por que elas não poderiam ter outra abordagem.

E aí me pergunto: eu tinha primeiro pensado em talvez, um *Fast Track* para a gravidade mesmo, para medicamentos que vêm com uma possibilidade de preço e de alcance muito maior do que existe e ficam lá tanto tempo. Não. Às vezes para diminuir a competitividade, mas às vezes porque entra no roldão de tudo. Quer dizer, ter uma equipe que avaliasse aquele medicamento, o que ele pode trazer para o povo brasileiro, para ter uma prioridade. Talvez um conselho que avaliasse isso, acho que seria muito importante.

Depois, eu quero parabenizar o Senador Serra pelo projeto, porque eu gostei muito do que... primeiro, dos prazos distintos, de acordo com critérios claros de complexidade e técnica de análise e urgência de por à disposição dos pacientes, é o que aqui nós estávamos falando. Eu achei que o projeto detalha muita coisa. Eu não sei se isso beneficia. Eu gostaria de saber: por que foi feito assim? Porque V. Exª foi Ministro da Saúde,

tem uma clareza muito grande dos procedimentos. E então, já provavelmente disse: deixa eu ir mais na frente já propor o que eu acho que é o correto; que depois mexam ou não mexam, porque isso vai passar aqui, vai passar na Câmara e vai ser muito discutido.

Então, gostaria de dizer por que o detalhamento, porque aqui chega em detalhamento assim: são criadas três categorias – urgente, prioritária e ordinária – com prazos mais realistas de 90, 180 e 360 dias. Eu até gosto, porque é exatamente do que a gente está falando. Mas gostaria de saber da Anvisa se acha isso adequado estar num projeto, ou a Anvisa preferiria, ela, colocar isso. Não que nós vamos seguir, mas pelo menos para a gente poder ter outra opinião.

Em segundo lugar do projeto, os prazos fixados do projeto teriam que passar a contar a partir do momento do pedido de registro. Isso eu achei absolutamente correto, mas isso tem implicações. Nós não podemos fazer uma lei que a entidade, depois, a instituição, não possa cumprir. E pelo que nós vimos aqui do descalabro que está, nós vamos fazer uma lei para todos irem para a cadeia, porque aqui estão as punições, e são punições complicadas.

Em terceiro lugar do projeto, fala da transparência, que eu achei excelente, a exigência da transparência para o cidadão comum e para todos os envolvidos nos produtos da indústria farmacêutica poderem acompanhar, e também gostei muito da outra área, que é a punição. Eu acho que quando a gente não faz a punição, é muito difícil. Quer dizer, aqui fala da responsabilização, que não pode ser circunscrita a casos individuais. A Anvisa como um todo deve estar comprometida com o estrito cumprimento de prazos para o registro de medicamentos.

Eu acho que isso... Aí o Senador é bem radical, mas eu gostaria de colocar tanto para a Anvisa quanto para o Senador expor melhor.

"O descumprimento injustificado das metas e obrigações pactuadas no contrato de gestão em dois exercícios financeiros consecutivos implicará a exoneração dos membros da diretoria colegiada pelo Presidente da República". Quer dizer, é realmente uma punição em que a turma vai ter que trabalhar bastante.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas isso injustificado, né?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Hum?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quando for injustificado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Injustificado, claro. Mas, mesmo assim, é forte. É forte, mas talvez necessário no Brasil. Porque as coisas ficam lá e não acontecem.

E, depois, o Senador tomou a precaução de sugerir algo que eu quero um comentário do Dr. Jarbas Barbosa, que é: a Anvisa terá de fazer, evidentemente, um mutirão para resolver os problemas em prazos decentes, porque nós vemos que tem um acúmulo, que eu não sei nem se é possível com um mutirão a gente resolver esse acúmulo.

Quer dizer, o projeto é muito bom, mas é um projeto, Senador Serra, de que eu quero uma ponderação de V. Exª, que está muito mais enfronhado no tema do que nós aqui, da possibilidade real dele, de execução. E isso eu gostaria muito, então, de ter essa percepção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O outro autor do requerimento, que está presente também, é o Senador Dalirio Beber, e depois, na sequência, eu vou fazer aí, a não ser que cheguem mais autores: Senador Dário, Senador Flexa Ribeiro, Senador Ataídes e Senadora Lúcia Vânia. E eu vou pedir um pouco mais de objetividade, porque já começam os questionamentos repetidos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, Sr. Presidente, agradeço a concessão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, não. O Senador é o Senador Dalirio Beber, e não Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ah é? Mas eu não estava inscrito antes do...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, é porque ele é autor do requerimento.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ah, ele é autor então? Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí tem precedência.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu teria uma honra muito grande que você me antecedesse. Mas aproveito a oportunidade e peço escusas por ter chegado apenas agora; estava na Comissão de Infraestrutura e não tive o prazer de ouvir as manifestações dos convidados, que vieram aqui para colaborar, com certeza, no aprimoramento de uma legislação que se faz necessária para melhorar as condições de funcionamento da própria Anvisa, mas, sobretudo, o resultado que se busca através da aprovação e registro de novos produtos que podem nos ajudar muito na manutenção da saúde dos brasileiros.

E eu queria aqui apenas louvar a iniciativa do nosso Senador José Serra e tentarmos de todas as formas aproveitar todo esse conhecimento, esse saber que ele acumulou ao longo do tempo, em razão das diversas funções que ocupou neste Brasil, e, com certeza, usou para elaborar esse documento. Também hoje o Flexa estava ali na Comissão de Infraestrutura e falávamos sobre o 131, que visa única e exclusivamente a ajudar o Brasil a superar as suas dificuldades.

Eu estou há pouco tempo no Senado Federal, mas um dos assuntos mais recorrentes que tenho ouvido é exatamente as questões relacionadas à demora no processamento dos pedidos junto à Anvisa. E, lamentavelmente, temos a expressão "criam-se dificuldades para vender facilidades". Isso é muito ruim. As agências reguladoras nasceram exatamente para permitir que o Estado brasileiro fosse representado nessa regulação e fiscalização dos serviços de importância, em cada um dos setores.

Então, o exercício desse mandato que é conferido pelo Senado Federal, ou seja, pelo menos é submetido à aprovação do Senado Federal, é exatamente para dar essa dimensão de Estado brasileiro. E não apenas de uma indicação de um poder que está estabelecido por um período. E os membros dessas agências devem ter exatamente essa dimensão: de saberem que o trabalho que executam devem estar em defesa dos interesses maiores do Brasil e dos brasileiros.

No que diz respeito à saúde, nós vivemos um momento difícil, muito difícil. Os Municípios brasileiros não estão mais conseguindo atender às demandas na proporção que surgem, os Estados brasileiros e a União não têm conseguido fazer com que a transferência de recursos aos Entes – Estados e Municípios – fosse na dimensão necessária.

A produção de medicamentos também tem o aspecto econômico. Ou seja, nós vivemos um momento em que estamos desempregando.

Se tivéssemos essa possibilidade de fazer com que houvesse mais agilidade, com certeza estaríamos na geração de emprego e divisas para o Brasil e seríamos menos dependentes do mercado internacional.

Então, quero parabenizar a iniciativa do Senador Serra. Com certeza nós vamos ser brindados ainda aqui no Senado Federal com muitos outros documentos de importância, para aprimorar, primeiro, o debate; elevar o debate em nível de Senado Federal, e, sobretudo, produzir matérias que, de fato, melhorem a vida das pessoas. Então, parabenizar a Comissão por essa audiência pública que se realiza hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradecendo o Senador Dalirio, quero conceder a palavra de imediato ao Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, a minha participação aqui se dá no seguinte sentido: a importância desta audiência pública, Sr. Presidente e Srs. convidados, na minha opinião, se dá, sobretudo, porque a indústria farmacêutica do Brasil evoluiu muito nos últimos tempos. E com essa evolução, fruto do crescimento econômico do País, houve um aumento também substancial das compras do setor público, como bem já relatou o eminente Senador José Serra.

Neste contexto, é fundamental que a Anvisa, que é o órgão que registra os produtos em nosso País, tenha a agilidade necessária às demandas dos registros de medicamentos importantes à saúde da população, além de indispensável transparência das instâncias e dos profissionais responsáveis, e ainda da capacidade de incorporar medicamentos prioritários. Como nós estamos, inclusive, discutindo aqui o que virou uma questão quase que nacional, que é a questão da fosfoetanolamina, sobre a qual já fizemos algumas audiências públicas, que virou uma comoção nacional e colocou, provavelmente, a Anvisa em xeque, para tentar agilizar o procedimento em função do clamor popular que se estabeleceu; de acordo com as políticas públicas e não aquelas ditadas especificamente apenas pelos interesses privados, onde V. Exª teve uma participação fantástica, autêntica e que trouxe um benefício substancial, eu diria até vital, para a população brasileira àquela época.

Portanto, a demora excessiva, na minha opinião, para a concessão dos registros de medicamentos, priva a população, evidentemente, de remédios essenciais, inovadores, modernos para a cura das doenças que estão aí no seu dia a dia. Por isso eu formulei aqui algumas perguntas.

A primeira pergunta quero formular ao destacado Senador José Serra: V. Exª afirma no projeto que a obtenção dos recursos de medicamento está ultrapassada, e lista alguns dos tempos praticados em fevereiro de 2015 para a concessão dos registros: os genéricos demoram 997 dias, os similares, 850 dias, os novos, 512 dias, e os biológicos, 528 dias. Todos eles, muito superiores ao prazo de 90 dias, como, efetivamente, determina a lei. Então, se nós já temos uma legislação que estabelece o prazo, a minha pergunta para V. Exª é a seguinte: como V. Exª estipulou esse prazo de 180 e de 360 dias, respectivamente? Eu posso imaginar que seis meses, um ano, aproximadamente, seria um prazo razoável, máximo, para que, efetivamente, isso pudesse ter forma e absolutamente ser analisado pela Anvisa.

O outro questionamento que eu queria fazer é exatamente para o ex-Governador e grande Parlamentar que foi, Antonio Brito, sobre os prazos praticados pela concessão dos registros de medicamentos em outros países: isso costuma ser maior do que aqui no nosso País?

Eles têm uma dinâmica diferente? Ou a legislação, no exterior, possui algumas premissas que determinam uma agilidade maior ou mais próxima daquilo que estamos a exigir?

E se existe alguma exigência integrante do processo de registro, hoje, de medicamentos conduzido pela Anvisa, que o senhor considere desnecessária. De repente, como o tempo muda, mudam os conceitos, as regras, os procedimentos, quem sabe não pudéssemos suprimir algumas etapas que, porventura, possam ser desnecessárias nesse procedimento?

Por fim, ao Diretor Presidente da Anvisa, o Sr. Jarbas Barbosa, se a Anvisa possui servidores em quantidade suficiente para atingir os alvos definidos pelo projeto do Senador José Serra?

E se o enquadramento dos medicamentos em uma das três categorias propostas – urgente, prioritária e ordinária –, poderá efetivamente reduzir o prazo de concessão de registro para todos os medicamentos ou criará alguns privilégios? Essa também é uma preocupação que nós devemos de ter.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Convidados, Senador José Serra, autor do projeto, esses seriam os meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço ao Senador Dário.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Waldemir Moka, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Senador José Serra, autor do PLS nº 727; Deputado Antônio Britto, é uma alegria revê-lo aqui, agora como executivo da Associação das Indústrias Farmacêuticas; Dr. Jarbas Barbosa, Diretor-Presidente da Anvisa; Drª Clarice Petramale, Diretora da Anvisa. Primeiro, quero, Senador Serra, dizer aquilo que o Brasil inteiro reconhece: V. Exª, quando Ministro da Saúde do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi – acho que ainda hoje é – considerado o melhor Ministro da Saúde que o Brasil já teve. Então, é a demonstração da competência de V. Exª em todas as funções que ocupa.

Àquela altura, V. Exª teve a coragem de quebrar as patentes, criar o genérico. V. Exª tratou também da questão dos medicamentos contra o HIV, que foi reconhecida internacionalmente, e outras ações de V. Exª. E V. Exª contribui agora, no Senado Federal, com projetos importantes.

Ainda há pouco, eu estava na CI e discutíamos um projeto. Fiz questionamento, não só eu, mas outros Senadores que lá estavam, sobre o projeto que V. Exª apresentou a favor do Brasil sobre a retirada da obrigatoriedade da Petrobras de participar com 30% nos leilões do Pré-Sal.

Vou voltar agora ao 727. Mas tenho de registrar a competência, e as ações em favor do País, do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não há nenhuma restrição. Estou pedindo objetividade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É. Mas, para chegar na objetividade, tenho de relembrar, porque a memória do brasileiro é curta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por favor, Senador. Vamos ser objetivos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vou direto ao assunto, agora. Eu quero parabenizá-lo pelo projeto. Acredito que esse projeto traz, Dr. Jarbas, algo que estava faltando, que é uma definição, um regulamento para que a Anvisa possa dar resposta à sociedade. Não era possível você pedir o registro de um medicamento e não ter prazos definidos.

Então, o Senador José Serra apresenta aqui um projeto que além de dar um prazo máximo de 365 dias, define por categorias. Isso é fundamental. Existem registros, como ele coloca aqui, de "complexidade técnica". E na complexidade técnica, ele coloca benefícios clínicos e sociais.

Então, isso tem de ter prioridade em relação – como a Senadora Ana Amélia muito bem colocou aqui – às outras questões de cosméticos e outros registros pedidos. Ele classifica também os critérios de registro como urgente, prioritário e ordinário, e regulamenta isso tudo.

Agora, se os prazos são esses que estão aqui propostos pelo Senador Serra, é isso que nós estamos vendo aqui na audiência pública. E o competente Relator, Senador Moka, vai fazer as suas verificações.

Como eu disse, o projeto – acredito – vem para somar, para que isso possa ter uma regulação. Eu só gostaria de perguntar – e já foi feita a pergunta pelo Senador Dário – ao Dr. Antônio Britto e ao Senador Serra qual a regulação que existe, em outros países do mundo, com relação a esses prazos de registro? Faço isso para que possamos ter esse comparativo com relação aos prazos de registro.

E pergunto também uma questão ao Dr. Jarbas. Qual o principal motivo para essa demora na concessão dos registros dos medicamentos no Brasil? Com a aprovação do projeto do Senador Serra – que eu espero

que o Congresso aprove e o Executivo não vete –, nós podemos efetivamente ter essa redução sem risco para a população?

Por último, Dr. Jarbas, ontem, parece-me que aprovaram na Câmara Federal um projeto sobre a questão da fosfoetanolamina.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É. A Senadora Ana Amélia escreveu aqui, porque o nome é complicado. Ela colocou simplesmente fos. Então, agora vou chamar de fos para ficar mais fácil.

Dr. Jarbas, no meu Estado, eu recebo centenas de telefonemas de pessoas desesperadas, colocando isso como sendo a última esperança de sobrevivência; pedindo, achando, Senador Serra, que o Senador Flexa Ribeiro tem condições de conseguir o medicamento. E olha que eu tenho tentado. Já falei com o pesquisador, com pessoas ligadas a ele e que estão tomando o medicamento.

Já fizemos aqui uma audiência pública, Senador Moka, em que foram mostrados, Senador Serra, testes clínicos feitos ao longo do tempo, com resultados positivos de redução dos tumores, etc. Houve até um médico do interior do Ceará que só trabalha com o SUS que se ajoelhou aqui, à frente, pedindo pelo amor de Deus que liberasse o medicamento.

Eu não tenho mais o que responder, porque as pessoas que me ligam estão em estado terminal, muitas delas. E eu não tenho o que responder, a não ser dizer que, lamentavelmente, eu tenho tentado, mas não obtive êxito. Eu queria que o Dr. Jarbas dissesse ao Brasil, não a mim, mas àqueles que me consultam e me pedem, e que possam estar vendo a TV Senado e ouvindo a Rádio Senado, mas para o resto do Brasil todo, qual é a expectativa de a Anvisa liberar a produção da fos, para que essas pessoas tenham pelo menos a esperança de que a medicação traga um efeito benéfico para a recuperação da saúde de todas elas? E que assim Deus o faça!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. A última inscrita é a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bem, Presidente, vou ser bem objetiva. O meu objetivo aqui é apenas agradecer, uma vez que eu me sinto inteiramente contemplada com as perguntas do Senador Dário Berger, que me antecedeu.

Mas quero agradecer ao Senador Serra pelo espírito democrático de abrir esse projeto para que pudéssemos discuti-lo amplamente. Como todos sabem, Goiás tem um polo farmoquímico importante e era necessário que avaliássemos o projeto de forma mais ampla.

Quero cumprimentar o Dr. Antônio Britto, principalmente pela sugestão de emendas. E gostaria de perguntar ao Senador Serra acerca da observação dele em relação às emendas, à sugestão de emendas apresentada pelo Dr. Antônio Britto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Conforme eu havia colocado, vou inverter, então, a ordem das pessoas que falaram, para responder. Acho que isso é mais democrático. Então, o último a falar, que foi o Senador José Serra, será o primeiro agora, nessa rodada.

Com a palavra o Senador José Serra, autor do projeto, para responder aos questionamentos dos Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Moka. Primeiro, na questão dos preços, CMED, etc. No meu tempo no Ministério, nós tomávamos a decisão no Ministério. Eu tinha alguém encarregado do sistema de preços que vinha da área econômica. E tratávamos assim. Reconheço que é um risco deixar essa atribuição apenas para o Ministério, em tese, porque, quando se entra num padrão de troca troca de loteamento, etc, é um perigo uma área de preços ser deixada...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só um minutinho. Eu vou ter de estabelecer também horário para essas respostas, senão não consigo realmente cumprir. Cabe réplica aos Senadores. Então, vou colocar em cinco minutos, que é pouco, mas com tolerância de, no máximo, dois minutos.

Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Bem. Então, eu creio que na questão de preços, Senadora Marta, o correto seria ter uma instância que combinasse o Ministério da Fazenda, que tem um setor de preços, e o Ministério da Saúde. E num nível recursal, para uma instância mais ampla de quatro, cinco Ministérios.

Essa é uma questão chave que, para mim, foi um dos pontos mais importantes na época da gestão do Ministério. Nós chegamos a ter confrontos que levaram a prisões, nessa matéria, porque, na época, havia um medicamento chamado Glivec, que era para leucemia. O laboratório começou a fazer *lobby*, inclusive criando audiências aqui, na Câmara, plantando em colunas de jornais e fazendo insinuações. Eu chamei o Ministério Público, que fez busca e apreensão em escritório de lobistas. Enfim, foi uma confusão muito grande. Eu exigi

a saída do Brasil do Presidente da Novartis, senão eu não os receberia. Foi um confronto enorme e, no final, entrou por baixo preço. Mas a proposta era exatamente outra.

Então, aqui é uma ação complicada, topicamente, em certos casos. Mas, como rotina, eu creio que esta deveria ser a política: simplificar um pouco a instância de decisão, naturalmente, com todo mundo prestando atenção e fiscalizando.

Agora, com relação ao período de entrada em vigência, não só a Senadora Marta falou disso. Eu creio que nós temos de ajustar o projeto nesse sentido. Quer dizer, promulgada a lei, a Anvisa não tem condição de cumprir esses prazos imediatamente.

Então, eu pediria ao Relator que pudesse trabalhar esse tema levando em consideração a opinião da Anvisa e as próprias sugestões do Antônio Britto quanto ao prazo de vigência, e a nossa mesma, a esse respeito. Ou seja, entra para valer. A Senadora Marta falou "Vão todos para a cadeia?" Não pode ser assim. Então, tem de haver um período de carência e um ajustamento ao tempo, inclusive na questão das justificativas.

Outro aspecto é o desse medicamento, a fosfoetanolamina. Isso aqui já chegou a mim por diversos caminhos, até por pessoas conhecidas. Mas o fato é o seguinte: isso aqui não pode escapar da análise da Anvisa, da aprovação. Não pode. Por mais que haja um ambiente de que ajuda gente... Se você falar com alguém que tem câncer e que melhorou, considera que melhorou com o medicamento, isso realmente é dramático.

O que eu fiz, pessoalmente, foi falar com o reitor da USP – porque é a USP que tem que tomar providências nesse sentido –, falar com a direção do Instituto do Câncer acerca do campo onde a experimentação pode ser feita, e falar com o presidente da Anvisa, o Jarbas, para se colocar à disposição para fazer uma análise o mais rápido possível.

Agora, eu não sou a favor de reprimir que se entregue, porque não está provado se o medicamento faz mal. Não no sentido de normalizar e passar a já ter uma vigência legal, digamos, mas de encontrar uma saída para atender marginalmente aqueles que estão mais aflitos por conta disso. Agora, de fato, tem de haver a aprovação da Anvisa, tem de haver instituições que realizem testes.

Acho que o melhor lugar é o Instituto do Câncer...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... que tem o apoio da USP. A USP quer, o reitor quer isso também. E eu proporia, inclusive, que os Senadores preocupados se concentrassem nestas três instâncias: Jarbas, Instituto do Câncer de São Paulo e reitoria da Universidade de São Paulo.

Creio que eram essas as perguntas.

Só um fecho: o Brasil tem hoje uma participação de genéricos, em quantidade, da ordem de 30% no mercado. Em quantidade, não em valor. Em valor, é sempre menos, porque o preço é menor. Se o genérico é metade do preço, seriam 15, mas tenho que medir em termos físicos. São aproximadamente 30%. Países como Alemanha e Inglaterra têm acima de 70%. Eu creio que nós deveríamos fazer uma meta de duplicar, em quatro anos, a participação dos genéricos. Isso significa remédio mais barato e de boa qualidade, pelos motivos que eu expliquei antes. Essa é uma meta de governo – deveria ser – e é o empenho nosso aqui do Senado, porque dobrar os genéricos significa mais acesso a preços menores e de boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra o Dr. Antônio Britto.

O SR. ANTÔNIO BRITTO – Eu, primeiro, queria me penitenciar, porque não fiz a saudação ao diretor da Anvisa, Dr. Renato Porto, e também registrar a presença de dois colegas da indústria: o Dr. Reginaldo Arcuri, do Grupo Farma Brasil; e o nosso Marçal Henrique Soares, de Goiás.

Não existe medicamento se ele não tem registro na Anvisa. E o registro é não apenas a certidão de nascimento, mas a garantia dada pela autoridade sanitária de que aquele medicamento passou por todas as etapas de pesquisa clínica que permitem afirmar que ele será seguro, eficaz e de qualidade.

O contrário do medicamento é algo que não tem asseguradas nem a segurança, nem a qualidade, nem a eficácia. Nós não temos como fugir disso. Eventualmente, algo que está a caminho de ser provado poderá – e Deus queira que seja – ser provado e se tornar o maior e o melhor medicamento da história. Mas não existe a categoria terceira, entre medicamento e não medicamento.

E aí nós caímos em uma contribuição que o Senado pode dar. Se estão preocupados V. Exªs com fos, por favor, aprovem o PL 200, que disciplina uma das maiores vergonhas e desperdícios do País, que é a demora brasileira em pesquisa clínica. Este é o único país do mundo onde são três instâncias a autorizar uma pesquisa clínica: CEP, Conep, Anvisa.

Este é um país onde se leva o dobro do tempo para autorizar um estudo clínico do que se leva em outros países.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu quero dizer que o Britto tem razão. Eu não consegui contornar esse problema no Ministério, porque... Vocês não imaginam as pressões, não de natureza econômica, é até ideológica, nessa matéria.

O SR. ANTÔNIO BRITTO – Então, a pesquisa clínica... Qual é um dos problemas que o assunto fos revelou? A enorme demora para o processamento, em geral, de pesquisa clínica. Então, o apelo que eu deixaria, nesse sentido, é: não pode haver saída para qualquer medicamento que não seja a saída avalizada pela ciência e pela autoridade sanitária. Se essa saída, que passa pelo registro e, antes, passa pela pesquisa, está lenta no Brasil, grande parte da solução está nas mãos do próprio Senado: na Comissão de Ciência e Tecnologia está em votação o PL 200.

Repito: nenhum de nós aqui deixa de ter como ser humano a vivência pessoal ou familiar dessa questão, mas nós temos a responsabilidade – uns, na iniciativa privada, e os senhores, na vida pública – de definir a regra, porque, fora da regra, hoje é uma proposta de medicamento super bem-intencionada, que, talvez ou provavelmente, vá ter êxito. E amanhã será o quê? E como se separa o que não foi testado?

Em relação às demais questões, vale esclarecer que já há prazos previstos em regulamentos da Anvisa, e eles sempre foram solenemente descumpridos, por excesso de burocracia, por muita atenção ao detalhe, por falta de estrutura. O que o projeto Serra avança é no sentido de tentar criar uma responsabilização. Essa responsabilização e essa transparência...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO BRITTO – ... são a novidade do projeto.

Mas, com todo o respeito, isso também não adiantará se não houver, por parte da agência, uma mudança de processos que está em curso, ainda que demorando muito – a gente está cobrando muito do Dr. Jarbas; são mais de sete meses para aprovar essa regulamentação de pós-registro, para dar um exemplo –, e se não houver melhor estrutura para a Anvisa. Nós não podemos nos enganar. O projeto Serra é um deflagrador...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. ANTÔNIO BRITTO – Mas, se esse deflagrador não vier acompanhado de uma mudança cultural da Anvisa e de uma mudança em que, por exemplo, a gente possa mandar *e-mail* para a Anvisa, e a Anvisa responder, daqui a alguns anos, estaremos aqui – ou alguns de nós, os mais jovens, como o Senador Flexa – para discutir um novo projeto nesse assunto.

E o último comentário, bem objetivo, é o seguinte: a famosa questão da portaria e do prazo – perdoem a forma. O projeto entra pelo protocolo e recebe um número. Em quase todas, para não dizer todas as repartições públicas, esse número é o ponto de partida do projeto. Ele ali ganha um número, e, a partir dali, o reloginho conta. Não é assim no registro. Ele entra no protocolo, ele espera que o elevador chegue, ele sobe pelo elevador, às vezes o elevador demora algumas semanas, às vezes demora meses, e aí ele vai até a mesa do técnico. Quando ele chega à mesa do técnico, aí é que ele recebe o número, e o reloginho começa a contar.

Então, o que se está sugerindo é que o prazo conte a partir do momento em que chega à portaria, ao protocolo, até para poder fazer com que o elevador da Anvisa funcione de um jeito mais rápido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, só o...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu gostaria de saber, Dr. Antônio Britto, o comparativo dos prazos no Brasil em relação ao resto do mundo.

O SR. ANTÔNIO BRITTO – Os prazos no Brasil são superiores. Em termos de medicamentos novos, eles não são consideravelmente ou gritantemente diferentes. Há uma situação em que se reduziu – ainda que seja pior –, mas, no caso dos medicamentos genéricos, é realmente muito gritante.

Acho que, aí, uma questão importante é uma questão em que a Anvisa começa a progredir. Houve uma pergunta sobre que exigência desnecessária a Anvisa poderia deixar de fazer. Acho que não é uma questão de deixar de fazer; é usar mais o que já tenha sido objeto de estudo pelas outras agências. Atenção: não estou pedindo que a Anvisa assine embaixo do que outras agências fizeram, mas a Anvisa hoje é tão importante, que ela faz parte de um grupo – não me lembro, Dr. Jarbas, se são sete ou oito – das principais agências do mundo, que está começando a aperfeiçoar mecanismos de intercâmbio de estudos, para que uma ganhe tempo com o estudo que a outra fez, ainda que não seja obrigada a aceitar. Então, isso seria a melhor forma de todas as importantes ganharem tempo em benefício dos respectivos países.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Drª Clarice, por favor.

A SRª CLARICE PETRAMALE – Eu gostaria de tocar na impressão de que o tempo é grande demais. Quando se analisam outras agências, os tempos para medicamentos novos são mais ou menos parecidos com os que nós temos aqui, porque eles analisam, detidamente, todos os estudos, e isso leva um tempo que vai a

400 dias... É mais ou menos a média de outros países. O que o Dr. Jarbas apresentou da Cirs, que é uma entidade que analisa outras agências, bate nesses tempos.

Ocorre que, em outros países, eles têm acesso mais depressa a esse registro, porque o produto fabricado ali vai ser inicialmente registrado ou na agência europeia ou na agência americana para, depois, vir ao Brasil. Hoje a gente sabe que a comunicação é rápida, via internet. Então, quando se consegue o primeiro registro no país de origem, via FDA ou via agência europeia, já as associações de pacientes estão sabendo desse novo remédio, estão sabendo dessa nova possibilidade de terapia e já acham que nós estamos atrasados. Só que, muitas vezes, essa empresa ainda não postulou aqui, ainda não pediu essa entrada. Então, nós já começamos com uma desvantagem básica: sempre dá a impressão de que nós estamos muito atrasados em relação a isso.

Então, para nós, em termos da Conitec, que vai incorporar as novas tecnologias no SUS, nós somos obrigados a esperar que tenhamos registro e preço para poder trabalhar. É o insumo básico da nossa avaliação. É impossível começar a avaliar algo que o fabricante não propôs ainda ao País e que não tem preço. Então, como fazer estudo econômico, de impacto orçamentário ou qualquer coisa assim, se não sabemos nem que preço será autorizado no País?

Então, vejam que para nós pesa bastante esse tipo de carga, porque, via judicialização ou mesmo incorporando, via produto estratégico, é preciso importar. Há todo um movimento que destroça a nossa força de trabalho para conseguir um produto aqui. Então, nós queremos ter produtos registrados no Brasil a tempo de que possamos incorporar, mas muitas vezes demora muito.

O Jarbas citou aqui o esforço que foi feito no caso da Hepatite C e dos três novos medicamentos, que todas as associações já davam como fundamental para o tratamento, porém, nenhum deles tinha pedido sequer ainda à Anvisa que avaliasse seus dossiês. Os dossiês têm que ser traduzidos, eles vêm em português, há todo um trâmite de lei, e eles não tinham ainda se preocupado com o Brasil, mas nós já tínhamos toda uma demanda e até uma necessidade de saúde pública para implantar esses tratamentos.

Então, vejam que teve que haver um trabalho muito coordenado entre a área do Ministério da Saúde que queria dar esse tratamento para os pacientes; nós, que queríamos avaliar já em conjunto com a Anvisa; e a falta até de a empresa querer entrar no Brasil. Sequer tinham pensado, talvez, nisso naquele primeiro momento.

Então, vejam que é difícil ser um país em que vai ser feito o segundo registro e já receber a demanda como se fosse antiga. E, de verdade, não é. Muitas vezes, não houve tempo ainda sequer de o fabricante postular o registro à Anvisa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Clarice...

A SRª CLARICE PETRAMALE – Sim.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só alguns dados.

Nós não temos estimativas precisas de outros países, porque a maneira de coletar os dados é muito complexa.

No caso do FDA, eles têm dois critérios: produtos considerados *standarts*, padrão, comuns, e considerados prioritários. No caso de padrão *standart*, a média é cerca de dez meses, e, no caso de prioridade, de seis meses. Na verdade, há diferença, mesmo se você pegar na prática, como aconteceu, que é uma tabela que nós temos feito a esse respeito. Quer dizer, no Brasil, demora mais.

Agora, há um agravamento que é a questão de preços, que toma muito tempo depois e que agrava bastante tudo, que não tem nada a ver com o registro do medicamento propriamente dito. Ou seja, temos uma velocidade bem inferior à da maioria dos países, mas, de toda maneira, é muito difícil estabelecer com precisão.

O produto *standard* e produto prioritário já se aproximam da nossa sugestão de classificação dos produtos. Eu daria mais tempo para similares, porque similar, na prática, apenas replica, sem a mesma qualidade. Não estou conta a produção dos similares, mas, inegavelmente, o predomínio de similares no Brasil mostra uma fraqueza da concorrência, porque o consumidor estabelece uma lealdade com a marca e não com o princípio ativo.

Essa é uma discussão mais complicada, digo que a Senadora Lúcia Vânia já se concentrou bastante, porque Goiás é onde há mais produtores de similares, mas minha ideia, inclusive, na origem, era que, ao longo de dez, quinze anos, iria terminando os similares, como é nos Estados Unidos, em que há o patenteado e há o genérico e acabou. Mas os prazos, na verdade, são uma diferença marcante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero agora conceder a palavra para aquele que foi o primeiro a falar e que é o último a falar, e, se vocês concordarem, eu darei mais tempo ao Dr. Jarbas, e eu vou explicar por quê. Porque as perguntas foram, à Anvisa, dirigidas em maior número.

Eu até indago ao Senador Eduardo Amorim, como ele chegou depois da exposição, mas é um Senador atuante aqui nesta Comissão, e é um médico, se ele tem alguma pergunta a acrescentar, e eu às vezes aproveitaria antes de o Dr. Jarbas começar a falar.

V. Exª gostaria de fazer alguma pergunta?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas para acrescentar, ele foi o nosso Relator do PLS 200 citado pelo Dr. Antônio Britto, na CCJ, com grande brilho e grande talento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A senhora sempre lembra dos relatores, mas quem relatou a medicação oral fui eu. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso é um capítulo à parte, Senador. É um capítulo à parte, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, Drª Clarice, Dr. Jarbas, Dr. Antônio Britto, colega e Senador Serra, sem dúvida o que nós estamos discutindo aqui é, sobretudo, como vencer, Drª Clarice, como vencer, da melhor forma possível, sem passar e sem ter que atropelar absolutamente nada, sem deixar de cumprir nenhuma etapa.

Mas como a gente pode melhorar e vencer essa burocracia? Que existe uma burocracia, que existe um lapso temporal aí todos nós sabemos disso e das dificuldades até. Então, não é ser contra A ou ser contra B, é apenas vencer tudo isso para que o nosso País venha a ser até competitivo. Nenhum país do mundo tem uma biodiversidade tão rica, tão grandiosa como o nosso, mas nós estamos perdendo essa guerra para nós mesmos, para o excesso de burocracia.

Com um projeto como esse, o que vem colocar, sobretudo, é que as coisas comecem a ter um tempo, e que quem entra, quem faz um pedido saiba que tempo tem que ser vencido, que não fique ali *ad aeternum* muitas vezes engavetado ou não, mas, talvez, esquecido. Enquanto isso, a gente deixa de acompanhar o resto do mundo.

A senhora falou de projetos registrados em outros cantos. E aqueles que nascem aqui? Também vencem, passam por esse crivo, por essa burocracia, por essa *via crucis*.

Eu fui o Relator do projeto na CCJ, conversamos com inúmeras pessoas, com inúmeros pesquisadores, parabenizo, mais uma vez, os autores, em nome da Senadora Ana Amélia, e eu acho que, ao fazer e estar aqui discutindo uma questão como esta, a gente, com certeza, está ajudando e muito a saúde pública brasileira e muito o nosso País.

Não é ser contra A ou contra B, é ser contra a burocracia, o excesso de burocracia, que, de fato, nada ajuda.

Não queremos pisar ou ultrapassar etapa nenhuma, queremos apenas mais transparência, mais cuidado, e, com certeza, mais eficiência nessas questões. Apenas isso.

Muito obrigado, Senador Moka, pela lembrança, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigado a V. Exª pela contribuição.

O Senador Eduardo Amorim relatou na CCJ o projeto de pesquisa, que também a Senadora Ana Amélia se esquece de dizer que eu sou coautor. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não disse da autoria desse projeto, falei só no santo, não falei nisso, Senador.

Mas quero dizer, penitenciando-me publicamente, que o Senador Moka presidiu esta Comissão de Assuntos Econômicos de maneira exemplar. E quando ele preside é o seguinte: termina a audiência pública e ele diz que tem que sair uma conclusão. E ele determina, e sai. E o Senador Moka coordenou várias reuniões com a Anvisa, com o Ministério Público para projetos de liberação de medicamentos, como para tratamento do mieloma múltiplo, e foi decisiva a atuação dele.

Eu estava reservando para o final da audiência, e dizer que relatoria da quimioterapia oral dele nasceu de uma audiência pública requerida por ele e por outros Senadores, porque posso omitir outros. E também o Senador Moka, o Senador Walter Pinheiro e eu partilhamos a autoria do PLS 200, que está nas mãos agora do Senador Aloysio Nunes Ferreira, na Comissão de Ciência e Tecnologia, depois irá para a CAS.

Feito esse registro, Senador Moka, eternamente a minha gratidão para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Está vendo: se eu não cobro, ela não fala. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E eu me ofereço como mediador da Senadora e do Senador para diferenças futuras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu sou um admirador da Senadora. Ela sabe disso. Vocês todos sabem disso. Essa fala minha aqui é apenas para descontrair. Porque, na verdade, todos nós reconhecemos o trabalho, a dedicação, embora não seja da área. Eu tenho obrigação; sou médico. O Eduardo tem a obrigação; é médico. A Senadora Ana Amélia, Senadora Lúcia Vânia, outra que é batalhadora, a Marta, Flexa, Dalírio, eles não são dessa área de saúde.

E, na verdade, a autoria da pesquisa é da Senadora Ana Amélia. E talvez a gente tenha até errado, é que quando ela me pediu para ser coautor, eu tive o cuidado de dizer, como médico, eu não sou leigo, eu antes

tomei o cuidado, Eduardo, de mandar aos pesquisadores em São Paulo, ao pessoal que lida com pesquisa clínica no dia a dia, para que eles fizessem uma série de contribuições. Isso aí é o que nós assinamos. Até porque eu sei que nós estamos tratando de uma coisa extremamente séria, que é essa questão da pesquisa clínica. E, se não agilizar a pesquisa clínica, as outras coisas, como disse o Governador Antônio Britto, não acontecem.

Eu fiquei por último, mas, na verdade, eu vou deixar o nosso diretor-presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa, aqui, responder.

E, ao encerrar, eu tenho um encaminhamento já na cabeça, que me parece o mais prático possível de tudo o que nós ouvimos aqui.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Muito obrigado.

Primeiro eu gostaria de agradecer a cada um dos Senadores e Senadoras pelas observações e perguntas, que eu creio que foram muito importantes.

Eu vou tratar desse tema extrapauta bem rapidamente, que é a fosfoetanolamina, só para reafirmar, de novo – é pena que o Senador Dário não se encontre aqui – que não há nenhum processo na Anvisa de solicitação de registro da fosfoetanolamina, porque se houvesse, por aqueles critérios que eu mostrei de prioridade, estaria no começo da fila, porque seria o que nós chamamos de inovação radical desenvolvida no Brasil. Segundo, pior, indo para trás, não existe na Anvisa nenhum pedido de realização de estudo clínico de Fase 1, 2 ou 3.

Então, o que deveria se perguntar é por que uma substância foi desenvolvida há 20 anos e não se preocuparam em fabricá-la no local adequado, porque ela estava sendo fabricada num laboratório de ensino de química, e não num laboratório produtor de medicamento que tenha testado a sua segurança, não foram realizados os ensaios clínicos de acordo com os protocolos, nem foi pedido registo. A minha caneta está pronta para assinar, com total prioridade, assim que chegue à Anvisa, mas, infelizmente, não chegou nada até hoje, apesar de já ter, inclusive, tido reunião com os pesquisadores para explicar os procedimentos.

Então, infelizmente, não depende da Anvisa. O Instituto do Câncer de São Paulo elaborou um teste clínico mais rápido. Há um estudo no Ministério da Saúde e no da Ciência e Tecnologia de apoiar os ensaios pré-clínicos, mas tudo isso está andando.

Sendo pronto e entregue na Anvisa, Senador Flexa Ribeiro, é automaticamente priorizado...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem.

A Comissão aqui, por exemplo, pode fazer um pedido geral da Comissão frente à Anvisa para começar a investigar o produto? Porque é estranhíssimo que não comece.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Não. A Anvisa não faz, porque aí seria um conflito de interesse evidente entre a agência... A gente recebe os produtos...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois é, mas aí não surge uma questão...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É pegar o reitor da universidade.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas por que não faz?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Chama o reitor aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas é esquisito isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí quero até me penitenciar, porque eu, pelo apelo... mas a iniciativa deveria ter sido daqueles que realmente chegaram à formulação. Deveria ter sido...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Da USP.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, eu pretendo conversar com o Senador Ivo Cassol, porque aqui, Jarbas, você estava presente, vieram físico-químicos, médicos, oncologistas, gente que você percebe que tem credibilidade. Então, o que para mim é estranho, e talvez seja essa a dificuldade, é vencer as barreiras da chamada pesquisa clínica. Isso talvez seja a grande justificativa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Moka, eu quero insistir: a reitoria, lugar dos testes e a Anvisa.

O Icesp está preparando as condições para fazer os testes. A Anvisa está pronta para receber e trabalhar depressa. Então, o foco de estrangulamento está na universidade.

Pega o reitor, pega o diretor do Departamento de Química, pega o diretor da faculdade de Medicina, traz aqui, e vê por que não mandam o produto, com as diferentes condições para poder ser analisado rapidamente, para o Icesp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, a universidade pode requerer à Anvisa...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, passar para o teste clínico é no Icesp. É que o Icesp...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Dr. Antônio está balançando a cabeça negativamente. Quem é que pode fazer esse requerimento?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não. É a reitoria, Icesp, que é onde farão os testes; em seguida a Anvisa. Não é assim?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Infelizmente...

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – É o fabricante que pede o registro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É o fabricante e a universidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É a indústria.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É a USP. Tem que falar com o reitor. E o reitor é médico.

O SR. ANTÔNIO BRITTO – Se me permite, o fabricante não pode chegar à Anvisa se não tiver condições de comprovar que passou por três fases de pesquisa. E isso ainda não foi feito. Portanto...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas o que saiu na imprensa é que ele não tem como fazer isso, ele não tem os meios para fazer isso. Então, nós vemos toda essa questão...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas chama o reitor e pergunta quais são os meios que estão faltando. Ele é médico.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Provavelmente recursos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, pede-se ao Governo que dê.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, eles fizeram até uma denúncia: teria o dinheiro se eles liberassem a patente do produto. Lembram disso?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Lembro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tinha gente que queria bancar, mas queria em troca a patente, e eles acham que o remédio, se feito dessa forma, o custo do remédio seria muito pequeno e seria distribuído a um preço muito acessível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O problema é mercado, é econômico.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O problema é que o pessoal que fabricou tem de ir até à Anvisa pedir o registro e se submeter às três fazes. Essa é a única forma da pílula virar remédio. Do contrário, não vira.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O pessoal que fabricou é a Universidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso, a Universidade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, a coisa é por aí. É preciso recurso para pagar o Icesp? O Icesp é um órgão público, a Universidade também. Não é difícil fazer isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Queria propor, Senador Moka, que nós pegássemos dois ou três Senadores e que fôssemos tratar do assunto até o fim, que não deixássemos pontualmente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Chama o Reitor aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Reitor já esteve, eu acho, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não.

Só quero preveni-los de que estou interinamente presidindo a sessão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª interinamente assume a...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – E sou o Relator da matéria. Agora, sou parceiro para agilizar essa questão, desde que a gente faça isso tramitar de forma a que passe, realmente, pelas fases que são necessárias.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Só complemento.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, só para fazer uma pergunta ao Dr. Antônio Britto. Se votarmos o projeto facilita para que esse projeto chegue à Anvisa. Se votarmos o projeto que simplifica as fases.

O SR. ANTÔNIO BRITTO – O projeto vai simplificar, sim, todo o procedimento de pesquisa clínica. Não sei – porque não sei em que estágio está esse especificamente – se ele já chega a tempo, porque desconheço o que está acontecendo. O que o Professor Paulo Hoff me disse um dia, há algum tempo, é que havia a previsão de que os testes clínicos levassem um ano. Não levam um ano por burocracia, levam um ano – e há vários médicos aqui – pela necessidade desse tempo para poder comprovar esse caso...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas se tivessem começado já faltariam 6 meses.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Só complemento, também sobre esse tema, para concluí-lo.

A Anvisa não pode autorizar o uso sem o registro? Pode. Tem regras para isso e a Anvisa autoriza e o faz de forma, inclusive, rápida. Pacientes, por exemplo, que estão fora de possibilidade terapêutica, que já tomaram todos os medicamentos para aquela doença e solicitam a importação individual de um medicamento que está sendo produzido em outro País e se encontra em ensaio clínico, em ensaio clínico já com resultados promissores, têm autorização excepcional e conseguem importá-lo. Por que não fazem isso com a fosfoetanolamina? Porque ela não é produzida em nenhuma fábrica, que é o primeiro pressuposto; segundo, ela não

está em ensaio clínico. Então, nem por essa via excepcional que a Anvisa e outras agências utilizam, a Anvisa poderia autorizar o que não lhe é requerido e não é comprovado que existe. Então, realmente tem que se quebrar esse círculo vicioso fazendo com um procedimento de desenvolvimento de novas drogas, fazer os testes, apresentar, garantir segurança e eficácia.

Bom, voltando ao tema da audiência, então, de novo. Vou falar muito rapidamente, mas acho que são questões fundamentais. Primeiro vem a questão da regulação de preços.

Sobre a regulação de preços sou absolutamente convencido de que é um instrumento importante de regulação de mercado. Até países que não o faziam, como os Estados Unidos, hoje começam a se questionar se, com o aumento do custo dos novos medicamentos, isso não deveria ser feito. Vários países do mundo fazem. Qual é o problema, hoje, que nós temos, Senador Serra, e outros Senadores que nos questionaram? A Secretaria Executiva da Cmed está na Anvisa. Nós cumprimentos rigorosamente os prazos que são determinados. Para genéricos e similares o preço é fixado em 60 dias; para novos 90 dias. O que acontece? O fabricante, quando não concorda com o preço, recorre para o comitê técnico executivo e aí os cinco Ministério têm de opinar e não há prazo. Para a análise inicial, que é feita na Secretaria Executivo, há prazo. Para essa análise recursal – e é muito comum ir para esse recurso – infelizmente não há prazo. Então, é uma...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, o mecanismo que eu sugeri já existe.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – O mecanismo já existe, mas, quando vai para o CTE não tem prazo, pode levar um ano.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Faço-lhe uma proposta: como deveria ser para andar depressa?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Está bem. Vou fazer porque creio que seria importante.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Promete fazer isso?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Prometo, prometo sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Serra, cobre.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Ele cobra, ele cobra.

O SR. SENADOR JOSÉ SERRA – Comigo ele sabe.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Bom, para a Senadora Ana Amélia e para a Senadora Marta Suplicy e outros Senadores, também, que levantaram questões importantes. Só para fazer um esclarecimento.

Para efeito do projeto de lei, concordo inteiramente que o prazo tem de ser contado a partir da entrada na Anvisa. Os dados que apresentei aqui foram dados transparentes. Contei o prazo da entrada do registro. Por exemplo, para genéricos e novos nós estamos levando, respectivamente, 1.062 dias e 632 dias da entrada no protocolo. Quando chega na mesa do técnico, na verdade, esse número é de 248 dias. Então, o número que eu apresentei aqui foi o número da entrada do protocolo, porque é dele que tem de ser contado, concordo inteiramente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – O que acontece? Nós temos...E hoje os similares têm praticamente as mesmas exigências dos genéricos, então a gente está tratando em conjunto similares e genéricos. Nós temos 30 técnicos analisando esses processos. Isso dá uma média – se a gente pegar ao longo do ano, descontado um mês de férias a que todo mundo tem direito - , por cada técnico, pouco mais de 5 dias úteis para atestar que um produto é seguro e eficaz e dizer que pode começar a ser utilizado. Então, efetivamente, quando tenho uma fila...São filas inaceitáveis que nós temos em várias áreas, concordo inteiramente e falei isso aqui em minha apresentação. A gente tem de rever processos porque se o processo continuar inadequado, eu coloco mais gente e o impacto vai ser muito pequeno. Mas nós temos, também, de repensar a estrutura da Anvisa.

O mercado cresceu muito nesses últimos 15 anos, 17 anos, em que existe Anvisa. Não só em medicamentos. A gente está aí marchando para ser o quinto maior mercado do mundo em alimentos industrializados. Nós somos o segundo maior do mundo em cosméticos, nós somos o segundo ou o terceiro, dependendo se entram produtos de higiene ou não. Em produtos para a saúde, nós estamos entre os cinco maiores do mundo. Isso cresceu, se complexificou e, claro, exige que a Anvisa tenha uma estrutura adequada. Mas exige também – e esse compromisso nós temos tido na Diretoria Colegiada – a revisão de todos os processos e que sejam eliminadas as burocracias desnecessárias.

Cito novamente essa RDC que nós vamos aprovar dia 22, que vai reduzir de 3.635 processos que estão lá aguardando análise, para 700, porque 2.999 vão ser de implementação imediata. Isso é feito por quê? Porque esses 2.996 não oferecem risco, ou seja, não se trata de medida apressada, para se livrar da fila, mas de caracterizar corretamente que estava se tratando um produto de nenhum risco com a mesma complexidade que um produto de alto risco. E isso, se a gente não separa – e não dá inteligência, digamos assim, à fila – mesmo

que a gente duplique o número de servidores da Anvisa, não vai ser suficiente. Então, concordo inteiramente com as críticas dos senhores. Temos de trabalhar com essas duas esferas simultaneamente.

Sobre a questão dos prazos, que a Senadora Ana Amélia, que a Senadora Marta Suplicy e outros Senadores colocaram. O projeto de lei está colocando um prazo máximo. Acho que a gente só tem de ter cuidado – e nós estamos à disposição, já sussurrei aqui para o Senador Moka – para...Acho que é importante ter o prazo máximo na lei. É importante que a gente busque fazer a adequação porque o projeto de lei, também, acho que de maneira inteligente, separa situações diferentes, coloca prioridades. Que a gente busque fazer essa harmonização, digamos assim, para que possa ter as duas coisas. Primeiro: na entrada da fila o que é prioritário e com critérios claros de prioridade. Para evitar a carteirada, digamos assim, de tirar da fila porque alguém tem um interesse econômico, seja lá de que for. Então, critérios objetivos. Nós já temos isso numa Resolução de Diretoria Colegiada. Para usar no PNI – Programa Nacional de Imunizações, vai para o começo da fila. Inovação, desenvolvimento do Brasil: vai para o começo da fila. E assim por diante. Podemos rever, verificar se há outras prioridades.

Então, primeiro entra num regime normal ou entra num regime acelerado. Segundo: o que entra num regime normal ou num regime acelerado nós também podemos e devemos categorizar por risco. E sobre o que é de baixo risco temos de remover mesmo o que é desnecessário e estabelecer uma relação de confiança vigilante, diria, com o setor regulado, de maneira que o produtor se responsabilize pelo seu produto, faça os testes necessários, comunique à Anvisa e, julgado de baixo risco, passe a comercializá-lo imediatamente.

A tendência...A Senadora Marta Suplicy falou, por exemplo, de produtos de beleza, de cosméticos. Grande parte do que é regulado pela Anvisa, de baixo risco, nós estamos, ao longo do tempo – e isso tem de se acelerar – trabalhando com o que não é de risco.

Isso significa milhares de petições que entram. Por exemplo, de produtos para a saúde entram 9 mil por ano. O que é de baixo risco pode ter um registro quase que de notificação, ou seja, o produtor envia os dados, aquilo fica registrado na Anvisa. Se é um produto que não tem risco à saúde...É diferente dar o registro de um novo aparelho de medir pressão de um stent. Então, no segundo caso precisaríamos de uma análise; no primeiro caso seria só uma comunicação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Já ouvi dizer que até mudança de nome de água sanitária tem de passar pela Anvisa.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Exatamente.

O SR. SENADOR JOSÉ SERRA (*Fora do microfone*.) – Isso, antigamente, era tudo no Departamento de Vigilância Sanitária, tudo com caixinhas e gorjetas, na verdade. Era o lugar geométrico da criação de dificuldades para vender facilidades. Agora, acho que a gente tinha de modernizar, tinha de mudar alguma coisa disso. Não entrei nisso, no projeto, porque não é o foco. O fogo são os medicamentos. Mas, com relação ao resto... Não é possível que mudar o nome de uma creolina, essas coisas, água sanitária, tenha que a Anvisa aprovar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Para mudar o nome de um produto.

O SR. SENADOR JOSÉ SERRA – É.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Só mudando o nome comercial.

O SR. SENADOR JOSÉ SERRA – É. Tem de fazer.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – Para a maioria...

O SR. SENADOR JOSÉ SERRA – Uma vez insistiram em me convidar para um jantar, uns empresários. Acabei indo porque o Toquinho ia cantar no jantar. Perguntei ao Gonzalo Vecino porque estavam me homenageando. Ele falou:" Porque eles são os produtores de Creolina, de água sanitária e de outras coisas. Nós eliminamos todas as dificuldades nisso." Eu nem sabia. Para você ter uma ideia de como era essa área.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR – É um bom exemplo. É por isso que, hoje, para alimentos, para saneantes, a lógica é comunicar. Tem a autorização lá da Vigilância Sanitária local para funcionar e, para a Anvisa, é só um registro de notificação. Podemos avançar mais do que já está sendo feito, sem dúvida nenhuma.

O Senador Darílio falou de um aspecto importante, que é a questão econômica. Nós temos plena convicção, também, de que a Anvisa, ao garantir produtos seguros e de qualidade, gera um diferencial para o produto brasileiro. O produto brasileiro, hoje, é respeitado fora. Tem países – e estou falando do Chile, por exemplo e de outros países da América Latina e de outros continentes – que utilizam o registro do genérico na Anvisa como o registro em seu próprio país porque confiam na seriedade do processo que é feito na Anvisa.

Ano passado, a Europa deu a mesma equivalência sanitária para matéria-prima produzida no Brasil e registrada na Anvisa aos produtores europeus, ou seja, o produtor de insumo farmacêutico ativo da matéria-prima brasileira não terá tanta burocracia para ascender ao mercado europeu. Então, acho que preservar essa questão, sem dúvida nenhuma, é um aspecto fundamental. Aí, quando a gente começa a aprovar leis liberan-

do um produto determinado, irremediavelmente, mina a confiança do resto do mundo sobre o processo regulatório brasileiro.

Sobre a questão dos prazos, concluindo, acho que é importante estar na lei o prazo máximo. A gente poderia, tendo o prazo máximo, ter, vamos dizer assim, uma revisão completa dos prazos dentro da agência para que a possamos adequados a esse prazo máximo, com a responsabilização, que eu acho que também é importante. Como servidor público dirigente, acho que a responsabilização é fundamental. Acho até que o projeto de lei faz a correção de uma injustiça. Antes, só o Diretor-Presidente poderia ser exonerado se não cumprisse o contrato de gestão com o Ministério. Como as decisões são colegiadas é importante. Gostei dessa parte, Senador. Além de outras que acho importantes.

Então, o prazo, sem dúvida nenhuma, precisa ser adequado. Até porque, com o avanço tecnológico, a avaliação vai mudando ao longo do tempo. Então, creio que a gente tem de ter o cuidado para não engessar muito, de maneira que se a gente pode reduzir...A gente sabe que, infelizmente, tem um prazo máximo de um ano. Algo que vai poder ser feito daqui a 6 meses, em 3 meses, terá como tendência que se espere até o último dia.

Sobre a questão do PLS nº 200, que foi outro ponto que entrou, também, só queria registrar que concordo inteiramente. Já ofereci algumas sugestões ao Senador Moka, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Eduardo Amorim. Acho que ele é um projeto de lei fundamental para o País. Dos três entes que fazem a análise de pesquisa clínica, a Anvisa é o único que tem previsibilidade. Nós temos uma regra clara: a pesquisa, por exemplo fase III, entra na Anvisa e já foi analisada em outras agências do mundo.

Se, em 90 dias, a Anvisa não se manifestar, a pesquisa pode iniciar, inclusive com a importação facilitada para o que é necessário para pesquisa. Quando é a primeira vez que aquela pesquisa está sendo feita, é mais complexo, aí leva 180 dias. Infelizmente, só nós temos esse prazo; por isso que os pesquisadores, ao apoiar o projeto, salvaguardaram que, na Anvisa, esse processo foi resolvido com a fixação da previsibilidade.

Então eu queria concluir dizendo da nossa disponibilidade total para apoiar, dar dados, dar sugestões, porque eu creio que é um projeto que garante, por exemplo, a transparência dos processos, que hoje em dia já existem, por decisão da Anvisa, mas se estão configurados em lei, acho que dá mais estabilidade.

Independentemente de ter uma diretoria que daqui a cinco, dez anos, por exemplo, queira retirar a fila, que hoje já é disponível no sítio eletrônico da Anvisa, qualquer produtor entra e sabe a posição exata que está o produto dele, e ninguém pode mexer na fila da Anvisa, nem o Diretor-Presidente, nem diretoria colegiada. Ninguém mexe na fila. Mas se isso está assegurado em lei, creio que dá mais estabilidade, porque esse é um processo que, sem dúvida nenhuma, é importante para a sociedade brasileira.

São essas as considerações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu queria, objetivamente, ao encerrar, sugerir, com a aquiescência do Plenário – a minha função ficou um pouco prejudicada, porque, como Relator, eu deveria fazer alguns questionamentos, mas que V. Exªs acabaram fazendo, e com a presença do autor do projeto facilitou ainda mais.

Qual é a minha sugestão?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quer dizer que o nosso Presidente me tirou da cama hoje de manhã...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A gente desconfiou que tinha acontecido isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Serra, marcar audiência com V. Exª 9 horas da manhã é maldade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas nós na fronteira acordamos cedo, viu, Senador.

A minha sugestão é que eu pudesse, como Relator, me reunir com a Anvisa, com quem o Dr. Jarbas indicar, com um representante do Ministério da Saúde, e com o autor do projeto, José Serra, e eu faria as emendas... Desculpe. Também com um representante da Indústria Farmacêutica. O Dr. Antônio Britto disse... Mas eu espero que haja um consenso nessa área da indústria farmoquímica, para que a gente aceite aquelas emendas. E eu reformularia o meu relatório, no menor espaço de tempo.

Não vou me comprometer para a próxima quarta-feira, Senador Serra, porque acho que nós não vamos conseguir. Eu poderia prometer, sem ser nessa quarta, na outra quarta, com certeza, e aí eu teria o cuidado de já contatá-los, no sentido de que a gente marque...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – E aí, pedir para que vocês fossem fazendo as sugestões, as emendas que julgarem necessárias.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente, eu ia dizer isso, para virem à reunião com emendas concretas, que é muito mais fácil para analisar e se chegar à conclusão. Todas na direção dos prazos de carência, das questões que ficaram pendentes e que não estão resolvidas no projeto. Eu acho que a colaboração das duas entidades, uma pública e outra privada, é muito importante nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só agradecer a presença, mas eu queria... Aqui a Anvisa é sempre o alvo, nós batemos. Em 2011, quando eu cheguei ao Senado, o Dr. Dirceu Barbano era o Presidente da Anvisa, e nós estávamos em uma guerra com a tal sibutramina. Havia uma audiência pública, participei para liberar para as pessoas obesas que precisavam. Foi uma verdadeira guerra o debate, e os enfrentamentos eram muito grandes com a Anvisa. A Anvisa, não sei se pela forma de indicação dos membros da agência reguladora, a relação hoje, institucional, é extremamente respeitosa com o Senado Federal, com todas as Comissões.

Eu quero dar um depoimento pessoal, falar do Marcos Paulo, assessor parlamentar... para todas as demandas nós temos a presença... Às vezes, mandavam um diretor... Não, vem o Presidente da agência reguladora. É obrigação? É, mas não era assim.

Então, eu faço esse registro para se ver uma evolução positiva. É uma das poucas agências reguladoras... Nós fizemos aqui com o Tribunal de Contas da União, quando ainda era o Ministro José Jorge, Ministro do TCU... das 15 agências reguladoras que temos, apenas duas ou três funcionavam com orçamento próprio, dentro dos padrões internacionais de uma agência reguladora: a Anvisa, a Anatel e a Aneel. As outras todas não tinham orçamento, não tinham prestação de procedimento. Foi uma coisa assim reveladora de que elas não estavam exercendo a sua função, quando foram criadas para ser o poder moderador entre a sociedade e o poder público.

Eu faço esse registro, Senador Moka, pois em todas as demandas que tivemos com a Anvisa, foi dessa forma extremamente respeitosa. Então, por isso que eu faço esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero só colaborar e dizer que sempre também tive uma relação muito boa. Fui muito bem recebido. Eu tive só um pequeno entrevero. Uma vez nós marcamos uma sabatina e o indicado, era às nove horas e ele chegou às nove e meia. Quer dizer, eu cancelei a sabatina dele. Então aí já uma questão; é o jeito da madeira mesmo.

Então, essas questões... Mas sem dúvida nenhuma, eu reputo aquele que teve problema com concurso. Ele se comprometeu, assumiu e, logo depois, a primeira comunicação que ele fez foi a nossa comunicação. Houve uma melhora, mas precisa melhorar ainda mais. Eu tenho certeza de que o Dr. Jarbas concorda com isso.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Flexa, eu queria chamar a atenção do senhor e da senhora para o seguinte: a Anvisa precisa contratar gente. Podemos oferecer uma contrapartida. Não se pode fazer através de projeto, que é fechar a empresa do trem bala, que tem mais de cem empregados. Isso já resolveria uma boa parte. (*Risos.*)

Sugiro que peguem isso e levem para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí já são os Tucanos fazendo política.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Moka não faz política.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, não faço. Aqui não.

Eu acho o seguinte: a exigência desse projeto vai nos dar um argumento muito sério junto ao Ministro da Saúde, ao Chefe da Casa Civil, ao Governo, e pedir...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Fazenda e o Planejamento não, é a Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, a área econômica – V. Exª tem razão – e dizer a eles: "Olha, nós precisamos, realmente, de um concurso público urgente, para que a gente possa estruturar a Anvisa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perdão, Senador Moka, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Presidente da Anvisa, Jarbas, que faça o projeto de recursos humanos que é necessário, que entregue ao Senador Moka. O Senador, eu e os Senadores aqui presentes iremos, chamaremos, ou iremos até os Ministros da área econômica para viabilizar isso em um prazo curto, operacionalizar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, eu agradeço muito a presença da Drª Clarice, Dr. Jarbas, Dr. Antônio Britto, e em especial do autor do projeto, Senador José Serra. (*Pausa.*)

Eu quero declarar encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e cinquenta minutos, do dia nove de março de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira,Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Dário Berger, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Edison Lobão, Jader Barbalho e Roberto Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Marco Aurélio Bellizze, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Nefi Cordeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Gurgel de Faria, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Luis Felipe Salomão, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Humberto Martins, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Fernando Mattos, Conselheiro Nacional de Justiça; Fabiano Augusto Martins Silveira, Conselheiro Nacional de Justiça; Daldice Santana, Conselheira Nacional de Justiça; Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Conselheiro Nacional do Ministério Público; Mauro Fiselovici Paciornik, Filho do sabatinado, Sr. Joel Ilan Paciornik; Renata Palheiro, Auditora do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e filha do sabatinado, Sr. Antonio Saldanha Palheiro; Vitor di Masi, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e filho do sabatinado, Sr. Antonio Saldanha Palheiro; Roberto Rosas, Advogado e Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; João Ricardo, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Renata Gil de Alcantara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ; Alexandre Chini, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ; Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais – AJUFE; Paulo Schmidt, Juiz-Auxiliar do Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do STF. Passa-se à apreciação da pauta: Primeira Parte: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2016. Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do parágrafo único, "in fine", do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor JOEL ILAN PACIORNIK, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Juízes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Gilson Langaro Dipp. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor JOEL ILAN PACIORNIK, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2016. Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, da Constituição Federal, o nome do Doutor ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Sidnei Agostinho Beneti. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis. Segunda Parte: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2015 – Complementar. Não Terminativo. Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Aécio Neves. Relatório: Favorável ao Projeto e pelo acatamento da Emenda nº 1-CAS, nos termos do Substitutivo que apresenta. Aprovado Requerimento nº 8, de 2016-CCJ de urgência para a matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e pelo acatamento da Emenda nº 1-CAS, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 5, de 2016. Não Terminativo. Susta a Resolução nº 4.452, de 17 de dezembro de 2015, do Conselho Monetário Nacional, que define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 9, de 2016-CCJ de urgência para a matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUI-

ÇÃO Nº 3, de 2016. Não Terminativo. Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas. Autoria: Senador Romero Jucá e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos de substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 1 e favorável à Proposta e às Emendas nº 2 e 3, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo). EXTRAPAUTA: ITEM 31) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, de 2016. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015-COMPLEMENTAR. Autoria: Senador Aécio Neves. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM 32) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9, de 2016. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2016. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM 33) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, de 2016. Requer, com fulcro no art. 93, § 2º do RISF, a dispensa de audiência pública aprovada nos termos do Requerimento nº 59, de 2014-CCJ, para instruir a PEC 21, de 2014, que dá nova redação ao art. 103-B da Constituição Federal. Autoria: Senador Antonio Anastasia. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador Antonio Anastasia. O Senhor Senador Antonio Anastasia devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, do dia nove de março de dois mil e dezesseis, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012; ITEM 4) OFICIO "S" Nº 25, de 2015; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 11) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 53, de 2014; ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2014; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2015; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2013; ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2011; ITEM 25) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 34, de 2012; ITEM 27) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2014; ITEM 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2010; ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014; ITEM 30) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes: a primeira, destina-se à deliberação das Mensagens nºs 15 e 16, de 2016; e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 30.

Por sugestão das lideranças, nós vamos fazer uma inversão do item 1 da primeira parte desta reunião.

Item 1...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Presidente, pela ordem. Sem querer atrapalhar, mas V. Exª poderia incluir o item 1 e o item 3 rapidamente, e nós entraremos na segunda parte da reunião, se V. Exª concordar. Não há divergência aqui...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós concordamos...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Nós concordamos também, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nada a opor.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.

Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Favorável ao Projeto e pelo acatamento da Emenda nº 1-CAS, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.
- Em 08/03/2016 foi apresentado relatório reformulado.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves, Relator, para proferir o seu relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço, em primeiro lugar, a V. Exª pela compreensão da urgência de levarmos ao plenário essa proposta construída por várias mãos nesta Casa e que permitirá uma nova governança para os nossos fundos de pensão, trazendo a meritocracia, a eficiência e o profissionalismo em substituição ao aparelhamento desses fundos.

Tivemos, ao longo das últimas semanas, especialmente no dia de ontem, longas reuniões com representantes do Governo, capitaneadas pelo ilustre Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel, e para citar uma referência feita pelo Senador, avançamos no entendimento que, talvez, atinja 95% do projeto.

Por isso a importância dessa complementação de voto que eu aqui hoje apresento. Já tive a oportunidade de ler o voto, na última reunião, não preciso fazê-lo mais uma vez, mas apenas cito aqui rapidamente três aspectos de alteração para dar ciência a este Plenário.

Nós acatamos sugestões apresentadas pelos líderes do Governo e pelos representantes do Ministério do Trabalho, da Previdência, da própria Previc e também do Ministério do Planejamento.

Na verdade, nós estamos atendendo a uma solicitação, no que se refere ao conhecimento do TCU e de outros Tribunais, que, em vez de receber diretamente dos fundos de pensão a documentação em relação às suas decisões, isso terá, obrigatoriamente, agora, que passar pela Previc, que terá um prazo determinado. E cada fundo de pensão, portanto, cada órgão regulador vai determinar qual é esse prazo para que a Previc possa encaminhar ao TCU. Mantém-se a obrigatoriedade, mas garante a instância da Previc como encaminhadora final ao TCU.

Por solicitação também do Governo, suprimimos a exigência de uma estrutura própria para o conselho fiscal. Eu acho que, na verdade, isso realmente poderia onerar os fundos de pensão. E garantimos também alguma autonomia orçamentária para eles. Isso também foi fruto de acordo.

Aceitamos integralmente, acatamos a sugestão do Governo no que diz respeito ao art. 20, que detalha o inciso II, que diz que o diretor para assumir o cargo não pode ter sofrido condenação transitada em julgado, o que me parece absolutamente apropriado, com uma série de adições que aqui não vou detalhar, mas que melhoram o texto inicial.

Para mostrar o nosso esforço no sentido de fazer uma grande concertação em cima desse tema que, como já foi dito aqui, não é de governo nem de oposição, é de Estado, nós retiramos a possibilidade de o conselheiro independente exercer a presidência do conselho fiscal, mas mantivemos a figura do conselheiro independente, na verdade, uma inovação que se inspira em decisões da OCDE, de países mais avançados do que o nosso nessa matéria. Acho que isso oxigena os fundos.

Ficam mantidas todas as exigências de meritocracia, a contratação de empresas independentes para indicar, selecionar os conselheiros independentes. Acho que nós mudaremos, em muito, de patamar a gestão dos nossos fundos de pensão, que são essenciais para a garantia do futuro dos seus contribuintes, para que nós saiamos dessa situação hoje extremamente grave de déficits milionários em todos eles.

Em razão da premência do tempo... Eu sei que nós teremos aqui oportunidade de sabatinar os indicados para o STJ e faremos isso com enorme prazer. Para não comprometer ainda mais esta reunião, sabendo que o texto já é de conhecimento amplo desta Casa, quero apenas fazer referência à contribuição não apenas do Senador Paulo Bauer, autor da matéria que relato, mas também à contribuição do Senador Valdir Raupp, autor de uma matéria correlata, de uma proposta muito próxima a essa, e fazer referência à Senadora Ana Amélia,

Relatora na CAS da proposta do Senador Raupp. Em plenário, vamos dirimir as pequenas divergências restantes. Aquelas que não forem objeto de acordo serão decididas democraticamente no voto.

Cumprimento, ao final, o Senador Pimentel pelo esforço que fez na busca desse entendimento. Tive a honra de recebê-lo em meu gabinete ontem para finalizarmos o trabalho das nossas assessorias, que também merecem aqui as nossas homenagens.

Repito, para encerrar, esse é um projeto que atende não a governo ou oposição, atende ao Brasil. Vamos blindar os nossos fundos de pensão de quaisquer ingerências políticas e dar a eles a autonomia, o profissionalismo e a qualidade de gestão que os seus financiadores exigem.

Portanto, é essa a complementação de voto que apresento, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu quero registrar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Pimentel com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... o conjunto de medidas que o Relator acolheu, aproximando muito essas mudanças na Lei Complementar nº 108 da Lei Complementar nº 109 e do órgão regulador e fiscalizador. Portanto, isso melhora bastante o conteúdo.

Esse conjunto de normas foi aprovado em 2001, mas, passados 15 anos, precisa de um ajuste, e é isso que o nobre Relator Aécio Neves está propondo.

Portanto, eu diria que nós chegamos entre 95% a 97% de acordo e estamos recomendando o voto favorável ao parecer reformulado e aqui apresentado pelo Senador Aécio Neves.

Destacamos os itens: conselheiro independente, quarentena após mandato e exigência de curso superior para serem discutidos no plenário.

Portanto, o voto do Governo é favorável ao projeto, com essas restrições, nos termos do art. 132, §6º, do Regimento Interno.

O Governo encaminha favoravelmente ao parecer apresentado pelo nobre Relator Aécio Neves.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Há acordo, Presidente, do Plenário. V. Exª pode consultar o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

Em votação o relatório, favorável ao projeto, e a Emenda nº 1–CAS, nos termos do substitutivo.

Os Srs. Senadores, repito, que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, e acatada a Emenda nº 1–CAS, nos termos da Emenda nº2–CCJ (Substitutivo).

A matéria vai ao plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, solicito urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação a urgência.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Item 3...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço, portanto, a todos que colaboraram com esse projeto e ao Presidente em especial.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado a V. Exª.

Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Susta a Resolução nº 4.452, de 17 de dezembro de 2015, do Conselho Monetário Nacional, que define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira para proferir o relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Presidente, esse relatório já foi distribuído. Houve um entendimento com as lideranças aqui – há unanimidade. Temos a segunda parte da reunião. Não há o que discutir. O relatório é favorável, essa matéria é meritória do ponto de vista do desenvolvimento regional.

Eu pediria a V. Exª que colocasse essa matéria, se possível, em votação por acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeção...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Solicitação de urgência confirmada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aprovada a urgência.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em sequência, conforme já foi deliberado anteriormente, passamos agora aos itens 1 e 2.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2016
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do parágrafo único, "in fine", do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor JOEL ILAN PACIORNIK, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Juízes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Gilson Langaro Dipp.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
- Na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 02/03/2016, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do RISF. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, da Constituição Federal, o nome do Doutor ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Sidnei Agostinho Beneti.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
- Na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 02/03/2016, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do RISF. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo: que logo após a sabatina e a votação dos dois ilustres indicados para o STJ, nós pudéssemos inverter a pauta. Já há um

requerimento meu, foi feito um pedido de vista na semana passada sobre o item que agora é o item 26. É uma PEC que diz respeito aos Estados de Roraima e Amapá. O Relator é o Senador Randolfe. Queria pedir a V. Exª que, após a retomada da Ordem do Dia, pudesse constar como primeiro item da pauta.

É uma matéria rápida de ser votada, já foi feito o entendimento com o Ministério do Planejamento. Portanto, é só uma questão burocrática mesmo de se fazer a votação.

Então, eu queria pedir a V. Exª vênia para que, na retomada da ordem do dia de votações, pudesse ser o primeiro item, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente, depois do item 4 é possível, porque o item 4 está há muito tempo aguardando. É uma formalidade que atende às cooperativas e eu acho que...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu concordo com o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – ... nós temos que votar rapidamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nós votamos o item 4 e depois o item de Roraima e Amapá, o item 26, Sr. Presidente, se for a decisão de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto o Plenário se concorda com a inversão solicitada e com o adendo feito pelo Senador do Paraná, que defende o sistema cooperativo da sua terra, pois, sem dúvida nenhuma, é um modelo de cooperativismo rural. (*Pausa.*)

Está aprovada a inversão, não havendo objeção do plenário.

Observações.

Na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 02/03/2016, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais.

Na presente reunião procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Convido o Dr. Joel Ilan Paciornik e o Desembargador Antonio Saldanha Palheiro ao recinto da reunião.

Neste pequeno intervalo, quero registrar a presença das autoridades e familiares, que nos honram muito participando desta reunião.

Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Sr. Ministro Herman Benjamin, Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Sr. Ministro Nefi Cordeiro, Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Sr. Ministro Gurgel de Faria, Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Sr. Ministro Luis Felipe Salomão, Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Sr. Ministro Humberto Martins, Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Sr. Ministro Fernando Mattos, Conselheiro Nacional de Justiça (CNJ). (*Palmas.*)

Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (*Palmas.*)

Srª Daldice Santana, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (*Palmas.*)

Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. (*Palmas.*)

Sr. Mauro Paciornik, filho do sabatinado, e Sr. Joel Ilan Paciornik.

Srª Renata Palheiro, da Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, filha do sabatinado, Sr. Antonio Saldanha Palheiro.

Sr. Vitor di Masi, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e filho do sabatinado, Sr. Antonio Saldanha Palheiro.

Sr. Roberto Rosas, advogado e ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sr. João Ricardo, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Srª Renata Gil de Alcântara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro.

Sr. Alexandre Chini, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Quero registrar ainda a presença do Sr. Antônio César Bochenek, Presidente da Associação de Juízes Federais, e do Sr. Paulo Schmidt, Juiz Auxiliar do Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do STF.

Concedo a palavra ao Juiz Federal Joel Ilan Paciornik, para a sua exposição, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Muito bom dia a todos.

Exmo Sr. Senador Presidente desta Comissão, Exmo Sr. Desembargador Antonio Saldanha Palheiro, Srªs e Srs. Senadores, advogados, conselheiros, Ministros do Superior Tribunal de Justiça, diretores de faculdades de

Direito, presidentes de associações de magistrados, senhoras e senhores, para mim é uma honra muito grande estar presente nesta reunião, que é parte integrante do processo de investidura no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Considero o processo importantíssimo porque tal investidura se dá pela participação dos três Poderes. O Poder Judiciário elabora uma lista tríplice, que, por sua vez, é submetida à apreciação da Presidência da República, que faz uma indicação. No meu caso, tive a honra de ter sido, pelos eminentes Ministros do Superior Tribunal de Justiça, incluído pela terceira vez em lista, e desta vez houve a Excelentíssima Senhora Presidenta da República por indicar o meu nome.

Entendo que o processo de sabatina é um processo de transparência, um processo que legitima o magistrado que é alçado a um Tribunal Superior. Ao haver a participação dos três Poderes – porque, ao final, a nomeação é feita pela Presidência da República –, completa-se o ciclo e dá-se a legitimidade, pois esta Casa tem condições de, ao representar a Nação brasileira, conhecer e avaliar os magistrados candidatos a ocupar cargo tão honroso e tão elevado como o de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Então, manifesto aqui, antes de qualquer coisa, minha honra, minha humildade também e minha extrema gratidão a todos que fizeram parte dessa caminhada para que hoje eu estivesse aqui.

Sobre a minha vida particular, rapidamente, os senhores todos receberam cópia do meu currículo. Sou nascido em Curitiba, me formei na Faculdade de Direito de Curitiba, sou mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sou casado, pai de três filhos.

Iniciei minha vida como advogado, logo fui para a magistratura do Estado do Paraná, onde fiquei pouco tempo, fui Procurador do Município de Curitiba, voltei há algum tempo a advogar. Em 1991, prestei concurso na Justiça Federal da 4ª Região, quando tive a honra de ser colega de concurso do Ministro Nefi Cordeiro, que já era meu contemporâneo da Faculdade de Direito de Curitiba.

Durante minha carreira na Justiça Federal, passei por Foz do Iguaçu, que, 24 anos atrás, tinha uma configuração, no seu modelo de justiça federal, com uma só vara; hoje são cinco varas. De Foz do Iguaçu, fui para Curitiba, onde fiquei 10 ou 12 anos. De 2005 para 2006, fui promovido por merecimento ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, onde fixei residência e me encontro até hoje.

Na Justiça Federal, fui Vice-Diretor do Foro; fui Diretor do Foro; fui Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com muita honra, uma experiência extremamente gratificante; fui juiz da 1ª Vara Especializada em Direito Previdenciário Federal criada no Brasil, a então 14ª Vara, em Curitiba, que foi transformada em 1ª Vara Previdenciária, onde tivemos oportunidade de começar a tratar com questões muito sensíveis à sociedade, que são as demandas de Direito Previdenciário. Após essa experiência da Vara Previdenciária, como eu disse, 10, 12 anos à frente de uma Vara Cível em Curitiba, antes de ir para o Tribunal, ainda tive também o privilégio da experiência de participar, à época, da instalação dos juizados especiais federais, porque fui membro da primeira composição da Turma Recursal dos Juizados do Paraná. Depois ainda fiz parte da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, que funciona hoje junto ao Conselho da Justiça Federal.

No Tribunal Regional Federal, desde o início, integro a Primeira Turma. Já fui seu Presidente, já exerci o cargo de Vice-Corregedor, atualmente exerço o cargo de Vice-Diretor da Escola da Magistratura.

Tive também uma longa vida acadêmica lecionando em diversas instituições, tendo participado de diversos seminários, palestras, encontros. Enfim, esse é o resumo da minha vida que submeto à consideração de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo concordância do Plenário, como nossa pauta está com um número elevado de projetos ainda a serem apreciados, eu gostaria de convidar o segundo sabatinado para fazer sua exposição. Depois, as perguntas seriam formuladas e direcionadas a um dos sabatinados ou, conjuntamente, aos dois.

Os senhores concordam com essa sugestão? (*Pausa.*)

Então, convido o Dr. Antonio Saldanha Palheiro para fazer sua exposição de motivos.

O SR. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO – Bom dia, senhores!

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ilustres Ministros do Superior Tribunal de Justiça que aqui me dão a honra deste suporte, demais presentes, autoridades – não me vou alongar nas saudações, até para não me estender no tempo –, início, igualmente, pelo que foi dito pelo colega Joel, enaltecendo a sistemática que quis estabelecer o legislador constitucional para a escolha dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça em que prestigia a atuação concreta e efetiva dos três Poderes da República: primeiro, há a indicação do próprio Tribunal, que exerce sua escolha através do voto; em segundo lugar, a do Poder Executivo, através de sua principal Chefe, que exerce a indicação; e, por final, a do Senado Federal, em que os senhores vão ter a oportunidade de exercer a chancela dos candidatos, avaliando a qualificação e a trajetória profissional de cada um. Efetivamente, esse é um método democrático, passando pelos três Poderes da República, o que deve ser prestigiado e enaltecido.

Minha vida pessoal, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, foi iniciada no Rio de Janeiro, onde nasci. Passei a infância num subúrbio do Rio de Janeiro. Estudei em escola pública. Depois, estudei no Colégio Pedro II, que também, igualmente, oferece ensino público. Adiante, ingressei na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Lá cursei minha graduação. Terminei a graduação e, posteriormente, fui aprovado para o curso de mestrado. Fiz meu mestrado, defendi minha dissertação com sucesso. Paralelamente ao curso secundário, iniciei alguns estágios profissionais em áreas diferenciadas.

Na universidade, uma vez concluído o curso, prestei concurso para uma empresa de grande porte. Iniciei minha carreira na advocacia propriamente dita. Fui advogado do contencioso, comecei como advogado júnior e ali permaneci, realizando acompanhamento dos processos do Contencioso dessa empresa nos Estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, da Bahia e de Sergipe. Saía eu de carro, ainda garoto, com 24 ou 25 anos, pelo interior do País, acompanhando o foro com uma máquina de escrever. Isso me deu um conhecimento bastante enriquecedor e aprofundado da cultura do nosso povo, do povo do interior do País e, particularmente, desses Estados. Falo do meu Estado, o Rio de Janeiro, que eu já conhecia, mas também do Espírito Santo, da Bahia e de Sergipe. Isso me fez crescer como pessoa, como profissional, e me fez conhecer e cada vez admirar mais a cultura, os valores, a rotina de vida do nosso povo. Depois de um tempo nessa atividade do contencioso propriamente dito, fui guindado a chefe do serviço jurídico. Já não viajava mais, mas continuei controlando as ações judiciais.

Com o recrudescimento do movimento sindical, fui chamado para fazer uma especialização na área de recursos humanos, especialização na área de relações sindicais, de relações com empregados. Tive a oportunidade de estudar no exterior. Fui estudar na Inglaterra e na Holanda, onde pude presenciar e acompanhar as relações sindicais nesses dois países, que já estão em estágio bastante avançado, em estágio diferente do nosso. Nós estávamos saindo de um momento de endurecimento político, que todos vivemos, e precisávamos aprender a lidar com essa nova realidade.

Retornei ao Brasil, onde comecei a exercer as atividades de gerente de relações com empregados e fazia negociações de sindicatos com petroleiros, químicos, metalúrgicos e fui alçado ao posto de gerente nacional de recursos humanos e, depois, diretor de recursos humanos dessa empresa.

Resolvi, então, ingressar na magistratura. Resolvi fazer um concurso público e dei uma guinada bastante considerável, bastante radical na minha vida profissional. Prestei concurso para a magistratura e, sendo aprovado, fui para São Pedro da Aldeia, uma comarca do interior do Estado do Rio de Janeiro, e comecei, então, o exercício da magistratura em um juízo único, presidindo eleições locais, eleições municipais. Aquilo também me engrandeceu muito, com uma experiência próxima, presente, morando na comarca, uma experiência de vivenciar o dia a dia, e não mais de passagem, como advogado, mas de presenciar o dia a dia do povo interiorano, os seus anseios, as suas angústias, e fiquei muito feliz lá. Fiquei por quatro anos e depois fui ser juiz em uma vara criminal na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Fui juiz criminal em Nilópolis, depois fui juiz criminal em Nova Iguaçu e vim para a capital. Na capital do Estado, já no foro central, fui juiz titular de uma vara de família, mas pouco atuei na vara de família, porque fui chamado para ser juiz auxiliar da Corregedoria, onde permaneci por duas gestões e tive o privilégio e o prazer de conviver, no exercício de juiz auxiliar da Corregedoria e, depois, da Presidência do Tribunal de Justiça, juntamente com os Juízes Salomão e Bellizze, que eram juízes auxiliares comigo. E tivemos oportunidade de realizar um trabalho bastante acirrado, bastante intenso de tentar melhorar a gestão judiciária, a administração do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e melhorar a prestação jurisdicional.

Paralelamente, conduzíamos algumas atividades que não eram específicas da Corregedoria de Justiça: a elaboração de regimento interno, de código de organização judiciária e atividades mais voltadas para a parte regulamentar, para a parte normativa do Tribunal de Justiça.

Fui promovido a Desembargador no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, aí já na área cível e, desde os primeiros momentos, fui para a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, onde permaneço até os dias de hoje.

Ainda paralelamente à atividade de Desembargador, fui chamado a auxiliar a administração do Tribunal e presidi a Comissão dos Juizados Especiais, tentando melhorar a prestação jurisdicional nesse segmento especificamente. Depois, já recentemente, na última gestão, fui chamado a presidir a Comaq, que é uma coordenação de avaliação de qualidade não só dos juizados especiais, mas de toda a atividade jurisdicional do Rio de Janeiro. Foi uma experiência enriquecedora, porque pude olhar os números do Tribunal, as atividades, pudemos oferecer sugestões à administração para que pudesse melhorar a eficiência do nosso Poder Judiciário do Rio de Janeiro.

Bom, na área acadêmica, fiz um mestrado em Ciência Jurídica na PUC. Fui professor da Universidade Católica por cinco anos, quando tive de mudar de Estado. Por força do trabalho ainda, já na empresa privada, tive de deixar a Pontifícia Universidade Católica. Quando retornei para a magistratura, já como Desembargador,

prestei concurso para a Universidade Federal do Rio de Janeiro e, aprovado, lecionei durante seis anos a cadeira de Teoria Geral do Direito. Ainda paralelamente, na atividade acadêmica, lecionei na Escola da Magistratura, na escola do Ministério Público e na Fundação Getúlio Vargas.

Passado isso, surgiu essa oportunidade de tentar disputar essa vaga no Superior Tribunal de Justiça. Candidatei-me e agora estou aqui, submetido ao crivo de V. Exªs, nessa etapa complementar desse processo.

Esse é um pedaço da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passemos à fase de arguição.

Para inquirição dos candidatos, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para resposta imediata do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos.

Concedo a palavra ao Relator da Mensagem nº 15, de 2016, Senador Eunício Oliveira, por dez minutos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Joel, Dr. Antonio, Srs. Ministros que estão aqui, visitando-nos hoje, autoridades que vieram aqui para assistir à sabatina, eu não usarei meu tempo de dez minutos pela seguinte questão: ao ser convidado por V. Exª, Presidente desta Comissão, para ser o Relator do Dr. Joel, obviamente que, para construir um relatório, eu tive que me aprofundar, com todo respeito, na vida de S. Exª durante toda a sua existência.

O relatório que fiz, eu o fiz com muita consciência, porque sei que estamos levando para um tribunal importante, como é o tribunal do qual V. Exª vai ocupar uma cadeira, matéria importante para a Justiça brasileira.

Para um homem ilibado, de conduta ilibada, de comportamento extraordinariamente acessível do ponto de vista da justiça, da correção e da decência, eu não tenho nenhuma pergunta complementar, porque as dúvidas que porventura surgiram durante a construção deste relatório eu tive o privilégio de, ao receber o Dr. Joel, esclarecer todas. Portanto, não tenho perguntas.

Quero dizer aqui, ao vivo, para o Brasil inteiro, para V. Exª e para todos que estão aqui, que tenho muito orgulho de ter sido escolhido por V. Exª para relatar tão importante matéria de um juiz que tem um passado, uma história de muita tranquilidade em relação às suas decisões e à forma como sempre decidiu, com justiça, com clareza e com discernimento.

Portanto, aqui só palavras de elogios, pelo que pude me aprofundar sobre a vida total do Dr. Joel, que, não tenho dúvida, será um grande ministro no STJ.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Joel Ilan para suas considerações às colocações aqui formuladas pelo Relator do seu processo, Senador Eunício Oliveira.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só tenho a manifestar a minha profunda gratidão por V. Exª ter aceito esse encargo e pelas palavras que acaba de proferir quanto à minha vida pessoal e profissional. Eu só lhe agradeço muito por tudo isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Relator da Mensagem nº 16, de 2016, Senador Marcelo Crivella, pelo prazo de dez minutos. (*Pausa.*)

O Relator não está presente.

Pela lista de inscrições, concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, gostaria que me inscrevesse. Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de trocar a minha posição com o Senador Anastasia, já que ele foi o primeiro a chegar à Comissão. Eu fico em segundo lugar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu sou defensor da ordem de chegada.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas eu dou a preferência.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar, então, os nossos sabatinados de hoje, o Dr. Antonio Saldanha Palheiro e o Dr. Joel Paciornick – sejam bem-vindos à Comissão! –; também o nosso Presidente, José Maranhão; e nossos colegas Senadoras e Senadores.

Tenho duas perguntas inicias dirigidas aos dois sabatinados e, depois, uma individualmente para cada um. Vou passar a ler, então, as perguntas.

O direito de acesso à justiça é um dos mais caros e fundamentais ao pleno exercício da cidadania, no Estado democrático de direito, de modo a constar expressamente no rol do art. 5º da Constituição Federal, mais precisamente no seu inciso XXXV. Por sua vez, foi a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, responsável pela in-

clusão do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, a fim de positivar, no texto constitucional, o direito fundamental à razoável duração do processo judicial e administrativo, direito esse que igualmente se extrai do princípio do devido processo legal, em sua dimensão substantiva, no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal.

Em seminário organizado pelo Conselho da Justiça Federal para discutir o tema da lentidão da justiça brasileira, averiguou-se haver cerca de 100 milhões de processos judiciais tramitando atualmente no País. Defendeu-se, então, a mediação e a arbitragem como meios de reduzir esse assoberbamento do Judiciário. Nesse sentido e tendo em vista os princípios constitucionais supracitados, qual é a opinião de V. Exªs sobre a mediação e a arbitragem e sobre a morosidade que acontece aos processos judiciais? O que poderia ser realizado a fim de se efetivar o direito fundamental ao pleno acesso à Justiça?

A segunda pergunta, que é comum aos dois sabatinados, é a seguinte: a jurisdição constitucional mostra-se como peça capital na manutenção do princípio da separação dos Poderes e dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, preceitos esses imperativos na conformação do direito do Estado democrático de direito, a partir da segunda metade de século XX. Nesse sentido, exerce o Poder Judiciário um papel ímpar na defesa dos direitos fundamentais e, principalmente, dos interesses das minorias, dado o caráter contramajoritário de boa parte de suas decisões, o que se reforça ainda mais no contexto do chamado ativismo judicial. Nesse contexto, qual é a opinião de V. Exªs sobre o papel desempenhado pelo Poder Judiciário na garantia dos direitos fundamentais e na defesa dos interesses dessas minorias?

A pergunta agora é direta ao Dr. Joel: muito em breve, entrará em vigor o novo Código de Processo Civil (CPC). Qual é a expectativa de V. Exª em relação ao impacto do novo regramento na celeridade do Judiciário, em geral, e do STJ, em particular? Em algum ponto V. Exª entende que a nova legislação processual deixa a desejar? Questiono se, em algum ponto, V. Exª acha que a nova legislação deixa a desejar. O que V. Exª achou da recente alteração que trouxe de volta o duplo juízo de admissibilidade dos recursos especiais?

Ao Dr. Antonio Saldanha Palheiro a seguinte pergunta: consta, no seu *curriculum vitae*, que V. Exª já foi Presidente da Comissão de Aperfeiçoamento e Qualidade do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2015. Poderia V. Exª esclarecer aos membros desta Comissão as principais atividades desenvolvidas naquele colegiado? Que desafios, na sua opinião, o Superior Tribunal de Justiça enfrenta atualmente nessa seara e quais experiências positivas do TJ do Rio de Janeiro poderiam ser absorvidas por esse tribunal?

Presidente, seriam esses os meus questionamentos aos dois sabatinados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Dr. Ilan Paciornik...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... para responder às formulações feitas pelo Senador Blairo Maggi.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – O senhor me permite, Sr. Presidente, uma sugestão a V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª.

É tão somente uma sugestão, como tem sido a praxe nesta Comissão, se o senhor estiver de acordo em aquiescer à solicitação, para abrir a votação para que aqueles Parlamentares que já se considerarem instruídos, após a exposição de ambos os eminentes indicados, já pudessem se manifestar pelo voto e seguir nas demais atividades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Acredito que, nesta Comissão, essa deliberação, essa decisão já se tornou jurisprudência. Foi assim que procedemos em relação a todas as outras sabatinas procedidas aqui. De forma que quem do Plenário já se considerar satisfeito com as exposições dos sabatinados pode procurar a cabine de votação e marcar o seu voto.

Com a palavra o Dr. Ilan Paciornik, para sua resposta.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Meu caro Senador Blairo Maggi, meus cumprimentos.

Na primeira pergunta, V. Exª aborda, com muita propriedade, a questão da morosidade da Justiça, das modificações introduzidas pela Emenda 45, principalmente quanto à exigência constitucional da razoável duração do processo, afora todos os mecanismos de acesso à Justiça. A realidade que se apresenta hoje é realmente preocupante, porque nós vemos o Poder Judiciário, em todas as suas esferas, assoberbado de processos, sendo isso, talvez, muito fruto de uma cultura da litigiosidade que predomina no Brasil. Nós temos um dos maiores

índices de judicialização de processos no mundo. Se compararmos com outros países, outros sistemas, sem dúvida nenhuma, o Brasil hoje é o campeão.

Nós temos que enfrentar, penso, essa questão justamente com esses meios alternativos de solução de controvérsias, como mediação, arbitragem e conciliação, que, nos países desenvolvidos, são muito utilizados. Nos Estados Unidos, por exemplo, muito se utiliza da mediação, ou seja, não se vai ao Judiciário, porque também o acesso à Justiça nos Estados Unidos é muito caro. Para a cultura dos americanos, isso funciona.

Eu acho que, realmente, para nós, para o sistema brasileiro, nós teríamos que fortalecer, evoluir nos mecanismos alternativos de composição de litígios – arbitragem, conciliação e mediação.

Não sei se V. Exª está satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Antonio Saldanha Palheiro, para responder à formulação feita pelo Senador Blairo Maggi.

O SR. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO – Senador, Presidente, o acesso à Justiça tem sido realmente um desafio, possibilitar a todos da população se valerem do Poder Judiciário para dirimir conflitos. Isso tem sido um desafio, e o legislador constituinte tratou de enfrentar essa situação com disposições muito claras, criando mecanismos de acesso à Justiça, consolidando a cultura dos juizados especiais.

Mas, enquanto o legislador constitucional criou mecanismos até eficientes e bastante consistentes de acesso à Justiça, entendo eu, Senador, que não conseguiu dispor de mecanismo de escoamento desse acesso à Justiça. Então, o que nós verificamos – e a resposta dessa pergunta do acesso à Justiça já vai ao encontro da minha atuação como coordenador da comissão de qualidade do Tribunal –, e verificamos isso com muita nitidez, é que, não obstante esses mecanismos que estão sendo desenvolvidos e muito prestigiados pelo Superior Tribunal de Justiça de composição de conflito, mecanismos alternativos de composição de conflitos – mediação, arbitragem etc. –, nós verificamos que os pontos mais delicados e o ponto nevrálgico do congestionamento judicial são as relações de consumo.

No Rio de Janeiro, eu não posso retratar o restante do País, mas acredito que haja um paralelismo nesta situação. No Rio de Janeiro, as relações de consumo ocupam, significam mais de 65% dos processos – 65% dos processos. Isso é uma coisa dramática, mas nos dá, nos aponta o caminho a trilhar. Se nós conseguirmos sanear as relações de consumo, o Judiciário vai se desafogar e vai ter gestão mais eficiente, mais precisa, mais eficaz.

A gente verifica também, Senador, que as relações de consumo, em sua grande maioria, são exercidas por meio dos juizados especiais e a judicialização dos juizados especiais é enorme, é imensa, exatamente porque é de graça. Isso fomenta a cultura da judicialização. Não que não devesse ser, mas devemos encontrar mecanismos alternativos para esse tipo de reclamação quando o consumidor não recebe o tratamento adequado do seu fornecedor.

Verificamos ainda que, dentro das relações de consumo, uma parcela bastante considerável de congestionamento diz respeito aos serviços públicos. Então, por que não se criar... Quer dizer, já estão criadas. Eu acho que o nosso papel aí Senador, Presidente, é exatamente buscarmos a eficiência daquelas instituições que já foram criadas para sanear essa situação, que são as agências reguladoras. Se um consumidor tiver um problema de energia elétrica com o seu fornecedor e puder ir à Aneel e obter um resultado satisfatório, ele não virá ao Judiciário. Tem problema de telefonia? Vai à Anatel. Um problema de fornecimento? Um problema de saúde? A ANS teria que prestar esse tipo de auxílio, esse tipo de saneamento, exatamente para que possamos tirar do Judiciário, e deixar o Judiciário concentrado nas questões controvertidas de maior relevância. Entendo que este pode ser um caminho.

Por outro lado, quer dizer, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, quando identificamos esses pontos de convergência, de estrangulamento, criaram-se essas comissões. Essas comissões, tanto dos juizados especiais quanto a comissão de qualidade, exatamente identificavam quais eram os segmentos. E, dentro dos segmentos, quais eram os juízos que estavam com a tramitação de processo congestionada, e nós fazíamos mutirões. Quer dizer, os juízes que estavam com o seu serviço em dia podiam se habilitar e iam trabalhar naquele juízo que estava precisando de auxílio, de reforço. Com isso, conseguimos um resultado bastante positivo.

Para meu gáudio, para minha alegria, eu tenho aqui presente três Juízes do Estado do Rio de Janeiro que trabalharam comigo nas comissões dos juizados especiais e na comissão de qualidade: Drª Renata Gil, que hoje preside a Associação de Magistrados, Drª Márcia, que hoje está nas turmas recursais, e Dr. Alexandre Chini, que também está nas turmas recursais do Juizado Especial do Estado do Rio de Janeiro. E tivemos resultados bastante significativos.

Nos juizados especiais, nós tínhamos audiências marcadas para dois anos adiante, e conseguimos reduzir, a mais remota, para três meses. Conseguimos que as turmas recursais julgassem em 15 dias, com gestão.

Então, entendo, Senador, entendo, Presidente, que, a par do conhecimento técnico-jurídico, que efetivamente é o mais destacado, é o mais relevante para o exercício da magistratura, o aprofundamento na gestão judiciária é fundamental, porque é gestão, tudo é gestão. Se nós conseguirmos exercitar, quer dizer...

E nos traz muito orgulho também o fato de que, através desses mecanismos que nós conseguimos identificar, nós hoje temos reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro como um dos mais eficientes da Federação. Então, a par de facilitar o acesso à Justiça, os juizados especiais são abertos, temos juizados espalhados por todo o Estado, na cidade do Rio de Janeiro, temos juizados em todos os bairros, efetivamente, demos acesso à Justiça, conseguimos um resultado relativamente eficiente para escoar. Mas acredito eu, repetindo, que não é o suficiente, porque as ações se avolumam e a facilidade de demandar está fomentando essa cultura da judicialização.

Nós temos que reverter esse processo, ou seja, a par da atuação do Judiciário, cabe, efetivamente, aos senhores, que são os nossos legisladores, identificar esses mecanismos e disponibilizar uma legislação eficiente que nos permita uma atuação mais efetiva dessas agências reguladoras em relação às ações dos serviços públicos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, tenho direito à...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem direito à réplica. Como V. Exª ficou em silêncio, pensei que V. Exª encerrava o assunto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado. Eu vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas V. Exª tem direito à réplica.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

É porque faltou ao Dr. Joel responder a questão da alteração que trouxe de volta o duplo juízo de admissibilidade.

Mas antes de V. Sª falar, sobre a questão que o Dr. Antonio Saldanha coloca, a da judicialização, acho que esse é o grande mal que temos no País hoje. Tudo vai para a judicialização. E para quem já passou pelo Executivo, como eu, o Senador Anastasia, que está aqui, e outros que já foram governadores, na verdade, hoje, os gestores, com medo dos processos que vêm pela frente, das reclamações do Ministério Público por qualquer decisão que venham a tomar, em muitos momentos, até para ter um pouco de tranquilidade, deixam que vá à Justiça. É quase a última palavra. Então, sobre coisas que o Executivo poderia tomar decisão, escolher um caminho a ser tomado, muitas vezes não o faz porque terá que responder lá na frente, depois, porque o Ministério Público ou o membro do Ministério Público tem opinião diferente da sua. Então, esse é um ponto. V. Exª tem toda a razão sobre essa questão da judicialização no Brasil, que está virando uma coisa sem fim. E vai ser sem fim porque não vamos dar conta disso.

Também concordo absolutamente que a decisão sobre as mudanças está aqui. Não está com V. Exª, que julga aquilo que nós escolhemos fazer aqui. Quero agradecê-lo pela resposta.

Desejo que tenha muito êxito, como teve até agora, em sua carreira. E tenho certeza de que o STJ está recebendo um bom Ministro, assim como o Dr. Joel, que está chegando.

Não voltarei a falar. Então, quero agradecer também, pela presença, os demais Ministros do STJ, que estão aqui acompanhando esta sabatina. Aliás, sempre vêm aqui quando algum membro pleiteia chegar a esse Tribunal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Joel Paciornik.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Blairo, a pergunta de V. Exª é sobre o novo Código de Processo Civil, Lei 13.105, de 2015, que trouxe diversas inovações e creio que todas, após uma longa discussão no Parlamento, devem trazer medidas efetivas que visem corrigir alguns problemas, algumas distorções que nós enfrentamos no dia a dia.

Creio que não podemos dizer que seja um Código que vai, de uma hora para outra, transformar o Poder Judiciário, como se, em um passe de mágica, nós tivéssemos, a partir de um Código, uma mudança tão sensível.

Até aproveitando a pergunta de V. Exª e as colocações que o Desembargador Saldanha fez, eu acho que o Código, com o prestigiamento de outros institutos como soluções alternativas, quer por arbitragem, mediação, conciliação, quer mesmo pela efetivação do poder de agências, enfim, de modo geral, será muito bom para esse problema.

Especificamente quanto à questão da mudança através da Lei nº 13.256, de 2016, que já fez uma alteração no Código que me parece bastante prudente, porque a redação original era para transferir única e exclusivamente aos Tribunais Superiores, no caso STJ e STF, o juízo de admissibilidade de recursos especiais e recursos extraordinários, essa modificação, como eu disse, de devolver aos tribunais de apelação – vamos dizer de um modo geral, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais – esse juízo de admissibilidade que já

vem sendo exercido, há longo tempo, e com um bons resultados, eu acho que é uma medida extremamente importante, extremamente salutar. Porque, com certeza, a redação inicial traria uma sobrecarga imensa ao já trabalho hercúleo que se deposita hoje sobre os Ministros do STJ e do STF. Se tivessem que exercer este juízo de admissibilidade, em um primeiro momento, isso traria muita dificuldade para as Cortes Superiores. Então, esse duplo juízo, esse juízo inicial mantido nos tribunais de apelação e essa segunda oportunidade de revisão me parecem ideais.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pergunto a V. Exª se quer usar o direito de réplica, aliás, de tréplica.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, Presidente. Muito obrigado, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Joel, Dr. Antonio Saldanha, meus cumprimentos. Cumprimento também o Senador Anastasia pela gentileza de me ceder a vez aqui.

Passo à primeira questão. Segundo reportagem do *Estadão* publicada em 26 de janeiro de 2016, as Cortes Superiores revisaram menos de 4% das decisões do Juiz Sérgio Moro relacionadas à Operação Lava Jato. Informa o periódico que: "Dos 413 recursos apresentados pelas defesas [...], desde que a Lava Jato foi deflagrada em março de 2014, somente 16 foram concedidos total ou parcialmente". Do ponto de vista interno do Poder Judiciário, portanto, os dados indicam que a condução dessa operação tem se mostrado consentânea com o ordenamento jurídico e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores. Todavia, conforme as investigações vão avançando e afunilam para a cúpula das organizações criminosas, aumenta-se a grita daqueles que enviesadamente enxergam, na aplicação da lei penal, uma tentativa de golpe midiático, de golpe político. Diante desse quadro, indago a V. Exªs se é possível apontar excesso nas práticas investigativas e nas medidas judiciais até agora conhecidas ou se, de outro modo, o que se nota mesmo é uma reação a esta nova quadra em que a persecução penal já não poupa os detentores dos poderes político e econômico do nosso País.

A questão dois. A implementação do processo eletrônico é inegável avanço para a celerização da prestação jurisdicional. No mesmo sentido, o novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor ainda neste mês, é tido como um passo para desobstrução do sistema. Em novembro último, o Conselho Nacional de Justiça aprovou as metas nacionais para o Judiciário em 2016. Estabeleceu-se, entre outros, que o STJ deverá: identificar e julgar 99% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 90% dos processos distribuídos em 2012; identificar e julgar 60% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídas a partir de 01/01/2015; reduzir o tempo médio de afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos para 160 dias; priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos; e julgar 40% do estoque de temas afetados até 31/12/2014. Indago a V. Exªs quais seriam os caminhos mais adequados para que o Judiciário, especialmente o STJ, atinja essas metas propostas.

E por final, uma pergunta para V. Exªs. Nós temos feito geralmente essas sabatinas aqui e tem sido recorrente esta preocupação: como V. Exªs encaram e avaliam o processo de indicação para as Cortes Superiores? Dessa forma está a contento ou teriam sugestão para que esse processo fosse melhorado?

Por fim, também pergunto se houve, na condução do processo de indicação de V. Exªs, algum contato da Presidência da República, se pediram algum acordo ou que V. Exªs tivessem algum compromisso em alguma decisão referente à Operação Lava Jato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Joel Paciornik.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Eminente Senador José Medeiros, na primeira pergunta, V. Exª fala na questão do índice de reforma das decisões proferidas na Operação Lava Jato. Na condição de magistrado, se possivelmente aprovado for, irei integrar a Seção Criminal, a 5ª ou a 6ª Turma, onde corre essa operação. Há uma proibição expressa, legal, que eu emita qualquer juízo de valor sobre processo pendente de julgamento meu ou de outrem ou mesmo qualquer crítica. Mas a questão que V. Exª aborda creio que não exige de mim que me pronuncie sobre o mérito, porque isso realmente não posso fazer. Penso que o objetivo de V. Exª traz a mim justamente o confronto entre princípios estabelecidos pela Constituição.

Sempre pautei a minha atuação de magistrado, a primeira norma que eu observo e a ela jurei obediência já várias vezes é a Constituição. E não raras vezes princípios igualmente protegidos pela Constituição entram em choque. Então, nós podemos utilizar a expressão que V. Exª usou: uma explosão midiática, algo nesse gênero e aí nós poderemos ter o confronto entre o direito à liberdade individual, o direito à privacidade e, de outro lado, o direito da sociedade, digamos, em ver o Poder Judiciário atuar. Então, toda vez que surge um confronto dessa natureza, caberá ao juiz da causa, com toda isenção, com toda imparcialidade, com toda a serenidade, se pronunciar. Mas o que eu acho fundamental é que se considere sempre, que se faça uma ponderação, como

dizem os doutrinadores portugueses, principalmente o Prof. Canotilho, uma ponderação entre princípios, de modo que se possa estabelecer um equilíbrio entre as garantias constitucionais, sem que o uso de um deles implique a aniquilação de outro. Isso é o que nós não podemos admitir. Então, nesse caso, se se verifica, no caso concreto, que está havendo esse conflito, tem de se ver como o Judiciário vai resolver isso ou mesmo até o próprio Legislativo poderá estabelecer novos mecanismos de estabilização desses conflitos entre princípios.

V. Exª falou sobre processo eletrônico. Sem dúvida nenhuma, ele foi um grande avanço. A Justiça Federal da 4ª Região, nesse particular, foi uma das pioneiras a adotá-lo na totalidade de seus processos. Isso, no começo, trouxe realmente toda aquela problemática de adaptação. Tudo que é novo tem uma certa resistência. Mas, em termos de resultado, acho que isso foi muito bom, porque é um meio de agilização da tramitação, fora outras questões, como economia de papel. Mas eu acho que o principal é em termos da aceleração da prestação jurisdicional. Realmente o processo eletrônico trouxe essa facilidade, essa contribuição.

As metas que o CNJ preconiza, tanto para o Superior Tribunal de Justiça, para tribunais regionais federais, para tribunais de justiça, para juízos, são metas muitas vezes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – ... são metas que nos vinculam, nos obrigam, mas, do lado de dentro do Judiciário, às vezes há uma certa dificuldade no cumprimento dessas metas. Há um grande esforço – isso eu vejo – de toda magistratura nacional no cumprimento dessas metas, e tenho certeza de que o Superior Tribunal de Justiça, sensível e preocupado com isso, já está tomando as providências que pode para a redução desse grande número de processos.

Eu acho que entra muito a questão de gestão processual, porque, desde que se criou o CNJ, um dos seus objetivos foi justamente instituir uma política de gestão do Judiciário, que até então nunca se tinha feito. Essa gestão implica realmente usar regras de administração nos gabinetes, nas varas, nas secretarias... Enfim, uma boa gestão ou a inclusão de métodos mais eficientes de gestão pode ser um grande elemento, mas não podemos deixar de ter em mente a questão do excesso da litigiosidade. Acho que nós temos que caminhar conjuntamente para o cumprimento de metas; nós temos que investir em gestão.

Eu até cito o exemplo mais uma vez: nos Estados Unidos existem cursos de administradores judiciais. Nós não temos isso no Brasil. Acho que seria até o caso, de extrema importância, se nós formássemos administradores judiciais que fariam essa gestão. Então, se nós juntarmos esse aspecto da gestão com o incentivo e o aprimoramento de mecanismos de solução alternativa, eu creio que nós poderemos chegar ao cumprimento dessas metas.

Eu, repito, falo pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e também sei que todos os outros tribunais, inclusive o STJ, estão extremamente preocupados com o cumprimento dessas metas, mas eu acho que nós temos que pensar e caminhar com mais de um foco do que só esse foco numérico. Afinal de contas, até pela minha vida, eu sempre digo: a decisão judicial ainda é artesanal. Feliz do povo que tem juízes que leem os processos, que ouvem os advogados, que analisam as pretensões. Isso, muitas vezes, é até humanamente impossível devido ao excesso de número.

Então, se por um lado nós somos pressionados por números, por metas, há um risco muito grande de que a qualidade da decisão judicial seja diminuída. Particularmente, na minha vida, sempre prezei pela qualidade das minhas decisões – qualidade no sentido de ouvir os argumentos, ler tudo, discutir, refletir e julgar conforme a Constituição, as leis e a minha convicção.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto o Senador Medeiros...

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Há uma última pergunta importante...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Desculpe, Presidente. Eu faço questão de responder.

No início da minha exposição eu relatei que, para minha honra, o meu nome foi incluído em lista tríplice pelo STJ três vezes consecutivas. Nessa última, tive a grande honra de ser indicado pela Senhora Presidente da República. Digo a V. Exª que jamais, em qualquer desses três processos por que passei nos últimos três anos, fui procurado por qualquer pessoa do Governo, da Presidência da República, do Ministério da Justiça, da Casa Civil, jamais fui questionado, jamais me foi feita qualquer proposta de algum acordo, jamais, jamais. Afirmo isso com toda segurança. A minha vida mostra isso também. Nos 25 anos de magistratura, jamais tive contra mim uma exceção de suspeição, ninguém pôs isso, não tive nenhum incidente com a Ordem dos Advogados, muito pelo contrário. A minha forma de me relacionar com as partes sempre foi muito aberta, muito limpa. Nunca, nessas três campanhas que fiz, fui procurado por qualquer pessoa do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Antonio Saldanha Palheiro, para responder às formulações feitas pelo Senador Medeiros.

O SR. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO – Pois não.

Senador José Medeiros, Presidente, em relação à primeira indagação quanto à pertinência das ações adotadas pelos magistrados que conduzem a Lava Jato e a incidência de recursos, efetivamente, tenho que fazer minhas e repetir as ponderações do meu colega Joel, porque, na qualidade de magistrado, se aprovado por V. Exªs, passarei a integrar o Superior Tribunal de Justiça e certamente será numa seção criminal, onde existe vaga. Estou proibido, tenho uma vedação formal de me pronunciar sobre esse tipo de procedimento, porque posso vir a ser chamado para julgar qualquer causa. Efetivamente, é muito difícil para um magistrado, para um juiz de carreira, pronunciar-se conceitualmente a respeito de qualquer decisão judicial quando não tem acesso aos autos. Nós decidimos de acordo com o que está no processo, não com o que é veiculado pela imprensa, que, no mais das vezes, pode ter alguma distorção de fatos ou de conceitos.

Quanto às metas do CNJ, ao assoberbamento da Justiça, Presidente, Senador, verificamos que o congestionamento da Justiça é um fato. É um assoberbamento decorrente de uma judicialização, da cultura da judicialização que está contaminando a nossa população de forma avassaladora. Entre as várias alternativas, a gente está verificando a adoção de determinados preceitos que não eram inerentes à nossa cultura jurídica, o que acho muito bom. Por exemplo, a questão da jurisprudência como fonte imediata do direito, os precedentes. Isso era fruto do direito anglo-saxão. O direito romano-germânico é positivado, a gente usa a lei; enquanto o anglo-saxão usa os precedentes como principal fonte do direito. Hoje em dia, verificamos um fenômeno universal que os doutrinadores chamam de interpenetração do sistema. Os países que adotam o sistema anglo-saxão estão legislando, positivando os seus argumentos, e os países que têm o direito positivo como principal fonte estão adotando a jurisprudência e adotando os precedentes como fonte imediata do direito, certamente para inibir processos fadados ao insucesso.

Então, o que a gente verifica, através dessa interpenetração de sistemas, é que a gente está conseguindo algum resultado, e acho que temos que avançar nisso. É lógico que a nossa cultura, a cultura nacional, a cultura brasileira, é uma cultura positivada. Somos positivistas na essência. A nossa formação é positivista. Tudo para nós é: "Onde é que está escrito?" Quando nos dão algum dever ou nos questionam algum direito, algum dever, alguma ação, a primeira pergunta do cidadão comum é: "Onde é que está escrito que eu tenho que fazer isso ou deixar de fazer?" Isso é uma formação positivada que está incutida na nossa formação, na nossa personalidade.

O positivismo é tão assente na cultura nacional que ele faz parte do disco da nossa bandeira, "Ordem e Progresso". E a gente até verifica, nos bastidores do submundo, quando você vê um talão do jogo do bicho, está escrito o quê? "Vale o escrito." É um negócio absurdo, mas é o positivismo que está intrincado na nossa cultura, e, desfazer isso, é uma mudança de cultura. Os senhores têm também um papel preponderante, através da legislação, de ir mudando essa forma de pensar.

A gente hoje tem o precedente jurisprudencial como inibidor de prosseguimento de recursos que estão fadados ao insucesso. E isso, a meu sentir, desculpem, acho que isso tem que ser cada vez mais fomentado e aprimorado, porque evidentemente que – sem nenhum desdouro à atuação da Advocacia – prosseguir com um processo sobre o qual já se sabe de antemão que os Tribunais Superiores têm entendimento consolidado é uma aventura. E é uma aventura que é custoso para parte, que onera do Poder Judiciário e que não traz resultado algum, só fomenta o congestionamento.

Então, se a gente efetivamente conseguir inibir que esse tipo de aventura possa prosseguir, através de mecanismos, como citei, a repercussão geral, os recursos repetitivos... Acho que isso tem que ser fomentado, até através da súmula vinculante. Acredito que isso seja determinante, porque você inibe essas aventuras.

E a gente acarreta, como subproduto disso, o que se considera como segurança jurídica, que é exatamente a previsibilidade das decisões judiciais. O homem comum poder saber, com precisão e com antecedência, o que pode ou não fazer, porque a jurisprudência estará consolidada em relação àquilo. E saberá que isso vai dar certo, e aquilo não vai.

Então, acho que a gente tem que aprimorar isso cada vez mais. Os Tribunais Superiores estão trabalhando nesse sentido. E acho que esse seja um caminho.

Quanto ao processo de indicação do STJ, Senador – e eu comecei a minha exposição exatamente mencionando isso –, considero-o conceitualmente um dos mais perfeitos, porque ele faz o candidato se submeter ao crivo dos três Poderes. Se existe alguma distorção na tramitação desse processo, isso é o lamentável, aliás qualquer procedimento é bom, dependendo de quem o toque; qualquer lei é boa, dependendo do seu intérprete; se for interpretada equivocadamente, cai em desgraça.

Então, o processo, nos termos conceituais, é primoroso. Submete-nos à apreciação no tribunal para onde pretendermos ir, através da votação dos seus membros. Distribuímos currículos, procuramos os Ministros, somos sabatinados, investigam nossa vida, nossa trajetória pessoal e profissional.

Posteriormente, o Poder Executivo, que tem que fazer a indicação. Também temos que procurar as lideranças de nossos Estados, apresentar os currículos; as lideranças do Poder Executivo federal, apresentar os currículos, para que essas informações possam chegar àquele que vai ser o subscritor da indicação – apenas isso. E, por fim, nós nos submetemos ao crivo de V. Exª, que exatamente é o Poder Legislativo, é o Poder que configura efetivamente a representação da população: a representação dos Estados através do Senado e a representação do povo através da Câmara dos Deputados. Então, quando nós nos submetemos aqui, já percorremos as duas etapas.

E eu quero dizer que foi a primeira vez que me candidatei a esse cargo no Superior Tribunal de Justiça e percorri com destacado amadorismo essa *via crucis* cru cis que a sistemática nos impõe, mas eu posso assegurar aos senhores que, com muita alegria, eu sempre fui recebido, com muita dignidade, com muita ética, com muito decoro. Nunca fui questionado quanto a um posicionamento sequer, quanto a uma vinculação ideológica sequer; sobre o que penso disso ou o que penso daquilo. Sempre apresentei o meu currículo, coloquei-me à disposição, para esclarecer qualquer particularidade da minha vida pessoal ou trajetória profissional. E assim foi até os dias de hoje, até as vésperas desta sabatina, quando me apresentei a alguns dos Srs. Senadores e, da mesma maneira, apresentei os currículos e me coloquei à disposição, para esclarecimentos que se fizessem necessários.

Fico muito tranquilo e muito sereno em relação a esse procedimento, porque o que vivenciei foi uma trajetória de postulação de muita dignidade, senhores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, senhores sabatinados, eu faço essas indagações, porque, aqui, como o termo já diz, é uma sabatina, não é uma confraria, mas também o faço, com muita tranquilidade, no sentido de V. Sªs terem a oportunidade de falar para o público que nos ouve, para os Senadores e para o Brasil inteiro, com muita tranquilidade, como vocês fizeram. Na última sabatina, quando da passagem do Dr. Marcelo Navarro, eu fiz essa mesma pergunta, especificamente. Depois, para o nosso desprazer, na última revista *IstoÉ* estava justamente o Senador Delcídio do Amaral, numa possível delação, falando sobre o tema específico que eu tinha perguntado aqui.

Fiquei muito satisfeito com a firmeza, nessa relação entre o sabatinado e os Senadores, com que vocês estão dizendo: "Não fomos procurados, não nos propuseram nenhum acordo." É de suma importância para a população brasileira saber que, na sua Corte, há juízes que estão entrando ali com tranquilidade, devido aos seus currículos, devida à sua história. Isso traz segurança jurídica, que é o que todo o País quer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia para formular a sua interpelação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes magistrados ora sabatinados. Em primeiro lugar, quero cumprimentar a ambos pela exposição muito clara, muito precisa e, da mesma forma, pelas respectivas trajetórias profissionais.

Eminente Desembargador Federal Dr. Joel, hoje mesmo pela manhã, recebi um telefonema de nosso amigo comum Dr. Jarbas Soares, ex-Procurador-Geral de Justiça de Minas, reiterando aquilo que já era de meu conhecimento e que me relatava aqui o Senador Eunício, da sua qualidade, dos seus atributos, como magistrado e certamente agora aprovado como Ministro do Superior Tribunal de Justiça, realizando ali um trabalho extremamente profícuo.

Da mesma forma, o eminente Desembargador Saldanha, que tive a oportunidade de conhecer ontem. Desembargador, permita-me, eu fiquei até achando diferente o senhor na sua trajetória, pois chegou a Diretor da Shell no Brasil, jovem ainda, no início da maturidade, digamos assim, e deixou uma posição certamente de muito reconhecimento e inserção social e econômica, para iniciar a carreira da magistratura em seu Estado, demonstrando a vocação que V. Exª certamente tem em seu sangue, o que o levou agora a essa posição de reconhecimento. Então, eu queria registrar esse fato que é um pouco inusitado, mas que, de fato, reconhece em V. Exª essa dedicação à magistratura que o leva agora a essa indicação.

O Senador Blairo Maggi foi o primeiro a indagar. Eu fui o primeiro a chegar e dei a ele a precedência, com muito gosto. Só que ele aproveitou também e fez as indagações que eu ia fazer. Aliás, ontem, quando conversávamos de maneira informal, eu mencionava exatamente isso. Mas a resposta de ambos me deu azo a dar um passo adiante, que é exatamente o fato de que nós sabemos que hoje, no Brasil – é um dado reconhecido por todos –, a justiça é morosa, é cara e demora a responder aos anseios da população, a despeito, de fato, de ser de qualidade – quanto a isso ninguém duvida. Ela é uma justiça de excelente qualidade, tanto na justiça estadual quanto na justiça federal e nas especializadas, mas é lamentavelmente lenta, porque jamais teremos a estrutura do Poder Judiciário compatível com esse furor querelante que temos, de fato, no Brasil, com 100

milhões de processos, que é o que nos informam aqui, para dar, de fato, a estrutura necessária a fazê-lo. Então, é inafastável adotarmos as medidas alternativas.

Eu fiquei satisfeito que, em ambos, eu senti uma predisposição que nem sempre ocorre, porque é natural também e é humano que as corporações – aqui eu falo Poder Legislativo, Judiciário, Executivo, as corporações privadas – tenham, como o próprio nome diz, o senso corporativo, ou seja, não querem abrir mão de poder, de competências, de atribuições. É importante que o Poder Judiciário perceba, até para o seu engrandecimento, que é impossível ele ficar com o reconhecimento e a legitimidade que são importantes no Judiciário brasileiro tendo sob seu guarda-chuva tantas atribuições, porque lamentavelmente, hoje, no Brasil, de fato, criou-se esse ambiente das ações judiciais, meu caro Presidente, e é impossível a sustentação desse processo.

Eu percebo que nós temos também, por outro lado, uma questão processual muito delicada, porque nós estamos entre os dois valores: de um lado, a necessidade da agilidade e, de outro lado, a preservação dos direitos de cada qual, com os recursos.

Diz-se muito que no Brasil há muitos recursos; e é verdade. O novo CPC tenta dar um novo contorno a isso.

V. Exª falava há pouco, Desembargador Saldanha, dos precedentes, que de fato têm de moldurar um pouco as ações judiciais; mas por outro lado, como nós vamos permitir que ações cheguem ao próprio STJ, para que o precedente seja modificado? Porque do contrário, nós vamos engessar a jurisprudência brasileira. Então, eu tenho muita preocupação com isso. Claro, sem permitir aventuras, procrastinação; mas, por outro lado, permitir que haja oxigênio no processo e nos julgamentos.

Então, acho que isso caberá muito ao tirocínio dos magistrados dos tribunais de justiça estaduais e também do STJ, para permitir que o processo ande, porque, do contrário, nós vamos diminuir o número de processos, mas também nós vamos congelar o Direito brasileiro, com o que eu tenho certeza ninguém concorda.

Por outro lado, é imprescindível que nós inovemos. Fiquei muito impressionado ontem na conversa que tivemos – e agora o Desembargador Saldanha reitera –, que no Rio de Janeiro, dois terços se referem a relações de consumo. Ele lembra as agências, e eu lembro aqui, da minha parte, da minha formação profissional, o que eu sempre defendi, que no Brasil não é adotado, o pleno contencioso administrativo. V. Exª, Dr. Joel, magistrado da área da Justiça Federal, nas questões previdenciárias, por exemplo, que acumulam e oneram a Justiça Federal, poderiam tranquilamente ser resolvidas em ambiente contencioso administrativo, no modelo português ou francês, e isso daria um grande alívio à Justiça.

Então eu gostaria, não me estendendo mais, até pelo adiantado da hora, de maneira muito singela, de solicitar a ambos os eminentes magistrados as opiniões, de fato, se há esse compromisso agora da Justiça, digamos assim, com esse novo patamar, para permitir uma prestação jurisdicional mais ágil, mais rápida, mantendo a qualidade que temos, mas percebendo que nós temos que ser criativos, como disse o Senador Blairo com muita propriedade, com a mediação, com a arbitragem, com a composição extrajudicial, mas também com outros elementos, como é o caso, mencionado há pouco, do contencioso e outras formas que nós poderíamos identificar, até junto às agências, para diminuirmos um pouco as atribuições do Judiciário e permitirmos que ele realize de maneira adequada e célere as suas competências e as suas atribuições.

A ambos os meus cumprimentos pela bela exposição.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Joel Paciornik.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Obrigado, Sr. Presidente.

Caro Senador Anastasia, concordo com tudo que V. Exª falou. Estou de pleno acordo. Vou fazer apenas algumas considerações, até porque exerci jurisdição previdenciária e estou há duas décadas exercendo jurisdição em matéria tributária, em que há uma dificuldade muito grande de se transformar primeiro esse conceito antigo de interesse público.

A Fazenda não pode transigir, a Fazenda não pode fazer acordos em nome do interesse público. Eu acho que nós temos que repensar o que é isso. O que é realmente interesse público? É um litígio em que a Fazenda pública, seja ela Município, União ou Estado, arrasta por anos e anos e deixa essa herança para administrações posteriores? Ou seria mais interessante nós termos um sistema que permitisse, nas causas envolvendo – entre aspas – "interesse público", a mediação, a conciliação?

Sempre defendi que, se pudesse, e novamente o meu tribunal foi um dos primeiros a criar núcleos de conciliação nos tribunais federais... E eu me lembro, participamos de projetos envolvendo ações do Sistema Financeiro da Habitação, naquela época em que havia muitas. Fizemos mutirões de conciliação, que foram muito bons. Hoje, fazemos mutirão em matéria previdenciária, mas pelo meu testemunho, em matéria tributária, nós não conseguimos; enquanto que no modelo francês, muito bem lembrado por V. Exª, as questões tributárias e as questões administrativas inclusive, que entopem todos os tribunais... Só para se ter uma ideia, o Superior Tribunal de Justiça hoje tem milhares de processos na Primeira Seção, que julga Direito Administrativo e Tributário.

Então, se nós repensarmos esse conceito de interesse público e pudermos regrar, regulamentar a possibilidade de transação, conciliação, envolvendo a Fazenda Pública – claro, tudo com critérios, tudo com controle –, poderíamos melhorar.

Mais uma coisa: sempre fui um defensor de contencioso administrativo a exemplo do modelo francês e não como o que temos aqui, um contencioso tributário que, às vezes, leva muitos anos e em que, não satisfeita qualquer uma das partes, seja o contribuinte, seja o Fisco, ela vai ao Judiciário. Aí vamos ter uma questão que dura dez anos.

Então, eu até acho extremamente procedentes as colocações de V. Exª. Estou de pleno acordo. Nós temos que forçar, incentivar mecanismos alternativos de composição de litígios, entre eles, os contenciosos administrativos, porque, repito, em nenhum país do mundo há um grau de litigiosidade tão grande quanto esse. E, se não partirmos para esse caminho, não haverá solução.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto o Senador Anastasia se deseja exercer o seu direito de tréplica.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Vamos ouvir o Desembargador Saldanha.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Antonio Saldanha Palheiro.

O SR. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO – Senador Anastasia, Presidente, o Senador colocou com muita precisão o grande drama que o intérprete está vivenciando: primeiro, conter o crescimento das demandas, que está vindo de forma avassaladora, que seria inibido através das medidas impeditivas de recurso ou que iriam bloquear o recurso em determinada etapa da sua tramitação; e, ao mesmo tempo, não permitir que se engesse a interpretação, que se engesse a evolução do conhecimento e da interpretação das questões controvertidas.

Parece que existe, realmente, um contraditório, um paradoxo em relação a isso. Entendo, Senador, que, realmente, há duas situações que precisamos ponderar. As questões controvertidas, que demandam uma apreciação aprofundada, evidentemente, têm que ter acesso até à última instância, até à corte constitucional, o Supremo Tribunal Federal, passando pelo Superior Tribunal de Justiça. São questões que nos trazem perplexidade em relação à interpretação de norma jurídica ou de questões, de fato, controvertidas. Essas, sim, não podem ter esse impedimento. Diferentemente, são as chamadas questões de massa, porque são as demandas de massa que atravancam o Poder Judiciário.

Então, Senador, o que vejo, a minha interpretação é a seguinte: para as demandas de massa, soluções de massa. Corremos, evidentemente, o risco de cometer equívocos ao estabelecer mecanismos de bloqueio do prosseguimento dessas demandas de massa, mas, certamente, os riscos serão infinitamente menores do que o congestionamento que elas hoje trazem, porque hoje não conseguimos decidir coisa nenhuma. Então, se conseguirmos, através de um mecanismo desse, decidir 10 mil processos e se errarmos 10%, julgamos bem 9 mil. Se não tivermos esse mecanismo, vamos ficar com 10 mil sem decisão nenhuma. Então, é lógico que a demanda de massa, que hoje em dia congestiona o Judiciário, ao meu sentir, com todas as vênias ao Senador, precisa, efetivamente, de soluções de massa, massificada. Acho que esse é o caminho.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, Sr. Desembargador Antonio Saldanha Palheiro, Sr. Joel Ilan Paciornik, Juiz Federal do Tribunal Regional da 4ª Região, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria reconhecer, pelos currículos que ficaram à nossa disposição, os conhecimentos jurídicos, a qualidade intelectual e a dedicação ao Judiciário dos candidatos ora em debate nesta Comissão.

Aproveito o ensejo para fazer algumas perguntas.

Um Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), mais conhecido como a federalização das graves violações aos direitos humanos, é um mecanismo que permite o deslocamento do processo, do inquérito do âmbito estadual para o âmbito federal, desde que esteja diante de uma grave violação aos direitos humanos. O IDC foi criado para evitar que o Brasil venha a ser responsabilizado internacionalmente pelas violações ocorridas em seu território.

A nossa pergunta é: qual o posicionamento de V. Exªs a respeito do IDC?

Na segunda indagação eu gostaria de saber o seguinte: o novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor no próximo dia 18 de março, teve entre seus objetivos conferir mais segurança jurídica às relações sociais mediante uma maior previsibilidade das decisões judiciárias. Nesse sentido, foi bastante valorizada a figura do precedente assim como as decisões emanadas dos tribunais superiores. Com o novo Código, por exemplo, o

juiz poderá julgar liminarmente improcedente um pedido se verificar, desde logo, que contraria uma orientação do Supremo, do STJ e até mesmo do Tribunal de Justiça local.

Pergunto se esse poder vinculante das decisões judiciais não estaria exagerado. Não estamos dando margem à ampliação do ativismo judicial até no âmbito dos Tribunais de Justiça, retirando do legislador a definição legítima do que é considerado direito? Não seria melhor ficarmos com a ideia de criar a súmula vinculante também para o STJ? Porque temos a súmula vinculante no Supremo, mas não temos no âmbito do STJ.

Em relação à última decisão do Supremo sobre a prisão de pessoas antes do julgamento da sentença penal condenatória, isto é, antes do último recurso, o que V. Exªs acham? As consequências positivas como, por exemplo, a celeridade processual, já que se evita que o réu, através da procrastinação, passe oito ou mais de dez anos fazendo recursos sem uma definição da Justiça, ou que poderiam surgir da execução provisória da pena ainda que pendentes recursos especiais ou extraordinários.

Por último, sobre um assunto que vem sendo muito ventilado não só na imprensa, como no meio jurídico e no Legislativo, qual seja, a questão da condução coercitiva de testemunhas ou acusados. Estamos falando aqui em tese, não vamos entrar em fatos concretos porque V. Exªs poderão ser responsabilizados pela legislação caso emitam alguma opinião, uma vez que questões como essas poderão chegar ao crivo do julgamento do STJ, caso V. Exªs sejam indicados, como assim esperam.

Desde as Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil por mais de dois séculos, que temos essa condição ou esse poder de o juiz levar a sua presença coercitivamente um réu, um acusado, um investigado, caso ele não obedeça ou não atenda à intimação.

O que diziam as Ordenações Filipinas? Não falavam em condução coercitiva. Falavam em "debaixo de vara". Vara era um sinônimo de juiz.

O Código de Processo Criminal do Império também falava "debaixo de vara". O art. 95 dispunha que as testemunhas que não comparecessem sem motivo justificado, tendo sido citadas, seriam conduzidas debaixo de vara e sofrerão a pena de desobediência.

Já no nosso ordenamento jurídico atual, o art. 218 e o art. 260 do Código de Processo Penal falam o seguinte:

> Art. 218. A testemunha regularmente intimada que não comparecer ao ato para o qual foi intimada, sem motivo justificado, poderá ser conduzida coercitivamente.
> (...)
> Art. 260. Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença.

Nesse particular, queria abrir um parêntese, uma vez que, aqui, na Comissão de Justiça, falamos várias e várias vezes sobre a espetacularização midiática das prisões investigativas sob o uso de algemas. Felizmente, o Supremo Tribunal Federal deu um final a essa questão dizendo quais os motivos que poderiam ocasionar o uso de algemas, inclusive sobre o perigo de vida do próprio acusado ou se ele quisesse se evadir, enfim, estabeleceu limites, restringiu o uso de algemas, que era realmente uma coisa generalizada. Bastava alguém ser conduzido coercitivamente que já saia com as algemas, e aquilo significava, sem dúvida alguma, uma humilhação suprema para um investigado que ainda nem respondia a processo.

Então, pergunto a V. Exªs, em tese, o que os senhores acham da condução coercitiva. Ela deve ser feita por determinação do juiz de qualquer forma ou tem que obedecer a certos limites? Mesmo que o juiz não tenha feito a intimação, V. Exªs acham normal, natural, que uma testemunha ou um acusado seja levado à presença do juiz antes de o juiz averiguar se ele atendeu ou não a sua intimação?

São essas as perguntas que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Joel Paciornik para responder às indagações formuladas pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Caro Senador Antonio Carlos Valadares, primeiro, quanto ao incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, me parece que a gênese desse instituto tem que ser compreendida como prevê a própria Constituição, que dispõe que compete à Justiça Federal julgar ações ou até crimes que são previstos em tratado convenção internacional. Penso que a razão do deslocamento desse incidente é justamente porque, como disse V. Exª, envolve questões muitas vezes relevantes, até transnacionais ou envolvendo algum direito que seja tutelado com maior grau de preocupação pela Constituição.

Eu acho que esse IDC se justifica ser trazido para a Justiça da União na medida em que a ela cabe celebração de acordos e a ela cabe, também, a competência privativa de legislar sobre relações internacionais. Muitos crimes ou violam esses acordos, essas convenções, eu acho que essa é a justificativa para a criação do

incidente de deslocamento da competência, principalmente até porque isso foi criado após a prática de alguns crimes em que houve repercussão internacional.

Eu me lembro de alguns casos de crimes cuja repercussão teve a extraterritorialidade, então o Brasil adotou esse sistema do incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, a Justiça da União. Segunda pergunta: novo Código de Processo Civil, previsibilidade, precedente. Essa é uma questão que nós já discutimos aqui, falamos, é muito interessante, o Desembargador Saldanha fez uma ponderação bastante procedente sobre a comparação entre a tradição do Direito anglo-saxão e da nossa tradição romano-germânica e que hoje há, praticamente, uma inversão, ou seja, nós estamos caminhando para adotar, em certo ponto, o sistema anglo-saxônico do precedente, como uma forma de obstar o excesso de judicialização.

Eu não acho que o precedente seja ruim nem bom, mas ele serve, muitas vezes, como disse o Desembargador Saldanha, como um norte a ser seguido em matérias já pacificadas por cortes superiores. Não há razão prática e até como política judiciária para se delongar uma demanda em que já há uma definição pela Suprema Corte no âmbito do controle da constitucionalidade ou mesmo pelo STJ, e daí eu concordo com V. Exª, no âmbito da uniformização da aplicação da lei federal.

Então, eu vejo méritos no sistema do precedente, mas também existe esse risco de nos tornarmos soldados de um determinado enunciado, de uma súmula que não caiba naquele caso concreto. Esse é o meu medo, até porque, muitas vezes, a experiência tem mostrado que, nos recursos repetitivos e naqueles sujeitos à repercussão geral, às vezes, acontece que o precedente escolhido pela corte superior não se amolda àquele caso que a corte de apelação está julgando.

Digo, na minha experiência, recebo, diariamente, casos da vice-presidência do meu tribunal com uma espécie de proposta de juízo de retratação, dizendo à vice-presidência, a quem hoje cabe a admissão dos recursos, que esse caso não se amolda a essa súmula, a esse precedente. Então, me parece que esse é um outro elemento que deve ser ponderado. O juiz, ao aplicar uma súmula ou um precedente, terá que ter muito cuidado para verificar se a moldura fática daquele caso se encontra dentro do precedente.

Digo a V. Exª que não raras vezes devolvo à vice-presidência dizendo: olha, não há juízo de retratação nesse caso porque esse caso não se inclui na moldura jurídica do precedente tal.

Senador Valadares, a questão da prisão antes do trânsito em julgado, tema que está sendo discutido em toda a Nação, na semana retrasada, todos nós temos ciência de uma decisão tomada do Supremo Tribunal Federal, por maioria, entendendo possível a prisão após decisão proferida em segunda instância.

Podemos fazer uma comparação entre os votos que defenderam a sua possibilidade com os votos que entenderam pela sua inconstitucionalidade. São votos, aliás, brilhantes, dos quais tenho cópia. E aqui me refiro ao voto do Ministro Teori, que entendeu isso ser aplicável, em um voto muito bem fundamentado, citando sistemas judiciários estrangeiros em que, em muitos casos, até após a sentença de primeiro grau, o juiz já estaria autorizado a decretar a prisão. Basicamente, do que eu extraio, humildemente, da leitura que fiz do voto majoritário, esses paradigmas de outros países desenvolvidos e também o índice de reforma de decisões, que hoje ocorrem nos Tribunais Superiores, ou seja, é muito pequeno. Em suma, esses foram os argumentos do Ministro Teori.

No voto do Ministro Celso de Mello, também com toda a sua erudição e brilhantismo, como constitucionalista, S. Exª faz um grande histórico sobre os direitos e garantias individuais e o quanto a sociedade sofreu até conquistarmos essa liberdade, esses direitos fundamentais que a Constituição nos assegura. Não é à toa que a sociedade e o Brasil hoje têm uma Constituição que prestigia bastante os direitos e garantias individuais. E nós temos realmente uma norma expressa, na Constituição, que diz que ninguém será preso antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

O Supremo Tribunal Federal, há tempos, tinha o entendimento de que a prisão, já com a decisão de segundo grau, era possível, porque os recursos para os Tribunais Superiores não tinham efeito suspensivo. Isso foi mudado há poucos anos, firmando a tese justamente oposta: "Não há prisão antes do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória." E, na semana passada, tivemos uma nova mudança do Supremo.

Então, o que posso dizer a V. Exª é que, com a composição da Corte Constitucional, ao ser modificada, nós temos esse risco. E nós temos valores constitucionais igualmente protegidos, como a presunção de inocência, mas também o direito de o Estado punir. E aí é cobrado do Poder Judiciário uma celeridade, uma resposta. Então, esses valores em conflito, eu penso que eles têm de ser ponderados no caso concreto. Ainda me atrevo a ir mais longe. Acho que o foro para discussão dessa questão, desses conflitos, é o Parlamento. Aqui se pode tratar de emendas constitucionais, de modificações em sistemas legislativos. Mas, hoje, nós temos duas teses igualmente defensáveis sobre a aplicação da prisão antecipadamente, o que se diz de prisão antecipada ao trânsito em julgado definitivo.

Mas é uma questão muito complexa. A tendência, pelo que tenho visto, já está sendo até aplicada na Justiça do Trabalho. Ouso até a dizer que há um certo risco nisso, há um risco muito grande, porque a irreversibilidade da medida será muito danosa, tanto para economia, como para o Erário. É isso.

V. Exª tem mais uma pergunta. Condução coercitiva, como disse muito bem V. Exª, prevista no Código de Processo Penal. Há uma discussão jurídica de que a condução coercitiva é usada, ou seja, como argumentado por alguns magistrados, como alternativa à decretação da prisão provisória, que é uma lei especial que permite a prisão no curso da investigação por cinco dias, prorrogáveis por mais cinco. Então alguns magistrados, em vez de se valerem da prisão temporária, valem-se da condução coercitiva.

Eu penso, particularmente, que ela deve ser vista, no caso concreto, com muita cautela e realmente preenchidos os requisitos, que, na leitura que faço da lei, exigem primeiramente uma comunicação, uma intimação. Não vejo como possa, à luz da ordem jurídica, determinar-se uma condução coercitiva sem que pelo menos haja uma intimação, uma convocação ao investigado para que compareça à presença do juiz. Então, ela deve ser vista com muita cautela, caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto o Senador Antonio Carlos Valadares se deseja exercer o seu direito de tréplica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não.

Eu gostaria de dizer que incitei o nobre juiz a entrar profundamente no Direito Processual Penal, na doutrina e na jurisprudência, e V. Exª se saiu muito bem. Estou inteiramente de acordo com a sua explicação. E acho que, muito embora o Supremo seja a nossa corte maior, toma as suas decisões inegavelmente sobre a antecipação da sentença condenatória, a prisão do acusado... Esse assunto já foi aqui ventilado através de uma PEC que discutimos, chamada PEC do Ministro Peluso. E, antes de ser aprovada pelo Legislativo, o Supremo já decidiu aquilo que nós estávamos discutindo no âmbito da Comissão.

Então, eu acho que o Supremo merece todo o nosso respeito. Nós achamos que realmente as ações que chegam lá em cima pedindo a reforma de decisões são poucas, são reduzidas, mas também temos que levar em conta que nosso País é um país pobre. Para o processo chegar lá em cima, é preciso que se possa contratar bons advogados. Nós estamos diante de um país subdesenvolvido, em que as partes nem sempre têm recursos para fazer demandas nos Tribunais Superiores. Também talvez seja um dos motivos por que as ações não chegam até o Supremo.

De todo o modo, existem abusos na apresentação de recursos. Nós estamos vendo aí que pessoas já condenadas passaram dez anos fazendo recurso, a maior parte recursos só para ganhar tempo, procrastinatórios. Quase 40 recursos perante os tribunais para alongar o seu tempo de liberdade e, consequentemente, ganhar na prescrição da pena.

Eu acho que o Supremo pode ter pesado entre o princípio da presunção de inocência e os abusos, talvez o Supremo, nesse momento, tenha agido para evitar os excessos daqueles que demandam a Justiça sabendo que não têm nenhuma saída, serão um dia presos, mas que algumas das penas poderão ser prescritas.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Antonio Saldanha, para responder à interpelação que lhe foi feita.

O SR. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO – Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, em relação ao IDC, o deslocamento de competência, foi um instituto introduzido por meio da Emenda Constitucional nº 45, exatamente no sentido de se permitir trazer para o âmbito da Justiça Federal determinados tipos de controvérsias penais em que se presumia ou que se verificava que as cortes estaduais não estariam dando um tratamento adequado, ou pelo menos compatível com a gravidade da situação. O instituto é pertinente, Senador, entendo que o instituto é muito pertinente e até na forma de sua utilização.

Neste momento, a gente consegue verificar que, desde a sua implantação, com a Emenda Constitucional nº 45, só foram suscitados por cinco vezes, houve cinco incidentes. O mais famoso foi o daquela religiosa Dorothy, em que se verificou um crime hediondo, um crime bárbaro, e que talvez não estivesse merecendo um enfrentamento adequado por parte das autoridades estaduais, e foi, então, suscitado o deslocamento de competência, mas que acabou por ser indeferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Durante todo o período de vigência desse instituto, Senador, houve cinco vezes em que o incidente foi suscitado, e em apenas três delas, deferido com o deslocamento preciso.

Entendo ser pertinente, e até pela moderação com que é usado, pela parcimônia com que ele é utilizado. Sempre que se verifica que as autoridades estaduais estão exercendo seu mister, seu papel com a profundidade e com o denodo necessários, não se defere o incidente de deslocamento. Quando verificamos que existe certa acomodação da autoridade estadual na investigação de um crime que tenha repercussões por demais

danosas para a coletividade, esse deslocamento, então, é deferido. Considero pertinente e bastante adequado. É um instituto dos nossos dias, é um instituto atual e que eu acho que deve ser prestigiado.

Quanto à prisão antes da sentença, isso parte do princípio da presunção de não culpabilidade, a presunção de inocência, que modernamente os doutrinadores preferem tratar como uma presunção de não culpabilidade. Acho que é uma medida, a teor dos dispositivos legais que hoje vivenciamos – há o art. 260, que V. Exª citou, do Código de Processo Penal –, de exceção e tem que ser tratada excepcionalmente.

De qualquer sorte, Senador, eu acho que esse tipo de situação, quando estiver a merecer interpretações dissonantes por parte do Poder Judiciário, em alguns momentos se entender que deva ocorrer a prisão depois do julgamento em segundo grau, e em outros momentos, em outras circunstâncias se entender que não deva, só depois do trânsito em julgado, quando existe acesso a essa dissonância de interpretação, eu acho que mais uma vez a palavra está com V. Exªs. Cabe ao Senado dirimir essa controvérsia e legislar a respeito.

Aí eu volto atrás em relação àquela minha ponderação: aí o Direito positivo fala mais alto, e ele está com V. Exªs. Os senhores deverão dirimir esses conflitos por meio de uma legislação positivada, que nos traga a segurança de decidir. Nós somos aplicadores do Direito. Esta augusta Casa, este egrégio Senado Federal já tem um precedente nisso, em relação à Lei da Ficha Limpa, quando estabelece que, depois de julgado em segundo grau, já fica impedido de concorrer, o político que tiver sido condenado em segundo grau já está impedido. É uma antecipação. É uma antecipação da execução da pena. Mas esta Casa já decidiu e decidiu de forma absolutamente transparente, cristalina. Então, não nos resta dúvida.

Quando nós julgamos um caso que envolve a questão da Lei da Ficha Limpa no nosso cotidiano jurisdicional, já temos a cautela de pensar que uma decisão de segundo grau nesse tipo de questionamento, nesse tipo de controvérsia, pode levar à inelegibilidade do acusado, do imputado.

Acho que isso é uma ponderação. Mas existe uma ponderação da doutrina muito interessante também, Senador, que diz que a exigência do trânsito em julgado para se dirimir a presunção de não culpabilidade – e não é o meu posicionamento, mas um posicionamento de doutrina que eu trago à apreciação de V. Exª –, na verdade, afeta a isonomia, porque, como V. Exª muito bem pontuou, só aqueles que têm dinheiro para custear bons advogados conseguem levar os recursos até o último grau e protelar a decisão da causa. As pessoas menos favorecidas vão ficar no segundo grau mesmo e vão ter a prisão decretada. Alguma parte da doutrina entende que isso afetaria o princípio da isonomia. Portanto, trago essa perplexidade para reflexão dos senhores.

E por último, quanto à condução coercitiva, mais uma vez entendo que seja uma medida excepcional. E medida excepcional para situações excepcionais. Não entendo que, no cotidiano, uma condução coercitiva possa ser deliberada, ainda mais se não houver ocorrido a intimação precedente, quer dizer, a recalcitrância no cumprimento da intimação. E particularmente, Senador, entendo que a condução coercitiva foi constituída originariamente para as testemunhas e, eventualmente, para a vítima que tem que prestar esclarecimentos. Mas, para o acusado, ela foi incluída no nosso Direito positivado já em um momento posterior. Mas vejo isso com certa reserva, e falo isso no plano acadêmico, sem nenhum toque em qualquer caso concreto. Veja bem, Senador, se o acusado tem o direito de permanecer em silêncio, qual a relevância da condução coercitiva, porque ele será conduzido e pode permanecer calado? Então, trago mais essa perplexidade para que a gente possa refletir. E devolvo aos senhores a positivação e a normatização dessas questões para nos tirar dessa perplexidade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, gostaria apenas de acrescentar que, primeiro, concordo com as teses defendidas por V. Exª, inclusive da quase omissão, da leniência do Poder Legislativo em relação a determinados assuntos, principalmente os assuntos embaraçosos. O Legislativo leva sempre de barriga, como foi no caso, por exemplo, dos direitos dos funcionários e outros tantos casos que o Supremo decidiu, a verticalização, etc. O Legislativo sempre se exime de decidir questões que possam causar alguma dificuldade política ou desprestígio eleitoral ou social. Infelizmente, isso acontece.

Mas, no caso dessa medida, ou seja, da antecipação e da prisão antes do julgamento da sentença penal condenatória, o Senado se debruçou sobre a questão e debateu intensamente, inclusive vários especialistas foram convidados por esta Comissão para uma audiência, da qual fui o autor do requerimento.

Esteve presente aqui, defendendo essa medida do Supremo, o Juiz Sérgio Moro, pessoa que eu respeito pela condução das medidas para desvendar a corrupção na Petrobras e também fazer com que o dinheiro que foi desviado seja reconduzido para a Petrobras ou para a União. E aqui ele foi peremptoriamente favorável a essa decisão, foi transparente e emitiu a sua opinião abalizada, inclusive falando sobre o princípio da duração razoável do processo, que está no art. 5º da Constituição Federal.

Então, entre o princípio da razoabilidade da duração do processo e o princípio da presunção de inocência, uma grande parte da magistratura brasileira pende neste momento – e igualmente o Supremo – para a duração razoável do processo penal, inclusive do cumprimento da pena.

Então, quero aproveitar este ensejo, para agradecer a V. Exªs a forma como responderam, sem nenhum subterfúgio, às perguntas que foram por mim proferidas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, não vou nem me atrever a fazer perguntas, porque foi recrutada na elite intelectual do meu Estado uma figura ilustre, da qual tive muita honra de ser o Relator, que é S. Exª o Dr. Antônio Saldanha Palheiro, uma das pessoas que nos faz orgulhar-nos de sermos fluminenses, de sermos cariocas.

Tenho certeza de que ele vai brilhar na Corte.

Não menos ilustre, também o Dr. Joel tem todos os nossos aplausos.

Eu apenas pediria ao meu ilustre coestaduano que, na Corte Suprema, pudesse permitir brilhar a sua alma de homem da minha terra. Sei que, quando Locke, Montesquieu, Rousseau, aqueles gênios do passado, estabeleceram os princípios da tripartição dos Poderes, logo se viu que, para o Judiciário, se guardava um papel de destaque, pelo seu espírito de permanência, pela sua – eu diria – isenção a esse dilúvio de ódios e paixões, que afligem a mim e aos meus companheiros.

O Judiciário logo se viu que seria a tampa de uma panela de pressão nos momentos supremos da nossa sociedade, da nossa civilização, a quem caberia a decisão final. Com um gesto de humildade, Rui Barbosa dizia: "Nós, do Supremo, temos o direito sagrado de errar por último".

Mas é lá que o brasileiro tem a última porta, a última esperança, a arca dos justos, nos momentos das tempestades. Uma decisão do Supremo ou do Superior Tribunal de Justiça que fira essa nossa visão patriótica confesso ao senhor que nos traz perplexidade. Eu fico pensando se um brasileiro absolvido na primeira instância e condenado na segunda deve ir para um sistema prisional.

Aí falo como pastor: visito os presídios, eles são medievais. As pessoas ali vegetam, muitos ficam presos depois de cumprir a pena. É uma coisa...

O senhor sabe, a Bíblia se divide em dois grandes momentos: a lei e a graça – ele é meu irmão, evangélico como eu –, conduzidas por Deus e pelos homens mais piedosos.

Mas a lei fracassou. No primeiro homicídio, de Caim para Abel, não houve detenção. Caim foi viver nas montanhas pelo erro que cometeu, mas Deus não o matou, porque isso não resolve, não reeduca o homem, não serve de exemplo à coletividade, não é um ato divino.

O Supremo, há bem pouco tempo, de certa forma, legislando, disse que o Executivo não poderia contingenciar os recursos para os presídios brasileiros. Eu acho que o orçamento é uma coisa do Executivo, mas o Supremo decidiu. Então, cabe a nós todos acatar. O Supremo decidiu, temos de acatar.

Mas, então, já reconheceu que os presídios são horríveis, horrorosos. Então, agora, vamos mandar para esses presídios, que nós reconhecemos são péssimos um sujeito que foi absolvido na primeira instância e condenado na segunda? E o juiz de primeira instância, por exemplo, tem mais acesso às provas, às testemunhas, e de repente perdeu por dois a um na segunda instância. Vai para a cadeia?

Eu conversava com o Governador Requião. Ele me disse que sofreu 38 processos quando era Governador e foi condenado em primeira e segunda instâncias. Ele disse: "Eu teria ficado preso porque só fui absolvido dez anos depois no Supremo, mas sofri 38 processos, condenado em primeira e segunda instâncias." Nós teríamos um Governador de Estado preso por dez anos, porque a sentença só foi reformada no Supremo, e demorou.

Então, nós aqui nesta Casa dependemos muito do Senador Antonio Anastasia, porque S. Exª precisa olhar essas coisas, ele é constitucionalista, e fazer... Claro que não vamos fazer nenhuma afronta. Nosso papel não é afrontar o Supremo, de jeito nenhum, mas quem sabe fazer uma dosimetria e dizer: se não é crime hediondo, se não é crime contra a vida, se não é uma sentença mantida em primeira e segunda instâncias, então, que ele cumpra essa pena, vamos supor, domiciliar. Apenas para que nós políticos possamos ir para as ruas e dizer que somos um país fraterno, porque temos misericórdia com os outros, com todas as nossas angústias, desgraças, sofrimentos, do passado, do presente e do que vamos enfrentar no futuro, que não são poucos – não são poucos.

Na nossa terra, por exemplo – meu Deus do céu! –, nós temos uma área superdesenvolvida e temos nossas favelas. Nós temos o pré-sal e temos nossas crianças com os dentes estragados, tomando banho em esgoto. É culpa de nós todos. Então, nós precisamos ter algum...

E sei que, quando está indo para lá um desembargador da minha terra, uma voz será dita nesses momentos. Se o povo brasileiro diz "nós vamos colocar os nossos ministros em vitaliciedade", é porque não queremos que eles sejam sujeitos a casuísmos nem a pressões que nós mesmos fazemos e, depois, nos arrependemos. O povo mesmo faz. Podem perguntar. As pessoas que tiveram um filho assaltado, outro roubado pode dizer: "Eu

prefiro ter um inocente preso e mil culpados fora da prisão do que ter um inocente que não esteja na prisão e que não se punam os demais." O processo demora muito, tem que botar na cadeia.

Agora mesmo, o Luiz Estevão, que foi Senador conosco, já está cumprindo a sua pena. É o clamor. As pessoas fazem esse clamor. Demora, mas eu acho, honestamente, que generalizar essas sentenças traz para nós uma coisa que não é nossa: essa prepotência, essa arrogância, essa coisa da justiça que assusta, uma sociedade extremamente violenta, que precisa se reencontrar com a sua índole, a sua vocação, a sua natureza cristã. Ainda é um grande patrimônio nosso a bondade, a misericórdia, a compaixão, a tolerância de uns com os outros. Dizem que lá no meu Estado nós somos campeões da simpatia. O Hugo é mineiro, mas já foi adotado. Você vê como o carioca é generoso. Nós adotamos o Hugo e reconduzimos várias vezes, com eleições cada vez maiores. Aliás, tivemos um Senador aqui que era são-joanense, que hoje é Vice-Governador do meu Estado.

Deus abençoe os senhores! Já votei. Desculpe ter atrasado, porque o Presidente Lula esteve hoje em Brasília e pediu que fôssemos lá ouvi-lo. E, ouvindo o Presidente Lula, eu fico pensando mesmo se nós estamos realmente sendo justos ou sendo implacáveis. Desculpe aqui o desabafo. Desculpe ter me delongado. Já votei. Nós vamos ter dois grandes Ministros no nosso Superior Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quem fica por último sempre corre o risco de ter as suas preocupações e alegações já esclarecidas ou atendidas. É o caso. Mas eu não poderia deixar de fazer algumas considerações.

Tive oportunidade de conversar com o Dr. Palheiro e o Dr. Joel Ilan, ainda que rapidamente, e quero dizer a V. Exªs que, normalmente, nas sabatinas, quando os indicados são figuras polêmicas, sobre quem existam dúvidas, elas são agulhativas, elas são provocativas, e o Plenário da CCJ costuma ir fundo. Não é o caso de V. Exªs que chegam aqui, indicados depois de um filtro. O filtro foram as cortes onde V. Exªs serviram, um desembargador federal, um desembargador estadual.

Só que faz indicação de gente que passa por vários filtros. Então, a chegada dos nomes de V. Exªs já é uma credencial em si. Eu tinha muita curiosidade em conhecer a opinião de V. Exªs sobre uma questão que já foi muito perguntada, essa prisão, independente do julgamento em última instância agora, na 2ª Instância – V. Exªs já se manifestaram sobre isso. O que eu desejo é cumprimentar ambos pela postura. Tenho certeza absoluta de que V. Exªs vão ser aprovados nesta Comissão.

Acho, inclusive, Presidente Anastasia, que nós deveríamos pedir urgência tão logo anunciado o resultado, porque um dos indicados está perto de fazer 65 anos – faz em abril ou maio – então, urge que se tome a providência da apreciação, após a sabatina e a solicitação de urgência para que o Plenário possa votar as duas indicações para que aquilo que nós deliberamos na CCJ o Plenário possa deliberar para que a composição do STJ fique efetivada em tempo hábil.

Eu quero cumprimentar os dois e apresentar, por antecipação, tendo em vista que dou o último orador inscrito, em função do resultado que venha a ser proclamado, quero antecipar o pedido de urgência para que a matéria possa ir, se possível, ainda hoje ou amanhã – hoje, se possível, hoje – a plenário para votação e apreciação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Anastasia, apenas complementando o Senador José Agripino, o Senador José Maranhão, muito diligente, apoiando o trabalho da Comissão e o brilhante depoimento, a oitiva dos dois indicados, ele já orientou a assessoria que encaminhe hoje ainda para o Plenário, porque a votação dos dois Ministros necessita de quórum qualificado. Nós precisamos ter 41 votos "sim". Hoje é um dia de quórum alto na Casa. Então, nós combinamos com a Mesa, vamos votar, Senador José Agripino, antes de votar os Ministros a votação do indicado da ANP, que é um quórum simples, que não é qualificado, para aferir a presença e, a partir daí, sim, poder consagrar o nome dos dois Ministros indicados ainda na tarde de hoje, cumprindo, assim, o dever do Senado de corroborar com indicações tão brilhantes para o STJ.

Eu queria fazer esse esclarecimento do entendimento de Líderes, que já foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Jucá. De fato, a diligência do nosso Presidente, Senador José Maranhão já tomou essas tratativas acompanhando a orientação dos Líderes.

Indago ao eminente Desembargador Federal, Dr. Joel Paciornik, se V. Exª quer fazer algum comentário às observações do Senador José Agripino.

O SR. JOEL ILAN PACIORNIK – Só quero agradecer a V. Exª as palavras de reconhecimento ao meu trabalho. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Da mesma forma, o Desembargador Saldanha, se quer acrescer algo em relação às observações do Senador Agripino.

O SR. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO – Em relação às considerações do Senador José Agripino, particularmente, não. Mas eu queria externar meu reconhecimento e minha gratidão ao Senado Federal pela forma com que fui recebido desde que aqui cheguei para apresentar as minhas credenciais, a minha trajetória de vida. Eu não tinha traquejo nenhum no senado, não tinha trânsito, não sabia como me movimentar, mas em todos os lugares onde eu fui, fui recebido com muita fidalguia, muita elegância, muita urbanidade e isso me encheu de orgulho e reconhecimento. Eu queria externar esse posicionamento aos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Desembargador Saldanha.

Indago se todos os Srs. Senadores já manifestaram o voto. Parece que sim.

O nosso Presidente vai votar agora, cujo voto é o mais importante, porque é o voto da Presidência. Então, esse é o voto que todos aguardamos de maneira ansiosa.

Estamos aguardando só a votação do Presidente.

Aproveito esse intervalo, se me permite nossos colegas, nossos nobres pares, para, de minha parte, parabenizar mais uma vez os magistrados pela exposição muito enriquecedora para todos. Comentava com o Senador Valadares, inclusive, que conhece muito o processo penal, de fato, o debate que teve aqui e que aprofundamos, e, ao mesmo tempo, ambos perceberam que os Srs. Senadores não só conhecem, mas de fato têm muito interesse no assunto. O Desembargador Saldanha lembra muito, com a questão do positivismo, a necessidade que tem o Parlamento brasileiro, não só o Senado, mas também a Câmara, o Congresso Nacional, de entrar em temas que, a despeito de serem polêmicos, são importantes para esse desdobramento.

Com o retorno do Presidente Maranhão, passo de volta a Presidência a ele e aproveito mais uma vez para cumprimentar ambos os sabatinados. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira fazer arguição aos candidatos, vamos dar início ao processo de votação.

Consulto se algum Senador ainda não votou. (*Pausa.*)

Encerrada a votação. (*Palmas.*)

Esta foi uma sessão muito rara. Os sabatinados tiveram a totalidade dos votos.

Assim, estão de parabéns os sabatinados e a Comissão, porque fez justiça a quem merecia.

A escolha do nome do Sr. Joel Ilan Paciornik foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao plenário.

A escolha do nome do Sr. Antonio Saldanha Palheiro foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao plenário.

Como temos algumas matérias ainda a votar na segunda parte desta reunião – aliás, essa seria a primeira desta reunião, mas houve inversão –, vou suspender a reunião para que os sabatinados possam se despedir dos presentes. Prosseguiremos a reunião quando reabrirmos os trabalhos.

(Iniciada às 13 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 31 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Reabertos os trabalhos, passamos ao item 26.

ITEM 26
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2016
- Não terminativo -

Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável à Proposta, nos termos de substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 02/03/2016, a Presidência concedeu vista à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Romero jucá, nos termos regimentais; que até o momento não se manifestaram.

- Em 08/03/2016, foram apresentadas a Emenda nº 1, de autoria do Senador Telmário Mota, e a Emenda nº 2, de autoria do Senador Valdir Raupp (ambas dependendo de relatório);

- Em 09/03/2016, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Acir Gurgacz (dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, Relator do processo, para proferir seu relatório com as Emendas nº 1 a 3.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Sr. Presidente.

O relatório é público, e o texto final da Proposta de Emenda à Constituição já está à disposição das senhoras e dos senhores membros desta CCJ.

Ademais, alterações consolidadas nesse adendo contemplam solicitações feitas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, feitas em acordo com o autor e com este Relator.

Passando direto para o voto, em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2016, e das Emendas nº 1, 2 e 3-CCJ e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ e pela aprovação das Emendas nº 2 e 3-CCJ, na forma de subemenda, nos termos da emenda substitutiva, que segue e que está à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar a respeito, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai a plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, agradecer a V. Exª, que foi extremamente diligente.

V. Exª, presidindo a CCJ, dá uma colaboração muito grande aos Estados de Roraima e do Amapá e a toda a gente que está nos acompanhando.

Hoje, a TV Senado, sem dúvida nenhuma, está tendo uma audiência muito grande no Estado de Roraima e no Estado do Amapá.

Eu peço aos Líderes que, da mesma forma que ajudaram a aprovar aqui a PEC 03, também possamos determinar um calendário especial no plenário, sob a orientação do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, que fez um brilhante trabalho, inclusive junto ao Ministério do Planejamento, com a minha participação. Nós tivemos uma relação construtiva, e o Ministério do Planejamento faz parte da solução. Não há nenhum conflito com o Ministério do Planejamento nem com o Governo na solução dessa questão. Nós avançamos bastante e pavimentamos a votação não apenas no plenário do Senado, mas também na Câmara dos Deputados, pelo posicionamento adotado junto ao Ministério do Planejamento na negociação realizada.

Portanto, quero louvar aqui a capacidade de trabalho do Senador Randolfe e de V. Exª, agradecer a todos os Líderes e dizer que fico muito feliz de poder resolver definitivamente com esse texto as dúvidas da AGU e do Ministério do Planejamento. Faremos justiça às pessoas de Roraima e do Amapá, que terão direito ao enquadramento nos quadros da União por terem trabalhado nos ex-Territórios e na implantação dos novos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero parabenizar V. Exª e o Senador Randolfe. V. Exªs formam uma dupla dinâmica, no mais extenso sentido da palavra, pela forma inteligente e consensual com que dedicaram todo talento e habilidade para fazer valer o direito de pessoas que, de outra forma, permaneceriam injustiçadas no processo de emancipação dos antigos Territórios e agora se inserem no contexto da Federação brasileira, sem carregar responsabilidade por tamanha injustiça. V. Exªs estão de parabéns porque conseguiram vencer todos os óbices, todas as dificuldades. Sabemos que não é fácil percorrer os escaninhos da burocracia que V. Exªs tiveram que percorrer no Ministério do Planejamento para evitar que alguma divergência de interpretação pudesse continuar prolongando a injustiça que essas pessoas vinham sofrendo e que, em boa hora, V. Exªs resolveram reparar, e o fizeram com habilidade e competência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, rapidamente, eu queria agradecer V. Exª e os membros da Comissão de Constituição e Justiça. O meu Estado do Amapá e o Estado de Roraima, tão bem representado aqui pelo Senador Romero Jucá e também pela Senadora Angela Portela, têm uma formação atípica. Nós tínhamos condição de Território Federal e *status* de autarquia da União até 1988. O processo de transição de Território Federal para Estado criou situações excepcionais e extraordinárias na constituição do quadro de servidores. Em decorrência disso, insistentemente temos que trazer para o

Congresso Nacional alternativas, que têm que ser constitucionais, para resolver os impasses que afetam esses servidores, pelo caráter atípico da transformação de ex-Territórios Federais em Estados.

Eu queria cumprimentar e parabenizar o Senador Romero, pois esta proposta de emenda à Constituição, com o nosso relatório, resolverá em definitivo a situação pendente de vários servidores contratados por Roraima na formação do Estado, assim como a situação de servidores do Estado do Amapá, como é o caso do chamado grupo dos 1.050 servidores e do grupo da fiscalização e tributação.

Agradeço a atenção de V. Exª para com a demanda dos ex-Territórios e comunico aos Líderes que vamos apresentar um calendário especial para a tramitação desta proposta de emenda à Constituição.

Mais uma vez, cumprimento e parabenizo o Senador Romero Jucá. E agradeço, em nome do povo dos dois Estados, Amapá e Roraima, a atenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu me sinto muito feliz em assumir uma posição de adesão à proposta que o Senador Romero Jucá, com o seu apoio, conseguiu emplacar aqui, no Senado Federal, até porque, como ex-Deputado Constituinte, participei daquele grupo que defendia ardorosamente a emancipação de territórios de alguns Estados da Federação, entre eles o grande Estado de Minas Gerais, que não quis criar o novo Estado, ali no sul de Minas Gerais, e de tantos outros.

Salvou-se apenas, naquela época o Tocantins, graças à pertinácia, graças à coragem, à determinação de um Deputado de então, que fez até greve de fome para conseguir emplacar. E o fez porque era um ambiente minoritário na Assembleia Nacional Constituinte. Fiz parte dessa minoria, votei favoravelmente à criação de todos os novos Estados, porque muitas das mazelas que ainda hoje afligem o Brasil, com a criação de novos Estados, tendiam a desaparecer, sobretudo em territórios imensos – não preciso citar aqui o nome dos Estados – cujo governador não tinha tempo de visitar, e ainda não tem tempo, aquele território que continua aspirando à sua emancipação.

Se olharmos o mapa de outros países do mundo, inclusive o grande território dos Estados Unidos, vamos ver que ali há uma divisão territorial muito mais racional, muito mais justa. E talvez seja por isso mesmo que o país cresceu tanto, se desenvolveu tanto. Mas, aqui, baseados em algumas tradições que, em âmbito local, são louváveis, mas que, dentro de um contexto de federação, são altamente prejudiciais, muitos territórios não puderam ainda se desenvolver devidamente..

Pertenço a um Estado, a Paraíba, que é um dos menores territorialmente, mas nem por isso deixa de ser um Estado altivo, que tem uma população trabalhadora, empreendedora e que, por isso, consegue energias e forças para vencer até as adversidades ecológicas, como a seca, que agora mesmo está nos afligindo já há quatro anos. Imagine se a Paraíba estivesse encravada no território de um grande Estado; naturalmente estaria sofrendo muito mais, porque as lideranças desse território não teriam a devida representação em casas importantes como esta Casa do Congresso Nacional, que é, por excelência, a Casa da igualdade dos Estados federados.

Então, felicito a V. Exªs devido ao espírito de justiça para reconhecer os direitos desses cidadãos que foram vítimas de um processo de emancipação talvez atabalhoado, talvez até muito rápido, e, agora, passam a ter os direitos que, por algum tempo, lhes foram negados.

Meus parabéns ao Senador Romero Jucá, ao Senador Randolfe. Os dois, embora pertencentes a agremiações diferentes, a partidos políticos diferentes, souberam reconhecer que muito mais forte do que as nossas convicções partidárias são os direitos daqueles que são injustiçados.

Meus parabéns a V. Exª. Parabéns à Comissão, que soube entender e compreender essa problemática.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento: a matéria foi votada, e naturalmente, boa parte do texto foi objeto de negociação, mas há uma parte, que é uma parte vital, em que não há concordância, neste momento, por parte do Governo. Provavelmente, no plenário, vamos apresentar alguma emenda, insistir no entendimento, juntamente com o Senador Romero Jucá e o Senador Randolfe Rodrigues, que é aquela que estabelece um tempo mínimo da prestação desse serviço para que se possa fazer o reconhecimento.

Afinal de contas, são mais de mil pessoas que passarão a compor a folha de pagamento do Governo Federal, e, como tal, há um desejo do Governo de ter a segurança jurídica de estar incorporando alguém que efetivamente prestou um tempo mínimo de serviço.

Mas tem seu mérito a proposta, e nós vamos discutir, nesse calendário especial, a possibilidade de novos entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Há na mesa o seguinte requerimento, de autoria do Senador Antonio Anastasia:

ITEM 33
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fulcro no art. 93, § 2º do RISF, a dispensa de audiência pública aprovada nos termos do Requerimento nº 59, de 2014-CCJ, para instruir a PEC 21, de 2014, que dá nova redação ao art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Está em discussão o requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu gostaria de saber o conteúdo da PEC.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu vou esclarecer, eminente Senador Humberto Costa.

Agradeço ao Presidente a gentileza de colocar em pauta essa minha solicitação.

Essa é uma PEC que trata da inclusão da representação do Superior Tribunal Militar na composição do CNJ. Havia um requerimento de audiência pública, aprovada aqui, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Eu conversei com o Senador Randolfe e pedi a ele, tendo em vista que eu já tenho um encaminhamento para o parecer, que, se ele não oferecesse nenhum obstáculo, nós dispensássemos a audiência. O Senador Randolfe, de maneira muito gentil, aquiesceu, e eu apresentei, então, este requerimento, para andarmos com essa PEC que altera a composição do CNJ e ainda para apresentação futura de relatório e os debates que se seguirão nessa toada.

É esse o objeto desse requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O.k. De acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu tenho a impressão de que o pedido de esclarecimento que me foi feito foi respondido cabalmente pelo Senador Antonio Anastasia.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O Senador Randolfe Rodrigues tem uma PEC cuja relatoria me foi designada por V. Exª, a PEC 162. Eu já apresentei o relatório, mas, como não está na pauta, eu queria pedir que pudesse ser pautada na próxima semana, porque é uma PEC que também diz respeito aos ex-Territórios e, portanto, para não votar de forma abrupta, nós pediríamos que pudesse ser pautada na próxima semana. O relatório já foi entregue.

É apenas esse pedido a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deferido o pedido de V. Exª, porque é justo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E para antecipar a V. Exª que também não há acordo sobre essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 49 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e quarenta minutos, do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: José Pimentel, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim,

Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Paulo Paim, Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, João Capiberibe, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Fátima Bezerra, Simone Tebet, Ana Amélia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Aécio Neves e a Senadora Gleisi Hoffmann. Justifica a ausência o Senador Dário Berger. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2014 – Terminativo. Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro da Aeronáutica), para possibilitar a transferência de bilhete aéreo entre passageiros. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 2) ROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012 – Terminativo. Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM 3) OFICIO "S" Nº 25, de 2015 – Terminativo. Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n° 595.838, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do inciso IV do art. 22 da Lei 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.876/1999. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2010 – Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Rejeitado o Projeto. Vota vencida a Senadora Ana Amélia. A Presidência designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira para relatar o Vencido nos Termos do Artigo 128 do Regimento Interno. ITEM 11) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 53, de 2014 - Não Terminativo. Autoriza, nos termos dos arts. 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na Terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina. Autoria: Senador Luiz Henrique. Relatoria: Senador Acir Gurgacz (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CMA-CCJ. ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2011 - Não Terminativo. Acrescenta o art. 1º- A à Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o art. 1º - A à Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010, que dispõem sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos dos Fundos de Participações dos Municípios - FPM e dos Estados - FPE, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de preservar a descentralização fiscal da Federação, e dá outras providências. Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 24) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 34, de 2012 - Não Terminativo. Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer prazo para o exame de requerimentos de informação pela Mesa. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 25) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2014 - Não Terminativo. Altera o inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal, para impedir o curso do prazo prescricional nas ações relativas às relações de trabalho durante o contrato e até dois anos após o término do contrato de trabalho. Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do relatório. ITEM 27) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2015 - Não Terminativo. Altera o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 30) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2015 - Não Terminativo. Dá

nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Autoria: Deputada Luiza Erundina e outros. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais. ITEM 31) EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2015 – Complementar. Ementa do Projeto: Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º. Autoria do Projeto: Senador Blairo Maggi. Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável às Emendas nº 2, 3, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 – PLEN, nos termos das nove subemendas que apresenta à Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), e voto contrário às Emendas nos 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 17 – PLEN. Resultado: Concedida vista aos Senadores José Agripino, Randolfe Rodrigues e Douglas Cintra, nos termos regimentais. ITEM 32) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, de 2009 - Não Terminativo. Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil. Autoria: Deputado George Hilton. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e às Emendas nº 2,3,4,5,6 e 8-CAS e à Subemenda nº 1-CAE à Emenda nº 7, e contrário à Emenda nº 1-CE. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nº 2 a 6 e 8-CAS-CCJ, 9-CCJ, e à Subemenda nº 1-CAE-CCJ à Emenda nº 7-CAS; e contrário à Emenda nº 1-CE. Aprovado Requerimento nº 11, de 2016-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 33) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015 - Não Terminativo. Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Telmário Mota, nos termos regimentais. ITEM 35) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2015 - Não Terminativo. Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente no serviço público federal. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Favorável ao SCD nº 22, de 2015. Resultado: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 39) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 159, de 2015 - Não Terminativo. Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora. Autoria: Deputado Carlos Sampaio e outros. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Concedida vista aos Senadores José Agripino e Roberto Rocha, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 41) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 11, de 2016. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2015; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2013; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014; ITEM 28) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 162, de 2015; ITEM 29) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2013; ITEM 34) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2015; ITEM 36) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, de 2014; ITEM 37) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2014; ITEM 38) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016 – Complementar; ITEM 40) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente Senador José Pimentel e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ PIMENTEL

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 4ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 40.

Como nós temos adotado em reuniões anteriores, com plena anuência do Plenário, vamos iniciar pelos projetos não terminativos para assegurar que outros Parlamentares cheguem e participem da reunião.

O Item 31 é o primeiro dos não terminativos, com presença do Sr. Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, temos itens não terminativos, e acho que dá para fazer acordo. São os Itens 11, 24, 25, 27, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 39.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não há acordo no Item 31?

Essa é a consulta que faço.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – No Item 38, não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estamos levando em consideração, para essa prioridade, projetos terminativos cujos relatores estejam presentes, porque, sem o relator, evidentemente, fica mais complicado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Mas, Presidente, se V. Exª concordar, posso relatar um projeto; o Senador Ataídes, outro, assim como os Senadores Douglas Sintra, Anastasia – já vi aqui que há uma série de projetos da autoria dele – e Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quanto a mim, não há o menor problema. Vou designar V. Exª Relator *ad hoc*, dependendo da aceitação do Plenário.

De nossa parte, não há qualquer objeção.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos começar pelo Item 11 então?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª quer começar pelo Item 11.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 11.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 53, de 2014
- Não terminativo -

Autoriza, nos termos dos arts. 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na Terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Luiz Henrique
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator é o Senador Luiz Henrique, de saudosa memória. Então, nomeio como Relator *ad hoc*, para proferir o seu parecer, o Senador José Pimentel. Aliás, a autoria é do Senador Luiz Henrique e a relatoria é do Senador Acir Gurgacz.

Nomeio o Senador José Pimentel como Relator *ad hoc* do projeto, já que S. Exª, com muito boa vontade, se dispôs a fazer o relatório.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para proferir o relatório oral.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 53, de 2014, de autoria do Senador Luiz Henrique, tem por finalidade autorizar, nos termos dos arts. 176, §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, a construção de uma pe-

quena central hidrelétrica (PCH) chamada "Aldeia", no Rio Irani, dentro das Terras Indígenas Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina.

II – ANÁLISE

O art. 101 do Regime Interno do Senado Federal (RISF) atribui à CCJ competência para opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias submetidas à sua análise.

Com relação à constitucionalidade da proposta, devemos mencionar, inicialmente, quatro aspectos: i) a Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam (art. 231, §1º); ii) também garante o usufruto exclusivo dos índios sobre as riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em suas terras (art. 231, §2º); iii) condiciona o aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive potenciais energéticos, a autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, assegurando a participação desta nos resultados da atividade econômica, na forma da lei (art. 231, §3º); e iv) demanda lei específica que disponha sobre condições para o aproveitamento de potencial hidroelétrico em terras indígenas (art. 176, §1º).

Não há, contudo, legislação específica, como demanda a Constituição, para disciplinar essas hipóteses. A autorização, pelo Congresso Nacional, de empreendimentos como o que se cogita nas Terras Indígenas Toldo Chimbangue I e II esbarraria na exigência expressa de regulamentação da matéria por lei.

Isso, porém, não encerra o panorama de normas constitucionais pertinentes ao caso ora analisado: a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, integra plenamente o ordenamento jurídico brasileiro. Seus elementos relativos a direitos fundamentais são entendidos como parte do arcabouço jurídico constitucional, por força do disposto no art. 5º, §2º, da Constituição Federal de 1988.

Essa Convenção reforça um dos aspectos essenciais da autonomia indígena, ao garantir o direito de consulta prévia (art. 6º, 1, a) e de escolha de suas próprias prioridades em relação ao processo de desenvolvimento econômico social e cultural (art. 7º, 1). A Convenção também garante aos índios o direito aos recursos naturais de suas terras, abrangendo o direito de participar da utilização, administração e conservação desses recursos (art. 15, 1). Como no Brasil as terras indígenas e seus recursos naturais são, constitucionalmente, consideradas patrimônio da União, compete ao Governo, nos termos do art. 15, item 2, da Convenção, estabelecer ou manter mecanismos de consulta aos povos afetados para evitar prejuízo aos seus interesses e garantir indenização equitativa por eventuais danos, antes de empreender ou autorizar a exploração de recursos naturais nas terras indígenas.

O art. 8º da Convenção prevê o respeito aos costumes indígenas na aplicação da legislação nacional. O item 2 desse artigo prevê o direito dos índios de preservar seus costumes e instituições próprias, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos no ordenamento jurídico nacional e em âmbito internacional. O item 3 do art. 8º dispõe que a aplicação dessas garantias não deve impedir que os índios exerçam direitos reconhecidos para todos os cidadãos do País e assumam as obrigações correspondentes.

A omissão legislativa fere o direito dos índios ao usufruto dos recursos naturais de suas terras. Impede o exercício de sua autonomia para decidir sobre o próprio desenvolvimento cultural, social e econômico. Essa inércia, associada à visão segregacionista de que, invariavelmente, os índios devem ser mantidos em condições mais próximas possível da sua situação anterior à de contato com povos não ameríndios, como se fosse possível converter toda e qualquer terra indígena num museu vivo de antropologia, nega o fato de que muitos povos indígenas mantêm contato com a sociedade circundante, para o bem e para o mal. Se é certo que muitas das relações com não índios são prejudiciais para a reprodução física e cultural dos índios, que costumam ocupar papéis marginais na sociedade e na economia nacionais, devemos ponderar se é mais realista e mais benéfico para os índios: i) cortar os laços numa política segregacionista, o que pode causar prejuízos a comunidades indígenas que já estabeleceram dinâmicas sociais, culturais e econômicas com a sociedade circundante, perdendo elementos de sua cultura original; ou ii) buscar, quando for possível e benéfico, uma inclusão benigna dos índios na comunidade nacional.

No caso da construção da PCH Aldeia, conforme indicam os documentos apresentados pelo gabinete solicitante, houve um longo e cuidadoso processo de consulta aos índios, que decidiram favoravelmente à parceria. Danos ambientais e riscos de natureza social e cultural foram avaliados, e medidas preventivas ou compensatórias, conforme o caso, estão previstas no projeto em questão. A participação nos resultados, que pode chegar a 3,15%, com repasses mensais não inferiores a R$ 15.000, é apenas uma das contrapartidas do projeto, que incluem plantio de mudas de árvores frutíferas, construção de um centro cultural e contratação de trabalhadores índios, entre outras.

Portanto, Sr. Presidente, ante o exposto, essa interpretação não literal, mas orgânica, das normas constitucionais pertinentes ao caso, longe de ofender os direitos dos índios, evita que as normas constitucionais e

convencionais aplicáveis sejam aplicadas de modo antagônico ao seu sentido e ao propósito de resguardar os interesses e as garantias fundamentais dos índios.

Portanto, Sr. Presidente, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2014, com a emenda oferecida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Esse é o parecer do Senador Acir, que eu subscrevo na sua totalidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em discussão o relatório.

Não havendo...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só para fazer um aditivo. Quero destacar que as comunidades foram consultadas e concordaram plenamente com a implantação. Portanto, eu acho extremamente útil, necessário, oportuno e eu voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se pronunciar, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº1-CMA-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, já temos quórum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, V. Exª permite? Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós estávamos, o Senador Paim e eu, na Comissão de Assuntos Sociais, e muitas matérias estão sendo votadas nominalmente. Mas viemos para cá porque fomos informados de que V. Exª priorizaria, nesta primeira fase, a votação de projetos não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não terminativos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Até dar quórum. Perfeito.

Então, eu gostaria, se fosse possível, de pedir inversão de pauta do item 30. E agradecer muito a V. Exª, que incluiu essa proposta de emenda à Constituição através de um pedido que fiz a V. Exª, não em meu nome, mas em nome, Senadora Simone, da Bancada Feminina. Trata-se da PEC da Deputada Luiza Erundina, que tramitou pela Câmara dos Deputados durante muitos anos e agora está aqui no Senado.

Já há mais ou menos um consenso, um acordo para que votemos. Então, eu pediria, se for possível, a inversão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. Eu consulto o Plenário se há alguma objeção ao pedido de inversão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, espera aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, na outra reunião nós havíamos chegado a um acerto de que o item 2, do qual o Senador Douglas, que está aqui, que é o Relator, seria o primeiro item da pauta. É o item 2, por orientação de V. Exª. Eu estou com o mesmo problema da Senadora Vanessa. Eu tenho que presidir uma Comissão e queria votar pelo menos o item 2, seguindo uma ordem do primeiro para o último.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O que nós adotamos foi o seguinte critério: votar, preferencialmente – porque não havia número ainda na reunião, – os projetos não terminativos, seguindo a ordem da própria pauta. Por essa razão que nós fomos para o item 30.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª está informando que há 14. Na realidade, aqui, conferindo a contagem, só há 12.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, estou um pouco perdido. Não sei que encaminhamento nós vamos dar. Porque, a considerar que temos 14, o item 1 da pauta...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não temos 14, somente 12.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Então vamos continuar aguardando o quórum. Havendo quórum, retomamos para a linha cronológica natural, é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos voltar ao leito.
Item 25.

ITEM 25
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2014
- Não terminativo -

Altera o inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal, para impedir o curso do prazo prescricional nas ações relativas às relações de trabalho durante o contrato e até dois anos após o término do contrato de trabalho.

Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável à proposta.
Observações:
- Em 02/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Eunício Oliveira, nos termos regimentais;
- Em 09/03/2016, foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, contrário à proposta.

Até o momento, os Senadores Randolfe Rodrigues e Eunício Oliveira não se manifestaram.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para proferir o voto em separado.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu fui Relator da matéria. Diversos Senadores conversaram comigo. Há uma controvérsia enorme. Se V. Exª concordar, retiro o projeto de pauta e vamos conversar com os Senadores e com o próprio autor, Senador Marcelo Crivella, para ver se chegamos a um entendimento. O projeto, de fato, é muito complexo. Eu mesmo estou inseguro, confesso, e fui o Relator. Inúmeros Senadores já conversaram comigo, e gostaria, se V. Exª assim entender, de retirar o projeto de pauta a fim de construir uma alternativa.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sem dúvida. A providência de V. Exª pode até abreviar o processo. Porque nós poderíamos, já que há tanta divergência, como V. Exª alega,...
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até eu estou inseguro. Confesso que estou inseguro.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... mergulhar aqui em uma discussão interminável, prejudicando inclusive o restante da pauta.
Eu concedo a retirada de pauta solicitada por V. Exª.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 25
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2014
- Não terminativo -

Altera o inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal, para impedir o curso do prazo prescricional nas ações relativas às relações de trabalho durante o contrato e até dois anos após o término do contrato de trabalho.

Autoria: Senador Cícero Lucena e outros
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:
- Em 02/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Eunício Oliveira, nos termos regimentais;
- Em 09/03/2016, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, contrário à Proposta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, o item 31 é não terminativo. Consulto V. Exª se não é o caso de nós apresentarmos o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, vamos trabalhar da seguinte forma: seguindo a ordem da pauta e com preferência para os não terminativos. O pedido de V. Exª será atendido. Ainda temos, não terminativos, os itens 27, 28 e 30. Depois vem o 31. Está muito perto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 27.

ITEM 27
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, como mencionou o Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que pretende a alteração do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal para modificar o tratamento conferido aos requerimentos de informação, que hoje estão previstos inclusive na nossa Constituição.

Vou procurar ser objetiva. Acho que este é um assunto que interessa a todos os Srs. Senadores. De antemão, digo que conversamos com a Mesa Diretora e estamos nos encaminhando para um consenso.

A referida proposição, basicamente, entre outras coisas, altera III do art. 216 do Regimento Interno desta Casa, estabelecendo que os requerimentos de informação hoje despachados à Mesa para decisão sejam dirigidos imediatamente à Secretaria-Geral da Mesa, para providências de imediato e envio às autoridades requeridas. Insurge basicamente na sua justificativa estabelecendo que, da forma como está no Regimento Interno, há uma violação das prerrogativas dos Parlamentares no exercício de sua competência.

No que se refere à análise, começamos pela competência desta Comissão estabelecida no art. 101 do Regimento Interno.

A alteração pretendida visa a estabelecer o deferimento automático dos requerimentos de informações, sem a manifestação ou filtragem da Mesa.

E quero chamar a atenção dos Srs. Senadores justamente no que se refere à ótica constitucional. O art. 50, §2º, da Constituição trata exatamente deste instrumento de fiscalização e controle externo da Administração Pública Federal, Sr. Presidente, mas esse instrumento é titularizado ao Poder Legislativo da União e não a um parlamentar especificamente. Nesta linha de raciocínio da Constituição, o poder é do Legislativo no que se refere à fiscalização e não é ilimitado, depende do desenho constitucional federal estabelecido.

Atrai, portanto, qualquer pecha de inconstitucionalidade e, consequentemente, nulidade a demanda de informações que não estão em consonância com a competência e interesses estabelecidos no campo constitucional.

Da mesma forma, parece-nos inafastável que a instituição tenha especial zelo pela observância dessa prescrição, o que hoje é feito pela submissão do requerimento de informações, a análise e a decisão da Mesa de forma colegiada.

Por conta disso, soa a nós, se não abertamente inconstitucional, pelo menos censurável do ponto de vista institucional, que seja simplesmente abolida a competência da Mesa para aferir o respeito do requerimento às prescrições limitadas no próprio Regimento, que estabelece, por exemplo, que nós não podemos fazer um requerimento que verse sobre consultas ou sugestões aos ministérios.

Vale ressaltar que o Supremo Tribunal Federal assegurou o direito de requerer informações aos ministros conferido tão somente às Mesas das Câmaras e do Senado e não a Parlamentares individualmente. Portanto, com base na decisão do Supremo não tem competência para demandar...

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu estava começando a gritar aqui.

Portanto, não tem competência para demandar diretamente informações o Parlamentar ou a Parlamentar, o que seria uma forma de vício inconstitucional, pelo menos no que refere ao aspecto formal.

A Constituição, portanto, não defere ao Parlamentar individualmente este poder, mas de outra parte, aqui é importante ressaltar, é imperativo notar que há a possibilidade realmente, Srs. Senadores, de a Mesa do Senado vir se portar mais de forma política do que regimental e constitucional. E isso não ocorre hoje, é importante que se diga, a atual Mesa Diretora do Senado pauta-se pela imparcialidade e pelo respeito às regras postas, mas não se pode presumir ingenuamente que todas as futuras Mesas adotarão o mesmo comportamento. Faz-se necessário, em razão disso, que o regramento regimental de análise dos requerimentos de informações seja acautelado contra qualquer elemento que não seja exclusivamente ou constitucionalmente regimental.

E, neste ponto, eu quero louvar, parabenizar, de forma integral, a preocupação do Senador Ronaldo Caiado, autor do projeto de resolução em análise.

Cremos de absoluta necessidade a imposição de prazos tanto à decisão da Mesa quanto à autoridade demandada, sob pena de se perder a tempestividade e a utilidade de informações requeridas.

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A única coisa em relação à técnica legislativa é que precisamos, realmente, fazer algumas pequenas alterações. Primeiro, implantando a ementa da proposição, e isso fazermos na forma do substitutivo. Em segundo lugar, ao dar o inciso IV do art. 216 a redação do atual inciso V, a proposição faz com que se passe a ter naquele artigo dois incisos com a mesma redação.

Portanto, aqui é mais uma emenda de redação que fazemos.

Sob a ótica do mérito, é importante se entender que a possibilidade de interrupção de tramitação de proposição sobre matéria cujos esclarecimentos estão atrelados ao requerimento de informações demandadas é importante.

Portanto, não concordamos com o autor em retirar esse prazo de interrupção, até por uma garantia de as Srªs e os Srs. Senadores saberem exatamente aquilo em que estão votando, e o requerimento de informações, quando respondido, não deixa de ser uma informação positiva a mais para que possamos ter o nosso juízo de valor.

Prosseguindo na análise, a nosso juízo, carece de sentido a manutenção das restrições veiculadas pelos incisos I e II do art. 216.

Tais restrições consistem na admissão do requerimento de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação da Mesa e na determinação de que tais requerimentos não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Em outras palavras, estamos mantendo esse dispositivo, porque acho que é muito importante na salvaguarda daquilo que dispõe a nossa Constituição.

Já na fase final, Sr. Presidente, sobre essas razões, e, repetimos, inteiramente alinhados às preocupações e objetivos pretendidos pela proposição sobre a qual ora nos debruçamos, estamos, neste parecer, oferecendo ao debate desta Comissão e do Plenário do Senado substitutivo ao projeto original. Esse substitutivo acrescenta às providências do autor da proposição outras três medidas: a redução do campo de óbices ao requerimento; a imposição de prazo objetivo à decisão da Mesa, deixando expressa a proibição de essa enveredar pelo mérito do requerimento; e a previsão de recorribilidade da decisão da Mesa.

Portanto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, regimentalidade e, no mérito, na forma do substitutivo que ora apresentamos.

Fica basicamente com as seguintes alterações:

> "Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:
> I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto da competência legislativa ou fiscalizatória do Senado ou submetido à sua apreciação;
> II – não poderão conter pedido de providência ou sugestão à autoridade a que se dirija;..."

E o mais importante, o inciso III, que é a grande alteração que fazemos no Regimento Interno atual e também na proposta inicial do Senador Ronaldo Caiado: "Lidos no período do expediente, serão despachados à Mesa Diretora para que esta, não em dez dias...".

Sr. Presidente, eu aqui chamo a atenção dos colegas. Conversando com a Mesa Diretora, e eu me penitencio de não ter tomado conhecimento disso antes, a informação que tivemos é que a Mesa Diretora se reúne apenas duas vezes por mês para tratar dessas questões. Então, o prazo de dez dias seria realmente um lapso

temporal exíguo muito pequeno. Dessa forma, de comum acordo com a Mesa Diretora e com a concordância do autor da proposição, já faço aqui uma emenda verbal ao nosso requerimento.

O inciso III ficaria:

> III – lidos no período do expediente, serão despachados à Mesa para que esta, em quinze dias úteis, manifeste-se exclusivamente e de maneira fundamentada sobre a conformidade do quanto requerido com os incisos I e II deste artigo, sendo expressamente vedada a apreciação da relevância ou qualquer outra questão de mérito;
> IV – deferidos os requerimentos, estes serão enviados imediatamente à Secretaria-Geral da Mesa para que sejam tomadas as providências necessárias ao seu envio à autoridade requerida, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer;
> V – se a Mesa indeferir o requerimento, o seu autor deverá receber, em 24 horas, cópia da decisão e do respectivo fundamento, cabendo dessa decisão, em três dias, recurso à própria Mesa, garantido ao autor o direito de sustentação oral perante aquele Colegiado;
> VI – as informações recebidas, quando se destinarem...
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com licença, Senadora.

Peço às pessoas presentes que guardem o silêncio necessário a fim de que a Relatora possa proferir o seu relatório de forma audível. As conversas paralelas estão suplantando inclusive o som da palavra da Relatora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada mais uma vez, Sr. Presidente. Já estou na fase final. O último inciso é o inciso VI.

> VI – as informações recebidas, quando se destinarem à instrução, debate ou elucidação de matéria constante em proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.
> Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

Coloco-me à disposição dos Srs. Senadores, mais uma vez, enaltecendo e parabenizando o trabalho do Autor, Senador Ronaldo Caiado, que tem essa preocupação, como todos nós Senadores, em relação a esta questão, que é uma questão há muito debatida e questionada aqui nesta Casa, com as alterações que fizemos com a ajuda da nossa equipe técnica, inclusive de assessores aqui do Senado e já aqui tendo o aval da Mesa Diretora do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria se pronunciar, em votação o relatório com o substitutivo.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, CCJ-Substitutivo.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Item 30.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É para ajudar na tramitação, aprovamos uma matéria, relatada pela Senadora Simone Tebet, que trata do mesmo assunto do item 24, da autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que tem como Relator o Senador Alvaro Dias e estabelece prazo para o exame de requerimentos de informação pela Mesa. Então, seria bom que apreciássemos, se for possível...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu gostaria de agradecer a atenção e o zelo do Senador Antonio Carlos Valadares, como sempre, muito atento a essas questões. Eu já havia conversado, e foi uma falha minha. Eu agradeço a possibilidade aqui de fazer uma emenda ao meu relatório.

Nós conversamos com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em relação ao projeto de sua autoria. Ele entendeu que o projeto do Senador Ronaldo Caiado é mais amplo, atende mais aos interesses de todos os 81 Senadores da Casa. Ele não está presente, mas falou que, no caso, retiraria de pauta o projeto, para que o projeto

do Senador Ronaldo Caiado fosse aprovado. Volto a dizer, houve aqui uma concordância de ambas as partes, inclusive com a participação da Mesa Diretora na elaboração do projeto, do substitutivo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, como a palavra da Relatora para mim vale ouro, e, muito embora o Relator não tenha retirado a matéria, eu retiro a minha ponderação.

Agradeço a V. Exª.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço a gentileza das palavras do Senador Antonio Carlos Valadares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 30.

ITEM 30
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2015
- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Autoria: Deputada Luiza Erundina
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra à Relatora, para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

E, mais uma vez, obrigada pela sensibilidade de V. Exª, que, atendendo a um pedido da Bancada Feminina, pautou este projeto. Então, nossas homenagens, Senador, a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aqui todos estão homenageando a Bancada Feminina.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Que bom, mas nós da Bancada Feminina homenageamos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E é uma homenagem qualitativa, porque, quantitativamente, não teríamos como inverter os números. Mas V. Exª, a Senadora Simone Tebet, a Senadora Fátima Bezerra, que é minha conterrânea paraibana, mas representando o Estado do Rio Grande do Norte, todas são mulheres destacadas da sociedade e da vida partidária, e, portanto, merecem todas as nossas homenagens. Creio que estou expressando aqui o sentimento de todo o Plenário.

V. Exª tem a palavra. Desculpe a missa de corpo presente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Imagine, eu é que primeiro agradeço.

E gostaria de dizer, Senador José Maranhão, que V. Exª nem questionou; quando apresentamos o pedido, V. Exª o aceitou. Então, muito obrigada. E este agradecimento que faço a V. Exª é extensivo a todos os membros desta Comissão.

Mas vamos lá, Sr. Presidente. Antes de ler o relatório rapidamente, eu gostaria de dizer que, apesar de esta proposta de emenda à Constituição ter o número 38/2015 aqui no Senado Federal, originalmente, ela tinha o número 590/2006, e foi uma proposta de emenda à Constituição apresentada pela Deputada Luiza Erundina.

É uma proposta de emenda à Constituição simples, Sr. Presidente, com um único artigo, que apenas altera a redação do §1º do art. 58 da Constituição Federal, que diz o seguinte:

> Art. 58. .....
> §1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa, bem como a representação proporcional [aí está o acréscimo] de cada sexo dos integrantes da respectiva Casa, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo.

Então, esse é o objetivo. É garantir no Congresso Nacional, Câmara e Senado, pelo menos uma vaga para as mulheres.

Na prática, de alguns anos para cá, isso já vem acontecendo. Hoje, por exemplo, nós temos a Senadora Angela Portela como única mulher que participa da Mesa. Na legislatura passada, tivemos a Senadora Marta Suplicy, Maria do Carmo e eu. Então, numa legislatura, tivemos três mulheres.

Contudo, na Câmara dos Deputados, não há mulheres. Tivemos a Senadora Rose de Freitas, que, por uma legislatura, foi Vice-Presidente daquela Casa, mas, na maioria das vezes, as mulheres não participam da Mesa. Então, o objetivo é garantir pelo menos uma vaga para mulheres nas Mesas do Congresso Nacional.

Em relação à forma constitucional do projeto, não há nenhum reparo a fazer. Está tudo dentro das normas e da legislação.

Sr. Presidente, na justificativa, a Senadora apresenta não apenas esses dados da ausência das mulheres nas Mesas dirigentes das Casas e nas Comissões, mas ela relata que isso pode nos ajudar muito na luta pela igualdade, principalmente pelo empoderamento das mulheres.

Eu acho que os senhores já estão acostumados a ouvir nós falarmos dos dados estatísticos. A Senadora Simone fala, a Senadora Gleisi, a Senadora Fátima, todas nós. Apesar de as mulheres no Brasil serem 52% do eleitorado, só ocupam 10% das cadeiras no Parlamento. Nós temos um nível de escolaridade maior e ganhamos menos 25% do que os homens.

Assim, eu vejo essa medida quase que como simbólica. Mas é uma simbologia que, para nós, é muito importante.

Várias assembleias legislativas, Senadora Simone, já aprovaram emendas constitucionais dos seus Estados com esse sentido. E, aprovando em nível nacional, nós estaremos incentivando as câmaras de vereadores e, assim, contribuindo muito para a construção de uma sociedade onde homens e mulheres tenham os mesmos deveres, mas também os mesmos direitos.

Dessa forma, eu peço muitíssimo aqui o voto de V. Exªs e cumprimento a Deputada Luiza Erundina, que foi uma lutadora para aprovar esta matéria na Câmara dos Deputados. Agora, como parte dos eventos do mês de março, mês da mulher, espero que também aprovemos este projeto muito significativo e importante. Lembro que, na sequência, assim que tivermos quórum, Senadora Simone, teremos dois projetos de autoria de V. Exª para votar aqui imediatamente. Votaremos no plenário.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em discussão o parecer.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr Presidente, sem nenhuma dúvida, esse projeto é justo, oportuno e merece da nossa parte toda essa atenção.

A Deputada Erundina foi prefeita, conhece a realidade. Hoje, a realidade, infelizmente, da participação efetiva nas comissões, nas presidências, não é uma tônica em todo o País.

Sem nenhuma dúvida, a Senadora Vanessa, como é uma militante forte neste sentido de defesa da causa das mulheres, fez aqui um relatório aplausível e que merece todo o nosso apoio, todo o nosso respeito. Acho que é assim que vamos, na prática, mostrar que há vontade de fazer essa igualdade.

Portanto, somos favoráveis.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, essa proposta de emenda à Constituição de autoria da Deputada Erundina, relatada pela nobre Senadora Grazziotin, representa, sem dúvida alguma, um grande avanço na constituição das direções das Casas do Congresso Nacional.

Antes, a previsão era que a proporcionalidade se referia a partidos. Agora, não só isso deve ser observado: a proporcionalidade também deve ser observada em relação a cada sexo, o que, sem dúvida alguma, garante a participação de ambos os sexos, principalmente da mulher, na constituição da Mesa do Senado e da Mesa da Câmara dos Deputados.

Por isso, parabenizo a Senadora Grazziotin pelo seu parecer, que é uma grande lutadora em favor desta causa. Pessoa melhor não poderia ter sido indicada para a relatoria desta matéria.

Meu voto é favorável, assim como o voto do PSB.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão o relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para discutir, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – De uma forma muito objetiva, quero parabenizar tanto a Deputada Erundina como a Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero aproveitar para, mais uma vez, dizer que, em meu nome e, tenho certeza, em nome de todas as Senadoras, temos muito orgulho de ter a valente Senadora Vanessa Grazziotin à frente da Procuradoria Especial da Mulher aqui no Senado.

Quero dizer rapidamente que este é mais um passo para o empoderamento da mulher, principalmente no que se refere à política e não só às atividades privadas.

Eu particularmente não gosto muito dessa palavra, já conversei uma vez isso não sei se foi com a Senadora Marta ou Senadora Vanessa. A palavra "empoderamento" dá uma sensação de que a mulher busca o poder pelo poder. Na realidade, nós sabemos que queremos o poder para servir, não servir melhor ou mais que o homem, mas servir à sociedade e ao País de forma diferente, porque somos diferentes em qualidades e defeitos, nem maiores, nem menores, nem melhores, nem piores, mas diferentes. Acredito que a política, no Brasil, precisa de mais mulheres, mais mães, mais filhas, mais avós, mais irmãs, mais cristãs.

Este é um projeto que parecer singelo, mas confirma na Constituição aquilo que, na prática, já realiza. Então, vamos deixar claro que esse direito não pode ser retrocedido, e estar na Constituição vai garantir que esse direito agora não é apenas um direito de fato, mas de direito, não apenas um direito legal, mas constitucional.

Parabéns à Senadora Vanessa Grazziotin e às mulheres, se esse projeto for aprovado – e eu não tenho de que o será nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Presidente.

Eu quero parabenizar a Deputada Luiza Erundina e a Senadora Vanessa Grazziotin, porque esse projeto é uma iniciativa extremamente importante.

Se formos pensar, tanto a Câmara como o Senado somos uma Casa que busca, na melhor das nossas intenções e capacidades, uma equidade, uma justiça, um Brasil melhor. Esse projeto tem tudo a ver com isso. É um projeto do século XXI que leva as mulheres a terem uma oportunidade que, muito raramente, lhes é concedida nas casas de leis do Brasil todo. Isso vai ter uma repercussão enorme não só em Brasília, mas nas casas todas de leis, onde esse projeto se estenderá.

Acredito também que esse é um primeiro passo que vai ter uma repercussão em escritórios, em indústrias, em gerências, em empresas pequenas e grandes, não como lei, mas como exemplo.

Neste momento, fica até de triste lembrança, mas vamos lá, porque não estará em questão o tema de gênero maior. Eu lembro que, quando a Presidenta Dilma foi eleita, aconteceu isto: pela primeira vez, foi eleita a Vice-Presidente na Câmara, eu fui eleita Vice-Presidente aqui no Senado. E eu lembro que foi como uma onda no País pessoas colocarem mulheres em postos importantes.

Eu espero que este projeto tenha essa onda também e que nós consigamos mais mulheres em postos onde a sensibilidade da mulher, pela qual pagamos o preço da exclusão do poder... Mas temos uma sensibilidade, eu diria, realmente fruto de séculos tratando de crianças, idosos, doentes. Quando um Senador ou um Deputado tem um projeto mais ligado a essas questões, é muito fácil observar que ele acaba sempre tentando que a relatoria seja de uma mulher, porque ele sabe que ali terá um acolhimento.

Então, esta é uma lei, Senadora Vanessa, que realmente vai trazer o aumento de um olhar muito diferenciado, que também, como disse a Senadora Simone Tebet, é o olhar da mulher em relação ao do homem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esta Presidência não resiste à intenção de colaborar com o projeto e seus objetivos.

Eu acrescentaria um argumento: o efeito de demonstração que este projeto tem. Nós sabemos, indiscutivelmente, guardadas as exceções, que a mulher é mais organizada do que o homem e é mais competitiva também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Evidentemente, se por essas qualidades, que são inerentes à personalidade da mulher, ao psiquismo da mulher, nós tivéssemos mais mulheres neste Plenário, possivelmente elas já teriam ocupado todas as funções do Congresso Nacional e também do Executivo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo vista...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, será que nós não poderíamos ter um diálogo com o Senador? Eu não sei se o Senador entendeu exatamente o objetivo. O único objetivo, o efeito prático dessa proposta de emenda à Constituição é que uma mulher necessariamente terá que estar na Mesa. Eu até dei o histórico. Houve uma legislatura em que nós éramos três aqui no Senado: a Senadora Marta, Vice-Presidente, eu e a Senadora Maria do Carmo.

A Senadora Rose de Freitas, que é Presidente da Comissão Mista de Orçamento, foi Vice-Presidente da Câmara. Mas fora isso... Nem tanto no Senado, porque esta Casa já passou por cima disso, mas na Câmara dos Deputados, a maior parte das Mesas não tem presença sequer de mulheres.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora, eu entendi bem, eu sei ler. Eu sou radicalmente contrário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Aí, o senhor acha que estamos impondo isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não, eu entendi. Eu peço vista. Sou radicalmente contrário e vou, em um voto em separado, explicar as razões do meu antagonismo. Eu sei, entendi perfeitamente. V. Exª pode se dispensar de me dar explicação, porque eu entendi perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a vista solicitada pelo Senador Aloysio Nunes.

Eu não sei se os oradores inscritos aqui, a começar pela Senadora Fátima Bezerra, ainda gostariam de falar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com o pedido de vista, o assunto saiu da pauta, saiu da discussão.

Concedo a vista coletiva.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim, Sr. Presidente, mas eu gostaria de manter a minha inscrição.

Primeiro, é claro, respeito a posição do Senador Aloysio Nunes, que está usando de uma prerrogativa legislativa à qual tem direito. Entretanto, espero e torço para que o Senador possa mudar de ideia, porque, na verdade, o tema em debate aqui trata de responder a uma demanda que é consenso na sociedade.

É um tema de caráter universal, debatido no mundo inteiro, que é exatamente a necessidade de ampliar os espaços de participação política da mulher, e por razões muito óbvias, Senador José Maranhão, tendo em vista a desproporcionalidade. De um lado, a participação das mulheres, a sua presença na população, somos mais da metade da população no Brasil e no mundo, e de outro lado, infelizmente, essa presença não se verifica. Não há, portanto, uma proporcionalidade quando se trata dos espaços de decisão política.

Então, é uma proposta de emenda à Constituição, repito, que dialoga com a realidade concreta. Essa proposta da Deputada Luiza Erundina, debate esse que saiu lá da Câmara, se soma a uma série de iniciativas também em curso, inclusive aqui, por parte do Congresso Nacional. Recentemente o Senado aprovou a proposta de emenda à Constituição que visa a ampliar também a participação política das mulheres nos chamados assentos legislativos, nas câmaras, nas assembleias, na Câmara dos Deputados, no Senado, quando estabelece que deveremos gradativamente assegurar 10, 12 e até 16% de participação das mulheres nos assentos legislativos, bem como uma série de outras iniciativas em curso.

É claro que eu sou daquelas – e meu Partido defende – a questão da paridade. O ideal, e eu espero ver isso um dia, é a paridade, é a metade das vagas ocupadas pelas mulheres e metade das vagas ocupadas pelos homens. Isso confere exatamente à democracia mais legitimidade e confere o caráter da sua plenitude.

O que não é aceitável e, cada vez mais no mundo contemporâneo, incompreensível é esse déficit de participação das mulheres no que diz respeito aos espaços de decisão política.

Uma PEC como essa tem, sim, o seu caráter afirmativo, é uma ação afirmativa, é uma PEC de caráter até pedagógico. Então, eu penso que é uma grande contribuição que o Senado dá nessa direção...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... repito, Sr. Presidente, de avançar no que diz respeito à participação das mulheres na política.

Respeito a posição do Senador Aloysio, como já disse, mas torço que ele possa rever.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em meu entender, não é uma ação afirmativa, é uma ação destrutiva do sistema representativo brasileiro.

Nós vamos ter ocasião de discutir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de dizer, apenas para encerrar este assunto, não por repulsa ao assunto – ele é inteiramente pertinente, até eu acrescentaria mais uma palavra,

incidindo no mesmo erro –, que esse projeto tem, sobretudo, um valor pedagógico interessante, muito forte: mostrar que esta Casa do Congresso respeita a representação feminina, embora ela seja minoritária no plenário.

Então, o valor desse projeto é o valor, sobretudo, pedagógico. A sociedade começar a acordar para este problema: o problema da representação das mulheres nas instituições e também na sociedade, de um modo geral.

Mas vamos ao item nº 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro da Aeronáutica), para possibilitar a transferência de bilhete aéreo entre passageiros.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do projeto
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes para proferir o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o projeto de lei que relato agora é de autoria do Senador Ricardo Ferraço e ele pretende alterar o Código Brasileiro de Aeronáutica.

O projeto, no seu art. 1º, acrescenta o art. 228-A ao Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), que estabelece que o bilhete é pessoal e poderá ser transferido de uma pessoa à outra, sujeitando-se exclusivamente às regras e restrições que o transportador impuser, bem como às exigências estipuladas pela autoridade aeronáutica com relação à identificação de passageiro.

Na justificativa, o autor menciona que, entre todos os diplomas legais que regem o transporte aéreo, como o Código Brasileiro de Aeronáutica, as convenções internacionais e o Código de Defesa do Consumidor, nenhum trata sobre a possibilidade de transferência do bilhete de passagem aérea entre pessoas físicas. A prática somente foi vedada em nível infralegal pela Resolução nº 138, de 2010, da Anac.

O autor argumenta que a vedação de transferência de bilhete de passagem aérea está relacionada a questões que envolvem a segurança pública e ao possível surgimento de um mercado secundário. Quanto ao aspecto de segurança pública, os mecanismos atuais de fiscalização e de identificação de passageiros já permitem que não haja uma queda do nível de segurança. Em relação à criação de um possível mercado secundário de comercialização de bilhetes de passagem aérea, como as regras de transferência de bilhetes serão de responsabilidade das transportadoras, estas possivelmente aplicarão restrições de forma diversa para diferentes faixas de preços, e assim não prosperaria uma competição de operadores estranhos ao emissor do bilhete.

A matéria foi submetida em caráter terminativo a esta Comissão. Penso que o mérito da matéria é inegável e não vejo nenhum óbice legal, constitucional ou de técnica legislativa para a sua aprovação. Portanto, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (*Fora do microfone.*)

Com a palavra os Srs. Senadores.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Presidente, gostaria de registrar meu voto favorável. Terei que me retirar, meu voto é a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O projeto, sendo terminativo, vamos abrir o painel para que os Srs. Senadores consignem os seus votos.

(Procede-se à votação.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

Enquanto as Srªs e o Srs. Senadores votam, na condição de autor, estamos, na prática, vivendo tempos muito estranhos, porque até o óbvio nós precisamos tratar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se V. Exª não se incomodar, eu gostaria de ouvir a sua colocação. Infelizmente fui interrompido aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Enquanto se processa a votação. Já está aberto o painel?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está aberto o painel sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não há objeção desta Presidência, até porque esse critério de votação paralela à discussão já foi adotado. Evidentemente que a manifestação do voto vai depender de o Senador se considerar informado e satisfeito com o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Apenas complementando a justificativa e a sustentação feita pelo sempre competente Senador Aloysio Nunes Ferreira, é que estamos vivendo tempos muito estranhos, porque estamos aqui a votar uma coisa que é óbvia, mas o óbvio às vezes faz uma diferença enorme no dia a dia das pessoas.

Imagina se tem cabimento uma pessoa que adquire uma passagem, consequência do seu esforço e do seu trabalho, e não tem possibilidade de transferir essa passagem de maneira adequada, regulamentada, para um terceiro. É disso que se trata.

Tanto é que a própria Anac, em 10 de março, aprovou a abertura de audiências públicas visando discutir alguns temas e, dentre os temas que ela está submetendo a essas audiências públicas, está naturalmente a possibilidade de autorizar que, por exemplo, o Senador Maranhão, que adquiriu uma passagem, possa transferi-la para quem ele determinar, uma vez que essa passagem é de sua propriedade. Então, isso me parece ser uma coisa que atende ao elevado interesse do usuário que utiliza o transporte aéreo.

Portanto, sem mais delongas, é nessa direção que nós apresentamos esse projeto, para que possa ser dado ao usuário esse tipo de direito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente, quero solicitar a V. Exª a urgente designação de Relator para a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, que procura extinguir o foro especial por prerrogativa de função, nos casos de crimes comuns. Nós estamos debatendo esse assunto agora, com a nomeação do ex-Presidente Lula para a chefia da Casa Civil do Governo, configurando um desvio de finalidade, já que o objetivo explícito é exatamente transferir o foro de uma instância primeira para o Supremo Tribunal Federal. Traduzindo: é fugir da caneta rigorosa do Juiz Sergio Moro.

Não vejo momento mais adequado para essa discussão, para esse debate, para a deliberação sobre essa proposta. Aliás, não há razão para postergação. A Proposta de Emenda à Constituição nº 10 foi apresentada em 2013. Portanto, Sr. Presidente, é urgente essa deliberação.

Eu creio que não há, repito, momento mais adequado do que este, quando alguém é nomeado para exercer a função de Ministro num desvio de finalidade explícito, já que se procura, na realidade, fugir de determinada instância da Justiça, por se comportar, na atualidade, com maior rigor, com maior veemência e, talvez, com maior competência.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A solicitação de V. Exª será atendida, por oportuna e adequada para o presente momento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 1. (*Pausa.*)

Lembro aos Srs. Senadores que o painel está aberto para colher a manifestação dos Senadores presentes e membros da Comissão. (*Pausa.*)

Consulto os Srs. Senadores se existe algum Senador presente que ainda não manifestou o seu voto. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares vai consignar o seu voto. (*Pausa.*)

O Senador está informando que já votou.

Então, eu consulto todos os Senadores presentes se já consignaram os seus votos. (*Pausa.*)

(Procede-se à apuração.)

O relatório, o projeto foi aprovado.

Foram 16 votos.

Nenhum voto contra.

Nenhum voto em abstenção.

Total do quórum: 17.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 2.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

Aqui. Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Rapidamente, Presidente. Também sem procurar interromper a pauta e a ordem dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E já interrompendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...e já interrompendo, perdão, é o seguinte, eu acabei de encaminhar à Mesa um requerimento para que esta Comissão ouça o Ministro Aloizio Mercadante.

Ontem mesmo, a partir dos notórios acontecimentos em que o Ministro esteve envolvido, sobre a delação premiada do Sr. Delcídio do Amaral, o Ministro concedeu uma entrevista coletiva na qual disse que estaria inclusive à disposição para ser ouvido pelo Congresso Nacional.

Diante disso, do que o próprio Ministro colocou, acho por bem esta Comissão ouvir o Sr. Ministro, tendo em vista os graves e notórios acontecimentos nos quais ele esteve envolvido desde ontem.

Sr. Presidente, encaminhei esse requerimento e solicito, no momento em que melhor convier a V. Exª e aos membros desta Comissão, a apreciação como matéria extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, faço um apelo, já que temos quórum, para votar o item 2. Estamos há seis meses tentando votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Mesa recebe o requerimento de V. Exª e coloca na ordem da pauta. Concluídos os projetos que estão na pauta, o requerimento de V. Exª será submetido à votação dos presentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012
- Terminativo -

Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra para proferir o relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, o autor justifica que, de acordo com a Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat), o maior problema dos caminhoneiros hoje é a insegurança nas estradas. Furtos e roubos de cargas e caminhões afligem tanto as empresas transportadoras como os caminhoneiros autônomos e suas famílias. Ele acrescenta ser cada vez mais difícil contratar seguro para caminhões, pois as seguradoras se recusam a isso, alegando, por exemplo, que os veículos têm mais de quinze anos de uso, e quando o fazem, cobram valores impossíveis de serem pagos pelos motoristas autônomos.

Em nossa análise, não há óbice quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No mérito, a matéria merece prosperar, pois trata de tema sensível aos caminhoneiros brasileiros, em especial aos que atuam de forma autônoma, e que está a merecer um adequado equacionamento legal.

A questão agrava-se ante as inúmeras negativas, por parte das seguradoras, na contratação de seguros para determinados tipos de caminhões, em face do ano de fabricação ou de outras especificações técnicas. Mesmo quando elas aceitam fazer os seguros, os valores dos prêmios cobrados tendem a exceder em muito a capacidade econômica dos caminhoneiros.

Além disso, não se deve confundir os seguros propriamente ditos com os serviços de proteção de autogestão, pois estes exigem mutualidade e estabelecem rateio entre participantes ou estipulam fundo de reserva

a partir de contribuições periódicas, sem estrutura societária, não abrangendo, assim, o mercado de consumo, mas apenas um grupo de associados.

A atividade de seguros, por outro lado, abrange o mercado em geral, não pessoas determinadas, sendo a seguradora organizada para tal finalidade.

Os grupos restritos de ajuda mútua, organizados em sistema de autogestão, tampouco devem ser tratados como seguros do ponto de vista regulatório, por ausência de risco sistêmico. Nesse sentido, eles podem ser prestados independentemente de autorização ou fiscalização das autoridades reguladoras de seguros.

Registre-se que, apesar da omissão do atual Código Civil quanto ao seguro mútuo (o antigo Código tratava do assunto nos arts. 1.466 a 1470), é praticamente consenso na doutrina não haver qualquer vedação legal à prática. Tanto é assim que o Enunciado nº 185 da Terceira Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, consagrou o seguinte entendimento:

> Art. 757. A disciplina dos seguros do Código Civil e as normas da previdência privada que impõem contratação exclusivamente por meio de entidades legalmente autorizadas não impedem a formação de grupos restritos de ajuda mútua, caracterizados pela autogestão.

Não obstante, oferecemos algumas emendas para adequar a proposição aos seus objetivos. Em consonância com a decisão da CMA, entendemos pertinente excluir a previsão da existência de direitos e obrigações recíprocos entre os transportadores associados, conforme o argumento daquela Comissão, de que, nas associações de seguro mútuo, os direitos e obrigações se estabelecem entre a associação e os associados, não entre estes. Em função disso, propomos a adequação da redação da ementa da proposição. Sugerimos ainda a anistia das multas aplicadas pela Susep às associações de caminhoneiros até a data de publicação desta lei em face das atividades de assistência mútua por elas desenvolvidas.

Além disso, entendemos legítimo também estender as regras da proposição às cooperativas de transporte. Isso porque elas são forma jurídica muito particular em nosso ordenamento, possuindo, inclusive, permissão expressa para a criação de fundos facultativos, com destinação específica, por meio de suas assembleias gerais, conforme o §1º do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Contudo, inúmeras interpretações, em especial a da Susep, têm limitado o alcance desse dispositivo, razão pela qual a expressa autorização para a prática é indispensável para trazer segurança jurídica à atuação das cooperativas.

Mesmo com todo o arcabouço normativo, algumas cooperativas têm sido autuadas pela Susep, a qual considera que a criação dos fundos seria uma atividade típica de seguro privado, regulada pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Entretanto, associações e cooperativas, no presente contexto, possuem o mesmo princípio associativo, apenas com a adoção de formas jurídicas diferentes. Assim, é importante incluir as cooperativas de transporte na presente matéria, para que também não existam mais dúvidas sobre a legalidade da criação dos citados fundos por essas entidades.

Nosso voto. Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLS nº 356 de 2012 e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas a seguir.

Emenda:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012 a seguinte redação:

> Altera o Código Civil para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas criarem fundo próprio para prevenção e reparação de danos aos seus veículos em razão de infortúnios.

Emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012 a seguinte redação:

> Art. 1º O art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:
> "Art. 53. ……..……..……..
> ……..……..
> § 2º As associações de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio custeado pelos associados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, acidente e incêndio.
> § 3º O disposto no § 2º aplica-se aos proprietários de veículos autorizados ao transporte coletivo de passageiros e aos caminhões autorizados à exploração do transporte rodoviário de cargas." (NR)

Emenda:

Inclua-se o seguinte art. 2º no Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012, renumerando-se os demais:

> Art. 2º O art. 731 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 731. ……..……..……..
> Parágrafo único. As cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio custeado pelos cooperados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, acidente e incêndio." (NR)

Emenda:

Inclua-se o seguinte art. 3º no Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012 a seguinte redação, renumerando-se os demais:

> Art. 3º Ficam cancelados os autos de infração lavrados pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e anistiadas as multas deles decorrentes aplicadas às associações de caminhoneiros e às cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas até a data de publicação desta Lei.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente. Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, estou inclinado a votar a favor, mas não tenho muita segurança. Eu peço, então, vista, para poder, por uma semana, meditar sobre o bem lançado relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu peço vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedida vista coletiva.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Aproveitando para cumprimentar o Senador Douglas, não só pelo relatório, mas em especial pelo seu aniversário na data de hoje, que recebe os cumprimentos de todos nós. (*Palmas.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Mesa, creio que expressando os sentimentos de todos, quer trazer os cumprimentos, os parabéns calorosos ao querido amigo Senador Douglas, pela passagem de seu aniversário. Mais uma primavera. O Senador é muito jovem ainda, mas evidentemente deve estar vivendo momentos de felicidade, sobretudo porque a sua vida tem se mostrado útil à coletividade que ele representa aqui e a todos nós, pelos ensinamentos da sua inteligência, pela sua experiência e pelo seu valor.

ITEM 3
OFICIO "S" Nº 25, de 2015
- Terminativo -

Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n° 595.838, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.876/1999.

Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para proferir o seu relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Sr. Presidente, é uma formalidade indispensável para a validade da decisão do Supremo Tribunal Federal. Neste momento em que o País vive o drama da alta carga tributária, com cobranças excessivas de impostos, o Supremo Tribunal Federal considera inconstitucional o inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, que obrigava as cooperativas ao pagamento da alíquota de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

A norma é flagrantemente inconstitucional, segundo o Supremo Tribunal Federal, pois onera o faturamento das cooperativas e, portanto, não tem suporte no art. 195, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, que trata da possibilidade de ser instituída contribuição sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu peço vênia ao Senador Alvaro Dias, por ter que interrompê-lo, para comunicar que o painel está aberto para votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Muito obrigado, Presidente.

Essa inconstitucionalidade é absolutamente visível, e é necessário que essa providência seja adotada. Em razão da relevância dessa matéria, é necessário retirar do ordenamento jurídico a referida norma, de sorte a afastar por completo a possibilidade de que as empresas tomadoras de serviços prestados por cooperados, por meio de cooperativas de trabalho, sejam obrigadas a recolher contribuição incidente à alíquota de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

É evidente que esse assunto vem em boa hora, já que há uma crise econômica com inflação e recessão, provocando desemprego.

Por isso, nada mais justo do que convalidar essa decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero apoiar e dizer que vou votar favoravelmente, com muita convicção, ao relatório do Senador Alvaro Dias.

Mas queria fazer uma sugestão a V. Exª, que é fazermos um levantamento dos ofícios do Supremo Tribunal Federal encaminhados ao Senado, à semelhança desse que vai ser objeto de uma decisão logo mais, para que possamos, se houver ofícios ainda pendentes de deliberação, exercer esta competência constitucional do Senado, que, como V. Exª sabe, como toda a Comissão sabe, consiste em suspender a eficácia de leis ou de partes de leis que foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, no exercício do controle difuso da constitucionalidade.

Isso poupa o caminho, atalha demandas judiciais inúteis. Essa é uma competência importante do Senado Federal, que precisa ser exercida no interesse da segurança jurídica.

Então, a sugestão é a de que V. Exª peça à Secretaria que proceda ao levantamento, para verificar se há outros ofícios semelhantes a esse sobre o qual vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu até me antecipei à conclusão da colocação que V. Exª está fazendo, ao requerimento que está fazendo, e já mandei a Secretaria da Comissão verificar as comunicações procedentes dos tribunais superiores, do Supremo – no caso, inconstitucionalidade de lei é competência do Supremo –, e vamos incluir prioritariamente essa matéria na pauta dos nossos trabalhos, se possível, inclusive, na próxima pauta.

Agora, é possível que exista, no nível da Mesa Diretora do Senado, alguns ofícios que ainda não foram encaminhados. Mas nós vamos procurar o próprio Presidente, sugerindo que nos mande esses ofícios, porque houve o requerimento de V. Exª, que é oportuníssimo – oportuníssimo.

Quando o Supremo declara a inconstitucionalidade de uma lei, já perdeu um tempo valiosíssimo: primeiro, a sensibilidade das partes para provocarem a inconstitucionalidade, depois a inércia do movimento lá no Supremo, porque sabemos que os tribunais superiores estão abarrotados de feitos não resolvidos.

Continua em discussão o parecer do Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam... Aliás, desculpem-me. A votação desse projeto, como ele é terminativo, é nominal. E o painel está aberto.

Eu consulto se algum Senador ainda não votou, para que manifeste o seu voto. (*Pausa.*)

Ainda não manifestou o seu voto o Senador Edison Lobão.

O Senador Magno Malta já exerceu o voto. (*Pausa.*)

Falta apenas um. Não tem 17.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido à Mesa. Senador Magno Malta, aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Gostaria que V. Exª incluísse a PEC 58, que inclui insalubridade para policiais e bombeiros. O meu relatório está pronto. Que V. Exª pedisse para incluir para a próxima reunião. Eu o havia retirado na reunião passada, até porque esqueci de incluir os bombeiros. Então, fiz uma inclusão no texto, que já está pronto para ser relatado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peço à Secretaria que anote a solicitação feita pelo Senador Magno Malta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estou aguardando a conclusão desta votação, porque, na Comissão de Assuntos Sociais, estamos discutindo a fosfoetanolamina sintética.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou encerrar agora mesmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, porque sou a Relatora do próximo item, há quórum e é matéria terminativa. É muito simples e muito singelo o projeto.

Muito obrigada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O quadro da votação traz: 16 votos SIM; NÃO, zero.

Abstenção, zero.

Com o quórum de 17, o projeto foi aprovado por unanimidade.

Será encaminhado à Mesa do Senado para as providências de estilo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2010
- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador José Maranhão, caros colegas Senadores e Senadoras, quero, primeiro, cumprimentar a iniciativa do Senador Marcelo Crivella e também agradecer à Secretaria da Comissão e a V. Exª, em particular, por terem incluído esta matéria para que a votássemos agora em março, que é o mês dedicado à mulher, embora tenha sido o dia 8 o Dia Internacional da Mulher.

Na discussão e no debate sobre maior participação das mulheres na atividade política do País, penso que essa iniciativa do Senador Marcelo Crivella preenche esse objetivo central.

Para facilitar, vou direto à análise, falando sobre as questões constitucionais que já foram observadas e também a questão da juridicidade. Isso está pacificado.

Quanto ao mérito da proposta do Senador Marcelo Crivella, está uma boa iniciativa: com efeito, a construção de uma sociedade democrática em nosso País, tarefa com a qual estamos todos comprometidos, tem como pressuposto o combate eficaz à imensa dívida da sociedade brasileira com as minorias sociais, inclusive e principalmente, aquelas que constituem, numericamente, maiorias, como as mulheres e os negros. No caso das mulheres, elas são o maior número de eleitores em nosso País, só para exemplificar.

Assim, ainda que a medida aqui proposta seja modesta, em sua singeleza, trata-se de um avanço digno de nota, especialmente se percebermos que a iniciativa de incluir, pelo menos, uma mulher na chapa que disputará o Senado nas eleições faz parte de uma longa caminhada na correta direção que aponta a luta pela igualdade de gênero, embora essa expressão esteja sendo questionada no ambiente do Congresso Nacional.

Dessa forma, o PLS 263, de 2010, merece ser aprovado por esta Comissão. Entendo apenas, tal como o fez a Senadora Ana Rita, que elaborou bem uma minuta de relatório, que não chegou a ser apreciado por esta Comissão, que são necessários pequenos aperfeiçoamentos formais tanto na ementa do projeto quanto na sua parte normativa, para melhor esclarecer seus objetivos.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação regimental e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2010, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, adotadas as seguintes emendas.

Emenda-CCJ.

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2010, a seguinte redação:

> Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado Federal inclua uma mulher.

Emenda também desta Comissão:
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2010, a seguinte redação:

> Art. 1º. A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:
> "Art. 10-A. A chapa de candidatos ao Senado Federal incluirá pelo menos um integrante do sexo feminino."

Este é o voto, Sr. Presidente.

Lembrando que, no meu Estado do Rio Grande do Sul, nas eleições ao Senado Federal de 2010, disputei a eleição pelo Partido Progressista e venci com 13,4 milhões de votos. E no ano de 2014, também uma mulher disputou o Senado pelo meu Partido, Simone Leite, fazendo 12% dos votos, uma pessoa que não era conhecida dos meios políticos.

Então, penso que já estamos dando, na prática, o exemplo daquilo que é a proposta do Senador Marcelo Crivella.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Rio Grande do Sul na vanguarda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, com todo o respeito à minha querida amiga, Senadora Ana Amélia, que merece sempre, de ofício, o meu acatamento nas suas posições, quero dizer que desta vez divirjo de S. Exª.

Em matéria de representação política, Sr. Presidente, sou bastante ortodoxo. Creio que a representação política se faz por partidos políticos. Nos termos da Constituição brasileira, são os partidos políticos que organizam a manifestação do sufrágio universal. Não são os gêneros. São os partidos políticos. E os partidos políticos canalizam a manifestação do eleitorado.

Assim, uma proposta como essa tira dos partidos políticos a liberdade que devem ter para escolher os seus candidatos a cargos nas eleições majoritárias. Seria como dizer, por exemplo, que, se o partido político indicar um candidato a governador de um gênero, tem que colocar um vice-governador de outro. É uma restrição, no meu entender, muito séria ao trabalho ou à missão que os partidos políticos cumprem na organização da expressão do sufrágio universal.

Além disso, Sr. Presidente, o fato de duas mulheres terem em comum o gênero não leva, necessariamente, a que elas tenham em comum a mesma visão sobre as questões políticas, econômicas, sociais e nem mesmo sobre as questões típicas e específicas de gênero, como, por exemplo, o direito à interrupção de uma gestação indesejada.

Penso, por exemplo, na representação da Câmara dos Deputados. Jandira Feghali tem um perfil; Mara Gabrilli, outro. Elas têm em comum o gênero, mas são radicalmente diferentes em todas as questões que dizem respeito aos fatos, enfim, às decisões para as quais elas são chamadas a exercer o seu dever de voto.

Portanto, afasto-me do entendimento da Senadora Ana Amélia e voto contra a proposição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, vamos passar à votação do projeto, ressalvadas as emendas.

A votação será nominal porquanto se trata de um projeto terminativo. O painel está aberto.

(Procede-se à votação.)

Eu consulto se algum Senador ainda não votou. (*Pausa.*)

Todos votaram? Vamos encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O quadro revela a seguinte apuração: SIM, 5; NÃO, 8.

Abstenção, zero.

Quórum: 14.

O projeto foi rejeitado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Presidente, a relatoria da matéria, na qual respeito a posição dos colegas, Senadores.

Como lhe digo, cumpri o meu dever da relatoria dessa matéria, entendendo que as mulheres são maioria no universo eleitoral e talvez um dia possam elas, pelo esforço pessoal, ter também uma atuação mais efetiva não só nos partidos políticos mas, também, na própria atividade política do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esta Presidência respeita as judiciosas observações de V. Exª, mas é obrigada a reconhecer a realidade do voto.

Rejeitado o projeto, ficam prejudicadas as emendas. Designo o Senador Aloysio Nunes para relatar o vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno.

ITEM 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 1º- A à Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o art. 1º - A à Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010, que dispõem sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos dos Fundos de Participações dos Municípios - FPM e dos Estados - FPE, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de preservar a descentralização fiscal da Federação, e dá outras providências.

Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar de V. Exª a retirada de pauta da matéria, tendo em vista que estou fazendo algumas consultas ainda sobre os fundamentos do projeto e pediria a V. Exª, se possível, a inclusão em pauta na próxima reunião. Eu pediria, portanto, a V. Exª a retirada de pauta da matéria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Mesa concede adiamento e inclusão na pauta da próxima reunião, na forma solicitada pelo Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, eu sou Relator dos itens 15, 21 e 26. Gostaria de saber se poderíamos fazer inversão de pauta para eles.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os projetos de que V. Exª pediu adiamento estão automaticamente adiados porque são projetos terminativos.

ITEM 31
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º.

Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável às Emendas nº 2, 3, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 – PLEN, nos termos das nove subemendas que apresenta à Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), e voto contrário às Emendas nos 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 17 – PLEN.

Esse PLEN parece que é plenário. Eu vou propor aqui dicionário de siglas, porque poderia ter sido redigido aqui o nome completo do plenário. PLEN pode ser plenipotenciário, o que for. PLEN. Vou fazer o dicionário das siglas nacionais. E há até umas que são estrangeiras e que nós adotamos às vezes até com certo requinte.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, trata-se, como dito por V. Exª, Presidente, do projeto de lei do Senado de autoria do Senador Blairo Maggi, que em boa hora trouxe a esta Casa a discussão sobre a necessária regulamentação do inquérito civil em nosso País. Ainda que inserida em nosso ordenamento jurídico em 85, através da Lei nº 7.347, de 1985, a lei da ação civil pública, e acolhida pela Constituição de 88, tal figura tão importante para a atuação do Ministério Público na investigação preparatória da ação civil pública até o momento nunca foi regulamentada com precisão de modo que nós pudéssemos ter um ordenamento nacional.

Assim, atento a essa motivação, o projeto ajusta a preocupação do seu autor, e quero crer que da sociedade brasileira, de regular o procedimento do Ministério Público na apuração de fatos que possam motivar sua atuação na defesa de direitos transindividuais através da ação civil pública, mas sem os transtornos que vivenciamos hoje, pela ausência de um regramento nacional.

Percebemos a necessidade de introduzir mecanismos de defesa dos investigados sem afetação do caráter inquisitivo do inquérito. Questão que se apresenta como fundamental, Sr. Presidente, é o da limitação do tempo do inquérito, que hoje se arrasta, acabando por estabelecer um entrave ou até mesmo uma espada de Dâmocles ou de quem quer que seja sobre os investigados *ad aeternum*.

A proposta original reduzia em muito o prazo para a conclusão do inquérito, estabelecendo em seis meses com a prorrogação de igual período. Nós estamos propondo um prazo de 12 meses com prorrogação de igual tempo, ou seja, dois anos, fruto de muita conversa, de muito entendimento, de muito diálogo, sobretudo com as instituições envolvidas.

Sendo assim, Sr. Presidente, considerando que este projeto já foi aprovado nesta Comissão no mês de setembro, foi a plenário e, no plenário, nós recebemos um conjunto de emendas, portanto, nós vamos tratar no nosso parecer apenas das emendas que foram apresentadas.

Eu passo à leitura, Sr. Presidente, do nosso parecer.

A Emenda nº 2 propõe que seja retirada a obrigatoriedade de manifestação prévia do requerido como condição para instauração do inquérito civil ou de qualquer procedimento investigatório em razão de denúncia anônima. A emenda merece acolhida já que, por exposto em sua justificação, a obrigatoriedade de manifestação prévia do requerido pode frustrar o trabalho de captação de elementos probatórios hábeis para a formação da convicção do Ministério Público.

A solução ora acatada prevê que a manifestação do requerido será diligência obrigatória no curso do inquérito civil. Dessa forma, garante a participação do requerido no inquérito civil, contemplando satisfatoriamente as garantias funcionais do contraditório e de ampla defesa como preliminar.

A Emenda nº 3 muito oportunamente corrige uma referência do §6º do art. 4º que, equivocadamente, menciona Procuradores-Gerais da União. Na realidade, tendo em vista a atribuição contida no inciso V do *caput* do art. 4º, que prevê que o inquérito civil pode ser instaurado por determinação do Procurador-Geral da República, na esfera da União, e do Procurador-Geral de Justiça, nos Estados, por conseguinte, mantendo-se a correspondência lógica, quem pode delegar essa mesma atribuição, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, deve ser o Procurador-Geral de Justiça, conforme proposto na Emenda.

A Emenda nº 4 propõe para o §1º do art. 5º, ao invés do arquivamento automático do requerimento não deferido no prazo de 60 dias, que haja o dever de exame do requerimento no prazo de 60 dias, tendo o membro do Ministério Público que justificar o descumprimento do prazo.

A nosso sentir, a modificação sugerida não merece prosperar.

O arquivamento automático do requerimento não deferido no prazo é medida que melhor atende à garantia da duração razoável do processo inscrita no art. 5º, inciso LXXVII, da Constituição Federal, que abrange inclusive os procedimentos de natureza administrativa. Não é justo que paire indefinidamente sobre o cidadão, qualquer que seja ele, um requerimento de investigação, ao qual se dê andamento apenas no momento que a autoridade considerar oportuno, às vezes politicamente oportuno.

A solução sugerida na emenda, no sentido de que o requerimento deva ser examinado no prazo, sob pena de o Ministério Público ter que justificar o descumprimento do prazo, não resolve o problema. Na maioria das vezes, essas justificações tentam justificar o injustificável, que é a ineficiência do Estado. E o ônus dessa ineficiência não deve ser colocado nos ombros dos cidadãos.

Não se pode sequer argumentar que o prazo de 60 dias é escasso, uma vez que se trata de prazo para uma análise apenas preliminar do requerimento a ser feita pelo membro do Ministério Público. A partir dessa análise preliminar da peça de informação, o membro do Ministério Público pode deferir o requerimento e instaurar o inquérito civil (art. 7º, I) ou então promover desde logo a ação cabível (art. 7º, II). Em caso de endereçamento incorreto, pode remeter as peças de informação ao órgão do Ministério Público ou à autoridade que tenha a devida atribuição (art. 7º, IV). Pode também indeferir o requerimento e promover o seu arquivamento (art. 7º, III).

Contudo, diante da insuficiência de elementos que permitam a formação de seu convencimento, o membro do Ministério Público pode deferir o requerimento e realizar diligências preparatórias, que podem ser feitas no prazo de mais 90 dias, prorrogável uma única vez (art. 8º). Somados todos esses prazos, são 240 dias para que o Ministério Público forme seu juízo, seu convencimento sobre o encaminhamento que deve ser dado ao requerimento.

Se, no entanto, a inércia ministerial levar ao arquivamento automático, que equivale a um indeferimento do requerimento, caberá ainda recurso ao Conselho do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de dez dias, que podem recusar o arquivamento de peças de informação e determinar a instauração do inquérito civil, conforme dispõe o art. 4º, inciso VI do nosso substitutivo apresentado à proposta do Senador Blairo Maggi.

Cabe mencionar, por fim, que a homologação do arquivamento não obsta o ajuizamento da ação cabível por outro eventual legitimado e que, em caso de conhecimento superveniente de prova que altere os motivos do arquivamento, poderá o Ministério Público, de ofício e por decisão fundamentada, determinar o desarquivamento e a reabertura das investigações. Ou seja, Senador Anastasia, todos os cuidados foram adotados e tomados, mas há a necessidade na atividade pública de que possamos observar a variável tempo, a variável tempestividade.

A Emenda nº 5 altera a redação do *caput* do art. 6º para ressalvar a competência para a instauração do inquérito civil no âmbito da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). A emenda merece acolhimento, já que, conforme exposto na justificação, no Ministério Público Federal, há Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão e Procuradores da Cidadania, que atuam no âmbito da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, cuja competência para a instauração de inquéritos civis deve ser preservada.

A Emenda nº 06 busca retirar dos requisitos obrigatórios da portaria de instauração do inquérito civil, previstos nos incisos do art. 12 do Substitutivo, o nome e a qualificação da pessoa física ou jurídica a quem o fato é atribuído e o nome e a qualificação do autor da representação ou do requerimento. Segundo a justificação, o objetivo da medida é evitar exposições desnecessárias, tendo em conta que a portaria do inquérito civil deve ser necessariamente publicada, e que a investigação se dá sobre fatos, não sobre pessoas.

Entendemos que esta emenda deve ser rejeitada, haja vista que a publicação do ato de instauração do inquérito civil, assim como das partes envolvidas, é procedimento que atende ao princípio constitucional da publicidade, segundo o qual "a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem". A restrição à publicidade deve ser medida excepcional, portanto, devidamente fundamentada pelas circunstâncias de fato que a motivaram. Não deve, a meu juízo, ser adotada como regra pela lei, uma vez que as exceções são objetivas.

A Emenda nº 07 pretende modificar o art. 13 do Substitutivo para que se faça a comunicação da instauração do inquérito civil também à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. A medida é pertinente, já que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão é incumbida da defesa de direitos constitucionais, nos termos dos arts. 11 a 16 da Lei Complementar nº 75, de 1993. Como exposto na justificação da Emenda, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão realiza a coordenação e a revisão da atuação dos Procuradores na defesa da cidadania, exercendo, dentre outras funções, a apreciação do arquivamento dos procedimentos administrativos e inquéritos civis vinculados à sua área. Para que essa apreciação seja realizada a contento, é necessário que haja a comunicação da instauração dos inquéritos civis à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos propostos pela Emenda, que merece, a meu juízo, aprovação.

A Emenda nº 08 propõe a modificação do inciso VII do art. 16 do Substitutivo, que trata da competência do Ministério Público para ter acesso a banco de dados de caráter público, no curso da instrução do inquérito civil, com vistas ao esclarecimento de fato objeto da investigação. De acordo com a proposta, a redação deveria prever o acesso incondicional do Ministério Público a qualquer banco de dados de caráter público, independentemente da existência de sigilo. A emenda, a meu juízo, não merece, de novo, acolhimento. A expressão "que não estejam protegidos por sigilo" tem por finalidade ressalvar os casos de sigilo para os quais o Ministério Público depende de autorização judicial para quebrar, como é o caso dos sigilos bancário e fiscal, conforme entendimento prevalente no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Portanto, não estamos inventando a roda, nós estamos nos baseando em definições desses dois tribunais superiores de nosso País.

A Emenda nº 09 busca suprimir a garantia existente no texto do §11 do art. 16 do Substitutivo, que assegura aos investigados o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de laudo técnico. Esses direitos passariam a ser exercidos "sempre que possível" e "desde que não comprometa[m] o interesse da investigação".

Não entendemos que seja adequado afastar a aplicação do contraditório em sede do inquérito civil, pois, além de atender a um imperativo constitucional, "ganha relevo o papel do contraditório, visto que tem a função

de fornecer àquele que preside a produção de provas outros pontos de vista que não só o seu, mas das partes e/ou dos interessados, propiciando-lhes, assim, mais eficazmente, sobriedade e equilíbrio de julgamento, seja para concluir pelo arquivamento dos autos, ou seja pela tentativa de obter compromisso das partes, ou pela propositura da pertinente ação civil", como bem exposto por Edgard Fiore em artigo sobre o tema de que nós tomamos a liberdade de lançar mão.

A Emenda nº 10 pretende a supressão do §18 do art. 16 do Substitutivo, que dispõe que "o membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, podendo a ação penal, na hipótese, ser proposta também pelo ofendido, subsidiariamente, na forma da lei processual penal."

Segundo a justificação, a responsabilidade dos membros do Ministério Público no desempenho de suas funções seria matéria inserida no contexto da organização, atribuições, garantias dos membros e estatuto do Ministério Público, matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, inciso II, alínea "d", da Constituição.

Dessa forma não entendemos, Sr. Presidente. A norma em questão apenas reforça o dever de utilização adequada das informações ou documentos que o membro de Ministério Público requisitar. Não é fonte de responsabilidade civil ou criminal e também não cria nem define o dever de utilização adequada das informações requisitadas. Esse dever é estabelecido por outras normas, como as que estabelecem o sigilo de determinadas informações, por exemplo, ou até mesmo pelos princípios gerais de direito administrativo, que vedam o desvio de finalidade dos atos administrativos. A violação dessas normas é que pode gerar o ato ilícito, passível, portanto, de responsabilização.

A previsão de que o uso indevido de informações e documentos que o membro do Ministério Público requisitar poderá gerar responsabilidade civil e criminal não é afeta à organização, às atribuições ou às garantias dos membros do Ministério Público. Também não é matéria que deve ser tratada no estatuto da instituição, vez que a norma é pertinente ao inquérito civil, objeto do projeto de lei em questão. Não entendemos que se trate de matéria de iniciativa privativa da Presidência da República e, assim, não vemos razão para a aprovação de emenda.

A Emenda nº 11 busca retirar do art. 22, §2º, inciso V, do Substitutivo a prévia intimação e o conhecimento antecipado por parte da parte investigada das informações relativas ao inquérito civil que serão prestadas em geral. Argumenta-se que há a prevalência do "direito à informação" em relação ao "direito à intimidade" nas relações processuais, especialmente a partir da nova redação dada ao art. 93, inciso XI, da Constituição Federal, ao prever que a lei só poderá limitar a presença em determinados atos processuais em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Ocorre que a norma que se busca emendar apenas condiciona a publicidade à prévia intimação da parte investigada, procedimento mais ligado à garantia do contraditório e da ampla defesa do que ao direito à intimidade em si. O conhecimento prévio pela parte investigada das informações que serão prestadas ao público em geral possibilitará, dentre outras medidas, o recurso ao Poder Judiciário para que não sejam divulgadas informações inverídicas, que possam causar danos irreparáveis à honra e à reputação das pessoas sujeitas ao procedimento do inquérito civil. Não se trata de impedir a publicidade, mas de adequar seu momento de forma a proporcionar a melhor convivência entre os direitos fundamentais envolvidos. Dessa forma, por razão de mérito, não acolhemos a emenda em questão.

Na mesma linha, a Emenda nº 12 – Sr. Presidente, peço vênia a V. Exª e a meus pares, estou me alongando pela absoluta relevância do tema que deve ser enfrentado por essas emendas que foram apresentadas em plenário e que agora merecem aqui deliberação – pretende suprimir o art. 23 do nosso substitutivo aprovado, cujo texto dispõe que: "em respeito ao princípio da intimidade, o membro do Ministério Público somente poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito da instauração do inquérito civil e de seu desenvolvimento, bem como das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, sem emissão de juízo de valor a respeito de apurações ainda não concluídas, sob pena de responsabilidade pessoal, civil e criminal."

O inquérito civil é instrumento de investigação administrativa presidida pelo Ministério Público, que deve ser utilizado para a apuração de fato determinado que envolva a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Diante da ausência de elementos probatórios, o Ministério Público instaura o inquérito civil, para colher elementos destinados à formação de sua convicção, que será encerrado depois de esgotadas todas as diligências a que se destinava. A conclusão do inquérito civil deve apontar para a propositura de ação civil pública (art. 35, I), a celebração de compromisso de ajustamento de conduta (art. 24) ou o arquivamento do inquérito (art. 35, II).

O que justifica a instauração do inquérito civil é justamente a ausência de elementos de convicção por parte do Ministério Público. Caso contrário, poderia desde logo e sempre propor a ação civil pública ou celebrar compromisso de ajustamento de conduta, sem precisar lançar mão desse expediente. Se o faz, é porque não possui elementos ou convicção firmada. Somente quando esgotadas todas as diligências é que se chegará a uma conclusão, que poderá inclusive apontar no sentido do arquivamento do inquérito. Antes de chegar a essa conclusão não se mostra adequado que o membro do Ministério Público emita juízo de valor a respeito de uma apuração ainda não concluída. É esse dever que a norma objeto de emenda cria, que o Ministério Público primeiro conclua sua apuração nos autos, lócus do devido processo legal, para somente depois emitir opiniões valorativas sobre a matéria. Trata-se de medida razoável e proporcional aos poderes que lhe foram outorgados pela Constituição Federal. (art. 129, III).

O estabelecimento desse dever de respeito aos investigados não é matéria afeta à organização, às atribuições ou às garantias dos membros do Ministério Público. Também não é questão que deve ser tratada no estatuto da instituição, vez que é norma pertinente ao regramento do inquérito civil, objeto deste projeto que estamos tratando. Dessa forma, não entendemos que se trate de matéria, de novo, de iniciativa privativa da Presidência da República. Assim, tanto na questão formal como na questão do mérito, não vemos razão para o acolhimento desta emenda, pelas questões aqui por mim apresentadas.

A Emenda nº 13 oportunamente corrige uma referência que o texto do art. 25 do Substitutivo aprovado faz a artigo do Código de Processo Civil prestes a ser revogado, atualizando-a para o artigo correspondente do Novo Código de Processo Civil, que logo entrará em vigor. Nesses termos, estamos acolhendo-a, por se tratar de um necessário ajuste.

A Emenda nº 14 propõe modificar o art. 25 do Substitutivo, para que a celebração do compromisso de ajustamento de conduta seja comunicada também à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. A proposta merece aprovação, já que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão é incumbida da defesa de direitos constitucionais, nos termos dos arts. 11 a 16 da Lei Complementar nº 75, de 1993.

De acordo com o exposto na justificação, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão realiza a coordenação e a revisão da atuação dos procuradores na defesa da cidadania, exercendo, dentre outras funções, a apreciação do arquivamento dos procedimentos administrativos e inquéritos civis vinculados à sua área.

A Emenda nº 15 pretende garantir que o órgão do Ministério Público possa expedir recomendações nos autos do inquérito civil, no exercício das funções institucionais mencionadas não apenas na Constituição Federal, mas também nas respectivas leis orgânicas dos Ministérios Públicos. A Emenda merece acolhimento, na medida em que não é intenção do projeto restringir a competência do MP para expedir recomendações no exercício de qualquer de suas elevadas funções institucionais.

A Emenda nº 16 propõe a modificação do art. 34 do Substitutivo para retirar do texto a previsão de prazo peremptório para a conclusão do inquérito civil. Retira-se a previsão de que o inquérito seria prorrogável pelo mesmo prazo "uma única vez". A emenda suprime ainda a necessidade de autorização do juiz competente para que ocorra essa prorrogação.

A Emenda nº 17 pretende suprimir o art. 37 do Substitutivo, que trata do prazo de doze meses para o desarquivamento do inquérito civil diante da existência de novas provas. A justificação constante da emenda não tem pertinência com a modificação proposta. Diante da ausência de razões lançadas que justifiquem o acatamento da emenda, entendemos por bem rejeitá-la.

A Emenda nº 18 busca aperfeiçoar o art. 34 do Substitutivo, que trata da providência a ser tomada quando no curso do inquérito civil for identificada a ocorrência de infração penal. A redação aprovada prevê que serão extraídas cópias dos autos, para que o órgão competente que não aquele que realizou as investigações adote as providências cabíveis. A emenda propõe a supressão da expressão "que não aquele que realizou as investigações", que impede a propositura de ação criminal pelo mesmo membro do Ministério Público que tenha conduzido o inquérito civil. Segundo a justificação, há comarcas em que não há divisão entre matéria cível e criminal e, tal qual prevista, a norma poderia retirar competência do membro do Ministério Público que esteja mais próximo do local do dano.

A emenda em questão merece acolhimento. Concordamos com a justificação que aponta a eficiência que pode haver na concentração das atribuições cíveis e criminais num mesmo órgão do Ministério Público. Nesse sentido, cumpre mencionar a Recomendação nº 3, de 2011, da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), criada por iniciativa do Ministério da Justiça, citada na justificação, que "recomenda ao Ministério Público Federal, do Distrito Federal e dos Estados unificar a atribuição cível e criminal relativa à corrupção e à improbidade administrativa, criando ofícios de procuradorias e promotorias especializados no combate à corrupção, em primeiro e segundo graus de jurisdição".

A Emenda nº 19 tem por propósito suprimir o art. 40 do Substitutivo, que prevê a aplicação subsidiária dos "princípios e regras que orientam os procedimentos administrativos sancionatórios."

A emenda deve ser acatada, pois, como exposto na justificação, o inquérito civil é procedimento pré-processual, que se realiza extrajudicialmente, e objetiva tão somente apurar elementos fundamentais ao ajuizamento da eventual ação civil pública.

Por fim, Sr. Presidente, a Emenda nº 20 busca complementar a norma do art. 42 do Substitutivo, segundo a qual "o não atendimento, desde que justificado, de recomendação do Ministério Público, não caracteriza, por si só, a prática de ato de improbidade administrativa." A complementação prevista na emenda prevê que, no entanto, "o agente público ou privado responderá pela ação ou omissão ilegal que praticar.".

Pelo exposto, Sr. Presidente, somos pela rejeição das Emendas nºs 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 17 e pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20, nos termos das seguintes subemendas ao Substitutivo que oferecemos à Comissão de Constituição e Justiça em anexo já publicado. Como já há fé pública dessas subemendas, parece-me não haver necessidade de reiterá-las por caráter formal e material.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente, com relação às emendas que foram apresentadas em plenário, cumprimentando não apenas o autor da proposta, Senador Blairo Maggi, assim como todos os Senadores que participaram deste importante debate que tem, ao fim e ao cabo, o sentido de nós estabelecermos normas claras para que o inquérito civil público possa ter um marco legal em todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra, previamente inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu gostaria de me inscrever, Presidente.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, eu peço vista.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – Vai pedir vista?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a vista solicitada pelo Senador Douglas Cintra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Coletiva.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Também peço vista, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, como houve pedido de vista, eu gostaria apenas de fazer uma indagação breve sobre o art. 16 para que eu me aprofunde mais nesta matéria, gostaria que V. Exª me concedesse a palavra.

Senador Ferraço, V. Exª está de parabéns pelo relatório que fez, que certamente contribuiu para o aperfeiçoamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nada a opor à solicitação feita pelo Senador Antonio Carlos Valadares, mas, se o projeto já está com um pedido de vista atendido, V. Exª poderá proferir o seu requerimento na pauta em que o projeto for submetido a discussão. Como ele não está mais em discussão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas como V. Exª é um democrata e diz que não há nada a opor, acho que a minha pergunta não vai de maneira nenhuma interromper os trabalhos aqui, já que ela é muito simples. É apenas porque o art. 16 não deixa claro se a condução coercitiva, no inciso I, será feita diretamente pelo Ministério Público ou com a autorização do juiz, porque aqui diz assim:

> Art. 16. Para o esclarecimento do fato objeto de investigação, o órgão do Ministério Público poderá, sem prejuízo de outras providências inerentes à sua atribuição funcional:
> I – notificar e intimar pessoas, inclusive as investigadas, requisitando sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada;

Isto é, com "requisitando", a gente já pensa que está requisitando à polícia que pegue o sujeito. Então, eu quero saber se é com ou sem autorização judicial, porque não está claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Senador Valadares. V. Exª traz, de fato, uma questão relevante, importante, que foi alvo de alguns debates que nós fizemos, inclusive hoje.

O sentido aqui é requisitar, naturalmente, à autoridade judicial. Nós chegamos, inclusive, a pensar em incorporar esta palavra "à autoridade judicial", para deixar claro, explícito e objetivo. A questão é que, do ponto de vista formal, parece-me que eu não posso, ainda que como Relator... Nós estamos apenas relatando as emendas...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – No caso, Sr. Relator, poderia ser uma emenda de redação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É possível uma emenda de redação? Aí eu pergunto à Mesa. Se for possível a emenda de redação, a contribuição do Senador Pimentel torna claro, eu não tenho qualquer objeção – Senador Valadares, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu acho que é um caso típico de emenda de redação, para esclarecer o texto do artigo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Se a Secretaria da Mesa entender que é possível, acato de plano a emenda do Senador Valadares, porque deixa claro que, no caso aqui, a requisição é à autoridade judicial.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Judicial, e não à polícia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Então, nós estamos aqui verbalizando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só uma observação: não é a Secretaria da Mesa que vai entender, é a Mesa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Isso. Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É a Mesa, é V. Exª na condição de Presidente, claro! A consulta que faço é se é possível, em se tratando... Porque, o que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu acho que é possível, porque é um caso típico de esclarecer o sentido da matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pronto. Se V. Exª, como nosso Presidente e coordenador, entender, nós acolhemos a sugestão, a proposta competente do Senador Valadares, que torna claro, para evitar qualquer tipo de questionamento ou de dúvida em relação a essa questão.

Muito obrigado, Senador Valadares!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu que agradeço, nobre Relator. V. Exª é um democrata e o nosso Presidente também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 32. Projeto de Lei da Câmara nº 160...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, foi dada vista coletiva ao item do inquérito civil. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vista coletiva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 32.

ITEM 32
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, de 2009
- Não terminativo -

Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Autoria: Deputado George Hilton
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e às Emendas nº 2,3,4,5,6 e 8-CAS e à Subemenda nº 1-CAE à Emenda nº 7, e contrário à Emenda nº 1-CE.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte; pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para proferir o relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Querido Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é um projeto que tramita aqui há sete anos. Mais um e ele vai sair Senador! Ele já foi debatido em todas as comissões, já teve emendas, umas três ou quatro audiências públicas. Atendendo ao apelo dos colegas – é um projeto grande, mas todos o conhecem –, vou direto ao voto, se V. Exª permitir.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação... É um projeto de um Deputado muito ilustre do Estado de Minas Gerais, chamado George Hilton. Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009, na forma de Emenda que a seguir apresentamos, das Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6 e 8, todas da CAS, da Emenda nº 7 da CAS na forma da Subemenda a ela aprovada pela CAE e pela rejeição da Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

EMENDA Nº 1 – CCJ
(ao PLC n. 160, de 2009)
Acrescente-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009, §3º com a seguinte redação:

> Art. 5º. .....
> .....
> § 3º. É reconhecido às instituições religiosas o caráter de entidade de caráter cultural integrante dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da sua cultura, crenças, tradições e memória nacionais, sendo-lhes garantido o acesso aos recursos previstos em lei do qual sejam beneficiários entidades que tenham entre os seus os seus objetivos promover o estímulo ao conhecimento de bens e valores culturais.

Então, é isso, Sr. Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se pronunciar, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 2 a 6 e 8–CAS/CCJ, 9–CCJ, e à Subemenda nº 1–CAE/CCJ, à Emenda nº 7–CAS, e contrário à Emenda nº 1–CE.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Eu queria aqui aproveitar e parabenizar o Senador Crivella e esta Casa por aprovarem esse projeto que, como bem dizer, se arrastava aqui por um longo período de sete anos. Sem nenhuma dúvida, isso vai ao encontro, ao anseio daqueles que pregam a religião. Com certeza, isso vai garantir os direitos fundamentais do livre exercício da crença, dos cultos religiosos estabelecidos na Constituição Brasileira. Então, sem nenhuma dúvida, esta Casa dá mais um passo ao garantir esse direito adquirido que, muitas vezes, para as pessoas, é cerceado. Então, eu quero parabenizar a todos que aprovam esse projeto, que é muito importante para a comunidade, principalmente para a comunidade evangélica.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 33.

ITEM 33
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, passei lotado literalmente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço V. Exª.

Passamos lotado na votação anterior. Só para que fosse recomendada a urgência na matéria de relatoria do Senador Marcelo Crivella, que foi votada ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não entendi bem o requerimento de V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues é importante. Pelo período que essa matéria está aqui, é louvável e seria importante que déssemos encaminhamento direto ao Plenário a esse projeto, com essa urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeção, a Presidência concede a urgência solicitada.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Em seus quinze artigos o PLS nº 631, de 2015, dispõe sobre objetivos, conceitos e delimitação de aplicação da norma (arts. 1º a 3º); direitos dos animais ao bem-estar e obrigações destinadas à guarda de animais (arts. 4º e 5º); proibição de práticas consideradas maus–tratos (arts. 6º e 7º); infrações e penalidades (arts. 8º a 11); e disposições finais e transitórias (arts. 12 a 15).

Em suas disposições finais e transitórias, o projeto altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais. De acordo com o art. 15, a lei resultante da proposição entrará em vigor decorridos 120 dias de sua publicação oficial.

Como bem observa o autor, segundo a justificação apresentada, nosso texto constitucional reconhece o valor intrínseco conferido aos animais, inexistindo tolerância a atos cruéis contra eles perpetrados.

Finalmente, de acordo com o autor, a proposição assegura a proteção à vida e ao bem-estar dos animais, mediante a tutela estatal e a consideração da sua integridade física e mental como interesse difuso.

O PLS foi distribuído à CCJ e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

O projeto em análise não apresenta vício de regimentalidade. Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos.

A Constituição Federal confere ao meio ambiente o *status* de direito fundamental, em seu art. 225. A proteção e a defesa dos animais, bem como a vedação à crueldade, são expressamente previstas no inciso VII do §1º do art. 225 da Constituição. Importa destacar, do dispositivo constitucional que trata da proteção ambiental, o §3º, por instituir a responsabilidade civil, penal e administrativa às condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.

Ao incumbir ao Poder Público e à sociedade a proteção e a defesa dos animais, a proposição encontra amparo constitucional, já que o próprio texto constitucional exige lei para regulamentar a temática.

Quanto à competência para legislar sobre o assunto, o inciso VI do art. 24 da Constituição Federal atribuiu competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre fauna, caça, conservação da natureza e proteção ambiental.

A proposição, outrossim, não viola as cláusulas pétreas, estabelecidas nos incisos I a IV do §4º do art. 60 da Constituição Federal.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura praticamente irretocável, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, via lei, é o adequado; possui o atributo da generalidade, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; afigura-se dotado de potencial coercitividade, isto é, a possibilidade de imposição compulsória do comportamento normativo estabelecido; e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o PLS nº 631, de 2015, necessita de adequações para melhor atender ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que visa a proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, para melhorar as proposições legislativas. Nesse sentido, propomos substitutivo com o intuito de aprimorar o projeto, tornando-o mais preciso e adequado sob a hermenêutica jurídica.

As alterações de técnica legislativa propostas no substitutivo abrangem diversos itens, Sr. Presidente, que aqui arrolo, todos eles de natureza formal, sem alterações de conteúdo.

Por outro lado, no mérito, com relação à previsão expressa de lesão à esfera moral dos animais, é imperioso perceber que, entre nós, a atual ordem constitucional, muito embora preveja sua proteção, não trata os animais como sujeitos de direito capazes de autorizar que a legislação infraconstitucional os equipare, nesse sentido, aos seres humanos.

Em outras palavras, não reconhecemos aos integrantes da fauna a mesma esfera de proteção jurídica que conferimos aos seres humanos, até porque seria por demais complexo definir juridicamente quais valores morais consubstanciariam tal âmbito de proteção.

Ainda quanto ao mérito, propomos algumas contribuições expressas no substitutivo, tais como a obrigatoriedade de promover identificação individual dos animais, para melhorar a aplicação da lei; bem como a explicitação da vedação de maus-tratos em práticas culturais, recreativas e econômicas e ampliação do rol de condutas consideradas maus-tratos.

Sr. Presidente, eu apresento o voto através de um substitutivo e tomo a liberdade de submeter a V. Exª a inclusão neste voto, neste momento, de outro parágrafo, que teria o seguinte texto:

> Art. 3º.....
> .....
> §2º O abate de animais, para fins comerciais, será objeto de legislação [sanitária] específica, com a adoção de métodos que minimizem, ao máximo possível, o sofrimento e a dor dos animais.

Portanto, com o Substitutivo e essa alteração que acabo de ler, esse é meu voto, pela aprovação Projeto de Lei do Senado nº 631.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, quero pedir vista desse projeto, embora ele seja meritório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vista coletiva, pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Peço vista coletiva, cumprimentando, ao mesmo tempo, o autor e o Relator pela matéria que importantíssimo ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu subscrevo o registro de V. Exª.

Item 35.

Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 22, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 295, de 2007.

Não terminativo.

Isenta os candidatos que especifica...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª, se o senhor puder, para retirar esse projeto de pauta porque o Governo apresentou algumas sugestões e eu ia fazer um reestudo, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Atendido o pedido de V. Exª, o projeto será retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 35
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2015
- Não terminativo -

Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente no serviço público federal.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável ao SCD nº 22, de 2015.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Obrigado, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 39.

ITEM 39
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 159, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.

Autoria: Deputado Carlos Sampaio e outros
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu parecer.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

À guisa de introdução, antes da leitura do relatório, que não é longo, eu queria tão somente levar a meus pares o conhecimento de que se trata de matéria de altíssima repercussão e de grande relevância no mundo

jurídico. Resultou de um grande acordo na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado praticamente por unanimidade.

Esse projeto tem o respaldo também da Ordem dos Advogados do Brasil, dos senhores governadores, prefeitos, de associação de credores. Ou seja, é um projeto que veio da Câmara, e eu não estou alterando em meu relatório, praticamente com um manto de uma unanimidade, para aprimorar a questão dos precatórios.

Passo a ler, Sr. Presidente, o relatório.

Vem a exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 159, de 2015, que "altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais".

Referida proposição vem de ser aprovada pela Câmara dos Deputados.

A primeira providência normativa é assentada no novo §2º pretendido ao art. 100 da Constituição Federal, que acrescenta, entre os chamados créditos superpreferenciais, os titulares por sucessão hereditária de créditos em precatórios que "tenham sessenta anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei".

Adiante, são acrescentados alguns parágrafos ao referido art. 100 da Constituição Federal. Entre eles, o §17, que determina que a "União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento dos precatórios e obrigações de pequeno valor".

O §18 ocupa-se em definir o que é receita corrente líquida.

O novo §19 impõe que, "caso o montante total de débitos decorrentes de condenações judiciais em precatórios e obrigações de pequeno valor, em um período de doze meses, ultrapasse a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida nos cinco anos imediatamente anteriores, a parcela que exceder esse percentual poderá ser financiada [...]".

O §20 veicula disciplina especial às situações que envolvam "precatórios com valor superior a 15% do montante dos precatórios apresentados nos termos do §5º deste artigo".

A proposição prossegue inovando igualmente o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias mediante o acréscimo dos arts. 101 e 105.

Determina o art. 101 prazos para pagamento de precatórios até 31 de dezembro de 2020, estabelecendo os critérios, inclusive, sob orientação e pagamentos respectivos dos Tribunais de Justiça. E, da mesma forma, determina artigo transitório a receita corrente líquida para esses fins qual seria e, ainda, que a inovação desse projeto de proposta de emenda constitucional estabelece a possibilidade de pagamentos de precatórios mediante o uso do montante de depósitos judiciais e depósitos administrativos em dinheiro, fixando seus respectivos percentuais.

O art. 102 determina que, enquanto houver a vigência de regime especial, pelo menos 50% dos recursos que, nos termos do art. 101 deste ato, forem destinados ao pagamento dos precatórios em mora serão utilizados no pagamento segundo a ordem cronológica de sua apresentação, respeitadas as preferências dos créditos alimentares, e também aquelas relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência, como já anteriormente mencionei.

Ainda acresce, no novo art. 103, a vedação do sequestro de quantias enquanto as entidades da Federação estiverem efetuando em dia o pagamento das suas parcelas.

O art. 104 veicula medidas assecuratórias do sistema e estabelece punições aos agentes públicos que lhe negarem efetividade.

E, ainda no art. 105, determina a possibilidade da compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza com créditos em precatórios.

A análise tem o seguinte teor, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Preliminarmente, assente-se que não se divisa inconstitucionalidade formal na proposição, por inexistentes ofensas quer às limitações processuais ou formais, quer às limitações circunstanciais.

Igualmente, são preservadas as limitações materiais expressas e, também, as implícitas, o que torna seguro concluir pela plena constitucionalidade material da proposição ora em exame.

No mérito, ressaltamos não apenas os méritos constitucionais da proposição, mas também, com igual ênfase, as fundas raízes que planta na realidade econômica e fiscal das entidades federativas e na satisfação efetiva dos direitos dos credores.

É de se recuperar histórica e lúcida lição doutrinária na área constitucionalista, segundo a qual a Constituição pretende a sua efetividade, a eficácia de suas normas, tanto assim que um dos princípios que orienta a sua interpretação é o da máxima efetividade – que é o propósito, sinceramente, para o pagamento dos preca-

tórios, consoante o art. 100. Aliás, um tema muito emendado do nosso texto constitucional magno, já sofrendo a incidência das Emendas Constitucionais nºs 20, 30, 37 e 62.

Essa evidência mostra, até agora, a insuficiência dos esforços legislativos para erigir um sistema praticável, equilibrado e adequado para o tratamento dos problemas que pretendemos superar com essa atual PEC.

Esse cenário revela, igualmente, elementos que são centrais à análise e à decisão sobre a proposição que ora temos sob escrutínio. O primeiro deles aponta, claramente, que ao expressivo estoque de precatórios vencidos e não pagos de várias unidades da Federação, principalmente dos Estados e Municípios, contrapõe-se a premente necessidade de o Congresso Nacional oferecer às partes envolvidas no sistema uma solução amparada de lastro constitucional e, também, de indiscutível viabilidade – que é exatamente esse.

Estruturado um modelo desconectado da realidade, estaremos todos condenando os envolvidos à frustração, o que, felizmente, não é o caso.

Cremos, pois, que a Proposta de Emenda à Constituição sobre a qual ora nos debruçamos satisfaz, dentro dos critérios das possibilidades constitucionais, econômicas, fiscais, federativas e fáticas, as exigências e demandas por uma resposta efetiva às inúmeras questões levantadas pelo sistema de precatórios.

Sobre essas razões não temos dificuldades em orientar nosso voto pela sua aprovação.

Concluindo, Sr. Presidente, pelo voto.

Somos, em virtude de todo o exposto, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 159, de 2015, nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu tenho todo o respeito pelo Senador Anastasia. Conversei com S. Exª sobre a matéria, ele me disse, inclusive, que tinha mantido o texto idêntico ao que veio da Câmara; se tivesse alguma modificação teria que voltar para a Câmara. Mas eu recebi algumas considerações e gostaria de ter tempo, porque, veja bem, é uma e meia da tarde. Eu vou pedir vista, para ter um diálogo, ter um espaço de tempo de diálogo com o Relator, que é homem que merece todo o respeito. E, com certeza, chegaremos a um entendimento, dirimindo dúvidas que, porventura, eu possa lhe levar.

Então, eu estou pedindo vista de forma cavalheiresca, não para divergir do Relator, mas para tentar esclarecer com o Relator algumas dúvidas que me chegaram, é verdade que de última hora.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Presidente, vista coletiva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo vista coletiva na forma solicitada pelo Senador representante do Espírito Santo.

Último item.

Requerimento nº – 2016, da CCJ.

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com os arts. 50 e 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, seja convidado a prestar esclarecimento no plenário desta Comissão o Sr. Ministro da Educação Aloizio Mercadante, a respeito dos fatos narrados no termo de colaboração (delação premiada), firmada pelo Senador Delcídio do Amaral no âmbito da Operação Lava Jato.

Justificativa.

De acordo com reportagens publicadas hoje, 15 de março de 2016, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki homologou o acordo de colaboração premiada firmado com o Senador Delcídio do Amaral no âmbito das ações de investigação decorrentes da Operação Lava Jato.

O referido acordo é composto por vários termos de colaboração.

No Termo nº 05, o delator faz uma série de afirmações acerca de uma possível tentativa de obstrução do andamento das investigações por parte do Ministro Aloizio Mercadante.

A seguir, reproduzimos o trecho com essas afirmações, aspas: "Apresenta gravação realizada por seu assessor, Eduardo Marzagão, ao ter sido contatado pelo Ministro Aloizio Mercadante, na sede do Ministério da Educação; que o Ministro já havia tentado entrar em contato com a mulher do depoente, a qual declinou do convite porque esta não gosta de influir em questões de ordem política e também porque sabia que Aloizio Mercadante e o depoente possuíam atritos de natureza política; que, frustrado o contato com a esposa do depoente, Aloizio Mercadante buscou conversa com Eduardo Mazagão, tendo este gravado os diálogos mantidos a partir de então; que a mensagem de Aloizio Mercadante, a bem da verdade, era no sentido de o depoente não procurar o Ministério Público Federal para assim ser viabilizado o aprofundamento das investigações da Lava Jato; que Aloizio Mercadante também afirmou que, em pouco tempo, o problema do depoente seria es-

quecido e que tudo ficaria bem; que sabe dizer que, em dado momento, Eduardo Marzagão mencionou que o depoente e sua família estavam gastando dinheiro com advogados e, para tanto, colocando imóvel à venda; que, naquele momento, Aloizio Mercadante disse que a questão financeira e especificamente o pagamento de advogados poderia ser solucionado, provavelmente por meio de empresa ligada ao PT; que, a propósito da contratação de escritório de advocacia ao tempo do Mensalão, acredita o depoente que o PT bancou a defesa dos correligionários envolvidos; que Aloizio Mercadante disse que também intercederia junto à Ricardo Lewandowski e Renan Calheiros para tomarem partido favoravelmente ao depoente no sentido de sua soltura; que não houve mais contato com Aloizio Mercadante depois desses fatos, acreditando o depoente que ele o fará agora que findou o recesso parlamentar; que Aloizio Mercadante disse, ainda, que, se o depoente resolvesse colaborar com o Ministério Público Federal e com o Poder Judiciário, receberia uma responsabilidade monumental por ter sido o agente de desestabilização; que o depoente achou estranha essa afirmação, acreditando que possa ter representado ameaça velada à vista de possível recrudescimento da crise política, o que poderia resultar em problema para o próprio Aloizio Mercadante; que Aloizio Mercadante também afirmou que vai abrir a porteira se o depoente dissesse os fatos sobre os quais tinha conhecimento; que, a despeito disso tudo, Aloizio Mercadante salientava que deixava o depoente à vontade para decidir o que achasse melhor, o que, na percepção do depoente, reforçava a intenção que possuía no sentido de o depoente permanecer em silêncio."

Por todo o exposto, solicitamos o apoio de V. Exª para que seja convidado o Sr. Ministro Aloizio Mercadante e, assim, possam ser esclarecidas as graves afirmações que contra ele recaem.

Sala das comissões.

Assinado: Randolfe Rodrigues.

O requerimento está em discussão.

Nós estamos, aqui, nesta reunião, em flagrante...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Conclua V. Exª. Antiguidade é posto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antiguidade é posto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas V. Exª é antigo na estima que o Presidente lhe tem. Pode prosseguir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu queria cumprimentar o Senador Randolfe e queria cumprimentar V. Exª por ter lido todo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Como é do meu dever.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Porque o assunto é sério demais, o assunto é muito sério. E, na coletiva ontem do Ministro, uma coletiva a que eu assisti, que eu vi, até achei bacana, porque ele estava tão humilde, estava tão simples, tão solidário, e ele, naquele afã solidário, com aquele timbre de voz afável, disse que estaria à disposição para explicar em qualquer instância em que fosse chamado.

Acho que é de bom tom, num momento importante da vida da Nação, ele que já foi Senador da República, que o Senador Randolfe tome essa atitude, e nós comungamos com ela, para que nós possamos ouvi-lo, até porque, na entrevista do Ministro, ele falava com base no que foi publicado, mas, à noite, o Jornal Nacional trouxe o áudio do Senador Delcídio, e algumas coisas não batem, de fato, são desconexas. De maneira que, ele vindo aqui, será muito importante para o Brasil, importante para esta Casa e para todos nós.

Quero parabenizar o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós estamos em flagrante minoria no plenário. Estamos com apenas quatro, cinco, seis Senadores comigo. Por isso, eu acho prudente receber o requerimento, como já o fiz, proceder à leitura, como já o fiz, e colocar na pauta da próxima reunião, em primeiro lugar, inclusive. Acho mais prudente que façamos assim, para que não possamos ser acusados de pressa, de açodamento em relação à matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Solicito a V. Exª, como V. Exª já adiantou, que fosse o primeiro item da pauta da próxima quarta-feira, pela urgência óbvia, pelos notórios acontecimentos e pela urgência que o caso requer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim. Eu ouvi, inclusive, a declaração do Senador Mercadante, que se colocaria à disposição do Senado para prestar os devidos esclarecimentos. E o que o requerimento de V. Exª pede não é nada mais nada menos do que isso, e já antecipou o Senador Aloizio Mercadante.

A minha atitude é uma atitude de prudência, porque, tratando-se de matéria muito grave, o requerimento é uma rotina, e é regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Apoio o senhor em todas as circunstâncias, até na precaução.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora, não vamos agir de forma açodada para colocar suspeição ou intencionalidade que não sejam aquelas próprias intenções do requerimento.

Então está encerrada a presente reunião.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Primeiro quero parabenizar V. Exª pela coerência nesse assunto, que, sem nenhuma dúvida, é pertinente.

Mas eu queria fazer um registro. O Item 28 é uma PEC do Senador Randolfe e tem como fundamento equiparar e vincular remuneração dos policiais e bombeiros militares dos Estados do Amapá, Rondônia e Roraima, ao valor da remuneração da Polícia Militar do Distrito Federal. Com o advento da MP 660, de 2014, os soldos desses servidores públicos já foram fixados no mesmo patamar da Polícia Militar do Distrito Federal. Esse projeto é meritório. E é importante a sua votação o mais rápido possível porque há muito tempo estão esperando por esse momento.

Quero parabenizar aqui o Senador Randolfe.

Ele é importante para esses militares de Roraima, é importante ter essa equiparação.

Então queria pedir a V. Exª que o colocasse em pauta já na próxima reunião nossa, até porque hoje ele não é votado pela ausência do Relator, que foi o Senador Romero Jucá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª, Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria será incluída na pauta da próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e trinta minutos, do dia vinte e três de março de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Alvaro Dias, João Capiberibe, José Medeiros, Vicentinho Alves e das Senadoras Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às onze horas e dezessete minutos, do dia vinte e três de março de dois mil e dezesseis, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 162, de 2015; ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2015; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2013; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014; ITEM 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2013; ITEM 22) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2015; ITEM 23) EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2015; ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015; ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2015; ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, de 2014; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2014; ITEM 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016; ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 159, de 2015; ITEM 30) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013; ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195, de 2015; ITEM 32) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2012 TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, de 2013; ITEM 33) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 34) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2013; ITEM 35) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015; ITEM 36) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015; ITEM 37) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 5ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 a 37.

Do item 1, o Relator pede a retirada de pauta para analisar mais uma emenda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Qual o item?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O item 1 da pauta, o Relator pede para retirar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Quem é o Relator, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É o Senador Douglas Cintra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ah, pois não.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012
- Terminativo -

Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
-Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Antonio Anastasia, nos termos regimentais;
- Em 22/03/2016, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias(dependendo de relatório);
- Votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O item 2...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Cadê o textozinho? É este aqui?

(*Intervenção fora do microfone.***)**

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Item 2, o Relator presente.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, DE 2015
- Terminativo -

Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 3(Substitutivo) e rejeição das Emendas nº 1-T e 2.
Observações:
- Em 06/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Lasier Martins;
- Em 04/11/2015, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Ronaldo Caiado;
- Em 02/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues, Benedito de Lira e Eunício Oliveira, nos termos regimentais;
- Em 16/03/2016, foi apresentada a Emenda nº 3(Substitutivo), de autoria do Senador Eunício de Oliveira;
- Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Com votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir relatório sobre a Emenda nº 3, por gentileza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, considerando que não há quórum, acho que nós não temos alternativa que não adiarmos este debate para uma próxima sessão, para que o debate possa dar-se, considerando, inclusive, a relevância deste tema que estamos relatando.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Então, o nobre Relator retira ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, não. Eu não estou retirando: estou pedindo adiamento, na ausência de quórum. Nós precisamos de 14 votos para deliberarmos sobre este tema, sobre este projeto, e, aparentemente, não temos aqui 14 votos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – A Casa, hoje, está com muita dificuldade de quórum – é uma quarta-feira, véspera de um feriado, um feriado longo, e, particularmente, para as Regiões Norte e Nordeste, estamos assistindo ao deslocamento de todos os nossos Senadores. Hoje, pela manhã, mesmo, para a votação na CI, que era uma votação nominal, tivemos que fazer um esforço muito grande, pedindo, inclusive, a parte dos nossos pares que já estavam se deslocando para o aeroporto para vir dar quórum e votar naquela matéria. Todos nós ali estávamos e vimos a dificuldade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – No caso, Sr. Presidente, do PLS nº 663, que estou relatando, o nosso relatório já foi apresentado – já foi lido, inclusive. Então, foi dado vista coletiva, e nós, então, teríamos que votar se houver quórum. Parece-me que nós, talvez, tivéssemos que adiar para próxima sessão. Eu não vejo alternativa, a não ser que V. Exª me dê outro caminho.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Se V. Exª pudesse adiantar o relatório da Emenda nº 3, concluiríamos essa parte, e, na próxima reunião, nós começaríamos pela discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Qual é a Emenda nº 3?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Enquanto o Senador Ferraço prepara-se, eu gostaria de solicitar de V. Exª a leitura, na reunião de hoje, do requerimento que propus visando convocar o Ministro da Justiça para prestar informações com o fim de esclarecer a entrevista que concedeu recentemente ao jornal *Folha de S.Paulo* no dia 19 de março.

Sr. Presidente, creio ser fundamental nesta hora, em que as instituições públicas se valorizam, por uma atuação de independência e coragem – e refiro-me especificamente ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Justiça Federal.

Nesta hora, é importante que se esclareçam afirmações que colocam em risco a independência de uma instituição fundamental para o País, como é a Polícia Federal. Refiro-me à declaração em que o Ministro afirmou: "Cheirou vazamento de investigação por um agente nosso. A equipe será trocada toda. Cheirou. Eu não preciso ter prova."

Portanto, queremos esclarecimentos do Ministro da Justiça. Acho isso oportuno.

E um requerimento dessa natureza, se não for aprovado com agilidade, perde o sentido, porque as coisas acontecem muito rapidamente. Os desdobramentos ocorrem com muita velocidade. Vamos perder a razão do requerimento, se não o votarmos rapidamente, se não ouvirmos o Ministro rapidamente.

Essa é a solicitação que faço, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Gostaria de tão somente endossar o requerimento do Senador Alvaro Dias, a sua relevância e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Deixe-me fazer uma ponderação, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Estou tentando cumprir meu trabalho aqui, mas não estou conseguindo. V. Exª me concedeu a palavra, e esta me foi tomada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Desculpe-me, Senador Ricardo Ferraço. (*Risos.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – No sentido da colaboração, Senador Ricardo Ferraço, V. Exª se estava preparando...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Deixe-me fazer a seguinte ponderação. Na abertura dos trabalhos, já registrávamos a dificuldade de manter o quórum, por conta das viagens que estão acontecendo.

Proporia, Senador Ricardo Ferraço e nossos Pares, que fizéssemos a leitura do requerimento hoje, para cumprir a parte regimental. Ele estará na pauta da próxima sessão deliberativa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço, por gentileza.

Se pudéssemos fazer um acordo, nós faríamos isso e encerraríamos pela evidente falta de quórum.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Sim, Sr. Presidente. Pelo quórum baixo, respeitamos a decisão de V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Aqui faço uma ressalva. Estou, desde a semana passada, aqui empenhado na aprovação da PEC dos precatórios, que trata dos precatórios, como V. Exªs bem sabe. Matéria urgentíssima e até hemorrágica para os Estados e Municípios.

Concordando que hoje não há esse quórum, solicitaria e estaria de acordo, desde que, com a ordem de V. Exª e a aquiescência da Secretaria, colocássemos no início da pauta da próxima reunião, para que possamos deliberar sobre a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Solicito a V. Exª que o requerimento seja o segundo item da pauta da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quanto ao requerimento, vamos dar um tratamento normal. Ele vai estar na pauta. Tenho certeza de que vamos deliberar na próxima 4ª feira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – O meu receio é que, em estando lá no final, nunca se delibere a respeito.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos conversar sobre isso. Vamos construir um ambiente para isso.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, estamos acolhendo a Emenda nº 2, pela aprovação do PLS, na forma da Emenda Substitutiva de nº 3.

A Emenda nº 3 foi encaminhada pelo Senador Eunício Oliveira. Ela altera o art. 31 da Lei nº 9.096, que passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo único:

> É vedado ainda a partido político receber, nos seis meses anteriores à eleição, doação em dinheiro, ou estimável em dinheiro, de empregados, proprietários ou diretores de empresas, prestadoras de serviço terceirizados, que mantenham contrato com qualquer dos entes mencionados no inciso.

É como relato, Sr. Presidente, ao tempo em que aproveito, para cobrar de V. Exª.

Há sobre a Mesa requerimento de minha autoria, que solicita a presença nesta Comissão do Ministro da Justiça, Dr. Eugênio Aragão, para explicar as ameaças de intervenção e intimidação na Polícia Federal e no Judiciário sobretudo no tocante à Operação Lava Jato, Sr. Presidente.

Recém-empossado, o Ministro da Justiça Eugênio Aragão afirmou, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* publicada na última sexta-feira – aspas: "Cheirou vazamento de investigação por um agente nosso, a equipe será trocada, toda. Não preciso ter prova. A Polícia Federal está sob nossa supervisão".

Sr. Presidente, precisamos obter a explicação, por parte do Ministro, com relação a esse fato grave, porque, de fato, há uma vinculação funcional, mas não cabe ao Ministro da Justiça aplicar qualquer tipo de torniquete, qualquer tipo de intimidação para que a Polícia Federal, que tem e deve ter autonomia, possa continuar atuando livremente.

Como se não bastasse isso, nós temos uma decisão do Superior Tribunal de Justiça que dá 72 horas para que o novo Ministro se explique. Não há como a Comissão de Justiça omitir-se diante de um fato grave como esse, motivo pelo qual eu peço a V. Exª para que submeta à votação do Plenário esse convite para termos aqui a presença do Ministro da Justiça. A Ministra do Superior Tribunal de Justiça Assusete Magalhães mandou notificar, terça-feira, o Ministro da Justiça, Eugênio Aragão, para prestar informações em até 72 horas.

Portanto, vai ser uma omissão grave do Senado da República e desta Comissão se nós não enfrentarmos essa questão, que já é alvo, inclusive, de uma solicitação de informação por parte do Superior Tribunal de Justiça.

É a solicitação que faço a V. Exª, para que nós possamos ter aqui o Ministro Aragão e ele possa prestar esclarecimentos relacionados ao alcance da sua informação, que me parece, desde já, o avesso do avesso do avesso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Um esclarecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não, só um minutinho, só para encaminhar.

Senador Ricardo Ferraço, como nós já fizemos o acordo político de ler o requerimento do Senador Alvaro Dias, vamos também ler o requerimento de V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, e, na próxima quarta-feira, nós votaremos os dois, sem nenhuma dificuldade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, o ideal seria que nós enfrentássemos isso hoje. O Superior Tribunal de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque o nosso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... deu 72 horas para que o Ministro se posicionasse. Não cabe a esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque o nosso Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Estou em linha com o Senador Alvaro Dias. Postergar uma matéria como essa, que pode ser enfrentada hoje...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque o Presidente José Maranhão quer estar presente nesse debate. Ele, pessoalmente, pediu, e não vai acontecer...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ele pediu para estar presente na convocação...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... na próxima quarta-feira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... do convite do Ministro Mercadante; do Ministro Aragão, não!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque nós fizemos uma conversa prévia. Vamos fazer dessa forma, vamos conduzir por consenso. A gente aprova na próxima quarta-feira...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O ato de procrastinação não contribuiu, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto, vamos... Requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... para que nós possamos enfrentar esse tema, esclarecer esse tema.

Não é adequado, Sr. Presidente, mantermos a Polícia Federal, uma instituição livre, autônoma, independente, intimidada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não pega bem para a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... de Justiça do Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... esta é uma Casa em que, normalmente, nessas matérias polêmicas, a gente procura...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas não há polêmica nisso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... construir consensos de procedimento para que possamos chegar a bom termo.

Portanto, eu estou acolhendo toda a justificativa apresentada pelo Senador Alvaro Dias no seu requerimento, estou acolhendo toda a justificativa apresentada pelo Senador Ricardo Ferraço, e, na próxima reunião, os dois requerimentos estarão na pauta, e vamos deliberar sobre esse tema.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Antes, cumprimentando V. Exª e os colegas Senadores, queria cumprimentar a querida Senadora Ana Amélia, que está completando mais um ano...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Parabéns, Senadora!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... uma querida companheira. Eu sei que é a manifestação das Senadoras e dos Senadores todos; todos nós, que temos muito respeito por essa militante atuante e grande representante do Rio Grande do Sul na Casa, e uma boa companheira e amiga, sempre. Sempre!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E ela está convidando para um bolinho logo depois da reunião. (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E eu não sei o que ela está fazendo, mas, cada dia, ela está mais jovial aqui na Casa.

Mas, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço por estar tomando a iniciativa de apresentar o requerimento – eu até estava conversando com ele sobre isto – de um convite para que o novo Ministro da Justiça possa vir à Comissão de Constituição e Justiça.

Eu acho que o encaminhamento que o Presidente está dando é um encaminhamento... Quero dizer que concordo com o convite que o Senador Ricardo Ferraço está fazendo, pois acho importante termos o Ministro

aqui o quanto antes, mas quero fazer uma pequena ressalva. Salvo engano, o Senador Alvaro também pensa assim. Eu só quero fazer um brevíssimo comentário.

Primeiro, quando se trata de mandado de segurança, é praxe, é absolutamente normal e convencional que, no caso, o juiz, o desembargador ou mesmo o ministro, em resposta, dê um prazo de 72 horas para que a autoridade objeto do mandado de segurança se manifeste. Então, não há absolutamente nada de anormal nisso. Primeiro ponto.

Segundo. Nós estávamos com um Ministro da Justiça há seis anos e estamos com um novo Ministro que deu uma entrevista em relação à qual houve reação de setores, e acho muito natural que o Senado, que a Comissão de Constituição e Justiça convide o novo Ministro para vir aqui debater conosco, para falar de seus propósitos, ouvir questionamentos de Senadores e esclarecer os pontos que precisam ser esclarecidos. Acho que isso é bom para o País e é bom para a Comissão de Constituição e Justiça e para o Senado. Estou de acordo com meu querido colega Ricardo Ferraço quanto a isso. Mas eu queria externar minha posição.

O Dr. Eugênio Aragão... E, mais ainda, somo às declarações do Dr. Eugênio Aragão as declarações feitas pelo Dr. Rodrigo Janot esta semana. É evidente que o Brasil está se perguntando se algumas autoridades ou, pelo menos, se alguns servidores do Estado brasileiro, não de governo, estão ou não extrapolando suas funções constitucionais. Por que o Dr. Rodrigo Janot foi tão firme ontem ao dizer que o Ministério Público tem que tomar cuidado para não extrapolar os limites de sua atuação constitucional, tem que ter prudência num momento de tensão que o País vive? Acho que é uma medida muito acertada do Dr. Rodrigo Janot fazer esse posicionamento.

O Dr. Eugênio Aragão tem uma história de vida vinculada, é um homem que merece todos os elogios pela sua carreira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É mais difícil o aparte, mas concedo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu acho que nós esgotamos essa polêmica à medida que votamos o requerimento, e vamos fazer esse debate com a presença do Dr. Aragão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, eu só estou falando...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É fácil resolver.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu também tenho esse acordo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador, nós já estamos no acordo, mas eu só estou dizendo que concordamos e que ele virá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, vamos fazer o debate com a presença dele aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ele terá a oportunidade de se explicar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só quero fazer justiça.

Conheço o Dr. Eugênio Aragão há muito tempo. Ele tem compromisso, primeiro, com a Constituição e com as leis. É um homem que dedicou parte de sua vida à defesa das minorias, como os povos indígenas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Vamos trazê-lo aqui para que ele possa se expressar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e, certamente, vai valorizar os nobres componentes da nossa Polícia Federal, que precisam ter todo o apoio necessário, mas os representantes das corporações também têm que ficar nos seus devidos lugares, porque não é prerrogativa de um ou de outro setor defender Ministério Público e Polícia Federal, não. Eu sou um dos defensores. Sempre fui. Devo as mudanças que nós fizemos no Acre à atuação nobre da Polícia Federal e de seus componentes e também ao Ministério Público. Eu só queria que ficasse registrado que me associo ao Senador Ferraço no propósito, que V. Exª já acolheu, de, na semana que vem, já termos aqui deliberado, talvez por unanimidade, porque acho que é bom para o País, mas eu também queria dizer que não tenho nenhuma dúvida de que o Dr. Eugênio Aragão fará um grande trabalho como Ministro, e vou dizer isto publicamente aqui na sua presença, e principalmente para o fortalecimento da Polícia Federal do nosso País.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (S/Partido - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e, depois, o Senador José Medeiros.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu serei breve.

Eu quero lamentar o momento que estamos vivendo no País. O requerimento que nós estamos analisando convoca o Ministro da Justiça para falar aqui sobre uma declaração que deu.

Eu ficaria feliz se o convite ao Ministro fosse para debater questões vinculadas ao Ministério da Justiça, e não sobre aquela declaração dada pelo Ministro em entrevista, porque o que o Ministro fala, Presidente Pimentel, nada mais é do que dizer da necessidade do cumprimento da lei. Mas não! Hoje, e aqui no Parlamento, no Senado Federal, há pessoas que preferem apegar-se à forma como ele falou e não ao conteúdo do que ele falou. Se formos olhar, ler e ver o que o Ministro falou é no sentido de que há uma lei e que a lei será cumprida. Se algum agente da Polícia Federal vazar informação e, portanto, descumprir a lei, vamos aplicar a lei e as punições nela previstas. Foi isso o que o Ministro disse.

Eu quero lembrar, porque já fiz e pedi de V. Exª para falar, porque temos um exemplo muito recente na Polícia Federal. Não vi nenhum requerimento e não vi nenhuma iniciativa para tentar resolver aquele problema.

O Delegado Protógenes, um competente delegado da Polícia Federal, eleito Deputado Federal pelo meu Partido, foi punido. Ele responde a processo na Justiça e, administrativamente, foi punido. Sabe com o quê? Com perda do seu cargo de delegado da Polícia Federal, concursado que foi. E que crime o Delegado Protógenes cometeu, Presidente? Vazou informações da Satiagraha. Esse foi o crime que ele cometeu.

Então, veja: nós, aqui, vamos debater e trazer o Ministro para discutir o fato de ele ter dito que vai cumprir a lei?

Eu não vi ninguém aqui chamando ou falando da necessidade de esta Comissão debruçar-se pelo fato de que vazamentos estão ocorrendo de forma sistemática neste País.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (S/Partido - MT) – O Senador Delcídio disse que foi o próprio Ministro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Podemos discutir tudo isso, Senadora, com o Ministro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agora, quando o Ministro diz que vai cumprir a lei, eles fazem ouvidos moucos a isso, e só escutam quando o Ministro fala de "cheiro"; ou seja, apegam-se à forma, deixando de lado o conteúdo.

Mas isso expressa exatamente o momento que a gente vive, que, espero, esteja sendo mudado, vide a decisão tomada pelo Ministro Teori Zavascki. Vamos ler na íntegra! Vide o manifesto do Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, que disse e escreveu em nota o que estamos dizendo da tribuna, quando diz que ao Parlamento não cabe discutir decisão judicial. Cabe, sim, quando a decisão judicial é marcada por questões políticas. Se não podemos deixar que a política seja judicializada, não aceitaremos de forma alguma que politizem a Justiça neste País. E é isso o que está acontecendo.

Então, Sr. Presidente, acho que poderíamos hoje dar uma prova de que queremos deixar esse tempo da intolerância para trás, esse tempo dos ânimos acirrados para trás, e vamos ajudar a resolver os problemas do País. O Ministro não deixaria de vir, Senador Jorge Viana, para debater questões do País, vinculadas ao Ministério da Justiça. Agora, debater isso? Tenha a santa paciência...nós estamos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – V. Exª pode pergunta o que desejar, Senadora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Debater o que for de interesse...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, estamos colocando...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ...manifestações democráticas da Comissão... Não é possível, Sr. Presidente!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu não concluí. Nós estamos colocando lenha numa fogueira, cuja labareda já está alta demais, e estamos correndo o risco, de fato, de perdermos aquilo que de mais precioso o povo conseguiu nos últimos tempos, que foi a democracia e o respeito ao Estado de Direito.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Aproveitando esta fase preliminar da reunião, solicito de V. Exª informação se já houve designação de Relator para a PEC 10, de 2013, que diz respeito a foro privilegiado. Especialmente hoje, é um dia adequado para esse debate, até porque se discute uma decisão monocrática do Ministro Teori Zavascki.

Imagino que o chamado foro privilegiado... Aliás, esse apelido já nos deixa constrangidos. Foro privilegiado diz respeito a um privilégio. Nós seríamos privilegiados como autoridades detentoras de mandato.

Creio que, pelo menos, o debate e a deliberação sobre essa matéria têm que se dar com urgência. Desde 2013 nós estamos cobrando esse debate e essa deliberação. Imagino, Sr. Presidente, que é hora de decidirmos: queremos o foro privilegiado ou vamos extingui-lo definitivamente, para consagrar a tese de que a justiça é igual para todos e que não existem privilegiados diante do Poder Judiciário? Essa é a razão da nossa pressa,

do pedido de urgência, da necessidade de deliberar sobre essa matéria. Nós estamos constrangidos diante da sociedade brasileira porque somos considerados privilegiados.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu apelo a V. Exª, apelo já reiterado algumas vezes – inclusive na última reunião desta Comissão –, mas, mais uma vez, insisto pedindo urgência para a deliberação sobre esta matéria do foro privilegiado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Presidente. Só para informar que há quórum na sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com relação à questão de ordem do Senador que termina de falar, ainda não foi designado relator para a PEC 10. Vamos pedir ao nosso Presidente José Maranhão para que, o mais rápido possível, designe o relator.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (S/Partido - MT) – Sr. Presidente, na mesma linha – e é o mesmo assunto – do Senador Ricardo Ferraço, fiz dois requerimentos: um, pedindo a convocação do Ministro Nelson Barbosa, e o outro, do Ministro Jaques Wagner, diante do que já foi sobejamente noticiado pela imprensa, naquela gravação que mostra o Ministro Nelson Barbosa e uma possível influência na Receita Federal; e outro sobre a possível influência no STF com as gravações da fala do ex-Presidente Lula e o Ministro Jaques Wagner sobre a fala sobre a Ministra Rosa Weber. Então, eu gostaria que esses dois requerimentos fossem colocados também na mesma linha, quando fosse votar o do Senador Ricardo Ferraço, porque o assunto é pertinente e diz sobre o mesmo tema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª apenas para fazer uma lembrança também. O nosso Regimento Interno, para além do requerimento, determina no seu art. 101-A:

> O Ministro de Estado da Justiça comparecerá anualmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para prestar informações e esclarecimentos a respeito da atuação de sua Pasta, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências.

Pois bem, o nosso Regimento já determina, mas isso não tem acontecido anualmente. Por isso é que estamos requerendo agora. O ministro é livre pra falar o que desejar e nós, como Senadores, idem. Não cabe, Sr. Presidente, qualquer tentativa de censura de que a gente possa tratar desse ou daquele assunto. Querer estabelecer algum tipo de censura ou de privação de manifestação de qualquer dos temas relacionados ao Ministério da Justiça é um absurdo!

Portanto, eu acho que V. Exª, como Presidente em exercício, sucedendo aqui o nosso estimado Presidente Maranhão nesta reunião, poderia ultimar os esforços para dar cumprimento ao Regimento Interno do Senado e, quem sabe, trazer aqui o Ministro Aragão já na próxima semana, para que nós possamos debater sobre todos esses aspectos que estão relacionados. Porque é um dever do Senador da República e desta Comissão inquirir os Ministros de Estado acerca dos temas conjunturais e do plano de trabalho que ele desenvolver à frente do seu ministério.

Portanto, fica aqui a V. Exª essa lembrança para que V. Exª possa agilizar os nossos trabalhos. É inadiável, Sr. Presidente, a presença, na Comissão de Justiça, do Ministro Aragão, para que ele possa apresentar o seu plano de trabalho e possa se expressar com relação a aquilo que, a meu juízo, é uma infeliz manifestação da parte de V. Exª, no caso o Ministro, que deixou transparecer um desejo incontido de intimidar uma instituição de Estado como é a Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente, pela ordem. Discordando um pouco da interpretação da entrevista de parte do meu querido colega, Senado Ferraço, eu acho que não ficou expresso desejo nenhum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas a vinda dele aqui esclarece.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com certeza.

Eu só queria concordar com todo o resto. Primeiro, é obrigação nossa termos o novo Ministro da Justiça aqui, no Senado Federal, num momento como este, o que é muito importante para o País, é importante para o Ministro e é importante para todos nós. Obviamente – e a Senadora Vanessa colocou muito bem –, não

pode ser monotemático. E o Senador Ferraço, acho, esclareceu. Tratar de suas impressões, das questões que são desafiadoras, como a questão indígena hoje o é para o Ministério da Justiça, bem como outros problemas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Fronteiras.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E, obviamente, sobre entrevistas, sobre...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – A manutenção da autonomia da Polícia Federal é um tema da maior relevância.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Absolutamente de acordo.

O que eu queria aqui, rapidamente – e conversei com o Senador Ricardo Ferraço e com o Senador Alvaro Dias –, é dizer que o encaminhamento do Presidente, isto é, de seguirmos com a pauta, é oportuno. Poderíamos votar, na sema que vem, esse convite, com essa pauta ampliada, para ele vir tratar de vários temas. E eu, com os colegas, já assumo o compromisso de tratar com o Ministro para agendar já nos primeiros dias do mês, até para não ficar aqui nenhuma intenção de postergação. Assim, que, já próximo do dia 5 ou 6, o Ministro esteja aqui na Comissão nos dando o privilégio de um debate com S. Exª sobre o Ministério da Justiça e o papel do Ministério da Justiça no Brasil num momento como este.

Então, eu só deixo aqui a sugestão, acatando o encaminhamento do Presidente, de que votemos na semana que vem, mas já com o compromisso de, antecipadamente, procurarmos o Ministro para que, nos primeiros dias de abril, nós tenhamos aqui, na CCJ, a sua presença, convidado, para que S. Exª possa tratar dos assuntos levantados aqui e de outros assuntos de interesse do Brasil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Que não seja 1º de abril!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O dia 1º cai no final de semana.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só para registrar que, felizmente, demonstrando o nosso compromisso com o trabalho, temos quórum. Assim, se V. Exª quiser colocar em pauta as votações, eu acho que todos nós temos o dever de trabalhar nesta data.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Então, podemos votar, inclusive, o item 1.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O item 2.

Feita a relatoria por parte do Senador Ricardo Ferraço, coloco em discussão a Emenda nº 3, objeto da sua relatoria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão;

Em votação a Emenda nº 3, substitutiva, que recebeu parecer favorável. (*Pausa.*)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão de pauta para que possamos votar o item 5.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós estamos em processo de votação, Excelência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Está aberto o painel, Sr. Presidente?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, mais uma vez indago se o painel está aberto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É o que nós estamos tentando aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pois não, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, foi apresentada exatamente uma emenda ao projeto...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Permita-me, Senador Ronaldo Caiado.

Está aberto o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu só quero uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... em relação ao projeto que está sendo discutido, o PLS nº 663. Eu apresentei uma emenda a esse projeto, e a emenda foi sequer discutida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero registrar que a Mesa abriu a discussão, aguardou um certo tempo e encerrou a discussão. Agora estamos na votação do parecer do nobre Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas, Sr. Presidente, como é que ela foi discutida sendo que sequer foi dado o prazo para que fizéssemos aqui a argumentação em relação a essa alteração que estamos propondo.

O projeto diz o quê? O cargo comissionado pode não doar.

Agora, esse cargo comissionado não pode ser estendido a outras diretorias, chefias e partidos? Quer dizer, é lógico que é um projeto que vem simplesmente atingir um universo mínimo daqueles que têm salários menores. E aqueles que são aquinhoados exatamente com os DASs maiores ou os comissionados de maior valor, esses ficam totalmente isentos. Então, esse é o ponto que eu gostaria de ter tido tempo de discutir, Sr. Presidente. É inaceitável apenas uma limitação para um pequeno segmento de comissionados, Sr. Presidente. Essa é a ponderação que faço já que V. Exª disse que o tempo de discussão já havia sido dado ao projeto, sendo que a emenda não foi chamada para que pudesse o seu autor ter a oportunidade de defendê-la.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Senador Ronaldo Caiado, como essa votação será submetida à votação suplementar, V. Exª pode perfeitamente, na votação suplementar, destacar essa matéria a que ora V. Exª faz referência neste debate. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, enquanto os Srs. Senadores votam, o Senador Caiado fez algumas indagações, algumas ponderações. De minha parte, eu gostaria, Sr. Presidente, já que eu não tive a oportunidade de debater a matéria, de fazer algumas ponderações.

Já votei, mas entendo que...Tivemos recentemente um julgamento pelo Supremo Tribunal Federal que determinou a possibilidade de financiamento de campanhas somente por pessoas físicas, dentro do princípio de que somente são as pessoas físicas que interferem no processo eleitoral. Se, Presidente, começarmos agora a retirar a possibilidade de doação por parte de pessoas físicas, considero, primeiro, que estaríamos afrontando o Senador Anastasia, afrontando uma decisão do Supremo Tribunal Federal e, segundo, não sei onde vamos parar porque cargos comissionados são trabalhadores, são servidores que recebem um salário e, sobre o seu salário, têm autonomia para fazer o que bem entendem. Então, se nós, na lei, proibirmos, não sei se – aqui é a Comissão de Constituição e Justiça – seria o melhor caminho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Consulto os Srs. Senadores se já votaram, se todos já votaram. (*Pausa.*)

Portanto, não havendo quórum, declaro...

Ah, Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Como todos já votaram e não havendo quórum, esta reunião está encerrada. Na próxima reunião, será o segundo ponto da pauta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente!

Eu queria que V. Exª, antes de encerrar a presente reunião...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu já encerrei porque não deu quórum.

Nós já havíamos dito, no início dos trabalhos, que não havia quórum para deliberar, mas houve a insistência de alguns Parlamentares. Na quarta-feira, nós voltaremos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – E o item não terminativo, Presidente, não vamos deliberar?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não houve quórum, a reunião caiu. Ficou para a próxima quarta-feira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Não terminativo!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Inclusive para esses.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de poluição de manancial de água.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta

Observações:
- Votação nominal;
- Em 02/03/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Ronaldo Caiado, nos termos regimentais;
- Em 08/03/2016, foram apresentas as Emendas nº 1 a 3, de autoria do Senador Ronaldo Caiado (dependendo de relatório).

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, que regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer critérios para a realização de plebiscito e de referendo.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do Projeto e, no mérito, pela aprovação com uma emenda que apresenta.
Observações:
- Votação nominal.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012
- Terminativo -

Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012
- Terminativo -

Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Votação nominal.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta o art. 67-A à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para dispor sobre a devolução das prestações pagas em caso de desfazimento do contrato de promessa de compra e venda de imóveis.

Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Em 16/12/2015, foram apresentadas as Emendas nº 1-T, de autoria do Senador Romero Jucá e 2-T, de autoria do Senador Eunício Oliveira, recebidas nos termos do art. 122, II, "c" do RISF (dependendo de relatório);
- Votação nominal.

ITEM 8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 162, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1988, para estabelecer o parâmetro remuneratório dos militares dos extintos Territórios Federais incluídos em Quadro em Extinção da Administração Federal e dá outras providências.

Autoria: Senadora Angela Portela e outros
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
- Em 21/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Wilder Morais(dependendo de relatório);
- Em 28/10/2015, foi aprovado o RQJ 37/2015 de Audiência Pública para instruir a matéria;
- Em 10/12/2015, foi aprovado o RQJ 45/2015 de dispensa de Audiência Pública.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014
- Terminativo -

Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências.

Autoria: Senador Armando Monteiro
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta.
Observações:
- Em 21/10/2015, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;
- Em 27/10/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Antonio Anastasia;
- Votação nominal.

ITEM 11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Artigo 62, § 1°, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias.

Autoria: Senador Renan Calheiros e outros
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

Autoria: Senador Waldemir Moka
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Observações:
- Votação nominal

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013
- Terminativo -

Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009
- Terminativo -

Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países.

Autoria: Deputado Walter Pinheiro
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRE(Substitutivo).
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015
- Terminativo -

Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes.

Autoria: Senador Raimundo Lira
Relatoria: Senador Jader Barbalho
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação nominal

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2015
- Terminativo -

Altera o Código Penal para dar novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva.

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação nominal

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº no 8.906, de 4 de julho de 1994 , que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para tipificar penalmente a violação de direitos ou prerrogativas do Advogado e o exercício ilegal da Advocacia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro emendas que apresenta.
Observações:
- Votação nominal

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2013
- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a necessidade da realização de audiência de admoestação para a soltura dos agressores

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.
Observações:
- Votação nominal

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014
- Terminativo -

Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB.

Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação nominal

ITEM 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014
- Terminativo -

Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

ITEM 21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio.

Autoria: Deputado Esperidião Amin
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1 e 2.
Observações:
- Em 14/05/2013, foram apresentadas as Emendas de nº 1 e 2, de autoria do Senador Eduardo Suplicy;
- Em 17/02/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Valdir Raupp, nos termos regimentais;
- Em 23/02/2016, foi apresentado Voto em separado pelo Senador Valdir Raupp contrário ao Projeto;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 22
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2015
- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Autoria: Deputada Luiza Erundina
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:
- Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais

ITEM 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º.

Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável às Emendas nº 2, 3, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 – PLEN, nos termos das nove subemendas à Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), com a Emenda de redação que apresenta e voto contrário às Emendas nos 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 17 – PLEN.
Observações:
- Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores José Agripino, Randolfe Rodrigues e Douglas Cintra, nos termos regimentais.

ITEM 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.
- Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Telmário Mota, nos termos regimentais.

ITEM 25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Autoria: Deputada Erika Kokay
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Favorável ao Projeto.

ITEM 26
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta.

ITEM 27
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2014
- Não terminativo -

Destina ao Fundo Social os recursos públicos desviados por corrupção.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 28
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Autoria: Senador Lasier Martins
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatório: Favorável ao Projeto.

ITEM 29
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 159, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.

Autoria: Deputado Carlos Sampaio e outros
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:
- Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores José Agripino e Roberto Rocha, nos termos regimentais.

ITEM 30
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013
- Não terminativo -

Altera o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria especial dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

ITEM 31
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 598 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Autoria: Deputado Betinho Gomes
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Favorável ao Projeto.

ITEM 32
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XV e o § 5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 33
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013
- Terminativo -

Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências.

Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

ITEM 34
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1-CDH-CE e nº 2.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;
- Em 15/10/2015, foi apresentada a Emenda n° 2, de autoria da Senadora Simone Tebet;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

ITEM 35
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.

Autoria: Senador Dário Berger
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T
Observações:
- Em 26/05/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;
- Votação nominal.

ITEM 36
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senador Elmano Férrer
Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta
Observações:
- Votação nominal

ITEM 37
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2015
- Não terminativo -

Altera o § 9º do art. 144 da Constituição Federal, para instituir adicional de periculosidade para os servidores policiais.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e cinquenta e um minutos, do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: Benedito de Lira, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, João Capiberibe, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Simone Tebet,

Angela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Jader Barbalho, Aécio Neves e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Registra a presença a Senadora Lídice da Mata. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de uma delegação de parlamentares da Suécia, chefiada por Sua Excelência Björn von Sydow, Deputado. Passa-se à apreciação da pauta. ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 159, de 2015 - Não Terminativo. Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora. Autoria: Deputado Carlos Sampaio e outros. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Votam vencidos os Senadores Romero Jucá, Eduardo Amorim e Blairo Maggi. ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2016 - Não Terminativo. Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis nºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CCJ (de redação) e contrário à Emenda nº 1. Vota vencido o Senador Randolfe Rodrigues. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012 – Terminativo. Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto, com as Emendas nº 3-CCJ a 6-CCJ e rejeitada e Emenda nº 2. ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 162, de 2015- Não Terminativo. Altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1988, para estabelecer o parâmetro remuneratório dos militares dos extintos Territórios Federais incluídos em Quadro em Extinção da Administração Federal e dá outras providências. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2015 – Terminativo. Altera o Código Penal para dar novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Vota vencido o Senador Dário Berger. ITEM 24) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2015 - Não Terminativo. Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Autoria: Deputada Luiza Erundina e outros. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Vota vencido o Senador Aloysio Nunes Ferreira. ITEM 25) EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2015 – Complementar. Não Terminativo. Ementa do Projeto: Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º. Autoria do Projeto: Senador Blairo Maggi. Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável às Emendas nº 2, 3, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 – PLEN, nos termos das nove subemendas à Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), com a Emenda de redação que apresenta e voto contrário às Emendas nos 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 17 – PLEN. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável às Emendas nº 2, 3 – com a Subemenda número 1-CCJ –, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20–PLEN, nos termos

das Subemendas nº 1-CCJ a 9-CCJ à Emenda nº 1–CCJ (Substitutivo), com a Emenda (de redação) nº 21-CCJ; e contrário às Emendas nº4, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 17–PLEN. ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015 - Não Terminativo. Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 1. ITEM 33) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2012 – Complementar. Não Terminativo. Acrescenta o inciso XV e o § 5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências. Autoria: Senadora Lídice da Mata. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, de 2013 – Complementar. Não Terminativo. Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria Fundo Penitenciário Nacional, para determinar que recursos arrecadados com multas decorrentes exclusivamente de sentenças condenatórias em processos criminais que envolvam violência doméstica e familiar devem ser aplicados na manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica e prioritariamente no reembolso de benefícios ou prestações assistenciais ou previdenciárias, pagas com recursos da seguridade social. Autoria: CPMI - Violência contra a Mulher - 2012 (CPMIVCM). Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pelo arquivamento do PLS nº 297, de 2013 - Complementar, e favorável ao PLS nº 374, de 2012 - Complementar, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 374, de 2012, com a Emenda nº 1-CCJ e pelo arquivamento do PLS nº 297, de 2013. ITEM 38) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2015 - Não Terminativo. Altera o § 9º do art. 144 da Constituição Federal, para instituir adicional de periculosidade para os servidores policiais. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ (de redação). EXTRAPAUTA: ITEM 39) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 12, de 2016. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença do Senhor Ministro da Justiça, Eugênio Aragão, para explicar as ameaças de intervenção na Polícia Federal e no Judiciário no tocante à Operação Lava Jato e as perspectivas de ações de sua pasta. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. ITEM 40) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 13, de 2016. Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 4-PLEN ao Projeto de Lei Complementar do Senado nº 233, de 2015. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Rejeitado. ITEM 41) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 14, de 2016. Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 9-PLEN ao Projeto de Lei Complementar do Senado nº 233, de 2015. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Rejeitado. ITEM 42) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 15, de 2016. Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 10-PLEN ao Projeto de Lei Complementar do Senado nº 233, de 2015. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Rejeitado. ITEM 43) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 16, de 2016. Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 312, 313 e 314, do Regimento Interno do Senado Federal, DESTAQUE para votação da Subemenda à Emenda 3 do Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015 – Complementar. Autoria: Senador Dário Berger. Resultado: Aprovado. É feita a leitura do Parecer Vencedor do item 4 da Pauta de 16 de março de 2016, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2010 – Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Rejeitado o Projeto. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às quatorze horas e vinte e um minutos, do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2013; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014; ITEM 23) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2013;

ITEM 27) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2015; ITEM 28) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, de 2014; ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2014; ITEM 30 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016 – Complementar; ITEM 31) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013; ITEM 32) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195, de 2015; ITEM 34) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 35) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2013; ITEM 36) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015; ITEM 37) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pauta da reunião do dia 30 de março de 2016.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário Oficial do Senado*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 38.

Eu quero comunicar aos membros da Comissão que nós acabamos de receber uma delegação muito grande de vários Parlamentares do Parlamento da Suécia, chefiada pelo Sr. Björn von Sydow. Registro esta presença honrosa, em nossa Comissão, de uma delegação numerosa de Parlamentares da Suécia.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 159, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.

Autoria: Deputado Carlos Sampaio e outros
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:
- Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores José Agripino e Roberto Rocha, nos termos regimentais.

Até o momento, os Senadores José Agripino e Roberto Rocha não se manifestaram.

Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, o senhor me permite, na qualidade de Relator, uma palavra introdutória?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É tão somente para relembrar aos nobres pares que se trata de uma PEC aprovada praticamente à unanimidade na Câmara dos Deputados, que faz uma revisão do sistema de precatórios no Brasil, com apoio dos governadores, dos prefeitos, da Ordem dos Advogados do Brasil. E, de fato, avança nesse sistema tão complexo que é o tema dos precatórios.

Portanto, na semana anterior, nós lemos o relatório, que é favorável exatamente na redação vinda da Câmara dos Deputados. Houve o pedido de vista do Senador José Agripino, mas ele já se manifestou pessoalmente comigo que está de acordo com o texto.

Eu queria só fazer esse esclarecimento introdutório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Para discutir, o Senador Ferraço. Em seguida, o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento o Senador Anastasia pelo primoroso trabalho desenvolvido nessa proposta de emenda à Constituição que dialoga diretamente com a realidade do chamado ente subnacional.

A crise fiscal que atravessa o nosso País não é monopólio ou exclusividade do Governo Federal. Ela atinge de forma avassaladora os nossos Estados. Essa iniciativa sinaliza na direção de proporcionarmos aos nossos Estados uma condição de nós lançarmos mão de recursos que estão disponibilizados, depositados e que podem e precisam ser utilizados pelos nossos Estados para a superação de um conjunto de problemas que, grosso modo, Sr. Presidente, não foram causados pelos Estados brasileiros. Os Estados brasileiros, nessa conjuntura, são muito mais vítimas de políticas, sobretudo, que alteraram fortemente o fluxo das receitas dos nossos Estados, nunca nos esquecendo da nossa prerrogativa constitucional de sermos uma Casa que precisa defender e trabalhar os assuntos dos nossos Estados, Sr. Presidente.

É sabido por todos a forma pouco criteriosa com que o Governo da Presidente Dilma utilizou as desonerações, nos últimos anos, para favorecer determinados segmentos econômicos que foram eleitos de maneira um tanto duvidosa pelo Governo Federal. Grande parte dessas...

Eu peço licença, senhora, por gentileza.

Grande parte dessas desonerações, sobretudo as que tratam de IPI e de Imposto de Renda, alteraram fortemente a relação das nossas receitas. Todos sabemos que o FPE e o FPN, na relação com os Estados e Municípios, são fontes importantes de financiamento, inclusive de muitos Estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste muito mais do que na Região Sudeste. Essas desonerações subtraíram receitas dos nossos governos estaduais e governos municipais sem uma devida compensação. Portanto, aquilo que já foi ficando grave em razão de outros fatores, em função da recessão, da redução da atividade econômica, reduzindo as receitas, enquanto as despesas continuam crescendo normalmente, em razão de serem despesas vinculadas, obrigatórias, e assim por diante.

Sr. Presidente, essa me parece ser uma boa iniciativa, uma iniciativa louvável, uma iniciativa que teve o cuidado, ao longo de todo o debate iniciado pelo Deputado Carlos Sampaio, aqui também abrigado pelo Senador Anastasia, de sinalizar que os Estados, inclusive, devam compor um fundo garantidor, porque nós estamos trabalhando recursos que são depósitos judiciais que têm parte pública e parte privada. E para tanto, os Estados terão que garantir, terão que compor, constituir esse fundo garantidor, ou seja, essa é a preliminar, essa é a premissa para que essa proposta de emenda à Constituição possa ser efetivada.

Portanto, com esses cuidados, me parece que essa iniciativa vem num bom momento para ajudar os nossos Estados a superarem este momento de extraordinária estrangulação da economia dos nossos Estados, Sr. Presidente, na medida em que o montante de receitas e operações de crédito nos governos estaduais passaram de 0,2%, em 2011, do PIB para 0,6% do PIB em 2014, o que mostra o nível de alavancagem dos nossos Estados. A dívida líquida dos nossos Estados passou de 9,2% do PIB, em 2012, para 11,1% do PIB em 2015.

O mais grave é que a folga financeira, fruto do endividamento, foi usada por vários entes federados para a ampliação de despesas obrigatórias, principalmente despesas com pessoal, que passaram de 6,1% do PIB, em 2010, para 6,7% do PIB em 2014. Ou seja, é preciso que tenhamos uma visão clara de que esses recursos só podem ser utilizados para liquidação de precatórios.

Mas obviamente que os nossos Estados ficarão com folgas orçamentárias, porque esses recursos que são destinados a precatórios ficarão no fluxo de caixa dos Estados. Portanto, nós não podemos perder de vista que é fundamental que os nossos Estados possam continuar fazendo o dever de casa na linha da disciplina fiscal, não seguindo o mau exemplo do Governo Federal, que, nos últimos anos, praticou uma orgia fiscal sem precedentes em nosso País.

Portanto, eu quero manifestar aqui o meu voto elogiando o Senador Anastasia pelo cuidado que teve, como é de hábito, nesse projeto muito importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Inscreva-me também, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para discutir também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, indiscutivelmente, todos nós sabemos aqui do preparo e do conhecimento de um Senador da República, que também foi Governador de Estado e conhece profundamente as dificuldades por que passam os Estados, como o nosso Senador Anastasia, que é uma referência nesta Comissão. Ao mesmo tempo, nós sabemos da inquietação dos 27 governadores, hoje, por não terem como arcar com os seus compromissos diante de todas essas concessões que foram feitas pelo Governo Federal. No entanto, esta Casa, especificamente o Senado Federal, derrubou o projeto em que a Presidente da República não admitiu que as isenções feitas dos incentivos fiscais fossem repassadas aos Estados, ou seja: matéria aprovada, a Presidente vetou, a Câmara derrubou o veto da Presidente, mas o Senado Federal, pelo contrário, aí sim, manteve o veto da Presidente da República.

Então, se, hoje, parte das isenções estão sendo retiradas dos Estados e Municípios, é porque houve um momento em que esta Casa, o Senado Federal, ao invés de ter essa mesma sensibilidade, derrubou um projeto de lei e manteve o veto da Presidente da República. Este é um problema que também tem de ser citado agora.

No decorrer desses dias, o Senador Serra apresenta um PLS em que S. Exª, no estudo detalhado que fez, chegou à conclusão de que, em 70% de todos esses processos de que o Estado é parte litigante, o Estado é vencedor. Dessa forma, S. Exª apresentou um projeto de lei, aprovado por nós, em que 70% é transferido para a conta do Tesouro do Estado, do Distrito Federal ou do Município, no valor atualizado dos depósitos referentes aos processos judiciais, no caso, entre o Estado e o cidadão. Foi aprovado por nós.

Sr. Presidente, logo depois, vem a PEC da Câmara dos Deputados, em que, aí sim, a abrangência é muito maior. A abrangência, agora, atinge 75% de todos aqueles depósitos de que Estados e Municípios fazem parte; e, agora, entramos em outra seara, pois, se o cidadão está demandando ou litigando com outra empresa, faz o seu depósito como pessoa física – vai lá e deposita o dinheiro –, a proposta é... Tudo bem; nós podemos utilizar até 40% desse dinheiro das demandas entre pessoas privadas – nós não estamos dizendo entre a União, entre o governo estadual e o governo municipal.

Nisso aí já cedemos, 70%. A PEC vem com 75%. O estudo do Senador Serra era de que 30% tinham que ficar exatamente retidos porque, em média, a União e os Estados têm parecer favorável em 70%. Na PEC já veio 75%, já diminui ainda mais a garantia do cidadão quando está discutindo com a União, Estados ou Municípios.

Mas aí vem o mais grave: depósito privado, Sr. Presidente. As informações que todos temos, até por consultas que foram feitas – desculpem-me, não consultas, mas conversas – com vários Ministros do Supremo são de que essa matéria será considerada inconstitucional tão logo seja promulgada, porque o Governo está querendo se arvorar daquilo que é do cidadão. É uma discussão entre pessoas privadas, não há nada, não existe Estado nesse processo.

Em primeiro lugar, registro a inconstitucionalidade dele. Em segundo lugar, Sr. Presidente, veja bem: se 40%, ou melhor, 60% que estão lá podem criar um fundo garantidor, em uma crise como essa que estamos vivendo, não é mais justo...? Se 60% só são capazes de arcar com todos esses processos entre os privados, por que não devolver ao cidadão, aquele que fez o depósito, esses 40%? Tudo bem, 40% vamos utilizar, e 60% vão ficar como fundo garantidor. Então, por que não se devolvem para o cidadão os 40%? Por que o cidadão vai ter que arcar como problema do Estado se ele ainda está tendo outra discussão jurídica com outra empresa, com outra pessoa? "Ah, não, mas aí teremos o fundo." Então, devolve o fundo para o cidadão, todo mundo hoje está asfixiado. As empresas estão todas fechando. Esse é o segundo ponto, Sr. Presidente. Terceiro ponto: o próprio Senador Serra apresentou uma PEC e não há dificuldade nenhuma para nós aprová-la em regime de urgência urgentíssima. Ou seja: cria um novo regime para pagamentos de precatórios por mais dez anos de prazo. Então, se se quer alongar o perfil da dívida, todos somos favoráveis. No entanto, meter a mão no depósito privado de pessoa física, de empresa particular, para pagar conta de precatórios de Estados?

Temos duas coisas: em primeiro lugar, sou favorável ao projeto para que todas as isenções feitas pelo Governo Federal não possam ser repassadas para Estados e Municípios. Estou plenamente de acordo, foi uma emenda de minha autoria, aprovada na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e vetada pela Presidente da República. E esta Casa não derrubou o veto. Primeiro ponto. Segundo ponto: há inconstitucionalidade ao querer se arvorar de um depósito que se dá entre pessoas privadas. Será um puxão de orelhas que estaremos recebendo do Supremo Tribunal Federal. Em terceiro lugar, existe uma alternativa que pode ter um rito rápido: prorrogar por mais dez anos, o que terá total apoio nosso.

Então, Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – E o parecer está pronto para ser votado.

Então, a posição do Democratas, Sr. Presidente, é contrária à aprovação dessa emenda que veio da Câmara dos Deputados para criar esse fundo de até 40% do privado. E, sobre os 75% do depósito, isso aí tudo bem, já havíamos aprovado 70%; ampliar para 75% não seria o fator desestabilizador. Mas, em relação ao privado, a nossa posição é contrária, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, primeiramente quero parabenizar o autor pela sensibilidade. Nós sabemos o momento difícil, a crise econômica e fiscal que atinge não apenas os Estados, mas todos os Municípios que passarão a ser contemplados também por essa alteração do art. 100 da Constituição Federal.

Parabenizo o Senador Anastasia pelo brilhante relatório e quero dizer que, como não é possível votar parcialmente favoravelmente ou contrariamente ao projeto, vou, na Comissão, manifestar-me favoravelmente a ele, mas sem prejudicar qualquer discussão que possa fazer em plenário em relação ao assunto.

Em relação a algumas considerações colocadas pelo Senador Caiado, eu comungo das suas preocupações. Não ao que se refere ao 75%, ao regime comum, e mesmo especial de precatório quando Estados, Municípios e mesmo a União sejam parte no processo fiscal, tributário em questão. A minha preocupação também é em relação à constitucionalidade do dispositivo que permite que a União, Estados e Municípios possam levantar até 40% dos depósitos judiciais dos quais não fazem parte.

Eu não conheço essa figura jurídica no Direito. Nós estaríamos criando aqui algo extremamente pernicioso, a meu ver. Em nome da segurança jurídica, eu espero que isso seja revisto no Plenário. Mas entendendo a importância do projeto e sendo convencida pelo nobre Relator Anastasia, eu vou votar favoravelmente sem que, com isso, deixe de me manifestar no plenário desta Casa quando a PEC for à discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu sou favorável ao projeto, porque, matematicamente, não há risco para ninguém. A partir do momento em que esses depósitos cheguem a um limite de 40% – baixou disso, 39,9% –, o Governo repõe. E é claro que, com a morosidade da justiça e com a taxa de juros que todos lamentamos, esses depósitos vão automaticamente, daqui a pouco, ter o mesmo valor nominal dos 100% que tinham no passado.

É um momento de crise, Sr. Presidente, e nós precisamos ter um entendimento de que os governadores e todo o Brasil vivem uma situação angustiante. No meu Estado, por exemplo, a folha de pagamento está atrasada.

O Ferraço disse bem, houve uma orgia fiscal do Governo Federal. No Rio de Janeiro, eu não sei se há um adjetivo para classificar o que houve: isenções fiscais imensas para todo tipo, até para o varejo! Eu não sei se há precedentes no Brasil de um outro governador ou prefeito ter dado isenções ao varejo. Mas foi feito no Rio. Então, a situação é de calamidade total.

Já que nós temos uma garantia científica e matemática de que não haverá risco para o privado... E eu acho que o risco maior para o privado é a insolvência do País, acho que o risco maior para o privado é a crise fiscal agravada, é o desemprego, é a inflação, é a dívida pública que sobe de maneira até irresponsável. Eu senti que o Senador Anastasia – e é uma pena que vamos perdê-lo porque o povo de Belo Horizonte exige que ele seja o futuro Prefeito, e nós vamos perder um grande jurista – pesou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O PRB apoia. Eu já falei, o Presidente do meu Partido... É unanimidade.

De fato, o que houve aqui foi uma genialidade política do Relator. Ele sobrepesou e verificou que seria mais grave, que seria mais perigoso, mais desequilibrado para o ordenamento jurídico do País se ele desse um voto contrário nesse momento de crise. Então, nós temos que apoiá-lo. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Esse projeto faz significativas alterações no regime constitucional de pagamento de precatórios.

Eu queria fazer aqui um longo esclarecimento sobre este projeto, Sr. Presidente, mas eu percebo que a pauta está muito extensa, eu vou ser muito breve.

Eu acho que o projeto é de bastante relevância e muito importante, mas eu quero aqui me coadunar com o Senador Ronaldo Caiado neste ponto de que o Estado toma mais dinheiro emprestado. Quanto a esses precatórios de terceiros, de pessoas físicas, jurídicas, privadas, eu também não concordo que o Estado pode ir lá e se apropriar desse dinheiro. É um empréstimo que nós estamos aqui neste momento abonando. Eu vejo também dessa forma.

Entretanto, Sr. Presidente, a situação de parcelamento de precatórios no Brasil, em particular na esfera estadual, nunca encontrou um modelo adequado. Isso é justo. O Estado de São Paulo, por exemplo, já sofreu

até mesmo pedidos de intervenção federal por conta da inabilidade para quitar dívidas oriundas de precatórios. De modo que o presente projeto de emenda à Constituição vem à Mesa como tentativa de reequilibrar o sistema de pagamentos de precatórios, garantindo que, de um lado, os recursos destinados a tanto sejam suficientes e, do outro lado, que as pessoas em circunstâncias de vulnerabilidade, seja por idade ou por deficiência física, sejam contempladas prioritariamente.

Feitas essas breves considerações, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação da aludida PEC, mas ressalvando que eu não concordo também com essa apropriação dos Estados, Municípios e União desses 40%.

Finalizo, Sr. Presidente, parabenizando o Deputado Carlos Sampaio e este competente Senador da República, Relator Antonio Anastasia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu comungo do pensamento de alguns, como a Senadora Simone Tebet, com todo respeito ao Relator e amigo, Senador Anastasia. Mas, Sr. Presidente que garantias podem dar Estados falidos, com péssimos exemplos de má gestão? Que garantia o cidadão comum pode ter de que esses Estados não utilizarão esse dinheiro para continuarem suas péssimas gestões?

Dou um exemplo do que estou falando. O meu Estado de Sergipe vive isso, ainda somos um daqueles Estados que ainda têm um banco estadual. Quando aprovamos aqui que os Estados poderiam retirar parte daquilo que ele poderia utilizar dos depósitos judiciais, o meu Estado foi tão ganancioso que meteu a mão no local errado, pegou os recursos dos precatórios, tamanha sede e tamanha ansiedade para requerer esses recursos. E melhorou a gestão em quê? Começou a pagar funcionário em dia? Absolutamente nada, Sr. Presidente.

Então, eu tenho medo, com todo respeito ao colega Senador Anastasia e aos demais que pensam diferente, de que essa seja mais uma invenção brasileira, mas não só uma invenção com o objetivo de buscar o bem, de poder financiar os Estados, mas que alguns maus gestores, gestores perversos, possam se aproveitar disso e colocar realmente mão naquilo que o cidadão tem ali depositado como garantia, nos depósitos judiciais. Tenho muito receio, muito temor de que, aprovando isso, realmente nós, com o objetivo de querer o melhor para os Estados, de financiar os Estados e Municípios, estejamos contribuindo para os maus gestores, para os próximos gestores.

E eu tenho um exemplo disso no meu Estado, que vive essa situação, especialmente sendo um Estado onde nós temos um banco estadual.

Então, tenho o meu receio com relação à aprovação desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – E ao final, Presidente, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, evidentemente que um parecer do Senador Anastasia a respeito da constitucionalidade de qualquer proposição já goza inicialmente de uma acolhida favorável de minha parte. Ele é a voz da autoridade nessa matéria.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, assim como a Senadora Simone Tebet fez, de suspender o meu julgamento em relação à constitucionalidade até ouvir argumentos que, segundo o Senador Caiado, teriam sido arguidos, teriam sido levantados por alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, e também argumentos que foram produzidos durante uma audiência pública que se realizou, creio eu que no próprio Supremo Tribunal Federal, quando se discutiu este tema, não esta PEC, mas a constitucionalidade de emendas a Constituições estaduais que permitiram o levantamento de depósitos judiciais decorrentes de demandas entre particulares.

Houve uma arguição de inconstitucionalidade, se não me engano, duas emendas a Constituições estaduais que iam no mesmo sentido desta PEC que ora estamos examinando. O julgamento dessas emendas deu ensejo a uma audiência pública em que foram produzidos argumentos de índole constitucional. Eu gostaria de ter tempo – e terei – daqui até o plenário, para examinar com cuidado esses argumentos.

Agora, Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação muito grande em relação ao mérito de alguns aspectos dessa proposta de emenda à Constituição. Eu me pergunto: quem garantirá o fundo garantidor? Essa é a grande preocupação, porque, se nas emendas, se na iniciativa, ainda há pouco lembrada pelo Senador Caiado, de possibilitar-se o levantamento ou a utilização provisória de depósitos judiciais e administrativos, que foi aprovada por esta Casa, se essas iniciativas tiveram a precedê-las um exame, digamos, estatístico das probabilidades de êxito dos entes públicos quando demandam com particulares – e a partir dessa probabilidade estatística, digamos assim, é que se fixou esse índice de 70% –, em relação às demandas entre particulares, eu não conheço nenhum tipo de precedente. Eu sei que alguns Estados já estão lançando mão desse expediente, digamos

assim. Alguns Estados já estão fazendo. E de uma certa medida, essa PEC visa a legitimar essas leis estaduais, alguma delas em vigor, embora atacadas perante o Supremo Tribunal Federal por infração à Constituição.

Eu não tenho nenhum dado concreto sobre o significado disso, qual é a chance que têm aqueles que efetuam depósitos judiciais de receberem de volta o seu depósito, que teria sido apropriado, ainda que provisoriamente, pelos Estados e Municípios.

É sabido que a crise financeira é grave. Foram concedidos benefícios fiscais tanto pela União como também pelos Estados, no exercício da chamada guerra fiscal. Isso vulnerou gravemente as suas finanças, que foram hoje atingidas de maneira dramática pela recessão, que levou à queda da arrecadação.

Agora, nessas circunstâncias, terão os Estados e prefeituras condições de devolver aquilo que tomaram dos depósitos oriundos de disputas entre particulares? Qual é a probabilidade de êxito disso? Fica a dúvida, ainda mais quando abrimos essa possibilidade para os mais de 6 mil Municípios do País.

Nós sabemos que muitos e muitos Municípios hoje estão lançando mão, indevidamente, de fundos previdenciários de seus servidores – mesmo no Estado de São Paulo, o meu Estado, um Estado rico. Eu conheço – todos nós que somos paulistas conhecemos – casos de prefeituras, de gestões municipais, que, inescrupulosamente ou levadas pelo estado de necessidade, lançaram mão, para fazer face às suas despesas correntes, de fundos previdenciários dos seus servidores. Será que isso não poderá acontecer também se nós abrirmos essa brecha na Constituição?

Então, é preciso que examinemos com mais cuidado – que eu examine com mais cuidado – qual é a solidez desses fundos garantidores. Pergunto-me se não é o caso de, no mesmo ensejo de aprovarmos esta emenda à Constituição no plenário, aprovarmos também uma emenda a ela que preveja que, mediante lei complementar, se estabeleçam critérios seguros de gestão desses fundos garantidores, para que as leis estaduais e municipais que vierem a constituí-los possam fazê-lo dentro de normas federais rígidas para evitar que esses fundos sejam desvirtuados em sua finalidade.

Então, Sr. Presidente, provisoriamente, eu deixo em *sursis* o meu julgamento. Vou votar a favor na Comissão, reservando uma posição definitiva para o plenário. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, em que faço isso, eu gostaria, na esteira do que disse o Senador Caiado, de pedir a V. Exª que nós possamos colocar em votação a PEC 152, de 2015, que tem como primeiro subscritor o Senador José Serra.

Nessa proposta de emenda à Constituição, o Senador Serra, examinando a decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou inconstitucional a lei em que se deu maior prazo para o pagamento de precatórios e instituiu um novo regime de pagamentos para os precatórios alimentares, examinando os argumentos contrários àquela lei, apresentou uma proposta de emenda à Constituição em que...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço o devido silêncio: há um orador na tribuna.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... esses vícios foram sanados, e nós temos hoje plena condição de votá-la. O meu parecer já está à disposição de V. Exªs para que nós possamos submeter à votação da Comissão e, depois, do Plenário essa PEC 152 a que me referi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendendo o requerimento do Senador Aloysio Nunes, esta Presidência informa que incluirá, na pauta da próxima reunião, a PEC 152.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, muito obrigado.

Eu vou fazer uma breve intervenção para dizer do meu desconforto para aceitar a aprovação de uma medida dessas, pela qual os governos estaduais ou municipais, enfim, o Poder Público, podem lançar mão de 40% dos depósitos judiciais que estão lá que dizem respeito a demandas privadas, demandas particulares. Esse precedente é extremamente grave.

E mais: a nossa legislação, a legislação brasileira, quando vista por investidores de fora do País – e nós dependemos muito do capital de fora para tocar nossas atividades –, é tida como complexa, e a Justiça, morosa. Portanto, cada vez que você busca um dinheiro fora, um empréstimo, você tem uma discussão jurídica muito grande e buscam-se alternativas, subterfúgios inclusive, para poder sair um pouco dessa morosidade.

Penso que esse item específico dos depósitos judiciais entre privados vai trazer para o Brasil outra complicação, uma complicação a mais para aqueles que são investidores de fora para cá.

Fico imaginando uma demanda entre empresas que venham financiar uma infraestrutura de concessão que dependa de alguns bilhões de reais, e, por qualquer motivo, há uma briga judicial. Depois de muito tempo, ela consegue reter recursos, fazer com que esses recursos sejam depositados em juízo até a decisão final, e logo após essa enorme briga, após esse tempo longo que se tem nessas discussões, para cada um real que ele consegue botar na conta para garantir futuramente a sua devolução, ele perde 40 centavos. Quer dizer, me parece um negócio bastante complicado.

Acompanhando os demais colegas Senadores que já se manifestaram, eu também vou votar favoravelmente aqui, mas vamos ter que discutir o tema no plenário. Penso que isso é um complicador, é uma situação que vai afastar cada vez mais o Brasil do grande circuito dos empréstimos do mundo afora. E o Brasil vai necessitar cada vez mais de recursos de fora para a infraestrutura através das concessões que deverão ser aceleradas pelo Governo brasileiro, independentemente de quem esteja na cadeira, porque nós não temos recursos próprios nossos. E todos nós sabemos, a condição econômica dos Estados e Municípios é muito ruim. Se pegarmos hoje o *ranking* dos Estados, vamos ver que muito poucos Estados da Federação brasileira têm condições ainda de buscar empréstimos.

E aí quero aqui lembrar que o meu Estado de Mato Grosso não se enquadra nessa condição de um Estado deficitário, de um Estado que tenha dificuldades, porque ele já vem pagando suas dívidas, tem sua dívida bem equacionada, tem uma receita bem equacionada, e está entre os Estados que têm a melhor nota, ainda hoje, pelas agências que fazem o *rating*. O Estado de Mato Grosso tem nota B, acho que B+ ou simplesmente B, mas, enfim, é um Estado que cumpre com as suas obrigações, mas a minha preocupação aqui é com a questão nacional, empresarial mesmo, porque isso vai afastar cada vez mais os investidores do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, considero importante que esse debate venha à tona e em profundidade aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, de vez que há situações em todo o Brasil que precisam ser resolvidas, e, se não forem resolvidas, quem toma prejuízo em primeiro lugar é a sociedade: ou são aquelas viúvas ou são aquelas famílias que precisam receber um precatório. E quantas vezes os Estados têm que lançar mão de outros recursos, retirando de obras, de investimentos de infraestrutura, para cumprir religiosamente aquilo que o Tribunal de Justiça determina, que é o pagamento obrigatório dos precatórios? E quem ganha com isso, com essa retenção dos depósitos judiciais? Quem ganha com isso? Os bancos.

Claro, se os bancos vão pagar uma taxa mínima de depósito de poupança mais TR, a remuneração é sumamente adequada do ponto de vista da lucratividade para os bancos. Então, não há sentido que esse dinheiro fique retido e os Estados que estão vivendo uma situação tão dramática, tão caótica nas suas finanças não possam utilizar esses depósitos para fazer face ao pagamento de precatórios, sejam eles públicos ou privados.

Aqueles que são da obrigação do Estado, o Senador José Serra em boa hora já apresentou uma lei complementar que foi aqui aprovada, autorizando que os Estados utilizassem 70%. E esta PEC agora, relatada pelo nobre Senador Antonio Anastasia, já autoriza a utilização de 75% daqueles depósitos judiciais em precatórios em que os Estados são parte.

Por isso, Sr. Presidente, usar 40% de depósitos judiciais onde o Estado vai fazer uma permuta de pagamento de taxas mais altas para taxas menores, tipo depósito de poupança mais TR, eu acho que é altamente benéfico para os Estados nesta hora de dificuldades que eles estão atravessando.

A PEC Jobim foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Os Estados, até o ano de 2020, terão de pagar os precatórios, é o prazo fatal. Enquanto isso, 60% dos depósitos ficam lá à disposição do Tribunal de Justiça, e esses 40% não são retirados de uma só vez, serão retirados na medida em que a Justiça vá determinando o pagamento dos precatórios, quer dizer, não significa que... Vamos supor, São Paulo deve ter em depósitos cerca de 50 bilhões – 40% de 50 bilhões são 20 bilhões. Não significa que São Paulo vai tirar 20 bilhões de uma só vez. Isso vai acontecendo paulatinamente, à medida em que haja necessidade do pagamento dos precatórios.

Por isso, Sr. Presidente, acho altamente justa e meritória essa proposta e quero parabenizar o Senador Antonio Anastasia, ex-Governador do Estado de Minas Gerais, pessoa mais do que qualificada para dar um parecer e recomendar a aprovação da matéria. Eu acompanho o Senador Antonio Anastasia sem qualquer restrição e com aplausos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu quero aqui separar duas questões na intenção desse projeto. Primeiro, dizer que concordo com a necessidade de se pagar precatório. Nós aprovamos aqui uma regra de uma emenda constitucional que definia, inclusive, condições vantajosas para o pagamento de precatórios e a negociação transparente dos Governos estaduais e do Governo Federal. Nós entendemos e sabemos da situação difícil dos Estados brasileiros, e acho que o Governo Federal e a Federação têm obrigação de sentar à mesa e resolver essa questão do alongamento de dívidas, de como se pagam precatórios, enfim, da sobrevivência, durante essa grave crise brasileira, da prestação do serviço público e do atendimento à população. Com isso nós concordamos.

Quero aqui, e é difícil para mim, discordar do meu Professor Antonio Anastasia, porque o Professor Anastasia é uma referência, mas quero dizer que, ao longo desses anos, eu tenho lutado aqui no Senado para que a gente monte um processo de transparência. E o avanço da Lei de Responsabilidade Fiscal foi algo inegável, inclusive, atacado por partidos que hoje defendem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que nós estamos fazendo com essa PEC? Nós estamos dizendo que a disputa entre empresas, que não tem nada a ver com o Estado brasileiro ou a União, essa disputa que gerar um depósito judicial para garantir seu resultado, esse depósito judicial que está feito em espécie no banco será retirado pelos governos estaduais e municipais para gastar em recursos prioritariamente de precatórios. E aqui eu me lembro do que ocorreu na questão de financiamento de precatórios, quando o Celso Pitta fabricou precatórios e vários Estados fabricaram lista de precatórios para fazer pagamentos.

Então, essa questão... Não quero nem entrar nesse detalhe, mas quero dizer o seguinte: nós vamos pegar dinheiro privado e inserir, sem o devido processo legal da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, limite, avaliação de como se vai fazer e tudo mais... Isso, na minha avaliação, se reveste de um empréstimo transversal para Estados e Municípios fora da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que eu defendo? Primeiramente, eu defendo que o Brasil tenha segurança jurídica e transparência para nós podermos recuperar a credibilidade que o País perdeu. E nós perdemos três coisas: nós perdemos a credibilidade do Governo, nós perdemos a segurança jurídica dos procedimentos e nós perdemos a condição de previsibilidade da economia, exatamente pela sanha intervencionista do Estado brasileiro.

Eu acho que, em vez de entrar para pagar precatórios dos recursos privados, o que se deveria fazer seria uma grande concertação e, se for necessário, que se façam empréstimos aos Estados, com alongamento de 20 anos, com clareza, com observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, com limite de endividamento ou até com extra limite de endividamento, mas uma ação transparente que, efetivamente, possa dar clareza e segurança.

Porque pergunto: está se discutindo a média dos últimos cinco anos, mas e se, amanhã, o Judiciário, com todas as medidas que nós estamos tomando, for mais ágil? O que vai acontecer? Vai travar o pagamento das empresas, e elas vão entrar em quê? Em precatório também ou vai haver aumento de impostos para ressarcir o fundo?

Eu acho que a solução de cobrir um santo para descobrir outro não resolve o problema do País neste momento. Então, com todo respeito à necessidade dos Estados e dizendo que estou à disposição para debater qualquer alternativa que seja transparente e efetivamente dentro da capacidade e do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu quero registrar aqui o meu voto contrário a esse dispositivo, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, apenas para uma intervenção rápida. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, eu ouvi com muita atenção a manifestação lúcida e equilibrada do Senador Romero Jucá, assim como eu participei da reunião dos Líderes partidários com alguns governadores – vieram praticamente os mais cautelosos –, onde foi dito uma coisa muito importante: muitos dos governos estaduais, por força de leis estaduais, já lançaram mão desses recursos. O que esse projeto de lei está procurando equacionar é para o todo, porque grande parte dos Estados, como disse, por leis estaduais, que estão sendo questionadas no Supremo Tribunal Federal, já lançaram mão desses recursos, que são recursos de precatórios privados – é verdade! – e que, algum dia, terão de ser repostos.

O que se está procurando – e esta Comissão vai ter de votar "sim" ou "não" – é dar cobertura a uma situação de fato, porque, na verdade, na verdade, o fato, para muitos – para não ser exagerado e dizer para a maioria –, já aconteceu, sem cobertura legal, constitucional, ou que impedisse a demanda que já está ocorrendo no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o que nós temos de avaliar aqui é, primeiro de tudo, a demanda dos Estados que estão falidos – este é um ponto, ponto crasso. O segundo ponto é a demanda que se encontra no Supremo Tribunal Federal, que vai dirimir essa dúvida de uma vez por todas. Terceiro, nós, nesse meio tempo, ouvida a argumentação do Senador Anastasia, devemos avaliar se vale a pena, ou não, criar uma regra para todos e, se for o caso, aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal já com a votação de um diploma legislativo em curso no Congresso Nacional.

Eu acho oportuno fazer esse esclarecimento, porque... Claro que todos nós queremos ajudar os Estados e ajudar os Municípios. É evidente que sim. Agora, há uma situação de fato, há uma demanda, a matéria está sob relatoria do competente Senador Antonio Anastasia, mas há um fato: por leis estaduais, inferiores ao que estamos discutindo aqui agora, muitos Estados já lançaram mão dos precatórios privados dos seus Estados. Essa matéria está no Supremo Tribunal Federal, que vai dirimir essa questão. E temos, neste momento, uma

questão para ser votada e apreciada no âmbito do Congresso Nacional. O voto vai ser individual, de cada um. Eu vou votar a favor do relatório do Senador Anastasia por entendimento da carência absoluta de recursos por parte dos Estados, que estão, como os Municípios, neste momento, à beira da falência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, só para fazer uma indagação ao nobre Relator. É a seguinte: com a aprovação desta PEC – naturalmente já falei que os bancos podem perder alguma coisa –, os idosos, por exemplo, a que V. Exª se referiu, as pensões alimentícias, os deficientes, vão ganhar? Então, nota dez. Entre bancos e idosos, deficientes, pensões alimentícias, fico favorável aqui às pessoas menos favorecidas. Afinal de contas, as empresas não vão tomar nenhum prejuízo, porque elas serão compensadas com, vamos dizer, o pagamento das taxas referidas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Ouvi com muita atenção todas as lúcidas e inteligentes intervenções de nossos pares, mas eu gostaria de fazer aqui alguns esclarecimentos mais detalhados.

Primeiramente, lembro a todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores que dinheiro é um bem fungível, ou seja, o dinheiro não é carimbado, não tem cor, não tem um quadradinho onde se diga que ele pertença a A, B ou C. No momento – e é bom lembrar – em que há uma demanda privada entre duas pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, e o Estado, o Poder Público é chamado para dirimir aquela controvérsia, Senador Aloysio, esse recurso passa à posse do Estado. O particular perde a sua posse. Ele vai para o depósito do juízo à disposição do juiz, ou seja, do Estado federado já que a Justiça comum é uma Justiça estadual. Ele está, portanto, já à disposição do juízo, e não de posse do particular. Então, ele já é um dinheiro, naquele momento, sob certo aspecto, com um matiz de dinheiro público. E, não sendo fungível, ele não está em um escaninho separado em relação a cada ação, a cada processo. Está num fundo no banco. E, aí, bem lembrou o Senador Valadares, quem tem simpatia pelo modelo atual são os bancos, porque o dinheiro fica lá com remuneração muito baixa, havendo a necessidade por parte do Poder Público, no momento atual, como lembrado por diversos colegas, do pagamento de uma dívida, que são os precatórios.

Nessa PEC, de origem do Deputado Carlos Sampaio, do meu Partido, PSDB, do Estado de São Paulo, com apoiamento de tantos outros, há uma preferência, uma precedência exatamente dos idosos, das pessoas com deficiências, daqueles que têm necessidades alimentares agravadas. Então, eu queria relembrar este fato: o recurso já está fora da disponibilidade da parte, ele está de posse do Poder Público. Temos, de fato, diversas leis estaduais que tratam da matéria. A PEC tem esta vantagem: ela traz uma uniformidade, podendo, evidentemente, ser objeto da discussão pela Suprema Corte.

Ela já tem um arcabouço geral e permitirá – eu conversava há pouco com o Senador Aloysio Nunes – que uma lei complementar sobre o fundo garantidor, já que a discussão se limita e se cinge à questão dos 40% como ponto fulcral da nossa discussão e do nosso debate, determine as regras que vão permitir que os fluxos dos recursos sejam permanentemente pagos. Além do mais, a PEC tem a grande vantagem de estabelecer que esses recursos serão usados para pagar uma dívida, Senador Jucá. Então, a Lei de Responsabilidade estará atendida. Não será para investimento, não será para custeio, é para pagar precatórios, de preferência os alimentares.

Então, me parece que é um projeto que, de fato, encerra polêmica. Aliás, o tema dos precatórios, como eu disse na apresentação do relatório, há 15 dias, foi aquele objeto mais mexido na Constituição ao longo dos últimos anos, por isso mesmo demonstrando que o tema é complexo e polêmico.

Mas me parece que não só a constitucionalidade está preservada, também o interesse público, conforme a proposta apresentada, especialmente as agruras estaduais e municipais e o pagamento regular dos precatórios merecem aprovação deste projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, por uma economia processual e para não ser redundante, eu quero apenas reiterar que estou de acordo com os argumentos aqui colocados pelo Senador Valadares, Líder do meu Partido. Portanto, eu me manifesto favoravelmente ao projeto, de acordo com o parecer do nobre Senador Anastasia, que me dá muita tranquilidade para poder me posicionar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu quero só registrar o meu voto contrário, não ao pagamento de precatórios, mas, sim, à forma do financiamento desses pagamentos. Eu defendo uma sistemática

e um programa específicos de financiamento de precatórios a juros e com prazo em que os Estados possam pagar, mas sou contra a intervenção direta em recursos privados, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, também quero que registre meu voto em contrário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, o meu também, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Quero que V. Exª registre o meu voto a favor.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – O meu, Sr. Presidente, a favor com ressalva, porque vou discutir em plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aliás, estamos fazendo declaração de votos, porque a votação já ocorreu e o projeto foi aprovado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Com a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Sr. Presidente, ontem nós tivemos um grande evento no Congresso Nacional, com a presença do Ministério Público Federal, de movimentos sociais, de partidos políticos, de Parlamentares, Senadores e Deputados, quando do encaminhamento das assinaturas para apresentação de um projeto de origem popular, as dez medidas de combate à corrupção. Nós temos, no item 18 da pauta de hoje, Sr. Presidente um projeto que tem uma ligação estreita com esse movimento da sociedade. E nós temos que estar sintonizados com o momento que estamos vivendo no País. É hora de deliberarmos sobre esse projeto, que tem como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que altera o Código Penal, dando novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva. É um projeto, portanto, que está sintonizado com as medidas apresentadas pelo Ministério Público.

Muitas vezes, nós perdemos oportunidades, nós deixamos de buscar valorização junto à sociedade brasileira porque perdemos oportunidades, ficamos aguardando os fatos ocorrerem, somos atropelados pelos acontecimentos. Por isso eu peço – é uma exceção à regra – inversão de pauta para aproveitamento deste quórum qualificado que temos aqui hoje para deliberarmos sobre esse projeto que tem o Senador Aloysio como Relator, Sr. Presidente. É o item 18.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem, não é para pedir inversão de pauta, é para anunciar à Comissão e a V. Exª que nós terminamos o parecer sobre a PEC paralela que trata da reforma política, dentre outros assuntos, a vedação à reeleição para o Executivo, a iniciativa popular, o poder regulamentar da Justiça Eleitoral, o mandato da Mesa, regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares e domicílio eleitoral. São esses os assuntos principais da chamada PEC paralela nº 113-A/2015.

Nós aprovamos, como V. Exª se recorda, a PEC 113/2015. Então o Relator na época, o Senador Raimundo Lira, com a inteligência que lhe é peculiar, resolveu destacar em duas partes. A primeira, nós já aprovamos, e a segunda está em minha mão, e entrego a V. Exª hoje, nesta reunião, agradecendo a V. Exª, para que marque um dia para votarmos essa matéria de suma importância para o futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência, dando curso ao assunto da reunião, a última proposição, o parecer que foi aprovado, informa que essa matéria vai ao plenário.

Respondendo ao requerimento do Senador Alvaro Dias, que pediu a inversão de pauta do item 18, Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2015, vamos fazer aqui o anúncio.

Quanto à solicitação do Senador Antonio Carlos Valadares, nós vamos incluir na pauta, a seu pedido, o projeto de lei que mencionou aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

Eu gostaria também que você pudesse nos atender quanto ao item 25, que está há alguns dias na pauta, um projeto não terminativo de minha autoria e de relatoria do Senador Ricardo Ferraço. Se puder nos atender, eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendido. V. Exª está solicitando inversão de pauta, pois o projeto já está na pauta.

Senador Blairo Maggi, V. Exª está solicitando a inversão de pauta?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso. Trazer para primeiro, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Será concedida a inversão de pauta.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Apenas para colaborar com o Senador Blairo Maggi sobre a relevância e a importância desse projeto, que já foi aprovado nesta Comissão à unanimidade, recebemos algumas emendas em plenário, as emendas já foram aqui relatadas. Portanto, é um projeto, Sr. Presidente, muito importante, que propõe uma disciplina no inquérito civil público. Isto é fundamental Brasil afora, um regramento nacional acerca dos limites do inquérito civil público. E nós estamos a ponto de votar para deliberarmos finalmente em plenário. Portanto, é para fazer coro à manifestação do Senador Blairo Maggi.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2015
- Terminativo -

Altera o Código Penal para dar novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva.

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- *Votação nominal.*

Com a palavra o Relator para proferir seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, que pretende alterar o Código Penal, para dar novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva.

Em síntese, a proposição legislativa em exame modifica as causas que interrompem a prescrição e o termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível. Ademais, estabelece que, anulado o processo, o tempo transcorrido entre o ato declarado nulo e a publicação da decisão que reconheceu a nulidade deve ser desconsiderado para fins de contagem do prazo prescricional, salvo se a nulidade foi declarada a pedido e no interesse da acusação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

Preliminarmente, registro que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, está plenamente dentro do nosso campo da competência.

No mérito, tenho que a proposição é conveniente e oportuna.

O projeto de lei do Senado que estamos examinando altera o inciso I do art. 112 do Código Penal, para prever que a prescrição começa a correr "do dia em que transita em julgado a sentença condenatória [essa é a lei atual] ou que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional". Atualmente, a redação vigente estabelece, na primeira parte do inciso I, que o termo inicial da prescrição é o "dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação".

Acerca do assunto, cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal não vem admitindo a chamada "execução antecipada da pena", condicionando, portanto, o início da execução da pena ao trânsito em julgado da sentença que aplicar pena privativa de liberdade. Tal entendimento de nossa Corte Maior cria uma enorme incongruência porque, ao mesmo tempo em que a prescrição tem início na data em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação, não se admite a execução da sentença condenatória antes do trânsito em julgado para ambas as partes (acusação e defesa). Com isso, a prescrição tem início, mas a acusação nada pode fazer enquanto a sentença não se torne definitiva.

Sendo assim, entendemos pertinente a alteração feita pelo projeto de lei em exame, que define o termo inicial da prescrição como sendo o dia em que transita em julgado a sentença condenatória. Ou seja, transitou em julgado, começa a correr o prazo para que a pena seja executada.

O art. 117 do Código Penal, que trata das causas interruptivas da prescrição, mereceu a proposta de duas alterações pelo presente projeto de lei.

A primeira no inciso I, para prever que o curso da prescrição interrompe-se "pelo oferecimento da denúncia ou queixa", exceto "se a denúncia ou queixa é rejeitada por decisão definitiva". Atualmente, a prescrição é interrompida pelo "recebimento da denúncia ou da queixa" – o que prevê o projeto de lei do Senador Alvaro agora é que a prescrição se interrompa pelo oferecimento da denúncia.

A prescrição consiste, como todos nós sabemos, na perda da pretensão punitiva do Estado pelo decurso do tempo, ou seja, pelo seu não exercício no prazo previsto. Assim, a ocorrência da prescrição decorre da inércia estatal no exercício do direito de punir.

Diante disso, quando o Ministério Público oferece a denúncia (nos crimes sujeitos a ação penal pública) ou o particular apresenta a queixa (nos crimes sujeitos a ação penal privada), não há que se falar em inércia, uma vez que o legítimo titular da ação penal tomou providências para a responsabilização do infrator – o simples fato do oferecimento da denúncia, portanto, já indica que o Estado pretende exercer o seu direito de punir.

Ademais, em muitas comarcas no País, em razão do acúmulo de processos ou da carência de juízes, o recebimento da peça acusatória acaba ocorrendo muito tempo depois do seu oferecimento, o que favorece a ocorrência da prescrição de crimes.

Noutro giro, a segunda alteração é feita no inciso IV do art. 117, para prever que o curso da prescrição interrompe-se "pela publicação de sentença ou acórdão condenatórios recorríveis, ou de qualquer decisão que, julgando recurso interposto, confirme condenação anteriormente imposta, ainda que reduza a pena aplicada". Atualmente, a redação vigente prevê a interrupção da prescrição "pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis".

Entendemos que a inclusão, pelo PLS, da expressão "ou de qualquer decisão que, julgando recurso interposto, confirme condenação anteriormente imposta, ainda que reduza a pena aplicada" é acertada.

Qualquer decisão que confirme condenação anteriormente imposta, mesmo que haja redução de pena, deve ter o condão de interromper a prescrição, independentemente do tipo de decisão proferida em recurso interposto – o princípio é o mesmo: o Estado não se mostrou inerte no exercício do seu direito de punir.

É o caso, por exemplo, de isenção confirmatória de pronúncia, prevista no inciso III do art. 117 do Código Penal, que é causa de interrupção. A confirmação da condenação sempre demonstra que o Estado não está inerte na pretensão de punir o condenado.

Aliás, nós temos recurso sobre sentença confirmatória de pronúncia que se arrasta durante anos no Supremo Tribunal Federal, gerando impunidade.

Finalmente, o PLS pretende ainda acrescentar o art. 117-A ao Código Penal, para determinar que, "anulado o processo, o tempo transcorrido entre o dia do ato declarado nulo e o dia da publicação da decisão que reconheceu a nulidade deve ser desconsiderado para fins de contagem do prazo prescricional". Em seu parágrafo único, dispõe que tal regra "não se aplica às hipóteses em que a nulidade foi declarada a pedido e no interesse da acusação".

Tal modificação é relevante, uma vez que evita que a defesa retarde intencionalmente a alegação de nulidade absoluta que lhe seja favorável com o objetivo de obter a prescrição do crime. Ressalva-se, por óbvio, no parágrafo único, a nulidade que foi declarada a pedido e no interesse da acusação, tendo em vista que, nessa hipótese, não haverá proveito na obtenção da prescrição.

Pelo exposto, sou a favor da aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Evidentemente, trago o meu absoluto apoio a esta boa e tempestiva iniciativa do Senador Alvaro Dias, que dialoga com um clamor popular na direção de incorporarmos e encontrarmos caminhos de um combate permanente e severo à impunidade em nosso País.

A demora com que a nossa Justiça brasileira se materializa no dia a dia transforma essa percepção de impunidade em injustiça, Sr. Presidente.

Não faz muito tempo, o Supremo Tribunal Federal adotou uma outra medida, Senador Alvaro Dias, ou interpretação, que dialoga com essa iniciativa de V. Exª, dando efetividade às decisões em segunda instância, decisões adotadas a partir, inclusive, de ambiente colegiado, decisões colegiadas e coletivas.

O Senador Alvaro Dias altera um conjunto de artigos do Código Penal para que a prescrição passe a valer efetivamente a partir do trânsito em julgado. É um duro golpe na impunidade, Sr. Presidente.

Nós queremos aqui ressaltar a iniciativa e a importância do que fez o Senador Alvaro Dias com relação a essa medida, que dialoga com esse conjunto de iniciativas que o Ministério Público do nosso País, essa importante instituição do Estado brasileiro, tomou ao apresentar ao Congresso brasileiro dez medidas de combate pleno e permanente à corrupção. Portanto, estamos em linha com o clamor das ruas.

Cumprimento V. Exª por ter feito a inversão de pauta, dando, de fato, prioridade a um tema que é importante para o dia a dia da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Eu, primeiramente, quero cumprimentar o Senador Aloysio Nunes, que inclusive nos dispensa de fazer a justificativa técnica do projeto, já que no seu competente relatório ele a faz com muita eficácia como conhecedor profundo dessa questão.

Para traduzir isso num linguajar simples e inteligível para aqueles que nos acompanham, o objetivo deste projeto é, como disse o Senador Ricardo Ferraço, um golpe fatal na impunidade.

O objetivo do projeto é impedir que expedientes protelatórios sejam adotados por advogados especialistas, estudiosos e talentosos em defesa dos réus, que acabam alcançando a prescrição das suas penas exatamente em função desses expedientes protelatórios que são possibilitados pela legislação vigente, que fazem com que a justiça seja lenta em demasia, provocando o inconformismo na sociedade brasileira.

Este é o momento adequado para o aprimoramento da legislação penal vigente no País. Na esteira da experiência que adquirem agora os investigadores no trabalho competente da Operação Lava Jato, a experiência também dos julgadores, tendo em vista os fatos estarrecedores que estão sendo revelados nessa Operação Lava Jato, que diz respeito a um complexo e sofisticado esquema de corrupção idealizado no País, este é o momento adequado. A Operação Lava Jato cumprirá o seu papel. As instituições acreditadas hoje, que reabilitaram as esperanças da população, como a Polícia Federal, Ministério Público, Justiça Federal, cumprem o seu papel. E cabe ao Legislativo, como consequência do cumprimento dessa missão por parte dessas instituições, buscar o aprimoramento da legislação. E é o que se pretende com esta proposta que apresentamos. Evidentemente, ela foi elaborada com a participação do Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin, conhecedor, portanto, dessa matéria. Com o relatório do Senador Aloysio Nunes, certamente, oferece tranquilidade a todos para uma deliberação unânime favoravelmente a essa proposta.

Ou seja, nós estamos cumprindo o papel do Legislativo, em face do novo momento vivido pela Nação. Quando se redescobre uma nova Justiça e se exige uma nova legislação, mais rigorosa, mais eficaz, o Congresso dá resposta, apresentando uma proposta dessa natureza.

Portanto, o nosso agradecimento ao Senador Aloysio pela eficiência do seu relatório, pela competência e, certamente, ao apoio de todos os nossos pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter atendido ao apelo da inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer.

Não havendo mais quem queira se manifestar, vamos à votação. A votação é nominal. O painel já está aberto e os Srs. Senadores poderão manifestar o seu voto.

(Procede-se à votação.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, enquanto transcorre a votação, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

Gostaria de saber se é possível fazermos mais uma inversão de pauta, contando sempre com a colaboração essencial de V. Exª. Temos alguns itens ainda na pauta relativos às mulheres. E hoje estamos no dia 30, penúltimo dia do mês de março, que para nós é um mês muito significativo.

Seria possível invertemos a pauta e votarmos imediatamente o item 24, que é uma proposta de emenda à Constituição?

Já foi pedido vista, não é, Senador Aloysio? E poderíamos votar hoje.

Há um voto em separado do Senador Aloysio. É o pedido que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Inversão de pauta solicitada pela Vanessa Grazziotin. Deferida.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, eu acho que nós não temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Será? Vamos ver.

Eu peço à Secretaria para fazer a contagem dos Senadores presentes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, em relação à matéria referida agora há pouco pela Senadora Vanessa Grazziotin, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 38,

que estabelece uma cota de mulheres para a ocupação de lugares na Mesas Diretoras nas Casas Legislativas, eu tenho um voto em separado. Eu queria pedir a V. Exª que determinasse a inclusão do voto em separado no processado, do voto em separado contrário à matéria, como já anunciei da última vez.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sua presença já está registrada aí.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Então, Presidente, eu solicito a V. Exª que aguarde um pouco mais porque nós teremos, certamente, a...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Marta já está vindo aí.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Está chegando a Senadora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Enquanto nós aguardamos a Senadora Marta Suplicy – e eu tenho certeza de que alguns Senadores que darão quórum a esta matéria, Sr. Presidente –, há sobre a mesa requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias e do Senador Ataídes, para que nós possamos trazer à Comissão de Constituição e Justiça S. Exª o Ministro Eugênio Aragão, considerando que esse mesmo requerimento que se encontra para deliberação nesta Comissão já foi aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle.

À luz das manifestações, pelo menos minimamente polêmicas, que foram dadas pelo Ministro Eugênio Aragão, nós estamos requerendo a presença dele nesta Comissão, e a sugestão que queríamos fazer a V. Exª, se assim entender, é que pudéssemos fazer uma sessão e uma audiência conjunta, Sr. Presidente.

Saltou aos olhos do Brasil a manifestação emitida por S. Exª o Ministro da Justiça, que sinalizou uma eventualidade ou uma intenção de controlar ou mesmo manipular, ou mesmo uma ingerência em torno das investigações que são conduzidas pela Polícia Federal. De fato, como bem sabe o Senador Aloysio Nunes Ferreira, tendo sido inclusive Ministro da Justiça, a Polícia Federal tem vinculação funcional, mas ela não está subordinada às ações e às deliberações do Ministro de plantão, por ser a Polícia Federal um órgão de Estado, e não um órgão de Governo. Então, eu queria requerer a V. Exª que, após a conclusão da votação deste quórum importante... Antes do de V. Exª, tem o do Senador Blairo Maggi, que requereu inversão de pauta. Então, após, será V. Exª e após o requerimento.

Sr. Presidente, o apelo que faço a V. Exª é para que nós possamos requerer, até porque já há um contato feito com o Ministro da Justiça para uma eventual vinda de S. Exª a esta Comissão, juntamente com a CMA, na próxima quarta-feira, às 11h30.

É o apelo que faço a V. Exª, para que possamos esclarecer todas essas manifestações que foram emitidas pelo Ministro da Justiça. A vinda do Ministro aqui é, portanto, inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O quórum, conforme registra o painel, já foi restabelecido. Eu lembraria ao Senador Caiado que S. Exª não exerceu ainda o direito de voto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Também está presente o Senador Douglas Cintra e todos estão ansiosos para ver o painel registrar o seu voto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Enquanto o Senador Ronaldo e o Senador Douglas fazem o seu registro, na mesma linha do Senador Ferraço, Sr. Presidente, no dia 29 – ontem, portanto –, aprovamos um requerimento na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle um convite ao Ministro da Justiça, Eugênio Aragão.

Conforme o Regimento, o Ministro tem praticamente por obrigação de vir ao Senado Federal pelo menos uma vez ao ano para uma audiência pública.

Eu também reivindico, se digna V. Exª, que façamos essa audiência em conjunto. E até proponho, se V. Exª concordar, que nós façamos no dia 6, próxima quarta-feira, às 11h30. Eu não tenho dúvida de que será de muita valia para todos nós aqui no Senado e também para o povo brasileiro.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Seguindo a ordem, o próximo item terminativo é o de nº 3. Se o senhor puder voltar à pauta normal...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Na inversão de pauta do item 3...

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Estou requerendo inversão para o item 3 da pauta normal. Solicito o prosseguimento da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª será atendido.

Vou proclamar o resultado.

Senador Valdir Raupp.

O parecer foi aprovado, com 14 votos SIM e 01, NÃO.

Total: 16 votos, com o Presidente, que só vota em caso de empate.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, para fazer a leitura do parecer vencedor do item 4 da pauta de 16/3/2016.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2010, que acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Resultado: Rejeitado o projeto.

Observações: A Presidência designou o Senador Aloysio Nunes Ferreira para relatar o vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou aqui à procura do vencido. Somente com a mão esquerda não é fácil. Agradeço à Secretaria da Comissão.

Sr. Presidente, quanto à constitucionalidade da matéria, eu penso que a proposição não merece reparo. No entanto, quanto ao mérito, sou contra o projeto.

A Constituição federal estabelece o desenho administrativo, político e jurídico do Estado republicano e democrático brasileiro. Optou-se, quando da Assembleia Nacional Constituinte, por um modelo de representatividade democrática que privilegiasse o partidarismo político no País e a expressão soberana popular, através do sufrágio universal.

Houve, por assim dizer, a valorização do preceito da autonomia partidária e, por via de consequência, do privilégio do ativismo político-partidário como fundamento da organização dos partidos políticos. Portanto, por esse viés, eventual composição parlamentar ancorada em critério de gênero dependeria, forçosamente, de maior participação (espontânea) da mulher na política, de tal maneira a que essa presença reverbere na direção e na expressão da vontade dos partidos políticos.

Ora, é evidente, da simples leitura da Constituição Federal, que a representação política se faz por partidos políticos. Nos termos da Lei Fundamental Brasileira, são os partidos políticos que organizam a manifestação do sufrágio universal. Não são os gêneros, mas, sim, os partidos políticos. São – e devem continuar a sê-lo – os partidos políticos os responsáveis por canalizar a manifestação do eleitorado.

Por isso, uma proposta como essa suprime dos partidos a liberdade, ou seja, a autonomia constitucionalmente estabelecida, que devem ter para escolher os seus candidatos a cargos nas eleições majoritárias.

Além disso, o fato de duas mulheres terem em comum o gênero não conduz, necessariamente, a que elas tenham em comum a mesma visão sobre as questões políticas, econômicas, sociais e sequer sobre as questões típicas e específicas de gênero, como, por exemplo, o direito à interrupção de uma gestação indesejada. Há mulheres que são a favor e mulheres que são contra.

Não são raros os casos de divergência ideológica e política entre representantes parlamentares de mesmo gênero. Essas diferenças ocorrem entre os homens e ocorrem também entre as mulheres. Não há base concreta para se pensar o contrário.

Não se negam, aqui, aspectos históricos de sonegação da presença da mulher na política brasileira. Trata-se de herança cultural que merece ser revista e urgentemente abandonada. No entanto, há que se ponderar sobre como essa mudança ou quebra de paradigma histórico deva ocorrer.

Entendo que se está tutelando, mediante imposição vertical no plano democrático, a (re) configuração da representatividade popular não pelo interesse direto do resultado das urnas, mas pela atuação interposta de representantes populares: nós, Parlamentares.

Não reputo adequada essa solução.

Ações afirmativas visando ao resgate do equilíbrio isonômico no tratamento e nas oportunidades nas questões de gênero são fundamentais, porém, há que se impor limite. Projetos legislativos como o presente revestem-se de caráter perigosamente dissociados do interesse popular, uma vez que é o povo, e somente o povo, a quem compete a última palavra na escolha de seus representantes. Dessa maneira, creio que, no ce-

nário político, proposições como a presente podem conduzir a resultados nefastos para a legitimidade do cenário político-eleitoral republicano.

Demais disso, mesmo ações afirmativas já implementadas têm se mostrado de pouca eficácia prática, haja vista a edição de leis eleitorais específicas em que se estabeleceram medidas pontuais de resgate da participação feminina na política.

Mesmo após as sucessivas reformas eleitorais que promoveram mudanças nesse diploma legal, ainda assim a questão não encontrou seu eixo de pacificação dos interesses políticos, tanto assim é que diversas outras proposições legislativas vêm sendo apresentadas e aprovadas no Congresso Nacional, sempre visando contornar a ineficácia da tutela vertical e impositiva dos interesses populares.

Em resumo, Sr. Presidente, é essa a argumentação que eu já tive ocasião de expor na reunião em que esta matéria foi deliberada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 25.

ITEM 25
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º.

Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável às Emendas nº 2, 3, 5, 7, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 – PLEN, nos termos das nove subemendas à Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), com a Emenda de redação que apresenta e voto contrário às Emendas nos 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 17 – PLEN.
Observações:
- Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores José Agripino, Randolfe Rodrigues e Douglas Cintra, que até o momento não se manifestaram. regimentais.
Em 29/03/2016 foi apresentada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 3 de plenário, de autoria do Senador Dário Berger, dependendo de relatório.

Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, Senador Ferraço, só um ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... minuto, com a sua aquiescência.

Presidente, Senador José Maranhão, só a confirmação da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está pedindo a palavra pela ordem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, assiste-lhe o direito de interromper o orador que já havia iniciado o discurso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Peço escusas ao Senador Ferraço e a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª não tem que pedir escusas. Estou só ajudando V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Presidente, Senador Maranhão.

Quero só fazer um questionamento à Mesa, ou seja, se já constam sobre a mesa destaques que oferecemos em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Estão aqui, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, esse é um tema que já foi exaustivamente debatido nas reuniões da nossa Comissão, foi alvo de muitos debates, de audiências públicas, de muitas consultas às entidades todas em razão dessa boa e tempestiva iniciativa do Senador Blairo Maggi para estabelecer um regramento geral e nacional relacionado ao inquérito civil público, sem evidentemente violar qualquer das prerrogativas e a autonomia do Ministério Público, mas estabelecendo limites, prazos para que tudo isso se dê dentro de um regramento. De alguma forma isso tem variado de Estado para Estado. E o Senador Blairo Maggi propôs uma regra nacional. E ao longo desse período, nós tivemos o cuidado de ouvir muitas entidades, incorporamos um conjunto de aperfeiçoamentos, muitas emendas foram incorporadas.

De resto, sobrou uma emenda apresentada na semana passada pelo Senador Dário Berger. O que propõe o Senador Dário Berger? Ele propõe que a investigação em inquérito civil seja submetida ao controle jurisdicional, devendo o Ministério Público apresentar relatório minucioso do apurado, de forma fundamentada, propondo ao juiz competente a prorrogação do prazo para a conclusão, arquivamento, homologação do termo de ajustamento de conduta ou ação civil pública.

Quer dizer, *data venia*, eu, pessoalmente, sou levado a achar que o inquérito civil público é um instrumento investigativo disponível exclusivamente para o Ministério Público, numa fase ainda em que visa formar sua convicção sobre a eventual violação, sua autoria, de bens e valores tutelados pela ação civil pública. É uma fase ainda preliminar, portanto, do juízo de valor – a convicção necessária à propositura da ação civil pública, o termo de ajustamento de conduta e até mesmo o arquivamento que eventualmente pode ocorrer quando o Ministério Público for inerte ou não se achar convencido da ocorrência de lesão dos interesses que tutela ou da autoria da lesão.

Considero que esse é um procedimento ainda pré-processual; é pré-processual. Submeter ao Ministério Público, a essa altura, controle jurisdicional eu considero absolutamente inadequado. Oportunamente, tempestivamente, o controle jurisdicional será firmado, será formado. Mas nesse momento eu considero inadequado, Sr. Presidente, porque não há, ainda, uma formação de juízo por parte do Ministério Público.

Então, sou levado, lamentavelmente, em função dessa convicção, a não acatar a emenda do meu querido e estimado amigo, o Senador Dário Berger, por essas justificativas que estou aqui a apresentar, Sr. Presidente.

É como relato.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, o Senador Dário pediu primeiro, Presidente. Eu me inscrevo em seguida.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu sou o autor da emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu queria pedir a V. Exª que eu pudesse destacar a subemenda que apresentei e fazer a justificativa necessária, uma vez que, com todo o respeito, permito-me também discordar do eminente Relator, Senador Ricardo Ferraço.

A subemenda que destaco é a de número 3, que acrescenta o §7º ao art. 4º do substitutivo geral, ou do Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015, com a seguinte redação:

> Art. 4º .....
> .....
> §7º A investigação em inquérito civil será submetida ao controle jurisdicional, devendo o Ministério Público apresentar relatório minucioso do apurado, fundamentadamente, propondo ao Juízo competente a prorrogação de prazo para conclusão, arquivamento, homologação do termo de ajustamento de conduta ou ação civil pública.

E a justificativa.

A Constituição Federal, Srªs e Srs. Senadores, estabeleceu no art. 129, inciso III, que dentro das funções institucionais do Ministério Público cabe a de "promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos".

Assim sendo, tendo em conta a relevantíssima competência do Ministério Público em relação ao inquérito civil, torna-se essencial, no meu modo de ver, que haja o controle jurisdicional desse procedimento pré-processual visando à segurança sobretudo dos cidadãos, tudo com fiel observância da legislação e do devido processo legal.

O que eu estou sugerindo aqui é única e exclusivamente que o inquérito civil tenha o controle jurisdicional; que, em um determinado momento, ele possa passar pela avaliação do juiz e, sobretudo, que o cidadão que está sendo investigado possa ter, já no inquérito, o devido direito de defesa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*. Sem revisão do orador.) – Mas já tem!

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Porque invariavelmente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas nós estamos estabelecendo no projeto o contraditório, que hoje não existe. O que nós não estabelecemos é o controle jurisdicional, mas o contraditório é uma das principais inovações que nós estamos incorporando. Hoje, não existe, é verdade, V. Exª tem razão.

Perdoe-me a interdição.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Em relação ao inquérito policial, o Código de Processo Penal estabelece também expressamente que os autos desses procedimentos sejam submetidos ao controle jurisdicional. Então, eu não sei por que esse não pode ser mantido ao controle jurisdicional. Por exemplo, um TAC, que será submetido a um prefeito. O Ministério Público terá competência única e exclusiva de estabelecer um TAC diretamente com o prefeito? Ou não seria mais justo que isso fosse submetido também a um controle jurisdicional? Não seria mais amplo? Não seria mais democrático? Não seria mais justo? Não seria mais legítimo? Não seria mais assegurado, vamos dizer assim, àquele prefeito o devido processo legal e a segurança necessária para que...?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas o TAC não é uma peça unilateral, é um acordo.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não, tudo bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O prefeito não é obrigado a assinar o TAC.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Tudo bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ele assina o TAC se se convencer.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não é obrigado em termos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, não é obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não é obrigado em termos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, não é obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Ferraço, francamente, é o seguinte: ninguém é obrigado a nada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, claro que não. Nós somos obrigados a um conjunto de coisas, evidentemente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, na verdade, como eu estava dizendo, só para concluir aqui, a questão aqui é única e exclusivamente o controle jurisdicional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É isso.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – De minha parte, eu acho importante.

Quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado – no caso aqui, já estou no processo penal – estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos para ultimar diligências que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz, que, ao final, deve ser a referência última de todas as investigações e de todo o processo legal.

Eu entendi assim e acho que isso seria uma questão que deveria ser avaliada com muita prudência pelos meus pares. Reconhecendo que o Senador Ricardo Ferraço fez o seu relatório e tende a não acrescentar esse destaque, eu, de qualquer forma, submeto à apreciação dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras o destaque que apresentei.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, o senhor me permite, em relação a esse tema, fazer uma intervenção célere e cirúrgica?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há três oradores inscritos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Aguardarei a minha hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se me permite, parece-me que sou o próximo inscrito, mas eu acho que o Senador Anastasia – se V. Exª permitir e se os demais também permitirem – teria uma contribuição específica em relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – V. Exª permuta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu permutarei, fico em seguida.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É tão somente uma sugestão ao eminente Relator e também ao autor da emenda, o Senador Dário Berger, pois me parece, de fato, que o tema é relevante.

Se o Relator e o autor da emenda aquiescessem, eu acho que bastaria, nesse §7º, a seguinte redação: "A investigação em inquérito civil será submetida ao controle jurisdicional." É mais ou menos o que já é, um certo óbvio, porque o controle jurisdicional está imanente a tudo, sem entrar nos detalhamentos que poderiam ferir as competências. É uma sugestão que faço ao Relator e ao autor da emenda, para termos o controle, mas sem o detalhamento que foi aqui mencionado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas já está escrito, já está previsto na Constituição. Desculpe-me, Anastasia. Há o inciso XXV do art. 5º. Não se pode afastar o controle jurisdicional.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – *Quod abundat non nocet*, Senador. Nós sabemos a prática que ocorre.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É, mas *quod abundat* que pode dar controvérsia inútil também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente José Maranhão, Senadoras e Senadores, eu queria primeiramente cumprimentar S. Exª o meu caríssimo amigo Senador Ricardo Ferraço pelo trabalho exitoso que fez em relação a este projeto sobre o inquérito civil.

Na verdade, eu nem deveria, aqui, reclamar, porque eu apresentei 19 emendas, das 19, S. Exª, o Senador Ricardo, acatou 11, 8 foram rejeitadas. O meu desempenho, então, está melhor que o da seleção brasileira no jogo de ontem. Dessa forma, eu queria cumprimentar e agradecer.

Permita-me...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas, na verdade, em socorro, Caiado, Senador Caiado, ao Dário o Senador Anastasia já encontrou o meio-termo para resolver. Mas Senador Caiado, veja, permita-me, das oito não acatadas por S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, assinalar três. Eu fiz destaque nas oito, mas reforço o destaque em relação a essas três e queria aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, essas três não foram acatadas. É isto que eu faço questão de assinalar: eu retiro os destaques das outras cinco, Sr. Presidente, e mantenho somente nessas três para facilitar o debate aqui na Comissão, para agilizar, para acelerar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Quais são as três, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Já falarei. Já direi, Excelência. A primeira é a Emenda de nº 4, que trata especificamente do seguinte.

> Dê-se ao §1º do art. 5º do Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015 - Complementar, a seguinte redação:
> "Art. 5º.....
> § 1º O requerimento deve ser examinado em sessenta dias, tendo o membro do Ministério Público que justificar o descumprimento do prazo.

S. Exª, o Senador Ferraço, no texto original rejeitou essa emenda, mantendo somente o prazo de sessenta dias, sem prorrogação, para que o Ministério Público faça a avaliação do requerimento em relação ao inquérito civil.

Eu estou propondo, Sr. Presidente, na emenda, a possibilidade de prorrogação com a justificação pelo descumprimento por parte do Ministério Público. E por que eu o faço, Sr. Presidente? É de conhecimento de todas as colegas e todos os senhores colegas Senadores que o Ministério Público é o *custos legis*. A expressão latina *custos legis* tem o significado da função precípua do Ministério Público, que é ser o fiscal da sociedade. É esta a função.

A minha preocupação é a retirada deste dispositivo, é nós estabelecemos um prazo, simplesmente, ao Ministério Público, sem prorrogação, mesmo que não tenha justificativa, e isso retirar a necessidade do fiscal da sociedade se manifestar pela leniência que, às vezes, pode ocorrer, do membro e não, de fato, da instituição.

Diante disso, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, eu queria aqui insistir nesta Emenda nº 4, que diz claramente o seguinte: há possibilidade da prorrogação com a justificativa dada por parte do Ministério Público.

A segunda emenda, Senador Ferraço, é a de nº 9, que, na verdade, dialoga, Senador Dário Berger, com a emenda proposta por V. Exª.

Na verdade, permita-me aqui uma primeira percepção sobre o contraditório no inquérito civil a partir da perspectiva que vejo. O princípio do contraditório e da ampla defesa, consagrado em nossa Constituição, parece-me que é consagrado, ele é definido e consagrado para a ação penal, para o processo em juízo. No inquérito, como se definiu em nosso Código de Processo Penal – pelo menos no Código de Processo Penal vigente o inquérito está regido do art. 1º até o art. 21 –, o contraditório não fica ali estabelecido.

Aliás, eu queria aqui trazer o que diz um autor de Direito Constitucional, Dr. Carvalho Santos, que estabelece exatamente o seguinte sobre o tema do contraditório no inquérito civil, diz: "Inexistem litigantes porque o litígio, se houver, só vai configurar na futura ação civil", que é similar ao que acontece em relação ao inquérito penal e o contraditório vem a executar na ação penal.

Eu entendo a emenda feita pelo Senador Dário Berger. Parece-me – e posso aquiescer – que a solução proposta pelo Senador Anastasia resolve a preocupação, constrói uma mediação sobre a emenda que propusemos e sobre, *ipsis litteris*, a preocupação que o Senador Dário Berger aqui traz.

Por fim, a última emenda que apresento é a Emenda nº 10, Senador Ricardo Ferraço, em que eu sugiro e solicito a supressão do §18 do art. 16 do substitutivo do projeto de lei. A iniciativa do projeto de lei destaca a responsabilidade dos Magistrados do Ministério Público. Aí, na verdade, essa emenda pretende a supressão do §18 do art. 16, que dispõe o seguinte:

> O membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, podendo a ação penal, na hipótese, ser proposta também pelo ofendido, subsidiariamente na forma da lei processual.

Sr. Presidente, Senador Ferraço, a emenda que fizemos é de supressão desse dispositivo por uma interpretação que aqui apresentamos da Constituição. Veja, a Constituição da República, no seu art. 61, §1º, diz que:

> §1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:
> .....
> II - disponham sobre:
> .....
> d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

Parece-me que está claro que a privativa de legislar sobre a responsabilidade e sobre a organização do Ministério Público, que é de que trata a matéria em espécie, não é tema e não é competência para nós, é competência privativa do Executivo. São essas as alegações que trago...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador, um ponto de esclarecimento: V. Exª então está dizendo que o projeto de lei como um todo é inconstitucional? É isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, não, não, não. Eu estou dizendo esse dispositivo. O dispositivo específico, que é o §18 do art. 16 do substitutivo. Esse substitutivo que diz – repito, Senador Aloysio, se V. Exª me permite – o seguinte:

> O membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, podendo a ação penal, na hipótese, ser proposta também pelo ofendido, subsidiariamente na forma da lei processual.

Esse dispositivo, no meu entender, diz respeito à organização do Ministério Público, e esse dispositivo em espécie me parece que não é da nossa competência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Parece-me que é o uso devido; mas o uso indevido? O uso devido é até uma obrigação, agora o uso indevido me parece um excesso. Parece-me que estamos dando ao promotor, ao Ministério Público um excesso e um limite que nenhum de nós como cidadão nem deve, nem pode. Por que pode fazer uso indevido? Acho que não. Uso devido, claro que sim; agora, com o indevido, não posso concordar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Se V. Exª me permite...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...o uso indevido é vetado por si. Aliás, todo o nosso arcabouço jurídico, não só a Constituição, a lógica impede que qualquer uso indevido responsabilize o membro do Ministério Público. Para isso há, inclusive, os mecanismos de fiscalização do Ministério Público: o Conselho Nacional do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Ou

seja, se um membro atuar indevidamente, há os mecanismos e os instrumentos pelos quais deve ser feita a correição da atuação do membro do MP.

A minha percepção, Senador Ferraço, é de que quando tratamos, adentramos a esfera da organização específica da atuação dos membros do MP, estamos entrando em uma vedação que está disposta pela Constituição em relação à nossa atuação.

São essas as emendas, Senador Ferraço.

Retiro as demais emendas. Na verdade, sustento e mantenho para o destaque a Emenda nº 4 e a Emenda nº 10. Quanto à Emenda nº 9, rogo pelo acordo proposto aqui pelo Senador Anastasia em relação a isso, porque tem uma interface com a proposta apresentada aqui pelo Senador Dário Berger.

Obrigado, Excelência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, à luz das contribuições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Quer a palavra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, uma intervenção rápida ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Consulto o Relator se vai esclarecer alguns pontos levantados pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pretendo esclarecer, mas considero importante ouvir o Senador Aloysio, que sempre traz boas luzes ao debate.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, permita-me uma correção gramatical. Disse que retirava as emendas. Obviamente, retiro os destaques que apresentei e mantenho essas que aqui assinalei.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, penso que, das emendas apresentadas, todas elas interessantes, com o objetivo de aprimorar o projeto, a que está produzindo maior impacto é a do Senador Dário Berger, a respeito do controle jurisdicional.

Tenho para mim, Sr. Presidente, que tudo está sujeito ao controle jurisdicional. Até concurso de *miss* está sujeito ao controle jurisdicional. Esta é a realidade dos fatos: até concurso de *miss*! Ele não precisa estar previsto na lei, porque a Constituição garante que nenhuma lesão, nenhuma ofensa ao direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário. Esta é uma das garantias fundamentais, prevista no art. 5º, inciso XXV, da Constituição. Então, creio que é desnecessário prever, no projeto, que o inquérito está sujeito a controle jurisdicional. Tudo está sujeito a controle jurisdicional: partida de futebol, concurso de *miss*, tudo está sujeito, desde que haja lesão de direito.

De modo que, se, porventura, um promotor que conduz um inquérito civil se desvia da baliza legal que rege e disciplina a sua atividade, há recurso judicial, uma medida cautelar para interromper o inquérito civil ou pode haver também recurso ao próprio Conselho Nacional do Ministério Público, se porventura o promotor cometeu alguma infração funcional no exercício dessa sua competência.

Parece-me, Senador Berger, desnecessária essa previsão, porque está implícito em todo o nosso ordenamento jurídico, especialmente nessa garantia constitucional que todos conhecemos, que, havendo lesão a direito ou ameaça a direito, evidentemente, o Poder Judiciário pode ser acionado.

Em relação ao TAC, termo de ajustamento de conduta, como diz o Senador Ferraço, é um ato bilateral. Ninguém pode impor um termo de ajustamento de conduta. Ele é negociado. Se um promotor quiser impor o termo de ajustamento de conduta a um gestor público, ele pode também recorrer ao Poder Judiciário. De modo que me parece que essa cautela de V. Exª, que tem fundamento, porque temos notícias de arbitrariedades cometidas no curso de inquéritos civis, especialmente daqueles que se eternizam, essa que é a realidade, aí eu penso até que essa possibilidade de prorrogação que o Senador Randolfe propõe, além dos 60 dias, sendo que o Conselho Nacional do Ministério Público já restringe a 30 dias, também daria margem a uma eternização de inquéritos.

Todos nós sabemos o quanto pesa para uma pessoa de boa-fé, decente, correta o fato de estar sendo investigada. Sei disso. Eu sei disso, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – De modo que considero razoável a delimitação desse prazo em 60 dias, que vai, repito, além até do que hoje é estabelecido pelo Conselho Nacional.

Muito obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

Dando continuidade, se me permitirem, gostaria de chamar a atenção dos colegas.

Entendo o momento excepcional que vivemos, a preocupação que temos com o combate à corrupção, sei que os olhos da população brasileira recaem sobre nós e temos uma responsabilidade muito grande com a ética, com a moral e com o resgate da credibilidade da classe política. Contudo, temos de tomar muito cuidado com os extremos. Estou muito preocupada.

Fui gestora de um município muito pequeno, Sr. Presidente, e talvez aqui tenha sido a única a ter tido esse privilégio, do qual eu não abriria mão nem que ganhasse a possibilidade de administrar a maior cidade deste País, que quero ver, um dia, ainda, sendo administrada pelas mãos de uma mulher, que é a capital do Estado de São Paulo, o nosso Município de São Paulo. Ele já foi administrado por uma mulher, mas gostaria de ver isso novamente. Porque passei por experiências únicas que talvez o Senador Anastasia, como Governador que foi, brilhante, em Minas Gerais, e o Senador Dário, que foi Prefeito de capital, não tenham passado.

O que acontece na maioria absoluta dos Municípios brasileiros? A maioria absoluta dos Municípios brasileiros têm menos de 50 mil habitantes. São Municípios que são administrados não por duas mãos, mas por centenas de mãos, as mãos não só daqueles secretários municipais, mas também da sociedade, do cidadão, do Ministério Público e do Poder Judiciário. Eu tive lá, enquanto fui Prefeita por dois mandatos, o auxílio de cinco membros do Ministério Público.

E aí é que gostaria de chamar a atenção do nosso Relator, Senador Ferraço. Eu acho que esse é um instrumento necessário; é preciso que todos os Poderes e órgãos tenham o sistema de freios, de contrapesos. Acho que isso vai vir a dar uma tranquilidade. Nós estamos muito preocupados com o combate à corrupção – e temos que fazê-lo –, mas nós não podemos criminalizar a atividade política. Hoje, quem tem patrimônio ou pessoa de bem não quer mais fazer política neste País, porque hoje estamos todos na vala comum. É preciso que nós tenhamos esse cuidado.

Aqui, em particular, neste projeto em que eu parabenizo o autor pela sua iniciativa e, pelo relatório, o Senador Ferraço, eu encontrei aqui um dispositivo perigoso: o art. 10 fala que a homologação do arquivamento não obsta o ajuizamento da ação cabível por outro eventual legitimado. Eu quero dizer o seguinte: quando o Ministério Público faz a apuração – e raramente se arquiva, porque, quando se chegam denúncias ou indícios, o mínimo que ele faz é instaurar, através do inquérito civil, e fazer, depois da instauração, toda a parte de instrução e de conclusão desse inquérito para fazer o seu juízo de valor –, quando excepcionalmente ele arquiva, esse arquivamento é homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público. Então, ele não aquiva simplesmente porque é amigo do prefeito ou porque, às vezes, ele cometeu um erro e faz o arquivamento desnecessário. Isso vai para o Conselho Superior do Ministério Público. Então, há uma instância superior. Eu pergunto: se o próprio juiz, quando ele tem uma sentença dele recorrida, ele vai para o duplo grau de jurisdição, ele tem a sua decisão reformada ou mesmo confirmada, não pode um outro juiz receber a denúncia de quem quer que seja para julgar porque isso transita e faz coisa julgada, como é que eu posso admitir que um membro do Ministério Público que tomou uma decisão e teve essa decisão deliberada pelo órgão superior, que é o Conselho Superior do Ministério Público, possa um outro promotor, dois ou três anos depois, que não tomou conhecimento do fato, que não conheceu a realidade do local naquele momento, vir a dizer o seguinte: eu vou desarquivar de pronto?

O art. 11, Senador Ferraço e Senador Randolfe, eu acho que este, sim, tem que ser mantido. Ele diz o seguinte: é possível, sim, o desarquivamento desde que ocorra fato superveniente ou conhecimento superveniente de prova. Senão, eu vou fazer com que, a todo momento, o gestor público esteja com uma espada de Dâmocles no pescoço e seja sujeito a n questionamentos e não a apenas uma decisão, mas a inúmeras decisões em cima de um único fato.

Então, eu gostaria só que o Senador Ferraço pudesse levar isso em consideração e, talvez, unir o art. 10ª com o art. 11. A homologação do arquivamento não obsta o ajuizamento de ação cabível por outro eventual legitimado em caso de conhecimento superveniente de prova que altere os motivos do arquivamento. E, aí, enfim, fundamentando e determinando o seu desarquivamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, eu acho que esse debate que envolve Ministério Público e envolve prefeitos, gestores, eu acho que já se foi essa época.

Senador Dário, vire-se só um pouquinho para eu ver o Presidente ali, porque o Presidente é muito alto, fica ali atrás daquele computador e eu queria olhar para ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Depois do advento do Conselho do Ministério Público – e, na verdade, era dessa forma e ainda o é –, prefeito não tem que ter medo de promotor, porque no Ministério Público, a exemplo de qualquer outra carreira, tem os concurseiros também: o cara que faz dez concursos públicos e não passa em nenhum, depois, faz para o Ministério Público, passa, vai para o interior e vira o "cavalo do cão" – quem manda na cidade é ele. E, aí, choveu e caiu o muro da creche: ele chama o prefeito. O prefeito vem. E ele diz: "O senhor tem 24 horas para refazer." E o prefeito: "Mas eu não tenho como refazer com 24 horas, pois está chovendo." E o membro do Ministério Público: "Eu abro um procedimento contra o senhor." Aí o besta vai e faz e ele abre dois: um porque não fez em 24 horas e outro porque fez sem licitação. E isso vira um procedimento, entra no *site* do Ministério Público, aí os adversários do cara, só porque há um procedimento aberto contra ele, já espalham na rua que ele é ficha suja.

De fato, isso é uma celeuma, mas quem é do bem não pode ter medo do Ministério Público porque, depois do advento do Conselho do Ministério Público, que foi criado por esta Casa e nós tivemos o prazer... Eu já estava aqui como Senador quando criamos o CNJ e o Conselho do Ministério Público. O prefeito vai dizer o seguinte: "Olha, o senhor vai abrir um procedimento contra mim? Eu vou precisar contratar um advogado, mas o senhor contrate também porque eu vou representar contra o senhor no Conselho do Ministério Público, porque pau que dá em Chico dá em Francisco."

O problema, aqueles que arranham a imagem da instituição, que são os concurseiros... Porque o verdadeiro promotor... Lá no meu Estado, por exemplo, já que o debate é esse, versa sobre isso, eu cheguei num Município e o prefeito falou comigo o seguinte: "Magno, aqui o promotor determinou que, na eleição daqui, cada candidato a prefeito só pode andar com 15 pessoas com ele, esse pessoal vai ter que ficar aqui, não pode andar e não pode ligar o som." Respondi: mas eu não conheço essa lei. "Mas ele determinou." Como ele determinou? Eu subi no trio e falei: eu quero cumprimentar as autoridades da cidade, quero cumprimentar o padre, o pastor, o juiz e também o promotor da cidade. Eu ouvi uma conversa quando cheguei aqui na cidade que o promotor proibiu as pessoas de andarem junto ao candidato e proibiu o som ligado. Eu duvido que tenha feito isso, porque o promotor é um homem esclarecido, conhece a lei e não virou promotor à toa. Ele não é doido. Quanto eu estiver perto de um hospital ou perto de uma escola eu desligo, mas é só isso e posso andar com quem eu quiser. Passou um tempo, uma meia hora, me ligou o Procurador do Estado dizendo assim: "Magno, o promotor me ligou aqui e disse que falaram... Ele me falou que nunca fez isso, não, que isso é invenção". Mas não era invenção, não.

Então, ninguém precisa ter medo de promotor. Ora, se você está certo, a justiça está com você, se você não cometeu erro. Foi tão somente a vaidade... E muitos têm motivação política, fazem isto com motivação política: abrir procedimento por motivação política. Ora, então o senhor contrate um advogado que eu contrato outro; o senhor represente contra mim e eu entro contra o senhor no Conselho Nacional do Ministério Público.

Quando a Senadora Simone faz essas considerações sobre o Conselho do Ministério Público, eu quero corroborar e fazer coro. De fato, nós criamos esse instrumento. Esse instrumento existe. Então essa preocupação com o prefeito... Agora prefeito bandido, picareta tem que se preocupar mesmo, porque abrem um procedimento, aquilo depois vira um processo contra ele e ele não tem como se defender, ele não tem como se defender.

Agora, esse debate é amplo e acho que não temos que nos amedrontar com isso, é uma instituição sólida pela qual tenho o maior respeito, mas o Ministério Público, a exemplo de qualquer outra carreira, tem os seus concurseiros também que fizeram dez concursos, não passaram, passaram no Ministério Público, o cara passou na Polícia Federal, virou delegado da Polícia Federal, aí, vira o cavalo do cão. Mas ninguém tem que ter medo. Se a verdade está com você... O senhor contrate um advogado que eu contrato outro, o senhor abra um procedimento e eu entro contra o senhor no Conselho do Ministério Público.

De maneira que, nesse debate, acho que essa figura do Conselho Nacional do Ministério Público, assim como o CNJ, que foram criados exatamente para julgar se é ético o comportamento de promotores ou de juízes, se o comportamento é correto ou não é correto e nada mais do que isso... E aí o Ministro Joaquim Barbosa, quero lembrar, cometeu um erro muito grande quando foi Presidente do CNJ e notificou os cartórios do Brasil mandando fazer casamento homossexual, o que não tem nada a ver com ele, porque não tem essa lei no Brasil. Extrapolou a competência, porque o CNJ é para julgar comportamento ético ou não ético de juiz e, de igual modo, o Conselho do Ministério Público.

Eu acho que o foco deve se dar aqui. Nós temos o Conselho do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, tão somente para reconhecer o trabalho e a iniciativa do Senador Blairo Maggi, que propôs a regulamentação do inquérito civil público, que é um ato prévio, a instauração da ação civil a que tem direito o Ministério Público Federal ou estadual.

Eu queria apenas agradecer ao nobre Relator o fato de ter aceito uma emenda de redação de minha autoria, já que a proposta inicial não deixava bem claro, no caso da condução coercitiva, se o Ministério Público poderia fazer essa condução coercitiva por iniciativa própria, sem a autorização do Poder Judiciário, ou seja, dos juízes. E com a proposta que eu fiz de redação, o Senador Ricardo Ferraço corrigiu essa dúvida, uma vez que, agora assim, o Ministério Público pode propor uma condução coercitiva do investigado, mas antes terá que pedir, que fazer um requerimento ao juiz justificando este ato. Agora está bastante claro.

E quero também acentuar o seguinte, que o Ministério Público realmente possui uma função importante de representar os direitos da nossa sociedade, os direitos coletivos, os direitos difusos, os direitos individuais. E estava necessitando, já que temos uma regulamentação da ação civil pública, de uma regulamentação do seu inquérito, porque ele antecede, juntando as provas, uma possível ação civil pública. Então, se o inquérito for bem feito e acobertado pelas diretrizes legais e constitucionais com a justificativa plausível, a ação civil pública será tranquila. O juiz aceitará os termos do inquérito e empreenderá essa ação nos termos previstos na Constituição e na legislação que regulamenta estes assuntos.

Por isso eu quero reconhecer o trabalho dos dois, do autor, Senador Blairo Maggi, e do Relator, Senador Ricardo Ferraço, que se detiveram, com muito brilho e eficiência, nesta matéria, agradecendo a aceitação da minha proposta de redação, na melhoria do art.16.

Agradeço a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Aprovam o quê, Presidente?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

No caso, como eu não apresentei emenda, mas gostaria de destacar um artigo, isso é possível pelo Regimento?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª poderia fazer o requerimento de destaque, mas, infelizmente, a votação já foi encerrada.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, como é que ficou o meu destaque, então?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Tem destaque?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

Foi encaminhada a votação acho que de forma um pouco precipitada, porque não foi dado nem um minuto para que pudesse ser ouvida uma questão, tal como a Senadora... E o autor nem se manifestou também; o Relator, desculpe. Então, eu acho que poderíamos ter uma certa flexibilização ou boa vontade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sem querer contestar V. Exª, e já contestando, não foi encerrada a votação de forma precipitada. Foram anunciados o encerramento e a votação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – E aberta a discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – A votação está em curso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A discussão, e foi feita a votação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não. A votação ainda não foi feita.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente....

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – E qual seria o procedimento da votação? E os destaques?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, e o destaque que eu apresentei? Ficou aprovado o meu destaque, então?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E a manifestação do Relator?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ressalvados os destaques que estão aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas o Relator não se manifestou.

Você já se manifestou? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos aos destaques.

ITEM 40
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 13, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 4-PLEN ao Projeto de Lei Complementar do Senado nº 233, de 2015.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

V. Exª quer acrescentar alguma coisa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, Excelência. Já sustentei os destaques.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os Srs. Senadores que aprovam o destaque requerido pelo Senador Randolfe Rodrigues queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque.

ITEM 41
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 14, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 9-PLEN ao Projeto de Lei Complementar do Senado nº 233, de 2015.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O Caiado vota de acordo com o autor. (*Risos.*)

O Caiado vota de acordo com o autor. Se vier de mim e da Vanessa, o Caiado já vota contra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Excepcionalmente, vou votar contra V. Exª – excepcionalmente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Rejeitado o destaque.

ITEM 42
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 15, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 10-PLEN ao Projeto de Lei Complementar do Senado nº 233, de 2015.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – O Senador Randolfe não retirou as outras?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Não, não. Eu retirei seis e mantive três.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Foi a 9...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Essa é a última.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

ITEM 43
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 16, de 2016
- Não terminativo -

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 312, 313 e 314, do Regimento Interno do Senado Federal, DESTAQUE para votação da Subemenda 1 à Emenda 3 do Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015 – Complementar.

Autoria: Senador Dário Berger

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, voto favoravelmente, com o Berger.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me, Excelência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Estou votando, mas estou inseguro, porque houve a emenda do Senador Dário Berger e houve uma mediação à emenda, feita pelo Senador Anastasia. Pergunto se a mediação não resolveria, porque eu quero votar na mediação proposta pelo Senador Anastasia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – V. Exª tem que cumprir...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero informar ao Senador Randolfe...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O que está em votação...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que não houve nenhuma manifestação do Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não houve nem tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, a emenda está mantida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Aprovado, aprovado. Aprovado, com o voto contrário do Senador Ferraço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, quero só registrar o voto contrário. Eu era a favor da emenda, da...

Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Rapidamente, quero só fazer o meu registro. Eu queria votar, como não houve manifestação do Relator, na mediação proposta pelo Senador Anastasia. Como não foi possível, peço que registre o meu voto contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Registrado o voto contrário de V. Exª.

Nós acabamos de votar o destaque. Agora vamos votar substancialmente as emendas.

Eu consulto a V. Exªs se a votação da emenda é a mesma do destaque. (*Pausa.*)

Aprovada com os destaques e as emendas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Aprovada com o destaque, só um foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 3, do Plenário.

ITEM 24
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2015
- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Autoria: Deputada Luiza Erundina e outros
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:
- Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e à Senadora Marta Suplicy, nos termos seguintes: em 30/03/2016, foi recebido o voto em separado do Senador Aloysio Nunes Ferreira, contrário à proposta.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o voto em separado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem, por favor, antes de passar a palavra ao Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado. É que foi muito rápido o final da votação do outro projeto, o PLS nº 233. Como autor, eu quero agradecer ao Senador Ricardo Ferraço pela condução dessa relatoria. Agradeço também a colaboração dos demais Senadores que apresentaram as emendas e os votos necessários para levar adiante aqui esse projeto.

Eu penso que é um projeto que vai ajudar muito, principalmente, no interior do Brasil. O projeto foi relatado aqui pelo Senador Magno.

Nós temos muitos problemas. A vida não é um mar de rosas, como pensamos que é. Há muitas coisas diferentes, muitas arbitrariedades pelo interior do Brasil afora. Eu acho que isso vem resolver ou amenizar uma série de problemas.

Eu quero agradecer a V. Exª por ter acolhido também colocá-lo em pauta e a todos os demais colegas que participaram. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, para proferir o seu voto em separado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quando relatei o vencido, no item em que a Comissão havia registrado uma proposta de emenda constitucional de autoria do Senador Marcelo Crivella, eu já expressei o meu ponto de vista sobre essa matéria.

Apenas reiterando o que eu disse, eu penso que, no nosso sistema político, os partidos políticos têm um papel absolutamente insubstituível, o da organização da expressão do sufrágio universal. É por isso que para serem candidatas as pessoas têm que ser filiadas a partido político. É por isso que os partidos têm que ter caráter nacional. É por isso também que a composição das mesas diretoras e das comissões das Casas representativas têm uma representação proporcional dos partidos políticos. Ela deve refletir a composição do plenário das Casas representativas. Por quê? Porque a composição do plenário é o resultado do sufrágio universal, não é uma invenção. E para a expressão desse sufrágio universal, repito, a atuação do partido político é absolutamente indispensável.

Eu penso que essa proposta de emenda constitucional vulnera esse princípio básico da democracia representativa brasileira. Por esta razão, eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua facultada a palavra para discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acho que já discutimos bastante a matéria na reunião passada no momento em que foi pedido vista. Acho que já estamos preparados para votar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª, naturalmente, está falando por V. Exª, porque, de repente, outro membro do plenário pode estar interessado em discutir.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É, mas acho que também gostaria de concordar com a Senadora Vanessa. E a Senadora Simone acho que também está de acordo. Nós três achamos muito interessante votar este projeto rapidamente, sem maiores discussões.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu também concordo com V. Exª. Temos todos o maior interesse em votar o projeto, mas não podemos deixar de cumprir o Regimento.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Agradeço aos Srs. Senadores, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Vanessa, precisamos de quórum para o item nº 3, Vanessa. Não saia agora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai a Plenário.

Item nº 4, aliás, item nº 3.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, nós pulamos o 2. Pulamos o 2, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós respeitamos todas as inversões de pauta, inclusive a do item nº 3. Foi para o 24, 25, 27. O Senador Douglas está aqui esperando.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois é.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012
- Terminativo -

Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos

sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
-Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Antonio Anastasia, que até o momento não se manifestaram, nos termos regimentais;
- Em 22/03/2016, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias (dependendo de relatório);
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra para proferir o seu relatório sobre a Emenda nº 2.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, objetivamente, quanto ao mérito da emenda, entendemos que ela não merece prosperar, pois as alterações sugeridas, ao pretenderem criar um fundo de reserva e não um fundo simplesmente, preveem um sistema securitário complementar autorizado pelas empresas de transporte que contratam as empresas de seguros.

Assim, além de trazer inovações não consoantes com a legislação securitária vigente, a emenda acaba por obrigar o transportador a celebrar um contrato de seguro de transporte com a seguradora, nas formas das alíneas "h", "l" e "m" do art. 20 do Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Desse modo, a alteração pretendida, ao citar a criação de um fundo de reserva, conflita com a finalidade inicial do projeto, que é a de permitir que as empresas de transporte criem um fundo mútuo de prevenção e reparação de danos aos veículos, sem necessidade de buscar proteção junto a uma empresa de seguros contratadas.

Então, Sr. Presidente, diante do exposto, nós votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Emenda nº 2 ao PLS nº 356, de 2012, mas, no mérito, pela sua rejeição, em função de, realmente, fazer com que o projeto perdesse o seu objetivo inicial.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar não só o autor do projeto como também o nobre Relator, o Senador Douglas Cintra. Isto é uma realidade que os caminhoneiros enfrentam hoje em dia: a segurança é zero, eles são vitimados em todas as estradas deste País, as seguradoras não têm como absorver e, quando fazem o seguro, é em valores impossíveis de serem arcados pelo caminhoneiro, que é proprietário do seu próprio caminhão. Então, eu acho que vem em boa hora, pelo menos é algo que pode minimizar. A extensão também, além das associações, das cooperativas de caminhoneiros foi extremamente positiva, esse acréscimo ao projeto de lei.

O voto é favorável, Sr. Presidente, com todos os cumprimentos ao Senador Paulo Paim e ao Senador Douglas Cintra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar, passa-se à votação do projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os Senadores já podem registrar os seus votos. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes para um esclarecimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um esclarecimento eu gostaria de pedir ao Relator. Eu queria perguntar: há uma emenda da CCJ cancelando os autos de infração lavrados pela superintendência, a Susep, cancelados os autos de infração e anistiadas as multas deles decorrentes. Essas multas são que tipo de multa? Era isso o que eu queria saber.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Senador, são multas que foram aplicadas às associações, que começaram a fazer seus fundos entre si.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não são multas de trânsito?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Não, não, não. São multas apenas aplicadas a associações que fizeram fundos para poder fazer retiradas entre eles. Então, não tem nenhuma repercussão em multa de trânsito, zero. São coisas também pequenas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso vai provavelmente suscitar ações judiciais a respeito do ato jurídico perfeito, mas, em todo o caso...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O painel está registrando apenas o voto de nove Senadores. Os que ainda não votaram, por favor, podem registrar os seus votos. (*Pausa.*)

A Presidência vai encerrar a votação, presumindo que todos já votaram.

O projeto foi aprovado com 15 votos. Nenhum contra. (*Palmas.*)

Agora vamos passar à votação das emendas do Relator.

Se os Srs. Senadores considerarem que os seus votos em relação à emenda são iguais aos votos que foram dados em relação ao texto do projeto, estão aprovadas as emendas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, quero consignar meu voto na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora haverá a votação da Emenda nº 2, que recebeu parecer contrário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, quero só registrar meu voto na votação anterior. Estava dando uma entrevista ali fora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Consulto V. Exªs se concordam em repetir o voto, sendo que agora é contrário à Emenda nº 2. (*Pausa.*)

Aprovada a rejeição da Emenda nº 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis nºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta
Observações:
- Projeto em regime de urgência nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com os arts. 122, II, b e 375 do RISF. A matéria será apreciada simultaneamente pela CCJ, CCT e CE

Em 30/3/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, dependendo de relatório.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto, que é de autoria da Presidente da República, dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados na linda cidade do Rio de Janeiro.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 2.

A proposição altera a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade, o que já ocorreu.

Aprovado na Câmara dos Deputados em 24 de fevereiro de 2016, o projeto foi recebido no Senado no dia 29 do mesmo mês e distribuído simultaneamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Esgotado o prazo, não foram apresentadas quaisquer emendas à proposição.

Análise.

Com espeque no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como sobre o respectivo mérito, ressalvadas as atribuições das demais Comissões.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, inexiste qualquer mácula. É competência do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo acerca da matéria, que foi iniciado na Câmara dos Deputados em respeito ao art. 64 da Constituição. Ademais, trata-se de matéria a ser veiculada integralmente por lei ordinária, forma adotada pela Presidência da República. No mesmo passo, a proposição é constitucional sob o ponto de vista material, não afrontando qualquer dispositivo da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, a proposição é dotada de generalidade, abstração e inova no ordenamento jurídico.

Não vislumbramos, igualmente, nenhum desrespeito à norma regimental.

Quanto ao mérito, o projeto em tela traz previsões de inegável relevância, que dão cumprimento a acordos realizados pelo Brasil quando da sua escolha para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Como é sabido, eventos desse porte são catalisadores da economia nacional e trazem benefícios diretos e indiretos para diferentes setores, como o de serviços, a indústria hoteleira e a construção civil. Além do mais, por meio da consolidação e difusão da cultura desportiva no País, diversos outros objetivos sociais são passíveis de serem alcançados, principalmente na área da educação e da saúde.

Para receber evento de tal magnitude, é necessário que o país-sede faça a adequação de seu ordenamento jurídico em diferentes vertentes. A proposição em análise cumpre tal função, dispondo sobre temas de relevo inerentes à organização de uma Olimpíada.

Um momentinho aqui, Sr. Presidente, que a tela aqui correu. (*Pausa.*)

Muito bem.

Da leitura do texto do projeto, nota-se que as previsões nele contidas encontram grande similitude com os dispositivos da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, também conhecida como Lei Geral da Copa do Mundo.

Nesse sentido, a proposição nada mais faz do que estabelecer condições comerciais, tributárias e administrativas necessárias para a realização de um evento único no mundo, tal como realizado na Copa do Mundo.

Vale notar que o Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de se pronunciar sobre a constitucionalidade desse tipo de medida, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.976, em que a Procuradoria Geral da República questionou dispositivos da Lei Geral da Copa do Mundo, relativos à responsabilidade da União e à isenção da Fifa de determinadas despesas.

Na ocasião, o Ministro Ricardo Lewandowski, relator do caso, fez questão de ressaltar as inúmeras vantagens oriundas da oportunidade obtida pelo Brasil de sediar eventos dessa natureza, como a melhora da imagem do País, o aumento do turismo e a incorporação de novas tecnologias.

Com relação às normas penais, que sempre constituem tema sensível, observo que as normas incriminadoras previstas no PLC são adequadas para a prevenção geral da exploração indevida dos Jogos e seus símbolos, pois cominam penas proporcionais ao desvalor das condutas que tipifica, especialmente no que diz respeito à pena de multa, que pode ter seu limite legal exacerbado ou reduzido em até dez vezes.

Cabe ressaltar que essas normas penais incriminadoras, por serem temporárias, terão ultratividade, ou seja, serão aplicadas aos fatos ocorridos durante sua vigência, ainda que após sua revogação, ficando afastados, logicamente, o *abolitio criminis* e a retroatividade da lei penal mais benéfica, consoante disposição do art. 3º do Código Penal: "Art. 3º A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência."

Então está aí, Presidente. Em toda a parte tributária e administrativa, as isenções são só para o período da Olimpíada.

Dessa forma, o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2016, representa aperfeiçoamento necessário e adequado do ordenamento jurídico nacional para a organização dos Jogos Olímpicos, havendo apenas um reparo a ser realizado, referente ao art. 40 da proposição.

Referido dispositivo busca adicionar uma Seção VII à Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

Ocorre que tal seção já foi adicionada, com redação idêntica, à Lei nº 12.780, de 2013, pela Medida Provisória nº 693, de 30 de setembro de 2015, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e hoje se encontra para sanção da Presidente da República.

Dessa forma, o art. 40 do projeto representa inconveniente expletivo, a afrontar o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em especial os seus seguintes comandos:

> Art. 7º .....
> .....

> IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.
> .....

Feitas essas considerações, impende consignar que o Regimento Interno do Senado Federal não define o que seja "emenda de redação".

Para sanar essa omissão, deve ser aplicado, para a melhor compreensão da natureza meramente redacional da alteração que propomos, o Regimento Interno da Câmara:

> Art. 118.....
> .....
> § 8º Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.
> .....

Feitos esses esclarecimentos, impõe-se a supressão do art. 40 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2016, para que se dê a esse importante projeto a necessária adequação quanto à técnica legislativa.

Portanto, não vamos fazer modificação que faça com que esse projeto volte à Câmara dos Deputados, o que seria um prejuízo, já que nós estamos há praticamente quatro meses dos Jogos.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº de 2016, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Suprima-se o art. 40 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2016, renumerando-se os seguintes.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para discutir, Sr. Presidente. Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, anteriormente aqui nesta Casa, quando foi debatida a chamada Lei Geral da Copa, que, entre outras questões, apresentava concessão de favores tributários à FIFA e também apresentava vantagens para as obras em relação à Copa do Mundo de 2014, nós nos manifestamos contrários e votamos contrariamente àquela matéria. Posteriormente, Excelência, ficou mais do que comprovado que a chamada Lei Geral da Copa – e é um dos objetos de nossa investigação na Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, presidida pelo Senador Ferraço – acabou sendo utilizada pela Confederação Brasileira de Futebol e pela FIFA para fazer arranjos tributários e corrupção. Isso está provado e é objeto da nossa investigação na CPI do Futebol que aí está.

Eu tenho receio em votar qualquer matéria que ofereça vantagens a uma instituição, a um órgão alienígena ao Estado brasileiro, como foi outrora a FIFA e como será, neste caso agora, em relação ao Comitê Olímpico Internacional. Eu acho – e está mais do que provado – que, por mais exitosa que tenha sido a realização da Copa do Mundo e que sejam as Olimpíadas no Rio, nós vivemos um momento de gravíssima dificuldade em nosso País, dificuldade econômica e dificuldade política. Com o devido respeito e permissão à opinião divergente – e com todos os méritos à bela cidade do Rio de Janeiro, todos nós aqui temos muito de carioca porque nós todos adotamos o Rio de Janeiro como nossa eterna capital, com todos os méritos à cidade –, e em virtude das circunstâncias, não me parece que é o momento adequado de serem oferecidas vantagens de qualquer natureza a uma instituição alienígena, diante das dificuldades que nós vivemos.

Em homenagem ao Relator, que é o meu querido Senador Crivella, eu não solicitarei vista desse projeto, reservando meu direito de votar contrário à matéria e termos um debate mais detalhado e mais aprumado no Plenário do Senado. Então, não vou solicitar vista. Reservo-me somente o direito do voto contrário e, posteriormente, no Plenário, nós aprofundaremos o debate sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu agradeço a gentil referência do Senador Randolfe, mas quero dizer o seguinte: no projeto que nós estamos aprovando agora, eu já suprimi o art. 40. Suprimi o art. 40 como técnica legislativa, porque ele já está previsto na medida provisória, na lei de conversão que está lá para a Presidente sancionar. A OAB já fez uma nova representação pela cassação, dizendo que essas concessões ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma discussão que vai durar ainda um bom tempo. Mas, no meu projeto, para evitar a celeuma, retirei o art. 40, que fala de tributação. Retirei-o como técnica legislativa, porque já está previsto na lei de conversão que foi votada e aprovada aqui.

Há uma emenda que respeitosamente eu rejeito, por questão de tempo, mas que tem todo o mérito, que é do Senador Ferraço. O que o Senador Ferraço quer? Ele quer que os estudantes possam pagar meio ingresso para entrar na Olimpíada. Eu também quero. O Senador Ferraço considera o seguinte: nós precisamos é não exigir que eles estejam associados, porque a Constituição diz que é livre a associação no nosso País, e você não pode perder benefícios se não se associar. Isso é perfeito. O raciocínio do Senador Ferraço é perfeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Mas claro!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – A garantia de que os estudantes terão descontos já está assegurada. Nós estamos ampliando as entidades que serão habilitadas a fornecer esse tipo de credencial para além da UNE, que está com uma espécie de monopólio... (*Ininteligível*.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – E a compra de ingresso ocorrerá mediante a apresentação de carteira de identificação estudantil, nos termos do regulamento expedido pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), pelas uniões estaduais e municipais filiadas àquelas e pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), assim como pelos centros e diretórios acadêmicos das instituições de ensino superior, bem como das instituições oficiais de ensino público ou privado, com prazo de validade renovável a cada ano.

Ou seja, parece-me, salvo melhor juízo, que o direito para que os estudantes tenham essa redução no preço está assegurado. O que nós estamos propondo é que, além das tradicionais entidades, nós possamos ampliar a democratização da habilitação dos estudantes.

É a sugestão, é a emenda que está à deliberação de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É a sugestão que V. Exª...

E frise-se que a Constituição Federal assegura a liberdade de associação, que é violada quando se condiciona a fruição de um direito à associação a qualquer uma especificamente. Poderiam ser essas e poderia ser também que um estudante que não estivesse associado a nenhuma delas, por ser estudante, tivesse o direito de entrar. Provou que é estudante, acabou. Agora, por estes problemas – voltar à Câmara e ter que se fazer uma nova negociação, e esse projeto é de urgência –, eu me sinto na obrigação de rejeitar a emenda.

Está aqui presente a comissão, COI, que vai tratar com o Senador Ricardo Ferraço desse benefício que poderá ser dado, que eu acho que é perfeito. Viu, Senador Ricardo Ferraço? O pessoal do COI está aqui e quer conversar com V. Exª, para fazer com que esse direito seja estendido, mas sem que nós façamos uma emenda na lei, para evitar que volte à Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, V. Exª sabe, até agora não houve uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Nós já fizemos, aqui no Senado Federal, pelo menos umas dez reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, e até agora não foi feita uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, aliás, em nenhuma Comissão, sequer se reuniram para eleger os membros. Então, há uma confusão na Câmara dos Deputados, e, se mandarmos esse projeto para lá, vamos ter problemas – vamos ter problemas!

Então, eu peço a compreensão, eu peço a ponderação do Senador Ricardo Ferraço, para que trate desse assunto com o COI, que vai observar, porque todos nós concordamos. Mas evitemos mandar para a Câmara dos Deputados, porque, senão, não vamos aprovar isso nunca.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar a respeito, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CCJ com a Emenda nº 2-CCJ.

A matéria vai a plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só registre o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, Excelência, só para registrar o meu voto contrário em relação à essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ah, sim.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto foi aprovado com o voto em contrário do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só para solicitar à V. Exª que, logo após esses projetos que já estão pautados e por V. Exª priorizados, possamos votar também o item 9, que é um item que já está na pauta há algum tempo e já há o entendimento sobre ele. Portanto, agradeceria a V. Exª, em homenagem ao Senador Randolfe, se pudéssemos votar essa matéria também, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Graças ao competente relatório do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 9.

ITEM 9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 162, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1988, para estabelecer o parâmetro remuneratório dos militares dos extintos Territórios Federais incluídos em Quadro em Extinção da Administração Federal e dá outras providências.

Autoria: Senadora Angela Portela e outros
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta.

Com a palavra o Senador Romero Jucá, para proferir o seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Serei bastante sucinto. A matéria já é de conhecimento de todos; está na pauta já há algumas reuniões; não foi votada antes, exatamente, porque o Senador Randolfe havia pedido que nós segurássemos a votação para construirmos o entendimento.

Essa é uma matéria que diz respeito aos policiais militares e bombeiros dos ex-Territórios. É uma luta antiga, é uma luta que foi encaminhada já com o Governo, e o próprio PL de aumento dos servidores, agora, que está na Câmara dos Deputados, já resolve essa questão.

Só para as pessoas entenderem, os policiais dos ex-Territórios tinham o mesmo enquadramento dos policiais que eram também do GDF e do quadro da União. Quando esses policiais do GDF saíram do quadro da União e passaram para o Fundo Constitucional do DF, eles foram com a remuneração da União – a União passa uma parte dessa remuneração – e eles ganharam algo a mais, também, do lado do GDF. Normal.

Só que, com essa mudança, os policiais do ex-Territórios ficaram sem parâmetro e ficaram muito tempo sem ter aumento. Então, negociamos com o Governo e acordamos que os policiais dos ex-Territórios receberão a mesma remuneração que a União passa para o GDF pagar parte do salário dos policiais. Isso já está na lei, mas o Senador Randolfe, com todo o cuidado e com toda a responsabilidade, está constitucionalizando nas disposições transitórias essa questão.

Eu estou dando parecer favorável e apresentando uma emenda à ementa e apresentando também uma emenda de texto, que eu quero aqui, inclusive, ajustar a correção, porque ela diz o seguinte:

> Art.1º.....
> § 4º Os soldos, gratificações, adicionais, benefícios, indenizações, vantagens e direitos remuneratórios pagos aos policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da administração federal não poderão ser inferiores [e aí eu estou colocando porque fez parte do entendimento] aos pagos pela União aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, consideradas quaisquer espécies, mesmo que concedidas em caráter privativo, exclusivo ou com denominação diversa.

Ou seja, nós estamos restringindo a transferência da União e a transferência também para os ex-Territórios. Isso já está pactuado, já está no projeto de lei de aumento dos servidores agora, neste ano, mas, em boa hora, o Senador Randolfe constitucionaliza, e, com esse meu ajuste, nós vamos ter tranquilidade nessa questão, Sr. Presidente.

O parecer é favorável, pela aprovação, com as emendas que apresento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradecemos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... da Comissão, favorável à proposta, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Presidente, só para agradecer todos os votos, o parecer foi aprovado por unanimidade. Quero registrar a importante proposta do Senador Randolfe – quero registrar aqui o papel dele nesse trabalho – e dizer que o nosso compromisso com os policiais e bombeiros dos ex-Territórios de Roraima, do Amapá e de Rondônia continua firme. Nós vamos atuar no sentido de constitucionalizar uma garantia que nós já temos com o Governo, no projeto de lei que foi apresentado na Câmara.

Muito obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Já com a anuência do próximo Relator, em deferência à nossa autora do projeto, Senadora Lídice, eu peço a inversão de pauta para que o item 33, que seria o segundo aí na ordem, pudesse ser relatado neste momento. Eu não preciso de mais do que dois minutos, não preciso nem ler o relatório. Posso simplesmente falar do que se trata, se houver a deferência de V. Ex.ª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, antes que o senhor responda à Senadora, como ela falou que só vai gastar dois minutos, é mais rápido do que imediatamente, então, eu peço a V. Exª que faça uma inversão, que é tão importante, do último, do 38, logo em seguida ao relatório da Senadora Simone, para que eu possa fazer o 38 também.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – O meu é o 26, Presidente. Então, eu acho que primeiro o meu e depois o do Senador Magno Malta, pelo número.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Antiguidade é posto, Sr. Presidente. Eu o deixo ir na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedidas as inversões solicitadas pelos Senadores que já se manifestaram, passamos agora ao item 33, tramitação conjunta.

ITEM 33
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XV e o § 5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria Fundo Penitenciário Nacional, para determinar que recursos arrecadados com multas decorrentes exclusivamente de sentenças condenatórias em processos criminais que envolvam violência doméstica e familiar devem ser aplicados na manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica e prioritariamente no reembolso de benefícios ou prestações assistenciais ou previdenciárias, pagas com recursos da seguridade social.

Autoria: CPMI - Violência contra a Mulher - 2012
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Pelo arquivamento do PLS nº 297, de 2013 - Complementar, e favorável ao PLS nº 374, de 2012 - Complementar, com uma emenda que apresenta
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Que sigla: CPMIVCM! É preciso depois haver uma enciclopédia de siglas.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu sei. Está bom. Agora, vamos fazer a enciclopédia.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Serei muito breve, não preciso ler. Eu acho que o projeto é muito simples.

Primeiro, quero dizer que, como V. Exª mencionou, esse projeto da ilustre Senadora Lídice da Mata tramita em conjunto com o projeto da CPMI, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher.

Estamos, conforme as outras comissões já emitiram parecer, emitindo também parecer pelo arquivamento do PLS 297, de 2013, complementar, porque ele já foi contemplado, já é lei, portanto perdeu o objeto.

No que se refere ao PLS 374, de 2012, que é um PLS complementar da ilustre Senadora Lídice da Mata, é muito simples. Ele prevê que os recursos do Funpen (Fundo Penitenciário Nacional) também sejam destinados, além dos 14, 15 itens já elencados na lei, a políticas públicas de desenvolvimento social, com foco na reparação de danos causados pela exploração sexual e tráfico de pessoas, Sr. Presidente.

Eu não preciso falar mais nada depois disso, a não ser trazer dois dados relevantes aqui para a discussão. Primeiro, segundo levantamento da ONU, há cerca de 3 milhões de pessoas que são vítimas de tráfico por todo mundo, a maioria delas, inclusive, jovens e crianças. No caso de atividades ilícitas, o tráfico de pessoas é o terceiro mais lucrativo do mundo. Não é diferente no Brasil.

Portanto, louvamos a iniciativa da Senadora Lídice da Mata. Entendemos fundamental a aprovação não só aqui na comissão, mas também no plenário.

Fazemos apenas uma correção: ela coloca que as multas relacionadas às condenações por corrupção e peculato sejam destinadas à assistência a vítimas de tráfico de pessoas e exploração sexual. Ocorre que as multas penais são, de modo genérico, aplicadas em todos os casos elencados pelo fundo.

Então, para que também nós possamos não prejudicar o projeto, a nossa saída foi alterar esse parágrafo em relação à multa, Senadora Lídice, para estabelecer o seguinte: que os recursos confiscados e os frutos de alienação de bens perdidos em favor da União, nos casos de condenação dos crimes de lenocínio e de tráfico de pessoas, por conta de prostituição ou qualquer forma de exploração sexual, sejam destinados ao caso elencado pela ilustre Senadora.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação do projeto em curso e pelo arquivamento do projeto que foi anexado, que é o Projeto 297, de 2013, nos termos da emenda que apresentamos, Sr. Presidente.

É relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PLS 374, de 2012, com a Emenda nº 1-CCJ e pelo arquivamento do PLS 297, de 2013.

A matéria vai ao plenário.

Item 26.

ITEM 26
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.
- Em 16/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Telmário Mota, nos termos regimentais
- Em 23/03/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Eu vou acrescer ao que já li tão somente o parecer sobre a Emenda nº 1, apresentada pelo ilustre Senador Randolfe Rodrigues, que sustenta que, com a elevação das penas propostas, os infratores deixarão de prestar serviços à comunidade e – a sua proposta – pagar cestas básicas como forma de composição de dano, e poderão ser presos pelo cometimento do delito.

De fato, mesmo nos termos do substitutivo ora apresentado, o crime de maus-tratos ainda será, em termos processuais penais, tratado como de menor potencial ofensivo e, por isso, não permitirá, em regra, que agressores sejam punidos com prisão. Entretanto, muito embora compreendamos a nobre intenção veiculada na emenda, somos contrários à sua aprovação, vez que a pena de prisão não necessariamente garante a eficácia pretendida pela lei e, além disso, pode produzir efeitos nefastos para camadas mais carentes da população.

Como se sabe, há um número imenso de pessoas humildes que detêm guarda de animais em condições precárias, às vezes, até por ignorarem métodos adequados para melhor garantir a saúde e o bem-estar animal ou mesmo por impossibilidade financeira de fazê-lo. Daí que acatar a emenda ora em análise significaria sujeitar essas pessoas à prisão, além das gravosas medidas que já estão previstas no presente projeto de lei. Trata-se, pois, de impacto social relevante que não pode ser ignorado.

Desse modo, Presidente, a proposta é manter o texto, como explicava o Senador Randolfe Rodrigues, eminente autor da emenda, na medida em que acreditamos que já esteja alcançado o seu propósito, já que temos as penas alternativas, e não a prisão, no caso de ofensa a esse Estatuto dos Animais, cujo conteúdo do relatório eu já tive oportunidade de ler na reunião passada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório.

Faculto a palavra aos presentes para a discussão do relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria se pronunciar, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Item 38, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 38.

ITEM 38
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2015
- Não terminativo -

Altera o § 9º do art. 144 da Constituição Federal, para instituir adicional de periculosidade para os servidores policiais.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para proferir o seu relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Bem rapidamente também, Sr. Presidente, até porque tratamos disso nas reuniões anteriores.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2015, primeiro signatário o Senador Cássio Cunha Lima.

A proposta busca assegurar aos servidores policiais integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das polícias civis, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares a percepção de adicional por atividades perigosas, nos termos da lei.

Leio, Sr. Presidente, o voto, até porque já era para ter sido votada essa PEC, mas houve um lapso e o Senador Cássio não incluiu os bombeiros, que precisavam ser incluídos, é claro, pela atividade.

O meu voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2015, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Exclua-se do §9º do art. 144 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC nº 58, de 2015, a expressão "servidores policiais".

Esse é o meu voto, Presidente. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com Emenda nº 1-CCJ (de redação).

A matéria vai ao Plenário.

EXTRAPAUTA
ITEM 39
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 12, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença do Senhor Ministro da Justiça, Eugênio Aragão, para explicar as ameaças de intervenção na Polícia Federal e no Judiciário no tocante à Operação Lava Jato e as perspectivas de ações de sua pasta.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Justificação.

O recém-empossado Ministro da Justiça, Eugênio Aragão, afirmou em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* publicada na última sexta-feira, 19 de março, que "cheirou vazamento de investigação por um agente nosso, a equipe será trocada, toda. Não preciso ter prova. A Polícia Federal está sob nossa supervisão".

Um dia após ter assumido a pasta, e apesar de ter negado a intenção de influenciar na Lava Jato, o Ministro disse que as delações premiadas firmadas no âmbito dessa operação são "extorsivas". Aragão, Subprocurador-Geral da República, foi escolhido pela Presidente Dilma Rousseff para ocupar o cargo após o seu antecessor, Wellington César Lima e Silva, também membro do Ministério Público, ter sido impedido de ocupar a pasta pelo Supremo Tribunal Federal. A Corte decidiu que promotores e procuradores de Justiça, que entraram na instituição após 1988, não podem exercer cargos fora da instituição, a não ser como professores. A nomeação do Ministro Aragão também foi questionada no STF e ainda carece de decisão.

Em uma das gravações tornadas públicas, o ex-presidente Lula disse que o novo Ministro deveria ter "pulso firme", ser "homem", indicando a necessidade de se colocar alguém de confiança no Ministério, ocupado na época pelo atual Advogado-Geral da União, Luiz Eduardo Cardozo. Esse é um dos diálogos captados da interceptação telefônica a Lula, o qual atacou o Legislativo e classificou de "acovardado" o Judiciário brasileiro. É preciso esclarecer se a atuação do Ministro se dará com a isenção e a imparcialidade necessárias para o bom andamento da pasta.

Na entrevista à *Folha*, o Ministro Aragão declarou ter ligação de "família e amizade, de muito tempo" com o ex-Deputado Sigmaringa Seixas. Revelou também sua amizade com o ex-Presidente do PT, José Genoino, referindo-se a ele como "uma pessoa de bem e correta, que, por várias razões da vida, entrou nesse processo do mensalão, mas segue de absoluta retidão". É necessário compreender quais [abro aspas] "razões da vida" [fecho aspas] são justificativas para a prática de crimes, consideradas normais pelo novo Ministro.

Nesta segunda-feira, 21 de março, a *Folha* trouxe nova reportagem dando conta de que o Governo, de fato, decidiu mudar o comando da Polícia Federal. Pretende, em até 30 dias, encontrar um substituto ao Delegado Leandro Daiello para assumir a Diretoria-Geral da Polícia Federal. Vale lembrar que a relação entre o Diretor-Geral da PF é de subordinação.

A reação da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) foi firme e imediata. Para o Presidente da entidade, Carlos Miguel Sobral, existe nessa movimentação do Governo uma clara intenção de acabar com a Lava Jato, operação que completou dois anos e já acumula recordes: R$659 milhões recuperados no exterior, 50 acordos de delação premiada, 28 acordos de cooperação internacional e 67 condenações.

Diante disso, considerando a necessária autonomia e independência com que tem trabalhado a Polícia Federal, principalmente na Operação Lava Jato, essas notícias devem ser esclarecidas com a máxima urgência. É fundamental que esta Comissão verifique a ameaça de esvaziamento da operação que está mudando o Brasil. E é com esse propósito que requeiro a presença do Sr. Ministro Eugênio Aragão.

Sala da Comissão, Senador Ricardo Ferraço.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 21 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2016.

Às dez horas e trinta e dois minutos, do dia seis de abril de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, José Pimentel, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronado Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, João Capiberibe, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Roberto Rocha, Marcelo Crivella e Magno Malta. Registra a presença o Senador José Medeiros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015- Terminativo. Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 3(Substitutivo) e rejeição das Emendas nº 1-T e 2. Resultado: O Substitutivo é aprovado e será submetido a Turno Suplementar nos termos do art. 282, do RISF. Ficam prejudicados o Projeto e as Emendas a ele oferecidas. ITEM 19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. Autoria: Deputada Erika Kokay. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016 – Complementar - Não Terminativo. Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Ronaldo Caiado nos termos regimentais. ITEM 30) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 152, de 2015 - Não Terminativo. Institui novo regime especial de pagamento de precatórios no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 32) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113A, de 2015 - Não Terminativo. Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Ataídes Oliveira, Eduardo Amorim e à Senadora Vanessa Grazziotin nos termos regimentais. ITEM 34) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 143, de 2015 - Não Terminativo. Acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Autoria: Senador Dalirio Beber e outros. Relatoria: Senador Romero. Jucá. Relatório: Favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta. Durante a discussão o relator reformula seu voto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Vota vencida a Senadora Fátima Bezerra. O Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Antonio Anastasia. O Senador Antonio Anastasia passa a presidência ao Vice-Presidente, Senador José Pimentel. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às doze horas e trinta e sete minutos, do dia seis de abril de dois mil e dezesseis, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2013; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014; ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2013; ITEM 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, de 2014;

ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2014; ITEM 23) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013; ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195, de 2015; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2013; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015; ITEM 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015; ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2011; ITEM 31) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2015; ITEM 33) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente Senador José Pimentel e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ PIMENTEL
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores que a audiência pública aprovada em reunião anterior para ouvir o Ministro Eugênio Aragão lamentavelmente não será realizada hoje. O Sr. Ministro enviou-me um ofício com o seguinte teor:

> Assunto: audiência pública para explicar as ameaças de intervenção na Polícia Federal e no Judiciário no tocante à Operação Lava Jato e as perspectivas de ações de sua pasta.
> Sr. Presidente, com os meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento nº 12, aprovado em 30 de março do corrente ano, para informar a V. Exª da minha impossibilidade de participar da audiência pública marcada para o dia 6 de abril, às 11h30, em virtude de compromisso inadiável anteriormente assumido. Todavia, coloco-me à disposição para comparecer em outra data a ser previamente acertada, bem como para colaborar de todas as formas possíveis com o trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).
> Respeitosamente, Eugênio José Guilherme de Aragão.

Apenas uma explicação a respeito da frustração dessa audiência. A audiência foi marcada de acordo com a assessoria do Ministro, credenciada no Senado Federal. De forma que se o Sr. Ministro tinha realmente uma agenda, sua assessoria deveria ter sugerido outra data para que se realizasse a audiência.

Eu entendo que esta Comissão vai atender o pedido de adiamento, mas hoje mesmo, a assessoria deve estar aqui presente, e nós vamos acertar outra data para a realização da audiência pública, já que, pela lei, pelo Regimento Interno do Senado, embora tenha sido um mero convite, não tinha sido uma convocação no requerimento que foi apresentado, é de se esperar que o Sr. Ministro, conforme está alegando, tenha todo o interesse em esclarecer os pontos que foram levantados aqui pelos Senadores autores do requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Anastasia. Em seguida, Valadares.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Como o Valadares faz aniversário hoje, devemos dar as precedências e as preferências ao Senador Valadares, mas a minha intervenção é muita rápida, Sr. Presidente. É tão somente para dizer que, se V. Exª estiver de acordo, estabelecer essa data, no máximo, na semana que vem, sob pena de os fatos ficarem envelhecidos. Se houver alguma dificuldade, nós vamos ter de fazer uma convocação do Sr. Ministro de Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Até porque a audiência que ficou frustrada foi agendada, de comum acordo, com a assessoria do Ministro aqui presente. Falou pessoalmente comigo aqui.

Com a palavra o Senador Valadares.

Antes de tudo, eu quero registrar a data importante. Tanto mais quanto, na data de seu natalício, o Senador dinâmico como é está aqui presente, comemorando com o seu trabalho e a sua assiduidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, muito obrigado, pela menção honrosa de sua palavra.

O item 32 trata da reforma das instituições político-eleitorais. Essa matéria, que é a PEC 113-A, está aqui, no Senado, desde o ano passado, e foi entregue a mim para relatar neste ano.

Devido ao que se estabeleceu, no inconsciente coletivo, de que nós do Senado já teríamos decidido sobre a proibição da reeleição, será da maior importância que nós possamos dar prioridade, pelo menos, à discussão dessa matéria, porque ela envolve alguns assuntos da maior importância e certamente vai haver um pedido de vista, mas antes eu gostaria de fazer a leitura para o conhecimento da Comissão. Entretanto, V. Exª teria que inverter a pauta. Eu já pedi a V. Exª pessoalmente.

Devido à importância dessa matéria, nós não podemos procrastiná-la, porque há quem esteja pensando que nós somos pela manutenção do atual regime de permissão da reeleição, quando nós já decidimos anteriormente, o Senado foi o primeiro. Entretanto, a Câmara mandou para cá uma PEC, e o Senador Raimundo Lira a dividiu em duas. Uma delas sobrou para mim, que foi esta que V. Exª me designou como Relator, a 113-A.

Se V. Exª me permitir, eu faria esse pedido de inversão de pauta para que começássemos o debate. Não vou dizer que hoje será votada essa PEC, mas que se estabeleça um debate construtivo, inclusive para melhoria e aperfeiçoamento desta matéria.

Agradeço a V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente Maranhão. Senador Aécio.

Em primeiro lugar, nada a me opor à solicitação do Senador Valadares, mas nós votamos aqui, na Comissão, na última semana, sob a relatoria do Senador Ricardo Ferraço, um projeto de minha autoria, que está pendente apenas do turno suplementar. Como não foram apresentadas novas emendas, seria uma votação rápida, simbólica, para concluir a votação. Ele é o item 1 da pauta. Então, não há qualquer inversão.

Se V. Exª houver por bem deliberar sobre qualquer inversão de pauta, que pelo menos possamos concluir a votação do item 1, para que não fiquemos também com itens pendentes em razão dessas sucessivas inversões. Repito: nada a me opor em relação a ela, mas eu gostaria de solicitar que, logo em seguida a minha fala, V. Exª colocasse em votação o turno suplementar o Projeto de Lei do Senado nº 663, que impede que os detentores de cargos comissionados façam, nos períodos eleitorais, doações a candidatos. Na verdade, é uma maneira de inibir uma forma indireta de utilização de dinheiro público para financiamento de campanhas, o que cria um desequilíbrio entre os que detêm esses cargos e que eventualmente estão no Governo e aqueles que eventualmente estão na oposição.

Eu também não posso deixar de me manifestar aqui, Sr. Presidente, na condição também de Presidente do PSDB, lamentando a ausência, nesta sessão, do ilustríssimo Sr. Ministro de Estado da Justiça, recém-empossado. Eu venho de uma terra que ensina que, na política, os gestos falam muitas vezes mais alto do que as palavras. A presença aqui do Ministro certamente seria vista, por este Parlamento, como gesto de respeito ao Senado Federal e, obviamente, nos daria a oportunidade de esclarecer questões que foram exploradas profundamente pela imprensa nos últimos dias. Seria a oportunidade de o Ministro, frente aos Senadores, prestar aqui os esclarecimentos que acredito deve a esta Casa.

Faço coro ao Senador e ex-Governador Antonio Anastasia para que esta audiência seja marcada o mais rapidamente possível – porque, como sabemos todos, o Brasil vive hoje um processo grave, um processo político de muita instabilidade, já que temos um processo em votação na Câmara dos Deputados que propõe o afastamento da Presidente da República –, até para que eventualmente essa demora possa tornar sem sentido a vinda do Ministro.

Portanto, peço a V. Exª, em nome desta Comissão, que solicite àqueles que aqui já estiveram marcando e agora cancelando essa audiência que isso possa acontecer, no mais tardar, no início da próxima semana ou na reunião de quarta-feira da próxima semana.

Igualmente, reitero o pedido para que o Projeto de Lei do Senado nº 663 possa ser votado em seguida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me falar pela ordem, Sr. Presidente. Aqui, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, qualquer pedido do Senador Valadares é sempre um pedido com força de regra, pela importância e pelo respeito que todos nós temos pelo nosso querido e estimado Senador Valadares, até porque a proposta que ele...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ainda mais no dia do seu aniversário, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ainda muito mais! Eu ia falar isso. V. Exª me atropelou. Mas tudo bem. (*Risos.*)

A Senadora Lídice faz esta lembrança: sobretudo no dia em que o nosso querido Senador Valadares faz aniversário e completa mais uma primavera.

Mas eu pediria apenas vênia a V. Exª para que nós fizéssemos isso após a votação do item 1, porque é um item que já está demasiadamente debatido aqui nesta Comissão; então, eu não me oponho, mas apresentaria apenas essa questão a V. Exª e pediria vênia ao meu querido amigo Senador Valadares.

Igualmente, Sr. Presidente, eu gostaria de, na condição de autor do requerimento para que tivéssemos aqui a presença de S. Exª o Ministro da Justiça – nós aprovamos sua presença na reunião da semana passada – testemunhar, como V. Exª, que essa reunião foi marcada para hoje em acordo com os assessores do Ministro da Justiça. Nós não marcamos isso sem uma fundamentação.

A audiência foi marcada depois de um entendimento, eu estava ao lado de V. Exª quando recebemos a sinalização do interesse, do desejo do Ministro em estar conosco aqui para conversar sobre a questão objetiva das manifestações dele em relação àquilo que ficou no ar, se não evidente, ou seja, uma possível intimidação à atuação autônoma de um órgão de Estado como a Polícia Federal, sobretudo em relação às ações da Operação Lava Jato. Evidentemente que a Polícia Federal, de modo funcional, Senador Aécio Neves, está vinculada ao Ministério da Justiça, mas não operacionalmente. É um órgão que, por preliminar e por premissa, precisa ter sua autonomia e sua independência garantidas.

Mas não seria apenas essa questão. Outras tantas questões fazem parte da necessidade desse diálogo com o Ministério da Justiça, até porque o nosso Regimento determina que, todo início de ano, o Ministro da Justiça virá a esta Comissão para que nós possamos discutir o plano de trabalho do Ministério da Justiça, que faz conexão com esta Comissão nas questões relacionadas ao sistema prisional, nas questões relacionadas ao combate às drogas, à política de fronteiras, nas questões migratórias, que estão subordinadas ao Ministro da Justiça, a uma série de questões.

Enfim, quero apenas reiterar que ontem recebi um telefonema de S. Exª, o Ministro da Justiça. Eu não o conheço pessoalmente, mas ele teve o cuidado, e preciso dar esse testemunho, de me ligar para dizer que desejava vir, mas que teve uma alteração de agenda de última hora que o impossibilitava, mas que ele nos retornaria para marcar para a próxima semana. Então, acho que não precisamos criar um cavalo de batalha em torno do tema, até porque o próprio Ministro teve a delicadeza de entrar em contato comigo por ser o autor do requerimento. Eu considerei que o gesto do Ministro foi interessante, um gesto de quem reconhece a importância de fazermos esse debate na Comissão de Justiça, para que todos esses fatos possam ser esclarecidos e possamos, inclusive, cumprir o Regimento, o artigo do Regimento que determina a presença do Ministro aqui logo no início do ano para que ele possa apresentar o seu programa de trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acrescentaria ao comentário que V. Exª acabou de fazer o fato de que o Ministro, não só informalmente, mas protocolarmente, fez um ofício a esta Presidência, dando as mesmas informações que lhe passou por telefone. Agora, o que houve de surpreendente nisso tudo é que a audiência frustrada foi marcada de comum acordo com a sua assessoria. V. Exª é testemunha de que o assessor veio aqui e combinou a data de vinda, de apresentação do Ministro aqui na Comissão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, concordando plenamente com o Senador Valadares, e aqui já deixo um feliz aniversário para ele também, e com o Senador Aécio Neves e o Senador Ricardo Ferraço, eu solicito a V. Exª que, se possível, na sequência da iniciativa deles, a gente pudesse inverter dois projetos de que sou relator, os Itens 12 e 27, porque eu pretendo ainda hoje, pela manhã, ter a reunião da Comissão de Direitos Humanos. Só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não é retirar de pauta, mas inverter a pauta.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já há um pedido anterior de inversão de pauta, formulado pelo Senador Valadares.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nenhuma discordância, Sr. Presidente. Na sequência, respeitando a decisão tomada por V. Exª, do Senador Valadares, como também do Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu também gostaria de, respeitando a sequência, pedir inversão de pauta para o Item 4.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, não querendo ser aqui uma figura antipática, permita-me. Nós temos quórum...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós vamos, pelo jeito, ter uma pauta invertida.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É exatamente sobre isso que quero fazer uma ponderação a V. Exª, isso não é possível.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se todos os Senadores apresentam um pedido de inversão de pauta, vamos ter outra uma pauta completamente diferente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – A minha sugestão, Sr. Presidente, é cumprir a pauta com os terminativos, já que temos quórum. Se o quórum diminuir, a gente usa aquela regra que V. Exª sempre usa. Se os relatores estão presentes, pela lista que está colocada na pauta, os relatores vão seguindo na ordem devida. Depois os não terminativos. Se o relator não estiver presente, faz-se a alteração, pois, do contrário, nós, permanentemente, teremos, de fato, uma pauta invertida. É uma posição antipática, mas, lamentavelmente, acredito que seja necessária para a ordem dos serviços desta Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, só para colaborar com a discussão. Acho que V. Exª deveria fazer uma pauta sem a numeração, e, à medida que os Senadores forem chegando, eles vão se candidatando para fazer a sua relatoria. Acho que dessa maneira vamos avançar bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo entendimentos sobre os pedidos de inversão de pauta que foram formulados, vamos seguir a ordem da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 3(Substitutivo) e rejeição das Emendas nº 1-T e 2.
Observações:
- Em 06/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Lasier Martins;
- Em 04/11/2015, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Ronaldo Caiado;
- Em 02/03/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues, Benedito de Lira e Eunício Oliveira, nos termos regimentais;
- Em 16/03/2016, foi apresentada a Emenda nº 3 (Substitutivo), de autoria do Senador Eunício Oliveira;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

Em 23/3/2016 a discussão da matéria foi encerrada e adiada a sua votação.

Em votação a Emenda nº 3 (Substitutivo), que recebeu o parecer favorável. Trata-se de matéria terminativa, votação nominal.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não tem discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os Srs. Senadores já podem votar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O painel está aberto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, não há discussão acerca desta matéria? Já foi encerrada?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já, já foi encerrada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Na sessão passada?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em 23...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Na verdade...

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em 23/3/2016.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas como autor da matéria, bem rapidamente, enquanto os Srs. Senadores votam, já que a matéria é terminativa nesta Comissão.

Essa é uma questão que me parece faz parte de um conjunto de iniciativas desta Comissão e do Senado para criar alguns parâmetros de defesa da isonomia nas próximas campanhas eleitorais em razão das modificações aprovadas, e muitas delas propostas aqui mesmo no Senado Federal.

A partir do momento em que há vedação para o financiamento por parte de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais, passa-se obviamente a ter um peso muito maior o financiamento de pessoas físicas autorizadas até determinados limites na legislação recém-aprovada no Congresso Nacional.

Esta proposta, de minha autoria, relatada com a competência de sempre do Senador Ricardo Ferraço e aprimorada por ele através da incorporação de emendas de nobres Parlamentares desta Casa, tem como objetivo impedir a utilização dos cargos comissionados para o financiamento de campanhas eleitorais.

Nós sabemos, e isso é já comum em alguns partidos políticos no Brasil, que esses detentores de cargos comissionados são levados, em muitos casos, são compelidos a participar do financiamento dos partidos aos quais estão filiados. Há quase que uma condicionante para que a ocupação desses cargos não seja a contribuição, com um certo dízimo para os partidos políticos. Não é essa a questão que está sendo discutida aqui. O que nós estamos propondo é que, nos períodos eleitorais isso vale para o âmbito nacional, estadual e municipal –, os detentores desses cargos de confiança, portanto, não concursados, não possam participar das campanhas eleitorais com parcela da sua remuneração, que, em última estância, vem do dinheiro público, do dinheiro do Tesouro, seja ele municipal, estadual ou federal.

Não há vedação, repito, para concursados poderem contribuir e participar dos pleitos. Mas, como houve um crescimento muito grande dos cargos comissionados – e aqui no Governo Federal há um mau exemplo, a meu ver, que não deveria ser seguido –, a proposta do Senador Ferraço se estende inclusive aos terceirizados, que é uma forma indireta. Isso ocorre muito...

(Soa a campainha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª e agradeço também à Comissão, que permite que os demais Senadores tomem conhecimento, com um pouco mais clareza, daquilo que aqui está sendo votado.

Na verdade, Sr. Presidente, ao incluir uma emenda do Senador Eunício Oliveira, nós estamos estendendo essa vedação também aos terceirizados. Isso ocorre, em larga escala, sobretudo no âmbito municipal, mas também estadual e provavelmente federal, em que empresas terceirizadas são contratadas, e o contratado já passa a ter a obrigatoriedade de participar com o dízimo para o partido que o indicou.

Portanto, é uma emenda salutar, é uma emenda que fortalece e estimula a isonomia entre as diversas candidaturas e por isso teve a aprovação, na última reunião, praticamente sem qualquer contestação.

Esse turno suplementar, na verdade, apenas reafirma o texto aprovado pelo Senador Ferraço e, mais do que isso, a introdução dessa emenda, que me parece extremamente meritória, de inclusão também da vedação aos terceirizados.

Em última instância, é impedir que, às vésperas de eleição, esses cargos sejam ocupados com o objetivo que extrapole a prestação de serviços de qualidade para a população do Município, do Estado ou da Nação e passe a ser mais um instrumento de financiamento indireto de campanhas eleitorais.

Em suma, esse é o objetivo do projeto que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

Aliás, esta Presidência esclarece que a discussão já havia sido encerrada na reunião anterior.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas a Presidência, em um gesto de compreensão, já concedeu a palavra ao Senador Aécio Neves e, por isonomia, vai conceder também à Senadora Gleisi Hoffmann, para fazer o encaminhamento da votação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso mesmo, Sr. Presidente, agradeço a V. Exª.

Eu queria refletir sobre alguns aspectos dessa proposta que pretende proibir a doação de recursos a partidos ou candidatos por parte de servidores que ocupam cargos comissionados ou função de confiança.

A primeira a ressalva que faço, Sr. Presidente, é quanto ao aspecto formal mesmo. Eu tenho dúvidas sobre a constitucionalidade da matéria. Isso porque a Constituição Federal garante a isonomia de direitos e obriga-

ções aos cidadãos, não havendo motivos aparentes para haver qualquer tipo de discriminação entre categorias de trabalhadores, de servidores ou de quaisquer outros profissionais no exercício dos seus direitos políticos.

E para isso, Sr. Presidente, eu queria me referir à discussão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, que tratou do financiamento partidário e eleitoral por parte das pessoas jurídicas. O STF fez uma longa discussão sobre o desrespeito ao princípio da igualdade que a legislação em vigor promovia, e do voto do relator extraem-se os seguintes trechos. Embora hoje nós não tenhamos mais doação privada, eu acho importante voltar a esse trecho em que fala sobre a isonomia:

> Com efeito, o princípio geral de igualdade, encartado no art. 5º, *caput*, da Lei Maior, se afigura como limite material, e não apenas formal, ao legislador. Ele impõe que exista uma razão constitucional suficiente que justifique a diferenciação, bem como reclama a necessidade de que esse tratamento diferenciado guarde pertinência com a causa jurídica distintiva.
> [...]
> Na realidade, não existem princípios contrapostos que justifiquem a autorização de doações a campanhas por parte de empresas, mas que não franqueiem similar possibilidade às entidades sindicais. A mesma racionalidade pode ser estendida à proibição de doações por entidades não governamentais que recebam recursos públicos.
> Ora, se as empresas privadas que contratam com o Governo não apenas podem doar como também figuram entre os maiores doadores, é inelutável que entidades não-governamentais também devem poder realizar doações a campanhas políticas. [Essa era a discussão naquele momento.]
> [...]
> Trata-se, destarte, de critérios injustificáveis que, além de não promover quaisquer valores constitucionais, deturpam a própria noção de cidadania e de igualdade entre as pessoas jurídicas.

Ora, se o Supremo Tribunal tinha esse entendimento em relação às pessoas jurídicas, que dirá em relação às pessoas físicas? Aplica-se ao universo das pessoas físicas o mesmo princípio isonômico das pessoas jurídicas. Ou todos podem doar, ou ninguém poderá.

Criar fatores de discriminação para justificar a proibição de doações por parte de pessoas físicas estimulará um cenário, Sr. Presidente, em que a doação eleitoral do setor privado será questionada na sua totalidade. Afinal de contas, se se considera que o salário do servidor público pertence ao Estado – o servidor que fez concurso público –, qual seria a razão para negar que o pró-labore dos sócios e o salário dos administradores e trabalhadores de empresas privadas pertençam à pessoa jurídica, portanto, proibidos de serem doados?

O mesmo se pode dizer das empresas que recebem algum tipo de recurso público. Então, os donos dessas empresas também estariam impedidos de fazer doações eleitorais? Não poderiam fazer doações como pessoas físicas, como hoje está regulamentado pelo Supremo Tribunal Federal?

Diante dessas considerações, Sr. Presidente, sobre a necessidade de maior análise, eu acho que nós temos que votar contra essa matéria, até porque eu acho que é um tema muito menor a ser trazido à consideração do Congresso Nacional em razão de doações a campanhas eleitorais.

Penso que a decisão do Supremo Tribunal Federal foi muito importante e fundamental para a democracia brasileira. Pessoas jurídicas não fazem doações. Agora, fazer distinção entre pessoas físicas é incorrer na inconstitucionalidade e desfigurar o princípio geral da igualdade previsto no art. 5º da Constituição Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Portanto, encaminho o voto contra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, como Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, nós estamos aqui com um debate que me parece bastante extemporâneo, porque, na verdade, nós já até exercemos o nosso voto, e nós estamos, portanto, debatendo um projeto que já está votado, inclusive com suas emendas.

Mas, na condição de Relator, Sr. Presidente, eu gostaria de compartilhar a minha convicção e o meu entendimento sobre essa excepcional iniciativa do Senador Aécio Neves, alterando a Lei dos Partidos Políticos, para vedar, no período de seis meses antes das eleições, doações a partidos por ocupante de cargos em comissão ou função de confiança na Administração Pública direta e indireta. A iniciativa do Senador Aécio Neves, tempestivamente, recebeu também uma excepcional emenda do Líder do PMDB, o Senador Eunício Oliveira, estendendo essa mesma vedação para cargos terceirizados, que é uma prática absolutamente presente no serviço público brasileiro.

Na minha modesta opinião, Sr. Presidente, nós não podemos afastar desta iniciativa a realidade do aparelhamento do Estado brasileiro, porque, nos últimos anos, como nunca antes na história do nosso País, nós

não observamos, em governo algum, o nível de aparelhamento não apenas dos espaços e não apenas das funções públicas – haja vista inclusive essa negociação escancarada a que nós estamos assistindo neste momento de troca de votos no Congresso brasileiro em favor da manutenção desse projeto fracassado e equivocado de poder que é liderado pela Presidente Dilma. Mas essa é uma outra questão, que apenas evidencia uma prática sistêmica deste Governo.

Aqui no caso, Sr. Presidente, o que nós estamos fazendo é o contrário. O que nós estamos criando é igualdade de oportunidades, porque, na prática, como deveria se dar o ingresso no serviço público, seja ele por cargo efetivo ou por cargo comissionado? Por cargo efetivo, dá-se por concurso público, mas a função comissionada deveria se dar por um critério de mérito e de igualdade.

Portanto, não há como tratar de forma igual os desiguais, os apaniguados, os que compõem a militância. Eles são convidados a ocupar função pública, inclusive com o absurdo desvio da função pública, simplesmente por serem aliados daquele governante de plantão.

Então, a desigualdade de oportunidade se dá nesse projeto do Senador Aécio Neves. Aqui, não! Aqui, cria-se uma condição de igualdade. A vida real mostra que o ingresso no serviço público é que não se dá com igualdade, porque, na prática, não há qualquer tipo de critério para ingressar, mesmo com cargo comissionado, no serviço público, tendo, portanto, de ser filiado, tendo de ser aliado, tendo de ser apadrinhado por qualquer dos governantes de plantão. Sejamos sinceros, isso não serve apenas para este Governo Federal, isso serve para todos os governos, para os governos subnacionais, Senadora Gleisi. Isso serve para os Estados, serve para os Municípios e, inclusive, para o nosso Partido. Todos aqui temos um partido político. Então, isso não tem endereço determinado, em que pese minha evidente crítica em relação aos malfeitos e às distorções que temos observado nos últimos anos em função do aparelhamento do Estado brasileiro não para atender ao interesse da sociedade, mas para atender a um projeto de poder.

Então, reitero: este é um projeto que corrige uma distorção histórica na política brasileira que está presente no que estamos chamando e conceituando de patrimonialismo partidário, um novo tipo de patrimonialismo que se ocupa das instâncias do poder, que não pertence a nenhum governante de plantão, que pertence à sociedade e ao contribuinte que mantém o Estado brasileiro, a União, os Estados e os Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Todos os Senadores já exerceram seu direito de voto. Vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não! Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Como já houve a discussão, mas como a palavra foi aberta para alguns, eu também gostaria de me manifestar aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Quero dizer que esse projeto busca exatamente a isonomia, a igualdade. Não existe igualdade nenhuma da forma como está, porque não existe cargo comissionado para todos os brasileiros nem poderia existir. Então, o que se busca...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu me permitiria interromper o Senador Eduardo Amorim...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...para pedir aos Srs. Senadores que confirmem a votação que está no painel.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O projeto já foi aprovado. Então...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto foi aprovado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço pela belíssima relatoria e os Srs. Senadores que apoiaram esse saneador projeto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Houve 16 votos SIM; NÃO, 3.

Não houve abstenção.

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas oferecidas ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não houve contestação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passamos ao item 32.

ITEM 32
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113-A, DE 2015
- Não terminativo -

Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Relatório: favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para proferir seu parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais uma vez peço aos presentes que guardem o necessário silêncio em atenção ao orador que está na tribuna e a todos os demais Senadores que querem ouvir o parecer que está sendo agora lido pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do item 32, alvo da inversão de pauta que foi atendida gentilmente pelo Presidente e através do pronunciamento de vários Senadores, entre eles Ricardo Ferraço, Aécio Neves, Paulo Paim.

Agradeço a compreensão de todos, tendo em vista que esta matéria é da mais alta relevância e foca vários assuntos que são do interesse da classe política, notadamente do Senado Federal, que já manifestou sua posição favorável à proibição da reeleição.

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 113-A, de 2015, que reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A proposição tem origem no desmembramento da Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2015, aprovado pelo Requerimento nº 1.416, de 2015, que destacou os arts. 1º a 7º e 9º a 11 dessa PEC, para constituir proposição autônoma – ou seja, PEC paralela.

A iniciativa legislativa em tela tem origem na PEC nº 23, de 2007, desta Casa, que foi encaminhada à Câmara dos Deputados depois de aprovada pelo Senado Federal, retornando ao Senado Federal com as alterações adotadas por aquela Casa.

A proposta trata de diversos temas da chamada reforma política. Inicialmente, cuida do tema do financiamento eleitoral e partidário (art. 1º), estabelecendo, mediante acréscimo de parágrafos ao art. 17 da Constituição Federal, que os partidos políticos podem receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas. Daí a importância de nos posicionarmos novamente em relação ao financiamento privado ou público.

Ademais, estatui que os candidatos podem receber diretamente doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro apenas de pessoas físicas.

Outrossim, consigna que os limites máximos de arrecadação e gastos de recursos para cada cargo eletivo serão definidos em lei.

Por outro lado, a iniciativa em tela veda a reeleição (art. 2º) do Presidente da República, dos governadores de Estado e do Distrito Federal, dos prefeitos e de quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito, retornando à proibição do texto original da Constituição de 1988.

Todavia, por regra transitória, garante aos prefeitos eleitos em 2012 e aos governadores eleitos em 2014 o direito de concorrer à reeleição, desde que não tenham sido reeleitos naquelas eleições.

De outra parte, a PEC nº 113-A, que é esta PEC, permite o acesso ao fundo partidário, ao rádio e à televisão (art. 3º) somente aos partidos políticos que tenham concorrido, com candidatos próprios, à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional, mediante o §8º acrescentado ao art. 17 da Lei Maior.

Eu faço uma alteração aqui – lá na frente nós veremos – falando sobre a cláusula de desempenho, ou cláusula de barreira, para a participação da representação popular na Câmara dos Deputados.

No que diz respeito ao tema da fidelidade partidária – art. 4º –, conforme §12 que acrescenta ao art. 17 da CF, a proposição pretende constitucionalizar a matéria estabelecendo que o detentor de mandato eletivo que se desligar do partido pelo qual foi eleito perderá o mandato, salvo nos casos de grave discriminação pes-

soal, mudança substancial ou desvio reiterado do programa praticado pela agremiação e de criação, fusão ou incorporação do partido político, nos termos definidos em lei.

A proposta também reduz a idade mínima para que o cidadão possa concorrer a cargos eletivos (art. 5º), da seguinte forma: a) de 35 para 29 anos, para Senador; b) de 30 para 29 anos, para Governador e Vice-Governador; c) de 21 para 18 anos, para Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital (mantida essa idade para Vereador).

Outra alteração promovida pela PEC ora relatada reduz o número mínimo de assinaturas para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular (art. 6º). Atualmente, é requerida a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento de cada um deles. A redação proposta reduz para 500 mil eleitores o número mínimo de assinaturas e para um décimo por cento dos eleitores de pelo menos cinco Estados.

A iniciativa também trata do poder regulamentar da Justiça Eleitoral (art. 7º), estabelecendo que as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a fatos que ocorram até 18 meses da data de sua vigência.

Importante registrar a inexistência de art. 8º na PEC 113-A, pois o art. 8º original da PEC 113, que dispunha sobre a chamada "janela partidária", foi aprovado em dezembro de 2015, dando origem à Emenda Constitucional nº 91, de 2016.

O art. 9º determina a impressão do voto no processo de votação eletrônica, e o art. 10 veda a recondução dos membros da Mesa das Casas do Congresso Nacional na eleição subsequente, independentemente de Legislatura.

Isto aqui vai resolver, sem dúvida alguma, um grande problema que está acontecendo nas assembleias legislativas e nas câmaras de vereadores. As assembleias, inclusive, estão antecipando as eleições das Mesas em quase um ano, antes de completar o mandato. A mesma coisa está acontecendo nas câmaras de vereadores.

O Presidente está aqui me falando que as câmaras de vereadores estão discutindo esse problema dois anos antes, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – As assembleias legislativas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – As assembleias legislativas.

Então, vejam que há uma distorção que precisa ser corrigida, e essa emenda constitucional, sem dúvida, vai contribuir para isso.

Por fim, a PEC 113-A, de 2015, estatui um novo regime para as candidaturas de policiais e bombeiros militares às eleições (art. 11). Esses militares passarão a ser agregados, como candidatos, independentemente do tempo de atividade e, se forem eleitos, poderão retornar ao seu posto ao final do mandato.

Acho inteiramente justo esse instrumento, uma vez que os policiais que não quiserem mais ser candidatos ou que, por acaso, não sejam reeleitos terão o direito de voltar à sua corporação. Acho legítima essa iniciativa que veio da Câmara dos Deputados.

Análise.

Passamos a analisar as alterações que são objeto da PEC 113-A, de 2015, seguindo a sua ordem sequencial, conforme o texto da proposta.

Quanto à constitucionalização do financiamento de campanhas (art. 1º)

No que diz respeito ao financiamento eleitoral e partidário, manifestamo-nos de forma contrária à permissão adotada pela proposta no sentido de facultar a doação das pessoas jurídicas aos partidos políticos.

Vejam que já decidimos a respeito dessa questão anteriormente, mas a Câmara dos Deputados aprovou – e aqui está em nossas mãos – a retomada de uma posição do Senado Federal contra o financiamento privado.

Com relação a esse tópico, concordamos com o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de diversas outras entidades representativas da sociedade brasileira, que foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de que eleição é matéria que deve ficar restrita à cidadania.

As pessoas jurídicas não têm o direito de voto e não estão legitimadas a participar do processo eleitoral, não podendo interferir na vontade dos eleitores, não lhes cabendo, portanto, financiar candidatos, nem partidos políticos.

Entendemos que as pessoas naturais são legitimadas a participar do processo eleitoral. Elas podem e devem manifestar suas preferências eleitorais e partidárias, inclusive contribuindo financeiramente e dando suporte material para os seus candidatos.

Não obstante a esse entendimento, somos contrários à constitucionalização das doações das pessoas naturais e de matérias referentes ao financiamento eleitoral e partidário. Uma vez firmado o entendimento de

que doação de pessoa jurídica é inconstitucional, a questão do financiamento eleitoral deve ser tratada em lei. É o que fez, aliás, a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, que alterou o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições, estabelecendo limites para doações das pessoas físicas e também para os gastos de campanha dos candidatos às eleições, o que consideramos um avanço institucional.

Desse modo, somos pela rejeição do art. 1º da PEC nº 113-A, de 2015, para que esse assunto fique consolidado na legislação já aprovada.

Vedação da reeleição para os cargos de Chefe do Poder Executivo (art. 2º)

Por outro lado, no que diz respeito, Sr. Presidente, ao retorno da vedação à reeleição para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito, somos plenamente favoráveis.

Há Senadores, como eu, como o Senador Aécio, como o Senador Anastasia, que defendemos um mandato maior para o Presidente da República e para os demais cargos do Executivo, mas, em se tratando de proibição de reeleição, se viermos a aprovar um mandato maior, mais extenso, de quatro anos, de cinco anos, essa proposta vai ajudar, isto é, não vai permitir que um governante, tendo um mandato de seis anos, tenha direito à reeleição. De forma que estamos tratando aqui única e exclusivamente da proibição da reeleição. O tempo de mandato está no art. 82 da Constituição, e o que estamos alterando aqui é o art. 14 da Constituição Federal.

A nossa convicção é a de que foi um equívoco termos alterado nossa tradição republicana, adotada desde o início da República, que veda ao Chefe do Poder Executivo pleitear a reeleição na eleição subsequente à que o elegeu – inclusive, eu votei contra, em 1998, na época de Fernando Henrique Cardoso.

Acreditamos mesmo que a grave crise política, hoje vivida pelo País, talvez não estivesse ocorrendo se mantida a opção original da República, ratificada pela Constituição de 1988, que vedava a reeleição ao Chefe do Poder Executivo.

Por outro lado, estamos de acordo com a regra transitória que garante aos prefeitos eleitos em 2012 e aos governadores eleitos em 2014 o direito de concorrer à reeleição, desde que não tenham sido reeleitos naquelas eleições. Entendemos que essa ressalva é coerente com os princípios da segurança jurídica e do direito adquirido, constantes da Constituição Federal (v.g. art. 5º, *caput,* e inciso XXXVI).

Restrição de acesso ao fundo partidário e ao rádio e à televisão (art. 3º)

Quanto à regra que restringe o acesso ao fundo partidário e ao rádio e à televisão somente aos partidos políticos que tenham concorrido com candidatos próprios à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional, entendemos que devemos ser mais incisivos no que diz respeito à necessidade de promovermos as condições necessárias à governabilidade e impedir a enxurrada de partidos políticos, que vem causando, sem dúvida alguma, uma dubiedade, uma distorção, uma dificuldade muito grande para a governança nacional

Deveras, a crise que hoje vivenciamos demonstra cabalmente que não é mais possível a convivência da nossa democracia com a pulverização partidária hoje existente, que estimula toda a sorte de barganha, de negociação, de negociata, de articulação desvantajosa para a sociedade, em prejuízo dos interesses maiores do País.

Por isso, o que propomos é que seja estabelecida, na Constituição Federal – e esta é mais uma oportunidade que surge no cenário da República, dentro do Senado e da Câmara –, o restabelecimento da cláusula de barreira ou a cláusula de desempenho, que foi objeto de rejeição pelo Supremo Tribunal.

Aliás, quando se fala que os políticos são responsáveis por essa enxurrada de partidos, eu não culpo somente os políticos, eu culpo por último o Supremo Tribunal Federal, porque se o STF não tivesse rejeitado a cláusula de desempenho, nós não teríamos essa pulverização partidária que existe hoje em nosso País.

Então, a classe política tem alguma culpa porque apresentou antes alguma coisa permitindo que através, por exemplo, de um partido novo se pudesse sair de um partido e entrar no partido novo. Isso foi realmente criação da classe política. Mas quando nós tínhamos aqui uma cláusula de barreira de 5%, mais ou menos igual a da Alemanha, foi o Supremo Tribunal Federal que rejeitou essa cláusula de barreira. Daí para cá os partidos, que eram mais ou menos uns 25, passaram a mais de 35 registrados no Supremo Tribunal Federal, com coexistência de 27 na Câmara dos Deputados.

Diversos países adotam essa cláusula de barreira ou cláusula de desempenho exatamente para permitir a governabilidade e evitar que o governo seja paralisado por interesses minoritários. Estamos propondo, assim, uma cláusula de desempenho não de 5% (cinco por cento); vamos começar com 2% (dois por cento). Quem sabe lá na frente possamos aumentar para 3%, 4% 5%, mas nós estamos aqui propondo uma conciliação, com a qual talvez cheguemos ao consenso lá na Câmara dos Deputados.

Uma cláusula de desempenho de 2% dos votos apurados nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, em nove Estados, com um mínimo de 1% (um por cento) do total de cada um deles, para que o partido tenha direito a funcionamento parlamentar no Congresso Nacional, percentual que nos parece razoável.

Antes era de 5% a cláusula de desempenho derrubada pelo Supremo. Nós estamos propondo 2%. Quem sabe com esse início a Câmara dos Deputados se sensibilize, porque eu fiz as contas e dá para ficarmos com dez a doze partidos, ao invés de ficamos com 40, com 50, com 60, porque nesse ritmo, daqui uns dias nós teremos uns 60 partidos no Brasil.

Registramos, a propósito, que diversos países adotam algum tipo de cláusula de barreira entre 3% e 4%. A Alemanha – como já falei – adota uma cláusula de 5%. A Turquia adota uma cláusula na ordem de 10%.

Fidelidade Partidária (art. 4º)

No que diz respeito à fidelidade partidária, cumpre registrar que o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade (ADI 5081), adotou o entendimento de que os Parlamentares eleitos pelo voto majoritário não estão sujeitos à perda de mandato por deixar o respectivo partido, pois se assim fosse seria afetada a soberania do voto popular (v.g. arts. 1º e 14 da CF).

Por outro lado, a recente reforma eleitoral promovida pela Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, passou a elencar as hipóteses legais de justa causa para troca de partido, no novo art. 22-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos). São elas a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; a grave discriminação política pessoal; e a mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.

Consideramos inoportuna a constitucionalização da matéria, especialmente quando o texto proposto resgata a possibilidade de trocas partidárias nas hipóteses de criação, fusão ou incorporação de partido político.

E foi aí que se encheu o caldo. Quando se criou a possibilidade da adoção desse método, de novos partidos poderem receber filiados de outros partidos, é que aconteceu essa pulverização. Essa abertura revitalizaria o estímulo ao surgimento de novas legendas, medida que caminha em sentido contrário ao que temos aprovado nas últimas reformas da legislação eleitoral.

Desse modo, somos pela rejeição do disposto no art. 4º da proposição.

Redução da idade mínima para o exercício de cargos eletivos (art. 5º)

Há, a meu ver, uma proposta hilariante da Câmara dos Deputados, com todo o respeito. No que diz respeito à redução da idade para acesso aos cargos eletivos, com a devida vênia, entendemos ser providência inconveniente, sendo adequados os atuais limites constitucionais, que não são, em absoluto, excessivos, permitindo, inclusive, que um jovem de apenas 21 anos de idade possa se candidatar a cargos eletivos relevantes, como são os de deputado estadual ou federal.

Desse modo, somos pela rejeição do disposto no art. 5º da proposição.

Redução do número de assinaturas dos projetos de lei de iniciativa popular (art. 6º)

No que se refere à redução do número de assinaturas para a apresentação do projeto de lei de iniciativa popular, somos favoráveis. Realmente, o número de assinaturas hoje exigido, vale dizer, 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco Estados com não menos de 0,3% de cada um deles, efetivamente, é excessivo em face do número total do eleitorado nacional, que hoje remonta a mais de 145 milhões de eleitores. Logo, 1% desse total requer hoje quase 1,5 milhão de assinaturas. Todavia, a previsão de um número absoluto de eleitores, ou seja, um quantitativo fixo do eleitorado, 500 mil, conforme o proposto, parece não ser a melhor escolha, tendo em vista a evolução constante do eleitorado. Por esse motivo, propomos um ajuste de redação para que o número total de assinaturas seja expresso em um valor percentual aproximado de 0,4% do eleitorado, mantendo a redução para 0,1% do eleitorado exigido de ao menos cinco unidades da Federação. Nós estamos fazendo essa proposta, mas estamos abertos, sem dúvida alguma, a novas sugestões, Senador Anastasia, que é um estudioso também desse assunto, assim como a Senadora Simone Tebet e os demais Senadores e Senadoras, para que possam apreciar o conjunto desse relatório e propor, se for o caso, algumas mudanças, que nós receberemos com muito prazer.

Poder regulamentar da Justiça Eleitoral (art. 7º)

No que diz respeito ao poder regulamentar da Justiça Eleitoral a proposta de que as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrem em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a fatos que ocorram até dezoito meses da data de sua vigência, parece-nos equivocada, uma vez que o comando não se harmoniza com o disposto no art. 16 da Lei Maior, que prevê que a lei que disciplinar o processo eleitoral se aplicará à eleição que ocorrer um ano após a sua publicação.

Desse modo, a manutenção da regra contida na proposta, no sentido de que as resoluções da Justiça Eleitoral não se aplicariam a fatos que ocorram até dezoito meses da data de sua vigência impediria a Justiça Eleitoral de regulamentar as leis aprovadas pelo Congresso Nacional a tempo de serem aplicadas às eleições.

Por essa razão, estamos alterando a PEC para estabelecer a mesma lógica adotada pelo art. 16 da Constituição Federal no que diz respeito às leis eleitorais, com um prazo de noventa dias (três meses) para que a Justiça Eleitoral regulamente as eleições após a aprovação da lei correspondente pelo Congresso Nacional.

Assim, as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data da sua publicação, não se aplicando a eleição que ocorra até 9 (nove) meses da data de sua vigência.

"Janela partidária" (art. 8º)

Como visto acima, o art. 8º do texto original da PEC nº 113, de 2015, não consta da presente proposta por ter sido já aprovado em 2015 e dado origem à Emenda Constitucional nº 91, de 2016.

Impressão do voto eletrônico (art. 9º).

Quanto à impressão do voto eletrônico, cabe ponderar que no final do ano passado o Congresso Nacional derrubou veto que havia sido aposto pela Presidente da República ao art. 59-A acrescentado pela Lei nº 13.165, de 2015, à Lei das Eleições e ao art. 12 da própria Lei nº 13.165, de 2015, e que dispõem sobre a impressão do voto eletrônico, para que o eleitor confira o seu voto.

Desse modo, a previsão de impressão do voto para efeito de conferência pelo eleitor está em vigor.

Entendemos que a matéria não deva ser constitucionalizada, pois seria levar mais um tema para a Constituição, quando tal assunto pode ser perfeitamente tratado na legislação infraconstitucional como, aliás, foi.

Acho que a evolução político-eleitoral da legislação eleitoral... Não é de bom alvitre colocarmos na Constituição um assunto como este.

Vedação da reeleição para os membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 10).

No que toca à proibição da recondução dos membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na eleição subsequente, independentemente da legislatura, somos favoráveis a essa vedação e opinamos pela sua aprovação.

A alternância na direção das Casas do Parlamento só fortalecerá as instituições parlamentares e para que isso ocorra efetivamente é preciso determinar a vedação da recondução dos membros da Mesa na eleição subsequente, independentemente de legislatura. Hoje, a Constituição não é expressa sobre essa vedação e entende-se que a reeleição é permitida na passagem de uma legislatura para outra.

Impõe-se, entretanto, promover ajuste na redação proposta pela PEC, uma vez que o seu texto foi elaborado quando, ainda em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição pretendia ampliar para cinco anos o mandato dos Deputados, mas com a manutenção do mandato de quatro anos, não é mais necessário dividir o conteúdo do atual § 4º do art. 57 da Constituição em dois dispositivos.

Regime eleitoral dos policiais e bombeiros.

Somos favoráveis à alteração do regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares, para que esses militares passem a ficar agregados, enquanto candidatos, independentemente do tempo de atividade e, sendo eleitos, possam retornar à atividade ao final do mandato.

De outra parte, estamos propondo... Aqui já entramos no domicílio eleitoral. Desde 1965 se estabeleceu, durante a vigência do regime discricionário, o regime militar, a exigência do domicílio eleitoral – ou seja, é uma exigência cartorial – para que alguém pudesse ser candidato a um cargo eletivo. Antes, a Constituição de 1946 permitia que, mesmo sem o domicílio eleitoral, o político pudesse se candidatar em qualquer circunscrição eleitoral. Mas aqui nós estamos proibindo que um candidato... Nós permitimos o domicílio eleitoral – vamos dizer assim – extensivo, no qual o político pode escolher o lugar, com o seu partido, onde pode se candidatar.

Em vez da exigência do domicílio eleitoral, temos duas exigências que são fundamentais. Primeiro, que o político seja eleitor, aquele que quer se candidatar seja eleitor; e, segundo, que tenha um partido político amparando a sua candidatura. Isso é extremamente democrático. Mas eu acho extremamente inconveniente e cartorial que se exija o domicílio eleitoral de alguém que... Tendo prestígio no Município, força eleitoral em um Município ou em um Estado, não se pode proibir alguém de se candidatar porque o título de eleitor diz: "Olha, o senhor não reside neste Estado. O senhor não reside neste Município" – o cartório é quem vai dizer, não é o eleitor. Por isso é que eu estou propondo o retorno à situação anterior, antes da Constituição democrática de 1946.

De fato, o domicílio eleitoral como condição de elegibilidade passou a existir, em nosso País, de forma casuística, durante a ditadura militar, em junho de 1965, por meio da Emenda Constitucional nº 14 à Constituição de 1946. O objetivo dessa alteração constitucional foi impedir que chefes das guarnições militares se fizessem eleger governadores, questão que preocupava o Presidente Castello Branco. O caso que ficou marcado como símbolo traumático da aplicação dessa restrição foi o impedimento à candidatura oposicionista do Marechal Teixeira Lott.

Como todos sabem, o Marechal Teixeira Lott era um político ligado ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek e ele era um possível candidato ao governo do Estado da Guanabara, cujas eleições seriam realizadas

naquele ano. Então, houve uma atitude casuística no sentido de impor uma proibição ao General Lott, porque ele significava o símbolo da oposição ao governo militar. Essa legislação, infelizmente, permanece até hoje. Queremos, então, tirar esse entulho autoritário da nossa Constituição e voltar à égide da Constituição de 1946.

Aproveitando-se do fato de que o General Lott havia transferido sua inscrição eleitoral havia pouco para o Município de Teresópolis, no antigo Estado do Rio de Janeiro, o governo militar fez aprovar a exigência de tempo mínimo de domicílio eleitoral na circunscrição, tendo tal regra permanecido desde então.

Registre-se, a propósito, que a regra casuística de pouco adiantou, pois o substituto de Lott como candidato das forças de oposição à ditadura – Negrão de Lima – terminou por vencer aquela eleição. Como o General Lott não pôde ser candidato, apareceu, então, um substituto, Negrão de Lima, que se candidatou e ganhou as eleições.

Assim é que, sob o estigma do casuísmo, a regra da caracterização do domicílio eleitoral passou a ser flexibilizada pela própria jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral no sentido de uma progressiva liberalização, "a fim de propiciar aos candidatos sua transferência para onde os conduzissem as suas aspirações eleitorais do momento" (TSE, Respe nº 18.803, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DOU 22.02.2002, p. 15). Atualmente, o TSE reconhece o domicílio eleitoral de forma ampla, bastando que o eleitor apresente vínculo material ou afetivo com a circunscrição, por interesses diversos: políticos, comerciais, profissionais, patrimoniais, comunitários ou laços familiares (Acórdãos nº 18.124, nº 13.271, nº 15.241, nº 16.229 e nº 13.777).

A exigência de que o eleitor tenha o seu domicílio eleitoral na circunscrição em que pretende ser candidato significa tutela indevida à soberania do voto popular, única com legitimidade suficiente para definir quem deve e quem não deve exercer o mandato representativo numa democracia.

Como bem posto pelo ilustre constitucionalista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, a exigência de domicílio eleitoral na circunscrição é um cerceamento à escolha do eleitorado que não se justifica (Cf. Comentários à Constituição Brasileira de 1988, V. 1, Ed. Saraiva, 1997, p. 123).

E se justifica ainda menos nos dias de hoje, em que as distâncias físicas foram encurtadas exponencialmente pelo impressionante progresso dos meios de comunicação.

Por fim, cabe registrar que procedemos a ajustes de redação com o objetivo de adequar o texto e aperfeiçoar a técnica legislativa da proposição.

A esse respeito, eu quero dizer o seguinte: nós estamos proibindo que um mesmo candidato apresente a sua candidatura, ou que seja registrada a sua candidatura, por mais de uma vez.

Por exemplo, ele é candidato na cidade do Rio de Janeiro a Deputado Estadual e se candidata a Deputado Federal pelo Estado inteiro. Fica proibido. Ou alguém se candidatar a Senador da República no Estado de Sergipe, e a sua candidatura ser registrada no Estado da Bahia também como Senador. Isso aconteceu no passado: Getúlio Vargas foi eleito em vários Estados como Senador da República e ele escolheu um dos Estados para representar. Naturalmente a escolha recaiu sobre o Rio Grande do Sul, mas ele foi eleito, se não me engando, em São Paulo e em Goiás.

Aqui nós colocamos, para proibir justamente essa duplicidade de candidatura, o seguinte texto: "É vedado o registro de candidatura a mais de um cargo eletivo, em uma mesma eleição, ainda que em circunscrições diferentes."

Quanto à PEC, ela foi distribuída; não há necessidade de leitura.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Senador Ataídes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente, também.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o relatório desse projeto, o belo relatório do Senador Valadares. Quero aproveitar para parabenizá-lo, neste dia de hoje, pelo seu aniversário. Peço a Deus que lhe dê muita saúde, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Presidente Anastasia, esse projeto trata de assuntos de muita relevância para o nosso País quando fala de financiamento eleitoral, reeleição, acesso ao fundo partidário, fidelidade partidária, redução de idade para concorrer a cargos eletivos, redução de números de assinaturas de apoiamento a projetos de iniciativa popular e tantos outros. Esse projeto, a meu ver, merece uma discussão muito, mas muito ampla. Portanto, eu peço vista do referido projeto, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Concedida a vista.

Eu quero aproveitar, se me permite, Senador Antonio Carlos Valadares, para cumprimentá-lo também pelo trabalho, acho que em nome de toda Comissão. O substitutivo que V. Exª apresenta aprimora muito o texto. Parabéns. A discussão, certamente, vai ser muito exitosa tanto aqui, na Comissão, quanto no plenário, dos avanços que V. Exª coloca em um tema tão sensível como esse. Parabéns ao aniversariante do dia, que, na verdade, devia receber o presente, mas nos oferece um presente com esse seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos cantar parabéns para ele à tarde, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Ele vai trazer um bolo certamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não sei, mas parabéns nós cantamos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu gostaria, senhoras e senhores, em razão da ausência de nosso Presidente, que pediu que eu o substituísse também na ausência do Vice-Presidente, e já que não temos quórum para deliberação terminativa, que passássemos, conforme a praxe desta Comissão, aos itens não terminativos com os Relatores presentes, na ordem em que estão, porque lamentavelmente não temos mais quórum para os terminativos – tínhamos, mas perdemos.

Então, o primeiro item não terminativo cujo Relator está presente é o item 21.

ITEM 21
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2014
- Não terminativo -

Destina ao Fundo Social os recursos públicos desviados por corrupção.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senadora Simone Tebet.
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, em deferência a uma solicitação do Governo, mais especificamente do Ministro de Minas e Energia, nós só estamos aguardando uma sugestão do Governo, que provavelmente vem para contribuir e melhorar o projeto. Estamos aguardando e vamos dar esse prazo de uma semana. Se porventura não chegar a sugestão, nós estaremos preparados para ler o relatório e discutir a referida matéria.

Eu agradeço a deferência e parabenizo V. Exª por seguir o rito da ordem dos projetos não terminativos com a presença dos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone. Ficará, portanto, na pauta para a próxima semana.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Autoria: Senador Lasier Martins.
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira.
Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira para proferir o relatório.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto vem jogar luz sobre essa grande instituição pública do nosso País que é do BNDES.

Eu gostaria, antes de passar ao relatório e à análise desse projeto, de tecer alguns comentários. Serei o mais breve possível.

O Banco BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) é uma empresa, como já é sabido por todos nós, 100% pública. A principal missão do BNDES é promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de empregos e redução das desigualdades sociais e regionais.

O BNDES possui duas subsidiárias: o Finame e o BNDESPAR.

O Finame tem os seguintes objetivos: (i) atender às exigências financeiras da crescente comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País; (ii) concorrer para a expansão da produção nacional de máquinas e equipamentos, mediante facilidade de crédito aos respectivos produtores e aos usuários; (iii) financiar a importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País; (iv) financiar e fomentar a exportação de máquinas e equipamentos industriais de fabricação brasileira. No final de 2014, os ativos do Finame chegaram ao total de R$193 bilhões.

Entendo ser importante, Sr. Presidente, prestar estas informações preliminares.

A outra subsidiária do Banco, o BNDESPAR – acabou de chegar o autor deste brilhante projeto, o Senador Lasier Martins, cuja finalidade é vedar sigilo nas operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, tem a finalidade de incentivar o mercado de capitais abertos e empresas inovadoras. Atualmente, os seus ativos alcançam a cifra de R$77 bilhões.

Essa subsidiária passou a ter relevância crescente nos últimos anos por meio de: (i) realização de operações, visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados; (ii) apoio a empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão; (iii) apoio ao desenvolvimento de novos empreendimentos; (iv) contribuição para o fortalecimento do mercado de capitais e administração de carteira de valores mobiliários.

Desde a sua fundação, o Banco é a principal fonte de crédito de longo prazo no País e instrumento indispensável para a implantação das políticas industriais e de infraestrutura no Brasil. Isso se dá por meio de apoio às microempresas, às pequenas e às médias empresas e pelo foco no investimento produtivo. Isso aconteceu mais recentemente, até pouco tempo atrás o Banco fomentava tão somente as grandes e médias empresas – para o bem do País, passou, de cinco anos para cá, a fomentar e a incentivar as micro e pequenas empresas.

Ademais, nos últimos anos, foi intensificado o suporte à internacionalização das empresas brasileiras que almejam expandir suas operações no exterior. No último Balanço Patrimonial, de 31 de dezembro de 2014, os ativos alcançaram o valor total de R$ 877 bilhões e patrimônio líquido de R$ 66 bilhões.

O BNDES pode financiar tanto pessoas jurídicas (empresas de agropecuária, indústria, comércio ou serviços, cooperativas, associações civis ou fundações) quanto pessoas físicas (produtor rural, transportador autônomo de cargas e microempreendedor). Além disso, financia também a Administração Pública (Municípios, Estados e o Governo Federal). O Banco atua tanto por meio de operações diretas quanto indiretas, realizadas por instituições financeiras credenciadas. Dentre as operações diretas, destacam-se o financiamento à construção de hidroelétricas, plataformas, indústrias e estádios esportivos. As operações indiretas incluem: construção civil, aquisição de veículos, de máquinas e equipamentos industriais e agrícolas, bem como auxílio a exportações. As operações diretas respondem por aproximadamente 40%, enquanto as indiretas alcançam 60% do total.

Conforme informações oficiais divulgadas pelo BNDES, a carteira total de crédito totalizou R$ 591,6 bilhões em junho de 2014. No ano passado, a instituição desembolsou o valor de R$ 188 bilhões em financiamentos, com 48% direcionados às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). O Banco tem como principais fontes de financiamento o Tesouro Nacional (53,7%), Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT (22,3%), PIS/Pasep (3,8%), FGTS/FI-FGTS (1,13%) e recursos do exterior (4,6%).

Sr. Presidente Pimentel, essas informações preliminares são de muita valia para todos nós, principalmente quando se referem a esse desembolso do Banco para financiar nossas pequenas e médias empresas, hoje responsáveis por quase 80% dos empregos em nosso País. Também é muito importante esta informação – volto a repetir – sobre a origem do dinheiro que é designado para o BNDES para que possa fomentar a nossa economia: Tesouro Nacional (53,7%), FAT (22,3%), PIS/PASEP (3,8%), FGTS/FI-FGTS (1,13%) e recursos externos (4,6%).

Ressalto ainda, em segundo lugar, que, por ocasião da aprovação da Medida Provisória nº 663, de cuja comissão V. Exª fez parte, que designava, naquela época, subsídios de R$50 bilhões ao BNDES, o Senador José Serra colocou uma emenda pela qual pedia mais transparência nos atos do BNDES. Eu me lembro que subscrevi essa emenda, que foi diretamente em direção ao propósito deste projeto de autoria de V. Exª, Senador Lasier Martins, pedindo que o BNDES desse mais transparência aos seus atos.

Essa emenda obrigava o Ministério da Fazenda a publicar, até o último dia do mês subsequente a cada bimestre, na internet, os seguintes demonstrativos... Era função dessa emenda, que foi acatada por mim, com relação à MP 663. Essa emenda, então, contemplou: primeiro, do impacto fiscal das operações do Tesouro Na-

cional com o BNDES, juntamente com a metodologia de cálculo utilizada, considerando o custo de captação do Governo Federal e o valor devido à União; segundo, dos valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxas de juros no último exercício financeiro e no acumulado total.

Como resultado dessa emenda – que fez parte, repito, da MP 663 –, o BNDES, em janeiro do corrente ano, teve de dar, então, publicidade a esse impacto fiscal nas operações do Tesouro Nacional; assim o Banco fez, cumprindo a lei. E aqui eu quero dizer que o custo desses subsídios fornecidos pelo BNDES de 2008 a 2015 causou uma despesa nos cofres públicos de R$123 bilhões. Então, foi graças a essa emenda que, no Brasil, hoje, todos nós sabemos quanto custou emprestar esse dinheiro erradamente aos grandes grupos do País e também de fora do País.

Hoje, mais uma vez, tenho a honra de dar mais um passo no sentido de abrir a caixa-preta do BNDES ao relatar e propor a aprovação do PLS que aqui estamos a discutir, o nº 7, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins.

Passo a ler, Sr. Presidente, neste momento, o relatório.

O relatório, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do relatório.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas eu nem concluí, Presidente!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não concluiu?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, agora é que vou ao relatório, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, tá. Eu tinha entendido que ele havia concluído. Mas não tem problema, meu pedido já fica registrado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sem problema. Vamos completar o relatório.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ao relatório, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei (Complementar) nº 7, de 2016, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para acrescer-lhe o art. 10-A, dispondo que "não poderá ser alegado sigilo ou definidas como secretas as operações de apoio financeiro ao BNDES ou de suas subsidiárias, qualquer que seja o beneficiário ou interessado, direta ou indiretamente, incluindo nações estrangeiras".

A justificativa do projeto aponta para a necessidade de impedir o capitalismo de compadrio, em que determinadas empresas são favorecidas em detrimento dos interesses do País.

Ressalta, ainda, a "existência de empréstimos feitos a outros países cuja relação custo-benefício nos é desconhecida".

Não foram apresentadas emendas.

Análise do projeto.

A proposta mostra-se constitucional e jurídica, pois não fere cláusulas pétreas nem subverte o conjunto dos preceitos relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

Igualmente, não há ofensa nem à legalidade nem à regimentalidade, não havendo quaisquer razões formais que impeçam sua regular tramitação.

Quanto ao mérito da proposta, deve-se ressaltar a necessidade de se implementar um sistema mais transparente no Banco, em especial se tomamos em conta a dimensão da influência do BNDES sobre a economia brasileira.

Alguns dados reveladores do perfil da carteira de empréstimos do Banco terminam por se nos afigurar pouco compreensíveis. Observe-se, por exemplo, que, dos R$591 bilhões dispendidos pelo Banco em 2014, R$249 bilhões estão concentrados nos dez maiores devedores – pouco mais de 50%.

Aqui, Senador Lasier, eu volto a dizer que, há muito pouco tempo, o Banco só fomentava esses grandes empresários. Hoje, inclusive, na Lava Jato, está sendo discutida a credibilidade, a honradez de grandes empreiteiras nos seus negócios. E agora, então, prestamos mais esta informação, ou seja, dos R$591 bilhões dispendidos pelo Banco para empréstimos a terceiros, R$249 bilhões – praticamente 50% – foram tão somente para esses dez maiores devedores do banco. E vamos lá: R$160 bilhões foram destinados aos cinquenta seguintes maiores devedores – em torno de 25% –; R$93 bilhões aos seguintes cem maiores devedores – algo em torno de 15% –; e R$87,5 bilhões, apenas 14% do total, foram destinados a todo o resto dos agentes econômicos. Parece haver um desequilíbrio muito claro. Aliás, evidentemente, há um desequilíbrio muito claro.

Aqui, então, chega-se à conclusão de que, com esses R$591 bilhões, as cem empresas – tão somente cem empresas – são devedoras de aproximadamente 86% de toda essa carteira do Banco, e isso sem transparência praticamente nenhuma. Isso é muito perigoso para o nosso País.

Outro dado que devemos levar em conta é que, mediante a edição sistemática de medidas provisórias, o Governo opera um orçamento paralelo voltado para o mercado através do BNDES.

Houve um aumento significativo da participação das empresas públicas na carteira de empréstimos do Banco, saltando de 16,6% do montante de crédito oferecido em 2008 para 37,1% dos recursos liberados em 2014. Vejam só, de 16% para 37% em empréstimos a empresas públicas.

Politicamente, o que está ocorrendo aqui é um aumento da intervenção estatal na economia, independentemente da manifestação nesse sentido da maioria parlamentar.

É importante lembrar que apenas o Poder Legislativo Federal representa a totalidade da população brasileira. A maioria, através de sua materialização no Executivo Federal, não tem autoridade para tomar, sozinha e através de políticas de governo, decisões que põem em xeque o equilíbrio entre sociedade civil e Estado.

Essa falta de transparência e controle gera situações em que a política pública de investimentos parece não surtir efeitos positivos. É o caso, por exemplo, do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), em que se pode verificar que o elevado custo fiscal incorrido foi acompanhado por um desempenho medíocre do nível de investimento ao longo da vigência do programa – estamos falando do PSI.

Do ponto de vista da política econômica, é inegável, por exemplo, que o expressivo volume de recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional, por meio da emissão de títulos públicos, ou seja, aumento da dívida, impacta as contas do Governo e tende a tornar a política monetária menos eficiente, indicando que o Banco Central deveria estabelecer juros básicos mais altos do que seriam na ausência desse custo fiscal.

E aqui volto a dizer: nós tivemos um prejuízo, com esses subsídios – e coloco, muito claramente, que não foi com as nossas pequenas e médias empresas, e sim com as grandes –, de 2008 a 2015, de R$123 bilhões.

No que concerne ao nível agregado de investimentos na economia brasileira, pode-se afirmar com segurança que, apesar do PSI e de todos os créditos subvencionados com recursos que não passaram pelo Orçamento, a taxa de investimento, definida como a participação da Formação Bruta de Capital Fixo no PIB, permaneceu praticamente estagnada de 2008 a 2014.

O fato indiscutível é que o Banco assumiu um papel de protagonismo tão intenso como indutor do crescimento que permanece aberta a questão da relação custo-benefício dessa ação.

A transparência é a condição fundamental para que sejam controladas a racionalidade e a economicidade das decisões financeiras de operação do Banco.

A discussão mais fundamental parte do reconhecimento de que as operações subvencionadas pela União transferem renda do conjunto da sociedade para os tomadores daqueles recursos, e essa conta deverá ser obrigatoriamente paga em algum momento.

Nesse contexto, do ponto de vista do controle social, o mínimo que se espera é que o Tesouro Nacional e o próprio BNDES tratem a questão com a máxima transparência. A esse objetivo se dirige o presente projeto de lei.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, um grande magistrado norte-americano disse que a luz é o melhor desinfetante para combater a corrupção, essa corrupção que campeia os quatro cantos do nosso País e que se tornou um câncer em estado de metástase. E esse projeto realmente vem dar luz às operações desse grande Banco, o maior banco público do mundo, que não tem transparência.

Aqui nós discutimos muito os empréstimos secretos a outros países. A Constituição Federal prevê que os negócios públicos devem ser regidos pelo princípio da moralidade, o art. 37 da nossa Carta Maior. Na verdade, nunca foram obedecidos os preceitos do art. 37.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Publicidade.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E publicidade, sim. O art. 37 deixa isso muito claro.

Portanto, Sr. Presidente, encerro expondo aqui o meu voto.

O meu voto, então, evidentemente, é pela admissibilidade do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Como foi pedida vista – isso é regimental –, estou concedendo vista coletiva.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Isso, obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Está registrado.

ITEM 30
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 152, de 2015
- Não terminativo -

Institui novo regime especial de pagamento de precatórios no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Senador José Serra e outros.
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, essa proposta de emenda à Constituição foi referida pelo Senador Caiado na última reunião desta Comissão de Constituição e Justiça, quando se debateu a proposta, que já está no plenário, que trata de depósitos judiciais para efeito de pagamento de precatórios. O Senador Caiado apresentou o ponto de vista, com o qual eu concordo, de que essa PEC seria uma opção mais segura para o enfrentamento dessa questão dos precatórios, que hoje é um ponto sério de estrangulamento das administrações públicas.

Passo a ler o relatório, Sr. Presidente.

A proposição pretende inserir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, como art. 101, dispositivo cujo objeto é a criação de um novo regime especial de pagamento de precatórios.

O *caput* desse novo dispositivo transitório determina que, até que seja instituído, por lei complementar, e conforme comando do § 15 do art. 100 da Constituição Federal, um novo regime especial para pagamento de precatórios, os Estados, Municípios e o Distrito Federal, sujeitos ao regime especial de que trata o art. 97 do ADCT, vigente até 2020, poderão optar pelo regime especial definido no citado art.101, cujo prazo é de dez anos.

O § 1º desse novo art. 101 determina que "o ente optante se comprometerá a pagar até o final do prazo estabelecido no *caput* o saldo de precatórios em atraso, que serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo e remunerados por juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

O § 2º prevê, como recursos para atender o regime especial que se institui, depósito, em conta especial, de "1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento". Esse percentual será calculado no momento da opção pelo regime e será, "de, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Distrito Federal, ou cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a até 35% (trinta e cinco por cento) do total da receita corrente líquida", e "de, no mínimo, 2% (dois por cento), para os Estados das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida. Para Municípios, será "de, no mínimo, 1% (um por cento), para Municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para as regiões Sul e Sudeste.

No § 3º é definida "receita corrente líquida" para os fins do regime especial.

O § 4º desse novo art. 101 preleciona que a conta especial referida será administrada pelo Tribunal de Justiça local.

No §5º consta a proibição de que os recursos depositados nessa conta especial retornem aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios devedores.

O §6º, por seu turno, ordena a reserva de pelo menos 50% dos recursos do regime especial para pagamento "de precatórios em ordem cronológica de apresentação".

O §7º veicula critério de desempate para a precedência cronológica, que passa a ser o menor valor.

O § 8º determina o destino do restante do valor em conta especial, apregoando que "a aplicação dos recursos restantes dependerá de opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por ato do Poder Executivo, e poderá ser feita para pagamento por acordo direto com os credores, na forma estabelecida por lei própria da entidade devedora, que poderá prever criação e forma de funcionamento de câmara de conciliação, com desconto limitado a 40% do valor atualizado do crédito e respeitada a ordem de preferência".

No § 9º encontram-se consequências para o caso de "não liberação tempestiva" dos recursos.

O § 10 prescreve que, "no caso de precatórios relativos a diversos credores, em litisconsórcio, admite-se o desmembramento do valor, realizado pelo Tribunal de origem do precatório, por credor, e, por este, a habilitação do valor total a que tem direito, não se aplicando, neste caso, a regra do § 3º do art. 100 da Constituição Federal".

O § 11 estabelece o prazo de cento e oitenta dias para o advento da lei a que se refere a emenda constitucional.

No § 12 lê-se que, "enquanto Estados, Distrito Federal e Municípios devedores estiverem realizando pagamentos de precatórios pelo regime especial definido neste artigo, não poderão sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos.

O § 13 determina que "os precatórios parcelados na forma do art. 33 ou do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e ainda pendentes de pagamento ingressarão no regime especial com o valor atualizado das parcelas não pagas relativas a cada precatório.

O § 14, finalmente, estabelece que "a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os valores de requisitórios, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

A justificação, densa, faz referência ao regime especial implantado pela Emenda Constitucional n° 62, de 2009, cujo objetivo era estruturar um sistema que tornasse possível às entidades federativas devedoras de precatórios o adimplemento dessas pendências. Esse sistema, declarado parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2013, cuja decisão foi ponderada pela técnica de modulação de efeitos em 2015 – em que se validou a sua utilização até 2020 –, veio a criar, para Estados e Municípios e para o Distrito Federal, uma situação de compressão, posto que, na moldura fático-jurídica hoje vigente, defrontar-se-ão, em alguns anos, com a obrigação de realizar o impossível, ou seja, de adimplir o total de seu estoque de precatórios em um mesmo exercício financeiro.

São feitas, também, especiais referências ao agravamento do quadro fiscal, financeiro, orçamentário e tributário do País. Esse agravamento justifica a adoção de mecanismos que tornem viável o pagamento dos precatórios. De acordo com a decisão do Supremo, conforme ela foi modulada, nós corremos o risco da inviabilização dos pagamentos ou da inviabilização financeira desses entes federativos.

Não vejo nenhum óbice de natureza constitucional à aprovação desta PEC, nem do ponto de vista da técnica legislativa na qual foi elaborada. E repito: estamos diante do desafio de estruturar um sistema viável, factível, que respeite o múltiplo complexo de elementos, valores e princípios constitucionais, sintetizado no tripé ao qual nos referimos a envolver credores, Poder Judiciário e fazendas públicas. Ou seja, trata-se de tornar viável o pagamento de precatórios pendentes, de modo a compatibilizar o calendário previsto para esse pagamento com a realidade financeiro-orçamentária dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal do nosso País.

Por essas razões, nós somos pela aprovação da PEC.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Essa é uma matéria que interessa ao pacto federativo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável à proposta.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Eu pergunto se os nossos pares pretendem aprovar um calendário especial aqui na Comissão para esta matéria.

Aqui existe um requerimento e acho importante aprová-lo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas, Sr. Presidente, há a votação da outra PEC, com tema semelhante, já em tramitação. Até vou discutir isso no plenário para saber se há prejudicialidade ou não. Não falei nada aqui porque sei que ambos os assuntos são relevantes. Mas neste assunto talvez fosse melhor deixar o ritmo normal, aliás, como a outra, que também está tendo ritmo normal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Está resolvido, embora uma e outra não sejam contraditórias.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – São complementares. Acho que é uma alternativa que se dá para que busquemos uma saída para aquilo que inevitavelmente será usado como uma reação da decisão do Supremo em estar se arvorando em depósitos privados, particulares. Vejo essa PEC como sendo exatamente a maneira de dizer que não é possível atender o pagamento de precatórios de Estados, Municípios e Distrito Federal, mas que se pode alongar o perfil dos precatórios nos próximos 10 anos. Com isso, saímos da inconstitucionalidade, saímos de uma invasão sobre a propriedade privada e, ao mesmo tempo, damos uma saída para que os governos sobrevivam diante do estrangulamento por que estão passando.

Vejo que, se votássemos urgência para que a matéria entre nesse calendário especial, estaríamos equilibrando a votação da PEC que já está na Casa e, ao mesmo tempo, sinalizando também uma saída para esse impasse que tanta angústia tem trazido aos governadores e a todos que estão com precatórios a serem pagos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ronaldo Caiado, essa era a nossa intenção, mas, como temos diferenciação neste momento, vamos deixar para tratar no Colégio de Líderes na próxima semana, para construirmos o entendimento.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Também sou favorável...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que é preciso é ampliar o cardápio de soluções.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Queria fazer uma referência, sem discordar do mérito, ao procedimento.

Queria lembrar ao Senador Caiado, com todo respeito, que elas não podem ser complementares – ambas têm seus méritos –, porque alteram o mesmo artigo. Não tem como aprovar as duas alterando o mesmo artigo. A que for aprovada depois prevalecerá. Claro que uma será e a outra não, porque ambas dispõem sobre o mesmo dispositivo. Então, dificilmente, seriam complementares.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Então, ficamos...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para colaborar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não, Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Acredito até que as duas possam ser aprovadas, desde que, aprovada uma, se coloque um texto, com uma emenda de redação, com o teor da segunda em um parágrafo ou em um inciso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos dar prosseguimento, agora, à votação?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Essa matéria, no Colégio de Líderes, todos vamos tratar com muito carinho, tanto a que está no plenário do Senado quanto esta que está chegando.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Autoria: Deputada Erika Kokay.
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra.
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para proferir o relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

Passo agora, imediatamente, à análise do nosso parecer, que foi favorável ao PL que vem da Câmara.

O projeto em análise não apresenta vício de regimentalidade. Nos termos do art. 101, incisos I e II, alíneas "d" e "l", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita ao direito civil e aos registros públicos.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e registros públicos, a teor do disposto no art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito, nos termos do art. 61, § 1º, da CF. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

No que concerne à juridicidade, consideramos que: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) possui o atributo da generalidade, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade, isto é, a possibilidade de imposição compulsória do comportamento normativo estabelecido; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Em relação à inovação ou originalidade, em face do direito positivo em vigor, o projeto ora em análise é adequado, ainda que repita comando legal contido no art. 206, § 3º, V, do Código Civil. Isso porque, o parágrafo único do art. 22, a que se refere o art. 2º do projeto, que dispõe sobre a concessão do prazo prescricional de 3 (três) anos ao prejudicado para que proponha ação judicial de indenização contra os tabeliães ou seus prepostos pelos danos suportados, estabelece que estes serão contatos da data da lavratura do ato registral ou notarial.

No que concerne ao mérito da proposta, entendemos que a melhor solução à matéria foi aquela justamente exposta na justificação do projeto: compatibilização da norma já prevista no art. 38 da Lei nº 9.492, de 1997, com a aquela que deverá ser alterada, encartada no art. 22 da Lei dos Cartórios. Nos termos da justificação da proposta, enfatiza a sua autora que a alteração buscada pelo projeto tem por finalidade compatibilizar o art. 22 da Lei dos Cartórios com o art. 38 da Lei nº 9.492, de 1997, no qual o legislador, ao tratar dos tabeliães de protesto, fixou que eles deverão responder com o seu patrimônio pessoal por todos os prejuízos que causarem, por dolo ou culpa, a terceiros, ainda que os eventos danosos tenham sido causados pelos escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerrada a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 34
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 143, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Dalirio Beber e outros.
Relatoria: Senador Romero Jucá.
Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, o Senador Dalirio Beber, num momento feliz, apresenta uma proposta de emenda à Constituição que trata da questão da desvinculação para Estados e Municípios, nos moldes do que temos aprovado no Congresso durante anos para a União, que é a DRU. Nós temos aprovado aqui emendas constitucionais consecutivamente desvinculando parte da receita da União, exatamente para tentar fazer face a essas dificuldades orçamentárias e financeiras que tem o Governo Federal. O Senador Dalirio busca dar, então, o mesmo tratamento para Estados e Municípios, o que é justo.

Então, dentro de um entendimento, eu estou apresentando no meu relatório um substitutivo, colocando não só a desvinculação de Estados e Municípios em 25% – o Senador Dalírio inicialmente propôs 20%. Estou trazendo também, para que haja uma completeza de ações, a desvinculação para as receitas da União.

Portanto, a Proposta de Emenda à Constituição nº 143 tratará, a partir deste relatório, da desvinculação de receitas para União, Estados e Municípios, dando um tratamento isonômico aos entes federados.

Portanto, este é o relatório.

Acho fundamental que nós possamos fazer isso, até como uma sinalização. Eu sei que esta matéria já se encontra, no que diz respeito à desvinculação da União, na Câmara dos Deputados, mas, tendo em vista que o processo da Câmara dos Deputados se encontra obstruído no processo de votação, eu acho importante que o Senado, que é a Casa da Federação, sinalize positivamente quanto a essa questão.

Portanto, o relatório é pela aprovação com o substitutivo que apresentei, assinado por V. Exª também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Em discussão a matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para parabenizar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Dalírio Beber e, ao mesmo tempo, a competente e rápida relatoria do Senador Romero Jucá, que traz para os Estados também a condição de poder ter aquilo com que a União se beneficia, que é a DRU, a desvinculação da receita. Meus cumprimentos. A votação é favorável.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero aqui me manifestar frontalmente contrária à proposta. Que se registre aqui o meu voto. Como este debate vai ao Plenário, nós vamos fazer o debate, mas quero deixar aqui registrado o meu voto contrário à matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório, favorável à proposta, nos termos da emenda substitutiva apresentada pelo nobre Relator.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como estão – com o voto contrário da Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1, da CCJ, substitutiva.

A matéria vai ao Plenário.

Muito obrigado.

Conforme já acordado, nós iríamos relatar as matérias cujos Relatores estivessem presentes. Portanto, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2016.

Às dez horas e um minuto do dia cinco de abril de dois mil e dezesseis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Douglas Cintra, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho e Eduardo Amorim**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à LEITURA DE AVISOS. Os seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: AVS nº 15, de 2016. Ofício nº 161, de 2016, da Câmara Municipal de Porto Alegre. E-mail do ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Aviso nº 219, TCU - Plenário. Aviso nº 224, TCU - Plenário. Aviso nº 240, TCU - Plenário. Ofício nº 149, de 2016, Associação dos Municípios da Região de Laguna. Aviso nº 211 do GP/TCU, 2012, GP/TCU e Aviso nº 2 de 2011. PAUTA. ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, de 2013 – Complementar - Não Terminativo. Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para apoiar o desenvolvimento do agroextrativismo. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com três emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3-CMA. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2014 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para conceder beneficio fiscal, relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis destinados à inserção na cadeia produtiva. Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. ITEM 4) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 2014 - Não Terminativo. Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Autoria: Senador Fleury. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2014 - Não Terminativo. Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do PLS 268/2014 e pela prejudicialidade do PLS 382/2014. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do PLS 268/2014 e pela prejudicialidade do PLS 382/2014. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências; e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre o registro e o fracionamento de medicamentos. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, de 2007 – Terminativo. Altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor. Autoria: Senador João Durval. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela prejudicialidade (votação simbólica). Resultado: Prejudicado. ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 9, de 2016. Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para discutir os impactos econômicos, em municípios do Estado do Pará, decorrentes do não cumprimento das obrigações tributárias referentes ao pagamento do ISSQN pelas empresas Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A e Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A, pertencentes à empresa espanhola ISOLUX CORSAN, ambas com obras arrematadas através dos Lotes A e B do Leilão 004/2008-ANEEL, com os seguintes convidados: Sr. Romeu Rufino, Diretor Presidente da ANEEL; Sr. João Batista Pereira da Silva, Prefeito de Anapu; Sr. Javier Casaseca de Prada, diretor da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A e da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A; Sr. Juan Ramon Jimenez, diretor do grupo espanhol Isolux Corsan. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado com aditamento para que sejam incluídos no rol de convidados um representante do Ministério de Minas e Energia e um representante do Ministério Público do Estado do Pará. ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 10, de 2016. Requer, nos termos do artigo

96-B do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), no exercício de sua competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, promova a avaliação da política pública federal de combate ao desmatamento na Amazônia Legal: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e iniciativas recentes. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 11, de 2016. Requer, nos termos regimentais a realização de audiência pública desta Comissão, com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015, que "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos, com os seguintes convidados: Luís Eugenio Souza (Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco); Paulo Gadelha (Presidente da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz); Fernando Carneiro (Coordenador do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Abrasco (GTSA); Pedro Luiz Serafim da Silva (Procurador Regional do Trabalho – MPT-PE e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos); Paulo Petersen (Articulação Nacional de Agroecologia); Luiz Antonio Santini (Diretor – Geral do Instituto Nacional de Câncer José Gomes da Silva (Inca); Teresa Liporace (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Idec); Maria Emilia Pacheco (Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA). Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Resultado: Aprovado. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federa*l.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: AVS nº 15, de 2016. Ofício nº 161, de 2016, da Câmara Municipal de Porto Alegre. E-mail do ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Aviso nº 219, TCU - Plenário. Aviso nº 224, TCU - Plenário. Aviso nº 240, TCU - Plenário. Ofício nº 149, de 2016, Associação dos Municípios da Região de Laguna. Aviso nº 211 do GP/TCU, 2012, GP/TCU e Aviso nº 2 de 2011.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros com *links* para acesso e seus conteúdos.

Informo para que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

Senador Paulo Rocha, gostaria que V. Exª permanecesse, pelo menos por um período aqui, pois eu estou trazendo uma proposta de um requerimento que diz respeito, exatamente, aos Senadores da região de V. Exª.

No ano passado, nós colocamos como política pública o estudo da revitalização, Senador Ataídes Oliveira, do Rio São Francisco, a revitalização e o estudo da transposição. Esta Comissão aprovou aqui uma emenda ao orçamento para a revitalização do rio, nós começamos, já na Bahia, um trabalho no Município de Bom Jesus da Lapa, na área do Rio Corrente. O Governo tem tomado algumas providências ainda tímidas na revitalização do Rio São Francisco, mas pelo menos já começou a se fazer algum trabalho através da Codevasf, que já vinha em andamento e agora, eu creio, que esse ano será acelerado.

O requerimento que eu vou propor aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras diz respeito, talvez, à coisa mais importante de preservação ambiental em nosso País, que é a questão das políticas públicas relativas ao desmatamento da Floresta Amazônica.

E, aqui na Comissão de Meio Ambiente, nós vamos propor que, este ano, a política pública seja essa política de observação, de controle e de acompanhamento de todo o processo em andamento do desmatamento da Floresta Amazônica.

Eu sou do Estado da Bahia, que tinha, há muitos anos, a maior parte da chamada Mata Atlântica, e que foi praticamente toda dizimada. Da Mata Atlântica resta o quê? 12%, 15% e alguma coisa preservada pela chamada Mata de Cabruca, que é a mata que dá sombreamento para o cacau, para a cultura do cacau no Estado da Bahia.

O destino da Floresta Amazônica pode ser também o mesmo destino da Mata Atlântica. Por esses motivos, com os seus quase 7 milhões de metros quadrados, é um patrimônio inestimável não apenas do Brasil, onde se situa 60% da sua extensão, da América do Sul, mas para toda a humanidade. Sete milhões de quilômetros quadrados de floresta é uma área extensa! Seriam quatorze vezes o Estado da Bahia, que tem 576 mil quilômetros quadrados. Numerosos estudos já demonstraram a sua importância para o clima do Planeta, o que nos leva a uma indeclinável condição de guardiões desse tesouro. É na Floresta Amazônica que vive metade das espécies terrestres do Planeta. É um dado superimportante. Na Floresta Amazônica vive metade das espécies terrestres do Planeta. São aproximadamente 40 mil espécies de plantas e mais de 400 mamíferos. São 1.300 espécies diferentes de pássaros, os insetos chegam a milhões. Nos rios amazônicos, 3 mil espécies de peixes deslizam por 25 mil quilômetros de águas navegáveis. Ali fica a maior bacia hidrográfica do mundo, com cerca de 1/5 do volume da água doce de todo o Planeta. Estou falando de uma região que detém 1/5 de toda a água doce do Planeta. Temos, portanto, a obrigação sagrada de preservá-la.

Não é por outra razão que estamos encaminhando esse requerimento. Gostaria até de convidar o meu Vice-Presidente, pois vou apresentar como requerimento ao Senador Ataídes, para que inclua, na avaliação das políticas públicas desta Comissão, a avaliação das políticas governamentais para conter o desmatamento da Floresta Amazônica.

É verdade que o desmatamento da Floresta Amazônica vem sendo reduzido, nós temos acompanhado isso. Segundo os números do Prodes, o Projeto do Governo brasileiro que monitora por satélite o desmatamento por corte raso na Amazônia Legal, houve, realmente, nesses últimos dez, doze anos, uma diminuição do desmatamento. Mas, se isso é verdade, também não podemos nos esquecer de que, desde que esse projeto começou, em 1988, até o ano passado, já foram destruídos 413 mil quilômetros quadrados de mata. Então, 413 mil quilômetros quadrados de mata são uma coisa muito danosa à Floresta Amazônica! É um quantitativo muito grande de floresta que já foi dizimado. Não é pouca coisa, isso representa praticamente 10% de toda a Floresta Amazônica! Ou seja, já foram desmatados 10% de toda a Floresta Amazônica!

Penso que seja relevante avaliar as causas da redução, que vem sendo comemorada pelo Governo ano a ano. O Governo, realmente, tem trabalhado para conter esse desmatamento. Houve, sem dúvida, uma intensificação do combate ao desmatamento e uma bem-sucedida política de criação de unidades de conservação no chamado Arco do Desmatamento. Mas é verdade também que a queda de preços das *commodities* no mercado internacional, verificada nos últimos anos, desaqueceu a demanda por esses produtos e contribuiu para diminuir o desmatamento da Amazônia.

Os motivos para a preservação da Floresta Amazônica são muitos, como já disse. Creio que seja o momento de termos como norte uma política de desmatamento zero. Vamos trabalhar para o desmatamento zero, não permitindo que continue a situação que encontramos neste momento. O Brasil, o Planeta, clamam por isso. Sem abrir mão da nossa soberania sobre esse patrimônio inestimável, temos de fazer o nosso melhor! Nesse sentido, esta Comissão pode dar excelente contribuição, seja avaliando as causas da redução do desmatamento, seja examinando os programas de combate a essa prática perversa, seja propondo novas formas de trabalho que possam contribuir com a meta ideal, de desmatamento zero. Um exemplo de mecanismo nesse sentido é o reaproveitamento das áreas degradadas para a produção da agropecuária.

Outra ideia que pode perfeitamente ser considerada é o uso de tecnologia para fomentar o aumento da produtividade de forma a que se torne possível reduzir mais sem o uso de novas áreas.

Não sou especialista na matéria, mas certamente poderemos contar com vários deles a nos auxiliar nessa empreitada, que considero tão necessária quanto meritória.

Creio firmemente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, que temos boa contribuição a dar nesse sentido, aqui, na Comissão, e é por isso que apelo a V. Exªs, para que apoiem o requerimento que vamos apresentar. Estamos ainda sem quórum para a apreciação do requerimento, mas, logo que houver, vou apresentar o requerimento de nossa autoria.

Já completou o quórum? Completou o quórum.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para discutir, passo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – É verdade que quem olha de longe vê que o problema da Amazônia é esta questão do desmatamento e o conjunto de preocupações que há, inclusive internacionalmente, com a Amazônia.

Eu quero que todos, principalmente os nossos parceiros sulistas, se preocupem com a Amazônia neste sentido da devastação, etc. Mas quero chamar também a atenção dos parceiros para o fato de que lá vivem 20 milhões de pessoas e de que temos de dar uma solução sobre qual é a concepção de desenvolvimento, porque temos de ver a Amazônia no sentido de também dar dignidade e cidadania para esses 20 milhões de brasileiros.

Nós temos um problema sério lá, que vimos lutando, há algum tempo, para mudar. Sempre se pensou a Amazônia a partir dos grandes projetos – grandes projetos agropecuários, grandes projetos madeireiros, grandes projetos minerais.

Na época dos militares, eles tinham uma política de integrar para não entregar e fizeram grandes projetos. Um projeto que era administrado pela Sudam chamava-se O Sul Vai ao Norte. Então, incentivavam a Avenida Paulista a investir na Amazônia e davam, inclusive, isenções fiscais.

É por isso que lá há a Fazenda Bradesco, a Fazenda Bamerindus, a Fazenda Cristalino, que era a fazenda da Volkswagen. Eles incentivavam que o Imposto de Renda que se pagava para o Governo fosse aplicado na Amazônia, para ocupá-la e não entregá-la. Foram esses grandes projetos agropecuários que se estabeleceram, e se devastaram grandes áreas da floresta. Enfim, os grandes projetos minerais, também, a mesma coisa.

Qual é o grande problema lá? O pequeno não tem espaço e tem de brigar com o grande. Por isso, lá – no Pará, principalmente – havia as grandes disputas e conflitos de terra, e foi assassinada muita liderança de trabalhadores rurais, por causa dessa briga do espaço, por pedaço de terra, para poder viver e trabalhar.

Não é à toa também que, na Amazônia, na Ilha do Marajó, há o menor IDH do Brasil, porque campeia a miséria lá.

Então, lá há uma visão de desenvolvimento torta, em que só houve espaço para o grande, a partir do grande, e o pequeno tem que enfrentar à bala seu espaço.

Isso já avançou. Naturalmente, foi já passado. Agora estão pensando a Amazônia, para ser a grande produtora de energia – energia limpa, energia ambientalmente correta. Vamos agora ser produtores de energia. E, logo atrás da produção de energia, para fazer os grandes lagos... Aliás, a tecnologia do setor melhorou bastante: agora se produz energia a fio d'água, e, portanto, se criam condições para resolver o problema da produção de energia, sem mexer com as terras indígenas ou com as grandes terras, etc.

Há esse processo, é verdade, que também evoluiu, mas, a Amazônia de novo fica voltada para produzir energia. E logo atrás da construção da hidrelétrica vem o leilão do Linhão, porque a energia tem que vir para o Centro-Sul, que é onde mais se precisa de mais energia para os parques industriais.

Eu concordo com este processo, mas, como o Centro-Sul do País já devastou tudo, não querem que nós, amazônidas, sejamos o pulmão do mundo. Entretanto, tem que se dar resposta ao processo de desenvolvimento capaz de criar condições de dignidade, cidadania e desenvolvimento humano para os 20 milhões de brasileiros que ali vivem. Esse diálogo é importante porque se for se pensar em termos só de Amazônia para o que ainda poderia ser, digamos assim, devastado, a Amazônia está muito aquém da devastação, mesmo havendo esses desmatamentos.

Meu caro Presidente, os vários setores evoluíram, a indústria madeireira evoluiu, por isso se criou a sustentabilidade, o rodízio de exploração. Os setores que mais devastavam já têm essa consciência, avança bastante. É claro que ainda há ali e acolá os grandes devastadores que aparecem nesse percentual, mas eu queria que junto com isso a gente desse uma resposta de qual é o desenvolvimento para a Amazônia capaz de incluir todos, o tal do desenvolvimento sustentável. Como é esse desenvolvimento sustentável? O pequeno também devasta. Para derrubar o roçado, ele detona e taca fogo, porque esse era o método tradicional. Meu pai, por exemplo, para sustentar os 17 filhos que tem, fazia isso.

Tem-se que pensar junto com isso qual a forma de desenvolver aquela região capaz de produzir e gerar o desenvolvimento para todos. Eu tenho uma experiência a partir do meu mandato – por isso eu estou divagando um pouco para chegar até ela, e eu o fiz em silêncio, depois eu ia convidar o Senador Flexa, porque como tinha que fazer relação com o Governo do Estado –, de que isso lá não é só um papel do prefeito, do governador ou do Governo Federal. Eu acho que esta concepção de desenvolver a Amazônia tem que ser a união de todos os entes federados, o papel do prefeito no desenvolvimento local, o papel do governador no plano de governo estadual e as políticas, como você está dizendo aí, de inclusão e de desenvolvimento que o Governo Federal tem.

Nesse sentido, a ideia de pensar o desenvolvimento a partir das bacias, é isso que eu queria dizer, é o grande modelo para processar essa questão da inclusão do pequeno e do grande. O grande, que já está lá perto do rio com a sua atividade agropecuária, por exemplo, pode fazer parte disso na medida em que a cabeceira dos riachos, dos córregos que nasceram ou foram devastados pela presença da grande fazenda pode incluir

outra atividade econômica ali, que não seja só o boi, na recuperação daquele riacho e, portanto, na recuperação da bacia hidrográfica capaz de recuperar o rio e agregar lá a atividade amazônia.

Eu estou fazendo esta experiência a partir do meu mandato, que é a criação, combinada com o Governo do Estado, para depois levar as políticas do Governo Federal de desenvolvimento para lá. Por exemplo, aqui para o Centro-Sul eu não sei como é que o pessoal do Tocantins fala, os pequenos rios aqui vocês chamam de córregos, mas os nossos rios lá são rios caudalosos, os médios nós chamamos de igarapés. Então, a partir desses igarapés, desses rios, pode-se processar uma política de desenvolvimento em que ele pode ser polo de piscicultura, enfim, de criação de pequenos víveres, galinha caipira, que é uma experiência em que há lá do galinhão.

Há várias produções, na pequena produção, que podem resolver o problema econômico de cada política, porque o grande – nós nos deparamos lá – hoje, pela política ambiental, só pode aproveitar economicamente 50%, porque, em 50%, ele tem que manter a floresta em pé – é lógico que há gente que ultrapassou isso –, diferente, por exemplo, de Tocantins, que é 65/35. Pode explorar economicamente 65% e manter 35% da floresta em pé. Para a Amazônia é 50/50, embora já haja, a partir do Governo do Estado, que fez um planejamento – como é que se chama, Flexa? –, algumas áreas 50/50, outras, 40/60, dependendo desse processo.

Louvo a iniciativa. Eu acho que essa ideia de pensar o desenvolvimento a partir das bacias hidrográficas vai ao encontro de incluir todos e acaba protegendo ou até recuperando determinadas áreas que precisam ser recuperadas, mas ela tem que incluir, nesse processo, a questão do desenvolvimento, incluindo o pequeno, o médio e o grande produtor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, quero primeiro parabenizá-lo pelo requerimento que V. Exª propõe para avaliar as políticas públicas com relação à ação do poder central na Amazônia Legal.

V. Exª se reporta aqui ao combate ao desmatamento e ao Plano de Ação à Prevenção e Controle do Desmatamento. Eu acho que isso é importante. Nós amazônidas somos totalmente contrários ao desmatamento ilegal. No Estado do Pará, o Governador Simão Jatene tem um programa que começou em Paragominas, que é um exemplo, em nível nacional, chamado Municípios Verdes. Dos 144 Municípios do Estado, 107 já aderiram ao programa. Uma das condições desse programa é desmatamento zero, ou seja, não pode derrubar uma única árvore. Além de não poder, não há necessidade de derrubar uma única árvore. O que se tem que fazer, Senador Otto Alencar, para evitar o que aconteceu no Sul, no Sudeste e no Nordeste brasileiro?

V. Exª defende aqui, com muito vigor, a questão da sobrevivência do Rio São Francisco, até a revitalização antes da transposição, porque você está invertendo o processo, está colocando a carroça na frente dos bois, vai transpor o que pode não vir a ter. V. Exª aqui coloca isso com propriedade.

Sobre a Amazônia, o Senador Paulo Rocha já fez uma palestra. Eu tenho algumas discordâncias de visão em relação ao Senador Paulo Rocha. Tudo que aconteceu na Amazônia, lá atrás, foi por indução do Governo Federal. Ele citou algumas frases de efeito, como "integrar para não entregar", "terras sem homem para homens sem terra". Tudo isso foi usado lá atrás.

Senador Otto, havia algo que era um verdadeiro absurdo. Os brasileiros que eram chamados para a Amazônia recebiam do Governo Federal uma área de terra. Para que eles pudessem titular essa área de terra, a primeira condição, Senador Paulo Rocha – V. Exª deve se lembrar –, que o Incra exigia era fossem desmatados 50% da terra. Se não desmatassem 50% da terra, o Incra não dava o título. Ou seja, a indução ao desmatamento foi do próprio Governo. Aí veio a questão da indústria madeireira, da pecuária; depois, estes 50%, de uma hora para outra, o Governo reduziu para 20%, aumentando a cobertura para 80%, que existe até hoje.

Eu pediria a V. Exª que nós aditássemos ao requerimento o que o Senador Paulo Rocha colocou. Não dá para discutir a Amazônia só pela visão ambiental. A juízo meu, Senador Otto, não deveria haver um Ministério de Desenvolvimento e um Ministério de Meio Ambiente; deveria ser um Ministério do Desenvolvimento e do Meio Ambiente. A soma dos dois, Senador Ataídes, é que dá o desenvolvimento sustentável.

Outro dia, em uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura, estava a Presidente do Ibama. Eu questiono o Ibama e muito, e há muito tempo. O Ibama tem uma visão de engessamento. Por isso que eu não gosto de usar o termo "preservar"; preservar é deixar intocável. Conservar é uma coisa, preservar é outra.

A Amazônia, para o resto do mundo, dependendo do humor das potências estrangeiras, vira celeiro do mundo, pulmão do mundo, mas nenhuma delas se preocupa com os brasileiros que mantêm a Amazônia brasileira. São 23 milhões de brasileiros que habitam a região sem qualidade de vida. Um cidadão está lá em Paris, no ar-condicionado, no bem bom, e um caboclo nosso não tem água, energia, saneamento; quer dizer, ele precisa disso também.

No caso especificamente do Pará, há áreas abertas, já antropizadas mais do que suficientes para serem a nova fronteira agrícola do Brasil. Vai ultrapassar Mato Grosso a médio e a longo prazo, sem derrubar uma ár-

vore. Por quê? Porque, com essas aberturas que ocorreram – e só há 24% de áreas antropizadas em todo o seu território –, grande parte dessas áreas abertas está abandonada, pastos estão abandonados.

A relação que se tinha anteriormente com a pecuária era uma cabeça por hectare. Com a tecnologia, hoje, isso está multiplicado; mas não vamos nem multiplicar por dez, no confinamento. Vamos imaginar por três. Podemos reduzir para um terço a área de pecuária – o Pará, hoje, tem o quarto ou o quinto rebanho do Brasil –, e nós vamos ter dois terços de área já aberta para a produção de grãos.

Hoje, a economia já está mostrando que o reflorestamento é mais rentável do que a pecuária. Hoje, já se faz reflorestamento em larga escala no Pará com um retorno econômico melhor, maior do que o da pecuária; e dos grãos também. Há um processo em desenvolvimento.

Deus foi muito generoso com o Pará. Eu costumo dizer, Senador Otto, que o Pará é uma mistura de Minas Gerais com o Paraná, porque ele tem riqueza mineral maior do que a de Minas e tem também a riqueza do Paraná para produção de grãos, de pecuária, de aves, que nós temos lá. Então, é uma junção dos dois Estados, ou seja, há um futuro promissor.

Eu quero parabenizar V. Exª por puxar esse tema que está sempre em moda, mas fazer essa mesma proposta dele de que agreguemos a questão do desenvolvimento. Vamos colocar a Comissão de Meio Ambiente para que possamos discutir – o Governo Federal não o faz – um plano de desenvolvimento para a Amazônia, porque a Amazônia não tem um plano de desenvolvimento. O único plano que houve para a Amazônia foi feito pelos militares lá atrás. A Zona Franca é cara para os brasileiros. O que a sociedade brasileira abre mão de impostos, que deveriam voltar em serviços, para manter a Zona Franca de Manaus são valores de dezenas de bilhões de reais, mas, se não houvesse Zona Franca, Paulo Rocha, não existiria o Amazonas. O Amazonas tem noventa e tantos por cento de área preservada, porque ela está concentrada num processo de industrialização e de montagem na Zona Franca de Manaus.

No Pará, Senador Ataídes, o governo militar abriu a Transamazônica, a Santarém-Cuiabá; na década de 1950, Juscelino Kubitschek fez a Belém-Brasília. Se não fosse isso, nós ainda estaríamos isolados do resto do Brasil. Se fosse hoje, não fariam a Belém-Brasília, não deixariam abrir a Belém-Brasília. As duas outras que cortam no sentido longitudinal e transversal a Amazônia – pega Pará, Mato Grosso, Amazonas, vindo desde o Nordeste –, até hoje, passados 50 anos, não estão concluídas e estão longe de estar concluídas.

Somos favoráveis ao requerimento de V. Exª, parabenizando-o e só pedindo que incluamos também a questão de um projeto de desenvolvimento para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro, no requerimento, o que estou propondo é avaliar essa questão de desmatamento. Um projeto de desenvolvimento seria uma coisa muito mais de responsabilidade do Poder Executivo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já que o Poder Executivo não faz, o Legislativo pode propor. Não podemos fazer, mas podemos propor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pronto. Podemos propor, pois, como V. Exª falou, esse projeto de desenvolvimento é da época dos governos militares. Pode-se, sem nenhuma dúvida, dentro do requerimento, estender isso, através de um relator. Vamos indicar um relator para fazer o relatório conclusivo, como eu fiz, no ano passado, sobre a revitalização do Rio Francisco, com os estudos todos que nós fizemos aqui e encaminhamos. A partir disso, de alguma forma, nós podemos estudar, durante este ano, todas essas propostas.

Esse requerimento que eu fiz aqui foi feito em função até dos componentes da Comissão de Meio Ambiente. Nós temos aqui o Senador Jorge Viana, o Senador do Acre, que tem parte da Floresta Amazônica; o Senador Donizeti Nogueira, que, há pouco, pediu para falar; V. Exª também; o próprio Senador Paulo Rocha; e não deixa de se envolver também a área de Goiás, do Senador Caiado, e de Tocantins, do meu prezado Senador Ataídes Oliveira; a Vanessa Grazziotin; o Jader Barbalho; o Valdir Raupp. Então, quando eu olhei aqui todos esses componentes, de nordestino mesmo, só há eu, o Douglas e a Lídice da Mata. Nós estamos tomando de goleada. Então, eu comecei pelo Rio São Francisco, mas, agora, eu vou pensar na Floresta Amazônica, no desmatamento.

O meu sentimento em relação ao desmatamento é porque eu acompanhei isso na Bahia, no Rio São Francisco e também no baixo sul, como Lídice da Mata acompanhou. E Paulo falou uma coisa importante: a lesão grave que acontece nos grandes rios não acontece de dentro do rio para fora do rio, mas vem de fora para dentro do rio. Quem destrói as nascentes, os igarapés, os afluentes está comprometendo o Rio Negro, o Rio Amazonas, o Rio Solimões. Então, a coisa vem de fora para dentro do rio.

Então, minha preocupação é exatamente essa. É o que já está acontecendo agora, segundo o Senador Ataídes, com o Rio Araguaia, que está altamente comprometido, e com o Rio Tocantins, que já está muito comprometido. Então, minha preocupação é relativa exatamente à preservação dos rios da Amazônia, que

são fundamentais para o desenvolvimento econômico da própria região. O Senador Paulo Rocha falou sobre esse assunto.

Vou ler aqui o requerimento que estou propondo como política pública para este ano, para que todos os Senadores da Amazônia possam discutir, rediscutir, fazer propostas e sair daqui, talvez, com uma proposta para o Governo Federal que venha no sentido do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, com geração de emprego e de renda e com preservação ambiental, sobretudo, dos mananciais, das reservas de água, dos nossos rios, das bacias hidrográficas, para que eles não sejam tão comprometidos como foram comprometidas as nossas bacias no Nordeste, o Rio São Francisco e também os rios do Sul, o Rio Pardo, o Rio Jequitinhonha. Todos eles estão comprometidos pelo desmatamento das florestas. Então, a consequência é muito grave.

Não sei se V. Exª se lembra – eu estava presente – de quando fizemos aqui uma audiência pública – e vamos fazer audiência pública sobre essa questão – em que trouxemos aqui o Xangai para cantar e em que ele disse que a próxima vítima seria a Floresta Amazônica. Já foi vítima a Mata Atlântica, e a próxima será a Floresta Amazônica. Na cantoria dele aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª, ainda há pouco, estava cantarolando uma música que falava das espécies.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A música chama-se Matança.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Podia fazer isso agora para ver o que aconteceu na Mata Atlântica.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é, a música se chama Matança. O refrão da música diz mais ou menos assim:

> Quem hoje é vivo corre perigo
> E os inimigos do verde da sombra
> O ar que se respira
> E a clorofila das matas virgens destruídas
> Vão lembrar que quando chegar a hora
> É certo que não demora
> Não chame Nossa Senhora
> Só quem pode nos salvar é [...].

Esse é o refrão da música Matança, que fala o nome de todas as árvores que já foram cortadas na Mata Atlântica e que são cortadas também na Floresta Amazônica.

A minha preocupação é exatamente esta: a de ver, daqui a 50 anos – não vou estar por aqui mais, mas nossos filhos e netos poderão ver –, a destruição da Floresta Amazônica. São 413 mil hectares de floresta cortada, é quase a extensão territorial do Estado da Bahia. A Bahia tem 576 mil quilômetros quadrados. São 413 mil quilômetros quadrados de floresta já cortada, o que não é pouca coisa, é muita coisa.

Então, essa consciência já vem. O povo brasileiro, os governos estaduais e o Governo Federal estão tendo essa consciência.

Então, vou passar a Presidência ao nobre Senador Ataídes Oliveira, para que eu possa ler o requerimento, e ele o coloca em votação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito bem, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É o item 18 da pauta, não é, Presidente?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Leio o item 18.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 10, DE 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), no exercício de sua competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, promova a avaliação da política pública federal de combate ao desmatamento na Amazônia Legal: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e iniciativas recentes.

Autoria: Senador Otto Alencar.

Não havendo Senadores que queiram discuti-lo, coloco-o em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o aludido requerimento.

Devolvo a palavra ao Presidente Otto Alencar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, solicitei uma inversão de ordem, já que há um projeto de que sou Relator e que é não terminativo aqui na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Por isso eu solicito a V. Exª se é possível anteciparmos a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. V. Exª pode nominar que item é?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

Eu passo, então, a ler – fazendo a inversão da pauta –, o item 4 da pauta, como pede o Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 4
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 2014
- Não terminativo -

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

Autoria: Senador Fleury

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2014
- Não terminativo -

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Pela aprovação do PLS 268/2014 e pela prejudicialidade do PLS 382/2014
Observações:
-Posteriormente, as matérias serão apreciadas pela CRA.

Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares.

Passo direto à análise do projeto, Sr. Presidente.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Os PLS nºs 268 e 382, de 2014, são meritórios e almejam estimular o desenvolvimento de sistemas de irrigação alimentados com energia fotovoltaica, o que pode proporcionar importantes benefícios para a agricultura brasileira. Com reconhecido potencial no Brasil e baixo impacto no meio ambiente, a matriz fotovoltaica apresenta vantagens comparativas que devem ser consideradas pelo Poder Público nacional.

Entendemos que o uso da energia fotovoltaica deve ser estimulado no País. A incidência perene de luz solar em seu território possibilita ao Brasil, detentor de uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, desenvolver essa estratégica fonte de energia alternativa, ao tempo em que conserva a qualidade do meio ambiente. O uso da energia solar para fins de irrigação permitirá desonerar a rede convencional de energia elétrica nos horários diurnos de elevação da demanda, o que constitui importante vantagem a ser ressaltada.

Nesse contexto, demonstra-se adequado estabelecer que o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e de sistemas de irrigação alimentados por energia solar fotovoltaica seja previsto na Política Nacional de Irrigação. Ademais, consideramos oportuno inserir dispositivo na Lei com vistas a estimular o Poder Público a conceder incentivos a projetos que promovam o uso sustentável dos recursos naturais nos equipamentos de irrigação, viabilizando o aproveitamento de fontes alternativas de energia nessas atividades, a exemplo da energia solar fotovoltaica.

No tocante à emenda apresentada ao PLS nº 268, de 2014, apesar de considerar louvável a intenção de estimular outras fontes alternativas de energia para além da fotovoltaica, entendo que, em função de o Brasil ser um País eminente tropical, devemos centralizar, *a priori*, todos os esforços na promoção dessa energia limpa, abundante e atualmente subaproveitada. Nada impede que, em outra oportunidade, ampliemos o debate para fazer constarem outras matrizes na Política Nacional de Irrigação.

Por fim, como os projetos em análise são idênticos, não há diferença de mérito entre eles. Assim, aplica-se o disposto no art. 260, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno, que determina a precedência do projeto mais antigo sobre o mais recente, restando prejudicadas, também, as emendas vinculadas ao PLS nº 382, de 2014.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 268, de 2014, e pela prejudicialidade do PLS nº 382, de 2014.

Sr. Presidente, o objetivo é exatamente continuar essa pesquisa; é um grande desafio que nós temos. A irrigação no País, hoje, passa a sofrer sérios riscos, principalmente agora com o alto valor da energia elétrica. Nós não temos mais aquela taxa que o setor rural tinha, com uma certa prioridade, mas toda ela agora entrando nessa cobrança, nessa tarifa vermelha, o que realmente fez com que a maioria dos pivôs fossem desligados e inviabilizou a continuidade não só da agricultura, mas de outras atividades sob pivô também, de terem condições de subsistirem.

A tentativa do colega que propôs o projeto é algo que nós sabemos que ainda vai depender de muita pesquisa. Todos nós sabemos da característica do Brasil, da luminosidade, da presença do sol 365 dias por ano, só que nós não temos ainda uma pesquisa capaz de tornar factível o uso dessa energia para a irrigação, devido ao preço dessas placas solares, tornando-as cada vez mais difíceis de serem arcadas pelo setor primário. É algo em que estamos deixando muito a desejar na área da pesquisa. Acho que o incentivo deveria ser nesse ponto da pesquisa, no ponto do projeto em que ele estimula que, na parte de irrigação, o Governo deve dar, cada vez mais, oportunidades para que essa alternativa de energia possa se desenvolver e, com isso, torne-se uma realidade, o que não é hoje uma alternativa viável.

Quanto ao mérito do projeto, eu tenho total consciência da importância dele. Infelizmente, neste momento, nós não temos ainda a estruturação da pesquisa capaz de fornecer os instrumentos necessários.

Como tal, Sr. Presidente, eu sou pela aprovação, por apoiar essa alternativa, achar ser uma saída para a agricultura irrigável no País, como também para toda fonte de energia como outras que nós temos. Essa realmente, é a que menos causa transtornos ambientais. É uma energia 100% limpa. No dia em que tivermos desenvolvido uma capacidade de realmente transferi-la ao consumidor, vai ser o grande momento da virada das fontes energéticas no País.

Eram essas as considerações. Peço o apoio dos demais pares para a aprovação do projeto.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

Para discutir, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – *O.k.* Obrigado, Presidente.

Eu quero parabenizar o Senador Wilder Morais pela autoria de um dos projetos e também parabenizar o Senador Ronaldo Caiado pela Relatoria.

Esse assunto, Senador Ronaldo Caiado, é de extrema importância para o País. Nós sabemos que o problema, principalmente dos nossos pequenos produtores rurais, é a energia elétrica. Essa energia fotovoltaica, que já é realidade no mundo todo – aqui no Brasil, lamentavelmente, nós ainda estamos a passos muito curtos –, é realmente a grande solução para a irrigação dessas lavouras de pequenos produtores e também de grandes produtores.

O grande problema, que eu às vezes não consigo entender, é que o Governo, através do BNDES, está incentivando os empreendedores do nosso País a montarem essas placas de energia fotovoltaica e, no entanto, não está incentivando criar-se uma indústria para a industrialização dessas células, dessas placas de energia fotovoltaica.

Nós temos um projeto aqui na Casa também, Senador Ronaldo Caiado, em que pedimos a isenção desse imposto de importação dessas placas. V. Exª já colocou muito bem: essas placas custam, hoje, em dólar. Nós

não fabricamos, não industrializamos essas placas de energia fotovoltaica. Então, veja só que barbaridade: o Governo está soltando dinheiro no mercado nacional à vontade através do BNDES, para montar placas. Não resolve o problema. Nós temos que ter aqui uma grande indústria para que esse produto venha a ficar acessível ao povo brasileiro.

E – incrível! – nós fizemos inclusive uma pesquisa: duas plaquinhas fotovoltaicas de energia tocam uma bomba para irrigar mais de dois alqueires, mais de 90 mil metros quadrados. Ou seja, a solução está por aí, o que está faltando é vontade do Governo para que isso realmente venha a acontecer. Portanto, parabenizo V. Exª.

Nós temos que colocar uma indústria o mais rápido possível em nosso País para que esse preço, volto a repetir, fique baixo. Hoje uma placa de energia fotovoltaica custa, em média, US$220, em torno de R$800, inviável no momento.

Aproveito, Presidente, para pedir que V. Exª se digne a designar os Senadores Flexa Ribeiro, com quem já conversei, Eduardo Amorim e Ivo Cassol para a suplência da Subcomissão de Obras Inacabadas, criada no bojo desta tão conceituada Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Portanto, eu gostaria que V. Exª o fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ataídes, faremos isso logo depois da votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Ronaldo Caiado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2014, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2014.

As matérias serão apreciadas agora pela CRA.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Quero pedir para retirar de pauta o item 5, que é de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª será atendido.

Aproveito para designar...

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – O item 8 é pela prejudicialidade; se o senhor puder autorizar inverter a pauta, lerei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Flexa Ribeiro está aí. Estou designando, então, o Senador Flexa Ribeiro como suplente do Senador Ataídes; o Senador Eduardo Amorim como suplente do Senador Douglas Cintra; e o Senador Ivo Cassol como suplente do Senador Donizeti Nogueira, na Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas.

Vamos ao item 1, que é do Senador Flexa Ribeiro – S. Exª já está aí há algum tempo e cedeu a vez dele para o Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, de 2013
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para apoiar o desenvolvimento do agroextrativismo.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação com três emendas
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CDR.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 182, de 2013, Complementar, do Senador

Rodrigo Rollemberg, que altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para apoiar o desenvolvimento do agroextrativismo.

O PLS enuncia no seu art. 1º o seu objeto: o apoio ao desenvolvimento do agroextrativismo.

O projeto estabelece expressamente como objetivo do crédito rural o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agroflorestais e agroextrativistas, assim como já era previsto para os demais produtos agropecuários. Altera diversos dispositivos da Lei nº 8.171, de 1991 (Lei Agrícola) para incorporar a preocupação com as práticas agroextrativistas e agroflorestais. Por fim, altera dispositivos do Código Florestal que tratam de conceitos utilizados no Código, linhas de financiamento, apoio técnico e incentivos financeiros para iniciativas de interesse para a preservação ambiental.

O autor da proposição sustenta que, embora haja na estrutura do Governo Federal órgãos com competências relacionadas ao fomento do agroextrativismo, é necessário aperfeiçoar o marco regulatório vigente para permitir a elaboração de políticas públicas legalmente embasadas. Cita como exemplo o fato de o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não contar com linhas de crédito específicas de fomento para o desenvolvimento de sistemas agroextrativistas.

Ainda segundo o autor, o agroextrativismo é opção mais interessante do ponto de vista socioeconômico do que o extrativismo, por promover a diversificação de atividades, sobretudo para agricultores familiares. Além disso, por privilegiar espécies florestais nativas, as atividades agroextrativistas contribuem com a manutenção da biodiversidade do ecossistema local.

O PLS foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Análise.

De acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 17, de 28 de maio de 2009, dos Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Meio Ambiente (MMA), o agroextrativismo pode ser entendido como a combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento orientada para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural e para o uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais.

O agroextrativismo é, portanto, uma solução economicamente viável e ambientalmente sustentável para a diversificação de atividades e melhoria da renda de uma significativa parcela da população que atualmente obtém seus rendimentos do extrativismo e, até mesmo, da agricultura convencional.

O desenvolvimento das atividades agroextrativistas é especialmente relevante para os Estados cujos territórios encontram-se na Amazônia Legal, onde até 80% da área dos imóveis rurais deve ser destinada à composição da área de reserva legal, o que faz premente a necessidade de incentivo à adoção de técnicas de manejo sustentáveis das florestas, seja por meio do agroextrativismo ou dos sistemas agroflorestais.

É, dessa forma, meritório o Projeto de Lei do Senado nº 182, 2013, por incorporar diretrizes e instrumentos que orientam a ação do Poder Público no sentido de incentivar a adoção de práticas agroextrativistas.

Verificamos, todavia, a necessidade de pequenos reparos ao texto do Projeto original. O primeiro deles diz respeito ao art. 8º, que utiliza o termo "áreas improdutivas" de forma que entendemos imprópria e pode, equivocadamente, remeter à ideia de imóveis rurais sujeitos à desapropriação para fins de reforma agrária.

Há, ainda, necessidade de reparo à redação do art. 17, que acrescenta o inciso IV ao art. 103 da Lei nº 8.171, de 1991. O inciso foi inscrito pela Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013, que instituiu a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Além disso, é importante observar que a Lei nº 13.158, de 4 de agosto de 2015, suprimiu a redação do inciso IV dada pela Lei nº 12.805, de 2013, de forma equivocada. Isso porque o PLS nº 474, de 2007, que deu origem à Lei nº 13.158, de 2015, foi aprovado no Senado Federal ainda em 2008, sendo que sua intenção era de acrescentar um novo inciso ao art. 103. Como o Projeto foi aprovado pela Câmara apenas em 2015, e sem a devida retificação do texto, a nova Lei acabou por suprimir a redação anterior do referido inciso.

É oportuno, portanto, que se acrescente um novo inciso ao art. 103 da Lei Agrícola para a recuperação da norma prevista pelo inciso acrescido pela Lei nº 12.805, de 2013, que previa concessão de incentivos especiais ao proprietário rural que adotar, em sua propriedade, sistemas integrados agroflorestais, agropastoris ou agrossilvopastoris voltados para a recuperação de áreas degradas ou em fase de degradação. A nova redação deverá incorporar, inclusive, referência aos sistemas agroextrativistas.

Além disso, o PLS atualizou a referência ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (Mara), substituindo-a pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Ocorre, todavia, que, dentre as atividades a que se refere o art. 106, encontram-se atribuições de competência dos Ministérios do Desenvolvimento

Agrário (MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), que àquela época eram concentradas pelo Mara. É necessário, portanto, ajustar a redação.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 182, de 2013, com as três emendas relatadas.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com três emendas.

A matéria vai à CDR.

O item 2...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu queria solicitar, Presidente, que o senhor pudesse incluir na pauta um requerimento nosso que pede uma audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e o uso de agrotóxico, com os seguintes convidados: Luís Eugenio Souza (Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco); Paulo Gadelha (Presidente da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz); Fernando Carneiro (Coordenador do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Abrasco (GTSA); Pedro Luiz Serafim da Silva (Procurador Regional do Trabalho – MPT-PE e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos); Paulo Petersen (Articulação Nacional de Agroecologia); Luiz Antonio Santini (Diretor – Geral do Instituto Nacional de Câncer José Gomes da Silva (Inca); Teresa Liporace (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Idec); Maria Emilia Pacheco (Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja).

Sr. Presidente, esse é um projeto do Senador Valadares, como V. Exª sabe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Que consta na pauta, é o item 6?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Relator é o Senador Blairo Maggi, que não está presente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com todo o respeito que tenho por V. Exª, e também com os temores que tenho, eu coloco o requerimento de V. Exª em votação.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 11, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais a realização de audiência pública desta Comissão, com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015, que "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos, com os seguintes convidados: Luís Eugenio Souza (Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco); Paulo Gadelha (Presidente da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz); Fernando Carneiro (Coordenador do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Abrasco (GTSA); Pedro Luiz Serafim da Silva (Procurador Regional do Trabalho – MPT-PE e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos); Paulo Petersen (Articulação Nacional de Agroecologia); Luiz Antonio Santini (Diretor – Geral do Instituto Nacional de Câncer José Gomes da Silva (Inca); Teresa Liporace (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Idec); Maria Emilia Pacheco

(Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

A senhora está satisfeita?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está satisfeita? Tranquila?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Fica sobrestado o item 6 até a realização da audiência pública requerida pela Senadora Lídice da Mata.

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para conceder benefício fiscal, relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis destinados à inserção na cadeia produtiva.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela rejeição.
Observações: -*Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.*

Passo a palavra ao Relator, que é o nobre Senador Flexa Ribeiro, que tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente Otto Alencar, Senadora Lídice da Mata, Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 147, de 2014, do Senador Alfredo Nascimento.

A iniciativa visa a conceder benefícios tributários relativos ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os contribuintes que utilizem produtos reciclados em sua linha de produção.

Nos termos do projeto, para as sociedades empresárias que apuram os tributos devidos com base no Lucro Real, poderão ser deduzidos em dobro os custos com bens reciclados que tenham sido adquiridos para inserção na cadeia produtiva como insumo. No entanto, as deduções não poderão reduzir o valor devido do IRPJ e da CSLL em mais de 4%, nem poderão ser abatidas da alíquota adicional do IRPJ.

Caberá ao regulamento estabelecer as regras relativas ao aproveitamento do benefício fiscal e à identificação dos produtos que poderão ter seu custo deduzido.

Em sua justificação, o autor destacou que a proposta está em consonância com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em particular com o disposto no inciso VIII do art. 6º dessa norma, que consiste no reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda.

Não foram oferecidas emendas.

Após o exame deste Colegiado, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Análise.

O projeto não atende aos mandamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que regula o mecanismo da renúncia de receita pública.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia fiscal deverá estar acompanhada da estimativa de seu impacto. Além disso, deverá ser demonstrado que a renúncia de receita foi considerada na elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA e que não afetará as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Nenhuma dessas condicionantes é observada e cumprida no projeto.

Em relação ao mérito, o PLS propõe que os custos de produtos reciclados ou recicláveis sejam abatidos do IRPJ e da CSLL devidos. Contudo, não há definição do que seja um produto reciclado ou reciclável. A proposição falha gravemente neste ponto, pois ou um produto com índice de reciclagem ínfimo pode estar incluído no rol que confere o direito ao benefício ou corre-se o risco de o Poder Executivo fixar um percentual elevadíssimo de reciclagem para que o produto possa contar com o benefício fiscal, o que invalidaria o objetivo pretendido pelo legislador. A definição dos produtos deve ser fixada em lei, pois a tarefa do Poder Legislativo é definir e delimitar o alcance dos benefícios fiscais.

Além do mais, produtos distintos geram resíduos diferentes, cujas reciclagens envolvem processos diversos. Em outras palavras, em razão da indefinição no PLS nº 147, de 2014, dos beneficiários do incentivo econômico, corre-se o risco de se incentivar quem não precisa de estímulo.

Atualmente o custo de aquisição dos insumos já é dedutível da base de cálculo do IPRJ e da CSLL, em relação às pessoas jurídicas que apuram os tributos com base no Lucro Real. Caso o projeto seja aprovado, o custo será dedutível em dobro. No entanto, o PLS prevê o limite de 4% do IRPJ e da CSLL devidos como teto para redução, o que limita efetivamente a apenas 0,6% do lucro relativo ao IRPJ e para a CSLL o limite é de 0,36%.

Para os insumos reciclados que componham grande parte do produto fabricado, o teto dedutível será facilmente alcançado, de modo que os contribuintes não poderão utilizar o excedente. Não foi realizado um estudo para analisar as diversas cadeias produtivas e determinar qual percentual garantiria efetividade ao projeto de lei, sem afetar excessivamente a arrecadação federal.

É importante destacar, ainda, que a mudança proposta terá alcance bem reduzido, na medida em que somente as empresas optantes pelo Lucro Real – 4,8% do total de empresas contribuintes – reduzirão as despesas. As empresas optantes pelo Lucro Presumido, assim como as Microempresas e empresas de pequeno porte não teriam os benefícios.

A medida comprometerá a receita estadual, pois parte da arrecadação compõe os fundos de participação. Neste momento de crise, qualquer redução orçamentária é inoportuna.

Analisando os aspectos ambientais, a proposição também apresenta fragilidade. Assume a premissa de que o nível inadequado de reciclagem no País decorre da falta de demanda por produtos reciclados. Assim, estimular a reciclagem, por meio de um benefício tributário, teria o condão de fomentar essa atividade ao ponto de torná-la atraente para os agentes econômicos. Na realidade, o principal entrave da indústria de reciclagem são os custos do processo, desde os inerentes à coleta seletiva ao próprio investimento energético do processo de transformação – o que não é atacado pela proposta.

Além disso, na gestão de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada. Atuar no início do ciclo de vida dos produtos que um dia se tornarão resíduos é bem mais eficaz que atuar nas etapas finais.

O benefício tributário não estimula a não geração e a redução de resíduos; antes, as incentiva por meio de recompensa financeira.

Voto.

Por todos os motivos expostos, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2014.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir. Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

A matéria vai à CAE.

Passo ao item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, de 2007
- Terminativo -

Altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.

Autoria: Senador João Durval

Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:
-A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Passo a palavra ao Senador Douglas Cintra para relatar o projeto de autoria do ex-Senador João Durval Carneiro, que altera o Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, a proposição possui dois artigos. O art. 1º acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 54 do CDC: o § 6º para estabelecer que o consumidor poderá solicitar a rescisão do contrato de adesão, entre outros meios, mediante o envio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência registrada para o fornecedor; e o § 7º para prever que o contrato será considerado rescindido, no máximo, até três dias úteis após o recebimento da solicitação enviada pelo consumidor. Já o art. 2º do projeto determina que a futura lei entrará em vigor trinta dias a partir da data de publicação.

O autor justifica que o consumidor tem sido tratado com total desrespeito pelos fornecedores, especialmente pelas prestadoras de serviços de telefonia, cujos procedimentos dificultam sobremaneira o cancelamento de contratos. Afirma ainda que muitas vezes o cancelamento somente é permitido por meio dos serviços de atendimento ao consumidor (SAC), cuja qualidade de atendimento tem deixado muito a desejar, dificultando a rescisão dos contratos.

Não foram apresentadas emendas.

A nossa análise quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa: o projeto as atende.

Finalmente, no mérito, embora a medida contribua para o aprimoramento das normas consumeristas, não somos favoráveis à sua aprovação. Isso porque, em maio do ano passado, o Senado Federal aprovou o PLS nº 541 de 2013, que trata do mesmo tema e atualmente encontra-se em fase de revisão na Câmara dos Deputados (PL 1969/2015). A matéria, portanto, encontra-se prejudicada, nos termos do inciso II do art. 334 do nosso Regimento.

Embora o teor daquele projeto seja um pouco diferente do conteúdo da proposição ora em análise, entendemos que a matéria restou devidamente tratada no projeto remetido à Câmara dos Deputados. Ademais, ao nosso ver, o PLS nº 541 de 2013 traz as seguintes vantagens para o consumidor em relação ao PLS nº 625 de 2007: ele alcança todos os contratos, não somente os de adesão; os efeitos do cancelamento operam-se no momento da solicitação do consumidor, ainda que seu processamento dependa de prazo; e o fornecedor deverá disponibilizar ao consumidor os mesmos meios utilizados para a contratação.

Por fim, frise-se que as normas do PLS nº 541 de 2013 já se encontram também previstas no art. 18 do Decreto 6.523, de 31 de julho de 2008, que regulamenta o CDC para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.

Nosso voto.

Ante o exposto, somos pela sugestão de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 625 de 2007.

Este é o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O parecer do Senador Douglas Cintra é pela prejudicialidade do projeto. Embora seja um projeto de lei terminativo, nós podemos...

Algum Senador ou Senadora deseja discutir? (*Pausa.*)

A votação da matéria será realizada em processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Um instante. Deixe-me terminar.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela prejudicialidade da matéria.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro. V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pediria a V. Exª que consultasse o Plenário sobre uma inversão de ordem para aprovar um requerimento de minha autoria. Trata-se do item 17 da pauta. Tenho de ir à reunião da CCT, pois está havendo audiência pública sobre a produção da fosfoetanolamina.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª foi atendido. Passo a ler o requerimento de V. Exª.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para discutir os impactos econômicos, em municípios do Estado do Pará, decorrentes do não cumprimento das obrigações tributárias referentes ao pagamento do ISSQN pelas empresas Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A e Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A, pertencentes à empresa espanhola ISOLUX CORSAN, ambas com obras arrematadas através dos Lotes A e B do Leilão 004/2008-ANEEL, com os seguintes convidados: Sr. Romeu Rufino, Diretor Presidente da ANEEL; Sr. João Batista Pereira da Silva, Prefeito de Anapu; Sr. Javier Casaseca de Prada, diretor da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A e da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A; Sr. Juan Ramon Jimenez, diretor do grupo espanhol Isolux Corsan.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª já submeteu o requerimento à votação. Eu só queria aditar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, V. Exª tem a palavra. Pode propor o aditamento, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Esse requerimento, Presidente, é importante porque, como foi dito aí, a Amazônia, e em especial o Pará, estão sendo palco de inúmeros projetos de produção de energia. O Pará hoje é um grande exportador de energia e vai se tornar o maior produtor e o maior exportador de energia a médio prazo. Estão terminando agora Belo Monte, que vai começar a gerar energia ainda em 2016.

Então, a Amazônia e o Pará estão sendo cortados por várias linhas de transmissão que são concedidas em leilão pelo Governo Federal. Só que os prefeitos dos Municípios por onde essas linhas de transmissão passam têm nos procurado, e alguns já têm judicializado um processo com o argumento de que essas empresas entram no Município, executam os serviços e não dão nenhuma resposta ou atenção ao poder municipal no sentido dos tributos devidos ao Município, como é o caso do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Então, na situação em que os Municípios se encontram, de dificuldades graves, ver aquela obra de valores bastante elevados e o executor da obra nem se dar o respeito de procurar o poder municipal... A única ação que eles têm tomado é judicializar o processo. Isso vai levar 20 anos.

A proposta dos prefeitos que vieram a mim é que se fizesse uma audiência pública com – aí é que quero aditar – um representante do Ministério de Minas e Energia e um representante do Ministério Público Estadual, que é o defensor da lei, a lei que manda pagar o imposto municipal. Poderíamos chamar vários prefeitos, porque atravessam vários Municípios, mas, para termos um número razoável de convidados, coloquei o Prefeito de Anapu, o Sr. João Batista Pereira da Silva, que vai representar os demais Municípios.

E não é só no Pará. Isto deve estar acontecendo no Amazonas, no Amapá e em outros Estados onde essas empresas – em sua maioria, ou em sua quase totalidade, estrangeiras – executam obras: não cumprem suas obrigações tributárias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro, peço a V. Exª que encaminhe o aditamento para a Mesa com o nome das pessoas que V. Exª citou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não vou indicar pessoas; são representantes que o Ministério deverá encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está certo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu queria manifestar apoio ao requerimento do Senador Flexa Ribeiro no sentido de que, muitas vezes, além de não darem a mínima atenção às comunidades locais, por onde a linha passa a comunidade permanece no escuro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É isso aí também.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Isso mostra como é pensado o desenvolvimento brasileiro. Não é pensado de baixo para cima, mas de cima para baixo. É para atender demandas que interessam a minorias. É assim na economia e é assim na política, não é, Senador Flexa? Tanto é assim que nós estamos encalacrados em uma crise inédita, uma crise política, econômica e ética, por causa dessa falta de política coletiva.

Não é possível as comunidades verem passar a energia e ainda viverem sob luz de lamparina. Isso é um nível de exclusão que não vi em outros lugares. Morei na África, por exemplo, e não lembro de ter visto algo tão grotesco, tão absurdo quanto o grau de exclusão que temos no Brasil.

V. Exª tem inteira razão, mas, mais do que cobrar aquilo que é devido às comunidades locais, há algo pior: em muitos casos, eles corrompem os prefeitos e as câmaras de vereadores, o que é gravíssimo. Se levasse a Lava Jato para investigar isso, todos os corruptores iriam para a cadeia – são prefeituras que vivem do Fundo de Participação dos Municípios, inteiramente dependentes.

Então, acho que está na hora de criarmos uma possibilidade de diálogo, de conversas, para construirmos uma saída definitiva para o nosso País. Todas as vezes em que há crise no Brasil, você faz um pacto de elite, descarrega a conta nas costas do povo, e aí, alguns anos depois, há outro ciclo de crise.

Acho que o Brasil poderia aproveitar este momento para fazer um grande pacto, poderiam sentar todos os partidos políticos. Terei o maior prazer de sentar com o PSDB para discutir saídas econômicas para o País que não sobrecarreguem um setor social. Na crise, todos perdem. Então, a ideia é a de que cada um dê sua contribuição.

Vejo que uma proposta como essa tem como objetivo o desenvolvimento local, o respeito às comunidades locais, a construção de uma economia que comece lá de baixo e que vá melhorar para todo mundo, não tenho a menor dúvida.

Portanto, parabéns! Conte com nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Capiberibe, V. Exª, amazônida como nós, conhece bem as dificuldades. Lamentavelmente, o Governo central, quando programa seus projetos, não pensa na nossa região, ou melhor, ele pensa na nossa região só como produtora de energia para o resto do Brasil. Com esses linhões – V. Exª tem toda razão –, o Pará é exportador de energia. Há 25 Municípios no Pará que não têm a energia de Tucuruí; neles, ainda há geração térmica. É inconcebível um negócio desse! Falo de sede de Município. Não estou falando de distritos, de vilas, como falou o Senador Capiberibe, não. Sedes de Municípios estão sem a energia de Tucuruí, e Tucuruí foi inaugurada nos anos 80.

Agora, vem Belo Monte. A energia de Belo Monte não é destinada para o Pará, mas para o Brasil. Ela vai toda embora por essas linhas de transmissão, que são leiloadas, mas só para transmitir em alta potência. Quer dizer, quanto ao rebaixamento para atender à população local, o Governo não está nem aí para isso! O Governo não está nem aí!

Ainda há pouco tempo, tivemos uma reunião – é preciso que seja feita justiça aqui – com o Ministro Eduardo Braga, que é amazônida. O distrito de Moraes de Almeida, no Município de Itaituba, estava brigando para que o Luz Para Todos chegasse a duas áreas de garimpo, Crepurizão e Crepurizinho. Só que, para chegar energia a esses locais, era preciso fazer uma linha de transmissão de 200 quilômetros de 138kV. Essa linha de transmissão de 138kV, no sistema nacional de energia, é obrigação da distribuidora local. A distribuidora local disse que não faria os 200 quilômetros porque não tinha retorno econômico. Aí o Ministro Eduardo Braga fez um decreto, uma portaria, diferenciando a Amazônia do restante do Brasil e trazendo essa linha de 138kV para a obrigação do Governo Federal, na Amazônia, porque 200 quilômetros na Amazônia, como eu brinco, é fundo de quintal. Em 200 quilômetros em Sergipe, você atravessa o Estado de um lado para o outro. Eu brincava com o Albano, dizendo que era muito fácil se fazer política no Estado de Sergipe, porque, em 200 quilômetros, você atravessa o Estado. Agora, 200 quilômetros no Pará correspondem à distância entre Belém e Salinas só; para ir para o sul do Pará, é preciso andar 1,3 mil quilômetros de carro, ou são horas de avião. É verdade isso.

V. Exª tem razão também com relação à questão dos corruptores e dos corrompidos. Mas, neste caso do requerimento, os prefeitos estão cobrando da empresa o ISS que não foi pago. Aqui, é diferente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone*.) – Nem tentar corromper os prefeitos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É. Aí eu não sei se tentaram.

Eles estão querendo cobrar da empresa o ISS devido. E aí, veja V. Exª se lá no Estado de V. Exª, o Amapá... Deve ter, porque tem uma linha aqui que se chama Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. Então, vai ver que deve ter algum Município por onde passou que também não recebeu o ISS.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É verdade. É verdade que não só eles, em alguns casos, não recolheram, mas em alguns casos tentaram corromper mesmo as autoridades. Eu conheço casos, mas não posso falar aqui porque não posso provar, não é? Aí é mais complicado. Mas, inclusive, eu também fui chamado. Eles não me conheciam, talvez, e terminaram se equivocando, terminaram me sugerindo algo assim.

Mas o que me parece mais grave nas intervenções – isso é uma intervenção colonial, medieval –, é que... N caso da linha Tucuruí-Macapá vejam o que aconteceu: quando houve a mudança das concessões, dos leilões, e se permitiu a produção privada de energia elétrica, o Amapá passou a ser um filão, porque nós temos lá um potencial enorme de geração de energia hidroelétrica.

E aí eles entraram lá, mas sem nenhum compromisso com o Estado, com o oferecimento de energia. Os leilões foram feitos, os contratos realizados, e a energia toda para fora. Lá não podia receber energia porque não tinha estação de rebaixamento. Aí o Governo do Estado teve que se endividar – contraiu empréstimo no BNDES – para rebaixar essa energia para poder ter uma energia mais barata.

E outra: a questão de Belo Monte. A questão de Belo Monte, além da gigantesca corrupção que envolve Belo Monte... Já está na Lava Jato. O Juiz Sérgio Moro é criticado por muita gente, mas ele tem um grande mérito: o Juiz Sérgio Moro revelou para o País a podridão do sistema político que nós... Eu digo "todos", eu não vou excluir ninguém não. Eu ainda não apareci nas listas, nem vou aparecer, porque nunca me ofereceram, nunca me procuraram para isso.

É o sistema político. Esta é a grande revelação: o sistema político está esgotado, e nós temos que tomar a iniciativa – nós, que somos agentes políticos, representantes políticos – de mudar esse sistema. Não pode continuar essa questão.

No caso de Belo Monte, as empreiteiras, os megaempresários da construção civil estão na cadeia, e eu acho que é justo que estejam presos, porque eles influenciaram a política deste País nos últimos 60 anos, não é de agora. Eles não enriqueceram agora, os Odebrecht, os Mendes Júnior.

Lá no meu Estado há uma estrada que não vai a lugar nenhum. A Transamazônica é política das empreiteiras. Isso foi feito na ditadura militar. Enterraram ali bilhões de dólares.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É importante, tem que ser concluída.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não, inconclusa. Está lá, inclusive causando genocídio nas comunidades indígenas, provocando transtornos, mudanças ambientais irreversíveis.

E, agora, Belo Monte é a mesma coisa. Com o dinheiro aplicado em Belo Monte, nós poderíamos construir o maior parque de energia fotovoltaica da América. Seria um investimento sustentável, ambientalmente correto e que geraria energia desde lá, desde lá de Belo Monte, para os caiapós, para os indígenas, até São Paulo, Rio, para a indústria como um todo.

Nós perdemos a chance. Por quê? Porque os empreiteiros é que determinavam a política. Eram eles que diziam o que o governo tinha que fazer. Pela primeira vez, este, pelo menos...

Agora nós estamos na mão dos banqueiros. Quero ver a hora em que houver uma Lava Jato para os banqueiros.

Aí o negócio vai complicar ainda mais, porque essa é outra coisa nebulosa na vida no nosso País, 50% de tudo o que nós pagamos de impostos vai para a dívida pública. É muito dinheiro.

Então, veja: eu acho que a gente tem que começar a focar o nosso debate naquilo que realmente perturba este País e que o impede de dar um passo adiante no desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro com o aditamento proposto pelo nobre Senador.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero também dizer que é muito próprio, Senador Flexa Ribeiro, esse requerimento. Concordo também com o Senador Capiberibe quando diz que esse é um problema em relação ao qual o Governo Federal deveria tomar uma providência – quanto à chegada, aos domicílios das áreas rurais, da energia elétrica.

O Governo fez um programa que eu considero muito bom, que é o Programa Luz para Todos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Baiano!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato. Começou com a ideia de um Senador baiano, já desaparecido, mas um grande Senador, um grande amigo meu: Rodolpho Tourinho. Começou lá atrás, e esse projeto veio crescendo. No nosso Estado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Luz no Campo é o nome de batismo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Começou como Luz no Campo no Governo Fernando Henrique, depois veio o Luz Para Todos. Mas tanto faz, Luz no Campo ou o Luz Para Todos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É a mesma coisa!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É a mesma coisa, tanto faz dar na cabeça como na cabeça dar. Não tem nenhum problema.

O que eu quero dizer é o seguinte. É que no meu Estado, o Estado da Bahia, eu fui Secretário de Infraestrutura, e nós conseguimos com a nossa equipe, e com o Governo, levar energia a 530 domicílios na zona rural. V. Exª não pode imaginar o que é tirar uma vela de uma senhora, dona de casa, em uma roça no interior do sertão da Bahia, e ela ligar uma luz, assistir televisão, ter uma geladeira. É uma coisa fantástica. Às vezes as pessoas têm todos os benefícios que uma sociedade moderna oferece, todos os bens e serviços, mas andam infelizes da vida. Eu vejo lá: com um ponto de água, um ponto de luz, parece que as pessoas ganharam a porta do paraíso.

Esse é um programa que deveria continuar, não continuou. Agora, já no segundo Governo da Presidente Dilma, nós não conseguimos absolutamente mais nenhuma ligação. No meu Estado nós temos ainda 182 mil domicílios cadastrados, domicílios em que as pessoas, no século XXI, ainda vivem com a vela, com o fifó, com a lamparina, sem condição nenhuma de ter acesso a um serviço tão importante.

Como V. Exª falou, a linha de transmissão de energia passa em cima das casas dessas pessoas. Ou seja, poderiam ser feitos esses contratos todos já prevendo, dentro do contrato, a obrigação de se fazer o rebaixamento para atender a milhares de brasileiros que ainda vivem na escuridão e na desinformação pela falta de energia.

Eu tive a oportunidade de percorrer o meu Estado inteiro fazendo esse trabalho. Foi uma coisa gratificante na minha vida pública levar essa energia a pessoas tão humildes. Elas ficavam em uma felicidade contagiante quando tinham o direito de botar a luz para acender e ter uma geladeira, uma televisão.

Aliás, nós fizemos uma vez um debate com um casal. Colocamos energia e colocamos água na casa de um casal na zona rural. Perguntamos à mulher o que era mais importante. A mulher dizia que era a luz, e o marido dizia que era a água. Foi uma briga enorme para saber o que era mais importante. A mulher queria assistir televisão e ligar a geladeira, e o marido queria tomar banho. Foi uma coisa até interessante que nós fizemos lá.

Um programa também importante que o governo da Bahia fez foi um programa de levar cirurgia de catarata para as pessoas que não tinham condições para se operarem – o Governador Wagner fez isso, mérito grande dele. Milhares de pessoas que viviam na escuridão passaram a enxergar. Tudo isso foi feito, pode ser feito e, se quiserem, será feito com muito pouco dinheiro por um governo decente, que aplique os recursos bem aplicados, que não permita corrupção e malversação de recursos.

Com poucos recursos se pode fazer isso, com muito menos do que foi desviado da Petrobras, das estatais todas, com essa corrupção deslavada que, infelizmente, tomou conta do nosso País e que está sendo passada a limpo agora.

A propósito, faço aqui uma referência ao Ministério Público, à Polícia Federal. Não quero nominar A, B, ou C, nenhum componente do Poder Judiciário, mas, na minha vida pública, um dos órgãos que mais me ajudou a chegar até aqui, com vida limpa, sem nenhum problema de denúncia de qualquer natureza, chama-se Ministério Público. A qualquer canto que eu vá, em qualquer palestra que eu faça, faço um voto de gratidão permanente ao Ministério Público, que é o fiscal da lei. Na construção de edital de licitação ou na homologação de uma licitação, se eu tivesse dúvida, eu a encaminhava para o fiscal da lei, que muitas vezes me disse: "Não faça, não homologue, não lance o edital". A Constituição de 1988, quando deu esse poder ao Ministério Público, o fez com esta visão: para que ele, sendo fiscal da lei, não permitisse que o gestor da área executiva, ao arrepio da lei, provocasse tantos problemas como os que o Brasil e os Municípios têm.

Nós não temos mais quórum. Agradeço as presenças.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O senhor tocou num tema que me parece muito importante. Não vejo como nós recuperarmos confiança nas nossas instituições, mas a verdade é que a presença do Ministério Público foi se consolidando, e hoje é uma instituição muito fortalecida. O Ministério Público é o fiscal da lei, e nós somos legisladores.

Eu tive a felicidade, num momento raro do Parlamento brasileiro, que são os momentos de crise... Eu estou muito preocupado com uma saída por cima da crise que estamos vivendo hoje. Numa dessas crises éticas, nós conseguimos aprovar a Lei Complementar nº 131, de minha autoria, que é a Lei da Transparência, que obriga todos os entes públicos a expor suas contas, de forma detalhada, nos portais de transparência.

Muito bem. Eu achava, uma vez aprovada a lei, que daí para frente todo mundo iria cumpri-la. Não é verdade. No Brasil há lei que pega e lei que não pega. Para fazer pegar a Lei da Transparência, nós recorremos ao Ministério Público, já que o Ministério Público é o fiscal da lei. Hoje é uma lei que pegou em torno de 75%, ainda não está 100%. Hoje o Ministério Público Federal criou um *ranking* para avaliar...

Eu pertenço a esta Comissão, sou Senador da República, legislador e fiscal. Na condição de fiscal, tenho acionado frequentemente o Procurador-Geral Rodrigo Janot para que ele acompanhe o cumprimento da Lei da Transparência, porque acho que esse é o antídoto contra a corrupção. A lei está aí, ela fez com que as informações chegassem ao cidadão. Agora resta fazer o controle social. Alguns movimentos surgem, e as redes sociais são fundamentais nesse processo. Neste momento, em Brasília – eu estava vendo ontem no Facebook –, existe o Fiscaliza-DF, que tem trazido informações fantásticas, inclusive sobre os gastos absurdos. Vejam: a Câmara Distrital de Brasília, com 24 Deputados, gasta quase meio bilhão de reais por ano! Isso é uma casta de privilégios!

É claro que o Senado gasta muito também – acho que poderíamos reduzir isso aqui, poderíamos começar a discutir para ver como reduzir os gastos do Senado –, mas as assembleias legislativas gastam mais do que o Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu agrega 24 países, são 24 línguas diferentes. Só em tradução, eles gastam um quarto do orçamento do Parlamento da União Europeia.

Pois as nossas 27 assembleias legislativas gastam mais do que eles. É uma coisa absurda! E até hoje não houve uma tensão, digamos... De vez em quando a mídia vem... Essas informações sobre as assembleias legislativas já estão disponíveis nos portais de transparência.

E há outra caixa-preta difícil, que, aos poucos, está vindo à tona: os Tribunais de Contas. Hoje eles são absolutamente desnecessários. Eu acho que essa é uma questão que nós precisamos rever aqui no Parlamento. Os Tribunas de Contas, da forma como operam hoje, são um contrassenso. Nós precisamos modernizar este País. Essa estrutura institucional arcaica e corrompida precisa ser modificada. Vamos aproveitar a crise para avançar nessa direção.

Por último: eu estudei à luz de lamparina, Sr. Presidente. Na manhã seguinte, íamos para a escola. Se ficávamos estudando à noite, tínhamos que fazer uma assepsia muito bem feita de manhã. Senão, íamos com o nariz preto para a escola, e a molecada ficava tirando graça, fazendo o que se chama de *bullying* – por causa da luz de lamparina. Eu escrevi uns textos nessa época em que eu estudei à luz de lamparina – quem tiver disposição pode procurar no meu Facebook, Capi Senador, que vai encontrar esses textos em que eu falo desse período, do que é viver à luz de lamparina e do que é beber água do poço da Dona Mundica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Capiberibe. Eu agradeço a participação de V. Exª.

Declaro encerrada a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Às dez horas e doze minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Benedito de Lira, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia." O Presidente convida o Embaixador a compor a mesa. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para fazer a sua exposição. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição do indicado. É aberto o processo de votação. Usa a palavra o Senador Antonio Anastasia, a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier Martins. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para responder as perguntas dos Senhores Senadores. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Fernando Bezerra Coelho, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Hélio José. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e doze minutos a presidência é assumida pelo Senador Fernando Bezerra Coelho; e às onze horas e catorze minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para responder as perguntas dos Senhores Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Hélio José. É realizada a apuração dos votos. Sabatina realizada com indicação apreciada. 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2012, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que "Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias." Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, de 2015 – Complementar, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Dá nova redação ao parágrafo único do art. 199 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispensar da aprovação do Congresso Nacional tratados que disponham sobre troca de informações com Estados estrangeiros." Adiado. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 4) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera a alínea "d" da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, que trata dos requisitos para apreciação das indicações a chefes de missão diplomática de caráter permanente, acrescentando necessidade de apresentação de relatório de gestão do último posto desempenhado." O Presidente condece a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria com 2(duas) Emendas. ITEM 5) INDICAÇÃO Nº 3, de 2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que "Sugestão, nos termos do Arts. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, de adoção de medidas relativas ao reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática (Saara Ocidental) como Estado detentor de Direito legítimo à soberania e à autodeterminação; ao estabelecimento de relações diplomáticas; à instituição de processo contínuo de ajuda humanitária aos refugiados; à concessão à MINURSO de competência para tratar de Direitos Humanos na área ocupada; e à instalação de Escritório de Representação no País." Aprovado o Relatório transformando a Indicação em Requerimento de informações ao Ministro das Relações Exteriores. ITEM 6) AVISO Nº 59, de 2015, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão n° 2252/2015 - TCU - Plenário, referida a deliberação acompanhada dos respectivos Relatórios e Votos, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança do conjunto políticas públicas para o fortalecimento da faixa. TC-014.387/2014-0." Adiado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 50, de 2015, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "Requeiro, nos termos do art. 222, combinado com o art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovada manifestação de apoio à participação da República da China (Taiwan), como observador geral na 39ª Assembleia Geral e Técnica da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI-ICAO), que ocorrerá em setembro de 2016, na cidade de Montreal, Canadá. Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIO-

NAL Nº 1, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a tratar de acordo comercial com outros países, com base nos acordos bilaterais realizados recentemente pelo governo brasileiro, entre os quais o relativo ao Acordo de Livre Comércio firmado entre Brasil e Uruguai no dia 09 de dezembro de 2015, que entrou em vigor em janeiro de 2016. Para tanto sugiro sejam convidados: • Sr. Mauro Vieira – Ministro de Estado das Relações Exteriores; • Sr. Armando Monteiro – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o • Sr. Luiz Moan – Presidente da ANFAVEA (Associação das Fabricantes de Veículos); • Sr. Paulo Roberto Rodrigues Butori – Presidente dos Presidente dos Conselhos de Administração e Superior (Sindipeças - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores); • Sr. Alarico Assumpção Jr. - Presidente dos Conselhos Deliberativo e Diretor da FENABRAVE (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores)." Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área da eficiência gerencial do Ministério de Relações Exteriores." Prejudicado em razão da aprovação do RRE nº 4, de 2016. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Presidente da Comissão de Política Exterior, Soberania e Integração da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, Deputado Luis Florido, para debater a situação política e econômica na Venezuela. Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior, e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior." Aprovado. ITEM 12) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 53, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul." Designa Relator "Ad Hoc" o Senador Antonio Anastasia. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 13) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina." Concede a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia. Usa a palavra o Senador Lasier Martins. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria.

ITEM 14) REQUERIMENTO Nº 4, de 2016, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Requer, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 7 a 13 de março de 2016, para representar o Senado na 39ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas, a ser realizada na cidade de Ottawa, Canadá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período indicado." Designado Relator "ad hoc" o Senhor Senador Lasier Martins, é aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro nos termos do art. 90, incisos II, III e V, c/c art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Comissão para abordar o impacto da epidemia do vírus Zika a partir do Brasil na saúde global, nas relações internacionais do Brasil, no Turismo e no evento das Olimpíadas. Convidados: Dra. Adriana Melo - médica que identificou a associação da microcefalia com o Zika vírus; Sr. Aldo Rebelo – Ministro da Defesa; Sr. Carlos Arthur Nuzman - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; Sr. Henrique Eduardo Lyra Alves - Ministro do Turismo; Dr. Joaquín Molina - Representante da OPAS/OMS no Brasil; Dr. Marcelo Castro – Ministro da Saúde." Lido o requerimento, a votação é adiada. ITEM 16) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro da Fazenda, informações referentes ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE, vinculado ao respectivo Ministério e cuja gestão está a cargo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a fim de subsidiar análises sobre o tema em questão. Informações requeridas: i) as atas de todas as reuniões deliberativas do Fundo de Garantia à Exportação – FGE entre 2011-2015, a fim de analisar como as garantias à exportação estão sendo feitas; ii) uma planilha resumo com todas os projetos garantidos, o valor da garantia, o tipo da garantia, local de execução do projeto, prazos, bases técnicas para a decisão da garantia, além de outras informações relevantes. Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM 17) MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO COLIN,

Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia." Concede a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 18) MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana." Concede a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 19) MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia." Concede a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É a nossa primeira reunião depois da retomada dos trabalhos, na sequência do recesso parlamentar, de modo que não há ata a ser aprovada. Estamos com as atas rigorosamente em dia, assim como a pauta da Comissão também tem sido cumprida com muita exação, graças à colaboração das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

Antes de iniciarmos propriamente os trabalhos, cujo centro da pauta será a sabatina do Sr. Luís Fernando de Andrade Serra, indicado pela Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia, gostaria de fazer dois ou três comentários sobre acontecimentos que nos esperam nesta semana e sobre proposições que serão apresentadas perante esta Comissão.

Em primeiro lugar, tenho ouvido de muitos colegas a sugestão de fazermos aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional uma audiência pública, uma reflexão a respeito da emergência internacional do vírus da zika. Isso tem a ver com a nossa Comissão por duas vertentes: pela vertente das relações exteriores, uma vez que o combate a essa epidemia exige uma colaboração internacional bastante ampla, como também pelo fato de que as Forças Armadas estão engajadas no combate ao vírus e no combate ao mosquito ou à mosquita, como querem alguns.

Por essa razão, penso que esse tema deveria ser examinado pela nossa Comissão. Lanço a sugestão ao Plenário. Inclusive, há nesse sentido requerimento do Senador Tasso Jereissati.

No ano passado, penso que ainda estávamos em recesso, houve um acontecimento muito importante no nosso continente, na nossa vizinha Argentina: a eleição do novo Presidente Macri, que, mesmo com pouco tempo de governo, já vem conseguindo, graças a uma mudança de expectativas e a uma injeção de confiança, resultados importantes na área econômica e também mudanças na diplomacia argentina.

E nós vamos receber aqui, no Senado, a Vice-Presidente da República, que, na Argentina, é também quem preside o Senado, como era no Brasil antigamente e como é nos Estados Unidos hoje – o Vice-Presidente é também o Presidente do Senado. Basta ver a galeria de fotos de ex-Presidentes do Senado: o último ex-Presidente do Senado foi João Goulart, antes do golpe de 1964.

Pois bem. Nós vamos receber aqui a Vice-Presidente da Argentina, que virá visitar o Presidente Renan Calheiros. Na próxima semana – creio que a agenda está sendo fechada agora, ainda hoje – ela visitará o Presidente Renan e depois terá um contato conosco, membros da Comissão de Relações Exteriores. Seria uma ocasião muito importante, inclusive para nos informarmos melhor sobre o que acontece na Argentina nesse momento.

Apresentei ontem um projeto de resolução criando o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina no Senado, porque não existe. Espero, se a Comissão concordar, submeter esse requerimento extrapauta, para que possamos, na presença da Vice-Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esse projeto de resolução já está aqui. Ela se chama Gabriela Michetti.

E também, na próxima semana, meus amigos, teremos, mais uma vez, ocasião de falarmos sobre a Venezuela. Durante esse período, no final do ano passado, as eleições parlamentares na Venezuela deram uma ampla maioria à oposição ao governo Maduro.

Nós temos, hoje, na Venezuela, além de uma situação econômica, social e sanitária absolutamente catastrófica, gravíssima, uma situação política da maior delicadeza, que são dois poderes convivendo numa relação de conflito, que exige alguma solução – uma solução que preserve a paz social, que preserve a Constituição. Enfim, é uma situação bastante delicada.

Nós teremos aqui a visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso venezuelano. Quero também propor aos colegas que ele venha à nossa Comissão para fazer uma exposição e se submeter ao diálogo, aos questionamentos da Comissão. Isso seria na próxima quinta-feira. A próxima reunião seria dedicada a essa visita, no dia 3.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dia 25 o nosso colega venezuelano, e dia 23 a Presidente do Congresso argentino. Agradeço a lembrança do nosso Secretário. Às vezes me esqueço do dia do meu próprio aniversário, vejam os senhores como é difícil a minha situação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Que dia é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ah, depois eu conto.

Há também, meus amigos, entre as audiências públicas que foram solicitadas e foram objeto de deliberação nesta Comissão, algumas que estão pendentes e que eu penso que seria de toda conveniência procurarmos agendá-las, agilizar o processo. Uma diz respeito à situação da China.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, antes de V. Exª ir lá para a China, vamos voltar aqui para a América do Sul. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa e apenas comunicar que semana que vem acho que trarei, movida pelo exemplo de V. Exª, alguns convites para presidentes de outros parlamentos que compõem o Mercosul – o Uruguai...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acho que seria importante fazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Seria muito bom, muito bom! Excelente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente. Trarei semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem. Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada e parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

Bem, teremos, então, a China. Houve um requerimento, creio que foi da Senadora Gleisi Hoffmann, de fazermos uma audiência pública a respeito da China. Acho que é da maior atualidade, até porque precisamos avaliar as consequências das mudanças que estão ocorrendo agora, aceleradamente, na economia chinesa, e as repercussões disso sobre o nosso País.

Uma outra audiência pública requerida – já também objeto de deliberação – foi a respeito da situação no Oriente Médio, com ênfase na Síria.

Penso que são dois temas da maior atualidade e poderíamos, então, programar audiências públicas sobre eles para este semestre.

Há também a necessidade de deliberarmos sobre a política pública, que será objeto do escrutínio da nossa Comissão. É um requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati, que será então lido, discutido e submetido à votação no momento oportuno.

Penso que agora já temos quórum. Peço à Secretaria que encaminhe ao plenário da Comissão o nosso sabatinado de hoje, Sr. Luís Fernando de Andrade Serra, que foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia, um país fascinante, que há muitos títulos deve servir de exemplo para nós, especialmente na ênfase na educação. (*Pausa.*)

Eu estava dizendo ao nosso sabatinado que recebi um ofício de última hora, da Presidência, dizendo que houve uma mudança de designação: em vez da Coreia do Sul, ele iria para a Coreia do Norte. Eu perguntei se poderia manter a sabatina, ele disse que sim. (*Risos.*)

V. Exª tem a palavra. Vinte minutos para a proposição inicial.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Exmos. Srs. Senadores, realmente eu faria até esse sacrifício pelo Brasil, mas creio que, depois de 44 anos de carreira, eu mereço algo melhor do que a Coreia do Norte. Mas, em todo caso, estou muito feliz de estar aqui pela terceira vez, muito honrado e sentindo-me realmente privilegiado por isso.

Esta sabatina me confirma a certeza de que desta Comissão surgem os impulsos para a organização de visitas, delegações parlamentares e estaduais. E, sem essas delegações que se agregam ao esforço do Itamaraty, realmente fica muito mais difícil o trabalho da nossa diplomacia.

Bem, a Coreia é um exemplo de superação, um exemplo de como vale a pena investir em capital humano. O país tem apenas cem mil quilômetros quadrados, um pouco mais de 50 milhões de habitantes e uma renda *per capita*, sem considerar o poder de paridade de compra, de US$28 mil. Considerando o poder de paridade de compra, essa renda chega a US$35 mil. Isto é comparável à renda *per capita* americana. Isto sem praticamente qualquer recurso. Ademais, entre 1950 e 1953 o país foi arrasado por uma guerra fratricida, e tecnicamente o estado de guerra continua, porque não houve um acordo de paz.

O país foi colônia japonesa, de 1910 a 1945, e os japoneses investiram mais na metade norte do país, porque é lá que se encontram os recursos naturais. Então, a infraestrutura que os japoneses deixaram está muito mais concentrada no norte do que no sul. Tanto é assim que, em 1961, a Coreia do Norte ainda tinha um PIB maior do que a Coreia do Sul. Hoje, o PIB da Coreia do Sul é simplesmente 80 vezes maior do que o PIB da Coreia do Norte.

A Coreia do Sul é praticamente a 13ª economia do mundo e ingressou no seleto clube dos 20/50, isto é, US$20 mil de renda *per capita*, com 50 milhões de habitantes. Pertencem a esse clube apenas sete países: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Itália, França, Grã-Bretanha e Coreia. Talvez o próximo membro desse clube seja a Espanha, mas, enfim, tem que chegar aos 50 milhões de habitantes, coisa que ainda não atingiu.

Bem, as relações com o Brasil são sem qualquer tipo de problema político. Temos relações, inclusive, com a Coreia do Norte, o que não causou nenhum tipo de constrangimento à Coreia do Sul, porque tenho impressão de que a Coreia do Sul entende que a Coreia do Norte não pode ficar isolada. O isolamento da Coreia do Norte poderia ser ainda pior, seria quase a síndrome da fera acuada.

É um país que tem com o Brasil um fluxo de comércio de bilhões de dólares, US$12 bilhões em 2014, caiu um pouco em 2015, com um saldo favorável à Coreia que chegou já a US$5,4 bilhões, mas, no ano passado, foi reduzida aos níveis de 2008, ou seja, US$2,8 bilhões.

O que inquieta um pouco nessa relação comercial é realmente a pauta. A nossa pauta é muito pobre. Em janeiro, o item número um da nossa pauta de exportação para a Coreia foi o milho. Eu realmente achei que estava voltando aos anos 50. Cinquenta e dois milhões de dólares em milho e apenas US$400 mil em óleo de milho. Quer dizer, não conseguimos nem agregar aquele valor mínimo que poderia ser dado a um produto como o milho.

Enfim, a Coreia sinalizou que gostaria de ter um acordo de livre comércio com o Mercosul. É bom que ela sinalize isso, porque é uma oportunidade justamente para dizer que, se os termos das trocas não melhorarem, fica complicado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Aquele Acordo Transpacífico.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – A Coreia não está, Sr. Senador, por pressão do Japão. Eu acho que vai acabar entrando.

Mas a Coreia é um país tão aberto. Ele é aberto, mas ao mesmo tempo é fechado, e vou explicar por quê. Ele é aberto porque é um país que tem um PIB de US$1,5 trilhão e, desse US$1,5 trilhão, quase US$700 bilhões são do setor externo, importação e exportação. E é o único país que tem acordos comerciais de livre comércio com o Japão, com a União Europeia e com os Estados Unidos. Agora, é um país que só importa matéria prima, agrega valor a tudo e se tornou uma fábrica do mundo praticamente.

A esperança que eu tenho é que, com esse interesse da Coreia do Sul num acordo de livre comércio, realmente os termos sejam melhorados.

Outra esperança que me dá é o envelhecimento da população coreana, que é muito rápido. E a esse envelhecimento da população coreana se soma um fator cultural. O país é muito fechado à imigração, à chegada de estrangeiros. É um país espremido entre dois gigantes, como se pode ver. E fez da identidade cultural, nacional, a razão da sua sobrevivência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Muito tempo. É uma civilização antiquíssima e foi invadida pelo Japão em 1910. Ficaram lá os japoneses até 1945. Em 1945, houve a ocupação do norte pelas tropas soviéticas, ao sul pelos americanos. As duas repúblicas foram declaradas em 1948. Em 1950, houve já a guerra, que durou três anos e que arrasou o país.

Eu fui Embaixador em Gana. Quando cheguei lá, eu vi que os ganenses adoravam lembrar que, em 1957, o PIB de Gana era maior do que o PIB da Coreia do Sul. Hoje, o PIB de Gana é apenas 50 vezes menor.

Outra coisa, a Coreia do Sul, como os japoneses já tinham visto, não tem recursos naturais, os recursos naturais ficam na parte norte. E a Coreia do Sul cresce a taxas realmente muito razoáveis, tendo em conta a base, e eu acho que cresceria mais se não tivesse que gastar tanto dinheiro em defesa, porque a ameaça do norte está sempre presente.

Eu tenho a felicidade de ter na família três ex-Embaixadores do Brasil na Coreia. Eu gostaria de dar uma nota pessoal. O primeiro Embaixador da família na Coreia apresentou credenciais em 1974 e, antes de partir para o posto, foi recebido pelo General Geisel, que lhe disse: "Embaixador, o senhor está indo para um governo ditatorial", o que era verdade, "com imprensa totalmente controlada", o que era verdade, "mas, agora, quando o senhor ler nos jornais que o Brasil se abriu à imigração coreana, vá lá e desminta, porque não é verdade". Mesmo assim, 60 mil coreanos se estabeleceram no Brasil a partir de 1963. Isso cria um vínculo afetivo extraordinário. Eu gosto de frisar isso, porque, nos meus 44 anos de carreira, eu servi pelo menos 17 anos na Europa e vi que os europeus não têm muito orgulho dos seus antepassados que emigraram, porque, para eles, é uma página negra na história deles. Pelo menos eu não vejo isso na Coreia, que é muito grata a esses braços abertos que o Brasil lhe estendeu em 1963.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só uma observação.

Em São Paulo, na capital, há uma forte presença da comunidade coreana. Hoje, o bairro do Bom Retiro tem um comércio coreano – era um bairro de comércio judaico, mas hoje é um comércio coreano. Curioso. São restaurantes coreanos, hotéis coreanos. É uma presença muito forte, uma colônia muito ativa com os filhos da segunda ou da terceira geração ingressando nas universidades, sempre nos primeiros lugares nos vestibulares mais difíceis. E perfeitamente integrados na nossa vida brasileira.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Sem dúvida.

Eu acho que o Itamaraty ainda não tem um descendente de coreanos entre seus quadros, mas certamente terá...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vai chegar lá.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Vai chegar, vai chegar.

São 60 mil.

Em 1974, onze anos depois do início da imigração coreana, eu fui a Manaus e me dei conta de que todo comércio de eletrônicos estava nas mãos de coreanos, que, a essa altura, mal falavam direito português.

Eu queria também falar um pouco – se me permitirem, não sei se estou no tempo – da Presidente Park Geun-hye, que é filha daquele ditador ao qual meu tio apresentou credenciais em 1974. Eu acho que essa senhora é notável por um motivo, que é, a meu ver, essencial: o pai e a mãe dela foram assassinados a tiros por motivos políticos, e ela não desistiu de ser política. Para mim, é a vitória da esperança sobre a experiência. Essa senhora veio aqui no ano passado e teve uma excelente visita.

Além de termos com a Coreia essa relação comercial que eu acho um pouco desequilibrada, nós temos na Coreia um parceiro extraordinário do programa Ciência sem Fronteiras. Aí eu também gostaria de prestar uma homenagem aos 550 brasileiros que foram a Coreia por obra e graça desse programa. Esses 550 – agora são 73 – merecem a nossa homenagem, porque, realmente, não é fácil enfrentar uma língua tão exótica quanto a coreana, costumes tão distantes dos nossos, a geografia também. O que me impressiona nesses 550 bolsistas é que eles estão com o mapa do século XXI na cabeça. Isso é muito importante.

Eu não sei se continuo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Podemos abrir. Vários Senadores já se inscreveram para questioná-lo. Então, eu acho que podemos abrir a palavra aos Senadores.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Pois não. Estou às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos fazer por blocos de três. Então, o primeiro é o Senador Anastasia. Depois, Ana Amélia e Lasier. Ricardo Ferraço também.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Aloysio; Srªs e Srs. Senadores, eminente Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra. É um prazer ter a honra de participar da sabatina de V. Exª.

Sr. Presidente, me permita, antes de iniciar o meu pronunciamento, fazer aqui uma saudação especial à presença entre nós, nesta manhã, no plenário da Comissão, da jornalista Janice Santos, esposa do nosso Senador Lasier, que visita o Senado desde ontem. Ela é uma figura reconhecida no Rio Grande do Sul pela sua dedicação ao jornalismo e, de fato, extremamente simpática. Ela me recebeu em sua residência, há alguns meses, com muita fidalguia. Então, quero cumprimentá-la e saudar o Senador Lasier por ter nos dado a oportunidade de revê-la.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª elegante como sempre. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eminente Embaixador Serra, primeiro, antes dos meus questionamentos, queria cumprimentá-lo pelo exercício do seu posto em Singapura. V. Exª realizou na Embaixada de Singapura um belíssimo trabalho na medida em que teve, portanto, uma experiência já daquilo que é o chamado um grande tigre asiático e vai agora para aquele que, talvez, como V. Exª bem coloca na sua exposição, é um exemplo vivo de um país que deu certo, que saiu de uma situação de guerra, de miséria, de uma luta fratricida para uma situação invejosa em várias nações. O fato de pertencer a esse seletíssimo clube de sete nações, que V. Exª mencionava, isso por si só demonstra os acertos da sociedade sul-coreana ao longo das últimas décadas, de maneira até muito rápida.

E, mais do que isso, V. Exª apontou, para a nossa tristeza, a pauta de exportações do Brasil vis-à-vis, o que nós importamos da Coreia do Sul. Ou seja, exportamos milho, café, minério talvez, e importamos equipamentos eletrônicos, televisão, telefone, celulares, que estão aqui pela mesa de todos nós, ou seja, altíssima tecnologia. Agregar valor aos produtos é o grande desafio do Brasil na medida em que, ao contrário da Coreia do Sul, temos todos os insumos aqui no nosso País. O que nos falta é exatamente a capacidade gerencial e governamental – porque temos tecnologia e capacidade intelectual – de realizarmos um planejamento adequado para avançarmos, como fez a Coreia do Sul, calcada não só na educação, onde eles apresentam indicadores extraordinários, mas também na associação muito positiva entre o poder público e o setor privado, como também Singapura, que V. Exª bem conhece e que demonstra de modo cabal a excelência desse procedimento.

A indagação que faço a V. Exª, que demonstrou conhecimento pleno do país a que vai, pela experiência e até por tradição, como diz aqui, pelos laços familiares – faço também outro breve parêntese, se me permite, para saudar o seu antecessor no posto, o Embaixador Fujita, que me recebeu tão bem em Seul há alguns anos; soube que está adoentado e lamento por isso –, é porque me parece que seu desafio maior será exatamente permitir ao Brasil obter conhecimento e formas para nos inspirarmos no modelo coreano, quer em educação, quer em tecnologia. V. Exª comentava a questão dos nossos estudantes. Quando estive em Seul, estive com vários estudantes de Minas Gerais, meu Estado, que estavam encantados, de fato, com o modelo educacional coreano, encantados e espantados com o rigor, com a dedicação, com o estilo completamente diferente do que aquele a que estavam acostumados aqui no Brasil. V. Exª terá de fazer uma ponte viva.

E digo sempre, nesta Comissão, Sr. Embaixador, que nós do Brasil devemos nos inspirar nesses modelos exitosos. Não podemos ficar tão somente vinculados a nações que têm demonstrado ao mundo exemplos ao contrário: exemplos de decadência, exemplos de deficiência econômica, exemplos ideológicos que caminham tão somente para uma situação de bancarrota. Ao contrário, devemos nos inspirar naqueles que vão bem, naqueles que apresentam ao mundo soluções tão positivas, como foi o caso da Coreia do Sul e também de Singapura, que V. Exª bem conhece.

Então, a indagação é esta: como conseguir isso? Como V. Exª poderá nos ajudar a que o Brasil se inspire, e inspire bem, no modelo tão exitoso como foi o da Coreia do Sul?

Parabéns! Tenho certeza de que será muito exitosa a sua missão em Seul.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, depois dessa aula do Prof. Anastasia, vou ficar como uma simples Senadora aqui do Rio Grande.

O senhor fez uma referência sobre a relação comercial e econômica Brasil-Coreia do Sul, falando que o produto de maior relevância é o milho.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – É, no mês de janeiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No mês de janeiro.

Eu queria saber se a Coreia tem alguma resistência a produto modificado geneticamente, se esse produto é para industrialização, se ela tem uma sobretaxa – a China, quando importa soja *in natura*, não tem nenhuma sobretaxa, mas se importa óleo de soja ou farelo tem uma tarifação para importação –, se há uma diferenciação de tratamento tributário em relação à produção.

Surpreende-me também que o Brasil tenha, na área da aviação comercial e militar, produtos que o mundo hoje está comprando. Os Estados Unidos são o maior comprador de aviões Tucano, por exemplo. Então, a Coreia do Sul, os países asiáticos têm uma política própria para isso, têm uma indústria mais focada nesses setores e, por isso, não entramos nesse mercado? Qual é o eventual... Tem alguma resistência, tem alguma coisa?

Saiu no final do ano passado uma notícia de que haveria uma união de mercados asiáticos: a China, o Japão e a Coreia do Sul, seria um grande bloco econômico. Isso pode mudar a geopolítica econômica em relação a blocos? Porque eles teriam, digamos, um poder muito grande. A China, fábrica do mundo; a Coreia, fábrica do mundo. Então, como fica isso?

O senhor fez uma referência muito interessante a essa questão da influência, do valor que eles dão, por exemplo, a terem uma colônia coreana no Brasil. A mesma coisa com o Japão. Então, Burajiru, que é como se chama os japoneses quando se trata do nosso País... Eles dizem que o maior número de japoneses fora do Japão está no Brasil, em São Paulo, mas há japoneses no Rio Grande do Sul. E uma universidade do Rio Grande do Sul, a Unisinos, em sua área de línguas, está ensinando coreano, ensina coreano para os alunos interessados em uma parceria com o King Sejong Institute, que é da Coreia do Sul. Então, já há uma relação no Rio Grande do Sul com essas instituições na área de tecnologia da informação especialmente.

São as questões que eu gostaria de falar.

Também tive a oportunidade de conhecer Seul em uma visita como jornalista quando o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso fez um périplo começando pelo Canadá, Vancouver, quando estava a Bombardier em uma disputa comercial com a Embraer. E fomos visitar a zona desmilitarizada em Pyongyang, o que era uma coisa muito interessante. Foi, talvez, das mais inesquecíveis visitas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E virou uma zona de preservação ambiental, porque não se faz nada lá, a floresta retomou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nada se faz. Só ficam se olhando, ficando olhando uns para os outros, mas é uma experiência interessante aquela visita.

Então, parabéns aos senhores e sucesso nesse desafio profissional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

A minha primeira palavra é de congratulações ao Embaixador Luís Fernando Serra pela designação para uma nação fascinante, conforme a definição do nosso Presidente Aloysio no início da sabatina. E congratulações também ao Itamaraty por saber quem envia para países dessa qualidade.

Nós temos recebido aqui, Embaixador, diplomatas que vão para postos de sacrifício, países sem passado, pobreza no presente, pouca perspectiva no futuro. E V. Exª vai para aquele país que é um verdadeiro paraíso no ramo educacional para nossa inveja. Naturalmente que é por méritos que o senhor vai para lá.

V. Exª já desfiou aí uma série de fatores da grandeza da Coreia do Sul. Eu andei pesquisando hoje de manhã: 50 milhões de habitantes; no IDH, é a 12ª nação do mundo – nós estamos em torno da 60º lugar por aí –; 98% da população é alfabetizada; os estudantes lá têm 220 dias de ano letivo; é o primeiro país do mundo a equipar todas as escolas com internet banda larga; 80% das crianças e adolescentes sul-coreanos passam ao menos dez horas estudando por dia, o que, desde logo, já explica a diferença, o abismo entre a Coreia e o Brasil; 97% dos alunos concluem o ensino médio; 60% dos cidadãos sul-coreanos entre 25 e 34 anos cursam ou cursaram universidade.

Então, Embaixador Luís Fernando Serra, eu tenho uma única pergunta. Deixando de lado o potencial econômico, comercial, industrial, é um país que espalhou pelo mundo seus produtos não só eletroeletrônicos, mas altas tecnologias. As nossas ruas estão recheadas de automóveis coreanos de alta qualidade, as prateleiras dos nossos *shoppings*, lotadas de produtos. Há, inclusive, um televisor anunciado hoje como o melhor do mundo, e veio de lá. E tudo isso porque, na área educacional, a Coreia do Sul cresceu tanto. Então, quando sabemos que a maior parte dos nossos embaixadores tratam prioritariamente das relações comerciais, eu queria saber de que modo V. Exª poderá contribuir com o Brasil, com as lições dadas pela Coreia do Sul. Como eles fazem?

Em parte, nós sabemos. Outro dia, li uma reportagem num jornal, de um repórter enviado especial à Coreia, para saber por que eles evoluíram tanto no ramo educacional. Esse repórter mencionava três fatores: primeiro, a destinação de verbas, 7% da receita coreana vão para o ensino básico; segundo, a remuneração e o respeito que lá se tem pelos professores – transformando em verba brasileira, o salário mínimo do professor coreano é em torno de R$4mil, podendo chegar ao teto de R$14 mil, no ensino básico –; e, como terceiro fator, a intensa participação nas comunidades escolares dos pais dos alunos, o que se explica também pelo alto grau de conhecimento, de cultura, de aprendizado dos pais, o que não temos aqui no Brasil. Então, é a isso que queremos chegar. Queremos chegar lá.

Então, V. Exª terá tempo e condições de nos transmitir essas lições coreanas para o aproveitamento no Brasil, principalmente o sistema de gestão? Nós gastamos muito dinheiro, mas desperdiçado por falta de gestão do Governo brasileiro. Então, V. Exª poderá nos transmitir, através do Itamaraty e da imprensa, aquelas lições, aquele aprendizado, aquele conhecimento, de tal modo que o nosso grande Embaixador brasileiro na Coreia não se limite apenas à relação comercial, o que também não é próprio? Outros embaixadores contribuem muito na área cultural, ainda mais nesta época do programa Ciência sem Fronteiras. Quem sabe lá melhorando o convênio e fazendo com que mais universitários brasileiros saiam daqui, indo para lá aprender e voltem para cá! E que não aconteça, como atualmente tem acontecido: o programa permite a ida de estudantes para os Estados Unidos, Canadá, Alemanha, ou outro país, mas eles ficam lá e não voltam. Há muito estudante brasileiro debandando do Brasil por ver pouca perspectiva. Então, com a garantia de que o estudante brasileiro que for para a Coreia volte para cá.

Perdoe-me o alongamento da pergunta, mas o meu questionamento se situa na área educacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria lembrar à Comissão que existe um projeto de resolução de autoria do Senador Flexa Ribeiro, criando o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul. Creio que essas visitas parlamentares seriam muito úteis para nosso melhor conhecimento daquilo que ocorre na Coreia do Sul, inclusive para respostas a questões-chave como essa que o Senador Lasier formula. E o Relator é o Senador Valdir Raupp, que deu parecer favorável. Hoje, S. Exª não pôde estar presente, pois tinha já um compromisso no seu Estado, de modo que vou, se concordarem, submeter também à votação extrapauta a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul.

Embaixador, por favor.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que os três Senadores que formularam perguntas têm algo em comum: a preocupação com a educação. Essa é a preocupação que teve, desde sempre, o governo da Coreia do Sul. Evidentemente, na educação existem as verbas, existe a ênfase que o Estado atribui a esse quesito e é claro que a educação foi a chave da transformação do país no que ele é. Eu vivo isso em Singapura e posso dizer que o fenômeno é a mesma coisa: é investir em capital humano. No caso de Singapura, nem agricultura há. Até a água é importada. No caso da Coreia, pelo menos arroz eles cultivam.

A educação foi fundamental nesse processo todo, mas não foi somente pelo fato de que o governo destinou 7% das receitas. A educação foi fundamental porque eles deram ênfase ao ensino – digamos – científico. Os garotos de cinco, seis ou sete anos, na Coreia, estão aprendendo nanotecnologia, obrigatoriamente.

Outra coisa é aquilo a que se referiu o Senador Lasier. O Senador Lasier usou uma expressão que, em Singapura e na Coreia, é até branda. O Senador Lasier falou em participação familiar. Lá se fala em pressão familiar. As mães voltam para a escola para poder ensinar ou corrigir os deveres dos filhos. Em Singapura, eu dou um exemplo: a nossa Embaixada fica em um prédio de 28 andares. Cada andar tem 1.200m, mais ou menos. Há dez anos, um professor resolveu alugar uma salinha para aulas de reforço. Hoje são dois andares. Outro detalhe interessante: todas as crianças usam óculos. Ler computador dá nisso. A diferença é esta: educação, carga horária intensíssima. A minha filha, em Berlim, tinha como melhor amiga uma coreaninha que voltava para casa às 19h. Depois da escola, ela tinha quatro ou cinco aulas de reforço ou de qualquer coisa que ela não aprendesse na escola, como por exemplo, coreano. Então, a criança realmente é submetida a isso. Tudo isso é premiado. Eu sinto isso em Singapura e a mesma coisa na Coreia. A meritocracia, que no caso de Singapura até substituiu canhestramente a democracia, premia justamente aqueles que vão bem na escola, e a triagem é em uma idade muito precoce. Aos 11 anos, a criança é direcionada, de acordo com seu rendimento escolar, para o ensino técnico ou para universidades. Então, não se brinca com educação.

E, claro, a agregação de valor é fruto disso. Ninguém agrega valor se não tiver conhecimento. O conhecimento é isso: é passar de uma economia de mão de obra intensiva para uma economia de capital intensivo, para uma economia de tecnologia intensiva e para uma economia de inovação intensiva. Eles já estão na quarta fase.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E ciência e tecnologia, investir em ciência básica e tecnologia também.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Não é?

A Senadora Ana Amélia falou também dos acordos comerciais. É muito interessante verificar, como eu disse, que a Coreia é o único país que tem acordos comerciais com estes três gigantes: Japão, União Europeia e Estados Unidos. Mas eu sinto, na Coreia do Sul, uma certa facilidade que é dada pela tradição cultural. Por exemplo, eles podem assinar um acordo comercial com o Japão, e assinaram. Mas basta o governo dizer "compre coreano" que ninguém compra um carro japonês. Não estão fechados, tecnicamente, ao carro japonês, mas ninguém compra.

Eu estive na Coreia há dez anos e não vi um carro japonês para testemunhar a existência de exportação japonesa de carros. Com essa cultura, o coreano não está contradizendo as regras da OMC, mas, ao mesmo tempo, não está realmente importando nada, pelo menos do Japão.

Outro fator preponderante na transformação do país nessa fábrica do mundo foi até algo que nós temos em comum: a siderúrgica. O curioso é que, em 1969 ou no comecinho dos anos 1970, a Coreia não tinha uma só siderúrgica. O Presidente Park, pai da atual, que era um ditador...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que sucedeu a um outro ditador.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – ... e que sucedeu a um outro ditador, o Presidente Park, que tinha cursado escola no Japão, conseguiu um empréstimo japonês, porque as organizações de Bretton Woods negaram crédito para essa primeira siderúrgica da Coreia. Então, a industrialização começa como começou a nossa, mas com alguns anos de atraso em relação à nossa. A nossa CSN é dos anos 1940, a deles é dos anos 1970.

E existe uma coisa que eles chamam de *chaebols*, que são os conglomerados. Eu acho que algum intelectual precisaria estudar por que a indústria naval brasileira, que nasceu nos mesmos anos da indústria naval coreana, não deu certo, quando a indústria coreana hoje arrasou com todas as demais indústrias navais, pelo menos as europeias. Hoje em dia, não se faz um navio na Noruega, na Alemanha, na Holanda, porque são imbatíveis os preços que se praticam na Coreia. Eu acho que uma das explicações para isso é que os grandes conglomerados coreanos foram direcionados para as exportações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E o Estado também entrou fortemente...

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – O Estado entrou fortemente já na siderúrgica e, depois, na facilitação e formação desses grandes conglomerados.

Agora, como eu lhe disse, eu não sei, mas me dá a impressão de que o Brasil confiou demais no potencial de seu mercado interno. É claro que, quando se consideram 200 milhões do mercado interno contra os 50 milhões da Coreia, nós nos sentimos em vantagem, mas, quando a globalização chega e abre as portas do mundo, os 200 milhões contra 7 bilhões são nada. Então, eles já saíram na frente antes da globalização, porque o mercado deles era ridiculamente pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E pobre, na época.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – E pobre, sem poder aquisitivo nenhum. Então, eles saíram na frente. A indústria naval deles prospera a olhos vistos, e a nossa...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Enfim, a nossa afundou nos 1970 e 1980 e foi ressuscitada depois com a política do conteúdo nacional.

Por exemplo, eu, sendo Embaixador em Singapura, sei que os dois principais estaleiros de Singapura se estabeleceram aqui. Já os estaleiros coreanos relutaram, porque a Coreia tem a preocupação em dar emprego à sua turma. Já Singapura tem um problema de espaço e não poderia atender às demandas da Petrobras, por exemplo, se fabricasse as plataformas em Singapura. Então, realmente, para ela, foi uma situação ganha-ganha.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Não sei se fiquei devendo alguma...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Haverá outras questões ainda. Há uma questão tributária que, talvez, depois, o senhor possa responder, que a Senadora Ana Amélia levantou, mas vamos rodar.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Sobre a questão tributária, é evidente que os impostos que incidem sobre milho e outros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Produtos industrializados.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Sem dúvida, porque, se a gente exportou US$52 milhões em milho, e só US$400 mil em óleo de milho, há um problema tributário aí; há uma barreira tributária a meu ver.

No caso da União Europeia, não é nem tributário, é proibição mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Bem; obrigado, Embaixador.

Vamos agora à nova sequência: Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Ricardo Ferraço, Senador Flexa Ribeiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, procurarei ser breve, até para ser colaborativa. Temos uma sessão importante do Congresso Nacional em seguida e ainda uma pauta para votação. Mas eu fiz questão de manter minha inscrição para cumprimentar o Embaixador Luís Fernando Serra e dizer que, por tudo o que ouvi aqui, V. Sª tem muito respeito e admiração de um conjunto importante de Parlamentares. Espero que tenha muito sucesso nessa nova batalha.

E, apesar do tamanho pequeno da Coreia do Sul, os dados são impressionantes. Eu também já tive a oportunidade de ir, há muito tempo, há alguns anos, àquele País e ver o grau de desenvolvimento. E, na época, Senador Aloysio Nunes, o que me chamou atenção foi que, nos canteiros da cidade, uma cidade muito grande, uma metrópole, eles plantavam coisas; em tudo que é espaço, eles plantam coisas. E a gente, com tanta terra, nem no nosso quintal a gente planta. Mas isso também é fruto da cultura, da educação. Acho que é importante.

E eu vivo lá no Amazonas, na Zona Franca. V. Sª tem razão, quando diz que grande parte das indústrias lá são coreanas, assim como de duas rodas no Brasil também. E a percepção que a gente tem é que eles estão aqui no Brasil para produzir a um preço mais barato. Não há um vínculo entre nós e eles; não há um comprometimento; não há um projeto de desenvolvimento comum. Utilizam a mão de obra, o nosso mercado, para produzir mais barato, e vender. E acho que tem que começar a mudar essa...

Vejam, eles são um país que se industrializou. E nós estamos fazendo o caminho inverso, estamos nos desindustrializando. Tínhamos um quarto do nosso PIB de produtos industrializados, há três, quatro décadas; hoje, não temos 10%.

E o aprofundamento de parcerias com países mais desenvolvidos, no caso, com a Coreia, do ponto de vista tecnológico, seria importante, porque a gente até tem as tais leis da inovação. Nós temos uma lei de informática no Brasil, que vale para o mundo inteiro, e tem que aplicar... Enfim, uma avaliação mais concreta do que foi feito.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que poderíamos nos sentar com empresas coreanas e ver qual foi o fruto dessa relação deles para conosco, ao invés de ficarmos no geral.

Então, acho que V. Sª tem um grande desafio pela frente. Desejo que colha bons frutos, Embaixador!

Obrigada, Presidente.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Sem dúvida!

Posso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só um minuto, por favor.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – O. k.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Ricardo Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (S/Partido - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, meu caro Embaixador Luís Fernando Serra, a quem eu tenho o prazer de cumprimentar. Na linha do que fez o Senador Antonio Anastasia, gostaria também de dar aqui, Sr. Presidente, o testemunho da exitosa jornada do Embaixador Serra à frente da missão diplomática do nosso País em Singapura, um país que, nos últimos anos, a meu juízo, entrou definitivamente no radar das boas relações com o nosso País.

E quero crer que muito desse resultado é produto e esforço da nossa a diplomacia, dos excepcionais trabalhos, não apenas o Embaixador Serra, mas também os embaixadores que o antecederam, à frente da missão diplomática em Singapura, um país que salta aos olhos, no sentido positivo, pelos excepcionais resultados que têm produzido a sua sociedade, a sua população, não apenas no fluxo comercial, mas também na captação de investimentos singapuranos em nosso País.

Fruto da fronteira, sobretudo, do petróleo e do gás, nós conseguimos atrair para o nosso País, nos últimos anos, dois importantes estaleiros singapuranos, que são ponta de linha tecnológica em todo o País: o estaleiro Jurong e o estaleiro Keppel, duas das mais importantes empresas e conglomerados do arranjo econômico da exploração do petróleo e gás. Investimentos muito importantes também são realizados no Brasil, em razão da presença firme e definitiva dos fundos soberanos de Singapura: tanto o Temasek como o GIC. Evidentemente poderiam realizar muito mais investimentos se o Brasil fosse um país mais amigável, mais acolhedor nessa relação com Singapura.

Assim, entro direto num tema que continua na pauta das relações do Brasil com Singapura. A meu juízo, continua o Brasil se equivocando quando mantém Singapura na chamada *black list* dos países que são considerados paraísos fiscais. Sr. Presidente, nenhum país civilizado do mundo considera Singapura paraíso fiscal. No Brasil, Singapura é paraíso fiscal. A OCDE, os Estados Unidos, todos consideram Singapura um país que trabalha com elevados indicadores de transparência na sua contabilidade, assim por diante. Contudo, o Brasil

continua insistindo nessa tese, o que afasta, o que inibe, intimida, por assim dizer, a expansão e os investimentos de Singapura em nosso País.

Isso salta aos olhos, porque nós somos um país que necessita de investimentos. Não faz sentido, não consigo entender a razão. Essa pauta é uma pauta permanente. Eu tenho testemunho dos esforços que o Itamaraty tem feito, através do seu corpo diplomático, para que o Ministério da Fazenda, para que a Receita Federal possam evoluir na direção de fazer aquilo que o mundo já faz com Singapura. Eu sei que essa é uma agenda importante que o nosso Embaixador Serra tratou em Singapura e continua presente em nossa pauta.

Evidentemente, neste momento, todos nós estamos muito preocupados, Presidente, porque tivemos a capacidade de atrair esses dois grandes estaleiros para o nosso País, um deles, inclusive, no Estado do Espírito Santo. Eu tive uma modesta e humilde participação na atração desse importante investimento, que veio para o Brasil para prestar serviços à Sete Brasil.

Na semana em curso, essas duas grandes empresas lançaram, em suas contabilidades, em seus balanços, perdas em função da situação pré-falimentar que vive a Sete Brasil, que é produto e resultado desse ambiente equivocado de intervenção, de aparelhamento, de politicagem à frente de coisas absolutamente complexas e sofisticadas.

Esses estaleiros se estabeleceram no Brasil para fornecer serviço para a Sete Brasil. À medida em que a Sete Brasil está passando pelos problemas por que está passando, inclusive sendo alvo da Operação Lava Jato, essas empresas, que foram atraídas com grande esforço diplomático do Estado brasileiro e dos nossos Estados, estão vivendo um momento de muita incerteza.

Eu faço esse registro, porque não é possível que nós tenhamos aqui o indicado para a missão diplomática na Coreia do Sul sem fazer esses registros da trajetória das nossas relações com Singapura. Todavia, eu dou testemunho do trabalho exitoso da equipe do Embaixador Serra, à frente da nossa chancelaria.

Com relação à Coreia do Sul, Sr. Presidente, eu queria indagar ao nosso Embaixador, um dos mais competentes e qualificados quadros da diplomacia brasileira, a respeito da expectativa de um acordo da Coreia do Sul com o Mercosul. Há sinais de interesse comum nessa direção. Qual é o estado da arte dessa aliança da Coreia do Sul com o Mercosul e como o Itamaraty está identificando as possibilidades também de a Coreia do Sul fazer aliança com a Parceria Transpacífica, com a Aliança do Pacífico, que acaba sendo concorrente efetivo dessa possível perspectiva de uma aliança com a Coreia do Sul?

Aqui, encerrando, Sr. Presidente, o fluxo de negócios com a Coreia do Sul dá a dimensão de como o nosso País está submetido, pelos equívocos da política econômica, industrial e comercial externa do Governo brasileiro.

Veja, na nossa pauta de exportações para a Coreia, 90% são produtos primários, são *commodities*. Na linha inversa, 94% daquilo que a Coreia exporta para o nosso País são produtos com elevado valor agregado. Isso dá a dimensão exata de como nós estamos diante de uma situação absolutamente incerta, resultado de todos os equívocos que nós discutimos e debatemos aqui, nesta Comissão, nos últimos anos: do isolamento, das alianças comerciais que o nosso País deixou de fazer para que nós pudéssemos, inclusive, ter, no mercado externo, nas exportações, uma forte ferramenta para nos ajudar a sair desta situação de colapso em que o nosso Brasil se encontra em função da crise fiscal, que o Governo brasileiro insiste em afirmar que não existe, apesar das evidências todas que nós estamos vivendo.

Então, são essas minhas avaliações. No mais, meus cumprimentos muito efetivos ao Embaixador Serra, que foi exitoso em Singapura e que, seguramente, vai dar uma extraordinária contribuição ao nosso País, chefiando a missão diplomática do Brasil na Coreia do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

Senador Flexa, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Aloysio Nunes, Sr. Embaixador Luís Fernando Serra, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiramente, quero desejar sucesso a V. Sª, Sr. Embaixador, na nova missão de representação do nosso País na Coreia do Sul. O currículo de V. Sª já dá a todos nós a certeza da continuidade do competente trabalho que fará na nova missão na Coreia.

De tudo que já foi dito pelos Senadores que me antecederam, eu quero apenas me ater à questão que eu acho que é fundamental – e terá que ser – para que o Brasil possa chegar a ocupar posição de destaque em nível mundial: a educação, a inovação, a tecnologia.

Eu lembro que, em 95, eu estava Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará e assumiu o Governo do Estado o Governador Almir Gabriel, que colocou o Pará no rumo, deu ao Pará um projeto de Estado a partir daí. E ele, naquela altura, pediu que nós fizéssemos uma missão internacional a algum país que tivesse as características do nosso Estado. E identificamos a Malásia, que, em 95, já era tida como um tigre asiático,

cujo desenvolvimento econômico foi feito em cima das culturas do nosso Estado: borracha, dendê, cacau e pimenta-do-reino. Exatamente aquilo que nós tínhamos no Estado do Pará.

Fomos em missão, juntamente com o Governador Almir Gabriel, e passamos umas três semanas percorrendo a Malásia como um todo. E vimos, àquela altura, que ela já havia passado da fase do agronegócio e já estava na área da tecnologia, já era, naquele momento, o maior produtor de *chip* do mundo. Fomos também a Singapura, que, 35 ou 40 anos antes de 1995, havia sido entregue pela Malásia, que não queria ficar com Singapura, porque era um peso. Ou seja: 35 ou 40 anos depois, Singapura já era um dos maiores mercados financeiros reconhecidos do mundo. Imaginem os avanços que tiveram!

Então, V. Sª, com a experiência de Singapura, vai à Coreia agora representar o Brasil. E a Coreia é outro exemplo exitoso.

Lamentavelmente, no nosso País, há um nivelamento por baixo. Em vez de melhorar a qualidade da educação, o Governo busca diminuir a exigência para o acesso do cidadão, do aluno, como se isso fosse resolver o problema. Não vai resolver. Nós vamos continuar malhando em ferro frio.

V. Sª colocou – e eu tenho dados – que o programa Ciência sem Fronteiras tinha 550 brasileiros e fez uma referência – não sei se eu não entendi certo – de que hoje são só 73. É um absurdo um negócio desses, Presidente, Senador Aloysio! Um programa importante como o Ciência sem Fronteiras, na hora de o Governo fazer o corte nos gastos, em vez de cortar no cartão corporativo, nos gastos que não são importantes, corta num programa como esse, reduzindo o número de bolsas.

Eu fico feliz com a sua indicação e tenho certeza de que V. Sª vai poder estreitar os laços comerciais, fazendo com que o Brasil participe não só como exportador de matérias-primas, de insumos básicos, mas que também possa recepcionar novas tecnologias e, assim, possamos agregar valor a nossos produtos.

Eu fico feliz, e quero agradecer ao Presidente, Senador Aloysio, porque, no momento em que vamos aprovar a indicação de V. Sª como Embaixador na Coreia, nós possamos aprovar a criação do bloco parlamentar, o Bloco de Amizade Brasil-Coreia do Sul, que é importante para que possamos fazer a diplomacia parlamentar, trocando experiências. E com V. Sª na representação do nosso País lá, nós vamos ter, com certeza, o apoio necessário.

Parabéns e que Deus o abençoe na nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu já me inscrevo como membro do grupo, assim que ele for aprovado, sob a Presidência de V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Fernando Bezerra também.

Meus amigos, faltam ainda dois Senadores. Eu acho que podemos, a partir desses dois, já darmos a palavra ao Embaixador.

Então, vou conceder a palavra ao Senador Fernando Bezerra e, depois, ao Senador Cristovam Buarque, e encerramos a rodada de intervenções, ainda porque temos algumas deliberações pela frente.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra, quero cumprimentá-lo pela sua exposição e desejar-lhe sucesso. Percebo, pelas manifestações aqui dos colegas, que V. Sª será merecedor da aprovação para representar o Brasil nessa importante missão diplomática do nosso Itamaraty.

Pelo material que me foi passado pela minha assessoria, duas questões me chamaram a atenção e eu gostaria de endereçar essas minhas indagações a V. Sª.

No primeiro trimestre de 2015, a Coreia sofreu uma nova e grave contração da demanda doméstica. O material que li diz que isso se deve muito ao surto de Síndrome Respiratória do Oriente Médio. Assim, eu gostaria de saber – se V. Sª tem as informações – o quão grave é esse surto que represente uma repercussão, do ponto de vista econômico, tão importante.

A segunda questão que eu gostaria também de endereçar a V. Sª é sobre a grande aposta da Coreia do Sul numa proposta denominada inovação econômica, no âmbito do plano de três anos, que foi lançada pela Presidente Park, com o propósito de revitalizar as indústrias criativas, como forma de permitir a retomada econômica. Nas palavras da Presidente, "a economia criativa que buscamos construir nos próximos três anos formará a base do crescimento econômico da Coreia para os próximos 30 anos". Os analistas dizem que isso pode significar o segundo milagre do Rio Han.

Então, eu queria saber se poderíamos receber, aqui na Comissão, mais informações, mais detalhes sobre esse plano de três anos, sobre essa proposta de inovação econômica, porque isso pode ser inspiração para a situação econômica em que nós nos encontramos. A Coreia também está vivendo também um momento de baixo crescimento e está, mais uma vez, apostando na economia da inovação.

Finalmente, como Embaixador brasileiro na Coreia, eu gostaria de reforçar algo que o Senador Ricardo Ferraço já falou, e acho que deveria ser uma preocupação de V. Exª na gestão da nossa Embaixada. A indústria naval brasileira, de fato, experimenta um momento muito difícil, em função da situação da Petrobras.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas é fato, pelo menos na minha compreensão, que essa indústria foi reconstruída. Ela foi retomada. A partir da política de conteúdo nacional, nós tivemos importantes investimentos em diversos Estados brasileiros: no Espírito Santo – o Senador Ricardo Ferraço já falou –, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, e no meu Estado, Pernambuco, com a implantação de dois importantes estaleiros.

V. Exª falou aqui sobre a experiência dos conglomerados coreanos. Era importante que a gente pudesse entender melhor qual papel o Estado coreano desempenha – digamos assim – junto a esses conglomerados e sobretudo, de forma particular, na indústria naval. A indústria naval brasileira chegou a empregar, até o ano passado, mais de 70 mil pessoas. Ela está hoje em crise, mas ela pode ser retomada, até porque a produção de petróleo na área do pré-sal deverá, depois do ano 2025, ultrapassar 4 milhões de barris de petróleo. Nós vamos continuar precisando de sondas, de navios, de equipamentos de apoio para as estações de perfuração. Portanto, essa indústria naval brasileira é vital. Eu imagino que a parceria com a Coreia é também muito importante no sentido de atrair a possibilidade de investimento coreano nesses estaleiros brasileiros e formar parceria, para que a gente não perca o bonde da história. A Coreia criou e formou uma indústria naval para atender ao mundo. Nós não temos nem essa pretensão. Nós queremos uma indústria naval que possa atender às necessidades internas do desenvolvimento brasileiro, e precisamos, portanto, estreitar essa relação.

Portanto, fica só uma sugestão, de que durante a gestão de V. Exª possa haver a possibilidade de um intercâmbio e de uma aproximação maior da indústria naval coreana, que é um sucesso, que é um exemplo para o mundo, com a indústria naval brasileira, no sentido de ela se reencontrar e retomar suas atividades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

V. Exª mencionou a importância da inovação na estratégia de desenvolvimento. A esse respeito, eu sugeriria a leitura de um artigo interessante do Prof. Rogério Cerqueira Leite, na *Folha de S.Paulo* de hoje, na página 3. Está aqui o nosso Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, Senador Cristovam Buarque. Esse artigo mostra a redução – em um momento em que nós precisaríamos realmente investir muito nessa área – no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e nos programas de apoio à ciência e à tecnologia. Sem ciência básica e ciência aplicada, não há possibilidade de termos uma economia que dê saltos importantes na sua produtividade. É importante que vejamos: o Governo não fica bem, mas o Congresso tampouco fica bem, uma vez que cortes orçamentários foram aprovados pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária deste ano.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, para encerrar a sabatina com fecho de ouro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, ao enviar o Embaixador Serra para a Coreia do Sul, a Presidente da República está fazendo um gesto interessante. Lá em cima, na Coreia do Norte, há uma dinastia de presidentes. Lá a gente vai ter uma dinastia de embaixadores: é o terceiro Serra que vai para lá. Mas é uma dinastia por mérito, conquistado ali naqueles difíceis bancos do Instituto Rio Branco, começando pelo ingresso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Alguns adversários políticos do Senador Serra, quando viram aqui o Serra sabatinado, imaginaram que fosse o José Serra, e queriam mandá-lo para a Coreia do Norte! Alguns poucos adversários políticos do Senador Serra. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O problema é que se mandarem o Serra para a Coreia do Norte ele vai conquistar aquilo tudo. Vai se eleger Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade. Ele põe aquilo para andar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas voltando, tirando esse lado, é bom ver que nós temos, mais uma vez, o Governo respeitando a carreira e mandando um Embaixador do calibre do Embaixador Serra.

Eu fiquei impressionado com a fala do Senador Ricardo Ferraço, com a expressão "ambiente equivocado do Brasil", eu gostei disso. É mais do que uma ou outra medida. Estamos num ambiente equivocado, Embaixador.

E aí eu queria – não sei se o tempo de uma sabatina é suficiente – tentar explorar o seu conhecimento sobre o ambiente correto da Coreia do Sul, o antônimo de equivocado, acertado? O que caracteriza esse ambiente acertado, que faz com que um país, depois de uma guerra civil das mais graves – senão a mais grave – do século, depois de se dividir na metade, em 40 anos, sai da metade da renda *per capita* do Brasil para o dobro da renda *per capita* do Brasil?

Nós, que trabalhamos com educação, costumamos colocar o eixo na educação. E, sem dúvida, foi um vetor fundamental. Mas, além da educação, que outros vetores criaram esse ambiente favorável, até para saber se algum desses ambientes têm alguma conotação cultural dos cinco mil anos de história? E aí não temos como disputar, ou nós temos condições de, com a nossa cultura, nossa maneira de ver o mundo, de fazer as coisas, sermos mais capazes de criar esse ambiente?

Obviamente, eu gostaria muito de ouvir o setor específico da educação. O que é que fizeram? Mas isso é menos importante para mim neste momento. O mais importante é o conjunto da obra desses 40 anos. Nem se pode dizer que foi uma democracia sólida, não podemos dizer porque tivemos interrupções terríveis; não se pode dizer que são recursos naturais abundantes, não, não podemos dizer, sabendo que a ciência tem um papel em tudo isso.

Aliás, essa semana, Senador Aloysio, tivemos uma audiência formidável na Comissão de Ciência e Tecnologia, provocada pelo Senador Lasier Martins, sobre pesquisas aeroespaciais brasileiras. Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois é, eu infelizmente tinha outro compromisso naquela hora. E é realmente...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos ter um livrinho, o Senador Lasier Martins vai preparar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ah! Ótimo! Muito bem!

Esse tema, inclusive, já foi objeto de tratamento desta Comissão. No ano passado, esta Comissão se dedicou ao estudo da política industrial de defesa. E é um capítulo todo sobre a indústria espacial.

Desculpe a interrupção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bom.

E o que a gente viu ali é a quantidade de países na nossa frente: a própria Coreia do Norte, o Paquistão, o Irã, para não falar nos grandes, China, nem mesmo em Israel, que é um país pequeno, mas grande.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Índia começou o programa espacial dela ao mesmo tempo em que o nosso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ao mesmo tempo em que o nosso. E Argentina está hoje na nossa frente, reconhecida pelos que vieram.

Ali eu tive vontade, Senador Aloysio, mas não falei. Eu estava vendo gente falando em propelente, que é o combustível, e a gente aqui falando em repelente de *Aedes aegypti* – eles estão falando em propelente, para mandar um foguete à Marte, e a gente em repelente, para afastar *Aedes*! (*Risos.*)

É uma tragédia!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A China está fazendo... Desculpe, Senador, hoje foi anunciada a mais alta e maior torre de sensoriamento satelital aeroespacial, para tentar identificar e encontrar outros planetas e habitantes de outros planetas. É um investimento de alguns bilhões de dólares.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pois é. Então, qual é o ambiente?

E, finalmente, uma pergunta mais política e talvez – não vou dizer mais prosaica, porque pode ser complicada, e não sei até que ponto o Embaixador vai querer entrar nisso, e eu acho que aqui ele tem que ter liberdade, senão a gente vai ter fechar, de novo, como se fazia antigamente nos debates... Mas a nossa relação com a Coreia do Norte afeta de alguma maneira negativamente a relação com a Coreia do Sul? Essa é uma preocupação que tenho, embora eu defenda que tenhamos relações com a Coreia do Norte. Mas eu me pergunto: isso gera alguns anticorpos, dificulta criar reações contrárias ou é tido como algo natural?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem, agora para encerrar, então, vamos dar a palavra ao...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador, se puder ser muito sucinto, porque eu já tinha encerrado as inscrições quando V. Exª chegou. Muito sucinto por favor, porque temos muitas deliberações pela frente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Com certeza, serei o mais breve possível, mas não posso deixar de falar sobre a Coreia do Sul.

Eu quero dizer, Luís Serra, que você, que vai estar à frente da nossa Embaixada, num país importante e de grande desenvolvimento tecnológico, e o Brasil com todo esse atraso tecnológico e com a falta de investimento em setores essenciais.

Eu, por exemplo, fiquei estarrecido, porque fiz um grande acordo na CMO (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização) para colocar R$20 bilhões, nos quatro anos do PPA, para investir em energias alternativas, principalmente a solar, que foi vetado pela Presidência de República. Eu, inclusive, já tive a oportunidade, como Vice-Líder do Governo, de reclamar lá dentro, porque nós vamos trabalhar aqui para quebrar esse veto. É um absurdo.

Então, enquanto a China, que está pertinho de vocês ali na Coreia, vai investir 6GW de energia solar alternativa nesses próximos cinco anos, o Brasil, 3GW, por quê? Porque veta um tipo de investimento como esse. Em Belo Monte, gastamos R$40 bilhões para fazer toda aquela crise ambiental, toda essa situação. Tudo bem que energia hidráulica é energia barata, acaba ficando mais barata energia hidráulica do que energia solar, mas, se não investirmos na energia solar alternativa, o preço não vai abaixar, que foi o que aconteceu com a eólica.

Então, eu queria ver como é que, lá na Coreia, o senhor pode ajudar na questão do desenvolvimento tecnológico nessas áreas tão importantes para nós aqui no Brasil, com relação aos inversores, com relação às placas, para que nós possamos, de fato, colaborar com o empresariado da Coreia nessa questão?

Um último detalhe: eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo. Nós sabemos que os coreanos adoram viajar, adoram passear. Eu não pude ver aqui no histórico como é que está o fluxo turístico, mas como é que podemos, mesmo com essa situação toda, agora com a zika para nos prejudicar, incrementar e melhorar esse potencial turístico imenso que temos no nosso País, na relação com a Coreia.

Obrigado, Senador Aloysio, pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Com a palavra o Embaixador.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar pela primeira intervenção da Senadora Vanessa, que me disse que teve que sair. A pergunta que ela formulou foi sobre a desindustrialização. É claro que é um grave problema pelo qual o Brasil passa, mas seria pior ainda se os investimentos coreanos não tivessem vindo para cá, para, enfim, ser aplicados em montadoras de veículos.

O problema, nesse caso, creio eu que seja o seguinte: estamos hoje com um déficit de US$2,2 bilhões na nossa balança comercial, porque importamos muitas autopeças coreanas, isso tudo, no âmbito do Inovar-Auto Quanto ao Inovar-Auto, fiquei sabendo que há uma segunda fase, na qual as montadoras não vão ter que apenas montar, mas forjar peças na própria fábrica. Eu acho que essa política está certa e poderá mudar um pouco esse rumo das coisas, porque, como está, fica realmente complicado nós importarmos US$2 bilhões em autopeças por ano e não termos a capacidade de fabricá-las no futuro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós tínhamos. Acabou a indústria de autopeças brasileira.

Tínhamos sim.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Mas eu achei também que foi um grande progresso dos coreanos, que eu conheci, na Zona Franca de Manaus, como lojistas. Hoje eles estão na Zona Franca de Manaus fabricando objetos de alto valor agregado, quer dizer, a contribuição coreana eu acho muito válida.

Em relação ao Senador Ferraço, eu queria dizer que, em relação ao acordo de livre comércio, a Coreia apenas sinalizou interesse. No momento, não há nenhum estudo, todos terão de ser feitos sobre se o momento é adequado ou não para começarem as tratativas.

A Coreia está com uma relação comercial com o Brasil muito desequilibrada, ou seja, nós exportamos milho, que deve pagar 3% de impostos, e importamos autopeças, que devem pagar acima de 100%, quer dizer, equalizar isso vai ser um problema para as finanças do Brasil, eu tenho impressão, mas evidentemente nós temos que fazer mais acordos comerciais, e eu sou sempre a favor deles.

Sendo Embaixador do Brasil em Singapura, sempre pressionei para que se começasse a tratar do acordo de livre comércio Brasil-Singapura, ou Mercosul-Singapura, ou Mercosul-Asean. Estou esperando.

Em relação ao que disse o Senador Flexa, educação, evidentemente, fundamental. A base econômica da Malásia – eu nunca fui embaixador na Malásia, mas moro ao lado e sei realmente – começou pelo acúmulo de riquezas com culturas que saíram do Brasil: borracha, dendê, pimenta-do-reino e cacau. No entanto, acho que é uma bela oportunidade para nós, vinda da Malásia, porque a Malásia tem uma lei ambiental muito rígida que diz que metade da cobertura vegetal original tem que ser preservada. Eles já chegaram a 46%, então, eles não podem continuar desmatando para plantar dendezeiro.

Aí vem, então, algo que aprendi já bastante velho quando eu era embaixador em Gana, na África: importamos US$500 milhões em óleo de palma daquela região – da Indonésia e da Malásia –; e perguntei uma vez a um grande industrial do Ceará, Sr. Dias Branco, por que isso? Por que a gente não usava o dendê da Bahia para fazer margarina? Por que esse óleo de palma importado para fazer margarina? E ele me disse que tinha que ser adicionada tal quantidade de químicos que tornava mais barato importar o óleo de palma da Malásia e da Indonésia do que aproveitar o óleo de palma do sul da Bahia ou do Pará.

Eu acho que, ali, a questão é a seguinte: bati muito lá em Singapura para convencer os malasianos e os indonésios a investir no Brasil na plantação de coqueiro de dendê. A Embrapa fez um levantamento das terras segundo o qual o Pará é o que tem as melhores para esse tipo de cultura. E eu dizia sempre a esses exportadores de óleo de palma da Indonésia e da Malásia que, realmente, se eles se implantassem no Brasil, eles acabariam com a concorrência de outros países sofrida por eles, porque eles cortariam 45 dias de frete – porque é um peso. Mas, enfim, até hoje, eles sempre alegaram que as terras eram muito caras no Brasil – isso era quando o dólar estava cotado a R$1,55, e eu espero que com o dólar a R$4,00, eles empolguem-se e realmente venham para o Brasil para plantar aquilo que eles estão vendendo sem problema nenhum. Quer dizer, eles sabem que há um mercado de US$500 milhões, pelo menos, em termos de óleo de palma.

A educação é fundamental, e eu não vou aqui me alongar muito, mas eu só quero dizer que só a educação explica um país como Singapura, um país que importa água, petróleo e todos os alimentos – porque é uma cidade-estado e, então, ou tem praça ou tem prédio e não tem agricultura. É um país que, em 50 anos, centuplicou a renda *per capita* da sua população, que passou, então, de US$600, em 1965, a US$60 mil. E, em termos de PIB, multiplicou, nesse mesmo período, por trezentos. Quer dizer, hoje, Singapura tem um PIB de US$ 300 bilhões contra US$1 bilhão em 1965. Sem água. E eu não digo petróleo, eu não digo... Singapura importa água, petróleo, comida e tem US$60 mil de renda *per capita* graças à educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Permita-me só dizer: sem água para beber, mas usando as águas profundas que os seus portos permitiram, não é?

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Sem dúvida.

Eles falam em quatro torneiras, Senador. Uma das torneiras vem da Malásia, a outra é a reciclagem da água, outra é a dessalinização e a quarta torneira seria, digamos, a retenção de água de chuva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas é o que estou falando, eles souberam aproveitar os portos com as águas do mar para embarcações. Ou seja, é...

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Sem dúvida, sem dúvida.

Bom, isso eles devem aos ingleses. O fundador de Singapura chegou em 1819 e viu que Singapura tinha, além de estar na jugular do mundo, porque já era jugular do mundo naquele momento, uma baía de águas profundas, um porto natural e um rio, o Rio Singapura, fornecendo água potável.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Lá se instalaram e desativaram praticamente tudo o mais que eles tinham na região.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Durante a guerra, os japoneses, depois de terem batido os americanos lá Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, em fevereiro de 1942, tomaram....

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foram na jugular.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – .... tomaram Singapura na pior derrota do império britânico. Singapura caiu em sete dias.

Bem, o Senador Fernando Bezerra falou da...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Embaixador, V. Exª tem toda razão com relação à questão do óleo de palma, que é o dendê.

Não é a questão do custo da produção, o problema é a barreira ambiental. O Pará pode se tornar o maior produtor de óleo de palma do mundo – o Brasil através do Pará –, só usando áreas antropizadas. Não precisa derrubar uma árvore só, só o que já está aberto. E, como V. Exª colocou, é o clima definido como o mais propício para isso. Somos, hoje, os maiores produtores, já passamos a Bahia longe.

Mas, nessa viagem que fizemos, um grupo de empresários da Malásia veio em seguida para se instalar no Pará. Lamentavelmente, eles entraram no Brasil por Brasília, Senador Serra, e, à época, o Ministro do Meio Ambiente disse ao Ministro dos produtos primários – não lembro qual o ministério, mas que tratava desta ques-

tão – "se vocês vieram para se instalar na Amazônia para tirar dendê podem esquecer porque não farão isso". E até hoje conseguimos ter lá uns 200 mil hectares plantados, podíamos ter – a Malásia tem dois milhões e meio – podíamos ter mais de quatro milhões plantados. Mas vamos chegar lá, com certeza absoluta.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Sem dúvida.

E eu acho que a Vale já está mostrando esse caminho porque está com 60 mil hectares...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dos 200.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Dos 200, 60 mil são da Vale, justamente para alimentar as locomotivas da estrada de ferro Carajás-Ponta da Pedra.

Voltando à pergunta do Senador Fernando Bezerra sobre demanda doméstica, realmente, a demanda doméstica foi afetada por essa doença da síndrome da SARS. Mas há um problema de endividamento dos lares lá que é bastante grave. E um outro problema que afeta um pouco a Coreia neste momento é a desaceleração da economia chinesa.

A Coreia é, hoje em dia, o segundo maior exportador para a China, depois dos Estados Unidos, superou o Japão. E qualquer desaceleração na contração da economia chinesa está afetando a Coreia.

Isso, Senadores, eu acho que é o único efeito colateral positivo que vejo na desaceleração da economia chinesa porque a Coreia começou a olhar para outros lugares. E aí nós temos uma chance. Ela percebeu que estava muito dependente da China e começou a, realmente, tentar diversificar. Isso é bom para o Brasil e, como eles disseram anteriormente, há pouco, realmente, é o único lado positivo que vejo nessa contração que está sofrendo a economia chinesa.

Sobre a indústria naval, eu soube que temos uma indústria naval que corre o sério risco de ter muitos problemas de novo.

É uma indústria naval que não consegue competir com outras. Os produtos estão saindo 60% mais caros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Barbaridade, 60%...

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – É o que eu ouvi.

Então, é um conjunto de fatores: é a produtividade que não é altíssima; são as leis trabalhistas que são muito rígidas; são as taxações, enfim o fato é que muita gente teme que, quando terminarem as encomendas da Petrobras, não haja o que vender, porque o mundo está comprando 60% mais barato.

Temos de olhar para isso. Realmente eu, como Embaixador, posso fazer pouco.

Os conglomerados. Os conglomerados realmente se formaram ao mesmo tempo em que nós também tentávamos fazer a mesma coisa com a política do General Geisel. Eu acho que a grande diferença é que eles já estavam olhando para o mundo como se fosse o mercado doméstico, e nós fizemos todas as reservas de mercado e acabamos nos fixando no mercado interno.

Ora, aí também temos de considerar um fator que já mencionei anteriormente: a Coreia não precisa realmente ter uma barreira legal para defender o seu mercado doméstico, porque a turma é tão conscientizada de que eles estão sobrevivendo entre dois gigantes, que basta dizer: "Compre coreano" que ninguém compra outra coisa. Então a reserva é quase verbal e não legal, e a OMC, por exemplo, não pode fazer nada contra.

Eu espero que essa situação da nossa indústria naval não leve a uma segunda morte, porque já morreu. Antes da política de conteúdo nacional, nós sabemos que ela morreu.

Agora, outra coisa que ouvi dizer é que há muitos atores, muitos estaleiros. E aí a escala fica comprometida. Eu não estou querendo dizer com isso que os estaleiros tenham que ser fechados, mas talvez um processo de fusão ajude, porque, na Coreia, eu só ouço falar em Hyundai. Quer dizer, a Hyundai produz para o mundo inteiro e, no Brasil, há dez estaleiros produzindo para o Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nem Samsung?

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Samsung é mais eletrônico, mas Hyundai é um conglomerado tão absurdo que o logo deles é do *chip* ao *ship,* quer dizer do *chip* ao navio. Entre o *chip* e o navio, eles fazem tudo.

O Senador Cristovam Buarque perguntou pelo ambiente correto. Eu acho que a cultura incide muito, porque, nessas horas, temos de valorizar o grande Confúcio com seus três vetores:

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – ...paciência, disciplina e sabedoria, cada uma interagindo e reforçando-se para chegar à iluminação. É complicado, esse fator nós não temos, mas eu sinto, na Ásia, que quem está com Confúcio está na frente. A gente vê que os países islâmicos da Ásia não estão no mesmo patamar; não estão no mesmo patamar. Perdoe-me, Senador Flexa, mas sua querida Malásia não está no mesmo nível da Coreia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque não segue Confúcio.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Mas tem grande potencial evidentemente, tem terras férteis e tem uma sociedade bem organizada.

Senador Hélio José, eu acho que o forte da Coreia do Sul é energia nuclear e eólica mais do que a solar.

Estou sabendo que a China, com seus novos painéis solares, barateou de tal forma o produto que acho que ninguém mais consegue competir com ela.

Em matéria de turismo – outra pergunta que V. Exª me fez –, acho que nós, no Itamaraty e no Brasil, perdemos um grande instrumento que foi a Varig. Não temos uma companhia que voe para Seul, assim como não temos uma companhia brasileira que voe para Lisboa. É mole? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Há uma associação da TAP com a Azul.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está lá, mista, está indo.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Não, a Azul comprou a TAP.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Uma parte.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Uma parte, o que é uma excelente notícia, porque a TAP existe porque voa paro o Brasil. Ela voa para 12 destinos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E voa para Belém, voa para Recife, voa para Porto Alegre, voa para Brasília, voa para o Rio Grande do Norte e Recife.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – São 12 cidades brasileiras servidas. Não sei se tem alguma...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Belo Horizonte também, como me lembra o Senador Anastasia.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – É, eu soube que são 12 cidades brasileiras servidas pela TAP com não sei quantos voos semanais. É espetacular! É por isso que a TAP tinha que ser brasileira. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Aloysio, um grupo americano comprou parte da Azul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É a globalização, meu caro amigo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu tenho um projeto para abrir o capital estrangeiro para a aviação. O Governo não deixa andar. Daqui a pouco, ele vai fazer uma medida provisória mandando para cá, como fez para a Saúde. O projeto era nosso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem. Encerrada, assim...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Então, não há voo direto de Seul para o Brasil? Não tem?

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Tem voo de Seul para São Paulo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Ah, direto para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, é uma companhia aérea excelente.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Pela Korean Air, que é uma excelente companhia. É claro que o turismo seria incrementado se houvesse a reciprocidade, porque quem voa para cá nos autoriza a voar para lá.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com certeza.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Com a Varig isso era possível. A nossa querida Varig, quando o Itamaraty ou o Planalto pedia que ela voasse para algum lugar, ela fazia esse esforço e voava.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agora, o senhor tocou em uma corda sensível dos Senadores gaúchos. É bom não prosseguirmos neste assunto, porque, senão, não vamos retomar a audiência pública. (*Risos.*)

Embaixador, vamos passar agora... Falta um Senador, o Senador Benedito de Lira, que vai votar neste momento. Em seguida, vamos abrir o painel, onde o senhor vai ver com apreensão... Imagino que o senhor esteja aí esperando o resultado da deliberação com o coração na mão, mas eu posso assegurar que o senhor foi muito bem na sabatina.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como ele falou muito no Confúcio, nas lições do Confúcio, eu acho que ele está muito zen, zen demais... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como os senhores sabem, há uma norma anacrônica na própria Constituição que determina que toda sessão, não apenas esta, seja secreta. O Senador Anastasia já apresentou uma proposta de emenda à Constituição que aguarda o momento de ser votada. De modo que, se a Comissão concordar, vamos fazer dessa norma letra morta, porque já caiu em desuso, essa é que é a verdade. Vamos abrir...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, depois do celular...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, caiu em desuso, não tem cabimento. (*Pausa.*)

Então, está confirmada a indicação do Embaixador Serra, por unanimidade desta Comissão.

O Secretário é o Senador Hélio José.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Senador, eu queria agradecer penhoradamente esta confiança que este Colegiado depositou em meu nome. Eu queria também dizer que é uma feliz coincidência, para mim, muito pessoal e muito feliz, que, quando o Senador Ferraço esteve em Singapura, saiu de lá com a ideia, que eu lhe sugeri, de criar um comitê bilateral Brasil-Singapura. E agora vejo que foi criada a comissão bilateral...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Será criada logo mais...

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Será criada logo mais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ..., se houver um acordo oficial.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – São instrumentos muito eficazes que complementam aquela ação do Executivo, e, nos dias atuais, realmente, sem essa adição de valores e de núcleos de atuação, a diplomacia pode muito pouco.

Muito obrigado. Realmente, fico sensibilizado. Espero que esse resultado se repita no plenário. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não tenho dúvida.

Peço aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário da Comissão porque temos algumas deliberações pela frente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Luís, sucesso. E nos ajude a desenvolver energia alternativa neste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Srs. Senadores, o item 1, Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2012, dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias.

O Relator, Senador Valdir Raupp, pediu que esse item fosse retirado de pauta.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2012
- Não terminativo -

Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias.

Autoria: Deputado Sandes Júnior
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta.
Observações:
A matéria vai à CCJ, em decisão terminativa.)

O item 2 pode ensejar alguma polêmica entre o Relator, Senador Eduardo Amorim, e o autor, Senador Ricardo Ferraço. Como ambos precisaram se ausentar, eu vou deixar, então, para submeter à Comissão em outra oportunidade.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, de 2015
- Não terminativo -

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 199 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispensar da aprovação do Congresso Nacional tratados que disponham sobre troca de informações com Estados estrangeiros.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela rejeição
Observações:
Em 21/10/2015, a CCJ aprovou relatório favorável do relator Senador Randolfe Rodrigues.)

O item 3 é um projeto de lei de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que foi apresentado numa recente reunião de Líderes com o Presidente do Senado como uma das prioridades da Bancada do PT para enfrentamento a crise. É o projeto de lei que garante às mulheres o direito de opção para o serviço militar. Como a Relatora, Senadora Lídice da Mata, pediu a retirada de pauta, pois ainda está ultimando o seu parecer, em consonância com o Ministério da Defesa, nós vamos, então, atendendo à Relatora, retirá-lo de pauta.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2015
- Terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação com 3 (três) emendas que apresenta.
Observações:
Em 17/06/2015, a CDH aprovou relatório favorável, relator Senador Paulo Paim.
Em 05 e 12/11/2015, a matéria constou na pauta da 41ª e 43ª Reuniões, respectivamente, da Comissão.)
Depois, nós temos um projeto de resolução de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2015
- Não terminativo -

Altera a alínea "d" da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, que trata dos requisitos para apreciação das indicações a chefes de missão diplomática de caráter permanente, acrescentando necessidade de apresentação de relatório de gestão do último posto desempenhado.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação com 2 emendas que apresenta.
Observações:
1 - Em 05/11/2015, a matéria constou na pauta da 41ª Reunião da Comissão.
2 - Em 08/12/2015, o Relator, Senador Antônio Anastasia, apresentou novo relatório.
3 - Em 17/02/2016, o Relator, Senador Antônio Anastasia, apresentou novo relatório.

O Senador Antonio Anastasia é o Relator e apresenta um relatório pela aprovação, com duas emendas. É um projeto de resolução que trata dos requisitos para apreciação das indicações de chefes de missão diplomática de caráter permanente, acrescentando a necessidade de apresentação de um relatório de gestão do último posto desempenhado.

O Senador Anastasia, depois de um diálogo com o Ministério de Relações Exteriores, especialmente com o secretário-geral, apresenta duas emendas. Se V. Exª concordar, vamos tomar conhecimento do seu relatório e, depois, deliberar sobre ele.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Farei de maneira bastante sucinta.

Eu gostaria de reafirmar, em primeiro lugar, que se trata de projeto de resolução do Senador Ferraço, que, na realidade, altera uma resolução do Senado para dar a esta Comissão mais insumos na sabatina e na aprovação dos nomes dos chefes de missões diplomáticas, que é nossa competência.

Na proposta do Senador Ferraço, havia a pretensão de se colocarem alguns documentos, em relação ao indicado, pertinentes ao último posto por ele exercido, e não se mencionava se seria chefe ou não. Nessas tratativas que V. Exª aborda, das conversas que tive não só com o Relator, mas também com o Ministério das Relações Exteriores, com V. Exª e com a assessoria, nós chegamos aqui ao novo modelo e confirmamos aquilo que já se transformou em uma prática: que seja a apresentação, pelo Itamaraty, de um relato do posto para o qual o indicado está indo feito pelo antigo, por aquele que estava em exercício.

Modificamos o texto apresentado pelo Senador Ferraço, de modo que o novo indicado, desde que tenha sido chefe, ou seja, embaixador titular de uma missão diplomática no exterior, traga também o relatório

da sua gestão, demonstrando o que fez, sem mais documentos. Um relatório de gestão completo que permitirá, portanto, a esta Comissão conhecimento mais pormenorizado daquele indicado e do trabalho que ele fez. Resumem-se a isso, portanto, as sugestões que estamos fazendo.

O parecer conclui, portanto, pela aprovação da resolução apresentada pelo Senador Ferraço, com essas duas alterações. Todos os requisitos formais foram cumpridos pela resolução.

É o relatório que submeto aos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. E com a concordância do autor da proposição, como V. Exª acaba de ler. Isso só valoriza o procedimento das sabatinas efetuadas nesta Comissão.

Está em discussão a matéria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem sucintamente, Presidente, quero dizer que acho louvável a emenda, porque, se submetemos os diplomatas à nossa sabatina, é justo e adequado que saibamos o que fizeram quando estiveram lá e nos tragam notícias.

Acho uma excelente iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem. Aliás, hoje mesmo se mencionou muito a atividade do Embaixador Serra no seu posto anterior, como Embaixador em Cingapura.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro item é um relatório da Senadora Ana Amélia pela transformação de uma indicação, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, a respeito da independência da República Árabe Saharauí Democrática, Saara Ocidental, como Estado soberano.

ITEM 5
INDICAÇÃO Nº 3, de 2015
- Não terminativo -

Sugestão, nos termos do Arts. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, de adoção de medidas relativas ao reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática (Saara Ocidental) como Estado detentor de Direito legítimo à soberania e à autodeterminação; ao estabelecimento de relações diplomáticas; à instituição de processo contínuo de ajuda humanitária aos refugiados; à concessão à MINURSO de competência para tratar de Direitos Humanos na área ocupada; e à instalação de Escritório de Representação no País.

Autoria: Senador João Capiberibe
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela transformação da Indicação n° 3, de 2015, em Requerimento de Informações ao Ministro de Estado das
Relações Exteriores.
Observações:
Em 12/11/2015, lido o relatório pela Senadora "Ad hoc" Senadora Ana Amélia. É concedida vista coletiva.
Em 03/12/2015, a matéria constou na pauta da 46° Reunião da Comissão.

A Senadora Ana Amélia já apresentou um parecer em que transforma essa indicação em requerimento a ser endereço ao Ministério das Relações Exteriores.

Esse relatório já foi lido. Vamos apenas submetê-lo à discussão e, depois, à votação.

Os Senadores que quiserem discutir, está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não há quem queira discutir, o assunto é pacífico. Está encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6.

O Senador Valdir Raupp é Relator de um acórdão do TCU.

ITEM 6
AVISO Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão n° 2252/2015 - TCU - Plenário, referida a deliberação acompanhada dos respectivos Relatórios e Votos, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança do conjunto políticas públicas para o fortalecimento da faixa. TC-014.387/2014-0.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, encaminhada a esse colegiado apenas para conhecimento, no intuito de subsidiar futura discussão de proposta legislativa para definição de uma Política Nacional de Fronteiras, nada mais há a acrescentar ao presente Relatório.
Observações:
Em 03/12/2015, a matéria constou da pauta da 46ª Reunião da Comissão.

O Senador Valdir Raupp apenas propõe que seja dado conhecimento, a todos os Senadores, deste acórdão e o seu arquivamento, uma vez que não há, no âmbito desta Comissão, nenhuma providência sugerida.

Não há ninguém designado. Então, será Relatora a Senadora Ana Amélia, que cuida desse assunto com muita competência.

Se quiser deixar a deliberação para a próxima semana também, Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De fato, é um relatório... Penso que essas deliberações do Tribunal de Contas deveriam, eventualmente, trazer o ministro aqui para falar sobre essas questões, que, na verdade, são uma espécie de auditoria do que acontece, das deficiências, o que pode ajudar, inclusive, o próprio Ministério das Relações Exteriores a agilizar procedimentos, burocracias, e também há escassez de recursos em todas elas, o que foi até mencionado na sabatina do nosso Embaixador Serra.

Esse relatório é do conhecimento de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E é melhor deliberarmos na próxima semana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, eu prefiro que seja feito assim, e o próprio Senador Raupp...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, essa é uma posição comum, sua e minha, nas diferentes Comissões, quando recebemos relatório do TCU.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O TCU... Acho que temos que olhar...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Valorizar esse relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ..., que valorizar esse relatório, porque já podemos ver que há muito conteúdo para que o apreciemos adequadamente.

Então, concordo com V. Exª.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos apreciá-lo na próxima semana.

Passamos ao item 7.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 222, combinado com o art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovada manifestação de apoio à participação da República da China (Taiwan), como observador geral na 39ª Assembleia Geral e Técnica da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI-ICAO), que ocorrerá em setembro de 2016, na cidade de Montreal, Canadá.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Está em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, está em votação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovado.

Passamos ao item 8, um requerimento da Senadora Ana Amélia.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a tratar de acordo comercial com outros países, com base nos acordos bilaterais realizados recentemente pelo governo brasileiro, entre os quais o relativo ao Acordo de Livre Comércio firmado entre Brasil e Uruguai no dia 09 de dezembro de 2015, que entrou em vigor em janeiro de 2016.

Para tanto sugiro sejam convidados:

• Sr. Mauro Vieira – Ministro de Estado das Relações Exteriores;

• Sr. Armando Monteiro – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o

• Sr. Luiz Moan – Presidente da ANFAVEA (Associação das Fabricantes de Veículos);

• Sr. Paulo Roberto Rodrigues Butori – Presidente dos Presidente dos Conselhos de Administração e Superior (Sindipeças - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores);

• Sr. Alarico Assumpção Jr. - Presidente dos Conselhos Deliberativo e Diretor da FENABRAVE (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Sei que na Argentina já existe, em relação a alguns pontos, alguma controvérsia, especialmente no acordo automotivo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 11, um requerimento do Senador Tasso Jereissati.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com amparo no art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam avaliadas por esta Comissão as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior, e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Esse é o requerimento do Senador Tasso Jereissati, que havia apresentado um primeiro requerimento, mas, depois, apresentou este segundo, que vou agora submeter à deliberação, em que define, com mais precisão, o objeto da sua proposição.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu designarei o Relator oportunamente, em consonância com o Senador Jereissati.

Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Presidente da Comissão de Política Exterior, Soberania e Integração da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, Deputado Luis Florido, para debater a situação política e econômica na Venezuela.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, vamos aprovar o requerimento. E já marcamos agora, então... Em princípio, acertamos com o Deputado Florido seu comparecimento na próxima reunião ordinária.

Bem, temos, agora, então, extrapauta, o projeto Brasil-Coreia. Item 12.

ITEM 12
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 53, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

Estando ausente o Senador Raupp, designo para relatar a matéria o Senador ou a Senadora... Quem já estava... Quem quer...

Anastasia, por favor, V. Exª tem a palavra.

Depois, teremos o da Argentina.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Posso ler o relatório, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Trata-se do relatório do Senador Valdir Raupp do projeto de resolução que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul.

Em todo o relato, sob o ponto de vista formal, há o atendimento pleno às exigências regimentais.

Na análise, o relatório demonstra a relevância das relações entre o Brasil e a Coreia do Sul, o que nós vimos aqui, de modo cabal, pela sabatina a que acabamos de assistir para aprovação do novo Embaixador, demonstra interesses que temos de empresas coreanas no Brasil e empresas brasileiras na Coreia e a participação em investimentos expressivos, o que demonstra, de modo claro, que essa participação do Grupo Parlamentar é uma iniciativa muito louvável do Senador Flexa, a quem nós cumprimentamos.

Há uma demonstração, portanto, de todos os investimentos, e a conclusão é de que esse grupo vai, na realidade, fomentar e fortalecer o relacionamento entre os membros do Congresso Nacional brasileiro e do Congresso da Coreia do Sul.

Desse modo, o parecer é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 53, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Agora, temos um projeto de resolução, de minha autoria, que propõe a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, de que a Senadora Ana Amélia é a Relatora.

ITEM 13
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero, primeiro, cumprimentar V. Exª, Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela iniciativa, que, particularmente para o Estado que eu represento aqui, o Rio Grande do Sul, que tem uma fronteira muito viva com a Argentina, tem um significado muito especial e muito particular para nós gaúchos.

Eu queria também aproveitar a oportunidade para agradecer ao Embaixador João Carlos de Souza Gomes, porque, nesta Comissão... E aí também V. Exª teve um papel muito importante ao encaminhar ao Gabinete Civil da Presidência da República uma queixa que eu havia apresentado, porque há dois anos o Gabinete Civil não havia liberado uma homologação de um acordo de fronteira Brasil-Argentina, o que estava dificultando e criando muita burocracia na mobilidade das pessoas, especialmente agora no verão. Imaginem que são dois

milhões de argentinos no Brasil aproveitando as férias de verão. Foi uma bênção para este momento de crise a ação do Itamaraty e mais especificamente de V. Exª, encaminhando. Foi feita a homologação, e, então, agora, os trâmites burocráticos da Polícia Federal para conceder a identificação dos moradores na fronteira vão prosseguir normalmente.

Então, agradeço as providências do Itamaraty, mas especialmente a sua iniciativa, porque isso é fundamental. Não podemos mais imaginar que o Brasil demore, que a burocracia consuma dois anos ou mais para homologar um acordo de alta relevância nas relações internacionais do Brasil, seja com os nossos vizinhos na América Latina, seja com parceiros da Europa, da Ásia ou da América do Norte. Então, nós temos que ter, eu acho, uma agilidade maior, uma eficiência maior no campo da administração pública em benefício da diplomacia. Afinal, acabamos de ver a sabatina de um excelente diplomata, como é o caso de todos que aqui vêm, e, no entanto, a parte que é a mais simples de se fazer, que é a da burocracia, assinar papel, está demorando e comprometendo, inclusive, essa qualidade do conteúdo dos nossos diplomatas.

A iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira é a de criar o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

É claro que todas as razões, todos os dispositivos regimentais foram obedecidos, e eu vou direto à análise para simplificar e para economia regimental.

É evidente que a atuação de grupos parlamentares formalmente compostos com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais já existentes tem sido exitosa na prática parlamentar brasileira, possibilitando o conhecimento mútuo e dos respectivos Parlamentos, a troca de experiências em matéria de soluções de problemas e um aprendizado sobre os diferentes traços culturais a caracterizar cada um dos países. Nesse sentido, visto que a República Argentina enfrenta desafios econômicos e sociais muito semelhantes aos nossos, faz com que contribuições referentes ao nosso diálogo interparlamentar possam ser ainda mais importantes e relevantes.

A República Argentina é o principal sócio comercial e parceiro político do Brasil na América do Sul. Os investimentos brasileiros estão presentes em vários setores da economia argentina, como petróleo, siderurgia, mineração, bancário, automotivo, têxtil, calçadista, máquinas agrícolas e de construção civil. Tudo a ver com o nosso Rio Grande, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Diante disso, a formação do grupo parlamentar permitirá uma maior interação e integração entre membros dos poderes legislativos de ambos os países, incentivando também as boas relações bilaterais.

Então, com muita alegria e com muita honra, o voto é favorável ao projeto de Resolução nº 05 desta Comissão de Relações Exteriores, cumprimentando a iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senadora.

Está em discussão a matéria.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nesse extraordinário fluxo turístico entre Argentina, Presidente Aloysio, principalmente de lá para cá, houve um fato novo, neste ano, que foi uma intensa queixa dos argentinos com relação à poluição das águas do mar, principalmente, de Santa Catarina.

Os jornais do Sul, Presidente, divulgaram reiteradas notícias de uma debandada de argentinos, antes de findo o prazo previsto para permanência nas praias de Santa Catarina, o que se deduz que, no mínimo, metade desses dois milhões de argentinos que vieram passar o veraneio no Brasil esteve em Santa Catarina. Então, esse fato compromete um mercado turístico extraordinário pelo desleixo com as benesses que a natureza serviu ao Estado de Santa Catarina.

Eu não sei, Presidente, se não é o caso da nossa Comissão enviar um pedido de informações ao Governo de Santa Catarina, para saber quais providências estão sendo tomadas, para nós não perdermos, pois também o Rio Grande do Sul está no itinerário dos argentinos, que pernoitam pelo menos uma noite, que frequentam o comércio, que se utilizam dos restaurantes. É muita gente que vem para Santa Catarina, principalmente, para os nossos vizinhos do Estado de Santa Catarina. E muita gente saiu de lá dizendo que vai desistir, vai procurar outros lugares para o seu veraneio.

Então, é uma cogitação que eu faço, não propriamente uma formulação. Quem sabe se cabe à nossa Comissão, ou via Itamaraty, perguntar se os argentinos saíram insatisfeitos, se houve alguma queixa, ou, se for em âmbito interno, nós perguntarmos ao governo catarinense o que está sendo feito para não se perder esse turismo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Lasier, acho muito oportuno o tema que V. Exª suscita. Sugiro a V. Exª que encaminhemos ao Ministério do Meio Ambiente e também ao Ministério das Relações Exteriores requerimento de mesmo teor. Se o elaborarmos, poderemos, já na próxima reunião da Comissão, submetê-lo à votação.

Está em discussão o projeto de resolução de criação do grupo parlamentar Brasil-Argentina.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não foi dito aqui, Presidente, que são os esgotos de Santa Catarina que vêm poluindo, extraordinariamente, as praias catarinenses. Entramos de novo naquela velha discussão que vai crescer agora...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Saneamento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em razão da zika, é o problema de saneamento no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Saneamento básico, exatamente.

Muito bem.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Mesa Diretora.

O grupo constituído já tem dois membros natos, que é o Senador Lasier e a Senadora Ana Amélia. Eu também me candidato a ser membro do grupo, e o Senador Flexa Ribeiro já pode começar a cabalar os nossos votos para ser Presidente. Podemos cogitar em votar no senhor. Aliás, seria um excelente Presidente, mas tem que conversar.

Bom, o Senador Humberto Costa pretende viajar, no período de 7 a 13 de março, para representar o Senado na 39ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas, que vai acontecer na cidade de Ottawa, no Canadá. Ele comunica que estará ausente do País nesse período e apresenta requerimento nesse sentido, pedindo autorização.

REQUERIMENTO Nº 4, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 7 a 13 de março de 2016, para representar o Senado na 39ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas, a ser realizada na cidade de Ottawa, Canadá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período indicado.

Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação da matéria.

O Relator *ad hoc* é o Senador Lasier. Por favor, tem a palavra V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, V. Exª já explanou sucintamente do que se trata. E junto a esse requerimento do Senador Humberto Costa, o convite da Presidenta – aqui está escrito "Presidenta", que eu não gosto de usar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sendo um requerimento do Senador Humberto Costa, e obrigatório. (*Risos.*)

É obrigatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, tá. Então vamos respeitar a vontade do Senador Humberto Costa, identificado com a Presidenta da República.

Então vem esse convite da Presidenta da ParlAmericas, Marcela Guerra, Senadora do México. Esse Requerimento nº 4 é de licença para ir a essa reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas neste prazo, de 7 a 13, em Ottawa, no Canadá. E como essa autorização, Presidente, depende de autorização do Senado, por ter ônus para o Senado, o Relator, Senador Jorge Viana, opina pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Está aprovado.

Vamos encaminhar à Mesa Diretora.

Há mais dois extrapauta.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro nos termos do art. 90, incisos II, III e V, c/c art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Comissão para abordar o impacto da epidemia do vírus Zika a partir do Brasil na saúde global, nas relações internacionais do Brasil, no Turismo e no evento das Olimpíadas.
Convidados:
Dra. Adriana Melo - médica que identificou a associação da microcefalia com o Zika vírus;
Sr. Aldo Rebelo – Ministro da Defesa;
Sr. Carlos Arthur Nuzman - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro;
Sr. Henrique Eduardo Lyra Alves - Ministro do Turismo;
Dr. Joaquín Molina - Representante da OPAS/OMS no Brasil;
Dr. Marcelo Castro - Ministro da Saúde.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Eu já fiz alusão a este tema no início dos nossos trabalhos. É um requerimento do Senador Tasso Jereissati, que pretende que esta Comissão realize uma audiência pública para abordar o impacto da epidemia do vírus zika, a partir do Brasil, na saúde global, nas relações internacionais do Brasil, no turismo e nas Olimpíadas.

Ele sugere que sejam convidados: a Drª Adriana Melo, que é a médica que identificou a associação da microcefalia com o zika vírus – se não me engano, uma pesquisadora de Campina Grande; o Sr. Aldo Rebelo, que é o Ministro da Defesa; Carlos Arthur Nuzman, que é o Presidente do Comitê Olímpico; o Ministro do Turismo, que é o Sr. Henrique Eduardo Alves; o representante da Opas no Brasil, Joaquín Molina; e também o Ministro Marcelo Castro, da Saúde – não sei se reassumiu, deve ter reassumido, uma vez que... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... já foi eleito Líder do PMDB.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faltou cuidar do mosquito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Há quem queira discutir. V. Exª, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas ponderar o seguinte: esse tema está hoje mesmo na Comissão de Agricultura. Nós fizemos um debate mais focado sobre o combate ao mosquito, em função de que a agricultura é também vítima da infestação de pragas. Foi muito positivo. Foi lá uma técnica da Embrapa e um pesquisador da UnB. O Senado Federal, por iniciativa do Senador Lasier Martins e do Senador Ronaldo Caiado, fará uma audiência pública do Senado Federal, de toda a Casa, envolvida nesse assunto, porque ela está com esse foco de saúde pública. Eu penso que talvez, por economia de energia da Casa, já que a Comissão de Relações Exteriores tem uma agenda muito intensa, com sabatinas de embaixadores e outras coisas, que se pudesse conversar com o Senador Tasso de essa agenda entrar como parte da pauta geral do debate que vai haver no Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Eu vou então suspender a deliberação sobre esse tema para conversar com o Senador Tasso, quem sabe fazer uma audiência conjunta das comissões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Conjunta das comissões.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Adicionando à valiosa informação da Senadora Ana Amélia, Presidente, nós protocolamos esse requerimento anteontem, foi votado ontem, e o Senador Renan marcou para o dia 25 a sessão temática para nós discutirmos o zika vírus.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, mais uma razão para adiarmos a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, eu penso que seria...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O zika vírus é transmitido pela fêmea do mosquito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A "mosquita".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por isso é que alguém disse que é preciso combater a "mosquita"... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Porque é uma coisa politicamente correta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É que combater "mosquita" no Brasil não soa bem, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

Bem, há um requerimento do Senador Tasso Jereissati, de informações.

REQUERIMENTO Nº , DE 2016 - CRE

Requer, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro da Fazenda, informações referentes ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE, vinculado ao respectivo Ministério e cuja gestão está a cargo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a fim de subsidiar análises sobre o tema em questão.

Informações requeridas:

I) as atas de todas as reuniões deliberativas do Fundo de Garantia à Exportação – FGE entre 2011-2015, a fim de analisar como as garantias à exportação estão sendo feitas;

II) uma planilha resumo com todas os projetos garantidos, o valor da garantia, o tipo da garantia, local de execução do projeto, prazos, bases técnicas para a decisão da garantia, além de outras informações relevantes.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Esse é o requerimento do Senador Tasso Jereissati que eu submeto à votação.

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação (*Pausa.*)

Aprovado.

Não há mais nenhum requerimento.

Agora, vamos passar aos itens que foram incluídos extrapauta, a pedido dos Relatores.

Primeiramente, da Senadora Ana Amélia, que foi a primeira a solicitar. S. Exª é Relatora da designação do Sr. Roberto Colin.

ITEM 17
MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pronto para deliberação

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Sr. Senadores, fiquei até emocionada porque quando recebi a incumbência desta relatoria, a primeira figura que me apareceu foi Luiz Henrique da Silveira, que era um grande amigo do Embaixador Roberto Colin, grande admirador dele. Isso foi motivo suficiente para esse orgulho de fazer essa relatoria da indicação dele à República da Estônia.

Ele é catarinense, de Blumenau, e teve uma carreira brilhante, pela biografia que manda o Itamaraty, o currículo do Embaixador Roberto Colin. Entre as funções que ele desempenhou – penso que seja relevante citar: Chefe Substituto da Divisão de Privilégios e Imunidades, Primeiro Secretário e Conselheiro na Embaixada em Moscou, Chefe Substituto da Divisão de Europa II, Subchefe do Escritório de Representação em Santa Catarina, Ministro Conselheiro na Embaixada em Berlim e Embaixador em Pyongyang.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Interessante que há algo... Será uma sabatina fascinante. Foi Embaixador na Coreia do Norte. (*Falha na gravação.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esteve no governo do nosso querido e sempre lembrado Luiz Henrique como Secretário de Estado da Articulação Internacional de Santa Catarina e foi Conselheiro do Conselho Estadual de Articulação do Comércio Exterior de Santa Catarina (2003), bem como Coordenador do Conselho Estadual de Articulação do Comércio Exterior pelo mesmo Estado, Santa Catarina.

Talvez isso também mostre o quanto Santa Catarina, na gestão do Luiz Henrique, teve uma incursão internacional, não só com o Ballet Bolshoi – um projeto ambicioso fora da Rússia –, mas com outras iniciativas com grandes empreendimentos lá. Então, o faço com grande prazer.

A mensagem presidencial e a informação do Itamaraty mostram da relação Brasil/Estônia, é uma informação importante. Com o esfacelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Parlamento estoniano aprovou resolução, em 20 de agosto de 1991, por meio da qual o país readquiria sua independência e reiterava perante a comunidade internacional sua continuidade jurídica desde 1918. No ano de 2004, a Estônia é admitida na União Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Em 2011, a Estônia adota o euro.

Nesse contexto, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas plenas em 1991. Em 2011, tem início a operação da Embaixada residente em Talin, que é a capital da Estônia. Já a Embaixada da Estônia em Brasília foi oficialmente aberta em 2014. Essa nova etapa do relacionamento bilateral é marcada por visitas oficiais de alto nível.

Na esfera comercial, as trocas são muito incipientes, não chegam a US$30 milhões. As exportações brasileiras são de máquinas elétricas, armas e munições, ferramentas e cutelaria, peles e couros, preparações alimentícias, café, madeira, calçados e frutas, bem superavitária para o Brasil. Dezenove milhões é o que nós importamos da Estônia em máquinas elétricas, automóveis, instrumentos de precisão, máquinas mecânicas, plásticos, químicos orgânicos.

A comunidade de brasileiros que vive na Estônia é estimada em apenas 40 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabem outras considerações, no âmbito deste relatório, a não ser elogiar e relembrar com muito carinho a figura do nosso querido amigo Luiz Henrique, pela relação que tinha com o Embaixador Roberto Colin.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Então, nos termos regimentais é concedida vista coletiva.

O Senador Flexa pediu a inclusão extrapauta do seu relatório a respeito da indicação do Embaixador Clemente de Lima Baena Soares para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2016

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Flexa tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Aloysio, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Eu quero primeiro agradecer a V. Exª pela nossa designação para relatar a indicação do Embaixador Clemente de Lima Baena Soares para representar o nosso País na República Dominicana. E o faço também com muita alegria e emoção, porque o Embaixador Clemente Baena Soares é filho de João Clemente Baena Soares, que foi Secretário Geral da OEA por dez anos, paraense de nascimento, cuja família tem relações de amizade com a nossa família, com meu pai. E à época em que era Secretário Geral da OEA, fez questão de realizar a última reunião da OEA em Belém. Ele iria deixar a Secretaria Geral em agosto e fez em abril aquela reunião. Então, há essa relação próxima com a família Baena Soares.

Da mesma forma como disse a Senadora Ana Amélia, a indicação do Embaixador Clemente de Lima Baena Soares foi feita pelo Ministério das Relações Exteriores para que ele exerça o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

O Sr. Clemente de Lima Baena Soares nasceu no dia 20 de março de 1958, na cidade de Lisboa, Portugal; é brasileiro nos termos do art. 129, II, da Constituição de 1946. É filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1982, onde também concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1991) e o Curso de Altos Estudos (2005),

no qual defendeu a tese com o título de "O Processo legislativo e a aprovação de acordos internacionais assinados pelo Brasil".

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário, em 1983; Segundo-Secretário, em 1987; Primeiro-Secretário, em 1994; Conselheiro, em 2001; Ministro de Segunda Classe, em 2006; e Ministro de Primeira Classe, em 2012.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeiro-Secretário na Missão junto à OEA, Washington (de 1997 a 2001); Chefe da Divisão da América Meridional II (de 2005 a 2009); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paramaribo (de 2009 a 2010); Diretor do Departamento da América do Sul II (desde 2011).

É bom salientar, Srs. Senadores, que no intervalo de 2005 a 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e a República Dominicana experimentou um incremento de 12,7%. Lamentavelmente, de 2013 a 2014, o intercâmbio registrou diminuição de 21,2%. A balança comercial tem apresentado saldos positivos para o Brasil: os superávits foram de US$ 472,5 milhões em 2012; US$ 444,6 milhões em 2013; US$ 336,7 milhões em 2014.

No âmbito econômico, vale destacar que a República Dominicana se recuperou de modo rápido dos efeitos da crise financeira de 2008, tendo mantido o setor turístico aquecido. Aliás, o setor de serviços, sobretudo o turismo, responde por mais de dois terços da economia do país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, Sr. Presidente, a não ser festejar a indicação do Ministério das Relações Exteriores do Diplomata Clemente de Lima Buena Soares para o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Obrigado, Senador.

Está em discussão a matéria.

Nos termos regimentais, vista coletiva.

Finalmente, o Senador Antonio Anastasia é Relator da indicação do Sr. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia. (*Pausa.*)

Nos termos regimentais, vista coletiva.

Finalmente, o Senador Antonio Anastasia é Relator da indicação do Sr. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia.

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pronto para deliberação

Tem V. Exª a palavra, Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de mensagem presidencial encaminhada a esta Casa, como disse V. Exª, indicando o Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para exercer as funções de Embaixador do Brasil na República da Croácia.

O relatório, que terá vista coletiva, apresenta todo o perfil, o currículo e a trajetória do eminente diplomata, demonstrando a sua experiência em diversos cargos ocupados na Chancelaria, culminando com o atual como Diretor de Departamento de Organismos Internacionais desde o ano de 2013; e, da mesma forma, a sua larga experiência nas missões permanentes temporárias no exterior, que culminou recentemente com o exercício do cargo de Embaixador do Brasil no Líbano, em Beirute. Tem vários reconhecimentos por medalhas e títulos.

A chancelaria informa, ainda, a existência de instrumentos bilaterais em vigor entre o Brasil e a Croácia e, também, o registro que houve, a despeito de um crescente incremento das relações econômicas entre os dois países, um decréscimo no último ano de 2014, em razão de uma crise que atravessamos, tanto o Brasil quanto a própria Croácia.

Certamente, durante a sabatina, maiores detalhes serão aportados.

O relatório, portanto, se conclui no âmbito do que é possível aferir, neste momento, dos dados apresentados pelo Itamaraty e pelo eminente Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, indicado a ser sabatinado para as funções de Embaixador na República da Croácia.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Vista coletiva.

Srs. Senadores, não havendo mais nada a tratar eu agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Valdir Raupp, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Serra, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Assina a lista de presença o Senador José Medeiros e o Senador Ataídes Oliveira, não membros desta Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. EXTRAPAUTA – Deliberativa: ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 72, DE 2016, de autoria da Senadora Angela Portela, que "Requer, nos termos dos art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação Jurídica e Social da Mulher, da Organização das Nações Unidas – CSW/ONU, a realizar-se em Nova York, Estados Unidos, entre os dias 14 e 24 de março de 2016; e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 13 e 20 de março de 2016." O Presidente avoca a relatoria. Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 66, DE 2016, de autoria do Senador Roberto Rocha, que "Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1°, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior como representante do Senado Federal, por ocasião do convite para participar da ITB Berlin Convention 2016 (International Travel Trade Berlim), no período compreendido entre os dias 7 a 14 de março de 2016, em Berlim, Alemanha." O Presidente avoca a relatoria. Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada ao debate sobre a situação política e econômica da Venezuela. Convidado: Deputado Luis Florido, Presidente da Comissão de Política Exterior, Soberania e Integração da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela. O Presidente convida a comporem a mesa os Deputados venezuelanos Luis Florido e William Dávila e o senhor Carlos Vecchio, Coordenador do partido venezuelano Voluntad Popular. O Presidente concede a palavra aos Deputados venezuelanos Luis Florido e William Dávila para suas exposições. Usa a palavra o Senador José Serra, o Senador Cristovam Buarque e o Senador José Agripino. EXTRAPAUTA: ITEM 5) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Na forma do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos voto de solidariedade à Assembleia Nacional da Venezuela, pela aprovação da Lei de Anistia e Reconciliação Nacional." Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Seguindo as perguntas aos convidados, usam a palavra o Senador Valdir Raupp, a Senadora Ana Amélia e o Senador Antonio Anastasia. O Presidente concede a palavra aos expositores para novas considerações. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Roberto Freire e concede-lhe a palavra. O Presidente concede a palavra ao senhor Carlos Vecchio. Usa a apalavra o Senador José Medeiros. O Presidente concede a palavra ao Deputado Luis Florido. O Presidente agradece a presença dos participantes. Audiência Pública realizada. EXTRAPAUTA: ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. ITEM 6) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, que "Requeremos, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos ou do governo argentino sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do número de turistas

vindo da Argentina." Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM 7) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, que "Requeremos, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico, detalhando quais obras de saneamento básico estão previstas para as cidades litorâneas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul." Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM 8) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, que "Requeremos, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro das Cidades, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico, detalhando quais obras de saneamento básico estão previstas para as cidades litorâneas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(*) A Ata desta Reunião foi dada como lida e aprovada na Reunião realizada dia 28/04/2016.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, havendo quórum, eu declaro aberta esta reunião, que está destinada a uma audiência pública dedicada a ouvirmos convidados desta Comissão, Parlamentares venezuelanos que compõem a nova maioria eleita agora, recentemente, depois da vitória triunfal da oposição democrática na Venezuela. Eles estão a caminho, foram recebidos, agora há pouco, pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, o que é um bom sinal. E estão se encaminhando para o Senado.

Mas, antes da audiência pública, eu gostaria de submeter ao conhecimento dos senhores dois requerimentos: um da Senadora Ângela Portela e um do Senador Roberto Rocha.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 72, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação Jurídica e Social da Mulher, da Organização das Nações Unidas - CSW/ONU, a realizar-se em Nova York, Estados Unidos, entre os dias 14 e 24 de março de 2016; e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 13 e 20 de março de 2016.

Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação

Na comunicação enviada a esta Comissão, a Senadora Angela Portela informa que o objetivo da participação nessa sessão dessa Organização das Nações Unidas, conforme convite que está anexado ao processo, tem como objetivo o aprofundamento de temas que já vêm sendo tratados pelas Nações Unidas e que levam em conta a importância do trabalho desenvolvido pela Bancada feminina no Senado Federal.

No plano regimental, o pedido está perfeitamente instruído, segundo as normas do Regimento Interno, e esse pedido, uma vez aprovado por esta Comissão, será submetido à deliberação do Plenário se houver ônus para o Senado – o que é o caso.

Portanto, observada a regimentalidade, não havendo nenhum óbice de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa e registrando que a Bancada feminina do Senado guarda estreita relação com os

temas que serão debatidos nessa sessão da Comissão das Nações Unidas, eu me manifesto pela aprovação do requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O segundo requerimento é de autoria do Senador Roberto Rocha.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 66, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1°, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior como representante do Senado Federal, por ocasião do convite para participar da ITB Berlin Convention 2016 (International Travel Trade Berlim), no período compreendido entre os dias 7 a 14 de março de 2016, em Berlim, Alemanha.

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação

Essa matéria, Srs. Senadores, será ainda submetida à deliberação do Plenário. O Senador Roberto Rocha foi convidado pelo presidente da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) e pelo diretor da ITB (International Tourism Exchange), de Berlim. Ele está convidado para integrar a comitiva brasileira, ao lado de autoridades do Poder Executivo e de empresários dessa área de turismo para participar dessa feira em Berlim.

Se estivesse aqui presente o Senador Hélio José, ele poderia dissertar, com mais profundidade, sobre essa Frente Parlamentar de Turismo, que ele integra como Vice-Presidente. Mas eu creio que o pedido está suficientemente instruído, é regimental, não há nenhum óbice de natureza constitucional e legal, de modo que eu posso submetê-lo à deliberação da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nós vamos aguardar ainda alguns minutos...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Só uma observação: eu acho que, como V. Exª acompanha muito de perto a evolução política da Venezuela – e eu também, mas V. Exª mais –, eu acho que nós poderíamos, com a chegada do nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, ter informações: quando ele foi eleito, a que partido ele pertence, qual é o viés político dele; que V. Exª nos coloque mais ou menos a par do perfil do nosso convidado, para que nós possamos até nos preparar melhor para ouvi-lo e para questioná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu vou apresentar rapidamente. O Senador Cristovam Buarque talvez tenha mais elementos.

Nós vamos receber aqui o Deputado Luis Florido, Presidente da Comissão de Política Exterior, Soberania e Integração da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela.

Sua missão está cumprida, mas, ainda assim, vou pedir a V. Exª que conduza os nossos convidados ao plenário da Comissão, para que possamos iniciar a audiência pública. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, nós temos a honra de receber a visita de ilustres Parlamentares venezuelanos. São eles: o Deputado Luis Florido, Presidente da Comissão de Política Exterior, Soberania e Integração da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela; e o Deputado William Dávila, à minha esquerda, Vice-Presidente da Comissão.

O Deputado Florido pertence ao partido Voluntad Popular, o mesmo do líder oposicionista Leopoldo López; e o Deputado William Dávila é filiado ao partido Acción Democrática, um partido antigo, tradicional da Venezuela, corrente política a que pertence o Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, o Deputado Henry Ramos Allup. Na Venezuela, como sabem os colegas, o Parlamento é unicameral.

Está aqui, também ao nosso lado, o Sr. Carlos Vecchio, Assessor Político da Voluntad Popular, atualmente refugiado no exterior, uma vez que contra ele pesa uma ordem de prisão expedida pelo Governo Maduro, da mesma época em que foi decretada a prisão de Leopoldo López. Tive a ocasião de conhecê-lo já em Lima, em uma memorável reunião organizada em torno do mestre Vargas Llosa.

Está aqui conosco também o advogado Fernando Tibúrcio, ilustre advogado de Brasília, que tem sido um elo de ligação entre o Senado e a oposição democrática venezuelana, uma pessoa que se notabiliza na causa da defesa dos direitos humanos.

Esta é a primeira viagem do Deputado Luis Florido desde que assumiu suas funções. Eu fico muito feliz que ele tenha aceito o nosso convite, o convite desta Comissão, como primeiro destino das suas viagens ao exterior. Isso porque o Senado brasileiro, especialmente esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que é um pouco a correspondente da comissão que o senhor preside, vem acompanhando com muito zelo e com muita preocupação os acontecimentos na Venezuela. E aqui no Senado predomina, de uma maneira muito, muito forte, a solidariedade àqueles que lutam pela liberdade, pela democracia, pelos direitos humanos na Venezuela, como Leopoldo López, María Corina, Antonio Ledezma, Henrique Capriles e tantos outros que querem a paz, a prosperidade e o respeito à democracia na Venezuela.

Em junho, uma comissão de Senadores tentou – José Agripino fazia parte desta comissão – fazer uma visita aos presos políticos na Venezuela, porque, não obstante a realização das eleições, fato que nós saudamos, ainda existem presos políticos na Venezuela, o que é uma situação absolutamente intolerável. Nós tentamos visitar, mas fomos hostilizados por pessoas arregimentadas pelo Governo, que impediu que nós nos deslocássemos do aeroporto, esta que é a realidade dos fatos: literalmente impedidos.

Há muito tempo, nós vimos cobrando uma posição mais firme do Governo brasileiro em relação à situação venezuelana, em consonância, aliás, com o que manda a Constituição da República brasileira. A nossa Constituição elenca, entre os princípios a que devem obedecer a política externa brasileira, o respeito aos direitos humanos, que são desrespeitados na Venezuela, em todos os planos, inclusive no plano da situação humanitária, que se degrada a olhos vistos.

Bem, houve avanços. Eu já registrei ontem, no plenário, que acho importante que o Ministro de Relações Exteriores tenha recebido essa delegação de Parlamentares venezuelanos; entrevistou-se com eles por mais de uma hora e meia. O Governo brasileiro, já no dia seguinte às eleições, emitiu uma nota em que expressava a importância do pleno respeito à vontade popular expressa nas urnas, uma nota do Governo brasileiro que eu registrei na época e que volto a registrar.

Vejo aqui um outro veterano da viagem frustrada à Venezuela, que é o Senador José Medeiros.

Nós entendemos, meus caros amigos, que a vitória da oposição democrática na Venezuela, além de ser o resultado de uma luta corajosa, uma luta ingente da oposição venezuelana, é, de alguma forma, um sinal de que novos ventos estão soprando em nosso continente, que levaram à alternância do poder na Argentina, agora à derrota de Evo Morales, numa tentativa de se perpetuar no poder.

Nós sabemos que, na Venezuela, as dificuldades persistem, continuam, nós temos uma situação tensa, uma espécie de dualidade de poder, que precisa ser resolvida, resolvida no diálogo, resolvida no respeito à Constituição e no respeito à vontade do povo.

O Poder Judiciário na Venezuela, como todos nós sabemos, foi ocupado pelo Governo Maduro, ele cerceou prerrogativas à Assembleia Nacional. A situação econômica é caótica, os remédios sugeridos, aplicados pelo Governo Maduro, insistem na mesma fórmula que levou o país ao desastre, mas eu já estou me estendendo demais. Eu acho que o melhor seria ouvirmos os nossos convidados para depois, então, abrirmos o diálogo com os Senadores aqui presentes.

Eu reitero as nossas boas-vindas e o nosso abraço fraterno aos visitantes desta manhã.

Eu gostaria de passar a palavra ao Presidente Luis Florido.

De quanto tempo o senhor gostaria?

O SR. LUIS FLORIDO – De quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, 15 minutos.

O Deputado William Dávila, se quiser também se manifestar, tem a palavra – estamos à sua disposição –, para depois iniciarmos o debate com os Senadores.

Tem o senhor a palavra.

O SR. LUIS FLORIDO (*Tradução simultânea*.) – Muito obrigado pela palavra, Sr. Presidente, neste caso, da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Também gostaria de dar os meus cumprimentos ao Sr. Presidente, à Comissão, aos membros do Senado que também, de repente, tentaram visitar a Venezuela e conhecer mais de perto a situação que nós vivemos, nós venezuelanos. Se contamos, as pessoas não acreditam no que nós estamos vivendo na Venezuela, quando contamos, as pessoas não acreditam.

Eu gostaria de agradecer ao Presidente do Senado e também a esta Comissão pela posição firme que tiveram com respeito à ausência de uma democracia representativa em todos os parâmetros, o que permitiu que, no dia 6 de dezembro do ano passado, na Venezuela, tivéssemos uma importante observação internacional,

que, por sua vez, finalizou com uma vitória oposicionista venezuelana, que foi construída com base em muitos trabalhos e muita unidade e também com uma simetria política muito grande com o governo e hegemonia comunicacional para tentar nos derrotar em questão do dinheiro, pela via de estreitamento de comunicação e também, em muitos casos, aquisição disto.

O pai da democracia representativa venezuelana disse certa vez que a democracia é empresa de todos. Em seus fins essenciais temos as bandeiras e a questão ideológica, e também observando a força em conhecer a razão e as realizações.

A Venezuela de hoje está vivendo a pior etapa de sua história republicana e de seu renascimento da república. Os direitos econômicos e sociais foram totalmente destroçados.

Nós temos uma porcentagem de pobreza que chega a 33%. Quando se iniciou um período institucional do Presidente Chávez, em 1998, a pobreza era 45%. Hoje, nós temos 28% mais de pobreza que no ano de 1998. Um crescimento desproporcional de uma das variáveis mais importantes em relação ao desempenho de qualquer governo no mundo. Contudo, a inflação da Venezuela é a mais alta da América Latina e do mundo. No ano passado, a inflação chegou a um nível de 70%. Neste ano, estima-se, por uma projeção do Fundo Monetário Internacional, que a inflação chegue a 750%.

A inflação de alimentos e a escassez de alimentos foram o mais grave. Nós estamos falando sobre a escassez de alimentos, que alcançou 80% dos produtos básicos.

Em medicamentos, a escassez supera 90%, ou seja, atualmente estamos falando já não somente de uma crise social humanitária, estamos falando, sim, de uma catástrofe humanitária que está acontecendo na nossa Venezuela de hoje.

Em relação à crise institucional, o Parlamento venezuelano foi eleito depois da metade de dezembro de 2015, próximo ao Natal, quando a maioria dos cristãos inclusive celebram o nascimento de Jesus. Podemos dizer que, nesses dias, o Parlamento venezuelano designou 12 magistrados do Tribunal Supremo atual. E, paralelamente, tomou uma decisão de eliminar um dos Estados da Venezuela, que é o Estado que está mais ao sul do país, bem como todos os deputados, todas as representações legislativas desse Estado. É como eliminar, digamos, do Brasil a representação total do Estado de Roraima, em que temos mais deputados, por exemplo, com exceção da Amazônia, onde temos quatro deputados. Com uma medida cautelar e a curto prazo, tivemos a eliminação de quatro deputados, um da parte oficial e três da oposição. Ou seja, é analisar os deputados com que contamos no Parlamento e passamos a ter então 109 deputados, claro, com o conhecimento do Tribunal Supremo.

É um confronto de poder, então, traçar o projeto executivo. E se alguém tem dúvida sobre a procedência desses magistrados da Venezuela, eu só digo o seguinte: desses 12 que foram nomeados em dezembro, um deles era deputado ativo do Partido Socialista da Venezuela. Ele votou por si mesmo, designou-se magistrado. Ou seja, se tivermos dúvida, então podemos dizer sobre a questão do Poder Judiciário da Venezuela que nós temos uma prova muito clara disto: esse seria um tribunal supremo. Nós temos aí um pelotão de fuzilamento à incidência política venezuelana.

Essa crise institucional tem o seu momento mais importante. Faz exatamente 15 dias que o Presidente Nicolás Maduro solicitou à Assembleia venezuelana um decreto de emergência econômica que tinha como conteúdo, entre outros temas, a suspensão de garantias que estão estabelecidas na Constituição, de garantia constitucional.

A Assembleia Nacional decidiu negar esse decreto, tratando-se do conhecimento de qualquer parlamento, tanto o de vocês como o nosso. Então o Tribunal Supremo de Justicia e a Sala Constitucional aprovaram esse decreto posteriormente, desconhecendo a Assembleia Nacional. Tratamos então de ter um golpe judicial contra a legislatura venezuelana.

Na Venezuela, em matéria de crise constitucional, morrem venezuelanos todos os anos por ações da delinquência. No ano passado, por exemplo, tivemos 27 mil venezuelanos que foram assassinados. A Venezuela tem uma população de 31 milhões de habitantes. No Brasil há 202 milhões de habitantes. Então, imaginem vocês que na Venezuela morrem muito mais pessoas do que em qualquer guerra que houve durante os últimos anos. Estamos dizendo então que, em 17 anos, nós temos por volta de 170 mil homicídios, ou seja, uma população dizimada pelo âmbito...

Em matéria de direitos humanos, nós temos o Parlamento venezuelano, que decidiu relatar uma lei de anistia. É uma prerrogativa da Assembleia Nacional decretar isso, art. 185 da Constituição venezuelana.

Foi discutido então, em primeiro turno, esse projeto de lei e foi aprovado. Nós vamos, nos próximos dias, realizar a segunda parte da discussão desse projeto e, obviamente, ele será aprovado também. Sim, sim, é uma competência do Parlamento venezuelano. O Executivo não pode anistiar nesse caso. O Executivo tem outra

prerrogativa, que seria, neste caso, o indulto. A Assembleia Nacional pode decretar a anistia, dizendo: no uso dessa prerrogativa constitucional, nós relatamos uma lei de anistia.

E por que fizemos isso? Porque, no ano de 2014, foi aprovada uma catástrofe na Venezuela. O líder venezuelano que vocês conhecem disse que nós teríamos que percorrer um caminho diferente, porque a atual crise venezuelana só seria resolvida quando e se houvesse uma substituição do Nicolás Maduro por uma questão institucional. Isso é algo que foi traçado. Valeu e custou uma persecução política no dia 18 de janeiro, quando foi detido.

Nós temos, digamos, uma necessidade de encontrar um caminho para substituir esse governo. Essa voz que nós temos está mais evidente do que antes. Então nós temos toda uma persecução política, evidentemente, dentro do Partido Popular, do qual faço parte e Carlos Vecchio, também. É uma figura política que está se resguardando durante 108 dias na Venezuela. Está exilado, está fora do nosso país; é um preço político. É uma forma de fazer se preço político pela sua alma, porque, é lógico, ele gostaria de estar no seu país. Infelizmente não pode estar, devido ao governo venezuelano, que o perseguiu econômica e politicamente.

Estamos falando não somente da Europa, mas de Antonio. Faz um ano já. Ele inclusive foi Prefeito de Caracas. É um preço, como o Governador de São Paulo, por exemplo, ou o próprio Governador de Brasília.... Ou seja, estamos falando de um funcionário público de primeiro nível que está preso tão somente porque levantou a sua voz e falou as suas opiniões.

Nós temos também, por outro lado, o caso de Antonio Ledezma. E nós temos casos, inclusive, emblemáticos, como de outros que foram.... Por exemplo, o do nosso prefeito de San Cristóbal, que hoje, inclusive, completa dois anos preso por causa dessas regras, e também temos defensores de direitos humanos.

Nós temos três Deputados que foram eleitos, Rosmit Mantilla e Gilberto Sojo, que estão presos nas cadeias venezuelanas. Foram eleitos Deputados, e os artigos da Constituição lhes dão imunidade parlamentar. E vejam vocês, contudo, estão atrás das grades, e o governo da Venezuela não os liberou.

Por outro lado, nós temos mais de 70 estudantes jovens que lutam pelos direitos humanos e estão presos pelos protestos feitos em 2014. Mais de 3 mil venezuelanos têm ordem de representação diante de tribunais por causa desses protestos. Nós tivemos 43 mortos naquele momento.

E nós tivemos outros: aqueles blogueiros que escrevem nos blogues, nas páginas da *web*; tudo tem um preço. Temos, inclusive, uma garota que está presa justamente por protestar diante da Assembleia Nacional. Hoje está presa simplesmente por expor suas colocações. Temos outros que estão presos também simplesmente por defenderem outros presos.

À Deputada María Corina Machado não se permitiu que continuasse sendo Deputada. Atualmente não é Deputada, porque o Governo simplesmente violou seus direitos, direitos políticos e, inclusive, civis que têm todos os venezuelanos.

Carlos Vecchio também se inscreveu para o processo de eleições do ano de 2015, ano passado. E da última vez foi impedido de participar porque ele liderou a lista da entidade venezuelana contra a líder dessa lista e era contra a outra lista que era opositora.

Por isso eu acredito que o Parlamento venezuelano passou a ter esse processo de anistia. Pessoas como Carlos Ortega, que atualmente cumpre anos exilado; Oscar Pérez, por exemplo, Eduardo Lapi e outros mais são exilados venezuelanos que estão fora do país simplesmente e não podem retornar.

Mas há um preço, inclusive, muito significativo para o dia de hoje. Manuel Rosales, candidato presidencial no ano de 2006, recebeu a persecução por parte do Governo, e está preso. Manuel Rosales está preso e foi candidato em 2006. Leopoldo López está preso e também está sempre encabeçando as entrevistas da União. Há essa persecução sistemática a quem está liderando essa oposição venezuelana.

Por isso eu acredito que, no Parlamento, estamos impulsionando essa anistia. E pedimos ao Senado, com respeito a todos os Senadores, que os senhores também se pronunciem em função de respaldar um projeto tão importante e que vai funcionar para a reconciliar o povo venezuelano, para colocar as coisas nos seus devidos lugares.

E, por último, para solucionar a crise, nós venezuelanos estamos traçando a proposta que por anos foi feita por Leopoldo López. E não somente por ele, mas também por Florido e outros. Agora, inclusive, o presidente da Assembleia Nacional e todos os que são porta-vozes do partido político venezuelano estão traçando a mudança de um governo único de Nicolás Maduro para um governo constitucional. E o melhor que poderíamos fazer, inclusive Maduro, seria renunciar e permitir a mudança política da Venezuela.

A renúncia foi estabelecida no art. 233 da Constituição, mas há outros mecanismos, inclusive a emenda constitucional, para retirarmos um período. E também, por uma petição transitória, podemos modificar essa transição. E há outros processos, como a emenda constitucional que será apresentada nos próximos dias na Venezuela, todos representados em sua maioria pelo Parlamento.

Há outros mecanismos também. O Estado venezuelano certamente colocou alguns mecanismos específicos administrativos para poder postergá-lo. E há outros mecanismos pelos quais a Assembleia Nacional Constituinte pode ser convocada a partir de um Parlamento venezuelano.

Essas são soluções concretas para a crise venezuelana, são soluções constitucionais – o povo venezuelano não espera mais; nas longas filas, esperam pelo alimento, há a presença em farmácia para buscar medicamentos – para conseguir gerar uma grave recuperação ao nosso povo.

É por isso que pedimos a este Parlamento uma presença ativa com respeito ao caso venezuelano. Nós sabemos o que fizemos até agora, mas nós estamos observando o momento mais escuro da nossa noite – digamos –, e é por isso que pedimos aos senhores não somente a sua participação, a sua presença ativa, o seu pronunciamento, mas eu digo que, neste momento especificamente, principalmente lutar pelos direitos humanos.

Dizem que eu sou um pouco frágil, um pouco tímido, um pouco insignificante talvez, mas, sendo como eu sou, fiz o que eu fiz; imaginem o que eu posso fazer junto com todos os senhores!

Muito obrigado a todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu passo a palavra agora ao Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional, Deputado William Dávila. Em seguida, teremos já as intervenções dos Senadores.

Eu queria lembrar, meu prezado Presidente Luis Florido, que, já no mês de abril do ano passado, o Senado brasileiro aprovou um voto de censura e repúdio ao Governo venezuelano em razão da não observância da cláusula democrática contida no Protocolo de Ushuaia e em razão também da prisão dos opositores ao regime do Presidente Nicolás Maduro. Todos os presentes aqui foram signatários dessa proposição, que foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Senado brasileiro. E o autor, quem subscreveu, quem encabeçou esse requerimento foi um Senador do Partido do Vice-Presidente da República, o Senador Romero Jucá.

De modo que, como bem lembrou o Deputado Luis Florido, este Senado tem sido bastante ativo na defesa e na solidariedade com os democratas venezuelanos, e continuaremos assim.

Já estão abertas as inscrições. O primeiro inscrito foi o Senador José Serra. As inscrições estão abertas, e eu passo a palavra agora ao Deputado William Dávila, que pertence ao Partido Acción Democrática, que é o Partido do Presidente da Assembleia Nacional da República da Venezuela.

O SR. WILLIAM DÁVILA (*Tradução simultânea*.) – Muito obrigado, colegas Senadores, Parlamentares.

Nós viemos aqui porque vocês viveram situações difíceis ao longo da história da nossa República, no processo de consolidação da nossa democracia. Os senhores viveram mais de 20 anos de ditadura militar, e nós vivemos 10 anos de ditadura militar.

Nossa geração é a geração da democracia. Nós não formamos no processo de democracia que foi iniciado, na sua segunda etapa histórica, a partir de 1959, na Venezuela.

Por isso, nós viemos aqui, porque sou o que eu penso, ao passo que, se houvesse instituições internacionais que eficazmente pudessem limitar o poder do Estado sobre o indivíduo, essa seria a melhor garantia da nossa paz.

E, quando tratamos, então, de um internacionalismo parlamentar, uma democracia parlamentar, estamos falando da defesa de uma soberania de nossos povos. E, no caso concreto da Venezuela, esse princípio popular está vulnerável.

Nós fomos eleitos democraticamente no dia 6 de dezembro do ano passado e representamos os dois Poderes eleitos na Venezuela: um é o Legislativo e o outro o Executivo. Nós não podemos aceitar inconsequências que tratem de manchar a nossa soberania popular por meio de poderes derivados, eleitos ou talvez designados pela própria Assembleia Nacional. Nesse caso concreto, o Tribunal Supremo da Justiça.

Todos nós sabemos que a democracia não é um projeto para o futuro. É um método de convivência humana. E nós estamos justamente lutando contra as barbaridades em nosso país a fim de impedir que esse método de convivência humana seja quebrado.

Eu vou falar sobre algo específico. O meu colega Presidente da Comissão de Política Exterior, Soberania e Integração já mencionou todos os aspectos relativos à violação dos direitos humanos, do encarceramento dos políticos e dos requerimentos. Há um clamor nacional pela aprovação da Lei de Anistia e pela reconciliação nacional, pela constituição de todo o processo para buscar uma saída política pacífica, democrática e constitucional para a situação que nós estamos vivendo na Venezuela e de todos os mecanismos de convivência que nós queremos estabelecer entre o Poder Legislativo e o Executivo.

Em consequência, nós gostaríamos de ressaltar algo: a relação comercial entre a Venezuela e a República Federativa do Brasil, que ultrapassa dos US$20 milhões. Há empresas brasileiras que neste momento têm dívidas com o governo venezuelano. E o governo venezuelano deixa que essas dívidas permaneçam, com atrasos que ultrapassam US$6 milhões. Fundamentalmente, as empresas brasileiras conseguiram abastecer o país de uma

série de produtos, como, por exemplo, comida, remédios e até xampu – talvez nós não tenhamos problemas com xampu porque não temos muito cabelo, não é verdade? Também são necessárias na Venezuela obras de infraestrutura, como o metrô de Caracas, projetos hidrelétricos, etc.

O que eu gostaria de dizer com isso é que a instabilidade da Venezuela não convém a nenhum país da América do Sul. Obviamente, nós estamos buscando, com essa luta contra a corrupção e pela reinstitucionalização do país, ter uma vida decente, uma vida política, e que todas as contratações sejam realmente transparentes, que o povo venezuelano saiba exatamente o que causou a crise dos medicamentos que estamos vivendo na Venezuela, por exemplo, o que ocorreu na contratação entre os governos. Por que não chegam até nós esses remédios, esses alimentos? Não é possível que isso seja investigado na Venezuela se não há separação de Poderes, se os órgãos estão relacionados a partidos. Se o Tribunal Supremo de Justiça não tem a iniciativa de iniciar uma luta contra a corrupção, nós não podemos travar a luta política da América do Sul.

Trata-se então de não vir aqui e dizer aos senhores: "Ajudem-nos, pois não sabemos o que fazer em nosso país. Estamos sozinhos!". Não. A intenção é realizar a vontade do povo, que tem um precioso desejo de mudança. Temos que acompanhar a tendência que está vivendo a América Latina atualmente. A tentação neopopulista está chegando ao fim na América do Sul.

Não basta citar o que aconteceu na Argentina e na Bolívia, mas também o que pode servir de referência e exemplo em outros países que compõem Alba, convênio realizado pelo nosso falecido Presidente Chávez, cerca de dois anos atrás.

Existe um contexto: 70% dos venezuelanos estão vivendo na pobreza. E a reserva internacional, em nível de 1999, ou, melhor dizendo, as reservas internacionais atualmente do País estão em nível de 1999. Hoje nós temos um decréscimo, chegando a 77% da economia nacional. E, como aqui dizia o meu colega, mais de 300 milhões de endividamento. Temos 1,2 mil empresas que foram desapropriadas, e, dessas 1,2 mil empresas que foram desapropriadas, 500 eram para a fabricação de alimentos. E uma inflação que, segundo organismos internacionais, passa, no final do ano, de 77%. O mais grave de tudo é que o petróleo não é mais a fonte de financiamento primordial em uma economia rentista, que é o que efetivamente aprofundou o que foi denominado socialismo do século XXI.

Eu sou um dos que pensam que um país, uma democracia se legitima à medida que se promovem, garantem-se e respaldam-se direitos humanos.

Isso não está acontecendo, porque há um paradigma revolucionista nessas questões de direitos humanos, uma oposição relativista em matéria de direitos humanos em nosso país, onde se pensa que o Estado não está violando os direitos humanos, mas o cidadão está violando os direitos humanos. Nós somos os que acreditamos em que o Estado viola, sim, os direitos humanos, porque, quando um agente policial ou um funcionário do Estado agride um cidadão, está, sim, violando direitos humanos.

Nós saímos do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. O Governo renunciou à Convenção Americana. Eliminou-se do cidadão venezuelano a instância de ir a um nível internacional de proteção de direitos humanos, e os direitos internos não funcionam. O Governo venezuelano, faz dois anos, renunciou à Convenção Americana, e nós saímos do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.

Então, observa-se um duplo discurso de que, por um lado, saímos do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e, por outro lado, nós temos o Governo venezuelano com várias informações que conformam os direitos das Nações Unidas. Além disso, compõe o Conselho de Segurança. Há contradições permanentes e diárias.

Nós viemos aqui para dizer aos senhores que essa solidariedade democrática deve existir. É importante. A Venezuela, neste momento, dentro de um horizonte que está se apresentando, precisa, necessita de uma voz internacional dos Parlamentos do mundo, porque há uma polarização política.

O Governo não quer entender que foi derrotado no dia 6 de dezembro, porque não compreende que nós temos aí uma onda de mudança. Pretende, então, perseguir a Assembleia Nacional e restringir atribuições constitucionais que estão estabelecidas na Constituição da República nossa por via do Tribunal Supremo de Justiça.

A Lei de Anistia nós vamos aprovar. Que ameaça nos fez o Maduro? Ele disse que não vai assinar, que vai recorrer ao Tribunal para impedir a validade da lei, mas não somente da Lei da Anistia. Aprovamos leis progressivas de caráter social, por exemplo, reconhecer o direito de propriedade às pessoas que tiveram benefícios das moradias que foram construídas pelo Governo, mediante dura lei. Então, Maduro disse: "Não, essa lei é inconstitucional, não estava de acordo, porque não se poderia dar moradia", mas me disseram que esses títulos foram dados às moradias dos Estados, porque é a lógica do mercado secundário, a lógica do capitalismo.

Da mesma forma, nós aprovamos o projeto de lei para conceder, então, benefícios sociais aos aposentados e também para o que o Governo não aprovaria. Aprovamos, na primeira discussão, a lei de reformas do Banco Central da Venezuela, para que pudesse, então, obter uma lei que, para o Governo, seria inconstitucional.

Nós aprovamos para o Governo uma crise humanitária de saúde, para que o Governo pudesse facilitar os trâmites e, dessa maneira, pudéssemos resolver o problema da escassez de medicamentos nos hospitais. Não foi possível. É essa a colaboração que está sendo dada pela Assembleia Nacional, que está dentro da Constituição.

Como vocês podem observar, nós temos uma atitude muito "regressionista". É uma atitude sabotadora. É uma atitude que não está compreendida nas zonas de mudanças e tendências novas que estão caracterizando a vida política da Venezuela e da América do Sul.

Contudo, conformamos o Mercosul, fazemos parte dele. Eu acredito que aí nós poderemos então administrar um papel importante da Venezuela. Nós podemos estabelecer uma relação comercial diferente, distinta, não ideológica. Mas podemos lutar para que uma política exterior não seja simplesmente ideológica, mas que haja uma política de Estado; que as relações entre a Venezuela e o Brasil sejam relações transparentes, e não de ideologias.

Nós não viemos aqui como veio o anterior Presidente da Assembleia Nacional, no ano passado, para se reunir com a JBS, com a indústria farmacêutica, com o ex-presidente Lula ou com a Presidente atual do Brasil, porque esta não é a atribuição do Presidente da Assembleia Nacional. E por que ele fez isso? Nós viemos aqui simplesmente defender valores políticos essenciais da democracia, porque sabemos e entendemos o valor das resoluções que tivemos aqui, no ano passado, quando ocorreu o que foi denominado golpe parlamentar.

O que foi isso? Quando então tinha o governo a maioria da Assembleia Nacional, não instituiu ou então retirou não sei quantos deputados, eliminou a imunidade parlamentar. Isso nós não estamos fazendo aqui, agora que somos a maioria, porque não somos os bárbaros, porque eles que fizeram isso alguns meses atrás. Estamos falando de lição de democracia aqui. Viemos falar aos Srs. Parlamentares que haja um pronunciamento específico mais forte, como foi essa resolução, inclusive, partindo de uma discussão, de diálogo, partindo de algumas atitudes políticas, para que nos ajudem então nessa luta que estamos tendo para alcançar uma mesa de unidade e que a oposição não seja tomada com uma decisão e uma renúncia, uma emenda constitucional.

Somos fatores legitimados pelo povo e viemos aqui simplesmente como representantes de um Poder Legislativo de um povo. Nós não viemos como representantes de uma organização política, viemos como representantes das Assembleias Nacionais, que foram eleitas com 112 deputados depois do dia 6 de dezembro. E para chegar aí nós tivemos muito esforço. Inclusive, valorizamos o fato de nossos colegas Senadores – inclusive eu fui senador uma época, em meu país, quando tivemos a bicameralidade –, valorizamos muito a atuação dos senhores, o que vocês tiveram como atitude e o passo que vocês tiveram quando não estava clara a atitude política da Venezuela, quando não se acreditava que a oposição poderia ganhar a eleição. Vocês puderam fazer isso, deram um passo adiante. Isso vai ser muito valorizado por nós.

Neste momento, gostaríamos de passar o que está acontecendo em nosso país. Não é simplesmente uma circunstância que está acontecendo em um país. Isso tem o seu efeito. Isso tem o seu impacto na América do Sul. Em consequência disso, nós temos a necessidade de que haja essa solidariedade e esse apoio.

Finalmente, eu gostaria de dizer algo. É mentira o que disseram, que nós representamos uma direita, que representamos interesses oligárquicos e que nos opomos ao progresso do povo. Mentira! Nós somos democratas, estamos representando a democracia e a defendemos inclusive. Estamos representando um critério muito claro de que a economia tem que estar a serviço do ser humano, mas também não com a legalização da retórica comum. Nós estaríamos nos transformando em escravos. Isto seria o pior que poderia acontecer: quando o cidadão passa a ser escravo, escravo de Miraflores, por exemplo, é um caso que poderia ser centralizado em nosso país.

Então, eu gostaria de agradecer aos nossos colegas Parlamentares e também gostaria de reafirmar o nosso espírito de luta antes que seja tarde e de caminhar para uma liberdade de democracia de maneira mais concreta na Venezuela em um tempo realmente curto.

Esperamos que com isso possamos, em outra oportunidade, numa próxima oportunidade.... Que os colegas Senadores recebam o novo Presidente da Venezuela. Recebam então a nova forma política e a nova realidade política que já começou a ser tecida desde dezembro do ano passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós vamos começar agora a fase de intervenção dos Senadores.

O primeiro inscrito é o Senador José Serra, que é Senador pelo Partido da Social Democracia Brasileira e representa aqui o Estado de São Paulo, que ele já governou, assim como já governou também a cidade de São Paulo. Foi militante político muito ativo contra a ditadura e passou vários anos exilado no Chile e, depois, nos Estados Unidos.

Com a palavra José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria desejar bom dia e cumprimentar a William Dávila e aos presentes, desejando que retornem aos seus países com as respostas que vieram procurar.

Tratamos sobre a oposição aqui no Brasil, que teve uma proporção e foi importante inclusive para pequenas mudanças que houve na política brasileira por parte do nosso Governo.

Também gostaria de dizer que vamos continuar nessa luta para poder oferecer aos senhores toda a solidariedade que seja necessária.

Contudo eu gostaria de retornar ao português.

Eu fiz uma reflexão ontem à noite, e vinha pensando nela agora, a respeito de características comuns entre o regime venezuelano e o que acontece, chamemos assim, entre o chavismo e o lulopetismo, como dizemos aqui. Esse me parece o termo mais adequado para se fecharem as características na política brasileira do setor que passou a ser o dominante, o do lulopetismo.

Eu me lembro de que, no ideário da esquerda na América Latina, havia sempre a ideia presente do desenvolvimento material das economias e da industrialização. Essa era uma tendência dominante no pensamento da esquerda latino-americana e no próprio ideário a respeito da economia, que era formulado na Comissão Econômica para a América Latina, que inclusive teve na sua secretaria-geral um venezuelano – não sei se vocês se recordam. Mas era eminentemente desenvolvimentista, anti-imperialista, defendia a reforma agrária e a presença ativa do Estado. Desenvolver, essa era a ideia.

É interessante que esse bolivarianismo/lulismo que passou a predominar na América Latina tenha representado uma força do atraso econômico.

Eu queria que os Parlamentares da Venezuela, os políticos aqui presentes soubessem: no Brasil, o lulopetismo representou o retrocesso em matéria de desenvolvimento. Essa jamais seria uma política de esquerda tradicional. Representou o retrocesso, com uma característica muito comum à Venezuela de Chávez: desindustrialização e desperdício.

Vou citar um número, Senador Aloysio, que é muito interessante. Na década passada, nós tivemos a melhor década econômica da América Latina no que se refere ao comércio internacional. Basta lembrar que, de janeiro de 2003, Aloysio, até março de 2011, o preço das *commodities* - matérias-primas e alimentos – internacionais aumentou 130% durante um período longo, duas vírgulas três vezes.

No caso do petróleo, que beneficiou mais diretamente a Venezuela, que está também no índice de *commodities*, mas pegando separadamente, o preço do petróleo, entre janeiro de 2003 e março de 2011, aumentou cerca de 220%, 3,2 vezes. Uma coisa incrível em matéria de bonança externa. Pois bem. Essa bonança passou, como era, aliás, previsível.

No entanto, o que aconteceu com os frutos dessa bonança? Nada. Foram para consumo, foram para o desperdício. No caso brasileiro, essencialmente barateando mercadorias importadas, essencialmente prejudicando a indústria, sem investir nada no fortalecimento da economia aqui. Basta dizer que o Brasil, por volta de 2010, era um dos cinco países que menos investiu no mundo em matéria de infraestrutura.

Na verdade, o lulopetismo foi à farra com o dinheiro que veio da bonança externa. Para que vocês tenham uma ideia, de 2002 a 2008, o Brasil ganhou em divisas, por conta da melhora dos preços das exportações, cerca de US$100 bilhões, que foram rigorosamente torrados no consumo, no turismo externo. Nada para fortalecer a economia. É aquela ideia que o lulopetismo vendeu para o Brasil, uma filosofia que não é muito diferente da que o Chávez vendeu na Venezuela, a filosofia do emagreça comendo – *aldegarce comiendo* –, faça ginástica deitado – *haga gimnasia acostado* – e aprenda Inglês dormindo – *y apriende Inglés durmiendo*. Essa é a filosofia do lulopetismo no Brasil. É importante que vocês tenham esse conhecimento. É um paralelo: Chávez e Lula queimaram as grandes oportunidades que os seus países tiveram para dar um salto no rumo do desenvolvimento. A consequência é óbvia nos números. Vejam só: de 2003 a 2010, os anos da farra, o Brasil cresceu perto de 4% ao ano. A Venezuela, 5%. De 2010 para cá, o Brasil cresceu 0,9% ao ano – que é uma taxa ínfima, abaixo do ritmo *per capita*, inusitada na História brasileira –, e a Venezuela cresceu -0,6% ao ano. Ou seja, a Venezuela caminhou para trás.

Esses elementos são muitos importantes para que nós entendamos – o encontro aqui é em torno disso – a democracia e os direitos humanos.

A palavra do Deputado Dávila é corretíssima. A assembleia, lá, representa o povo. A acusação do regime é que o povo contraria os direitos humanos. Essa é, realmente, fenomenal como inversão de valores.

Mas é importante também ter presente, do ponto de vista político, que esses regimes representaram o atraso. A experiência kirchnerista não é muito diferente, porque a Argentina é ainda mais dependente do que o Brasil – menos do que a Venezuela, mas mais dependente do que o Brasil – da exportação de *commodities*.

O Brasil teve uma situação gloriosa. O fato é que nós jogamos pela janela. E quem jogou foram esses regimes, dos quais, por maneiras distintas, queremos nos livrar. É importante ter isso presente, em matéria de

estilo e daquilo que se vendeu como projeto de desenvolvimento, de autonomia, de autoafirmação e tudo mais. Uma fraude que infelicitou o nosso continente.

Nós estamos, hoje, no final desse processo. Houve a mudança na Argentina, vai haver mudança na Bolívia, está no limite a mudança na Venezuela, vai haver no Brasil, onde a impaciência – podem estar certos – é tão grande quanto a de vocês, para que aqui haja mudança. As características são diferentes, mas estamos igualmente impacientes também, para recolocar o Brasil, dentro da democracia, no caminho do desenvolvimento.

Eu falo disso com muita tristeza, inclusive, pela oportunidade perdida. E conhecia bem, no passado, porque, enquanto no exílio, eu era professor em Santiago do Chile, mas passei vários períodos dando aula na Venezuela – não sei se existe hoje ainda –, no Cendes. Não sei se o Cendes ainda existe. Já era uma coisa muito antiga... (*Fora do microfone.*) Hein? Cendes. E conhecia bem a base econômica de todos os países e tenho a noção exata daquilo que houve de retrocesso.

Desde o século XIX, nunca houve um período tão bom para a América Latina dar um salto, e nunca se fez um desperdício tão grande.

Dou aqui elementos que mostram também outros motivos, fora estritamente a questão da democracia e da liberdade, para a nossa mobilização, a nossa união em função do desenvolvimento do nosso País e do Continente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Serra.

Senador Cristovam Buarque; em seguida, Senador José Agripino e Senador Lasier.

Estamos fazendo uma rodada de intervenções e, depois, devolvo a palavra aos nossos convidados.

Quero lembrar também aos nossos telespectadores que esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado, que podem se comunicar conosco pelo Alô Senado ou pelo *site* da nossa Comissão.

Pois não.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – .... que foi debelada definitivamente no nosso governo do Presidente Fernando Henrique. Mas, para que se tenha uma ideia do sofrimento da Venezuela, Senador Tasso, a inflação deles, em 2015, foi de 190% – repito, 190% –, na média de 2011 a 2015, 72%, em um país que não está habituado aos mecanismos de correção monetária, de alguma maneira de uma inflação menos feroz, apesar dos índices altos, como houve no Brasil. Imaginem o ataque, a ofensiva não contra a pobreza, mas contra os pobres, que isso representa no caso venezuelano!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Senador Cristovam Buarque, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia, senhores que nos visitam. Obrigado pela presença.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, fico muito contente com esse evento e com essa possibilidade de estar com vocês.

Devo reconhecer que, no primeiro momento, cheguei a ter ilusões com o que significava o Chávez na Venezuela. Quem primeiro começou a desfazer essas minhas ilusões, antes mesmo dele, foi o Reinaldo Figueiredo, que, não sei se lembram dele, foi Ministro das Relações Exteriores e é uma pessoa com quem tenho uma grande amizade e por quem tenho um grande respeito. O Reinaldo alertava e confesso que eu tinha certas ilusões por uma razão: como brasileiro, e circulando na Venezuela no tempo em que fui funcionário no Banco Interamericano de Desenvolvimento, via lá um pecado parecido com o brasileiro: uma elite que não tinha prioridades para as massas, nem na educação, nem na saúde, nem no emprego. Alguns diziam até que, na Venezuela, como havia petróleo, eram ainda piores que os brasileiros. Não acho. Mesmo nível de segregação social.

Lamentavelmente, não podemos, não devemos sacrificar liberdade nem democracia em função das prioridades sociais, temos que compor as duas. E também não justifica, para manter democracia e atender a compromissos sociais, quebrar a estabilidade monetária e nem a eficiência econômica.

O grande problema do Brasil hoje é que fizemos algumas conquistas sociais, e não a partir do Governo Lula, já vinha de antes, desde o governo Sarney já começavam alguns programas, aliás, desde os militares já começaram alguns programas. O Fernando Henrique, inclusive, implantou um programa que, depois, veio a ser chamado de Bolsa Família – na época, com a característica educacional. Mas o que aconteceu, nesses últimos anos, foi que, em nome de políticas sociais que não transformam o Brasil, basicamente assistenciais, nós desarticulamos a economia, nós abolimos a responsabilidade fiscal, nós inclusive ameaçamos, de certa forma, a democracia, não no nível da Venezuela, mas pelo desarranjo de como funciona o processo político brasileiro hoje.

Depois viu-se que, de fato, meu amigo Reinaldo Figueiredo tinha razão e os governos Chávez e Maduro não foram capazes, fizeram opções equivocadas. Hoje, estão nessa situação.

Eu queria fazer duas perguntas. Primeiro: o que podemos fazer, numa solidariedade internacional, sem intervenção? O que nós podemos fazer além de trazer personalidades como vocês?

Segundo, e isso eu já perguntei a diversos venezuelanos, meu caro Aloysio: qual será o programa de um governo pós-Maduro, pós-Chávez portanto? Qual é a proposta que está sendo construída pelos diversos grupos, com suas diferenças, para que seja possível ao governo que avance sem voltar aos anos 70 ou aos anos 80, sem voltar ao período da segregação, como eu disse, da exclusão entre uma elite e a população? Como ter conquistas sociais, e não só essas que estão perdidas pela inflação? Como avançar em conquistas sociais com absoluto compromisso com a democracia, com uma economia eficiente e com responsabilidade fiscal? Há um programa? Estão construindo esse programa? Há muitos programas, porque são muitas as forças contrárias ao Governo?

Então, a minha pergunta é: o que podemos fazer nessa luta por uma redemocratização da Venezuela? E o que é que vocês vão fazer depois para ir além da democracia política pura e simplesmente, embora tão importante, e fazer com que a Venezuela vire um país, uma nação integrada socialmente? Porque durante tantas décadas todos nossos países da América Latina recusaram as suas massas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Dou a palavra agora ao Senador José Agripino, que é Presidente do Partido Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu queria, Presidente Aloysio, cumprimentar o nosso Deputado Luis Florido, o Deputado William Dávila e o Sr. Carlos e desejar boas-vindas a esse grupo que vem, como aqui ficou muito claro, com a missão democrática. Não vem aqui manter contato com JBS, nem com nenhum intuito comercial. Vem aqui tratar da questão democrática na Venezuela.

Eu queria rapidamente fazer uma retrospectiva, porque é muito importante que os senhores saibam o que é que nós podemos fazer, e não o que é está ocorrendo no Brasil. Isso é economia doméstica nossa. O que interessa é o que nós, como país líder na América Latina, mesmo em crise, podemos fazer pela redemocratização da Venezuela. Eu acho que isso é que é o importante.

Nós já tivemos embates duríssimos – nós, praticamente todo esse grupo aqui presente –, no plenário e aqui nesta Comissão com setores do Governo, principalmente quando se discutiu a inclusão da Venezuela no Mercosul. Foram debates muito acalorados, e os senhores precisam tomar conhecimento disso. E a nossa restrição era fundada no não preenchimento pela Venezuela da cláusula democrática, que eu acho que é o grande problema da Venezuela.

As forças ligadas ao PT, o lulopetismo conseguiu, por interesses que aqui foram abordados de relance, por interesses fundamentalmente ideológicos e comerciais.... Eles diziam: "A Venezuela é um grande parceiro comercial do Brasil, saiu de tantos bilhões de dólares para tantos bilhões de dólares a nossa relação comercial". Curioso e gozado. É enorme, mas o que a Venezuela compra não está podendo pagar, o débito a que aqui os senhores se referiram. Então, essa é uma realidade.

Nós estivemos nesta sala com figuras corajosas que são suas velhas conhecidas: a Mitzy Ledesma; Lilian Tintori, a esposa de Leopoldo López; María Corina, Deputada que, se fosse candidata, seria campeã de votos – eu não tenho dúvidas; seria campeã de votos.

Os senhores não sabem, mas eu tenho, neste telefone, uma fotografia minha com Leopoldo López – eu era líder do PFL, isso faz uns seis anos, líder da Oposição, em pleno Governo Lula –, quando ele me procurou, como líder, àquela época já, para pedir apoio à luta dele contra Chávez. Eu mostrei essa fotografia a Lilian e à mãe de Leopoldo. Ela olhou contristada e disse: "Ele está tão diferente! Ele está tão magrinho hoje, porque ele está preso". Isso quando nós fomos – Aloysio Nunes, Aécio Neves, eu, Senador Medeiros e mais um grupo de Parlamentares – à Venezuela, não para apoiar os senhores da boca para fora, mas arriscando a nossa própria pele, como arriscamos. Nós chegamos numa aeronave da FAB, desembarcamos em Caracas, na Venezuela, entramos com esse grupo de senhoras, estavam todas no aeroporto, na pista, nos esperando...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desembarcamos depois de uma hora retidos no interior do avião.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Dentro da aeronave.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sem poder desembarcar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – E fomos levar o nosso gesto de solidariedade, porque ali estava a imprensa do mundo e, então,nós entendíamos que, com aquele gesto, chamaríamos a atenção dos Estados Unidos, da Argentina, enfim, da América Latina toda, do México, para a presença de Senadores, inclusive o candidato à Presidência da República que tinha tido mais de 50 milhões de votos, um mundo de votos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... e que estavam lá para prestigiar a Venezuela e para pedir a libertação, fazer uma visita a Leopoldo López. E fomos admoestados, horda de pessoas enfurecidas balançou a caminhonete que nos colocaram à disposição, tudo numa coisa montada e armada.

Mas nós fomos lá, e todas as vezes em que os senhores precisarem, nós estaremos lá de novo. Por uma razão: nós temos a consciência de que a maré – existe no mundo maré enchente e maré vazante – que uniu Fidel Castro, Chávez, Kirchner, Maduro, Correa, Evo Morales, essa maré está baixando. O Macri ganhou eleição na Argentina. É uma grande sinalização. O Evo Morales acabou de perder a possibilidade de ter um novo mandato presidencial. Na Venezuela a oposição já fez 112 das 173 cadeiras no Congresso. Os senhores começam a aparecer.

Quando as três senhoras estiveram aqui – é bom que os senhores saibam –, elas tiveram a oportunidade de falar, mas não tiveram a oportunidade de ir a representantes do Governo brasileiro. Hoje os senhores vêm, são recebidos por Senadores e já foram recebidos pelo Governo brasileiro. Os senhores estão subindo degraus, podem estar convencidos disso. A luta dos senhores está valendo a pena. Basta fazer a evolução da presença dos dissidentes da Venezuela no Brasil e a receptividade do Governo brasileiro e da classe política brasileira ao seu movimento. Os senhores estão ganhando dentro do País e estão ganhando fora do País, podem estar certos disso. E vão contar com a nossa participação.

Nós temos consciência de que a América Latina está mudando: a Argentina já mudou, a Venezuela já mudou, o próximo passo é a eleição presidencial; a Bolívia já mudou, o Brasil está em vésperas de mudar, não há nenhuma dúvida; o Equador pode ser que demore um pouco ainda; agora, para que os senhores da Venezuela consigam dar um passo mais largo e subir um degrau mais alto, é importante a aprovação da lei da anistia. Eu acho que essa é a pedra de toque.

E aqui eu queria propor ao Presidente Aloysio Nunes que nós tivéssemos no nosso grupo de resistência no Brasil um foco de apoio a eles, ao grupo de Parlamentares da Venezuela, onde nós pudermos, com a nossa voz, com a nossa capacidade de influenciar, apoiar a luta democrática deles pela aprovação da lei da anistia, como a primeira de todas, a mais importante de todas.

Eu acho que dessa reunião nós poderíamos tirar uma resolução, cerrar fileiras, centrar fogo em torno da divulgação da nossa posição a favor deste grupo que deseja a valorização de princípios democráticos. Não tem cabimento, num 25 de dezembro, se destruir a maioria democrática na Corte Suprema de Justiça, nomeando onze ou doze membros, inclusive com membros do Parlamento, que votou em si próprio, como aqui foi dito.

O que é preciso é que o corte vertical da sociedade venezuelana, que é o Congresso, fale pelo povo da Venezuela, a começar pela aprovação da lei da anistia.

Aí, sim, poderá fazer com que as vozes de Leopoldo López e do ex-Prefeito de Caracas, o Ledezma, possam voltar às ruas e pregar a sua palavra para serem eleitos ou não. Quem vai decidir é o povo da Venezuela. Mas nós, que participamos de um pensamento democrático, estaremos ao lado de vocês.

Com essa palavra, quero deixar aqui a minha posição, a posição do meu Partido, e os cumprimentos pela pertinácia da sua luta, que começou com a vinda de Leopoldo López lá atrás. A fotografia está guardada aqui, no meu telefone. Depois vieram as senhoras; agora, vêm os senhores. Quem sabe, dentro em breve, estaremos recebendo um novo e democrático Presidente da República da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria comentar essa intervenção do Senador José Agripino em que ele propõe que, no nosso trabalho, na nossa luta de solidariedade à democracia na Venezuela, nós tenhamos como centro da nossa luta o apoio à anistia, à lei da anistia. Isso guarda muita semelhança, meus amigos, com o que aconteceu no Brasil, na mudança, na superação da ditadura e o restabelecimento da democracia no País. A partir de um determinado momento da luta democrática no Brasil, os diferentes movimentos e grupos políticos, setores da sociedade que se opunham ao regime militar se uniram em torno dessa palavra de ordem: anistia. Foi, como você disse, Agripino, a pedra de toque do movimento pela redemocratização.

Lembro-me que eu estava exilado na época, tinha sido condenado aqui no Brasil, e recebi um dia um telefonema da minha família dizendo que tinha sido aprovada a lei da anistia e que eu podia voltar. Isso foi uma mudança de um estado de espírito, a partir daí vários processos se desencadearam no isolamento do regime e na sua superação. Uma lei negociada. Houve um entendimento entre a oposição e setores do governo de modo que essa lei de anistia pudesse dar tranquilidade mesmo a eles. A aprovação da lei da anistia no Brasil foi realmente o fator que desencadeou todo o processo final de derrota da ditadura e o restabelecimento da democracia.

De modo que eu penso, meus amigos, que nós poderíamos concluir esta reunião por uma moção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será depois submetida ao Plenário do Senado, de apoio à luta dos democratas venezuelanos pela anistia.

Se estiverem de acordo, eu vou já pedir para redigirem um documento. Se os Senadores estiverem de acordo, já fica aprovada essa moção, que será depois submetida ao Plenário.

Eu não tenho dúvida de que haverá um amplo apoio a essa iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

É a seguinte a moção apresentada:

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Na forma do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos voto de solidariedade à Assembleia Nacional da Venezuela, pela aprovação da Lei de Anistia e Reconciliação Nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Muito bem. Tem a palavra, agora o Senador Valdir Raupp, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O seu partido, Senador, teve um papel fundamental na luta pela anistia no Brasil e é o partido do Vice-Presidente da República.

Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Valdir Raupp, Vice-Presidente nacional do PMDB.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu já praticamente me sinto contemplado com a fala dos meus colegas Senadores em defesa da ampla democracia venezuelana, porque o que nós estamos vendo hoje é uma ditadura disfarçada de democracia, assim como estavam querendo implantar na Bolívia.

Estou impressionado, Sr. Presidente, com a sabedoria do povo boliviano, porque, mesmo satisfeito no momento com o Governo do Presidente Evo Morales, ele disse não à continuidade do Evo na Presidência por mais um mandato, o quarto mandato. Ele ia ficar até 2025. E o que poderia acontecer até 2025 se o Chávez conseguisse o quarto mandato, que o povo não concedeu?

Então, o que está ocorrendo na Venezuela, o povo também se rebelando, é porque ninguém aceita mais esses regimes ditatoriais, como a ditadura do Chávez.

Eu defendi a entrada da Venezuela no Parlamento do Mercosul e aqui também do Parlamento do Mercosul e também no Congresso Nacional e eu falava: "O Chávez passa." Eu nem sabia que o Chávez ia morrer. Naquele momento, não havia nenhuma informação de doença do Presidente Chávez, que poderia estar vivo até hoje. Sabia que ele sairia pela força do povo, pela democracia, mas acabou falecendo. Aí veio o Maduro de encomenda. O Maduro, como nós falamos aqui, já está podre, já devia ter caído. Está caindo de maduro.

O meu Partido defende as liberdades individuais, a liberdade de expressão, a lei de imprensa, o regime democrático, como falou o Presidente. O PMDB foi a vanguarda da liberdade, da transição da ditadura militar para a democracia, até porque o Presidente Sarney, que foi o primeiro Presidente depois da ditadura militar, era do meu Partido, o PMDB. E o PMDB não abre mão desses princípios. Então, vocês podem contar que, além dos partidos que já se pronunciaram aqui, o PMDB, Partido que tem a maior Bancada no Congresso Nacional, está firme também na defesa da democracia venezuelana.

Faço votos para que vocês consigam, o mais rápido possível, mudar os rumos da Venezuela.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu fiquei sabendo, recentemente, que até a diplomacia venezuelana foi completamente destruída, porque, no mundo, só há um embaixador do corpo diplomático de carreira. Só um. Essa é a informação que eu tenho – não sei se procede. Há um único embaixador no mundo diplomata. Todos os outros são da política do ex-Presidente Chávez e do Presidente Maduro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Raupp.

A Senadora Ana Amélia pediu a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa desse convite e desse contato para ouvirmos a palavra dos protagonistas de uma nova Venezuela, que queremos que se consolide no processo democrático o mais breve possível, a fim de que possamos, como aconteceu, ouvir quem está vivendo a realidade dramática de um país tão bonito – eu conheço a Venezuela – e tão amigo do Brasil: a população venezuelana.

Eu queria fazer, brevemente, apenas duas questões. A primeira, aos Parlamentares aqui presentes. Como as instituições na Venezuela estão funcionando hoje? Vemos uma precariedade do Poder Judiciário dominado por uma ideologia, sem a independência que se requer ao Poder Judiciário, inclusive à Suprema Corte. E como a

oposição, que ganhou o poder, sobrevive nesse clima de instabilidade pelas iniciativas que toma no Parlamento e que não têm validade? Então, como está essa situação, que eu imagino seja transitória e desejo que o seja?

Da mesma forma, queria saber também por que está aumentando o número de venezuelanos que saem da Venezuela e pedem residência na Argentina – esse número aumentou em 61%. Não são exilados, mas são pessoas que estão fugindo ou da violência ou da crise econômica.

Há a crise institucional, ou melhor, a crise da segurança pública na Venezuela e a crise econômica. Gostaria de saber qual das duas, ou se as duas somam esse caldo de caos que está vivendo o País em relação à escassez e às dificuldades.

Por fim, pergunto se a PDVSA, que viveu os mesmos dramas, os dilemas da nossa Petrobras, terá, de alguma forma, condições de melhorar o desempenho, com o dólar ao preço que está no mercado internacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Ana Amélia, nós já vamos nos encaminhando para o encerramento desta fase...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu queria solicitar, Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Não é nenhuma indagação. É só um registro muito célere.

Tendo em vista um debate com essa riqueza, lamento a ausência, na Comissão, de Senadores que têm uma posição democraticamente contrária e que defenderam aqui no plenário, tantas vezes, o governo atual da Venezuela para ouvir, pessoalmente, esses relatos tão ricos dos nossos Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. LUIS FLORIDO – Como é o nome do Senador?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Antônio Anastasia, que foi Governador de Minas Gerais, do PSDB.

Teremos, logo mais, algumas deliberações.

Agora, vou passar a palavra aos nossos convidados, que terão ocasião de responder às indagações e comentar as intervenções dos Senadores, membros desta Comissão.

Passo a palavra, inicialmente, ao Deputado William Dávila, por dez minutos.

O SR. WILLIAM DÁVILA (*Tradução simultânea*.) – Com relação ao que foi dito, Senador Serra – não sei se é Serra, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Serra é como você, que não precisa do xampu brasileiro. E eu também não. Tampouco eu. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu tenho um título melhor do que o Aloysio, porque o Aloysio foi exilado por dez anos e eu fui por quatorze anos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Duplamente exilado: exilado do Brasil e exilado do Chile.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

É interessante, se me permite, Aloysio. Anastasia foi Governador de Minas Gerais, segundo Estado brasileiro em população; Agripino, do Rio Grande Norte, um lindo Estado do Nordeste brasileiro; Ana Amélia é gaúcha, do Rio Grande do Sul – poderia estar falando castelhano melhor que eu aqui –, e do Partido Popular, um partido que eu diria mais de centro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Partido Progressista.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Progressista, perdão. Uma grande Senadora.

Valdir Raupp é de Rondônia, um Estado...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Também foi Governador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Farei apenas uma modulação à observação do Senador Anastasia e do Senador Serra.

O Senador Valdir Raupp, Vice-Presidente desta Comissão, sempre esteve solidário e é membro do PMDB, que é um partido importante da Base do Governo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem. Vamos, agora, ouvir o Deputado William Dávila.

O SR. WILLIAM DÁVILA (*Tradução simultânea*.) – Sim, rapidamente.

Em relação à comparação do que acontece na Venezuela e está acontecendo também aqui no Brasil atualmente, eu gostaria de colocar a significância desse Governo venezuelano, desde que Chávez entrou no poder e recebeu US$800 milhões – ou seja, números conservadores, inclusive – por conceitos de aumento dos preços do petróleo. Foram US$800 milhões, ou seja, são milhões e milhões de dólares. Onde está esse dinheiro, então?

Esta é uma resposta. Dívida externa, US$300 milhões; um déficit público, neste momento, temos um déficit de caixa de US$17 milhões! O PIB está em crescimento de 7%, 8%. A dívida externa, ou seja, a dívida do país já deve estar, mais ou menos, em 45%, 50% do PIB. Ou seja, a consequência que esse projeto populista nos trouxe foi, simplesmente, a desnacionalização, perda de identidade...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. WILLIAM DÁVILA (*Tradução simultânea*.) – Bom, em segundo lugar, eu gostaria de aproveitar a questão do governo, que é o que chamamos de Coeficiente de Gini, para dizer que a revolução gerou oportunidades e uma política de saúde, de educação e também de assistência social como nunca antes houve na Venezuela.

Segundo eles, a Quarta República, o que eles denominam de democracia, fracassou em termos de progresso social, então tira dessa colocação o coeficiente de uma experiência de vida e de saúde como foi dito e dentro de uma terminologia, que, a partir de 1990, foi aplicado esse índice de desenvolvimento humano.

Então, nós temos o Coeficiente de Gini, em 1998, novamente no poder, já estava então de zero ponto alguma coisa. Ou seja, números mais altos, onde a democracia foi democratizada e chegou a ter um índice de analfabetismo que chegava a um número percentual e teríamos aí três milhões de moradias que foram repartidas entre sete e oito milhões de hectares, onde havia a nacionalização do petróleo. Graças a essa nacionalização do petróleo, nós aproveitamos o projeto para poder fazer tudo o que nós já conhecemos de presentear dinheiro, digamos, a outros países, dar dinheiro a outros países.

Então, nós tivemos essa nacionalização e tivemos mais de 20 nacionalidades e teremos, ao final, três. Das universidades, a matrícula passou a ser por volta de um milhão e quinhentos de estudantes que estariam profissionalizados no país, onde nós teremos 30 milhões de habitantes, e foram construídas moradias. Ou seja, o projeto nacional, neste momento, onde nós tivemos então esse roubo do poder durante a ditadura e também a pena do poder dentro de uma democracia de 45 a 48 anos depois do golpe do Estado, antes desses 45, o que nós tivemos na Venezuela foi o que foi denominado como uma república liberal autocrática. Não havia, então, um projeto democrático de maneira tal que a democracia na Venezuela foi muito recente.

Contudo, quando nós tivemos Rómulo, em 1998, nós tivemos um projeto nacional, projeto nacional que foi estabelecido um critério de planejamento estratégico, onde participava o setor privado e o setor público e também as áreas que poderiam participar do Estado e do setor privado, e, sobretudo, Rómulo entendeu claramente que a democracia tinha que ter conteúdos sociais, tinha que ter um conteúdo de integração, claro. Então, foi, para ele, uma época difícil, o fidelismo, a época de guerra. Então, foram práticas, como o caso de fuzilamento de Castro, e também algumas das praias que tivemos, de Falcón, por exemplo, que estava no poder e que entraram nesse território venezuelano.

Assim, sempre tiveram esse objetivo de colocar a mão no petróleo venezuelano. E Rómulo dizia o seguinte: "Com os Estados Unidos nem com autoridades seríamos grosseiros". Então, nós teríamos aqui a organização de produção de petróleo e que foram feitas lutas contra os Estados Unidos para poder estabelecer cotas do petróleo brasileiro para que se pudesse alcançar essas cotas de exportações, e não havia nenhum projeto norte-americano ou ideológico com russos e chineses e que realmente e atualmente durante o imperialismo

e de um projeto revolucionário não é mais do que palavras vazias, porque realmente os fatores de produção nacional estão todos quebrados e o que nós tivemos que fazer foi estimular as exportações.

Entre os outros Senadores, eu acredito que Cristovam, o que fazer e qual o projeto pós-Maduro. Sim, nós tivemos um projeto, não é, digamos, um salto do nada.

Não, nós temos um projeto como dissemos do Nicolás Maduro do poder; nós queremos e acreditamos que temos raízes democráticas do povo venezuelano que foram afloradas no 6 de dezembro do ano passado, com as eleições que vocês já sabem. Nós tivemos um projeto de concertação, ou seja, onde há uma economia produtiva, onde o governo fala, agora, inclusive porque se deu conta, que nós não podemos continuar com uma economia rentista, porque já gastou todo o dinheiro no petróleo.

Depois que fez todo o possível para acabar com a indústria nacional e como eu acabei de dizer, com questões de empresas nacionais e todas as empresas que o governo pegou estão quebradas, digamos, falidas. Então, depois de um desenvolvimento de internacionalismo proletário, se passou a uma exportação de evolução para utilizar o serviço diplomático, que alguns dos Senadores falaram aqui, a quantidade de embaixadores, que vem na época onde havia uma alta comissão de política brasileira.

Esse embaixador, qual era seu projeto ativista, de política social no país e no setor? Essa seria a condição para ele. Inclusive, no ano passado, Jaua veio aqui ao Brasil e se envolveu com problemas internos porque passou a se envolver com movimentos internos. Em 2002, nós disputamos com Lula a Presidência. Houve uma política, eu e Chávez, porque ele veio aqui... Na verdade, antes disso, eu já tinha criticado, nós havíamos apresentado restrições e críticas venezuelanas.

Eles vieram aqui para apoiar e tal, mas vieram fazer campanhas para Lula, e isso, é claro, não teve nenhuma influência. Eu acredito que Chávez, inclusive, teve influências negativas em muitas eleições da América Latina, vocês já sabem. Mas somente para ilustrar esse ponto a que o senhor está se referindo. Sim, exatamente, sobre o que fazer, como disse o Senador, a pergunta dele, para ter um respaldo a uma institucionalidade democrática, ao País e ao que representa hoje na Assembleia Nacional, esse apoio à Lei de Anistia, fóruns.

Ou seja, não ter um critério exclusivamente político, interno, mas extrapolar todas as repressões que nós estamos fazendo, porque se trata de defender a democracia e de promovê-la também. Não se trata de defender um só grupo político, inclusive acredito que isso é muito importante, de o que fazer, essas pressões, os apoios, articular fóruns, encontros entre Deputados para criar um Grupo de Amizade Parlamentar entre Venezuela e Brasil. Isso nos ajuda bastante a intercambiar essas informações.

Outro Senador, José, que falou sobre a implementação de anistia, que eu acredito que é muito importante e também sobre o que falava a Senadora Ana Amélia, como vivemos em meio desse problema. Sim, é verdade, Deus existe! E isso, na verdade, é um milagre! Nós não nos rendemos. Essa é a realidade. Eu, uma vez, li um livro sobre um sobrevivente de holocausto, fundador da escola austríaca Viktor Frankl – eu acho que é o nome dele – e uma pessoa lhe perguntou como que ele fazia para sobreviver diante de problemas, como um campo de concentração. Como ele conseguiria viver? Ele falou: "Porque eu nunca perdi a fé." Então, nós da Venezuela, nunca perdemos a fé. E isso nos revela uma força e temos, então, a plena convicção de que tudo isso vai mudar e que isso foi iniciado dia 6 de dezembro do ano passado.

Então, nós não teremos outra batalha. Nós estamos, sim, aguardando a vitória, não a derrota. Outro disse, de forma geral, que o projeto que nós estamos tendo é de Maduro. Bom, eu acredito que nós temos que enfrentar, ir em frente, apoiar a educação. Eu acredito que o grau de inserção escolar das crianças na fase pré-escolar, estamos aí alimentando narcotráfico.

Nós temos um Estado, inclusive, infiltrado pelo narcotráfico. Nós temos de lutar contra isso. Temos de apoiar muito a agricultura. Nós não podemos continuar sendo um estado importador para sermos poderosos para outros, enquanto que os nossos fatores produtivos estão todos, digamos, falidos.

Acredito que nós temos de recuperar o valor do trabalho. Nós perdemos em nosso país o valor do trabalho. Por que, então, foi perdido esse valor? Porque se confundiu um projeto de redenção social com assistencialismo. Então, é algo evidente. Se algum partido fundou os programas sociais da Venezuela nós temos, então, uma ação democrática. Mas não confundimos nunca assistencialismo com o que deveria ser uma política social vertebrada e integrada para que as pessoas vivessem das dádivas que seriam dadas pelo Estado.

Todas as fazendas da Venezuela e o campo desapareceram porque chegavam às famílias e diziam: "Toma isso aqui, essa ajuda aqui, essa assistência aqui. " Então se pensava: "Por que vamos trabalhar se temos tudo do governo?" Então, foi o que aconteceu no nosso Estado. Nós temos de, sim, desmilitarizar a administração pública da Venezuela, porque nós temos, inclusive, um grande problema, hoje em dia. São generais ativos, generais não sei o que, não sei o que, ou seja, isto foi o que governo criou: uma empresa militar a qual entregou a extração, o transporte, o estudo, a exploração do petróleo, diamantes, toda a mineração venezuelana para competir com a outra empresa estatal que compete na Venezuela.

Faz 15 dias. Então, nós não podemos continuar com um estado que está nas mãos dos militares e, sim, desmilitarizar o País. Esse é o grande fator importante para o desenvolvimento.

Por último, nós temos de democratizar o País, teremos de reconstitucionalizá-lo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador, por gentileza, uma pergunta. E os militares nesse meio, nesse contexto?

O SR. WILLIAM DÁVILA – Vou responder uma coisa. Os militares são leais até o fim. Porém, não sei se me explico.... Nós temos um setor militar preparado que está consciente, o que é significativo, inclusive. Conformam os grandes negócios, a área petroleira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Os militares brasileiros, inclusive, são absolutamente convencidos e integrados no regime democrático. Não existe, no meio militar brasileiro, nenhum tipo de contestação da ordem democrática. Pelo contrário.

O SR. WILLIAM DÁVILA – Então, esse é um grande desafio que nós temos.

Contudo, nesse processo – para finalizar as minhas palavras – gostaria de dizer o seguinte: nós estamos vivendo um processo de transição. São transições imprescindíveis, plenas, não somente para se voltar aos erros, mas à democracia dos anos anteriores. Estamos vivendo um processo de transição. O.k.? Se supõe, então, que nós temos de ter muito otimismo, muita confiança, muita geração.... Aqui temos o Vecchio que é um dos nossos exilados.

Também, para finalizar as minhas palavras, tivemos, em 6 de dezembro do ano passado, uma definição para que os jovens não se vão do nosso país, se tivéssemos a distribuição do sistema petroleiro, da educação etc, etc, para as pessoas jovens.. Muitos quiseram se transformar em imigrantes em um país que nunca se quer conheciam. A Venezuela foi sempre um país de emigração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Deputado William Dávila.

Está aqui entre nós o Deputado Roberto Freire, que já foi Senador, que é um dos líderes políticos mais importantes e influentes do nosso País. É o Presidente do Partido Popular Socialista. Creio que teremos o maior prazer de ouvir considerações do Deputado Roberto Freire, meu bravo líder.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – Agradeço.

Tive contato com os parlamentares venezuelanos, ontem, e não vou falar em portunhol, que é péssimo. Não sei o Serra, como é...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Serra fala espanhol clássico.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – Clássico, não é? (*Risos.*)

Bom, quero saudar aqui, de forma oficial, porque ontem foi um encontro nos corredores da Câmara dos Deputados. Mas o que me motiva a falar é algo que foi aqui comentado: o apoio à lei da anistia.

Eu queria trazer, para que conhecêssemos, esse processo de anistia em dois países, que pode ajudar na compreensão do que pode vir a ocorrer nessa luta pela anistia, na Venezuela.

Nós tivemos uma anistia ainda no Regime Militar e, naquela oportunidade, nós usávamos aqui, na luta pela anistia, o que havia ocorrido em outro país ainda no regime de transição da ditadura franquista, a Espanha, os célebres Pactos de Moncloa, que, além de outras discussões, envolviam problemas da anistia. Tanto lá, quanto aqui, não houve a perspectiva de uma anistia ampla, como aquela que a Assembleia Nacional da Venezuela pretende – ampla, geral, para todos os presos.

Não foi conseguido isso na Espanha, porque os Pactos de Moncloa foram parciais na questão da anistia. Como nós aqui, também, ainda no Regime Militar, com Figueiredo na presidência, não conseguimos a ampla, geral e irrestrita. Mas foi ampla o suficiente para voltarem quase todos os exilados brasileiros. Isso foi uma transição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E o processo político se encarregou do resto.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – Sim. É uma transição.

Então, eu quis trazer essa compreensão de outros processos para dizer que a luta que vocês estão encetando, ainda com o Maduro da presidência, e o chavismo ainda dominando, não é algo que seja inédito. O inédito é a realidade venezuelana, que não há outra igual. Mas os processos têm semelhança.

E dizer que, da mesma que nós fomos vitoriosos, na Espanha também houve a vitória, não tenho dúvida que a Venezuela também será vitoriosa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Roberto Freire.

E lembrar também que a nossa luta pela anistia, no Brasil, contou com uma ampla solidariedade internacional.

Muito bem, o Carlos Vecchio gostaria de dar também uma palavra. E depois nós passaremos ao encerramento desta parte da reunião, com as considerações do Presidente Luis Florido.

O SR. CARLOS VECCHIO (*Tradução simultânea*.) – Muito bom dia, muito obrigado, Senador Nunes e todos os presentes. A última vez que eu estive aqui, no Brasil, eu estive com Leopoldo López. E eu estive, inclusive, nesta Comissão, não sei se o Senador Nunes estava presente, mas falamos sobre o caso de incorporação da Venezuela no Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não estava presente. Não era Senador, não tinha idade suficiente. (*Risos.*)

O SR. CARLOS VECCHIO – É interessante porque estou aqui novamente, nesta mesma Comissão, em outra sala, mas estou na mesma Comissão. Eu não era Senador, na época. Bom, eu diria que foi a última vez em que eu estive aqui.

Eu estava escutando aqui as intervenções e as experiências do Senador Serra e também do Senador Nunes. E eu disse ao Senador Serra: o que o senhor viveu há 40 anos, eu estou vivendo hoje.

O que o senhor viveu, Senador Nunes, antes, eu estou vivendo agora. Então, observem essa experiência que eu estava comentando, a questão do Chile, a transição da democracia, e de quanto tempo estamos falando disso, dessas experiências, do Brasil com a ditadura militar, pelo menos, há 40 anos. E o nosso drama é que, ainda em pleno século XXI, estamos falando de perseguição, de encarceramento, etc. Isso é inaceitável.

Essa é a reflexão que nós, como sul-americanos, temos que fazer. E eu tive que deixar o meu país por razões políticas. A primeira ordem de captura foi contra Leopoldo e eu estou sendo acusado pela mesma coisa, simplesmente por expressar as minhas ideias políticas.

E, nesse momento, eu tive que me esconder. Passei 68 dias na Venezuela por uma perseguição implacável contra mim e contra a minha família com ameaças de morte. E nós tomamos a decisão de ter que ir a um outro *hall* internacional. E, se eu não tivesse saído da Venezuela, eu estaria preso e torturado e isolado, como estão Leopoldo e outros políticos na Venezuela.

Enquanto nós falávamos sobre oitenta pessoas que estão sendo torturadas, humilhadas, etc, são pessoas e suas famílias também. Leopoldo está preso fisicamente, eu estou preso na alma. Nós estamos no exílio, estamos presos na alma.

O senhor sabe, Senador Nunes, a pessoa não quer estar fora do seu próprio país, principalmente se é uma pessoa que tem um apreço à política. Estamos falando de perseguição, que não tem antecedentes contra quem está pensando diferente.

Esse é um aspecto que obriga a nós, como seres humanos, a levantar a voz sem importar a sua nacionalidade, ideologia, sem importar de onde nós viemos. Contudo, essa perseguição e também esses temas de direitos humanos é o que nós temos que levantar na nossa região.

E, também, a lei da anistia seria boca fechada e suas feridas... Nós seríamos, então, beneficiados por essa lei. Porque estou esperando essa lei para poder então ser... Eu gostaria de ter sido... Na verdade, fui candidato no ano passado para direitos políticos e cassaram o meu direito de ser eleito. Por abuso de poder, nós tivemos outra violação de direitos políticos na Venezuela.

Agora, eu gostaria de fazer uma enfatização ao que os senhores perguntaram. Senador Agripino sobre o que fazer e como focar esses esforços? A Venezuela hoje, com o que nós fizemos desde o dia 6 de dezembro, nós tivemos resultados verbalmente pelas vias que nós estamos conhecendo e está sendo utilizado o Tribunal Supremo de Justiça para uma decisão popular.

O que Nicolás Maduro está fazendo é se expressar e parar as iniciativas da Assembleia Nacional. Imaginem vocês, por um momento, que o tribunal supremo do Brasil dissesse que todas as decisões partindo de uma medida cautelar e partindo desse corpo e depois todas seriam nulas.

Com uma medida cautelar, sem haver juízo, como os Srs. Parlamentares se sentiriam? Como se sentiriam? O que diria a senhora? A senhora não é mais Senadora, por uma medida cautelar. Então, a senhora teria o direito de escutar. Como a senhora se sentiria?

Então, é isso que nós estamos vivendo agora. Então, nós temos essa questão popular. E a mensagem que deixo aos senhores é que nós temos, e estamos tentando fazer com Maduro, é uma decisão de nosso Poder Judiciário independente. Não é um Poder Judiciário de separações de poder como nós estamos acostumados com a democracia em tribunal de militantes do partido oficial, utilizados para aniquilar a Assembleia Nacional.

E essa é a chantagem internacionalmente que nós não podemos aceitar. E é onde nós temos que falar de uma maneira mais firme e em voz alta diante das autoridades. É isso que eu gostaria de colocar em questão da vontade popular e tratando dos militantes, que não são somente competência da Assembleia Nacional, mas que teríamos desde 6 de dezembro uma medida que nós tivéssemos para resolver esses temas.

E a ideia que eu gostaria de deixar aqui para uma reflexão é uma: a atuação autônoma deste Parlamento. E, sinceramente, agradeço porque vocês não sabem o significado da presença dos Senadores aqui nesta Comissão e o impacto que teve em uma prévia eleição e como isso serviu de pressão para baixar a violência que havia nesse momento, sobretudo a respeito de resultados. Da forma como os senhores têm como uma ação de coragem e que surgem efeitos na Assembleia Nacional quando tratamos desses direitos.

O primeiro passo os senhores já falaram, seria fazer valer o voto dentro de uma Assembleia Nacional. Mas podemos fazer também de outra forma, em nível legislativo. E também o Executivo tem a sua própria voz. Ou seja, eu sou venezuelano, não tenho nenhum tipo de influência em relação a Dilma Rousseff, mas os brasileiros têm, os Senadores sim, os seus poderes legislativos sim. Os senhores têm, sim, a força de poder levantar a voz diante do seu Poder Executivo, em vias democráticas de diálogo e de respeito, para que possamos falar de direitos humanos e de democracia, em que o Brasil seja um líder como tem que ser na região latino-americana. O Brasil tem que gerar, então, pelo seu tamanho inclusive, pela região, pelo que vocês viveram como ditadura militar, mesmo depois de 40 anos, terem um sistema como nós estamos tendo na Venezuela. Vocês são esses que podem levar a esse processo de mudança, de tratar então com que, nesse caso do Itamaraty, com a influência necessária para que se possa entender o que nós estamos vivendo dentro de um princípio delicado.

Não só com o Itamaraty, eu quero nomear aqui três pontos importantes em três organismos internacionais pelos quais nós estamos fazendo parte, que é o Mercosul, que é a Unasul e que é a OEA. Então, nós estamos nesses três pontos, e o Brasil está incluído dentro deles. Vocês não estão defendendo a oposição venezuelana, estão defendendo a democracia, princípios democráticos, a proteção de direitos humanos.

Luis, o novo Secretário-Geral, emitiu dois comunicados que ficaram como respaldo aos nossos irmãos, em que disse que o Brasil é uma peça importante na OEA. Então, o Tribunal Supremo que vocês estão utilizando aqui, para deixar de fora três Deputados da oposição e para poder então finalizar com a assembleia, é algo que não pode ser utilizado dessa maneira, inclusive, digamos, é um golpe direto à decisão popular, é uma oportunidade que vocês podem insistir no Brasil porque podem fazer inclusive outro, obviamente é mencionado a Unasul e Mercosul, que tem protocolo.

E esta mensagem eu deixo aos senhores, onde fazer, que foco ter e que podemos fazer para intervir e que esforço nós podemos fazer, em curto tempo, para obter um resgate dessa democracia, porque no final, o fundo venezuelano poderá ser rompido dentro desse contexto?

Muito obrigado Sr. Senador, por esta oportunidade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Lembrando que esta Comissão deu uma importante contribuição quando vetou um ativista do chavismo que ia ser encaminhado aqui, um embaixador que ia ser encaminhado à OEA..

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem, para encerrar, então, a nossa audiência pública, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Política Exterior, Soberania e Integração da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, Deputado Luis Florido.

O SR. LUIS FLORIDO – Muito obrigado. Antes de fazer as minhas colocações, eu gostaria de agradecer a presença de Fernando que, ainda não sendo Senador nem Deputado, passou a se incorporar ao centro, ao corpo de amizades dos venezuelanos no Brasil, que têm amor inclusive ao País que é vizinho, o Brasil.

Fernando, obrigado por toda a sua consideração conosco.

Eu gostaria de deixar alguns números porque acredito que eles já falam por si só. E quando nós pensamos nos 17 anos do Governo, tanto do Chávez como do Maduro, na Venezuela, nós temos que concluir então com esses números que nos dizem obviamente o que está acontecendo na Venezuela. A inflação de 270% deste ano, apesar de a oficial ser de 108%. A dívida venezuelana de US$280 milhões. Eu gostaria de lembrar que o Presidente Chávez recebeu uma dívida consolidada por volta de US$87 milhões. Pela Venezuela recebeu US$1,5 milhões, de milhões e milhões de dólares, nos últimos 17 anos. Ou seja, a maior bonança petroleira e o melhor endividamento.

Então, a bonança não foi suficiente.

O déficit fiscal de 20% do Produto Interno Bruto.

A pobreza cresceu e, 45% no ano de 1998 e, em 2014, a 48,4% e fechou 2015, a 73%. Vocês podem observar a curva específica de um crescimento de pobreza nesses últimos anos, ou seja, um incremento bastante significativo.

A escassez de 80% em alimentos; em remédios, 93%; e eu acredito que alguns dos Senadores, eu acredito que, pelo menos, tomem um medicamento para hipertensão, tireoide ou que seja qualquer outro tipo de medicamento.

Eu acredito que qualquer cidadão precisa de medicamentos e na Venezuela nós não temos. E, quando teríamos essa possibilidade de ter medicamentos, nos roubaram.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Me permite um aparte. Só lembrando que, no encontro que essa Comitiva, representando a Assembleia Nacional, teve com a Direção da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), os empresários da Fiesp se propuseram a uma mobilização para arrecadar medicamentos para enviar à Venezuela.

O SR. LUIS FLORIDO (*Tradução simultânea*.) – Sim, isso é o correto. Nós solicitamos à Confederação das Indústrias de São Paulo, que é tão importante para o Brasil, esse apoio social humanitário que significa levar os medicamentos à Venezuela como parte do apoio e nós, inclusive, propusemos que seria interessante, mas é uma catástrofe para nós em questão da qualificação.

Podemos dizer que a Venezuela aparece, a partir da Transparência Internacional, como um dos dez países mais corruptos do mundo. É um dos quatro países piores do mundo para investimento.

Segundo o *Economic Freedom*, estamos no nº 157, ou seja, é um dos mais baixos do mundo.

Segundo o Fórum Econômico Mundial, somos o país nº 132 para investimento.

Segundo a *Heritage Foudation*, somos o quarto pior país para investimento no mundo.

Segundo o *Doing Business*, somos o 186º em liberdade.

A inflação na Venezuela, nos últimos 16 ou 17 anos, cresceu em 7.931,8% e o consumo, no último ano, decresceu 10,4%.

Pela reflexão do Senador Serra em relação aos números, eu analiso que este processo, que nós, sim, denominamos o chavismo na Venezuela, foi inclusive uma ilusão, foi uma fantasia.

O Senador, acho que foi o Senador Agripino, se referia... Senador Cristovam Buarque, sim, se referia a se coincidiu com o Chávez. Em princípio, Senador, eu gostaria de dizer que vários milhões tiveram essa mesma ilusão, mas Chávez foi, digamos, uma miragem.

Na verdade, foi que ele administrou com irresponsabilidade os recursos da Venezuela e, por isso, nós estamos vendo que estamos vivendo consequências da administração pública no momento do seu governo e agora, do Nicolás Maduro, com a falta de tomada de decisões.

Eu repito esses números: a taxa cambial era de 6 bolívares por dólar. Hoje, chega a 10 bolívares. A taxa de mercado negro, então, chega a 1.020 mil bolívares. Isso é um número absurdo. Vocês têm que colocar em ordem essa economia. O País precisa entre US$40 mil e US$45 milhões frescos para poder atender às dívidas internas e externas e iniciar um processo de fechamento da economia venezuelana.

Então, o Presidente Óscar Arias esteve na Venezuela e disse que a Venezuela necessita, exatamente, de uma organização da sua economia, porque o grave problema, a grave crise em que nós estamos foi resultado da nossa cúpula do Governo que está administrando os nossos recursos na Venezuela.

Obviamente, Sr. Senador Agripino, é fundamental apelar à cláusula da Unasul e também à Carta Democrática do Parlamento Venezuelano, que simplesmente recebeu um golpe judiciário. E como poder organizar esse país assim? É possível administrar um País com questões democráticas. Nós temos que, claro, observar a questão pública, o poder público, isso pode ser uma ideia abstrata, porém os poderes públicos permitem à sociedade o seu desenvolvimento, porque têm o controle aos Estados venezuelanos e porque têm parte dos poderes e podem repartir justiça. Um país sem justiça, então, é um país que não conquista a paz – como dizia Benito Juárez –, é um desrespeito ao direito alheio.

Tínhamos aqui outra referência da ditadura da Venezuela, claro, agora uma ditadura disfarçada de ditadura. Não temos mais roupas de democráticos, porque, quando o Tribunal Supremo nomeia de forma que atende aos interesses do executivo nacional, evidentemente, se perde o equilíbrio do poder. Em uma Assembleia Nacional que conta com qualquer poder público, como está sendo então, agora, Senadora Amélia, como fazer? Bom, o que podemos fazer? Podemos fazer muito, Senadora.

Nós, Deputados da Venezuela, vamos continuar lutando, sem medo. Aqui estamos falando com plena liberdade. O dia que em que chegarmos daqui, na sexta-feira, à Venezuela, a Caracas, a uma hora da manhã, tanto o Deputado William Dávila como eu – podem fazer conosco qualquer coisa, nós não temos medo.

Mas eu também gostaria de destacar e agradecer que vocês também não têm medo. Gostaria de agradecer a essa delegação que foi à Venezuela sem medo, foram aguerridos e que estavam lutando pelos direitos dos nossos Deputados. Com mais razão que fazem, inclusive, com qualquer visitante internacional. Não podemos, obviamente, ir a Miami e descansar. Nós temos que, sim, ingressar a essa mudança na Venezuela. De que forma? Com a solidariedade da comunidade internacional, do Parlamento independente – como o brasileiro –, da República Federativa do Brasil e com apoio do povo, o povo impulsionando as mudanças em nosso País.

A luta pela anistia, Senador Antonio Anastasia, Deputado Roberto Freire, é parte dessa luta pela recuperação dos direitos venezuelanos. E para retomar a Venezuela o princípio da paz, isso passa pela reconciliação dos venezuelanos. Aqui não podemos virar uma oposição, vir ao poder para nos vingar. Não. Temos que chegar, subir ao poder para reinstitucionalizar a Venezuela, para conseguir todos os direitos. E que os direitos

sejam para todas as pessoas de nosso País. E que possamos conquistar, através da paz, as mudanças para os nossos cidadãos. E, a partir da paz, teríamos então a reinstitucionalização do País, que seria um processo muito importante, colocando as coisas em seus devidos lugares, dos nossos perseguidos políticos.

Eu, de fato, para finalizar, gostaria de agradecer a essa audiência pública da Comissão de Relações Exteriores. Agradecer, obviamente, a todos os Senadores: Cristovam Buarque, Valdir Raupp, José Agripino, Fernando Bezerra, Ronaldo Caiado, José Serra, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Flexa Ribeiro e ao Presidente Aloysio Nunes, por esta audiência pública.

E gostaríamos de entregar, então, neste momento, o convite por parte da Comissão de Políticas Exteriores da Assembleia Nacional Venezuela, unicameral, onde reiteramos o convite a que os senhores venham fazer um esporte extremo: que é visitar o nosso País. E esperamos que essa oportunidade possa chegar ao destino e, tanto na Comissão de Políticas Exteriores como na mesma Assembleia Nacional, possam nos visitar e conhecer em primeira mão o que está acontecendo em nossa Venezuela tão dolorida, que está gritando por mudanças.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, meus prezados amigos, Carlos Vecchio, Luis Florido, William Dávila. Ficamos muito honrados com a visita. Creio que esta visita foi mais um passo no sentido de estreitarmos as relações entre o Congresso brasileiro e o Congresso venezuelano – agora renovado democraticamente com a magnífica vitória das forças democráticas.

Recebo, com muito prazer, o convite que foi formulado pelo Presidente Luis Florido e que contém, também, uma sugestão de reativarmos o Grupo de Amizade – um grupo parlamentar de amizade – Brasil-Venezuela, que está dormindo. Precisamos acordá-lo para que ele possa ser mais um instrumento de congraçamento e de colaboração entre nós.

Muito obrigado, e tenho ainda...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É uma consulta, primeiro. Não sei se, depois de uma reunião tão interessante.... Quero agradecer muito aos senhores, realmente foi muito interessante. E me colocar à disposição nessa luta pela democracia na Venezuela, no que pudermos fazer aqui. Se, depois disso, não justificaria pedir ao Presidente dois itens extrapauta sobre a indicação de dois embaixadores, de que sou o Relator. E, na próxima semana, não estarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, eu ia fazer exatamente isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ah, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Queria me despedir dos nossos amigos, porque temos ainda duas questões, digamos assim, da rotina da nossa Comissão, que é a leitura, pelo Senador Cristovam Buarque, da mensagem da Presidente da República indicando dois embaixadores para nos representar em países com os quais temos relações: Costa Rica e Ucrânia.

De modo que vou me despedir dos meus amigos agora. Peço à Senadora Ana Amélia, se puder, que faça as honras da Casa, porque eu, infelizmente vou ter... Volta, claro!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro.

O SR. WILLIAM DÁVILA (*Tradução simultânea.*) – Presidente, eu vou entregar aqui a todos e ao Presidente da Comissão, esse é o projeto da anistia, para que, de alguma maneira, seja analisado e, claro, nos ajudem para propiciar todo um conteúdo que aqui está dito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu agradeço muito, vou pedir para tirarem cópia e distribuir para os membros da Comissão.

Muito obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Passamos às mensagens dos embaixadores.

EXTRAPAUTA
ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, que é Relator da mensagem da Presidente da República que indica, para representar o Brasil na República da Costa Rica, o Sr. Fernando Jacques de Magalhães Pimenta, que tenho impressão que foi seu aluno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Os dois, aliás, o Embaixador Fernando Jacques de Magalhães Pimenta foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Costa Rica. V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, a Presidente enviou para nós a indicação do Sr. Fernando Jacques de Magalhães Pimenta, que é Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na simpaticíssima República da Costa Rica.

Ele é formado em Direito em 1974. Diplomata, cursou o Curso de Preparação da Carreira do Instituto Rio Branco, onde concluiu, em 1992, com a tese: "Perspectivas da Cooperação Brasil-Comunidade Econômica Europeia em Ciência e Tecnologia". Ou seja, um trabalho extremamente importante para os dias de hoje.

Foi Terceiro-Secretário em 1974; Primeiro-Secretário em 1981; Conselheiro em 1989; Ministro de Segunda Classe em 1997. Dentre as funções, foi chefe, entre 1995 e 1999, da Divisão da América Meridional II; assistente na Divisão da Organização dos Estados Americanos; assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos. Na Presidência da República foi Assessor da Área Internacional, entre 1988 e 1990. De volta ao Itamaraty, chefiou a Divisão da África III e foi Diretor do Departamento da África, em 2007.

No exterior, serviu na Embaixada de Luanda; em Washington, na Organização dos Estados Americanos; na Comunidade Econômica Europeia; na Delegação do Brasil junto à Aladi; como Cônsul-Geral em Montreal; Cônsul-Geral em Vancouver; Cônsul-Geral em Assunção.

Chefiou a delegação brasileira em várias reuniões internacionais. É portador de importantes condecorações brasileiras e estrangeiras. E vale a pena uma pequena referência sobre a República da Costa Rica nos aspectos políticos e econômicos. É o principal parceiro comercial do Brasil na América Central e o único País do istmo centro-americano que manteve, até 2014, superávit na balança comercial com o Brasil. No intercâmbio comercial, registrou queda em 2009, recuperando-se entre 2010 e 2012. Há várias empresas brasileiras na Costa Rica, entre elas a Andrade Gutierrez; o grupo Ibope; a Via Uno (calçados); a Totvs (informática); a Dumond (acessórios e calçados); a Fábrica di Chocolate (alimentos e bebidas) e a OAS, que tem a seu cargo o Projeto Hidrelétrico Balsa Inferior. O Brasil tem interesse em ver aumentando o perfil de participação de empresas brasileiras na Costa Rica. E tem trabalhado nesse sentido.

No plano regional, o Brasil vem apoiando a proposta de assinatura de Acordo-Quadro de Associação Mercosul-Sica.

No que diz respeito à cooperação técnica, o programa de cooperação Brasil-Costa Rica é composto atualmente de quatro projetos. Outras áreas de cooperação são a esportiva e a humanitária e, muito especialmente, na de comunicações.

O informe do Itamaraty registra que há 1.300 nacionais brasileiros residindo na Costa Rica. Registra, ainda, que a Costa Rica desfruta de longa tradição de democracia e estabilidade, mantida desde 1949, quando foi promulgada a nova Constituição e abolidas as Forças Armadas, sendo os recursos, então, liberados para a educação e saúde, fazendo uma verdadeira revolução na educação daquele País que é, de longe, o que tem melhor educação em todo o continente latino-americano.

A sua política externa caracteriza-se pela postura de neutralidade. Cabe lembrar que um ex-Presidente recebeu o Prêmio Nobel da Paz e foi, há pouco, citado aqui por um dos representantes da Venezuela, o Óscar Arias.

Em virtude do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e Srªs Senadoras desta Comissão estão inteirados dos elementos informativos necessários e suficientes à apreciação do nome do Embaixador Fernando Jacques de Magalhães Pimenta para o cargo de Embaixador na Costa Rica.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão. Nos termos do Regimento, fica concedida vista coletiva.

Passamos ao próximo item extrapauta:

EXTRAPAUTA
ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pronto para deliberação

O Relator é o Senador Cristovam Buarque, que tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O Embaixador Oswaldo Biato Júnior já ocupou o cargo de Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Também seu ex-aluno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Também meu ex-aluno, com muito prazer, e hoje tem uma função muito importante no Itamaraty.

É filho de Oswaldo Biato e Nea Fortuna Biato. Como filho de diplomata, nasceu em Buenos Aires, mas é absolutamente brasileiro – por ser filho de brasileiro servindo no exterior. Graduou-se na Universidade Nacional da Austrália. Fez o Instituto Rio Branco, onde começou sua carreira, tendo sido Terceiro-Secretário em 1981; Conselheiro em 2003; Ministro de Segunda Classe em 2007; Ministro de Primeira Classe em 2014.

Pelo brilhantismo da carreira do ilustre diplomata, permita-me registrar neste relatório as etapas galgadas desde sua admissão na Casa, Rio Branco, fazendo um curto resumo de tudo isso, uma vez que os Srs. Senadores e Senadoras dispõem da cópia desse meu relatório.

Iniciou na Divisão da Ásia e da Oceania. Esteve como Segundo-Secretário na Embaixada do México. Serviu na Embaixada de Estocolmo. Voltando ao Brasil, foi assistente na Divisão de Política Comercial e da Divisão de Comércio Internacional. Ocupou o cargo de Secretário-Geral Adjunto do Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Foi alçado a Embaixador em 2011, exercendo o cargo em Astana – de 2011 a 2013. Removido ao Brasil ocupa, desde de 2013, o cargo de Diretor do Departamento de Europa.

Nessa etapa, em 2015, chefiou a delegação brasileira na XVI Reunião da Comissão Mista Brasil-União Europeia, realizada em Brasília. Chefiou a delegação brasileira à IX Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França.

Em todas essas missões – permanentes e temporárias – revelou-se, Ilustre Senador, um dos mais preparados e hábeis negociadores.

Registre-se que, no plano curricular, o Embaixador Oswaldo Biato recebeu, da Suécia, a Ordem da Estrela Polar no grau de Cavaleiro e, da França, a Ordem Nacional do Mérito, grau de Comendador.

Além do *curriculum vitae*, o Itamaraty fez constar na mensagem que nos enviou, informações sobre a Ucrânia e sobre o Brasil. Mas quero fazer uma referência especial que a presença do Embaixador como Diretor do Departamento da Europa, permite colocá-lo entre um grupo muito especial de grandes diplomatas, porque, no momento em que se atravessa a crise fiscal e econômica, a tragédia da migração em massa e o terrorismo que abalam o continente europeu, o Embaixador Biato tem demonstrado excepcional competência diplomática nesse cargo – e eu sei disso por conversas com os embaixadores desses países.

Quanto à Ucrânia, é uma República semipresidencialista, porque tem um parlamentarismo com um Presidente muito forte. Está localizada no Mar Negro, com área de 63 mil quilômetros quadrados. O seu Índice de Desenvolvimento Humano está em 0,734. O governo brasileiro reconheceu a independência da Ucrânia em dezembro de 1991, quando esse País se afastou da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. E tem mantido relação desde 1992. Desde a consolidação de sua independência tem dado demonstração concreta de interesse em aprofundar suas relações com o Brasil. Cabe lembrar, especialmente, as relações na área de pesquisas espaciais.

Tivemos um comércio entre Brasil e Ucrânia de R$293 milhões no ano passado. Foi resultado da relação bilateral, mas é muito importante o relacionamento relativo à cooperação especial. Essa parceria entre os dois países foi instituída pelo Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, que foi denunciado pelo governo brasileiro em 24 de julho de 2015 – a meu ver de uma forma absurda, no reconhecimento da incapacidade de levar a sua parte do trabalho, e está nos deixando tão atrasados nessa área.

Hoje, Senador, fizemos – e valia a pena debater isso aqui na Defesa Nacional também – uma audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia e nós estamos atrás da Coreia do Sul, da Coreia do Norte, do Paquistão, do Irã...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Da Argentina.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Da Argentina, ou seja, nós estamos em uma situação vergonhosa, e uma das coisas foi essa denúncia no acordo.

O objetivo do tratado era definir as condições para o desenvolvimento do Sítio de Lançamento Cyclone-4, no Centro de Lançamento de Alcântara, e para a prestação de serviços de lançamentos espaciais das partes.

O Tratado de 2003 estabeleceu obrigações para o Estado brasileiro, para o Estado ucraniano e para a Alcântara Cyclone; à Ucrânia cabia desenvolver o foguete propriamente dito.

O Governo brasileiro instituiu, em 2014, uma Comissão Interministerial para analisar o futuro, e está estudando, mas estamos perdendo muito tempo. Eu espero que a presença do Embaixador Biato em Kiev possa ajudar a superar essas dificuldades. Ele vai representar também na República da Moldova, que é uma pequena república, mas que, como toda república independente, merece a nossa atenção.

A Moldova tornou-se independente também junto com a Ucrânia quando se afastaram da União Soviética. No campo multinacional, a Moldova apoiou as candidaturas do Embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da Organização Mundial do Comércio e do Prof. José Graziano à direção-geral da FAO. O embaixador do Brasil não reside em Moldova, mas mantém contatos diretos com aquele país.

Em virtude do exposto, entendo que os Srs. Senadores e Srªs Senadoras membros desta Comissão estão inteirados dos elementos informativos necessários o suficiente para a apreciação do nome do Sr. Oswaldo Biato Júnior para o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia, cumulativamente na República da Moldova.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Fica concedida vista coletiva.

Em relação à ata da reunião anterior, todos já tomaram conhecimento dela, não há necessidade da sua leitura, de modo que, se não houver objeção, vamos declará-la aprovada.

Há também outros três requerimentos do Senador Lasier Martins, como itens extrapauta:

EXTRAPAUTA
ITEM 6
MINUTA de REQUERIMENTO Nº , de 2016

Requeremos, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos ou do governo argentino sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do número de turistas vindo da Argentina

Autoria: Senador Lasier Martins

EXTRAPAUTA
ITEM 7
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Requeremos, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico, detalhando quais obras de saneamento básico estão previstas para as cidades litorâneas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Lasier Martins

EXTRAPAUTA
ITEM 8
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Requeremos, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro das Cidades, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico, detalhando quais obras de saneamento básico estão previstas para as cidades litorâneas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Lasier Martins

Em discussão.
Encerrada a discussão, passamos à votação em bloco dos três requerimentos.
Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Estão aprovados os requerimentos, que vão agora ao plenário.
Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e um minuto do dia três de março de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Telmário Mota, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Assina a lista de presença o Senador Dalirio Beber, não membro desta Comissão. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. INVERSÃO DE PAUTA: 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 6, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador José Agripino, que faz a leitura do Relatório. Faz uso da palavra para discussão da matéria o Senador Flexa Ribeiro. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. O Plenário da Comissão aprovou requerimento de urgência para o prosseguimento da tramitação do projeto. O Presidente registra a presença em Plenário do Professor Gabriel Azevedo. Em seguida, é deliberado o EXTRAPAUTA: ITEM 5) REQUERIMENTO Nº 104, de 2016, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que "Requer, nos termos do art. 40, § 1°, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, como membro da delegação que representará o Senado Federal, da 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW/ONU, em Nova York, Estados Unidos, nos dias 13 a 19 de março de 2016, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os Embaixadores a comporem a mesa. É aberto o processo de votação, atendendo a pedido do Senador Fernando Bezerra Coelho. Usa a palavra o Senador Dalirio Beber. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para fazerem as suas exposições. O Presidente concede a palavra aos Senadores para arguição do indicado. Usa a palavra o Senador Lasier Martins, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Paulo Bauer, a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Telmário Mota e o Senador Antonio Anastasia. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e vinte e um minutos a presidência é assumida pelo Senador Ricardo Ferraço; e às onze horas e vinte e sete minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira; às onze horas e trinta e quatro minutos a presidência é assumida pelo Senador Lasier Martins; às onze horas e trinta e nove minutos é assumida pelo Senador Antonio Anastasia; e às onze horas e quarenta minutos a presidência é reassumida pelo Senador Lasier Martins. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem as perguntas dos Senhores Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designada Secretária a Senadora Ana Amélia. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, de 2016, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Anastasia, que "Requeiro nos termos regimentais, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 04, de 2016, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, seja aprovado o presente Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública (artigo 96-B0 do RISF) voltada para a política externa." Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, reali-

zação de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater o endividamento do Brasil perante organismos, entidades e fundos internacionais, bem como a criação da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), criada para avaliar o montante dessa dívida e o futuro do país nessas instituições. Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados: • Francisco Gaetani – Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; • Sérgio França Danese – Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; • Rubens Barbosa – Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; • Oliver Stuenkel – Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Em aditamento ao Requerimento nº 75, de 2015, Requeiro seja incluída como convida para participar da Audiência Pública para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e para debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China, a Senhora Larissa Wachholz, Sócia Diretora, Vallya Negócios e Investimentos. Aprovado. 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, de 2016, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Presidente da Comissão de Política Internacional e Proteção ao Migrante da Câmara dos Deputados do Estado Plurinacional da Bolívia, Deputado Edmundo Gaston Polo Ariñez, para debater a situação política e econômica na Bolívia." Adiado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, de 2016, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença da Presidenta da Comissão de Soberania, Integração e Relações Internacionais da Assembleia Nacional da República do Equador, Deputada María Augusta Calle Andrade, para debater a situação política e econômica no Equador." Adiado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, de 2016, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Câmara de Representantes do Parlamento do Uruguai, Deputado Víctor Semproni, para debater a situação política e econômica no Uruguai." Adiado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, senhores convidados, que são instados a guardar o mais absoluto silêncio durante a sabatina e a reunião, declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Logo mais, iremos deliberar sobre a ata da reunião anterior.

Vamos apreciar algumas matérias deliberativas antes de iniciarmos a segunda parte da reunião de hoje, que é uma sabatina.

Sabatinaremos dois diplomatas indicados pela Presidente Dilma Rousseff para representar o Brasil, na República Dominicana e na Estônia.

Pauta deliberativa.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 6, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Relatório pendente.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara.

O relatório é pela aprovação.

Concedo a palavra ao ilustre Senador José Agripino para proferir seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de proferir o relatório, eu gostaria de fazer ciência à Comissão de que, na manhã de hoje, recebi um telefonema do Embaixador Roberto de Azevêdo, nosso titular na OMC, na Suíça, em Genebra, dando-me conta de que havia lido o relatório que vou tornar público, e que ele, como nosso representante na OMC – e a palavra mais avalizada é a dele, que está no dia a dia administrando conflitos de interesses entre países na área do comércio internacional –, disse que o diploma que está para ser apreciado e aprovado, na visão dele – assim diz S. Exª –, está perfeito, atende perfeitamente ao que o Brasil precisa em matéria de definição de procedimentos de desburocratização, que, em última análise, significa diminuição de custos, na criação de instrumentos que vão diminuir custos nas relações internacionais.

Ou seja, é um documento que se impõe nas relações comerciais multilaterais do Brasil com vistas a melhorar o superávit da balança comercial. Ele entende que o acordo ou o aditivo ao acordo existente é oportuno, é contemporâneo, é objetivo e é interessantíssimo para o Brasil.

Eu gostaria de tornar essa minha conversa com o Embaixador Roberto Azevêdo pública porque é uma espécie de aval ao relatório que eu preparei com base na proposta que vem da Câmara dos Deputados e que é de grande interesse para o Estado brasileiro. É uma coisa de interesse do Estado. Perpassa governos; é uma coisa de interesse do Estado brasileiro. E como o relatório está distribuído aos membros da Comissão, ele é extenso, são 24 itens e suponho que a matéria já tenha sido lida pelos membros da Comissão, vou procurar fazer um resumo dos pontos mais importantes para conhecimento da Comissão e submeter o relatório a apreciação e votos.

Sr. Presidente, cuida-se aqui do Protocolo de Alteração ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC) aprovado pelo Conselho Geral daquela organização em 27 de novembro de 2014. Esse protocolo incorpora o Acordo sobre a Facilitação do Comércio, que lhe é anexo, ao acervo normativo da OMC, ao inscrevê-lo no anexo 1A do acordo constitutivo, nos termos de seu artigo X.3. O acordo constitui o primeiro documento a ser incluído na lista de acordos da OMC desde a sua criação. Ou seja, é o primeiro adendo, um adendo importante.

O texto está dividido em três seções. A seção I, que vai do artigo 1 ao artigo 12, traz as regras gerais do acordo. A seção II, que vai do artigo 13 ao artigo 22, cuida de disposições de tratamento especial e diferenciado para países membros em desenvolvimento e países membros de menor desenvolvimento relativo – é uma coisa muito importante. É aí onde está o grosso dos conflitos e, do art. 13 ao 22, trata especificamente dessas relações dos países subdesenvolvidos, os países de menor expressão econômica. E a última, seção III, com dois artigos (23 e 24), regula as disposições institucionais e finais.

Leio alguns artigos.

O artigo 6, por exemplo, disciplina a cobrança de taxas e encargos incidentes sobre a importação ou exportação, ou em conexão a estas, e dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas em caso de violação das normas que regem estas atividades. Isso fala por si só.

O artigo 8 trata da cooperação entre órgãos de fronteira, dispondo que cada membro assegurará que suas autoridades adequarão seus procedimentos para facilitar o comércio.

Na seção II do anexo, aborda-se o tratamento diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo. No seu artigo 13 são tratados os princípios gerais de implementação das disciplinas contidas na seção I, preconizando que os países de menor desenvolvimento só serão obrigados a assumir compromissos compatíveis com o seu desenvolvimento, necessidades financeiras e comerciais ou suas capacidades administrativas e institucionais individuais. Cria-se a obrigação de prestação de assistência e apoio à capacitação para ajudar essa categoria de membros, compreendida como assistência técnica, financeira ou qualquer outra forma de assistência mutuamente acordada de modo a permitir o cumprimento das disciplinas da seção I.

Por exemplo, relação entre a Tanzânia e os Estados Unidos, entre a França e a Libéria. Aplica-se, é o caso específico disto aqui, nas relações entre países de economias desiguais. O adendo ao acordo dá um tratamento específico e que disciplina muitos dos conflitos que se tornaram habituais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E são normas que, digamos, não prejudicam acordos bilaterais que venham a ser...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Até porque...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pelo contrário. Facilitam. Criam um molde.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eles estão acordados pela OMC. Foi um trabalho hercúleo da OMC. Eles foram acordados e nós estamos aqui aprovando.

E o importante, a propósito da intervenção de V. Exª, é que o Embaixador Roberto Azevêdo vai estar aqui na próxima semana e seria muito importante que ele já levasse a aprovação da Comissão e do Plenário desse diploma, desse instrumento que o Congresso brasileiro está avalizando, para que nós, brasileiros, para que o comércio internacional brasileiro já pudesse usufruir dos benefícios que estão dentro desse acordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se me permite mais uma interrupção, Senador, quero dizer que ontem me entendi com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e tive dele o compromisso de colocar na pauta da sessão plenária de hoje esse projeto de decreto legislativo uma vez que ele tenha sido aprovado aqui, na nossa Comissão, a partir do seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Como sempre, uma providência oportuna por parte de V. Exª. Isso é oportuníssimo. Inclusive, eu disse ao Embaixador Roberto Azevêdo que iria tomar a iniciativa de pedir urgência, mas que tinha certeza de que V. Exª, como Presidente da Comissão, iria adotar todas as providências para que a matéria, mais do que em caráter urgência tramitando na CRE, iria chegar ao Plenário do Senado também em regime de urgência, para que ele pudesse, vindo ao Brasil na próxima semana, já ser portador do diploma aprovado pelo Congresso, o que vamos tentar.

O art. 20, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, preconiza períodos de carência para aplicação do entendimento relativo às normas e procedimentos sobre solução de controvérsias para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo – os mesmos argumentos que usei na apreciação anterior.

Na Seção III encontram-se as disposições institucionais e finais.

O art. 23 prevê a criação do Comitê de Facilitação do Comércio, aberto à participação de todos os membros, com a finalidade de proporcionar a oportunidade de realizar consulta sobre qualquer matéria relacionada ao funcionamento do Acordo.

A facilitação comercial constitui na simplificação e na desburocratização das atividades e procedimentos relacionados ao comércio exterior. A finalidade é reduzir barreiras e custos de transações não tarifários relativos ao comércio.

O tema da facilitação do comércio vem sendo tratado pela OMC desde 1996, por ocasião da Conferência Ministerial de Cingapura, e foi introduzido na agenda multilateral de negociações comerciais a partir de 2001, com o lançamento da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

As negociações foram demarcadas pelas diretrizes contidas em três artigos do GATT 1994: liberdade de trânsito (art. V), necessidade de minimizar e simplificar taxas e formalidades impostas pelas aduanas e por outras agências dos governos (art. VIII) e publicação e administração das regulamentações comerciais (art. X).

O Brasil apoiou a inclusão do tema da facilitação de comércio no pacote de resultados antecipados à Rodada de Doha.

Por fim, em novembro de 2014 foi acordado o Protocolo de Emenda, ora em apreço, para incorporar o Acordo sobre a Facilitação do Comércio ao Anexo 1A do Acordo Constitutivo da OMC.

Especialmente relevantes para a nossa economia são os dispositivos voltados para a redução da burocracia das operações de comércio exterior, seja da aduana brasileira, seja da aduana de nossos parceiros comerciais, como os que preconizam um desembaraço aduaneiro mais rápido e mais barato. Como exemplo, pode-se citar a previsão de auditoria pós-desembaraço, o que torna possível concluir o despacho aduaneiro antes de a mercadoria ser auditada.

O Brasil já adotou a maioria das medidas previstas no Acordo sobre a Facilitação de Comércio (AFC) da OMC. Uma delas, atualmente em curso, é a concepção do Portal Único de Comércio Exterior. Por meio dele, busca-se estabelecer processos mais eficientes, harmonizados e integrados entre todos os intervenientes públicos e privados no comércio exterior. Dado que o Programa Portal Único de Comércio Exterior tem por base ampla reformulação dos processos de importação e exportação, muitas das medidas previstas no art. 7º do AFC serão viabilizadas ou aprimoradas.

Outro aspecto extremamente interessante para o Brasil, como grande exportador de produtos agrícolas, é a inclusão no Acordo de um tratamento especial para produtos perecíveis, de modo a permitir sua liberação mais rápida, em relação a outras mercadorias. Com efeito, frequentes atrasos na liberação de contêineres nos portos, principalmente em países em desenvolvimento, contribuem para a deterioração desses produtos em armazenagem.

Eu estava vindo de casa para cá, há pouco, Senador Anastasia, ouvindo a audiência pública que ocorre neste momento numa das comissões permanentes da Casa e ouvi a intervenção do Senador Flexa.

Está na Casa a Ministra da Agricultura falando sobre assuntos da pasta de S. Exª. Em seguida, chegando ao Senado, tomei conhecimento do fatídico número 3,8% que foi a queda do PIB no ano de 2015.

Mais do que isso, Senador Flexa, a queda da indústria foi 6,8%. Quem sustentou esse PIB ainda foi o agronegócio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Foi o único que cresceu. Por conta da iniciativa e do brilho de brasileiros empresários que, apesar de tudo, das dificuldades impostas por um governo inconsequente e incompetente, foram capazes de produzir riqueza para dar, ao final, esse número que é muito ruim e não é pior por conta da agricultura.

Faço essa observação a propósito dessa menção que faço constar do meu relatório relativa a transações comerciais bilaterais do Brasil com o resto do mundo no campo da agricultura, que ainda é um dos últimos trunfos que nos restam antes de trocarmos de governo.

A simplificação de procedimentos no comércio exterior tenderá a aumentar a base exportadora brasileira, com pequenas e médias empresas aventurando-se para além das fronteiras, na medida em que os custos de transação diminuirão sensivelmente. Processos alfandegários ultrapassados e descoordenados reduzem o movimento de produtos e aumentam exorbitantemente os custos. O Acordo contribui para a remoção desses entraves, com a padronização, a simplificação e a rapidez nos processos aduaneiros. Em última análise, a facilitação do comércio pode contribuir para a promoção do desenvolvimento. Intervenções de facilitação de comércio – com melhor gestão de fronteiras e aduanas, melhoria da infraestrutura, mercados abertos e competitivos nos setores de logística e serviços e normas regimentais harmonizadas – levam ao aumento de competitividade das empresas, com melhor desempenho das exportações, mais geração de emprego e renda e maior crescimento econômico com justiça social. Esses benefícios, por seu turno, serão tão maiores e mais tangíveis quanto mais ampla e rapidamente se der a implementação do Acordo.

Ressalta-se, portanto, a relevância do Acordo como base para a execução de políticas nacionais de facilitação do comércio. Destaca-se, ainda, a necessidade de colaborar para a efetiva validade do instrumento jurídico internacional, por meio da ratificação do Acordo, de forma a promover, igualmente, políticas de facilitação em mercados relevantes para as exportações brasileiras.

Conforme anteriormente mencionado, para que o AFC entre em vigor, ele precisa ser ratificado por dois terços dos membros da OMC.

Nesse sentido se faz importante a aprovação para que o Governo brasileiro possa se manifestar e ratificar esse adendo ao Acordo da OMC.

Voto:

Com base no exposto, considerando a conveniência, oportunidade, adequação técnica, constitucionalidade e regimentalidade do Tratado em tela, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2016.

É o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Senador José Agripino, eu não poderia ter escolhido melhor Relator do que V. Exª para apresentar à Comissão e a todos aqueles que acompanham os nossos trabalhos essa matéria, que é árida, mas que o senhor traduziu em termos claros, simples, sintetizando todo o conteúdo desse Acordo, que é bastante amplo. Assim, pôde destrinchá-lo de uma maneira que pudesse ser compreendido por todos, enfatizando, exatamente, os seus pontos mais importantes para o interesse do Brasil.

De modo que me congratulo com V. Exª e coloco a matéria em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Apenas para me associar aos comentários de V. Exª com relação à competência do Senador como Relator da matéria. É realmente, como V. Exª disse, uma matéria complexa e árida...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E ele conseguiu simplificar, esclarecendo a todos qual é a importância desse Acordo para o Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não só deste. Ainda agora o Senador Agripino fez comentários e eu estava na Comissão de Agricultura com a Senadora Kátia Abreu. Em sua fala, a Senadora pediu que o Congresso nacional atuasse exatamente em acordos comerciais bilaterais, não só deixar por conta do Executivo. O Senador Moka perguntou a ela se teria de ser junto com a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Agricultura o acordo na área do agronegócio. A emenda ao Acordo com a OMC é importante, e também agilizar o processo. Há acordos, como V. Exª tem dito aqui, que passam anos para que sejam aprovados, mas não é culpa do Senado, eu diria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pelo menos não da Comissão de Relações Exteriores e tampouco do Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nem do Senado nem da Comissão. O Executivo fica cinco a seis anos para encaminhar, demora algum tempo ainda Câmara, e quando chega aqui, ao Senador, aprovamos algo que deveríamos ter aprovado, às vezes, até há uma década, Senador Agripino.

Parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço à Secretaria da Comissão que encaminhe imediatamente a matéria à Secretaria-Geral da Mesa, para que ela possa ser submetida ao Plenário ainda hoje.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Só para comunicar a presença, neste plenário, do Prof. Gabriel Azevedo, da Faculdades Milton Campos, e de alunos de Belo Horizonte, que vieram acompanhar a sessão. Eu queria comunicar a V. Exª a presença dessa delegação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que bom! Bem-vindos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, só para formalizar o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a urgência.

O Senador Fernando Bezerra é relator de um requerimento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Requerimento nº 104, de 2016, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Da nossa colega Lídice da Mata, não é isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Correto. Se V. Exª permitir, gostaria de fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Tem V. Exª a palavra.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 104, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40, § 1°, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, como membro da delegação que representará o Senado Federal, da 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW/ONU, em Nova York, Estados Unidos, nos dias 13 a 19 de março de 2016, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.

Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vem ao exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 104, de 2016, da Senadora Lídice da Mata, de autorização para sua participação como representante do Senado Federal na 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, da Organização das Nações Unidas (CSW/ONU), em Nova York, nos Estados Unidos, no período de 13 a 19 de março de 2016. No mesmo requerimento, a ilustre Senadora informa que estará ausente do País no mesmo intervalo, de 13 a 19 de março do corrente ano.

II – ANÁLISE

O Requerimento tem por fundamento o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

O pedido insere-se no previsto no inciso I, do §1º, combinado com o §4º, em que o requerimento é submetido a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acolhido do ponto de vista regimental, cabe registrar que não se encontra óbice também no aspecto de mérito do requerimento. A questão da mulher é bandeira histórica do Senado Federal e seus membros têm se feito presentes em todos os eventos que marcam a luta da mulher, no Brasil ou no exterior.

Por fim, não podemos deixar de destacar que a diplomacia parlamentar vem se afirmando como um rico espaço de negociação, tanto em auxílio às equipes diplomáticas nacionais, como com papel próprio, propondo temas e engendrando soluções nas negociações entabuladas.

III – VOTO

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 104, de 2016, e pelo seu encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa para seu processamento em plenário, como previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Srs. Senadores, Srs. Convidados, vamos passar, agora, à segunda parte da reunião, que é dedicada a duas sabatinas. Nós vamos sabatinar o Sr. Clemente de Lima Baena Soares, que é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

O Relator da matéria foi o Senador Flexa Ribeiro, que já apresentou o seu parecer e está pronto para deliberação.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pronta para deliberação.
Observações:
1 - Em 18/02/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Vamos também sabatinar o Embaixador Roberto Colin, que é Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia. A Relatora é a Senadora Ana Amélia, que logo mais virá aqui. Ela está presidindo a Comissão de Agricultura.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 18/02/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Peço, então, aos Srs. Embaixadores que se acomodem aqui ao meu lado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Como muitos membros desta Comissão já tiveram acesso aos relatórios sobre as designações dos novos Embaixadores na Estônia e na República Dominicana, eu indagaria sobre a possibilidade de fazer a abertura da votação já desde o início da fala dos Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Os Srs. Senadores que se considerarem suficientemente instruídos para votar poderão fazê-lo desde já.

Srs. Senadores, temos aqui dois Embaixadores de escol.

O Embaixador Baena Soares é um especialista em América Latina. Ele já serviu na Argentina, no México, no Suriname e serviu na missão do Brasil junto à OEA. Nos últimos anos, chefiou o Departamento da América do Sul II, encarregado da Colômbia, do Chile, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela.

A respeito da Venezuela, desde o acirramento da crise política naquele país, o Embaixador Baena Soares foi, digamos assim, um canal; o Itamaraty serviu-se do Embaixador, da sua competência e da sua discrição para entendimentos discretos com a oposição, com o intuito de estabelecer uma ponte, uma negociação possível e procurar caminhos para a solução negociada da crise política. Ele foi quem recebeu a Srª Lilian Tintori e a Srª Mitzy Capriles, esposas de Leopoldo López e de Antonio Ledezma, tendo sido designado para isso pelo Ministro Mauro Vieira, cuja presença aqui entre nós eu saúdo com muito calor.

E está aqui também para ser sabatinado o Embaixador Roberto Colin, catarinense de Blumenau – está presente o nosso colega Dalirio Beber, que é seu amigo de muitos anos. O Embaixador Colin tem uma ligação antiga com nosso saudoso e querido Luiz Henrique. Ele foi secretário de Luiz Henrique no seu primeiro governo, creio, e sempre manteve uma relação muito próxima com Luiz Henrique. Várias vezes, o Senador Luiz Henrique se referiu ao Embaixador Colin com muita admiração, com muito carinho e com muita amizade. Ele já serviu na Alemanha duas vezes, serviu na Rússia e escreveu uma tese sobre o fortalecimento do Estado russo com Vladimir Putin. Trabalhou duas vezes em Brasília em unidades responsáveis pelo Leste Europeu, conhece bem as questões europeias também. Desde 2012, ele é nosso representante, nosso Embaixador na República Popular Democrática da Coreia, a chamada Coreia do Norte.

Seguramente, os Senadores terão muita curiosidade também, além de indagá-lo sobre o seu próximo posto, a Estônia, a respeito da sua experiência na Coreia do Norte, uma experiência rica, porque o Brasil é o único país que tem embaixada na Coreia do Norte e na Coreia do Sul, é o único país latino-americano nessas condições, com embaixada nas duas Coreias.

Então, com a palavra o Embaixador...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente Aloysio, eu gostaria de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não!

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não faço parte da Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas é sempre bem-vindo.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... mas fiz questão de estar aqui e de dar as boas-vindas a ambos os Embaixadores, de modo especial ao Roberto Colin, que é filho da cidade de Blumenau, nascido exatamente no mesmo bairro onde nasceu Luiz Henrique da Silveira, Luiz Henrique em 1940 e nosso Embaixador em 1953.

Tive o privilégio de conviver um pouco mais estreitamente com nosso Embaixador Roberto Colin durante a estada dele no primeiro governo do nosso saudoso Luiz Henrique da Silveira, que foi para o Governo do Estado de Santa Catarina com a mente aberta no sentido realmente de provocar uma mudança efetiva no jeito de governar o Estado de Santa Catarina. E ele conseguiu. E uma das suas ações foi exatamente trazer para a sua equipe Roberto Colin, para dar essa dimensão muito mais larga do que apenas o Estado de Santa Catarina, que alcançasse o Brasil e tivesse tentáculos também com o exterior. E esse papel o Roberto Colin desempenhou com maestria.

Nós blumenauenses temos um grande orgulho – nós catarinenses, mas nós blumenauenses, em especial, temos um grande orgulho – de poder ter uma pessoa com esse currículo e com esse trabalho prestado em favor da Nação representando o Brasil em diversos países.

Portanto, eu estou certo de que, novamente, a missão que está sendo atribuída a ele vai ser desempenhada com muito brilho, fazendo com que os interesses do País sempre estejam sendo privilegiados.

Então, vim aqui para lhe dar um abraço e desejar que Blumenau e Santa Catarina continuem a ocupar esses espaços em nível de relações internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado pelo depoimento, Senador Beber.

O SR. ROBERTO COLIN – Muito obrigado, Senador, pela gentileza das suas palavras.

Bom dia a todos.

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Aloysio Nunes; Srs. Senadores membros da Comissão, gostaria de saudar aqui V. Exª, Senador Dalirio Beber, como também o Embaixador Souza Gomes e colegas e amigos do Itamaraty que vieram aqui hoje me prestigiar.

Eu gostaria de dizer inicialmente o quanto me sinto honrado com a indicação do meu nome, a ser considerado por esta Comissão, para representar o Brasil na República da Estônia. Sinto-me igualmente honrado em comparecer a esta Comissão pela segunda vez. Estive aqui em 2012, quando o meu nome foi considerado e aprovado como Embaixador na República Popular Democrática da Coreia, como já foi mencionado. Naquela ocasião, foi meu Relator o saudoso Senador Luiz Henrique.

Com a sua permissão, Sr. Presidente, eu gostaria de prestar o meu tributo à memória do Senador Luiz Henrique. Eu lamento profundamente a perda desse grande homem público e desse grande amigo pessoal meu.

Eu sou muito grato à Senhora Presidenta da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, pela indicação do meu nome que, caso venha a ser aprovado por V. Exªs, será para mim uma grande oportunidade de realização profissional.

Eu gostaria de registrar também o meu especial agradecimento à Senadora Ana Amélia pelo relatório que elaborou para esta indicação.

A República da Estônia está localizada numa confluência entre os países bálticos, o Mar Báltico, a Escandinávia e a Rússia. O país tem 45.000km^2, o que equivale aproximadamente à superfície do nosso Estado do Espírito Santo.

Já na época soviética, a Estônia era considerada a República que tinha melhor qualidade de vida dentre as quinze repúblicas daquela união. Hoje a Estônia é considerada por muitos autores a mais bem-sucedida dentre as antigas repúblicas soviéticas, seja por suas credenciais democráticas, seja pelas reformas e pelos grandes avanços que conseguiu empreender na área econômica.

A Estônia cresceu em importância em meio à crise ucraniana e à mudança da situação geopolítica e geoestratégica do leste europeu. A Estônia é um exemplo de como a inovação e o desenvolvimento tecnológico permitem a pequenos países tornarem-se influentes no cenário internacional e, através do poder digital, atuar em áreas tradicionalmente reservadas aos grandes países como, por exemplo, a defesa cibernética.

Com escolhas acertadas, a Estônia tem conseguido competir com países muito maiores que ela, tanto na área econômica, militar e política.

Nos últimos anos, o conceito tradicional de poder mudou. Se, antes, ele era definido por valores nominais como o tamanho da população ou território, hoje, o poder digital permite que pequenos países, como é o caso da Estônia, fortaleçam suas posições frente aos grandes países mediante a inovação e a especialização em certos nichos científicos e tecnológicos.

A Estônia projeta sua identidade internacional como país báltico, nórdico, europeu e ocidental.

A Estônia tem empreendido, sobretudo na última década – o país é independente desde 1991 –, uma redefinição da sua identidade em nível regional.

Se, tradicionalmente, ela era considerada um país báltico, como também a Letônia e a Lituânia, por suas experiências históricas desde a Idade Média, pelo fato de terem sido anexadas, em 1940, pela União Soviética, hoje a Estônia procura se afirmar muito mais como uma sociedade nórdica, tendo em vista sua maior identificação cultural com os países nórdicos.

As autoridades estonianas afirmam que o avanço tecnológico do país, que o país tem alcançado nos últimos anos, a identificam muito mais com os países ao norte do que com os países ao sul.

Ao longo dos últimos 25 anos, a Estônia, a Letônia e a Lituânia passaram por profundas reformas políticas e econômicas e são hoje democracias liberais e economias de mercado dinâmicas que se identificam profundamente com o Ocidente. Esses países enfrentaram e venceram o desafio de passar da União Soviética para a União Europeia.

Eu gostaria de lhes falar um pouco sobre a história da Estônia.

O espaço geográfico hoje ocupado pela Estônia corresponde a um dos assentamentos humanos mais antigos da Europa. Alguns autores o consideram o mais antigo. Uns falam em cinco mil anos, outros, em nove mil anos.

Os estonianos falam a língua fino-úgrica, muito parecida com o finlandês e mais distante do húngaro. Então, do ponto de vista linguístico, a Estônia é uma das exceções da Europa, um dos poucos países onde não se fala uma língua indoeuropeia.

A história do povo estoniano é marcada por sucessões de invasões e ocupações, o que deixou uma marca profunda no próprio caráter nacional estoniano. Está presente na Estônia uma sensação permanente de ameaça, até porque ela tem como vizinho o maior país do mundo, que já os ocupou em mais de uma ocasião.

A Estônia foi o último reduto pagão da Europa. Isso justificou a ida dos Cavaleiros da Ordem Teutônica, uma ordem cruzada, à Estônia no século XIII.

Também os dinamarqueses ocuparam a Estônia naquele período.

Mais adiante, os Cavaleiros da Ordem Teutônica tomaram todo o país.

Eu menciono isso porque os Cavaleiros da Ordem Teutônica levaram consigo para a Estônia, assim como para a Letônia, não apenas os soldados monges, mas também a aristocracia, mercadores e burgueses alemães, porque essa ordem era alemã.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO COLIN – E o povo como camponês.

Durante 700 anos, foi uma elite alemã essa elite trazida pelos Cavaleiros da Ordem Teutônica. Mesmo nos períodos em que a Estônia esteve sob domínio sueco – isto aconteceu em algum momento – e 200 anos sob domínio do Império Russo, antes de se tornar independente, em 1918, a elite, mesmo não sendo elite política, a elite social e econômica da Estônia foi sempre a elite de origem alemã, que só deixou o país em 1940, depois do Pacto Molotov-Ribbentrop. A Alemanha nazista não queria dificuldades, não queria problemas com a União Soviética com a presença dessa minoria alemã. Foi nesse momento que eles foram repatriados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Depois de 700 anos.

O SR. ROBERTO COLIN – Setecentos anos de presença.

Isto se nota na cultura de uma maneira geral, na arquitetura, essa presença alemã histórica é muito presente. Hoje praticamente não há mais descendentes de alemãs lá, como não há mais judeus, que foram exterminados nos três países bálticos. Na Estônia, havia poucos judeus, mas na Lituânia havia um grande contingente, que foi exterminado.

Voltando um pouco agora, o que acontece é que a Estônia foi ocupada por um período no século XXVI pela Suécia, mas, mesmo naquele período, a elite alemã continuava sendo a elite social e econômica. Nos 200 anos em que a Estônia fez parte do Império Russo, foi a mesma coisa, os alemães continuaram sendo a elite.

Na segunda metade do século XIX, observa-se o despertar da identidade nacional estoniana. Inicialmente, apenas na área cultural. Eles nem sonhavam em um dia poderem ser um país independente sendo parte do Império Russo. Mas essa janela de oportunidade histórica surgiu com a Revolução de 1917 e a subsequente guerra civil, que enfraqueceu grandemente a União Soviética e a Estônia. A exemplo da Letônia e a Lituânia, viram ali a oportunidade de proclamar a sua independência, o que aconteceu em 1918.

Esses três países bálticos foram independentes durante cerca de 20 anos, mas tudo terminou em 1940 quando foram anexados pela União Soviética como consequência do Pacto Molotov-Ribbentrop.

Essa anexação não ocorreu de forma simples, não foi simplesmente uma invasão. Os russos influenciaram parte das elites locais e deram assim um aspecto de legalidade a essa incorporação. No caso da Estônia, foi criada por influência, a União Soviética manipulou parte da classe política estoniana e criaram uma tal de República Socialista da Estônia. Esse foi o primeiro passo para posterior incorporação.

Do ponto de vista formal, a Estônia, como também os outros países bálticos, solicitou voluntariamente e espontaneamente, a sua incorporação à União Soviética e, naturalmente, foi prontamente aceita. Mas é claro que, desde aquela época, se sabia que isso foi uma grande farsa e que ia contra a vontade do povo estoniano, como dos outros povos bálticos também.

Foram 50 anos de ocupação, a página mais trágica da história da Estônia, marcada por deportações, execuções e repressões de todo tipo. E mais do que isso, a União Soviética tentou – pelo menos essa é a interpretação de muitos historiadores estonianos – fazer uma limpeza étnica, porque, a partir de 1940, mandaram para lá milhares de pessoas, supostamente para trabalhar nas fábricas que foram abertas lá, mas acredita-se que havia ali um objetivo de sufocar o nacionalismo estoniano.

O resultado disso foi que, nos anos 30, 10% da população da Estônia não era estoniana, era russa basicamente. Nos anos 80, mais de 40% da população da Estônia era russa ou pelo menos não estoniana.

A Estônia e os demais países bálticos nunca se conformaram com essa situação, com a anexação e com a ocupação, e tentaram de todas as formas reagir a isso. Possibilidade concreta de mudar esse quadro só aconteceu com a Perestroika, a partir de 1985. Num ato corajoso, a Estônia proclamou, inicialmente, em 1988 ainda – a União Soviética terminou em 1991 – a sua soberania. No ano seguinte, proclamou a sua independência econômica. Também no ano seguinte, 1989, proclamou que o estoniano seria a língua oficial do país e não o russo. Tudo isso desafiando o poder central em Moscou.

Mais adiante, eles proclamaram a independência, aproveitando o golpe de Estado que tentou derrubar Gorbachev em agosto de 1991, aproveitando essa janela histórica, tal como tinham aproveitado em 1918, com a Revolução Russa e a guerra civil.

A Estônia é um participante muito ativo da Otan, porque tanto do ponto de vista da Estônia como dos demais países bálticos e tendo em vista a sua história não tão distante, eles veem na Otan a única forma de se preservarem ou de se protegerem contra uma eventual ação russa

Também o ingresso na União Europeia foi, para a Estônia, uma forma de ter acesso aos ricos mercados da Europa Ocidental. Mais do que isso, esse ingresso na União Europeia permitiu também que a Estônia pudesse empreender reformas econômicas e políticas e profundas que eram exigidas pela União Europeia para o seu acesso.

Tal como os outros países bálticos, essa chamada guinada da Estônia para o Ocidente contém, então, estes dois elementos: um, o da segurança, garantida pela Otan, e outro, o do acesso aos mercados europeus, que também compensa o pequeno mercado. A Estônia é um país com 1,3 milhão de habitantes, é um pequeno mercado, mas pelo fato de fazer parte da União Europeia, ela, dessa forma, amplia grandemente o seu mercado.

A Estônia é uma república parlamentarista unilateral. O presidente é nomeado pelo parlamento, tem um mandato de cinco anos. Aliás, este ano haverá eleições parlamentares na Estônia e o presidente vai concluir o seu segundo mandato de cinco anos, vai ser eleito o novo presidente.

O governo é muito jovem. O primeiro-ministro, que é indicado pelo presidente, tem 36 anos e já exerce esse cargo há dois anos, quer dizer, ele começou com 34 anos. A ministra do exterior também tem menos de 40 anos. Então, é um país muito jovem.

No plano político interno, o que eu gostaria de comentar é que também, na Estônia, ocorre um fenômeno que está ocorrendo em vários países da Europa Ocidental, ou seja, o fortalecimento da direita, ou pelo menos dos nacionalistas. Isso pode ter alguma influência na política interna estoniana, porque desde a sua independência, em 91, um dos grandes desafios políticos, sociais e até de segurança nacional da Estônia tem sido a integração da minoria russa, que não é tão minoritária assim, porque é 30% da população.

Vejam, na Ucrânia, onde houve todo esse problema com as minorias russas, mesmo quando a Crimeia fazia parte, 17% da população da Ucrânia era russa; na Estônia, 30%. No entanto, o tipo de atitude que essa minoria russa tem tido na Estônia difere muito daquela da minoria russa na Ucrânia. Nunca houve nenhuma tentativa de secessão ou qualquer coisa desse tipo. O único momento em que houve alguma forma de violência foi em 2007. Eu menciono o fato porque houve outras consequências. Em 2007, foi removido do centro de Tallinn um monumento ao soldado soviético. Para os estonianos, esse monumento representava a opressão de 50 anos. Para a minoria russa, esse monumento representava o sofrimento do povo soviético, representava os 20 milhões de russos ou soviéticos que morreram na Segunda Guerra Mundial. Então, houve cenas de violência, mas esse é o único caso em que se registrou esse tipo de fato.

Na verdade, a minoria russa na Estônia não se organiza politicamente. Na Letônia, eles se identificam com alguns partidos políticos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Só um detalhe: quando o senhor fala "minoria russa", são descendentes de russos?

O SR. ROBERTO COLIN – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Puro russo?

O SR. ROBERTO COLIN – Senador, eles são basicamente de fala russa. São falantes de russo, na sua maioria são de etnia russa, mas há também ucranianos e bielorrussos, que também utilizam a língua russa como língua materna.

Ainda relacionado à sua pergunta, Senador, quando a Estônia se tornou independente pela segunda vez, em 1991, naquele momento mais de 40% da população tinha esse *background* russo ou eram de língua russa. Muitos deles foram logo embora porque diziam que se sentiam estrangeiros e discriminados em seu próprio país. Naquele momento, falando agora da minoria russa, um terço daquela minoria tinha a cidadania estonia-

na, um terço tinha cidadania russa e um terço era apátrida. E continuaram apátridas por muito tempo, o que mereceu, o que valeu muitas críticas por parte da Rússia e da própria União Europeia.

Porque quando a Estônia e também a Letônia se tornaram independentes, em 91, eles não concederam a cidadania estoniana automaticamente para essa minoria russa, só numa condição: àqueles que já tivessem vivido antes da anexação, ou seja, nos anos 20, quando da primeira independência. Todos os russos ou descendentes de russos ou soviéticos que tivessem chegado à Estônia depois de 1940, para obter a cidadania estoniana, teriam que se submeter a alguns testes, sobretudo um teste linguístico extremamente difícil, porque a língua estoniana é uma língua extremamente difícil, não é uma língua indo-europeia, tem uma estrutura completamente diferente. Isso causou algum ressentimento na minoria russa. Houve pressão da Rússia e da União Europeia, e agora essa legislação foi mudada. A partir de agora, na Estônia, todas as crianças, mesmo que filhas de pais russos que não tenham cidadania estoniana, são reconhecidas e automaticamente têm a cidadania.

Também, embora continuem a existir escolas russas na Estônia, todas as crianças obviamente têm que aprender o estoniano já desde a escola primária. Então, eu acho que o problema de algum modo está sendo resolvido, mas não inteiramente, porque a minoria russa na Estônia – e na Letônia é parecido – vive em mundos completamente à parte. São dois mundos diferentes numa mesma sociedade. Mesmo que esses russos não pretendam voltar à Rússia, como eu dizia, não há nenhum movimento secessionista, a ligação deles com a Rússia é muito mais cultural. Eles se sentem estonianos e pretendem ficar na Estônia, mas são dois mundos à parte, inclusive com mídias à parte e tudo mais.

Quando houve esse problema na Ucrânia recentemente, tanto na Lituânia como na Letônia, certos canais de televisão russa foram proibidos de transmitir, quer dizer, foi cortada a transmissão para lá. Na Estônia, pretendiam fazer a mesma coisa. O Presidente interveio. Esses canais russos eram acusados de serem parciais, de mostrarem uma história diferente daquela, enfim, que era contada pelo Ocidente. O Presidente da Estônia interveio e disse: "Eu sou a favor da liberdade de imprensa e quero, sim, que todas as opiniões cheguem ao povo estoniano." Então, isso mostra que a Estônia tem realmente todas as credenciais democráticas, é um país realmente democrático e liberal.

Eu dizia, há pouco, que há uma tendência que se verifica em outros países da Europa de fortalecimento da direita dos partidos nacionalistas, e talvez isso tenha consequência nas próximas eleições. Do ponto de vista dos nacionalistas estonianos, a presença da minoria russa é uma lembrança palpável dessa dominação de 50 anos. Também do ponto de vista dos nacionalistas estonianos, a presença da minoria russa é um embaraço a um projeto que eles têm de um Estado-nação linguística e culturalmente homogêneo.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a economia. A Estônia tem um PIB de US$26 bilhões, e o PIB *per capita* ultrapassa um pouco os US$20 mil. É algo razoável, mas é um pouco abaixo do padrão europeu de uma maneira geral.

Quando a Estônia fez parte do Império Russo no século XIX, séculos XVIII e XIX, São Petersburgo já tinha ensaiado alguns experimentos sociais e econômicos ali, como teste. Por exemplo, a servidão foi abolida na Estônia em 1816, e na Rússia propriamente dita, só em 1861, muito mais tarde. Eles queriam ver, não queriam fazer uma reforma em nível nacional, faziam parcialmente. Também o poder soviético fez algo semelhante: nos anos 60, a Estônia tinha já uma economia muito mais descentralizada do que as outras repúblicas soviéticas. E também o próprio perfil da economia estoniana era muito diferente das outras: na Estônia, foi dado uma forte atenção à produção de bens de consumo, que foi um dos grandes gargalos nas outras repúblicas soviéticas.

A administração econômica da Estônia é considerada eficiente pelos padrões da União Europeia.

A Estônia, apesar dos seus esforços, nesses 25 anos, de se distanciar o máximo possível da Rússia em termos culturais, econômicos e políticos, de qualquer maneira – sendo a Rússia um vizinho tão gigantesco, de algum modo, é incontornável –, ainda depende grandemente da Rússia em recursos energéticos, ela importa gás da Rússia.

Também a Rússia tem sido tradicionalmente um mercado para produtos agrícolas e de alimentos da Estônia. Na parte de serviços, também, a Estônia recebe um número importante de turistas russos.

Ocorre que, com a crise na Ucrânia e as sanções que a União Europeia impôs à Rússia, a Rússia reagiu a isso e deixou de importar muitos produtos tradicionais da Estônia. Isso acabou tendo um impacto muito forte na economia estoniana. No entanto, o governo da Estônia insiste que essas sanções devam ser mantidas e que não sejam flexibilizadas, mesmo que ela esteja pagando um preço bastante alto por isso.

A Estônia não tem muitos recursos naturais, tem basicamente o xisto betuminoso, que é um recurso importante, mas é altamente poluente, então não tem sido usado como um recurso importante. Por esta razão, é compreensível que a economia da Estônia tenha se concentrado muito mais na área de serviços. Aqui se destacam a logística, o turismo, a hotelaria e, principalmente – eu vou falar um pouco mais sobre isso –, a tecnologia da informação.

Ao investir pesadamente na tecnologia da informação e de comunicações, a Estônia desenvolveu uma vantagem comparativa muito importante nas suas relações com outros países, que compensa a sua pequena população e pequena extensão geográfica.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO COLIN – A Estônia, hoje – aliás, é o país onde o skype foi desenvolvido por três cientistas estonianos –, é considerada um dos países mais avançados do mundo em tecnologia da informação. Eles têm uma identidade digital. No ano passado, 99% das operações bancárias foram *on-line*. Eles têm eleição, votação *on-line*.

Eles criaram também a cidadania digital. Qualquer pessoa pode se tornar um cidadão digital da Estônia. Isso facilita operações de comércio, a criação de uma empresa. Então, eles são muito avançados nessa área. Isto torna o país um parceiro desejável para nós.

Nos últimos anos, várias delegações, inclusive duas da Câmara dos Deputados, uma da Comissão de Orçamento e outra da Comissão de Ciência e Tecnologia, visitaram a Estônia justamente com o objetivo de conhecer esse governo digital que se desenvolveu tanto naquele país.

Também alguns Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul, o Paraná e Pernambuco também já mandaram delegações para fazer prospecção de oportunidades de cooperação com a Estônia. Recentemente, eu identifiquei em Santa Catarina também interesse em organizar uma visita à Estônia. Aliás, já era decisão, e não apenas um interesse. Isso incluiria a Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), uma universidade e o Senai, que já estão interessados.

Assim, caso eu conte com a aprovação de V. Exªs, um dos meus primeiros trabalhos ao chegar a Tallinn será organizar a visita dessa delegação catarinense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Nós vamos agora ouvir o Embaixador Baena Soares, que foi indicado para nos representar na República Dominicana.

V. Exª tem a palavra por 20 minutos.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Muito bom dia, Sr. Presidente. Em seu nome, eu cumprimento os Srs. Senadores aqui presentes, que integram esta Comissão.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Senhora Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores por terem submetido ao Senado Federal o meu nome para ocupar, caso mereça a aprovação desta Comissão e posteriormente do Plenário do Senado Federal, a posição de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Dominicana.

Agradeço muito especialmente ao Senador Flexa Ribeiro pelo relatório apresentado e os comentários ali feitos.

Para mim, é um grande prazer estar de volta a esta comissão – não na qualidade de uma segunda sabatina, mas durante quatro anos da minha carreira eu tive o privilégio de trabalhar na assessoria parlamentar do Itamaraty, sob a chefia do Embaixador Souza Gomes, aqui presente, e do Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça.

Sr. Presidente, esse período foi tão interessante e rico que eu decidi escrever uma tese – o que nós somos obrigados a fazer para a promoção de Conselheiro para Ministro de Segunda Classe – sobre o processo legislativo e a aprovação dos tratados internacionais. De modo que é sempre um prazer estar de volta ao convívio dos Parlamentares brasileiros.

Sr. Presidente, minha intenção é fazer uma exposição muito breve sobre a evolução do recente quadro político, econômico, comercial da República Dominicana e suas relações com o Brasil que, de certo modo, estão detalhadas no relatório apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro. Ao final, apresentarei, em linhas muito gerais, o programa de trabalho que pretendo desenvolver caso o meu nome seja aqui aprovado.

A República Dominicana, como está no mapa, ocupa dois terços da Ilha de Hispaniola. Divide a ilha com o Haiti, país com o qual tem uma relação complexa e uma fronteira terrestre com extensão aproximada de 370km. Essa região de fronteira configura foco permanente de tensão entre os dois países, principalmente pela forte pressão migratória haitiana.

O país possui uma superfície de cerca de 49 mil quilômetros quadrados – um pouco maior que o Espírito Santo, que tem 46, e o Estado do Rio de Janeiro, com 43 –, com uma população de 10,2 milhões de habitantes. Voltando ao tema do Haiti, a título comparativo, o Haiti tem um território de 27,8 mil quilômetros quadrados, com uma população muito similar à da República Dominicana, de cerca de 10 milhões – daí uma forte pressão demográfica.

A República Dominicana tem um PIB de 66,2 bilhões – dados de 2015 –, o que a torna a maior economia de toda a América Central e do Caribe, superando, inclusive, parceiros tradicionais do Brasil na América do Sul, como o Paraguai, que tem um PIB de 30,7 bilhões, e o Uruguai, que tem 56,8 bilhões.

Segundo o FMI, o crescimento da produção em 2014 foi o mais alto de toda a América Latina e Caribe, atingindo cerca de 7,3%, marcadamente superior à média da região, de 1,3%.

Sr. Presidente, quando eu comecei a estudar a República Dominicana e o Caribe em geral, esses números me surpreenderam, inclusive pelo alto valor do PIB em comparação com dois países aqui da América do Sul. Nos nove primeiros meses de 2015...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Maior que o Paraguai e maior também que o Uruguai.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Isso também me surpreendeu na leitura mais atenta de todos os dados econômicos da República Dominicana.

Em 2015, a economia cresceu à taxa anual de 6,7%; e com uma inflação muito baixa, de cerca de 1% ao ano. O setor de serviços, com destaque para o turismo – o país recebe cerca de seis milhões de turistas ao ano –, corresponde a mais de dois terços da economia dominicana.

São importantes, também, as remessas de dominicanos residentes no exterior, principalmente originárias dos Estados Unidos, estimadas pelo Banco Mundial em cerca de US$5,2 bilhões. Também a título de curiosidade, há cerca de um milhão de dominicanos vivendo na cidade de Nova York.

Mesmo com esses índices favoráveis, a República Dominicana sofre – isso já é histórico – com o precário fornecimento de energia elétrica, situação que deve ser amenizada, deve melhorar quando estiverem finalizadas as usinas hidrelétricas e termelétricas em construção. A República Dominicana é tradicional produtora de açúcar, café, cacau e tabaco. Os principais destinos de exportação são Estados Unidos, Haiti e Canadá. Importa principalmente dos Estados Unidos, China e México.

A história da República Dominicana é uma história muito sofrida. A República Dominicana foi invadida e ocupada por tropas haitianas no período de 1822 a 1844 – portanto, 22 anos – e a independência do País é comemorada com a retirada das tropas haitianas de território dominicano, isso recentemente, no dia 27 de fevereiro. Também foi ocupada e invadida por tropas norte-americanas no período de 1916 a 1924. De 1924 a 1930, durante seis anos, os norte-americanos ocuparam a alfândega para que fosse recebido o empréstimo dado à República dominicana. Então, durante seis anos havia funcionários norte-americanos ocupando a alfândega dominicana, para que fosse possível receber o empréstimo dado à República Dominicana, isso durante o período do General Rafael Leónidas Trujillo, que de 1930 a 1961 governou de uma maneira muito violenta, brutal mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Injustiçado pela oposição.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – E esse período...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Acabou de lembrar o Senador Anastasia que há um belíssimo livro do Vargas Llosa, *A Festa do Bode,* que relata o episódio da execução desse indivíduo por opositores e, depois, a repressão brutal que chegou até o sobrinho. É um livro magnífico *A Festa do Bode*.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Justamente eu ia mencionar que é do Vargas Llosa, é um excelente livro. Aliás, comecei a estudar a República Dominicana por esse livro.

Houve também, em 1963, seguindo justamente o período do Trujillo, o golpe militar contra o Presidente eleito, Juan Bosch, o que provocou guerra civil em cujo contexto ocorreu a intervenção militar da Força Interamericana de Paz em 1965, com a participação brasileira.

Mesmo com esses antecedentes tem sido intenso o esforço de desenvolvimento e estabilização política do país. O regime é presidencialista e o legislativo, bicameral. O Senado é composto por 32 membros e a Câmara por 183, que representam 31 províncias e um distrito federal. Os governadores são nomeados diretamente pelo presidente, sendo eleitos por voto popular os prefeitos municipais, deputados, senadores e o próprio presidente. As próximas eleições estão marcadas para o próximo dia 15 de maio deste ano. São eleições gerais para presidente, vice-presidente, deputados, senadores, prefeitos e outras funções eletivas, em um total de mais de quatro mil cargos. A República Dominicana tem 27 partidos políticos registrados, os dois principais são o Partido da Liberação Dominicana (PLD), do atual Presidente Danilo Medina, e o Partido Revolucionário Democrático (PRD).

O principal candidato da oposição é Luis Abinader, do Partido Revolucionário Moderno, candidato da aliança do PRD e do PRM. O Presidente Medina desfruta atualmente de índices de aprovação entre 85% a 90%.

Segundo pesquisa mais recente realizada, se não me engano, de 12 a 18 de fevereiro, a intenção de votos do Presidente Medina está em cerca de 55% contra 34% do candidato da oposição, Abinader.

Com relação à política externa da República Dominicana, a imagem do país sofre desgaste devido à decisão do seu tribunal constitucional, de 2013, que denegou nacionalidade aos filhos de imigrantes em situação irregular nascidos entre 1929 a 2010. A medida atinge principalmente a comunidade haitiana, calculada em cerca de 500 mil em 2012. Críticas da comunidade internacional, especialmente dos países caribenhos, fez com que o governo do Presidente Danilo Medina lançasse, em 2014, plano de regularização aos afetados por essa decisão. Embora cerca de 250 mil descendentes tenham aderido até o momento, teme-se uma deportação em massa de haitianos não inscritos, o que poderá, inclusive, ter impacto no Brasil.

A República Dominicana tem procurado, digamos assim, desconstruir essa imagem negativa na região em decorrência da questão migratória haitiana. Essa nova postura dominicana fica evidente com a escolha do país para a presidência da Celac durante este ano e como sede da próxima assembleia geral da OEA em junho próximo. Então, há uma uma tentativa de um rompimento, digamos, desse cerco, dessa má vontade dos demais países caribenhos anglo-afros com relação à República Dominicana.

Com relação ao Brasil, o Presidente Danilo Medina estabeleceu, desde a fase inicial de sua candidatura à presidência, relação muito próxima com o Brasil. Desde 2003, uma série de visitas de alto nível tem repetido o adensamento do relacionamento bilateral. A última delas foi em junho de 2015, com a visita do Ministro Mauro Vieira a Santo Domingo. O Brasil tem sido considerado como referência para a formulação de políticas de inclusão social.

Com relação ao comércio bilateral com o Brasil, o comércio total chegou a cerca de US$380 milhões, com um desequilíbrio muito grande: o Brasil exportando US$358 milhões e importando cerca de só US$22 milhões.

Diversas empresas brasileiras atuam no mercado dominicano, tanto no setor industrial, como no de serviços. A Ambev, com investimentos da ordem de US$2 bilhões, detém as maiores marcas de cerveja do país; a Gerdau produz laminados metálicos; e a Paquetá, empresa daqui que exporta calçados, produz calçados naquele país. No setor de serviços, as construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão têm tradicional atuação do país, tendo sido responsáveis pela construção de hidrelétricas, termelétricas, represas, rodovias e outros projetos.

Com relação a financiamento brasileiro para o governo dominicano, os empréstimos do BNDES financiam alguns dos principais projetos em execução no país. Depois de equacionada a dívida com a Venezuela por conta do fornecimento de petróleo, isso no contexto da Petrocaribe – a dívida da República Dominicana com a Venezuela era cerca de 4 bilhões, houve uma renegociação, e foi possível à República Dominicana pagar somente a metade dessa dívida e equacionar esse débito com a Venezuela –, o Brasil passa a ser o principal credor internacional da República Dominicana, com cerca de 3,3 bilhões de crédito do BNDES, concedido desde 2003.

Em especial, os financiamentos direcionam-se para o aumento da geração de energia – quase 50% do total –, que são fundamentais para que o governo possa negociar em melhores condições, e ainda neste ano, com os operadores de energia, cujos contratos atuais são amplamente desfavoráveis ao governo do Presidente Medina. Créditos brasileiros também viabilizaram obras rodoviárias de acesso a projetos no setor de turismo, principal motor da economia dominicana. Em especial, há a estrada de Santo Domingo a Punta Cana.

Bom, como considerações finais, Sr. Presidente, e caso consiga a aprovação desta Comissão, além de reforçar e adensar a presença brasileira nas áreas de cooperação educacional, cultural, comercial e política, vejo a necessidade de reconsiderar a visão brasileira do Caribe.

O Brasil é concebido geopoliticamente como um Estado atlântico, latino, continental e amazônico, mas não valorizamos a nossa dimensão caribenha. Essa não é uma ideia nova. O último embaixador do Brasil na República Dominicana, o Embaixador José Marcus Vinícius de Souza, defende em amplo estudo a tese do Brasil como um país caribenho. O estudo, entre outros dados e considerações, dá conta de que a Bacia do Caribe é definida por um paralelo localizado entre Miami e Belém do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Belém é o centro do mundo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E V. Exª é o centro de Belém. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Logo, é o centro do mundo. (*Risos.*)

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Bom, dessa forma, nós recebemos uma influência muito grande do Caribe e podemos influenciá-lo, em especial nos aspectos geográfico e cultural. A possibilidade de uma integração em diversas áreas, entre os Estados do Norte do Brasil e os países do Caribe, tendo como plataforma a República Dominicana, é o objetivo que pretendo avançar nas atividades da Embaixada desde que, é claro, aqui aprovado.

Sr. Presidente, eu não quero me alongar mais. Fico à disposição para qualquer questão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Muito obrigado.

V. Exª se referiu a esse episódio de 1965, da intervenção norte-americana com a participação de tropas brasileiras. Isso, para mim, despertou uma imagem de pesadelo, que foi receber a incumbência, junto com outros colegas, membros, como eu, de um partido que na época não tinha existência legal, de sair pichando muros – pichando mesmo, porque era com piche, não era com *spray*. O *spray*, hoje, é mais fácil. Era piche, com a seguinte palavra de ordem: "Imperialistas ianques, tirem as patas da República Dominicana". Aí disseram assim: "Não dá para fazer um negócio um pouquinho mais curto? Porque a polícia pode chegar antes de terminar". Não teve jeito. "Imperialistas ianques, tirem as patas da República Dominicana". Mandaram pichar isso tudo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Não pegaram V. Exª em flagrante?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não. Felizmente, não.

Muito bem. Muito obrigado, Embaixador.

O Senador Lasier Martins é o primeiro inscrito.

V. Exª tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Eu acho que, para começar, poderíamos ficar um pouquinho mais na República Dominicana.

É muito curiosa essa situação, Embaixador Baena Soares, que, numa mesma ilha, que é pequena, um país seja tão pobre, como o Haiti, e o outro tão próspero, onde haveria a mesma atração turística, porque a República Dominicana tem algumas das praias mais bonitas do mundo, e V. Exª disse há pouco que dois terços se devem ao turismo. Então, por que não acontece coisa aparecida, se o mar é o mesmo e as praias são quase iguais? Punta Cana é uma atração mundial. A Europa toda vai para lá em determinadas épocas. Então, eu gostaria de ouvir a sua interpretação.

E o senhor tem uma descendência marcante, pois o seu pai foi um orgulho do Itamaraty. E, quando na OEA, ele teve muita participação, com relação à união da América. E nós vemos, atualmente, a Venezuela tão distante daquilo que nós precisamos... Então, eu arrisco lhe pedir um depoimento, embora seja um outro país. O senhor não está indo para a Venezuela. O senhor está indo para a República Dominicana. Como o senhor encara isso, ainda mais agora que são indicados, aliás, que o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela limita os poderes do Parlamento, que agora tem maioria oposicionista?

O senhor conhece o problema. O seu pai teve uma participação muito grande, quando foi da OEA. Eu lhe peço para arriscar um posicionamento com relação a essa situação na Venezuela. Quando pensamos que a coisa vai melhorar, há essa interferência do Supremo Tribunal de Justiça, o que tem gerado protestos violentos, principalmente dos estudantes, com relação a essa posição do Governo.

Então, eu lhe deixo duas perguntas.

Como entender que, numa mesma ilha pequena, de um lado, há 10 milhões de habitantes... No Haiti, por sinal, a migração é muito intensa. O Rio Grande do Sul recebeu quase 2 mil haitianos, sendo que quase metade agora foi embora, porque os haitianos que foram para o Rio Grande do Sul se decepcionaram com a falta de recurso. Para juntar os dólares que mandariam para os familiares que ficaram lá, precisariam de muitos reais. Então, numa metade tão pobre, há 10 milhões de habitantes e, do outro lado, na outra metade tão próspera, mais 10 milhões. Como V. Exª está indo para lá, ajude-nos a entender isso.

Gostaria também de ouvir uma opinião sua sobre a situação na Venezuela. Quando se pensa que a coisa vai melhorar, a ditadura prossegue, há intervenção no Judiciário etc.

Com relação à Estônia, faço uma pergunta ao Senador Roberto Colin, que fez um relato bastante amplo, bastante profundo e muito interessante de um país pequeno, do tamanho do Espírito Santo – se não estou enganado –, do nosso Senador Ricardo Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Pequeno em tamanho...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, eu sei. Pequeno em tamanho, mas rico. Aliás, em riqueza, acho que até são similares o Espírito Santo e a Estônia, talvez com a diferença do avanço tecnológico, visto que o senhor disse que é um dos países mais avançados...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... em tecnologia da informação, inclusive é o país que descobriu o Skype.

De que modo nós podemos retirar alguma lição? Em duas décadas, sei que recuperou todos os atrasos que tinha com vínculo à União Soviética e deve isso muito às políticas de austeridade, que é o que precisamos no Brasil, e não se consegue obter.

V. Exª vai para lá agora e vai ver de perto como fizeram. Será que, de alguma maneira, poderemos retirar essa lição para cá, onde estamos tão atrasados, com déficits "trilionários"?

Então, eu gostaria de ouvir também a sua interpretação com relação a essa economia tão próspera que vive o pequeno país para onde V. Exª está indo.

São as minhas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Senador Lasier, nosso Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Cumprimento-o pela qualidade da intervenção feita.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES) – Passo a palavra àquele que é o centro do universo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não sou o centro do universo; Belém é que o é, o Estado do Pará. Isso vai ser reconhecido nas futuras gerações, daqui a 50, 100 anos, não tenho dúvida.

Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, quero saudar ambos, em especial o Senador Clemente Baena Soares, que concorda comigo com o fato de Belém ser o centro do mundo.

O Embaixador João Clemente Baena Soares, genitor do Embaixador Clemente Baena Soares, nasceu no Pará, é paraense. Então, quando foi Secretário-Geral, competente, da Organização dos Estados Americanos, ele transformou Belém – foi aí que a cidade começou a ser o centro do mundo. A última reunião da OEA que ele presidiu levou para Belém. Então, Belém passou, a partir daí, a ser o centro do mundo e não perdeu mais essa posição, essa qualidade.

Os relatórios tanto do Embaixador Baena quanto do Embaixador Roberto Colin já nos dão segurança, pela competência e pelo currículo deles, de que vão representar muito bem o nosso País tanto na República Dominicana quanto na Estônia.

Eu tenho certeza de que serão aprovados aqui por unanimidade e, no plenário do Senado, não, porque há sempre três ou quatro que sempre votam em contrário. Às vezes, quando mandam um Embaixador lá para um país... Eu digo que aí é esse amigo do indicado, porque ele não quer que ele vá para lá.

Embaixador Baena Soares, V. Exª teve a sua vida na área diplomática muito ligada à questão da América Latina e discorreu com bastante profundidade sobre aquilo que todos nós iríamos perguntar. Eu, por exemplo, não tenho nenhum questionamento com relação à sua competência, à sua capacidade. Com relação a isso, eu acho que não há necessidade. Eu queria ter algumas informações sobre a relação da República Dominicana com o Brasil – e da Estônia com o Brasil –, mas V. Exª já respondeu. Por exemplo, eu gostaria de saber qual o valor dos financiamentos concedidos pelo Brasil à República Dominicana, em quais setores, a quais empresas, e V. Exª já se antecipou dizendo que são três bilhões e alguma coisa de dólares, Senador Anastasia, para as mesmas, Senador Ricardo – e parece que, coincidentemente, de 2003 para cá. Então, há uma convergência que indica para tudo aquilo que está sendo mostrado aos brasileiros agora. V. Exª colocou que, lá atrás, numa dívida da República Dominicana com a Venezuela, de 4 bilhões, Venezuela teve que fazer um acordo – e pagaram só a metade. Eu já fiquei preocupado e eu gostaria de ter a sua opinião com relação a isso. V. Exª, como Embaixador, vai ter o cuidado lá de defender os interesses dos brasileiros, porque o dinheiro que foi emprestado para lá é dinheiro dos brasileiros. De vez em quando, o Executivo encaminha ao Congresso projetos anistiando dívidas, em especial de países africanos com regimes ditatoriais, para que os recursos que para lá foram fossem anistiados.

É verdade que dois terços da economia dominicana são do turismo. Os dados que eu tenho aqui mostram que o comércio bilateral com o Brasil avançou até 2014, mas, depois, ele teve um declínio da ordem de 21,2%. E o declínio foi maior que todo o avanço que foi conseguido. Então, quais seriam as ações que V. Exª, como Embaixador do Brasil lá, poderia incrementar para que pudéssemos aumentar a participação na relação do comércio bilateral entre o Brasil e a República Dominicana?

Somos superavitários na balança comercial, mas esse superávit vem caindo ao longo do tempo e é muito pequeno em relação à possibilidade que o Brasil tem não só, como V. Exª bem colocou, na República Dominicana, mas no Caribe como um todo.

Então, quero desejar sucesso, que Deus abençoe e que nós possamos ter mais estreita essa relação, tanto comercial, como cultural, entre a República Dominicana e o Brasil.

É lamentável que, na campanha da reeleição do Presidente Medina, o seu marqueteiro tenha sido preso exatamente no meio da campanha e seja o mesmo marqueteiro que fez as campanhas todas de 2003 para cá. Há, Senador Aloysio, uma coincidência incrível em tudo. Em tudo! Não sei como está lá... Acho que V. Exª vai chegar antes das eleições, então vai poder participar.

Com o Embaixador Roberto, da mesma forma, sucesso, tenho certeza absoluta, na relação.

O Senador Lasier fez várias referências também à República Dominicana e à Estônia, e ele é o nosso Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. A Estônia tem uma excelência na área de tecnologia da informação. Então, eu perguntaria qual a orientação de V. Exª, qual o trabalho para que possa

haver a difusão dessa tecnologia, dessa excelência para o nosso Brasil, porque é, sem sombra de dúvida, pela tecnologia que nós vamos poder avançar.

Há também uma pergunta que faço ao Embaixador Baena Soares. A Estônia... Não existe necessidade de visto para os cidadãos estonianos entrarem no Brasil como turistas. Não existe isso aí. Eu não entendo essa exigência de vistos em um país como o nosso, que precisa aumentar, que tem um potencial da indústria de turismo imenso e fica colocando dificuldade. Como exemplo, o visto – que já se discute há muito tempo acabar – para os Estados Unidos da América, para americanos virem ao Brasil. Então, pergunto se existe alguma orientação no sentido também de brasileiros para a Estônia; se também o visto é liberado. E, no caso da República Dominicana, a mesma coisa: quais os países que precisam de visto ou não precisam de visto para terem essa relação de turismo; e se os vistos para outros países são também exigidos ou se são liberados.

Que Deus abençoe os dois novos Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Lasier, Presidente desta reunião, neste momento em que substitui o Senador Aloysio Nunes Ferreira nessa missão.

Eu cheguei com um pouco de atraso porque me encontrava em uma reunião organizada pela Bancada Parlamentar catarinense. Por isso, não pude assistir às apresentações do Embaixador Baena Soares e do Embaixador Roberto Colin. Peço desculpas, mas a constante atividade que temos aqui sobreposta uma à outra nos impede de estarmos em vários lugares ao mesmo tempo.

Eu vim ao plenário para aqui fazer uma manifestação e também colocar o meu voto favorável à indicação dos Embaixadores aqui presentes. Entretanto, lamentavelmente, não poderei fazê-lo porque o voto foi dado já pelo Senador Flexa Ribeiro, que é Senador suplente nesta Comissão, mas, como Relator da indicação do Embaixador Roberto Colin, ele, obviamente, precisava exercer a condição de eleitor nesta reunião, em função da condição que tem de relatar a matéria.

Peço ao Embaixador Roberto Colin que não considere isso uma desfeita e uma descortesia; pelo contrário, considero que o Senador Flexa, pelo seu brilhantismo, pela sua competência e pela maneira como sempre relata as matérias nesta Comissão, certamente o fez com muita sabedoria e com muito acerto.

Compareço aqui, Sr. Presidente, não para fazer alguma arguição, mas apenas para dar um depoimento aos meus colegas Senadores, que, na próxima semana, estarão votando as indicações de ambos Embaixadores no plenário. E, como não estarei presente, na próxima semana, na sessão, fiz questão de aqui vir para fazer um depoimento especialmente a respeito do Embaixador Roberto Colin, que, agora, deixará as atividades na Coreia do Norte para se dedicar à República da Estônia, em nome do Brasil.

O Embaixador Roberto Colin é uma das grandes figuras públicas do meu Estado, o Estado de Santa Catarina; honra muito o nosso Estado, como tenho certeza de que honra também o serviço diplomático brasileiro.

E devo dizer que, se aqui estivesse hoje o Senador Luiz Henrique, com certeza, estaria não só votando, mas comemorando a presença do Embaixador Roberto Colin nesta reunião porque Roberto Colin foi um dos colaboradores do Governo de Santa Catarina na primeira gestão de Luiz Henrique, e lá emprestou, com muito talento, com muita competência e capacidade os seus préstimos para que Santa Catarina fosse um Estado ainda melhor, como, de fato, o é.

Desejo a ambos os Embaixadores muito sucesso nas suas novas atividades tanto na República Dominicana quanto na Estônia e, se o Senador Flexa e o Senador Ricardo Ferraço permitirem, espero, com certeza, um dia poder visitá-los nas suas embaixadas, onde estarão em atividade, representando o Brasil e lutando por nosso País.

Faço apenas um registro e um breve comentário que já fiz em outras oportunidades. Sem dúvida nenhuma, o serviço diplomático é muito importante. O serviço de representação do país é indispensável do ponto de vista cultural, do ponto de vista político, do ponto de vista governamental, mas é preciso que nós, brasileiros, prestemos muita atenção na questão econômica. Sempre peço aos embaixadores que aqui vêm que mereçam a atenção constante e permanente do serviço diplomático.

Sabemos que muitos países maiores do que o Brasil, inclusive, têm orientado seus embaixadores e suas representações diplomáticas para atuarem permanentemente e com muita intensidade nessa área, visando aumentar as relações comerciais do Brasil com outros países, principalmente visando à exportação de produtos brasileiros para os países parceiros do nosso.

Sem dúvida nenhuma, isso reflete em nosso País com geração de emprego, com geração de riquezas, com melhor distribuição de renda, e isso, certamente, é uma coisa necessária no Brasil, neste momento de crise econômica, neste momento de dificuldades políticas, neste momento de crise ética pelo qual estamos passando e do qual queremos nos livrar o mais rapidamente possível.

Então, aqui, Sr. Presidente, venho muito mais para saudar e cumprimentar os embaixadores que comparecem a esta reunião, mas, de uma forma muito específica e emblemática, quero aqui oferecer meu aplauso e meus cumprimentos ao Embaixador Roberto Colin que, sem dúvida, vai orgulhar os brasileiros e especialmente os catarinenses, seus conterrâneos, na República da Estônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Bauer.

Com a palavra, para também perguntar, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da mesma forma, até pelo tempo que já está passando, quero apenas desejar a esses dois profissionais da diplomacia brasileira e, em particular, ao Embaixador Roberto Colin – tive a honra de ser sua Relatora aqui na Comissão... Porque lembrei-me muito de um amigo muito dileto, o nosso inesquecível Luiz Henrique da Silveira, que teve uma atuação exemplar nesta Comissão.

Há pouco estava a Ministra Kátia Abreu na Comissão de Agricultura, a qual tenho a honra de presidir, falando sobre a necessidade de ampliarmos o número de acordos bilaterais ou multilaterais na área do comércio. São muito poucos, o mais recente foi o do Mercosul com o Egito, mas a demora na homologação do acordo dentro do Gabinete Civil acaba prejudicando não só o esforço da própria diplomacia brasileira, mas a própria implementação desses acordos comerciais.

Então, como ele aqui – e V. Exª, para mim, sempre remete à imagem do Luiz Henrique, e deve ser prazeroso lembrar isto para o senhor – falava muito, há necessidade de adotarmos o *fast track* nos acordos internacionais ou em outros acordos, o que seria muito relevante.

Então, desejo ao senhor muito sucesso, não tenha dúvida. Da mesma forma, ao Embaixador Clemente Baena Soares. A família tem um DNA já conhecido. O Rodrigo é seu primo? Irmão?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Irmão. É uma família... Eu me dou muito bem com o Rodrigo, há muito tempo, quando também foi porta-voz do Itamaraty, e também com seu pai, sua mãe, de Pelotas, a Gláucia Baena Soares. Então tenho também esse vínculo.

Desejo aos senhores grande sucesso nas missões que terão pela frente.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Cumprimento, Sr. Presidente, os nossos Embaixadores, ambos de carreira notável em áreas muito específicas, que alcançam essa condição depois de uma longa jornada no Itamaraty em funções muito relevantes, não apenas o Embaixador Clemente de Lima Baena Soares, assim como o Embaixador Roberto Colin, a quem quero cumprimentar, dois dos mais qualificados quadros do nosso Itamaraty, que é uma verdadeira escola de formação de quadros da estrutura pública brasileira ao longo de todos esses anos.

Ao Embaixador Baena, uma questão que me vem à mente é a estratégia e a visão do Governo brasileiro em relação à relação da República Dominicana com o Caricom, que não teve aceito o seu pedido de adesão em 2013, inclusive com incisivas críticas desta organização, sobretudo em relação à decisão judicial da mais alta Corte dominicana, que resolveu retirar a cidadania de centenas de milhares de cidadãos haitianos que são moradores na República Dominicana, agravando ainda acentuadamente as questões e o desafio migratório em toda a região. São haitianos que em algum momento migraram para a República Dominicana, lá constituíram suas vidas e terão, eventualmente, não sei se há alguma decisão que sucede essa, mas fala-se em mais de 500 mil haitianos que habitam a República Dominicana que teriam que retornar ao Haiti.

Isso traz uma preocupação, evidentemente, a todos nós, porque o problema ou o desafio migratório é um fenômeno que está presente não apenas na Europa, não apenas na Ásia, mas também na América do Sul. O Haiti é, de fato, um desafio para a República Dominicana e para todos nós que, inclusive, temos sido um porto seguro de um importante contingente de pessoas, de haitianos que procuram abrigo em nosso País.

Eu gostaria que V. Exª pudesse abordar esse tema, dizendo qual é a orientação que temos da Chancelaria brasileira em relação a isso. Creio que já é um tema muito presente em nossos desafios na região.

A outra questão é a missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, a Minustah, que foi criada por resolução do Conselho de Segurança da ONU ainda em 2004. A missão coordena a participação de tropas militares de um conjunto de, pelo menos, 15 países, mantendo na ilha um efetivo que varia entre 2 e 4 mil – como se chama? – capacetes azuis, que são os capacetes emblemáticos da Organização das Nações Unidas, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Qual a avaliação que o Governo brasileiro, no caso, o Itamaraty, faz

da presença da Minustah? E, olhando para a frente, qual é a perspectiva da manutenção das Forças brasileiras no Haiti?

Ao Embaixador Colin, rendo aqui as minhas homenagens. Eu não o conhecia pessoalmente, mas já conhecia a experiência e a qualidade de V. Exª pelo testemunho e depoimento dado a todos nós pelo nosso sempre saudoso, querido e estimado Senador Luiz Henrique, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, ex-Governador, por dois mandatos, de Santa Catarina, ex-Prefeito de Joinville, que deixou um legado nesta Casa de respeito, de amizade, de admiração pela importante liderança, não apenas em seu Estado de Santa Catarina, mas nacional, que tinha, inclusive nesta Comissão, um ativismo muito grande em relação às relações externas pela dimensão que tinha, pela sensibilidade que tinha da importância estratégica para o nosso País.

Enfim, a Estônia é um país que desenvolveu a área de defesa cibernética. Não é sem outro sentido que é o centro de excelência em defesa cibernética da Otan, uma área bastante sensível, importante para o nosso País. Que expectativa podemos ter... O Senador Lasier fez menção a este fato e reitero, quer dizer, a nossa grande expectativa na cooperação do nosso País com a Estônia se dá nesse campo. E gostaríamos que V. Exª, então, reforçasse quais são as ações, o plano de trabalho e de que maneira podemos contribuir com V. Exª, até me valendo aqui da Presidência desta Comissão, do Senador Lasier, que é também o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia nesta Casa.

Portanto, há uma agenda a ser construída, caro Presidente Lasier, com o nosso Embaixador que está indo para a Estônia na direção de vermos evoluir essa relação, até porque a nossa Embaixada na Estônia é a única Embaixada brasileira nos países bálticos, nessa região. E isso reforça ainda muito mais a presença estratégica do nosso País nessas regiões.

De modo que essas são as questões.

Cumprimento o Embaixador Colin, o Embaixador Baena e renovo as expectativas de que V. Exªs horarão o Estado brasileiro e horarão, sobretudo, a escola do Itamaraty e a Chancelaria brasileira à frente desses novos dois importantes postos.

Cumprimentos a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Ferraço.

E, fechando os questionamentos, o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, na verdade, não vamos, quase, fazer questionamento, mas, primeiro, quero, mais uma vez, destacar o quadro que hoje compõe o nosso Itamaraty. São pessoas altamente preparadas e que nos orgulham em suas missões nos países em que estão prestando serviço.

Quero aqui saudar e parabenizar os dois Embaixadores. Que realmente sejam abençoados nessas missões tão importantes! Mas queria, especificamente, conversar com o Embaixador Clemente, porque ele vai para uma república próxima de Roraima, porque Roraima é fronteira ali. São os países caribenhos.

O forte da economia da República Dominicana é o turismo, como o é em quase todos os países caribenhos. Então, a maioria dos seus bens são importados. E, naturalmente, hoje o Estado de Roraima é a mais nova fronteira agrícola do País. Nós estamos tirando algumas amarras. Inclusive, muitos coreanos estão vindo investir agora. Vamos produzir muito, principalmente no setor primário. No futuro... Estamos tentando, inclusive, um porto na Guiana Inglesa ou, então, na própria Venezuela, que já disponibiliza desse porto, que é um percurso fácil, para que possamos, quem sabe, fazer esse intercâmbio de fornecimento de matérias manufaturadas ou mesmo de matérias-primas ou primárias para a República Dominicana.

Então, quero aqui parabenizá-lo e, naturalmente, depois, quem sabe, manter contato nesse sentido de colocar o Governo do Estado nesse *link* para que possamos fazer esse intercâmbio comercial. Quero saudar os dois Embaixadores, desejar sucesso e parabenizar pela escolha.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Telmário.

Havendo ainda tempo, o nosso Senador Antonio Anastasia, que tinha outro compromisso. Ele sempre tem uma participação muito valiosa. É um dos nossos Senadores de maior conhecimento de política internacional.

Com a palavra, então, para concluir as perguntas, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, cuja generosidade é conhecida de todos pelo seu imenso coração gaúcho. Eu agradeço as suas palavras, cumprimento o Embaixador Baena Soares, o Embaixador Roberto Colin e também os nossos pares que me antecederam, que já foram muito extensos em termos das indagações.

Eu vou também, de maneira muito célere, Embaixador Baena Soares, me dirigir, primeiramente, a V. Exª, reafirmando, como na sua bela exposição que aqui foi feita, que acompanhei toda, a situação da República Dominicana, que tem muitos pontos em comum com o Brasil: a colonização ibérica, a proximidade linguística, a proximidade hemisférica, a trajetória política e cultural, um regime forte durante tantas décadas, a crueldade

de uma ditadura, a redemocratização, problemas da redemocratização, problemas de corrupção, que sabemos que, lamentavelmente, também surgem por lá. Então, tudo isso faz um quadro um pouco parecido.

E V. Exª, com a sua *expertise* latino-americana, com a sua dedicação e também, como diz muito bem a Senadora Ana Amélia, pelo DNA que V. Exª apresenta, vai certamente desenvolver em Santo Domingo, que, aliás, é a mais antiga cidade das Américas, um trabalho muito eficaz.

O Senador Lasier pontuou, no início da sua indagação, aquilo que me parece o que nós podemos aprender com a República Dominicana, que é o tema do turismo. É de espantar que a República Dominicana, tão pequena, com suas praias, consiga um resultado no turismo, e nós, no Brasil, com o tamanho que temos e com praias tão belas – algumas até citadas internacionalmente –, não tenhamos a condição da infraestrutura e da propaganda que a República Dominicana conseguiu.

A República Dominicana sempre teve bons vendedores. Eu me lembro aqui da figura ao mesmo tempo folclórica do diplomata Porfírio Rubirosa, que, durante tantas décadas, na Europa, representou a República Dominicana e levantou o nome desse país com características até um pouco caricatas, digamos assim. Mas é importante aprendermos como o turismo conseguiu florescer bem, e nós temos dificuldade.

A questão do visto, levantada também aqui pelas indagações do Senador Flexa – eu comentava isso com ele *a latere* –, exatamente é um ponto que devemos averiguar, mas tenho certeza de que V. Exª terá lá um grande desempenho. E é uma posição muito estratégica pela posição histórica, inclusive, e de precedência que tem a República Dominicana dentro do concerto latino-americano.

Embaixador Roberto Colin, meus cumprimentos. V. Exª teve a gentileza de me visitar ontem. Conversamos muito sobre a Coreia do Norte, que é a curiosidade maior, mas V. Exª agora se dirige à Estônia.

Também na sua belíssima exposição, Senador Lasier, o Embaixador Roberto Colin mostrou o que significa essa nação báltica e escandinava que tem tanta relevância naquele ponto. A despeito de pequena, ela tem não só uma produção econômica relevante, mas uma posição estratégica muito delicada em uma região muito conturbada no mundo, que no passado foi objeto de disputa entre a Suécia e a Rússia; depois, entre a Prússia, a Alemanha e a Rússia. Atualmente, felizmente, está pacificada, mas mesmo assim sempre há ali uma certa tensão, decorrente da posição da Rússia, especialmente pela dissolução do império soviético.

Eu li – comentava há pouco – *A Festa do Bode*, sobre a República Dominicana. Eu acabei de ler um livro chamado *O Último Império*, sobre a dissolução da União Soviética, que mostra a presença muito firme do que significam os países bálticos nesse esforço de redemocratização daquela região.

Então, V. Exª terá, além das questões tecnológicas, muito bem lembradas pelos que me antecederam, também um posto importante de observação política, porque a situação da Rússia, especialmente em relação à Crimeia, à Ucrânia, e mesmo às suas antigas repúblicas muçulmanas, sempre leva um quê de preocupação à ordem pacífica mundial. V. Exª, pela experiência que teve na Coreia do Norte, em uma situação, claro, muito mais conflagrada e mais – digamos – litigiosa internacionalmente, terá lá também a oportunidade de tecer as suas considerações e estreitar as relações com o Brasil, não só em termos tecnológicos, mas também, é claro, estimulando o turismo recíproco e, evidentemente, questões de ordem agrícola, até porque os países bálticos, Senadora Ana Amélia – estivemos junto com a Ministra Kátia Abreu, no ano passado, na Comunidade Europeia –, estão tendo muita projeção na condução do Conselho Europeu, inclusive nas questões agrícolas. Lembro-me muito da comissária, salvo engano, da Lituânia, um país vizinho. A presença brasileira é muito importante para abrir os mercados na Europa como um todo, e os países bálticos têm ali um peso político muito relevante.

Boa sorte! Tenho certeza de que desempenhará com muita dedicação, esmero e proficiência, à semelhança do Embaixador Baena Soares, as suas tarefas.

Parabéns a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Antonio Anastasia.

Para concluir este rito da sabatina com os nossos Embaixadores indicados para a Estônia e para a República Dominicana, vamos às respostas às sabatinas dos nossos Senadores, começando pelo Embaixador Roberto Colin.

O SR. ROBERTO COLIN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na nossa relação com a Estônia, nós nos ressentimos da falta de projetos concretos, que não existem ainda, apesar do interesse já demonstrado. Eu mencionei há pouco que delegações de Estados brasileiros já visitaram a Estônia em um passado recente e que Santa Catarina manifestou esse interesse também agora. Ao mesmo tempo, nos ressentimos também da falta... O arcabouço jurídico também é imperfeito com a Estônia. Nós temos somente dois acordos assinados: um de turismo e o outro, cultural. Ora, tendo em vista o perfil, o potencial da nossa relação com a Estônia, é urgente negociarmos um acordo de ciência e tecnologia. Caso seja aprovado por V. Exªs, vai ser uma das minhas primeiras providências.

Eu queria mencionar o seguinte: me chamou a atenção o fato de que Estados brasileiros tenham esse tipo de interesse, em cooperar com a Estônia na área de tecnologia da informação. Isso me remete à experiência

que tive quando fui Secretário de Assuntos Internacionais de Santa Catarina, quando trabalhamos muito com diplomacia federativa, ou paradiplomacia. O que eu quero dizer com isso? No caso de dois países com escalas tão diferentes, como Brasil e Estônia, eu acho que esse modelo de cooperação de Estado com a Estônia, ou de Estado a Estado, como a experiência que eu tive em Santa Catarina, parece ser um modelo promissor e que eu pretendo estimular. É claro que isso não é exclusivo. É claro que há casos em que a esfera federal é a única que pode realizar certos projetos.

Nesse caso, Senador Lasier, o senhor será o meu primeiro convidado para visitar a Estônia. Eu acho que sobretudo a Comissão de Ciência e Tecnologia, mas também a Comissão de Relações Exteriores e Defesa, pela questão de defesa cibernética, que também é um dos pontos fortes na Estônia, deveriam ser verificados. Eu acho que vale a pena ser feita uma prospecção. Ao chegar lá, eu pretendo identificar o quadro e me comunicarei com V. Exª para combinarmos isso. Mas essa é, sem dúvida, a área prioritária. A Estônia tem muito a nos oferecer nessa área e, enfim...

(Soa o celular do orador.)

O SR. ROBERTO COLIN – Desculpem. É a tecnologia. Essa aqui é tecnologia da idade da pedra.

Aqui, na esfera Federal, sobretudo, na parte de governo digital, eles têm uma grande experiência, o que poderia ser muito útil.

Os Estados, o Rio Grande do Sul mesmo, quando organizou essa viagem à Estônia, estava muito interessado na identidade digital, que é outra coisa impressionante que eles desenvolveram na Estônia.

Então, eu acho que, prioritariamente, essa é a nossa área de cooperação e vamos precisar desenvolver, temos que negociar esse acordo de ciência e tecnologia numa primeira oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

Embaixador Clemente Baena Soares.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Sr. Senador.

Foram muitas perguntas. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer os comentários feitos sobre a família à Senadora Ana Amélia e a outros Senadores aqui presentes.

Eu tenho aqui algumas perguntas, inclusive, do próprio Senador Lasier, sobre a diferença entre o Haiti e a República Dominicana, por que um é muito pobre e o outro está muito mais desenvolvido. Talvez o Haiti seja o país mais pobre da América Latina e do Caribe. Sem ser especialista em Haiti, mas por ter estudado um pouco a região do Caribe e da América Central, eu diria que, em função de uma ditadura que houve, de Duvalier, o Baby Doc, em que houve os *tontons macoutes*, uma violência impressionante, houve uma política de governo – digamos assim – em que toda riqueza ou toda a produção iria para outro lugar e não seria, digamos, investida no Haiti. Com isso não há infraestrutura, inclusive de turismo. São praias belíssimas as que há no Haiti. Eu estive lá em 2005 ou 2006, com o Senador Suplicy inclusive. Naquela época, eu trabalhava justamente na assessoria parlamentar. Nós estivemos lá para acompanhar a Seleção Brasileira. Houve um amistoso com a seleção do Haiti. Apesar de o país ser muito pobre, isto chamou muito a minha atenção: todos adoram o Brasil, têm uma verdadeira paixão pelo Brasil, uma verdadeira paixão pelo futebol brasileiro.

Agora, do outro lado, do lado da República Dominicana, apesar de ter tido também períodos de ditadura, houve a preocupação de investir no país. Por isso que, hoje em dia, há investimentos, especialmente em obras de infraestrutura, especialmente para atração de investimento estrangeiro, no setor de hotelaria. Não é à toa que a República Dominicana recebeu mais de 6 milhões de turistas ano passado, sendo, desses 6 milhões, 150 mil brasileiros. Num período de quatro, cinco anos – 2011 a 2015 –, passou de 10 mil para 150 mil brasileiros que visitam a República Dominicana.

Então, é basicamente isto: seria uma política de governo, muito pela ditadura Baby Doc, e, do outro lado, mesmo com alguma ditadura, com dificuldades de governo, houve a preocupação de investir no país.

O senhor também me perguntou sobre a Venezuela. Sobre a Venezuela – o senhor tem acompanhado, notas à imprensa do Itamaraty foram mais de quatro –, sempre o Itamaraty, o Governo Brasileiro afirmou, salientou a necessidade de um diálogo permanente entre o governo e o parlamento recentemente eleito, de que a oposição detém o controle. Nunca...

Em todas essas manifestações do Itamaraty, houve um posicionamento claro no sentido de que deve haver o diálogo entre oposição e governo. Isso foi dito à Comissão de Deputados que esteve há pouco mais de um mês e também à Chanceler Delcy Rodriguez, que aqui esteve em janeiro. Ou seja, tem se de construir pontes, haver diálogo entre as duas partes, e sempre isso foi o objetivo da Comissão da Unasul, que o Ministro Mauro Vieira integrou no ano passado. Houve várias reuniões neste mesmo sentido de colocar a necessidade de que haja tranquilidade e responsabilidade das duas partes, para trazer, digamos, a estabilidade política de que a Venezuela tanto necessita.

O Senador Flexa pediu um esclarecimento sobre a dívida da Venezuela com relação à República Dominicana, inclusive com o receio de que o Brasil faria a mesma coisa, mas a dívida da Venezuela, quer dizer, da República Dominicana com relação à Venezuela era de US$4 bilhões. A proposta, a iniciativa partiu da própria Venezuela, ao dizer: "Eu lhe dou um desconto, desde que o senhor me pague 50%". Isso porque a Venezuela, naquela época e hoje em dia, ainda necessita de recursos financeiros.

O Senador Flexa Ribeiro falou sobre o declínio do comércio bilateral e sobre como incrementá-lo. Sobre como incrementar, há várias iniciativas, entre as quais há um acordo de investimentos – que está pronto para ser assinado, e esperamos que o seja nos próximos meses – que vai facilitar uma presença muito maior brasileira e um comércio mais significativo com relação à República Dominicana.

Quanto aos vistos, tenho a impressão... Não sei quais os países de que a República Dominicana exige visto, mas, pelo número de turistas, acho que praticamente é um país aberto ao turismo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O visto, Embaixador, é feito no próprio aeroporto. Chega-se lá – faz uns dois anos que estive lá – e no aeroporto se pagam US$10. Obtém-se o visto no aeroporto. De modo que é muito difícil que vá chegar alguém que seja mandado de volta do aeroporto. Normalmente, todos são aceitos mediante US$10.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – O Senador Ricardo Ferraço perguntou sobre a República Dominicana e o Caricom. De fato, está suspenso o pedido de entrar como sócio no Caricom por parte da República Dominicana, muito em função dessa decisão no Tribunal Constitucional de suspender, denegar vistos a imigrantes. É um tema...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – É mais que isso, é suspender a cidadania.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Também, a cidadania. Inclusive, justamente essa decisão do Tribunal Constitucional isolou a República Dominicana no Caribe. Inclusive, temia-se que, com a presidência *pro tempore* da República Dominicana, da Celac, isso poderia prejudicar a própria atuação da República Dominicana nesse fórum. Há uma reunião de chanceleres, prevista para o final deste mês, na própria República Dominica, que, digamos, vai ser o primeiro grande teste dessa gestão dominicana à frente da Celac.

Também está prevista para junho a assembleia geral da OEA. Também é outro grande teste para saber se a República Dominicana poderá um pouco romper esse isolamento imposto por essa medida.

A Minustah tem cerca de mil solados brasileiros, entre oficiais. Ela já foi de dois mil. Acho que há um cronograma segundo o qual os soldados vão saindo da República Dominicana.

Quanto à avaliação, a presença das tropas brasileiras tem tido uma função muito importante, que é dar segurança aos habitantes de Porto Príncipe. Dando essa segurança, poderá até ter impacto na saída de haitianos em busca de segurança maior na República Dominicana.

Bom, Senador Telmário Mota, de Roraima, tenho feito, dentro dessa minha gestão à frente do departamento, um esforço muito grande em ter uma integração cada vez maior dos Estados do Norte, de Roraima, em particular, para o escoamento da produção local, especialmente de soja. Têm sido feitas gestões junto ao Governo da Guiana para ver se há possibilidade de escoamento, pela fronteira Bonfim-Lethem-Lindem-Georgetown, pelo Porto de Georgetown, da soja produzida em Roraima. Há também a possibilidade de se fazer algo via Venezuela. Com isso poderá Roraima... Os roraimenses têm ido muito à Ilha Margarita. A partir daí poderiam alcançar o Caribe.

Bom, o Senador Paulo Bauer pediu que nós tenhamos, eu e o Embaixador Colin, uma preocupação especial com relação às relações comerciais. É isso que a gente tem em nosso trabalho. No meu programa de trabalho está previsto justamente intensificar essa relação comercial entre os dois países. E vai ser complicado, porque a pauta de exportação da República Dominicana é muito limitada, e a pauta do Brasil é de outra ordem. Mas, talvez por outros mecanismos, inclusive, aproveitando as zonas francas. São mais de 30 zonas francas dentro da República Dominicana, o que poderia facilitar o próprio País como uma plataforma de exportação que já existe, em especial a Gerdau faz isso, para outros países da região.

Não sei se respondi a todos, mas agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado. Sr. Embaixador Clemente Baena Soares.

Bom, agora, em fase de apuração, vamos repetir a praxe do Presidente da Comissão, o Senador Aloysio, que consulta os Senadores e as Senadoras se continuamos com reunião aberta para fazer a apuração da votação ou, como era antigamente, solicitamos a ausência dos candidatos. (*Pausa.*)

Então, como não há objeção, nós vamos para a apuração.

Quero convidar a nossa colega Ana Amélia para secretariar a apuração e depois assinar as atas. Como não dependemos mais de cédulas de papel, temos agora a apuração eletrônica, podemos ver qual é o resultado das sabatinas de hoje.

Aos nossos Senadores eu pergunto se podemos já ter o resultado neste momento.

Então, está sendo feita a apuração.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, enquanto ocorre a apuração...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim. Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Nós vamos também tratar de requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já vamos tratar de requerimentos.

Temos aí o resultado.

Embaixador Clemente: 12 votos Sim; nenhum contrário.

Embaixador Roberto Colin: também 12 votos SIM.

Portanto, por unanimidade.

Estamos de parabéns pela votação, e estão de parabéns os nossos eleitos. Que tenham muito sucesso na missão que vão desempenhar respectivamente na Estônia e na República Dominicana!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Apenas um registro, Presidente: a unanimidade da eleição dos nossos dos Embaixadores está a protestar a lenda de que toda unanimidade é burra. Neste caso, não é. Há exceções.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Toda regra tem exceção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Até porque nós estamos aqui diante de um fato objetivo. Ou seja, vejam a responsabilidade de V. Exªs com o resultado e a expectativa que esta Comissão e que o Senado têm.

Então, eu acho que esses dois procedimentos podem ser enviados para o Plenário de forma – e é o requerimento que faço a V. Exª – urgente, para que nós possamos deliberar sobre essas indicações, cumprimentando os nossos Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

A assessoria fará o encaminhamento para votação em plenário.

Então, Embaixador, meus cumprimentos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, no encaminhamento...

Sim.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É só para lembrar então que, na parte dos requerimentos, há um requerimento que eu assinei com o Senador Tasso, da política pública.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Certo. Bom, extrapauta, temos dois, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Três. E qual é o primeiro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O primeiro, então, é o requerimento do Senador Tasso, que ficou com a incumbência do Senador Anastasia.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro nos termos regimentais, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 04, de 2016, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, seja aprovado o presente Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública (artigo 96-B0 do RISF) voltada para a política externa.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em discussão. (*Pausa.*)

Se ninguém quiser discutir, em votação.

Os Senadores permaneçam como estão se não tiverem objeção. Caso contrário... (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Ricardo, quer fazer o encaminhamento do seu de viva voz?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, faço e com prazer, porque julgo ser da maior relevância, não apenas para o Senado, mas para esta Comissão, que nós possamos colocar em nosso radar e em nosso debate uma audiência pública visando discutir a participação em organismos internacionais por parte do nosso País.

No dia 10 de fevereiro, Sr. Presidente, o Governo Federal editou o Decreto nº 8.666, instituindo a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais, órgão consultivo para apurar a situação financeira e orçamentária do Brasil em organismos internacionais, entidades e fundos internacionais.

Esses organismos, esses fundos, essas entidades são muito importantes, porque asseguram a presença do Estado brasileiro, a presença do Brasil, enfim, nos mais diversos fóruns mundo afora. Em outras palavras, essa comissão, composta por representantes da Casa Civil, do Ministério da Fazenda, do Planejamento e das Relações Exteriores, foi criada com o intuito de verificar a dívida do País e manifestar-se inclusive sobre o desligamento do nosso País dessas instituições e as propostas de alteração do valor das contribuições a esses organismos. Ou seja, o Governo constituiu uma comissão para determinar, deliberar sobre a presença do Estado brasileiro em que comissões, em que entidades, em que fundações, em que organizações, Sr. Presidente.

Salta aos olhos, Sr. Presidente, que o colapso do Estado brasileiro chega a tal monta que o Governo brasileiro, Senadora Ana Amélia, deve a esse conjunto de entidades. Estou a me referir à OEA, Mercosul, ONU, OMS, OIT, TPI, OIC, Unesco e tantas outras. Faz parte da mais longa tradição da política externa brasileira assegurar a presença brasileira nesses fóruns internacionais. E o Brasil está devendo a essas entidades, Sr. Presidente, R$2,141 bilhões. Esse é o tamanho da inadimplência do Estado brasileiro nessas organizações, tirando o prestígio, tirando o voto, tirando efetivamente a moral dos nossos representantes que, em alguns casos, não podem sequer se manifestar, não podem sequer exercer o seu voto.

Isso é, de fato, Sr. Presidente, surreal na história da República brasileira. Nós estamos diante de uma pedalada internacional. Essa é que é a verdade, Sr. Presidente. O caos, o colapso e a desorganização do Estado brasileiro chegam a tal dimensão que a nossa voz e o nosso voto mundo afora estão sendo restritivos em função dessa inadimplência. E o Governo resolveu constituir uma Comissão para definir em que entidades e fundações continuará presente ou não.

Nós achamos que esse é um tema que nós precisamos debater aqui, para trazer a contribuição e a visão crítica do Congresso brasileiro, da Comissão de Relações Exteriores, pelo menos. Por isso estamos requerendo uma audiência pública para chamarmos aqui o Sr. Francisco Gaetani, que é Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; de igual forma, do Embaixador Sérgio França Danese, excelente Embaixador, excepcional servidor público da Diplomacia brasileira que atualmente exerce a importante função de Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; também do sempre prestigiado Embaixador Rubens Barbosa; e do Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Oliver Stuenkel.

Ou seja, a ideia é que possamos dar um sinal para o Governo Federal, para o Poder Executivo de que isso nos preocupa, em razão da longa tradição que temos de presença ativa. Nunca é demais lembrar a presença do nosso sempre Chanceler Oswaldo Aranha na Organização das Nações Unidas; do Baena Soares, na Organização dos Estados Americanos. Enfim, isso trouxe, isso deu, isso dá lustro à participação do Brasil mundo afora. E isso também está ameaçado, Sr. Presidente.

Portanto, estou requerendo que possamos trazer esse debate para que possamos acompanhar as decisões dessa comissão, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito oportuno.

Vamos esperar que haja a repercussão necessária, mas, de qualquer maneira, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Se não houver quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a discussão do endividamento do Brasil perante organismos internacionais e a formação desta comissão.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater o endividamento do Brasil perante organismos, entidades e fundos internacionais, bem como a criação da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), criada para avaliar o montante dessa dívida e o futuro do país nessas instituições.
Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados: • Francisco Gaetani – Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; • Sérgio França Danese – Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; •Rubens Barbosa – Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP;
• Oliver Stuenkel – Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Observações:]
A última matéria do dia é o seguinte requerimento.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, de 2016
- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 76, de 2015, Requeiro seja incluída como convida para participar da Audiência Pública para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e para debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China, a Senhora Larissa Wachholz, Sócia Diretora, Vallya Negócios e Investimentos.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira debater, em votação.
Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Está aprovada a matéria referente a este requerimento.
Com isso, agradecendo a presença de todos que estão ou estiveram aqui, dos assessores, da imprensa, está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e quinze minutos do dia dez de março de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Romero Jucá, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Assina como não membro o Senador José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Mudança na presidência, às dez horas e vinte minutos assume a presidência o Senador Fernando Bezerra Coelho. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto dos Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto. " O Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. E às dez horas e vinte e três minutos reassume a presidência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Passa-se à 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA, para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e para debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China. Convidados: Sérgio Silva do Amaral, Presidente Emérito do Conselho Empresarial Brasil-China; Embaixador José Alfredo Graça Lima, Subsecretário-Geral para Ásia, Oceania e BRICS do Ministério das Relações Exteriores; Larissa Wachholz, Sócia Diretora da Vallya Negócios e Investimentos; e Roger Agnelli, Presidente da AGN Participações. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta reunião. O Presidente concede a palavra a cada um deles para suas exposições. O Presidente comunica a realização do seminário "Programa Welcome Chinese", com o objetivo de discutir a certificação dos hotéis, restaurantes, museus, aeroportos, pontos turísticos, entre outros, para receber turistas chineses, no dia 16 de março, quarta-feira, das 09h30 às 13h00, no Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães (Interlegis). Usa a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Ricardo Ferraço. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Roberto Freire. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, o Senador Jorge Viana, o Senador José Agripino, o Senador Hélio José e a Senadora Ana Amélia. Mudança na presidência, assume a presidência o Senador Antonio Anastasia; e às treze horas e dois minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores para novas considerações. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente agradece a presença dos participantes. Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião, que tem como finalidade avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China, para avaliarmos suas possíveis repercussões sobre a economia e a sociedade brasileiras.

Não vou estender-me sobre a importância da China como parceira comercial do Brasil, nem sobre a importância da China como investidora para os países de Terceiro Mundo e no Brasil.

Queremos discutir o que está acontecendo na China, para termos informações sobre o que está acontecendo hoje na economia chinesa, quando se anuncia uma relativa desaceleração do espetacular crescimento que vem marcando essa economia há muitos anos; a repercussão da retração, também, da economia brasileira sobre as nossas relações comerciais; entender um pouco também sobre o que está acontecendo na política chinesa, as mudanças que estão ocorrendo no seio do Partido Comunista Chinês, do governo chinês, na sociedade chinesa. Enfim, refletir um pouco sobre os cenários que se desenham diante de nós, diante das mudanças ocorridas na China, no Brasil e na economia mundial.

Temos como nossos convidados, em primeiro lugar, o Embaixador Sérgio Amaral, que é um dos mais destacados diplomatas de sua geração. Ele foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e chefiou importantes missões diplomáticas brasileiras. Entre outras atividades, é Presidente Emérito do Conselho Empresarial Brasil-China.

Foi também diretor do curso preparatório para vestibular na Faculdade de Direito, mantido pelo Centro Acadêmico 11 de agosto, em 1967, nomeado pelo presidente do centro acadêmico da época, que era exatamente este que vos fala. (*Risos.*)

Sérgio Amaral é meu colega de turma e, desde sempre, desde o tempo de estudante, já se destacava pelo seu brilho, pela sua inteligência e pelo seu excelente caráter.

Está também conosco o Embaixador José Alfredo Graça Lima, que também ostenta uma folha de serviços muito rica. Ele vai aposentar-se no próximo mês. Tomara que ele se beneficie da PEC da bengala e possa ficar mais tempo no serviço diplomático brasileiro. É um negociador competente na área comercial, foi representante permanente do Brasil na Comunidade Europeia, cônsul-geral em Nova York e em Los Angeles. Atualmente, é Subsecretário-Geral para a Ásia, Oceania e BRICS do Ministério das Relações Exteriores.

Outro convidado é Roger Agnelli, que foi, durante mais de uma década, diretor-presidente da Vale, a terceira maior empresa de mineração do mundo, responsável por uma das maiores estruturas de logística do Brasil. Ele comandou a Vale no momento em que a China passou a ser o principal mercado de destino das exportações brasileiras. Atualmente, é Diretor-Presidente do Conselho de Administração da Bradespar e Presidente da AGN Participações.

Finalmente, temos como convidada também a Profª Larissa Larissa Wachholz, que é Mestre pela Renmin University da China, especialista pela Universidade de Pequim e atualmente Sócia-diretora da Vallya Negócios e Investimentos.

E também é fluente em mandarim, assim como o Embaixador Sérgio Amaral, imagino.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mandarim, não.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Falo só um dialeto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Alguns dialetos.

Antes de passarmos à audiência pública, eu pediria, para atendermos às formalidades regimentais, que o Senador Fernando Bezerra assumisse a Presidência por uns instantes porque vou relatar um projeto de decreto legislativo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso Presidente, para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 8.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto dos Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do decreto legislativo que "aprova o texto dos Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (Idea), com sede em Estocolmo, Suécia, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto".

Esse projeto de decreto legislativo vem da Câmara dos Deputados, onde tramitou por três comissões.

Conforme a exposição de motivos que acompanha este expediente, o Idea é uma organização intergovernamental, criada em 1995 e composta atualmente por 28 Estados-membros, que tem por objetivo prestar assistência técnica e desenvolver estudos e pesquisas sobre processos eleitorais, democracia e desenvolvimento. Ele é financiado por contribuições dos Estados-membros e de organizações como a Comissão Europeia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Cada Estado-Membro define o valor de sua contribuição.

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral manifestou, por meio de ofício, em 2015, o interesse na adesão do Brasil e afirmou que o tribunal assumiria a responsabilidade pelo pagamento das contribuições.

É uma área importante de cooperação internacional do Brasil, onde o País tem experiência, por ser dotado de uma Justiça Eleitoral, que raros países têm, independente, e por termos adotado sistema de apuração de votos, de coleta de sufrágios, o sistema eletrônico, que é um sistema que fornece confiabilidade e rapidez na apuração dos resultados eleitorais.

Portanto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao nosso Senador Aloysio Nunes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Passo, inicialmente, a palavra para o Embaixador Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão, meu caro Aloysio, na sua indicação de atividades que eu tive, vou-lhe dizer que, do ponto de vista sentimental, a melhor recordação que tenho é de quando trabalhei, na sua gestão, no Centro XI de Agosto, como Diretor do centro de estudos. Essa é mais uma razão da satisfação que tenho de estar hoje nesta Comissão, onde já estive algumas vezes no passado, e, sobretudo, de cumprimentar o Presidente da Comissão pela escolha desse tema da China.

A China é, cada vez mais, um país muito importante para o Brasil, mas, ao mesmo tempo, um país muito diferente, e, muito frequentemente, nós não nos damos conta da magnitude dessa diferença, que vem de longe.

Na verdade, nós nos acostumamos a ver e a participar de um mundo europeucêntrico, a China não tem nada a ver com este mundo. Ela não participa das mesmas heranças de que participamos, em termos de cultura e civilização do mundo greco-romano. Ela vê o mundo sob perspectivas diferentes. Ela não tem, como nós, os mesmos valores da democracia e da política. Ela não tem, como nós, o mesmo Direito.

Portanto, a relação com a China coloca, em primeiro lugar, um desafio cultural, inclusive a cultura de negócios da China é muito diferente da nossa. E coloca também uma questão de entendimento. Para ter relações políticas, econômicas e empresariais, é preciso entender como eles operam porque são diferentes, inclusive a cultura de negócio deles – e o Roger, que tem uma longa experiência nisso, poderá testemunhar – é bastante diferente.

Não obstante essas diferenças, a relação entre o Brasil e a China ampliou-se consideravelmente, numa grande velocidade, na área econômica e também, em certa medida, na área política. E a China representa para nós, hoje, grandes oportunidades e, ao mesmo tempo, grandes desafios. A grande questão para nós está em saber como tirar proveito dessas oportunidades e como resolver ou encaminhar os desafios, que são muitos. E é sobre isso que vou tentar apresentar algumas considerações, a partir da experiência, sobretudo, dos últimos cinco anos, quando ocupei a Presidência do Conselho Empresarial Brasil-China.

Só para se ter algumas ideias da dimensão da relação Brasil-China, o comércio do Brasil com a China na última década, dos anos 2003, 2004 até 2012, 2013, cresceu simplesmente 10 vezes. Os investimentos no período de 2007 a 2012 atingiram US$60 bilhões, que foram anunciados, mas quase US$30 bilhões que foram, efetivamente, materializados.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Desculpa, 10 vezes que o senhor falou se refere a quê?

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Comércio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Em que período?

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – 2003, 2004 a 2012, cerca de 10 vezes, passaram de R$4 bilhões a R$30 bilhões. Os investimentos anunciados, quando fizemos a pesquisa no Conselho Empresarial – e o Roger viveu isso –, foram de US$60 bilhões, mas os que já estão em fase de realização chegam perto de US$30 bilhões. A China é o primeiro parceiro comercial do Brasil e o primeiro investidor em fluxo. Em termos de estoque, possivelmente, a Europa e os Estados Unidos ainda têm uma vantagem, mas, em termos de fluxo de investimentos, a China é o primeiro parceiro.

Esse intercâmbio comercial revela uma desigualdade, em primeiro lugar: 90% do que exportamos para a China são produtos primários.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou ouvindo um certo zum-zum. Eu pediria, por favor, aos nossos convidados que mantivessem o mais escrupuloso silêncio e se abstivessem de falar ao celular enquanto estiverem aqui, na galeria da Comissão.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Noventa por cento do que exportamos para a China são produtos primários, quase 90% do que a China exporta para nós são produtos industrializados. Esse é um dos grandes desafios que temos com a China, que acho que exigem soluções em nível de governo e em nível do setor privado.

O segundo ponto é que esse intercâmbio tem responsabilidades compartilhadas. A China exerce práticas protecionistas, ela faz escalada tributária. Se formos exportar soja para a China, paga-se uma tarifa da ordem

de 2%; se formos exportar soja, matéria de óleo de soja ou processamento de soja, a tarifa sobe para 12%. E mais importante do que isso é o fato de que a China tem um processo de licenciamento por vezes obscuro, difícil de entender, e essas licenças se fazem em nível federal, em nível provincial e em nível local através dos chamados protocolos, que precisamos entender melhor como funcionam.

Essa relação comercial tão próspera com a China enfrentará, neste ano, um desafio grande, que é o reconhecimento da China como economia de mercado, previsto no protocolo de adesão da China ao IMC, o que tornará muito mais difícil a aplicação de medidas *antidumping* contra a China.

Os investimentos tiveram uma evolução interessante. Os primeiros investimentos chineses se voltaram para a área de suprimento de *commodities* de que a China precisava: basicamente soja e minério de ferro. A soja representa 40% das nossas exportações para a China; o minério de ferro, mais do que 20%.

Num segundo momento, os chineses investiram no Brasil na fabricação de equipamentos para vários setores, sobretudo na área de infraestrutura e *highway* da área de telecomunicações. Esses são alguns exemplos.

No entanto, a partir da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil e do Primeiro-Ministro Li Keqiang, certamente as negociações de intercâmbio com a China assumiram um caráter estratégico.

Agora, a China está interessada em infraestrutura, em projetos que são estratégicos para a China, como a ferrovia interoceânica, que fará a ligação dos portos brasileiros a um porto no Peru. É uma gigantesca ferrovia que não tem, a curto e mesmo médio prazo, qualquer potencial de rentabilidade, porque passará por regiões sem qualquer interesse econômico a curto prazo. Ela atravessará a Floresta Amazônica com grandes implicações ambientais, mas, no entanto, do ponto de vista chinês, é parte de uma nova visão estratégica do mundo que eu chamaria da geopolítica da infraestrutura.

É o que a China está fazendo na Ásia, é o que a China está fazendo em outras regiões do mundo, ou seja, os grandes projetos na Ásia partem da China, atravessam a Ásia Central, vão para a Europa; partem da China e vão norte e sul para o sudeste asiático ou mesmo a Rota da Seda marítima. A China retoma a ideia histórica da Rota da Seda numa série de projetos gigantescos de alguns bilhões de dólares cada um deles, mas que têm um objetivo: criar oportunidade de investimentos para a China, criar mercado para os produtos chineses. Portanto, essa é uma visão estratégica que a China está praticando na Ásia, está praticando na África e está praticando na América Latina. E a via interoceânica é o melhor exemplo disso.

Uma segunda ideia de como a China tem uma visão estratégica são os projetos ferroviários do Centro-Oeste. São projetos que interligam o Centro-Oeste com os portos e são, portanto, a rota da exportação da soja. E a China é o maior comprador de soja.

Nos projetos dessas ferrovias, a China ficará com a originação da soja, porque ela tem entendimento com os produtores; ficará com o transporte da soja do Centro-Oeste para os portos; ficará com os terminais dos portos; ficará com o transporte para a Ásia e com a sua comercialização.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – E a industrialização.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Exatamente, a industrialização na China.

É muito interessante que a China, durante um longo tempo, tentou fazer o que eles chamam de comércio direto – produtor brasileiro e comprador chinês –, mas ela tinha sempre a barreira das *tradings* multinacionais: a Cargill, a Dreyfus, as quatro grandes. E o que ela fez? Simplesmente comprou uma delas, a Nidera. Então, agora também tem a comercialização da soja. Quer dizer, isso é uma visão estratégica bastante sofisticada.

Nos projetos ferroviários, além de ter a capacidade, a China tem também a ociosidade, porque enquanto todos investiram, durante o período da crise europeia nos anos de 2008 e 2009, em consumo ou se distribuíram recursos, como fizemos no Brasil, sobretudo, para estimular o consumo, a China reativou a sua economia frente à crise investindo em infraestrutura.

Durante os 10 anos de crise, a China produziu mais ferrovias, trens de alta velocidade, os chamados trens-bala, do que existem no mundo. E hoje a China tem uma capacidade ociosa e precisa não só escoar os seus produtos, que vêm de uma sobreprodução, como também exportar os seus serviços. Portanto, a China é um dos mais importantes candidatos para os programas brasileiros de ferrovia, quando quer que eles deslanchem. Enquanto isso, eles estão comprando uma série de empresas da área de infraestrutura, como as empresas de energia, e estão participando de licitações na área de ferrovia, agora, no metrô em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Material ferroviário também eles produzem?

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Material ferroviário, todos. E eles venderam, no ano passado, um bilhão de dólares de material ferroviário para a Argentina, num contexto de um acordo de US$18 bilhões que fizeram com ela, que prevê a isenção de licitação e a compra de material ferroviário com vantagens superiores à que a Argentina oferece ao Mercosul.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nesse caso da participação – desculpe-me...

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Por favor.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... de investimentos aqui, como eles estão tratando a questão da mão de obra?

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Os chineses sempre gostam de levar mão de obra, mas aí o Governo brasileiro não aceitou.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Veja bem, os chineses são grandes negociadores. Toda vez que eles veem um obstáculo, contornam e encontram outras soluções. Eles nunca batem de frente.

Quando o Governo brasileiro resolveu que não havia possibilidade de comprar terra na faixa de fronteira, os chineses reclamaram, mas resolveram: fidelizaram o produtor de soja. Assim, eles compram a soja e detêm toda a cadeia de exportação da soja até a sua industrialização na China.

Eles não podem trazer mão de obra, então vão poder trazer os engenheiros, os técnicos de nível médio. E realmente seria um despropósito tanto plantar soja no Brasil. Mas eu disse aos chineses numa reunião que tivemos: para que vocês vão querer ter o problema das relações trabalhistas no campo, o problema ambiental? Façam como fazem as multinacionais, que compram do produtor nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Estamos trazendo D. Pedro II para os trabalhadores chineses. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Exatamente. Só naquele tempo. Agora não é possível.

A primeira questão que se levanta em relação à questão da China no Brasil é: esse fluxo de comércio, de investimento, de cooperação é sustentável?

Agora vou começar a correr aqui, porque senão vou ultrapassar bastante o tempo.

Isso é sustentável? Acho que é. Primeiro, porque existe uma grande complementaridade entre a China e o Brasil, uma complementaridade econômica, sobretudo no agronegócio.

Nós temos terra e água, que eles não têm. Então, eles têm um limite para a capacidade de produzir. Eles já produzem muito no agronegócio, tanto que, na área alimentar, eles se autoabastecem em 96% do seu consumo. O que eles exportam é apenas 4%. E vejam a importância desses 4% sobre o impacto da China no preço das *commodities*. O que eles importam é 4%, e isso tem uma influência determinante sobre o mercado dessas *commodities*.

Muito bem, existe uma complementaridade sobretudo no agronegócio.

A China vai continuar a crescer ou vai entrar, como muitos chamam, na aterrissagem forçada, quer dizer, vai ter uma progressiva queda no seu crescimento? Essa aterrissagem forçada me parece fora de questão. Por quê? Porque a China reduziu o crescimento de 30 anos crescendo a mais de 10% a 6,5%, 7%.

Agora, isso estava previsto e foi deliberado no 12º Plano Quinquenal da China, porque ela achava que precisava mudar o modelo. Em vez do modelo baseado na exportação, precisava passar para um modelo baseado no mercado interno, no desenvolvimento de uma tecnologia própria. E foi o que fez. Ela disse: nesse período vamos crescer menos. E está crescendo.

Na semana passada, no Congresso Nacional do Povo, a liderança chinesa anunciou o crescimento de 6,5% e 7% nos próximos cinco anos.

Agora, 6,5% e 7%...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É uma barbaridade!

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – É uma barbaridade!

Só para dar uma ideia, os Estados Unidos, neste ano, vão crescer de 2,5% a 7%. A China crescerá mais do que o dobro com um produto que, nos últimos 30 anos, cresceu algumas vezes, duplicou ou triplicou. Então, isso já é um crescimento suficiente. Agora, o que eles vão procurar, porque eles não querem crescer menos de 6,5%, é o maior equilíbrio entre uma política de reformas, que era prioridade nos últimos anos, e uma continuação das reformas, mas a uma taxa maior de crescimento. Para isso, o que eles vão fazer? Estão implantando uma série de incentivos fiscais.

Terceiro ponto pelo qual eu acho que essa relação é sustentável: ela já tem para os dois países um sentido estratégico. O Brasil precisa das exportações para a China. As exportações agrícolas para a China devem continuar, porque os chineses estão mudando para as cidades e vão precisar ser alimentados. Eles não vão mais viver em uma economia de subsistência. Eles vão precisar das *commodities* agrícolas e das *commodities* minerais. O ferro, que esteve com baixo preço durante um bom tempo, só com o anúncio de que eles vão estimular a economia, cresceu quase 40%, nos últimos dois meses. Então, essa relação tem um caráter estratégico para nós e para a China. Eles precisam escoar o excesso de produção.

Eles estão em um processo de competição com os Estados Unidos, não militar, pelo menos ainda, como era na Guerra Fria, em que se tinha um componente importante de competição militar, de antagonismo militar. A China e os Estados Unidos estão em um processo já de competição por mercados e por influência política, e não é sem razão que o Obama decidiu fazer o que ele chama de pivô para a China, para reforçar as suas alianças militares e políticas, e refazer ou expandir as relações econômicas com a Ásia, com o TPP. Estados Unidos e China estão em um processo de competição, e esse processo de competição também começa a ocorrer na nossa região.

O Brasil precisa da China pela exportação. Foi a exportação de produtos agrícolas para China, sobretudo, que irrigou o interior do País. V. Exª conhecem melhor do que eu que o interior do País viveu anos de grande prosperidade e que uma parte disso são as exportações agrícolas para a China.

Somos, portanto, parte de um projeto mais amplo, estratégico, de visão chinesa em relação ao mundo, o que está acontecendo na Ásia, na África, na América Latina. No nosso caso, essa relação com a China tem também um substrato político. Por quê? Porque temos a mesma visão de um certo reequilíbrio mundial pelo aumento da participação dos países em desenvolvimento, se é que é possível chamar a China como um país em desenvolvimento – ela se chama – por uma participação no processo decisório nas grandes instâncias internacionais, como as instâncias econômicas de Bretton Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário, em que os Estados Unidos não estão permitindo essa expansão do voto chinês. Estão criando instituições paralelas, que é o Banco dos BRICS e o Banco de Investimento da Ásia, e fazendo acordos de *swap* de moeda, e em tudo isso somos parceiros.

Favorecemos o relacionamento da China com o Celac, que é a comunidade econômica da América Latina e do Caribe, quando organizamos uma reunião do Presidente chinês no Brasil para os presidentes da Celac, coisa que nunca vi acontecer. Nenhum país conseguiu reunir os países latino-americanos em outro país para ter uma conversa com a China. A China já é o primeiro mercado comercial para uma série de países latino-americanos e, nos últimos anos investiu, na América Latina, US$21 bilhões, isso é mais do que o BID investiu ou emprestou, é mais do que o Banco Mundial. Esses investimentos estão começando a criar relações privilegiadas da China com esses países em detrimento das empresas brasileiras, sobretudo da área da construção, que, além dos problemas que estão vivendo no Brasil, estão sendo deslocadas na nossa vizinhança – no Peru, na Colômbia – por investimentos chineses em grandes obras, seja de mineração, seja de construção.

Em resumo, eu gostaria de ir até mais ou menos ao limite que o Presidente da Comissão fixou.

Eu gostaria de ressaltar duas coisas: a China oferece a nós grandes oportunidades, mas ela tem também grandes desafios – oportunidades no comércio, oportunidades no investimento, sobretudo num momento em que nós precisamos de crédito. E não haverá um programa efetivo de infraestrutura no Brasil sem a participação chinesa, porque são eles que têm a tecnologia e os recursos de financiamento.

Agora, coloca-se, em vários casos, uma série de indagações. E no campo político, a primeira delas é se todas essas parcerias que nós estamos fazendo com a China, nos bancos,...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – ... nos BRICS e outras, se elas são objeto de uma efetiva parceria Brasil-China ou se o Brasil é um coadjuvante da expansão chinesa, como ficou mostrado no caso da candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU, em que a China derrubou a candidatura dos quatro países que tinham essa pretensão, porque ela não tinha interesse que houvesse outro membro do Conselho de Segurança na Ásia.

Eu já mencionei a presença na América Latina e gostaria de mencionar duas questões apenas, para concluir.

Uma delas – outro desafio – é a natureza e a operação das empresas chinesas. Uma empresa brasileira que negocia com a China nunca sabe se ela está negociando com uma empresa que se orienta pelas práticas de mercado ou se segue as orientações do núcleo na China, que se chama Sasac, que inclui as grandes empresas chinesas. As grandes empresas chinesas que vêm ao Brasil cumprem missões que lhes são dadas pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Planejamento.

Uma empresa chinesa, aqui, não está preocupada tanto com o seu retorno econômico, quanto está preocupada em atender aos objetivos de expansão na economia brasileira. A China, portanto, tem uma clara visão estratégica, que nós não temos, nem em nível de governo, nem em nível de setor privado, e é isso que prejudica possivelmente uma maior coordenação das relações com a China e uma maior eficiência nas nossas negociações.

A grande questão que se coloca é se nós estaremos preparados para fazer isso, e fazer isso talvez exija um núcleo central de coordenação das relações com a China. A China é tão importante que merece um tratamento à parte. Isso coloca em questão outra indagação, esta maior: é saber se nós estamos preparados para enfrentar

os grandes desafios da globalização. As nossas empresas e o País se internacionalizaram, foram para fora, para fazer comércio, para investimentos, para serviços de engenharia. Mas a realidade hoje é outra, e o desafio é saber se as grandes empresas brasileiras, ao se internacionalizarem, estão preparadas para operar num maior número de países e com os desafios do mundo global, dos quais a China é a maior expressão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador Sérgio Amaral, pela sua bela exposição.

E agora vamos ouvir o Embaixador Graça Lima.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA – Eu tenho hoje a honra e o prazer de participar desta audiência pública, em boa hora convocada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para tratar de tema de especial importância para a política externa e para a política comercial brasileira, qual seja, a evolução e o estado atual das correntes de comércio, dos fluxos de investimento entre o Brasil e a China.

Eu me vejo aqui acompanhado de alguns dos mais ilustres especialistas nessa matéria, um dos quais, colega, amigo de mais de quatro décadas, cujo trabalho à frente do Conselho Empresarial Brasil-China sempre representou uma contribuição singular para a compreensão das relações sino-brasileiras, para a elaboração de políticas orientadas por fortalecimento em termos equilibrados dessas relações. É sempre um enorme desafio falar depois do Embaixador Sérgio Amaral, mas essa é a minha tarefa e procurarei tirar o melhor proveito dela.

De acordo com os estudos desenvolvidos pelo próprio Conselho Empresarial Brasil-China, nós estaríamos nos encontrando hoje em plena terceira fase dos investimentos chineses no Brasil. É uma fase em que o capital se destina crescentemente a segmentos industriais e de infraestrutura, telecomunicações, produção e distribuição de energia, bem como projetos ferroviários.

Numa primeira fase, os projetos se concentravam no atendimento da necessidade de assegurar o suprimento de recursos naturais para um mercado em franca expansão, com altas taxas de crescimento econômico. O Embaixador Sérgio Amaral recordou que a corrente de comércio bilateral cresceu mais de cinco vezes entre 2005 e 2015, passando de US$12,2 bilhões para US$66,3 bilhões. Em termos percentuais, o nosso comércio com a China, que representava apenas 6,3% do total em 2005, triplicou em dez anos, atingindo 18,29% do total.

Mas, garantido o abastecimento do mercado chinês para as *commodities* agrícolas e minerais, o foco passou a se deslocar para o setor industrial com vistas ao atendimento não apenas do nosso mercado interno, como também dos mercados regionais, mercados da América do Sul. Aqui eu me refiro aos investimentos nos setores automotivos, setores de máquinas e de equipamentos, ressaltando-se, então, o papel do País como plataforma de exportação desses produtos para os nossos vizinhos.

A partir da visita de Estado do Presidente Jinping em julho de 2014, seguida, em maio de 2015, da visita oficial do Primeiro-Ministro Li Keqiang, por ocasião da qual foram assinadas nada menos que 36 acordos bilaterais, é que se inicia a fase atual dos investimentos chineses no Brasil.

Existe um mecanismo de fomento para tais investimentos. O principal deles é o Acordo-Quadro sobre Desenvolvimento do Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva entre o Ministério do Planejamento (MPOG) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, que prevê como áreas prioritárias infraestrutura e logística, energia, mineração, indústria manufatureira e agronegócio. A ideia aqui é que os projetos de investimento sejam instrumentalizados por meio de Parcerias Público-Privadas, fusões e aquisições e outros mecanismos, sendo que instituições financeiras de ambos os lados são encorajadas a financiar novas iniciativas.

Para monitorar a implementação do acordo-quadro, foi criado um comitê diretor de investimento e cooperação em matéria de capacidade produtiva, que se tem reunido desde agosto último, através de videoconferências, suplementadas por missões dos titulares da Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG. Vale a pena sublinhar que os projetos prioritários que estão sendo discutidos pelo comitê diretor são os elencados no nosso Programa de investimento em Logística (PIL).

Outro importante mecanismo de incentivo aos investimentos chineses no Brasil é o Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, fundo esse que foi proposto pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang durante a sua visita ao Brasil. Na oportunidade, foi anunciada a intenção de se criar um fundo bilateral no valor de US$20 bilhões, como forma de consolidar a relação bilateral não só no campo das *commodities* como também em novas áreas, como infraestrutura e cadeias produtivas. Esse fundo, conforme foi esclarecido na ocasião, não deveria ser confundido com um outro a ser criado no âmbito do Fórum Celac-China, destinado esse, sim, a apoiar projetos de cooperação em capacidade produtiva entre a China e os países da América Latina. O anúncio da criação do fundo bilateral foi feito em junho do ano passado, por ocasião da visita oficial do Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang, com a parte chinesa devendo contribuir com US$15 bilhões e a parte brasileira, com US$5 bilhões. As tratativas para a conformação do fundo estão evoluindo satisfatoriamente.

Um terceiro e último mecanismo de incentivo aos investimentos digno de menção emana do memorando de entendimento que foi firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Banco Comercial e Industrial da China (ICBC), visando à constituição de instrumento para financiar investimentos na economia brasileira.

O objetivo aqui é oferecer suporte por meio de crédito, arranjos de financiamento e fundos de investimento, para investimentos e oportunidades de negócios entre o Brasil e a China. Os recursos seriam procedentes do GFP, que é o programa de financiamento para as regiões da América Latina e Caribe, mantido pelo banco chinês.

Além do ICBC, outros três grandes bancos estatais chineses têm investimentos no Brasil: o Bank of China, o China Construction Bank e o Banco de Comunicações da China. Além desses, o Banco de Desenvolvimento da China apoia empresas chinesas interessadas em investimentos no País através de seu escritório no Rio de Janeiro.

Vultosos investimentos no nosso setor de energia foram recentemente anunciados, a exemplo da participação das empresas chinesas CNPC e CNOOC, em consórcio vencedor do primeiro leilão do pré-sal, em outubro de 2013; da construção das linhas de alta tensão da Usina de Belo Monte pela State Grid; da concessão das hidrelétricas de Juipá, Ilha Solteira, a Three Gorges Corporation, em dezembro; e do empréstimo do Banco de Desenvolvimento da China no valor de US$10 bilhões para a Petrobras, no mês passado.

O setor ferroviário nacional, como já foi também lembrado, tem merecido especial atenção por parte das autoridades competentes tanto da China quanto do Brasil. Pode-se dizer que o pontapé da cooperação bilateral em ferrovias foi a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Ferroviária entre o Ministério dos Transportes nosso e a já mencionada Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China durante a visita do Presidente Xi Jinping.

O lado brasileiro tem interesse na participação de empresas chinesas, em parceria com empresas brasileiras, nos processos de licitação de projetos ferroviários entre os quais o chamado trecho 4 da Ferrovia Bioceânica, entre Lucas do Rio Verde e Campinorte, ligando região produtora agropecuária do Mato Grosso à Ferrovia Norte-Sul.

A propósito, há apenas duas semanas, por ocasião de visita que fez o Ministro Nelson Barbosa a Pequim, as duas principais empresas ferroviárias chinesas, a China Railway Construction Company e a China Railway Engineering Coorporation manifestaram por escrito seu interesse de investir no transporte de cargas e de passageiros no Brasil. As cartas enviadas por essas empresas vão ser utilizadas pelo Governo para lançar o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), regulado pelo Decreto 8.428, que constitui pré-requisito para iniciar a licitação de projetos.

No que toca à Ferrovia Bioceânica propriamente dita e mencionada pela primeira vez em declaração conjunta emitida por Brasil, China e Peru durante a Cúpula de Brasília de Líderes da China e países da América Latina e Caribe, em julho de 2014, está sendo preparado um estudo de pré-factibilidade a ser concluído ainda no primeiro semestre deste ano. Trata-se de avaliar a viabilidade de conexão ferroviária que possibilite o escoamento de produtos brasileiros pelo Oceano Pacífico, incluindo por isso mesmo a participação do Peru.

O crescimento dos investimentos chineses no Brasil segue a lógica e o processo de exportação do capital chinês em todo o mundo, sendo a América Latina, de maneira geral, e o Brasil em particular, a última fronteira dessa expansão. Por esse raciocínio, a recente desaceleração da economia chinesa só faz aumentar a disposição dos nossos parceiros de garantir obras, de garantir contratos para suas empresas no exterior.

Interessa naturalmente ao lado chinês criar mecanismos bilaterais, para não apenas facilitar os investimentos de suas empresas aqui como também dar maior rentabilidade a parte de suas reservas internacionais.

Como nos termos tanto do Acordo-Quadro quanto do Fundo Bilateral não há assegurado qualquer tipo de privilégio ou exclusividade a investidores chineses, terão que ser seguidas as regras em vigor no Brasil para licitação, internatização do capital estrangeiro etc.

O financiamento de projetos não constitui para o Brasil um obstáculo insuperável. A questão aqui consiste mais na busca de operadores no mercado que possam tomar empréstimos.

No caso específico da Ferrovia Biocêanica, desafios se apresentam sob a forma de custos elevados, volume reduzido de carga, necessidade de transbordo, diferença de bitolas, entre outros.

Como se sabe, o Brasil aplica o modelo de concessões, de acordo com o qual os chineses, caso vençam a licitação, poderão construir e explorar a ferrovia.

Eu gostaria de fazer minhas as palavras do saudoso Embaixador Clodoaldo Hugueney, em artigo publicado pela revista *Interesse Nacional*, em julho de 2011, e citado pela Diplomata Tatiana Rosito, que foi sua Ministra Conselheira na Embaixada, em Pequim, entre 2009 e 2014: "A evolução das relações entre Brasil e China criou uma base sólida, a partir da qual poderemos superar os poucos ainda que relevantes problemas que te-

mos. Os desafios existirão, mas nada indica que não possam ser superados com criatividade e pragmatismo e através de um diálogo cada vez mais estratégico com os chineses."

No seu próprio texto, Tatiana sublinha que Brasil e China atravessam períodos de transição econômica, sendo que o Brasil busca reajustar sua economia para permitir um novo ciclo de crescimento. Parte desse ajuste ocorre no setor externo, em reação às mudanças do cenário global e das políticas de seus principais parceiros. Já a China, tendo passado por períodos de certa volatilidade no mercado financeiro, derivado de uma bolha no mercado de ações, bem como por mudanças em sua política cambial, propõe-se, segundo o próprio Primeiro-Ministro, Li Keqiang, ao anunciar o próximo plano quinquenal, a manter a taxa de crescimento entre 6,5% e 7%, criando-se mais empregos, procedendo a uma reestruturação de indústrias menos eficientes.

Sempre cabe esforço adicional de estratégia e mobilização que encaminhe uma transição do momento atual para um outro, seja ele mais multipolar ou mais sinocêntrico. Isso não significa que os benefícios não sejam ou não devam ser mútuos, já que é do interesse dos dois parceiros que as trocas sejam sustentáveis e que gerem movimentos positivos de autossustentação com as respectivas cadeias produtivas e com as cadeias globais. O futuro, como se sabe, a Deus pertence, mas ele pode ser forjado por ações e políticas destinadas ao cumprimento dos objetivos permanentes do Estado, quais sejam, o desenvolvimento econômico com justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Vamos ouvir agora a Profª Larissa Wachholz.

A SRª LARISSA WACHHOLZ – Obrigada, Senador Aloysio, pelo convite para participar hoje desta audiência.

Mais do que professora, eu trabalho com negócios Brasil-China no dia a dia e me foi pedido que falasse um pouco mais da perspectiva empresarial de como o Brasil poderia, eventualmente, ser afetado pela desaceleração econômica que vemos acontecendo na China hoje. Então, minha proposta é falar um pouco sobre o que efetivamente nós vemos acontecendo e, dentro desse cenário, dentro dos tratados que foram assinados, dos compromissos feitos, como nós vemos, do ponto de vista empresarial, tanto empresarial brasileiro quanto chinês, como essas iniciativas se transformam em projetos concretos e de realização de negócios efetivos.

A nossa visão, em primeiro lugar, é que a China passa efetivamente por uma importante transição econômica que, de forma muito importante, já vem sendo prevista e largamente anunciada há alguns anos. Está ficando conhecida como "o novo normal" da China, que consiste no abandono de um modelo de crescimento que perdurou ao longo das últimas três décadas e meia e permitiu à China crescer praticamente a dois dígitos anualmente, tendo como pilares: forte investimento estatal, principalmente em construção, infraestrutura e indústria, prioritariamente; vocação exportadora e manufaturas intensivas em mão de obra, muitas vezes mão de obra barata, mão de obra de baixo custo; e manufatura intensiva em energia.

A mudança radical de estratégia de desenvolvimento econômico da China resultou em 300 milhões de pessoas sendo tiradas da pobreza, nesses últimos 30 anos, e também levou, por outro lado, a um aumento significativo da desigualdade social, a altos níveis de poluição, ao caos no trânsito das grandes cidades e, principalmente, ao excesso de capacidade produtiva, que é um dos grandes problemas da China hoje.

Então, consciente dos problemas sociais, ambientais e econômicos que enfrenta, a China busca garantir, atualmente, crescimento econômico com maior qualidade e com equilíbrio e, para isso, precisa fazer algumas reformas estruturais que afetam sua relação com o mundo, com os países emergentes, principalmente com o Brasil, que é o nosso maior interesse. Essas reformas estruturais são o crescimento, o incremento do consumo interno; uma maior eficiência energética; o controle dos níveis de poluição e o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, justamente para que possa controlar os níveis de poluição; e uma melhor distribuição de renda, que é o item essencial e que nos afeta diretamente no que diz respeito ao destino dos investimentos chineses.

O ajuste estrutural nas bases que sustentaram o desenvolvimento chinês ao longo dos últimos anos vem, necessariamente, acompanhado, no nosso entendimento, de desaceleração econômica, o que torna essa desaceleração, de forma alguma, uma surpresa. É um fato com o qual precisamos lidar.

Há opiniões variadas a esse respeito, mas se entende que a China deverá crescer algo entre 4% e 7% ao ano até 2020, um valor bastante respeitável. O crescimento se dará entre 4% e 7% porque o governo chinês, ainda que indique metas de crescimento que variam entre 6,5% e 7% ao ano, muitas vezes, é questionado por economistas renomados a respeito de como essas metas são traçadas. Então, existe um espaço para a discussão do que é o crescimento efetivo da China, mas é um crescimento altamente respeitável.

No contexto dessas reformas estruturais que precisam ser feitas, está diante de nós um processo complexo e penoso de ajustes, o que está mudando a relação de comércio e de investimentos da China com o mundo. Esse novo normal, essa nova situação econômica da China é um caminho sem volta. Não existe a possibilidade

de a China voltar a crescer nos níveis observados no passado. O mundo, então, precisa adequar-se a essa nova relação de oferta e de demanda.

Além dos aspectos macroeconômicos mencionados, a reforma da economia chinesa também tem grandes desdobramentos empresariais, que se refletem diretamente nos investimentos chineses no Brasil. São eles: exigência de maior eficiência e produtividade das empresas estatais; combate à corrupção; foco no lucro; uso racional de recursos energéticos e financeiros; consolidação de determinados setores em que se veem muitas empresas competindo por projetos semelhantes, consequentemente reduzindo muito as margens de lucro desses projetos; fortalecimento do consumo interno e do setor de serviços; e redução do excesso de capacidade industrial.

Eu queria chamar a atenção também para a pergunta da Senadora Gleisi Hoffmann a respeito do interesse dos chineses de, eventualmente, trazerem mão de obra para o Brasil, que foi uma preocupação nossa no passado. Vemos, do ponto de vista empresarial, que isso, de fato, como disse o Embaixador Sérgio Amaral, não perdura mais. Existe uma sofisticação nos investimentos chineses que incluem esta visão de que não faz sentido trazer mão de obra sem qualificação para países como o Brasil, de que faz muito mais sentido atuar como as multinacionais estrangeiras têm atuado no Brasil ao longo das últimas décadas. Mas essa é, de fato, uma mudança e é, de fato, um reflexo dessa maior sofisticação. Não era assim no passado, e, por isso, a pertinência da sua pergunta.

Como é que o Brasil pode ser afetado por tudo isso? São mudanças dramáticas dentro de um país como a China, com a escala que qualquer movimento adquire dentro de um país tão grande. Então, destaco aqui dois pontos essenciais nos quais o Brasil é diretamente afetado. São eles: a demanda por *commodities*, ou seja, o nosso comércio com a China; e a atração de investimentos estrangeiros.

Na demanda por *commodities*, a gente vê que a importação em larga escala de *commodities* energéticas, minerais e agrícolas, que fez parte do modelo econômico em vigor na China até então, levou à alta de preços internacionais, e isso muito beneficiou países exportadores de matéria-prima, entre eles o Brasil. Com a mudança no padrão de seu desenvolvimento econômico, a China reduzirá o crescimento da demanda, principalmente de *commodities* minerais, e, por vezes, a própria demanda absoluta de *commodities*. Os picos de preço que vimos no passado recente – com certeza, o Roger Agnelli vai ser capaz de, depois, desenvolver mais isto –, provavelmente, não vão mais se repetir. O comércio com o Brasil continuará sendo, então, diretamente afetado, como já é hoje.

Quanto a alguns dados, que já foram até mencionados pelo Embaixador Sérgio Amaral, em comparação com 2014, por exemplo, o minério de ferro apresentou, no ano de 2014, 18% das nossas vendas para a China, e 18% do total da nossa pauta exportadora para a China, o que significou um crescimento no consumo de 3%. Ou seja, não é que a China está consumindo menos minério de ferro, ela continua consumindo mais minério de ferro, mas há um ritmo menos acelerado. O que aconteceu foi que os baixos preços internacionais do minério de ferro reduziram em 48% o valor total dessas operações.

A soja, que correspondeu a 44,3% das exportações brasileiras para o país asiático em 2015, cresceu 25% em volume, graças à política de aumento de renda das famílias chinesas, ou seja, graças já às políticas de incremento ao consumo dentro da China. No entanto, apesar de ter crescido 25% em volume, teve um valor 5% menor, devido à queda nos preços do grão no mercado internacional.

O petróleo, que é o terceiro item da nossa pauta exportadora para a China, com 11,6% do total exportado, cresceu 19% em valor e 136% em volume em 2015, e deve ser a única exceção à regra do arrefecimento da demanda, apresentando crescimento de 3% a 5% ao ano, conforme cresce a demanda por transporte dentro da China.

Entre as perspectivas positivas para o Brasil, cabe destacar alguns aspectos. A abertura do mercado chinês à carne bovina brasileira em 2015 aponta para o surgimento de um promissor mercado que já incrementa as exportações e desperta interesse de investidores chineses num setor em que as empresas médias brasileiras estão especialmente carentes de acesso à capital e em que o investimento direto estrangeiro é muito bem-vindo.

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura (MAPA) aponta para a China como a principal parceira do agronegócio brasileiro, com crescimento expressivo nas importações dos nossos produtos, sendo a soja em grão o carro-chefe; e em segundo lugar a celulose; o açúcar; e, em quarto lugar, os couros e peles de bovinos.

Apesar de algumas boas perspectivas de incremento, as quedas expressivas nos valores das *commodities* tradicionalmente exportadas para a China mostram que os países emergentes, e o Brasil em particular, precisarão se adaptar, e adaptar as suas expectativas, a essa nova realidade chinesa, realidade de consumo da China.

Em segundo lugar, eu gostaria de apontar algumas visões empresariais sobre esse investimento da China no mundo e, em particular, o investimento chinês no Brasil. Há cerca de dez anos, o Governo chinês passou a

estimular fortemente as empresas do país a realizarem investimentos no exterior, através do que ficou conhecido como Go Out Policy, uma política de fato de estado. Esse incentivo deu resultado e, desde 2014, a China é exportadora líquida de capital e, como o Embaixador Sérgio Amaral também mencionou, tornou-se um grande investidor no Brasil, o maior investidor em fluxo, ainda que não em estoque. E ela procura, com essa atividade internacional de investimento, dar melhor destino à poupança e às reservas internacionais chinesas que foram acumuladas ao longo das últimas décadas e que, tradicionalmente, eram utilizadas para a compra de títulos do Tesouro americano, que oferece um rendimento baixo.

Então, um dos objetivos da China é, de fato, rentabilizar melhor as suas reservas internacionais. Essas motivações, de forma geral, para os investimentos chineses no mundo são diversas, e a primeira delas é a aquisição de tecnologia. Por isso, nós vemos um grande processo, uma grande movimentação de fusões e aquisições com empresas chinesas liderando, grandes *deals*, grandes transações ao redor do mundo, em diversos setores.

Em segundo lugar, acesso a recursos energéticos minerais e agrícolas, em que o Brasil tradicionalmente era visto como um destino de investimentos; a abertura mais eficiente a novos mercados consumidores. E o Brasil, como um mercado consumidor de porte, é bastante interessante nesse aspecto, e a diversificação, então, das fontes de receita das empresas chinesas, muitas delas tradicionalmente envolvidas em setores que receberam grandes investimentos nas últimas décadas na China e que não vão mais receber, como é o caso da construção. Logo, as empresas focadas em setores como esses precisam buscar fontes de receita fora do país.

Aproveitando-se do seu potencial de mercado interno, as empresas chinesas têm focado ainda na aquisição de marcas estrangeiras de consumo e serviços, nos mais variados setores, como alimentação, vestuário, entretenimento, saúde. Destaco aqui, por exemplo, a compra, em 2013, da Smithfield americana, uma grande empresa de carne suína, pela Shuanghui, chinesa, que deu origem ao maior grupo de carne suína no mundo, o Grupo WH, hoje chinês. O objetivo desses investimentos é justamente adquirir marcas em diversos setores e fazer com que essas marcas possam também vender seus produtos na China, beneficiando-se do crescimento do consumo interno.

A fim de viabilizar o investimento de suas empresas no mundo, o governo chinês faz uso das reservas internas que acumulou, para estabelecer fundos com foco setorial e regional, como o Fundo China-África e o Fundo China-América Latina, o fundo industrial, como muito bem destacado pelo Embaixador Graça Lima; diversificar a atuação do fundo soberano chinês; estimular a criação de bancos de desenvolvimento internacionais, como o Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como o Banco dos BRICS, e o Banco Asiático de Desenvolvimento em Infraestrutura; e disponibilizar empréstimos em condições preferenciais às suas estatais e às suas maiores empresas privadas, para que realizem investimentos diretos no exterior.

O Brasil tem sido e pode continuar a ser destino de parte significativa desses fluxos, desde que sejamos capazes de nos tornar mais atrativos ao investimento estrangeiro, que é o nosso maior desafio neste momento.

Existem dados sobre o investimento chinês no mundo que são um pouco difíceis de serem obtidos, por vezes contraditórios, mas, de forma geral, a Heritage Foundation, que faz um trabalho muito bom de mapeamento desses investimentos, dá conta de que no Brasil, até 2016 – investimento que a gente tem em estoque, oriundo da China, investimentos mais financiamentos –, os financiamentos, por exemplo, para o setor de petróleo e construção, foram da ordem de US$40 bilhões. Como o Embaixador Graça Lima mostrou, o setor de energia é o principal destinatário desses valores, com cerca de US$28 bilhões.

As negociações entre investidores públicos e privados chineses e empresas brasileiras que eu acompanho no dia a dia mostram que não há, no curto prazo, indicação de que a desaceleração econômica da China implicará uma redução dos estímulos ao investimento estrangeiro. Grupos estatais e privados continuam neste momento tendo acesso a crédito para investimentos internacionais junto aos principais bancos chineses, especialmente no caso das estatais, porque elas investem no contexto de tratados internacionais, como aqueles mencionados pelo Embaixador Graça Lima, e no contexto de diretrizes claramente expressas pela liderança chinesa. Então, para essas empresas estatais não faltam recursos no curto prazo para investimentos no Brasil.

Entretanto, algumas considerações se fazem necessárias também nesse sentido de atração de investimento. As reformas econômicas na China prezam, por exemplo, pelo aumento da produtividade das empresas estatais, o que vale também e gera pressão sobre os investimentos diretos estrangeiros. Uma série de experiências malsucedidas no passado de investimentos chineses que não apresentaram retornos satisfatórios fizeram com que o governo chinês se visse mais cauteloso e seletivo na seleção de projetos e na avaliação dos riscos gerados pelos projetos. Isso causa uma grande pressão sobre as empresas que teriam capacidade de investir no Brasil, porque é necessário que essas empresas provem que, de fato, têm o controle de vários elementos de risco relacionados àquele projeto. Isso pode atrasar o processo de investimento.

Empresas chinesas, em segundo lugar, ao escolher o destino de seus investimentos, têm diante de si literalmente o globo. Os recursos são vastos, porém, limitados. E as corporações podem escolher alocar esses

recursos em qualquer lugar do mundo, fazendo com que o Brasil tenha que competir com outros países emergentes e com países desenvolvidos na atração desses recursos. Pode-se alegar que os investimentos em países emergentes, que normalmente têm maior risco, apresentam também maiores retornos.

No entanto, o fato de custarem menos não representa necessariamente uma grande vantagem aos olhos dos investidores chineses, pois eles têm acesso garantido a recursos e financiamentos e, por vezes, optam por investimentos mais caros, em estágios mais maduros de desenvolvimento em troca de maior segurança.

Em terceiro lugar, ainda que, neste momento, não haja indicação de redução dos recursos disponíveis para investimento internacional, é importante notar que as multinacionais chinesas não parecem prever que esse incentivo, esse financiamento, esse crédito disponível estará necessariamente disponível ao longo dos próximos anos. A sensação é a de que há recursos hoje, em 2016, e provavelmente haverá recursos, em 2017, que podem ser usados para esse fim. No entanto, as próprias empresas estatais chinesas não têm certeza se continuarão tendo acesso a recursos financeiros de 2018 em diante, o que cria em nós, brasileiros, se queremos, de fato, atrair investimentos chineses para o Brasil, uma certa pressão de tempo para que haja um casamento entre a nossa necessidade de atração de investimento e a capacidade dos chineses de efetivamente investirem no exterior. Trata-se de uma oportunidade que nós não gostaríamos de perder certamente.

É verdade que a desvalorização do real tornou os ativos, no Brasil, especialmente atraentes para investidores internacionais. O Brasil está barato, como dizem. É, sim, uma grande oportunidade para grupos que, há anos, tentam sem sucesso se posicionar no mercado brasileiro, quando os nossos ativos estavam especialmente custando mais, com preços mais altos. No entanto, é necessário notar também que a desvalorização da nossa moeda significa que os possíveis retornos dos investimentos chineses também terão menor efeito nos balanços das suas companhias de origem, das companhias investidoras, o que, por vezes, notamos que tem desestimulado alguns dos investimentos...

(Soa a campainha.)

A SRª LARISSA WACHHOLZ – ... porque, se nós pensarmos em um retorno, um lucro anual de R$100 milhões, esse lucro se traduz em algo em torno de US$25 milhões a US$40 milhões, o que, no balanço de uma grande corporação, pode não fazer muito efeito e pode desestimular o risco de se fazer um investimento tão longe num país que está literalmente do outro lado do globo para eles.

O que nós temos a favor do Brasil para atração de investimentos? Em primeiro lugar, as oportunidades em infraestrutura, já muito bem destacadas aqui. O setor da construção impulsionou o desenvolvimento chinês, e hoje as empresas chinesas não veem possibilidade de continuar buscando projetos de construção dentro da China e estão sendo encorajadas a buscar investimentos em países como o Brasil. Mas precisamos resolver algumas questões relacionadas a colocar os editais, de fato, na mesa, digamos assim, para incentivar as parcerias público privadas e as concessões. Eles já estão moldados a aceitar esse nosso modelo, mas é preciso que possamos dar certa agilidade a esses projetos.

Em segundo lugar, eu destaco o agronegócio, especialmente a logística relacionada ao agronegócio, que é de grande interesse dessas empresas. Como o Embaixador Sérgio Amaral mencionou, eles têm interesse em investir nesse setor e já estão fazendo isso.

Em terceiro lugar, diz muito a favor do Brasil o fato de que as empresas chinesas querem se tornar empresas globais e é impossível ser uma empresa global não estando presente na América Latina, que é um dos mercados, em termos de consumo, que mais cresce no mundo, junto com a África e a Ásia. Sendo o Brasil o país mais importante, de maior mercado consumidor da América Latina, é natural, para uma empresa global que está tentando se posicionar em vários lugares do mundo, que o Brasil seja um destino de preferência nesse contexto.

Eu gostaria de fazer um último comentário sobre um tema que assusta investidores do mercado financeiro e pode ter reflexo sobre a posição das empresas chinesas como investidoras, que é a turbulenta Bolsa de Xangai, sobre a qual muito se fala e que gera especulações sobre a China estar passando por uma grande crise, que eventualmente pegaria a todos de surpresa.

Como expusemos até aqui, a economia chinesa está, de fato, desacelerando, mas isso não é uma surpresa, é previsto. Uma parte da turbulência da bolsa é explicada por ser a bolsa um instrumento relativamente novo de investimento...

(Soa a campainha.)

A SRª LARISSA WACHHOLZ – ... em que apenas nacionais chineses acabam investindo e que, muitas vezes, é vista pelos locais, ou seja, pelos chineses como um cassino, ou seja, um local de muita especulação.

A grande consequência das turbulências da bolsa, no mercado externo, e que podemos ver se refletir no Brasil é a possibilidade da redução da capacidade de consumo dos investidores que tenham perdido grandes

somas na bolsa e eventualmente a capacidade de financiamento das empresas listadas que não tenham acesso a vias bancárias para conseguir se capitalizar para a realização de investimentos no exterior.

Em conclusão, o aumento do consumo na China pode ser muito positivo para o Brasil, na medida em que o câmbio atual torna as nossas exportações mais competitivas e nós poderemos aproveitar o momento para exportar à China produtos de maior valor agregado, finalmente diversificando nossa pauta, que tem sido um desejo nosso há muito tempo. Agora, está nas nossas mãos aproveitar da melhor forma possível a nova fase da economia chinesa, olhando de forma realista para as transformações do país asiático e contornando nossos próprios problemas de falta de competitividade no mercado externo. Os consumidores chineses estão ávidos por consumo, mas eles têm diante de si um leque de opções com produtos e marcas do mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Professora.

Antes de passar a palavra ao Roger Agnelli, eu queria comunicar aos membros da Comissão um convite que estamos recebendo do Senador Davi Alcolumbre, um convite para participarmos de um seminário sobre o Programa Welcome Chinese, que tem o objetivo de discutir a certificação dos hotéis, restaurantes, museus, aeroportos, pontos turísticos, entre outros, para receber turistas chineses, que virão em número crescente – não tenham dúvida os senhores. Esse evento vai contar com a presença do Presidente do Senado, do Ministro do Estado do Turismo, do Embaixador da China no Brasil e de uma comitiva institucional da China. Vai acontecer esse seminário no dia 16 de março, quarta-feira, das 9h30 às 13h, aqui, no Interlegis.

Eu queria também dizer a todos os nossos telespectadores que estão nos acompanhando pela TV Senado que podem participar por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Já chegaram até duas perguntas aqui, que, logo em seguida, vou apresentar aos nossos convidados.

Agora, vamos ouvir o Sr. Agnelli.

O SR. ROGER AGNELLI – Muito obrigado pelo convite. Eu me sinto extremamente honrado de fazer parte desta reunião sobre um assunto que eu, particularmente, gosto muito de tratar: China, o que está acontecendo com a China.

Eu participo de alguns conselhos de administração fora do Brasil de empresas multinacionais, empresas muito grandes, que têm uma atuação muito forte na China. E toda semana em que há reunião do conselho, a grande discussão, em todas as empresas, é o que está acontecendo com a China. Para onde vai a China? A China está desacelerando? A China vai entrar ou não em recessão?

Nos anos em que eu fui Presidente da Vale, eu brincava com os jornalistas e sempre dizia que, todo dia, eu rezava para a China, porque a China era realmente um algo mais que estava beneficiando enormemente o setor de mineração e outros setores. Eu diria hoje que o mundo inteiro reza pela China. Então, falamos assim...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – A reza está fraca. (*Risos.*)

O SR. ROGER AGNELLI – Sim, está fraca. Tem de se rezar um pouco mais, mas aí há um ponto que eu acho interessante nessa discussão toda. Todo mundo fala: "A China está com problemas." Realmente, a China tem um monte de problemas. Agora, os Estados Unidos têm um monte de problemas. O Japão tem um monte de problemas. A Europa tem um monte de problemas. A América do Sul também tem um monte de problemas. Nós também temos um monte de problemas. Agora, o que eu acho interessante na China – e eu sempre coloco isto de forma bastante clara – é que os chineses sabem o que eles estão fazendo. Eles têm um planejamento de longo prazo e seguem rigorosamente o planejamento feito, a cada cinco anos ou a cada ano ou a cada vinte anos. Eu participei de um conselho com o Prefeito de Xangai, e o planejamento era de vinte e cinco anos. Xangai, alguns anos atrás, estava projetando se tornar, em vinte e cinco anos, a capital mundial do sistema financeiro. Essa é a linha que eles estão seguindo.

Com esse planejamento de longo prazo, com essa disciplina de executar o planejamento, o que aconteceu com a China nos últimos trinta anos ou nos últimos vinte anos? A cada três anos, a China cresceu uma Alemanha – a cada três anos, a China cresceu uma Alemanha. E agora, o que vai acontecer com a China? Vai reduzir o crescimento de 7,5% ou 8% para 6,5% ou 6%? Ela vai crescer uma Alemanha a cada quatro anos. Vai continuar crescendo. Aí a gente, olhando a China, diz o seguinte: "Poxa, a China está decepcionando em termos de crescimento." Mas veja, nesses últimos vinte anos, a China montou basicamente um parque industrial invejável, com escala em todas as indústrias. Ninguém tem escala para competir com a China, porque a China tem um mercado interno muito forte e eles exportam. Eles se tornaram hoje grandes exportadores em tudo, e são os maiores importadores em tudo também. Ou seja, eles estão dentro do contexto global de uma economia global. Eles conseguiram trazer a China de uma economia fechada, trinta anos atrás, para uma economia de mercado, uma economia muito mais aberta, com muita coisa para ser feita, com muitas reformas ainda a serem executadas.

No entanto, eles sabem o que eles vão ter que fazer. Eles sabem também que, no ritmo que eles estavam crescendo – 12%, ou 13%, ou 15% ao ano, dependendo da estatística que se pega ou que se possa acreditar na China –, não haveria petróleo para abastecê-los, não haveria carvão para abastecê-los, não haveria minério de ferro para abastecê-los, não haveria comida, soja. O ritmo de crescimento era fortíssimo. O pior de tudo isso é que causou o que hoje é o maior problema identificado pelo governo chinês, na sociedade chinesa: poluição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Hoje é identificado.

O SR. ROGER AGNELLI – Identificado. Por quê? Cresceram em aço, cresceram em tudo. Na questão agrícola até, por exemplo, há poluição, solo contaminado por agrotóxicos mal utilizados e tudo o mais. Então, eles têm um problema de alimentação, que eles chamam de *food security* – não só eles, outros países também, mas principalmente na China. É por isso que eles estão se posicionando fortemente na indústria de alimentos do mundo inteiro, comprando tecnologia. Acho que é um ponto importante, quando a gente fala da soja. Não se esqueçam de que, na semana passada, a China comprou a Syngenta, uma das maiores empresas de tecnologia em sementes, americana. Eles compraram! Eles estão indo ao acesso. Daqui a pouco, eles vão dar a semente, vão dar os químicos, os agrotóxicos, vão dar o dinheiro, vão levar a soja embora. Ponto. Não precisa da terra, não precisa de nada. Eles têm a cadeia inteira na mão deles.

Eu diria o seguinte: é interessante que, nos conselhos de administração das maiores empresas do mundo, dos maiores bancos do mundo, no mínimo há um chinês como membro do conselho de administração. Nas empresas que eu estou: na WPP, que é a maior empresa de propaganda do mundo, há dois chineses; na ABB, são dois chineses; na GE, chineses. Em todo lugar. Ou seja, o chinês hoje está absolutamente participante, é empresário, é empreendedor, no mundo inteiro, e o mundo inteiro depende da China para crescer. Uma GE depende de que a China cresça, porque nos Estados Unidos, o crescimento não está sendo tão bom; na Europa, o crescimento praticamente não existe. Onde é que eles vão crescer? Onde eles vão fazer dinheiro? Na China.

O chinês, ao mesmo tempo, está buscando toda a execução da estratégia e se posicionando em algumas áreas importantes, principalmente geopolíticas. Na África, eles estão muito presentes; eles estão muito presentes na América do Sul como um todo, inclusive no Brasil; eles estão muito presentes no Oriente Médio também; estão entrando muito na Índia; e estão, de alguma forma, na América do Norte, também com alguns investimentos importantes na área de tecnologia.

A China hoje tem um sistema educacional extraordinário, muito bom, excelentes faculdades, excelentes universidades, excelentes técnicos, excelentes engenheiros. Todas as empresas chinesas têm hoje, dentro do seu corpo, no quadro funcional, profissionais com especialização em Business nas melhores universidades do mundo – Harvard, MIT, IMD, London Business School. Em todas elas, os chineses estão presentes. E não são poucos não, são centenas, milhares de chineses estudando lá. Inclusive, hoje, os dirigentes chineses quase todos tiveram formação fora da China, nas melhores universidades também do mundo inteiro.

Então, eles conhecem o mundo, eles sabem o que eles querem, eles têm uma estratégia, estão seguindo uma estratégia; só que eles têm problemas. E quais são os problemas dos chineses hoje, os mais importantes e relevantes para a sociedade chinesa? Número um, poluição.

Então, a indústria siderúrgica talvez não cresça no ritmo que cresceu até hoje, porque polui. A indústria de construção civil talvez não cresça no ritmo que cresceu até hoje, porque polui pela compra de energia elétrica, que era gerada fundamentalmente em cima de carvão, termelétricas a carvão altamente poluidoras. Outras indústrias de base que também de alguma forma poluem estão sendo restringidas. E as normas ambientais na China estão ficando bastante rigorosas para evitar a poluição, porque esse é um problema sensível para a sociedade chinesa.

O segundo problema que o Governo chinês está identificando e atacando dentro da sociedade chinesa: a corrupção – é o segundo grande problema na China. E isso provocou, principalmente nas grandes empresas distritais ou estaduais, um problema de paralisia, porque os terrenos eram terrenos públicos, em que o prefeito fazia, junto com a iniciativa privada ou não, projetos, lançava os empreendimentos imobiliários e vendia, e obtinha lucros extraordinários. Isso tudo começou a parar, porque o governo chinês resolveu ser extraordinariamente rigoroso – talvez em alguns pontos até rigoroso demais, pela forma como age. Eu acho que tem haver algum limite de direitos humanos. De repente, o empresário some e fica meses sumido, quatro meses sumido, e ninguém sabe onde está. E ele estava preso, prestando depoimento, para ver se estava envolvido em algum esquema de corrupção. Isso já é alguma coisa um pouco mais preocupante, mas tem provocado também uma mudança bastante importante.

O terceiro ponto...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eles dão grande publicidade, quando alguém é apanhado com a boca na botija. Dão grande publicidade!

O SR. ROGER AGNELLI – Não, é um terror – é um terror!

E há pena de morte e tudo mais. Inclusive, um dos ministros que estiveram aqui, há alguns anos, Ministro Bo Xilai, foi condenado à pena de morte, por questões, enfim, de outras...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Dr. Roger.

O SR. ROGER AGNELLI – Sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Só uma interrupção rápida, em cima do que o senhor está falando. Eu estive na China, ao lado de alguns companheiros, há dois anos, e a grande novidade das hostes governamentais da China era a criação da Câmara de Ouvidoria, era a Ouvidoria, que eles colocavam como anteparo...

O SR. ROGER AGNELLI – Perfeito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... no rumo do combate à corrupção, porque a sociedade, que tem muito pouca liberdade, clama por combate à corrupção, sente-se excluída na medida em que o corrupto leva vantagem. E eles estavam dando grande importância a essa Câmara, à Ouvidoria, que era aberta para os reclames do povo, para a tomada de providências.

E o grande problema deles, acho que o senhor tocou nisso agora. O governo, por um lado, planeja-se, passa por cima de pau e pedra e executa, faz mesmo, o que planeja, faz. Negócio de concorrência lá é relativo, é muito relativo, mas o que eles planejam acontece.

O SR. ROGER AGNELLI – Eles executam.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Então, isso aí é um lado, mas o outro lado são os princípios democráticos, que dão sustentação ao governo. E eles veem o pilar da corrupção como elemento que pode ser letal no combate da sociedade a erros de governo. Era só essa contribuição de quem esteve lá há pouco tempo e observou exatamente em cima do que o senhor estava falando.

O SR. ROGER AGNELLI – Quanto ao outro ponto que esse combate à corrupção também vai levar o governo e já está levando o governo – nessa última reunião foi anunciado – é a mudança nas estruturas das empresas estatais. Quer dizer, eles vão tornar e querem tornar as empresas estatais mais produtivas, mais eficientes e mais abertas para o mundo inteiro, talvez preparando-se até para um processo de privatização de algumas delas.

Então, eu diria o seguinte: quanto à China, não há surpresas. Ela está crescendo e vai continuar crescendo num ritmo menor, mas a área de serviços cresce, a área de tecnologia cresce, a área de energia limpa lá cresce, a área de automóveis elétricos vai crescer, bem como a área de motos elétricas. Tudo aquilo que for na linha de limpar o meio ambiente deles cresce na China. Tudo aquilo que for para gerar emprego de qualidade – a educação chinesa melhorou muito nos últimos anos, e eles querem gerar empregos de qualidade – vai continuar crescendo, bem como a área de serviços, a área de serviços financeiros, a área de seguros, a área de comunicação, de telecomunicações e de internet. Há um dado importante: 35% do comércio chinês hoje é feito pela internet. A gente fala da Alibaba, que é uma empresa de tecnologia extraordinária. Não há nada paralelo no mundo. A Amazon, comparada com a Alibaba, é nada! A frota de aviões que a Alibaba tem para distribuir a logística no mundo inteiro é um negócio extraordinário.

Trata-se de eficiência. Ou seja, o chinês deu um pulo enorme em termos de produtividade, em termos de eficiência, em termos de uso de tecnologia em relação a praticamente todos os países do mundo. Eles estão lá na frente em muita coisa. Essa é a realidade da China. Fala-se que a China tem problemas. Tem. Todo mundo tem problema. Agora, eles sabem onde estão os problemas, estão agindo para corrigi-los e vão continuar crescendo.

Quanto à questão de *commodities*, sempre se coloca o seguinte: o preço de *commodities* – tentando entrar um pouco mais neste assunto – se dá em cima da demanda chinesa. A demanda chinesa não caiu tanto em nenhum tipo de *commodity*. Ela cresceu em *commodities* agrícolas. Proteínas, por exemplo, eles estão comprando mais. Se formos olhar a questão do cobre, eles continuam comprando 60% do cobre produzido no mundo. Eles continuam comprando 60% do minério de ferro produzido no mundo. Eles continuam comprando níquel. Tudo que é *commodity* eles continuam comprando. Só que, quanto ao preço das *commodities*, além da demanda, existe a questão da oferta. Vários projetos entraram em operação projetando um crescimento chinês *ad aeternum*, ou seja, um crescimento chinês de 10%, de 12%, de 15% durante 50 anos. Isso não vai acontecer. Isso vai reduzir. Mas a realidade é que vários produtores não competitivos entraram no mercado para abastecer a China.

Outro fator que ajudou os preços a subirem fortemente foi que o dólar, de 2007 até 2012 ou 2013, ficou muito fraco, em função da crise americana. Em cima da taxa de juros, em cima de *quantativising*, o preço do dólar caiu em relação a outras moedas. Quando o preço do dólar está baixo, o preço de *commodities* está alto; quando o preço do dólar está alto, o preço de *commodities* está baixo. É o que estamos passando hoje.

Então, o ritmo de crescimento chinês não mudou, a demanda chinesa não mudou. O consumo de aço na China, no ano passado, caiu 2%. Mas a China, da crise de 2007 até aqui, fez com que crescesse de 50% a 60% a produção e a demanda de aço, enquanto a Europa nem sequer recuperou o período pré-crise de 2007. A Europa está lá embaixo.

Então, para efeito de *commodities*, todos nós temos de prestar atenção no seguinte: a oferta cresceu? Cresceu. O *shale gas*, nos Estados Unidos, inundou o mercado de petróleo no curto prazo. O preço do petróleo cai, o que interfere no custo de produção das mineradoras, de forma geral. Com o custo caindo, o preço tende a descer. O dólar se valoriza, e o preço tende a cair mais ainda. Então, não é só a China. A China é e vai continuar sendo o grande destino das exportações de *commodities* do Brasil e do mundo inteiro. A China vai continuar sendo o destino de vários produtos produzidos no Brasil, industrializados ou não. A China vai ser um grande concorrente de todos os países do mundo no mercado internacional em praticamente tudo, porque eles têm escala, eles têm custo competitivo.

Fundamentalmente, o que vejo nas nossas discussões é que o mundo hoje depende muito da China. As grandes empresas dependem do lucro gerado na China, as grandes empresas dependem do crescimento chinês para poderem continuar crescendo, porque se as grandes empresas europeias não tivessem investido na China, há anos, elas não estariam crescendo, não teriam resultados hoje, porque a Europa continua ruim. Não está bem, não cresce, não gera lucro, é cara, é uma plataforma cara de produção. Então, as grandes empresas estão na China produzindo e exportam para o mundo inteiro, inclusive para nós, produtos que compramos no dia a dia. No dia a dia, há um produto chinês lá dentro, embutido, assim como também nós exportamos muitas coisas para eles.

O que eu coloco é o fato de que o mundo inteiro está rezando para a China. A China está fazendo o dever dela. Ela sabe o que está fazendo, ela segue um planejamento, vai continuar crescendo, tem capital, tem tecnologia, tem mão de obra, tem *know-how*, tem escala e tem que ser parceira do Brasil necessariamente. Nós não podemos fechar os olhos a essa realidade. A China é uma parceira, vai continuar sendo; tem que ser uma parceira nossa e do mundo inteiro.

Commodities? Vão continuar comprando do mesmo jeito. O preço caiu por causa da China? Não só por causa da China. Caiu em função de dólar, de recessão em outras partes do mundo, de uma redução da taxa de crescimento. Imaginem, um país que crescia, a cada três anos, uma Alemanha e que vai crescer agora, a cada quatro anos, uma Alemanha não está tão ruim assim! Não sei se o problema está lá ou se o problema está em outros lugares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Agnelli.

Nós vamos começar agora, então, a segunda parte da nossa reunião, que é dedicada à interpelação dos Senadores.

Tem primazia a Senadora Gleisi Hoffmann, porque foi ela que tomou a iniciativa da convocação, do convite para esta fascinante audiência pública.

Nós estamos recebendo já – vou também comunicar aos nossos convidados – perguntas que vêm pela internet.

A primeira pergunta é se existe alguma perspectiva de cooperação sino-brasileira na área de defesa e segurança. Interessante!

E a outra é uma pergunta especificamente dirigida ao Sr. Roger Agnelli, sobre como um dos formuladores da estratégia dos Valemax e como comenta a relação dos chineses e a estação da Vale, assim como o desfecho desse assunto. E pergunta quais foram as perdas da Vale.

Esta é uma pergunta que chega pela internet.

Eu queria propor o seguinte: fazemos uma rodada de intervenção dos Senadores e, depois, eu passo a palavra aos nossos convidados.

Eu vou propor 13h como horário de encerramento da nossa reunião.

Já estão inscritos a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Ferraço, o Senador Anastasia, o Senador Cristovam Buarque e também o Senador Jorge Viana.

Muito bem, peço aos nossos colegas que sejam sucintos nas suas indagações para que possamos, então, ouvir os nossos convidados.

Senadora Gleisi Hoffmann, por favor.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Aliás, também quero reconhecer que V. Exª deu um reforço ao meu requerimento para esta discussão, acertado, com certeza. No primeiro momento, tínhamos solicitado a presença do nosso Embaixador Graça Lima, que quero saudar. V. Exª

propôs também que aqui tivéssemos o Embaixador Sérgio Amaral, a quem também quero fazer uma saudação, assim como ao Dr. Roger e à Srª Larissa.

De fato, nós tivemos uma aula sobre China aqui fantástica! Muito boa mesmo. Acho que isso mostra o acerto do Brasil nesses últimos anos, de ter iniciativa para melhorar essa relação com a China, abrir esses mercados e, realmente, apostar nessa via. Acho que é muito importante. E não tenho dúvida de que temos que continuar fazendo isso. A China é estratégica para o nosso desenvolvimento.

Claro que quando ouvimos falar das maravilhas que os chineses alcançaram, em termos de planejamento, produtividade, obviamente que temos também que ressalvar a questão cultural e como as coisas são feitas na China.

É óbvio que o padrão de desenvolvimento lá colocado, no Brasil não seria possível. Então, cada um de nós tem os nossos problemas e os nossos desafios, mas tenho certeza de que cada um de nós também tem grandes oportunidades e condições de melhorar. Acho que essa relação com a China é fundamental e me parece muito importante já estarmos numa terceira fase desse relacionamento, que está muito mais avançado do que era a primeira, que se referia a apenas abastecer o mercado chinês.

Obviamente que temos uma dificuldade na pauta exportadora que não ocorre só com a China, quanto às questões de produtos primários. Então, não podemos também ficar só olhando para esse problema em relação à China. Com certeza, a China é uma grande compradora e que traz resultados concretos na nossa balança comercial. Acho que nós não temos que rever isso, nem achar que isso é um problema; talvez tenhamos que ver como é que avançamos. Então, é nesse sentido que eu queria fazer algumas perguntas aqui.

Por exemplo, nesse cenário, há uma mudança da estratégia de desenvolvimento chinês claramente, e aí eu acho que é muito importante frisarmos aqui o que todos os senhores foram unânimes em falar: esse crescimento menor da China não implica necessariamente um problema para nós. A China vai continuar consumindo, vai continuar demandando. Nós temos que qualificar a nossa forma de nos inserir. Então, quais são as oportunidades que nós temos, diante dessa mudança do desenvolvimento chinês? E como poderíamos superar as assimetrias nessa relação?

O Embaixador Sérgio Amaral falou, por exemplo, das taxas de importação que os chineses cobram, 2% para a soja, 2% para o óleo. Inclusive, eles têm interesse de fazer investimentos aqui para a infraestrutura, já que estarão com essa área lá sem demanda interna. Nessa nova relação, nós não teríamos condições, por exemplo, Embaixador Graça Lima, de procurar negociar e minorar essas taxas, para trabalhar essas assimetrias que nós temos nessa pauta de exportação?

E, sobre a questão da infraestrutura logística e energia, como podemos contribuir para essa mudança? De fato, quando eu estava na Casa Civil, iniciamos uma conversação com a China sobre a questão do PIL (Programa de Investimento em Logística), nós estivemos lá, visitamos várias empresas estatais, Ministério dos Transportes, ferrovia, e a primeira coisa que nos disseram é que queriam muito era a questão da mão de obra, porque eles queriam trazer.

Quanto a vender, obviamente, eu também não vejo problema de comprarmos, porque não temos trilhos, enfim, a tecnologia deles. Mas queriam trazer. Então, esta mudança qualitativa já é boa, a da engenharia para os técnicos. Como podemos avançar nisso?

Eu não sei se é um problema nosso só de não colocar os editais, e há também agora a questão para eles fazerem os estudos também – não é, Embaixador? – das ferrovias. O que acho fundamental é eles participarem desse processo. Nós não temos *expertise* nisso, e esse é um grande gargalo que nós temos no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu sou a favor de que eles venham para cá.

E aí gostaria de perguntar algo que sei que pode ser um pouco delicado, mas eu acho que é importante trabalharmos. Estive recentemente em Taiwan, que tem uma relação com a China politicamente mais delicada, mas comercialmente aberta; o número de voos que eles têm, a pauta... E, recentemente, inclusive os Presidentes se encontraram, e foi muito interessante, porque uma das pessoas com quem estávamos conversando sobre isso, um empresário, disse: "Olha, grande parte dos investimentos que os chineses fazem no mundo, Taiwan ajuda a mediar, até porque nós temos mais facilidades de relação." A China é muito estatal também, tem várias amarras. E eu queria perguntar como os senhores veem essa participação de Taiwan nesses negócios chineses e como nós poderíamos nos beneficiar dessa relação.

E, por fim, eu queria fazer duas outras perguntas: uma em relação às reservas. A China hoje tem quase 3 trilhões em reservas; e preocupa-se obviamente com a hegemonia do dólar, como reserva internacional de valor. Cerca de 70% das reservas internacionais são em dólar, ao passo que o peso decrescente da economia

americana no mundo é de 25%. O dólar é a moeda de troca em mais de 80% do comércio mundial; o euro é praticamente o restante disso.

O Brasil também se preocupa com a guerra cambial e, no plano regional, queremos estimular as trocas em moedas locais. Na ocasião da assinatura dos acordos em debate dos dois países, ambos os países anunciaram que também vão utilizar um mecanismo de pagamento em moedas locais, com R$60 bilhões por parte do Brasil e 190 bilhões de yuans pelo lado chinês. Como vocês avaliam essa estratégia chinesa de transformar o renminbi numa moeda efetivamente mundial e quais as consequências que tal estratégia poderia acarretar à arquitetura financeira internacional e também no comércio mundial?

E, sobre a questão do Conselho de Segurança da ONU, por fim, o que isso pode trazer de impacto significativo nas relações bilaterais? Isso realmente tem um impacto, principalmente nas relações de comércio? Isso pode atrapalhar?

Era isso, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Exª e a Senadora Gleisi Hoffmann, autora desse importante requerimento, agradecendo aos nossos convidados pelas contribuições, cada qual do seu posto de observação, trazendo a sua experiência, a sua visão, de modo a proporcionar um ambiente muito amplo daquilo que me parece ser um fato comum. Estamos condenados, no bom sentido da palavra, a buscarmos as melhores estratégias, na medida em que a China, para o nosso País e para o mundo, não é uma ameaça, é uma oportunidade. Portanto, como fazer dessa oportunidade algo que possa se potencializar e possa se traduzir numa conexão não apenas entre o Brasil, mas a região, América do Sul? Nunca esquecendo que o nosso País onde vai, por força do acordo que temos com o Mercosul, certo ou errado, precisa levar os seus aliados. Eu acho que é errado, porque nós perdemos, na prática, a nossa soberania comercial. Nós estamos atrelados a uma prática, pelo Tratado de Assunção, que nos amarra em definitivo, até por conta das diferenças que temos em relação aos países que compõem conosco o Mercosul.

E eu não vejo o Mercosul como opção. Não temos outro caminho, que não buscarmos uma aliança com o Mercosul, mas eu acho que nós precisamos rever, por conta das necessidades do nosso País.

Mas, na medida em que essa premissa está posta, Sr. Presidente, como V. Sªs, sobretudo o Embaixador Sérgio Amaral e o Dr. Roger Agnelli, avaliam a política externa comercial do Governo da Presidente Dilma nos últimos anos? Eu pessoalmente tenho uma avaliação de que a política externa deixou de ser política de Estado e se transformou em política de governo. Está muito mais submetida e muito mais subordinada a questões ideológicas do que ao pragmatismo dos resultados.

E é isso que a gente observa na experiência chinesa, além de planejamento, além de execução, além de disciplina, um absoluto pragmatismo na busca dos seus resultados. Para lembrar aqui Deng Xiaoping, eu não quero saber a cor do gato, eu quero saber se o gato vai caçar o rato. E falo de Deng Xiaoping porque foi quem de fato fez as grandes reformas estruturais que proporcionaram e proporcionam muitas dessas grandes mudanças que a China está vivendo e vai continuar vivendo, até por conta de uma coisa que a gente não deve achar que é surpresa. Se nós fizermos uma avaliação histórica dos últimos 500 anos, a China é hegemônica em pelo menos a metade deles. Não há surpresa em relação à hegemonia da China, em vários ciclos históricos ela é hegemônica sim. Nós, ocidentais, é que achamos que o mundo começa aqui; mas eles acham que o mundo começa lá e estão dando demonstrações efetivas da capacidade de resultados. Enquanto a China cresce 20% e 22% em três anos, nós aqui não crescemos nada em 2014, crescemos menos 3,8 em 2015, e tudo indica que vamos crescer menos 3,5, menos 4% em 2016.

Portanto, eu acho que a China tem que ser olhada como oportunidade, e não como ameaça. Como nós podemos fazer disso uma perspectiva para tirarmos os melhores aproveitamentos?

Então, gostaria de saber qual a avaliação que os senhores fazem da política externa brasileira na relação com a China, que é o caso aqui, porque...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... quando a gente observa – já encerrando, Sr. Presidente –, dois grandes acordos estão sendo constituídos neste mundo, à luz desse aparente confronto entre o multilateralismo e as alianças regionais: os Estados Unidos lideram a Parceria Transpacífica, com 12 países, e esses 12 países produzem 40% do Produto Interno Bruto mundial. Essas alianças feitas pela Parceria Transpacífica são nas nossas fronteiras! Quer dizer, Chile, Peru, México estão nessa aliança do Pacífico, e o Brasil absolutamente isolado. Ao mesmo tempo, a China também lidera outra aliança, com os países da Asean

(Associação de Nações do Sudeste Asiático), um acordo de parceria econômica regional que envolve o mundo que está crescendo...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... o mundo que está proporcionando perspectiva e possibilidade de crescimento, com 16 países.

E o Brasil meio que assistindo a tudo isso de cima da montanha, como se isso não tivesse nada a ver com ele, demonstrando, a meu juízo, um absoluto isolamento.

À luz desses fatos, como V. Sªs avaliam a política externa brasileira? Os números são importantes – evidente que eles são importantes –, mas eles poderiam ser mais importantes ainda. Estamos fadados a uma relação em que vamos continuar sendo – isso não é pouco, isso é muito importante – apenas fornecedores de matéria-prima? Há alguma perspectiva de o Brasil ter uma presença mais forte nessa região?

Claro que nós não podemos – e eu já encerro, Presidente – depositar na política externa todas as soluções e desafios. Há um dever de casa interno que está relacionado às políticas macroeconômicas, que vão de mal a pior. Essa é que é a verdade! Não temos política industrial, não temos competitividade, não temos eficiência, e os nossos embaixadores, os nossos diplomatas e as nossas missões não fazem mágica. O mundo compete entre si, e nós precisamos ser eficientes na competição. Mas o fato objetivo é que nós estamos andando para trás. Ainda hoje, lendo alguns jornais, nós estamos vendo que, em 2020, nós vamos estar com a renda *per capita* de 2010! Portanto, já estamos falando, enfim, de uma década perdida!

Então, à luz desses fatos é que eu gostaria de merecer as considerações de todos os senhores, da Larissa, mas especificamente do Embaixador Sérgio Amaral e do Dr. Roger Agnelli, que vão ficar mais à vontade para fazerem uma avaliação sobre isso que estou falando aqui.

Ao fim e ao cabo – terminando, Sr. Presidente –, quero fazer aqui um testemunho de agradecimento ao Dr. Roger Agnelli: eu fui Vice-Governador do Estado do Espírito Santo, nós assumimos o Espírito Santo juntamente com o Governador Paulo Hartung, numa quadra dramática da nossa história; e nós contamos muito com a Vale do Rio Doce, contamos muito com a liderança do Presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, em parcerias institucionais que foram fundamentais para que nós pudéssemos superar aquela quadra econômica e política de extraordinária dificuldade. Eu quero dar este depoimento e agradecer a V. Sª, que é um leal e correto aliado do povo capixaba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem lembrado.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eminentes convidados, primeiramente, da mesma forma, Presidente, queria cumprimentar V. Exª pelo altíssimo nível deste debate. Quero cumprimentar a Comissão e a Senadora Gleisi, pela iniciativa do tema, altamente relevante, e também por ter aproveitado para rever amigos, como o Embaixador Sérgio Amaral e o Dr. Roger Agnelli.

E é claro que eu tenho de fazer coro ao que disse aqui meu colega Senador Ricardo Ferraço, também em relação a Minas Gerais. Meu caro Roger, sempre publicamente manifestei o grande apoio que V. Sª, como Presidente da Vale e como amigo de Minas Gerais, deu ao nosso Estado. Entre tantas e tantas iniciativas, eu me lembrava ali, quando se mostravam as ferrovias, da inauguração do ramal em Pirapora que a Vale fez, de excepcional necessidade para o escoamento da nossa produção agrícola. E também me permita lembrar o prédio da Vale no Circuito Cultural da Praça Liberdade, que foi o primeiro, algo belíssimo com que até hoje se regozijam Belo Horizonte e Minas Gerais, exatamente com essa parceria tão bela.

Mas, meu caro Presidente, a China tem uma história milenar de altos e baixos. Altos muito altos no passado e como agora, e baixos também muito baixos, numa situação humilhante, como aconteceu, por exemplo, ao final do século XIX e início do século XX, com as potências estrangeiras. Mas, durante todos esses milhares de anos da história chinesa, a cultura – como aqui foi dito muito bem pelo Embaixador Sérgio Amaral – sempre caminhou para um regime forte. A cultura, o estilo de vida, a trajetória, a identidade sempre levaram a um regime forte. E a minha pergunta é singela e rápida, e talvez dirigida ao Embaixador Graça Lima, que é o Subsecretário-Geral do Itamaraty nessa área, e é exatamente sobre a questão política interna da China.

É evidente que, com a urbanização, com a vinda das pessoas do campo, com a vinda de novas massas urbanas, com a inserção da China no mercado globalizado, com o acesso à informação, a democracia ocidental, os valores de liberdade ocidentais também contagiam a China e a sua cultura; eu pergunto o que significará isso a curto e a médio prazo, em termos de mudança do perfil chinês, de um avanço democrático naquela nação ainda hoje fechada e com pouca democracia, como sabemos, uma vez que haverá desdobramentos

importantes na economia e na posição geopolítica em consequência da inserção da China naquela região da Ásia e no mundo como um todo.

Então, é quase que uma indagação de curiosidade, porque esses desdobramentos terão grandes efeitos na economia, e aqueles que nos acompanham pela TV Senado tenho certeza de que também têm esta mesma indagação que dirijo, em especial, ao Embaixador Graça Lima, mas, é claro, aberta a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador.

Agora eu passo a palavra – parece que foi combinado – ao Senador Cristovam Buarque, no momento em que recebemos a visita do Deputado Roberto Freire, que é também um velho amigo do Embaixador Sérgio Amaral. Viajamos juntos, uma viagem memorável na nossa juventude, em 1965, para os Estados Unidos. E depois trabalhamos, na sequência dessa viagem, na organização de um projeto interessante, um projeto que levantou muito a nossa esperança em relação à alfabetização no Brasil.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, caro Roberto Freire, só um minuto para falar disso que o amigo Aloysio retomou.

Aloysio Nunes, Sérgio Amaral, Roberto Freire e eu, nós quatro, por coincidência, somos membros de uma experiência feita aqui, muitos anos atrás, por uma entidade norte-americana que levou jovens estudantes aos Estados Unidos. No final, levaram setecentos e poucos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Associação Universitária Interamericana (AUI).

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Um dia desses, eu peguei a lista desses setecentos e poucos que foram. É raro um daqueles que a gente não saiba quem é, ou seja, que ficou anônimo. É impressionante. Se você olhar os nomes, eles sabiam escolher pelo menos estudantes – não sei se bons ou ruins – que iriam ter posições na vida pública brasileira. E, graças àquilo, eu tenho a felicidade de ser amigo desses dois há muito tempo; do Roberto, não, porque, como pernambucano, nós éramos amigos em tudo ali na política estudantil, salvo o time, que ele é Sport, eu sou Náutico. (*Risos.*)

No resto, somos amigos há 50 anos.

Sr. Presidente, uma das raras coisas em que discordo com o Darcy Ribeiro é aquela informação dele, que eu acho infeliz, de que "o Senado é um céu". Eu não acredito nisso, mas há manhãs em que parece mesmo. Esta manhã de hoje parece um céu do ponto de vista do estímulo intelectual e talvez, como professor, da visão intelectual que nos inspira. Eu estou muito satisfeito de estar aqui.

Esta reunião foi fascinante, educativa, mas também assustadora, quando a gente olha a visão do Brasil no mundo global que será o mundo chinês, como eu li num livro, há mais de 20 anos, chamado *Os Tigres Assustados*, que dizia que o mundo seria chinês. E aí eu me lembro de uma conversa com um empresário paulista, muitos anos atrás, em que ele me contou que chegou para os filhos e disse: "Eu vou pagar a educação dos netos, mas eu só pago para que eles estudem mandarim." Faz uns 15 anos isso, ou seja, uma visão de longo prazo fundamental.

Então, isso é, de certa forma, assustador para a Nação brasileira. E a grande discussão, a meu ver – e a Senador Gleisi, de certa forma, tocou nisso –, é como conviver com o mundo chinês que vem aí, porque é um mundo que vai continuar, como disse o Roger, importando *commodities*, mas exportando conhecimento pelo desenvolvimento da sua indústria na linha da alta tecnologia. Hoje a gente vê os produtos chineses como quinquilharia, mas, em breve, vai ser alta tecnologia, inclusive espacial. Eles vão passar por todos. Nós vamos depender deles não só na saúde, na Medicina, mas também no fluxo de capital. Eles vão ser os grandes financiadores cada vez mais – e a Drª Larissa já tocou nisso.

Eu creio que, do ponto de vista político, eles vão conseguir muitos votos para as Nações Unidas, graças à influência que eles exercem na África, na América Latina, na própria Ásia. Eles vão ser dominantes. E, do ponto de vista militar, eu creio que eles vão terminar sendo um elemento-chave – pela população, pelo desenvolvimento científico e tecnológico –, porque as guerras serão decididas pela ciência e tecnologia, e porque eles têm uma coisa que hoje poucos países têm – dos grandes, só eles; eu li, não me lembro onde, que, "enquanto vocês gastam dinheiro para enfrentar o terrorismo, a gente gasta para desenvolver outras coisas"; pois bem, eles não têm problema de enfrentar o terror. Não sei o porquê, mas, que eu imagine, eles não gastam tanto dinheiro quanto os outros países.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Quem é que vai brigar com a China? (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, eu acho que é um pouco assustador – no bom sentido, como disse o Ricardo aqui há pouco.

Eu fiz quatro perguntas, uma para cada um.

A primeira é ao Embaixador Graça Lima, que se referiu ao interesse chinês de investir no transporte. A minha pergunta é: eles querem fazer investimento, eles têm o dinheiro; mas nós estamos preparados para recebê-lo, do ponto de vista da instabilidade jurídica, da instabilidade política que nós atravessamos, da baixa qualificação de pessoal que nós temos? Eles querem trazer investimentos, mas nós estamos preparados? Investimento é um duplo jogo entre quem quer investir e quem está pronto para receber o investimento.

No caso do Sérgio Amaral, eu achei muito interessante a posição sobre complementaridade, mas aí vem o meu temor, e aí não é culpa chinesa: será que a gente não vai terminar tendo uma dependência...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... como a que a gente via, nos anos 50 sobretudo, de exportarmos comida, ferro e importarmos tudo o que é conhecimento, indústria de alta tecnologia? E a pergunta não é nem essa, porque isso eu acho que vai acontecer; a pergunta é: o que fazer para termos condições de evitar essa submissão do ponto de vista das trocas?

A Drª Larissa eu faço uma pergunta concreta, em que eu venho trabalhando, tentando descobrir, insistindo com os nossos amigos do Mato Grosso, principalmente com o Governador Taques. Eu temo que a China vá fazer com a soja o que fizeram com a borracha no passado. Levaram a borracha para a Malásia, e aquelas cidades tão fortes do Norte se acabaram. Eu temo que, em breve, a soja não seja mais um produto brasileiro, porque o que eu tenho escutado – e aí é a pergunta para a Drª Larissa, mas gostaria de saber também dos outros – é que os chineses estão começando não a comprar a semente que você disse, a Syngenta; não é comprar a Syngenta, é usar a Syngenta para produzir, e, pelo que eu sei, produzir ali em Moçambique, metade do caminho entre a China em relação a nós, e na Sibéria, que é mais perto ainda. Isso procede ou não? Existem hoje investimentos produtivos de soja da China no sul da Rússia, na Sibéria e na África Oriental? Se for, o Mato Grosso está condenado a ser o que foi o Pará e o Amazonas em relação à perda da riqueza que vinha da borracha.

Dr. Roger, finalmente, o que a gente deve aprender, o que a gente pode aprender com a China? Do que a China fez de bom e deu certo, o que a gente pode aprender e que está de acordo conosco? Tem coisa que não vai dar, porque a gente não teve Confúcio, a gente não tem a visão deles na relação, a gente não tem a disciplina e nem vai ter, não vai ser *mano militare*. O que a gente pode aprender com a China? Não para crescer, digamos, uma Alemanha a cada década, mas pelo menos para não regredirmos, como disse aqui o Ferraço há pouco, que é o que está acontecendo hoje.

Essas são as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar e agradecer à Senadora Gleisi pela iniciativa, e a V. Exª, que a subscreveu. Nós somos tão atarefados, e eu peço desculpas, porque tive que sair; mas, se há audiências de onde podemos sair melhor do que chegamos, são audiências como esta, Senador Aloysio. Nós realmente debatemos um dos temas mais importantes do mundo. A última explanação do Dr. Roger é algo fantástico, porque ele traduz os fatos numa linguagem que nos permite, inclusive, conversar no dia a dia. A exposição de todos foi brilhante, e agradeço por estar aqui e por ter ouvido.

Há vários professores aqui, mas o professor mesmo é o Senador Cristovam. Mas só quero fazer um reparo: o senhor é plantador de seringueira. O Senador Cristovam Buarque não podia cometer o erro, e eu não quero me arvorar ao direito, mas o maior produtor de borracha nestes tempos e em todos os tempos foi o Acre; ele só citou o Pará...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O maior produtor de borracha aqui sou eu...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e o Amazonas, que a comercializavam. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... que tenho uma modesta plantação de seringueira em Guzolândia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não briguem! Não briguem! Já chega a China.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas é só esse reparo.

Eu queria dizer o seguinte: existe algo que eu ouvi em outras explanações e depois vi quando fui à Ásia. A China tem algo também que é extraordinário: ela perde dinheiro com seus vizinhos. A Senadora Gleisi citou Taiwan. A relação comercial favorável a Taiwan é de US$50 bilhões por ano, com a China!

Senador Cristovam, professor, a nossa regra é "amigos, amigos; negócios à parte"; lá parece que é "inimigos, inimigos; negócios à parte". E funciona. Os vizinhos todos – os tigres e os demais – têm balança superavitária com a China. Eu digo isso para afirmar que a nossa política é exatamente o contrário: nós ganhamos dinheiro de todos os vizinhos e perdemos para os que não são vizinhos, como é o caso da China. Eu acho que é preciso refletir sobre isso quando pensamos o mundo, quando pensamos as relações no mundo. Nós falamos que a nossa maior prioridade são os vizinhos, mas, na hora do negócio, nós ganhamos dinheiro com todos eles. E é muito dinheiro. E perdemos para aqueles com quem nós não temos relação de vizinhança. A China faz exatamente o contrário – e dizem que os frios, nas relações humanas, são eles, os orientais; mas eu acho que é o contrário. Isso é só para refletirmos. O mundo está vivendo uma nova geografia econômica graças à China.

Eu sou do Acre. Trabalhei muito, quando governador, para termos a ligação com o Pacífico, porque imaginávamos ter uma ligação física com os portos do Pacífico. O Presidente Lula ajudou, o Presidente Fernando Henrique foi determinante no começo, inclusive, para dar o sinal. Fizemos uma ligação com os portos do Pacífico, a Estrada do Pacífico, que passa pelo Acre, que nos permite ter uma aproximação melhor com os mercados da Ásia. Esse foi o propósito dela. Obviamente que estamos dando um *bypass* no Canal do Panamá. E a outra alternativa seria passar pelo Estreito de Magalhães, o que seria um pouco mais complexo.

Os chineses agora, quando vieram aqui e estiveram com a Presidenta Dilma, estabeleceram, numa das cooperações, investimentos para a famosa Ferrovia Bioceânica, que tem sido bombardeada pelo pessoal do Pará, que tem os portos; por uma parte de São Paulo – não posso incluir o Senador Aloysio, pois ele nunca falou –, que também tem portos; pelo Paraná. Óbvio que, pensando...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu nunca falei isso. Eu sou entusiasta da...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso que eu excluí V. Exª.

Mas acho que temos aí algo que é inevitável. Claro que o Brasil vai crescer, e os portos de São Paulo, do Paraná e do Pará vão seguir tendo muitos produtos para escoar. Mas os chineses certamente imaginam que eles vão fazer relações com o nosso continente e vão ficar dependendo do Canal do Panamá, administrado pelos Estados Unidos. "Será que é um bom negócio a longo prazo?" Certamente é isso. Eles teriam outro canal ferroviário, que ligaria de um ponto a outro, especialmente Mato Grosso e Rondônia, pelo volume de grãos produzidos ali.

Agora, esse é um investimento que certamente não vai sair por conta do governo do nosso País, com todo o respeito. Nem de agora, nem do futuro. Ele sairá por conta dos interesses comerciais dos chineses, pelo interesse de estarem conectados com a base de produção do agronegócio brasileiro, especialmente do Centro-Oeste. E eu me apego a isso.

Eu sou um dos coordenadores da frente parlamentar que dá estímulo aqui a este tema, junto com o Senador Raupp. Diante desse aspecto, se fosse possível, eu queria que houvesse um pouco de comentários, porque, talvez, a maior lição que a China passa para o Brasil... Eu ouvi o Presidente Lula e o Presidente Fernando Henrique, que fez o Avança Brasil, nosso PAC – de que fez parte a Senador Gleisi –, trabalharem nesse sentido. Mas a China continua nos dando uma lição, que é trabalhar as coisas com planejamento, no médio e longo prazo, e nós teimamos em fazer no improviso, no curto prazo, tanto por parte das empresas, que têm que sair correndo atrás dos governos, como por parte dos governos.

Eu queria, se possível, um comentário sobre a mudança da geografia econômica mundial que a China traz e, se não é melhor para o País, como podemos nos adequar.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Somos um país de 500 anos, novo ainda. Não seria melhor nós nos diferenciarmos pensando um pouco mais a longo prazo, em décadas, e não apenas em períodos de governos ou anos?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Agora, com a palavra o Senador José Agripino.

A Senadora Ana Amélia está se inscrevendo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em seguida.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Drª Larissa, o Embaixador Sérgio Amaral, o Embaixador Graça Lima, o Dr. Roger Agnelli, a quem quero manifestar a minha alegria em rever depois de algum tempo, e a Comissão por esta soberba audiência pública.

Infelizmente, não tive a oportunidade de ouvir a palavra do Embaixador Sérgio Amaral e do Embaixador Graça Lima, tinha outros compromissos, mas cheguei a tempo de ouvir o final da exposição da Drª Larissa e a palavra do Dr. Roger Agnelli. Ouvi com muita atenção a síntese da manifestação do Dr. Roger e da Drª Larissa no campo da economia e no campo da visão do que significa a China nas relações internacionais, com coisas muito pragmaticamente consideradas. Por exemplo, que a China vinha crescendo, a cada três anos, uma Alemanha, e agora, com o crescimento pífio de 6,5%, cresce uma Alemanha a cada quatro anos.

A minha preocupação é política. Eu estive na China e vi duas coisas marcantes que eu queria contar para os senhores, para depois formular a minha pergunta.

Eu fiz parte de uma delegação de Senadores. O chefe da delegação que nos conduzia não era diplomata, não era agente do governo. Era um general, ex Vice-Ministro da Defesa. A hierarquia na China é, em primeiro lugar, o partido; em segundo lugar, o militar; em terceiro lugar, a classe política. Primeiro ponto.

Eu estava em uma fila pegando o trem-bala. Trem-bala feito em dois, três anos, e que percorre 700km. Incrível, da melhor qualidade. As estações de metrô de Xangai são preciosas: automatizadas, piso de granito, escada rolante, porta de vidro que abre e fecha. Tudo perfeito. Nem em Paris e nem em Nova York tem coisa parecida.

Muito bem. Eu fui em horário de pico para sentir quem eram os passageiros. Parecia que eu estava em Paris. Os passageiros eram estudantes de mochilas nas costas, trabalhadores. Isso em Xangai. Nós entramos na fila. Descemos pela fila normal para entrar no trem-bala. Senador Aloysio, ao nosso lado – eu não vou me esquecer nunca da cena –, havia um grupo de aproximadamente dez velhinhos e velhinhas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Camponeses.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Camponeses, com uma vara e uma trouxa pendurada na ponta da vara. Parecia que eu estava, trinta anos atrás, no interior do meu Rio Grande do Norte. Eles tiveram o privilégio de entrar na frente do general e de todo mundo. Para mim, isso foi uma demonstração de como as coisas podem funcionar na China.

Muito bem, esse foi um lado. Outro lado foi a nossa visita ao mausoléu de Mao Tsé-Tung. Nós fomos em uma *van*. A Praça da Paz Celestial estava entupida, havia uma fila quilométrica de chineses e de gente do mundo inteiro. A nossa *van* parou na escadaria do mausoléu, nós descemos e entramos direto, furando a fila. A reação das pessoas foi de reverência. Era como se fôssemos autoridades. Ninguém contestou. No Brasil, a vaia comeria no centro. Mas a reação foi de reverência. Esse é um estado de coisas. Os velhinhos tiveram primazia; por outro lado, a população toda reverenciando um privilégio. É outra marca.

Qual é a minha preocupação? A política comanda a economia. Nós estamos vendo isso no Brasil. Nós éramos a sétima economia e estamos indo para o fundo, indo pelo ralo, por questões de ordem política.

Que grande problema eu vi na China? Mobilidade campo e cidade. Há restrições para a mobilidade das pessoas que moram no campo virem para a cidade. E estamos falando de um bilhão de pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – De um bilhão. Como vai funcionar o equilíbrio do ponto de vista político? Porque democracia na China não existe, existe um regime político forte, de comando, em que o partido político é quem está em voga, os militares estão em segundo lugar e em terceiro está a classe política. E o país se sustenta. Cresce uma Alemanha a cada três ou quatro anos. Só que a Alemanha é aquela história: *piano, piano, si va lontano*. As instituições democráticas dão permanência ao regime. Nos Estados Unidos, a mesma coisa: há equilíbrio de forças. Na China não. Aquilo pode ser um barril de pólvora prestes a pegar fogo. É a locomotiva do mundo, não tenho nenhuma dúvida. Por conta de um modelo, aquilo que planejam eles fazem. Fazem e fazem mesmo. Fazem consumindo do mundo inteiro. Mas e as contestações? E a mobilidade? E a relação entre os velhinhos e os não velhinhos? E a submissão dos que estavam na Praça da Paz Celestial? Isso vai continuar ou não?

É a observação que eu queria ouvir, fundamentalmente do Embaixador Sérgio Amaral. Não quero concentrar a pergunta nos quatro porque ficaria enfadonho, mas gostaria de ouvir a opinião do Embaixador Sérgio Amaral, Embaixador sênior, sem nenhum demérito ao Embaixador Graça Lima, que, se puder também dar a sua opinião, eu gostaria muitíssimo de ouvir, assim como a do Dr. Roger Agnelli e da Drª Larissa. Mas, para não ser enfadonho, gostaria de ouvir do Embaixador Sérgio Amaral como vê o equilíbrio político na China, tendo em vista a modesta contribuição que eu dei, de um *voyeur* que lá esteve e presenciou esses episódios.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

Está inscrito o Senador Hélio José. Em seguida, a Senadora Ana Amélia, e encerramos a lista de inscrições.

Por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Quero cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann pela grande audiência pública que nos propiciou, o Embaixador Sérgio Amaral, o Embaixador José Alfredo Graça Lima, a Drª Larissa, pela competência e capacidade aqui demonstrada, uma pessoa tão jovem – parabéns –, e o nosso querido Roger Agnelli.

Eu sou da área de infraestrutura. Sou engenheiro, trabalhei no Ministério de Minas e Energia por dez anos, exatamente no monitoramento do sistema elétrico nacional, e em várias outras empresas brasileiras.

No Brasil, temos esse gargalo todo na área da infraestrutura, com dificuldade de investimentos. O Brasil ousou apresentar algumas propostas no PIL (Programa de Investimento em Logística), tanto em 2012 como mais recentemente, no ano passado, e no PAC, com algumas ações fundamentais.

Meus colegas de trabalho estão em 15 ministérios, atuando na infraestrutura nacional. Em todos os 15 ministérios, quem contribui são os meus colegas de trabalho, analistas de infraestrutura. Temos procurado desenvolver mais a área de projetos, mas não estou percebendo grande interesse em investir nos projetos que apresentamos nos 15 ministérios.

Eu queria saber de V. Sªs, assim como de V. Exª, Sr. Embaixador, como poderíamos trabalhar para tornar o PIL e as obras do PAC realidade, a fim de atrair grandes fundos chineses para investir no Brasil. O que está pegando, além da turbulência política? Turbulência política, ao longo dos tempos, sempre houve. De um jeito ou de outro, sempre houve. E as pessoas investem. Existe algum gargalo nessa questão que precisamos superar. Eu gostaria de saber, porque existem projetos de qualidade nos ministérios, feitos por pessoas competentes. Essa era a carreira da Presidente Dilma quando ela era ministra, essa era a nossa carreira. Antes não havia esses quadros, agora há.

Drª Larissa, uma coisa importante que queremos entender. Eu fiz uma proposta autorizativa para o Governo brasileiro, aqui no Senado Federal, no sentido de criar uma agência nacional de negócios, para atrair capital. O Brasil tem a Apex e a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial). Uma trata do desenvolvimento da indústria local – protecionismo, etc. – e a outra trata de exportações. Mas nós nos esquecemos de juntar esforços para atrair capital e para melhor investi-lo

Eu queria saber, tanto de V. Sª como do Embaixador Sérgio: se nós conseguíssemos centralizar os esforços do Governo brasileiro para buscar capitais, seria possível tornar esse fato realidade? Muitos dizem que os chineses vêm aqui, especulam, especulam, especulam, depois caem fora e não investem nada, querem apenas ter lucro. Eu queria saber se vai mudar alguma coisa em relação a isso.

O Brasil está anos-luz atrasado em relação à energia. O Brasil é um país enorme, continental, e energia – o Agnelli sabe disso – é fundamental para seu desenvolvimento social, tecnológico e industrial.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – A China tem previsão de gerar 100GW de energia solar nos próximos cinco anos. O Brasil tem previsão de gerar 3GW de energia solar nos próximos cinco anos. Ou seja, um atraso sem tamanho para um país que tem quase um terço a mais de solimetria do que a China. Como podemos fazer para, de fato, tornar o Brasil competitivo e fazer preço nessa questão dos painéis de captação de energia solar e de inversores em nosso País? Como podemos atraí-los para investir aqui? O que ocorre que os preços ficaram tão baixos lá na China? Porque, realmente, os preços da China são imbatíveis nessa área. E como nós podemos aproveitar a *expertise* deles em nosso País?

Eu teria outras perguntas, mas vou parar por aqui, consultando o nosso atual Embaixador sobre a situação do visto e o que podemos fazer para facilitar o intercâmbio Brasil-China e China-Brasil na área de turismo e tecnologia.

Anteontem, recebi o Embaixador de Taiwan em meu gabinete. Ele me falou sobre o TICK (Taiwan, Índia, China e Coreia), os quatro países que mais investem em tecnologia no mundo. Cada um tem sua forma de trabalhar. No caso de Taiwan, eles têm 1,3 milhão de micro e pequenas empresas e 30 mil grandes empresas, que, juntas, fazem com que aquele país tenha competitividade. Será que essa seria uma boa metodologia para aplicar no Brasil, a fim de podermos desenvolver a nossa micro e pequena empresa, que está estagnada? Eu queria ouvir isso.

Agradeço a todos pela aula e pelo trabalho realizado. Inclusive já peço à Drª Larissa suas anotações, que envie por *e-mail* para a minha assessora. E vou requerer também todas as notas desta reunião, para aprender um pouco mais.

Finalizando, Senador Aloysio, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, que neste Congresso tem 400 membros Senadores e Deputados Federais, eu gostaria de promover um *workshop* especificamente sobre infraestrutura, como podemos fazer esse intercâmbio, e gostaria de contar com a colaboração de V. Sªs e de V. Exªs.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente Aloysio Nunes Ferreira. Cumprimento V. Exª e a Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, pela oportunidade do debate aberto, franco, de grande competência e de alto nível, quase um curso de pós-graduação sobre questões relacionadas à China.

Eu queria cumprimentar todos os expositores, que foram maravilhosos.

O Senador Jorge Viana mencionou o nosso permanente dilema de superposição: eu presido a Comissão de Agricultura, havia uma sessão especial no plenário do Senado para discutir doenças renais no Brasil, e outras reuniões acontecendo. Portanto, temos que ter uma capacidade de bilocação que não temos, lamentavelmente.

Ouvi a Drª Larissa e fiquei encantada, até por questão de gênero, pois dia 8 de março foi o Dia Internacional da Mulher. Parabéns, Larissa, pela sua desenvoltura e pela sua capacidade.

Os dois Embaixadores eu conheço muito bem, assim como o trabalho do Dr. Roger.

Serei pontual: uma palavra sobre pirataria, o que isso pesa no comércio internacional e a China dentro da OMC.

Nós continuamos em um dilema que eu penso que já deveria ter sido superado. Nos anos 70 e 80, quando eu ia fazer coberturas no Japão, os americanos reclamavam que eram exportadores de matérias-primas para o Japão, e o Japão era, àquela época, a fábrica do mundo, o que é a China hoje, e sem muito alarde. Eles se esforçaram. Os Estados Unidos continuam exportando *commodities* para o Japão e para a China, e as fábricas de carros japoneses estão indo produzir seus carros nos Estados Unidos.

No Brasil, alguns setores continuam defendendo a posição de deixar de exportar *commodities* como soja e minério de ferro. Eu acho que temos que superar isso. Por que somos os maiores exportadores? Porque somos competitivos nisso. E se somos, vamos concentrar. E sabem por que não há valor agregado nisso? Porque é difícil produzir no Brasil. A burocracia é excessiva, a insegurança jurídica é muito grande e há todo um custo Brasil, a que se referiram várias vezes. Isso desestimula o empreendedor a investir para agregar valor aqui dentro. Então, é melhor exportar matéria-prima e fazer o que sabemos, como a Embraer, que sabe fazer aviões. Nós dominamos essa tecnologia extraordinariamente bem.

A última indagação eu gostaria de fazer ao Embaixador Sérgio Amaral. A questão das *commodities* é dirigida ao Dr. Roger.

Embaixador Sérgio Amaral, a Argentina, no governo Cristina Kirchner, fechou um acordo muito grande com a China, de que a própria China traria engenheiros chineses para fazer obras no território argentino, e em áreas sensíveis, como no setor energético, por exemplo. Mas até onde eles iriam? Energia nuclear? Pode estar incluída? Eu queria saber o que esse acordo entre Argentina e China pode representar na região em termos estratégicos.

Se V. Exªs puderem responder, são essas as questões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Encerrada, portanto, a fase de indagações, vamos passar a palavra a cada um dos nossos eminentes convidados para que deem as devidas respostas.

Se V. Exªs me permitem, vamos seguir o mesmo roteiro do início da apresentação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pois não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quero apenas aproveitar para, antes de iniciarem as falas, pedir desculpas porque, em cinco minutos, tenho que sair, pois tenho um compromisso. Por favor, perdoem-me a saída. Agradeço muitíssimo a todos que aqui vieram pela exposição. Depois vamos ter também as notas taquigráficas das respostas para que possamos estudá-las.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu agradeço a Senadora Gleisi, principalmente pela iniciativa de trazer o tema a lume nesta Comissão.

Passo a palavra, portanto, primeiro, ao Embaixador Sérgio Amaral, para as suas considerações.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, eu queria manifestar a minha satisfação por ter encontrado aqui tantos e tão bons amigos de muito tempo e, ao mesmo tempo, agradecer as perguntas muito pertinentes que foram feitas. Nós

precisaríamos, na verdade, de um seminário mais além da audiência para poder comentar várias questões muito importantes que foram levantadas.

Se eu pudesse resumir as questões que foram levantadas em dois pontos, eu perguntaria o seguinte: o que explica a China? Por que razão a China está se tornando, e já é, uma das duas potências mundiais? Na verdade, a nova ordem internacional vai depender da natureza do relacionamento entre os Estados Unidos e a China, se esse relacionamento será de cooperação ou de conflito. Definida essa premissa, e só o jogo de poderes vai definir, a ordem internacional vai se acomodar à nova realidade.

Existem alguns pontos de interrogação: como a China chegou a essa situação? E como, a partir de agora, a ordem internacional vai se desenvolver? Como é que a China conseguiu? Eu só diria o que foi dito aqui na verdade. É a visão estratégica, é o planejamento, é a capacidade de coordenar e é uma economia bastante centralizada.

Qual é a resposta brasileira? Eu acho que, talvez seja simplista, mas eu não vejo outra, nós precisamos ter uma melhor coordenação do relacionamento com a China. A Senadora Gleisi Hoffmann conhece muito bem isso, teve uma função muito importante no Governo. Nós não podemos nos apresentar à China com diferentes visões. Nós precisamos ter uma instância coordenadora. Cada um dos Ministérios trabalha muito bem com a China, mas o que eu acho que falta, eu vejo a imagem do painel de bordo de um avião – os chineses têm um painel de bordo; eles veem cada um dos botões, vermelho, verde, abaixa a temperatura, sobe a altura –, isso nos faz falta. Nós temos uma coisa que é muito importante que é a Cosban, e eu tenho a satisfação de ter sido o primeiro representante nessa circunstância agora do setor privado a participar da Cosban. Eu fiquei muito impressionado com o leque muito amplo que existe e a participação muito ativa, tanto do lado chinês quanto do brasileiro, mas a Cosban não pode ser uma reunião uma vez por ano. É preciso ter algum mecanismo de acompanhamento para que essa coordenação se estenda.

Eu vou responder muito rapidamente a algumas das questões, e a Senadora Gleisi Hoffman, mais uma vez, colocou uma questão extremamente importante, a questão do papel da China nas finanças internacionais. A internacionalização do yuan, o yuan como uma moeda de reserva.

Os chineses têm uma coisa que é muito importante e foi desenvolvida, primeiro, a pedido de Deng Xiaoping, por um acadêmico chinês, que é o Zheng Bijian, que tem a seguinte tese: a emergência pacífica da China. Ela quer que a China, contrariamente ao que aconteceu na história, em que a emergência de uma potência criava grandes conflitos e deslocamentos, que a emergência da China fosse pacífica, isto é, não criasse esses deslocamentos, sobretudo em um momento em que a China tinha e ainda tem uma inferioridade militar.

A teoria da emergência pacífica se aplica também ao campo das finanças. A China sabe que o yuan vai ser uma moeda de reserva. Ela lutou muito para que o yuan estivesse na cesta básica do fundo monetário e conseguiu. Ela fez 40 acordos de *swap* de moedas pelo mundo. Então ela está se preparando, a bolsa de Xangai já é bastante importante, mas ela não tem pressa, porque isso virá naturalmente, como muitas das coisas que os chineses fazem.

Eu queria também comentar, porque o Senador Ferraço fez uma pergunta muito importante, a política comercial brasileira. Essa política esteve, eu acho que equivocadamente, muito orientada para as preferências políticas e ideológicas do Brasil. E isso nos levou a uma situação em que viemos a privilegiar, na nossa região, países como a Argentina, como a Bolívia, como a Venezuela e que se mostraram maus mercados. Nós não tivermos o pragmatismo com que os chineses tratam das suas políticas comerciais e agora nós estamos em uma situação difícil, porque antes era cômodo nós dizermos que nós não temos o acordo com a União Europeia porque a Argentina não quer. Agora a Argentina quer, e nós estamos prontos? Quer dizer, será que nós estamos prontos pra celebrar um acordo com a União Europeia, que vai ter um impacto importante no nosso setor produtivo?

O Senador Anastasia fez uma referência muito importante à questão do modo de produção, aliás é uma tese antiga a história do modo de produção asiático, mais centralizador e mais autoritário. Eu acho que isso continua de certa forma, mas também está se liberalizando. A liberalização da economia se manifesta, por exemplo, no fato de que 25% do produto chinês já estão em mãos de empresas privadas, e esse percentual de 25% é, mais ou menos, o percentual das empresas chinesas que estão no Brasil, mas isso não quer dizer que a China venha deixar de ser uma economia centralizada, porque está na natureza do sistema que ela vá dispensar a participação central das empresas estatais, porque isso também está na natureza do sistema.

A China tem uma economia centralizada, e isso explica, em boa medida, o seu resultado.

O Senador Cristovam, como faz habitualmente, levantou algumas questões muito relevantes, e eu queria comentar um pouquinho o susto que ele menciona em relação à China, que é o susto que todos nós vivemos, porque a China não só cresce economicamente, como ela tem uma influência crescente no cenário internacional e é a única potência que está em condições de desafiar os Estados Unidos, em uma relação que se torna cada vez mais complexa, e não foi por acaso que os Estados Unidos transferiram, na política do pivô, suas forças

militares mais importantes para Ásia e, ao mesmo tempo, fizeram o TTP para conter a expansão da economia chinesa. Portanto, eu acho que essa observação é muito pertinente.

Agora, o Senador Cristovam levantou também a questão se nós não estamos caminhando para o que seria uma espécie de relação colonial com a China. Essa pergunta é muito importante, e eu acho que ela precisa ter maior clareza nas conversas que existem em nível de governo e de setor privado. O problema, a meu ver, não é nós vendermos *commodities.* Se nós reclamamos da Europa que não compra os nossos produtos agrícolas, nós não podemos nos queixar da China, porque compra. O problema é que nós não estamos conseguindo agregar mais valor aos nossos produtos.

E aí eu só vejo uma possibilidade, e essa possibilidade está no agronegócio e está na parceria entre empresas brasileiras e chinesas para fazermos juntos a agregação de valor, porque sozinhas as empresas brasileiras não conseguem.

A BRF Foods, que é uma grande multinacional brasileira, exporta muito para China, criou um escritório para fazer distribuição na China e conseguiu, mas, quanto ao processamento, ela está buscando um parceiro chinês para fazer junto, porque as diferenças nos mercados são muito grandes, inclusive no que diz respeito à produção. Comercialização eu acho que é possível; na produção, nós, até agora, não tivemos um êxito.

O Senador Agripino levantou outra questão muito importante, da hierarquia existente na China, que, a meu ver, é inteiramente correta e, no topo dessa hierarquia, está o Partido Comunista Chinês, mas, em segundo lugar, estão os militares. E é muito interessante que, se nós formos comparar a grande emergência dos Estados Unidos no pós-guerra com a emergência que ocorre hoje, nós veremos que as empresas, curiosamente, de uma forma muito paradoxal, tanto em um país quanto em outro, estão adotando estruturas de organização que são militares; a ordem hierárquica, a visão estratégica, a centralização. E eu acho que é muito interessante porque a China está fazendo isso, os Estados Unidos fizeram isso e, depois, com o tempo, isso se perdeu, mas, em uma fase inicial, isso era uma realidade.

Só para terminar aqui, rapidamente. Eu acho que eu terminei praticamente. Eu gostaria de dizer, em relação aos comentários muito procedentes da Senadora Ana Amélia, como sempre, que eu acho que essa questão com a Argentina é muito complicada. É muito complicada, em primeiro lugar, porque existem acordos secretos que nós não conhecemos. Eu não tinha conhecimento de que esses acordos preveem a possibilidade de mão de obra chinesa, mas o que eu sei é que esse acordo de US$18 bilhões prevê a possibilidade de a China participar, de as empresas chinesas participarem de obras de infraestrutura sem a necessidade de licitação e com vantagens comerciais que são superiores àquelas que os parceiros da Argentina e o Mercosul têm. Portanto, essa é uma questão.

O novo Presidente da Argentina diz que quer reabrir e discutir esses acordos secretos, e eu não sei muito bem como haverá essa conciliação entre os compromissos que a Argentina assumiu com a China e os compromissos que ela tem no Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Obrigado, Embaixador Sérgio Amaral.

Passo a palavra, portanto, ao Embaixador Graça Lima.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA – Obrigado, Sr. Presidente. Eu devo, em primeiro lugar, um agradecimento que peço desculpas por já não ter feito no início da apresentação; primeiro à Senadora Gleisi Hoffmann, que é responsável pela primeira convocação desta dessa audiência pública, desde 2015. Desde então eu estava na expectativa de vir aqui, comparecer e, portanto, sou grato pela oportunidade. Mais algum tempo, mais algumas semanas e eu já não poderia estar na condição em que estou, de servidor público, já que o meu prazo de validade expira dentro dessas próximas seis semanas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nossos protestos, Embaixador.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu agradeço naturalmente ao Presidente da Comissão, que foi o responsável pelos requerimentos que se seguiram ao requerimento da Embaixadora Gleisi Hoffmann e que permitiu que esta reunião então se realizasse, com a presença, como eu já disse, de tão ilustres especialistas nesta matéria: relações Brasil-China, evolução do comércio, evolução dos investimentos, enfim, muito esclarecedora para todos nós. China é um eterno aprendizado.

Eu estou há dois anos e meio praticamente nesta função de Subsecretário para a Ásia, Oceania, BRICS e IBAS, e aprendi muitíssimo. Sinto-me um pouco como o Comissário de Relações Exteriores da União Europeia quando disse que, depois de três anos em Bruxelas, não tinha realizado muita coisa, mas apreendido muitíssimo. Eu me sinto um pouco dessa maneira. Até hoje eu tenho curiosidade para desvendar não o mistério que é a China, mas para onde a China vai, com algumas tentativas apenas de responder às perguntas, por exemplo, como a sua, Senador Anastasia, com relação a como vai evoluir a política interna chinesa no curto e no médio prazo.

É um tema de que a gente se ocupa quase que diariamente e com grandes esforços, com auxílio, naturalmente, da nossa Embaixada e de outros setores da sociedade para ir se adaptando, enfim, e também tiran-

do o melhor proveito possível do que eu considero – aí, com todo respeito à crítica do meu querido amigo, Embaixador Sérgio Amaral – com alguma visão estratégica sim, que se manifesta através do plano de ação conjunta que existe entre Brasil e China e que vai sendo renovado, através de um melhor aparelhamento da própria burocracia nossa e com marcos jurídicos claros e tendentes a dar seguimento, a implementar esses acordos e essa intenções.

Evidente que as estratégias têm de, necessariamente, ser diferentes. O Brasil não é a China, longe disso, mas nós temos uma história para contar e nós temos também alguma clareza com relação ao que nós desejamos em matéria de inserção na ordem econômica internacional, que está sempre cambiando, e nas próprias correntes de comércio internacional, haja vista essa questão apontada pela Senadora Ana Amélia no sentido de que nós somos competitivos no agronegócio, temos nossas dificuldades internas, mas é um setor que tem de necessariamente se expandir e melhorar, como têm feito outros países, sem descurar naturalmente de uma maior atenção à necessidade de crescer com uma industrialização mais equilibrada.

Com relação ao tema específico levantado pela Senadora Gleisi Hoffmann, da escalada tarifária, mencionada pelo Embaixador Sérgio Amaral, na sua exposição inicial, o problema aí é onde negociar. É o foro.

É evidente que não só na China, mas em todos os países que têm indústrias processadoras, elas, de certa maneira, têm dificuldades em aceitar comprar o produto processado. É uma batalha que a gente continua fazendo, mas tem de fazer na OMC, e a OMC não progride e não há instrumentos bilaterais para que isso aconteça. É verdade que pode haver uma perspectiva de melhores condições de acesso ao mercado para produtos agrícolas processados em outros foros, como o TPP, por exemplo, acordo que, por várias circunstâncias, também já foi aflorado aqui, o Brasil não tem participado, não tem podido participar.

De qualquer maneira, eu lembraria que, historicamente, quando a China entrou na OMC, nós fizemos um esforço com resultados bastante concretos, bastante visíveis, de obter melhores condições de acesso e não só para os produtos nossos de interesse exportador, mas aqueles que a gente poderia vir a desenvolver, e a tarifa baixa para produtos agrícolas é resultado desse esforço. De modo que isso não pode deixar de ser levado em conta.

Com relação aos estudos de viabilidade para projetos de infraestrutura, construção de ferrovias especificamente, evidentemente que os chineses estão certamente engajados nesses estudos e estão, enfim, interessados, já que eles vão ter de participar de concorrência, de licitação em que esses estudos demonstrem não só a viabilidade, como a capacidade que têm para poder executá-los.

Quanto à participação de Taiwan, enfim, quanto à relação entre China e Taiwan, o que pode se dizer é que, desde 2008, essa relação, com todos os seus ingredientes políticos, tem sido muito melhorada, para dizer o mínimo. Evidentemente que as duas entidades disputam, às vezes, mercados no exterior, mas, entre si, a história vai dizer se e quando haverá algum tipo de unificação. Os sistemas, hoje, são diferentes, mas é possível que, com o tempo, eles se tornem cada vez parecidos, de modo que isso não deixa de ser também alvissareiro e promissor.

De acordo com esse raciocínio que faz o Roger de que todos nós rezamos pela China, como eu dizia ao Presidente Aloysio, por diferentes motivações, de qualquer maneira, rezar nunca é mal.

O Senador Ricardo Ferraço me eximiu de dar alguma resposta ou fazer algum comentário a respeito da política externa brasileira. Em síntese, muito rápido, eu diria que a política externa brasileira, sem nunca ter deixado de ser suprapartidária, atende a interesses permanentes do Estado brasileiro, e a relação com a China está perfeitamente inserida nesse específico contexto.

Eu diria, um pouco também para me referir às críticas com relação à falta de preparação do Governo brasileiro para esse casamento com a China, que, em um espaço de poucos anos, nada menos que nove visitas presidenciais, em nível de chefe de Estado, de governo – estou falando desde 2004 –, nove visitas em nível de chefe de Estado ou de governo foram realizadas. Isso não é pouca coisa, levando em conta, inclusive, que, em cada uma dessas visitas, foram assinados acordos importantes. Há uma questão de implementação, sem a menor dúvida, mas essa é a tarefa, enfim, dos dois governos, que têm, obviamente, interesse em levar avante.

Proximamente, ainda este ano, em setembro, junto, *back to back* com a reunião do G20, a Presidente Dilma Rousseff vai à China, em visita oficial, dar seguimento justamente a esse plano de ação conjunta Brasil-China para 2015 a 2021. Há, naturalmente, dentro desse plano estratégico, a ampliação do número de estabelecimentos brasileiros habilitados a exportar carne para o mercado chinês, o incentivo à participação de empresas chinesas em projetos de infraestrutura no País, a diversificação também das exportações brasileiras à China, sendo que esse também é parte do nosso dever de casa.

Com relação à sua questão, Senador Anastasia, tendo mencionado que a China tem uma história milenar de altos e baixos – o que é perfeitamente pertinente e correto como observação –, se a política interna vai ou não mudar no curto ou no médio, essa é uma pergunta de difícil resposta, mas, como eu disse, todos esses

acontecimentos, todas essas transformações têm sido seguidas. O que se observa é que, no discurso de posse do Xi Jinping como Secretário-Geral do Partido Comunista, foram delineadas claramente as prioridades do Governo: em primeiro lugar, atender as demandas sociais; depois, combater a corrupção; e, finalmente, reconduzir a China ao *status* de grande potência. Se levarmos em conta esses três, é evidente que o sistema também tem que se adaptar às novas condições em que é preciso integrar um mercado de trabalho, é preciso atender às necessidades de consumo de uma população de 1,3 bilhão de almas.

O governo chinês, é evidente, dá ênfase a esse chamado "sonho chinês", conceito do "sonho chinês", que é associado ao grande rejuvenescimento da nação e que visa à construção de uma sociedade – eles falam – moderadamente próspera, os planos são realistas nesse sentido. Aprofundar reformas. O termo "reforma" tem cada vez sido mais empregado no discurso chinês. Implementar o Estado de direito. Isso está nos discursos. Aumentar a disciplina partidária.

Eu não sei se no curto ou no médio prazo, Senador, mas, no longo prazo, essa é uma visão que corresponde às nossas melhores expectativas com relação ao que será, ou ao que já é, pelo menos hoje, a segunda potência mundial.

Enfim, tenho aqui uma observação da Senadora Ana Amélia. Outro dia, estava folheando o meu álbum de fotografias e nos vimos juntos em outras encarnações, em outros avatares. Eu tenho muita saudade dessa época em que ambos fazíamos esforços grandes para poder chegar – inclusive, fizemos alguns progressos – a esse ponto em que o Brasil precisa se integrar melhor, precisa buscar mercados, obter melhores condições de acesso.

Evidentemente, o momento atual é de retomada do crescimento, mas sem descurar das nossas necessidades externas, e é um pouco esse o nosso dever e a nossa tarefa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Embaixador Graça Lima, permita-me; permita-me, Presidente, para não comprometer a sua imagem nessa revelação.

Quero dizer que a revelação feita pelo Embaixador Graça Lima se refere ao fato de que, antes de eu ser Senadora, eu era jornalista e, em muitas missões internacionais, eu o acompanhava como repórter e transmitia para os leitores, ouvintes, telespectadores do Rio Grande do Sul o que estava acontecendo nas muitas missões em que o Embaixador Graça Lima era a figura central no campo econômico e também no campo diplomático.

Muito obrigada.

Só para não criar problemas para o senhor.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA – Não me sinto comprometido, Senadora, por nada, ao contrário.

Eu não tenho orgulho, porque orgulho é pecado, mas eu tenho muita confiança e, além de confiança, eu tenho muito gosto, muita alegria por ter podido servir ao País durante, agora, 48 anos, e aproveito para sentimentalmente me despedir aqui da Comissão, em que fui sempre tão bem tratado, não só ao ser sabatinado pela Comissão, como participando de audiências públicas e sendo ouvinte em sabatinas de colegas meus.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Qual a ordem que o Senador Anastasia havia estabelecido?

Roger Agnelli, por favor.

O SR. ROGER AGNELLI – Bom, quero fazer alguns comentários em relação a *commodities*, o que a Senadora Ana Amélia levantou.

Fundamentalmente, eu tenho uma convicção grande: o Brasil ser exportador de *commodities* ou ser exportador de produtos primários não nos diminui em absolutamente nada, até mesmo porque nem todos os brasileiros imaginam o grau de tecnologia que há no agronegócio brasileiro. O Brasil é o único país tropical que domina completamente as espécies tropicais mais produtivas que existem. Ninguém tem a soja que nós temos no Brasil, a semente de soja, o milho, a cana. Isso tudo é tecnologia.

Aí se pergunta: "Mas deveríamos processar essas matérias-primas aqui dentro?" Há um ponto para o qual gostaria de chamar a atenção de V. Exª que é o fato de que o custo de capital é que tem penalizado o Brasil enormemente nessas últimas décadas, para partir para a verticalização ou para partir para processar as coisas. O custo de capital é determinante. O custo de capital na China hoje é muito menor do que o custo de capital no Brasil.

O outro ponto é o custo de energia. É um outro fator determinante para se produzir, ou manufaturar, ou processar, ou o que for. Então, eu acho que esse ponto é importante.

Commodity não significa falta de tecnologia ou minimiza a atuação de um país no contexto global. As grandes potências são, foram e cresceram em cima de exportação de matéria-prima: Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, a própria China já foi e é ainda – hoje, não, porque ela consome tudo – exportadora de *commodities* também.

Agora, o fato é o seguinte: o Brasil, em termos de *commodities*, tem um grau de tecnologia que o coloca à frente de praticamente todos os países do mundo, em relação à *agrobusiness*, por exemplo. Os Estados Unidos não competem conosco no custo da soja, não competem conosco no custo do milho, não competem conosco no custo de várias outras matérias-primas que desenvolvemos.

Em relação à China, à questão de democracia, evidentemente não seria esse prazo. Eu brinco eventualmente quando alguém me pergunta: "A China está no caminho de uma democracia plena?" Ela está no caminho de uma democracia plena, mas, nos próximos 2 mil anos, ela deve chegar lá. No fundo, o que está acontecendo na China?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dois mil anos... (*Risos.*)

O SR. ROGER AGNELLI – Mas 2 mil anos é curto prazo, médio prazo. O fato é que o ambiente está sendo preparado para isso.

Eu queria dar um depoimento muito importante também para saberem um pouco sobre a cultura chinesa. Nas operações que nós tínhamos na China, pelo menos as que eu olhava na época da Vale na China, uma coisa é fundamental para o trabalhador chinês ou para o chinês propriamente dito ou chinesa: a figura do líder. Numa planta onde se produzia níquel, o líder tinha que ser identificado, e todos seguiam aquele líder. Se tirar o líder do chinês, ele se perde, o chinês tem que ter o líder para seguir.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGER AGNELLI – Isso é cultural. É absolutamente cultural. É bonito de ver, porque, no escritório, ninguém podia falar nada contra o líder, em público, de forma nenhuma. O líder era respeitado, todos seguiam aquilo que o líder falava, ou o chefe falava, o chinês tem muito disso.

Quer dizer, é difícil para nós, ocidentais, entender exatamente o que se passa ou como é a condução desse processo todo. Num país de 2 bilhões de habitantes, 1,8 bilhão, o que for, não é simples um processo de transformação, ou de evolução, ou de mudança de conceitos e de tudo mais. Eu acho que isso tem ser levado com muito cuidado, e o governo chinês tem feito, de alguma forma, com bastante sucesso.

Os direitos humanos na China hoje têm um espaço, um caminho muito grande ainda para avançar, mas muito melhor do que era 20 anos atrás, do que era 30 anos atrás, ou 40 anos atrás, quer dizer, eles estão numa evolução.

A questão do Conselho de Segurança da ONU, a questão da moeda. No chinês, no povo chinês, em qualquer indivíduo chinês, há o senso de grandeza, o senso de orgulho, o senso de pátria, o senso de conjunto, o senso de nação, todos lutam por um objetivo. Então, quando se fala que vão buscar de 6,5% de crescimento a 7%, se não der 6,5%, todo mundo fica deprimido. A China inteirinha fica deprimida, porque todos lutam para que a China chegue à meta de 6,5%. É interessante esse senso de nação, de conjunto, de objetivo da sociedade. Isso é bonito de ver no povo chinês como um todo.

Há as diferenças? Há as diferenças. Há as disparidades renda? Eles têm todos os problemas que todos os países têm, mas eles estão administrando. A China veio com um projeto de um país grande, de uma potência grande, é isso que eles estão construindo, é disso que eles estão em busca.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive, desmontando praticamente o time do Corinthians. (*Risos.*)

O SR. ROGER AGNELLI – Levam. Quando eles querem entrar no futebol, eles levam. Não sei se levam os melhores, mas eles levam, limpam tudo.

Então, eu acho que, de modo geral, o que eu queria comentar com relação às perguntas foi isso.

Quero falar sobre um *e-mail* que me mandaram em relação ao projeto da Vale, o Valemax, em que nós mandamos os navios para a China. Naquela época, o grande problema que tínhamos nem era tanto a produção, o volume de produção de minério, mas, sim, mandar esse minério para a China. Chegou-se a um ponto em que o minério de ferro na China era vendido a US$180, e o frete Brasil-China custava US$100, ou seja, dos US$180, US$80 ficavam com a Vale, e US$100 ficavam com os armadores, e fundamentalmente os armadores chineses, fundamentalmente a Cosco, que, a cada tonelada exportada pela Vale, ficava com US$100, que era o custo do frete Brasil-China, porque o cliente contratava. Quando a Vale passou, ou manifestou a posição de construir os navios – era um desafio enorme um navio de 400 mil toneladas –, o frete imediatamente caiu. Então, todo aquele dinheiro que ia para o armador chinês ou para o próprio cliente que contratava esses navios e dividia o ganho da logística passou a ir diretamente para o caixa da Vale, assim o ganho foi extraordinário.

A rigor, a ideia do Valemax nem foi para o transporte, foi para blendagem, que era levar minério de uma qualidade um pouco inferior à qualidade de Carajás e blendar isso na Malásia, para de lá distribuir, para competir um pouco mais diretamente com o australiano. É uma questão estratégica, que ainda continua em desenvolvimento, continua andando, mas vocês podem imaginar por que os chineses não queriam que o Valemax

entrasse na China, não é? Estavam perdendo US$100 de receita por tonelada de minério exportado aqui do Brasil. Então, deu trabalho, mas, hoje em dia, eles aceitam, os portos estão adequados, é do interesse da siderurgia chinesa que esses navios entrem lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Encerrando esta audiência pública então, a Drª Larissa.

A SRª LARISSA WACHHOLZ – Muito obrigada, Senador.

Estou um pouco preocupada, porque todos vocês vão morrer de fome. Então, eu vou ser breve e apenas responder a três perguntas, Senador.

Rapidamente, quanto ao que a Senadora Gleisi Hoffmann havia nos perguntado sobre em que medida as mudanças da estratégia de desenvolvimento na China poderiam representar para o Brasil uma oportunidade, eu gostaria de salientar, reforçar dois pontos que eu acho que são fundamentais, que são justamente o foco no crescimento do consumo interno na China, o que representa para o Brasil uma grande oportunidade de diversificação da sua pauta exportadora.

Eu gostaria de dizer que não tenho absolutamente nada contra *commodities*, eu concordo completamente com a tecnologia embutida nas nossas *commodities* agrícolas. No entanto, eu acho, sim, que é uma oportunidade para que possamos exportar outros produtos, especialmente exportar marcas, que é o que os chineses buscam hoje. Os chineses, como o próprio Roger Agnelli já mencionou, têm grandes dificuldades com a produção de alimentos dentro da China, até por uma questão de credibilidade, já estiveram envolvidos em vários escândalos de alimentos com algum tipo de intoxicação, contaminação, então é importante que o Brasil aproveite essa oportunidade de ser um exportador que pode ser de alimentos, mas de alimentos processados, e de alimentos com marcas, que é o que os chineses buscam hoje. Então, eu acho que crescimento do consumo interno na China representa, para nós, uma grande oportunidade.

Em segundo lugar, a questão de atração de investimento, que eu acho que não pode ser, de forma nenhuma, esquecida, em vários setores. Ainda que salientemos que infraestrutura e agronegócio sejam, do ponto de vista empresarial, os dois setores que mais podem atrair investidores chineses, junto com energia, até em termos de volume, eu gostaria de destacar a necessidade dos chineses de buscar receita em outras áreas, como o setor químico, como o setor de manufaturas de tamanho médio, com empresas privadas na área de energias renováveis, de novos materiais, que buscam oportunidades fora da China e que podem encontrar, no Brasil, parceiros para implementação das suas atividades, tendo o Brasil por base para a América Latina. Então, eu acho que são duas oportunidades que a mudança estratégica de desenvolvimento da China nos apresenta.

Rapidamente, em relação a Taiwan, o Embaixador Graça Lima já desenvolveu sobre isso, acho que, se podemos ter um acesso direto, uma interlocução direta com as empresas chinesas – não estou falando do ponto de vista político, mas do ponto de vista empresarial –, é importante que façamos essa conversa diretamente, sem intermediários. As empresas de Taiwan são grandes investidoras na China continental, foram, junto com Hong Kong, os primeiros investidores internacionais a investir na China continental, a partir do movimento de abertura econômica de Deng Xiaoping. Então, eles são de extrema importância, e muitas dessas empresas são multinacionais de grande relevância: devemos, inclusive, tentar atrair para o Brasil empresas taiwanesas como a Foxconn, que já está presente no Brasil e que é responsável por montar a maior parte dos *smartphones* que os senhores estão utilizando hoje. Então, eu acho que a oportunidade de ter uma conversa sem interlocução é importante e também devemos fazer o trabalho de tentar atrair empresas de alta tecnologia para cá, inclusive taiwanesas.

Em terceiro e último lugar, quanto à pergunta do Senador Cristovam Buarque a respeito da possibilidade de trabalhar, de investir em projetos agrícolas em outras regiões do mundo, levando tecnologia que está sendo adquirida pelas empresas chinesas em várias partes, por exemplo, com projetos na África ou na Rússia, eu acho que os chineses podem fazer, sim, experimentações em outras regiões do mundo, mas eu não vejo isso como ameaça para a agricultura brasileira e para a relação do Brasil com a China. Eu acho que os chineses, quando começaram o seu processo de investimento fora da China, foram primeiro aos países que eles consideravam mais fáceis, e fáceis no sentido de que eles pudessem fazer uma relação diretamente de governo a governo, sem necessariamente ter um envolvimento muito grande do setor privado, sem ter muitos "problemas locais", entre aspas, por exemplo, onde eles pudessem levar mão de obra chinesa, e não é o caso do Brasil. Então, o fato de eles terem feito essa opção por países que poderíamos dizer que seriam mais fáceis ao investimento chinês de início também se mostrou uma opção que, no longo prazo, não trouxe necessariamente os retornos financeiros esperados.

Uma das grandes diferenças que vemos hoje no investimento chinês no mundo é a sofisticação desse investimento e a busca por países que sejam estáveis, que tenham uma regulamentação favorável ao investi-

mento estrangeiro, na medida em que as empresas chinesas se sentem mais preparadas também para se adequar a essa regulamentação. Então, eu não vejo isso como um risco necessariamente ao Brasil. Eu acho que o Brasil continua sendo uma das opções número um dos chineses para investimentos em agronegócio e logística de exportação do agronegócio no mundo.

O Senador Hélio José fez uma pergunta a respeito da questão da atração de investimentos em energias renováveis, particularmente de painéis solares; como é que a China tem tanto sucesso na produção em baixo custo e como isso poderia se refletir no Brasil. Eu acho que é difícil replicar o modelo aqui no Brasil, na verdade, porque a China consegue produzir em tão baixo custo por causa da escala. As fábricas de painéis solares na China são imensas e têm uma capacidade de produção muito grande. Então isso, aliado à mão de obra barata, faz com que o custo de produção na China seja muito baixo. Seria difícil replicar esse modelo aqui, no Brasil, especialmente no quesito escala, porque, ainda que os nossos setores de energia renovável estejam se desenvolvendo, especialmente no setor de energia solar, ainda temos alguns passos a dar para tornar o nosso mercado mais interessante pela via da atração de investimento.

Nós vemos uma movimentação dessas empresas de energia solar tentando se estabelecer no Brasil, tanto na montagem das placas como desenvolvedora de plantas solares, como investidoras, mas a demanda continua sendo o principal problema. Então, eu acho que a solução para o Brasil seria justamente ter formas de estimular a construção de novas plantas de energia solar no Brasil, para que essa demanda se mostrasse forte e estimulasse a atração de investimentos nessa área.

Por último, a pergunta da Senadora Ana Amélia em relação à pirataria. Eu gostaria de mencionar até o caso do Alibaba, por exemplo, que é uma das plataformas de comércio eletrônico mais importantes do mundo e que é altamente criticada por permitir o comércio de produtos piratas. E tem na China o seu principal concorrente, que é a JD.com (Jingdong.com), que é justamente outra empresa de comércio eletrônico de grande relevância, mas que se posiciona no mercado de uma forma diferente do Alibaba, proibindo a pirataria.

O Alibaba tem alegado fazer – e eu acho que tem feito, sim – algumas campanhas importantes de combate à pirataria. A impressão que eu tenho é de que esse tema vai ser cada vez mais relevante na China e vai exigir do Governo chinês um combate bastante direto, sobretudo porque, na medida em que as patentes chinesas passam a ter maior relevância, passa a ser de interesse do Governo chinês proteger suas próprias patentes. Então, nós acompanhamos esse processo na China. Eu morei na China durante cinco anos e nesse meio tempo houve uma grande diferença no tratamento que o Governo chinês dava a essas questões de pirataria, e continua dando. Então, eu acho que esse problema, ainda que não tenha sido resolvido, está num caminho bastante favorável.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Drª Larissa.

Como a ata da reunião anterior é do conhecimento de todos, proponho que ela seja aprovada, se não houver objeção. (*Pausa.*)

Está aprovada.

As notas taquigráficas que foram apanhadas pela nossa competente Taquigrafia vão permitir que as intervenções desta audiência pública sejam publicadas no *site* da nossa Comissão de Relações Exteriores, para grande proveito de todos aqueles que se interessam por este tema. E eu chamaria atenção especialmente dos alunos dos cursos de Relações Internacionais.

Agradeço muito a presença dos nossos convidados e a contribuição que deram.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e seis minutos do dia dezessete de março de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Sérgio Petecão, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Magno Malta, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. É deliberado EXTRAPAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, DE 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, subscrito pelo Senador Valdir Raupp, que "Em aditamento ao Requerimento nº 42, de 2015, requeiro sejam incluídas como convidadas para participarem da Audiência Pública destinada a debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil, a Professora Arlene Elizabeth Clemesha, da Universidade de São Paulo - USP e a Professora Norma Breda dos Santos, da Universidade de Brasília – UNB." Aprovado. Passa-se à PAUTA – SABATINA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia. Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os Embaixadores a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem as suas exposições. É aberto o processo de votação. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição do indicado. Usa a palavra o Senador Antonio Anastasia, a Senadora Ana Amélia e o Senador Cristovam Buarque. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem as perguntas dos Senhores Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designada Secretária a Senadora Ana Amélia. É realizada a apuração dos votos. Sabatina realizada com indicação apreciada. É deliberado EXTRAPAUTA: ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional." É dado como lido o Relatório, Relator: Senador Valdir Raupp, e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e trinta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador VALDIR RAUPP

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há um requerimento extrapauta de autoria do Senador Presidente desta Comissão, Senador Aloysio Nunes, e gostaria de, com a concordância do Plenário, colocá-lo primeiro, antes de chamar os Embaixadores. Estou subscrevendo também. O Senador Aloysio não está presente, mas eu também estou subscrevendo, para que a gente possa aprovar hoje.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2016

- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 42, de 2015, requeiro sejam incluídas como convidadas para participarem da Audiência Pública destinada a debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil a Professora Arlene Elizabeth Clemesha, da Universidade de São Paulo - USP e a Professora Norma Breda dos Santos, da Universidade de Brasília – UNB.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Autoria também deste Senador que fala a V. Exªs, Senador Valdir Raupp.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pronto para deliberação

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pronto para deliberação

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 25/02/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido, para que tomem assento à Mesa, o Embaixador Fernando Jacques de Magalhães Pimenta; o Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura; e o Embaixador Oswaldo Biato Júnior.

Informo aos indicados que o tempo destinado à exposição... Eu vou pedir aos Srs. Embaixadores para que, se puderem, abreviem um pouco as falas, porque há sessão convocada do Senado Federal para começar deliberações às 11 horas. Então, se pudéssemos dentro de uma hora fazer toda a nossa sabatina e votação...

Como também os Senadores têm outras atividades e como todos já leram os relatórios, eu já queria abrir de pronto a votação, para que as Srªs e os Srs. Senadores pudessem ir chegando e já votando.

Concedo a palavra ao Embaixador Fernando Jacques de Magalhães Pimenta, para fazer a sua explanação, por 10 a 15 minutos.

O SR. FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA – Obrigado, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

Eu gostaria de agradecer a V. Exªs por haver disponibilizado este momento para esta apresentação. Eu quero também agradecer ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela submissão do meu nome para a Embaixada em São José.

Caso aprovado, considero que a Costa Rica virá complementar e reforçar minha experiência profissional na área regional latino-americana, à qual dediquei a maior parte da minha carreira. Apenas como exemplo, por duas vezes, nos anos 70 e 90, eu me ocupei da área responsável pelas relações do Brasil com os países amazônicos. Eu tenho uma experiência de sete anos lidando com a OEA. Em Bruxelas, eu era responsável pelo Grupo Latino-Americano e Caribenho e pelo Grupo do Rio. Servi na delegação do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração. E, na última experiência na Secretaria de Estado, como Diretor do Departamento da África, um dos temas mais importantes que me tocou foi a organização da primeira cúpula entre a América do Sul e a África.

A Costa Rica é um parceiro relativamente importante para o Brasil, é um país que se distingue não só no cenário centro-americano, mas também no âmbito regional e internacional, sobretudo por seu perfil democrático e pela tradição de estabilidade e paz. Enfrentou, ao longo de sua história, muito menos convulsões e crises domésticas que seus vizinhos centro-americanos. Também tem um perfil pacifista e importante. É um país que dedica grande prioridade à proteção e à promoção dos direitos humanos e à conservação do meio ambiente. Enfim, desfruta de um conceito internacional elevado por força disso.

Recentemente, num dos periódicos da Costa Rica, o informático digital, eu li que a Fundação Adenauer, em recente relatório, classificou o país como em segundo lugar na América Latina em termos de desenvolvimento, ficando abaixo apenas do Uruguai.

Como país pacifista, a Costa Rica foi agraciada com um Prêmio Nobel da Paz concedido ao ex-Presidente Oscar Arias.

Economicamente também, o país tem uma trajetória importante e alcançou um dinamismo muito forte entre os anos 50 e 70 e, particularmente, nas últimas décadas, quando deixou de ser uma economia agroexportadora para se converter em produtor e exportador de bens industrializados de alto valor agregado. O comércio exterior costa-riquenho, nos últimos 20 anos, saltou de menos de US$2 bilhões, no início dos anos 90,

para US$11 bilhões nos últimos três anos. Somente entre 2005 e 2014, esse comércio cresceu 96%, o que dá uma medida do dinamismo econômico do país.

É claro que nem tudo são flores. O país enfrenta alguns desafios na área fiscal do endividamento público. Se houver algum interesse particular nessa questão, eu poderei, sem dúvida, responder a algumas questões.

Outro traço distintivo da Costa Rica é o Índice de Desenvolvimento Humano que a situa, desde os anos 90, no grupo de alto de desenvolvimento humano.

Outro traço importante que destaca a Costa Rica no cenário continental é que foi o primeiro país no nosso continente americano a internalizar plenamente todos os instrumentos de direito internacional humanitário. O país, inclusive, é sede de um organismo regional muito importante, que é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que a partir deste ano está sendo presidida pelo advogado brasileiro Dr. Roberto de Figueiredo Caldas. O acompanhamento dos casos que envolvem o Estado brasileiro na Corte incumbe justamente uma das principais atribuições da Embaixada em São José.

A parte de meio ambiente também merece uma prioridade muito grande da Costa Rica, embora internamente se verifiquem algumas controvérsias. Caso haja algum interesse específico nessa área ambiental, posso retomar esse tema.

A educação tem sido considerada historicamente como um grande desafio. Também poderei voltar a esse tema mais tarde.

Quanto ao relacionamento bilateral, o relacionamento diplomático iniciou-se em 1906 e somente mais recentemente, a partir do final dos anos 90, é que se intensificou o alto diálogo político. Na área econômica e comercial, vale destacar que a Costa Rica tem sido o principal parceiro comercial do Brasil. O comércio tem oscilado, entre 2006 e 2014, de US$500 milhões a US$700 milhões. Atingiu dois montantes superiores em 2008, com US$814 milhões, e em 2012, com US$952 milhões. Ano passado, decaiu significativamente. Está pouco acima de US$320 milhões, mas mesmo assim a Costa Rica se mantém como nosso primeiro parceiro comercial. Mais importante do que os números absolutos desse comércio, na verdade, é a composição desse comércio, porque em mais de 90% trata-se de produtos industrializados em um e outro sentido. Os dois países intercambiam máquinas elétricas, máquinas mecânicas, instrumentos de precisão. O Brasil exporta automóveis – é o principal item da nossa exportação para a Costa Rica –, de maneira que é um comércio de alta qualidade.

Ademais do plano bilateral, interessa também observar que o Brasil tem empenho em firmar um acordo comercial com o Sistema de Integração Centro-Americano (SIC), do qual faz parte a Costa Rica. Através da presidência do Mercosul, foi apresentada uma proposta nesse sentido. Infelizmente, a contraproposta que veio do lado centro-americano contemplou apenas as áreas de política e de cooperação, sem contemplar o lado comercial. É algo em que vai ter que se trabalhar mais para chegar a esse acordo. Isso reflete, de certa maneira, uma realidade: que tanto o Brasil quanto o Mercosul não figuram entre os principais parceiros, em termos globais, da Costa Rica e dos centro-americanos.

Um caminho natural para melhorar esse quadro seria aumentar a presença de empresas brasileiras na Costa Rica, tal como vem ocorrendo no Paraguai, onde há uma presença crescente de empresas brasileiras investindo na economia paraguaia. Mesmo que não se pretenda algo da mesma dimensão, seria importante aumentar a presença das empresas brasileiras na Costa Rica. Há um bom ambiente de negócios e a Costa Rica tem interesse, sobretudo, em atrair investimentos para as áreas de biocombustíveis e de agroindústria, nas quais o Brasil tem vantagens, tem uma boa experiência. Então, é um campo a ser desenvolvido.

Eu registro aqui, inclusive, um esforço muito meritório que vem sendo realizado pela Federação de Indústrias de Santa Catarina, que agora em 2014 enviou sua sexta missão empresarial a São José, uma missão formada por empresas do setor de máquinas e equipamentos, móveis, madeiras, vinícolas, vários setores. É um esforço que esperamos que leve a resultados mais significativos, e que deve persistir.

A outra forma de criar novas oportunidades de intercâmbio comercial e de investimento seria através da cooperação. Seria uma forma também de adensar mais e fortalecer o relacionamento bilateral como um todo. É bem verdade que, do lado brasileiro, o cenário de restrições financeiras prejudica um pouco esse esforço.

Mas há possibilidades tanto na área de cooperação técnica, como em outra em que a Costa Rica tem interesse, na experiência brasileira em agricultura, sobretudo agricultura familiar. É preciso talvez reativar a Comissão Mista Bilateral, que não se reúne desde 2012.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA – Na área educacional, estimular mais o interesse dos estudantes pelos programas brasileiros: PEC-G, PEC-PG, a cooperação interuniversitária.

No campo cultural, também há boas possibilidade, por exemplo, retomar o leitorado de português na Costa Rica, que terminou em 2013.

Há também uma boa possibilidade no campo da TV digital, já que a Costa Rica optou, em 2010, pelo sistema nipo-brasileiro de televisão digital.

Finalmente, a questão da comunidade brasileira local, que é estimada em 1,3 mil pessoas. Com base na experiência como Cônsul-Geral em Montreal, Vancouver e Assunção, creio que essa comunidade brasileira pode ser mobilizada para um trabalho eficaz de cooperação, através do serviço de consulado da embaixada, para expor mais o Brasil, fazer o Brasil mais presente, através de atividades culturais ou de outra índole, mas presente de modo a gerar mais interesse por possíveis parcerias.

Registro finalmente que, no campo multilateral, existem algumas diferenças de posição entre Brasil e Costa Rica, sobretudo na área ambiental e na área do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que difere das afinidades gerais que encontramos entre os dois países nos mais diversos campos. Bilateralmente também há uma dificuldade: o fato de a Receita Federal classificar a Costa Rica como país de tributação favorecida, paraíso fiscal, tem causado preocupação aos costa-riquenhos, porque é algo que pode prejudicar o empenho do país em fazer parte da OCDE. Caso haja interesse nessa questão específica, também estou pronto a responder a eventuais perguntas.

Para concluir, então, eu diria que a Costa Rica é um país que desfruta de um alto conceito em termos internacionais que justifica o interesse do Brasil como um parceiro e que há boas possibilidades para desenvolver ainda mais o relacionamento bilateral.

Agradeço a sua atenção e estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Embaixador Fernando Jacques Pimenta.

Concedemos a palavra ao Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura para a sua explanação.

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, ao iniciar a minha apresentação, gostaria de manifestar a grande satisfação de estar aqui na Comissão. Em 2009, meu nome foi submetido à apreciação de V. Exªs para assumir a representação do Brasil no Líbano. Depois de devidamente aprovado, eu cumpri o mandato de três anos e meio na Embaixada do Brasil em Beirute. Lá, tive a ocasião de fazer uma série de projetos a favor da nossa comunidade líbano-brasileira, que é imensa, assim como de tomar iniciativas para estreitar mais ainda esse relacionamento fraternal que temos entre Brasil e Líbano.

A minha intenção é dispor de uma agenda ativa e protagônica similar na Croácia, em Zagreb.

Com relação à Croácia propriamente dita, é um país novo, jovem, tem 25 anos. Ele é egresso de uma brutal guerra civil que se abateu sobre a Iugoslávia entre 1992 e 1995.

Tem uma população de 4,3 milhões de habitantes, 60% dos quais vivem em zonas urbanas, e 40%, em zonas rurais.

O seu PIB estimado é de US$80 bilhões, e a extensão geográfica é de cerca de 57 mil quilômetros quadrados, mas tem um formato extremamente curioso: é um formato de um bumerangue, em que o miolo do bumerangue é ocupado por um país vizinho, a Bósnia e Herzegovina, e a Croácia está nas laterais.

Junto ao Mar Adriático, há uma outra grande curiosidade: é que devido a um acordo assinado, em 1699, entre a então República de Dubrovnik e o Império Otomano, foi dada uma saída ao mar aos árabes de uma extensão de 30km. Hoje, Dubrovnik, claro, é parte uma cidade histórica da Croácia, mas, apesar da história dos Bálcãs, marcada por guerras e conflitos há mais de 400 anos, pois bem, este acordo está em vigor e existe.

Com relação à diáspora croata, ela é estimada em torno de 2,5 milhões de pessoas. Na América do Sul, ela é centrada no Chile, e aqui no Brasil há uma estimativa de que há entre 30 e 50 mil descendentes de croatas. Esta é uma figura paranômica geral da Croácia.

Eu gostaria de falar um pouco agora sobre relações bilaterais. O Brasil reconheceu, estabeleceu relações com a Croácia em 1992, trocamos embaixadores residentes. A Croácia abriu uma Embaixada em Brasília em 1997, nós abrimos em 2006. Se eu for aprovado, eu serei o terceiro Embaixador do Brasil a servir naquele país.

As nossas relações são de grande afinidade, não há grandes divergências, contenciosos; é uma agenda em formação. Por isso, é necessário termos uma grande atividade diplomática.

Em relação à parte comercial, eu diria a vocês que ela começou realmente em 2002. Antes desse período, o que nós tivemos foi de assentar a poeira sobre a guerra civil. Mas, em 2013, nós tivemos um freio, motivado por dois fatores: primeiro, a grande crise internacional, provocada pela bolha imobiliária dos Estados Unidos, que alcançou a Croácia; e segundo porque a Croácia aderiu à União Europeia. Com isso ela teve que praticar as tarifas alfandegárias do Bloco. Em matéria, por exemplo, de açúcar, que é o nosso principal item de exportação, a tarifa sobre o açúcar bruto aumentou 3%, algo moderado. Mas, sobre o açúcar refinado, aumentou 52%, algo descomunal.

Em suma, nossas exportações de açúcares, que em 2013 eram de US$104 milhões, baixaram para US$41 milhões em 2015. Mas tivemos uma recuperação pequena, que está em vias de crescimento. No ano passado,

nós tivemos uma balança comercial de US$88 milhões, nos dois sentidos. As exportações brasileiras foram de US$79 milhões e as nossas importações, de US$9 milhões. Ou seja, a Croácia nos deu o saldo favorável de US$70 milhões.

Nossos principais itens de exportação têm sido produtos primários: carnes, açúcar, minério de ferro, soja, café, tabaco. E os produtos que nós importamos são basicamente manufaturados ou semimanufaturados, como máquinas de recauchutar pneus e fios de fibra sintética.

Agora, há dois pontos muito importantes a serem mencionados aqui. Hoje estão em andamento negociações, em Genebra, sob o guarda-chuva da Organização Mundial do Comércio, em que o Brasil está negociando com a União Europeia, e não com a Croácia, compensações comerciais pelo desvio de comércio provocado pela adesão daquele país à União Europeia.

E também é muito importante saber que a Croácia é um dos países da União Europeia que advogam o pronto início das negociações entre a União Europeia e o Mercosul para a celebração de acordo de livre comércio entre os dois blocos.

Agora, eu teria vontade de fazer um pequeno panorama sobre os instrumentos de trabalho de que a Embaixada dispõe para aumentar o relacionamento entre os dois países.

Comércio. Na área comercial, o nosso objetivo é voltar a alcançar um comércio bilateral superior a US$200 milhões, que era o valor das nossas trocas antes da entrada da Croácia na União Europeia. Em 2014, havia 97 empresas brasileiras exportando para a Croácia e 200 importaram da Croácia. Isso é um sinal claro de que o setor privado está interessado em fazer negócios com aquele país.

O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty cruzou as ofertas e demandas entre Brasil e Croácia e identificou, além daquelas rubricas tradicionais de produtos primários, temas como alimentos, couro, carne suína, polietileno, carro de lazer, carro de transporte, van, micro-ônibus, ônibus, material de construção de ferro e aço. Enfim, existe uma grande variedade de opções para a Embaixada trabalhar para aumentar não só a nossa exportação, mas o conteúdo tecnológico dessas exportações, ou seja, valor agregado. Como? Muito bem. Primeiro, criando um setor comercial na Embaixada, que não há ainda, dispondo, portanto, de instrumentos de trabalho especializados. Segundo, participando das feiras da Croácia. A Croácia, digamos, tem uma série de feiras para produtos de construção e de lazer. Nós precisamos mostrar a nossa oferta. Nós estamos longe. É preciso fazer um esforço para participar e mostrar *in loco* o que nós podemos oferecer.

Outra vertente de trabalho é cooperação. A Croácia está agora implementando um rigoroso projeto de ajuste econômico, porque sua economia se baseava nos modelos soviéticos, indústria pesada e serviços. Na agricultura, as fazendas são pequenas, são de cinco, seis hectares, geralmente de natureza familiar, e precisam adquirir equipamentos onerosos, caros, como tratores. Na verdade, eles competem entre si. Se eles pudessem ser agrupados em pequenas cooperativas, reduziria o custo.

Outra coisa que me chamou muita atenção é que o manejo da terra na Croácia ainda é arcaico.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA – Eles têm uma população de 180 mil agricultores, dos quais só 4 mil têm curso universitário e 4 mil, curso técnico. Aqui no Brasil, a Organização de Cooperativas Brasileiras, a filial do Paraná, de Curitiba, mandou uma missão de prospecção a Zagreb ano passado, iniciou uma série de novas aberturas de cooperação, que a Embaixada precisa empurrar.

Na área de formação de pessoal, o Brasil dispõe da Embrapa, uma excelência internacional. Mas não é só isso: temos a Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, e a Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais. Nós temos o manancial, com grande capacidade de ajudar os outros.

Um detalhe interessante: eu tive a oportunidade de estar com os Ministros do TCU, e me foi dada a informação de que o escritório de auditoria da Croácia é um dos mais bem desenvolvidos da Europa, apesar de ser um país jovem. O TCU enviou uma missão à Croácia. E há vários acordos institucionais no prelo. É uma área em que temos condições não só de ensinar, como de apreender.

Outro setor a ser desenvolvido: por ser um país novo, um país com a construção de uma nova agenda, nós temos que aprimorar os acordos setoriais. Faltam em várias áreas marcos jurídicos para desenvolver, digamos, uma negociação ou projeto de cooperação, como, por exemplo, cooperação previdenciária, cooperação educacional, cooperação judiciária, temas sociais, temas tributários, saúde. Não falta espaço para crescer.

Outro tema que eu gostaria de desenvolver – e espero contar com a cooperação do Congresso Nacional – é o grupo de amigos Brasil-Croácia, que visitou Zagreb em 2004 e 2008. É preciso revitalizar esses contatos, porque dá uma dimensão nova, uma dimensão legislativa. Saímos do executivo. No caso da Croácia, é um sistema parlamentar. Então, muitos ministros que estão lá hoje são pares dos nossos Parlamentares. E temos em

Zagreb hoje um novo governo, novas ideias. Então, seria muito oportuno retomar essa prática das visitas dos nossos Parlamentares.

Outro ponto que quero desenvolver é que nós temos um novo governo na Croácia, que saiu das eleições de 2015. Nossas consultas bilaterais para discutimos a agenda internacional precisam ser retomadas. A última delas foi em 2013. Os temas da agenda são enormes. Nós temos que conversar sobre mudança de clima, desarmamento, não proliferação, reforma do Conselho de Segurança, a nova arquitetura em segurança internacional, governança global. Não faltam temas para serem trocadas opiniões com o novo governo da Croácia. Nós temos que saber o que eles acham. Não basta dizer que, no ano passado ou no ano retrasado, eles tinham tal posição. Se muda o governo, temos que nos certificar acerca de qual é a posição nova desse país.

Outro ponto que eu acho muito importante é desenvolvermos a cooperação cultural. A Universidade de Zagreb é uma das mais importantes dos Bálcãs e ela já tem a corte de cooperação para troca de estudantes, de professores, trabalhos conjuntos com várias universidades brasileiras, não só Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, mas também com o Piauí e a Paraíba. No ano passado, tivemos professores do Piauí ensinando na Universidade Federal de Zagreb. Esses acordos a Embaixada tem que promover.

Outro ponto importante aqui, que às vezes a gente menospreza, é que o país tem 25 anos, mas já traduziu para o croata 80 livros de autores brasileiros. Jorge Amado é um sucesso de bilheteria, Paulo Coelho nem se fala. Eu encontrei um livro extraordinário, eu encontrei *Dom Casmurro* em croata. Também encontrei Jô Soares, Chico Buarque, Aluísio de Azevedo, Clarice Lispector. Quer dizer, a vontade de conhecer a cultura latino-americana e brasileira é enorme. Que país traduziria três livros por ano para o croata? Eu acho uma coisa extraordinária.

Outra coisa importante: capoeira. Surgiram na Croácia espontaneamente sete grupos de capoeira. É o maior vetor de difusão da cultura brasileira onde quer que seja. São os jovens. Os jovens se jogam na capoeira e aprendem português, nossa cultura. Temos que valorizar isso.

Temos de valorizar o leitorado brasileiro na cidade de Zagreb. Eram cem alunos por ano. E isso mostra como nós estamos presentes. Nós, da Embaixada, temos que melhorar essa situação.

E finalmente, Sr. Presidente, último ponto, que é a questão consular. Em 2010, a Croácia acolheu 12 mil turistas brasileiros. Em 2015, superou 60 mil. Isso quer dizer o quê? Isso quer dizer problemas que envolvem nossos brasileiros no exterior em turismo: perda de passaporte, acidente de trânsito, perda de bagagem, problemas de restaurantes e hotéis. Infelizmente, no ano passado, nós tivemos a tragédia de um brasileiro que se suicidou em Zagreb. Mas tudo isso faz parte da área consular.

Outro ponto importante: nós temos uma comunidade importante de brasileiros, pequena, mas ativa lá em Zagreb. São 298, digamos, brasileiros registrados no consulado. São geralmente esposos ou senhoras de croatas, mas com uma enorme quantidade de jogador de futebol. O brasileiro está em todos os times, inclusive na seleção croata. Então, é preciso encontrar uma fórmula para garantir a essa pequena comunidade, mas que é ativa, um acesso às suas raízes.

Sr. Presidente, eu teria muito mais para falar sobre a Croácia, que é um país fascinante, mas me atenho a essas ponderações e estou à disposição para falar sobre a parte legislativa, interna e externa da Croácia com V. Exªs.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Concedemos...

Só para reiterar, Srªs e Srs. Senadores: está aberto o processo de votação. Quem quiser votar já está aberto. E dizer também que chegou o comunicado de que a Ordem do Dia do Senado Federal foi transferida para as 14 horas. Então, temos mais tempo, não necessitamos encerrar aqui às 11 horas, como havia anunciado anteriormente.

Concedemos a palavra ao Embaixador Oswaldo Biato Júnior. V. Exª dispõe de até quinze minutos.

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, é com um sentido de muito orgulho que eu estou aqui novamente perante os senhores em uma segunda sabatina. Meu primeiro posto foi o Cazaquistão, alguns anos atrás. Agora, vou, a princípio, para a Ucrânia.

É um país muito importante, um país estratégico dentro da Europa, tanto do ponto de vista econômico quanto geopolítico. Talvez... Talvez não, é o país de maior extensão territorial, inteiramente dentro da Europa, superando inclusive a França. É o país com a sexta maior população dentro da Europa, com cerca de 45 milhões de habitantes. É um país que foi o berço da cultura eslava, no século X, que deu origem inclusive à Rússia, posteriormente. A Ucrânia e o Império Russo deram origem a essa cultura eslava que depois se espraiou pela Rússia.

Um pouquinho sobre a história. Depois, vou falar um pouco sobre os pontos de grande excelência da Ucrânia e sobre a parte bilateral.

Sobre a história da Ucrânia. É uma história muito conturbada. Depois desse início muito promissor com o Império Russo, no século XIV, eles foram invadidos pelos mongóis. O país deixou de ser autônomo e foram

incorporados diferentes territórios por diferentes países: a Polônia, a Lituânia, a Rússia, a Áustria. E é apenas, então, no século XX que, por dois pequenos períodos após cada guerra mundial, eles puderam ter alguns anos de autonomia, no final da Primeira Guerra e no final da Segunda Guerra Mundial. Mas a Ucrânia foi dessa vez reincorporada rapidamente à Rússia. No caso da Primeira Guerra Mundial, toda ela, pois antes uma parte era austríaca. Na Segunda Guerra Mundial, foram também incorporados. É apenas, então, em 1991 que a Ucrânia se torna, como também é o caso da Croácia, um país plenamente independente.

Eu queria, ao invés de fazer uma explanação muito longa sobre política interna, externa, etc., concentrar mais em alguns pontos que acho importantes que todos saibamos. São o que eu chamo de setores de excelência da Ucrânia.

A Ucrânia tem a peculiaridade de ser talvez o país com terras aráveis mais férteis do mundo, as chamadas terras negras. E foi por isso mesmo o celeiro tanto da Rússia quanto da própria Europa durante muitos séculos. É um grande produtor de milho, de trigo, de cevada; tem uma agricultura pujante. Esse é um setor em que posteriormente nós podemos imaginar uma cooperação bilateral mais forte com a Ucrânia.

Outra coisa muito importante – e aí acho que é o mérito do desenvolvimento, inclusive, da União Soviética na segunda metade do século XX – foi a criação de uma indústria de base de grande extensão na Ucrânia. A Ucrânia não apenas tem grandes indústrias químicas, metalúrgicas, de aço, etc., como também desenvolveu um grande setor, um grande complexo militar industrial.

A Ucrânia hoje sedia empresas, por exemplo, da importância da Antonov, que é uma empresa totalmente integrada de produção de aviões e de helicópteros, que, dentre outros feitos, produziu o maior avião do mundo, que é o Antonov 225. Inclusive, ele é maior do que aquele avião americano, o Galaxy. Também tem a Motor Sich, que é uma grande produtora de turbinas de aviões e helicópteros, e é responsável pela grande parte dos motores de aeronaves, não apenas ucranianas, mas também russas. E finalmente tem grandes estaleiros no Mar Negro – são estaleiros que produzem desde navios comerciais, submarinos – e o único porta-aviões jamais construído pela União Soviética foi construído em um estaleiro ucraniano.

Tem também a ucrânia – e seria natural que fosse assim –um sistema educacional muito bem desenvolvido. Isso certamente atrairá atenção do meu Relator, o Senador Cristovam Buarque, que é um entusiasta da educação. A Ucrânia desenvolveu um sistema de educação básica de excelência, voltada para as ciências exatas, tem um sistema universitário extremamente desenvolvido e uma das peculiaridades é que tem custos muito baixos de educação superior. Então, cerca de 50 mil alunos estrangeiros, por ano, estudam na Ucrânia pagando um preço médio entre US$2 mil e US$2,2 mil por ano, o que é mais ou menos um sexto da média de custo de universidades nos Estados Unidos, na Europa, na OCDE, de modo geral.

Nós temos recebido várias ofertas de universidades ucranianas, com cerca de 3 mil bolsas para alunos brasileiros que querem ir para lá. Infelizmente, não conseguimos praticamente mandar ninguém. Para dizer que foram, algumas pessoas, dez alunos da UnB foram estudar em uma universidade especializada em temas aeroespaciais.

Eu acho que esses são os setores de excelência que devem embasar uma futura cooperação Brasil-Ucrânia.

Sobre a parte bilateral, nós tivemos uma coisa que é muito importante que se diga: desde o começo da vida independente da Ucrânia, em 1991, houve um grande interesse pelo Brasil. O então Presidente Kutchma, já no seu terceiro ano, em 1994, 1995, fez uma visita importante ao Brasil. Nessa visita, nós criamos, então, o arcabouço de acordos bilaterais, inclusive um acordo de cooperação econômica, e criamos uma comissão mista, que já está na sétima reunião e que é encarregada de toda a cooperação científica, tecnológica, econômica, educacional, de saúde, etc.

Em 2003, houve uma segunda visita do Presidente Kutchma e aí, sim, tomou-se um passo mais adiante: assinou-se um acordo espacial Brasil-Ucrânia. Esse acordo infelizmente foi recentemente interrompido. Houve uma decisão do Ministério da Ciência e Tecnologia de que, por razões tecnológicas e comerciais, ele não mais convinha ao Brasil.

Agora eu queria dizer que obviamente esse é um fato um pouco perturbador, porque naturalmente era a base da nossa relação e agora não existe mais, mas nós temos identificado, juntamente com os ucranianos, n outros setores na área de ciência e tecnologia em que nós poderíamos desenvolver uma cooperação importante e que podem vir a substituir esse programa espacial nas nossas relações. Então, o mais importante deles é a cooperação em saúde.

A Ucrânia tem uma capacitação muito boa na área de produção de insulina recombinante, que é o sistema mais moderno, e o Brasil tradicionalmente importa uma grande quantidade de insulina a preços altos, com prejuízo para o Sistema Único de Saúde e está em negociação um *joint venture* entre a Indar, que é a empresa ucraniana responsável por essa produção na Ucrânia, o Instituto Farmanguinhos e o Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, para criar uma fábrica de produção de insulina no Brasil, a preços muito positivos e com

grandes economias para o Erário. Eu acho que esse é o grande tema do futuro próximo. Eu pretendo, inclusive, procurar o Ministério da Saúde para ver como está isso e pedir que os Deputados aqui presentes, os Senadores da Comissão Brasil-Ucrânia procurem ajudar também.

Dito isso, eu acho que eu açambarquei assim as principais áreas de cooperação. Haveria de se mencionar também a parte comercial. Aí infelizmente, depois de um período muito promissor, no começo dos anos 2000, em que nós chegamos a ter mais de US$1 bilhão de comércio com a Ucrânia, com o início dos distúrbios do Euromaidan...

(Soa a campainha.)

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – ... os problemas de Donbass, etc., houve uma retração econômica muito forte na Ucrânia e, com isso, então, uma queda muito expressiva de importações e do comércio de modo geral. Isso levou a exportação de carne, por exemplo, que é o nosso principal produto, a cair quase dez vezes. Passou de 400 milhões, em 2013, para cerca de 25 milhões, em 2014. Eu acho que obviamente isso deve ser uma prioridade nossa. A exportação de carne suína especialmente é algo de grande importância para os Estados do sul do Brasil, que são grandes produtores. E é um produto que não tem muitos mercados internacionais. Então, eu acho que recuperar o mercado ucraniano é uma prioridade. Eu pretendo, caso aprovado por V. Exªs, dar uma grande prioridade a esse tema.

Seriam, em síntese, a cooperação na área de saúde, para começar, e depois a cooperação na área comercial. Então, essas seriam as minhas principais prioridades, caso venha a receber naturalmente o beneplácito de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Vamos iniciar os questionamentos pelos relatores. Passo a palavra ao Senador Anastasia, que é o Relator.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Em seguida, o Senador Cristovam Buarque que é o Relator dos demais.

Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu gostaria de fazer uma observação e que V. Exª já provocasse a votação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Está aberto o processo de...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Já que está existindo aí, estamos acompanhando, uma crise gigantesca, ocorrendo aí fora, e o clima hoje é de muita conversa, de muitas reuniões, temos a convicção de que todos os Embaixadores estão aceitos e aplaudidos para que possamos abreviar...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Já está iniciado o processo, Senador Tasso.

Com a palavra o Senador Anastasia, Relator do Embaixador Paulo Roberto.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp; Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores, quero primeiro cumprimentar V. Exªs pelas exposições, a despeito da síntese. Em razão dos motivos que o Senador Tasso Jereissati acaba de trazer à lume, lamentavelmente a reunião terá que ser um pouco mais curta, em razão do momento que vivemos – aliás, cumprimento a Senadora Ana Amélia, que está com o figurino apropriado ao momento atual que vive o País –, eu gostaria de fazer aqui umas breves observações e seguir exatamente a ordem das exposições dos eminentes Embaixadores.

Primeiro, Embaixador Fernando Pimenta, para Costa Rica. Fez uma bela exposição. Nós percebemos que a Costa Rica, como é sabido, eu chamo de um país vitrine, é quase um modelo, porque é um país que não tem problemas militares, um país pacífico, sede da Universidade para a Paz, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, um país reconhecido pelo seu povo pacífico, pelo equilíbrio, pelo seu altíssimo Índice de Desenvolvimento Humano para os padrões latino-americanos, de fato, por um conjunto de circunstâncias que dão à Costa Rica quase uma imagem de oásis no meio da turbulência que a América Latina vive, viveu durante os últimos dois séculos praticamente.

Então, na realidade, V. Exª irá desempenhar suas nobres missões numa situação, digamos, se me permite, um pouco mais confortável até do que a de alguns países vizinhos, como Honduras, que é hoje o país mais violento das Américas pelos indicadores, ou mesmo Nicarágua e por aí vai.

Acredito que a relação entre o Brasil e a Costa Rica, V. Exª disse muito bem, tem que se centrar muito nessas circunstâncias especiais, exatamente no papel da Corte Interamericana, que um brasileiro, Dr. Roberto Caldas, preside, de tal modo para mostrar as defesas necessárias ou contrariamente para acompanhar a apuração no Brasil desses desvios. E evidentemente, por se tratar de um país latino-americano com grande prestí-

gio e liderança, não só na América Central e Caribe, mas em todo o continente, para que essa aproximação se faça cada vez mais robusta e próxima, de tal modo que nós possamos sempre ter um relacionamento positivo como nação.

Reitero que é sempre uma imagem que todos nós gostaríamos de ser. Claro que o tamanho, a pequena população, a sua dimensão favorece esse perfil. Claro, como disse, é sempre essa vitrine.

Então, faço votos que V. Exª desenvolva lá seu papel, seu trabalho, seu mister. Com essas características, tenho certeza de que será muito exitoso, porque não temos muitos problemas, felizmente, no caso da Costa Rica.

Embaixador Paulo Roberto, tive a honra e a satisfação de ter sido designado pelo Presidente da Comissão Relator de V. Exª. Conversamos muito sobre a experiência de V. Exª no Líbano, que V. Exª nem pôde aqui, pela exiguidade do tempo, trazer à tona. É uma experiência singular. V. Exª serviu num país numa zona de grande turbulência e efervescência e agora vai para um país que também sai disso, felizmente, já quase 20 anos depois de uma guerra civil terrível que enlutou aquela região dos Bálcãs, mas que agora está completamente serenado e pacificamente colocado.

A exposição de V. Exª deixou também bem clara a importância da Croácia não só do ponto de vista histórico naquela região balcânica, com a presença otomana, presença veneziana, a velha Ragusa, atual Dubrovnik, por exemplo, mas também a sua inserção na Comunidade Europeia e na União Europeia. E talvez tenha tocado a pedra de toque daquilo que é o mais importante: exatamente o papel da Croácia como aliada do Brasil nessas negociações, que são tormentosas, que são longas. E lamentavelmente até este momento não foram exitosas para o Brasil.

Eu mesmo participei no ano passado de duas missões, uma com a Srª Ministra de Estado da Agricultura, Senadora Kátia Abreu, e depois a convite do governo espanhol. Em ambos os casos, fomos a Bruxelas, conversamos com lideranças e percebemos de fato as dificuldades do famoso acordo entre a União Europeia e o Mercosul.

E percebemos de maneira muito clara a importância de países que não são líderes. Por exemplo, a Lituânia tem uma importância muito grande na agricultura, a Irlanda tem um papel importante e, certamente, a Croácia, que também não é um país grande, não é um país líder, digamos assim, na Europa, mas tem respeitabilidade e pode ser um aliado fundamental até pela proximidade e identidade, por esse gosto que os croatas têm pelo futebol, pela cultura brasileira, como V. Exª bem demonstrou, inclusive, aqui, no caso da presença da capoeira, do futebol, que nos aproximam. É um país mediterrâneo, sob certo aspecto, por isso mesmo mais aberto ainda do que eslavo. Aliás, na Croácia, todo os dias pela manhã, nós, homens, que trabalhamos de gravata, nos lembramos dela necessariamente.

Então, queria deseja a V. Exª também muita sorte, muita satisfação no exercício de suas funções em um país que – como tive a oportunidade de dizer a V. Exª – tive a honra de conhecer e com o qual fiquei encantado, não só por suas belezas culturais, históricas, paisagísticas, mas fundamentalmente pela graça e simpatia de seu povo.

O Embaixador Oswaldo Biato, dos três, talvez tenha pegado a situação mais delicada, se me permite. A Ucrânia, que V. Exª acumula também com a Moldávia, como V. Exª bem demonstrou, no desenrolar e na trajetória histórica, é uma região muito conturbada também, mercê de diversas invasões e de diversas guerras, inclusive uma recentíssima. Nós temos uma situação ali muito delicada. Economicamente, ao contrário da Croácia e da Costa Rica, a Ucrânia é uma potência, um antigo celeiro da Europa, tem também recursos sob o ponto de vista industrial e recursos naturais que são extremamente importantes para o Brasil.

V. Exª vai herdar o que mencionou há pouco: o imbróglio que é a questão desse acordo, do acordo espacial com o Brasil. Pelo que nós soubemos aqui, em uma reunião pública desta Comissão, tivemos prejuízos de centenas de milhões de reais que foram colocados nesse acordo e que, aparentemente, resultaram em nada. Já fizemos várias solicitações para indagar qual o tamanho do prejuízo que o Brasil teve – e não sei se a Ucrânia também teve – em relação a esse acordo que, lamentavelmente, foi um fiasco, um fracasso. Aí peço escusas, o Itamaraty não tem nenhuma responsabilidade, porque é a demonstração, mais uma vez, de um equívoco deste Governo que acumula – em um verdadeiro cadinho de dificuldades e de más notícias ao Brasil – também no seu currículo negativo o fracasso do acordo com a Ucrânia. Aliás, o programa espacial brasileiro não existe. É lamentável.

V. Exª vai, então, exercer as suas funções em Kiev. Acho que a potencialidade do intercâmbio comercial e econômico entre a Ucrânia e o Brasil é muito grande. Então, se nós conseguirmos superar essas dificuldades anteriores e, é claro, a Ucrânia também se acalmar um pouco, até em razão da presença da ameaça russa e da situação delicada que vive... Comentava aqui com a Senadora Ana Amélia a situação da Crimeia e também da Galícia de um modo geral. De fato, acredito que V. Exª terá oportunidade de ter ali uma proximidade econômica maior. É um país populoso. Ainda que tenha uma produção agrícola muito grande, tem necessidade

de insumos. Certamente nós, brasileiros, com a nossa *expertise*, com a nossa produção, teremos condições de aproximar bastante esse ponto.

Então, queria felicitar os três Embaixadores pela belíssima exposição. Como disse há pouco o Senador Tasso, tenho certeza de que vão representar muito bem o Brasil nessas três nações amigas, distintas entre si, mas todas elas com alguma similaridade com o Brasil e pontos focais de melhor desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Anastasia.

Concedo a palavra.... Ele está permutando, oferecendo à Senadora Ana Amélia para falar antes, o Senador Cristovam Buarque. Então, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Valdir Raupp, caros colegas Senadores, caros Embaixadores, na verdade, acho que hoje deveriam ter sido suspensas todas as nossas atividades aqui.

Presidi até há pouco a Comissão de Agricultura, tratando de um gravíssimo problema que afeta o seu Estado de origem, Santa Catarina, Senador Raupp, que é a questão dos javalis, uma espécie exótica que infestou o Brasil, com efeitos devastadores, principalmente com risco, em Santa Catarina, mencionado aqui por vários Embaixadores, porque é uma Zona Livre de Aftosa, sem vacinação há 26 anos, reconhecida pela OEA. É uma situação inédita – dentro de um território continental como o brasileiro – Santa Catarina ter essa zona de excelência, mas foi porque fez o seu dever de casa. Então, o risco da infestação por javalis na região sem os controles necessários pode contaminar com aftosa um rebanho de excelência como é o de Santa Catarina.

Começo com o Embaixador Pimenta, que vai para a Costa Rica. A Costa Rica está vivendo, como o Brasil, o problema do zika vírus. Em fevereiro, houve o reconhecimento de 31 regiões infectadas, com incidência da doença, e houve uma declaração de "guerra" – entre aspas – ao mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*. O Brasil também está vivendo neste momento o problema relacionado à transmissão do vírus da dengue, do chinkungunya e do zika, com as consequências que o vírus provoca, sobretudo em mulheres gestantes, como a microcefalia. Que informação o senhor tem sobre isso? E há troca de informações entre os dois países?

Há aqui uma referência – que V. Exª não mencionou e em que eu tenho muito interesse – sobre o sistema prisional, o sistema penitenciário da Costa Rica. Eu conheci o sistema cubano, em uma visita, há bastante tempo, quando Paulo Brossard era Ministro da Justiça. Estive em uma penitenciária em Havana. Lá os presidiários têm um regime de trabalho e de estudo, assim como na Costa Rica. Pudemos observar que a reincidência do apenado que fica recluso, mas que é submetido ao trabalho e à produção – dizem que o ócio é a oficina do demônio e das más ideias –, é de apenas 2% da comunidade carcerária. Esse é um fato que tínhamos que ver.

Outro setor sobre o qual a Costa Rica também tem informações a nos dar é o do turismo, porque é um país muito bonito.

Para o indicado a Embaixador na Croácia, eu digo que tive o prazer de ser Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Croácia, à época do Embaixador Drago, que está sendo substituído. Não cheguei a ir ao país. À exceção do açúcar e do minério de ferro, o Estado do Rio Grande do Sul produz carne, tabaco e soja, que exportamos. Nós temos essa relação. E eu promovi uma visita do Embaixador Drago ao Rio Grande do Sul, à época em que ele estava aqui. Mantivemos contato com a Federação das Indústrias e com todo o *staff* da área de governo.

A Croácia é um país muito católico, e ele esteve com o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. Também esteve no Comando Militar do Sul, pois a Croácia tem uma produção na área militar e de defesa bastante importante. O Brasil também podia exportar para lá.

Trata-se de um país novo, que já faz parte da União Europeia e que tem muita convergência com o Brasil. Eu conheço, como disse, a diáspora croata. Eu gosto de viajar, à exceção do trabalho, mas não conheço a Croácia, país em que o turismo é uma atividade muito forte, é uma fonte de divisas. Aonde formos, sempre encontraremos um croata trabalhando. Especialmente na área de hotelaria, de navios, de cruzeiros, sempre haverá croatas.

Embaixador Biato Júnior, que vai nos servir na Ucrânia, eu conheço a Ucrânia. V. Exª mencionou o fato de que houve a suspensão do acordo feito entre a Ucrânia e o Brasil. Eu gostaria de saber se não houve algum motivo para esse rompimento, alguma pressão por parte da Rússia, já que essa é uma área estratégica. É claro que é uma pergunta delicada para um diplomata. Esse é um ponto.

Outro ponto é que fizemos contato com o Embaixador da Ucrânia, que fala português fluentemente. Quando a Rússia invadiu a Crimeia, o Brasil assumiu uma posição, eu diria, em cima do muro, para usar uma expressão política. Há uma população ucraniana muito grande no Brasil. Especialmente no Paraná e no meu Estado existem descendentes de ucranianos. Aquele foi um momento dramático. Nós demos o espaço necessário aos ucranianos aqui residentes, mas gostaria de saber como está hoje a relação da Rússia com a Ucrânia, no caso da Crimeia, porque isso sempre causa impacto na questão da estabilidade interna desse importante país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, que é Relator da indicação de dois dos Embaixadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu sempre tenho muito prazer, Senador Raupp, de estar aqui nestas sabatinas. São ocasiões em que podemos ter diálogos muito mais elevados, do ponto de vista intelectual, do que em muitas das nossas atividades aqui. Hoje especialmente, porque tenho dois ex-alunos do Instituto Rio Branco. Isso me dá a alegria de vê-los Embaixadores, mas também me dá a consciência da minha idade. Os meus ex-alunos já estão Embaixadores, e pela segunda vez cada um!

Ao mesmo tempo que fico satisfeito, quando eu olho os três países, dá-me certo constrangimento: todos os três têm quase 100% da população alfabetizada. Interessante! E o Brasil lá atrás ainda. Dois dos países por algo que nós temos de reconhecer, apesar das críticas, que é a herança soviética. Em todas as críticas ao regime soviético, temos de reconhecer que, na educação, apesar do doutrinamento, deixaram marcas positivas. E também na saúde. Dois setores sociais. Isso a gente precisa reconhecer sempre. Tanto a Croácia quanto a Ucrânia tiveram um período longo de autoritarismo, de ditadura, com todas as desvantagens, sobretudo a Ucrânia, que sofreu tanto no regime de Stalin – um verdadeiro genocídio foi cometido por conta da política econômica de certa forma desastrada e, ao mesmo tempo, para privilegiar a Rússia como parceira da União Soviética; mas deixaram marcas positivas, que estão em todos os países que foram da União Soviética. Todos eles, inclusive o Cazaquistão, onde esteve o Embaixador, o Azerbaijão, todos os países, não só os europeus – embora haja uma discussão sobre se eles são europeus ou não lá no Azerbaijão. Por isso eu estou satisfeito.

Igualmente, estou satisfeito pela qualidade dos três Embaixadores. Mais uma vez, o Governo, que está sob tanta crítica, inclusive minha, já faz algum tempo, manda três Embaixadores para nós da carreira. Não aproveitaram algo até muito usado de utilizar as Embaixadas como forma de aposentadoria para políticos do Partido, da Base de Apoio, ou também para se livrarem de alguns opositores. O Governo manda aqui três grandes profissionais a serviço do Brasil!

Eu quero falar um pouco do caso do Biato. Ele ocupou um cargo – e eu fiz questão de acrescentar isso no meu relatório – dos mais importantes que a gente teve na política externa brasileira, que é cuidar da Europa. Não só porque a Europa é normalmente algo tão especial, mas sobretudo neste momento das migrações, que estão pondo em xeque o próprio futuro da Europa no seu conceito atual, seja ético, de respeito aos direitos, tomando medidas anti-imigração, seja também a ameça que sofre a Europa – a gente não pode desconhecer – de uma invasão por uma população muito grande, que pode desestruturar o tecido social e econômico. Eu cheguei a ter conversas com o Embaixador, durante alguns momentos, e pude perceber a competência, a sensibilidade como ele tem conduzido a relação do Brasil com os países da Europa; inclusive a Turquia está dentro da divisão dele e é onde está o foco do problema migratório com a Síria.

Eu creio que a gente tem de ver do Embaixador Paulo Roberto duas coisas: primeiro se ser embaixador tem esse *glamour* todo que todos dizem, mas ele ficou no Líbano, ficou no centro dos problemas, contou até viagens à Síria. E ele me disse uma coisa que é surpreendente também para nós, como alerta: da mesma maneira que eu usei o alerta do analfabetismo, eu uso agora o alerta da paz nas cidades.

Dizia-me o Embaixador Paulo Roberto que, no Líbano, ele dormia tranquilamente com os filhos adolescentes, porque lá não há violência urbana, violência de rua. Pode haver – e há, é claro – a violência de grupos sectários, a violência política. Houve guerra civil. Alguns dizem que continua a guerra civil, só que de outra maneira. Mas lá há paz nas ruas, não há essa temeridade que caracteriza viver hoje nas grandes cidades brasileiras de norte a sul.

Quanto ao Embaixador Fernando, estive olhando depois, com o tempo, o privilégio de, no meu período fora do Brasil, ter vivido em Honduras por quase dois anos. Eu circulei pela região. Eu ia de Honduras à Costa Rica num fusquinha que eu tinha, e dava para ir para lá sem problema naquela época, com tranquilidade. Pude acompanhar muito de perto o que é a Costa Rica. Depois, fui lá muitas vezes, porque fui não só do Banco Interamericano, mas também do Conselho da Universidade para a Paz das Nações Unidas. Cheguei a presidir o Conselho por um ano. Eu ia muito lá. É um país admirável. Como é possível, nessa região inteira da América Latina e ainda mais da América Central, o país não ter Exército há muitos anos, desde 1948, e o país ter uma educação com aquela qualidade? Basta ver que o nível de alfabetização é exatamente o mesmo do de países como os europeus. O país tem uma economia hoje que se está dinamizando pela alta tecnologia e graças à educação, que está atraindo investimentos nesse setor. Tem uma estabilidade social, uma desigualdade muito menor do que a de outros países do continente. Tudo isso se dá graças à educação. Tudo isso é resultado de algumas décadas de investimento na educação de base. Lá há grande universidades. Então, é um país admirável. A gente deve observar como o Brasil poderia dar certo se fizesse algumas coisas. Alguns dizem: "Mas é

um país pequeno." Um país pequeno tem a vantagem de ser pequeno e tem a desvantagem de ser pequeno, porque tem poucos recursos. O Brasil é grande, mas tem recursos suficientes.

Então, fico feliz de ver os três jovens Embaixadores indo representar o Brasil lá fora.

Finalmente, quero falar ainda sobre a Croácia. De vez em quando, aqui se discute se o Brasil deve ou não ter embaixadas em países que dizem ser menores. Primeiro, não gosto de falar isso, a não ser que se especifique que é menor no território, menor no PIB, mas não menor no genérico, pois não existe isso. Se tem bandeira, hino, presidente e parlamento, é um país. Mas a Croácia nos mostra a vantagem de com ela termos relação. Nos últimos anos, desde que abrimos a Embaixada, por 30 vezes, a Croácia se mostrou favorável a posições do Brasil, inclusive no Conselho de Segurança.

Aqui elogio a relação bilateral com a Croácia, permitindo isso. Não elogio o fato de haver votação para o Conselho de Segurança, porque tenho restrições ao fato de que o Brasil tem essa obsessão de sentar nesse Conselho, que, a meu ver, nem tem tanta importância mais. Além disso, traz uma desvantagem. O Brasil tinha de se caracterizar pelo que hoje chamam de *soft power*, o poder pelo jeito de ser, o poder pela moral, e não pelo *hard power*, o poder pelas armas. O Conselho é um poder forte, mas não é um poder que vai permitir que o Brasil se afirme no cenário das nações. É o poder cultural, intelectual e moral que vai fazer nós sermos um país protagonista no mundo. E há o poder econômico, e é aí que a gente está ficando para trás. No poder econômico, a gente está ficando para trás, porque ele só será forte se vier acompanhado de alta tecnologia, de alta produtividade, de capacidade inovativa, e isso vem da educação. Então, a Croácia é um exemplo de que vale a pena o Brasil investir.

Todos falam que a gente gasta muito dinheiro para ter essas embaixadas. O custo do Ministério das Relações Exteriores em relação ao resultado que a gente tem, talvez, seja o menor custo dos Ministérios. Eu quero que o primeiro dinheiro vá para a educação, mas, em educação, R$1 bilhão não faz tanta diferença assim! Precisamos de R$250 bilhões ou de R$300 bilhões para termos uma educação de base razoável, sem falar no ensino superior. Um bilhão de reais é mais do que todo o orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Tem retorno a presença do Brasil, tem retorno. E esse retorno só existe se estivermos em todas as partes. Não podemos ser um País que escolhe estar num ou noutro país, porque é grande. Grande o quê? O PIB? Mas não é por aí!

Então, fico feliz por estarem aqui dois países tidos como pequenos e tão importantes que nós estejamos lá. E um país como a Ucrânia, que é importante, é grande e é um país do qual a gente precisa muito nas pesquisas telespaciais.

Mas, hoje, eu quero pegar uma coisa da Ucrânia, Embaixador Biato, e fique à vontade se achar que a sua posição de Embaixador dificulta analisar isso. Eu queria saber o que aconteceu na Ucrânia, porque estou achando parecido com o Brasil, do ponto de vista do povo na rua. Como é que, na Ucrânia... Como chama a praça onde ficaram?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas tem um nome que ficou muito internacional.

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Euromaidan.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Euromaidan. "Maidan" é praça?

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O que aconteceu na Ucrânia que levou o povo a ir para as ruas? Depois, o que fez com que o povo nas ruas mudasse a Presidência da República? E, terceiro, que realmente não me lembro agora, se a mudança foi só da Presidência ou se mudou tudo; se, no fundo, não aconteceu lá aquela ideia de "fora todos", e não "fora" apenas o Poder Executivo.

Essas são as perguntas. Foi "fora todos" ou foi "fora" o Presidente? O que causou o povo ir para a rua e o que fez com que o povo ficasse na rua e por um bom tempo, se não me engano por 15 dias até?

Eu queria que o senhor nos dissesse um pouco o que aconteceu naqueles dias em Kiev e que está tão parecido hoje com o Brasil, pelo menos visualmente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Pelo que me consta, acho que as únicas perguntas, os questionamentos foram de V. Exª. Os outros Senadores acho que só fizeram comentários, mas, se outros Embaixadores quiserem também falar sobre alguma questão referida pelos Senadores, fiquem à vontade.

Passo a palavra ao Oswaldo Biato Júnior para responder às indagações do Senador Cristovam Buarque.

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Senador Cristovam Buarque, é sempre um prazer tê-lo aqui conosco.

A Ucrânia é um país que, historicamente, até pela própria evolução, uma parte, a oeste, ficou com o império austro-húngaro, e a outra parte ficou com o império russo. Isso levou, digamos, a um desenvolvimento pouco diferenciado.

O que eu acho que aconteceu na Euromaidan foi que o país já havia tido um governo pró-ocidental, do Presidente Yushchenko, do partido da Revolução Laranja, Orange Revolution. Foi um governo que não funcionou muito bem. Diante disso, ganharam forças, digamos, o sudoeste, mais próximos à Rússia, através do Presidente Yanukóvych, e, digamos, houve uma queda de braço entre duas visões do país: uma mais para o Ocidente e uma mais para o Oriente.

Naquele momento, o Presidente Yanukovich tinha uma política um pouco de julgar os dois lados; prometer uma certa aliança com os russos, mas, ao mesmo tempo, também se direcionar para a Europa, tentando um pouco obter vantagens dos dois lados. É um jogo muito perigoso. De fato, não funcionou muito bem. O que acontece é que, no momento em que ele, sob pressão da Rússia, decide não mais assinar o acordo de cooperação e parceria com a União Europeia, houve uma rebelião de um grupo importante de pessoas do Ocidente, da Ucrânia, da própria capital, Kiev, que viam nessa adesão aos princípios europeus um futuro mais promissor. E é muito comum, na Ucrânia, as pessoas apontarem o exemplo da Polônia.

Quando, em 1991, a Polônia, digamos, deixou de ser soviética, deixou de ser comunista, e quando a Ucrânia deixou também de ser soviética, em 1991, a Ucrânia era mais rica do que a Polônia. Tinha uma renda *per capita* mais alta que a Polônia. Mas, nesses anos de adesão da Polônia, em que os princípios europeus entraram, a Polônia hoje tem quatro, cinco vezes mais riqueza por habitante do que a Ucrânia. Então, eles pensaram assim: "Qual o futuro que nós queremos? Queremos esse futuro europeu".

Então, com isso, sobretudo jovens se insurgiram, ficaram lá e exigiram que o Presidente voltasse atrás, assinasse o acordo com a União Europeia. Isso acabou gerando esse movimento. No final, ele não aguentou, deixou o país, mas isso teve um custo: um certo inconformismo de pessoas que moravam na parte sudoeste, que eram mais pró-russas e que se insurgiram. Daí, então, o conflito de Donbass. Nesse sentido, acho que é um pouco diferente do Brasil, porque nosso problema é puramente interno, não há potências em torno nem modelos de países diferentes. Acho que o nosso problema é bem diferente.

Não sei se isso responde ou se haveria mais alguma...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso responde sobre a causa, mas agora eu queria um pouco sobre o movimento. Como eles chegaram à praça? Foi algum partido que convocou? Foi rebelião sem líder, como houve na Primavera? E como está havendo no Brasil, não é nenhum partido que está convocando o povo, é a internet, o partido é esse. Como foi lá? Houve partido por trás? Foi uma rebelião via internet? Como é que eles ficaram na rua, em vez de irem para casa depois da manifestação?

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Acho que foi basicamente um movimento espontâneo de jovens, muitas pessoas que viram aquele futuro promissor europeu fugir, à medida que aquele acordo era abandonado pelo Yanukóvytch. É preciso dizer também que os ucranianos são um pouco ingênuos ao acreditar que um mero acordo com a União Europeia vai fazer essa diferença toda, mas aquilo tomou uma simbologia de opção por um modelo ocidental, nível de corrupção, etc., e naquele momento isso foi muito forte. Agora, gerou reação de outra parte da sociedade que não queria, daí o conflito.

Hoje entrou em vigor finalmente o acordo de cooperação, parceria Ucrânia-União Europeia. Há uma parte política, pela qual os ucranianos são, digamos, obrigados a seguir uma série de normas europeias, em termos de independência judicial, direitos sociais, direitos políticos, inclusive, questões de gênero, homossexualismo, todo um pacote que eles assumiram através desse acordo. Mais recentemente, no começo do ano, entrou em vigor um acordo de livre comércio entre Ucrânia e União Europeia, que, para o Brasil, não é algo tão positivo, porque naturalmente nossas exportações vão ter que concorrer com as exportações da União Europeia, que paga tarifa zero, enquanto nós vamos ter que pagar uma tarifa mais alta.

Enfim, acho que foi um pouco a sensação daquelas pessoas de que o futuro promissor que elas tinham em mente estava sendo tirado pela opção de aproximação com a Rússia, que não tem as mesmas características da Europa.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Concedo a palavra ao Embaixador Fernando de Magalhães Pimenta, para responder aos questionamentos da Senadora Ana Amélia.

O SR. FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer os comentários positivos e as palavras de estímulo do Senador Anastasia.

Com relação às perguntas da Senadora Ana Amélia, não pensem que sou um adepto do turismo, mas vou começar por essa questão, já que o setor do turismo é muito importante para a economia costa-riquenha.

Eu tinha feito menção às duas últimas décadas. Nesse mesmo período, o turismo na Costa Rica pulou de 505 mil turistas, nos anos 90, para quase 2,5 milhões, em 2013. Só no ano passado, em 2015, o setor cresceu 5,5%, o que mostra o dinamismo do setor, que responde por uma alta percentagem na formação do PIB e se tornou realmente um setor muito importante na economia costa-riquenha.

Com relação ao sistema prisional, efetivamente, pode ser uma área interessante para a cooperação dentro desse espírito de que, na cooperação, tem que haver duas vias. Podemos absorver o que há de positivo no sistema prisional costa-riquenho, que curiosamente figura também como um elemento problemático na Costa Rica. Na Costa Rica, nessa área de direitos humanos, além da questão da fertilização *in vitro* e da violência doméstica, há críticas, nos relatórios, ainda quanto ao sistema prisional, mas, enfim, é uma área que seguramente deverá dar margem a uma cooperação.

Quanto ao zika vírus, é impressionante a velocidade como vai crescendo essa epidemia, porque eu me recordo que, em fevereiro, havia um único caso detectado de zika vírus na Costa Rica, que era um caso importado. Pouco depois, a imprensa já noticiou oito casos, que já eram autóctones. E a tendência é aumentar.

A Costa Rica, sobretudo nas zonas litorâneas, como Puntarenas, apresenta casos também de dengue, de chikungunya, de forma que é certamente um problema que tende infelizmente a se ampliar. Creio que essa também é uma excelente área para uma cooperação bilateral.

Finalmente, eu queria coincidir plenamente com o Senador Cristovam Buarque quanto às excelências, digamos, da Costa Rica, notadamente na área de alfabetização, porque, segundo a Unesco, em 2015, o índice de alfabetização da Costa Rica era de 97,8%, quase 98%, o que realmente coloca o país numa situação muito favorável, inclusive em termos mundiais.

Muito grato a todos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado.

Concedemos a palavra ao Embaixador Paulo Roberto Fontoura, para suas considerações finais.

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria agradecer muito aos Senadores Anastasia, Ana Amélia e ao meu professor Cristovam Buarque pelos comentários que foram feitos. Tomei a devida nota. Eu acho que, como eu lhe comentei, é uma agenda em construção e é hora justamente de investirmos, quebrarmos o gelo e construirmos uma coisa positiva, em que o Brasil tenha condições de captar investimentos e fazer uma série de outros projetos comuns.

Sem dúvida, não só a gravata é de origem croata, mas curiosamente também o dirigível, que se atribuiu muito à Alemanha, é croata. A Croácia tem uma série de invenções que poucas pessoas têm conhecimento devido ao alto nível cultural do país.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Eu gostaria de pedir à Senadora Ana Amélia que pudesse secretariar o processo de apuração.

Antes, porém, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se continuamos em reunião aberta para fazer a apuração da votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço à Mesa que faça a apuração dos votos.

Já está no painel?

São 11 votos favoráveis aos três Embaixadores.

Eu gostaria de parabenizá-los pelo excelente resultado da votação, desejar sucesso nessas novas missões que vão ocupar nesses países, representando o nosso querido Brasil, e agradecer o Embaixador João Carlos de Souza-Gomes, que é da Assessoria Parlamentar junto ao nosso Itamaraty.

Antes de encerrar, eu vou fazer a leitura de mais um relatório.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação

Como o relatório já é de conhecimento, eu vou dar o relatório como lido e concedo vista coletiva para a próxima reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até porque o Presidente está convocando uma sessão deliberativa no plenário agora.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pronto.

Então, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia trinta e um de março de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. Usam a palavra o Senador Ricardo Ferraço e a Senadora Ana Amélia, que solicitam inversão de pauta, que é aprovada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Mauro Luiz Iecker Vieira, para esclarecer a atuação de diplomatas da pasta na difusão de mensagens acerca do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado e outros, que "Requeremos, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, acerca da emissão, pelo Ministério, de telegramas a Embaixadas brasileiras com sede no exterior, alertando sobre um possível golpe político no Brasil." Prejudicado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III c/c art. 397, § 1º ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre matéria intitulada "ITAMARATY ENVIOU A EMBAIXADAS CIRCULARES COM ALERTA DE "GOLPE", veiculada no jornal O Globo na edição do dia 22 de março de 2016." Prejudicado. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço. EXTRAPAUTA: ITEM 4) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos do artigo 218, VII, combinado com o art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do empresário e ex-presidente da Vale, Roger Agnelli, juntamente com demais membros de sua família, ocorrido no dia 19 de março de 2016, em São Paulo - SP, bem como a apresentação de condolências a sua família." Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Passa-se, então, à PAUTA – 1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA para debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil. Convidados: Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, Subsecretário-Geral Político III do Ministério das Relações Exteriores; Arlene Elizabeth Clemesha, Professora de História Árabe do curso de árabe da Universidade de São Paulo – USP; e Hussein Kalout, Professor da Universidade de Harvard. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta reunião. O Presidente concede a palavra a cada um deles para suas exposições. Usam a palavra os Senhores (as) Senadores (as) Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Tasso Jereissati e Sérgio Petecão. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores para novas considerações. O Presidente registra a presença do senhor Cláudio Geribello, Presidente da Conferência Nacional das Igrejas Evangélicas do Brasil – CNIEB. O Presidente agradece a presença dos participantes. Audiência Pública realizada. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216 e do artigo 96-B, do RISF, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, as informações que se seguem." Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro a realização de audiências públicas no contexto da avaliação de política pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B e em face do requerimento da no 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016. Audiência 01: Política comercial comprometida com a expansão comercial das empresas brasileiras, • Sugestão de data: 19 de maio de 2016. Audiência 02: Assistência a brasileiros, migração e atração de capital humano para o Brasil, • Sugestão de data: 08 de junho de 2016. Audiência 03: Modernização da cooperação para o desenvolvimento do governo brasileiro, • Sugestão de data: 23 de junho de 2016. Obs.: as sugestões de datas deverão ser ratificadas pela

presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional." Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro ao Ministério das Relações Exteriores, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa nº 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016, o que se segue." Aprovado. ITEM 7) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que "Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, no período de 19 a 21 de abril de 2016, com o propósito de participar de missão oficial aos Estados Unidos, a convite da Embaixada Americana no Brasil. A viagem tem por finalidade conhecer as políticas públicas desenvolvidas pelo setor de produção de energias renováveis, no estado da Califórnia. O itinerário será cumprido por meio de encontros com autoridades e entidades gestoras do sistema elétrico das cidades de Los Angeles e de São Francisco, além de visitas a plantas de produção de energia solar do estado, com o intuito conhecer as iniciativas desenvolvidas e implementadas neste setor. Comunico ainda, nos termos do artigo 39 - inciso I, que no período de 17 a 24 de abril de 2016, estarei ausente do País." Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, Srªs Senadora, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Peço desculpas por ter chegado um pouquinho atrasado. É que os senhores não imaginam como é difícil dar nó na gravata com a mão esquerda. Eu sempre fui um homem de esquerda...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Depois eu lhe dou algumas sugestões de como fazê-lo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu gostaria de fazer uma proposta a V. Exª, se não houver objeção, evidentemente, dos nossos Pares. Há requerimentos sobre a mesa, antes que nós iniciássemos o nosso importante e relevante debate sobre as relações do Brasil com o Oriente Médio.

Nós estamos requerendo a presença do Ministro das Relações Exteriores, o Chanceler Mauro Luiz Vieira, nesta Comissão, para esclarecer os fatos e a atuação de um diplomata do corpo do Itamaraty que se valeu da máquina pública, de expediente público, para promover negativamente o nosso País e as nossas instituições na tentativa de mobilizar as chancelarias mundo afora, irresponsavelmente, de forma deplorável, por assim dizer, deteriorando o valor das nossas instituições, todas elas, dando conta de que no Brasil estaria em curso um golpe de Estado.

Sr. Presidente, a utilização de máquina pública, de expedientes absolutamente institucionais para esse tipo de propaganda, uma propaganda parcial, mentirosa, isso precisa de esclarecimentos. Eu me refiro à ação do Ministro Milton Rondó Filho.

Por esses motivos é que nós precisamos ter aqui o chanceler, para conhecermos a veracidade desses fatos, a motivação que presidiu esse servidor público para atuar em nome do Estado brasileiro. Porque o Itamaraty não pode continuar sendo órgão de Governo, precisa retomar a sua tradição e reputação de ser órgão do Estado, para impedir que esse tipo de militância partidária difamando o nosso País e as nossas instituições possam promover negativamente o nosso País.

São tempos, de fato, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito estranhos e muito esquisitos. Portanto, a presença aqui do Chanceler se faz necessária e a inversão da pauta, para que nós possamos votar, sem mais delongas.

É a proposta que faço a S. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na mesma linha do Senador Ferraço, eu também apresentei à Comissão dois requerimentos, um deles na mesma linha do Senador Ferraço a respeito da atuação do Diplomata Milton Rondó Filho, já explicado bem pelo Senador Ferraço, e outro requerimento de informações ao Ministro Mauro Vieira sobre um suposto plano secreto para evitar que o ex-Presidente Lula venha a ser preso, que teria asilo na Embaixada da Itália.

É uma questão que foi publicada pelo repórter da *Veja*, Robson Bonin, com um detalhamento muito bem engendrado. Como se trata de, digamos, asilo político, relação com embaixada de um país amigo, como a Itália, mesmo que o embaixador tenha negado, eu penso que seria conveniente que o chanceler se manifeste sobre essa mirabolante operação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Eu entendo que há um desejo unânime da Comissão para que nós iniciemos a nossa reunião de hoje pela segunda parte, pela parte deliberativa, para depois fazermos a nossa audiência pública.

Vou colocar em votação os requerimentos. Três já estavam na pauta previamente anunciada, e agora dois requerimentos extrapauta, da Senadora Ana Amélia, que, se não houver objeção da Comissão, submeterei à deliberação logo em seguida.

Três requerimentos, que já estão incluídos hoje na Ordem do Dia, dizem respeito ao mesmo fato: telegramas emitidos por um funcionário responsável por um setor que confesso que não sabia que existia, Combate à Fome, no Itamaraty. Na verdade, há um setor de combate à fome. Há governos em que há setores com vontade de comer, ali há o setor de combate à fome. Parece que é generalizado, mas em todos os setores do Governo, não só no Itamaraty, existe uma repartição com esta finalidade de combater a fome.

É um fato efetivamente grave, porque uma das características do Brasil que nos diferencia, para melhor, de muitos países emergentes é o fato de termos aqui instituições democráticas que funcionam – o Estado de direito, uma Constituição que é respeitada –, muito diferente, por exemplo, da Venezuela, da Bolívia, de Cuba, mesmo a Rússia, que é outro emergente que luta também para atrair investimentos. Realmente é espantoso que um funcionário do Itamaraty se dedique a essa atividade de dizer para o mundo inteiro que não temos instituições que funcionam, que é um golpe de Estado em marcha.

Aliás, ele simplesmente reverbera o discurso da Senhora Presidente da República, que faz hoje discursos monotemáticos, só trata disso, inclusive tendo reunido representantes da imprensa internacional para...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Difamar o País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. Para alardear algo que prejudica o País objetivamente. O País que está precisando de investimento, precisa mostrar ao mundo que aqui temos instituições que funcionam, temos segurança jurídica. É uma pena que isso esteja acontecendo.

No que diz respeito a esses telegramas, o próprio Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Danese, já esclareceu que esse telegrama foi emitido sem autorização superior e que, logo em seguida, esse funcionário foi desautorizado. Mas, de qualquer maneira, é um episódio que merece e precisa ser esclarecido.

Portanto, há dois requerimentos que pedem a convocação do Ministro e um requerimento que simplesmente formula o convite.

Queria propor aos membros da Comissão que votássemos o convite e, se porventura não fosse atendido, seria transformado em convocação. Mas adianto, desde já, que o ministro se prontificou a vir à Comissão já no dia 14. Portanto, aprovaremos o convite que, aliás, já foi previamente aceito, uma vez que o Ministro já se dispôs a vir, mediante entendimento que tivemos com S. Exª, à Comissão para tratar desse assunto, evidentemente, e de outros tantos da nossa política externa.

Se estiverem de acordo, vamos proceder desta forma: aprovamos o requerimento de convite, prejudicando os demais.

De acordo? (*Pausa.*)

Portanto, aprova o do Senador Ricardo Ferraço, ficam prejudicados os demais requerimentos, inclusive esse formulado pela Senadora Ana Amélia, que não tem, como fulcro, o mesmo fato, mas algo que também deverá ser objeto de indagação com a presença do ministro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu me considero atendida, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – *Ah*, não, o requerimento da Senadora Ana Amélia é um requerimento de informações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas podemos abordar isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, estão todos os demais prejudicados.

Eu queria, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, comentar o fato de que tivemos aqui, na última audiência pública que realizamos, a presença do ex-presidente da Vale, Roger Agnelli. Creio que todos nós ficamos profundamente chocados com a sua morte, e eu creio expressar o sentimento de todos aqui na Comissão, o sentimento da nossa profunda consternação, e prestar a nossa homenagem a esse que foi um dos mais talentosos executivos brasileiros de sua geração. Se todos concordarem, vamos enviar as condolências da Comissão a sua família.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu cumprimento a iniciativa de V. Exª, até porque ele esteve aqui na Comissão, numa audiência, uma semana e pouco antes...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E ele estava cheio de energia, cheio de entusiasmo, olhando para a frente. Realmente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, e foi brilhante em tudo que falou, com a experiência que tem, do conhecimento da China. E é realmente chocante...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Otimista em relação ao Brasil, foi realmente uma tragédia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Ferraço inclusive havia mencionado que ele estava num corredor, vindo para cá, e aí ciceroneou o Agnelli, e em uma semana estava morto em um acidente trágico e inexplicável. Toda a família acabou morrendo. Então eu queria cumprimentar V. Exª pela referência e pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Senador Ferraço, V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – De igual forma, quero trazer aqui formalmente o abraço do povo capixaba. Nós fizemos uma homenagem ao Dr. Roger Agnelli na última segunda-feira, em nosso Estado. Não apenas a Vale do Rio Doce, não apenas a capacidade empreendedora privada perdeu, mas o Brasil perdeu um dos melhores e maiores talentos da sua geração.

O depoimento que ele deu aqui sobre o que representa ou o que pode representar a China para o nosso País foi algo extraordinário. Eu me lembro perfeitamente de uma frase, Senadora Ana Amélia, dita aqui pelo nosso já saudoso Roger Agnelli: dizem que a China vai crescer menos. *O.k.*, ela vinha crescendo o correspondente a três Alemanhas por ano. Ela vai crescer este ano uma Alemanha e meia, o que é algo absolutamente estupendo para esta realidade que nós estamos vivendo.

Então essa homenagem, Sr. Presidente, esse registro é muito importante, e eu quero trazer aqui o meu abraço à família, sobretudo à sua mãe, porque foi uma tragédia extraordinária.

O concurso aqui do Senador Anastasia.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade para dizer a V. Exª que há um fato importante que não pode e não deve passar despercebido, Presidente. A Assembleia Nacional da Venezuela aprovou no dia de ontem a lei da anistia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, era o segundo ponto que eu ia abordar nestas informações à paróquia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Então eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu acho que não pode passar despercebido, e nós precisamos emitir uma manifestação de louvor e de congratulação a essa nova postura política da Assembleia Nacional da Venezuela, Sr. Presidente, porque preso político não é circunstância, não é conjuntura de país civilizado.

Nós estávamos há pouco aqui discutindo essa questão, essa controvérsia, para falar o mínimo, desse funcionário do Itamaraty difamando o Brasil lá fora, de que as nossas instituições aqui são vulneráveis, enquanto nós estamos vendo a Venezuela, pelo menos a sua Assembleia Nacional, fazer o inverso. Quer dizer, votar a anistia para que esses presos políticos possam retomar a sua vida e a sua cidadania.

Portanto, nós que somos apaixonados pela democracia, que somos intolerantes no convívio com as liberdades individuais, a liberdade de expressão e assim por diante, precisamos enaltecer, porque já há manifestações do Presidente Maduro de que deve vetar e de que, portanto, esse assunto pode ser judicializado pela Alta Corte da Venezuela, essa sim, que não tem autonomia, que não tem independência, porque é manipulada pelo Poder Executivo, diferentemente da nossa Suprema Corte aqui, que é uma Suprema Corte formada, em sua plenitude, por homens absolutamente constituídos.

Então eu acho que uma manifestação à Assembleia Nacional da Venezuela, por ter tomado uma decisão importante, relevante como essa, de conceder anistia aos presos políticos que foram covardemente e cruelmente intimidados, presos, enfim, pelo governo do Presidente Maduro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado. Parabéns a V. Exª pela iniciativa, que está evidentemente aprovada, porque vai na linha da nossa manifestação anterior.

Agora vamos dar início, então, à audiência pública.

Esta audiência pública é dedicada a debater a situação no Grande Oriente Médio e as suas consequências sobre a ordem mundial e sobre a política externa do Brasil. Ela se realiza em atendimento ao requerimento da ilustre Senadora Gleisi Hoffman e meu – situação e oposição tomando iniciativas conjuntas.

Nós temos a honra de receber aqui três debatedores, a quem eu convido para tomar assento à mesa: o Embaixador Fernando José Marroni de Abreu; a Profª Arlene Elizabeth Clemesha e o Prof. Hussein Kalout.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.

Quero cumprimentar aqui os nossos debatedores. Tenho certeza de que vai ser uma audiência muito importante, assim como foi aquela em que debatemos as relações entre Brasil e China.

Eu gostaria, Sr. Presidente, só de indagar. Eu tinha feito também dois convites: ao pesquisador Salem Hikmat Nasser e também ao Prof. Reginaldo Mattar Nasser. Eu não sei se a Comissão conseguiu ou não um contato, o que aconteceu que eles não puderam estar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O primeiro não respondeu. O segundo, depois de confirmado, cancelou por motivos de força maior.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas foram feitos os convites.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Embaixador Fernando José Marroni de Abreu é Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III. Tem sob a sua responsabilidade as relações com a África e com o Oriente Médio, bem como a coordenação dos assuntos relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Ele, anteriormente, chefiou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e foi nosso Embaixador na Jordânia.

A Profª Arlene Elizabeth Clemesha é responsável pela cadeira de história árabe do curso de árabe da Universidade de São Paulo. Desenvolveu pesquisas sobre a questão judaica e a história da Palestina moderna. A professora tem criticado os esteriótipos sobre o Oriente Médio e tem participado de debates sobre a questão dos refugiados. Ela bem observou recentemente que não são os países europeus que recebem o maior fluxo de refugiados, mas sim a Turquia, o Paquistão, o Líbano, o Irã, a Etiópia e a Jordânia.

O Sr. Hussein Kalout é cientista político brasileiro e professor da Universidade de Harvard. Ele colabora como professor coordenador do curso de mundo islâmico organizado pela Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, em parceria com o Instituto Rio Branco. Ele tem participado de várias discussões sobre o conflito na Síria e o fenômeno do chamado Estado Islâmico.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação dos nossos ouvintes e telespectadores. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários, com perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, ou no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós vamos começar, então, a ouvir os nossos convidados. Eu gostaria de conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Embaixador Fernando Marroni de Abreu, por 20 minutos.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – Bom dia! Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srªs Senadores, Srs. Senadores, senhoras e senhores, gostaria inicialmente de agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann por haver proposto o tema desta audiência, e por ter sido aceito por esta Comissão. Acho que será uma boa oportunidade par debatermos assuntos referentes à região que são cada vez mais presentes no debate político e na cena internacional.

Eu queria também fazer um pequeno esclarecimento e dizer que eu sou responsável pelas relações do Brasil com a África e com o Oriente Médio. Na nossa definição de Oriente Médio, não estão incluídos Irã, Paquistão e Afeganistão, que também são temas da proposta. Então, eu queria pedir desculpas, antecipadamente, por não me ocupar desses três países. Tenho certeza de que temos dois acadêmicos de grande conhecimento e renome, que poderão nos ajudar neste debate, mas eu queria, repito, pedir desculpas, antecipadamente, porque não tenho competência funcional para tratar desses três países.

Se me permitirem, vou fazer uma apresentação em PowerPoint que fará, inicialmente, referência a alguns dados, para enquadrar um pouco o debate, e, depois, também a alguns temas sumários do relacionamento do Brasil com esses países. Evidentemente, acho que a parte mais importante serão as eventuais perguntas e respostas, no momento posterior.

Queria mencionar que, na nossa área de competência, o Brasil possui embaixadas num grande arco de países do Oriente Médio *stricto sensu* e do norte da África. E os senhores verão que só não temos embaixadas no Barém, Comores, Djibouti, Iêmen e Somália; e temos embaixadas em todos os 17 países árabes da região, mais Israel. Portanto, temos embaixadas em 18 países; e esses 18 países também têm embaixadas no Brasil.

Próximo, por favor.

Aqui estão listadas as embaixadas e as distintas capitais.

Próximo, por favor.

E aqui há o quadro comparativo. Então, repetindo, 18 embaixadas estrangeiras no Brasil e 18 embaixadas brasileiras na região.

Próximo, por favor.

Aqui, uma rápida referência à evolução do comércio entre a região e o Brasil. Os senhores verão que houve, de modo geral, uma curva crescente, com um declínio considerável em 2012, mas foi fortemente retomada nos anos seguintes. E, em 2015, fruto da queda dos preços do petróleo e da crise econômica internacional, houve uma redução que não afetou exclusivamente a região, mas todo o comércio internacional.

Próximo, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Esses valores, percentualmente, o que representavam na época, em relação ao todo, e o que representam hoje em relação ao todo?

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – Eu não fiz esse estudo, Senador, mas é factível. Se o senhor quiser, nós podemos fazê-lo e enviá-lo nos próximos dias.

Aqui eu vou fazer uma rápida apresentação sobre o comércio do Brasil com os principais parceiros. A Arábia Saudita é um deles. E, de um modo geral, reflete a mesma curva geral, com um desempenho mais favorável a partir de 2010.

Próximo, por favor.

Com os Emirados Árabes, é ainda mais crescente essa curva e mais favorável ao Brasil.

Próximo.

Argélia. Como nós somos importadores de gás, temos um saldo comercial muito importante. E é uma curva diferente das anteriores, é mais equilibrada, é mais estável.

E, no Egito, que é um dos principais parceiros, é o principal parceiro econômico e comercial do Brasil na África, nós temos uma curva que se repete, mas, comparável ao cenário geral. Eu queria reforçar que o saldo comercial do Brasil é muito importante, é o mais importante de todos.

Próximo, por favor.

Israel também é um parceiro econômico-comercial muito importante, mas temos um saldo negativo.

Próximo.

Na Síria, houve uma redução sensível, evidentemente, a partir da evolução do conflito militar e da guerra civil, que começou a ocorrer a partir de março de 2011. E, evidentemente, isso afetou, com muita seriedade, o comércio bilateral.

A Somália não é um parceiro muito importante. Então, é só um dado para complementar.

Se puder seguir, por favor.

E aqui, sim, há um quadro que, de certa maneira, ajuda já a responder ao Senador Ferraço com os valores das informações, embora não haja o componente percentual.

Aqui, rapidamente, uma *pizza* distribuindo e comparando a nossa capacidade de exportação com importação. É um comércio relativamente equilibrado.

Próximo.

Aqui, a evolução da execução orçamentária da cooperação. Conforme o Senador Aloysio Nunes Ferreira mencionou, eu fui Diretor da Agência Brasileira de Cooperação e eu queria aproveitar para fazer também uma referência à importância do nosso modelo de cooperação. Eu queria mencionar que seria importante nós termos mais recursos orçamentários para evoluirmos nessa direção, porque os senhores podem ver que, a partir de 2010, 2015, a nossa capacidade de implementação e de execução de projetos foi seriamente afetada.

O seguinte, por favor.

Aqui, rapidamente, para dar também a riqueza da nossa capacidade de cooperação. Talvez nós sejamos o principal ator de cooperação técnica no modelo de cooperação sul-sul. E nós temos capacidade de intercâmbio de experiência com os vários países do hemisfério sul em diversas áreas. E isso aqui demonstra.

Por favor, o próximo.

Aqui, rapidamente, a execução de cooperação sul-sul com os países da região. E há, evidentemente, uma concentração grande na Argélia. Nós temos um projeto na área de saúde e outro na área de produção e lapidação de gemas, um projeto muito importante, que fez com que a Argélia criasse um curso e uma universidade na área de Tamanrasset, que é na parte desértica da Argélia. Então, aí está uma explicação. Eu queria também reforçar a importância da Palestina, que é um país que merece e que tem recebido alguma cooperação, mas todo esse contexto de cooperação do Brasil está prejudicado pela ausência de fundos necessários para nós evoluirmos.

Próximo, por favor.

Aqui, rapidamente – não vou entrar em detalhes –, estão alguns exemplos dos projetos de cooperação. Eu já mencionei esse projeto de produção de gemas lapidadas, que é um projeto importante que hoje nós já não temos condições de manter. E a Argélia, reconhecendo a importância desse projeto, resolveu alocar um valor importante para complementar e para dar continuidade a esse projeto.

Próximo, por favor.

Aqui, na Palestina, também já mencionei, há um projeto de desenvolvimento urbano. Nós temos também um projeto que está sendo negociado com a Itália para cooperação na área de tribunais de pequenas causas e também com o IBGE, na área de demografia.

Próximo, por favor.

Aqui, uma rápida referência aos acordos em vigor com todos os países, divididos em cinco categorias. Os senhores verão que nós temos um importante espectro institucional de acordos com esses países já, o que reflete, evidentemente, a qualidade do relacionamento do Brasil com a região.

Aqui, também um outro quadro que mostra outra possibilidade análise de verificarmos o nível das visitas ocorridas do Brasil, classificando em diversas categorias. Os senhores verão que não é um quadro tão rico e tão amplo, mas é muito importante, se nós formos fazer a caracterização. Nos últimos 20 anos, houve uma evolução muito grande. E a frequência da presença de autoridades, seja do Brasil na região, seja da região no Brasil, aumentou exponencialmente.

Próximo.

Aqui, a visita ao Brasil. E há, comparativamente, um maior número de autoridades estrangeiras recebidas no Brasil que no exterior.

Próximo, por favor.

Aqui, já passando a um contexto mais específico, é a crise na Síria. Evidentemente, esse mapa é superado a cada dia. A evolução ainda é crescente. Felizmente, há uma evolução favorável depois da decisão russa de retirar as tropas e, com isso, de forçar a negociação entre as partes envolvidas.

Já houve uma série de reuniões em Genebra, com intermediação do representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, e há uma perspectiva relativamente otimista de um diálogo com alguns resultados. Já se decidiram quais são os temas a serem negociados. As partes já estão sentando e conversando. Evidentemente, não há nenhuma medida concreta ainda, mas há um cenário bem melhor do que se nós formos comparar aos seis meses anteriores.

Próximo, por favor.

Aqui é a presença do Estado Islâmico, que também já está superado. Deve ser do conhecimento de todos que o exército sírio fez um esforço concentrado e conseguiu retomar Palmira, que é uma cidade que não é estrategicamente tão importante, mas é culturalmente muito importante. O Estado Islâmico destruiu alguns bens que são patrimônio da humanidade, declarados pela Unesco, e era politicamente importante essa retomada, embora militar e estrategicamente não fosse uma questão muito relevante.

Outro tema que certamente poderá atrair a atenção das senhoras e os senhores será a questão Israelo-Palestina. Temos a Profª Arlene, que é especialista na questão. É só para mencionar, inicialmente, a proposta de partilha, o mapa, como era, e o armistício de 1949.

O seguinte, por favor.

Aqui está a questão dos assentamentos, que é provavelmente a variável isolada que complica enormemente a resolução da questão israelo-palestina, porque Israel, a partir de 1967, ocupou a Cisjordânia e começou, paulatinamente e mais fortemente nos últimos anos, a incrementar a política de assentamentos e, com isso, pode eventualmente comprometer uma possível solução para a questão israelo-palestina.

Próximo.

Aqui são alguns tópicos específicos para tentar sumarizar a importância do relacionamento do Brasil com a região. No norte da África, nós temos, conforme já mencionei, um dinamismo importante, que se renovou na última década. O comércio também evoluiu no período de 2000, passando de US$2,1 bilhões para US$6,7

bilhões. Há importantes investimentos do Brasil na região, basicamente no Egito, mas não exclusivamente no Egito. Do ponto de vista político, é necessário reforçar a atuação da Argélia no Marrocos, com uma tentativa de estabilizar a região. O Marrocos, por exemplo, organizou uma série de diálogos e debates políticos, que concluíram com o Acordo de Skhirat, em benefício da estabilização da Líbia. A Argélia, por outro lado, foi a principal coordenadora do diálogo de estabilização do Sahel e principalmente do Mali.

Próximo.

O quadro político, evidentemente, no norte da África, a partir de 2011, com o início da insatisfação popular na Tunísia, foi afetado em toda a região, com evoluções distintas. Nós tivemos um processo de muito sucesso, altamente positivo em termos políticos na Tunísia. No Egito, houve uma evolução, com a derrubada do regime Mubarak e depois a eleição de um Presidente da Irmandade Muçulmana, que foi eleito democraticamente, e depois houve uma retomada do regime militar com o Presidente Sisi.

O Brasil, evidentemente, tem acompanhado com toda a atenção a evolução dos aspectos políticos na região, e tem manifestado, dentro de suas possibilidades, a vontade de cooperar politicamente com os países, sempre procurando também considerar os interesses da população desses países.

Na Tunísia, eu já mencionei. Aqui são os dados mais específicos, a Primavera Árabe, que é um processo que teve um reconhecimento internacional, inclusive com a concessão do Prêmio Nobel ao Quarteto de Diálogo Nacional tunisiano. Isso explica o equilíbrio, a sabedoria das lideranças políticas, das lideranças religiosas e de uma série de atores políticos, que conseguiram levar a Tunísia a um bom porto.

Próximo.

O Egito tem uma história diferente. Começou – já fiz menção – com uma manifestação em janeiro de 2011, que acabou por derrubar o regime Mubarak. Depois, em 2013, houve a eleição do Presidente Mohamed Morsi, que veio ao Brasil – inclusive foi a primeira visita de um chefe de Estado egípcio ao Brasil – e que, posteriormente, por dificuldades na execução de suas políticas, foi derrubado pelo então Ministro da Defesa e atual Presidente, Sisi, que retomou, mais ou menos, a característica do controle militar sobre o processo político egípcio.

O Brasil ainda tem manifestado preocupação quanto à questão da segurança. As senhoras e os senhores têm conhecimento de que houve um atentado seriíssimo em um avião russo, que matou 224 pessoas, e ainda é um componente de uma certa instabilidade no Sinai, em que o regime egípcio não tem um controle absoluto e há uma série de incidentes de segurança que tem afetado o Egito e pode, eventualmente, se espraiar pela região.

Próximo, por favor.

A Líbia é um caso mais grave ainda. Com a derrubada do regime de Kadafi, grande parte do arsenal mantido pelo governo foi distribuído por todo o norte da África, e isso gerou uma séria instabilidade e até hoje afeta os países do Sahel e a Líbia, especificamente. Já mencionei o acordo apoiado basicamente pelo Marrocos, coordenado pelas Nações Unidas, que gerou o acordo de Skhirat e fez com que houvesse movimentos entre o Parlamento de Tobruk, que é uma linha mais liberal, e o governo de coordenação, que está em Trípoli.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – Que é uma linha de ordem mais islamista e que tem mais dificuldades.

Também essa relativa anomia na Líbia levou a que o Estado islâmico se instalasse em algumas regiões da Líbia, no norte, no litoral, em Sirte, o que tem gerado preocupações de vários atores internacionais, e há a expectativa de que, se houver implementação dos acordos e esse governo puder passar a atuar, com isso consiga estabilizar e receber também, eventualmente, apoio militar, inclusive das potências internacionais que gostariam de estabilizar a região

Próximo, por favor.

Marrocos e Argélia já mencionei. Fizeram um movimento diferente. Não houve uma ruptura institucional. Esses dois países conseguiram, por razões diferentes e modos diferentes, fazer uma adaptação institucional, modernizar o seu acordo político interno e, com isso, evitaram movimentos populares e conflitos como ocorreram na Síria, na Líbia e no Egito.

Omã é um país mais estável, diferente da região. Não está afetado por movimentos populares, mas está seriamente afetado pela queda dos preços de petróleo, pois é altamente dependente da exportação de petróleo. Gostaria de mencionar a importância do nosso relacionamento bilateral, porque a Vale tem um investimento de US$2 bilhões no porto de Sohar, no norte de Omã.

Estou terminando, Senador.

A Arábia Saudita é o principal parceiro...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu pediria ao senhor, antes de concluir, que pudesse dar uma palavra a respeito da concessão de vistos para aqueles que querem vir ao Bra-

sil: onde está sendo feito, de que recursos o nosso Ministério dispõe para a concessão de visto humanitário, mesmo de refúgio, como a nossa lei permite.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – Sim, Senador.

Então, rapidamente, a Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. Temos um bom relacionamento.

Houve recentemente uma reunião da Aspa, que é a reunião da América do Sul com Países Árabes, organizada em Riad, e o Brasil também tem acompanhado com equilíbrio o conflito entre a Arábia Saudita e o Irã.

Próximo.

O Iêmen também é outra fonte de conflito. Houve uma intervenção coordenada pela Arábia Saudita, composta pelos demais países do Golfo. Esse conflito tem um ano de duração já, com enfrentamentos importantes militares, ainda sem uma perspectiva de solução.

Quanto ao Iraque, também fizemos um esforço grande de retomada do relacionamento, reabrimos a nossa embaixada, temos uma presença diplomática lá. É um parceiro que tem um potencial econômico e comercial muito grande, mas ainda está afetado pela crise econômica, pela queda dos preços do petróleo e pela questão da dívida bilateral, que ainda não foi resolvida com o Brasil.

Emirados é um parceiro com um histórico muito positivo. Não há conflitos, tem um grande potencial econômico. Temos feito esforços para incrementar ainda mais as relações, e há uma forte presença de empresas brasileiras na região.

Catar é a mesma coisa, o mesmo perfil dos Emirados.

A Síria é a área que tem requerido mais atenção. Retiramos o nosso embaixador e os demais funcionários da embaixada. Estão atualmente albergados em Beirute, mas temos enviado, com frequência, seja encarregado de negócios, sejam diplomatas, que vão, ao menos uma vez por mês, a Damasco, para manter contatos e para analisar a situação. O Brasil tem procurado também contribuir para a solução da crise humanitária no País.

O Líbano é um parceiro histórico. Há uma presença importante de população de origem libanesa no Brasil, e também o Brasil lidera a Força-Tarefa Marítima da Unifil no País.

Eu já mencionei a questão de Israel e Palestina. Eu acho que a professora provavelmente terá condições de abordar com mais detalhe.

Eu vou interromper rapidamente aqui, só para comentar em relação à solicitação do Senador: o Brasil já concedeu cerca de 9 mil vistos para sírios, cerca de 2,5 mil efetivamente já vieram ao Brasil, receberam o *status* de refugiados do Conare. Também fizemos o esforço de doação.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – O Brasil, representado pelo Ministro Mauro Vieira, compareceu a uma reunião de doadores em Londres, em que o Brasil anunciou que doaria US$1,3 milhão e também faria uma doação de alimentos, provavelmente arroz.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador, por suas informações.

Eu concedo agora a palavra à Profª Arlene Elizabeth Clemesha.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Obrigada, Senador.

As fontes políticas da atual instabilidade do Oriente Médio, para sistematizarmos e resumirmos de uma maneira com a qual consigamos trabalhar, podem ser estabelecidas como sendo três basicamente. Fontes essas com capacidade de afetar o mundo, a instabilidade na região e repercussões que podem chegar até mesmo ao Brasil.

Quais seriam essas fontes de instabilidade política no Oriente Médio hoje? Em primeiro lugar, a falência dos regimes árabes pós-coloniais e a sua impossibilidade de continuar garantindo, através da via autoritária, repressiva, a estabilidade doméstica e regional. Então, chegamos ao momento de um ciclo de encerramento da possibilidade de esses regimes árabes, sejam eles repúblicas seculares, sejam monarquias, continuarem garantindo a estabilidade interna, doméstica e regional. Isso afeta toda a região, não um país ou outro.

A segunda fonte de instabilidade é a ascensão do jihadismo após um século de oscilações entre momentos de crescimento e momentos de declínio de diferentes formas, diferentes matizes, diferentes nuanças de islamismo radical, mas que hoje desemboca, dada a situação – derivada inclusive da falência desses Estados, da capacidade deles de manter a estabilidade –, na ascensão, que para alguns apareceu como inesperada, de um jihadismo extremo na região, com todas as suas repercussões.

A terceira fonte de instabilidade é uma questão que parece pontual, mas tem repercussões muito amplas, que vão para além do mundo árabe, mesmo, que é a situação de Jerusalém, que acaba sendo um ponto

de intersecção da última questão colonial do Oriente Médio, que é a questão da Palestina, com a crescente questão religiosa, enquanto foca o centro dos olhares e atenções de muçulmanos – e não só muçulmanos, evidentemente – de todo o mundo.

Finalmente, eu acho que não adianta pensarmos que são questões distantes do Brasil, porque, afinal de contas, por mais que a presença do Brasil seja tardia em relação a outros países – aliás, para o nosso bem, porque isso significa que não tivemos um papel colonial e colonialista dentro do Oriente Médio, por sorte, não queremos isso –, mas o Brasil está presente na região. Primeiro, participando da missão de paz da Unifil, que passou da liderança da missão marítima para a missão terrestre, em um país, o Líbano, que está sofrendo a influência, está sendo sugado para dentro do conflito sírio. Então, temos uma presença na Unifil, nessa missão de paz, em um país que está sendo sugado para dentro do conflito da Síria, com lutas sectárias acontecendo em várias cidades – cidades que estão divididas, onde há bairros lutando contra bairros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Líbano?

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – O Líbano.

Em segundo lugar, o Brasil tem justamente cumprido o nobre papel de dar refúgio, principalmente, a sírios que vêm de lá, o que significa que não só temos um papel lá, como temos uma presença mundial. Eu acho que cabe a todo o mundo, na verdade, ter esse papel de atender aos direitos dos refugiados sírios. E o Brasil tem atendido, na medida do possível, ao que se sabe, a todas as solicitações de vistos que já chegaram. Inclusive, hoje de manhã, há uma notícia no jornal, um processo que já vem de alguns meses de possível aliança ou acordo, melhor dizendo, entre a União Europeia e o Brasil, para receber refugiados.

Antes de continuar com esses três pontos de conflito, eu queria dizer uma rápida palavra sobre a atenção que precisamos ter, a meu ver, para esse tipo de acordo.

Nós tivemos uma experiência prévia extremamente bonita, por um lado, e problemática por outro, que foi a recepção de refugiados palestinos há cinco ou seis anos, se não me engano. Refugiados que já tinham sido refugiados da Palestina e que estavam acampados havia cinco anos na fronteira entre o Iraque e a Jordânia. O Brasil recebeu cerca de 150 desses refugiados, que foram divididos ao chegar ao Brasil: um grupo foi para Mogi das Cruzes – acompanhei de perto este grupo – e outro grupo foi para o Sul.

As condições de recebimento do grupo de Mogi das Cruzes, com o qual eu tive contato, foram muito problemáticas. As intenções foram ótimas, a execução foi péssima.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por que, doutora?

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Porque não tiveram a devida assistência em termos de aprendizado do português.

Então, eles estavam em situações, às vezes, de enfrentar as filas do SUS, que nós sabemos que já é muito difícil para o brasileiro, quanto mais para um imigrante que não fala português. Ao chegarem a Mogi das Cruzes, em vez de serem alocados juntos, em um bairro próximo ou dentro do mesmo bairro, foram espalhados pela cidade. Então, ficaram isolados, sem papéis, sem trabalho. Os papéis demoraram para sair. Não conseguiam trabalhar.

Na integração deles, houve mais um fator de complicação: o fato de que o outro grupo havia ido para o Canadá e, segundo o contato que tinham com o grupo do Canadá, lá eles estavam recebendo todas as assistências que poderiam desejar, e, no Brasil, não estavam conseguindo, por mais que houvesse a vontade política de dar assistência. O ACNUR foi muito falho, pelo que ouvi falar, a agência do ACNUR, que estava ali para recebê-los. Não quero também entrar em detalhes, porque não conheço, mas o acompanhamento disso tem que ser muito cuidadoso.

E mais um elemento que acho que é de grande alerta em relação ao acordo possível com a União Europeia é que, a meu ver, o Brasil não pode jamais aceitar uma situação de receber os rejeitados da Europa. Se formos receber – e acho que temos que receber, temos condições de receber –, tem que ser refugiados que estão saindo da Jordânia, do Líbano ou da Turquia, tentando chegar a Europa, porque imagine uma pessoa que atravessou o Mediterrâneo em um bote inflável, que atravessou pântanos e fronteiras, que pulou arame farpado para chegar à Alemanha, onde não consegue ser integrada, e recebe uma proposta de vir para o Brasil, que acaba aceitando, afinal de contas, porque não tem nada melhor. Ela já chega em um estado de espírito muito complicado. Então, acho que temos, sim, que receber. Pode fazer parceria com a União Europeia para que fundos ajudem, para que a expertise ajude, mas que venham diretamente das zonas e não aqueles que já fizeram um esforço. Estou usando como exemplo o caso dos palestinos, que viram seus companheiros irem para o Canadá e passaram a invejar, lamentavelmente, apesar de muitos também elogiarem o Brasil, o acolhimento brasileiro, a hospitalidade...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A boa vontade.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – a boa vontade, mas a infraestrutura...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas aí a sugestão é fechar, não deixar vir? Vamos rejeitar?

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Não, de forma alguma. O que estou dizendo é que, o acordo sendo feito – e acho excelente que se faça –, se tenha como alvo aqueles refugiados que ainda não chegaram à Europa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas é um processo de escolha, uma coisa difícil para o Brasil também, acho, porque estamos lidando com seres humanos.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Justamente. Porque estamos lidando com seres humanos é que devemos dar prioridade para aqueles que ainda não conseguiram entrar na Europa, porque esses seres humanos querem entrar na Europa porque sabem que há condições na Alemanha.

Eu tenho uma aluna do curso de árabe que está trabalhando na Alemanha justamente com refugiados. Ela ensina alemão para refugiados sírios. Ela falou que o cuidado que o governo alemão está tendo com esses refugiados é imenso e, mesmo assim, os problemas são muito grandes. Eles são divididos em quatro grupos. O primeiro grupo é o grupo de crianças, que são educadas, treinadas para poderem entrar no sistema escolar alemão. O segundo grupo são jovens com potencial de entrar na vida acadêmica. Por quê? Porque têm um *background* bom, porque são de famílias de posses, com condições de estudo passado e já vêm com um nível. O terceiro grupo é aleatório. É um grupo que junta de tudo, pessoas que têm nível de formação passada e pessoas que não o têm. São dão aulas de alemão. E todos eles serão escolarizados em aulas de alemão, na tentativa de recebê-los. O quarto grupo, com o qual ela trabalha – ela tem um projeto para atender esse grupo –, é um grupo que está, principalmente, no limbo. São idosos, são pessoas que não sabem se vão ficar, são pessoas que não sabem se vão receber os papéis. Estão no limbo total. Então, ela descreveu esse trabalho. Eu gravei essa entrevista e ainda quero publicá-la. Ela mostra que há um enorme cuidado e, mesmo assim, há pessoas que estão no limbo. Há grupos que vão para as aulas e, depois, não aparecem, somem, porque a condição delas é muito frágil.

Então, a minha preocupação é que o Brasil receba com condições, que receba olhando a experiência dos países que já receberam e que faça um acordo que seja responsável com a União Europeia e não um acordo que seja tão conveniente para a União Europeia, mas não para nós.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É que, na teoria, isso parece fácil. Na prática, é mais difícil.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Com certeza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Na prática, nós temos o exemplo dos haitianos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos prosseguir na exposição da professora. Depois, seguramente, isso será matéria de debate.

Professora.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Isso é um reflexo desses três pontos que mencionei: a falência desses Estados, a missão do jihadismo e a questão de Jerusalém.

Eu não vou entrar a fundo nesses três pontos, até porque acho que há, para as repercussões locais, muitos outros pontos, derivações deles que nos interessam.

Inclusive, para a instabilidade local, eu só me esqueci de falar que temos também muitos brasileiros lá, inclusive alunos nossos da USP, que estão na Palestina e vão para lá porque querem trabalhar nas ONGs, porque querem se envolver com aquela questão, porque querem se engajar, querem dar algum tipo de participação àquele problema, que é um problema político, humanitário, histórico, que é o problema da Palestina, no qual, aliás, o Brasil tem um papel, a partir do momento em que Oswaldo Aranha presidiu a sessão da ONU que realizou a partilha da Palestina em 1947, em 29 de novembro.

Então, só para entendermos esses três pontos, as suas consequências e possíveis potencialidades. O ponto um, a falência dos regimes árabes pós-coloniais, tem um caráter histórico, como eu estava dizendo. Ele vem de um processo de meio século de tentativas de lidar com as questões internas, problemas econômicos, endividamento do Estado e revoltas da população, que foram constantemente reprimidas, até que essa última onda de revoltas, que começou em 2011, expôs a fragilidade desses Estados.

São Estados, portanto, que, sim, muitos sobrevivem, outros entraram em processo de fragmentação. Os que sobrevivem o fazem com um alto grau de investimento externo – por exemplo, o Egito voltou a receber US$1,5 bilhão dos Estados Unidos, depois que tinha sido interrompido, na medida em que ascende, cresce o jihadismo no Sinai e os Estados Unidos viram que o mal menor seria apoiá-los na luta contra esse jihadismo; o apoio de potências regionais, como os interesses turcos, sauditas, iranianos, que estão sempre jogando den-

tro desse cenário; e os próprios elevados recursos que muitos desses Estados, inclusive monarquias, no caso, têm da extração de petróleo e gás.

Agora, o nível de repressão da população, o nível de prisões políticas, o nível de torturas acontecendo, o grau de perseguição e tentativa de manutenção da tampa nessa panela de pressão e os conflitos já deflagrados, principalmente na Síria, Iraque, Líbia, Iêmen, mostram que são processos políticos, regimes esgotados, que entraram em um processo de esgotamento, e que, nesse processo, acabou-se abrindo a caixa de Pandora do sectarismo religioso, que é um problema antigo. Aliás, se formos falar...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Religioso e político também.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Religioso e político. Aliás, se formos ver a questão do Islã, na sua origem e na sua concepção filosófica original, não há nem como separar uma coisa da outra.

É, portanto, uma questão que eu chamo de caixa de Pandora, porque não se sabe até onde pode chegar e porque, em momentos passados, não chegou a representar causa de conflitos. Ou seja, é uma questão de que podem coexistir as várias correntes religiosas, denominações religiosas que surgiram na própria origem do islamismo, consolidaram-se em um processo de cem, duzentos anos, e que vêm aprendendo e encontrando fórmulas de conviver ao longo de toda a história árabe islâmica, mas que, no atual contexto, pós-século XIX, acabam sendo instrumentalizadas em diferentes conflitos, sejam eles absolutamente internos, sejam de intervenção externa, como foi a norma, principalmente do XIX para o XX. E hoje a falência desses Estados abre a inserção dessa questão extremamente complicada dentro do contexto das guerras civis.

O exemplo da Síria – eu não quero sequer me alongar muito, inclusive porque já fizemos uma certa divisão aqui –, quer dizer, a própria transformação da Síria na guerra civil, a partir de 2011, significou que, a partir de 2012, já havia enormes quantidades de armas e recursos afluindo para essa guerra. E, a cada aumento da quantidade de armas, de influência, de engajamento mesmo da coalizão liderada pelos Estados Unidos, há um aumento do engajamento, das armas, do envolvimento do outro campo que busca manter Assad no poder.

Então, em cada momento em que Assad esteve quase encurralado, tivemos um novo aliado entrando para resgatar a manutenção dele, o *status* dele, a permanência do regime. Isso aconteceu, primeiro, quando o Irã entrou como aliado do Assad, quando o Hezbollah entrou para, novamente, alterar o jogo, fazê-lo pender para o lado de Assad, mantê-lo no regime, e, finalmente, quando a Rússia entrou também no novo momento em que Assad estava extremamente frágil. Ou seja, essa dinâmica, a partir do momento em que a revolta da população foi transformada, propositadamente, em uma guerra civil –, porque, afinal de contas, uma guerra civil tem leis próprias e é muito mais complicado, às vezes, para a própria opinião pública internacional massacrar uma população desarmada do que empreender uma guerra civil contra elementos armados –, a partir desse momento, a guerra pareceu, simplesmente, não ter solução, pela próprio papel dos atores regionais e internacionais, que são aqueles que, no final das contas, vão decidir o futuro dessa guerra.

O que a gente vê como propostas ou possibilidades de solução não passam muito de uma tentativa de congelar o *status quo*, de congelar a conflitividade, de baixar o nível de beligerância, atribuindo certa autonomia para aqueles grupos nas suas localidades, o que é extremamente complicado, porque, como eu estava dizendo, às vezes, há cidades divididas, bairros lutando contra bairros. Então, às vezes, nem é uma região da Síria que está sob controle de um grupo, mas são regiões absolutamente fragmentadas.

Bom, alguns desses agentes externos estão longe de querer garantir autonomia para as regiões da Síria, como, por exemplo, a Turquia, que não quer a autonomia dos curdos. E a coalizão nacional síria também, os seus representantes, também não quer ver nada que se aproxime de uma fragmentação da Síria. A unidade nacional do país é visto como um elemento muito caro, muito importante para a oposição, para o Exército Livre da Síria.

Então, isso é só um exemplo da Síria, de como ela entra em uma dinâmica de guerra civil. Os outros casos, o Iraque, a partir da ocupação norte-americana, a deposição de Saddam Hussein, a degringolada da segurança e do exército iraquiano e a transformação desse grupo que foi originalmente a Al-Qaeda do Iraque no chamado Isis, Estado Islâmico ou como queira chamar. E com uma característica muito particular em relação ao que era a Al-Qaeda antes de Osama Bin Laden. Enquanto a Al-Qaeda de Osama Bin Laden, em geral, recomendava que não se atacassem xiitas, Al-Zarqawi e Al-Qaeda, no Iraque, que se transformou no Isis, se transformou através de um método de atacar xiitas, de fomentar a guerra sectária, de conseguir estabelecer o seu poder através de um fomento da guerra sectária.

Nesse ponto, então, levanto a segunda questão, a questão do islamismo político, da ascensão do islamismo político. Ora, o que pareceu ser, talvez em alguns contextos, uma surpresa, como, por exemplo, quando, no meio da revolta no Egito, a chamada Revolução no Egito, de 2011, depois de uma semana daquele setor progressista jovem nas ruas, ocupando a praça Tahrir, a irmandade muçulmana resolveu entrar na revolta. Até então, não havia entrado. E, quando a Irmandade Muçulmana entra, entram atrás dela os salafistas, saindo do campo do Egito, e as pessoas que estavam na cidade, a população do Cairo, sequer podiam imaginar quem

eram aqueles barbudos que estavam aparecendo em cena. Conheço correspondentes egípcios, conversei com pessoas que viram essas cenas e se espantaram.

Mas, evidentemente, quando se olha para a história do século XX no Egito, ela mostra que houve duas fontes de instabilidade interna, de movimentos disputando o poder dentro do Egito, movimentos de oposição ao regime de Gamal Abdel Nasser, seguido por Sadat e Mubarak, que foram os movimentos marxistas ou de inspiração marxista e o movimento islamista.

O regime militar egípcio jogou com essas duas forças. Ele começa reprimindo, colocando, em 1954, a Irmandade Muçulmana na cadeia, mas, quando a pressão da esquerda começa a crescer dentro do Egito, tira a Irmandade Muçulmana da cadeia para que eles combatam essa esquerda. Então, houve uma aliança tática, muitas vezes, entre os regimes – e não só no Egito, mas em outros países, esses regimes que menciono – para se conseguir manter dividida a oposição interna a esses regimes e manter o regime no poder.

A Irmandade Muçulmana passou a disputar centros acadêmicos no Egito e em outros países, com essa esquerda; passou a disputar organizações sindicais, de advogados. Em todos os âmbitos em que havia a possibilidade de uma esquerda opositora ao regime crescer, o regime colocava a Irmandade Muçulmana naquele momento para abafá-la. E, quando convinha – porque aí, digamos assim, a correlação de forças já estava mais conveniente –, o regime entrava em uma repressão sangrenta: entrava nos bairros da periferia do Cairo, onde a Irmandade Muçulmana tinha sua base forte, massacrando-a e mantendo-a, então, sob seu tacão, como foi, por exemplo, o massacre de Hama, em 1982, na Síria também. Hama era a sede, o berço da Irmandade Muçulmana na Síria.

Depois desse processo, então, no fim das contas, quem estava organizado? Quem tinha inserção social? Quem tinha trabalho, inclusive de assistência junto à população? Os grupos islamistas. E, com esses grupos islamistas, a partir do momento em que mais uma vez a Irmandade Muçulmana, com a deposição do Morsi, é colocada de lado e é, de fato, combatida em diversos momentos – a não ser na Tunísia, onde ela consegue muito habilmente se manter na coalizão de poder –, abre-se espaço, dentro desse campo de radicalismo islâmico ou islamismo político, para a ascensão dos radicais salafistas, da corrente há muito, muito tempo financiada, apoiada por financiadores sauditas e que acaba tendo como expressão máxima hoje o Isis. Não estou dizendo que o Isis tenha financiamento direto da Arábia Saudita; é um processo longo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Mas não se comprova.

Prossigo: é um processo longo de apoio a esse tipo de grupo.

Portanto, a ascensão do islamismo político também não pode ser vista como algo novo, saído do nada; é parte dessa longa história do século XX, responde à dinâmica desses Estados que mencionei no começo.

E o terceiro ponto – em que não vou entrar em detalhes agora, justamente depois de o Embaixador dizer tanto que eu poderia falar sobre a Palestina, mas porque se esgotou o tempo – é Jerusalém, onde acontece, vou só mencionar, a chamada Intifada das Facas. Não só em Jerusalém: em toda a Palestina histórica; territórios ocupados; em Israel, palestinos de Israel também participam desse movimento. É um movimento espontâneo, que não é organizado, que é difícil justamente porque não tem uma liderança. É um movimento que está tanto contra o governo israelense como contra as representações palestinas. São pessoas que estão absolutamente desesperançadas, perderam completamente a confiança, a fé, a perspectiva de qualquer solução para aquela situação, para as suas condições de vida. A sua perspectiva é nula. É o que faz com que saiam com uma faca na mão, um belo dia, para tentar, de alguma forma, se expressar. E acabam, e sabem que vão ser mortos, porque já foram cerca de 200 assassinatos do exército israelense contra palestinos nessa situação.

Só para finalizar, Jerusalém representa um ponto de interseção, como eu estava dizendo, de muita fragilidade, de muita vulnerabilidade, por causa do teor religioso contido nessa cidade. E é por esse motivo – a cidade de Jerusalém Oriental é ilegalmente, segundo a lei internacional, ocupada por Israel e anexada por Israel – que a Autoridade Palestina e a sociedade civil palestina já fizeram inúmeros apelos para a ONU, para a comunidade internacional, para que seja deslocada para lá uma força de paz da ONU, internacional, que possa garantir a estabilidade de Jerusalém e abafar essa fonte de conflito que é a disputa pelo espaço dentro da Cidade Velha, entre os símbolos religiosos dessa cidade de Jerusalém.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, professora.

Agora, vamos ouvir o professor Hussein Kalout.

O SR. HUSSEIN KALOUT – Bom dia a todos.

Senador, muito obrigado pelo convite. Parabenizo-o por essa iniciativa.

Srªs e Srs. Senadores, a minha apresentação, a dividirei em três blocos. No primeiro bloco, falarei da conjuntura síria, mas de uma perspectiva um pouco diferente da Profª Arlene, muito mais da perspectiva do processo de negociação para o fim do conflito a partir da intervenção da Rússia. O segundo tópico será sobre a questão iraniana e como o acordo nuclear do Irã retraciona a dinâmica da segurança coletiva no Oriente Médio. O terceiro tópico será especificamente sobre os desafios da questão palestina e quais são os cenários de futuro e riscos para a política externa brasileira. Por fim, tentarei fazer uma liga entre cada um desses tópicos a partir da perspectiva da nossa política externa.

Evidentemente, talvez, o cenário, hoje, no Oriente Médio, seja o mais grave de toda história recente da região, desde a Segunda Guerra Mundial, desde o fim do período colonial europeu. Basicamente, o que percebemos, hoje, é a fragmentação nacionalista em franca expansão em vários países, a acentuação de um pseudoconflito sectário, que, no fundo, na verdade, é um conflito de natureza mais geopolítica, e o crescimento do terrorismo em toda a região. A questão, hoje, na minha percepção, não é acabar com o Estado Islâmico, mas, sim, como acabar com a ideologia que, após cinco anos, o Estado Islâmico conseguiu enraizar e arraigar em algumas sociedades naquela região e também no mundo.

Quanto à questão síria em particular, acho que a entrada da Rússia foi um fator crucial, um *game changer*, mudou a dinâmica do jogo geopolítico, especialmente na medida em que é uma grande potência internacional, uma potência nuclear engajada efetivamente no processo do conflito armado. A partir daquele momento, se traçam novas fronteiras tanto no campo de batalha quanto no campo das negociações diplomáticas.

A Rússia, ao decidir entrar, tinha três objetivos essenciais: primeiro, mostrar que a coalizão internacional composta pela União Europeia e Estados Unidos não era uma coalizão real e efetiva focada na destruição do Estado Islâmico; segundo, a Rússia precisava reafirmar a sua presença no Oriente Médio da perspectiva militar; e, terceiro, manter o bloco de elemento político a ela dentro daquela região, a interligação entre Irã, Iraque, Síria e Líbano. Esses são os três objetivos. Para tanto, precisava, nesse caso, atingir o Isis em três pontos nevrálgicos: destruir a infraestrutura operacional, destruir a infraestrutura logística e destruir a infraestrutura financeira. Sem a destruição dessas três infraestruturas não é possível, no campo de batalha ou no terreno *underground*, limitar o poder de expansão do Estado Islâmico. Essa foi a estratégia russa, o que que prova que a coalizão internacional não tinha esse objetivo em particular. Na coalizão internacional, se levantarmos o número de bombardeios, localização e objetivos alcançados, na verdade, o que se fazia era a tentativa de impedir que o Estado Islâmico avançasse sobre áreas já dominadas pela oposição, mas, ao mesmo tempo, se facilitava a expansão do Estado Islâmico sobre as áreas controladas pelo regime sírio.

Essa é a estratégia da fragmentação. Eles queriam criar um novo *status quo*, uma condição de fato no território para levar à fragmentação, na medida em que não era possível eliminar ou destruir completamente a estrutura do regime sírio. Essa estratégia russa muda o equilíbrio, o peso das forças no terreno, limita o avanço da oposição sobre áreas do regime e fortalece o regime e seus aliados no campo de batalha para recuperar áreas estratégicas em aliança com os curdos, que tentam selar a fronteira norte e a fronteira sudeste com a Jordânia.

Bom, qual é o objetivo disso? No fim, no fim, toda e qualquer negociação internacional vai gerar sobre os resultados logrados no terreno, não será balizada a partir da perspectiva da Turquia ou da Arábia Saudita ou de outros atores interessados nessa equação. Apesar de alguns países terem o mesmo objetivo – no caso, Turquia, Arábia Saudita e Catar –, o objetivo máximo seria a queda do regime, mas cada um dentro desse objetivo tem a sua estratégia e tem o seu objetivo pontual, que não necessariamente simétrico a outro país. Um pequeno exemplo: da perspectiva cátaro, a queda do regime significa a constituição de um partido protótipo da Irmandade Muçulmana e ungir aquele partido ao poder. Não é esse o objetivo saudita necessariamente, nem o objetivo turco, apesar de o objetivo macro ser a derrubada do regime.

A retirada da Rússia, como se anunciou nos últimos dias, não é uma retirada, vamos dizer, consistente, quer dizer, a Rússia não se retirou do campo de batalha, como se anunciou; retirou o excedente de força que levaram para o território sírio. E levaram duas infraestruturas diferentes: a primeira, a infraestrutura aérea; e a segunda, uma infraestrutura delimitada a partir do abate do avião russo pela força aérea turca. Então, essa retirada é tática, não é estratégica. Isso é importante que seja dito.

As negociações. Qual é o cenário e qual é o futuro? Basicamente, depois dos atentados de Paris e depois da exposição da política estratégica da coalizão internacional que operava a partir de Turquia, que, na verdade, era uma coalizão muito mais para inglês ver do que uma coalizão efetiva para destruir o Estado Islâmico, e, depois dos atentados de Paris e de Bruxelas, a narrativa europeia muda quanto ao conflito. Ela muda porque percebe que, na verdade, o conflito é muito maior do que a queda do regime e o conflito hoje é parte da fronteira europeia, muito pela inércia das potências europeias e muito por ações mercadológicas a partir da compra e da venda de armas com alguns países do Oriente Médio. Então, isso altera essa dinâmica.

E, aí, eu entraria, no final, na questão brasileira, quanto aos refugiados sírios que a Arlene muito bem realçou aqui. Percebe-se quanto à Síria uma mudança de narrativa dos países europeus, que hoje precisam resolver o problema de qualquer forma, e nem sequer a queda do Assad, ou a mudança do *layout* do regime vem a ser essencial, não é mais essencial. Contudo, há outros atores envolvidos nesta equação. E como é que você vai resolver esse problema com os seus aliados, neste caso, Turquia, e no outro caso, Arábia Saudita?

Na minha percepção, o mandato do Asssad tem, praticamente, se não me engano, algo em torno de um ano e alguns meses. A tentativa de esticar a negociação de uma forma elástica até o final do ano, daí derivam-se dois teoremas dessa equação: primeiro, se, ao fim do ano, perceber-se que um republicano nos Estados Unidos vem ao Poder, a estratégia saudita e a estratégia turca mudarão, e não será por um regime de transição. Se um democrata, no caso Hilary Clinton, ascender ao poder, querem uma transição rápida, ou seja, não vai haver clima para fazer uma eleição, não há possibilidade de se fazer uma eleição minimamente séria. Então, haveria um governo tampão que, no final, levaria à retirada ou à saída do Presidente sírio, mas com a manutenção da espinha dorsal do regime.

Esses são os cenários palatáveis da perspectiva da oposição síria, não da perspectiva do regime.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUSSEIN KALOUT – Para a Rússia, como grande potência, tudo é negociável. A Rússia se preocupa, em primeiro lugar, é com a manutenção do bloco do alinhamento a sua estratégia e, em segundo lugar, com a permanência do regime. A percepção russa é diferente. A Rússia, na verdade, já fez um grande favor para os Estados Unidos e para Israel, indiretamente, e ninguém fala disso. Qual foi? A retirada das armas químicas das mãos do regime sírio. Eles forçaram indiretamente o regime sírio a assinar um acordo de renúncia a armas de destruição em massa e entregaram isso de bandeja para o governo norte-americano. No fundo, a Rússia, jogou um papel dual: o da proteção de seus interesses e do regime que é vinculado aos seus interesses e, ao mesmo tempo, o de auferir e atender uma demanda americana que é muito mais crucial do que a queda ou não do regime, que, para os americanos, é objeto de barganha dessa perspectiva.

Nesse ponto, vem a questão do desmantelamento do Estado Islâmico ou a queda do Estado Islâmico. Para mim, a queda do Estado Islâmico dentro da fronteira síria é questão de tempo. O problema não é mais esse. O problema é que, em cinco anos de conflito, há uma geração de jovens de 11 ou 12 anos que foram cooptados e estão com 17 ou 18 anos. Eles foram criados dentro de uma ideologia X. Desmantelar a infraestrutura logística, operacional e financeira do Estado Islâmico, na minha percepção, é um detalhe hoje. O desafio é como fazer um trabalho de recuperação de uma geração que se criou dentro dessa atmosfera, que foi doutrinada dentro de valores religiosos que não correspondem ao islamismo real. Esse é o grande desafio e é isso que a Europa percebe que está enfrentando hoje, porque, se olharmos os atores que levaram à impetração dos atentados, alguns são de origem árabe, mas outros são nacionais europeus. Quer dizer, eles têm um problema real dentro da sua fronteira. Como vai ser esse trabalho de desmantelamento dessa ideologia? Eis a questão e esse é o grande desafio no que se refere às consequências do conflito sírio.

Já no que se refere à questão iraniana, e disse que falaria disso, acho que o Irã é um ator crucial para o Brasil. Estamos falando de um país em franca ascensão internacional, de um país que tem aproximadamente 90 milhões de pessoas, com uma classe média consistente, com um poder real de mercado, de um país que é uma potência regional, de um país que olha o Brasil ou a política externa brasileira a partir de um ângulo muito privilegiado. Por isso, escrevi que o Ministro Mauro Vieira, quando foi ao Irã, foi uma ação extremamente estratégica e importante. Foi justamente por essa percepção, por essa visão, quanto ao Irã em particular, de tentar compreender como será dado o desmantelamento do regime de sanções contra o Irã, que ocorrerá em etapas, em fases.

Nós discutimos a questão nuclear iraniana dizendo que o acordo foi bom ou não foi bom, que o acordo poderia ter sido melhor, que o acordo não poderia ter sido melhor, quais as consequências. Primeira consequência: isso vai alterar a dinâmica da segurança coletiva do Oriente Médio, isso vai mudar a correlação de forças entre os atores. Terceira: isso mudará a posição do Irã no cenário internacional junto às grandes potências. Se partirmos do pressuposto de que temos as seis maiores potências do mundo sentadas, ao longo de três, quatro meses, com os seus chanceleres, negociando cara a cara com o governo iraniano, essa não é uma negociação simplista, uma negociação apenas para se chegar a um entendimento para o desmantelamento do acordo nuclear. E dou um dado importante para os senhores. Era um pacote de um acordo. É a parte nuclear e a parte do futuro da região. Isso é que é importante entender.

Entre julho de 2015 até dezembro, nesse período em que se assinou o acordo, julho, na verdade, do ano passado, 110 delegações empresariais do ocidente e da Asia visitaram o Irã. Cerca de 15 países em representa-

ção de alto nível – falo praticamente de Ministros de Estado, ou de Vice-Ministros de Estado – visitaram o Irã, em sua maioria, países europeus, da Europa Ocidental e do leste asiático.

Então, é essa percepção que temos que ter e olhar. E, quando se fala de Irã, é muito mais complexo de que se imagina. Para você entender melhor, é preciso fazer uma cruz, é a primeira coisa. A parte de cima é a parte dos teocratas, a parte de baixo da linha é a parte dos republicanos. Então, o Irã é dividido em dois blocos e, dentro desses dois blocos, em outros dois blocos. Então, temos quatro blocos políticos, dois se alinham na parte de cima, dois se alinham na parte debaixo. No bloco dos teocratas, os conservadores estão à direita, vamos dizer assim, o grupo do Habibollah Asgarowladi, e a parte à esquerda dos teocratas seria o grupo de Ahmadinejad ou do líder supremo Aiatolá Ali Khamenei, que seria a parte à esquerda da linha teocrática. Na parte de baixo, dois grupos de republicanos: moderados e reformistas, não são a mesma coisa. Essa, muitas vezes, a dificuldade de tentar entender o Irã e a natureza do acordo nuclear, e muito se fala como se o Irã fosse um bloco único de poder. Não é verdade e não é assim que funciona. Os reformistas é o grupo do Presidente Hatimi, que precedeu Ahmadinejad, e os moderados é o grupo do atual Presidente Hassan Rohani ou do ex-Presidente Rafsanjani. Então, é essa divisão que temos que fazer ao olhar para a política interna iraniana e o reflexo na sua política externa.

É claro que o acordo nuclear acelerou a divisão ou acentuou a rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã. E por que isso se acentuou? Há uma luta clássica de geopolítica internacional entre dois atores, que têm aspirações de dominar uma zona geográfica, e mais do que isso, são os principais competidores dentro do Islamismo. A natureza do conflito é sectária? Não, ela não se dá em eixos entre muçulmanos sunitas ou muçulmanos xiitas. É claro que não posso negar que pode haver, em dado momento, manuseio do sectarismo na ausência de uma estratégia diplomática eficiente por parte de um ou de outro estado. Os iranianos não precisam da narrativa sectária. Da perspectiva deles, o conflito é geopolítico, eles não usam a narrativa sectária. A narrativa sectária diminui o poder do Irã no sistema internacional e, sobretudo, no Oriente Médio.

O Irã é um país, como se sabe, da vertente do xiismo, Xia. Onde há xia nos países do Oriente Médio? No Iraque, maioria; Iêmen, 40% da população; Líbano, talvez, se muito, um terço; na Síria, há os alauitas, que são um ramo longínquo do xiismo, que representam 10%. Então, basicamente, o estado majoritário xiita é o Iraque e também – perdão, eu estava me esquecendo – o Bahrein, que tem aproximadamente 80% de sua população.

Então, a narrativa sectária não interessa ao Irã porque ela vai constranger seu poder de atuação na região. Da perspectiva saudita, isso muda um pouco porque na medida em que o mundo muçulmano, em sua proporção majoritária, é sunita – e estamos falando de algo em torno de 85% –, é muito mais favorável a Arábia Saudita tracionar a narrativa sectária para limitar o poder do iraniano e compensar a sua perda de poder relativa.

Portanto, é importante olhar a questão iraniana sob outro prisma, e não em um prisma simplista. E por que estou falando isso?

Tanto a Arábia Saudita quanto o Irã são atores vitais para a política externa, são os dois maiores países no Oriente Médio da perspectiva comercial ou de potencial comercial.

E aí eu chego ao último bloco: a questão palestina. Primeiro, é importante aqui concordar que não existe mais um conflito israelo-palestino. Existe hoje uma questão palestina, que é diferente de um conflito, à medida que boa parte do aparato de resistência armada na Cisjordânia foi desmantelado – exceto o Hamas que está limitado à fronteira de Gaza –, razão pela qual vocês veem pessoas com armas brancas que, desesperadas, vão para a rua e enfiam faca aqui, atropelam pessoas na parada de ônibus e por aí vai. Essa violência de natureza civil é diferente da dinâmica de uma resistência armada qualificada, é bem diferente. É por isso que eu digo que há uma questão palestina, não mais um conflito israelo-palestino. O Estado de Israel está consolidado e é reconhecido internacionalmente, mas existe o perigo grave de não existir um Estado palestino, e isso é sério!

Se vocês olharem os acordos de Oslo da década de 90 – 1992, 1993 –, verão que havia na Cisjordânia 100 mil colonos assentados ilegalmente em território que deveria constituir o Estado da Palestina. Hoje esse número de assentados ilegais passa dos 500 mil: estamos falando de 600 mil. Então, estamos em um processo irreversível de anexação. E aí temos três cenários: o governo atual é incapaz de negociar qualquer acordo de paz, porque a sua base política é composta da ultradireita israelense alinhada com os partidos políticos vinculados aos colonos. À medida que você acena com um acordo de paz, você, inexoravelmente, fala de desmantelamento de colônias. Se você fala de desmantelamento de colônias, você fala em remanejamento, mas as pessoas não querem sair de lá. Se defender isso, o governo, a coalizão parlamentar cai, cai o primeiro-ministro. A margem é pequena, é de um voto. (*Risos.*)

Esse é o grande problema!

Então, qual é o cenário? Você vai para uma anexação à medida que você vai expandindo a política de colonização. Se você vai anexar áreas... A Cisjordânia é dividida em três áreas, A, B e C, conforme os acordos de Oslo, mas se fala da anexação da área C. A anexação da área C acabou, e você vai constituir basicamente dois

cenários: um Estado de *apartheid* – por mais que se tente dizer que não é, vai ser – ou um Estado binacional em que ninguém quer reconhecer a existência de um Estado binacional. Não há opção!

Com a mudança geracional, você vai ter uma geração de palestinos que vão dizer: "Quer saber, anexou a área C. Daqui a dez anos... São 600 mil colonos hoje, eram 100 mil há 20 anos, daqui a 10 anos vai ser 1 milhão. Eu não quero mais um Estado palestino, quero ser cidadão israelense. Eu quero usufruir das benesses do Estado de Israel". E aí se cria outro problema por causa do caráter judaico do Estado de Israel. Então, estamos confluindo para esse cenário, essa é a verdade.

Bom, por isso digo que não há mais, em minha percepção, um conflito israelo-palestino, mas há uma questão palestina.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E Gaza, como fica nesse cenário?

O SR. HUSSEIN KALOUT – Bom, é claro, nessa anexação... Seria a república islâmica de Gaza do Hamas, é isso o que pode acontecer. Quer dizer, o poder da Autoridade Nacional Palestina em Gaza é praticamente subzero, não tem controle algum, nem político nem militar.

(Soa a campainha.)

O SR. HUSSEIN KALOUT – Bom, para concluir, antes de tomar um terceiro sino... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O sino aqui é uma coisa automática.

O SR. HUSSEIN KALOUT – Mas é bom para disciplinar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quiseram aqui instalar um alçapão, mas eu fui contra. (*Risos.*)

O SR. HUSSEIN KALOUT – A política externa brasileira quanto aos três temas. Quer dizer, eu queria explicar isso em bloco para os senhores para dar um panorama dos principais tópicos em questão no Oriente Médio dentro da minha perspectiva. Claro que há a questão iemenita. Podemos discutir o bombardeio da Arábia Saudita, que já dura um ano sem resultado algum e impede qualquer acordo de paz entre as partes. Isso, por si só, mereceria um debate, mas trato da questão da política externa brasileira quanto aos três tópicos.

Particularmente, sou crítico à política externa brasileira quanto ao Oriente Médio, mas reconheço o seu valor e reconheço o trabalho das pessoas que trabalham nessa área, que estão todas praticamente presentes aqui, tenho por elas um apreço pessoal.

Não acho que as linhas macroestratégicas – e aí me refiro pontualmente a algumas – estejam equivocadas, mas acho que podem ser melhores. Essa melhoria depende de fatores, depende de uma visão clara do que se quer com a região, depende de estratégia e depende de dinheiro. Não dá para fazer política externa com um orçamento praticamente liquidado, apenas para pagar gastos. Sem esses três elementos – visão, estratégia e recursos financeiros –, não é viável fazer política, alta política externa, especialmente numa área especial, repleta de conflitos, onde as grandes potências jogam a sua alta política externa e onde elas confirmam o seu poder nas relações internacionais.

Portanto, olhando da perspectiva dos países médio-orientais, não da perspectiva da política externa brasileira, há uma frustração, isso é notório. Por que há essa frustração? Se olharmos o período anterior a 2000, veremos que o Brasil mantém uma equidistância. Tinha posições muito legalistas nas relações internacionais quanto a alguns temas pontuais. Depois, nós decidimos nos imbuir de uma política externa mais agressiva, mais contundente, mais próxima à região – com a criação da Aspa, com a abertura comercial *etc*. –, que não acho que foi equivocada, acho que foi acertada. Então, é importante olharmos para os números do comércio do Brasil com os países árabes anteriores a 2002 e posteriores a 2002. Isso não é crítica nem reconhecimento para ninguém, é uma questão matemática, é só olharmos os números que podemos discutir.

Contudo, há uma frustração. Houve um pico de ativismo e se passou a esperar muito do Brasil, passou-se a esperar que atuasse como um grande *player* internacional, mas depois o Brasil entrou na curva descendente em suas relações com a região e voltou a essa equidistância. Isto não é uma crítica, é uma constatação que eu faço ao conversar com embaixadores dos países árabes e embaixadores de países não árabes do Oriente Médio: há uma expectativa frustrada – "Puxa, o Brasil, Brics... A gente achou que o Brasil ia fazer isso, mas o Brasil não toma posição de nada, não participa de nada. O que está acontecendo?" Essa é a sensação.

De onde estou, uma universidade nos Estados Unidos, olhando da perspectiva de alguns atores, quer dizer, da perspectiva americana, da perspectiva russa, de pesquisadores russos e chineses, da perspectiva de pesquisadores europeus, árabes ou israelenses, também eu consigo notar essa frustração de expectativa. Entende-se que o Brasil poderia jogar um papel um pouco além do que está jogando. Está jogando um pouco aquém de suas potencialidades e de sua envergadura no sistema internacional – o Brasil está no fluxo de poder do sistema internacional, ele está nas principais artérias do sistema. O problema é que muitas vezes preci-

samos de um foco, de uma grande estratégia com um objetivo final. Muitas vezes, em alguns temas, falta um pouco isso. Mas, repito: sem visão, estratégia e recursos também, fica limitada a capacidade do Itamaraty de atuar – não precisa dizer muito, sem dinheiro não se faz política externa, é muito simples.

Para concluir, quanto à política para refugiados, eu concordo com a Professora Arlene e digo por que concordo. Da perspectiva humanitária, acho-a extremamente interessante. Da perspectiva humanitária, o Brasil tem capacidade de jogar um papel diferente, de fazer um diferencial para atrair refugiados para cá, porque normalmente a inserção d refugiados na sociedade brasileira é muito mais fácil.

A sociedade brasileira é muito acolhedora, os resultados são muito mais palatáveis. Contudo, depende do tipo de refugiado. Um cara que está vindo do Haiti é diferente de um cara que está vindo da Síria, a natureza do refugiado sírio é diferente da natureza de um refugiado haitiano. O haitiano consegue se adaptar aqui com uma facilidade que talvez o sírio não tenha para se adaptar, é importante levar isso em consideração.

O perfil de formação do indivíduo haitiano é diferente daquele do refugiado sírio. Boa parte dos refugiados sírios é de uma classe média, qualificada: médicos, advogados, engenheiros. Então, essa pessoa, quando vem para o Brasil, tem uma perspectiva diferente de inserção em relação àquela do haitiano que está vindo para cá. É nisso que precisamos prestar atenção. Não sou contra, sou a favor, mas é preciso ter um projeto muito claro de como fazer esse trabalho. E um trabalho para atrair, para trazer refugiados a partir de um acordo, não pode ser para resolver o problema da Alemanha ou da União Europeia. E digo o porquê disso: eles foram lenientes com a questão síria, deixaram a situação chegar ao ponto em que está, são responsáveis pelas 400 mil pessoas que morreram – tanto num regime como em outros. E hoje, quando as fronteiras deles estão transbordando de refugiados, eles precisam se livrar do problema, tanto que mudaram a narrativa quanto ao conflito sírio. Então, eles querem escoar isso para o Brasil: "A gente financia, vocês levam. E vocês vão estar fazendo um grande gesto de política externa que vamos reconhecer nos fóruns internacionais". Então, se é para fazer isso, temos que estar sincronizados e sintonizados com o tipo de política externa e saber o que se ganha em política externa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

O SR. HUSSEIN KALOUT – Isso é fundamental.

Trazer refugiados para cá sem assistência de saúde, psicológica, educacional, sem perspectiva de inserção no mercado... Nós vamos frustrar as expectativas desses refugiados. É importante que seja um trabalho bem feito. O Brasil tem capacidade de fazer, mas é preciso alinhar a perspectiva dos refugiados à obrigação internacional do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, professor.

Seguramente este é um tema que poderia suscitar uma reunião conjunta da nossa Comissão com a Comissão de Direitos Humanos e com a Comissão de Assuntos Sociais, porque é um tema da maior gravidade e importância. Concordo com o professor: o Brasil tem um papel importante a desempenhar nesse tema.

Bem, vamos agora começar a indagação dos Senadores. Estão inscritos a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Cristovam Buarque. Vamos ouvir os três Senadores começando com a Senadora Gleisi Hoffmann, que é autora do requerimento, depois passo a palavra para os nossos convidados para suas considerações.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu estava um pouco impaciente aqui porque temos um evento no plenário da Casa agora com os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral para fazer a divulgação da campanha do voto feminino para as eleições próximas. A Senadora Vanessa está nos chamando, mas eu não queria sair daqui sem antes falar, fazer um registro – talvez eu não possa ficar para ouvir a manifestação dos debatedores.

Primeiro, quero agradecer a presença dos senhores aqui e também a explanação que deram.

Senti falta, na abordagem aqui, de uma explicação acerca do que significam as forças exógenas, as forças externas atuando na região árabe. É claro que o professor falou um pouquinho sobre a Rússia, sobre a situação, mas o que vemos, olhando um pouco de fora, é que os países onde os conflitos se agravaram são exatamente os países onde houve as maiores intervenções militares e onde mais atuaram políticas externas. E isso aconteceu, muitas vezes, à margem da Organização das Nações Unidas, do Conselho de Segurança, com a visão de que era preciso fazer essa intervenção para acertar as coisas. Acho que às vezes há um pouquinho de arrogância do Ocidente, de achar que a nossa referência de democracia é a que tem que prevalecer no mundo. Muitas vezes não olhamos a história, a civilização, a cultura que está envolta, fazemos as intervenções e depois não conseguimos dar conta dos resultados. O Iraque, para mim, é um caso clássico disso.

O Brasil sempre teve posições muito acertadas quando se contrapôs ao uso da força ou ao apoiamento a facções. Aliás, ao contrário, sempre agiu achando que tínhamos que resolver a situação no diálogo, na conversa, e que isso poderia trazer avanços.

Então, eu gostaria de ouvir a avaliação que os senhores têm dessas políticas mais unilaterais em relação à região, que têm um interesse comercial, obviamente, mas que muitas vezes também se apoiam num discurso de direitos humanos e de democracia para fazer uma intervenção e, depois, não dão conta de dar sequência a isso. Não estou dizendo que os conflitos nascem daí, mas, com certeza, eles são muito aprofundados a partir daí. Eu acho que poderíamos falar um pouco sobre isso.

Quanto à questão dos refugiados, é óbvio que nós gostaríamos de ter uma estrutura para recebê-los. É óbvio também que eu entendo que haitianos são diferentes de sírios. Eu estava na Casa Civil quando nós tivemos o auge da entrada de haitianos aqui. Não havia como nos prepararmos minimamente, a menos que nós colocássemos o Exército na fronteira e disséssemos assim: "Vocês ficam morrendo do lado de fora que nós vamos nos preparar aqui para recebê-los." Nós abrimos a fronteira, com as nossas dificuldades, com os nossos problemas, e os recebemos.

Com os sírios, acaba sendo a mesma coisa. Nós temos grandes comunidades árabes no Brasil. Eu venho de um Estado, que é o Estado do Paraná, para onde muitos sírios estão indo, porque têm familiares, têm referência. Inclusive, Sr. Presidente, nós faremos agora, no dia 8 de abril, em Curitiba, uma sessão conjunta da Comissão de Direitos Humanos do Senado e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná para discutir com a comunidade síria que está chegando, com os refugiados, como podemos dar-lhes amparo. Inclusive, nós já fizemos várias ações lá com os hospitais e com a prefeitura para recebê-los.

Agora, me parece um pouco difícil separar essa situação prática, crítica, de uma situação ótima para recebê-los, porque isso, com certeza, faria com que nós tivéssemos que pará-los em algum lugar. Teríamos, nos abstraindo das questões humanas, que deixá-los lá para podermos nos preparar. Não vai acontecer isso. O Brasil tem dificuldades, inclusive, para atender totalmente a sua população.

Eu lembrava aqui da solidariedade entre os pobres. Quando a gente vai para uma região muito pobre em que houve um deslizamento ou alguma situação mais trágica, é impressionante a solidariedade que as pessoas têm. Não importa se você tem um quarto só: acolhe todo mundo no quarto para poder dar vazão àquela situação.

Obviamente que nós gostaríamos de fazer um planejamento maior. Quando a gente tem mais estatura, prefere um planejamento. O problema é que, muitas vezes, isso não é possível. Estamos diante de questões humanas muito sérias e temos que responder a isso. Eu acho que esta Casa, os Senadores, tem condições, inclusive, de ajudar nessas respostas. O Brasil tem colocado recursos, tem colocado dinheiro, tem se disposto a receber. É preciso que os Estados membros e os Municípios também possam se organizar, até porque muitas das políticas sociais, como na área de saúde, têm autonomia local. Então, acho que precisamos nos organizar para recebê-los.

Nossas universidades, por exemplo, podem dar aula de línguas, nós podemos utilizar isso. A Universidade Federal do Paraná está colocando à disposição todos os seus professores e a sua estrutura para ajudar nisso.

Então, acho que temos de buscar soluções, não adianta dizer assim: "Olha, vamos estabelecer o ótimo para conseguir atendê-los." Acho que o Brasil tem se diferenciado nisso. Inclusive, no final de 2015, era o país que mais tinha recebido refugiados sírios em relação a outros países.

Em relação à política externa, eu acho que o professor tem razão em aspectos que ressaltou. Realmente o Brasil apostou muito para fazer uma intervenção de política externa diferenciada, não só com o mundo árabe. Tivemos aqui também o debate sobre a China, sobre os países africanos, e eu acho que isso é muito importante, não tenho dúvidas. Isso é importante comercialmente, é importante culturalmente, é importante do ponto de vista do desenvolvimento. É óbvio que as restrições financeiras que nós temos acabam tendo impacto nessa atuação. Há questões internas a enfrentar, e isso acaba tendo impactos nessa atuação.

Mas me parece que, relativamente ao mundo árabe, uma das coisas que também acabou impactando muito nesse declínio foi a frustração quanto ao acordo que o Brasil começou a costurar com o Irã e com a Turquia sobre a questão nuclear, quando os americanos praticamente puxaram o tapete.

Tinham dado sinal verde, o Brasil tinha avançado muito nisso, mas houve um recuo americano nessa questão. Acho que isso também influenciou bastante o posicionamento do Brasil nessa situação.

Gostaria que os senhores pudessem se colocar quanto a essas questões. Não vou poder ficar, mas depois pego as notas taquigráficas para saber o posicionamento dos senhores. Realmente tenho que estar nesse evento, mas agradeço muito e parabenizo a participação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

O Senador Cristovam Buarque tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada um dos presentes, ao Sr. Presidente, aos Srs. Senadores, às Srªs Senadoras.

Senador Aloysio, vou fazer duas perguntas, mas antes queria fazer um pequeno relato e, para isso, gostaria de colocar o mapa da fronteira da Turquia com a Síria. É possível?

No ano passado um livro meu foi publicado na Turquia e me convidaram para ir ao lançamento. Eu disse que iria se me levassem à fronteira com a Síria. Eles me levaram. Foi uma viagem meio complicada, dois mil quilômetros de Istambul até Gaziantep, daí a Kilis, que fica bem na fronteira e a 40km de Alepo. A ideia que eu tinha era de entrevistar refugiados e publicar um artigo no jornal, mas confesso que, depois de conversar com eles e de analisar o que está acontecendo – não mais no Oriente Médio, mas na Europa – com a imigração, o artigo está se transformando num texto muito maior sobre o que venho chamando de "os mediterrâneos invisíveis".

São mediterrâneos que existem ao redor de cada casa de rico, cada hospital de rico, cada escola de rico, onde não cabem todos os pobres dentro. É impossível a migração de todos à Europa. É impossível! Terão que encontrar uma alternativa: receber todos – e haverá uma quebra da civilização, o que chamo de problema civilizatório –; não deixar que entrem, como há pouco falava em sua análise a Senadora Hoffmann, quando disse que teriam que usar armas, e ela criticava isso; ou frear não a imigração, mas a emigração, evitar a necessidade de que as pessoas saiam de onde estão. E aí há dois problemas que não são mais civilizatórios – aí é nosso problema, do mundo, da humanidade, na Europa –, há um problema humanitário que se divide em dois tipos.

Aí não aparecem as cidades. Mais ou menos por aqui fica Kilis e, ali, Aleppo, que é onde há a maior crise. Não deixaram descer do carro e tocar na cerca que havia, disseram que multidão que estava lá era absolutamente imprevisível, não se sabia que tipo de movimento de gente havia ali, inclusive o Exército Islâmico poderia ter grupos ali. Mas fiquei um dia em Aleppo.

Vamos ver o problema humanitário. Ele é de dois tipos: um diz respeito àqueles que fogem da guerra e o outro, aos que fogem da pobreza. Para os que fogem da guerra só há um jeito, é a paz, especialmente na Síria é esse o problema.

Uma coisa que me impactou ao conversar com as pessoas foi perceber que a maior parte delas tinha certo nível de educação, até ensino médio.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permita-me, Sr. Presidente.

Também me chamou a atenção o fato de que muitos falavam inglês ou francês – não todos, para conversar com alguns foi preciso contar com a ajuda de um intérprete para o árabe. Eles fugiam da guerra, não da pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Qual era a percepção do Brasil entre esses refugiados com quem o senhor conversou? Alguns tinham alguma referência?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito distante, é gente mais simples. Isso há mais na Turquia. Em Istambul você já encontra engenheiros que estão fugindo da guerra e já são capazes...

Pois bem, o problema é a guerra, não é a pobreza – depois eu falo da pobreza, que é o caso de mais ou menos metade dos migrantes, que são já da África sobretudo.

E aí vem a minha pergunta: essa guerra não foi causada sobretudo... O Kalout falou em omissão, se não me engano, em inércia. Será que não foi a opção equivocada do Ocidente – não a inércia – de querer impor regimes que para nós são uma maravilha, como a democracia, mas que para esse lado não têm o mesmo significado?

Com todo o desastre que provocou, com toda a revolta que nós temos em relação ao Gaddafi, o problema humanitário que está ocorrendo... Antes havia um político, antes havia um policial, havia um problema policial: perseguia políticos, perseguia pessoas, indivíduos. Agora, há um problema social geral que surgiu com a saída dele. Foi uma saída correta, boa, positiva para quem defende direitos humanos, como nós, mas que desarticulou uma maneira de fazer funcionar o Estado.

Nas conversas em Kilis, percebi que as pessoas tinham nostalgia da Síria antes da guerra. Eu não ouvi críticas ao regime do Assad. Claro que é possível que eles não tivessem parentes presos nos calabouços do ditador, que estão lá, mas havia até uma certa nostalgia. Inclusive, há uma coisa até interessante sobre a situação das mulheres – depois eu li artigos, sobretudo em jornais estrangeiros sobre isso. Algumas com quem conversei eram universitárias – usavam, obviamente, o véu. Mas havia uma certa nostalgia, havia a percepção de que a guerra é que tinha provocado a crise humanitária que se vive hoje. E será que não foi o mesmo na Líbia? Isso para não falar nos outros países em que não há crise humanitária ainda, como é o caso da Tunísia e do Egito, em que há uma crise depois da Primavera, mas não há uma crise humanitária.

Então, esta é a pergunta: a política externa do Ocidente – não vou falar dos Estados Unidos ou desse negócio de imperialismo, Europa e Estados Unidos especialmente – não é a principal causa da crise humanitária que hoje vemos no Oriente Médio? Essa é a pergunta que tenho que fazer.

Sobre a crise civilizatória na Europa... E vocês veem que estou colocando a crise civilizatória acima do Mediterrâneo, e a crise humanitária, abaixo do Mediterrâneo. Elas se ligam, mas são coisas diferentes. Essa crise civilizatória não se dá por um equívoco – e aí não dá para colocar a culpa em fulano ou sicrano –, há algumas

décadas ou mesmo um século atrás, de um modelo de progresso que é, em si, excludente? É um modelo de progresso onde não cabem todos: por razões ecológicas que limitarão o PIB; pelo fato de que, para vender tantos autos, é preciso concentrar renda; e até mesmo pela geometria, porque não há espaço.

Então, nesse sentido, a crise civilizatória teria que trazer para a Europa uma mudança do próprio modelo de desenvolvimento. Eu até tenho usado muito neste trabalho, que chamo, como falei, de Mediterrâneos Invisíveis, a ideia de que a riqueza atrai os pobres na razão direta da desigualdade entre ricos e pobres e na razão direta do quadrado da distância onde estão as duas – claro, eu coloquei essa metáfora geométrica para fazer menção à Newton.

Então, na verdade, a riqueza...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ou mesmo de Marx, que traz a lei geral da acumulação capitalista. A concentração da riqueza é a geração da riqueza de...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, mas eu coloquei a ideia de que, quanto mais desigual, maior a atração e, quanto mais próximo geograficamente, também.

Por exemplo, não está havendo essa tragédia nos Estados Unidos porque a distância é grande, não dá para ir para lá nadando, não dá para ir em bote para os Estados Unidos, mas para a Europa dá.

Então, a saída da crise civilizatória teria que ser por uma mudança ao longo de décadas talvez, uma mudança no modelo de desenvolvimento para que ele deixasse de ser atraente para os de fora, que é o que o consumo faz.

A paz na Europa atrai os da Síria, os que estão fugindo da guerra. O consumo atrai os africanos que estão fugindo da pobreza. Então, teria que haver uma mudança. Agora, e até lá? Até lá – eu gostaria de saber se vocês acham que há alguma possibilidade ou se é pura maluquice especulativa – a solução seria um grande programa mundial de transferência de renda dos países ricos para os países pobres. No fundo, uma espécie de Bolsa Família, que, no Brasil, conseguiu reduzir a migração do Norte para o Sul e do Nordeste para o Sul, conseguiu fazer isso. Então, seria um grande programa que pudesse – a Comunidade Econômica Europeia usaria o Banco Mundial, usaria todas as instituições que já existem – pagar para que as pessoas não emigrem e, portanto, não imigrem. Obviamente, isso teria que vir acompanhado de programas de educação, de saúde e de investimentos.

Aí lembro: isso foi feito depois da Segunda Guerra Mundial quando os americanos criaram o Plano Marshall. Havia, porém, uma pequena diferença: a Europa estava destruída, mas tinha uma base de políticos honestos, de democracia, de tecnologia, tinha engenheiros, a capacidade econômica. A África não tem isso, a África tem sistemas políticos incapazes de realmente colocar esse dinheiro nas mãos dos pobres – poderá haver muitos desvios. Se for feito um Plano Marshall para a África e jogar dinheiro para lá, não haverá capacidade de absorção, os resultados demorariam muito. Tudo passa, no final, por um programa de educação. Isso tem a ver também com o que falou o Kalout quando citou uma geração perdida. Tem que ser a educação, é a educação que vai resolver isso – obviamente uma educação com princípios de tolerância e não apenas de matemática e árabe, tem que se ensinar tolerância.

Então, as perguntas são duas.

Uma: faz sentido dizer que a culpa dessa crise humanitária no Oriente Médio é da política externa dos países ocidentais, mais do que das disputas sectárias lá dentro? É isso que quero saber.

A segunda pergunta que gostaria de ver respondida é a seguinte. Você falou também que o Brasil tem pouca ação nessa política externa. Será que não seria mais adequado o Brasil discutir essa ideia de um grande programa mundial para frear a emigração, a necessidade da emigração, por meio de um programa de transferência de renda, mesmo com toda as dificuldades que há para organizar isso, a logística disso? Será que isso não seria algo que o Brasil poderia apresentar no cenário internacional para enfrentar essa crise?

Eu volto a insistir: divido essa crise em uma parte civilizatória, que é a que a Europa está sofrendo com a emigração, e em uma parte humanitária, que, por sua vez, se divide em duas – a Síria por causa da guerra, e a África por causa da pobreza.

São essas as duas questões.

Parabenizo a Comissão, Senador Aloysio, aqui a gente tem tido boas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Excelentes audiências.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tivemos uma audiência excelente sobre a China e, agora, tivemos essa.

Concluo dizendo que vale a pena, de alguma maneira, a gente prestar homenagem ao Roger...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Já fizemos isso no início da reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu não estava aqui quinta-feira passada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foi agora há pouco, no início da reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ah, hoje? Está bem, porque foi uma grande perda, e deve ter sido uma das últimas falas públicas dele.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Seguramente, foi a última manifestação pública dele.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Desculpem-me por ter chegado atrasado e não ter participado dessa homenagem. Era uma pessoa com quem eu tinha uma excelente relação há uns 15 anos pelo menos, me chocou muito...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A nós todos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...não só ele morrer, mas a maneira como foi a sua morte e a da família.

Era isso. Parabéns a vocês.

As audiências são uma das melhores partes do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade.

Vamos agora passar a palavra aos nossos convidados, dez minutos para cada um. Peço que se atenham ao tempo, porque nós temos ainda algumas deliberações da Comissão para dar conta da nossa Ordem do Dia, inclusive há requerimentos do Senador Tasso Jereissati, que é um representante da comunidade libanesa aqui no nosso Senado, ilustre representante.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – Obrigado, Senador.

Eu queria, inicialmente, fazer uma pequena correção na minha apresentação. Eu mencionei que o Egito era o principal parceiro comercial na África, mas, na realidade, é o principal destino de exportações brasileiras na África, não é o principal parceiro. O principal parceiro é a Nigéria, seguida da Argélia e, em terceiro lugar, é o Egito – em número gerais, mas é o principal destino de exportação. Nós temos exportações de US$2 bilhões para o Egito, e com produtos de bom valor agregado.

Em relação aos comentários da Senadora Gleisi Hoffmann, sobre forças externas na região: evidentemente, a história do Oriente Médio é resultado de forças externas. Se nós formos verificar a atual distribuição geográfica dos Estados, veremos que é uma distribuição artificial, que foi feita no cenário pós Primeira Guerra Mundial. O Acordo Sykes-Picot é exemplo clássico de uma gerência externa: criou países artificias, como o Líbano e a Síria, no princípio do século XX; igualmente, a Jordânia, onde eu tive o grande prazer de ser Embaixador do Brasil. Portanto, qualquer análise que for feita na região, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista estratégico, seja do ponto de vista comercial, seja do ponto de vista político, é resultado de influências externas, e o componente autóctone é o componente religioso. O Islã surgiu na região, tem diferentes seitas que ao longo do tempo foram evoluindo, mas não é um processo político autônomo isolado. Então, em resumo, essa é a minha visão sobre as forças externas que acabam influenciando. Os interesses comerciais se mesclam com interesses políticos, se mesclam com a necessidade de estabilizar também a segurança na região, e isso faz com que os países tenham a sua autonomia relativa afetada.

Na questão dos refugiados, eu acho que é importante nós termos uma noção de magnitude, relativizar o fenômeno e a capacidade de ação do Brasil.

Há cerca de um milhão de refugiados sírios na Turquia, cerca de 600 mil refugiados sírios na Jordânia, entre 800 e 900 mil refugiados sírios no Líbano. Portanto, dificilmente qualquer movimento de absorção de emigrados resolverá essa questão.

Então, na linha dos comentários do Senador Cristovam Buarque, evidentemente é necessário um mecanismo de transferência de renda. É preciso garantir recursos para que, em primeiro lugar, esses refugiados tenham uma estrutura de acolhimento mínima nesses países. Alguns foram bem absorvidos, o caso da Jordânia eu conheço um pouco melhor, embora eu tenha saído no início desse processo, mas muitos foram absorvidos por questões familiares e tribais de solidariedade. Agora, dificilmente a Europa ou qualquer outro país terá condições de acolher esses imigrantes, por mais recursos que tenham e por mais vontade política que tenham, o que não é o caso atual.

Então, vejo duas variáveis. Uma é a estabilização das questões de segurança, quer dizer, o fim das atividades militares e o início de um processo de paz, que durará ainda algum tempo antes de obter um resultado concreto. É preciso também dar condições à Turquia, à Jordânia e ao Líbano de acolherem minimamente esses refugiados em questões estruturais, garantindo que tenham condições de educação, de assistência à saúde e de eventual emprego para que eles consigam se estabilizar.

E eu digo relativizar também porque nós não temos capacidade mínima de afetar o resultado na magnitude do processo. Nós recebemos 9 mil pedidos de visto e, se formos comparar com os milhões de refugiados,

é um número relativamente pequeno. Nós concedemos esses vistos, mas somente cerca de 2,5 mil refugiados efetivamente vieram para o Brasil.

Farei outro comentário que não é da minha área de competência. Eu gostaria até de sugerir, se a Comissão estiver de acordo, a realização de uma audiência sobre esse tema, o próprio Senador Aloysio Nunes Ferreira já mencionou a ideia: que o Subsecretário de Assuntos Consulares das Comunidades Brasileiras no Exterior seja convidado, ele é o responsável por essa área. Pelo que tenho lido, como segundo leitor de assuntos nessa questão, entendo que nós temos também necessidade de atualizar o nosso arcabouço jurídico para dar mais condições legais de acolhimento e, com isso, garantir a adaptação dos refugiados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós já aprovamos no Senado um projeto de lei que muda bastante o Estatuto do Estrangeiro, como é chamado hoje. Está na Câmara agora aguardando deliberação.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – Um comentário adicional que eu gostaria de fazer sobre essa questão dos refugiados é que nós passamos a ter critérios mais objetivos de seleção nos últimos 12, 14 meses em coordenação com os países que têm recebido demandas. Há cruzamento de informações, e nós passamos a ter critérios mais objetivos.

E um outro comentário que eu gostaria de fazer – e não há uma explicação muito concreta para isso – é que o número de pedidos de visto de sírios para o Brasil se reduziu sensivelmente na Jordânia e no Líbano. Não há uma explicação muito clara, pode ser eventualmente por maiores exigências nas demandas de visto ou o convencimento de que realmente devem tentar ir para a Europa ou permanecer nos países em que estão por questões comparativas.

Comento a intervenção do Senador Cristovam – se a culpa é da política externa dos países ocidentais mais do que disputas sectárias. Eu tenderia a dizer que sim. Acho que a evolução histórica, conforme eu comentei, já indica isso, e esses países têm um histórico, uma tradição de envolvimento com essas potências. Foram criados inicialmente, ou se beneficiaram, em termos da formação do Estado nacional da intervenção estrangeira. Não existia uma concepção de nação, existia da comunidade árabe, da comunidade islâmica, mas não existia o componente nacional inicialmente no século XX. Então, é mais forte do que a disputa sectária. Agora, evidentemente, a disputa sectária é um componente muito importante que não pode ser desconsiderado. É parte do conflito e parte da instabilidade na região também.

Quanto à posição do Brasil, vou me beneficiar um pouco da minha experiência anterior na Agência Brasileira de Cooperação para comentar o nosso modelo de cooperação, que é o modelo de cooperação sul-sul, um modelo distinto daquele dos países do norte.

Nós não transferimos recursos, mas nós temos condições de trocar experiências, intercambiar experiências com esses países, é um modelo muito mais barato. Nós podemos formar esses contingentes a um custo muito inferior ao que os países do norte praticam. Então, seria um processo complementar. Claro que seria necessária uma transferência de renda. Eu acho que seria importante estabilizar esses contingentes emigrados, que estão na Turquia, no Líbano e na Jordânia majoritariamente, com recursos do Ocidente.

Queria comentar que também há alguns recursos que são transferidos dos países do Golfo, que têm recebido um número de refugiados, não muitos, mas têm procurado apoiar financeiramente.

E quero mencionar que nós, subsidiariamente, poderíamos participar com o nosso modelo de cooperação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Professora, a senhora tem a palavra.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Eu queria começar falando sobre a questão sectária. O que é a questão sectária?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que é sectarismo político e o que é sectarismo, digamos, de fundo religioso? É possível separar as duas coisas?

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Na origem do Islã, não, não é possível.

Eu vou começar explicando o seguinte. Quando surgiu o islamismo, a Europa cristã não conhecia aquilo. Surgiram mitificações imensas – de que Mohammad era um anticristo, era isso, era aquilo, todas as teorias mais extravagantes –, até que começaram a tirar o atraso.

No século XII surgiram as primeiras traduções do Corão para o inglês, para o francês, e começaram a querer estudar, começaram a querer saber quem eram aquelas pessoas afinal de contas, que poder era aquele que chegava às portas da Europa, o que estava acontecendo ali. E rapidamente entenderam – e utilizaram isso na sua inserção colonial, colonialista, a partir do século XIX – que há uma divisão dentro do Islã que está presente desde os primórdios, do início, do surgimento do islamismo, que é uma divisão que tem um caráter religioso e político que não se distingue, mas que, dentro do sistema político existente dos grandes impérios, dos ca-

lifados, depois o Império Otomano, era uma divisão que sempre aprendeu a coexistir, coabitar dentro desse regime existente – mas são divisões: a origem do xiismo; antes do xiismo surgiram os harigitas; uma consolidação, dentro do xiismo, da chamada doutrina do Imamato, que ajudou o xiismo a existir dentro de governos sunitas. Ou seja, para os xiistas, cada geração recebe, designado por Deus, um Imã. Só que chegou determinado momento – para cada corrente do xiismo esse momento é diferente, para o iraniano é duodécimo – em que o Imã desaparece, é mártir, ele vai voltar em algum momento. Na medida em que ele desaparece, sendo o poder existente sunita, há uma acomodação dentro desse poder. Claro, os xiitas vão participar de rebeliões ao longo da história, os harigitas mais ainda, com uma ideologia radical, de que a deposição do líder... Aliás, nós chamamos xiita de radical, mas há um erro imenso, porque radical é o harigita, e não o xiita. Só que ninguém sabe o que é o harigita. Eles são sinônimo de radicalismo dentro do Islã desde os seus primórdios. Então, existem quatro correntes dentro do xiismo.

Dentro do sunismo, há um processo longo de acomodação e consolidação do que vai ser o sunismo. Só no ano 830 é que se começa a usar o termo "sunismo", para começar. Há correntes, que deixam de existir ao longo do tempo, que eram mais abertas a uma interpretação do Corão, outras que não vão ser.

O fundamentalismo é um fenômeno moderno, que vai resgatar lá atrás, em teólogos, Ibn Taymiyyah, século XIV, no próprio harigismo. Sayyid Qutb, do Egito, de 1950, vai buscar elementos do harigismo original para trazer para o seu. Mas o fundamentalismo é moderno.

Agora, sabendo dessas divisões, o colonismo – ele começa a penetrar por vias econômicas, diplomáticas e, depois, militares diretas, a partir de 1830 com a dominação colonialista francesa da Argélia, depois da Inglaterra, em 1881, no Egito, e assim por diante – utiliza essas divisões a seu favor, e utiliza ainda um sistema de coabitação que foi trazido dos persas, mas que foi, digamos assim, universalizado dentro do sistema de governo árabe islâmico, que foi a tolerância em relação a cristãos e judeus, que eram chamados de *djimi*: eram minorias aceitas – "toleradas" é a palavra certa – e tinham um *status* específico. As penetrações do século XIX souberam utilizar essas minorias para fazer delas uma ponte, um elo para essa penetração, que, num primeiro momento, é comercial. Só para dar um exemplo de quando ela se torna política: quando a França criou o Estado Alauita dentro da Síria, no começo do mandato francês na Síria. Não durou muito tempo? Não durou, mas o que ela fez? Ela instigou uma divisão sectária.

Em vários momentos, essas divisões vão ser instigadas ao longo da história. Por isso eu falei da caixa de Pandora e não coloquei o sectarismo entre os três pontos, porque o sectarismo não é causa de instabilidade: ele é instrumentalizado, ele é potencializado, ele é usado para dividir a população. A partir do momento em que ele se instaura, temos cidades que estão divididas sob linhas sectárias, que são políticas, que são geopolíticas ainda por cima, mas que acabam tendo uma conotação, uma instrumentalização e uma potencialização de uma divisão, que lamentavelmente tem sido, desde o século XIX, fomentada cada vez mais. Para mim, isto é o que significa a questão sectária hoje: é um perigo, é uma potencialidade e é algo que os europeus, no seu esforço de dominação, souberam muito bem utilizar, para dominar, para dividir e, enfim, penetrar.

Sobre as intervenções externas, eu absolutamente concordo que tivemos, na doutrina Bush, um problema que até hoje a doutrina Obama tenta, de alguma maneira, conter, a meu ver acertadamente, não elevando o grau de penetração – não adiantaria nada elevar esse grau de intervenção externa hoje.

A partir de 2003 é que temos o crescimento da Al-Qaeda no Iraque, é que temos o crescimento da guerra sectária no Iraque – que não havia na época de Saddam Hussein, por mais repressivos que fossem ataques contra curdos e tudo mais. Então, em 2003, com a ideia de levar a democracia, chega-se ao desmantelamento desse país, com todas as consequências para a própria guerra da Síria.

Isso significa que o Islã é incompatível com a democracia? Ora, se formos estudar religião, veremos que talvez nenhuma religião seja compatível com democracia. Agora, o Islã, como conjunto, sociedade, civilização, não só tem se mostrado compatível: os jovens estão morrendo às pencas nas ruas, desde 2011, lutando por democracia. E foi aí que o mundo falhou.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Religião é dogma, democracia é opinião.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Pois é.

Foi aí que o mundo falhou. Quando, na Síria, a juventude foi à rua gritando "Abaixo ao regime", usando o mesmo exemplo do Egito, da Tunísia... Só que, diferentemente do Egito, onde o Exército preferiu não reprimir a população, na Síria, Assad, que tem o Exército, os Alauitas têm o controle do Exército, já tinham mostrado que o Exército era capaz de reprimir a população anteriormente, a escolha foi reprimir, e reprimir de uma forma brutal. O mundo falhou, a meu ver, aí.

Em vez de ficar preso a uma doutrina de não intervenção, nesse momento tinha que ter havido uma intervenção humanitária. O problema é que jamais houve uma intervenção humanitária no mundo – aliás, em

um ou outro caso chegou-se perto. O problema são as agendas políticas que vêm junto com toda forma de intervenção. Então, talvez, uma intervenção não teria sucesso na Síria nesse momento? É bem provável, porque ela viria carregada de agendas políticas imensas, como são as que estão hoje, numa intervenção. Aliás, a intervenção aconteceu – minto –, só que ela não aconteceu como deveria ser, que seria parar o massacre que Assad estava realizando nos primeiros quatro meses, antes de haver a transformação daquilo numa guerra civil. A partir do momento em que se transforma numa guerra civil e os grupos dentro da sociedade se armam, não há mais como haver intervenção humanitária, uma zona de exclusão, um corredor humanitário ou coisas do tipo, que seriam tentativas, por mais que não fossem garantidas, de parar.

Então, nós não podemos ficar presos a uma intervenção ou não intervenção. Acho que nós temos de analisar caso a caso. Agora, que as intervenções ao longo da história causaram os problemas, isso é uma certeza.

Eu chamei a atenção para os regimes instaurados...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Professora, a senhora está citando exemplos aí de bem ou malsucedidas intervenções.

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Existe algum exemplo – não me vem à memória – de uma democracia bem-sucedida em algum desses países?

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – A Tunísia. E a Tunísia precisa muito do apoio internacional. Há uma crise econômica muito grave, há o perigo do jihadismo dentro da Tunísia. Então, há ameaças ainda a essa frágil democracia.

Mas eu concordo, então, quanto ao caráter geral das intervenções: elas têm causado problemas. A ideia de levar a democracia não tem pé nem cabeça. A democracia é uma pauta desses países que vêm, na verdade, há décadas lutando dentro desses regimes que eu mencionei e que têm, cada um deles, apoiadores externos poderosos, que inclusive, muitas vezes, foram responsáveis por colocar esses regimes no lugar, por fundar esses regimes – exemplo disso é a origem da Arábia Saudita, que foi a junção da família de Ibn Saud junto com a corrente islamista wahabita e o apoio da Inglaterra, traindo o outro aliado, que tinha sido Sharif Hussein, em Meca. Então, há uma intervenção de longa data, criando esses problemas.

Quanto à sua pergunta, eu acho que sim. A política externa para o Oriente Médio é a principal causa da crise humanitária? Com certeza, se nós remetemos isso à ocupação norte-americana de 2003 do Iraque. Não há dúvida.

Sobre a segunda, sobre investir, isso me faz lembrar o que o John Esposito fala no seu livro *O Futuro do Islã*, onde ele traça muito bem as nuanças entre os diferentes grupos islamistas políticos dentro de toda essa região. Ele diz que muito melhor teria sido se os Estados Unidos e a Europa tivessem investido em educação, saúde, capacitação dos jovens, tudo isso que teria criado as condições. Mas preferiram manter seu apoio a esses regimes que eu mencionei, aos regimes árabes, que hoje não são mais capazes de manter a estabilidade.

Há muito mais do que foi falado aqui, mas eu vou passar a palavra para o colega Hussein.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, professora.

Eu queria anunciar aqui a presença do Sr. Claudio Geribello, presidente da Conferência Nacional das Igrejas Evangélicas do Brasil, que está acompanhando a nossa audiência pública. Seja bem-vindo.

Professor.

O SR. HUSSEIN KALOUT – Obrigado.

Tentarei ser o mais objetivo possível nas minhas respostas em face das perguntas tão complexas e profundas.

A primeira coisa é que, para falarmos de forças exógenas ou endógenas, eu dividiria, de forma um pouco cartesiana, em três grupos o que ocorreu na Primavera Árabe: Líbia e Síria num grupo; Iêmen e Bahrein em outro grupo; Tunísia e Egito em outro grupo. São três grupos diferentes.

No grupo Líbia e Síria, sim, houve interferência exógena clara, propositada, com fim estratégico, por parte de potências regionais e globais. E essas intervenções assentavam-se em interesses macroestratégicos, sejam geopolíticos, sejam econômicos. Na Líbia, era muito claro que a questão petrolífera era um fator decisivo no processo de intervenção. Eu posso dar vários exemplos sobre por que foi decisivo.

No caso da Síria, era justamente para quebrar a espinha dorsal do alinhamento que nós chamamos Arco Crescente ou Corredor Xiita. Então, havia um propósito muito claro das interferências externas, razão pela qual, sim, houve na Líbia e na Síria uma estratégia oriunda de potências regionais e internacionais, e há uma interferência exógena.

No segundo grupo, Iêmen e Bahrein, a interferência não foi internacional; ela foi estritamente regional, constrita às duas potências que estão hoje em guerra fria: a Arábia Saudita e o Irã. Então, o poder de dissuasão e o limite de se infligir uma derrota final é muito mais limitado.

Tanto uma peça como a outra são negociáveis no tabuleiro entre os dois países. Por exemplo, se a Arábia Saudita ceder na Síria, os iranianos podem ceder no Iêmen.

Tunísia e Egito não tiveram interferências exógenas internacionais diretamente movidas pelas grandes potências, como Líbia e Síria, não sofreram interferências regionais – houve interferências, mas limitadas, da Arábia Saudita e do Irã –, a sua revolução e a solução de sua revolução foram feitas de forma endógena, a partir de um contrato social. Pode-se discutir se ele é bom ou se é ruim. Na Tunísia, acho que foi bom. No Egito, acho que fragmentou e polarizou a sociedade em dois blocos: Irmandade Muçulmana e o pró-governo Sissi, pró-*establishment* militar.

Então, primeiro, é importante entender isso de forma separada. Não se pode...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – No Iraque também.

O SR. HUSSEIN KALOUT – É, a questão do Iraque é anterior a esses fatos, eu me refiro a partir da Primavera Árabe.

É importante entender de forma cartesiana esses movimentos para não misturá-los.

Respondendo à pergunta do Senador Cristovam: quando falei em inércia na minha fala, tentei ser um pouco mais diplomático, mas acho que foi uma opção. No caso da Líbia e da Síria, foi uma opção, claramente. Foi uma opção. Percebe-se essa opção na mudança da narrativa, da água para o vinho, é muito simples: é só olhar como era antes da intervenção russa e como é depois da intervenção russa a narrativa. E depois do acordo nuclear iraniano: aí também alguns países, especialmente europeus, viram que poderiam perder mercado no Irã se seguissem com a sua posição irredutível quanto à questão da queda do regime. É importante observar isso a partir de outras lupas.

A Senadora Gleisi se referiu à questão do Conselho de Segurança, da legalidade. Eu tenho a percepção de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas não foi concebido para a manutenção da paz internacional. Ele foi concebido prioritariamente para preservar o poder entre os cinco membros permanentes. Se a meta final do Conselho de Segurança fosse a paz perpétua kantiana, não haveria tantas guerras e não haveria tantos vetos. A questão síria foi sistematicamente vetada no Conselho pela Rússia, assim como os americanos vetaram sistematicamente qualquer resolução inerente à questão iraquiana movida por outros Estados. A única resolução que passou, e que enganou os atores que votaram a favor ou que se abstiveram, foi a resolução sobre a Líbia, na qual em que algum momento se pensou na dinâmica da paz dentro do Conselho.

Então, o objetivo do Conselho é a preservação e a manutenção de poder entre os cinco membros permanentes. A paz ou a não paz é uma questão secundária que se discute dependendo de ganhos e perdas de quem está dentro. E aí podemos discutir o caso da Bósnia, o conflito nos Bálcãs e outros conflitos, como o da Crimeia, por exemplo. Alguém fala da Crimeia hoje? Ninguém fala da Crimeia hoje. Ou do Iêmen. Alguém fala do Iêmen no Conselho de Segurança? Ninguém fala do Iêmen no Conselho de Segurança.

Eu acho que há uma elasticidade pragmática e moral enorme nas relações internacionais. O legalismo brasileiro: eu acho que é uma forma de proteção da política externa em alguns momentos, mas não se pode acreditar no legalismo e nas normativas do sistema internacional porque elas funcionam de forma muito seletiva e de acordo com as circunstâncias. Regras existem para aqueles que não têm poder de alterá-las no sistema internacional – é o caso da Crimeia e de outros mil cenários.

Quanto à questão dos refugiados, a Senadora mencionou, e eu faço questão de mencionar: temos uma comunidade árabe enorme. Eu faço parte da comunidade árabe e libanesa, assim como o Senador Tasso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUSSEIN KALOUT – Então pronto, estamos em maioria imigratória aqui!

Haver uma comunidade bem sucedida e produtiva, como a comunidade árabe no Brasil, socialmente bem inserida, bem educada e abastada, em alguma medida facilita a inserção.

Acontece que o problema não é só esse. A natureza do refugiado sírio é diferente da natureza do refugiado libanês. Embora a guerra civil no Líbano tenha durado 15 anos e na Síria, só cinco anos, a gravidade, a brutalidade do conflito sírio é muito maior do que a brutalidade da guerra civil libanesa, é só pegar o número de mortos. E não se calcule só o número de mortos, o seu impacto causou muito mais refugiados do que no Líbano. E no Líbano havia uma dinâmica diferente dentro da guerra civil, havia corredores, áreas protegidas; na Síria não há essa dinâmica.

Então, pela natureza desse imigrante, embora seja árabe, para ser acolhido pela comunidade é muito mais complicado do que um libanês. Não estou separando, estou qualificando, mas há de haver um enorme

cuidado por parte do Estado, porque essas pessoas vêm de uma condição de vulnerabilidade extremamente elevada. Por isso, é necessária uma política extremamente cautelosa. E lembrem-se: nós vamos receber quantos imigrantes, se formos receber, quantos não podem estar infiltrados? Depois da intervenção russa, muitos saíram pela fronteira turca, foram para a Europa e podem vir dentro desse grupo. Então, tem que haver um *screening* muito bem feito, muito bem feito! E não se pode descartar essa possibilidade, em prol da segurança nacional brasileira.

A Senadora Gleisi falou da questão nuclear iraniana etc. Ali podem ser feitas duas interpretações. Uma: os americanos queriam testar até onde ia a seriedade iraniana indo para um acordo sério, e usaram o Brasil e a Turquia como cobaias, no sentido de avançarem na negociação e depois medirem até onde os iranianos estavam dispostos para depois eles assumirem o controle – essa é uma versão na qual não acredito, mas é uma hipótese. A segunda hipótese: eles não estavam preparados para um acordo, não estavam preparados nem para que o Brasil e a Turquia pudessem chegar a um entendimento, nem para que os iranianos concordassem com aquele modelo de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Há um livro do Lampreia sobre essa tentativa, *Aposta em Teerã*, que é muito interessante.

O SR. HUSSEIN KALOUT – Portanto, é um jogo de *players*, jogo de tubarões, e tubarões com dentes afiados. Acho que o Brasil não está nesse nível, embora tenha uma enorme capacidade diplomática de levantar e construir, costurar consensos, nesse tema específico havia outros interesses muito maiores. Como eu disse quando falei do Irã, do escopo do acordo nuclear, paralelamente acordos econômicos estavam sendo já estudados. Como o acordo nuclear vai ser implementado em fases, à medida que se avança na fase você desmantela a sanção, avança na fase e desmantela a sanção, o desmantelamento é condicionado à implementação do acordo, a escolha do desmantelamento é vinculada à conjuntura político-econômica, ou econômica ou mercantilista. Depois o Brasil se excluiu ou perdeu tração no processo.

Para finalizar: o Senador Cristovam falou do Plano Marshall, se não podia haver um Plano Marshall como houve na reconstrução europeia, um projeto similar de transferência de renda. Particularmente, acho uma ideia extremamente nobre. Realisticamente, não sei se isso atinge os interesses objetivos das grandes potências.

Por que o Plano Marshall funcionou?

1 – havia uma diplomacia transatlântica entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental, isso era o epicentro da política externa americana;

2 – havia uma dependência comercial, então, era do interesse dos Estados Unidos fazer o Plano Marshall;

3 – essa relação era oriunda da Conferência da Paz de Haia, em que os laços transatlânticos se consolidaram de forma muito mais precisa.

Então, a dinâmica do Plano Marshall tem uma perspectiva muito diferente de qualquer outro projeto, da perspectiva de segurança econômica, política e militar dos Estados Unidos.

Quanto à questão de democracia no Oriente Médio: no Oriente Médio não há modelos de democracias liberais nos moldes ocidentais porque a dinâmica da sociedade funciona de forma diferente. Por exemplo, no caso iraquiano, há inúmeros grupos étnicos com diferentes grupos sectários, e é preciso fazer um *shared power system*, um modelo de partilha de poder, assentado numa dinâmica, por vezes, sectária. Antes, não havia esse problema sectário, ou ele existia de forma limitada, mas havia um regime totalitário também, que escamoteava esse problema.

Então, por que a dinâmica de democracias liberais funcionou na Tunísia? Porque é uma sociedade homogênea sob a perspectiva religiosa também. Isso é importante entender.

Além da Tunísia, o Líbano, talvez, possa ser tipificado como uma democracia com algumas imperfeições, mas que é funcional para o modelo político libanês. Entre os diferentes grupos sectários, ela funciona. E ela não virá a ser uma democracia que exclua a identidade sectária ou a identidade religiosa como elemento fundamental para composições de alianças internas. Não!

Para concluir, há a questão de sunitas e de xiitas. Eu gosto de falar disso. Quero esclarecer algumas coisas. Primeiro, quando se fala de confronto entre sunitas e xiitas, há uma interpretação equivocada, e explico o porquê.

Dentro do sunismo, existem quatro correntes religiosas, Hanafi, Hanbali, Shafi'i e Maliki, que são distribuídas regionalmente no mundo muçulmano. Os hanbalis estão mais constritos ao Golfo Pérsico, especificamente à Arábia Saudita. Destes, derivam-se o wahhabismo e a ultradoxia salafista. Você não vai ver um shafi'i salafista. Você não vai ver um shafi'i, embora sunita, wahhab. Isso é importante.

Então, a divergência, se a gente olhar dentro do islamismo, se quiserem pegar na ferida, é da orientação Hanbali, da qual deriva o wahhabismo, com a corrente Jafaryia do islamismo xiita Duodécimos, que é a corrente majoritária iraniana e iraquiana. O xiismo tem correntes, embora no xiismo a corrente majoritária de quase 80% ou 90% seja a dos duodécimos, que são chamados de jafari, que são os jafaritas.

No caso do Iêmen, quanto à sua divisão, eles são xiitas. Parte da população o é, mas eles não são duodécimos, são jafaris, são zeidis. Eles não acreditam no Imamato até o décimo segundo, até o quinto.

Há os shias, que estão no Paquistão, no Afeganistão. É um grupo humanitário xiita. Eles são os septimanos, são os ismaelitas, que eram os fatimidas.

E há os alauitas, que são um ramo menor. Os drusos são uma corrente independente, mas que também derivam de Ibin Hakim, que vem da corrente xiita.

Portanto, não há esse confronto. No máximo, poder-se-ia dizer, se quiser levar esse debate a esse patamar, que há uma divergência entre a corrente Hanbali, liderada por um núcleo wahhab da ultraortodoxia do Islã, *versus* o jafarismo. O mundo muçulmano é de 1,5 bilhão de pessoas.

Por essa razão, da perspectiva sociológica – conheço a região, morei lá, sou de origem muçulmana –, consigo ver essa divisão a partir de outro olhar. Quando você vai a alguns países, você não vai ver esse sectarismo renitente que se manifesta. Mas esse sectarismo se transformou, em alguns momentos, para alguns países, num instrumento de política externa, porque perceberam que, só naquele ponto, poderiam ter ganhos circunstanciais.

Encerro por aqui. Eu queria apenas trazer à luz essa explicação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Professor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, peço-lhe 30 segundos, só para fazer aqui uma...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Concedo-lhe alguns segundos, porque já estamos praticamente encerrando.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Serão 30 segundos.

Sr. Presidente, é apenas para parabenizar também os nossos convidados.

Estou acompanhando atentamente este debate complexo, muito difícil de entender. Espero que os árabes possam ter um pouquinho de sorte a mais do que tiveram os haitianos que vieram ao Brasil. Digo isso porque entraram pelo meu Estado, pelo Acre...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ...em condições sub-humanas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que nós nos preparemos para recebê-los melhor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – No dia em que o Acre não suportou e colocou mil haitianos dentro de um ônibus e os mandou para São Paulo, o mundo quase caiu!

Quando vejo estes debates em que vocês falam da vinda desse povo – sou completamente a favor de que o Brasil possa estender-lhes a mão –, eu me preocupo, porque o Governo brasileiro não tem essa sensibilidade. Esse povo chegou ao Acre e ficou numa situação muito difícil. Visitei alguns alojamentos em condições sub-humanas, sem as mínimas condições.

Portanto, gostei muito do debate, mas me preocupo quando faço uma relação com a situação que já vivi no meu Estado e que trouxe um problema muito grande para a nossa fronteira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, 30 segundos também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É só uma curiosidade que eu tenho. Por que a gente fala em potência e não aparece o nome da China nem da Índia, que são duas grandes potências e, inclusive, com populações muçulmanas? Onde está a China nisso?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vou ter, então, que recomeçar. Isso não dá para tocar em 30 segundos! (*Risos.*)

Em um próximo capítulo! A situação do Iêmen praticamente foi apenas aludida, e lá está acontecendo uma tragédia. Enfim, há muitos temas que poderiam se desdobrar nesse, mas a sua pergunta é, realmente, muito pertinente.

Eu tenho uma série de questões que foram mandadas para cá pelo Alô Senado e penso que muitas delas giram em torno do tema que o Senador Petecão suscitou, mas que foram também abordadas pelos nossos três convidados, que são as condições de recepção dos refugiados. A professora citou um caso de recepção exitosa e outro nem tanto. Esse tema foi bastante tratado aqui pelos nossos convidados.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu conversei com alguns haitianos naquele momento, e eles queriam voltar, porque a situação era tão difícil que lá estava melhor.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Haiti, talvez, seja aqui, como diz Caetano Veloso!

Enfim, esse tema já foi bastante tratado aqui pelos nossos convidados.

Há uma pergunta sobre se os nossos convidados têm informações sobre colaboradores na Argentina e no Paraguai, grupos terroristas que estão no Oriente Médio.

Essa é uma questão que, evidentemente, escapa à especialidade ou ao campo de conhecimento dos nossos convidados, que não são membros das forças policiais nem do Ministério Público.

Cumprimentos de São Borja ao Embaixador Fernando de Abreu, cumprimentos também a todos os demais convidados.

Há até uma recriminação a mim, injusta, porque disseram que fui irônico quando disse que não sabia da existência de um setor de combate à fome no Senado. No Senado eu sei que existe um setor de combate à fome; vários setores para outras coisas também. Agora, eu não sabia do setor de combate à fome no Ministério das Relações Exteriores, que me parece que é algo que foge, digamos assim, da competência do Ministério. Mas nós teremos ocasião de perguntar isso ao nosso Ministro das Relações Exteriores. Aliás, esse é até objeto de requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Bem, então, quero agradecer imensamente a presença dos nossos convidados. Foi uma excelente audiência pública.

Eu não vou poder acompanhá-los até a porta como faria um bom anfitrião, porque ainda temos algumas deliberações, mas espero que os senhores me relevem.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Eu é que agradeço o convite. Foi, realmente, uma experiência muito boa vir aqui conversar com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E a professora até me deu uma bibliografia para ler!

A SRª ARLENE ELIZABETH CLEMESHA – Sim, tarefa de casa! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Até logo, professora. Um abraço!

Embaixador, muito obrigado!

Bem, nós temos agora alguns requerimentos. Três requerimentos são de autoria do Senador Tasso Jereissati. São requerimentos de informação e um requerimento de fixação de um calendário de audiências públicas para elucidar a nossa Comissão a respeito do plano de trabalho já aprovado no dia 3 de março, que é sobre a avaliação geral da nossa política externa nos vários campos em que ela se exerce.

É um requerimento do Senador Tasso relativo a audiências públicas. O tema da primeira audiência é "Política comercial comprometida com a expansão comercial das empresas brasileiras". O segundo tema: "Assistência a brasileiros, migração e atração de capital humano para o Brasil". E a terceira audiência é para discutir o tema "Modernização da cooperação para o desenvolvimento do governo brasileiro".

Há também um requerimento de viagem... Desculpem, há outro requerimento do Senador Tasso Jereissati no qual requer que sejam prestados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que se seguem, base de dados em formato painel, contendo todas as ações que o Governo brasileiro promove para a cooperação humanitária e combate à fome, que é uma questão já...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Tasso Jereissati pode, então, explicar o teor do seu requerimento?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Esse requerimento é específico sobre a área de atuação, atribuições, orçamento, realizações já feitas, projetos, conexões, especificamente sobre a área de atuação, que, como V. Exª bem disse, é desconhecida de nós aqui, que pode ter até uma atuação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pode ter o seu mérito evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Hein?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pode ser relevante, mas nós não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pode ser relevante. O que nós estamos fazendo nesse requerimento é pedindo uma visão mais profunda, uma explicação mais detalhada sobre esse departamento para que nós possamos conhecê-lo melhor e até realçar mais as suas atividades.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem. Muito oportuno.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216 e do artigo 96-B, do RISF, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, as informações que se seguem.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Há também o calendário de audiências públicas relativo à implementação do nosso plano de trabalho.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro a realização de audiências públicas no contexto da avaliação de política pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B e em face do requerimento da no 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016. Audiência 01: Política comercial comprometida com a expansão comercial das empresas brasileiras, • Sugestão de data: 19 de maio de 2016. Audiência 02: Assistência a brasileiros, migração e atração de capital humano para o Brasil, • Sugestão de data: 08 de junho de 2016. Audiência 03: Modernização da cooperação para o desenvolvimento do governo brasileiro, • Sugestão de data: 23 de junho de 2016. Obs.: as sugestões de datas deverão ser ratificadas pela presidência da comissão de relações exteriores e defesa nacional.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Se não houver quem queira discutir, passa-se à votação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovado.

Há também outro requerimento, de autoria do Senador Tasso Jereissati, em que ele solicita uma série de dados a respeito desse sistema que nós já mencionamos – conquista de novos mercados, assistência e proteção dos brasileiros no exterior e estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior. Então, há um requerimento, as questões são bastante pormenorizadas, mas todas elas ligadas ao plano de trabalho já aprovado pela nossa Comissão.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro ao Ministério das Relações Exteriores, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa no 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016, o que se segue.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Votação. (*Pausa.*)

Se não houver objeção, está aprovado esse plano de trabalho.

O Senador Cristovam Buarque vai relatar agora, de uma maneira absolutamente sucinta e telegráfica, um requerimento de viagem formulado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, que deverá se ausentar do Brasil para atender convite formulado pela Embaixada Americana no Brasil.

ITEM 7
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, no período de 19 a 21 de abril de 2016, com o propósito de participar de missão oficial aos Estados Unidos, a convite daEmbaixada Americana no Brasil. A viagem tem por finalidade conhecer as políticas públicas desenvolvidas pelo setor de produção de energias renováveis, no estado da Califórnia. O itinerário será cum-

prido por meio de encontros com autoridades e entidades gestoras do sistema elétrico das cidades de Los Angeles e de São Francisco, além de visitas a plantas de produção de energia solar do estado, com o intuito conhecer as iniciativas desenvolvidas e implementadas neste setor. Comunico ainda, nos termos do artigo 39 - inciso I, que no período de 17 a 24 de abril de 2016, estarei ausente do país.

Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Simples e rápido: trata-se de um pedido de licença do Senador Fernando Bezerra Coelho para uma viagem aos Estados Unidos entre 19 e 21 de abril de 2016. Eu me manifesto pela aprovação da matéria com muito prazer, Senador, esperando que, nesses dias, não haja votação de *impeachment* aqui. (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2016.

Às dez horas e quinze minutos do dia sete de abril de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Cristovam Buarque, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Humberto Costa, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Flexa Ribeiro. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e dezoito minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia.PAUTA: ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que "Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal." Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, de 2015 – Complementar, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Dá nova redação ao parágrafo único do art. 199 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispensar da aprovação do Congresso Nacional tratados que disponham sobre troca de informações com Estados estrangeiros." Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. ITEM 7) AVISO Nº 59, de 2015, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão n° 2252/2015 - TCU - Plenário, referida a deliberação acompanhada dos respectivos Relatórios e Votos, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança do conjunto políticas públicas para o fortalecimento da faixa. TC-014.387/2014-0." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2012, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que "Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria com uma Emenda. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e vinte e seis minutos reassume a presidência o Senador Valdir Raupp. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALDEMO SERAFIM GARCIA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor-Leste." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Mauritânia." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício." É designado Relator *ad hoc* o Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos dos artigos 90, V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a participação do Embaixador da República Argentina, Carlos Magariños, para debater as perspectivas da integração Brasil-Argentina tendo em vista os 30 anos do lançamento do Programa de Integração e Cooperação Econômica." Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO Nº 238, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requer, nos termos do art. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar em missão parlamentar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal nos Estados Unidos da América e no México, no período de 18 a 22 de abril de 2016, com ônus para o Senado." Concede a palavra ao Relator, Senador Tasso

Jereissati, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o Ministro de Estado da Defesa, para prestar informações no âmbito de suas competências. Convidado: Aldo Rebelo, Ministro de Estado da Defesa. O Presidente convida o Ministro Aldo Rebelo a compor a mesa. O Presidente registra a presença das seguintes autoridades: Almirante-de-Esquadra Eduardo Barcellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha; General-de-Exército Eduardo Dias Costa Villas Bôas, Comandante do Exército; Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, representando o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato; e Almirante-de-Esquadra Ademir Sobrinho, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. O Presidente concede a palavra ao Ministro para sua exposição. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e vinte e quatro minutos assume a presidência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Ana Amélia, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Antonio Anastasia. O Presidente concede a palavra ao Ministro para novas considerações. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque. O Presidente agradece a presença do Ministro. Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu vou pedir a gentileza do Senador Antonio Anastasia para presidir enquanto não chegam os Relatores das indicações dos Embaixadores, a fim de que eu possa fazer a leitura de dois relatórios. Depois a gente volta à relatoria dos Embaixadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, com muito gosto agradeço a confiança.

Primeira notícia: retirada de pauta do item nº 4 e do item nº 5, o que nos leva aos itens de nºs 6 e 7, ambos sob sua relatoria, Senador Valdir Raupp.

São os seguintes os itens retirados:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.
Observações:
Em 03/12/2015, a Matéria constou da Pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, de 2015
- Não terminativo -

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 199 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispensar da aprovação do Congresso Nacional tratados que disponham sobre troca de informações com Estados estrangeiros.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Em 18/02/2016, a Matéria constou da Pauta.)
Passamos ao item 7.

ITEM 7
AVISO Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão n° 2252/2015 - TCU - Plenário, referida a deliberação acompanhada dos respectivos Relatórios e Votos, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança do conjunto políticas públicas para o fortalecimento da faixa. TC-014.387/2014-0.

Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.
Observações:
Em 18/02/2016, a Matéria constou da Pauta.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Casa o Aviso nº 59, de 2015, do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, em cumprimento ao subitem 9.11 do Acórdão nº 2.252/2015–TCU–Plenário, cópia da Deliberação (acompanhada dos respectivos Relatório e Voto), prolatada pelo Plenário do TCU, na Sessão Ordinária de 9 de setembro de 2015, ao apreciar o processo nº TC-014.387/2014-0, relatados e discutidos os autos de auditoria operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira, com o propósito de aprimorar a atuação governamental nessa região e melhorar o desempenho da Administração Pública. O processo em questão teve como relator o Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

Análise.

Os Ministros do TCU, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 combinado com o art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno, ante as razões expostas pelo Relator acordaram em:

1. Recomendar à Casa Civil da Presidência da República, à Vice-Presidência da República e aos coordenadores do Plano estratégico de Fronteiras (Ministério da Defesa, da Fazenda e da Justiça) o aperfeiçoamento da estrutura de liderança a ser praticada no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras.

É ressaltada a importância da definição de funções e responsabilidades a cargo dos coordenadores do Plano, em conjunto com seus órgãos partícipes, assim como com o Centro de Operações Conjuntas e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, em comum acordo com os Estados, para que sejam reconhecidos pelo conjunto dos órgãos que participam da política de segurança na fronteira, havendo necessidade de estabelecimento de indicadores objetivos que permitam avaliar a efetividade das ações previstas nos programas correspondentes;

Como esse relatório é muito extenso, levaria aqui praticamente meia hora, eu vou direto ao voto, até porque todas as Srªs e Srs. Senadores já têm cópia do relatório. Então, vamos direto, Sr. Presidente, ao voto.

Ante o exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do conteúdo do Relatório das Atividades do TCU, referente ao Aviso nº 59, de 2015: e

b) considerando que não há providências a serem tomadas, encaminhe o processado ao arquivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Valdir Raupp, faltando ainda uma presença, nós vamos ao item nº 6, para a leitura de V. Exª, igualmente Relator.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2012
- Não terminativo -

Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias.

Autoria: Deputado Sandes Júnior.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.
Observações:
- Em 18/02/2016, a Matéria constou da Pauta.

Com a palavra o Relator, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 71, de 2012, que dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias, de autoria do Deputado Sandes Júnior.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado em caráter conclusivo pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de Desenvolvimento Urbano e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo sido sua redação final aprovada pela CCJC em 3 de julho de 2012.

Encaminhado ao Senado Federal, em 17 de julho de 2012, o projeto foi distribuído, em 1º de agosto de 2012, a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

Em 31 de outubro de 2012, foi designado relator o Senador Inácio Arruda, que apresentou, em 4 de abril de 2013, relatório pela aprovação.

Com a saída do Senador Inácio Arruda desta Comissão, foi designado, em 6 de agosto de 2013, novo relator, o Senador Luiz Henrique, que, em 8 de agosto de 2013, devolveu o projeto para redistribuição.

Em 3 de setembro de 2013, foi designada como relatora a Senadora Ana Amélia, que apresentou, em 2 de outubro de 2013, relatório pela aprovação da matéria.

Em 24 de outubro de 2013, em atendimento a requerimento do Senador Pedro Taques, hoje Governador do Mato Grosso, o projeto foi encaminhado à Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da segurança pública no Brasil.

Sr. Presidente, também vamos direto ao voto, para ganharmos tempo, aproveitando que os Senadores estão chegando aqui.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 71, de 2012, com a seguinte emenda:

Emenda da Comissão de Relações Exteriores

Dê-se ao art. 1° do PLC nº 71, de 2012, a redação que se segue, suprimindo-se, em decorrência, o seu art. 2º, e renumerando-se os demais artigos:

Art. 1º O Município que não seja atendido por unidade de Corpo de Bombeiros Militar poderá celebrar convênio com o Corpo de Bombeiros Militar do respectivo Estado, para organizar brigadas de incêndio voluntárias, que exercerão atividades complementares de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, e defesa civil.

.....

§ 2º As instalações a serem usadas pelas brigadas de incêndio voluntárias serão disponibilizadas a título precário pelo Município.

§ 3° Os materiais e equipamentos a serem usados pelas brigadas de incêndio voluntárias serão disponibilizados a título precário pelo Corpo de Bombeiros Militar do respectivo Estado."

Reputo esse, Sr. Presidente, um projeto muito importante por tratar da implantação de unidades de bombeiros nas cidades que não possuem uma.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Não havendo quórum ainda para deliberação, devolvo a Presidência a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Anastasia, obrigado.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Aldemo Serafim Garcia Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Minis-

tério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor-Leste.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Ana Amélia.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é até com muito prazer que faço este relatório porque o Diplomata agora indicado, o Aldemo Serafim Garcia Júnior, Ministro de Segunda Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, que vai para a Embaixada do Brasil na República Democrática do Timor-Leste, teve um papel relevante nesta Comissão, ao tempo em que a presidia o Senador Ricardo Ferraço. Então, é um Diplomata de grande e fluida convivência com os Senadores e tem uma boa experiência nessa relação institucional, o que lhe dá, como é que se diz, um avanço no seu currículo de uma experiência dessa relação com a Casa, com o Senado Federal.

As informações da biografia do Ministro de Segunda Classe: ele é filho de Aldemo Serafim Garcia e Joana D'Arc de Andrade Garcia. Nasceu em 24 de abril de 1959, em Natal, RN.

Ingressou na Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores em 1982. Foi nomeado Terceiro Secretário em 1983 e promovido a Segundo Secretário em 1987. É Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Em 2006, foi aprovado no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, com a tese "A Câmara dos Deputados nas Relações Internacionais do Brasil (1998 a 2004)".

Entre as funções desempenhadas ao longo de sua carreira na Secretaria de Estado, cabe mencionar as de assessor na Divisão da Ásia e Oceania I (1984-1986); assessor na Divisão de Feiras e Turismo (1986-1988); assessor da Secretaria de Relações com o Congresso (1994-1997) e assessor na Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores (2005-2006).

Exerceu funções também no Ministério da Cultura, como Secretário-Executivo da Comissão Organizadora do Centenário do Presidente Juscelino Kubitschek (2001-2003); na Câmara dos Deputados, junto à sua Presidência, como Assessor de Relações Internacionais (2003-2005); no Ministério das Comunicações, como Chefe da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (2011-2013); nesta Comissão de Relações Exteriores, como mencionei no início desta dissertação, como Assessor Diplomático (2013-2015) e como Assessor Especial no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (desde 2015).

Em postos no exterior foi Encarregado de Negócios na Embaixada em Argel (1992-1994) e na Embaixada em Lomé (1996), tendo exercido funções também na Delegação junto à OEA, em Washington (1997- 2001). Foi ainda Cônsul-Geral Adjunto em Toronto (2006-2011) e serviu na Embaixada em São Salvador (2008) e na Embaixada no Kuaite (2009) como Encarregado de Negócios em missão transitória e no Consulado-Geral em Nagoia.

Chefiou a delegação brasileira ao XXIII Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas em Tegucigalpa (1998) e foi Diretor do pavilhão brasileiro nas seguintes exposições: I Exposição Industrial Brasileira em Cabo Verde (1986); IV Salão Internacional da Alimentação, Hong Kong (1986) e V Exposição Mundial de Telecomunicações, Genebra (1987).

O diplomata recebeu algumas condecorações, entre elas, a Medalha Comemorativa do centenário do Presidente Juscelino Kubitschek, do Ministério da Cultura (2002); Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador (2004) e Medalha Presidente Juscelino Kubitschek do Governo de Minas Gerais (2011).

O documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a República Democrática de Timor-Leste conta com população de 1,1 milhão de habitantes (dados de 2014) e Produto Interno Bruto nominal da ordem de US$4,48 bilhões, sendo uma república parlamentarista. Os idiomas oficiais, para nossa alegria, são o português e o tétum.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Timor-Leste por ocasião de sua independência, em 2002. O relacionamento bilateral caracteriza-se pela existência de vínculos culturais, decorrentes da herança lusófona, comum aos dois países. Trata-se do único país da Ásia e Oceania a adotar a língua portuguesa como idioma oficial, integrante da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

No que tange à cooperação bilateral, o programa de cooperação celebrado com o Brasil é bastante amplo, concentrando-se em setores fundamentais para a construção do Estado timorense, como a consolidação da lusofonia e do sistema jurídico romano-germânico, justiça e segurança e formação de mão de obra.

Timor-Leste é um dos países mais beneficiados pela cooperação brasileira. O país apoia a candidatura brasileira a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado. Ademais, faz parte, desde 2012, da Diretoria do Brasil no Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional, o que está em sintonia com os esforços do Brasil no sentido de ampliar a visibilidade e a voz dos países menores dentro do FMI. A defesa dos interesses desses países em seu relacionamento, nem sempre fácil, com o FMI tem sido reconhecida e apreciada pelas autoridades do Timor Leste.

O Brasil firmou Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica com o Timor Leste em 20 de maio de 2002. Desde 2000, antes mesmo da assinatura daquele ato internacional, 67 iniciativas bilaterais de cooperação técnica já foram executadas sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores em Timor-Leste. Com um investimento aproximado de US$ 6 milhões, dos quais cerca de US$ 2,2 milhões constituem recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), os projetos contemplados na cooperação são nove, estando cinco em execução, dois em negociação e dois concluídos. São sete as áreas temáticas: 1) formação profissional e mercado de trabalho, 2) justiça, 3) segurança nacional, 4) cultura e patrimônio nacional, 5) agricultura, 6) educação, 7) governança e apoio institucional.

No âmbito da cooperação técnica Brasil/Timor-Leste, a informação encaminhada pelo Itamaraty destaca o projeto de Fortalecimento do Setor de Justiça – VI Fase, já concluído e que se configura como projeto de referência; e o Centro de Formação Profissional Brasil/Timor-Leste (Centro Becora), em parceria com o SENAI. O Brasil presta também importante contribuição no tocante à consolidação do Estado timorense por meio de projetos de fortalecimento institucional do Serviço Nacional de Inteligência e da Comissão da Função Pública por meio de parcerias com a UnB, ESAF e o Arquivo Nacional. Também na vertente educacional e de consolidação da língua portuguesa dá-se a cooperação com o Brasil, por meio do envio de professores brasileiros e a vinda de estudantes timorenses ao Brasil. Em 2015, havia 212 estudantes timorenses em universidades brasileiras com bolsas do governo do Timor-Leste.

O comércio entre o Brasil e o Timor-Leste chegou a US$ 4,9 milhões em 2014 com superávit de US$ 4,9 milhões na balança comercial para o Brasil, que nada importou naquele ano do Timor-Leste. O Brasil exporta para aquele país carnes e miudezas comestíveis; máquinas e equipamentos mecânicos; preparações de carnes, peixes ou crustáceos e livros e outros produtos gráficos.

A comunidade brasileira no Timor-Leste é estimada em 144 brasileiros, entre missionários religiosos, participantes dos projetos de cooperação com o Brasil e funcionários das Nações Unidas, além de assessores contratados pelo governo timorense.

Diante da natureza da matéria, o voto é, claro, com louvor, aprovado.

Eu queria apenas lembrar que tive, como jornalista, a oportunidade, Senador Anastasia – e V. Exª, pelo conhecimento intelectual e cultural –, de estar *in situ,* em 2002, no Timor-Leste. Isso aconteceu logo no começo da independência. O país estava indo para a sua primeira eleição, convivendo com Xanana Gusmão, o grande líder desse processo. Havia também um religioso – e me falhou agora a memória – que teve também um papel muito importante no Timor-Leste.

O Timor-Leste é uma ilha, um enclave na ponta da Indonésia, muito próximo da Austrália. E a preservação da língua portuguesa é muito interessante naquele lugar tão distante, tão longínquo de outros países de língua portuguesa. É interessante essa relação com o Brasil. Eu acho que o Presidente Fernando Henrique fez uma boa viagem.

Ainda havia o problema do risco de explosão de minas na região por conta da disputa com a Indonésia. Mas acho que, ao fim e ao cabo, a pacificação e a independência daquele país acabaram... Um pequeno, mas muito bonito país. O Timor-Leste é muito bonito. Díli, a capital, é muito interessante; tem um belo mar que bordeia toda a sua costa.

Naquela época, as dificuldades eram enormes. A gente chegou lá com dificuldades e saiu, também, com dificuldades. Então, valeu a experiência de ter conhecido aquela parte do mundo.

É, também por isso, um prazer relatar a indicação do Ministro Adelmo para a Embaixada Brasileira no Timor-Leste.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Antes de passar a palavra à Senadora Vanessa, como temos quórum, vamos votar os dois itens que já foram relatados por mim há pouco.

Primeiramente, vamos votar o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2012, não terminativo.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o relatório com a emenda apresentada.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
Em apreciação, agora, o Item nº 7 (Aviso nº 59, de 2015), não terminativo.
Em discussão o relatório. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Mauritânia.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a nobre Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 9, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Leonardo Carvalho Monteiro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Mauritânia. O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de Ivan Carvalho Monteiro e Zenaide Carvalho Monteiro, o Sr. Leonardo Carvalho Monteiro nasceu em 22 de junho de 1958, em São Paulo, SP, capital.

Formou-se em Letras pela Universidade Mackenzie/SP em 1979 e ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores em 1982. Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1983 e promovido a Segundo-Secretário em 1987, a Primeiro-Secretário em 1997, a Conselheiro em 2006 e a Ministro de Segunda Classe em 2015.

Entre as funções desempenhadas ao longo de sua carreira na Secretaria de Estado cabe mencionar as de assistente na Inspetoria-Geral de Finanças (1983-1986); assessor e Subchefe da Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros (1994-1997); Subchefe da Divisão do Pessoal (2005-2006); assessor do Departamento do Serviço Exterior (2006-2007) e coordenador da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007-2010).

No exterior, serviu na Embaixada em Copenhague; no Consulado-Geral em Ciudad del Este como Cônsul-Geral Adjunto (1988-91); no Consulado-Geral em Barcelona, também como Cônsul-Geral Adjunto (1997-2000); nas Embaixadas em Wellington (2000-03) e em Varsóvia (2003-05); em missão transitória na Embaixada em Islamabad, como Encarregado de Negócios (2006-2007); no Consulado-Geral em Paris como Cônsul-Geral Adjunto (2010-2014) e na Embaixada em Jacarta como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios (de 2014 até a presente data).

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a República da Mauritânia conta com população de 3,8 milhões de habitantes (dados de 2013) e Produto Interno Bruto nominal da ordem de US$4,3 bilhões (estimativa de 2014), sendo uma república semipresidencialista. Praticamente 100% de sua população pratica a religião muçulmana.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Mauritânia em 1960, e nossa Embaixada em Nouakchott foi aberta em 2010, após a Mauritânia haver restabelecido a normalidade institucional que havia sido rompida com um golpe de Estado em agosto de 2008.

Em 2012 foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com o Brasil, e no mesmo ano paramédicos do Instituto Nacional de Cardiologia (INC) realizaram duas missões à Mauritânia, para capacitar paramédicos mauritanos em apoio a cirurgias cardíacas.

Ainda em 2012, foram entregues à Mauritânia duas aeronaves A-29 Super Tucano, adquiridas pela Força Aérea da Mauritânia, no valor aproximado de US$40 milhões. A Embraer também vendeu ao governo mauritano aeronave civil ERJ-145XR, entregue em julho de 2014.

A informação enviada pelo Itamaraty registra também a presença de cooperação humanitária brasileira que vem ocorrendo por meio dos organismos especializados das Nações Unidas, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e do Fundo das Nações Unidas para a Infância, em apoio a refugiados malineses na Mauritânia e a programas de segurança alimentar e nutricional no país.

No tocante às relações econômicas, o fluxo comercial bilateral cresceu cerca de 400% desde 2003, sendo que o Brasil tem amplo superávit. Em 2014, o valor das vendas brasileiras à Mauritânia somou US$ 106 milhões, com compras de apenas US$137 mil. O Brasil exporta para a Mauritânia principalmente açúcares e carnes e compra peles e máquinas elétricas. Segundo informa o documento encaminhado pelo Itamaraty, há potencial para a expansão das relações econômicas.

A comunidade brasileira na Mauritânia é estimada em seis pessoas, que atuam em ONGs internacionais ou realizam atividades de cunho humanitário e social.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas, Sr. Presidente, as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Fomos informados que o Senador Lasier talvez não chegue a tempo. Então, vamos passar, *ad hoc*, a relatoria que seria do Senador Lasier ao Senador Anastasia.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Lasier Martins.
Relator *ad hoc:* Senador Antonio Anastasia.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia, para proferir *ad hoc* o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Nedilson Ricardo Jorge, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino de Lesoto e na República de Maurício.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vita*e do diplomata.

O Sr. Nedilson Ricardo Jorge nasceu no Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1964, filho de Ney Jorge e Nancy Nascimento. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, em 1986, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1987, e iniciou sua carreira no ano seguinte, no posto de Terceiro-Secretário, observando o percurso profissional padrão do Itamaraty.

Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2005, quando defendeu a tese intitulada "Técnicas de Negociação Diplomática: Estratégias e Táticas".

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro, em 2004; a Ministro de Segunda Classe, em 2007; e a Ministro de Primeira Classe, em 2015. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de chefia na Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, entre 2000 e 2003; de Assessor e Subchefe de Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2005; e Diretor do Departamento da África, de 2010 até o presente. Atualmente, exerce também o cargo de professor de Técnicas de Negociação no Instituto Rio Branco.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires, além de chefiar a delegação brasileira na VI Reunião do Grupo de Trabalho de Serviços da Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca), em 1998.

O diplomata recebeu as honrosas condecorações Medalha Mérito Tamandaré e a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a África do Sul, Lesoto e Maurício, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, das quais extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República da África do Sul tem três capitais: Pretória, Cidade do Cabo e Bloemfontein. A área do país é de 1.219.090 km², com população de 54 milhões de habitantes. Seu PIB é de US$685 bilhões, o que proporciona um PIB *per capita* da ordem de US$12,7 mil. A expectativa de vida naquele país, em 2013, era de 57 anos.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a África do Sul em 1948. No mesmo ano, foi aberta legação diplomática em Pretória, transformada em Embaixada em 1974, em função do repúdio brasileiro ao *apartheid*. Já a África do Sul abriu seu escritório no Brasil em 1952, convertendo-o em Embaixada em 1971. Desde o final do regime do *apartheid*, Brasília e Pretória vêm aprofundando a cooperação bilateral em áreas relevantes.

A cooperação no setor de defesa tem ocupado posição central na relação bilateral. O marco é o Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, assinado em 2003. Trata-se do principal canal para o encaminhamento dos projetos no setor. Autoridades brasileiras e sul-africanas consideram a cooperação bilateral em defesa extremamente satisfatória, pois as parcerias vêm resultando no desenvolvimento de equipamentos de última geração.

A falta de recursos tem também impedido que Brasil e África do Sul aproveitem o fato de ambos terem escolhido a aeronave sueca Gripen como principal equipamento de sua aviação de caça.

O ponto central do relacionamento entre os dois países é a participação nos BRICS. Realizada em 2014, a Cúpula de Durban foi marco importante para a África do Sul, por consolidar sua presença nos BRICS e por ter lançado as bases para a institucionalização do mecanismo: o Novo Banco de Desenvolvimento e o Acordo Contingente de Reservas. Desde então, a importância dos BRICS tem crescido tanto nas avaliações do governo sul-africano quanto nas análises de respeitados *think tanks* do país e de meios de comunicação.

Além dos BRICS, Brasil, África do Sul e Índia integram outra iniciativa integracionista: o Ibas. Estabelecido em 2003, o Fórum Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) congrega três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento. Desde 2006, houve cinco reuniões de cúpula do Ibas. Cabe ter presente que o BRICS tem alargado sua agenda de cooperação interna para abarcar temas que o Ibas se ocupa desde sua fundação, como agricultura, saúde, ciência e tecnologia, governança global, entre outros.

Informo, Sr. Presidente, que o comércio bilateral entre o Brasil e a África do Sul cresceu 14,3% entre 2005 e 2014, saindo da ordem de US$1,713 bilhão para US$1,957 bilhão. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil e os superávits vêm a apontar nos últimos anos.

Basicamente, nós temos na pauta de exportação brasileira forte presença de produtos manufaturados, com 74% do total, o que é raro e merece aqui destaque, especialmente tratores rodoviários, automóveis e açúcar. A África do Sul foi o 20º mercado global de destino para os produtos manufaturados brasileiros. Em território africano, o país foi o terceiro destino para as exportações brasileiras, após Egito e Angola. Por sua vez, as importações do mercado sul-africano aumentaram 114% nesse mesmo período, especialmente a importação na área de polipropileno, paládio, ligas de alumínio, carvão, herbicidas e também automóveis.

O Reino do Lesoto, por sua vez, país de 30 mil km², fica totalmente encravado no território da África do Sul. Tem população de 2 milhões de habitantes, que partilham uma economia muito pobre, com IDH de 0,450 e expectativa de vida de apenas 49 anos de idade.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Reino do Lesoto em 1970, mas nunca abriu Embaixada residente no país, era cumulativamente com a Embaixada em Maputo, em Moçambique, até 1997, quando foram assumidos pela Embaixada em Pretória.

O Governo do Lesoto tem manifestado, com frequência, intenção de dar início a projetos bilaterais de cooperação com o Brasil. O comércio bilateral ainda é incipiente.

Por seu turno, a República de Maurício está localizada em uma ilha de 2 mil km^2, a leste de Madagascar, com população de 1,286 milhão de habitantes. Tem índices relativamente elevados de desenvolvimento socioeconômico. Seu PIB *per capita* é de US$18.290 e a expectativa de vida média de sua população é de 73,4 anos.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974 e, embora tradicionalmente distantes, os contatos entre ambos os países se intensificaram nos últimos anos. Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol.

Maurício é membro observador da CPLP, como vários países de língua portuguesa, desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu o único projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de um programa de leitorado na Universidade de Maurício.

O comércio bilateral cresceu mais de três vezes entre 2003 e 2014.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, Sr. Presidente, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Anastasia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Vamos apreciar agora dois requerimentos, para, em seguida, iniciarmos a audiência pública com a presença do Ministro da Defesa, Deputado Aldo Rebelo.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos artigos 90, V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a participação do Embaixador da República Argentina, Carlos Magariños, para debater as perspectivas da integração Brasil-Argentina tendo em vista os 30 anos do lançamento do Programa de Integração e Cooperação Econômica.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 238, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar, em missão parlamentar, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal nos Estados Unidos da América e no México, no período de 18 a 22 de abril de 2016, com ônus para o Senado.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Requerimento nº 238, de 2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que solicita licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa, com o propósito de participar de missão parlamentar entre os dias 18 e 22 de abril do corrente ano, nos Estados Unidos da

América e México, cumprindo o mister de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

A viagem tem por finalidade a participação em reuniões com diversas autoridades estrangeiras em Washington e na Cidade do México.

Adicionalmente, comunica que, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, estará ausente do País entre os dias 15 e 25 de abril de 2016.

No plano regimental, o pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento. O art. 40, por sua vez, estipula que a ausência do Senador, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda, em seu §4°, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou aquela que tiver maior pertinência.

É importante registrar que o Senador Aloysio Nunes Ferreira é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, cumprindo desta maneira suas atividades institucionais, nas reuniões com as autoridades, em sua visita ao exterior.

Observada a regimentalidade, registramos a inexistência de quaisquer óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa à proposição.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Tasso.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Segunda parte: audiência pública.

Esta audiência pública é realizada em atendimento ao §2º do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, para discutir a situação da pasta, bem como prestar informações no âmbito de suas competências.

Para participar desta reunião, convido, para que tome assento à Mesa, o Exmo Sr. Ministro da Defesa, Aldo Rebelo.

Peço que a Senadora Ana Amélia acompanhe o Ministro. (*Pausa.*)

Eu gostaria de registrar as presenças do Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha; General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército; Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, representando o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato; Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Esta audiência pública será realizada em caráter terminativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Ministro Aldo Rebelo terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, dispondo o interpelante de cinco minutos. O Ministro tem assegurado igual prazo para resposta. Os Senadores poderão contraditar pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Ministro de Estado da Defesa, Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO – Bom dia a todos.

Prezado Senador Valdir Raupp, que preside esta reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; prezados Senadores; Senadora Ana Amélia, Senador Tasso Jereissati, Senador Antonio Anastasia, Senador Cristovam Buarque, ex-Governadores dos nossos queridos Estados do Ceará, de Minas Gerais e do Distrito Federal; Senadora Vanessa Grazziotin; prezado Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha; prezado General Eduardo Villas Bôas, Comandante do Exército; prezado Brigadeiro Botelho, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; prezado Almirante Ademir, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no Ministério da Defesa; prezado General Joaquim Silva e Luna, Secretário-Geral do Ministério da Defesa; Srs.

Oficiais-Generais aqui presentes; minhas senhoras e meus senhores; eu destaco, em primeiro plano, a grande honra de poder apresentar à Comissão de Defesa do Senado Federal o estado da arte do Ministério da Defesa e os seus planos para a defesa nacional e de fazê-lo na presença não apenas de ilustres Senadores, mas também dos principais chefes das Forças Armadas do nosso País.

Política de defesa é parte inseparável de qualquer projeto nacional na atual etapa histórica da humanidade, quando os Estados nacionais constituem os meios pelos quais a humanidade busca organizar seu destino, preservar seus objetivos e seus interesses e guardar, dentro de fronteiras que delimitam soberania, os seus objetivos nacionais. E não há proteção de soberania e objetivo nacional que não sejam garantidos pela existência dessas instituições das Forças Armadas. As Forças Armadas são também parte e só fazem sentido integrando um projeto nacional e um projeto de desenvolvimento do País. Não há Forças Armadas separadas do desenvolvimento científico, do desenvolvimento tecnológico, do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social, do desenvolvimento integrado do País. Forças Armadas ou se beneficiam ou padecem automaticamente: ou se beneficiam dos nossos avanços, dos nossos progressos, das nossas virtudes, das nossas conquistas ou padecem exatamente pelas nossas deficiências, pelas nossas mazelas, por aquilo que nós deixamos ou somos impossibilitados de alcançar e de fazer.

O Brasil, na fase mais recente, produziu o seu primeiro documento de defesa de um governo civil no ano de 1996, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Traçou-se ali o primeiro esboço de uma política nacional de defesa do primeiro governo civil depois da redemocratização.

A partir daí, o Executivo e o Congresso deram passos importantes na organização de um pensamento, de uma Política Nacional de Defesa, de uma estratégia nacional de defesa e de medidas que configurassem a consolidação da política e da estratégia, com a criação, em 1999, do Ministério da Defesa.

Recentemente, esse Ministério da Defesa passou por alterações institucionais importantes, marcadamente na gestão do Ministro Nelson Jobim, com a criação do Estado Maior conjunto, que deu sentido pleno às razões da existência do Ministério da Defesa, e mais recentemente, em 2013, com a criação da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.

Política de defesa é o resultado do encontro ou da composição de duas condições incontornáveis. A política de defesa existe, em primeiro plano e em primeiro lugar, como destino. São as condições que o país não escolhe: ou que lhe foram oferecidas pela natureza, pela geografia, ou que foram colhidas pelo seu processo de formação social e de desenvolvimento. A política de defesa do Brasil está, portanto, condicionada à sua geografia: à sua dimensão, aos seus quase 17.000km de fronteira; ao seu espaço aéreo continental; à sua geografia marítima gigantesca, a chamada Amazônia Azul, aos seus 4,5 milhões de km² de águas jurisdicionais.

Essa geografia, em primeiro plano, condiciona a nossa política de defesa. Traçar política de defesa desconhecendo essas exigências, o que projeta essa geografia, o seu espaço continental, é fator de crise de identidade, porque você vai tentar responder a uma exigência natural, geográfica ou de destino com respostas inadequadas. Além disso, a nossa política de defesa tem contornos geopolíticos, tem que obedecer às condições da nossa localização, do nosso entorno e do que isso estabelece para nossa segurança nacional; a política de defesa tem que levar em consideração o tamanho da nossa economia, o que nós temos a preservar e a defender, a distribuição da nossa riqueza pelo espaço físico do País. Por exemplo, a presença de uma imensa riqueza energética em águas jurisdicionais, a circulação do comércio internacional do Brasil pelos nossos portos. A política de defesa tem que considerar a nossa população, o fator demográfico, a distribuição dessa população; a política de defesa tem que levar em conta o nível de desenvolvimento da nossa ciência, da nossa tecnologia, a nossa capacidade de criar uma indústria de defesa autônoma não apenas materialmente, mas cientificamente e tecnologicamente.

Esses dois elementos, o do destino e o da escolha, compõem os fatores incontornáveis que delineiam a nossa política de defesa.

Nós, a partir desses fatores, passamos, então, a traçar as diretrizes e as orientações destes três documentos: a Política Nacional de Defesa, que está em processo de atualização; a Estratégia Nacional de Defesa, que obedece também à mesma exigência; e o Livro Branco de Defesa. São esses os três documentos que o Ministério da Defesa organiza, redige e propõe ao Poder Executivo, e o Poder Executivo os envia para apreciação e debate no Congresso Nacional, muito embora, já no processo de preparação, o Congresso e o Senado Federal tenham participado intensamente. Esta própria Comissão tem produzido documentos basilares sobre a atuação. Destaco aqui um documento do ano passado da Comissão que teve como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que tratou exatamente da Indústria Nacional de Defesa – considero-o um documento muito importante e uma contribuição decisiva para o Ministério da Defesa.

O Brasil, ao responder a esses desafios, considera os fatores internos para traçar a sua política, destacadamente aqueles que traduzem vulnerabilidade ou risco maior para o País.

Temos o caso da Amazônia, que é um espaço gigantesco do nosso Território marcado por uma baixa densidade demográfica, por um baixo nível de desenvolvimento econômico e social, por um elevado índice de desajustes e de desequilíbrios, marcando áreas já de algum nível de desenvolvimento, como, por exemplo, a cidade de Manaus, em função da presença da Zona Franca de Manaus, e regiões ainda inacessíveis, onde as populações vivem, do ponto de vista da logística e do transporte, ainda no período colonial, aonde não se tem acesso, a não ser a algumas localidades pela Força Aérea, aonde nem por água ou por estrada se tem acesso. Essa região traduz vulnerabilidades diversas, porque é uma extensa fronteira. Eu não diria que são fronteiras abandonadas, mas fronteiras ermas, fronteiras que não estão guarnecidas pelos fatores permanentes de proteção, que é a presença de uma população, da atividade econômica, da atividade agrícola, da atividade comercial e cultural, onde há um ou outro Pelotão de Fronteira que marca a presença do Estado e a posse daquela área, mas com a precariedade que essas condições apresentam e traduzem.

Há ali crescentes atividades de crimes transnacionais, de crimes transfronteiriços. A presença desse nível de criminalidade, com uma população exposta a condições de vida muito difíceis, amplia essa vulnerabilidade. Há crescente presença de organizações internacionais, ONGs, algumas de declarado, visível e incontornável objetivo humanitário, talvez como vidas ao apelo da defesa do meio ambiente, da assistência às populações indígenas, da proteção dos ribeirinhos, mas outras têm a boa-fé como pretexto para atividades que não são condizentes com os objetivos humanitários que declaram. São organizações internacionais a serviço de causas que nem sempre ficam exatamente delimitadas, mas que não se confundem com as causas humanitárias de outras organizações que por ali trabalham e por ali atuam.

É preciso lembrar aqui, no Senado Federal, que a Amazônia foi objeto antigo de disputa entre todas as potências coloniais. A persistência de Portugal deu ao império colonial português a parte maior do território, mas aquelas três Guianas remanescentes no maciço, à francesa, continuam como possessão francesa, como território de ultramar até hoje. O Suriname, que era a presença holandesa, e a outra presença inglesa são como fatores permanentes da disputa que se estabeleceu pelo domínio do grande vale do Rio Amazonas. Preciso, inclusive, lembrar que, já no século XX, já no começo do século passado, o Brasil perdeu parte do seu território, numa arbitragem malsucedida a cargo do rei da Itália, quando nos tirou, para entregar à Inglaterra, área já demarcada e já reconhecida como área brasileira do território de Roraima, na chamada Questão do Pirara.

Canhoneiras da Marinha americana se deslocaram pela calha do Rio Amazonas, no fim do século XIX, em função da questão do Acre, além da epopeia e das expedições de Pedro Teixeira e de Raposo Tavares, épicas, heroicas e decisivas para que o espaço da Amazônia fosse depois um legado, uma herança do espaço físico e da base física do nosso País. É preciso, portanto, que a Amazônia seja considerada, na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, como área ou como tema merecedor da nossa atenção.

Governos tentaram de todas as formas contornar as deficiências, as mazelas, os desequilíbrios e as desigualdades do desenvolvimento da Amazônia. Cientistas, pesquisadores, amazônidas e de outras áreas do nosso território buscam soluções que deem perspectivas capazes de combinar desenvolvimento, oportunidade com preservação ambiental, mas isso, ainda hoje, é uma promessa. Boas promessas, mas ainda promessas.

A Amazônia ainda sofre o peso do subdesenvolvimento, das suas deficiências. Um Estado, como Roraima, hoje já é 60% de área demarcada de alguma forma. Esse Estado, com terras ricas, com grande capacidade comprovada de produzir cereais, numa fronteira próxima a do Caribe, está praticamente proibido de produzir. Ele importa etanol de São Paulo, farinha de mandioca do Paraná, leite de Rondônia. Tinha uma produção incipiente de arroz, que ocupava 1% de uma área que foi demarcada, foi proibida. Foram expulsos esses produtores do Estado.

Tomo esse exemplo mais preocupante, porque isso não traz apenas consequências econômicas e sociais, pode trazer consequências psicológicas também. Se nós não oferecermos à população da Amazônia e da nossa fronteira o braço, o apoio, a solidariedade, eu temo que os laços de identidade, que os laços que ligam aquelas populações à nacionalidade possam conhecer um processo de fragilização.

Nós não autorizamos – autorizamos agora, esta semana, por exemplo – a correção da rodovia que liga Porto Velho a Manaus, uma rodovia já existente. Quando fizemos no governo, há 40 anos, uma medida provisória para facilitar o licenciamento de reforma e de conserto de rodovias, nós excluímos a Amazônia. Eu dizia: "É justamente é a que mais precisa desse tipo de apoio". Nós não conseguimos passar um linhão que leva energia elétrica à Roraima, que depende da eletricidade de Guri, na Venezuela, que já enfrenta dificuldades para abastecer a própria Venezuela. Nós não conseguimos liberar o linhão de Tucuruí para levar energia elétrica a Roraima.

Então, senhores, eu destacaria a Amazônia como área de preocupação da segurança da defesa nacional, que tem que ser preenchida não apenas pelas ações de defesa. O Exército, a Marinha, a Força Aérea cumprem um papel relevante, mas a Amazônia só reduzirá suas vulnerabilidades e sua exposição aos riscos do crime or-

ganizado, ao risco das mazelas sociais se for alcançada por medidas de caráter mais ousado e mais ambicioso de todo o País.

Nós temos as águas jurisdicionais, onde está boa parte das nossas riquezas, principalmente de energia, o petróleo, não só do pré-sal, que está mais distante, mas da outra plataforma mais próxima da costa, e nós precisamos de cuidados que impliquem a proteção e a defesa desses recursos.

Nós temos esse entorno que nos alcança desde a África Ocidental, o Caribe, os nossos vizinhos. Nós precisamos cultivar relações próximas com os nossos vizinhos, porque, se considerarmos a teoria dos círculos concêntricos, temos que resolver primeiro os nossos problemas internos, buscar o nível de coesão social, nacional, que nos garanta a superação dos nossos desafios internos. Nós devemos procurar, no círculo seguinte, a boa convivência com os nossos vizinhos. São mais... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Ministro, Srs. Senadores, Srs. convidados, quero, em primeiro lugar, agradecer a diligência do nosso Vice-Presidente, que deu início aos nossos trabalhos e, por último, justificar minha ausência.

Eu estava aqui, numa sala ao lado, cumprindo uma função no Conselho de Ética do Senado, que está examinando uma representação contra o Senador Delcídio do Amaral. Ocorre que as coisas se prolongaram, houve várias questões processuais e eu precisei ficar lá; não tinha como me retirar. Então, lamento não ter ouvido o início da exposição do Ministro da Defesa, meu prezadíssimo amigo Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes, mas declaro que nada eu aqui disse que não seja do domínio e do conhecimento de V. Exª.

Então, temos essas águas jurisdicionais, temos o espaço aéreo continental onde a Força Aérea opera não apenas na defesa nacional, mas também na prevenção de crimes, como tem contribuído, de forma cada vez mais recorrente, para recolher aeronaves empregadas no crime transfronteiriço.

São episódios cada vez mais próximos um do outro.

E temos a nossa responsabilidade, além dos nossos vizinhos, com os nossos países fronteiriços e lindeiros de águas do Oceano Atlântico, ou seja, o Atlântico Sul como um todo ou essa faixa ocidental que está mais próxima do Brasil. Isso também nos dá enormes responsabilidades, porque, como os senhores sabem, o mar tem sido um espaço também cada vez mais usado... Não é cada vez mais usado, porque, no passado, foi muito usado, inclusive com proteção de Estados poderosíssimos; hoje os Estados poderosíssimos já não agem através da pirataria, não empregam esse meio com tanta escala, mas o crime organizado e comum tem usado as águas e os mares para prática desse crime. E o Brasil também precisa levar em conta esses elementos.

As nossas Forças Armadas, no cumprimento da sua missão, organizam as suas estratégias e as suas necessidades, que são necessidades materiais, porque, sem os meios materiais, as Forças Armadas não conseguem cumprir a sua missão; as condições intelectuais, ou seja, o preparo das mulheres e dos homens que operam essas condições materiais; e uma terceira que são as próprias condições espirituais, ou seja, Forças Armadas ligadas a causas nacionais, Forças Armadas como instrumento de ação patriótica de defesa da nossa soberania, da nossa independência. Sem isso, Forças Armadas de países como o nosso são fragilizadas. Forças Armadas de um império podem operar, atuar à margem da legitimidade da sua opinião interna. Os Estados Unidos chegaram a ter 510 mil homens no Vietnã, enquanto as ruas de Washington eram tomadas por milhões de manifestantes, e isso não alterou o nível, a capacidade da operação das Forças americanas no Vietnã. Em países como o Brasil, as Forças Armadas precisam de coesão nacional e de legitimidade nacional para o exercício da sua missão.

As Forças Armadas dispõem de projetos estratégicos para o cumprimento das suas missões. O Exército, naturalmente, é uma força de presença extensiva, porque...

(Soa a campainha.)

O SR. ALDO REBELO – ... está desde a fronteira extrema da Amazônia, desde o BV-8, lá perto do Rio Ailã, lá perto da Serra do Caburaí, até à fronteira sul, em Livramento. Então, o Exército tem essa característica, ou seja, é uma força de presença extensiva, de presença ostensiva, de grande visibilidade, mas uma força também que procura marcar a sua atividade e a sua presença com incorporação de capacidade intensiva em recursos humanos e técnicos. Dispõe de grupos, de destacamentos, de organizações de alta capacidade para emprego rápido, como é o caso da Força de Paraquedistas, das Forças Especiais, dos Comandos.

Essas Forças estão no topo da capacidade ou da capacitação das nossas Forças Armadas e do Exército. E dispõem também de um número que assegura a presença extensiva, que vão dos Tiros de Guerra, espalhados por todo o Brasil, até os núcleos e os centros de preparação de Oficiais da Reserva ou mesmo a presença dos conscritos, que todo ano se incorporam em dezenas de milhares – não sei quantos foram este ano, Villas Boas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Oitenta mil.

A Força Aérea é mais uma Força intensiva em meios, em equipamentos, em tecnologia. O Exército dispõe de um programa, que é o Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), que tem recebido recursos e que pretende cobrir todos os 17 mil ou 16,8km de fronteiras, que tem um piloto em estado avançado de implantação na fronteira com o Paraguai, naquela região de Dourados, onde temos uma brigada. É um sistema que reúne radares de alcances diversos, meios materiais, carros e que oferece a defesa da fronteira e do território e também a prevenção de crimes transfronteiriços. É um programa que tem despertado a curiosidade de muitos países. Recentemente, nós levamos 17 embaixadores de países árabes para Dourados, que tinham interesse em conhecer esse sistema e o seu funcionamento.

Nós temos o programa de Defesa Cibernética, que é para todo o Brasil, para as Forças Armadas, mas que está sob a liderança e os cuidados do Comando do Exército; temos um carro de combate, um blindado, o Guarani, de última geração, adaptado também às necessidades, às exigências, às condições de geografia, de clima, de terreno, de logística do Brasil, que é uma experiência que também tem despertado o interesse e a curiosidade de todo mundo.

Na Força Aérea, nós temos o Gripen, que é esse caça binacional. Não é mais o caça sueco; é um caça de nova geração, que foi desenvolvido para o Brasil e para a Suécia. Esse caça tem um comprimento maior, tem uma envergadura maior, tem capacidade, potência 60% maior do que a original; uma capacidade de fogo, de transporte, de arma e de equipamento. Os dois primeiros exemplares deste caça de nova geração vão ser construídos na Suécia, mas os outros serão construídos aqui, no Brasil, com a Embraer, em Gavião Peixoto, em São Paulo.

Muitos países e Ministros da Defesa já procuraram o Brasil, manifestando seu interesse em acompanhar de perto, em adquirir ou mesmo em integrar o esforço brasileiro e o sueco na construção desse caça de nova geração, que preenche plenamente as exigências e as necessidades do Brasil e da Suécia, da escala ao Brasil e à Suécia para a construção desse caça.

Nós temos também um avião de transporte, multiúso – ou multipropósito –, que é o KC-390. Esse avião, também desenvolvido no Brasil, tem também despertado interesse e curiosidade de muitos países. Já há a participação de três países na construção desse avião de transporte: Argentina, Portugal e República Tcheca.

(Soa a campainha.)

O SR. ALDO REBELO – Já há dois protótipos em operação, sendo testados, que vão oferecer ao Brasil, segundo a Embraer, uma receita provável de US$1,2 bilhão a US$2 bilhões por ano, caso o cronograma seja cumprido, e nós temos convicção de que será cumprido.

Além disso, há o satélite georreferenciado de defesa e comunicação, que também entrará em operação em breve.

A principal antena já foi instalada e já funciona aqui na Base Aérea de Brasília.

Na Marinha, nós temos o Prosub e o Prosuper.

Eu pediria ao Presidente Aloysio que me esclarecesse quanto tempo eu tenho, porque eu vou falando aqui como o homem da cobra, sem limite, e posso abusar da paciência dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ministro, eu recebi a informação do Senador Valdir Raupp de que ele havia concedido ao senhor 30 minutos. Esse tempo já se excedeu. Os assuntos ainda não foram inteiramente esgotados. Quando tempo o senhor necessitaria para concluir sua exposição inicial?

O SR. ALDO REBELO – O que o senhor determinar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É porque já há vários Senadores inscritos para depois fazerem as suas observações.

O SR. ALDO REBELO – Eu vou procurar concluir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Cinco minutos está bom?

O SR. ALDO REBELO – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim.

O SR. ALDO REBELO – A Marinha dispõe do Prosub, que é o submarino convencional e o submarino nuclear. Já investimos R$16 bilhões nesse projeto. A maior parte já foi ultrapassada. Esses equipamentos darão ao Brasil soberania compatível com as nossas necessidades nesses 7,5 mil quilômetros de litoral que nós temos, e para operar nas necessidades com a nossa vizinhança. Além disso, há agora projetos partilhados com o Ministério da Ciência e Tecnologia, como o reator multipropósito, que vai nos permitir fabricar fármacos e medicamentos para tratamento de doenças graves, pois hoje nós dependemos do exterior.

Eu queria encerrar com duas observações: a primeira é sobre o orçamento do Ministério da Defesa. Nós precisamos sustentar projetos científicos, projetos tecnológicos ou indústria de defesa compatível com as nossas necessidades, em que a compra é basicamente uma atribuição do Estado. O consumidor não vai ao mercado comprar um tanque, um foguete ou um míssil. Isso é o Estado que compra. Essa pesquisa tem desdobramento para fins civis. Todas elas são marcadas por esse dualismo: pesquisa para fim militar, mas o primeiro benefício normalmente é civil. Na ponta, por último, é que as Forças Armadas são beneficiadas. Por último. Geralmente, geram emprego, renda e desenvolvimento, impostos, para depois o produto final aparecer. Então, o orçamento para a defesa no Brasil é muito abaixo da média dos BRICS e muito abaixo, inclusive, da média da América do Sul. A nossa preocupação é exatamente dar regularidade a orçamentos para a área de defesa. Quero registrar e agradecer, porque sempre temos recebido dos Senadores e do Senado a melhor compreensão, a melhor acolhida, e a maior recepção aos nossos temas de defesa.

Por último, a valorização institucional da agenda de defesa. As Forças Armadas gozam do prestígio, do carinho, da admiração e do respeito das instituições, do Congresso, e principalmente da sociedade, mas nem sempre esse respeito, essa admiração, se traduzem no reconhecimento de que a nossa missão é a defesa do País. As atividades subsidiárias muitas vezes resultam na visibilidade do nosso trabalho – assistir a Amazônia, os ribeirinhos, os índios, transportar, assistir os irmãos do Nordeste, do Sertão, com a Operação Pipa, na qual mobilizamos 6 mil caminhões e coordenamos o atendimento à população sertaneja, no caso recente de combate ao mosquito –, mas são atividades subsidiárias. As Forças Armadas são instituições de defesa do País. Para isso é que elas existem, e essa atividade finalística deve ser fortalecida e reconhecida, para que continuem cumprindo a sua dupla jornada a defesa do Brasil e a construção do Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. ALDO REBELO – ... porque é isto que as Forças Armadas têm feito: defender e construir o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Vamos passar agora, Ministro, às perguntas e às intervenções dos Senadores. Eu não sei se eles já estão vindo, mas a Presidência já fez soar as campainhas, indicando que a Ordem do Dia poderá começar a qualquer momento.

Ministro, hoje foi convocada uma sessão extraordinária deliberativa, do Senado, na parte da manhã. Não costuma acontecer isso. Como V. Exª sabe, velho Parlamentar que é, de repente podemos ser chamados a ...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Experiente e não velho.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Experiente, experiente, jovem ainda.

Mas o fato é que vamos passar agora às perguntas dos Senadores.

A primeira inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin. Se cada um puder falar em cinco minutos... Se se for necessário mais tempo, nós daremos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora estava aflita para falar, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não vou usar meus cinco minutos, infelizmente. Mas gostaria de usá-los, sobretudo porque o Ministro Aldo discorreu muito sobre a minha região, a Região Amazônica, e falou, por exemplo, dos percentuais de preservação. E eu acho que o exemplo, Ministro Aldo, mais concreto está no Estado do Amazonas, que é o maior Estado do Brasil, com 1,5 milhão de Km^2. Temos aproximadamente 50% de nossas áreas incluídas no sistema de preservação, unidades de conservação ou terras indígenas, mas somos o Estado que efetivamente tem a maior preservação – mais de 95%. O Gen. Villas Boas sabe a que eu me refiro. E por que isso? Porque nós temos uma alternativa econômica, que é a Zona Franca. Então, é óbvio que a preservação ambiental com a criação de unidades de conservação ajuda muito. Mas o que mais ajuda é a promoção do desenvolvimento sustentável. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o papel das Forças Armadas é fundamental para a nossa região.

Presidente Aloysio, eu só gostaria de saudar o nosso querido Ministro Aldo. Não carece falar da competência que tem tido inclusive à frente do Ministério da Defesa. Cumprimento também o Gen. Villas Boas, Comandante do Exército; cumprimento o Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que comanda a Marinha, cumprimento o representante do Comandante Nivaldo, da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro Raul Botelho.

Quero dizer que, infelizmente, não vou poder ficar para o debate porque está havendo um ato de solidariedade à Presidente, um ato das mulheres, e eu vou ter que ir até lá. Então, quero cumprimentar todos e

dizer que, principalmente, fica aqui o meu reconhecimento pelo belo trabalho que os senhores desenvolvem, apesar de o orçamento ser extremamente insuficiente. Não é só insuficiente, é extremamente insuficiente. Mas acho que a competência e o compromisso das Forças Armadas têm contribuído muito para com o Brasil.

Muito obrigada e parabéns, Ministro Aldo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, caro Ministro Aldo Rebelo, quero também, como a Senadora Vanessa já o fez, saudar os comandantes. Começo pelo meu conterrâneo, o Gen. Eduardo Villas Boas, Comandante do Exército; saúdo o Comandante da Marinha, Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, saúdo o representante do Comandante da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho.

Caro Ministro Aldo Rebelo, antes de apresentar duas outras questões rápidas, quero lembrar aos nossos telespectadores e a esta Comissão o exemplo a que V. Exª se referiu muito bem de Roraima. Seria bom ver como era antes da produção de arroz e ver depois no que se transformou aquele Estado ou aquela região. E o senhor é autor de um livro, após a demarcação, *Raposa Serra do Sol – o índio e a questão nacional*, publicado pela Thesauros, que é uma boa compreensão daquela região, com uma visão realista e pragmática dos problemas relacionados ao que vai acontecer no futuro, inclusive com essa desintegração a que V. Exª referiu como uma ameaça.

Estamos aqui diante de uma dificuldade grave, ou seja, a crise do Brasil em relação à questão orçamentária. As dificuldades são enormes, são setores estratégicos. E entendo Defesa sempre como o setor chave para o desenvolvimento do País em todas as áreas de tecnologia, de inovação, de conhecimento.

Fico muito preocupada, como Senadora, mesmo que tenhamos empenhado o orçamento, mesmo que tenhamos emendas, mas são contingenciados, portanto, o esforço fica em vão em relação a isso. A defesa é uma questão crucial nesse processo de investimentos.

Quero saber do senhor, porque não é só o investimento, parece até que o próprio custeio das Forças Armadas pode estar comprometido por esse contingenciamento. Que riscos advirão se houver isso? Até porque, devemos considerar que, agora em agosto, Ministro, teremos a Olimpíada no Rio de Janeiro, e a Operação Ágata depende, claro, de recursos para fazer a mobilização.

Quais são os planos? Está tudo programado? Não houve nenhum contratempo orçamentário em relação à Operação Ágata e qual é a previsão da operação no Rio de Janeiro?

Por fim, o senhor e o Ministro Chanceler Mauro Vieira estiveram em Assunção com o Presidente do Paraguai, tratando também de acordos bilaterais na relação de fronteira. Temos vários problemas nesses aspectos, e quero saber, do ponto de vista prático, o que temos em relação a isso. São essas as minhas questões ao Sr. ministro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, é um complemento à pergunta da Senadora, por isso estou pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É uma nota de rodapé.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não é bem de rodapé, é um parêntese. Quando ela pergunta sobre a questão da segurança na Olimpíada, se haverá algum impacto o recente pedido de exoneração do comandante da segurança da Olimpíada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra agora o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permita-me chamar-lhe de caro Ministro, porque tem nossa admiração.

Ministro, falando em admiração, o senhor esteve recentemente no Paraguai e de lá recebi notícias de que o senhor consegue ter um conhecimento grande em guarani. Foi uma surpresa para mim, mas só aumenta a minha admiração.

Quero agarrar o comecinho de sua fala, quando o senhor falou da geografia, que é a base de todo o processo de defesa. Ao lado da geografia, as Forças Armadas. Agora, ao redor das Forças Armadas, creio que temos as finanças, sem as quais a defesa não vem para a geografia; um parque industrial, que é o que faz uma Nação ser segura ou não em caso de guerra, base industrial – industrial no sentido americano, de agricultura –; o conhecimento tecnológico, o senhor tocou nisso, e colocaria depois, mas não por menos importante, a educação, até porque é a base da tecnologia, é a base do próprio bom funcionamento das Forças Armadas.

E, quando analisamos esses quatro aspectos ao redor das Forças Armadas, vem uma preocupação: começa com R$5,6 bilhões de corte de verba, a parte financeira, e isso assusta. Aí já é minha pergunta: como a gente vai ter a defesa da geografia com as Forças Armadas pauperizadas?

Segunda pergunta: quando vai para a tecnologia, como a gente vai fazer com que o Brasil seja um País com a defesa sólida, sendo tão dependente tecnologicamente por força da nossa incapacidade de inovação?

Pelo que leio, estamos nas mãos de empresas, não é nem de países, que podem, a qualquer momento, desligar certos vetores de comunicação, por exemplo, e nos deixa com os aviões no chão. Podemos até ter aviões, mas não voarão; podemos até ter armas, mas, se não soubermos usar o GPS, não tivermos acesso – e isso depende do exterior hoje –, já ficamos em dificuldade.

A segunda pergunta, depois do corte de verba, é sobre qual é a segurança que o Brasil pode ter de ter suas Forças Armadas, tão competentes como pessoas, mas com base tecnológica para enfrentar as guerras do século XXI, inclusive guerras cibernéticas?

Depois, sobre a educação. Como é que, no mundo de hoje, a gente pode ter um país seguro, bem defendido, com 13 milhões de nossos adultos – que seriam nossos soldados, juntando homens e mulheres – analfabetos? Mais 70, que até sabem decodificar as letras, mas incapazes de entender um texto, ainda menos de usar os equipamentos modernos. E aí vem uma pergunta: quanto custariam e o que o senhor acha, antes, do serviço militar obrigatório, como uma forma, inclusive, de trazer para a nossa juventude um sentimento de Pátria, de Nação, companheirismo, que o serviço militar traz? Quando a gente vê a violência da juventude, hoje, está sempre se pensando em reduzir a idade penal. Aí, eu já tomo a minha posição e quero ouvir a sua: eu acho que um serviço militar obrigatório ajudaria muito na defesa do Brasil, na criação de uma consciência na nossa juventude...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... e na redução da violência.

Essas são as perguntas que eu deixo aqui. Na verdade, são três perguntas: se a geografia, junto com as Forças Armadas, precisa desses subsídios? Então, como está o financeiro, o tecnológico e o educacional? Como o senhor vê? Quanto custaria? O que seria preciso para as Forças Armadas colaborarem com o processo educacional por meio de um serviço militar obrigatório?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, estimado Ministro Aldo Rebelo, meus cumprimentos, cumprimentando os comandantes das Forças aqui presentes. Quero saudá-lo, Ministro, revendo-o na nova função. Tivemos um trabalho muito próximo quando V. Exª era Ministro dos Esportes, na realização, felizmente, exitosa, sob o ponto de vista da organização, e desastrosa, sob o ponto de vista do resultado futebolístico, da Copa do Mundo de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Palmeiras, ontem, empatou. O Ministro deve estar um pouco mais satisfeito com a matéria do resultado futebolístico,

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas, eminente Ministro, V. Exª fez aqui uma bela exposição, mostrando o conhecimento que V. Exª tem de nossa história e de nossas tradições. E nós todos sabemos, à saciedade, que o Brasil é, por tradição, uma Nação pacífica, mas, evidentemente, "se queres a paz, prepare-se para a guerra.", temos de ter as Forças Armadas bem preparadas e bem instruídas, como os nossos pares que me antecederam aqui manifestaram.

Mas, por outro lado, eminente Ministro, nós vivemos no Brasil, hoje, um quadro trágico em relação à segurança pública: 58 mil mortes em 2014. Isso é mais do que em diversas guerras – por ano, em um ano! – pelo mundo afora.

Evidentemente, não é papel institucional das Forças Armadas a questão da segurança pública, mas, por outro lado, nós todos sabemos também que essa questão dessa verdadeira guerra urbana que vivemos de violência decorre, basicamente, de dois fatores: o tráfico de drogas e a questão de armas clandestinas. Ambos, armas e drogas, vêm do exterior. Lamentavelmente, sabemos que as nossas fronteiras não têm a devida proteção para evitar a entrada de drogas e de armas.

A minha indagação, primeira, é seguinte: pelo que eu tenho notícia – posso estar equivocado e por isso indago a V. Exª –, havia, ainda uma concentração dos efetivos das Forças Armadas brasileiras no Rio de Janeiro, no interior do Rio Grande do Sul, por tradições, digamos, bélicas. Não vejo, a meu juízo, pelo menos, uma ameaça vinda mais do Plata, mas vejo a ameaça das drogas vindo da fronteira da Colômbia, da Bolívia e do Peru. Há algum plano das Forças Armadas para uma remoção expressiva de contingentes para a fronteira para reforçar essa questão das fronteiras brasileiras? É a indagação que faço, com a grave preocupação de um tema que macula o futuro do Brasil e da geração de brasileiros que é a violência urbana.

A segunda indagação refere-se a um tema que V. Exª também abordou de interesse próximo de meu Estado, Minas Gerais: refere-se à produção de helicópteros em Itajubá e do veículo Guarani, que V. Exª mencionava em Sete Lagoas. Em ambos os casos, a notícia que tenho – perguntei isso também ao Ministro Wagner, no ano passado – é a dissolução dos contratos, com dificuldades de pagamento, mercê da crise orçamentária

que V. Exª indigitou, mas que levou mesmo a uma situação muito grave, em termos de fornecimento tanto dos helicópteros que foram contratados, quanto da continuidade da produção da Iveco em Sete Lagoas. Eu queria saber se temos novas boas notícias em relação a ambos ou se continuamos ainda com aquelas nuvens tenebrosas, assombrando ambas fábricas importantes?

Porque, como V. Exª disse muito bem e o Senador Cristovam reforça, é fundamental o papel tecnológico das Forças Armadas, até nesse momento muito mais relevante do que a questão da defesa *strictu sensu*.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Então, eu queria indagar de V. Exª essas duas observações, cumprimentando-o pela exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Ministro, eu gostaria, de minha parte, de fazer duas rápidas indagações a V. Exª. Em primeiro lugar, eu queria que V. Exª pudesse nos dizer a quantas anda o trabalho de revisão da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, um trabalho que deverá ser submetido ao Congresso, se não me engano, até meados do ano. É só apenas uma informação sobre o estado das artes.

Em segundo lugar, Ministro, sobre a questão tecnológica, eu queria saber de V. Exª também a quantas anda esse imbróglio relativo a Alcântara. Como todos nós sabemos, houve um tratado com os Estados Unidos, para a utilização daquela instalação, para o lançamento de satélites. E foi um tratado negociado ainda no tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e enviado ao Congresso Nacional. Houve problemas em relação ao texto desse tratado. Muitos Parlamentares consideravam que os Estados Unidos, nesse tratado, obtinham, digamos assim, prerrogativas abusivas em relação à soberania nacional. Ocorre que, pouco depois, a informação que tivemos é que esse projeto de decreto havia sido retirado. No entanto, ele continua tramitando, pelo que sei, na Câmara dos Deputados – o acordo com os Estados Unidos. Nesse meio tempo foi firmado um acordo com a Ucrânia, com essa mesma finalidade, o que foi agora denunciado pelo Governo brasileiro, gerando inclusive um passivo financeiro para o Estado brasileiro.

Eu queria saber de V. Exª exatamente a quantas anda essa história, porque o que foi levantado na época é que o acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos era ofensivo, digamos assim, ou limitador da nossa soberania nacional. Parece – eu já não era mais Deputado – que o acordo com a Ucrânia é mais ou menos a mesma coisa. Ele não inova muito no seu teor, em relação ao acordo com os Estados Unidos. E, de qualquer forma, sem um acordo de salvaguardas tecnológicas, dificilmente nós poderemos ir adiante, inclusive nesse programa de lançamento, qualquer que seja o país parceiro que nós venhamos a escolher. Então, eu queria ouvir de V. Exª uma observação sobre essas duas questões.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Ministro, então agora passo a palavra ao senhor. Já está encerrada a parte das perguntas. Quem vier depois não tem mais direito a perguntar, porque agora nós vamos ouvir o Ministro.

O SR. ALDO REBELO – Muito obrigado, Presidente, Senador Aloysio Nunes.

Quero agradecer aqui, já na ausência, as palavras da Senadora Vanessa Grazziotin. Quero agradecer também as palavras da Senadora Ana Amélia.

Quero dizer que nós somos duplamente alcançados pelas restrições orçamentárias, seja pela restrição imediata, sazonal, que atinge a todos os ministérios e a todo o Governo, e pela restrição histórica. Ou seja, o Ministério da Defesa, como já registrei, no Brasil tem uma média de recursos inferior à média dos BRICS, bastante inferior, e mesmo inferior à média dos países da América do Sul. Quer dizer, se contarmos os nossos irmãos da América do Sul, a média do Brasil está abaixo. E creio que isso, de certa forma, compromete, a médio e longo prazos, uma política estabilizadora, que ofereça, por exemplo, na área da indústria de defesa, a perspectiva de que o Governo vai cumprir as suas metas de aquisição de equipamentos, de meios, de investimento em ciência, em desenvolvimento, em inovação. Então, nós somos duplamente atingidos.

Obrigado.

Quanto ao contingenciamento, nós estamos buscando contornar.

E eu pediria o apoio das Senadoras e dos Senadores, no sentido de retirar do contingenciamento pelo menos uma parte do Orçamento do Ministério da Defesa que se destine a recursos, a programas estratégicos. O Executivo concordou com isso. Parece que o Ministério do Planejamento mandou uma emenda à Comissão de Orçamento nesse sentido, o que daria perspectiva de continuidade aos nossos investimentos e às nossas necessidades.

A segurança da Olimpíada foi concebida como continuidade da segurança de outros grandes eventos que o Brasil acolheu. Nós já tivemos a Copa do Mundo, antes da Copa do Mundo tivemos a Copa das Con-

federações, tivemos visita do Papa, Conferência Mundial da Juventude, tivemos os Jogos Mundiais Militares, tivemos os Jogos Pan-Americanos e, em todos esses eventos, países que são visados, ou que são potenciais alvos de ações de terrorismo, estavam presentes. E, em todos esses momentos, precisávamos do esquema de segurança para proteger as delegações, para proteger os atletas, para proteger a população, para proteger os visitantes, os turistas, as famílias, jornalistas, que comparecem a esses eventos.

Preciso lembrar que a maior tragédia de grandes eventos que o mundo conheceu, a da Alemanha, alcançou os atletas quando eles já estavam dentro da Vila Olímpica. Eles estavam sob dupla proteção: a proteção do Comitê Olímpico Internacional e a proteção do Estado alemão. Reza a lenda, inclusive, que houve advertências, informações para o Serviço de Inteligência da Alemanha de que esse risco estava presente. Mas aquela tragédia aconteceu.

Então, o Brasil tomou as providências necessárias no âmbito do Ministério da Justiça, da Polícia Federal e do Ministério da Defesa. Os Serviços de Inteligências das Forças Armadas – do Exército, da Força Aérea e da Marinha – trabalham com essa perspectiva. Nós temos, dentro do Governo, uma articulação que cuida da prevenção e do combate, ou da emergência, em caso de ações, de eventos de terrorismo. E, no Ministério da Defesa, temos outra equipe integrada que cuida de todas essas medidas de prevenção. Trabalhamos com Serviços de Inteligência de outros países, que podem nos apoiar e nos ajudar com informações, com os nossos vizinhos, para que o Brasil contorne e reduza a exposição ao risco do próprio País, dos convidados, dos atletas, dos chefes de Estado e de jornalistas que comparecem aqui.

Os recursos não foram contingenciados, foram liberados, uma parte via o próprio Ministério da Defesa, estamos cuidando disso.

Com o Paraguai, Senadora, quem sabe guarani aqui é o Embaixador João Carlos de Souza Gomes. O pai dele foi Embaixador em Assunção, ele ia lá muito quando era jovem e teve muitas aulas de guarani. Eu aprendi – aprendi, não; procurei alguma informação sobre o guarani mais recente, pela curiosidade sobre a nossa língua. O guarani e o tupi são a mesma língua. E tenho tido aulas de guarani, mas apenas para reduzir, tirar do zero a minha ignorância sobre o idioma. Mas acho muito importante, porque ajuda a esclarecer a formação dos vocábulos, principalmente da nossa geografia, da nossa flora, da nossa fauna, das nossas cidades, inclusive, dos Estados brasileiros – Paraná, Ceará, Sergipe, Pará e outros –, que derivam exatamente desse belo idioma que é o tupi-guarani. Há dicionários. O próprio Gonçalves Dias fez um dicionário de tupi. Isso do século XIX. O Teodoro Sampaio, e, recentemente, Silveira Bueno e outros, que estudaram esse belo idioma.

Bem, houve, de fato, uma renúncia do coronel.

Ele era um Coronel da Polícia Militar, Comandante da Força Nacional de Segurança. Ele pediu renúncia, fez críticas, etc. Mas, no âmbito do Ministério da Justiça, o que eu posso dizer é que não houve prejuízo para a integração da área de segurança entre o Ministério da Defesa e a responsabilidade do Ministério da Justiça.

A educação, Senador Cristovam, é um elemento decisivo para a política de defesa. Na Segunda Guerra, precisamos recrutar 600 mil jovens para pré-selecionar 60 mil e depois 25 mil por causa da elevada deficiência em saúde, ou era o peso, a estatura, ou por problemas dentários. Muitos desses jovens perdiam a sua dentição muito precocemente. Então, eram graves os nossos problemas físicos e sanitários e de saúde pública. Eu acho que eles foram reduzidos, ao longo desse esforço, de décadas. Mas hoje ainda temos deficiências que precisam ser corrigidas, se não nessa área de saúde, mas principalmente em educação.

Quando o Brigadeiro Montenegro trouxe o Reitor do MIT para criar o ITA, uma observação que ele fez foi a seguinte: "Olha, vocês estão criando uma escola de alta tecnologia. Vai ser muito importante para o Brasil. Agora, ela não resolverá o problema se os seus meninos não aprenderem aritmética básica, se os seus meninos não aprenderem matemática." Isso está lá inclusive na biografia do Brigadeiro Montenegro. Eu lembro inclusive desse registro.

É claro que isso avançou muito. Talvez estimulados pelo Brigadeiro Montenegro, os jovens cearenses hoje são muito bons em matemática, têm um bom desempenho nas Olimpíadas de matemática, têm um nível elevado de aprovação nessas escolas, inclusive nas militares, no próprio ITA. Mas acho que corrigir as nossas deficiências em educação é um selo de garantia e de segurança que nós vamos ter, não apenas com mão de obra preparada para a atividade científica, tecnológica e industrial.

A condição intelectual para o exercício da missão das Forças Armadas é visível. O jovem precisa ter conhecimento suficiente para operar equipamentos sofisticados que exigem conhecimento hoje de informática, de eletrônica, de idiomas. Você não pode formar um piloto nem mandá-lo pelo mundo afora se não tiver o domínio mínimo da língua universal dos pilotos. Então, essa questão é muito importante.

A violência à que o senhor se referiu é grave na nossa juventude, em todo o Brasil. Hoje, já não é uma condição das metrópoles. O clima de violência, a droga se organizou como mercado. Já não é mais como uma simples contravenção de contraventores que se reduziam a uma área do País, das metrópoles, em certas regi-

ões urbanas. Hoje, não. Hoje a droga, a sua distribuição e o seu consumo estão organizados como um mercado, hierarquizado como um mercado, em cadeia, como um mercado; com suprimentos de mercado; com coleta de recursos e funcionamento de mercado; com a área financeira organizada. Não existe mais a circulação dos recursos de outra forma que não seja pelo sistema financeiro. E isso está presente na menor comunidade do interior da Amazônia. Lá, o senhor vai encontrar. Se o senhor for a uma cidade do Amazonas na beira do Purus ou do Acre, em Boca do Acre, o senhor vai ver. Se o senhor for ao interior do Alagoas, em uma comunidade de quinhentas pessoas, o crime organizado vai estar presente com as suas consequências, principalmente a violência.

Acho que, embora as Forças Armadas não seja a instituição capaz de enfrentar isso, porque ela é apenas uma parte do Estado, ela pode contribuir.

A minha convicção é a de que deveria haver um contingente muito maior de conscritos nas Forças Armadas. Acho que o Brasil tem dimensão para isso, e as Forças Armadas cumpririam um papel subsidiário, se incorporasse muito mais gente, porque esses meninos poderiam, além de aprender os rudimentos da arte militar, ter noção do que é o Estado, do que é a sociedade, do que é a Nação, de quais são as responsabilidades, as atribuições do cidadão diante da Nação, diante do Estado. Acho que seria uma coisa boa aprender noções de disciplina, de hierarquia, de deveres que o cidadão tem diante da sua comunidade, seja na sua rua, seja na sua cidade, seja na sua Nação, que é a comunidade maior, ou, se quiserem também, da própria humanidade, que é outra comunidade que nós integramos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A limitação é financeira?

O SR. ALDO REBELO – Financeira. Nós temos limitação financeira, porque há um custo para esses meninos, mas acho que o ganho para a sociedade, para o País dessa incorporação seria muito... Eu fiz o cálculo de quanto custa – talvez não seja uma boa comparação, mas não há outra – um garoto num presídio e quanto custa um garoto servindo às Forças Armadas, ao Tiro de Guerra ou a uma unidade militar. Ele custa muito menos, está certo? E o outro, provavelmente, não tenha futuro. Esse que passa pelas Forças Armadas amplia os horizontes intelectuais e espirituais do seu futuro, da sua vida, da sua família. Eu acho que valeria a pena o Senado, quem sabe uma hora, se debruçar sobre esse tema.

Bem, em relação às drogas e armas na fronteira, o Exército, a Marinha e a Força Aérea têm feito um esforço de aproximação da fronteira norte. A Marinha, que não tinha um distrito naval em Manaus, criou o distrito naval em Manaus. O Exército tem transferido unidades, brigadas, batalhões para a região de fronteira e tem multiplicado a presença dos pelotões de fronteira. Já conversei, algumas vezes, com o Comandante do Exército, General Villas Boas, sobre a possibilidade de se criarem núcleos de preparação de oficiais da reserva em áreas de fronteira com grande densidade de população indígena, para que não tenhamos apenas, no pelotão de fronteira, o cabo, o soldado indígena, mas também oficiais, no futuro. Acho que o NPOR e o CPOR, que já dão, hoje, uma contribuição de oficiais, de jovens, podem fazer isso.

Senador e Governador Anastasia, quero aqui reconhecer que, sem o seu talento, sem a sua capacidade administrativa e a sua liderança, nós teríamos tido dificuldades em realizar a Copa do Mundo, com aquele grau de organização e de sucesso. Mesmo diante de tantas adversidades, das manifestações e da violência, a sua Polícia Militar soube conter a situação com energia, com rigor, mas também com um profissionalismo que evitou qualquer tipo de tragédia ou de violência, além da que o próprio episódio já ensejava. Então, quero fazer esse reconhecimento público a V. Exª.

As notícias antigas são melhores, mas nós também temos notícias novas que dão garantia de que não vamos sacrificar nem abrir mão nem do projeto dos helicópteros nem do projeto da Iveco, dos carros de combate.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Há uma pergunta sobre isso.

O SR. ALDO REBELO – Exatamente, da Helibras.

Nós faremos uma visita, agora, à França, para ver o que se pode repactuar de prazos, etc., sem abrir mão do projeto em si.

No caso desses carros do Guarani, também vamos encontrar os meios para assegurar o prosseguimento desse projeto, que é estratégico não apenas como indústria de defesa, como também equipamento para as nossas Forças Armadas.

Começando por Alcântara, Senador Aloysio Nunes. Quando cheguei ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na transição, repousava sobre a minha mesa um estudo de três Ministérios sobre o Acordo de Alcântara. Era um parecer técnico de uma equipe constituída por técnicos do Ministério da Defesa, principalmente da Força Aérea, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Ciência Tecnologia, e as conclusões do relatório eram no sentido de que o Brasil devia denunciar o Acordo de Alcântara e sair do acordo com a Ucrânia.

Especularam, com várias razões, mas o documento circunscrevia, nos itens comercial, tecnológico, orçamentário, os problemas do acordo, e dizia que era um acordo que não transferia tecnologia, e que, do ponto de vista comercial, estava superado. Dizia ainda que não iríamos competir com os equipamentos resultantes

daquele acordo, ele não teria sucesso comercial. Os ministros já tinham concordado com o parecer, mas ele não tinha, porque tinha sido no fim do ano, a consequência não tinha sido tirada. Imediatamente, procurei a Presidente da República, informei, levei o relatório, e ela pediu a convocação dos outros dois ministros, da defesa e das relações exteriores, e seus...

(Soa a campainha.)

O SR. ALDO REBELO – ...respectivos técnicos examinaram, e a nossa conclusão é que o acordo devia ser denunciado.

Houve, naturalmente, todas as dificuldades com a Ucrânia, porque eles tinham benefícios importantes, principalmente a indústria aeroespacial ucraniana, mas, para nós, os benefícios não se concretizaram e nós saímos desse acordo.

Recebi recentemente, aliás, na semana passada... Temos outras coisas que estamos fazendo com a Ucrânia, e essa denúncia não teve nenhum tipo de conotação ou política, ou diplomático, ou de qualquer natureza; foi estritamente comercial, e as nossas relações com a Ucrânia prosseguem em outros domínios e têm perspectivas em outros domínios.

Qual é a questão de Alcântara? Alcântara é uma dádiva da natureza, da geografia, que nos permite alcançar a atmosfera com custo muito menor do que outras bases em outras localidades, em outra geografia. Essa é a grande vantagem de Alcântara. E muitos países têm interesse, e nós temos interesse em que os países que desejem usar comercialmente a base de Alcântara usem. O problema é que às vezes há um conflito que não deveria existir entre cooperação comercial e cooperação científica e técnica. É sabido que no domínio aeroespacial não existe a chamada lei de propriedade intelectual ou de patentes, como no domínio nuclear. A lei de patentes não existe por uma razão muito óbvia: país que tivesse registrado a patente da bomba atômica teria resolvido o problema ali. Não há patentes, não há propriedade industrial nessa área.

Então, os países protegem os seus segredos, o seu conhecimento. E é natural que protejam. Aquele que quer ceder conhecimento, o que ajuda tecnicamente ajuda por uma decisão que pode ser contemplada num acordo de cooperação científica e tecnológica. Quando fazemos um acordo de cooperação comercial, necessariamente você tem que respeitar o segredo comercial.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A chamada salvaguarda.

O SR. ALDO REBELO – Salvaguarda, que é exatamente o chamado acordo de salvaguardas. E quando discutimos acordo de salvaguardas, principalmente com os Estados Unidos, acho que não separamos essas duas disciplinas, o que é acordo comercial, o que é proteção legítima, do que seria por exemplo, se ferisse suscetibilidades da nossa soberania.

Lembro-me, porque eu estava na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na época.

Nós não poderíamos, por exemplo, alcançar e recolher os despojos, o resto dos equipamentos que caíssem no mar. Eu acho que é evidente que o proprietário desses equipamentos não iria permitir. Quando nós concedemos uma fábrica, ou uma alfândega, ou um lugar nos nossos aeroportos, nos nossos portos, para receber equipamentos e contêineres para atividade privada, não nos é dado o direito de abrir e de especular o que tem ali. É segredo comercial, é propriedade comercial.

Então, acho que precisamos separar essas coisas. Por quê? Porque também era de grande sensibilidade: o que tivermos que conceder a um País nós não podemos negar ao outro. Não podemos fazer um acordo de salvaguardas com os Estados Unidos que conceda isso, isso, isso, isso, e isso, e depois com o russo, com o chinês, com o inglês, com o francês, que não conceda isso. Às vezes, o nível de exigência nos Estados Unidos é maior do que em outros países.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se me permite, Ministro.

Esses equipamentos são produtos da globalização, você tem componentes norte-americanos, componentes franceses. Então, se você não tiver realmente um acordo de salvaguardas que permita que os que se utilizam das nossas instalações, possam preservar os seus segredos, nós não vamos poder explorá-las, no sentido de tirar delas todo o rendimento possível.

Por isso eu me preocupo, digamos assim, com a paralisia desse processo, porque o processo está na Câmara, está na CCJ da Câmara, o processo do acordo com os Estados Unidos. E aí, o que é que vamos fazer? Já faz alguns anos, está parado.

O SR. ALDO REBELO – Os passos que demos foram os seguintes: no ano passado fizemos uma visita aos Estados Unidos, fui como Ministro da Ciência e Tecnologia, tivemos vamos lá vários contatos com o Setor Espacial dos Estados Unidos, com a Nasa, com agências que cuidam da política espacial; refizemos um acordo de cooperação que conseguimos aprovar no Congresso; e anunciamos a nossa disposição de retomar o acordo de salvaguardas. Essa foi a disposição que nós manifestamos.

O governo americano tem essa informação, a Embaixadora dos Estados Unidos trabalha com essa informação, e já, em mais de uma ocasião, conversamos sobre isso. Do Ministério da Ciência e Tecnologia, vim para o Ministério da Defesa onde há uma interface com essa matéria.

E a nossa disposição é essa, porque esse acordo de salvaguardas, exatamente por essa razão a que se referiu o Senador, ou seja, o fato de haver equipamentos espalhados por vários países, se você não tem acordo de salvaguardas com aquele que tem tecnologia mais avançada, você às vezes fica impedido de ter acordo de salvaguardas com outros que usam equipamentos daqueles que você não tem.

Nós estamos destinados a fazer acordo de salvaguardas com todos aqueles países que tenham atividade comercial de lançamento de foguetes e de lançamento de satélites.

A outra coisa é o nosso Projeto Espacial. Aí é outra coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Exatamente, já deveríamos ter tido, já poderíamos ter esses recursos há mais tempo, mas acho que é uma fonte importante para que nós tenhamos o nosso Projeto Espacial completo.

Bem, peço desculpas pelas lacunas, não sei se deixei de responder a alguma coisa importante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria só salientar uma lacuna. Entre os dicionaristas de Tupi, o senhor esqueceu de mencionar o ex-Prefeito de Ourinhos, Clóvis Chiaradia, que o senhor deve ter conhecido, do MDB, e que fez um excelente dicionário Tupi.

O SR. ALDO REBELO – Bem lembrado, e faz jus à lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem, Ministro.

O Senador Cristovam Buarque também tem um complemento à sua indagação, depois vamos encerrar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ministro, em primeiro lugar, quero dizer que faço parte de duas bancadas aqui que têm muito a ver com a sua Pasta. Eu sou, creio que há dez anos, o Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Proantar. Eu sou um tremendo admirador do projeto.

E eu gostaria de saber como é que podemos colaborar para garantir no orçamento os recursos necessários para desenvolver ainda mais a nossa base e a construção do que já está projetado, a própria pedra fundamental já sendo lançada. Então, como é que a gente faz?

O outro é a Frente de Apoio ao ITA, que criei há algum tempo porque tenho uma grande admiração por essa instituição. Tudo passa por ela, inclusive o futuro das pesquisas espaciais. É dali que vão sair os nossos grandes engenheiros. Até porque, complementando o que falou o Senador Aloysio, não podemos nos contentar apenas com a dádiva geográfica de Alcântara estar em boa posição em relação ao Equador. Nós precisamos ter não a dádiva, mas a construção de um conhecimento que possa nos colocar entre os países do mundo que são capazes de explorar o espaço. Nisso estamos ficando para trás não apenas porque avançamos pouco, mas porque os outros estão avançando rapidamente. Países minúsculos já estão bem na nossa frente. Então, como é que está a base?

Agora eu falo na Antártica. E o ITA? Preocupa-me porque vai haver um grande número de aposentadorias. As pessoas estão ficando velhas. Com os salários que hoje são pagos, vai ser difícil atrair os melhores quadros da engenharia brasileira e, até defendo, do mundo. Acho que o ITA não deveria ficar preso a engenheiros brasileiros. A defesa do Brasil exige que a gente busque recursos no exterior. Foi assim que os Estados Unidos fizeram com a ciência; foi assim que os Estados Unidos fizeram os seus grandes centros tecnológicos. Foi com imigrantes da Europa e de outros países. Ultimamente até dos países asiáticos. Temos de ser capazes de atrair para o ITA o que há de melhor no mundo inteiro. Então, é uma preocupação. Não sei como é que o Ministério está cuidando da questão.

Finalmente, com relação à minha pergunta sobre o serviço militar obrigatório. Já tentei apresentar aqui, mas esbarra nas limitações do Congresso, que não pode criar gastos. Nós não podemos apresentar projetos que vão gerar despesas. Então, gostaria de saber como é que podemos colaborar com o Ministério para, juntos, apresentarmos uma proposta. Alguns vão dizer: "não tem recursos". Não tem agora, mas essa crise foi criada. Se ela foi criada, ela será corrigida, é uma questão de anos, de décadas, no máximo, mas vamos corrigi-la. Além disso, não é preciso começar com um número muito grande de novos conscritos. Podemos ter um cronograma que, de tal maneira, no futuro, o número seja maior.

Quero lembrar aos que estão nos assistindo, Senador Aloysio, que a Itália foi criada há 150 anos, apenas – antes havia os romanos, há dois mil anos – graças a duas instituições: à instituição escola, que permitiu que quem falava vêneto e aqueles idiomas todos passassem a falar um só, aliás, a ter um comum, o italiano; e ao exército, para os que tinham uma idade maior e já não iam entrar na escola. Foi o exército italiano que fez a Itália e a escola italiana que fez a Itália. Nós estamos precisando fazer o Brasil. Essa é a verdade. Há um caminho que não tenho a menor dúvida de que funcionaria muito, porém é meio criticado, muitos acham que

nada obrigatório serve. Mas não existe pátria se não houver direitos e obrigações. Só com direitos não existe pátria. Acho que o serviço militar obrigatório é um caminho para a construção de um Brasil sólido, não tanto pelo lado das Forças Armadas com armas, porque nisso aí o número vai diminuir com a tecnologia, mas pelo fato, do qual o senhor falou, espiritual, e espiritual no sentido do patriotismo, no sentido de adquirir um ofício, de adquirir amigos.

Vou dizer uma coisa. Quando eu era Governador, visitava a Papuda. Depois é que alguns ficaram presos lá, mas naquela época eu a visitava para ver como estavam os presos. Há uma coisa que constatei e sobre a qual, num primeiro momento, pensei: é um desvio estatístico. Não havia presos lá que tivessem feito serviço militar. Eu achava que era a questão da proporção pequena. Depois fui ver que a proporção é pequena de quem fez o serviço militar e caiu na criminalidade. Por quê? Arranjam amigos e amigos são fundamentais para você não cair na criminalidade. Aprendem a ler, adquirem um ofício. Se a gente pudesse ajudar mais nisso!

Finalmente, há o sentimento de pátria, de exercício, de disciplina, e tudo isso ajuda na luta contra a violência da juventude e ajuda na formação de um espírito nacional. Por isso, eu gostaria de saber com quem trabalhar para atualizar os custos. Tenho o custo disso há mais de 20 anos, quando comecei a defender essa ideia. Gostaria de trabalhar quanto custaria isso. E, sem esquecer que estamos em uma crise que exige cortes, não tenha dúvida, mas trabalhemos para daqui a cinco anos, dez anos, um projeto que possamos dizer que vai ajudar a resolver os problemas, sobretudo o problema da construção de uma consciência na nossa juventude. Então, gostaria de ter alguém da sua equipe que pudesse me ajudar para formular um projeto nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra o Ministro.

O SR. ALDO REBELO – Muito obrigado, Senador Cristovam. O Proantar segue recebendo do Governo e do Ministério da Defesa toda a atenção. V. Exª tem acompanhado. Contávamos – mas os seus afazeres não permitiram – com sua presença lá na Antártica para o lançamento da pedra fundamental, já com recursos destinados da nova base. Muito mais ampla, é – creio que agora – quase que o dobro da área, com grande capacidade de receber pesquisadores. V. Exª, quando tiver oportunidade, poderá visitar as obras. Dentro de dois anos, achamos que a base estará novamente pronta, a um custo aproximado, creio, que de US$100 milhões, já que foi uma concorrência internacional e uma empresa internacional ganhou a concorrência para a construção da base. Os navios continuam lá, a Marinha continua dedicando – além do Proantar – atenção à pesquisa. Incorporou, recentemente, um outro navio de pesquisa, que é um dos quatro mais modernos e completos do mundo, o Vital de Oliveira – batizado com o nome de um oficial da Marinha que era também pesquisador, além de marinheiro do século XIX. E temos muita consistência no Projeto da Antártica e da nossa presença – da presença da ciência brasileira – no estudo daquele continente.

V. Exª tem razão, de fato Alcântara precisa de um projeto ousado e ambicioso. O atual Governo do Maranhão já herda projetos de governos anteriores no sentido de incorporar à Alcântara um entorno de ciência e de tecnologia. O ITA está em processo de ampliação das suas instalações para acolher um número muito maior de alunos. As novas instalações estão em obras, são financiadas pelo Ministério da Educação – assim como o Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro, também está ampliando suas Instalações. E V. Exª, naturalmente, que dedicou sua vida – como professor, como reitor, como Ministro da Educação e prossegue como Senador – a esse tema decisivo para nós, que é o tema da educação. E a educação nesse nível por quê? O caso do ITA. O ITA foi o que permitiu a criação de um centro tecnológico. O centro tecnológico foi o que permitiu a criação da Embraer. Não haveria Embraer, não haveria essa empresa de alta tecnologia, única superavitária do Brasil em alta tecnologia, se não houvesse o ITA, se não houvesse a Embraer. E não haveria o ITA se não houvesse aquele brigadeiro sonhador, mas sonhou com os pés, que era o brigadeiro Montenegro. Houve um momento em que alguém cogitou de que o ITA era um peso muito grande no orçamento da Força Aérea, nos anos 60. E, de fato, terá sido. Hoje a Embraer exporta, por ano, orçamento de cem anos do ITA. Hoje, um ano de exportações da Embraer corresponde a cem anos de orçamento do ITA. Só para se ter ideia de quanto valeu a pena fazer o ITA, preservá-lo e conservá-lo e quanto valeu a pena investir naquele momento em educação de alto nível.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Antes de encerrar nossa reunião, meus amigos, queria fazer duas brevíssimas comunicações – peço a paciência do Ministro – são coisas internas da nossa Comissão.

A primeira delas é uma comunicação do Ministro Mauro Vieira, que pede nova data para o seu comparecimento à nossa Comissão. Como sabem, é um comparecimento que atende a uma exigência regimental e também foi fruto de requerimentos aprovados na sessão anterior.

O Ministro, na data em que havíamos combinado o seu comparecimento, deverá se deslocar para Angola, onde haverá uma reunião bilateral muito importante para as nossas relações e os países. Então, diante disso,

ele me visitou, há dois dias atrás, dizendo que não poderia manter diante da importância dessa viagem. Tendo oferecido nova data para o dia 12 de maio, penso que não haverá objeção por parte da Comissão.

Segundo, o Ministro também me manda uma informação relativa a várias indagações que foram feitas na última sessão sobre a situação do servidor Milton Rondó Filho, que é Coordenador das Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores. Como todos sabem, ele expediu três circulares telegráficas com instruções para os postos diplomáticos no exterior sem ter solicitado autorização superior. O Ministério, analisando o conteúdo dessas comunicações, constatou que elas exorbitavam das atribuições do servidor e não atendiam aos objetivos da nossa política externa.

Diante disso, o Itamaraty tomou as providências administrativas para tomar sem efeito essas comunicações e suspendeu o atributo de expedição de comunicações do referido servidor. Além do que, do ponto de vista administrativo disciplinar, me informou o Ministro que a Corregedoria do Serviço Exterior foi orientada a apurar a conduta do servidor, instaurando um processo administrativo disciplinar, que será conduzido na forma da lei, com amplo direito de defesa e com observância do sigilo.

De modo que, essas providências administrativas já foram tomadas e o Ministro me pede para dar conhecimento à nossa Comissão.

Ministro Aldo Rebelo, quero...

O SR. ALDO REBELO – V. Exª me permita...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Claro.

O SR. ALDO REBELO – Por um minuto, só para informar ao Senador que todas as informações relacionadas ao custo projetado da incorporação de conscritos nós tínhamos no Ministério da Defesa há alguns anos; o Chefe do Estado-Maior Conjunto Almirante Ademir vai entrar em contato com V. Exª para lhe passar todas essas informações.

Quanto à elaboração dos documentos e atualização, vamos cumprindo os prazos e enviaremos, de acordo com o cronograma estabelecido em lei, os três documentos, a política nacional de defesa, a estratégia nacional defesa e o livro banco de defesa, à apreciação do Congresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mais uma vez, Sr. Ministro, quero agradecer a sua presença, as informações que prestou, a presença dos oficiais que o acompanham e de todos Srs. Senadores e dos nossos telespectadores.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2016.

Às dez horas e dois minutos do dia catorze de abril de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Telmário Mota, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. Usa a palavra o Senador Eduardo Amorim, que solicita inclusão de item extrapauta. Aprovada. Delibera-se o EXTRAPAUTA: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2016, de autoria do Senador José Serra, que "Altera as Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) e 13.123, de 20 de maio de 2015 (Marco Legal da Biodiversidade), para dispor sobre o envio e a remessa, ao exterior, de amostra que contenha informação de origem genética, em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Amorim, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Passa-se à 2ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Mauritânia." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALDEMO SERAFIM GARCIA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor-Leste." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os Embaixadores a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e treze minutos a presidência é assumida pelo Senador Lasier Martins. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição do indicado. Usa a palavra o Senador José Agripino, a Senadora Ana Amélia, o Senador Hélio José e o Senador Cristovam Buarque. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para novas considerações. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Hélio José. É realizada a apuração dos votos. Sabatina realizada com indicação apreciada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinco minutos, lavrando, eu, Rodrigo Barbosa de Oliveira, Secretário-Adjunto desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nós vamos apreciar hoje, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, três indicações para chefias de missões diplomáticas, mas, antes de tratar das sabatinas, eu quero apenas reafirmar, perante a Comissão de Relações Exte-

riores, uma tomada de posição que já exprimi no plenário e que depois foi objeto até de uma moção de repúdio, subscrita por 30 Senadores, a uma declaração recente do Secretário-Geral da Unasul, o Sr. Samper, que comenta o seguinte – eu vou ler o texto, a declaração:

O Secretário Geral da Unasul, em relação à decisão da Comissão da Câmara dos Deputados do Brasil, adotada ontem, de fazer avançar o processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff, considera que, não havendo até o momento prova que a incrimine de maneira pessoal e direta no cometimento de um delito, essa decisão se converte em um motivo de séria preocupação para a segurança jurídica do Brasil e da região.

Eu considero isso uma coisa absolutamente descabida, e essa opinião é acompanhada por mais de 30 Senadores que subscreveram uma moção de repúdio. A Unasul é uma organização internacional, o Brasil é parte dessa organização, e eu penso que o Sr. Samper devia estar preocupado hoje com as condições e democracia na Venezuela, ele que tem se comportado como verdadeiro aliado do regime liberticida e bolivariano da Venezuela. Mas isso é um assunto que já que foi tratado no plenário.

Eu queria, antes de iniciarmos a sabatina, submeter à aprovação...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria um esclarecimento. V. Exª está colocando em votação a moção de repúdio?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não. Isso já foi encaminhado para o plenário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Item 1:

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Relator é o Senador Antonio Anastasia, que já elaborou, com o cuidado de sempre, o parecer pela aprovação. Como o Senador ainda não está presente, está se dirigindo agora ao plenário da Comissão, eu peço ao Senador Jorge Viana a gentileza de funcionar como Relator *ad hoc*.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com satisfação, Sr. Presidente, tendo em vista a importância da matéria e, obviamente, tendo essa matéria como Relator o Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que nos dá tranquilidade a todos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Absoluta. Para mim então...

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2016 (PDC nº 84, de 2015, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais, emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010 e assinada em 3 de novembro de 2011.

Acaba de chegar o autor do parecer. Eu penso que agora não tem nenhum sentido eu seguir, porque eu estava só no preâmbulo ainda, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A sua carruagem vai se transformar em uma abóbora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É. E eu estava aqui, Senador Anastasia, apenas avançando um pouco nos trabalhos, mas faço questão, com a autorização do Presidente, de levar o relatório...

O senhor tem o relatório? Eu só estava no preâmbulo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou daqui um pouco para a Presidência, porque nós vamos abrir os trabalhos um pouco mais cedo, e fico no aguardo e já pedindo também que se dê preferência ao envio dessa matéria, para que possamos apresentar na Ordem do Dia. E eu me comprometo de incluí-la na Ordem do Dia, caso seja essa a decisão desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, nós agradecemos a solicitude de V. Exª que, como sempre, colaborando para o êxito dos trabalhos da nossa Comissão.

Assim que terminarmos a votação, a matéria será enviada à Mesa Diretora.

Senador Anastasia, por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Bom dia, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, passo, sem mais delongas, à leitura da síntese do parecer:

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pela Câmara dos Deputados, tendo vindo ao Senado Federal, hoje foi encaminhado a este Colegiado e a mim distribuído para relatar.

A Convenção em apreço, concluída durante a Cúpula de Cannes do G-20 em 2011, visa, como assinala a Exposição de Motivos, "promover a cooperação em matéria fiscal no âmbito multilateral, equilibrando o intercâmbio de informações entre as autoridades tributárias signatárias com rigoroso respeito aos direitos fundamentais do contribuinte".

Cuida-se aqui de instrumento internacional da maior relevância, representando substancial avanço para a aplicação efetiva da legislação tributária brasileira no que se refere ao combate aos ilícitos fiscais cometidos no ambiente da economia globalizada.

Destaque-se, por outro lado, a rigorosa observação dos limites estabelecidos para a obrigação de assistência no combate à evasão fiscal. Com efeito, os arts. 21 e 22 do ato internacional em tela estabelecem limites e resguardam o sigilo fiscal, vedando quaisquer atos que possam vir a prejudicar pessoas, negócios ou transações.

Também é digna de nota a previsão de apresentação de reservas ao disposto na Convenção, permitindo ao Estado signatário fazê-lo no momento da assinatura, do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação da Convenção, ou em outra data posterior.

Em suma, a presente Convenção coaduna-se perfeitamente com o momento histórico que vivemos, de rápida internacionalização da economia, e ao evitar a dupla imposição de tributos facilita o fluxo dos negócios internacionais, aperfeiçoando, por outro lado, os controles de arrecadação e possibilitando a recuperação de créditos tributários no exterior.

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto da "Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Assuntos Tributários emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010".

É a síntese, portanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aprovado o relatório do Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – A audiência está concedida, então, por decisão de V. Exª, não é? Para encaminhamento ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. Será enviado ao plenário em mãos pelo Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só peço agilidade, que sempre tem, da Secretaria, tendo em vista que temos de cumprir um rito burocrático tanto aqui quanto para receber esta matéria, para que ela, realmente, possa ser incluída na Ordem do Dia ainda hoje.

Mas reafirmo, para ficar gravado aqui, o pedido de urgência, já que foi aprovada a matéria para encaminhamento e para que a matéria possa ser apreciada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mais do que urgência, "fulminância". (*Risos.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Amorim, a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Eu gostaria que incluísse extrapauta um projeto de autoria do Senador José Serra, extremamente importante. Se possível ainda, Sr. Presidente, além desse pedido, que houvesse uma inversão de pauta para que pudéssemos ler logo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não havendo objeção, o projeto a que se refere o Senador Amorim é um Projeto de Lei do Senado nº 26.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Altera as Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 13.123, de 20 de maio de 2015 (Marco Legal da Biodiversidade), para dispor sobre o envio e a remessa, ao exterior, de amostra que contenha informação de origem genética, em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação

Não havia melhor Relator para essa matéria do que o Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por favor. Se não houver objeção, vamos passar imediatamente à apreciação da matéria.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Pois bem, Sr. Presidente, colegas Senadores, como V. Exª bem disse, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2016, de autoria do Senador José Serra, que altera as Leis nº 8.080 e 13.123, de 20 de maio de 2015, o Marco Legal da Biodiversidade, para expor sobre o envio e a remessa, ao exterior, de amostra que contém informação de origem genética, em situações epidemiológicas – como esta que nós estamos vivendo atualmente em nosso Brasil, especialmente na relação com o zika vírus – que caracterizam emergência em saúde pública.

O projeto foi distribuído para ser apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e pela Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa sobre a matéria.

O objetivo, Sr. Presidente, é adotar e autorizar procedimento simplificado de envio de remessa de amostra ao exterior que contém informação de origem genética em situações – ressalto aqui – de emergência em saúde pública, como esta que nós estamos vivendo atualmente em nosso País. E determina que os eventuais benefícios oriundos de acesso à informação de origem genética, obtidos nestas circunstâncias, serão repartidos, ou seja, receberemos informações sobre isso, nos termos estabelecidos pelo Marco Legal da Biodiversidade.

Análise do projeto, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão emitir parecer sobre essa matéria por tratar de envio de informação de origem genética ao exterior. Cumpre informar que o marco normativo vigente sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade é constituído pela Lei nº 13.123, de 2015, mas que, no entanto, ainda não foi regulamentado.

Acreditamos que a falta de regulamentação está sendo sentida no caso de respostas mais ágeis das autoridades para emergência em saúde pública, como é o caso, por exemplo, de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* – dengue, zika e chikungunya.

Saliente-se que a legislação citada não prevê situações emergenciais, o que é lamentável. Que se agilize um fluxo mais célere e que se desburocratize essas amostras que contenham informações genéticas.

Assim, o PLS nº 26, de 2016, vem suprir um vazio jurídico, possibilitando que a direção nacional do Sistema Único da Saúde adote ou autorize procedimento simplificado de envio ou remessa, ao exterior, de amostra que contenha informação de origem genética.

Apesar de visar dar maior celeridade a esse procedimento, o projeto teve a preocupação de manter as disposições contidas na Lei nº 13.123, no que se refere à repartição dos benefícios da exploração econômica decorrentes do acesso a informação de origem genética nas circunstâncias mencionadas, no intuito de proteger os interesses econômicos do Brasil.

Então, Sr. Presidente, portanto, o nosso voto é pela aprovação.

Dizemos que é extremamente importante, especialmente num momento como este, adotar e autorizar procedimento simplificado de envio ou remessa, ao exterior, que contenha informação. E, com certeza, seremos beneficiados com o acesso a informação dessa remessa, Sr. Presidente.

Para tanto, peço o apoio dos demais colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Nós vamos, em seguida, passar às sabatinas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só pediria, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se possível, tendo em vista que temos conhecimento dos sabatinados, tão logo V. Exª convide os sabatinados, que se possa liberar a possibilidade da votação, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Eu peço, então, à secretaria que encaminhe aqui ao plenário da Comissão os nossos sabatinados de hoje.

(Procede-se à condução dos sabatinados para a composição da Mesa.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Meus amigos, nós temos aqui o prazer de receber na nossa Comissão o Ministro Leonardo Monteiro, que é paulista, formado em Letras pela Universidade Mackenzie. Em boa parte de sua trajetória como diplomata, o Ministro Leonardo Monteiro dedicou-se a uma tarefa muito importante, com a qual nós, frequentemente, temos algum tipo de contato, que é a assistência aos brasileiros. Ele ocupou o cargo da Direção Geral de Assuntos Consulares Jurídicos na Subsecretaria Geral de Comunidades Brasileiras no Exterior e serviu nos Consulados em Ciudad del Este, em Barcelona, em Paris e nas Embaixadas da Nova Zelândia, da Polônia e, atualmente, está na Embaixada da Indonésia.

O Ministro Aldemo Garcia é nosso conhecido, trabalhou aqui na nossa Comissão como representante do Ministério de Relações Exteriores, colaborou muito com os trabalhos da nossa Comissão, especialmente na gestão do meu antecessor, sendo muito importante a sua colaboração. Ele já havia servido na Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares do Itamaraty (1994-1997) e tem como tese para o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, exatamente, um tema que diz respeito ao Congresso: a Câmara dos Deputados nas relações internacionais do Brasil.

E o Embaixador Nedilson Ricardo Jorge é carioca, ocupou funções importantes e, inclusive, foi Subchefe do Gabinete do Ministro de Relações Exteriores e foi Ministro Conselheiro da Embaixada de Buenos Aires. Ele é especialista em negociação diplomática e professor dessa disciplina no Rio Branco. Desde 2010, é Diretor do Departamento da África, onde se empenhou em incrementar nossas relações com os países africanos.

Muito bem. Eu passo a palavra, inicialmente, ao nosso sabatinado, o Embaixador Leonardo Carvalho de Monteiro, que foi indicado para nos representar na República da Mauritânia.

O currículo dos diplomatas já é de conhecimento dos membros da nossa Comissão. Os relatórios que dizem respeito às indicações também já foram lidos, e foi concedida vista a cada um deles, de modo que os nossos colegas estão plenamente instruídos a respeito das indicações dos senhores. Assim, se quiserem já iniciar a votação – como, hoje, temos problemas de quórum pela concomitância com os trabalhos de outras comissões – eu já vou liberá-la.

Tem, então, V. Exª a palavra, Embaixador.

O SR. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de estar aqui presente. Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

Gostaria de cumprimentar a minha Relatora, Senadora Vanessa, e dizer que estou muito contente de estar aqui e poder ser sabatinado pelos senhores. Gostaria de começar dizendo algumas informações gerais sobre a Mauritânia.

A Mauritânia é um país africano situado na África Ocidental. Sua capital é Nouakchott, tem uma população de aproximadamente quatro milhões de habitantes. A capital abriga um milhão de habitantes. Tem fronteira com a Argélia, o Senegal, o Saara Ocidental e o Mali. Tem um índice de desenvolvimento humano muito baixo: entre 180 países avaliados, ocupa a posição do 150º, com um PIB de US$4,3 bilhões, e uma renda *per capita* também muito baixa de US$1,12 mil. Dois terços do país são de deserto, e nas décadas de 70 e 80, houve um processo de desertificação muito intenso, que empurrou as populações nômades para a capital. O índice de analfabetismo é muito grande – na faixa de 40%. A população desempregada chega a 30%. É um país com o islamismo como religião predominante: 99%. A população abaixo da linha de pobreza chega a 40% e por volta de 30% dessa população vivem com US$1,25 ao dia.

A comunidade brasileira é praticamente inexistente; são de seis a oito pessoas que trabalham em ONGs, e, atualmente, quase não há turistas no país por causa das condições de segurança no Sahel e no Saara. Não sei se V. Exªs se lembram, mas, inclusive, o rali Paris-Dakar foi cancelado por questões de segurança. O país adquiriu

sua independência em 1960, após seis décadas de dominação francesa. É uma república semipresidencialista, com uma câmara bicameral, com 95 Deputados e 65 Senadores. O atual Presidente se chama Mohamed Abdel Aziz, que deu um golpe de Estado em 2008.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO – Em 2009, ele se afastou e se submeteu às eleições; foi eleito e, novamente, reeleito em 2014, com mais de 80% dos votos. A oposição fez um boicote, mas a comunidade internacional aceitou, e ele é o Presidente. Ele concentra a maior parte dos poderes no país, inclusive a indicação do Primeiro-Ministro, que se chama Yahya Hademine.

Em termos de política externa, o que o Presidente Aziz fez foi uma plataforma de governo centrada principalmente em questões de segurança, ou seja, desde 2009, não há nenhum atentado terrorista na região. Ele criou o G5 Sahel junto com Burkina Faso, Chade, Mali e Níger e procura manter as fronteiras seguras, porque são muito porosas no deserto. Há muito tráfico de armas, de pessoas, há terroristas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Que grupos terroristas atuam lá?

O SR. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO – Principalmente o Al-Qaeda do Magreb islâmico, e, hoje em dia, também o EI está começando a se infiltrar ali.

Ele está procurando novos parceiros para se livrar um pouco da dependência com a França, com a União Europeia e os Estados Unidos. Então, o Brasil, a Turquia, o Japão e o Irã estão sendo opções de relações. Eles reconheceram a República Árabe Saharauí, que é o Saara Ocidental, e têm procurado melhorar suas relações com a África negra, o Senegal.

O principal problema social da Mauritânia são as sequelas da escravidão. Somente em 1981, foi abolida a escravidão no País. Ainda há uma grande parcela, calcula-se por volta de 500 mil pessoas ainda estão, de alguma forma, submetidas a um regime escravo no país, principalmente no deserto, onde há pouco controle.

Outro problema social do País seriam os conflitos étnicos. A elite árabe moura, que domina o País, tem conflitos com os berberes e com a porção negra da população, que se situa mais na fronteira com o Senegal.

O Brasil reconheceu a independência da Mauritânia em 1960 e iniciou relações diplomáticas em 1961, mas, somente a partir de 2000, houve dinamização das relações, já com visitas de autoridades de alto nível, abertura recíproca de embaixadas. A Embaixada da Mauritânia abriu sua missão permanente, aqui, em 2008 e o Brasil abriu em Nouakchott, em 2010. Houve assinatura de acordos, inclusive de um acordo de cooperação técnica. Em fevereiro de 2012, o Chanceler Antonio Patriota visitou o País, sendo retribuído pelo Chanceler Hamadi, em dezembro do mesmo ano.

Tentamos já alguma cooperação nas áreas de desenvolvimento rural e formação de quadros para o Ministério da Pesca, mas, devido a problemas orçamentários, se interrompeu. De qualquer forma, já foram feitas duas missões de capacitação de paramédicos do Instituto Nacional de Cardiologia do Brasil para formar paramédicos mauritanos.

A área de cooperação que mais oferece, que mais tem potencial é a de defesa. Em 2011, o Chefe da Força Aérea mauritânia visitou o Brasil. Em 2012, a Mauritânia comprou dois Super Tucanos da Embraer para missões de contrainsurgência. Em 2014, comprou um avião civil. Há uma vontade de aprofundar relações nessa área. Já foram feitas cinco missões de militares da Aeronáutica do Brasil à Mauritânia para formação de pilotos e técnicos. Além disso, a Embraer assinou outro contrato com a Mauritânia para modernizar Super Tucanos que foram comprados pela Mauritânia da França, que já estão com idade. A Mauritânia está modernizando essas aeronaves com a Embraer. Além disso, fui informado de que muito possivelmente seria assinado um contrato com a Embraer para aquisição de radares, satélites e equipamentos de controle de tráfego aéreo, porque está sendo construído um novo aeroporto em Nouakchott com recursos privados, e os mauritanos querem se desprender um pouco da dependência francesa nesse sentido. Esteve aqui em março de 2016, o Ministro da Defesa mauritano, que, além de manter contatos com oficiais da Aeronáutica, teve também contatos com a Anac e a Infraero.

Na área do comércio, a Mauritânia é muito dependente da exportação de produtos extrativistas. Então, o ferro é o seu principal produto de exportação. Ocupa 50% das exportações e responde por 30% do PIB do País. Além dele, a pesca. A fronteira marítima da Mauritânia tem aproximadamente 700Km e é extremamente piscosa. Quarenta por cento das exportações da Mauritânia são de pesca, mas dominada, de certa forma, por navios pesqueiros da China, da Espanha e do Japão. São os grandes navios que produzem e fazem a industrialização do peixe no próprio navio.

O que acontece com nosso comércio lá é que houve um grande incremento a partir de 2003, um incremento de quase 400%. O Brasil já um dos maiores exportadores a Mauritânia. A Mauritânia já é hoje o 11º

parceiro africano do Brasil, à frente do Quênia, de Moçambique, de Guiné Conacri, por exemplo. Em 2014, tivemos superávit de US$106 milhões e compramos muito pouco, ou seja, US$120 mil de peles da Mauritânia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Peles?

O SR. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO – Peles.

Foi assinado um acordo entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e a Câmara de Comércio da Indústria da Mauritânia e os nossos principais produtos vendidos à Mauritânia são: açúcar, cereais, veículos de vias férreas, carnes e borracha. Há um enorme potencial para se aumentar o comércio com a Mauritânia. A Mauritânia pode se transformar num *hub* para aqueles países africanos que não têm costa, não têm mar.

O Brasil é muito bem visto lá, segundo os meus colegas que lá estiveram e lá estão. Nosso País é visto com simpatia. Nós temos um *soft power* muito grande na África. Nós podemos de certa forma incrementar essa pauta de exportações com muitos produtos, porque a Mauritânia não produz praticamente nada. Então, nós podemos exportar vestuários, utensílios de cozinha, produtos farmacêuticos, veterinários. Mas o comércio é sempre uma via de duas mãos. Assim, é necessário que também a Mauritânia consiga exportar para o Brasil. No caso, há pouco tempo nós entramos em um acordo e equalizamos os certificados sanitários, e a Mauritânia poderá exportar sardinhas e farinha de peixe para o Brasil. Isso, de certa forma, vai abrir o caminho para que possamos alargar a nossa pauta de exportação. Há grupos fortes privados interessados em manter negócios com o Brasil. Os produtos brasileiros lá são vistos como de alta qualidade.

Já há voo direto entre o Marrocos, Casablanca até São Paulo, pela Royal Air Maroc, encurtando muito a distância entre o Brasil e a Mauritânia. Será inaugurado um voo direto, no segundo semestre, Casablanca-Rio de Janeiro, O Ministro Conselheiro, na Embaixada da Mauritânia, ficou aqui durante quatro anos. Hoje ele é o vice-Ministro na Chancelaria da Mauritânia e vê o Brasil com muita simpatia. O que se passa no momento é que a Mauritânia está enfrentando dificuldades em relação à queda do preço do minério. Mas assim que a situação melhorar, o país já manifestou a intenção de comprar mais aviões Super Tucanos para aumentar as operações de contrainsurgência naquela área. Então, eu acredito que as perspectivas de relacionamento do Brasil com a Mauritânia só tendem a crescer e a melhorar.

Caso V. Exª realmente considere que eu esteja apto para ocupar a função, quero dizer que estou extremamente motivado a executá-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Eu passo a palavra agora ao Embaixador Aldemo Serafim Garcia Júnior.

O SR. ALDEMO SERAFIM GARCIA JÚNIOR – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Embaixador Adelmo vai nos representar na República Democrática do Timor-Leste.

O SR. ALDEMO SERAFIM GARCIA JÚNIOR – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento os colegas da assessoria parlamentar na pessoa do Embaixador Souza Gomes; cumprimento os demais presentes, o Embaixador Nedilson, o Embaixador Leonardo.

Para mim é uma grande honra comparecer novamente a esta Comissão, agora como sabatinando, depois de ter trabalhado durante um ano e meio como assessor diplomático na Presidência do Senador Ferraço, um período muito profícuo em que pude testemunhar o exercício da diplomacia parlamentar.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, pela indicação do meu nome para o cargo de Embaixador do Brasil em Timor-Leste.

A minha apresentação abrangerá um pequeno histórico do Timor, a política, a economia, o comércio, os investimentos e as relações bilaterais com ênfase na cooperação.

Falar de Timor-Leste é falar de uma jovem nação do sudeste asiático ainda em formação, de apenas 14 anos, e que após declarar a sua independência de Portugal, em 1975, foi invadido e ocupado pela vizinha Indonésia durante 25 anos. Como V. Exªs se recordam, o Timor tem em comum com o Brasil o fato de ter sido colonizado por Portugal no século XVI. Timor foi na época um importante entreposto comercial, ponto de passagem das embarcações entre os Oceanos Índico e Pacífico. O Timor-Leste ocupa a parte oriental da Ilha de Timor, situada entre Austrália e Indonésia, como podemos ver aí no mapa, entre a Austrália e a Indonésia. O País tem uma área de 14 mil quilômetros quadrados, o que equivale, em termos de Brasil, à superfície do Estado de Sergipe. Tem uma população de 1,2 milhão habitantes e sua capital, Díli, possui cerca de 200 mil habitantes.

A Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin), de tendência marxista, proclamou a independência em 1975, quando o governo português, oriundo da Revolução dos Cravos, que pôs fim ao regime de Salazar, concedeu a autonomia às colônias. Uma semana depois, a vizinha Indonésia invadiu o Timor e

ocupou o território de 1975 a 1999, transformando-o numa província da Indonésia. A Indonésia transformou o Timor na 27ª província do país. O Timor ficou, portanto, independente apenas por uma semana.

Eram tempos de guerra fria, e as potências ocidentais fecharam os olhos para a ocupação de Timor. Era preferível um Timor ocupado pela Indonésia ao surgimento de um regime marxista naquela área do Sudeste Asiático.

Cerca de 100 mil timorenses morreram na luta pela independência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Cem mil?

O SR. ALDEMO SERAFIM GARCIA JÚNIOR – Cem mil.

A causa de Timor-Leste pela independência ganhou maior repercussão e reconhecimento mundial com a atribuição do Prêmio Nobel da Paz em 1996 ao bispo Ximenes Belo, Bispo de Díli, e a José Ramos-Horta.

Em 1997 o Presidente sul-africano Nelson Mandela visitou o líder da Fretilin, Xanana Gusmão, na prisão. Essa visita fez com que aumentasse a pressão internacional em prol da independência.

Em razão da pressão da opinião pública internacional, em meio a uma crise econômica que provocou a queda do Presidente Suharto, a Indonésia aceitou a realização de uma consulta popular no Timor. As Nações Unidas organizaram um referendo em 1999, e o povo timorense decidiu, por maioria absoluta de 78%, pela restauração da independência.

Quando o resultado do referendo foi divulgado, milícias organizadas e apoiadas por militares da Indonésia saíram às ruas e provocaram um verdadeiro massacre. Mais de mil timorenses foram mortos, e os distúrbios provocaram 100 mil refugiados. Praticamente toda a infraestrutura do país foi destruída pelas milícias após o referendo.

Para restabelecer a ordem no país, a ONU enviou ao Timor em 1999 tropas de manutenção da paz, lideradas por tropas australianas. As forças da ONU encontraram um país completamente devastado. Em seguida, Xanana Gusmão, líder da resistência, foi libertado, e finalmente o Timor-Leste obteve a independência definitiva em maio de 2002, com a ajuda das Nações Unidas.

É importante destacar que o Timor-Leste se tornou o primeiro novo estado soberano do século XXI. Cabe lembrar também que entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello atuou como administrador transitório das Nações Unidas e representante do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para o Timor. Até hoje a memória do brasileiro, que veio a falecer, vítima de um atentado em Bagdá, em 2006, até hoje a memória do brasileiro é reverenciada em virtude da contribuição que prestou para a criação das bases do Estado Nacional timorense.

As forças de paz da ONU permaneceram dez anos no Timor, e seu êxito foi responsável pela estabilidade política do país a partir de então. O papel da ONU foi fundamental, não apenas na organização do referendo, mas também na estabilização do país após o referendo.

Uma assembleia constituinte foi eleita após a independência, e foram realizadas eleições em maio de 2002, e Xanana Gusmão foi eleito o primeiro presidente do Timor-Leste independente.

A República Democrática do Timor-Leste é uma república parlamentarista. O presidente tem mandato de cinco anos e tem papel quase que simbólico. O parlamento nacional é unicameral e conta com 65 congressistas eleitos por um mandato de cinco anos.

Uma curiosidade: Xanana Gusmão era, até janeiro de 2015, o primeiro-ministro; ele renunciou para abrir espaço a novas lideranças do país.

Timor-Leste é o único país da Ásia e Oceania que fala o português. O tétum e o português formam as duas línguas oficiais do país. O tétum é a língua local. O inglês e o indonésio são considerados línguas de trabalho. É, portanto, um país multilíngue. A adoção da língua portuguesa decorreu do fato de ter sido o idioma dos insurgentes. O português foi a língua da resistência à ocupação da Indonésia. É importante lembrar que os indonésios baniram o ensino do português nas escolas durante 25 anos. O português é, portanto, um grande fator de identidade nacional no Timor.

O Timor é membro ativo da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, está na presidência rotativa atualmente e já anunciou a intenção de tornar-se membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean).

No que se refere à economia, apesar de possuir elevados índices de pobreza, a principal deficiência de Timor-Leste não é a falta de recursos financeiros, mas a carência de quadros. Timor tem um PIB de US$4,48 bilhões, uma renda *per capita* de US$3,6 mil, IDH de 0,63 e se situa na 128ª posição. Porém, a economia de Timor vem alcançando taxas de crescimento próximas a dois dígitos nos últimos anos. Em 2015, cresceu 7%; em 2008 e 2011, cresceu quase 15% – 14,6%.

A moeda oficial é o dólar americano. A principal fonte de renda é o petróleo, responsável por 90% das receitas. O país é considerado pelo FMI como a economia mais dependente do petróleo do mundo.

A pauta de exportações é concentrada em combustíveis, 80%, e café, 17%.

O governo timorense criou, a partir dos *royalties* de petróleo, um fundo soberano, um fundo do petróleo, inspirado no modelo norueguês, para utilização dos recursos em projetos de infraestrutura. Os recursos do fundo do petróleo alcançam US$16 bilhões.

O governo tem procurado também atrair investimentos estrangeiros e ampliar o comércio exterior. Para isso criou, em janeiro de 2015, uma zona econômica especial no enclave de Oecusse, a oeste do país.

Há também um projeto bilionário de criação de um complexo industrial petroquímico envolvendo refinaria, gasoduto e porto na costa sul do País.

Para promover o crescimento inclusivo e sustentável, o governo criou um programa inspirado no Bolsa Família brasileiro denominado Bolsa da Mãe, que beneficia 50 mil pessoas.

A relação do Brasil com o Timor-Leste é marcada pelo profundo sentimento de solidariedade que o povo e o Governo brasileiro têm pelo país em razão primeiro da herança comum e, segundo, da admiração pela bravura com que a independência foi conquistada. Exemplo dessa solidariedade é o amplo programa de cooperação bilateral prestado pelo Brasil focado em setores fundamentais para a construção do Estado timorense.

O Brasil goza de um enorme capital de prestígio em Timor. Timor-Leste apoia a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e tem votado sistematicamente a favor do Brasil nos demais fóruns internacionais.

Foram realizadas mais de 30 visitas de alto nível entre os dois países, o que demonstra o adensamento das relações bilaterais.

O ex-Presidente Ramos-Horta visitou o Brasil em 2008 e 2012, e o então 1º Ministro Xanana Gusmão esteve em Brasília em 2011, ocasião em que foram assinados vários acordos internacionais.

Do lado brasileiro, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Timor em 2001, e o ex-Presidente Lula visitou Díli em 2008, acompanhado da então Ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff.

O Brasil participou de todas as missões de observação eleitoral no Timor.

A cooperação técnica é o carro-chefe do relacionamento bilateral. A ampla agenda de cooperação reflete o compromisso do Brasil com o fortalecimento do Estado nacional timorense, a promoção da Língua Portuguesa e a capacitação de quadros.

Timor é um dos países que recebe maior volume de recursos da cooperação externa brasileira. Chegou a absorver quase 30% de todo o orçamento de cooperação em 2008.

A cooperação entre os dois países está amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica assinado em 2002 e aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado em 2005.

Desde o ano 2000, 67 iniciativas bilaterais de cooperação técnica já foram executadas no Timor sob a coordenação da ABC (Agência Brasileira de Cooperação).

O programa de qualificação em Língua Portuguesa foi implementado pela Capes em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina para formação de docentes. Quatorze professores brasileiros encontram-se no Timor no momento para treinar docentes timorenses. No auge desse programa, 50 professores atuaram simultaneamente em Díli.

A universidade timorense mantém acordo com a universidade da Paraíba e do Ceará e com a universidade de integração afro-brasileira para o intercâmbio e formação de estudantes.

Atualmente, mais de 240 estudantes timorenses estão matriculados em 11 universidades brasileiras em cursos na área de ciência, a maioria com bolsas do governo do Timor. O Brasil é o país com o maior número de estudantes timorenses.

Os principais programas de cooperação são os seguintes: Programa de Cooperação na Área de Formação Profissional. O Brasil instalou em 2014, com o apoio do Senai, um centro de formação profissional com capacidade para 300 alunos e já formou mais de 3 mil timorenses. O centro é uma referência na formação profissional do país e um nicho de mão de obra qualificada para os empresários locais.

O programa de cooperação na área de administração pública destaque-se as ações da Escola Nacional de Educação Fazendária (Esaf), que desenvolve capacitação para quadros locais nas áreas de planejamento, administração e finanças.

O programa de cooperação na área de justiça está em sua sétima etapa. O projeto de justiça é um projeto de referência que conta com o financiamento do PNUD. Trinta e um procuradores, juízes e defensores públicos estiveram em Timor por um período no âmbito desse projeto. O Brasil está ajudando a criar a Defensoria Pública do Timor.

O programa de cooperação na área de defesa previa a capacitação de pessoal militar e policial. Foi criada uma adidância junto à embaixada residente em Tóquio. Há uma possibilidade de cooperação entre a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto de Defesa do Timor.

Programa de cooperação na área de inteligência. O Brasil está cooperando na implementação do Serviço Nacional de Inteligência, o SNI, do Timor-Leste. Foram realizadas várias missões da Abin; um analista de inteligência encontra-se em Timor. Esse é um dos melhores exemplos da confiança depositada no Brasil. Como se sabe, a inteligência é uma área bastante sensível e o Timor poderia ter recorrido a Portugal em busca de cooperação, ou mesmo entre os países vizinhos da Asean, mas recorreu ao Brasil para implementar o Serviço Nacional de Inteligência.

Apoio ao fortalecimento do Parlamento nacional. O Senado brasileiro, o nosso Senado, vai prestar cooperação nas áreas de processo legislativo, tecnologia da informação e Rádio Senado. Isso envolve o treinamento de assessores parlamentares. Em novembro do ano passado, uma delegação veio a Brasília e visitou o Senado. Ficaram muito entusiasmados com a Rádio Senado; eles querem montar uma Rádio Parlamento. Agora, um técnico do Senado vai a Díli fazer um diagnóstico das demandas e das necessidades para poder formatar um programa de cooperação.

São vários termos de cooperação. Eu vou saltar aqui, para encurtar um pouco. No que se refere ao comércio e investimento, o comércio bilateral é muito reduzido. O saldo da balança comercial é favorável ao Brasil. O superávit é da ordem de US$5 milhões – se bem que essa cifra pode estar subestimada, porque grande parte da importação é feita através de Cingapura.

As exportações brasileiras se concentram em carnes, máquinas, equipamentos mecânicos e produtos gráficos. Desde 2014, a empresa Andrade Gutierrez, em parceria com a empresa portuguesa, vem negociando com o governo timorense projetos para a construção de estradas, portos, conjuntos habitacionais e refinaria.

As maiores jazidas de petróleo e gás conhecidas ainda permanecem inexploradas. Em 2014, o governo timorense contatou empresas de petróleo e gás dos países da CPLP com o objetivo de formar um consórcio para exploração de petróleo *onshore* na costa sul do Timor. A estatal timorense indicou que cederia, sem licitação internacional, blocos de prospecção e exploração para o consórcio da CPLP. Eles queriam muito a participação da Petrobras nesse consórcio. A Petrobras foi contatada na época, mas indicou ser impossível naquele momento comprometer-se com novos investimentos externos. Aí uma empresa de Portugal e a angolana Sonangol se interessaram pelo projeto.

O Chanceler Mauro Vieira visitou Díli em julho do ano passado para participar da XX Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, oportunidade em que passou em revista os temas da agenda bilateral.

Esses são, em linhas gerais, os principais pontos a destacar do Timor-Leste e de seu relacionamento com o Brasil. O Timor-Leste é um país em construção, é um país em formação, e o papel que desempenha o Brasil nesse processo é importante.

Caso eu tenha a honra de ser aprovado nesta Comissão e no plenário do Senado, atuarei no sentido de dar seguimento a essa profícua cooperação, apesar das fortes restrições orçamentárias ora vigentes – não apenas dar seguimento, mas ampliar a cooperação para novas áreas como, por exemplo, a agricultura, através da Embrapa, que é um centro de excelência; desenvolvimento urbano; esportes; entre outras.

Procurarei também ampliar as oportunidades comerciais, apesar do pequeno comércio bilateral. E tentarei, dentro das nossas possibilidades, atrair empreiteiras e empresas brasileiras do setor de petróleo e gás a investirem no complexo petroquímico a ser construído no sul do país.

Com isso, concluo a minha intervenção inicial e estou à disposição para maiores esclarecimentos e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Nós vamos ouvir agora o Embaixador Nedilson Ricardo Jorge, que foi indicado para nos representar na República da África do Sul. Ele seguramente vai falar sobre a África do Sul, sobre a sua nova missão, mas ele é atualmente o Diretor do Departamento da África, no Itamaraty. Não é isso, Embaixador?

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como todos nós sabemos, a África sempre foi um dos focos de interesse da nossa diplomacia. Desde o tempo do Império, essa é uma tradição. Durante o governo Lula, houve uma série de compromissos assumidos pelo Presidente de adensar a cooperação política, econômica e técnica. As informações que nós temos, Embaixador, são as de que muitos desses programas acabaram sem continuidade ou sequer foram iniciados. Então, eu gostaria que o senhor falasse um pouco também sobre a situação hoje da nossa política externa em relação à África, porque é esse o seu posto atual.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – Exmo Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, Sras e Srs. Senadores, em particular, eu cumprimento o Senador Lasier Martins, meu Relator, e o Senador Antonio Anastasia, Relator *ad hoc*, e cumprimento meus colegas de mesa e meus colegas na sala.

Se o Sr. Presidente da Comissão estiver de acordo, eu farei um comentário rápido sobre as relações com a África ao final da minha breve exposição. Vou tentar ser o mais rápido possível sobre a minha indicação.

Para mim, é um prazer e uma honra estar aqui indicado para ser Embaixador na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e à República de Maurício.

África do Sul é um país com uma presença internacional importante; tem uma área um pouco maior que a da Colômbia, equivalente, no Brasil, a mais ou menos ao Estado do Pará; tem um PIB também um pouco superior ao da Colômbia, para dar uma referência de um país vizinho nosso; e, assim como o Brasil, encontra-se entre os países classificados como de renda média a alta pelo Banco Mundial.

Estamos falando de um país que tem também uma presença internacional importante em termos de embaixadas. Pretória, por exemplo, tem 135 embaixadas, e Brasília tem 133. Por aí, tem-se uma ideia de que é um país com muita presença internacional.

Essa política externa sul-africana se concentra, em primeiro lugar, no continente africano, que são os vizinhos, como seria natural; em segundo lugar, no BRICS, do qual o Brasil também faz parte; e, em terceiro lugar, nos foros multilaterais em geral, políticas multilaterais no âmbito da ONU. Nesse ponto também, ela tem tido muito contato com o Brasil na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento.

Contribui muito para as relações bilaterais o fato de a África do Sul ter sido acolhida no BRICS em 2011. A relação com o Brasil vem crescendo de importância. Desde a histórica visita do ainda não Presidente e Presidente do ANC Nelson Mandela, em 1991, e o fim do *apartheid*, as nossas relações com a África do Sul vêm crescendo de importância com visitas presidenciais. Todos os presidentes – Presidente Fernando Henrique, Presidente Lula, Presidente Dilma – visitaram a África do Sul. E vice-versa: o Presidente Nelson Mandela, quando Presidente, veio novamente ao Brasil, assim como o Presidente Mbeki e o Presidente Jacob Zuma. Então, é uma relação que vem crescendo de importância.

Em 2003, foi criado o foro Ibas (Índia, Brasil, África do Sul), que somou ainda mais relevância nessa relação bilateral. Em 2011, então, com a aceitação da África do Sul ao que era BRIC e que virou BRICS, com "S" de África do Sul, isso fez com que o Brasil tenha uma interlocução muito privilegiada, uma atenção muito especial do governo sul-africano. E isso acontece não só por essas razões de política externa, mas também por outras razões, em particular, as semelhanças que existem entre as duas sociedades. São economias emergentes, países em desenvolvimento do sul, sociedades democráticas multirraciais com desafios sociais. Há uma simpatia do ANC pelo Brasil em função da nossa posição, da posição brasileira na luta contra o *apartheid*, e essa defesa de pontos de vista comuns dos países em desenvolvimento em foros multilaterais. É uma relação em pleno crescimento, em plena construção. E, na exploração de todo o seu potencial, eu diria, sem dúvida, que há muito por fazer. E vou ter que me limitar apenas a alguns aspectos para que possamos não tomar muito tempo.

Em termos econômicos, a situação recente na África do Sul não é das mais positivas. Tiveram um crescimento pequeno, em 2014 e 2015, com cerca de 1,5%, mais ou menos – 1,5% em 2014, e 1,4% em 2015 –, e com um desemprego significativo – 25% da população economicamente ativa desempregada –, que atinge com muita força a população jovem, quase 50% desempregada. Ainda assim, é uma economia que, de longe, é a mais industrializada e mais desenvolvida da África – é o segundo PIB da África – e que oferece muitas oportunidades de negócios, tanto comerciais quanto de investimentos.

Em termos de investimentos, o valor do comércio bilateral, em 2015, foi de cerca de US$2 bilhões, com um saldo positivo para o Brasil de mais de US$700 milhões. E aí vem um aspecto importante de se ressaltar, de que quase 77% das exportações brasileiras para a África do Sul foram de produtos industrializados, manufaturados e semimanufaturados, sendo que automóveis são o principal item da nossa pauta de exportação para a África do Sul.

É de se notar que há uma forte concorrência interna no mercado sul-africano, em função de uma produção nacional muito desenvolvida e em função também de acordos de comércio que a África do Sul tem com a Europa. Eles têm também uma presença muito forte de empresas americanas e chinesas – a China é o principal parceiro comercial da África do Sul. Mas, mesmo assim, esse comércio é significativo (dois bilhões), com um saldo muito positivo para o Brasil, e em particular esse aspecto de uma exportação, predominantemente, de produtos industrializados por parte do Brasil.

Há alguns investimentos brasileiros na África do Sul. Recentemente, tem havido também um crescente fluxo de investimentos sul-africanos no Brasil. Mas há um aspecto novo muito importante, que chama a atenção de todos e a minha em particular: há duas semanas, foi concluído o processo de ratificação do acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Sacu), que engloba a África do Sul...

(Soa a campainha.)

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – ... e os países vizinhos.

Esse acordo preferencial foi, finalmente, promulgado, há cerca de duas semanas, e isso vai abrir muitas portas em termos de comércio e até mesmo também de investimentos bilaterais. Então, a implementação desse acordo vai oferecer uma oportunidade adicional de maior competitividade, de maior presença de produtos brasileiros na África do Sul.

Caso eu mereça a aprovação desta Comissão, do Senado, dos senhores, eu pretendo dar muita atenção a esse aspecto de explorar essas novas oportunidades que foram abertas com a conclusão desse acordo entre o Mercosul e a Sacu.

Também, na área agrícola, há perspectivas positivas. Há em negociação um acordo para liberação da entrada de carnes suínas brasileiras – espera-se que nos próximos meses esse acordo possa ser concluído –, e isso também vai aumentar a presença brasileira naquele país.

Em termos de cooperação, há importantes projetos de cooperação bilateral. É preciso registrar que a África do Sul tem buscado o Brasil como parceiro, e como um parceiro com níveis tecnológicos, em alguns casos, semelhantes – em alguns casos, um país tem a oferecer para o outro. Um dos projetos mais importantes que desenvolvemos com a África do Sul, em termos de cooperação, recentemente, foi na área de defesa, com o desenvolvimento do míssil A-Darter, que permitiu, inclusive, a absorção de tecnologia nova por parte de empresas brasileiras.

Nessa área de defesa, há muito interesse, por parte da África do Sul, de continuar cooperando com o Brasil. Eles, no momento, estão propondo o desenvolvimento de um míssil além do alcance visual, o BVR (Beyond Vision Range). Aliás, note-se também que a África do Sul, assim como o Brasil, escolheu o caça sueco Gripen como seu elemento principal de defesa aérea. Então, tudo isso abre muita possibilidade de cooperação na área de defesa.

Também, na área de ciência e tecnologia – essa é uma área de crescente interesse por parte da África do Sul em cooperar com o Brasil –, há muito potencial. Eles, recentemente, convidaram o Brasil para fazer parte de um projeto na área de Astronomia. Eles têm um dos maiores projetos de radiotelescópio do mundo, junto com a Austrália, e estão convidando o Brasil para fazer parte desse projeto.

Na área nuclear, a África do Sul é um país extremamente desenvolvido. Eles operam duas centrais eletronucleares. Eles têm um reator de pesquisa que fornece material para medicina nuclear para muitos países, inclusive para o Brasil. Então, essa área nuclear também é uma área em que há perspectivas para assinatura de um acordo de cooperação, em usos pacíficos, evidentemente, da energia nuclear, que pode também impulsionar a cooperação bilateral e colaborar no desenvolvimento de tecnologia para o Brasil.

Em termos culturais e educacionais, também há muita perspectiva de cooperação. Nós temos leitorados na Universidade do Cabo e na Universidade de Pretória. Temos um centro cultural. É interessante notar que na África do Sul há uma das maiores comunidades – segundo alguns, a maior comunidade – portuguesas na África, que é Angola, onde há mais de 300 mil portugueses. Então, o português é muito ensinado. Eles têm uma tendência de preferir aprender o português lusitano. Então, é um desafio nosso também divulgar melhor o sotaque brasileiro, digamos assim, do português.

Para finalizar sobre a África do Sul, nós temos uma comunidade brasileira pequena, mas importante – cerca de 1.500 cidadãos. Temos, infelizmente, cerca de 20 cidadãos brasileiros presos no momento. Então, há também uma perspectiva de assinatura. Está em negociação um acordo bilateral de transferência de pessoas condenadas para permitir que esses presos venham servir a pena no Brasil. E, novamente, caso eu mereça a aprovação dos senhores, essa área não pode ficar de fora. É uma área importante que a Embaixada tem que acompanhar, de assistência aos cidadãos brasileiros e à comunidade brasileira.

Eu não quero encerrar sem antes falar 30 segundos sobre Lesoto e Maurício. O Reino do Lesoto é um estado totalmente insular dentro da África do Sul, com o tamanho aproximado da Bélgica – aqui no Brasil seria mais ou menos o Estado do Alagoas – e com um PIB equivalente ao da Guiana. Recentemente, em dezembro, foi promulgado o acordo de cooperação técnica entre o Brasil e o Lesoto. Então, as relações lá são muito incipientes, inexiste comércio, mas Lesoto é um dos países que faz parte da União Aduaneira da África Austral e que, portanto, estará também coberto por esse acordo preferencial do Mercosul. Portanto, há perspectivas de que, com o acordo, tenhamos oportunidade de criar comércio com o Lesoto.

A República de Maurício é um país bastante pequeno, equivale a aproximadamente um terço do tamanho do Distrito Federal, mas tem um PIB cinco vezes maior que o do Lesoto, equivalente, mais ou menos, ao PIB da Nicarágua ou duas vezes o do Suriname, para dar a equivalência de um vizinho. É um membro observador da CPLP. Então, há uma certa simpatia, porque eles têm interesse na língua portuguesa. Há uma pequena

comunidade de imigrantes portugueses também. É uma das economias mais abertas do mundo – foi muito interessante. O projeto de Estado é de uma economia muito aberta. Com isso, tem havido um comércio pequeno, mas significativo. Foram US$41 milhões, com um saldo favorável ao Brasil de mais de US$38 milhões.

Maurício não faz parte da Sacu. A população de Maurício é de aproximadamente 1,286 milhão de habitantes. É uma população pequena, um Estado também bastante pequeno, mas tem um PIB significativo, digamos assim, para a sua população e uma renda *per capita* de quase US$10 mil por habitante. Eles têm sempre utilizado essa visão de governo de uma economia totalmente aberta. Então, é também um mercado bastante competitivo. Temos algum diálogo na área de produção de açúcar e etanol com Maurício, diálogo ainda não concretizado, mas com perspectivas positivas.

Eu encerraria aqui a minha apresentação sobre a África do Sul. Eu pergunto se devo falar alguma coisa sobre a África ou se é melhor aguardar as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu pediria ao senhor, se pudesse, já na sequência, falar um pouco sobre a quantas anda a nossa presença diplomática na África, que, inclusive, é de interesse de todos nós, mas especialmente do Senador Tasso Jereissati, que é o Relator e foi quem propôs como tema, digamos assim, de estudo e aprofundamento de análise por parte da nossa Comissão uma apreciação sobre a eficácia da nossa política externa, das suas principais necessidades, dos principais problemas que vem encontrando da ordem orçamentária, funcional. Eu penso que seria importante se o senhor pudesse, também, na sequência, falar um pouco sobre isso.

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – Eu vou fazer alguns comentários rápidos, mas, desde logo então, eu me coloco à sua disposição e à disposição dos Senadores da Comissão: se houver interesse em um diálogo mais aprofundado sobre política externa para a África, eu atenderei, com muita satisfação a algum convite que haja sobre esse assunto.

Eu vou ser muito rápido. Eu sou diretor do Departamento da África desde o início de 2010. Eu peguei, portanto, o último ano do governo Lula, e até agora essa é a minha função.

A política externa do Brasil para a África, é preciso dizer, sempre foi significativa, sempre existiu. Em 2002, portanto já no final do governo Fernando Henrique, o Brasil era o segundo país latino-americano com o maior número de embaixadas na África; perdia, naquele momento, para Cuba. E houve, ao longo dos dois governos Lula, um grande aumento do número de embaixadas em função de vários fatores. Um dos fatores era uma percepção de uma crescente estabilidade política na África. Embora tenhamos bastantes notícias ruins que porventura chegam, há muitas notícias boas que não saem. Nós temos tipo crescentemente eleições, uma governabilidade, um grau de transparência, índices de IDH e, em particular, índices positivos de governabilidade e transparência em toda a África.

Havia uma perspectiva de crescimento econômico bastante acelerado da África, e isso é verdade até hoje. Quer dizer, não há nenhuma lista de dez países que mais cresçam no mundo, em qualquer período de 2000 para cá, que não tenha seis ou sete países africanos entre os que mais cresceram. Na década de 2000, por exemplo, Angola cresceu mais que a China. Agora, não, com o petróleo. Mas é para dar uma referência.

O estudo mais atual que já vi, se não me engano, é de Harvard: dos cinco países que mais vão crescer até 2024, quatro são africanos. Então, há essa questão econômica, que é importante e abrange não apenas o comércio, mas também investimentos.

E há um dado importante que é a África como mercado para produtos industrializados brasileiros. Quer dizer, o grau de exportação, o índice de exportação de produtos manufaturados brasileiros para a África é superior à média da exportação de produtos manufaturados para o resto do mundo. Eu acabei de dar aqui o exemplo da África do Sul – 77% das nossas exportações são de produtos industrializados –, mas também muitos outros países que são os nossos principais parceiros comerciais na África têm um alto índice de produtos industrializados brasileiros.

Outro aspecto que acho muito importante mencionar é que essa política externa brasileira não foi uma decisão unilateral. Há sempre uma reciprocidade da parte dos países africanos. Nós abrimos – quando digo "nós", é o Governo brasileiro, o Brasil –, durante o governo Lula, 19 embaixadas novas na África. E, no período de 2003 até hoje, também foram abertas 19 embaixadas africanas em Brasília. Hoje, nós temos 37 embaixadas na África, e os países africanos têm 35 embaixadas em Brasília. Então, houve um número muito grande de visitas de presidentes, de primeiros-ministros africanos ao Brasil.

Essa reciprocidade é um fator importante. Como os senhores sabem, a reciprocidade é um dos princípios da diplomacia que procuramos sempre seguir até no que se refere a vistos, mas, também nessa parte de embaixadas, praticamente todas as embaixadas... A exceção é São Tomé, por ser um país de Língua Portuguesa e por ser um país de uma tradição de parte da CPLP, onde nós temos uma importante cooperação. Eu acho que foi o único país em que não houve um acordo de abertura recíproca de embaixadas. De modo geral, todas as

outras embaixadas foram abertas em reciprocidade. Em alguns casos, foi aberta primeiro aqui e, depois, o Brasil abriu lá. Em outros casos, o Brasil abriu lá já com o entendimento de que seriam abertas aqui em seguida.

(Soa a campainha.)

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – Desculpe se estou tomando muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, eu pediria apenas às pessoas que são convidadas que se abstivessem de conversar no recinto da Comissão, por favor, falando ao celular, inclusive. Por favor, desliguem o celular e se abstenham de conversar.

Se quiserem conversar, conversem lá fora e venham aqui assistir, recebemos com o maior prazer, mas em silêncio absoluto, porque é realmente muito desagradável ter que ficar chamando a atenção de pessoas que ficam conversando, sendo nossos convidados e colaboradores.

Desculpe a interrupção.

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – Por favor.

Então, como eu disse, estou à disposição para participar de algum diálogo mais aprofundado, porque este é um tema que acho que interessa a toda a sociedade brasileira. Essa já era uma percepção que eu tinha pelos contatos, por experiência própria.

Mas, recentemente, houve uma pesquisa muito interessante. Não sei se chegou a ser levada à atenção dos senhores, foi publicada no G1, aqui. Foi uma pesquisa feita pelo CID, um centro de pesquisa no México, com apoio da USP, em que pesquisaram, no Brasil, várias questões de política externa, e uma das perguntas era: qual região deve ser o foco principal de política externa no seu País? E a resposta predominante no Brasil foi a África. E 24% dos que responderam a essa pesquisa responderam África.

A USP e o CID devem ter essa lista; foram cerca de 2 mil cidadãos brasileiros, brasileiros. A pesquisa foi realizada em vários países, e, para cada país, faziam as mesmas perguntas. No caso do Brasil, foi feita em colaboração com a USP, com cerca de 1.900, se não me engano, brasileiros, representativos, em princípio, da nossa distribuição demográfica, e, em primeiro lugar, ficou a África com 24% e, em segundo, a América Latina, com 16%.

Então, acho que isso é uma comprovação dessa impressão que eu já tinha, que é de um crescente interesse da sociedade brasileira pela África, pela política externa brasileira para a África. Então, acho que é um tema, sem dúvida, de grande interesse.

O senhor mencionou e não quero deixar de mencionar a questão, Sr. Senador. É claro que as restrições orçamentárias são muito importantes, limitam a nossa capacidade de implementar ações, iniciativas, e temos, recentemente, procuro dizer assim, tentado inventar novas formas, usar a criatividade na parte específica de cooperação diante da ausência de recursos para novos projetos, grandes limitações. Enfim, não sou diretor da ABC, mas conheço e sei que há muitas limitações de orçamento. Temos procurado dialogar com muita transparência com os países africanos, no sentido de procurar formas alternativas para projetos de cooperação. Uma delas é o envolvimento do setor privado, alguns projetos que têm sido realizados com envolvimento do setor privado, seja nacional, seja local; em alguns casos, o financiamento por parte do próprio país que recebe a cooperação técnica. Temos, por exemplo, projeto importante num país que financiou praticamente 95% de toda a cooperação, e a nossa participação se limitou quase que às passagens dos técnicos, porque esse país tinha condição financeira. Não tinha o conhecimento tecnológico, mas tinha a condição financeira de financiar. E, em outros casos também, temos procurado sugerir projetos trilaterais com financiamento de outras agências de cooperação, como a JICA, a japonesa, USA, União Europeia, ou em alguns casos até outros países em desenvolvimento.

Essa é uma das perspectivas, por exemplo, que temos com a própria África do Sul, um país que também tem, digamos assim, uma economia significativa e pode, portanto, colaborar com o Brasil nessa área; quer dizer, cooperação técnica não precisa ser uma cooperação unilateral. Ela sempre trouxe benefícios mútuos e, diante da ausência de recursos, digamos, para projetos mais significativos, temos procurado uma dessas três alternativas. Quando digo nós, estou falando evidentemente do diretor da ABC. Eu, como diretor do Departamento da África, acompanho isso e estou me permitindo aqui fazer alguns comentários para não me furtar de responder a sua pergunta, mas, como Departamento da África, cuido particularmente das relações bilaterais. No entanto, como se sabe, há dentro do Itamaraty, áreas específicas. Então, a ABC cuida de cooperação técnica, o Departamento de Produção Comercial cuida da parte de produção comercial, e assim por diante.

Desculpe se me estendi, mas não quis deixar de responder a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

O primeiro inscrito para as perguntas, para a interpelação dos nossos sabatinados é o Senador José Agripino.

Eu pediria a algum dos nossos colegas que pudesse assumir a Presidência por um minuto.

Senador Lasier, por favor.

O primeiro inscrito, então, é o Senador Agripino. Logo em seguida, a Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador Lasier, eu queria me inscrever, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Com a palavra nosso eminente Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores Leonardo Monteiro, Aldemo Garcia e Nedilson Jorge, eu gostaria de cumprimentar o Embaixador Leonardo e desejar a ele muito bom êxito na Mauritânia, um posto que vai colocar a diplomacia do Brasil à prova, tendo em vista que é um país com dificuldades, que merece a colaboração do Brasil, com quem nós temos evidentes interesses. E a relação diplomática se faz importante nesse mister, na obtenção desse objetivo.

Eu queria cumprimentar de forma fraterna o meu conterrâneo Aldemo Garcia, que vai exercer as funções de Embaixador no Timor-Leste, ele que tem já uma longa carreira no Itamaraty, que tem intimidade especial com o Congresso, tendo em vista que o seu caráter de bom interlocutor político credenciou-o a exercer funções do Itamaraty junto ao Congresso Nacional. E isso é importante para a sua função.

O Timor-Leste é um país que vive com grandes problemas, tem uma relação privilegiada com o Brasil. Nós tivemos missões especiais da ONU no Timor-Leste. É um país de pequena expressão econômica, mas de muita importância política no contexto internacional das nações, pelo seu simbolismo de resistência, de posicionamento político.

Então, a presença de uma pessoa com exercício de convivência congressual no Timor-Leste credencia bastante o Brasil no exercício das funções diplomáticas junto ao Timor-Leste.

Então, quero desejar muito bom êxito ao Embaixador Aldemo Garcia.

E ao Embaixador Nedilson Jorge, eu gostaria... Eu já estive na África do Sul, Embaixador. Aliás, o meu irmão que é seu colega, Oto Agripino Maia, foi Embaixador na África do Sul à privilegiada época de Mandela. E eu estive lá. E quem está na África do Sul, quem passa uma semana na África do Sul toma intimidade com seus problemas.

A primeira constatação: uma ilha que guarda o Haiti e a República Dominicana é um exemplo para ser observado em matéria de como é importante a colonização, a origem. A superfície física é a mesma. O Haiti é um país com renda *per capita* baixíssima, com grandes dificuldades no campo social e no campo econômico, enquanto a República Dominicana é uma país com trânsito no campo do êxito. É um país com perspectiva exitosa.

A África guarda para similitude. E a África do Sul, que foi um país colonizado ou que teve fortíssima influência de ingleses e holandeses ao lado de africanos, é um país que, no contexto da África, – e V. Exª sabe muito mais do que eu – exibe melhores perspectivas, tanto de renda *per capita* – US$10 mil por ano para os sul-africanos – como de exemplo político, que nós precisamos observar.

Veja V. Exª: durante anos, a ocupação branca lá existia. E existe uma elite branca. Só que o governo é exercido pelos naturais, por uma população negra.

E isso foi produto de uma luta de resistência e da capacidade de tolerância entre os dois segmentos que fazem a África do Sul: os holandeses e ingleses, os bôeres, e os africanos, liderados por essa figura que marcou o século, que é Nelson Mandela. E o governo persiste, amparado pela convivência pacífica, que é o que eu mais desejo sublinhar, entre a população branca e a população negra, a partir da tolerância dos brancos e a capacidade e o talento dos negros em se fazerem impor. Eles são maioria. Pelo talento de Mandela e daqueles que o seguiram, eles coexistem pacificamente e tocam o país para a frente.

Onde está a relação do Brasil com a África? Por exemplo, no campo da mineração. A Anglo American está lá, tem parcerias com empresas brasileiras. A África do Sul é um país que tem indústria, tem agricultura, tem mineração. É um país muito parecido, em termos econômicos, com o Brasil, mas, em termos políticos, acho que nós precisamos acompanhar a evolução da convivência, tendo em vista a questão que nós estamos vivendo no Brasil neste momento.

Nós estamos em um momento de ruptura, e é preciso, mais do que nunca, tolerância entre brasileiros, para que se enxergue o futuro do Brasil, como os sul-africanos entenderam. Em um dado momento, os brancos entenderam que era hora de passar o poder, até por eleições diretas. Era hora de passar a administração do país, por eleição direta, para a maioria negra. Mandela foi um grande interlocutor na transição, e continuou a construir a pujança e a hegemonia da África do Sul, em termos econômicos, no continente africano.

De modo que eu gostaria de chamar a atenção de V. Exª – não tenho nenhuma pergunta em especial – para o acompanhamento das relações políticas do Brasil com a África do Sul, levando em conta o exemplo que a África do Sul tem a dar ao Brasil permanentemente, na tolerância, na convivência entre contrários, levando em consideração o objetivo fundamental, que é tocar o País para a frente.

Desejo muito bom êxito a V. Exª e desejo, evidentemente, algum dia estar na Mauritânia, no Timor-Leste ou voltar à África do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Nós vamos seguir a praxe de, primeiro, acompanhar as perguntas, e depois deixar que, em blocos, nossos embaixadores respondam.

Pela ordem de inscrição, com a palavra Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente Lasier Martins. Renovo os cumprimentos pelo aniversário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nosso Presidente está trabalhando duplamente.

Eu vou começar pelo Embaixador Nedilson Ricardo Jorge, que vai nos representar na África do Sul, trazendo coisas até pitorescas. Há uma discussão na África do Sul – isso já aconteceu em 2002, e antes disso –, um debate sobre o cartão postal de Pretória, a capital política da África do Sul, que é uma avenida bordada por jacarandás. No florescimento e na primavera, fica realmente belíssimo, e Porto Alegre tem a sua Praça da Alfândega também com jacarandás. É onde acontece a Feira do Livro. Esse é apenas um detalhe. O problema é que consta que as primeiras árvores, as mudas de jacarandás, na versão histórica, foram doadas pelo Brasil. O governo que assumiu o pós-apartheid, entendendo que eram espécies exóticas, tratou de bani-las ou de tirá-las. Então, está estabelecida essa polêmica. A BBC de Londres já fez matéria sobre isso. A imprensa internacional, de alguma maneira, aborda essa questão. Então, como se trata de confirmar a versão histórica de que realmente foram mudas doadas pelo Brasil, isso não cria nenhum tipo de constrangimento nesse processo?

O senhor fez uma observação interessante sobre a questão dos portugueses na África do Sul. A primeira vez que eu visitei a África do Sul foi em pleno *apartheid*, em 1975. Talvez o senhor nem fosse nascido ainda. Naquela época, os países todos condenavam o regime do *apartheid*, e Portugal sempre tinha uma posição menos – digamos – enfática sobre o tema, em função exatamente dos valores, das remessas que a colônia portuguesa, na África do Sul, enviava para Portugal. Era um volume apreciável de recursos que ajudavam o desenvolvimento de Portugal naquele momento de transição, no processo de entrada, na busca de um espaço maior na Comunidade Europeia.

Isso se observa ainda hoje, pela força e pelo número de portugueses, de fala portuguesa, que há na África do Sul, mesmo com a independências das ex-colônias, Moçambique e Angola, muitos foram para a África do Sul, abrigados pela segurança que havia.

A África do Sul vive hoje também alguns dilemas em relação à questão de *impeachment*. *O* Presidente Zuma ganhou numa porcentagem bem significativa por questões de uso indevido de recursos para reforma de sua casa de uso particular.

E mais a questão dos jacarandás. Acho que realmente a África do Sul é um país, dentro do continente africano todo, que tem, com o Brasil, pelas razões expressas pelo senhor, um grande espaço de entendimento e comercialização. Há um acordo também com o Mercosul na era de Marcopolo, de Caxias do Sul.

Como gaúcha – o Senador Lasier também –, acho que essa possibilidade expande-se, e a África do Sul passa a ser também um celeiro agrícola, uma produção agrícola. Nós somos produtores de tratores e máquinas agrícolas e, portanto, interessa ao Rio Grande essa questão.

A própria África do Sul também tem uma boa produção de vinhos. Não que queira que sejamos concorrentes, mas que possamos fazer acordos de cooperação ou, eventualmente, alguma *joint venture* que possamos explorar.

Tive a honra de ser a Relatora do Embaixador Aldemo Garcia Júnior. Foi um grande prazer, já registrando aquilo que o Senador Aloysio Nunes Ferreira reconheceu antes de anunciar o seu nome, do papel que teve aqui na assessoria do ex-Presidente Ricardo Ferraço.

O senhor vai para o Timor-Leste que, em 1999, quando houve o plebiscito para se tornar independente – hoje já criado o país, um sistema parlamentarismo –, o país vive, me parece, uma insegurança ainda. Não há instituições muito fortes para assegurar proteção aos direitos individuais em relação ao Timor-Leste. Problemas de segurança, gênero, violência contra a mulher, até tráfico de pessoas. O Timor-Leste é um país muito pequeno, mas com grandes riquezas, petróleo e outras áreas.

V. Exª mencionou a questão agrícola. Gostaria de saber de mais detalhes, no que poderíamos ajudar em relação à agricultura.

A capital Díli, que tive o prazer de conhecer também, é muito bonita, é uma cidade encantadora, com uma boa condição de viver, com florestas e mar muito lindos.

E, finalmente, ao nosso Embaixador Leonardo Carvalho Monteiro, que vai para Mauritânia. É um país de pouco mais de três milhões de habitantes. Do ponto de vista estratégico para o Brasil, o que Mauritânia pode representar de prioridade nº 1, por exemplo? É a questão que tenho para o senhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos às perguntas do Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar nosso Presidente, Senador Lasier, cumprimentando também nossos embaixadores, Leonardo, Aldemo e o nosso querido Nedilson.

Queria saber, sobre a Mauritânia, querido Leonardo, a respeito das questões que estavam sendo formuladas entre o Brasil e Mauritânia, com relação à pesca. Com a mudança, aqui no Brasil, do Ministério da Pesca, que foi extinto, incorporado ao Ministério da Agricultura, prejudicou-se um pouco a política exclusiva que estava sendo feita para o avanço da pesca. Como está, no dia a dia, essa questão e o que podemos fazer para poder melhorar essas relações? Isso é importante.

Também havia, nesse acordo feito em 2012, algumas questões sobre energia. Sabemos que a Mauritânia tem um bom índice de solimetria, de energias alternativas, é um dos maiores produtores de ferro do mundo, que também é uma *commodity* importante.

Queria saber como anda a questão dos acordos em nível energético, porque o Brasil e a Mauritânia estão muito incipientes ainda nas energias alternativas, e precisam melhorar os investimentos nesse setor, e como podemos colaborar nessa linha.

O Senador Lasier é o Presidente e eu sou o Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que é uma comissão aqui do Senado Federal, onde discutimos uma série de questões dessa área tecnológica. E essa questão das energias para nós é fundamental.

Sabemos que a Mauritânia tem sido um parceiro muito bom para o País, porque é uma balança comercial altamente favorável ao Brasil. Então, como podemos até incrementar ainda e aproveitar melhor esse mercado que se abre? O Brasil tem toda uma tecnologia com relação à questão da exploração do minério de ferro, e a Mauritânia tem lá essa grande reserva pouco explorada. De repente, como nós poderíamos fazer um avanço nessa questão?

Com relação ao Timor-Leste, o Brasil fez, Aldemo, um acordo de melhorar o número de pessoas que que fala Português no Timor-Leste. E esse esforço, com o envio de professores e uma série de questões, não surtiu tanto efeito, porque parece que só 10% da população ainda falam Português. Então, como nós poderíamos melhorar essa interlocução, diante de toda a cooperação que temos feito com o Timor-Leste, para podermos propiciar que o Português seja mais bem falado neste importante país irmão da Ásia?

E eu gostaria que V. Exª esclarecesse também – já que o Timor está na Ásia, e nós sabemos o quanto os asiáticos gostam de fazer turismo, gostam de fazer essa interlocução – como, de uma forma ou outra, poderíamos propiciar que o turismo brasileiro com relação aos asiáticos fosse melhorado, principalmente com relação aos nossos amigos do Timor. Isso porque se poderia fazer melhor intercâmbio, até para melhorar a questão do Português lá no Timor e se ter uma melhor relação com esse país irmão? Então, como a nossa Embaixada poderia trabalhar mais efetivamente nisso?

Com relação ao turismo também – viu, Leonardo? –, eu acho que, quanto à Mauritânia, poderíamos verificar como se pode incrementar melhor o turismo também.

Nedilson, você está indo para o país mais rico, que é um irmão que é importantíssimo para o Brasil na área comercial. Essa questão do BRICS é uma tentativa de que esses países tão importantes, que muitas vezes não estiveram no ápice da discussão, possam posicionar-se no mercado internacional de uma forma melhor.

Então, quanto a essa relação Brasil-África do Sul, como é que, de repente, você vê que nós podemos incrementar a necessidade de investimento?

Por exemplo, o Brasil tem uma dificuldade muito grande, porque nós temos aqui o PIL, o PAC, grandes obras, e não temos os investidores para fazer isso. Então, quanto aos fundos que o BRICS definiu junto com a China, com a África do Sul, Brasil, Rússia e Índia, como podemos fazer investimentos melhores aqui no Brasil nas obras estruturantes, tanto com relação à infraestrutura, o PIL – a infraestrutura ferroviária, a infraestrutura hidroviária, portuária, aeroportuária – quanto com relação também aos aspectos energéticos?

Eu sei que a África do Sul é um país muito rico em nível de diamante, de ouro, de algumas *commodities* muito valorizadas no mercado internacional e pode, inclusive, aproveitar outras formas de energia. Mas nós estamos num mundo hoje em que temos de pensar na qualidade de vida para todos. Então, como anda essa questão das energias alternativas lá na África do Sul? Como nós podemos melhorar esse intercâmbio, principalmente com relação à questão da energia solar e da biomassa?

Quanto a essa relação com os segregados, eu acho que cada vez melhora mais, mas é interessante. Um Senador que me antecedeu já procurou V. Exª. Vamos ouvi-lo sobre isso.

E, para fechar: quem tem dinheiro precisa passear, para se divertir e para poder viver. Eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional, e precisamos ver com V. Exª como podemos incrementar, melhorar essa relação turística Brasil-África do Sul. Esse fluxo pa-

rece que não está tão favorável assim, e nós precisamos dar uma melhorada nele, com relação, inclusive, até a toda a África, mas à África do Sul em especial. O.k.?

Muito obrigado.

Eu quero desejar sucesso a V. Exª, ao Aldemo e ao Leonardo nesse trabalho importante que farão em três países tão distintos, tão diversificados. Lesoto é ali encrustado dentro da África do Sul. Mas, de repente, o Lesoto pode ser um parceiro legal para gerar algumas oportunidades de investimento, de geração de emprego, tanto para o nosso País como para eles também. Nós podemos intercambiar.

Maurício, como você já explicou, é uma potência em uma série de questões que têm sido aproveitadas aí.

Então, muito obrigado. Um forte abraço para vocês. Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador.

Para fechar então esta roda de perguntas, Senador Cristovam Buarque.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador Lasier, você é irmão. Acabaram de me avisar aqui do seu aniversário. Eu não poderia deixar de abraçá-lo, de desejar-lhe saúde, vigor, para continuar fazendo esse trabalho maravilhoso que faz aqui. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado. É que chegamos a certa altura da vida, Senador, em que já nem se comemora mais. (*Risos.*)

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas os amigos comemoram.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem. Esta é a gratificação que temos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada um.

Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta específica a cada um em relação ao país para onde vai e uma comum. A comum é simplesmente saber se vocês têm alguma ideia de como promover a ampliação do intercâmbio na educação, na cultura, na ciência e na tecnologia, entre o Brasil e cada um dos países para onde vão. De que forma fazer isso? No Timor, em educação, já temos muito. Na África do Sul, podemos ter, assim como na Mauritânia. O que podemos fazer nessa área?

Agora, para cada um, o seguinte. Ao Embaixador Leonardo: a Mauritânia é um dos países de emigrantes em direção ao Mediterrâneo ou não? É uma pergunta. Ou é um país de passagem de emigrantes de outros países mais ao sul, ou mais a leste?

Do Embaixador Nedilson eu queria saber se confirma – confirma, não, porque é um fato – ou em que grau estão as perseguições internas, na África do Sul, contra os imigrantes de outros países africanos. Há pouco tempo, eu li um livro que descreve a vida de um desses imigrantes, creio que do Sudão. Eles não são menos perseguidos do que os que agora estão chegando à Europa, atravessando o Mediterrâneo. Isso comprova algo em que venho trabalhando desde que fui à fronteira da Síria com a Turquia, que é a ideia de que nós temos um milhão de mediterrâneos pelo mundo. Ao redor de cada rico, há um Mediterrâneo separando os pobres. Ao redor de cada casa rica, cada hospital, cada escola, cada *shopping*, nós temos um Mediterrâneo, que não deixa os pobres entrarem.

As notícias e esse livro me chocaram bastante ao ver, Senador Lasier, que mesmo sul-africanos de classes mais modestas perseguem os imigrantes que vêm de outros países, porque disputam trabalho, emprego. Então, eu queria saber se é uma preocupação do governo sul-africano, se há uma tolerância do governo sul-africano, se há algum movimento por trás disso, como hoje, ontem e anteontem há notícias de milícias privadas na Grécia, na Macedônia, perseguindo os imigrantes.

Quanto ao meu caro amigo Aldemo, que já trabalhou aqui conosco representando o Itamaraty, ficou um bom tempo aqui, na assessoria, eu queria saber como é que funciona o fundo soberano que usa os *royalties* do petróleo. E como está a relação do Timor com as empresas que produzem petróleo? Porque, pelo que eu vi, eles fazem um fundo do tipo que há na Noruega, em que o dinheiro não é gasto quando entra, mas vai para um fundo, que já tem alguns bilhões de dólares.

Eles aplicam apenas a rentabilidade de cada ano em torno de US$260 milhões, se não me engano, o que é uma política muito sábia e surpreendente em um país tão pobre. Um país pobre quer pegar o dinheiro que chega e gastar, mas eles decidiram pela seriedade – a Senadora Ana Amélia não está aí, mas ela adoraria isto – de criar um fundo soberano. Então, eu queria saber, primeiro, como funciona esse fundo e, segundo, como são as relações do governo, do povo, do país com as empresas de produção e comercialização do petróleo. É aberto? É fechado? Há uma Petrobras? Como é? Eu confesso que não sei, e não deu para pesquisar.

São essas três perguntas, uma a cada um. Ao mesmo tempo, faço uma solicitação aos três sobre como expandir as relações na área de educação, ciência e tecnologia e cultura.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Cristovam.

Vamos, obedecendo ao mesmo critério da abertura dos trabalhos pelo Senador Aloysio, oferecer a palavra aos nossos embaixadores para as respostas em bloco do que ouviram dos nossos Senadores, começando pelo Embaixador Leonardo Monteiro, que está indo para a República da Mauritânia.

O SR. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO – Eu gostaria de agradecer as perguntas que foram feitas.

Em relação à pergunta da Senadora Ana Amélia, eu gostaria de dizer que, para o Governo brasileiro, para o Itamaraty, a Mauritânia seria um posto privilegiado de observação política. A Mauritânia procura manter uma posição equidistante entre o Marrocos e a Argélia, em todo aquele conflito que está se passando no norte da África. A situação atual é de uma certa instabilidade. Houve atentados terroristas em Bamako e no Senegal. A situação no Mali é extremamente instável. Então, é uma região que, no momento, está passando por uma certa convulsão política, devido à atuação de entidades terroristas. Além de tudo, aquela região toda é muito porosa em termos de fronteiras. Ali, há um grande movimento de passagem de tráfico de armas, de pessoas, de drogas. Enfim, eu acho que o Brasil deve acompanhar com atenção o que está acontecendo no norte da África, porque, em certa medida, a médio e longo prazos, isso também pode nos afetar.

Em relação ao que foi perguntado pelo Senador sobre a passagem ou não de imigrantes, o Presidente Abdel Aziz conseguiu interromper um certo fluxo de refugiados do Mali e do Níger que gostariam de se dirigir à Europa através das Ilhas Canárias. Então, ele conseguiu, de certa forma, interromper esse fluxo. E, atualmente, não há notícias de movimento de imigrantes ou de refugiados em direção à Europa.

Eu acredito que um ponto possível de relação no campo da educação e da tecnologia seria tentarmos, de alguma forma, voltar ao que foi tentado quando da assinatura do acordo de cooperação técnica, de formação dos quadros governamentais da Mauritânia. Por exemplo, formação de técnicos, de funcionários do Ministério da Pesca e do Ministério de Ciência e Tecnologia, porque nós teríamos condições, de certa forma, de ajudar a aperfeiçoar os quadros governamentais do governo mauritano.

Em relação à questão da pesca, há questão de dez ou quinze dias, finalmente, nós conseguimos a equalização dos certificados sanitários, para que a Mauritânia consiga exportar tanto sardinhas quanto farelo de peixe para o Brasil, de certa forma, ampliando o intercâmbio comercial entre os dois países, o que também vai dar oportunidade de diminuir um pouco esse superávit que nós temos em relação à Mauritânia.

Como a exploração de ferro lá é a principal atividade econômica, nós poderíamos eventualmente tentar algum tipo de intercâmbio através da Vale do Rio Doce, que tem a melhor tecnologia do mundo em relação à exploração do ferro.

A Mauritânia teve a descoberta do petróleo na década passada, e esse foi um momento de grande euforia. Investimentos apareceram, começou-se a extração no campo de petróleo, mas aí se deram conta de que a extração é difícil, custosa.

Agora, então, com a queda do preço do barril do petróleo, houve uma retração em relação à exploração do petróleo, mas eventualmente também nós poderíamos tentar estabelecer algum tipo de intercâmbio, com toda a técnica que a Petrobras já desenvolveu nesse sentido.

Quando esteve aqui o Chanceler Hammadi, em 2012, além de visitar Brasília, ele esteve em Piracicaba e foi a centros, a usinas de biocombustíveis, e ofereceu a oportunidade de parceria com a Mauritânia. A Mauritânia tem interesse nesse sentido, mas, até aqui, isso não foi levado avante, acho que devido um pouco à crise, à situação econômica do Brasil no momento, inclusive com a situação difícil das usinas alcooleiras no Estado de São Paulo.

Em princípio, seria isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Embaixador Leonardo.

Embaixador Aldemo Garcia Júnior, que está indo para a República do Timor-Leste.

O SR. ALDEMO SERAFIM GARCIA JÚNIOR – Sr. Presidente, a Senadora Ana Amélia mencionou a insegurança das instituições do Timor-Leste, mas precisamos ver que o Timor é um país muito recente, bem jovem. Tem apenas 14 anos. Então, ainda há todo um processo de construção do Estado timorense. Justamente para isso, estamos testando cooperação. Não somente o Brasil, mas Portugal e outros países também – a ONU, a Comunidade Europeia – prestam cooperação justamente para reforçar essas instituições. Mas, mesmo sendo um país muito jovem, muito recente, é um país politicamente muito estável. Nós vamos ter eleições presidenciais e parlamentares em 2017, e até agora todas as eleições aconteceram da melhor forma possível. Um exemplo de fortalecimento das instituições é a cooperação que o Brasil está prestando para a criação da Defensoria Pública do Timor-Leste.

No que se refere à agricultura, ela não está contemplada nos principais programas de cooperação do Brasil, e nós temos um grande potencial nessa área. É uma área em que nós temos grande *know-how*. Eu penso que, no futuro, poderemos ter programas de cooperação na área de segurança alimentar, agricultura familiar e introdução de novas espécies no país.

Com relação às questões do Senador Hélio José, sobre o turismo: o Timor-Leste quer tornar-se um polo de turismo importante. É um país muito bonito, próximo a Bali, e tem toda uma vocação para isso, mas precisa de investimentos nisso. É um paraíso, é um centro muito bonito de *scuba diving* e de *snorkel*, e cada vez está se desenvolvendo isso no Timor-Leste.

Com relação ao ensino de Português, é correta a sua observação de que apenas 10% falam Português. Como eu observei na minha intervenção, durante 25 anos a Indonésia proibiu o ensino da Língua Portuguesa nas escolas. Ou seja, o jovem timorense hoje em dia não fala Português. Quem fala são os adultos, os mais idosos, ou então as crianças que estão na escola. Essa é uma barreira muito grande ainda para ser suplantada. O Brasil tem aí uma responsabilidade muito grande, e Portugal também.

No que se refere às observações do Senador Cristovam Buarque, sobre aumentar o intercâmbio cultural com o Timor-Leste, eu acho que todo o esforço de cooperação que nós temos com o Timor-Leste está indo nesse sentido. Hoje em dia, grande parte dos recursos da ABC estão sendo canalizados para o Timor-Leste. Especificamente na área cultural, nós vamos criar, quando o orçamento permitir, um Centro Cultural Brasil-Timor-Leste em Díli. Apenas para dar uma ideia, três professores da UnB foram, na semana passada, a Díli, no âmbito da cooperação na área da administração pública. Ou seja, há muitas vertentes na área de cooperação que vão nesse sentido, de aumentar os vínculos com o Timor-Leste.

Com relação ao fundo soberano, os recursos do fundo soberano são investidos diretamente na construção da infraestrutura do país: construção de estradas, construção do próprio complexo petrolífero, refinarias. Isso, porque o Timor não tem refinaria: o petróleo é extraído e vai direito por *pipeline* para a Austrália, onde é refinado e exportado direto para o Japão e para a Coreia do Sul. Por isso, o país tem um grande projeto de um complexo petroquímico no sul do país, para enriquecer, para refinar esse petróleo.

Com relação às empresas, há empresas americanas, empresas australianas, atuando no Timor-Leste, em total acordo com a legislação do país e com o país.

Acho que eram essas as minhas observações. Não sei se abrangi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Embaixador Aldemo.

Para concluir, vamos às respostas, então, do Embaixador Nedilson Jorge, que está indo para África do Sul.

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – Muito obrigado, Senador.

Eu o cumprimentei pela relatoria, e eu o comprimento novamente, agora, pelo seu aniversário. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – E gostaria de fazer um comentário rápido em relação aos comentários do Senador José Agripino.

Sem dúvida, a África do Sul é um país muito interessante em termos de observação dessa convivência entre os diferentes setores da população. É uma democracia multirracial que, felizmente, escapou de uma guerra civil e acabou conseguindo acabar com o *apartheid* de forma pacífica, permitindo essa transição de um governo branco para um governo democraticamente eleito por toda a população. E, sem dúvida, é um país muito interessante para ser observado e acompanhado nesse sentido.

Em relação à Senadora Ana Amélia, que eu não quero deixar de mencionar, a Argentina diz que alguns jacarandás são deles. A informação que tenho é de que, de fato, eles são brasileiros, mas eu vou verificar isso. A informação que tenho não é de extração dos jacarandás. Houve uma grande discussão, sim, porque o jacarandá consome muita água, e a água é um produto escasso na África do Sul.

Então, o que há hoje é uma proibição de plantação de novos jacarandás, em função do consumo de água. E, que eu saiba, não houve nenhuma decisão de extração de jacarandás, apenas de não plantação de novos. Mas eu vou verificar isso, caso seja aprovado.

Em relação à comunidade portuguesa na África do Sul, sem dúvida ela cresceu muito no período das guerras de independência dos vizinhos – Angola e Moçambique, em particular; mas também de Angola. E hoje é uma comunidade, como eu disse, de mais de 300 mil habitantes, com uma presença importante, inclusive, no ensino do Português.

A Senadora Ana Amélia fez também uma pergunta sobre o *impeachment* do Presidente Jacob Zuma. De fato, houve uma votação há cerca de dez dias, em que eram necessários dois terços para o *impeachment*, e ele teve dois terços a favor dele, e houve somente um terço a favor do *impeachment*.

Esse pedido de *impeachment* da oposição veio em função de uma recomendação. Na África do Sul há uma figura criada pela Constituição que se chama a protetora pública, que é uma espécie de procuradora e auditora apenas dos atos do governo. E essa protetora recomendou ao Presidente Zuma que ele devolvesse cerca de €15 milhões de obras que foram realizadas na propriedade dele, alegadamente por questões de segurança. Mas, segundo a protetora, uma parte desses €15 milhões foi usada em outros fins que não quanto à segurança.

Houve uma diferença de interpretação: o Presidente Zuma interpretou que era uma recomendação não vinculante, não obrigatória. E, em função de ele não ter devolvido esse dinheiro, no curto prazo, a oposição entrou na Justiça, e a Justiça concluiu que ele deveria ter devolvido e que, com isso, ele não estava cumprindo a Constituição. E, com base nisso, a oposição entrou com esse pedido, que, como eu disse, não teve prosseguimento, em função da votação que ele teve no Legislativo sul-africano. Então, hoje não há mais nenhum processo de *impeachment* contra o Presidente Zuma. Isso foi superado com essa votação.

Em relação aos investimentos específicos, sim, a Marcopolo é uma das empresas brasileiras que tem investimentos na África do Sul; tem uma planta de fabricação de ônibus. Acho que o Senador Hélio José também havia mencionado investimentos na parte de investimentos. Nós temos, além dessa fábrica da Marcopolo, uma fábrica de cimento da InterCement, também de investimentos brasileiros.

Muitas empresas brasileiras têm escritórios comerciais, sobretudo em Joanesburgo, como a BRF, Fras-Le, a Odebrecht, a Random, a Tramontina, mas repito o que eu disse aqui: tenho a impressão de que agora nós estamos entrando numa nova fase de comércio e de investimentos e, com a promulgação do acordo Mercosul/Sacu (União Aduaneira da África Austral), novas oportunidades serão abertas. Acho que haverá um novo fluxo de investimentos de parte a parte.

Os vinhos sul-africanos também são muito competitivos. Eles sempre reclamam maior acesso ao mercado brasileiro. Essa é uma questão que obviamente os produtores, as vinícolas brasileiras não desejam todo o acesso que a África do Sul deseja ter por causa de uma competição que eles fariam, mas, pelos contatos que eu tenho tido com todos os embaixadores da África do Sul, nesses meus seis anos como departamento da África, eles sempre insistem nesse maior acesso dos vinhos sul-africanos ao mercado brasileiro.

Passando às perguntas do Senador Hélio José, a quem enfim, agradeço, o banco dos BRICS ainda é um banco em formação. Então, nem é da minha área de competência, e não posso dar informações precisas sobre como vão ser os critérios de investimento e em que medida poderão ser utilizados para infraestrutura no Brasil.

Mas, em relação a investimentos específicos da África do Sul, em que o senhor manifestou também interesse, nos últimos três anos, houve um progresso significativo. Tem havido alguns investimentos significativos da África do Sul, há o megaprojeto da Anglo American, é um caso; a compra de 30% da Editora Abril pelo grupo Naspers também é um exemplo. E, na área de infraestrutura, que o senhor mencionou, a concessão do aeroporto de Guarulhos foi por um consórcio africano, ACSA (Airports Company of South Africa), com previsão de R$1,6 bilhão nos próximos 20 anos.

Então, já há alguns investimentos sul-africanos significativos. Novamente, como eu disse, são aquém do potencial. E eu acredito que agora, com o acordo Mercosul/Sacu, esse potencial poderá ser mais bem explorado. Será uma das minhas prioridades, caso aprovado.

Na área de turismo, o senhor tem toda razão. Eu não mencionei isso apenas por uma questão de espaço de tempo, mas hoje há um fluxo de turistas muito maior no sentido do Brasil para a África do Sul do que no sentido inverso, mas há muito potencial para reverter essa situação. Evidentemente, precisamos do apoio das autoridades de turismo brasileiras.

Eu acredito que haja um fato novo também; quer dizer, nós temos hoje dez voos semanais, todos da South Africa, mas a TAM prometeu que, a partir de agosto, iniciará quatro voos semanais para a África do Sul. Isso sem dúvida facilitará, eu acho, o turismo brasileiro, porque, de um modo geral, há sempre um pouco de preferência de viajar por companhias de bandeira brasileira. E eu acho que podemos juntos trabalhar nessa área de turismo, porque acredito que há muito potencial para o Brasil receber muito mais turistas do que recebe. Turismo, na verdade, é também uma das prioridades de cooperação das Ilhas Maurício, da República de Maurício, que é um país que recebe muito turismo, e acho que também pode haver um diálogo de cooperação em benefício mútuo dos dois países, para nós aproveitarmos a experiência deles e vice-versa.

Então, concordo que essa área merece muita atenção. Há muito potencial de reversão desse número pequeno de sul-africanos e de africanos em geral, da África Austral, que vêm ao Brasil.

Na área de energia, o senhor mencionou a questão de interesse pelas perspectivas energéticas na África do Sul. Bem, de energias alternativas, a informação que eu tenho é de que estão iniciando um projeto de energia eólica no porto, com moinhos, que é ainda uma produção incipiente; quer dizer, a energia alternativa ainda não é a principal fonte de energia na África do Sul, mas eles estão começando a cada vez mais se interessarem por isso. Especificamente na área de energia eólica, já há esse projeto em Mossel Bay, se não me engano, com moinhos e acho que pode abrir novas perspectivas.

Eu quero só recordar o que eu mencionei aqui: uma das áreas importantes de produção de energia na África do Sul é a energia nuclear. Não é exatamente alternativa, mas, como o senhor mencionou energia, eles já têm duas plantas e têm um projeto de novos investimentos na área nuclear.

Quanto a Lesoto, como eu falei também, o acordo Mercosul/Sacu engloba o Lesoto. Isso abre novas perspectivas de comércio e de cooperação. Eles têm interesse, em particular, em cooperação na área de esportes, mas eu acho que, com as oportunidades comerciais do acordo recém-promulgado, podemos também explorar alternativas.

Bem, se eu tiver esquecido algum ponto, por favor, estou à disposição.

Em relação aos pontos levantados pelo Senador Cristovam Buarque, primeiro, a parte não polêmica, digamos assim: não há dúvida de que acho que sempre há muito potencial inexplorado na área de educação, cultura, ciência e tecnologia.

No caso de ciência e tecnologia, eu mencionei projetos ainda não iniciados, mas já com convites na área de Astronomia, em que eles têm um projeto importantíssimo e, na área nuclear, em que têm alta tecnologia. Mas, em particular no caso da cultura e da educação, nós temos um centro cultural com aulas de Português, dois leitorados, como eu disse, mas há muito espaço.

Eu diria, sem me aprofundar demais, que nós temos uma grande oportunidade na área de educação técnica, que eles precisam muito, em função do desemprego que eles têm. Aliás, vou tocar nisso nos pontos sobre a xenofobia que há lá. Quer dizer, eles têm muito interesse em educação técnica. Essa é uma área que pode ser muito explorada em termos de cooperação bilateral.

Há muita perspectiva, acho, de cooperação direta entre universidades, intercâmbio de professores, de alunos em áreas diversas e, na área de universidades, também, acho que há muita oportunidade de envio de bolsistas. A África do Sul tem universidades comparáveis a quaisquer outros países desenvolvidos, universidades de altíssimo grau de qualidade de educação, e acho que há uma perspectiva muito favorável de enviarmos bolsistas para lá e também, através desse contato direto entre universidades, incentivar a vinda de bolsistas para cá. Por exemplo, o Programa Ciência sem Fronteiras poderia passar a englobar também a África do Sul em função da alta qualidade das universidades que eles têm lá.

Estou, evidentemente, dando apenas uma visão preliminar, porque não tenho aqui estudos aprofundados sobre isso, mas tenho certeza de que nestas áreas – educação técnica, contato direto entre universidades, envio de bolsistas –, temos aí, entre outras, não esgotando o tema, um bom potencial de incremento da cooperação e do contato na área cultural e educacional.

Bem, em relação ao tema que o senhor mencionou, sem dúvida, é uma realidade que há uma crescente xenofobia no país, sobretudo de negros contra negros, contra principalmente migrantes da Somália e Moçambique em particular, e que se deve, em grande parte, à questão econômica. Como eu disse, o crescimento econômico, na África do Sul, foi bastante limitado, 1,5 e 1,4 em 2014 e 2015, respectivamente, e há um desemprego muito grande. A informação preliminar, ainda não comprovada, é de que o desemprego, que era de 25% em 2014, talvez tenha passado de 30% da população economicamente ativa, sendo que, nos casos dos jovens, é de 50% o desemprego.

Então, há uma resistência da própria população sul-africana de receber imigrantes porque eles têm essa visão de que pode afetar o emprego deles. É um debate interno muito grande, não é uma posição consensual; quer dizer, há setores, sim, que defendem uma maior abertura para migrantes, que defendem uma visão mais flexível em relação ao recebimento desses migrantes, sobretudo dentro da própria África, mas há uma resistência de alguns setores importantes, especialmente em razão dessa questão econômica e do desemprego, ao recebimento de imigrantes.

Portanto, não há dúvida de que é um tema importante que vamos precisar acompanhar. Não é, como eu disse, objeto de consenso. Não há uma política oficial consensual de perseguição, mas há, sim, muita resistência, por parte de alguns setores, ao recebimento de novos migrantes.

Esse debate, inclusive, ocorre, hoje, no âmbito da SADC, que é o grupo regional da África Austral, e há um grande debate dentro da SADC em relação a movimentos transfronteiriços e movimentos de imigração dentro dessa sub-região da África Austral. Então, é um tema em evolução, e sempre esperamos que evolua para o lado mais positivo e mais favorável possível a todos os cidadãos.

Espero ter respondido às perguntas, mas estou à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Embaixador Nedilson.

Encerrada a sabatina, em instantes nós vamos para a apuração dos votos. Tivemos um quórum bastante bom: dos 19 integrantes da Comissão, 15 compareceram para votar.

Consulto os Srs. Senadores se continuamos pela orientação que já vem sendo seguida pelo Presidente da Comissão, o Senador Aloysio, com reunião aberta, não mais secreta – desde que adotamos o sistema da urna eletrônica, entendemos que, como tem feito o Senador Aloysio, não precisamos mais da apuração secreta.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para cumprir outra formalidade do Regimento Interno do Senado, designo o Senador Hélio José para testemunhar e conferir o resultado que vamos proclamar dentro de instantes.

Vamos, então, à apuração, pela urna eletrônica, da indicação dos nossos três Embaixadores. (*Pausa.*)

Foram 15, 15 e 15. (*Palmas.*)

Portanto, unanimemente, foi aprovada a indicação dos nossos diplomatas: Aldemo, indo para Timor-Leste; Leonardo, para a Mauritânia; Nedilson, para a África do Sul.

Desejamos aos senhores êxito, uma boa representação do Brasil nesses países.

Comunico essa deliberação acerca da indicação dos Embaixadores Leonardo Carvalho Monteiro, Aldemo Serafim Garcia Júnior e Nedilson Ricardo Jorge.

Encerrada esta formalidade, encerramos também esta reunião, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia treze de abril de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha, Edison Lobão, Waldemir Moka e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Após a leitura de comunicados, tem início a apreciação de matérias, com inversão da Pauta. Item 1 – Mensagem (SF) nº 33, de 2016, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Luiz Otávio Oliveira Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Mario Póvia". Relator: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Adiado. Item 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 20, de 2016, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer a realização de audiência pública para discutir os impactos na indústria nacional da paralisação das obras de construção de linhas de transmissão de energia elétrica, inclusive, do sistema Belo Monte. Resultado: requerimento aprovado. Item 7 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 21, de 2016, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que requer "nos termos do art. 58 da Carta Política de 1988 e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados para integrar o rol dos oradores objeto do Requerimento nº 12/2016-CI, do Senador Garibaldi Alves Filho, os representantes da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON)". Resultado: requerimento aprovado. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que estabelece critérios socioambientais para a produção dos biocombustíveis. Relator: Senador Roberto Rocha. Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: pela aprovação com uma emenda. Resultado: aprovado o relatório, pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CI. Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2014, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "revoga os incisos II e III do art. 6º da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências, para desonerar a navegação de cabotagem". Relator: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: pela aprovação. Resultado: aprovado o relatório (pela aprovação da matéria). Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes". Relator: Senador Walter Pinheiro. Relatório: pela aprovação da matéria, com sete emendas. Resultado: concedida vista coletiva da matéria. Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que "altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados". Relator: Senador Dalirio Beber. Relatório: pela aprovação com uma emenda. Resultado: é lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. Fazem uso da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Dalirio Beber, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Fernando Bezerra Coelho e Blairo Maggi. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e deliberação de matérias terminativas e não terminativas.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

- Aviso nº 214: trata-se de solicitação do Congresso Nacional advinda da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, em que se demandou a realização de auditoria para verificar o nível de qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia Energética de Alagoas (Eletrobras Distribuição Alagoas - Ceal), bem como o percentual de consumidores faturados pela média do consumo na área de concessão da distribuidora;

- Aviso nº 255, referente a denúncia, com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades existentes no âmbito do Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Minério-Industrial do Estado da Bahia (Complexo Porto Sul), envolvendo a implantação da Ferrovia de Interligação Oeste-Leste (Fiol), do Terminal Portuário Privativo da Bahia Mineração Ltda. (Bamin) e do Porto Sul, no Município de Ilhéus (BA).

Cópias desses documentos encontram-se à disposição dos Srs. Senadores.

A Presidência comunica ainda o recebimento da Carta ABCE 009/2015, referente ao Encontro dos Altos Executivos do Setor Elétrico - 1º Enaltesse ABCE.

O evento teve por tema "O Modelo Atual e as Propostas para Reequilíbrio e Retomada dos Investimentos no Setor Elétrico". Foi dividido em quatro painéis: geração, transmissão, distribuição e comercialização.

Essa carta reflete as discussões, preocupações e propostas para que o setor elétrico brasileiro continue seu constante aprimoramento, com vistas a um ambiente favorável à retomada dos investimentos indispensáveis para atender à demanda por energia.

A ABCE coloca-se à disposição para debater as questões ora trazidas à apreciação no âmbito desta Comissão.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

A Presidência registra o recebimento de Ofício do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Fernando Capez, que comunica ao Senado Federal a aprovação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída em 2015 pelo Parlamento estadual paulista para "investigar os acidentes ocorridos no transporte ferroviário de carga no Estado de São Paulo".

O relatório pode ser consultado na página eletrônica da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Item 1:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 53 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Luiz Otávio Oliveira Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Mario Póvia.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Wellington Fagundes.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF.
2) Será dada continuidade à discussão da matéria conforme deliberado na 8ª Reunião, dia 06/04/2016.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pedindo vênia a V. Exª, naturalmente, se for do entendimento das Srªs e dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão, desde a semana passada, estou vendo com alguma reserva esta indicação, por violar o art. 58 da Lei nº 10.233, que estabelece e consagra que:

Art. 58. Está impedida de exercer cargo de direção na ANTT e na Antaq a pessoa que mantenha, ou tenha mantido, nos doze meses anteriores à data de início do mandato, um dos seguintes vínculos com empresa que explore qualquer das atividades reguladas pela respectiva Agência:

I – participação direta como acionista ou sócio;

II – administrador, gerente ou membro do Conselho Fiscal.

É o caso do indicado de Sua Excelência a Presidente da República, que inclusive informa, em seu *curriculum vitae*, que até o mês de fevereiro exerceu esse tipo de atividade vedada pelo art. 58 da Lei nº 10.233, que criou essa agência, assim como a ANTT.

V. Exª e eu próprio solicitamos à Consultoria da Casa que nos desse um balizamento acerca dessa interpretação. Chegada a informação da Consultoria, julguei que veio carregada de alguma ambiguidade. Essa ambiguidade mantém campos de incertezas, campos de dúvidas, e eu considero que, assim como naquela regra básica do trânsito que diz: "Na dúvida, não ultrapasse", Sr. Presidente, nós precisaríamos de um pouco mais de tempo. Sinceramente, eu pretendia e pretendo conversar com a Consultoria da Casa, que dispõe de um quadro técnico de primeiríssima qualidade, de homens e mulheres muito habilitados, para esclarecimentos em relação a alguns dos pontos que não ficaram tão claros para mim.

Sendo assim, Sr. Presidente, sou levado a requerer a V. Exª que adiássemos esta matéria para a próxima reunião a fim de firmar um juízo de valor, e que esse juízo de valor estivesse assentado em torno de uma convicção própria. É o requerimento verbal que faço a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero informar à Comissão que foi feita a consulta à Consultoria, que, na Nota Informativa nº 923, de 2016, presta algumas informações a respeito da indicação do Sr. Luiz Otávio.

Tendo em vista que o Senador Ricardo Ferraço, ao examinar essas informações prestadas pela Consultoria, pediu um prazo maior para que se aprofunde o exame das informações e conclusões enviadas pela Consultoria, eu consulto os Senadores se podemos retirar de pauta a Mensagem nº 33. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Dalirio Berger.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu acho que é prudente a recomendação de adiarmos, para que tenhamos um profundo conhecimento sobre a situação e não permitamos que um equívoco seja praticado se de fato se confirmarem os impedimentos que foram levantados já na reunião anterior e, sobretudo, agora, nessa manifestação do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu quero ressaltar, primeiro, que o indicado não escondeu essa participação, de forma alguma ele tentou omitir a informação. O problema é que nós temos um Regimento que diz que isso, de alguma forma, o impediria. Então, eu acho que o bom senso recomenda que retiremos para proceder a uma análise melhor, embora, realmente, esses cargos de agência exijam das pessoas aqui indicadas exatamente a isenção total.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – A Secretaria até já distribuiu há pouco a Nota Informativa nº 923, de 2016. Seria importante, inclusive, que ela fosse distribuída aos membros da Comissão, dando conhecimento a todos, para que, enfim, todos possam analisar essa nota informativa, que deve ter chegado ontem às mãos do próprio Presidente. Como é uma nota bastante extensa na linha que o Senador Ricardo Ferraço colocou, eu vejo, também, como Relator, que é importante que toda a Comissão possa opinar.

E também vejo como correta a possibilidade de nós prorrogarmos e discutirmos com muita serenidade e calma. Como foi dito aqui, o próprio indicado colocou no seu currículo que ele exerceu esse cargo. Então, acredito ser muito mais uma questão técnica a ser analisada pela Comissão.

Da minha parte, eu entendo que seria oportuno, até para que ninguém possa depois alegar que não houve tempo para a Comissão analisar esses aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário comunica...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – E de uma universidade graduada, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro, meus cumprimentos.

O universitário comunica que está à disposição já das Srªs e dos Srs. Senadores. Foi encaminhado por *e-mail* a todos os gabinetes dos membros da Comissão.

Tendo em vista o que foi colocado aqui pelas Srªs e pelos Srs. Senadores, eu vou adiar a deliberação da Comissão. Nós vamos ter um reexame da matéria na próxima reunião convocada para esta Comissão.

Vamos fazer uma inversão da pauta tendo em vista o quórum observado até agora.

Item 6:

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 20, de 2016
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os impactos na indústria nacional da paralisação das obras de construção de linhas de transmissão de energia elétrica, inclusive, do sistema Belo Monte.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

O autor do requerimento cita que a empresa espanhola Abengoa arrematou em 2013 as linhas referentes aos lotes B, C, E1 e sugere a participação dos seguintes convidados:

• Sr. Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia - MME;
• Sr. Romeu Rufino, Diretor Presidente da Aneel;
• Sr. Humberto Barbato Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee);
• Sr. Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal);
• Sr. César Bilibio, Presidente da Associação Brasileira da Construção Metálica (ABCEM); e
• Sr. Luis Solaro Mascari, Diretor Geral da Abengoa Brasil.

Consulto se o autor ou alguns dos Senadores presentes gostaria de se manifestar. (*Pausa.*)
Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, o requerimento que eu apresentei e que V. Exª colocou à apreciação do Plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal diz respeito à construção de vários linhões que foram contratados com a empresa espanhola Abengoa. Nós temos aí dois problemas graves para esclarecer na audiência pública. O primeiro é o que faz referência o requerimento, ou seja, e trata da indústria brasileira de eletroeletrônicos que teve contratos de fornecimento de equipamentos com a empresa Abengoa. Como são equipamentos específicos, que não podem ser usados em outra obra, a não ser naquela para a qual foram contratados, a indústria brasileira está preocupada no sentido de que, devido às dificuldades da Abengoa, ela possa entrar em colapso. Na crise em que já está essa indústria brasileira, é preciso que haja, de parte do Governo Federal, um entendimento no sentido de que uma nova empresa venha a substituir a Abengoa e esses contratos sejam mantidos, evidentemente renegociados com a nova empresa, para que a indústria brasileira seja atendida. São várias as indústrias que têm contratos.

O segundo problema tão grave quanto o primeiro ou até mais grave é que nós estivemos, na quinta e na sexta-feira, pela Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, em companhia dos Senadores Paulo Rocha, Elmano Férrer, Davi Alcolumbre, visitando a obra, o sítio de Belo Monte, inclusive fomos à barragem. Visitamos a casa de máquinas, as turbinas.

A primeira delas, que tem capacidade de geração de aproximadamente 600 megawatts, já está em comissionamento, ou seja, já está em fase de teste para entrar em operação e, segundo os diretores da Norte Energia disseram a nós, Senadores, no prazo máximo de uma semana, ela já vai entrar no Sistema Nacional Integrado, e que a cada dois meses, a partir daí, uma nova turbina deverá entrar em operação até completar a potência total de 11 mil e tantos megawatts de Belo Monte.

Acontece que os linhões, para transmitir essa energia, que hoje existem, só suportam a geração de energia dessa primeira turbina, ou seja, se os linhões não ficarem prontos, lamentavelmente, vai se repetir o que já aconteceu no Nordeste. Eu não lembro se foi no Rio Grande do Norte ou no Ceará. V. Exª pode...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É a falta de linha de transmissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A geração eólica ficou pronta e não tinha como...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não tinha como levá-la.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... transmiti-la, porque não havia o linhão.

Vai acontecer com Belo Monte, lamentavelmente, se não houver uma ação imediata do Governo. Vai ter geração de energia e não vai poder entrar no sistema nacional, porque os linhões que existem hoje já não suportam a carga que vai ser gerada.

E um outro problema, que não tem relação com esse requerimento, mas que nós vamos fazer o requerimento na Comissão de Meio Ambiente, no âmbito da subcomissão, é o que nos preocupa. Está aqui o nosso ex-ministro, Senador Lobão. É uma preocupação de todos os paraenses, em especial da região impactada de Belo Monte, com a finalização das condicionantes. São aquelas obras que fazem parte da obrigação da Norte Energia, na licença de implantação, para mitigar o impacto da obra, que deveriam ser antecipadas da implantação – isso seria o lógico, – mas que lamentavelmente muitas delas não foram concluídas e outras nem iniciadas.

Eu cito só duas aqui, para conhecimento dos Senadores que não puderam estar lá, apesar de eu ter feito o convite a todos da CI para que conhecessem o empreendimento, o hospital que está há um ano pronto, há um desencontro entre a Norte Energia e a Prefeitura de Altamira, e o sistema de água, que também não está ainda concluído, a água que está sendo entregue à população é uma água sem nenhuma condição de potabilidade.

Mas não diz respeito a esse requerimento e, sim, a um outro que eu encaminharei à Subcomissão, na CMA. Então, eu pediria aos meus pares que nós pudéssemos discutir esse requerimento, aprová-lo e marcarmos a audiência para que possamos discutir já, neste caso, os dois graves problemas que dizem respeito a Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Consulto as Srªs e Srs. Senadores se ainda querem discutir o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7:

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 21, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58 da Carta Política de 1988 e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados para integrar o rol dos oradores objeto do Requerimento nº 12/2016-CI, do Senador Garibaldi Alves Filho, os representantes da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON).

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Consulto se algum dos Srs. Senadores ou alguma das Srªs Senadoras presentes gostaria de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2009
- Não terminativo -

Estabelece critérios socioambientais para a produção dos biocombustíveis.

Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação com uma emenda.
Observações:
1 - A matéria será analisada pela CMA, em decisão terminativa.
2 - Em 06.04.2016, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

O relatório foi lido na reunião anterior pelo Relator *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro.

Fica, portanto, aberta a discussão do relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Se as Srªs e os Srs. Senadores não querem discutir a matéria, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para segmento da sua tramitação.

Item 3:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, de 2014
- Não terminativo -

Revoga os incisos II e III do art. 6º da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências, para desonerar a navegação de cabotagem.

Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Matéria será apreciada terminativamente pela CAE

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PLS 421, de 2014, altera a Lei nº 10.893, para revogar os seus incisos II e III do seu art. 6º.

O inciso II, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, do art. 6º, revogado pelo projeto, estabelece a alíquota de 10% para o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante na navegação de cabotagem. De novo, Sr. Presidente, o inciso II do art. 6º, revogado pelo projeto, não incorpora um adicional; estabelece a alíquota de 10% para o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante na navegação de cabotagem.

O inciso III do mesmo artigo, também revogado, estabelece a alíquota de 40% de Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos nas Regiões Norte e Nordeste.

A cláusula de vigência define que a lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo, portanto, os efeitos a partir de 1º de janeiro subsequente.

A justificativa destaca a qualidade superior do transporte aquaviário, em diversos critérios de comparação, em relação à modalidade de transporte ferroviário. A proposição tem como objetivo retirar a assimetria tributária em prejuízo do modo hidroviário criado pelo adicional de frete.

E, ao subtrair esse adicional de frete, criar uma condição simétrica para que esse tipo de atividade de navegação, não apenas em nossas costas, mas em nossos rios, possa se dar com mais intensidade, contribuindo de maneira mais efetiva para a estratégia de logística de nosso País.

O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido enviado por requerimento do Senador Douglas Cintra para audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A matéria diz respeito a navegação lacustre, fluvial e marítima, cuja competência legislativa é da União, não havendo reserva, portanto, de iniciativa em favor da Presidência da República. A competência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para opinar sobre a matéria de transportes de terra, mar e ar decorre do art. 104, I, do Regimento Interno.

Conforme destaca o autor, a cobrança desse adicional de frete sobre a navegação de cabotagem é particularmente perversa por introduzir uma assimetria em prejuízo do modo aquaviário, que precisa ser fortalecido e potencializado em nosso País.

Observa-se que o adicional de frete impôs um entrave para a navegação de cabotagem, com uma alíquota de 10% sobre o frete, sem que tenha efetividade em retorno para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria da construção de reparo naval. Esse adicional de 10% que, em tese, deveria fortalecer e potencializar a estrutura de navegação e cabotagem, não apenas cabotagem, e também fluvial em nosso País, na prática são recursos drenados da necessária competitividade que a nossa economia deve ter para o caixa único do Tesouro Nacional.

Além de ser bastante discutível que caiba aos pequenos e grandes usuários da navegação de cabotagem financiar a indústria naval, observa-se que, apesar de se configurar em impacto considerável contra a cabotagem, o resultado obtido com a sua cobrança é comparativamente inexpressivo sobre o total gerado para o Fundo da Marinha Mercante.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o total desse adicional de frete sobre a cabotagem arrecadado entre 2013 e 2014 corresponde a pouco mais de 1% em relação ao que é arrecadado com o mesmo tributo sobre a navegação de curto prazo, ou seja, nós estamos dando um brutal tiro no pé ao não estimular o transporte de cabotagem como estratégia de logística em nosso País.

Outra hipótese de incidência a ser revogada é a cobrança do adicional que incide sobre a navegação fluvial e lacustre quando do transporte de graneis líquidos nas Regiões Norte e Nordeste, e que resulta em um fator arrecadador aplicado de forma regionalizada em prejuízo das regiões menos desenvolvidas do nosso País. O projeto em análise retira tal incidência, o que se coaduna com o princípio constitucional da necessária redução dos gargalos que tanto atrapalham o desenvolvimento regional em nosso País a partir das vocações de cada uma das nossas regiões.

Desde a edição da Lei nº 9.432/97 está em vigor a isenção fiscal para mercadorias transportadas com destino ou origem nas Regiões Norte e Nordeste pela navegação de cabotagem fluvial ou lacustre. Essa isenção foi prorrogada até 8/1/2017 pela Lei nº 12.507/2011. Dessa forma não haverá impacto na arrecadação presente do adicional de frete, apenas garantindo-se que a adicional passe a ser aplicado a partir de 2017.

Ademais, acrescenta-se que o sistema de arrecadação e aplicação dos recursos atualmente em vigor gera perdas econômicas e grande burocracia.

O único motivo justificável para que os recursos arrecadados sejam submetidos ao controle do Poder Público é a garantia de que a aquisição ou modernização da frota seja realizada em estaleiros brasileiros Como os estaleiros brasileiros já são protegidos por barreiras fiscais e administrativas que estabelecem impostos para importação de navios, sobretudo no arranjo de petróleo e gás, os quais representam cerca de 41% sobre o valor da embarcação, é provável que, mesmo havendo liberdade de escolha, não haja direcionamento de recursos para estaleiros estrangeiros.

A proposição, portanto, a meu juízo, Sr. Presidente, é de inegável mérito, ao extinguir uma incidência de adicional de frete nas situações acima descritas, e retirando, gargalos, elos, para o desenvolvimento do transporte aquaviário em nosso País, Sr. Presidente.

Ante o exposto, nós votamos pela aprovação desse projeto, que me parece absolutamente meritório, dialoga com as necessidades da necessária diversificação do nosso sistema de logística, aproveitando o enorme potencial nas regiões Centro-Oeste e Norte do nosso País, mas não apenas, também em toda a costa brasileira, que poderia e deveria ser melhor aproveitada, para estimularmos não apenas o transporte de cabotagem, mas toda a infraestrutura, a partir de terminais, para que essas mercadorias pudessem ter o seu deslocamento em território nacional de maneira mais eficiente, de modo a incorporar eficiência e competitividade aos arranjos econômicos brasileiros.

É o nosso parecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins. V. Exª quer falar? Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi, Srs. Senadores, Relator, Senador Ricardo Ferraço.

Quero parabenizá-lo pelo seu parecer, Senador Ricardo Ferraço, e a Senadora Kátia Abreu, como autora do projeto. Esse projeto, Senador Garibaldi, é da maior importância. É necessário, como disse o Senador Ferraço no seu parecer, incentivar e eu diria até retomar a navegação de cabotagem, que hoje inexiste praticamente. No passado ela já foi importante e deixou de existir, sendo transferido todo o transporte da produção brasileira para os caminhões, congestionando as estradas, trazendo desgaste das mesmas e onerando o Tesouro e, dessa forma, todos os brasileiros.

Então, nós temos que incentivar, não só a cabotagem, mas também e em especial a implantação do sistema aquaviário, das hidrovias. Eu repito aqui incansavelmente que não entendo por que o Governo ainda não fez a implantação, um programa para colocar o modal hidroviário como o modal que dará maior competitividade à produção nacional.

Hoje, ele já é uma realidade, mas ele está sendo implantado pelos empresários, que estão vendo que, ao escoar, em especial, Senador Wellington – ausentou-se –, a produção de grãos do norte do Mato Grosso, saindo pela hidrovia Madeira-Mamoré, que foi iniciada pelo Senador Blairo, que colocou a navegabilidade lá, e agora a Teles Pires-Tapajós e a do Tocantins-Araguaia, saindo todos eles pelos portos do Pará.

Hoje, está provado que o Pará é, sem sombra de dúvida, pela sua posição geográfica, o porto de maior competitividade, que é o que está a uma menor distância dos mercados consumidores, tanto da Europa, quanto da América do Norte, quanto da Ásia, em especial quando liberarem o canal do Panamá, que está próximo agora de ser liberado. Aí, nós vamos ficar praticamente em frente à Ásia, ao atravessarmos o canal do Panamá.

Então, o projeto é importante, desonerando essa taxação. Agora, eu perguntaria ao Senador Ferraço só uma dúvida, Senador Ferraço, com relação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Ele passou para a sua direita, esquerda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu gosto mais dele do lado de cá.

Senador Ferraço, o projeto trata de exonerar a cabotagem, mas a aquaviária também, a lacustre também está incluída. Talvez eu não tenha entendido este parágrafo aqui do seu parecer, que faz referência à Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997, que, ao final, no final desse parágrafo, V. Exª diz: "Dessa forma não haverá impacto na arrecadação." V. Exª já mostrou que a arrecadação em relação ao fundo da marinha mercante é pequena, mas V. Exª diz: "Não haverá impacto na arrecadação presente – no caso do fundo da marinha mercante –, apenas garantindo-se que o adicional passe a ser aplicado a partir de 2017."

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – É porque existe em vigor uma lei que isenta esse adicional de marinha mercante até 2017. O que nós estamos fazendo aqui é mantendo, se isso for votado antes pelo Senado e pela Câmara; senão, mantém-se até 2017, porque tem lei em vigor, mas, a partir dessa data, aí passa a não existir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Pelo que eu estou entendendo, passa a vigorar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Há uma lei em vigor que isenta até 2017.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso, correto até aí.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – O que nós estamos isentando é *ad aeternum*, é para sempre. Nós estamos vetando esse tipo de ônus em torno do adicional do frete. Há uma lei em vigor que vale até 2017.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu sei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Mas não nos interessa essa conjuntura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lógico, é para liberar de vez.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Até 2017, é preciso que a gente gere uma perspectiva de redução deste custo para os usuários, sobretudo do transporte de cabotagem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, o parecer de V. Exª é isentando *ad aeternum*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Eliminando *ad aeternum* o adicional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O adicional.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão a matéria.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Apenas para parabenizar, digamos a iniciativa da Senadora Kátia Abreu, e o Senador Ricardo Ferraço pelo relatório brilhante, uma vez que trata de assunto de extrema importância, haja vista que, nesses últimos anos, nesta Comissão, bem como em outros palcos, tem-se discutido muito sobre a dificuldade que o País enfrenta em obras de infraestrutura rodoviária. A manutenção ou mesmo a ampliação, a duplicação de muitas rodovias que são extremamente importantes para garantir o atual estágio de desenvolvimento do País, mas, sobretudo, criar perspectivas claras, de forma contundente, no que diz respeito ao crescimento que o País espera para poder continuar atendendo às necessidades da população que cresce, com geração de oportunidades de trabalho para todos os brasileiros.

E a utilização da navegação, tanto em nível fluvial, lacustre ou mesmo usando o nosso grande litoral para o transporte das riquezas produzida pelo Brasil, com certeza não devem ser jamais onerada; pelo contrário, estimulada, porque essas rodovias hídricas jamais necessitarão de conserto ou de conservação, enquanto, digamos, as outras, que, além do risco, que foi muito bem destacado pelo Relator, que coloca que tanto os motoristas quanto os veículos de passageiros, permanentemente, nós temos um custo muito elevado para a sua manutenção a cada período de cinco ou dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Se V. Exª acolher, a observação feita pelo Senador Flexa tem procedimento, ou seja, esse ponto que ele levanta ficou confuso entre aquilo que eu quis interpretar e aquilo que efetivamente ficou escrito.

Então, eu consulto V. Exª sobre a possibilidade de fazermos uma redação final, de modo a não alterar o escopo, mas apenas deixando mais claro o propósito, ou seja, a partir de 2017 o adicional do frete da marinha mercante deixa de existir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tendo em vista que o Relator acolheu a proposta do Senador Flexa Ribeiro, vamos, desde logo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas deixa de existir para toda a navegação, no País inteiro?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Como adicional de frete.

Nós estamos revogando a existência do adicional de frete.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu havia interpretado que o projeto da Senadora Kátia Abreu era retirar o adicional de frete para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque esse adicional de frete é quem financia a modernização da frota da Marinha Mercante brasileira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sim, mas foi isso que nós falamos aqui.

Todo adicional de frete...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Nem tanto, nem tanto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Um minuto, um minuto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Só para se ter uma ideia, a prorrogação do adicional de frete da Marinha Mercante para o Nordeste brasileiro significa mais de 400 e tantos milhões por ano, e nós estamos brigando justamente para retomar essa isenção porque ela caiu recentemente na apreciação de uma medida provisória.

Então, é importante deixar claro o que se quer; se se quer desonerar o adicional de frete para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, eu estou de acordo. A outra proposta é a de acabar com o adicional de frete da Marinha Mercante, aí acho que é preciso trazer números do que isso representa para a indústria naval brasileira, do que isso representa para a modernização. Mas é muito dinheiro, não é pouco dinheiro, não. É muito dinheiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O que nós estamos propondo, Senador Fernando Bezerra Coelho, é exatamente isto: estamos revogando os tais 40% na navegação fluvial e lacustre quando do transporte de granéis líquidos da Região Norte e Nordeste.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com isso estou de acordo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Todo o adicional de frete da Marinha...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Porque, na realidade, não precisa dar incentivo, você acaba com o adicional. Mas, a partir de 2017, o que se quer? Acabar com todo o adicional para todas as cargas no Brasil?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Cabotagem fluvial e lacustre...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – No Brasil?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Os dados indicam que o adicional de frete da Marinha Mercante representa 1% dos recursos destinados à política de renovação da frota. Como disse aqui no nosso relatório, esse tipo de atividade já conta com muitas reservas em outras áreas, sobretudo no campo do petróleo e do gás. Então, a nossa proposta é exatamente esta: retirar esse custo adicional por considerarmos que é um gargalo para o desenvolvimento da cabotagem no curto curso, pluvial, fluvial e lacustre, e representa muito pouco, na verdade, para a indústria naval brasileira.

É a minha modesta opinião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu queria lembrar aos Srs. e às Srªs Senadoras que a matéria é terminativa na CAE. Então, as preocupações do Senador Fernando Bezerra Coelho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu agasalho a sua ponderação, Sr. Presidente. Eu votarei com essa dúvida ainda e a dirimirei...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Nós vamos fazer a correção do Senador Ferraço, como o Relator pede.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Em lugar de "passa a ser aplicado", "deixa de existir".

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, continuam os 25% para a navegação de longo curso?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O longo curso nós não estamos alterando. Nós estamos alterando a cabotagem e o transporte de granéis pluvial e lacustre, que são exatamente os incisos II e III do art. 6º da Lei nº 10.893, que dispõe sobre o adicional de frete para renovação da Marinha Mercante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está bem. Está esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Feita a devida correção, a sugestão do Senador Flexa Ribeiro vai ser acolhida, e depois ele formalizará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu pediria a V. Exª, então, que colocasse em discussão e votação com a correção feita pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Exatamente.

Então, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, inclusive com o adendo proposto pelo Senador Flexa Ribeiro, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós tínhamos ainda duas outras matérias de caráter terminativo, que são os itens 4 e 5 da pauta, mas é evidente, a esta altura, que nós não temos ainda o quórum necessário para a deliberação.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Se V. Exª agasalhar a proposição...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª quer fazer a leitura desde logo? (*Pausa.*)

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2009
- Terminativo -

Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação com sete emendas
Observações:
1 - A matéria tem parecer da CMA, pela prejudicialidade;
2 - Em 06.04.2016, foi lido o parecer e concedida vista coletiva da matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Não, a leitura já havia sido feita na sessão anterior, e o Senador Hélio tinha pedido vista. Hoje está vencendo o pedido de vista do Senador Hélio José.

Então, o que eu proporia a V. Exª é que, das ponderações feitas pelo Senador Hélio José, extraímos o desejo dele, na prática, de alterar o prazo mínimo de funcionamento. Na realidade, o que eu advogo aqui, na manhã de hoje, é que eu possa fazer a inclusão – ou seja, na prática, é isso – do pedido do Senador Hélio José, ou seja, em resposta ao seu pedido de vista da semana passada, acolhendo, de certa forma, as ponderações dele no que diz respeito ao prazo, na emenda que havia apresentado, que se aplica ao art. 1º. Isso configuraria uma alteração, e essa alteração, uma vez configurada... Enfim, eu gostaria de, mesmo não havendo quórum, considerar como releitura do relatório. Consequentemente, já acolho o seu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Acolhida a proposta do Senador Hélio.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Então, eu vou acolher essa alteração, que inclui, no art. 1º da emenda que havia apresentado, que dá a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 494/2009.

Na prática, a lei já estava em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – portanto, com o funcionamento de, no mínimo, 25 anos. Na realidade, essa expressão é o acréscimo que faço ao projeto de lei apresentado pelo nobre Senador Marcelo Crivella.

Creio, Sr. Presidente, que o relatório não carece mais de explicações, a não ser que algum dos Srs. Senadores ou das Srªs Senadoras queiram esclarecimento em relação ao conteúdo da matéria, porque nós fizemos, na reunião passada, o debate sobre esse tema. Portanto, creio que é etapa já efetivamente superada.

É esse o relatório que volto a apresentar a V. Exª, com essa mínima alteração.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então fica acolhida, no relatório do Senador Walter Pinheiro, a sugestão proposta pelo Senador Hélio José.

Sendo assim, tendo em vista a falta de quórum, na próxima reunião deliberaremos sobre o que foi acordado nesta reunião.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, com relação ao item 5, também poderíamos ler o relatório a fim de ganhar velocidade na próxima reunião, se houver quórum para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 5:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Pela aprovação, com uma emenda
Observações:
Matéria tem parecer da CAE pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para a leitura do relatório do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Altera a Lei nº 10.636... Perdão!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Atendendo ao apelo do Senador Walter Pinheiro, solicito vista do relatório que ele acaba de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Fica concedida vista coletiva.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Continuando então, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no §2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes (FNIT) e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.

Encontra-se nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 11, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

A proposição possui apenas dois artigos. O art. 1° acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, com a determinação da aplicação do percentual mínimo de 5% do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, denominada Cide-Combustíveis, em cada exercício, em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.

O art. 2° contém a cláusula de vigência, determinando que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lida em plenário, em 5 de fevereiro de 2013, a matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

No âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, em 5 de novembro de 2013, foi aprovado relatório favorável do Senador Luiz Henrique, que passou a constituir o Parecer da CAE.

Nesta Comissão, foi designado relator da matéria o Senador Delcídio do Amaral, que, em 23 de abril de 2014, apresentou relatório pela sua aprovação, sem, contudo, ser objeto de deliberação por parte desta Comissão.

Em 18 de fevereiro de 2016, fui designado relator da matéria.

Nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta CI opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, como é o caso do PLS n° 11, de 2013, dentre outros assuntos. Por se tratar de decisão terminativa, a CI deverá analisar também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No tocante à constitucionalidade e juridicidade, entendemos que o PLS nº 11, de 2013, está de acordo com os dispositivos constitucionais, pois trata de tema de competência legislativa da União, incluído entre as

atribuições do Congresso Nacional, e não incorpora matéria de iniciativa privativa da Presidência da República. Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar n° 95, de 1998, não sendo necessários ajustes ou correções.

Quanto ao mérito, concordamos com o nobre proponente, quando destaca que os recursos da Cide-Combustíveis vêm, historicamente, sendo retidos no Tesouro Nacional para a composição de superávits primários, ainda que seja notória a imensa dificuldade com que lidam os governos municipais e estaduais relativamente a investimentos em modos de transporte coletivos. Em consequência, multiplicam-se os meios de transporte individual, resultando na formação cotidiana de engarrafamentos quilométricos.

Para mitigar essa situação, o PLS nº 11, de 2013, determina a aplicação de parcela da Cide-Combustíveis na expansão da infraestrutura de modos de transporte coletivos ou não motorizados, sem dúvida, mais eficientes sob o ponto de vista ambiental, sendo, portanto, altamente oportuno e meritório.

Porém, considerando a grave situação financeira que Estados e Municípios têm vivenciado, entendemos que tal determinação se deva restringir ao Governo Federal, detentor da maior parcela dos recursos públicos no País, de forma que somos levados a propor uma emenda ao projeto. Os demais entes federados continuariam a aplicar seus recursos da forma como fazem atualmente, sem observar o percentual mínimo aqui definido, tendo, consequentemente, uma maior autonomia na alocação de seus recursos orçamentários.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado n° 11, de 2013, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CI

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2013, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 6º .....

.....

Parágrafo único. A União aplicará anualmente percentual não inferior a cinco por cento da sua quota parte do produto da arrecadação da Cide em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados."

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou pedir vista, apesar de concordar com o parecer do Senador Dalirio, mas eu queria examinar, com mais profundidade, a aplicação que o Governo Federal faz desses recursos da Cide, e quero parabenizar o hoje Ministro, ex-Senador Antonio Carlos Rodrigues, autor do projeto, quando ele propõe – e o Senador Dalirio até faz uma emenda, já definindo –, acho que ele foi muito econômico no percentual que definiu para projetos de infraestrutura urbana de transporte coletivo, que é um gargalo em todas as cidades de médio e grande porte do Brasil.

Então, eu peço vista somente para eu poder fazer esse exame e retorno na próxima reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Fica concedida, portanto, vista coletiva.

O universitário foi bastante parcimonioso, hoje, com relação à pauta, mas ele está alegando que vários processos se encontram nos gabinetes e parece que ele não tem prestígio junto aos outros universitários; além da minha falta de prestígio junto aos Senadores, que precisam colaborar com esta Comissão, devolvendo os processos.

Então, eu faço um apelo novamente às Srªs e aos Srs. Senadores para que nós possamos ter um bom fluxo de processos, para que nós possamos ter, cada vez mais, reuniões mais produtivas aqui, nesta Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para não deixá-lo tão triste, a Comissão produz bastante também e, então, não há um grande estoque de projetos. Se a produção é boa, tudo que chega vai embora, e o que está no pulmão ainda, na gaveta dos Senadores, certamente, chegará para cá para podermos deliberar.

Também, Presidente, muitos projetos não significam que vai mudar muito a vida das pessoas. Pelo contrário, a cada projeto que chega aqui, acabamos atrapalhando a vida das pessoas, na maioria das vezes.

Por exemplo, há poucos dias, passou por aqui um projeto sobre a questão de exames toxicológicos em caminhoneiros para renovação da carteira de motorista profissional – acho que é C e D ou coisa parecida –, para motoristas de ônibus e caminhões maiores. Hoje pela manhã, eu estava acompanhando pelo noticiário a grande confusão que já está na vida das pessoas por uma lei que foi aprovada no País, onde não há condições de se fazer esse exame, é preciso mandar para fora, não existe o sistema de coleta. E nós já percebemos

que motoristas de ônibus e caminhões que têm a carteira vencida não podem renová-la porque não podem fazer o exame.

Nós precisamos tomar o cuidado, sempre, na aprovação desses projetos, de entender que aquilo que é bom para a Europa, para um país bem desenvolvido, não serve para nós, porque ainda não temos essas condições. Então, é só para deixá-lo um pouco mais tranquilo, porque essa falta de produtividade aqui, muitas vezes, é boa para o País também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Blairo Maggi levanta um dilema agora.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, as pessoas querem julgar os Parlamentares por quantos projetos de lei apresentamos no ano. Eu acho que deveríamos ter a premiação por quantos conseguimos diminuir ou evitar; quantas leis conseguimos tirar do nosso portfólio, porque ninguém mais dá conta de nada, virou uma burocracia infernal neste País.

Talvez nós fôssemos premiados ou reconhecidos pela sociedade como o Parlamentar que mais tirou lei vigente. Talvez seja isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu cheguei a propor aqui que nós fizéssemos um mutirão, desde a época em que eu era Deputado, criando duas coisas: um cumpra-se e um revoga-se. Aí pegaríamos tudo que podia juntar e tirar.

Eu cheguei a falar isso aqui quando Vital do Rêgo foi Presidente da CCJ. Quando ele me ouviu falando isso, pegou um conjunto de projetos que tratavam de questões de estradas, uns 80 projetos, e mandou para o meu gabinete: "Tome, comece a exercitar". Eu peguei os projetos todos e revoguei. Havia uns 80 mais ou menos. Eu coloquei todos em um lugar só. Todos eles eram inconsistentes ou tinham um problema inconstitucionalidade e tal.

Então, essa é uma coisa que V. Exª coloca bem. Inclusive, há um conjunto de leis que eu acho que poderia tranquilamente já ser revogado, porque ninguém cumpre. Até porque, na prática, caducou.

E há uma expressão que uso muito aqui, Senador Blairo, no sentido de: lei o cara até rasga, cultura é mais difícil.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É verdade. E a lei deve vir pela cultura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É apenas para um esclarecimento. Eu acho que, até por iniciativa de V. Exª, nós aprovamos aqui um requerimento para uma audiência pública relacionada às diversas mudanças que a Agência Nacional de Aviação Civil pretende fazer, com consulta pública, que interfere no dia a dia das pessoas, dos usuários. Nós já temos uma perspectiva de quando se dará essa audiência pública, Sr. Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, antes...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – De acordo com o nosso calendário... Desculpe, Senador Fernando Bezerra.

De acordo com o nosso calendário, essa reunião está marcada para o dia 27.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Há outro requerimento no mesmo dia em relação à audiência sobre a Transnordestina. Já tem data marcada?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está prevista para o dia 4 de maio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Com ou sem *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com ou sem *impeachment* a vida continua, não é? Esperamos!

Eu quero informar que, na verdade, Srs. Senadores, são 27 processos que estão nos gabinetes. Nós faríamos um apelo – e o Senador Blairo Maggi quase que nos trouxe um dilema shakespeariano – no sentido de que possamos ter uma pauta mais robusta para as nossas reuniões.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, Srªs e Srs. Senadores, consultores, imprensa, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata.

Convoco a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 20 de abril de 2016, quarta-feira, às 8h30.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 44 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas do dia sete de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Valdir Raupp, José Pimentel e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros e Lúcia Vânia. Justificam ausência, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Rocha. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa o seguinte: - Tramita no Congresso Nacional uma medida provisória que prevê o controle da doença e também a possibilidade do uso da aviação agrícola para essa finalidade. Mas esse uso está sendo submetido, segundo o Ministério da Saúde, esperando por estudos aprofundados sobre a eficiência e a eficácia e os efeitos e o custo do uso da aviação agrícola para combater o mosquito; - A trinta dias do cumprimento do término do prazo estipulado por lei para que produtores façam o cadastro ambiental rural, menos de 70% da área cadastrável do Brasil foi registrada e o setor produtivo continua acreditando que pode haver uma prorrogação para além de 5 de maio, por meio de uma medida provisória ou por decreto do Governo; - A Associação Brasileira de Proteína Animal está querendo que outros Estados, além de Santa Catarina, sejam reconhecidos pela OIE como zonas livres de aftosa sem vacinação; - O agronegócio respondeu por um terço da exportação brasileira no primeiro trimestre: Soja, milho, celulose e carne bovina estão entre os dez principais produtos (dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, compilados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); - A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento decidiu autorizar e pedir a retirada de alguns tributos na importação de milho para o abastecimento interno, em razão da elevação do preço em relação à produção. Os Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka e Donizeti Nogueira apresentam suas impressões sobre a questão do milho. Em seguida, a Presidência inicia a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 2, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Flexa Ribeiro, destinada à apresentação das diretrizes e programas prioritários do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o ano de 2016, com a participação do Sr. Patrus Ananias - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Os Senhores Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka, Donizeti Nogueira, Wellington Fagundes, Ronaldo Caiado e a Senhora Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra. A Senhora Presidente, ao encerrar a reunião, comunica ao Senador Ronaldo Caiado que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária encaminhará suas perguntas ao Senhor Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. A reunião de hoje se destina a uma audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 2, deste ano, de minha autoria, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro, que tem por objetivo a apresentação das diretrizes e programas prioritários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a presença do Exmo Sr. Patrus Ananias – que já está a caminho, segundo a assessoria dele –, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

O próprio Senador Flexa Ribeiro, que comigo também assinou o requerimento, oficiou à comissão porque, na condição de Presidente da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, venho comunicar – escreveu ele – que, tendo em vista a visita oficial em Altamira, no Estado do Pará, para vistoriar o andamento da instalação da usina e acompanhar a situação do cumprimento das condicionantes vinculadas ao projeto, estarei ausente dos trabalhos desta comissão na data de 7 de abril. Então, é a comunicação que faz o Senador Flexa Ribeiro.

Nós temos algumas informações enquanto esperamos o ministro. Há uma expectativa debatida aqui nesta comissão por iniciativa do Senador Wellington Fagundes, a questão de como a agricultura pode contribuir na redução da população de *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue, do zika vírus e também da chikungunya. Tramita no Congresso Nacional uma medida provisória que prevê o controle da doença e também

a possibilidade do uso da aviação agrícola para essa finalidade. Mas esse uso está sendo submetido, segundo o Ministério da Saúde, esperando por estudos aprofundados sobre a eficiência e a eficácia e os efeitos e o custo do uso da aviação agrícola para combater o mosquito.

A estrutura da aviação agrícola no Brasil tem 2 mil aviões, em 240 empresas, que operam na aplicação de defensivos nas lavouras. A frota poderia ser usada para o combate ao mosquito. Para o Ministério do Meio Ambiente, não existe uma restrição. A decisão de utilizar os aviões cabe aos governos locais. Essa é a manifestação do Ministério do Meio Ambiente.

Há também uma preocupação porque termina, daqui a trinta dias, o prazo até hoje mantido para o cadastro ambiental rural, o CRA. O setor da produção, a trinta dias do cumprimento do término do prazo estipulado por lei para que produtores façam o cadastro ambiental rural, menos de 70% da área cadastrável do Brasil foi registrada. O setor produtivo continua acreditando que pode haver uma prorrogação para além de 5 de maio, por meio de uma medida provisória ou por decreto do Governo.

A Associação Brasileira de Proteína Animal está querendo que outros Estados, além de Santa Catarina, sejam reconhecidos pela OIE como zonas livres de aftosa sem vacinação. Atualmente, apenas Santa Catarina está nessa condição. Por isso, a concentração das compras de carne desse Estado pelo Japão, por exemplo, que está concentrando. Outros mercados, como o caso da Coreia do Sul e do México, as negociações para abertura estão em estágio avançado, somente se cogita importar produtos vindos de território catarinense. Então, de novo, poderá Santa Catarina não ter inclusive, talvez se tiver essa demanda aumentada, caso não tenha em outros Estados a condição de livre de aftosa sem vacinação.

O agronegócio respondeu por um terço da exportação brasileira no primeiro trimestre. Soja, milho, celulose e carne bovina estão entre os dez principais produtos. As exportações do agronegócio responderam por 33,1% do total embarcado pelo País no primeiro trimestre de 2016. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e foram compilados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. No total, foram U$13,4 bilhões referentes a oito produtos do agronegócio, maioria dentre os dez principais itens de exportação entre janeiro e março.

Ainda outras informações relacionadas ao preço do milho, que subiu em relação à produção. Por isso, a ministra da Agricultura decidiu autorizar e pedir a retirada de alguns tributos na importação de milho para o abastecimento interno.

Outras informações: produção brasileira de leite deve recuar 3% no primeiro semestre; e exportação de carne de frango ajuda a escoar a produção. Persiste também dificuldade de compra de boi gordo e outras informações ligadas ao produtor.

É importante a presença do Ministro Patrus Ananias na data de hoje, porque o Tribunal de Contas da União, ontem, publicou uma informação fruto de uma auditoria, suspendendo inclusive todo o programa de reforma agrária, por conta de irregularidades identificadas em todo País envolvendo vários problemas bastante sérios. Isso compromete porque os recursos já estavam escassos, agora com a suspensão cria mais problemas.

O próprio Incra informou também, na matéria publicada pela *Folha de S.Paulo*, que estava fazendo um cruzamento de informações para detectar irregularidades e já havia identificado essas irregularidades.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, V. Exª me permite?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu quero apenas acolher o Ministro Patrus Ananias, agradecendo a sua presença aqui.

Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia. Quero cumprimentar o Senador Moka, o Senador Donizeti e também o Ministro Patrus Ananias, que acaba de chegar a nossa Comissão, e V. Exª também, Srª Presidente.

V. Exª falou nos recados, nos informes, sobre a questão do milho. Só gostaria de esclarecer, porque no dia de ontem alguns parlamentares, alguns colegas que não são muito ligados à área estavam preocupados com a questão da falta de milho e perguntando: olha, mas nós não produzimos milho?! O que está acontecendo?

Na verdade, o Brasil é um grande produtor de milho. Nós produzimos 84 milhões de toneladas por ano de milho, consumimos internamente 50 milhões e exportamos em torno de 30 ou 32 milhões. Isso então mostra que o abastecimento interno é possível ser feito pela nossa própria produção.

Agora, há um descompasso, Presidente Ana Amélia, entre os produtores, aqueles que produzem, e aqueles que são os consumidores finais, os granjeiros, as indústrias que fazem a integração suínos, aves...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Suínos e frangos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Os confinamentos.

O produtor tem que plantar, colher e vender o mais rápido possível. Ele precisa fazer caixa para tocar o seu dia a dia. Primeiro ele gasta um bom dinheiro para colher e depois pagar as coisas que estão para trás. En-

quanto os granjeiros e as empresas de integração precisam do milho durante os 12 meses do ano. Eles também não compram o estoque para o ano inteiro, eles vão comprando um mês para frente, dois meses para frente e fazem contratos de entregas futuras com alguns produtores. Então, há esse descompasso entre a necessidade do produtor de fazer o seu caixa e as empresas que consomem durante os 12 meses do ano.

Portanto, sempre que os preços internacionais se mostrarem interessantes, os produtores aceleram as suas vendas e o Brasil exporta mais. No final, vai faltar alguma coisa. Só não faltará se houver uma política de Estado que tenha capacidade de ter grandes volumes de estoques reguladores, para exatamente, no momento em que houver esse descasamento o Governo, no caso os estoques oficiais entrarem sendo vendidos, ofertados. Nesse momento, temos estoques muito baixos. Acho que em torno de um milhão de toneladas é o estoque a Conab mantém.

O que acontece com a questão do milho é isto: o Brasil é autossuficiente, há um descasamento entre a produção e o consumo, e os produtores têm que vender e o Brasil exporta. Portanto, para mim, não há nada de errado em ter que importar. O mercado é livre: você vende e você importa. Vai ficar mais caro? Vai ficar, porque as integrações que nós temos no Centro-Oeste, por exemplo, em Mato Grosso, Goiás, aqui no Distrito Federal, e em outros lugares, estão distantes dos portos. E como recebemos pouco para mandarmos o nosso milho para os portos, vamos pagar mais caro para ter o milho importado para cá.

Assim, políticas devem ser feitas nesse momento e uma delas é a que Ministra Kátia Abreu se ofereceu ou tenta fazer. Que é a redução dos impostos. Não vejo nada de errado nisso.

Então, quero dizer, para aqueles que não são da área e que, às vezes, se assustam com esse tipo de situação, que não tem nada de anormal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nada de anormal.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Precisamos ter um planejamento melhor e sabermos que, se estamos exportando mais, então, no final, vai faltar um pouco mais. Para tanto, temos que acelerar e pensar quais as políticas que vamos fazer para que não falte milho lá nas granjas de suínos, de aves, e que haja um desabastecimento na continuidade da produção desses animais, dessas proteínas animais, que no final vai faltar mercadoria e vai subir o preço na prateleira para o consumidor. Quer dizer, aqui tudo é...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A questão do arroz vai ser igual, a mesma coisa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sim, aqui tudo é cadenciado. A agricultura, a pecuária e a produção de pequenos animais é assim, é como se fosse uma fábrica. Se você deixar de produzir um dia numa granja de suínos, por exemplo, deixar de colocar um dia a matriz ou botar os pintinhos no aviário no dia seguinte, quando você retira, um dia depois, falta para alguém. Então, é um processo cadenciado que precisa ter política de Estado, sim, bem clara, sabendo quanto estamos produzindo, quanto estamos exportando e quanto vamos necessitar ter de estoque ou de importar na ponta.

Então, não há nada de errado. Está tudo certo. Só precisamos nos organizar, para não se perder no meio da confusão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso só acontece com muita informação, como acaba de dar o Senador Blairo Maggi...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... por conhecer bem a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só para complementar – e o Blairo certamente pensou nisso: além de haver a questão do câmbio. Com o Real desvalorizado, fica muito atraente exportar, por causa do preço, evidentemente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço também ao Senador Waldemir Moka.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para somar: nisso aí há um conjunto de fatores. Além disso que o Senador Blairo Maggi mencionou, há outra preocupação que pode baixar um pouquinho a produção, em função da estiagem em algumas regiões. Pode não ser tão significativo, mas passa a ter uma significância em função de que, se se exporta mais e se produziu um pouco menos...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Nós só vamos exportar depois que produzirmos. Então, a gente já vai saber mais ou menos quanto nós temos de estoque.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – O milho aí na notícia é um dos produtos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na exportação ou superávit comercial. Exatamente; mas é a troca. Então, acho que isso convém e é bom, porque isso dá uma dinâmica maior à toda a produção e também ao próprio mercado interno, e ao País, que ganha divisas com a exportação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Se o produtor não tem também como vender na frente, às vezes, ele não planta. Isso, porque...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É claro; exatamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... vai ficar fazendo o que com isso?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por último, Presidenta, o Senador Paulo Rocha, que também está na mesma missão que o...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá no Pará.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... junto com o Senador Flexa Ribeiro, pediu que eu registrasse a ausência dele aqui hoje, em função...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aliás, ele foi ontem extremamente produtivo e eficiente na CAS. Conseguimos, graças à eficiência dele, quórum para limpar a pauta toda. Eu presidi a CAS, porque o Senador Edison Lobão estava impossibilitado. Então, ele foi muito ágil ontem.

Ministro Patrus Ananias, muito obrigada pela sua atenção ao convite desta Comissão. Queria agradecer também toda a sua assessoria que aqui está presente. Espero que o Secretário da Comissão, Marcello Varella, dê o nome de todos para identificarmos.

Ministro, o senhor agora dispõe de 30 minutos, para fazer a exposição, para que a gente possa fazer os questionamentos que os Senadores acharem pertinentes.

O SR. PATRUS ANANIAS – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia!

Eu quero saudar aqui, com muito respeito, com muito apreço, a Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado; saudar o Senador Waldemir Moka; saudar o Senador Donizeti Nogueira; saudar o Senador Blairo Maggi.

Quero também saudar aqui o Deputado Nilto Tatto; saudar todas as demais pessoas aqui presentes, os funcionários, assessores do Senado Federal; saudar a nossa equipe, os integrantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra que nos acompanham, nas pessoas do Vice-Presidente do Incra, César Aldrighi; na pessoa do nosso Presidente da Anater – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Paulo Guilherme; e também na pessoa da Drª Lucimar, a nossa Assessora Especial de Controle Interno.

Eu não vou ler todos os demais nomes, por uma questão de economia processual... (*Risos.*)

... E de respeito ao nosso tempo também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – E experiência parlamentar. Posteriormente, faremos o registro.

Obrigada.

O SR. PATRUS ANANIAS – Exatamente.

Mas nós vamos fazer aqui, então, uma apresentação sobre o histórico e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e também do Incra, lembrando que o Incra é uma autarquia vinculada ao Ministério, mas também com seu grau próprio de ação, com sua autonomia própria das entidades autárquicas, que têm também seus espaços próprios de ação e de decisão.

Farei agora um histórico sucinto do Ministério.

Em 1982, foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Em 1985, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que foi extinto em 1989.

Em 1990, as competências do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário foram incorporadas ao então Ministério da Agricultura.

Em 1996, ocorre a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária.

Em 1999, houve a transformação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar.

Em 2000, houve a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que continua até os dias presentes.

O Incra, por sua vez, teve sua história antecedendo sua própria criação.

Em 1964, houve a edição do Estatuto da Terra e a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Superintendência de Reforma Agrária (Supra), que existia no período anterior a 31 de março/1º de abril de 1964.

Em 1966, foi instituído o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, mas não foi divulgado, não saiu do papel.

Em 1970, houve a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, resultado da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Em 1985, houve a instituição do novo Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em 1987, houve a extinção do Incra; suas atribuições foram incorporadas pelo Ministério da Agricultura.

Em 1989, ocorre a recriação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que passa então, a partir de 1990, a ter sua vinculação institucional ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Eu quero também colocar, de forma sucinta, para embasar nossas reflexões compartilhadas, o porquê de o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, com esse histórico que apresentamos, terem se colocado como uma demanda da sociedade brasileira.

Na verdade, a questão da terra no Brasil é um tema permanente. Nós tivemos as capitanias hereditárias, com suas implicações; os donatários tinham inclusive poderes públicos: podiam julgar e condenar as pessoas.

Ajude-me aqui, Senador.... Eu vou pedir aqui à minha Assessoria.... Há uma presença aqui que eu não anunciei. Deputado Beto Faro, que eu não tinha... Ele está ali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PATRUS ANANIAS – Quero registrar também a presença entre nós, como muito prazer, do Senador Wilmar Lacerda.

Eu estava dizendo que a questão da terra, no Brasil, remonta às origens do processo de colonização do País, inicialmente com as Capitanias Hereditárias, em que os donatários, como nós vimos, tinham benefícios, ganhos privados e poderes públicos. Podiam inclusive julgar as pessoas. No caso de escravos, negros, índios e peões – era a expressão utilizada na legislação da época –, eles tinham o poder de condenar à morte. E as pessoas mais gradas no termo das Ordenações Filipinas poderiam ser degredadas.

Depois, com o fim das capitanias, vieram as sesmarias, que eram extensões enormes de terra que a Coroa Portuguesa doava. Pessoas que prestavam serviços à Coroa eram, portanto, beneficiárias dessas doações.

Houve o fim das capitanias e, em 1850, nós tivemos a Lei de Terras, que, na verdade, de alguma forma, regulamentou a situação preexistente. Não houve, por exemplo, maior compreensão com relação às pequenas posses. A propriedade era definida mais pelo registro da escritura –imaginem a escritura no Brasil no século XIX – do que pela posse. Nesse sentido, a nossa Lei de Terras, de 1850, é bem diferente da Lei de Terras dos Estados Unidos, de 1861 ou 1863, que privilegiava a titulação às pessoas que tivessem efetivamente a posse da terra.

Em 1934, pela primeira vez, uma Constituição brasileira considerou o princípio da função social da propriedade. Desde então, todas as Constituições brasileiras: 1937, 1946, 1967, a Emenda Constitucional nº 01, de outubro de 1969, e a nossa Constituição, de 5 de outubro de 1988.

Uma das primeiras pessoas que teve a intuição do problema da terra no Brasil, da sua função social, vinculando inclusive à questão ambiental, foi o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, que, em memorando enviado à Assembleia Constituinte de 1823, que infelizmente foi dissolvida pelo Imperador Pedro I, tratou dessa questão, de que era importante estimular a pequena propriedade, etc. Depois o tema volta também na campanha abolicionista. Joaquim Nabuco propunha que logo após a abolição da escravatura nós criássemos mecanismos para incorporar na vida, nos direitos e deveres da nacionalidade e da cidadania os nossos antepassados escravos, e um dos caminhos era vinculá-los também à questão da educação, da capacitação técnica e profissional, para que tivessem a possibilidade de ter acesso à terra, da forma como estávamos fazendo com os colonizadores, com pessoas que vinham da Europa, os alemães e os italianos, que se estabeleceram especialmente no Sul do Brasil.

Para sintetizar a nossa compreensão desse período, dessas lutas e desse processo, vou ler aqui um texto:

Por certo que reconhecemos ainda haver muito por fazer e não vamos nos acomodar ou nos furtar a dar passos firmes na direção certa, sempre sob a liderança da Presidenta Dilma, mas isto não pode nos impedir de saborear com alegria cada um desses passos, cada uma das conquistas que nos levarão ao tão sonhado país em que o princípio constitucional e tão caro à tradição cristã da função social da terra esteja efetivamente cumprido, em que nenhuma criança esteja acampada debaixo de uma lona; em que o meio rural seja lugar digno de se viver, com educação, saúde, cultura, segurança, moradia...; e que os alimentos saudáveis oriundos de agricultores [e agricultoras] familiares, cada vez mais produtivos, cheguem às mesas de cada brasileiro e, assim, de todos e todas brasileiras e brasileiros.

Nós temos também a compreensão que, quanto mais famílias devidamente assentadas, menores serão os conflitos rurais, reduzindo assim, cada vez mais, o que é o nosso grande desejo, a violência, os assassinatos e o desrespeito aos direitos fundamentais assegurados na nossa Carta Magna, no meio rural.

O nosso objetivo, portanto, é trabalharmos na perspectiva de promovermos a vida e promovermos a paz no campo. Nós entendemos que um dos problemas graves que o Brasil enfrenta hoje na questão urbana,

na questão da violência, na quebra de valores e tradições familiares, comunitárias, é a grande migração rural-urbana que nós tivemos no País, especialmente nos anos de 1960 a 1970, por falta de políticas de apoio à agricultura familiar e, de uma forma geral, aos pequenos e médios produtores rurais.

Eu quero destacar também aqui a questão da função social da terra rural. Esse tem sido um dos temas mais desafiadores das políticas públicas no Brasil e em muitos países; esse tema está associado, como nós colocamos, ao modelo produtivo do País, à sua tradição jurídica e também à lógica de organização social e política.

Mais recentemente os debates sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 têm alertado para a necessidade de articularmos as dimensões social, ambiental e econômica em um modelo de produção agrária inclusivo e sustentável. O direito fundamental à propriedade – que nós respeitamos plenamente – bem como o respeito à função social desta propriedade e à desapropriação por necessidade ou utilidade pública estão devidamente previstos no art. 5º, incisos XXII e XXIV, da Constituição Federal. Segundo o Estatuto da Terra, de 1964, o Estado tem obrigação de garantir o direito à terra para quem nela vive e trabalha.

Nós vamos colocar aqui, agora, também alguns dados e alguns números com relação à questão da reforma agrária no Brasil. Ao todo são 977.491 famílias em 9.334 assentamentos, em 2.082 Municípios; 44% dos assentamentos estão na Região Norte; 33%, no Nordeste; 14%, no Centro-Oeste; 5%, no Sudeste, e 4%, no Sul – aqui porque o Sul também tem uma tradição maior de uma agricultura familiar, pequenas e médias propriedades, cooperativismo, que vêm se desenvolvendo ao longo dos anos.

Em 2015, foram consolidados 81 assentamentos, beneficiando 26.700 famílias, em 206.542 hectares, em 67 Municípios. Em 2015, nós tivemos também a atualização cadastral de 551.648 Imóveis rurais por meio do Sistema Nacional de Cadastro Rural, além de 17 mil imóveis georreferenciados e 8.209 imóveis titulados. Em 2015, nós tivemos, também, os cadastros ambientais de 2.125 assentamentos e de 5.040 lotes da reforma agrária através do CAR (Cadastro Ambiental Rural); e nós trabalhamos em uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente e que também envolve o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em 2016, foram criados seis projetos de assentamento nos Estados do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rondônia, com capacidade para 400 famílias em aproximadamente 11 mil hectares. Atualmente, estão aptos para incorporação ao Plano Nacional de Reforma Agrária outros 69 imóveis com 140 mil hectares, beneficiando cinco mil famílias, com investimento de R$400 milhões, em 19 Estados. Além de 22 assentamentos a serem criados em terras públicas.

Recentemente, por decreto assinado pela Presidenta Dilma, 21 imóveis foram decretados, distribuídos por 13 Estados, contemplando todas as regiões do País. Sessenta e cinco por cento desses imóveis estão no Nordeste, que possui hoje a maior concentração de famílias acampadas (54%).

Tais imóveis permitirão a incorporação ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de mais de 34 mil hectares, beneficiando aproximadamente 1.200 famílias, com investimento de R$97 milhões.

Vamos colocar, agora, de uma forma sucinta, as diretrizes e programas prioritários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, numa ação integrada, é claro, com o Incra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, pela ordem.

Ministro, por favor; eu não recebi nenhum material. A assessoria tem alguma coisa?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A cópia será fornecida aos Senadores.

O SR. PATRUS ANANIAS – O Senador está reivindicando, gente. É bom que a minha assessoria saiba.

Está vindo já, Srª Presidente.

Eu peço desculpas, Senador, houve uma falha; poderia ter chegado já no começo, partilhando com os Senadores. Claro; seria bem mais adequado, não há dúvida. De qualquer maneira, antes tarde do que nunca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, "mineiramente" falando. É isso aí. (*Risos.*)

O SR. PATRUS ANANIAS – Dentro das diretrizes do Ministério, mas também respeitando as determinações legais, nós estamos trabalhando com a perspectiva de assentarmos, em condições decentes, dignas, as famílias hoje acampadas no território nacional.

Nós estamos fazendo também uma ação coordenada no sentido de atendermos plenamente as exigências legais e as determinações judiciais, o Tribunal de Contas e outras instâncias administrativas e judiciais do País com relação à questão da definição das prioridades para os assentamentos.

Nesta perspectiva, nós constituímos, no Ministério – para enfrentarmos os desafios, a questão das desapropriações, os encaminhamentos junto ao Poder Judiciário, os encaminhamentos junto ao Tribunal de Contas e outros mecanismos –, uma sala de situação, uma força-tarefa, integrando todas as Secretarias do Ministério, o Gabinete do Ministro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para viabilizarmos esses objetivos.

Neste sentido, nós estamos com as seguintes ações em curso. Estamos finalizando a inclusão das famílias acampadas no cadastro único. Nós temos um termo de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem um grande acúmulo na parte de cadastro, por conta da questão do cadastro único, do Bolsa Família, para que nós possamos cadastrar e ter os dados básicos de todas as pessoas acampadas no Brasil – idade, gênero, nível de escolaridade, capacitação, vocação para a atividade agrícola, histórica, etc.

Estamos também trabalhando a ampliação dos instrumentos não onerosos de aquisição de terras. Estamos trabalhando a questão da adjudicação de imóveis penhorados pela Procuradoria da Fazenda Nacional em execuções fiscais; a transferência das terras utilizadas para lavagem de dinheiro oriundo do narcotráfico, buscando uma ação integrada com a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e com o Fundo Nacional Antidrogas (Funad). Estamos fazendo a destinação de terras públicas para assentamento de famílias – estamos trabalhando muito tanto terras públicas da União como também dos Estados. Estamos buscando o aperfeiçoamento da regulamentação do fluxo da política, a entrada das famílias na política de assentamentos até a sua titulação; a ampliação da escolaridade nos assentamentos da reforma agrária, por meio do Pronera, do Programa Residência Agrária, das Escolas Família Agrícola e, agora, do Pronatec Campo, a implantação de projetos de agroindustrialização e apoio à organização econômica dos assentamentos da reforma agrária, o cadastramento dos assentamentos no CAR – 90% já estão incluídos no Cadastro Ambiental Rural – e a valorização dos ativos ambientais dos assentamentos da Amazônia Legal, em parceria com o Fundo da Amazônia.

Isso ocorre mais com relação às políticas voltadas para a reforma agrária, assentamentos, etc.

Agora, também de uma forma sucinta, nós iremos para as nossas políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.

Segundo o Censo de 2010, nós temos no Brasil 29.800 milhões de pessoas vivendo no rural brasileiro, representando 15,6% da população brasileira, sendo que desse total 47,4% são mulheres e 26%, jovens de 15 a 20 anos.

Agora, temos um outro dado que é interessante, com o qual trabalhamos também. É uma nova dimensão de ruralidades. Oitenta e um milhões de brasileiros e brasileiras, 37% da população do nosso grande País, vivem no campo ou em cidades de até 50 mil habitantes, em que a dinâmica local gira em torno do meio rural, segundo estudos da Professora Tânia Bacelar. Dos 5.570 Municípios do Brasil, nós temos algo em torno de cinco mil Municípios com menos de 50 habitantes e cerca de quatro Municípios com menos de 20 mil habitantes. A grande maioria desses Municípios é rural, onde moram trabalhadoras e trabalhadores rurais, agricultoras e agricultores. E a economia também, Senador Blairo, é voltada para o atendimento dessas demandas rurais, com uma nova perspectiva, portanto, da questão dos territórios, do desenvolvimento local e regional.

A agricultura familiar, segundo os dados de 2010, responde por 74% de um total de 16.500 milhões de postos de trabalho rural e gera 33% do valor bruto da produção agropecuária.

A agricultura familiar é responsável também pela maior parte dos alimentos que vão diretamente para a mesa da população brasileira, sendo, segundo esse Censo, 83% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 69% de hortaliças, 59% de suínos, 58% de leite e 51% de aves.

Estamos firmando agora um termo de cooperação com o Ipea – Instituto de Pesquisas Aplicadas para atualizar efetivamente esses dados da produção da agricultura familiar brasileira em relação ao conjunto da produção agrícola do nosso País.

A pobreza rural teve uma queda expressiva. Em 1995, havia 17.40– milhões de pessoas em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Em 2013, esse número caiu para 6.700 milhões de pessoas.

Um dado importante que nós precisamos registrar também, para manter uma grande conquista, é que, em 2014, a FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação retirou o Brasil do mapa da fome.

Vamos fazer um balanço das ações do Ministério em 2015, em relação à agricultura familiar.

Nós tivemos, no ano passado, com a presença da Presidenta Dilma num ato importante no Palácio do Planalto, o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar. Então vamos falar um pouco de alguns dados desse plano. E estamos agora preparando o próximo, para 2016/2017, porque o período é de junho e julho de um ano até junho e julho do ano seguinte.

No ano passado, o crédito Pronaf foi elevado para R$28,9 bilhões, com um aumento de 20%. Até dezembro deste ano, a carteira ativa era de 60...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PATRUS ANANIAS – Pois não.

Está aqui conosco também – quero registrar a presença –, o Deputado Adelmo Leão; a quem agradeço a presença.

Então, eu estava dizendo, tivemos o reajuste do Pronaf para R$28,9 bilhões. Os juros foram mantidos também em condições acessíveis à agricultura familiar, abaixo da inflação, os juros negativos. Nós tivemos também o atendimento da Ater, da Assistência Técnica e Extensão Rural, para 334 mil famílias, tendo sido 26 mil jovens atendidos com recursos superiores a R$1 bilhão. Tivemos também a Ater Mais Gestão voltada para o apoio ao cooperativismo: 471 cooperativas da agricultura familiar atendidas nas áreas de organização, gestão, produção e comercialização.

E, ao falarmos assistência técnica, é importante lembrar que estamos agora consolidando, e vamos colocar efetivamente em funcionamento, agora este ano, a Agência Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural, porque nós consideramos que, para a agricultura familiar, três pontos são fundamentais: o crédito, através do Pronaf; a assistência técnica, agora com Anater coordenando ações das EMATERs, etc.; e a questão da compra direta, garantindo o preço mínimo.

Aí nós estamos também retomando um programa estratégico – e retomando no sentido de ampliar os recursos; ele sempre existiu, mas estamos trabalhando agora a perspectiva de ampliá-lo – que é o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA), na linha do que o Senador Blairo falava aqui no início, quanto à questão de estoque de alimentos e também a questão de garantir ao produtor, especialmente ao pequeno produtor, ao agricultor familiar, e isso vale também para os médios produtores, a correção de um preço mínimo.

Quem é da roça, como eu sou, sabe que a gente planta na alta, e colhe na baixa. Se chover, dá tudo certinho, está todo mundo colhendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PATRUS ANANIAS – Exatamente.

Aí que é importante também a presença do Estado, para garantir um preço mínimo. No caso do PAA, pode ser para o armazenamento, como pode ser também para dar apoio a pessoas, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar.

Avançamos também com o Programa Garantia-Safra: 1,350 milhão de cotas disponibilizadas, contando com a adesão de 1.162.286 agricultores. Há o seguro da agricultura familiar também, beneficiando 189 mil lavouras seguradas, e 74 mil adesões à cobertura adicional para investimentos do Pronaf.

Estamos trabalhando também o apoio à agricultura familiar nos territórios das populações tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, populações ribeirinhas, etc.

Já caminhando, então, aqui, para o final, as diretrizes e programas prioritários do Ministério para 2016 na agricultura familiar. O Plano Safra 2016/2017...

(Soa a campainha.)

O SR. PATRUS ANANIAS – ... que nós estamos construindo – aberto, portanto, a sugestões e boas ideias –, vai dialogar com a produção de alimentos saudáveis, contribuindo para o controle da inflação e a ampliação da produção de base agroecológica,

Estamos trabalhando também na perspectiva de aumentarmos os recursos do Pronaf e trabalharmos com juros menores, especialmente para aqueles que produzem alimentos que atendem diretamente à mesa da população brasileira. Nós vamos levar à apreciação do nosso Governo uma proposta no sentido de que quem planta feijão, arroz, milho, hortaliças – aquilo que está diretamente vinculado à segurança alimentar e nutricional da população brasileira – tenha um tratamento especial.

Ainda, um seguro agrícola mais adequado para a produção de legumes e verduras.

Como já disse aqui, o início da operacionalização da Anater.

Estamos buscando parcerias, crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social especialmente, mas também com Banco do Nordeste, com o Banco da Amazônia, com a fundação do Banco do Brasil, para agregarmos valor à agricultura familiar, através de ações de apoio à agroindústria, estímulo à produção agroecológica, comercialização, acesso aos mercados.

Com relação à comercialização, nós temos no Brasil uma coisa boa, positiva, que foi ampliada no ano passado e pretendemos continuar ampliando, que é a compra direta do Governo. Nós tínhamos, já há mais tempo, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que determina que 30% da merenda escolar seja adquirida diretamente da agricultura familiar. No ano passado, quando nós lançamos o Plano Safra, a Presidenta Dilma assinou um decreto, determinando que todos os órgãos do Governo Federal que comprem alimentos comprem também pelo menos 30% da agricultura familiar. E nós estamos trabalhando para ampliar isso com os Governos estaduais, com os Governos municipais, com empresas privadas, organizações não governamentais, etc.

Estamos também prevendo o primeiro Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, que deverá orientar as ações do Governo para o tema nos próximos quatro anos.

Ainda nessa mesma linha, estamos buscando mais recursos e instrumentos, como eu já disse aqui, para os programas de compras públicas (PAA, PNAE, Compras Institucionais), que já mencionamos.

Estamos trabalhando a perspectiva de ampliação da oferta de cursos no Pronatec campo – cursos de capacitação profissional, especialmente para os jovens agricultores.

E estamos buscando avanços nas normas do Suasa para agroindústria familiar, possibilitando que a agroindústria familiar possa vender seus produtos além dos seus territórios. Ainda ontem, nós tivemos uma reunião de trabalho com o pessoal da Anvisa, tratando exatamente desse ponto.

Aqui é a última folha, Senador, e eu vou me permitir dar um depoimento pessoal, lá do meu Estado, que produz um queijo muito bom, na Serra da Canastra, lá nas nascentes do Rio São Francisco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é bom, Ministro; é ótimo! (*Risos.*)

O SR. PATRUS ANANIAS – Pois bem! Só pode vender lá, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É maravilhoso!

O SR. PATRUS ANANIAS – Só pode vender lá. Eles levaram escondido queijo de lá para um concurso internacional na França. Ganhou o segundo lugar. Mas o queijo chegou na França escondido. O queijo deles não pode sair da região deles não. Essa é que é a questão. Então, nós estamos discutindo uma forma de dar à agricultura familiar um tratamento diferente. Não se pode tratar exatamente o agricultor familiar com exigências feitas para multinacionais, por exemplo. É preciso considerar essas características locais, regionais, não é isso?

O depoimento da senhora aqui aqueceu meu coração.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não conhecia, Ministro, esse queijo, recebi de presente de um mineiro, claro, e, quando provei o queijo, fiquei impressionada, porque ele é feito de leite de ovelha e tem uma excelência, um sabor, uma textura que me deixaram impressionada.

Então, o senhor tem razão: não é bom, é ótimo, no meu entendimento. Nós falamos muito dos queijos portugueses, o queijo da Serra da Estrela, mas o da Serra da Canastra está em igual nível ou até superior, dependendo do paladar das pessoas.

O SR. PATRUS ANANIAS – Então, Senadora, eu quero registrar também aqui a presença conosco do Deputado João Daniel, a quem agradeço.

Por último, eu quero registrar que apresentei, de uma forma sucinta, o histórico, as realizações e os principais objetivos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, lembrando sempre que o Incra, vinculado ao nosso Ministério, tem também o seu espaço próprio de atuação. Nós trabalhamos juntos, mas resguardamos as diretrizes legais com relação às autarquias, e nós estamos com uma perspectiva, digamos assim, mais pedagógica, de promover um debate. Nós estamos trabalhando a perspectiva de promovermos aqui em Brasília, no segundo semestre, um grande evento sobre a questão da terra. Um evento internacional, amplo, plural, democrático, para nós discutirmos a terra. A terra no seu sentido econômico, a terra como valor, como bem de produção, as questões vinculadas à propriedade da terra, a terra na sua dimensão social – produção de alimentos, geração de trabalho, emprego e renda –, a terra na sua dimensão ambiental, ou seja, discutir como podemos conciliar uma produção efetiva de alimentos para garantir a segurança alimentar do nosso povo, contribuir com a nossa balança de exportação, contribuir para erradicar a fome no mundo e, ao mesmo tempo, preservamos o meio ambiente.

Ainda: a relação da terra com as águas – a terra é a guardiã das águas –, relação da terra com a biodiversidade, a relação da terra com os ecossistemas, quebrarmos um pouco também essa separação terra urbana e terra rural, porque na cidade as pessoas comem o que o campo produz. A água e a terra que sustentam as cidades são as mesmas que têm a sua referência no campo. Então, discutirmos essa questão ambiental e discutirmos a terra no seu sentido cultural.

Nós dizemos com muito carinho: "A minha terra", referindo-nos ao lugar onde nascemos, ao nosso cantinho, à dimensão local, à dimensão regional da nossa terra, assim como falamos da nossa terra brasileira, com o orgulho de "filhos deste solo és mãe gentil", e falamos do nosso Planeta, que é o Planeta Terra. Temos que discutir também a dimensão cultural no sentido do nosso compromisso com as gerações futuras, com a perspectiva de preservarmos as terras locais, regionais, nacionais e o Planeta, num sentido mais amplo, de preservarmos este patrimônio extraordinário para as meninas e meninos que estão chegando.

Muito obrigado pela atenção.

E vamos agora conversar um pouco, ouvir os Senadores – não sei se há Deputados presentes também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Ministro, a sua exposição bastante didática, com uma perspectiva histórica, desde a fundação até os planejamentos já para 2017, no cenário atual.

Eu quero aqui saudar também o Secretário de Agricultura Familiar, Onaur Ruano; a Secretária Substituta de Reordenamento Agrário, Raquel Santori; o Secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira; o Secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Lopes; o Ouvidor Agrário Nacional Substituto, Marcelo de Oliveira Nicolau; o Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Paulo Guilherme Cabral; o Vice-Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), César Aldrighi; o Suplente do Senador Cristovam Buarque, Wilmar Lacerda; o Deputado Adelmo Leão; o Deputado Nilto Tatto; e o Deputado João Daniel – já mencionados também pelo Ministro Patrus Ananias.

O SR. PATRUS ANANIAS – Senadora, permita-me apenas pedir desculpas ao Senador Waldemir Moka, a quem me referi como Senador Waldemir Mota.

Eu peço desculpas, Senador. Às vezes é bom errar porque nunca mais se esquece.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ministro, aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária existe o critério de que a preferência é por ordem de chegada ou do autor do requerimento da audiência pública. Eu fui a autora, com o Senador Flexa, mas vou abrir mão, farei minhas questões depois dos Senadores. Portanto, será por ordem de chegada. Quem sempre chega primeiro é exatamente o Senador Waldemir Moka. Ele é o primeiro a chegar, a bater o ponto. O segundo foi o Senador Donizeti, e o terceiro o Senador Blairo. O Senador Moka abriu mão para que o Senador Blairo iniciasse o debate.

Então, com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

É que o Senador Moka busca as vacas para nós tirarmos o leite aqui. Então, chega mais cedo.

Mais uma vez, quero cumprimentar o Ministro, a Presidente da Comissão, os colegas Senadores, os Deputados aqui presentes e todos aqueles que nos ouvem e nos assistem pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Ministro, eu ouvi atentamente a sua explanação. Para mim, de novidade, foi o histórico, de onde nós saímos, desde as capitanias hereditárias, a forma como os donos dessas capitanias agiam – tinham força de lei, faziam suas próprias leis –, passando pelas sesmarias e pelas leis das terras. Dessa forma, dá para entender um pouco a questão da ideologia da terra, onde está a raiz do conflito entre proprietários de terras e aqueles que não tiveram acesso às terras e que, ao longo da nossa história, vêm tendo acesso ou por mérito próprio na conquista pelo trabalho ou por programas sociais.

Enfim, há várias maneiras de você acessar a terra. A minha família mesmo, meu pai, quando jovem, trabalhava como empregado rural no Rio Grande do Sul e não tinha terra, e não tinham casa também. Ele vivia em uma casa emprestada de um tio até ter dois filhos; a minha mãe estava grávida quando foram para o Paraná. Então, éramos, naquela época, os sem-terra e sem-teto também. E ele foi para uma região de oportunidades, teve a sensatez de se mudar, de sair do Rio Grande do Sul, onde a oportunidade era muito pequena para ele e foi para um lugar onde havia mais oportunidades. Lá ele conseguiu o seu primeiro pedaço de terra.

Ele conseguiu, depois de muito trabalho, comprar os primeiros dez hectares de terra que ele e minha mãe adquiriram na vida. E, a partir daí, então, começaram a construir o seu patrimônio e, em muitas oportunidades, usaram de recursos públicos, através do Banco do Brasil e outros, que facilitavam o acesso à compra de terras e coisa parecida. E ele sempre aproveitou essas oportunidades, fez a sua vida e transformou-a no que temos hoje: um grupo empresarial. Mas somos ligados à terra. Nascemos ali, temos o umbigo enterrado aí e sabemos fazer isto: produzir alimentos. E fizemos isso com bastante competência, somos, hoje, uma empresa grande exportadora de produtos e alimentos para o mundo inteiro e também para o Brasil.

Então, nesse sentido, a terra do Maggi cumpre a função social, quer dizer, ela produz, ela não é uma reserva de capital, e é assim que eu vejo a terra. Em muitos pontos, pensamos iguais. Eu não acho que terra deve ser uma reserva de capital; terra é para quem quer produzir, para quem gosta, para quem ama isso, para quem se dedica a isso. E vejo que, nos assentamentos, nas pessoas que estão nos movimentos sociais que querem ter acesso à terra, não temos muito essa característica. As pessoas querem muito mais ter acesso à terra para ter um bem de capital, fazer um capital e não se realizarem, não trabalharem na terra.

Então nós temos esta diferença como temos na área empresarial, em que tem gente que tem terra e que não gosta de terra e tem gente dos movimentos sociais que quer terra e que não gosta de terra. Existe uma pressão nesse sentido de um volume muito grande de pessoas que querem acesso à terra, mas que não são trabalhadores da terra e que não vão dar certo. Historicamente, se olharmos o que aconteceu nos programas de reforma agrária, vamos perceber que muitos daqueles que tiveram acesso aos lotes que foram cedidos já não estão mais lá. Eles foram embora, porque eles não são da terra.

E há de se compreender, Ministro, que a atividade agrícola não é uma atividade prazerosa, vamos chamar assim, para quem não gosta; não é uma coisa romântica. Viver no campo, viver num sítio, num assentamento, numa fazenda, pode parecer romântico quando as pessoas contam, mas não é, não é fácil. É dando tapa em mosquito todos os dias; às vezes, não tem água próximo; calor; levanta-se muito cedo; tem de trabalhar muito, e, no final, o resultado econômico disso não é muita coisa.

Por exemplo, na região em que me criei – nasci em São Miguel do Iguaçu –, as propriedades médias lá são em torno de 30 hectares, 50 hectares, com uma agricultura familiar consolidada por esses que foram, praticamente, da mesma época que o meu pai, para essa região – 1955, 1956. E, quando olhamos a renda média de uma propriedade dessa, a gente vê que o cidadão tem de gostar muito, Senadora Ana Amélia, para ficar ali. Por exemplo, de 30 hectares – e lá a agricultura é agricultura de soja, ou milho, ou coisa parecida –, no final das contas, no final do ano, vão sobrar, em média, para o dono daquela área, com os riscos que ele tem, climático, de produzir, riscos de preço, pragas e tudo mais, não mais do que dois salários, 2,3 salários por ano para a família que é dona de 30 hectares de terra e que produz naquela região. Então, é uma coisa muito apertada.

Quando você percebe que, com dois, três salários, você tem de ter tudo isso, o filho desse agricultor já quer ir para cidade.

Até poucos dias atrás, quando a nossa economia estava indo muito bem, em qualquer lugar você ganhava dois salários mínimos para trabalhar. É natural que haja esse conflito das pessoas que estão na terra e querem sair da terra e daqueles que estão fora e querem voltar, porque querem vir, como eu disse, não tanto pela produção, mas sim pelo capital que podem amealhar, para mudar sua vida nesse sentido.

Dizendo isso, eu discordo um pouco das políticas que o Governo tem, de assentamento de reforma agrária, não pelo fato de querer assentar as pessoas, mas pela tensão social que se forma por isso. E quando nós olhamos o tamanho do nosso País, que é de 855 milhões de hectares, percebemos que 68% desse território continua ainda da forma como era. Desses 68% do território, 35% dessas propriedades ou desse volume de terra são naturais, são reserva obrigatória que eu, como produtor, tenho que deixar; 13% do nosso território são de indígenas, terras demarcadas; e 20% do nosso território estão demarcados em unidades de conservação. Então, 68% do território é natural; temos 21% do território em pastagens; temos 3% do nosso território de urbanização, cidades; e apenas 8% do nosso território são utilizados para a atividade agrícola. E é praticamente sobre esses 8% do nosso território que nós armamos toda essa confusão; que nós armamos praticamente uma guerra entre aqueles que são proprietários, os chamados ruralistas, e aqueles que querem terras, os chamados "sem terra". Então, eu penso que nós temos um campo, uma área muito pequena de 8% do território brasileiro para uma discussão que não deveria ser feita aí. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que os programas de reforma agrária deveriam ser mais claros, no meu entender. O Governo deveria lançar um edital em alguma região onde ele queira fazer um assentamento e onde há a necessidade de fazer o assentamento por problemas sociais. Eu já disse desde o início: eu não sou contra, estou discutindo a forma de fazer. O Governo deveria lançar, nessas regiões, um edital dizendo o seguinte: nessa região de São Miguel do Iguaçu, em Rondonópolis, eu preciso de 10 mil hectares de terra para fazer um assentamento. E aí lança esse edital.

Ministro, eu tenho certeza de que metade das terras está para ser comprada e metade está para ser vendida. Depende de preço, depende se o cara quer vender e mudar para outro lugar. Há oportunidades de negócio. Então, não acho que deveríamos ter ou poderíamos ter toda essa confusão para até adquirir as terras para fazer reforma agrária, há espaço para isso. Parece-me muito mais que essa questão da reforma agrária pelos movimentos sociais é muito mais uma questão política, de pressão política, do que propriamente de objetivo final do assentamento, de acomodação dessas pessoas.

Essas reflexões eu gostaria de deixar aqui na mesa. E quero dizer que lamento muito estarmos numa confusão política como estamos agora. Uma confusão política e uma confusão econômica bastante grande. Nós assistimos a momentos deprimentes pela televisão, como foi aquele no Palácio do Planalto poucos dias atrás, quando um dos líderes – acho que era da Contag, não sei quem – perdeu um pouco a compostura ao pregar as invasões, os conflitos. Nesta hora de dificuldade, temos que ter serenidade. Não tenho dúvida de que vamos ter uma saída para a crise em que nos encontramos. Mas não é incendiando o País, não é criando a instabilidade maior que nós temos que nós vamos conseguir sair disso.

E o que mais me chama atenção é que, após uma declaração dessa, não tivemos por parte da presidente Dilma uma puxada de orelha no cidadão. Ela poderia ter dito: calma, as coisas não são bem assim, nós temos que trabalhar diferente, vamos por outro caminho.

Então, Ministro, a sua pasta é importante. Pelos números que o senhor colocou aqui, pelos assentamentos e tudo o mais, é uma pasta importante.

Agora, para todos aqueles que já foram assentados, há uma reclamação – e eu visito muito os assentamentos, converso com muitas pessoas que lá estiveram ou que ainda estão – com relação à própria documentação, a chamada emancipação desses assentamentos. É preciso finalizar isso, tentar fazer com que sejam respeitados aqueles que estão no campo, de boa-fé, que são pequenos produtores. Se você o retirar do assentamento, porque não é originário, ele vai ter que ir para outro, ele vai ter que se inscrever em outro. Então para que fazer toda essa movimentação se ele pode ser alocado ali mesmo?

O Governo deveria ter uma preocupação com isso, de acelerar essa documentação, fazer com que haja essa paz definitiva, para que os produtores que ali estão com os seus documentos possam ter acesso aos créditos oficiais que o senhor citou muito bem, como a compra antecipada, a merenda escolar e tudo o mais. Para tudo isso é preciso documentação.

Eu percebo, por exemplo, lá em Mato Grosso, com relação à questão ambiental, que quem está mais atrasado nessa regularização são os próprios assentamentos, porque eles nem sabem a quem recorrer nem como saber. Então precisaria dar uma atenção especial para isso também. Caso contrário, em poucos meses, em mais ou menos um ano, todos eles estarão na ilegalidade, fora do processo, porque não têm a documentação ambiental para trabalhar. Então é uma preocupação com os assentados que devemos ter.

Por último, Ministro, eu queria fazer uma consulta.

Não sei se V. Exª tem conhecimento. Se não, poderia me informar depois. É que há uma lei, de nº 13.178, de fronteiras. Ela é de 2015, passou pelo Congresso. E há uma preocupação na fronteira, no sentido de como vão se legalizar essas terras. Parece que a lei ficou um pouco confusa, porque não se sabe se todas as propriedades rurais da área de fronteira de 150 quilômetros terão que ser ratificadas em seus títulos pelo Congresso Nacional ou se terão que ser ratificadas pelo Congresso Nacional aquelas terras que são devolutas, cujos títulos foram emitidos pelo Estado depois de uma certa época, sem autorização da União.

Não sei se o Sr. Ministro tem conhecimento disso, se poderíamos também discutir isso para levar um pouco de tranquilidade para essa zona de fronteira do Brasil inteiro, porque começa no Oiapoque e vai até o Chuí pelo lado oeste do Brasil.

Sr. Ministro, mais uma vez quero cumprimentar V. Exª pela participação, agradecer a sua presença aqui e deixar essas minhas considerações e preocupações a respeito da política que nós temos.

Ao final, quero dizer o seguinte: agricultor é tudo igual. Pequeno, grande, médio, somos todos iguais, porque, quando o produto chega à mesa do consumidor, ninguém consegue diferenciar. Pode até ter um selinho, mas quando chegar à mesa vai estar tudo misturado. O importante mesmo é que cada cidadão tenha, no dia a dia, a possibilidade de ter a comida. Custa? Custa, mas havendo oferta os preços caem. Se há oferta todos comem, não só os brasileiros, mas também os mais de 150 países para os quais o Brasil exporta comida. Os caras da Arábia Saudita produzem petróleo, fazem combustível para os carros. Nós, brasileiros, fizemos combustível para a vida. É muito diferente e tenho certeza de que é muito mais prazeroso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Blairo.

Senador Moka. Senador Donizeti.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu tinha certeza, pela experiência que o Senador Blairo Maggi tem e pela sua vivência como grande empresário e produtor, de que ele falaria disso da forma como tem que ser o debate, em um nível mais elevado.

Afinal de contas, com relação às terras da agricultora, nós estamos falando de 8% de todo o território nacional. Aonde ocorre o conflito? Há conflito quando as pessoas invadem. E o termo é esse. O cara que invade diz: "Nós estamos ocupando..." Desculpe, Ministro. Esse termo "ocupação" para mim é uma retórica, porque você ocupa aquilo que não tem dono, que está abandonado. Quando se adentra a uma propriedade que é produtiva, em que as pessoas estão ali, produzindo, isso não tem outro nome. É invasão de propriedade.

E as pessoas que estão lá não têm outra maneira.

Imagine, trazendo para o lado urbano: você está dentro da sua casa, e aí alguém resolve entrar. E há quem defenda que, para sair dali da sua propriedade, tem-se que negociar, para ver se o cidadão que invadiu a sua propriedade vai sair ou não. Essas coisas é que criam essa tensão.

Eu não sou produtor rural; eu sou médico e professor. Se for ao meu Estado e perguntar lá, você verá que defendo a agricultura e a pecuária, porque defendo a economia do meu Estado. Mato Grosso do Sul é vocacionado para isso, e, agora, começou a agroindustrialização: temos lá a celulose, usinas de álcool e açúcar, e estamos começando também a produção de borracha da seringueira.

Então, fico, às vezes, preocupado, porque vou muito próximo – já disse ao senhor – de Campo Grande, em Sidrolândia, a cento e poucos quilômetros, e lá existe um assentamento, vários assentamentos. E eles hoje

abastecem os grandes supermercados atacadistas com hortaliças, com alface. Fui visitá-los, e é uma coisa que chama atenção.

Há um cidadão de nome Alemão que é um líder lá. E ele reuniu lá, parece-me, 300 famílias. E, da forma deles, da maneira deles, montaram uma cooperativa, compraram caminhão para levar esses produtos. É uma beleza, e você se entusiasma com aquilo, como você se entusiasma também quando você vai numa propriedade e vê um produtor rural.

Eu tive o prazer de ir a uma das propriedades do Blairo, e até brinquei com ele, perguntando se ele não era herdeiro daquelas sesmarias. E é uma propriedade de 80 mil hectares, em que, em 40 mil, ele deixa de plantar de tudo porque guarda essa área como reserva ambiental. É meu amigo, eu sou suspeito, mas é uma forma de alcançar produtos de alta qualidade, com selo de produção, gerando emprego, renda. Você vê que é uma coisa que...

Assim como o Blairo, existem outros empresários. Agora aqui não há ninguém, pelo menos aqui, nós aqui, que esteja defendendo gente que compra terra para especular, para não pagar Imposto de Renda, para estocar terra; não é isso! O que defendemos aqui é o produto, seja ele grande, pequeno ou médio.

Desde que o João não veio mais, como Deputado Federal, para o Congresso, eu passei a ser o parceiro da agricultura familiar, e me orgulho disso, e tenho ajudado. Só em uma emenda do ano passado, ou retrasado, pegamos todos os assentamentos numa parceria com o Governador. E, para cada assentamento, foi destinada uma patrulha mecanizada, e foi a felicidade deles. Eles passaram a ter, a partir daquele dia, um trator, uma patrulha mesmo, com os insumos todos, para poder trabalhar a sua propriedade.

Então, aqui há pessoas que querem ajudá-lo. O que deixa a gente realmente assustado é, quando vemos, e eu vi hoje, está em todos os jornais, que o Tribunal de Contas da União achou quase meio milhão de lotes irregulares. Isso é uma coisa.... Quer dizer, há gente falecida, mais de mil agentes públicos que criminosamente tiveram lotes, ganharam terra.

Sobre isso é que acho que precisa haver um controle maior e melhor. É necessário dar realmente para a pessoa que precisa e é vocacionada, porque aí você vai realmente fazer com que essas pessoas, essas famílias produzam.

E a produção se dará exatamente melhorando a qualidade de vida e a renda dessas pessoas.

Então, aqui eu penso que, como dizemos lá "aforante" essa questão de invadir propriedades privadas produtivas, isso não vai se aceitar. Isso é uma coisa que eu realmente não vou conseguir.

Eu não tenho perguntas, e peço desculpas porque eu tenho um compromisso já assumido, mas eu quero saudar, mais uma vez, o Ministro Patrus Ananias. Agrada-me muito o Ministro, que sempre tem uma forma diferenciada de propor as coisas. Quando ele fala, defende seus pontos de vista, mas o faz de uma forma muito tranquila, muito educada e muito cavalheiresca. E nós não poderíamos dar outro tratamento ao Ministro que não fosse também recebê-lo com o mesmo cavalheirismo, embora divergindo em algumas posições aqui externadas por S. Exª.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, companheiro Ministro Patrus Ananias, Senador Blairo, Senador Moka, nossos Deputados aqui presentes, a reforma agrária no Brasil, durante muito tempo, foi uma coisa muito estigmatizada. E o Brasil não teve a competência para fazer a reforma agrária, inclusive para promover o desenvolvimento rural em todo o seu Território.

Na minha região hoje em que estou, no Estado do Tocantins, houve momentos, nos anos 80, 90, em que os prefeitos não aceitavam ou não queriam aceitar fazer assentamentos em seus Municípios. Hoje, é o contrário: os prefeitos querem assentamentos em seus Municípios – a maioria deles, não todos.

Mas esse estigma é do conservadorismo que dominou sempre a sociedade brasileira, que achava que os trabalhadores não poderiam ter terra. E nós já erramos na abolição da escravatura. A gente poderia ter assentado a maioria dos escravos, se não praticamente todos, num pedaço de terra, e eles tinham habilidade para isso, porque lidavam com a terra; mas nós os deixamos jogados às traças. Então, a reforma agrária era muito estigmatizada.

No curso de Administração, eu fiz a minha monografia sobre a função social da terra num determinado local. Mas eu comecei lá de Portugal. Eu fui ver que o rei de Portugal, em 1133, observou que havia muita terra improdutiva, e ele tomou as terras de quem não produzia e passou para quem queria produzir. Eu acho que o Senador Blairo colocou muito bem: terra é para quem nela quer trabalhar.

Esse aspecto é somado a outro: a reforma agrária no Brasil, durante muitos anos, foi feita por descargo de consciência. O que eu quero dizer com isso? Havia uma pressão social, havia gente em estado de miséria na cidade, os governantes tiravam essas pessoas da cidade e depositavam-nas num pedaço de terra lá, sem nenhum apoio para que elas pudessem se desenvolver na terra. Com isso, livravam-se de vê-las na cidade durante o exercício do seu governo, durante sua dominação ali.

Então, essa reforma agrária estigmatizada avançou muito pouco e com muito pouca qualidade, e foi natural que as pessoas não quisessem ficar na terra.

Nós inauguramos a primeira usina hidrelétrica no Brasil em 1833, lá no Rio do Inferno, afluente do Rio Jequitinhonha, no Município de Diamantina. De lá para cá, a energia elétrica cresceu no Brasil, mas, na área rural, não havia energia elétrica! Então, o cidadão... E vejam que fala aqui quem viveu, que vivia aspirando a fumaça do gás de querosene para poder estudar, como eu fiz nos meus primeiros seis meses de escola lá na minha terra.

Eu sou filho de meeiro, agregado de fazendeiro, que depois se mudou para a cidade. No processo do Estatuto da Terra, houve um movimento de esvaziamento da área rural, porque surgiu o medo de que o agregado, por estar ali há muito tempo, pudesse requerer usucapião. Então, muitos foram empurrados para a cidade porque o Estatuto da Terra dava direitos. Os fazendeiros, naquele momento, não compreendiam e não queriam dar, é óbvio, suas terras.

Neste momento, a reforma agrária esquematizada é fundamental para resolver o problema, e não apenas o problema do assentamento. A agricultura familiar é fundamental, Ministro, para resolver os problemas de Municípios com menos de 20 mil habitantes. Dos 139 Municípios do meu Estado, cerca de 125 devem ter menos de 20 mil habitantes.

Quando eu fui estudar a função social da terra, eu quis saber em que modelo de propriedade se cumpre a função social da terra. Ao final, a minha constatação foi a de que se cumpre no modelo privado, no modelo comunitário, no modelo estatal e no modelo público. Desde que se possa articular o conhecimento acumulado do desenvolvimento para agregar valor à produção, disponibilizar tecnologia a serviço do cidadão que quer trabalhar na terra, ela vai cumprir sua função social. Não é pelo tamanho que a propriedade cumpre sua função social. Ela pode ser pequena e não cumprir a função social porque a pessoa está em cima dela passando fome. E uma propriedade grande pode cumprir a função social porque emprega, produz, gera divisas para o País e gera riqueza, que é distribuída para a sociedade.

Eu estou vendo uma matéria de ontem. Quando o Presidente Lula assumiu, no meu Estado foram retomados cerca de 2 mil lotes. Por quê? Porque o assentado vendeu a terra para outro que não era público da reforma agrária. A Polícia Federal foi acionada, porque os agentes que promoveram aquilo foram ameaçados de morte. E é um conflito permanente. Às vezes, há até um funcionário do Incra agindo indevidamente, assim como assentados que ocupam a terra, ficam um tempo e vão embora. É natural que pessoas que já morreram tenham terra de assentamento, porque foram assentadas e morreram. Mas eu não acredito que alguém foi assentado depois de morto.

Eu sei que há desvios, que há problemas. Nos últimos anos, a Controladoria-Geral da União está fazendo um cruzamento sistemático para descobrir esses furos. Não foi o Tribunal de Contas que começou isso, foi a Controladoria-Geral da União, se não me engano, e em data anterior já divulgou o que o Tribunal de Contas está divulgando. A meu ver, o Tribunal de Contas precisa ter um pouco de cuidado no sentido de interromper as coisas. É preciso investigar, punir todo mundo, mas continuar o programa de reforma agrária.

No meu Estado, em uma estrada, o Tribunal de Contas suspendeu a construção de uma ponte há nove anos. Temos que terminar de construir a ponte. Onde está o prejuízo maior? O prejuízo maior está na paralisação. Teria que corrigir, mas paralisar a obra e depois de nove anos retomá-la, o prejuízo para a sociedade e para os cofres do Tesouro é muito maior. Deve haver um meio em que não é necessário paralisar, mas dispor de ferramentas para fiscalizar e punir quem tiver que punir, mas paralisar é um prejuízo maior para o País.

Então, Ministro, as perguntas que trouxe aqui o senhor respondeu todas, mas eu insisto numa coisa que eu tenho insistido aqui nesta Comissão e no debate cotidiano: há necessidade da estruturação, consolidação urgente da Anater para coordenar o processo de assistência técnica no País. Isso é fundamental, porque o principal gargalo hoje na agricultura familiar não é o problema da estrada, a estrada você vai superando; é a assistência técnica, porque tem muita gente que está assentada ou que é pequeno agricultor que quer trabalhar, quer produzir, mas ele não detém os mecanismos que possam possibilitá-lo a desenvolver econômica e socialmente a propriedade dele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mais só dez segundos.

Uma outra coisa. Com o Programa Luz para Todos e com o processo de apropriação um pouco maior das condições de mobilidade que a zona rural adquiriu, nós temos mais gente querendo ficar na zona rural

hoje do que há dez anos, porque ele tem a energia, que melhorou muito, e tem a moto para poder ir à cidade e voltar. Então, ele quer morar na fazendinha dele, vai à cidade quando precisa, porque ele tem energia, tem as condições de moradia que eu não tinha quando era criança e morava lá e que muitos brasileiros ainda não têm. Mas o Programa Luz para Todos ainda tem cerca de 300 mil famílias programadas a receber energia nas suas propriedades até 2018, e hoje são mais de 3,2 milhões de famílias que já receberam.

Isso é fundamental para a fixação do homem no campo, para viabilizar a produção e agregar valor à sua produção, junto com o conhecimento acumulado, sobretudo pela Embrapa. Então, acho que a reforma agrária estigmatizada vence essa etapa e passa a ser importante para o nosso País.

Um modelo de evitar os conflitos é muito importante, mas há que se considerar que os posseiros estavam lá e as terras foram griladas em situações diferentes, foram assinados muitas vezes, e eles é que tinham a posse da terra, mas veio a grilagem e tomou a terra deles. Então, há os dois lados da moeda que precisam ser observados, Senador Blairo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Eu quero saudar o Líder José Pimentel, Senador Wellington Fagundes, e quero apontar para o Ministro que houve uma diferença – e queria que o senhor esclarecesse – entre o número que o senhor apresentou sobre o número de famílias assentadas, 917.491 em 9.334 assentamentos, na página relacionada à dimensão da reforma agrária no Brasil, e a auditoria do Tribunal de Contas, que fala em 1,5 milhão de famílias. Então, o número é bem maior do que o número citado por V. Exª. Então, eu gostaria de saber por que essa diferença, e há algumas informações referidas aqui: 578 mil beneficiários irregulares no programa no cruzamento de dados de base do Incra com outros bancos de dados. Entre as irregularidades, eu acho que é importante informar que dos beneficiários foram identificados 1.017 políticos, 61.965 empresários, 144.621 servidores públicos e 37.997 pessoas falecidas. Essas pessoas, pela regra, não teriam direito a lotes distribuídos no Programa Nacional de Reforma Agrária.

A auditoria revelou ainda que 19.393 dos cadastrados são donos de veículos de luxo, de marcas como Porshe, Land Rover e Volvo. O programa não está sendo efetivo ao permitir que indivíduos que não estão no público-alvo do Programa Nacional de Reforma Agrária ocupem o lugar do público esperado, segundo o Relator dessa auditoria, Ministro Augusto Sherman.

O Incra informou ao Tribunal de Contas que já vinha fazendo cruzamentos para identificar problemas no cadastro, tendo o próprio Incra já retirado da lista 38 mil famílias que estavam irregulares.

Então, eu queria um comentário de V. Exª sobre a suspensão desse programa, indagando antes ao Senador Wellington Fagundes se tem alguma questão para o próprio Ministro Pimentel.

Então, eu queria passar a palavra a V. Exª para as respostas às ponderações feitas pelos Senadores.

Com a palavra o Ministro Patrus Ananias. O senhor pode responder e depois ele faz a pergunta.

O SR. PATRUS ANANIAS – Respondo à pergunta que a Senadora levantou ou respondo a todas que foram feitas até o presente momento?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As que foram feitas, todas elas. Aliás, umas foram mais colocações do que perguntas ao senhor.

O SR. PATRUS ANANIAS – Primeiro, eu quero agradecer aqui ao Senador Blairo Maggi pela presença e pelas colocações feitas também no nível mais elevado, numa perspectiva dialogante, que a mim pessoalmente agrada muito, Senador. E a sua presença aqui também por todo esse tempo me sensibiliza muito.

Nós estamos trabalhando, falando de uma maneira objetiva com relação à questão dos assentamentos, exatamente no sentido de identificarmos as pessoas a serem assentadas através da questão do cadastro. É esta a nossa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que acumulou realmente uma grande experiência nessa parte cadastral por conta do Cadastro Único do Bolsa Família. São milhões de pessoas, famílias cadastradas, para nós sabermos exatamente quem são as pessoas a serem assentadas: faixa etária, nível de escolaridade e, sobretudo, aptidão para a atividade agrícola.

E se nós temos os problemas que o Senador Blairo Maggi, com a elegância que lhe é peculiar, colocou aqui, nós temos também, e vamos divulgar com maior intensidade, assentamentos exitosos, onde estão, de fato, pessoas vocacionadas para a atividade agrícola. E nós queremos, sim, cada vez mais, tornar os processos de seleção das pessoas e famílias a serem assentadas mais transparentes, como é do Estado democrático de direito, dentro de uma perspectiva republicana. Então, nessa questão também dos editais, nós estamos trabalhando com todas as possibilidades de tornar os processos os mais transparentes e efetivos possíveis.

Eu quero falar também aqui do nosso compromisso. Não podemos falar por outras pessoas, mas o nosso compromisso é trabalharmos a questão dos assentamentos, da reforma agrária, da aplicação efetiva do princípio

constitucional da função social da terra, do desenvolvimento da agricultura familiar rigorosamente dentro da lei, das diretrizes constitucionais, das diretrizes legais, dentro dos princípios éticos, republicanos, numa perspectiva de construirmos cada vez mais a paz na sociedade brasileira. É com esse objetivo que nós trabalhamos.

Foi colocada, também, aqui, pelo Senador Blairo, a questão da.... Está havendo um excesso de informações aqui. Deixe-me organizar aqui com relação...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Os seus universitários estão trabalhando muito.

O SR. PATRUS ANANIAS – É. (*Risos.*)

Eu recebi aqui uma informação mais precisa com relação à questão da Lei nº 13.178, que estamos acompanhando. A informação, Senador Blairo, é que a autorização do Congresso, nos termos da interpretação aqui da nossa assessoria jurídica, é para áreas acima de 2,5 mil hectares. Para áreas superiores a 2,5 mil hectares, há necessidade de um decreto, que está em construção. E haverá também a participação do Congresso.

Abaixo disso, as áreas serão regularizadas através de ofício, dentro das diretrizes da própria lei. Então o Congresso terá participação, pela informação que recebi aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Ministro, eu li a lei e fiquei em dúvida também.

Isso me chama a atenção, porque desde o Rio Grande do Sul até o Amapá, se todas as propriedades acima de 2.500 hectares cujos títulos foram emitidos fora do período dessa lei, quer dizer, na década de 50 ou 60.... Eu fico imaginando se nós tivermos que trazer tudo isso para o Congresso e, uma por uma, fazer a sua ratificação aqui. Vamos demorar muito tempo para fazer isso, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se é difícil fazer o CAR imagine isso.

O SR. PATRUS ANANIAS – Vamos dialogar com V. Exª, Senador. É sempre um prazer.

Eu já recebi a cópia da lei. Vamos estudar com carinho e poderemos, em outra oportunidade, aprofundar as nossas reflexões sobre o texto legal.

Parece que um assessor nosso está se aproximando, seguramente para lhe dar mais algumas informações.

O Senador Moka, que teve que sair, fez referência, e agora também a Senadora Presidente, Ana Amélia, à questão do Tribunal de Contas.

A primeira coisa que eu quero deixar clara é que nós estamos aguardando a publicação do acórdão do Tribunal para termos a exata dimensão das questões que ele está colocando.

Eu quero tornar público que nós estamos muito atentos a essas questões, tanto que firmamos recentemente um acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União, há três ou quatro semanas, antes, portanto, dessa decisão, exatamente no sentido de trabalharmos em sintonia com esse órgão, para corrigirmos eventuais distorções que tenham ocorrido ao longo dos anos com relação aos processos de assentamento. Nós não sabemos exatamente com qual tempo o Tribunal trabalhou, mas a nossa intenção, a nossa determinação é essa aqui, desse termo de cooperação que nós firmamos com o Tribunal.

E quero lembrar também que já vivi uma experiência semelhante a essa. E nós saímos vitoriosos.

Em nome do interesse público, em nome do bem comum, nós tivemos uma posição exitosa quando implantamos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Programa Bolsa Família.

Nos primeiros meses de implantação do nosso programa, houve uma denúncia vigorosa de determinados meios de comunicação e de outros órgãos, no sentido de que havia problemas no cadastramento do Bolsa Família.

Nós acolhemos, dentro de uma perspectiva republicana de compromisso com o bem comum, com o interesse público, com a transparência. Nós acolhemos as ponderações, as críticas, os questionamentos e montamos o mais vigoroso sistema de controle de cadastro que nós temos na história do Brasil, que é o CadÚnico. São mais de 13 mil famílias para o Bolsa Família e um número muito maior de pessoas cadastradas, porque o CadÚnico trabalha com famílias com renda de até três salários mínimos.

Então nós vamos trabalhar com essa determinação, com esse espírito público.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu lembro perfeitamente a época do programa, Ministro, até do esforço feito, que foi uma regularização dos processos na época do Fome Zero. O Bolsa Família foi muito atualizado e muito bem feito.

O SR. PATRUS ANANIAS – Senador Donizeti, eu também tenho origem rural. Eu fui criado na roça. Passei uma parte boa da minha infância na propriedade rural do meu pai, no Município de Bocaiúva. Nós não tínhamos água nem luz. As minhas leituras iniciais foram feitas à luz de lampião e de lamparina. E tomávamos banho de bacia, sabe?

É importante termos essa consciência para saber o tanto que nós avançamos também. Se nós temos muita estrada pela frente, se nós temos muitos desafios é importante termos também a consciência do que já conquistamos.

Estive recentemente no Nordeste do Brasil. A minha região, o norte de Minas, tem características climáticas, geográficas e culturais muito parecidas com as do semiárido nordestino. Recentemente, estive no Ceará e em outros Estados do Nordeste. É admirável ver o avanço do Bolsa Família. Você vê, em pleno sertão do Ceará, uma vaca girolando do agricultor familiar produzir 30 litros de leite por dia; 1,2 milhão de cisternas para resolver a questão da água; as consequências do Pronaf; o Programa Luz para Todos.

Então, a sua fala também tocou fundo no meu coração, na minha memória.

Concluindo a sua intervenção, eu estou convencido, na linha do seu raciocínio, de que o caminho para superarmos o estigma histórico em relação à reforma agrária é exatamente promovermos o desenvolvimento dos assentamentos, da agricultura familiar, com a integração dessas políticas públicas: educação; eletrificação; água; saneamento básico; cultura, criando, assim, condições efetivas para que as nossas crianças e os nossos jovens possam permanecer no meio rural.

E recebi aqui da assessoria, Senadora, também uma informação diretamente ligada ao assunto. São 997 mil lotes atuais que nós apresentamos, 1,5 milhão...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente. Esse dado que o Ministro está falando é importante. Gostaria da atenção porque parece que ele está respondendo a essa matéria exatamente.

É isso que V. Exª formulou?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É exatamente o dado que conflita com o que o Tribunal de Contas levantou. Até o Tribunal de Contas dá um número maior de assentamentos do que o que o Ministério tem.

O SR. PATRUS ANANIAS – Para concluir, Senadora!

Com relação à sua questão, são 997 mil lotes e 1,5 milhão de CPFs.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, CPFs. É que não está escrito aqui.

O SR. PATRUS ANANIAS – Está bem!

Então, eu quero dar aqui também as minhas saudações à Senadora Fátima Bezerra, ao Senador Ronaldo Caiado e ao Senador Dário Berger.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Wellington Fagundes.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom dia a V. Exª, bom dia ao nosso Ministro, aos demais colegas Parlamentares e convidados!

Gostaria apenas de solicitar a V. Exª, quando possível, a minha inscrição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – V. Exª será inscrita após a manifestação dos integrantes da Comissão.

Com muito prazer, inscrevo V. Exª, Senadora Fátima.

Ministro Patrus, quando V. Exª espera que seja levantada a suspensão do programa pelo TCU e como pretende resolver isso?

Há um problema também orçamentário na implementação do Programa de Reforma Agrária, que é não só do seu Ministério, mas de todos os outros, dada a situação conjuntural de dificuldades financeiras do País.

O SR. PATRUS ANANIAS – Senadora Ana Amélia, estamos aguardando e vamos nos pronunciar oficialmente quando for dada publicidade à decisão do Tribunal de Contas; quando tivermos exatamente todos os dados, todas as informações, a posição do Tribunal, inclusive para verificarmos se cabe algum instrumento processual de recursos, de esclarecimentos.

No entanto, a nossa determinação é trabalharmos com muito empenho, como fizemos na experiência anterior do Bolsa Família – que mencionamos aqui –, para atender as diretrizes, as determinações do Tribunal de Contas e continuar, o quanto antes, dentro dos preceitos constitucionais e legais, o nosso programa de assentamento das famílias e de desenvolvimento da agricultura familiar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só acrescentar o seguinte.

V. Exª falou "todos cantam a sua terra", quando se referia à exaltação da lembrança da terra onde nascemos. Aí V. Exª falou da sua origem, também o Senador Donizeti, o Senador Blairo. Então, quero dizer também que, como V. Exªs lembraram, comigo também, quando criança, e até a adolescência, era luz de lampião de querosene, vela feita em casa, de cera de abelha, com um agravante: numa cidade com altitude de 1,2 mil metros e uma geada de endurecer o chão, nas épocas de chuva, a ponto de eu não ter sapato para andar, Ministro.

Então, isso nos força a saber enfrentar a vida com coragem, sem deixar que qualquer coisa nos abata.

Eu acho que isto é importante levar: entregava leite para as famílias, que era de uma vaquinha que não dava essa quantidade do girolando, que o senhor acabou de mostrar, de 20 litros por dia, porque era tudo muito simples, era tudo muito fácil naqueles anos de dificuldade do pós-guerra. E eu também me aquecia com o leite embaixo do braço, tapado com um sabugo de milho, Ministro. Então, eu entendo um pouquinho dessa lida também, porque a minha infância foi desse jeito.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A vaca dava pouco leite porque comia pouca ração também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pouca ração, exatamente!

O SR. PATRUS ANANIAS – Com a Senadora Ana Amélia era o frio; lá no sertão de Minas era a seca, o sol causticante.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E no Nordeste, aí, sim, no Semiárido de onde eu vim também, Senadora Ana Amélia. Conheço a seca não é da boca para fora, não! Conheço esse drama de dentro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos nós temos um bom exemplo de viver.

Eu consulto o Senador Wellington, que é membro da Comissão, o Senador Dário Berger, o Senador Caiado e depois a Senadora Fátima Bezerra, bem como a manifestação do Líder, que a qualquer momento está com a palavra franqueada.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Senadora Ana Amélia. Ministro Patrus, também bom dia.

Ministro, eu tenho aqui algumas indagações que me foram remetidas pelo Comitê Pró-regularização Fundiária lá do norte do Estado do Mato Grosso, que eu vou passar às mãos do senhor depois, assinadas pelo Sr. Alberto Cesário, que é o Coordenador desse Comitê. O ex-Prefeito de Guarantã do Norte, Lutero Siqueira, que foi Superintendente do Incra de Mato Grosso, também faz parte aqui dessas indagações.

Aqui se coloca um pouco da realidade do que é a situação do Incra no nosso Estado, ou seja, do trabalho do Ministério no Estado.

Aqui eles afirmam que, há cerca de 20 anos, não se expede um título definitivo em assentamentos de Mato Grosso. Existem hoje pelo menos 40 assentamentos prontos para serem titulados. Mas por que é que não acontece essa titulação? Segundo eles, por falta de combustível e falta de diária para os servidores e técnicos irem ao campo. E o valor é pequeno, comparado à grandeza da reforma agrária: 60 ou 70 milhões dariam para trabalhar essa titulação. Esse é o número que eles apresentam .

Na nossa cidade, Rondonópolis – eu e o Blairo de lá somos, e também o Medeiros –, temos um assentamento na cidade que se chama Rio Vermelho, em que também, há 27 anos, ninguém tem a titulação. Em vários outros momentos foi feita a vistoria. Agora, inclusive, muitos pagaram ao Incra e também acabaram.... Aliás, o histórico desse assentamento é muito complexo: desde lá do início, há denúncias da presença de funcionários do Incra negociando, todo tipo de denúncia.

E há morosidade. Também eles dizem aqui que há quase 2 anos se espera a regulamentação da Lei nº 13.001, em que foi instituído um grupo de trabalho, e até hoje não se sabe que fim levou. Esse grupo de trabalho tinha a missão de revisar atos administrativos que disciplinassem a transferência de imóveis rurais em áreas de reforma agrária, mediante a emissão de títulos de concessão de uso do título de domínio ou concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, entre outras medidas.

Aqui nós temos dois PLSs encaminhados nesta Casa, que são da minha autoria, Sr. Ministro – PLSs que foram discutidos com as comunidades lá, principalmente no meu Estado e também com o Incra –, por meio dos quais, uma vez aprovados, nós pretendemos mudar essa realidade dos assentamentos rurais do Brasil. E esses PLSs poderiam perfeitamente transformar-se tranquilamente em medida provisória, para facilitar, porque também a tramitação é muito longa, muito demorada. Eu vou passar às mãos de V. Exª também esses PLSs e gostaria muito da compreensão do Incra, inclusive de apoio para ver se esse é o melhor caminho.

Aqui, já foi citada, em outro momento, a questão de Nobres, no Estado de Mato Grosso, que tem potencial, Senadora Ana Amélia, da mesma forma que Bonito, em Mato Grosso do Sul. Mas esse potencial está dentro de um assentamento do Incra. Então, há lá todo o potencial ambiental para o ecoturismo, mas as pessoas não conseguem investir porque não têm a titularidade.

Também na minha cidade, Sr. Ministro – agora, dirijo-me ao Ministro do Desenvolvimento Agrário –, conseguimos, ainda quando era Ministro o Rossetto, há muito tempo, há uns 15 anos, um recurso para a construção do primeiro Centro de Apoio da Agricultura Familiar. Isso se deu na minha cidade, Rondonópolis. Já abordei esse assunto com todos os Ministros que por aqui passaram. Os recursos foram liberados à época para a prefeitura. Essa obra está ao lado, é anexa à Universidade Federal. Esse projeto foi feito, inclusive, com a participação da Secretaria Estadual de Agricultura, da Embrapa, da Universidade Federal, com o objetivo de ser um centro de apoio à população e também, é claro, de funcionar, junto com a universidade, como um centro de pesquisa e de manipulação de produtos também. Faz aproximadamente 15 anos que essa obra está lá inacabada. Já pedi a fiscalização do Incra várias vezes, já fui a audiências. Dizem: "Vamos mandar lá uma equipe, o pessoal vai lá." Mas não se resolve.

Então, eu gostaria de, mais uma vez, aqui, publicamente, cobrar do Ministro que mande para lá uma fiscalização, para verificar o que está havendo, por que não se conclui aquela obra, que, hoje, está numa área bastante nobre.

Também fiz a mesma colocação nesta Comissão, e o Ministério ficou de ir lá para averiguar isso. Colocamos aqui, ao vivo, os assentados, que falavam ao telefone. Em dois assentamentos em Rondonópolis, as pessoas foram assentadas, os recursos para a infraestrutura foram liberados pelo Banco do Brasil, ou melhor, não foram liberados, mas foi licitada a obra. A empresa executou o serviço, mas, depois, não havia o dinheiro para se pagar. A empresa andou tirando um pedaço, principalmente a extensão de água, para os assentados. E não se resolve isso também.

Nós nos sentimos impotentes quando vamos ao Incra. Chamamos lá o Incra, como já falei para o senhor, de "incravado". Parece-me que, agora, nomeou-se um novo superintendente. Mas a distância do Incra... Quero aqui deixar bem claro que já tive a oportunidade de ir ao Incra, e eles, simplesmente, não atenderam um Deputado Federal. O superintendente diz que não tem agenda, que não pode atender, e aí vem uma secretária. Ou seja, não há sintonia com a classe política. E é normal, este é o nosso papel, que a gente vá lá para cobrar essas coisas.

Então, aquilo que eu deveria cobrar lá eu estou colocando aqui, Ministro. Espero que, para tudo que estou colocando, eu obtenha uma resposta. Não é preciso que seja agora. Não há a necessidade de o senhor dar essa resposta agora, mas eu gostaria que fosse marcada uma audiência e que, quando possível, o senhor nos desse uma resposta a respeito dessa angústia.

Para finalizar, Presidente, quero dizer que, também na última reunião, encaminhei para o senhor uma situação de São Félix do Araguaia. Em São Félix do Araguaia, há o assentamento Olaria. Lá há uma pousada dessas naturais, Senadora Ana Amélia, que atende a toda essa questão da preservação. Essa pousada existe lá há mais de 40 anos. Os proprietários – um deles é, inclusive, um piloto de São Félix do Araguaia – montaram essa pousada através de um comodato. Depois disso, o proprietário da área foi desapropriado ou a vendeu para o Incra, e a área virou um assentamento. Só que especificamente essa pousada está em uma área totalmente alagada, de brejo. Ela só serve para aquilo, não há especulação. Então, recebi documentação do prefeito, da Câmara de Vereadores, de toda a sociedade, enfim, porque mereceria um prêmio que tem uma pousada como aquela, num local muito bonito.

Então, qual é a proposta deles? Para resolver: ou eles viram assentados, enfim, porque lá não há como produzir. Só serve para o turismo mesmo, e há programas, dentro do próprio Ministério, nessa área. Portanto, eu queria também uma posição do Ministério, porque isso já foi mandado para lá há uns 60 dias, e também não tive resposta.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Senador Ronaldo Caiado e Senadora Fátima Bezerra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, realmente, nós temos aqui uma lista extensa de perguntas a fazer ao Sr. Ministro, o qual conheço. Já fomos Deputados. Sei da maneira como V. Exª se comporta, mas, ao mesmo tempo, quero aqui trazer dados que nos preocupam.

V. Exª, diretamente, é responsável pelo Incra. Ele está subordinado a V. Exª. Primeiro ponto: quem decide, quem fala pelo Incra? É importante que isso fique bem claro, porque, na verdade, não só pelos dados levantados pelo TCU, mas também por informações que nós temos, quem manda no Incra é o MST. Ele é o dono do Incra. O MST, quando não se sente atendido, destrói os papéis, quebra os computadores, amedronta toda a estrutura do Incra e o pior e mais grave, Presidente: ele impôs ao Incra uma cota dele. Existe, hoje, no Incra, uma cota do MST.

Agora, pergunto a V. Exª: essa entidade é reconhecida legalmente? Ela tem estatuto? Ela tem alguém que responda pelos atos de depredação, de invasão, de destruição de patrimônio público e de patrimônio privado ou ela é exatamente os coletivos venezuelanos do PT?

Em segundo lugar, quanto aos assentamentos, para V. Exª, que veio do meio rural, eu não vou usar o termo "emancipado". Vou usar o termo "desmamados". V. Exª conhece, então, o que é desmamar. Quantos assentamentos já foram desmamados hoje, ou seja, já são autossuficientes no Brasil? Qual é a produtividade real e o IDH desses assentamentos?

A última pesquisa feita identificou que tínhamos nos assentamentos em que ainda as pessoas estão lá – são poucos os assentamentos em que há assentados... Nós ainda buscamos lá maior incidência de foco de tuberculose infantil, incidência de hanseníase, de mortalidade infantil. Total falta de qualidade mínima de saneamento básico.

Quer dizer, V. Exª, que é um homem ligado à área social do Governo, que é tão enérgico com a maneira como os trabalhadores estão instalados nas propriedades rurais particulares, por que o Incra não tem preocupação com seus assentados? "Faça o que eu mando; não faça o que eu faço". É isso? Aos assentados, a condição sub-humana; às propriedades rurais, os proprietários têm que responder por normas trabalhistas que não existem em nenhum outro lugar do mundo. São mais de 280 itens.

Quer dizer que a visão social do Governo de V. Exª é apenas a visão social daquilo que tem que ser cobrado da iniciativa privada? O setor público não comete crime? O setor público é inimputável? O Incra é inimputável? V. Exª é inimputável? Vocês se queixam de uma realidade e, no entanto, as pessoas que estão sob a tutela de V. Exªs têm aquilo que nós chamamos de favelamento rural.

Em terceiro lugar: V. Exª pode me informar quantas áreas de assentamentos já foram renegociadas e estão arrendadas a produtores rurais? Provavelmente, o Incra não deve ter esses dados. Mas eu posso garantir a V. Exª que no mínimo 40% dessas áreas hoje já estão arrendadas.

Qual é a visão de V. Exª? É uma visão ideológica ou é econômica? V. Exª acha que a ideologia está acima do bem-estar das pessoas? A tese petista bolivariana acha que o Estado foi feito para garantir às pessoas subalternas esses repasses mensais, para ficarem eternamente subordinados a uma voz de comando do exército vermelho do Lula? V. Exª faz parte de que estatura nessa graduação do exército do Lula, que ele conclama para enfrentar a população brasileira nas horas dos movimentos democráticos?

Eu queria perguntar a V. Exª: como é que V. Exª viu o gesto da Presidente da República ao receber um representante da Contag, quando ela transforma o Palácio do Planalto em um palanque de apoio, cometendo um grave crime de responsabilidade e respaldando o crime de incitação à violência, onde o Diretor da Contag disse que vai invadir os gabinetes dos Deputados, as casas e as propriedades rurais? O mais grave é a saída do representante da Contag, o Aristides, e o abraço da Presidente Dilma, cumprimentando-o pelas palavras: que belas palavras! Eu acredito que nem o Maduro tenha feito algo parecido lá na Venezuela, que nem o Maduro tenha feito um gesto como esse, tão irresponsável quanto esse.

Mas é interessante, Srª Presidente, que no dia do discurso do representante da Contag, para ele fazer o discurso, ele recebeu a contrapartida. Veja bem: tudo é feito com pagamento. É um viés mercenário. A Presidente, ao receber o discurso da Contag, passou a ele um Diário Oficial com 29 desapropriações, na mesma hora. Vinte e nove desapropriações! "Olha, está aqui: você fez um discurso contra o *impeachment*, e eu vou lhe dar 29 desapropriações". Ou seja, a que ponto nós chegamos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nobre colega, vai ser um prazer enorme debater com V. Exª. Vai ser um prazer enorme debater com V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza. Estou inscrita.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas eu gostaria só de continuar a minha linha de raciocínio e que, realmente, o Governo, o Ministro da Reforma Agrária não tergiversasse, porque o problema com vocês é que vocês tergiversam, vocês não respondem às perguntas. As perguntas estão sendo bem objetivas. Estou formulando perguntas.

Outra coisa. V. Exª, que diz ter origem no campo, rotula que o cidadão por ter origem no campo é identificado como sem-terra? Se nasceu no campo, então, já recebe o rótulo de sem-terra? V. Exª deve ter feito uma revisão de todos os assentamentos que foram feitos no mundo, em épocas distantes. Em países que têm um tamanho territorial mínimo, quando eles fazem a transferência de um quinhão de terra, o que é feito como se faz um vestibular no Brasil, Presidente. V. Exª, quando vai adquirir um pedaço de terra na França, se submete às regras, faz o concurso, mostra que tem aptidão, mostra que tem conhecimento, mostra que tem capacidade;

V. Exª passa a ter preferência. Agora, eu pergunto: qual é a análise feita para identificar a vocação ou a aptidão dos assentados?

Sr. Ministro, o TCU não é de nenhum partido de oposição, é o TCU. O Tribunal de Contas da União, e desmoraliza totalmente o discurso de V. Exª, joga por terra. São 587 mil beneficiários irregulares. Isso é exatamente o que nós chamamos de funcionário fantasma. É o funcionário fantasma! O PT tem sob a sua tutela 578 mil beneficiários fantasmas. Para quê? Para irem para as mobilizações, para fecharem rodovia, para incendiarem prédio, para destruírem propriedades rurais. Então, não têm produtores, têm 578 mil beneficiários irregulares. O mais grave: 37 já estão falecidos, 1.017 são políticos – vereador, deputado estadual, primeira-dama, prefeito. Vejam bem: a vocação deles é a terra? A vocação é a produção?

Agora, quem está nos vendo que hoje está pagando impostos imagine bem-estar pagando imposto para manter 578 mil fantasmas do Governo do PT, para servirem ao PT ideologicamente, para serem os coletivos bolivarianos. É justo isso num País democrático em que a Constituição Federal resguarda o direito da iniciativa privada e a convivência com os prestadores de serviço? Essa é a nossa Constituição. A Constituição brasileira não cobra esse distributivismo criminoso do suor do cidadão que paga imposto no Brasil para 578 mil fantasmas do Ministério de V. Exª.

O Senador Wellington devia ter pedido audiência com o líder do MST em Mato Grosso, porque ele teria tido, naquela hora, audiência atendida pelo representante do Incra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Melhor do que com o líder da UDR.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Exª sabe que...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito melhor que com o líder da UDR.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Exª sabe muito bem...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Porque não assassina ninguém.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não, não. Não vem falar desse assunto. Olha, desse assunto V. Exª é professor catedrático, conhecedor profundo de assassinatos, queima de arquivos. O PT...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor é! O senhor é!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O PT é profissional...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor é profissional em assassinar e em arrecadar dinheiro para mandar matar trabalhador rural. Como Presidente da UDR, o senhor arrecadava dinheiro para mandar matar trabalhador rural.

(Tumulto no recinto.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Srª Presidenta, isso não está na audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadores, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O PT utiliza a prática de queima de arquivo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso é mentiria do senhor. O senhor mudou o argumento com esse discurso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O PT é uma organização criminosa.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor é criminoso, o senhor é criminoso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O PT sabe fazer a pistolagem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadores, por favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A sua família sempre soube e sempre sabe fazer isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Você fica calado que eu estou falando.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aqui, o senhor não tem autoridade para me mandar calar a boca, não!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quem está falando sou eu.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Já falou demais, já falou besteira demais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu preciso...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Você não é o Presidente. Você tem que ficar calado. Você não tem poderes para...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadores...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, eu peço que o nosso Ministro tenha licença para deixar a sala, porque não é merecedor deste debate um Ministro de Estado da República brasileira. Portanto, eu peço, Srª Presidenta, que V. Exª suspenda a reunião para que o nosso Ministro possa sair.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadores, vou cancelar a reunião, vou cancelar a reunião.

Está encerrada a reunião.

(Tumulto no recinto.)

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quem está envolvido é V. Exª! Bandido! Está certo!?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor é envolvido com o jogo do bicho, financiado pelo jogo do bicho.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Seja lá o que for, meu amigo, a minha vida é limpa. Nunca fiz patrimônio com dinheiro de governo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Nem eu!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Esse é o PT defendendo que...

(Interrupção do som.)

(Tumulto no recinto.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Isso é delírio seu!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Eu quero receber, como Senador da República, a resposta àquilo que formulei ao Sr. Ministro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor não fez pergunta, o senhor fez ofensa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Como membro titular que sou, exijo respostas às perguntas que formulei, que são denúncias feitas pelo TCU, que estão aqui muito bem colocadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As perguntas serão encaminhadas pela Comissão, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Esta é situação: cria-se a baderna para o Ministro ser aliviado das respostas, porque não tem como responder a todos esses crimes que estão sendo praticados às vésperas do *impeachment* da Presidente da República. São 29 desapropriações sem fundamento. Este é o fato que temos: pessoas sendo usadas pelo PT para serem massa de manobra num momento grave...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso é história sua, nós construímos consciência, nós construímos educação.

(Tumulto no recinto.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Estou formulando a pergunta.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não tem pergunta; tem ofensa!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Estou formulando a pergunta, Senadora. Não é na baderna, não!

Vai ter voto lá para vir discutir comigo. Está bom?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas para explicar ao Senador Caiado... Senadora, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Você chega e fala do MST, acusa a Contag, perguntando inclusive dos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pergunta ou prova?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... O estatuto do MST, elas têm estatuto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quero ver, cadê ele? Eu quero ver.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Tal qual tem a UDR.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Fátima, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu quero que o Ministro me responda às perguntas que formulei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As suas perguntas serão encaminhadas pela Comissão ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário.

A Comissão é de Agricultura e Reforma Agrária, e as perguntas serão encaminhadas pela Comissão, formalmente.

Obrigada a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)

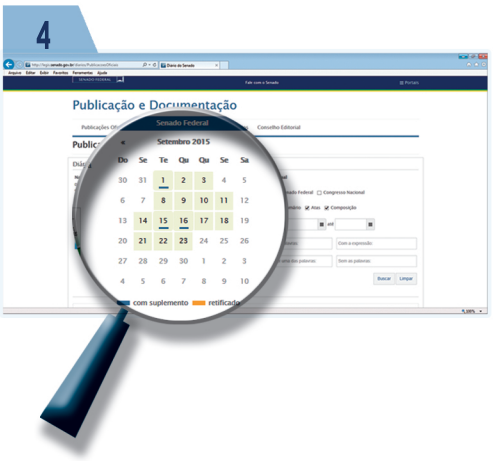
Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211